COMISSÃO ESTADUAL DA VERDADE E DA PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA DO ESTADO DA PARAÍBA

RELATÓRIO FINAL

Paulo Giovani Antonino Nunes
Lúcia de Fátima Guerra Ferreira
Iranice Gonçalves Muniz
Irene Marinheiro Jerônimo de Oliveira
Fábio Fernando Barboza de Freitas
Herbert Andrade Oliveira
Waldir Porfírio da Silva

A União Editora
João Pessoa-PB
2017

GOVERNO DA PARAÍBA

Ricardo Vieira Coutinho
Governador

Ana Lígia Costa Feliciano
Vice-Governadora

Secretária da Casa Civil
Ana Cláudia Vital do Rêgo

Secretário de Comunicação Institucional
Luiz Tôrres

Editora A União

Superintendente
Albiege Fernandes

Supervisão Gráfica
Jacinto Júnior

Arte da Capa
Lênin Braz

Editoração Eletrônica
Naudimilson Ricarte

Fotos
Kleide Teixeixa, Sônia Aguiar, Vanivaldo Ferreira, equipe da CEVPM-PB e retiradas dos arquivos videográficos produzidos pelo NUDOC-UFPB e HTV Produções.

© 2017 – Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba (CEVPM-PB)
Todos os direitos reservados. É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte.
Impresso no Brasil. *Printed in Brazil.*

FICHA CATALOGRÁFICA

C733r Paraíba. Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba.
Relatório final / Paraíba. Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba; Paulo Giovani Antonino Nunes, [et al.] – João Pessoa: A União, 2017.
. 748p. :il.
ISBN: 978-85-8237-111-4
Inclui índice.

l. Ditadura militar – Paraíba. 2. Violação de direitos humanos. I. NUNES, Paulo Giovani Antonino. II. FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra. III. MUNIZ, Iranice Gonçalves. IV. OLIVEIRA, Irene Marinheiro Jerônimo de. V. FREITAS. Fábio Fernando Barboza de. VI. OLIVEIRA, Herbert Andrade. VII. SILVA, Waldir Porfírio da.

CDU: 343.22
AACR2

Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba.

EQUIPE

Membros da Comissão

Fábio Fernando Barboza de Freitas
Herbert Andrade Oliveira
Iranice Gonçalves Muniz
Irene Marinheiro Jerônimo de Oliveira
Lúcia de Fátima Guerra Ferreira
Paulo Giovani Antonino Nunes
Waldir Porfírio da Silva

Pesquisadores/Colaboradores da Comissão

Alisson Gomes Callado
Bento Correia de Sousa Neto
Camila Sousa de Sena Araújo
Carmélio Reynaldo Ferreira
Eduardo Fernandes Araújo
Érica Lins Ramos
Fernanda de Paula Gomides
Fernando Luiz Araújo da Costa
Giulia Gadelha Vanzella
Giuseppe Emmanuel Lyra Filho
Igor Leon Benício
Janaína Gomes da Silva
José Nikácio Júnior Lopes Vieira
Letícia Helen Silva Teles
Luisa Lemos Targino
Maria José Teixeira Lopes Gomes
Marleon Cabral da Cunha
Marx Igor Ferreira de Figueiredo
Olga Larissa Veiga Ferreira
Olívia Maria Cardoso Gomes
Paloma Leite Diniz Farias
Paula Tamyres Veríssimo da Silva
Raissa Souza
Rosa Maria Carlos e Silva
Sandro Alves de França
Shara Rachel Silva Dutra de Medeiros
Sheyla Maria Lima Oliveira
Talita Hanna Cabral Nascimento
Victor Gadelha Pessoa
Yann Gomes dos Santos

AGRADECIMENTOS

Ao longo dos quatro anos de trabalho, retirar do papel e edificar a Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba, não foi uma missão fácil. Foi necessário contar com o apoio de instituições e pessoas que colaboraram por meio das mais diversas formas.

Em primeiro lugar nossos agradecimentos vão para aqueles que tiveram seus direitos violados e resistiram à repressão da ditadura militar, bem como seus familiares. Colaboraram, de forma direta ou indireta, com seus depoimentos, doação de documentos, indicações de fontes e informações. Não os citaremos aqui, mas seus nomes estão registrados ao longo deste relatório, cerca de uma centena de pessoas.

Registramos os agradecimentos às instituições que sediaram as audiências e oitivas: Assembleia Legislativa da Paraíba, Associação Paraibana de Imprensa – API, Câmara Municipal de Mari-PB, Comunidade rural Olho D´Água, Catolé do Rocha-PB, Centro de Ciências Humana, Letras e Artes – CCHLA/UFPB, Centro de Ciências Jurídicas (Faculdade de Direito) – CCJ/UFPB, Centro Universitário de João Pessoa – UNIPÊ, Escola de Ensino Fundamental e Médio Monsenhor Odilon Ribeiro Coutinho, Sapé-PB, Lyceu Paraibano, Memorial das Ligas Camponesas – Sapé-PB, Ordem dos Advogados do Brasil – seção Paraíba, Ministério Público Federal – MPF, Campina Grande-PB, Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos – NCDH/UFPB, Paraíba Previdência – PBPREV, Sindicato dos Bancários da Paraíba, Tribunal Regional Eleitoral – 13ª Região, Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, Universidade Federal de Campina Grande – UFCG.

Agradecemos à Assembleia Legislativa da Paraíba que disponibilizou a sua equipe de taquígrafos para realizar a degravação da maioria das audiências e oitivas. Foram eles: Alisson José Freire Maia, Ana Vanessa R. Duarte, Daniela Frando da Silva, Gisleide Geuma Araújo Lins, Ivo Prazeres Flores, Jório Eduardo Freire Maia, Maria Dalva Freire, Rodrigo Felix Calheiros de Vasconcelos, Rosa de Fátima Alves Moreira, Sérgio Brito de Medeiros, Thiago Cavalcanti de Oliveira, Valéria de Oliveira Firmino, Vicente de Luna Freire Filho, Vilcson da Costa Ramos Miranda, Wallaci Gabeu Lira e Wolganf de Oliveira Ramos; bem como a Giulia Gadelha Vanzella, que coloborou nas degravações.

Agradecemos também à Produtora HTV Produções, contratada pelo Governo do Estado, que realizou a gravação da maioria das audiências e oitivas, bem como a outros parceiros que gravaram como a Assembleia Legislativa; o Tribunal Regional Eleitoral; a UFPB, por meio do Núcleo de Documentação Cinematográfica – NUDOC, na pessoa do seu coordenador João de

Lima Gomes; à Gabriela Muniz Barbosa, que gravou a oitiva no Memorial das Ligas Camponesas; ao gabinete do reitor da UEPB, Antonio Guedes Rangel Júnior, que além de gravações colaborou com transporte e apoio às atividades que foram realizadas em Campina Grande. Também merece nosso agradecimento à equipe que prestou assistência à oitiva do Sargento Marinho formada pelo psiquiatra Edmundo Gaudêncio, o cardiologista Cleanto Brasileiro e a psicóloga Thaisa Santos, em Campina Grande.

Agradecemos às diversas instituições arquivísticas que nos cederam cópias digitalizadas dos seus acervos, às comissões da verdade, nacional e de outros estados, e demais instituições que assinaram termos de cooperação técnica com a CEVPM-PB. Todas mencionadas ao longo deste relatório.

Por fim, agradecemos a confiança do governador Ricardo Vieira Coutinho no trabalho que nos foi confiado, e aos órgãos governamentais que colaboraram como a Casa Civil, Casa Militar, Secretaria de Estado de Educação, Secretaria de Estado de Infraestrutura, Recursos Hídricos, do Meio Ambiente e da Ciência e Tecnologia, Secretaria de Estado de Comunicação Institucional, A União Superintendência de Imprensa e Editora, FUNAD, Comando da Polícia Militar, Comando do Corpo de Bombeiros, Secretaria de Estado do Desenvolvimento Humano, Sub-Secretaria do Orçamento Democrático do Governo da Paraíba, Chefia de Gabinete e Secretaria Particular do Governador, bem como a toda equipe de voluntários que, na medida do possível, deram a sua contribuição no desenvolvimento dos trabalhos dessa Comissão.

Lista de Siglas

1º GPT – 1º Grupamento de Engenharia e Construção
7ª CJM – 7ª Circunscrição da Justiça Militar
7ª RM – 7ª Região Militar
15º RI – 15º Regimento de Infantaria de Cruz das Armas
16° RCMec – 16° Regimento de Cavalaria Mecanizado
AAP-PB – Associação dos Anistiados Políticos da Paraíba
ABI – Associação Brasileira de Imprensa
ABIN – Agência Brasileira de Inteligência
AC – Agência Central
ACCP – Associação dos Críticos Cinematográficos da Paraíba
ACE – Assentamento Cronológico de Entrada
ACR – Ação Católica Rural
ADESG – Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra
ADUFPB – Associação dos Docentes da Universidade Federal da Paraíba
AEI – Assessoria Especial de Informática
AEP – Assessoria e Educação Popular
AEPB – Arquivo Eclesiástico da Paraíba
AESP – Associação dos Estudantes Secundários da Paraíba
AESI – Assessoria Especial de Segurança e Informação
AI-5 – Ato Institucional nº 5
AIDS – Síndrome da Imunodeficiência Adquirida
ALN – Ação Libertadora Nacional
AMPEP – Associação do Magistério Público do Estado da Paraíba
ANDES – Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior
ANPUH – Associação Nacional de História
AP – Ação Popular
APEJE-PE – Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano de Pernambuco
API – Associação Paraibana de Imprensa
APML – Ação Popular Marxista-Leninista
APRA – Associação dos Proprietários da Paraíba
ARE – Agência Regional
ARENA – Aliança Renovadora Nacional
ASI – Assessoria de Segurança e Informação
BASA – Banco da Amazônia
BEMFA – Boletim do Estado Maior das Forças Armadas
BNDE – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BNCC – Banco Nacional de Crédito Cooperativismo
C.A.N.L – Centro Acadêmico Napoleão Laureano
CA-MJ – Comissão de Anistia do Ministério da Justiça
CBA-PB – Comitê Brasileiro pela Anistia – secção da Paraíba
CCC – Comando de Caça aos Comunistas
CCHLA – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes
CCJ – Centro de Ciências Jurídicas
CCTA – Centro de Comunicação, Turismo e Artes
CDDH – Centro de Defesa de Direitos Humanos
CEBs – Comunidades Eclesiais de Base
CEC – Centro Estudantal Campinense
CEDH – Conselho Estadual de Direitos Humanos
CEDDHC – Conselho Estadual de Defesa dos Direitos do Homem e do Cidadão
CEDOP – Centro de Documentação Popular
CEJIL – Centro de Justiça e Direito Internacional
CEMDP – Comissão Especial sobre Mortes e Desaparecidos Políticos

CEMVDHC – Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Helder Câmara de Pernambuco
CENIMAR – Centro de Informações da Marinha
CENTRU – Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural
CELB – Companhia de Eletricidade da Borborema
CELAM – Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano
CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina
CEPLAR – Campanha de Educação Popular
CESE – Centro de Estudos Socioeconômicos da Paraíba
CEU – Clube dos Estudantes Universitários
CEV-Rio – Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro
CEVPM-PB – Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba
CGI – Comissão Geral de Investigações
CGT – Comando Geral dos Trabalhadores
CH – Chefia
CHESF – Companhia Hidroelétrica do São Francisco
CIA – Companhia de Inteligência Americana
CIBRAZEM - Companhia Brasileira de Armazenamento
CIE – Centro de Informação do Exército
CIEX – Centro de Informações do Exterior
CINEP – Companhia de Industrialização da Paraíba
CIPS – Centro de Informações Policiais e de Segurança
CISA – Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica
CISMEC – Comissão de Investigação Sumária do MEC
CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNS – Conselho Nacional de Segurança
CNST – Construção
CNTI – Confederação Nacional dos Trabalhadores das Indústrias
CNV – Comissão Nacional da Verdade
COBAL – Companhia Brasileira de Alimentos
CODATA – Companhia de Processamento de Dados da Paraíba
CODH – Centro de Orientação dos Direitos Humanos
Colina – Comando de Libertação Nacional
COMAR – Comando da Aeronáutica
CONSEPE – Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão
CONSUNI – Conselho Universitário
COOAGRAL – Cooperativa Agropecuária dos Agricultores de Alagamar LTDA
Corrente – Corrente Revolucionária de Minas Gerais
COSINTRA – Comissão Intersindical
CP-PB – Capitania dos Portos da Paraíba
CPDOC – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil
CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito
CPJM – Conselho Permanente da Justiça Militar
CPOR – Centro de Preparação de Oficiais da Reserva
CPT – Comissão Pastoral da Terra
CRUSP – Conjunto Residencial da Universidade de São Paulo
CSN – Conselho de Segurança Nacional
CUT – Central Única dos Trabalhadores
DA – Diretório Acadêmico
DAC – Departamento de Artes e Comunicação
DENTEL – Delegacia Nacional de Telecomunicações
DEOPS – Delegacia/Departamento Estadual de Ordem Política e Social
DEOPSE – Delegacia/Departamento Especial de Ordem Política, Social e Econômica
DER-PB – Departamento de Estradas e Rodagem da Paraíba
DCE – Diretório Central dos Estudantes
DHNET – Direitos Humanos na Internet

DI-BA – Dissidência da Bahia
DIC – Delegacia de Investigação e Captura
DIDH – Direito Internacional dos Direitos Humanos
DI-GB – Dissidência da Guanabara
DI-PR – Dissidência do Paraná
DI-RJ – Dissidência do Rio de Janeiro
DI-RS – Dissidência do Rio Grande do Sul
DI-SP – Dissidência de São Paulo
D.I.U. – Dispositivo Intra Uterino
DNA – Ácido Desoxirribonucléico
DNOCS – Departamento Nacional de Obras Contra as Secas
DOE – Diário Oficial do Estado
DOI-CODI – Destacamento de Operações e Informações - Centro de Operações de Defesa Interna
DOPS – Delegacia/Departamento de Ordem Política e Social
DOPSE – Delegacia/Departamento de Ordem Política, Social e Econômica
DOU – Diário Oficial da União
DPT – Departamento de Polícia Técnica
DPF – Departamento de Polícia Federal
DRT – Delegacia Regional do Trabalho
DSI – Divisões de Segurança e Informações
DSIEC – Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Educação e Cultura
DST – Doença Sexualmente Transmissível
DVP – Dissidência da VAR-Palmares
EBCT – Empresa Brasileira dos Correios e Telégrafos
EDIPUCRS – Editora Universitária da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
EDUECE – Editora da Universidade Estadual do Ceará
EDUEPB – Editora da Universidade Estadual da Paraíba
EDUFCG – Editora da Universidade Federal de Campina Grande
EDUSC – Editora da Universidade do Sagrado Coração
EMATER-PB – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado da Paraíba
EMBRAFILMES – Empresa Brasileira de Filmes S/A
EMBRATEL – Empresa Brasileira de Telecomunicações
EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EMFA – Estado-Maior das Forças Armadas
ENED – Executiva Nacional dos Estudantes
ESCEME – Escola de Comando e Estado-Maior do Exército
ESG – Escola Superior de Guerra
ESNI – Escola Nacional de Informações
ESPEP – Escola de Serviço Público do Estado da Paraíba
EUA – Estados Unidos da América
FAB – Força Aérea Brasileira
FACE – Faculdade de Ciências Econômicas
FACMA – Fundação Artístico-Cultural Manuel Bandeira
FAFI – Faculdade de Filosofia
FALN – Forças Armadas de Libertação Nacional
FAP – Faculdade Paraibana
FBT– Fração Bolchevique Trotskista
FCJA – Fundação Casa de José Américo
FDDH-MMA – Fundação de Defesa dos Direitos Humanos Margarida Maria Alves
FDIM – Federação Democrática Internacional de Mulheres
FEB – Força Expedicionária Brasileira
FENARTE – Festival de Arte
FETAG-PB – Federação dos Trabalhadores da Agricultura da Paraíba
FIEP – Federação das Indústrias do Estado da Paraíba
FLN – Frente de Libertação Nacional

FLNe – Frente de Libertação do Nordeste
FMP – Frente de Mobilização Populares
FPN – Frente Parlamentar Nacionalista
FTIEPB – Federação dos Trabalhadores na Indústria do Estado da Paraíba
FUNAI – Fundação Nacional do Índio
FUNARTE – Fundação Nacional de Artes
FUNRURAL – Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural
FURNE – Fundação Universidade Regional do Nordeste
GAJOP – Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares
GETEX – Grupo Estudantil de Teatro Experimental
GT – Grupo de Trabalho
HPS – Hospital São Sebastião de Caruaru
IAA-PB – Instituto de Açúcar e do Álcool - Paraíba
IAPI – Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários
IBDF – Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal
ICFCH – Instituto Central de Filosofia e Ciências Humanas
ICL – Instituto Central de Letras
IFPB – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba
IHGP – Instituto Histórico e Geográfico Paraibano
IML – Instituto Médico Legal
INAMPS - Instituto Nacional de Previdência e Assistência Social
INC – Instituto Nacional de Cinema
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INPS – Instituto Nacional de Previdência Social
INSS – Instituto Nacional do Seguro Nacional
IPASE – Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado
IPHAEP – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba
IPMs – Inquéritos Policiais Militares
JAC – Juventude Agrária Católica
JEC – Juventude Estudantil Católica
JIC – Juventude Independente Católica
JOC – Juventude Operária Católica
JUC – Juventude Universitária Católica
JSM – Junta do Serviço Militar
JUC – Juventude Universitária Católica
JUTECA – Juventude Teatral de Cruz das Armas
LBA – Legião Brasileira de Assistência
Libelu – Liberdade e Luta
LILA – Liga dos Proprietários
LGBTTT – Lésbiscas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros
LSN – Lei de Segurança Nacional
LO – Liga Operária
MAFEP – Movimento de Arregimentação Feminina do Estado da Paraíba
MAR – Movimento de Ação Revolucionária
MC – Ministério das Comunicações
MCP – Movimento de Cultura Popular
MCR – Movimento Comunista Revolucionário
MDB – Movimento Democrático Brasileiro
MEC – Ministério da Educação e Cultura
MER – Movimento de Evangelização Rural
MFPA – Movimento Feminino pela Anistia
MMB – Movimento de Mulheres do Brejo Paraibano
ME – Movimento Estudantil
MNDH – Movimento Nacional de Direitos Humanos
MNE – Ministério das Minas e Energia

MNB – Movimento Nacionalista Brasileiro
MNR – Movimento Nacionalista Revolucionário
MOCA – Movimento de Cultura Artística
Molipo – Movimento de Libertação Popular
MPF – Ministério Público Federal
MR-21 – Movimento Revolucionário 21 de Abril
MR-26 – Movimento Revolucionário 26 de Março
MR-8 – Movimento Revolucionário 8 de Outubro
MRE – Ministério das Relações Exteriores
MRT – Movimento Revolucionário Tiradentes
MRM – Movimento Revolucionário Marxista Organização Comunista 1º de Maio
MS – Ministério da Saúde
MT – Ministério dos Transportes
NAC – Núcleo de Arte Contemporânea
NCDH – Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos
NDIHR – Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional
NTU – Núcleo de Teatro Universitário
NUP – Núcleo de Antropologia da Política
NUDOC – Núcleo de Documentação Cinematográfica
OAB – Ordem dos Advogados do Brasil
OBAN – Operação Bandeirantes
OCML-PO – Organização de Combate Marxista-Leninista
OEA – Organização dos Estados Americanos
OI – Órgãos de Informação
ONGs – Organizações Não Governamentais
ORM-Polop – Organização Revolucionária Marxista-Política Operária
PBPREV – Paraíba Previdência
PCB – Partido Comunista Brasileiro
PCBR – Partido Comunista Brasileiro Revolucionário
PCdoB – Partido Comunista do Brasil
PCdoB-AV – Partido Comunista do Brasil-Ala Vermelha
PCR – Partido Comunista Revolucionário
PDC – Partido Democrático Cristão
PDS – Partido Democrático Social
PE – Polícia do Exército
PEM – Projeto Educativo do Menor
PF – Polícia Federal
PL – Partido Liberal
PM – Polícia Militar
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNDH – Programa Nacional de Direitos Humanos
PNEDH – Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
POC – Partido Operário Comunista
PORT – Partido Operário Revolucionário Trotskista
PP – Partido Popular
PPGH – Programa de Pós-Graduação em História
PR – Partido Republicano
PRAC – Pró-Reitoria para Assuntos Comunitários
PROALCOOL – Programa Nacional do Álcool
PRT – Partido Revolucionário dos Trabalhadores
PSB – Partido Socialista Brasileiro
PSD – Partido Social Democrático
PSP – Partido Social Progressista
PT – Partido dos Trabalhadores

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro
PUA – Pacto de Unidade e Ação
PUC-SP – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
RAN – Resistência Armada Nacionalista
REDHBRASIL – Rede de Educadores em Direitos Humanos do Brasil
Rede – Resistência Democrática
RFFESA – Rede Ferroviária Federal SA
SA – Seção Administrativa
SAELPA – Sociedade Anônima de Eletrificação da Paraíba
SAMDU – Serviço de Assitência Médica Domiciliar de Urgência
SAPPP – Sociedade Agrícola de Plantadores e Pecuaristas de Penambuco
SAPS – Serviço de Alimentação da Previdência Social
SBPC – Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência
SEDH – Secretaria Especial de Direitos Humanos
SEDUP – Serviço de Educação Popular
SEMACC – Semana Marista de Arte, Cultura e Conhecimento
SEMPAB – Seminário Paraibano da Problemática da Arte Brasileira
SESC – Serviço Social do Comércio
SFICI – Serviço Federal de Informações e Contrainformações
SIDH – Seminário Internacional de Direitos Humanos
SINTEP – Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras em Educação do Estado da Paraíba
SISNI – Sistema de Informação do SNI
SNI – Serviço Nacional de Informações
SODS – Secretaria dos Órgãos Deliberativos da Administração Superior
SQD – Sem Qualificação de Dados
SR/DPF/PB – Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal da Paraíba
SSP – Secretaria de Segurança Pública
STF – Superior Tribunal Federal
STM – Superior Tribunal Militar
SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
SUDEPE – Superintendência do Desenvolvimento da Pesca
SUNAB – Superintendência Nacional de Abastecimento
SUPRA – Superintendência da Reforma Agrária
SUSIEM – Subsistema de Informações Estratégicas Militares
TELPA – Telecomunicações da Paraíba
TFP – Sociedade Brasileira em Defesa da Tradição, da Família e da Propriedade
TJ-PB – Tribunal de Justiça da Paraíba
TRE-PB – Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba
UBES – União Brasileira dos Estudantes Secundaristas
UC – União dos Comunistas (Grupo Debate)
UDN – União Democrática Nacional
UEEP – União Estadual dos Estudantes na Paraíba
UEL – Universidade Estadual de Londrina
UEP – União dos Estudantes de Pernambuco
UEPB – Universidade Estadual da Paraíba
UFCG – Universidade Federal de Campina Grande
UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais
UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina
UFPB – Universidade Federal da Paraíba
UFPE – Universidade Federal da Paraíba
UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro
UIE – União Internacional dos Estudantes
UNE – União Nacional dos Estudantes
UNB – Universidade de Brasília
UNIFESP – Universidade Federal de São Paulo

UniFoa – Centro Universitário de Volta Redonda
UNIPÊ – Centro Universitário de João Pessoa
URNE – Universidade Regional do Nordeste
USAID – United States Agency for International Development
VAR-Palmares – Vanguarda Revolucionária Palmares
VARIG – Viação Aérea Rio Grandense
VPR – Vanguarda Popular Revolucionária
UBM – União Brasileira de Mulheres
UBSPT – União Brasileira dos Servidores Postais e Telegráficos
UJS – União da Juventude Socialista
UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas
UPES – União Pessoense de Estudantes Secundários
URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

Lista de Quadros, Gráfico e Figuras

Quadros

Quadro 1 –Testemunhos no Projeto Compartilhando Memórias

Quadro 2 –- Principais matérias jornalísticas da CEVPM-PB

Quadro 3 – Matérias publicadas na página Facebook da CEVPM-PB

Quadro 4 – Síntese paraibanos torturados

Quadro 5 – Cassação de mandatos de deputados estaduais e suplentes do Estado da Paraíba na ditadura militar – 1964

Quadro 6 – Cassação de mandatos de vereadores e suplentes do Estado da Paraíba na ditadura militar – 1964

Quadro 7 – Cassação de mandatos de deputados federais do Estado da Paraíba na ditadura militar – 1969

Quadro 8 – Cassação de mandatos de deputados estaduais do Estado da Paraíba na ditadura militar – 1969

Quadro 9 – Requerimentos para processo de anistia, com titularidade feminina

Gráfico

Gráfico 1 - Seguidores da Fanpage da CEVPM-PB, por faixa etária

Figuras

Figura 1 – Folder da Exposição e Seminário “Reflexos da Ditadura Militar na Paraíba – 50 anos depois”. TRE e CEVPM-PB – 2014

Figura 2 – ADUFPB. Ofício 43/79

Figura 3 – USA. Departament of State. Telegram. Oct. 79

Figura 4 – Mapa da Tortura na Paraíba

Figuras 5 e 5A – Carta do médico Firmino Brasileiro sobre a “granja do terror”

Figura 6 – Ilustrações de Cartilha da CEPLAR

Figura 7 – Recorte de Jornal “A União”, de 6/3/1964 – Arrombamento da porta da Faculdade de Direito da UFPB

Figura 8 – Recorte de Jornal “A União”, de 6/3/1964 – Estudantes presos

Figura 9 – Ficha DEOPSE-PB, 1968

Figura 10 – Recorte de Jornal. A União, 21/5/1983. Marly de Castro – PCdoB

Figura 11 – Recorte de Jornal. PCdoB, 1983

Figura 12 – UFPB/Portaria nº 103/1964. Comissão de Investigação

Figura 13 – MFPA. Manuscrito de Therezinha Godoy Zerbine

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 25

PARTE I - A COMISSÃO ESTADUAL DA VERDADE E PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA DO ESTADO DA PARAÍBA 33

Capítulo 1 – A criação da Comissão Estadual da Verdade e Preservação da Memória do Estado da Paraíba 35

1 Antecedentes históricos 35

2 O mandato legal da Comissão Estadual da Verdade e Preservação da Memória do Estado da Paraíba 43

Capítulo 2 – As atividades da CEVPM-PB 45

1 Organização da Comissão 45

2 Audiências públicas e oitivas privadas 45

2.1 Audiências públicas 46

2.1.1 Testemunho de Maria do Socorro Fragoso de Moraes [Jô Moraes] 46

2.1.2 Perseguição às Ligas Camponesas na Paraíba 46

2.1.3 As granjas do terror 47

2.1.4 Morte de Luís Alberto de Andrade Sá e Benevides e Miriam Lopes Verbena 48

2.1.5 Torturas em militantes do PORT e PCBR 49

2.1.6 A queda do Congresso de Ibiúna 50

2.1.7 Torturas nos presos políticos de Itamaracá 50

2.1.8 Prisões, torturas e queda do PCB da Paraíba 51

2.1.9 Perseguição aos sindicalistas pela ditadura 52

2.1.10 As marcas da tortura 52

2.1.11 A vida na clandestinidade 53

2.1.12 50 anos da ocupação da Faculdade de Direito 54

2.1.13 Mulheres na resistência à ditadura 54

2.1.14 A greve dos marinheiros 50 anos depois 55

2.1.15 Os magistrados paraibanos cassados pela ditadura 56

2.1.16 Tortura: crônicas do horror 56

2.1.17 Os presos do Roger 57

2.1.18 Guerrilha de Catolé do Rocha 57

2.1.19 Cassações e prisões na Ilha de Fernando de Noronha 58

2.1.20 Demissões de professores na Paraíba 58

2.1.21 Censura à imprensa e à cultura 59
2.1.22 Cassações de mandatos por civis a serviço dos militares 59
2.1.23 A vida no exílio 60
2.1.24 Conflitos agrários nas décadas de 70/80 61
2.2. Oitivas 61
2.2.1 Avani Fernandes, Alcides Fernandes, José Alves Pereira, Francisco Aécio da Silva 61
2.2.2 Marina Dias Virgínio 62
2.2.3 Maria do Socorro Cardoso da Silva, João Cardoso da Silva e José Cardoso da Silva 63
2.2.4 Ana Justina de Oliveira, Hilda Maria da Conceição de Melo, Francisca Freitas de Sousa, Severino Francisco da Silva, Isabel Regina Reis e Antônio Domingos de Oliveira 63
2.2.5 Eraldo Fernandes 64
2.2.6 Rômulo de Araújo Lima 65
2.2.7 Josineide, Walter e Náugia Araújo 65
2.2.8 Maria do Socorro Campos 65
2.2.9 Nydia Franca Lemos de Souza 66
2.2.10 José Ailton e José Bernardo da Silva 66
2.2.11 Marta, Marinês e Isaac Pedro Teixeira 67
2.2.12 Maria das Neves e Maria José Teixeira 67
2.2.13 José Marinardi de Araújo 67
2.2.14 Germana Correia Lima 68
2.2.15 Amilton de França 68
2.2.16 Berilo Ramos Borba 69
2.2.17 Sargento Marinho 69
2.2.18 Ñasaindy Barrett de Araújo 70
2.2.19 Netovitch Maia Duarte 70
2.2.20 Genaro e Gláucia Ieno, Frei Hermano José e Irmã Marlene 71
2.2.21 Carlos Soares de Lima Filho [Help] 71
2.2.22 Rubens Pinto Lyra 72
2.2.23 Maria Izabel Cavalcante Pontes 72
2.2.24 Anatilde Targino Alves 73
3 Relacionamento com órgãos públicos 73
3.1 Acordos e termos de cooperação técnica 73
3.1.1 Comissão de Anistia do Ministério da Justiça 73
3.1.2 Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano de Pernambuco (APEJE-PE) 74

3.1.3 Comissão da Estadual da Memória e Verdade Dom Helder Câmara de Pernambuco (CEMVDHC) 74
3.1.4 Comissão Nacional da Verdade (CNV) 75
3.1.5 Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) 75
3.1.6 Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro 76
4 Relacionamento com a sociedade civil 76
4.1 Atividades e eventos 76
4.1.1 Cinema "Pela Verdade" 76
4.1.2 Inauguração do auditório João Roberto Borges de Souza 77
4.1.3 Lançamento do site da CEVPM-PB e digitalização do arquivo da DOPS-PB 77
4.1.4 I Encontro Nordestino dos Comitês Estaduais pela Memória, Verdade e Justiça 78
4.1.5 Exposição sobre o período da ditadura militar no Brasil 78
4.1.6 Debate da OAB e as Comissões da Verdade sobre Lei de Anistia 78
4.1.7 Entrega ao TRE de documento secreto 79
4.1.8 Encontro Estadual de Sociologia 79
4.1.9 Documentário e debate 80
4.1.10 Reunião com assessor da Comissão de Anistia 80
4.1.11 Homenagem ao professor Fábio Freitas 81
4.1.12 50 anos da resistência de Mari 81
4.1.13 Encontro da Nova Consciência 81
4.1.14 Entrega do Relatório Parcial ao Governador 82
4.1.15 Debate na UEPB 82
4.1.16 Exposição "Reflexos da Ditadura na Paraíba" 82
4.1.17 Entrega do Relatório Parcial da CEVPM-PB a CNV 84
4.1.18 Encontro da família João Pedro e Elizabeth Teixeira no Memorial das Ligas Camponesas 84
4.1.19 Palestra para os estudantes do Anglo Colégio e Curso 84
4.1.20 II Semana de Jornalismo Vladimir Herzog 85
4.1.21 Audiência com a direção da Polícia Federal 85
4.1.22 Comissão de Anistia do Ministério da Justiça 85
4.1.23 II Encontro do Movimento Memória, Verdade e Justiça do Norte e Nordeste 86
4.1.24 Comissão denuncia torturador ao MPF 86
4.1.25 Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba 86
4.1.26 Espaço Experimental 87
4.1.27 Homenagem a membros da CEVPM-PB 87

4.1.28 Comissão da Verdade da OAB 88
4.1.29 Palestra no curso de Direito da Faculdade Maurício de Nassau 88
4.1.30 Entrevista na TV Assembleia 88
4.1.31 Palestra no Colégio Marista Pio X 89
4.1.32 Encontro de Comitês e Comissões pela Memória, Verdade e Justiça do Norte e Nordeste do Brasil 89
4.1.33 Colóquio sobre o Direito à Memória e à Verdade 91
4.1.34 Comissão da Verdade da UFPB 91
4.1.35 Sessão Câmara de Campina Grande sobre os 50 anos do golpe 92
4.1.36 Encontro Nacional das Comissões da Verdade 92
4.2 Matérias na imprensa 93
4.3 Interatividade no Facebook e no sítio eletrônico da CEVPM-PB 98
5 Atividades administrativas e de trabalho 104
5.1 Lista das convocatórias e pautas das reuniões da CEVPM-PB 104
5.2 Ofícios expedidos pela Comissão 109
5.3 Correspondências eletrônicas recebidas 111
5.4 Arquivos recebidos e consultados 113
5.4.1 Arquivo do ex-deputado estadual Zenóbio Toscano 113
5.4.2 Arquivo da Polícia Militar da Paraíba 114
5.4.3 Arquivo Nacional – Fundo Serviço Nacional de Informações e das AESI 114
5.4.4 Arquivo do ex-deputado Antônio Augusto Arroxelas 115
5.4.5 Arquivo da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça 115
5.4.6 Arquivo da Comissão das Entidades de Campina Grande 115
5.4.7 Arquivo da Comissão Nacional da Verdade 116
5.4.8 Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano do Estado de Pernambuco 116
5.4.9 Arquivos pessoais doados a CEVPM-PB 116
5.5 Notas da CEVPM-PB 117
5.5.1 Notas de Pesar 117
5.5.2 Nota de Repúdio 119
PARTE II - CONTEXTO HISTÓRICO: DO PRÉ-GOLPE CIVIL-MILITAR DE 1964 AO FIM DA DITADURA MILITAR 121
Capítulo 3 - Contexto histórico paraibano 123
3.1 Movimentos sociais, o governo de Pedro Gondim e o golpe civil-militar na Paraíba 123
3.2 Legitimação de parte da sociedade civil paraibana ao regime implantado com o golpe de 1964 133

3.3 Da ditadura militar à redemocratização 136
PARTE III - TEXTOS TEMÁTICOS 155
Capítulo 4 – Violações dos direitos humanos na Paraíba durante a ditadura militar 157
1 Estrutura de repressão na Paraíba 157
1.1 Estrutura nacional 157
1.2 Estrutura estadual 162
1.3 Assessoria Especial de Segurança e Informações da UFPB 169
1.4 Ação da Polícia Militar da Paraíba 176
1.5 A vigilância norte-americana 187
1.6 Considerações finais 190
2 Mortos e desaparecidos políticos do regime militar 191
2.1 Metodologia adotada 191
2.2 Dados biográficos dos paraibanos mortos ou desaparecidos políticos 194
2.2.1 Dilermano Mello do Nascimento (1920-1964) 194
2.2.2 Severino Elias de Mello (1913-1965) 195
2.2.3 Marcos Antônio da Silva Lima (1941-1970) 196
2.2.4 José Maria Ferreira de Araújo (1941-1970) 197
2.2.5 Ezequias Bezerra da Rocha (1944-1972) 199
2.2.6 Umberto de Albuquerque Câmara Neto (1947-1973) 201
2.2.7 João Pedro Teixeira (1918-1962) 203
2.2.8 Adauto Freire da Cruz (1924-1979) 204
2.2.9 Margarida Maria Alves (1932-1983) 206
2.3 Os casos investigados pela CEVPM-PB 208
2.3.1 Os camponeses: Pedro Inácio de Araújo e João Alfredo Dias 208
2.3.1.1 Pedro Inácio de Araújo [Pedro Fazendeiro] - (1909-1964) 208
2.3.1.2 João Alfredo Dias (Nego Fuba) 214
2.3.1.3 A Assembleia Legislativa da Paraíba e o desparecimento dos camponeses 219
2.3.1.4 Circunstâncias das mortes e os cadáveres de Alcantil 222
2.3.1.5 Tentativas para encontrar os corpos de Alcantil 226
2.3.1.6 Denúncia e intimidação à Comissão Estadual da Verdade da Paraíba 229
2.3.2 Francisco das Chagas Pereira (1944-Não identificado) 230
2.3.3 Luís Alberto Andrade de Sá e Benevides (1942-1972) 235
2.3.4 João Roberto Borges de Souza (1946-1969) 239
2.3.4.1 A militância de João Roberto 239

2.3.4.2 Autobiografia sob tortura 247
2.3.4.3 Tentativa de reaver a vida 255
2.3.4.4 Cartas da clandestinidade 258
2.3.4.5 O “afogamento” no açude Olho D´Água 262
2.3.4.6 Conclusão 267
3 Mapa da tortura (1964-1985) 273
3.1 Introdução 273
3.2 O que é tortura? 274
3.3 Tortura na ditadura militar brasileira: uma prática de Estado 278
3.4. A Paraíba e os paraibanos 285
3.5 O mapa da tortura na Paraíba 289
3.5.1 SAPÉ 289
3.5.1.1 Delegacia de Polícia 289
3.5.2 JOÃO PESSOA 294
3.5.2.1 15° Batalhão de Infantaria Motorizado (Batalhão Vidal de Negreiros) 295
3.5.2.2 DIC – Delegacia de Investigação e Captura 298
3.5.2.3 Polícia Federal 300
3.5.2.4 1º Grupamento de Engenharia 302
3.5.3 BAYEUX 303
3.5.3.1 16° Regimento de Cavalaria Mecanizado (RCMec) 303
3.5.4 CABEDELO 306
3.5.4.1 Ministério da Agricultura 306
3.5.5 CAMPINA GRANDE 307
3.5.5.1 Granja do terror 307
3.6 Paraibanos torturados e/ou que sofreram tratamentos cruéis e desumanos 321
4 Repressão do Estado e de milícias privadas aos camponeses 347
4.1 Introdução 347
4.2 Audiência pública em Sapé-PB com lideranças das ligas 349
4.2.1 Francisco de Assis Lemos de Souza (Assis Lemos) 350
4.2.2 Ophélia Maria de Amorim 351
4.2.3 Elizabeth Altina Teixeira 353
4.2.4 Antônio José Dantas 355
4.2.5 Josineide Maria de Araújo 357
4.3 Família de Elizabeth Altina Teixeira e João Pedro Teixeira 359
4.3.1 O encontro pós ditadura militar 362

4.3.2 Depoimentos nas Oitivas 363
4.3.2.1 Maria José Teixeira 363
4.3.2.2 Isaac Pedro Teixeira 364
4.3.2.3 Marinês Altina Teixeira 366
4.3.2.4 Carlos Antônio Teixeira 367
4.3.2.5 Marta Cristina Teixeira 368
4.3.2.6 Maria das Neves Teixeira 369
4.4 Família de Pedro Inácio de Araújo e Maria Júlia de Araújo 371
4.4.1 Dos depoimentos 372
4.4.1.1 Josineide Maria de Araújo 372
4.4.1.2 Walter José de Araújo 374
4.4.1.3 José Marinard de Araújo 375
4.4.1.4 Náugia Maria de Araújo 377
4.5 Família de João Alfredo Dias (Nego Fuba) 379
4.5.1 Depoimento da irmã Marina Dias Virgínio 380
4.6 Depoimentos no Memorial das Ligas Camponesas 382
4.6.1 Ana Justino de Oliveira 383
4.6.2 Hilda Maria da Conceição de Melo 384
4.6.3 Francisca Freitas de Sousa 385
4.6.4 Isabel Regina dos Reis 386
4.6.5 Severino Francisco da Silva 387
4.6.6 Antônio Domingos de Oliveira 388
4.7 Duas mulheres envolvidas na história de lideranças das Ligas Camponesas na Paraíba .. 389
4.7.1 Anatilde Targino Alves: uma testemunha da vida na clandestinidade 389
4.7.2 Nydia Franca Lemos de Souza: uma testemunha do campesinato 390
4.8 Igreja católica: Dom José Maria Pires e a assessoria aos movimentos sociais no campo . 391
4.8.1 Equipe Promoção Humana 391
4.8.1.1 Frei Hermano José 391
4.8.1.2 Irmã Marlene Burgers 392
4.8.1.3 Gláucia Maria de Luna Ieno 393
4.8.1.4 Genaro Ieno Neto 394
4.8.1.5 Frei Anastácio 395
4.8.2 Advogados convocados por D. José Maria Pires 396
4.8.2.1 Vanderlei Caixe (1944-2012) 396
4.8.2.2 Júlio César Ramalho 397

4.9 Dom Marcelo Pinto Carvalheira e a opção pelos movimentos de resistência 398
4.9.1 Projeto Educativo do Menor (PEM) – Guarabira-PB 400
4.9.2 Centro de Orientação dos Direito Humanos (CODH) – Guarabira-PB 401
4.9.3 Serviço de Educação Popular (SEDUP) – Guarabira-PB 401
4.10 Margarida Maria Alves: líder sindical na Paraíba 403
4.10.1 Depoimento de Vanderlei Amado à CEVPM-PB 404
4.10.2 Conclusão 408
4.11 As Ligas Camponesas por quem vivenciou, mas não teve oportunidade de contar 410
4.11.1 Memórias do Povo: uma pesquisa de campo 410
4.11.2 Oitiva dos filhos de Pedro Cardoso da Silva sobre o conflito de Mari-PB 417
4.11.2.1 Introdução 417
4.11.2.2 Dos depoimentos 418
4.12 SNI: a vigilância sobre o meio rural paraibano 419
5 Perseguição dos órgãos de segurança ao setor educacional 427
5.1 Introdução 427
5.2 Ação Católica e juventude 431
5.3 Campanha de Educação Popular – CEPLAR 433
5.4 Ocupação da Faculdade de Direito 438
5.5 Golpe de 1964 e o movimento estudantil na Paraíba 446
5.6 Congresso da UNE em Ibiúna 464
5.7 Guerrilha de Catolé do Rocha 473
5.8 Estudantes no contexto da redemocratização 476
5.9 Perseguição a professores 483
5.9.1 Professores estrangeiros e “alienígenas” na UFPB 499
5.9.2 Atuação da ADUF/UFPB 501
5.10 Algumas considerações 504
6 Intervenção nos sindicatos e em outras entidades da sociedade civil 506
6.1 Intervenção nos sindicatos 506
6.2 Repressão à Igreja Católica 518
7 Cassação de mandatos eletivos e a perseguição a magistrados 536
7.1 Cassações de mandatos legislativos no imediato pós-golpe no estado da Paraíba 537
7.2 Cassações de mandatos legislativos pós AI-5 no estado da Paraíba 546
7.3 Cassações de mandatos de prefeitos paraibanos no imediato pós-golpe 552
7.4 Cassações de prefeitos paraibanos no “surto” pós AI-2 e pós AI-5 562

7.5 Perseguição a magistrados paraibanos 565
7.5.1 Magistrado perseguido e demitido em 1964..... 565
7.5.2 Emílio de Farias: desembargador cassado pelo CNS 569
7.5.3 Juízes punidos após a edição do AI - 5/1968..... 574
7.5.4 Magistrados punidos em 1969 se revoltam 580
7.5.5 Reação aos onze juízes perseguidos 591
8 Demissão de servidores públicos federais, estaduais e municipais 594
9 Ditadura e gênero 600
9.1 Casos emblemáticos 603
9.1.1 Ophélia Maria de Amorim..... 603
9.1.2 Elizabeth Altina Teixeira..... 605
9.1.2.1 Filhas de Elizabeth Altina Teixeira e João Pedro Teixeira..... 606
9.1.3 Marina Dias Virgínio..... 608
9.1.4 Filhas de Pedro Inácio de Araújo [Pedro Fazendeiro]e Maria Júlia Araújo 609
9.2 A Militância clandestina..... 611
9.3 Mulheres presas e/ou torturadas na Granja do Terror em Campina Grande 617
9.3.1 Maura Pires Ramos..... 617
9.3.2 Josélia Maria Ramos Wellen 618
9.3.3 Dilza Rodrigues de França 619
9.4 Outros casos de perseguição a mulheres 620
9.5 Participação da mulher no Movimento pela Anistia na Paraíba..... 629
9.6 Audiências públicas e oitivas realizadas com as mulheres na Paraíba 633
9.7 Alunas presas no 30º Congresso da UNE..... 634
9.8 Alunas que foram punidas nas instituições de ensino superior 636
9.9 Mulheres com processos de anistia 637
9.10 Considerações Finais..... 645
10 Censura à imprensa e à cultura..... 646
10.1 Censura à imprensa..... 646
10.2 Censura à cultura 662
10.2.1 Música 663
10.2.1.1 Os Festivais de Música Popular Brasileira na Paraíba: 1967 - 1970..... 671
10.2.2 Teatro..... 674
10.2.2.1 Movimento de teatro amador e universitário..... 679
10.2.3 Artes Plásticas 686

10.2.4 Cineclubismo e cinema 689
10.2.5 Movimento Tropicalista 694
10.2.6 Primeiros Festivais de Verão de Areia 696
10.3 Considerações finais 698
11 Bomba no Cine-Teatro Apolo XI 699
11.1 Introdução 699
11.2 O fato como aconteceu e foi noticiado 699
11.3 Inquérito da Polícia Federal 703
11.4 Conclusão 705
PARTE IV - CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES DA CEVPM-PB 707
Capítulo 5 - Considerações finais 709
Capítulo 6 – Recomendações da CEVPM-PB 712
ANEXOS 719
1 Documentos relativos à criação da CEVPM-PB 719
2 Homenagem a Fábio Fernando Barboza de Freitas 733
3 Indiciados no IPM da Subversão 740
4 Indiciados no IPM “Grupo dos Onze” 745

APRESENTAÇÃO

A Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba (CEVPM-PB) foi criada pelo governador Ricardo Vieira Coutinho por meio do Decreto nº 33.426, de 31 de outubro de 2012, com a finalidade de buscar o esclarecimento das graves violações de direitos humanos praticadas por agentes públicos contra qualquer pessoa no território da Paraíba, ou aos paraibanos que se encontravam em outros Estados ou Países, durante o período fixado no art. 8º do Ato das Disposições Transitórias da Constituição Federal, a fim de efetivar o direito à memória e à verdade histórica. (Anexo 1 – Documentos relativos à criação da CEVPM-PB)

A instalação da CEVPM-PB ocorreu no dia 11 de março de 2013, em solenidade presidida pelo governador Ricardo Coutinho, no Palácio da Redenção, com a nomeação dos seus membros: Paulo Giovani Antonino Nunes, como Presidente, Fábio Fernando Barbosa de Freitas, Iranice Gonçalves Muniz, Irene Marinheiro Jerônimo de Oliveira, João Manoel de Carvalho, Lúcia de Fátima Guerra Ferreira e Waldir Porfírio da Silva. A composição da Comissão foi oficializada pelo Ato Governamental nº 6.018, de 11 de março de 2013, com mandato de dois anos, que foi prorrogado por mais dois anos, conforme o Ato Governamental nº 1.085, de 27 de fevereiro de 2015. Por problemas de saúde, o jornalista João Manoel de Carvalho afastou-se da CEVPM-PB, mas não foi substituído. Com o falecimento do professor Fábio Freitas (Anexo 2 - Homenagem), foi indicado em seu lugar o professor Herbert Andrade Oliveira.

No lançamento do Relatório Parcial da CEVPM-PB, em solenidade no Palácio da Redenção no dia 31 de março de 2014, o governador Ricardo Coutinho ressaltou a necessidade de preservar a memória do período da ditadura militar: “Nenhum povo pode construir qualquer futuro que seja sem conhecer o seu passado. É preciso que as novas gerações possam, naturalmente, conhecer esse lado da nossa história e fazer com que a partir da verdade o País evite qualquer coisa parecida com isso no campo da supressão das liberdades individuais e coletivas, no campo da tortura, no campo da ausência da democracia. Assim ela pode construir um País bem melhor para seus filhos”.

A Comissão da Verdade criou os instrumentos necessários para realizar pesquisas com fontes documentais e testemunhais bem como implementou ações junto à sociedade para dar visibilidade ao seu trabalho e, portanto, ao tema da ditadura militar com o embate entre as forças da repressão e da resistência ao autoritarismo.

O desenvolvimento das atividades da CEVPM-PB ocorreu a partir de dez Grupos de Trabalhos (GT´s) envolvendo professores universitários e do ensino médio, estudantes universitários e profissionais liberais todos de forma voluntária e colaborativa. Os 21 anos da ditadura militar, com as inúmeras formas de violações dos direitos humanos atingindo os mais diversos segmentos sociais, instigam pesquisas documentais e testemunhais que poderão desvendar novos elementos fundamentais para a compreensão daquele período. Dentre as possibilidades temáticas, foram definidos dez temas, que correspondem aos dez GTs, a saber:

- Mortos e desaparecidos políticos do regime militar

Coordenador: Waldir Porfírio da Silva

Este grupo teve a finalidade de promover o esclarecimento sobre as mortes e desaparecimentos forçados, com ocultação de cadáveres, ocorrido no território do Estado da Paraíba, ou de paraibanos que se encontravam em outros Entes da Federação no período arbitrário do regime militar (1964-1985). Também envidou esforços para o esclarecimento de casos emblemáticos que pairam dúvidas até hoje sobre as mortes de alguns paraibanos, ocorridos no referido espaço de tempo e outras denúncias que porventura chegassem à CEVPM-PB.

- Mapa da Tortura

Coordenadores: Fábio Fernando Barboza de Freitas (até 13 de março de 2016) e Herbert de Andrade Oliveira

O objetivo deste GT foi construir um mapa atualizado da tortura no estado da Paraíba, identificando locais de realização desta prática, traçando o perfil detalhado das vítimas de tortura e compreendendo a tortura como instrumento fundamental de intimidação e repressão, para a manutenção da "ordem" político institucional da ditadura civil-militar. Fundamentos históricos da tortura. As dimensões da tortura. Modos e instrumentos da tortura. Os espaços da tortura (institucionais e extra institucionais). Análise de documentos e testemunhos.

- Perseguição dos órgãos de segurança ao setor educacional

Coordenadora: Lúcia de Fátima Guerra Ferreira

O meio educacional, tanto universitário como secundarista, formal e não formal, foi objeto de grande atenção dos órgãos de segurança, tendo em vista a efervescência política dos segmentos ligados à educação, envolvendo-se em lutas sociais mais amplas. O objetivo deste grupo foi identificar as ações de perseguição ocorridas na Paraíba, atingindo técnicos,

professores e, especialmente, o movimento estudantil, a partir de provas documentais e testemunhais.

- Cassação de mandatos eletivos e a magistrados

Coordenadores: Paulo Giovani Antonino Nunes e Waldir Porfírio da Silva

O GT teve por objetivo identificar todas as pessoas que exerceram mandatos eletivos no âmbito dos poderes executivo e legislativo, no estado da Paraíba que foram cassados, na esfera federal, estadual e municipal no período da ditadura militar e relatar os motivos da cassação e a atuação dos atores sociais envolvidos no processo. Também procurou identificar os magistrados perseguidos no referido período e narrar as causas e os agentes públicos envolvidos.

- Demissão de servidores públicos federais, estaduais e municipais

Coordenador: Waldir Porfírio da Silva

O GT teve por objetivo identificar os servidores públicos federais, estaduais e municipais com atuação no estado da Paraíba e em outros estados da Federação que foram demitidos ou perseguidos de alguma forma por agentes públicos no período da ditadura militar e relatar os motivos e a atuação dos atores sociais envolvidos no processo.

- Ditadura e Gênero

Coordenadora: Irene Marinheiro Jerônimo de Oliveira

O objetivo deste GT foi realizar pesquisas sobre a violência contra as mulheres paraibanas durante a ditadura militar, as consequências dessa violência e os impactos sobre suas vidas. Dar visibilidade não só ao sofrimento das mulheres envolvidas no conflito, que participaram de movimentos de resistência, mas também daquelas cujos familiares foram vítimas de perseguição política.

- Estrutura de repressão na Paraíba

Coordenadoras: Lúcia de Fátima Guerra Ferreira e Iranice Gonçalves Muniz

O período de 1964 a 1985 foi marcado por atos de tortura, assassinato, desaparecimento de muitos paraibanos que resistiram ao regime jurídico/político implantado pelos militares. Este GT teve por objetivo identificar a estrutura organizacional de repressão, membros e área de atuação no Estado, além de verificar a existência de apoiadores e financiadores da sociedade civil, sejam eles indivíduos ou grupos organizados, nacionais ou estrangeiros.

- Intervenção nos sindicatos e em outras entidades da sociedade civil

Coordenador: Paulo Giovani Antonino Nunes[1]

Logo após o golpe civil-militar o governo fez uma série de intervenções nos sindicatos, afastou e prendeu seus dirigentes, também fez intervenções seguidas de perseguições em outras entidades da sociedade civil. Essas ações continuaram ao longo de todo regime militar. O objetivo desse grupo foi identificar as perseguições ocorridas contra sindicalistas e membros das referidas entidades na Paraíba durante a vigência do regime militar.

- Repressão do Estado e de milícias privadas aos camponeses

Coordenadora: Iranice Gonçalves Muniz

As Ligas Camponesas no Estado da Paraíba, desde a sua fundação, foram objeto de perseguições das "milícias privadas". Com o regime militar essas perseguições contaram com o aparelhamento oficial do Estado. O presente GT teve como objetivos: identificar as ações de perseguição praticadas pelo Estado e pelas milícias contra os camponeses, assim como contextualizar e explicitar o projeto de desestruturação das Ligas Camponesas pelo Estado; identificar as ações de perseguição ocorridas nos sindicatos de trabalhadores rurais na Paraíba, no período de 1958 a 1985.

- A bomba estourada no Cineteatro Apolo XI

Coordenadora: Irene Marinheiro Jerônimo de Oliveira

Desvendar o mistério e apurar a autoria intelectual, através de pesquisa, da explosão da bomba no Cineteatro Apolo XI, na cidade de Cajazeiras no Estado da Paraíba, em 2 de julho de 1975 matando duas pessoas durante o período mais duro da ditadura militar.

Estes GTs produziram dez textos temáticos a partir de ampla pesquisa documental, com fontes existentes em diversos acervos brasileiros, cujo acesso foi possível a partir de termos de cooperação e do recebimento de cópias digitalizadas; das fontes testemunhais registradas em vídeo de audiências e oitivas realizadas pela CEVPM-PB, com a devida degravação; além da utilização da bibliografia existente sobre as temáticas tratadas e, particularmente, textos produzidos por membros da CEVPM-PB, publicados em capítulos livros, artigos de revistas acadêmicas, dissertações mestrado e trabalhos de conclusão de cursos de graduação, fruto de pesquisas realizadas durante os trabalhos da Comissão e de projetos de pesquisas individuais

[1] O jornalista João Manoel Carvalho estava também na coordenação deste GT, mas por problemas de saúde não pode participar dos trabalhos da CEVPM-PB.

desenvolvidos no âmbito da Universidade Federal da Paraíba. Além dos temas dos 10 GTs, se identificou a relevância da área da Cultura e Imprensa, especialmente no viés da perseguição censória, ao lado das outras formas de perseguição comuns nas demais áreas abordadas. A coordenação coube a Lúcia de Fátima Guerra Ferreira. Outros temas foram aventados, mas não foi possível desenvolver outras pesquisas.

O presente relatório incorporou partes do Relatório Parcial, sem necessariamente fazer referência, e conta com quatro partes e seis capítulos, sendo que na Parte I se apresentam os antecedentes históricos da CEVPM-PB e seu mandato legal; bem como uma descrição das atividades desenvolvidas de caráter administrativo e finalístico, como as audiências e oitivas, relacionamento com órgãos públicos e a sociedade civil. Na Parte II trata-se do contexto histórico paraibano do pré-golpe civil-militar de 1964 ao fim da ditadura militar. A Parte III apresenta os textos temáticos que tratam de violações dos Direitos Humanos na Paraíba durante a ditadura militar, elaborados por cada GT, além de texto sobre um tema não previsto inicialmente, mas de grande relevância, qual seja a censura à imprensa e à cultura na Paraíba. E a Parte IV expõe as considerações finais e recomendações para o governo do Estado da Paraíba.

A Comissão ao longo de sua caminhada conseguiu resgatar com bastante sacrifício inúmeros documentos que estavam "arquivados" em repartições federais ou estaduais. Tal trabalho demonstrou a pertinácia dos membros da comissão, pois em sua maioria, os arquivos encontram-se desorganizados, faltando documentos, etc. Graças aos acordos de cooperação firmados, a CEVPM-PB foi constituindo um relevante acervo documental sobre o período da ditadura militar, especialmente, com cópias digitalizadas de documentos que apresentam os registros e o *modus operandi* dos serviços de informação e repressão, a exemplo do SNI, DOPS, AESI, além dos IPMs, em particular o IPM 1427 (IPM da Subversão), volume 15, contendo 99 páginas, tendo como encarregado o major Ney de Oliveira Aquino. Este material compõe o acervo da CEVPM-PB, como também notas de jornais locais como "A União", "O Norte", "Correio da Paraíba", que integram a hemeroteca do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano (IHGP). No âmbito nacional, foi utilizado o jornal Correio da Manhã do Rio de Janeiro, à época estado da Guanabara. Também merecem registro os documentos privados cedidos para digitalização, por pessoas que participaram das audiências e oitivas, ou familiares de perseguidos políticos.

Vale ressaltar, que procuramos contemplar no referido Relatório o maior número de pessoas atingidas pela ditadura militar, senão relatando sua atuação e a repressão sofrida, pelo menos citando o nome de alguma forma, mas sabemos que foi impossível tratar de todos os

atingidos, que posteriormente, poderão ser contemplados em novas pesquisas acadêmicas que serão feitas no acervo constituído pela Comissão. Por ausências de pessoas que tiveram seus direitos violados no período estudado, pedimos nossas sinceras desculpas.

Com o encerramento das atividades da CEVPM-PB, este acervo passará para o Memorial da Democracia, conforme o decreto nº 33.426, de 31 de outubro de 2012, de criação da comissão.

Por fim, vale ressaltar o esforço da CEVPM-PB no sentido de contribuir com a Justiça de Transição no Brasil, especialmente no seu pilar que trata da verdade e da memória, "para que não se esqueça, para que nunca mais aconteça!"

Membros da CEVPM-PB

Fábio Fernando Barboza de Freitas *(in memoriam)*

Foi professor da Unidade Acadêmica de Ciências Sociais do Centro de Humanidades da UFCG nas áreas de Teoria, Filosofia Política e Direitos Humanos; Mestre em Ciências Jurídicas/Direitos Humanos (UFPB); do Curso de Especialização em Direitos Humanos do CCHLA/UFPB; do Curso de Especialização em Segurança Pública; presidente da Comissão de Direitos Humanos do CH da UFCG; e membro da Anistia Internacional.

Herbert de Andrade Oliveira

Historiador e professor de história e artes, atuando na rede pública estadual de educação básica, em Campina Grande. Especialista em fundamentos da educação e práticas pedagógicas multidisciplinares.
Integrou o grupo de trabalho sobre mortos e desaparecidos políticos e participou também do grupo de trabalho sobre o mapa da tortura na Paraíba, coordenado pelo Professor Fábio Freitas. Após o falecimento do prof. Fábio Freitas, ficou encarregado de coordenar a conclusão dos trabalhos desse GT.

Iranice Gonçalves Muniz

Pós-Doutorado em Direito pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Doutorado em Direito Público (Constitucional) pela Universitat Pompeu Fabra, Barcelona, Espanha (Revalidado pela Universidade Federal de Pernambuco - Brasil). Mestrado em Direito Público pela mesma Universidade. Especialização em Direitos Humanos pela UFPB. Graduação em Direito pela Universidade Cândido Mendes (UCAM). Atualmente é professora adjunta da UFPB e professora titular do Centro Universitário de João Pessoa (UNIPÊ). Membro colaboradora do Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos da UFPB. Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito Constitucional, Direito Agrário, Direito Internacional e Direitos Humanos.

Irene Marinheiro Jerônimo de Oliveira

Nasceu em Piancó-PB, onde estudou até concluir o curso Normal Regional. Graduou-se em Licenciatura em Letras, na UFPB, em 1974, e a partir daí passou a lecionar no Colégio Estadual de Conceição-PB; depois nas cidades de Itabaiana, Cabedelo e João Pessoa, onde reside até hoje. Foi uma das fundadoras do PT (1980) de Cabedelo e da CUT (1983), contribuindo para a criação da Secretaria de Mulheres da CUT. Foi militante do SINTEP (1979-1989). Em 1990, foi uma das fundadoras do Centro da Mulher 8 de Março. É membro dos Conselhos Estadual e Municipal dos Direitos da Mulher e do Comitê Municipal de Mortalidade Materna. Faz parte e foi fundadora do Fórum de Mulheres Paraibanas e da REDEXI - Rede de Enfrentamento ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. Hoje, é Coordenadora Geral do Centro da Mulher 8 de Março.

Lúcia de Fátima Guerra Ferreira

Mestre em História pela UFPE e Doutora em História Social pela USP, professora titular do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas do CCHLA/UFPB, coordenadora do Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos (NCDH). Membro do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano (IHGP) e da Associação Nacional de História (ANPUH). Foi coordenadora do Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional (NDIHR) e pró-reitora de Extensão e Assuntos Comunitários da UFPB (2000-2012).

Paulo Giovani Antonio Nunes
(presidente da Comissão Estadual da Verdade)

Doutor em História pela Universidade Federal de Pernambuco, Mestre em Ciências Sociais, Bacharel em História e Comunicação Social pela UFPB. Realizou estágio pós-doutoral na Universidade Federal de Minas Gerais. É professor adjunto do Programa de Pós-Graduação em História, bem como na graduação em História, da UFPB. É membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em História do Século XX (GEPHiS20), na linha de pesquisa Estruturas Econômicas e Culturas Políticas no Século XX da Associação Nacional de História (ANPUH).

Waldir Porfírio da Silva

Mestre em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas pela UFPB, graduado em Psicologia pela UEPB e Direito pela FAP. Advogado, escritor e pesquisador da história das esquerdas paraibanas nos períodos do autoritarismo brasileiro. Em 1996, quando era chefe de gabinete do deputado Zenóbio Toscano, auxiliou os familiares dos mortos e desaparecidos políticos do regime militar na formação dos processos de reconhecimento pelo Estado brasileiro e, a partir de 2000, montou os processos de anistia política para vítimas das perseguições do regime militar.

PARTE I

A COMISSÃO ESTADUAL DA VERDADE E PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA DO ESTADO DA PARAÍBA

Capítulo 1 – A criação da Comissão Estadual da Verdade e Preservação da Memória do Estado da Paraíba

1 Antecedentes históricos

Na Paraíba os direitos humanos foram violados antes do golpe civil-militar de 1964, quando o latifúndio cumpria seu papel de classe opressora e exploradora da mão-de-obra dos camponeses, exigindo que estes trabalhassem gratuitamente vários dias da semana para que pudessem morar na propriedade. Para manter a ordem, agrediam física e psicologicamente os camponeses, destruíam as roças e casas daqueles que se insurgissem contra ela.

A formação das Ligas Camponesas, em especial a de Sapé, quebrou essa lógica cruel que perdurava desde o fim da escravidão. Intelectuais, estudantes, profissionais liberais e parlamentares que defendiam as ligas cumpriram um papel importante na denúncia contra a crueldade que ocorria no campo, desconhecidos, até então, pela população urbana das grandes cidades.

Os mártires dessa luta foram muitos, destacando-se Alfredo Nascimento, João Pedro Teixeira, João Alfredo Dias, conhecido como Nego Fuba, e Pedro Inácio de Araújo, conhecido como Pedro Fazendeiro. Todos esses crimes foram denunciados, à época, pelos jornais de grande circulação na Paraíba e em panfletos distribuídos clandestinamente em João Pessoa durante os anos de arbítrio.

Em 1968 novas violações aos direitos humanos ocorreram com a violência praticada pela polícia contra as manifestações estudantis nas ruas de João Pessoa e Campina Grande, deixando estudantes e docentes feridos e presos. Deputados estaduais e vereadores da capital paraibana denunciaram esses fatos na tribuna de seus respectivos parlamentos.

Continuando a fase de denúncias contra o autoritarismo, a morte misteriosa do jovem líder estudantil paraibano, João Roberto Borges de Souza, ocorrida em 1969 [adiante será demonstrado mais detalhes] foi objeto de panfleto clandestino de organizações políticas que faziam oposição ao regime ditatorial.

Na década de 1970, quatro elementos foram fundamentais para denunciar prisões, torturas, assassinatos e desaparecimentos forçados na Paraíba: a reorganização do movimento estudantil por meio do Diretório Central dos Estudantes (DCE) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB); a criação, pela Arquidiocese da Paraíba, do Centro de Defesa de Direitos Humanos (CDDH); a formação do Comitê Brasileiro pela Anistia, secção da Paraíba (CBA-

PB); e Movimento Feminino pela Anistia (MFPA). Essas quatro entidades, além de denunciar atrocidades do regime, empunharam a bandeira pela Anistia Ampla, Geral e Irrestrita.

Segundo registrou Talita Hanna Cabral Nascimento, a primeira manifestação pela anistia em João Pessoa ocorreu em 1978, defendendo a liberdade do paraibano Edvaldo Nunes da Silva [Cajá], líder estudantil em Pernambuco, acusado de tentar reorganizar o Partido Comunista Revolucionário (PCR). "A prisão de Cajá provocou a mobilização de diversos setores da sociedade civil da Paraíba e de Pernambuco"[2].

Aconteceram, no pátio da Igreja do São Francisco e na sede do DCE da UFPB, em João Pessoa, novos atos públicos pela anistia, entre os meses de abril e junho de 1979, promovidos pelo CBA-PB:

> Composição da entidade supra, que em 04 de abr 79, realizou debates na sede do DCE UFPB sobre a luta dos agricultores de Coqueirinho e Cachorrinho e o problema da terra paraibana, com a participação de JMP [José Maria Pires] e WC [Wanderlei Caixe]. Em 16 de abr 79, a entidade distribuiu um boletim intitulado Carta Aberta a População, repudiando a Anistia parcial e defendendo todos os que se opuserem ao Regime Militar, não importando o meio de luta por eles utilizados. Em 20 jun 79, realizou ato público em João Pessoa PB, pela libertação dos presos políticos de Itamaracá PE. Na ocasião, JAV [Jarbas de Andrade Vasconcelos] tachou a anistia concedida pelo governo de falsa. O ex preso JPS [José Pedro da Silva] denunciou opressão e torturas existentes na penitenciária de Itamaracá PE. O CBA PB tem participado do ME, dos movimentos grevistas e outros eventos de caráter contestatório.[3]

O projeto de anistia da ditadura tramitou num período de dois meses no Congresso Nacional e foi aprovado em 22 de agosto de 1979, excluindo os opositores ao regime que praticaram "terrorismo, assalto, sequestro e atentado pessoal", enquanto que incluía como anistiado os agentes do Estado autoritário que praticaram prisões ilegais, torturas, assassinatos e desaparecimentos forçados.

> A proposta da anistia era para o governo mais cômoda do que incômoda: trazer para o país exilados políticos e lideranças de esquerda tornou-se menos nocivo do que o risco de trazer à tona os crimes de tortura e seus respectivos praticantes, pauta estritamente censurada pela Lei de Anistia. Neste processo conciliatório, a oposição ao regime dividiu-se entre a insatisfação e o sentimento de conquista dado aquele momento. Poucos agentes políticos cogitaram serem contrários às contradições da Lei de Anistia, preocupados

[2] NASCIMENTO, Talita Hanna Cabral. **Do fragmento à reorganização**: movimento estudantil da UFPB (1975-1979). Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal da Paraíba. 2015. p. 108.
[3] Comissão de Investigação. Base de Dados SNIG. ARE 119, 11/10/1979. ACE 10005575. Arquivo Nacional. Fundo SNI. Arquivo da CEVPM-PB.

> com outros temas que lhe pareciam mais urgentes frente ao processo de democratização[4].

Assim, continuou a marcha do povo brasileiro pelo fim do regime militar levantando outras bandeiras de lutas como Diretas Já e convocação da Assembleia Nacional Constituinte. Novamente, os familiares de mortos e desaparecidos políticos voltaram a lutar pelo direito à verdade, isolados, sem o apoio dos movimentos sociais que tinham antes da anistia, como se fosse um problema só deles.

No ano de 1992 o deputado estadual Simão de Almeida Neto, do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) apresentou um projeto de lei dispondo sobre o acesso ao arquivo da extinta Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS). Foi transformado na Lei nº 5.450, de 6 de setembro de 1992, assinado pelo governador em exercício Cícero de Lucena Filho, que garantiu o acesso àquele órgão de informação a qualquer cidadão interessado, para fins de pesquisa, investigação ou interesse particular, competindo à Secretaria de Segurança destinar sala especial e os meios necessários à consulta.

Por meio do Decreto nº 15.237, de 27 de abril de 1993, assinado pelo governador Ronaldo Cunha Lima e pelo secretário de Segurança Pública, Marcos Benjamin Soares, essa documentação foi transferida da Secretaria de Segurança Pública para o Conselho Estadual de Defesa dos Direitos do Homem e do Cidadão[5].

Atendendo requerimento do deputado estadual Zenóbio Toscano, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), aprovado pelo plenário da Assembleia Legislativa da Paraíba, a Comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal realizou audiência pública conjunta com a Comissão da Defesa da Cidadania, Criança e Adolescente do Poder Legislativo Estadual paraibano, em 24 de agosto de 1995.

A finalidade foi ouvir os testemunhos de familiares de mortos e desaparecidos políticos da Paraíba: Rejane Viana, irmã do marinheiro Robson Viana, que desapareceu da Base da Marinha no Rio de Janeiro; Josineide Maria de Araújo e Nadieje Maria de Araújo, filhas do líder camponês desaparecido político, Pedro Inácio de Araújo [Pedro Fazendeiro]; Eulina Marques, mãe do líder estudantil João Roberto Borges de Souza, encontrado afogado no município paraibano de Catolé do Rocha; Elizabeth Altina Teixeira, viúva do líder camponês João Pedro Teixeira; Almir Pereira, irmão de Francisco das Chagas Pereira, desaparecido após um incêndio na sede da EMBRATEL no Rio de Janeiro; e as testemunhas de alguns

[4] NASCIMENTO, Talita Hanna Cabral. Op. cit. p. 109
[5] Atualmente denominado Conselho Estadual de Direitos Humanos – CEDH.

desaparecidos políticos e mortos políticos como Jório Lira Machado, Simão de Almeida Neto e Antônio José Dantas.

Com a vigência a Lei nº 9.140, de 4 de dezembro de 1995, que "Reconhece como mortas pessoas desaparecidas em razão de participação, ou acusação de participação, em atividades políticas, no período de 2 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979", o gabinete do deputado Zenóbio Toscano já tinha feito as diligências necessárias para formalizar os processos para os familiares de João Pedro Teixeira, Francisco das Chagas Pereira, Robson Viana, João Roberto Borges de Souza, Manoel Alexandrino, João Alfredo Dias [Nego Fuba] e Pedro Inácio de Araújo [Pedro Fazendeiro], estes três últimos foram líderes camponeses e estavam na relação anexa à Lei que continha os 136 brasileiros que o Estado de imediato reconhecia como mortos ou desaparecidos políticos.

No ano seguinte, os familiares dos camponeses e desaparecidos políticos João Alfredo Dias e Pedro Inácio de Araújo receberam do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba os atestados de óbitos garantidos pela Lei nº 9.140/1995.

Numa solenidade bastante concorrida, realizada no dia 16 de outubro de 1996, a Assembleia Legislativa da Paraíba revogou a Resolução nº 272, de 10 de abril de 1964, que cassou os mandatos dos deputados estaduais Francisco de Assis Lemos de Souza, Langstein de Almeida, Antonio de Figueiredo Agra e Agassiz de Almeida. Aquele ato histórico foi uma proposta do deputado Zenóbio Toscano.

Quando dos 20 Anos da Anistia Política de 1979, o Conselho Universitário da UFPB, por unanimidade, aprovou o parecer favorável do professor João Otávio Paes de Barros Júnior, transformado na Resolução nº 16/99, assinada pelo reitor Jader Nunes de Oliveira, que revogava "decisões do Conselho Universitário que homologaram punições da Reitoria aplicadas a alunos e ex-alunos da UFPB" e conferiu "efeito de Retratação Institucional perante todos aqueles punidos" naquela universidade "nos termos da legislação de exceção vigente no regime militar"[6].

A Assembleia Legislativa da Paraíba, mais uma vez por iniciativa do deputado estadual Zenóbio Toscano, também realizou sessão especial para comemorar os 20 Anos de Anistia, em 2 de setembro de 2009, com a presença do deputado mineiro Nilmário Miranda, Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal.

No ano de 2001, o deputado Zenóbio Toscano volta a fazer o debate sobre esse tema, realizando reuniões com os anistiados políticos paraibanos na Associação Paraibana de

[6] UFPB. **A Retratação da UFPB**. Edição alusiva às comemorações dos 20 anos da lei da Anistia. João Pessoa: SODS, 1999.

Imprensa na capital paraibana, e em Campina Grande, visando orientar todos os perseguidos da ditadura militar no sentido de fazer os seus processos de indenizações previstas na Medida Provisória nº 2.151, de 31 de maio de 2001[7].

Fruto desse trabalho da feitura dos processos de reparação econômica aos atingidos do regime autoritário de 1964, foi fundada em 2002 no auditório da Associação Paraibana de Imprensa, a Associação dos Anistiados Políticos da Paraíba (AAP-PB).

Nos 40 anos do golpe civil-militar, a Assembleia Legislativa da Paraíba, por iniciativa do deputado supracitado, outorgou as Medalhas Dom Helder Câmara a paraibanos e paraibanas que sofreram perseguição política do regime autoritário que se instalou em 1964. Foram homenageados naquela sessão do Poder Legislativo de 2004: Dom Marcelo Pinto Carvalheira, arcebispo da Paraíba; deputado federal Ronaldo Cunha Lima; ex-deputado estadual Assis Lemos; desembargador Emílio de Farias; ex-deputado federal e estadual, secretário de Cidadania e Justiça, Antônio Vital do Rego; a líder camponesa Elizabeth Altina Teixeira; o ex-ministro Abelardo Jurema, *in memoriam*; jornalista Adalberto Barreto; líder sindical Luiz Hugo Guimarães; ex-deputado Simão de Almeida Neto, na época líder estudantil; José Emilson Ribeiro da Silva, ex-líder secundarista e um dos presos políticos que participou da greve de fome no Presídio Barreto Campelo, em Itamaracá.

O "Seminário Memória Camponesa – As Ligas Camponesas na Paraíba", realizado durante os dias 28 e 29 de abril de 2006 no mini plenário da Assembleia Legislativa, foi outro grande momento de resgate da memória das vítimas e militantes de apoio à luta dos camponeses acontecida antes e após o golpe civil-militar. São testemunhos que resgataram a história das Ligas Camponesas que combateram e enfrentaram a exploração e repressão praticadas pelos latifundiários, polícia militar e exército[8].

Representantes dos movimentos sociais e da sociedade civil organizada criaram o Comitê Paraibano Memória, Verdade e Justiça, a 22 de novembro de 2010, em reunião que aconteceu na sede da Assembleia Legislativa da Paraíba, com a participação de representantes parlamentares municipais e estaduais, da Ministra dos Direitos Humanos, Maria do Rosário, e do assessor especial da Secretaria dos Direitos Humanos da Presidência da República, Gilney Viana.

---

[7] A Medida Provisória nº 2.151 foi convertida na Lei nº 10.559, de 13/11/2002, que regulamentou o art. 8º do Ato das Disposições Transitórias da Constituição de 1988.

[8] O "Seminário Memória Camponesa – As Ligas Camponesas na Paraíba" foi uma realização do Projeto Memória da Universidade Federal de Campina Grande, Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFCG, Associação Paraibana de Imprensa (API), Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), Núcleo de Antropologia da Política (NUP) e Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

No período de 2010 a 2011 foi executado o Projeto Compartilhando Memórias desenvolvido pela equipe do projeto de organização do Acervo da Delegacia de Ordem Política e Social da Paraíba (DOPS-PB), do Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos da UFPB, quando foram gravadas em vídeo 12 (doze) sessões de depoimentos de perseguidos durante a ditadura militar, das mais diversas áreas: estudantes secundaristas e universitários, professores, marinheiros, operários, camponeses e artistas. No dia 4 de abril de 2013 foi lançada a coleção Compartilhando Memórias, com 11 DVD's, com o registro dos testemunhos[9]. A coordenação dessa coleção ficou a cargo dos professores Lúcia de Fátima Guerra Ferreira e Carmélio Reynaldo Ferreira.

Quadro 1 –Testemunhos no Projeto Compartilhando Memórias

CATEGORIA	NOMES
Artistas	Carlos Antônio Aranha de Macedo (músico e estudante universitário)
	Flávio Tavares (artista plástico e estudante secundarista)
	Jomard Muniz de Brito (poeta e professor universitário)
	Fernando Teixeira (diretor de teatro).
	Zezita Matos (atriz, PCB)
Camponesa	Elizabeth Teixeira (presidente das Ligas Camponesas, em Sapé-PB)
Estudantes secundaristas	Ariosvaldo da Silva Diniz (PCB, PCBR, ALN)
	Fernando Moura (PCB)
	José Emilson Ribeiro da Silva (PCB, PCBR, ALN)
Estudantes universitários	Ana Rita Castro de Almeida (Serviço Social)
	Jader Nunes de Oliveira (Engenharia)
	Maria de Lourdes Meira (Filosofia, JUC, AP, PCB)
	Rubens Pinto Lyra (Direito)
	Simão Almeida (Engenharia, PCB)
	Vilma Batista de Almeida (História, JUC)
Sindicalistas	Maria da Soledade Leite (Sindicato Rural)
	Samuel Firmino de Oliveira (operário, bancário, preso em Itamaracá, PCB, PCBR)
Docentes	Agassiz Amorim de Almeida (professor do curso de Direito e advogado das Ligas Camponesas)
	Maria Salete Van der Pöel (professora com atuação na CEPLAR)
	Elisa Mineiros (professora do curso de Serviço Social)
Presos em Itamaracá	José Adeildo Ramos (Marinheiro, PCB, PCBR)
	José Calistrato Cardoso Filho (PCB, ALN)
Familiares de militantes falecidos	Anita Leocádia Pereira (filha do líder sindical José Peba Pereira dos Santos)
	Ludmila Gomes da Silva (filha do advogado das Ligas Camponesas José Gomes da Silva)
	Waldenice do Nascimento Silva (filha da líder sindical rural Maria da Penha do Nascimento Silva)

Fonte: FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra. Ditadura Militar na Paraíba: Documentos e Memórias. In: DANTAS, Eder; NUNES, Paulo Giovani Antonino; SILVA, Rodrigo Freire de Carvalho e (Orgs.) **Golpe civil-militar e Ditadura na Paraíba**: história, memória e construção da cidadania. João Pessoa: Editora da UFPB, 2014. p. 263-288

[9] Os vídeos foram disponibilizados pelo Projeto Memórias Reveladas do Arquivo Nacional no canal do <https://www.youtube.com/>.

Nos dias 20 a 23 de novembro de 2012, a UFPB, por meio do seu Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos e vários parceiros, realizou o VII Seminário Internacional de Direitos Humanos da UFPB, com o tema central "Justiça de Transição: Direito à memória e à verdade", realizando uma sessão de homenagem a pessoas e instituições que foram perseguidas e resistiram à ditadura militar na Paraíba, com presença dos homenageados e seus familiares, ou representantes:

ALN – Aliança Nacional Libertadora
José Calistrato Cardoso Filho

CULTURA
Zezita Matos
Jomard Muniz de Brito

CAMPO
Elizabeth Teixeira
Antônio Augusto de Almeida
Agassiz Amorim de Almeida
Francisco de Assis Lemos
Antônio José Dantas
In memoriam:
João Alfredo Dias, Nego Fuba
João Pedro Teixeira
Pedro Inácio de Araújo, Pedro Fazendeiro
Margarida Maria Alves
Maria da Penha do Nascimento

DIREITOS HUMANOS
João Camilo Pereira
Genaro Ieno Neto
In memoriam:
Vanderley Caixe
Nizi Marinheiro
José Gomes da Silva

EDUCAÇÃO
Maria Salete Van der Pöel
Valéria Rezende
Maria de Lourdes Meira
Ana Rita de Castro Almeida
In memoriam:
Iveline Lucena Costa

ESTUDANTES SECUNDARISTAS
José Emilson Ribeiro da Silva
Ariosvaldo da Silva Diniz

ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS
Martinho Leal Campos
Rubens Pinto Lyra
Simão Almeida Neto
Francisco de Paula Barreto Filho

IGREJA
Dom José Maria Pires
Dom Marcelo Pinto Carvalheira
In memoriam:
Dom Antônio Batista Fragoso

MARINHEIRO
José Adeildo Ramos

MAGISTRADOS
Desembargador Emílio de Farias
Juiz José Humberto Cavalcanti de Mello

SINDICALISTA
Samuel Firmino de Oliveira
In memoriam:
José Peba Pereira dos Santos

UFPB
Rosa Maria Godoy Silveira
Jader Nunes de Oliveira

ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL
API – Marcela Sitônio
OAB – Odon Bezerra

Fonte: IX SIDH-UFPB, 2012. Arquivo da CEVPM-PB. (Da esquerda para a direita: Alberto Fillipi, Lúcia Guerra, Simona Fraudatario, Paulo Vieira de Moura, Paulo Abrão, Luiz Couto)

Fonte: IX SIDH-UFPB, 2012. Arquivo da CEVPM-PB. (Da esquerda para a direita: Raquel Gomes (viúva de José Gomes da Silva), Genaro Ieno, Antônio Dantas, Assis Lemos, Náugia Araújo (filha de Pedro Inácio de Araújo), Adriana Marinheiro (filha de Nizi Marinheiro), Lourdes Meira, Ana Rita Almeida, Calistrato Cardoso)

Fonte: IX SIDH-UFPB, 2012. Arquivo da CEVPM-PB. (Da esquerda para a direita: Anita Pereira (filha de José Peba Pereira dos Santos), Sueli Belato (Valéria Rezende), Tiago Morais de Matos Camelo (neto de Zezita Matos), Wilma Mendonça (Vanderley Caixe), Salete van der Pöel)

Nesta ocasião, a Comissão de Anistia do Ministério da Justiça realizou a 64ª Caravana da Anistia, com o julgamento dos seguintes processos:

- Luiz José da Cunha – Membro do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e da Aliança Libertadora Nacional (ALN).
- Francisco Muniz de Medeiros – Professor do Ginásio Estadual de Catolé do Rocha-PB. [conhecido como Frei Marcelino]
- Cícero Neves da Costa – Militante da Ação Popular, ex-funcionário da Fundação Hospitalar do Distrito Federal.
- Arthur Jáder Cunha Neves – Sociólogo e funcionário do Ministério da Educação.
- Antenor Gomes da Silva – Comerciante que foi perseguido pela ditadura em virtude de militância política.

- Nelson Rosas Ribeiro– Professor na divisão de alfabetização de adultos do Movimento de Cultura Popular (MCP) da Prefeitura de Recife-PE. [Professor do curso de Economia da UFPB]
- Raquel Costa Goldfarb – Estudante do Colégio Integrado da FURNE e militante da União da Juventude Socialista (UJS). [Professora do IFPB]

Fonte: Caravana da Anistia, UFPB, 2012. Arquivo da CEVPM-PB. (Sentido horário: Frei Marcelino, Professor Nilton Rosa e Cícero Neves da Costa)

2 O mandato legal da Comissão Estadual da Verdade e Preservação da Memória do Estado da Paraíba

A Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba (CEVPM-PB) foi criada pelo governador Ricardo Vieira Coutinho por meio do Decreto nº 33.426, de 31 de outubro de 2012. Teve por finalidade buscar, por todos os meios de provas, o esclarecimento das graves violações de direitos humanos praticadas por agentes públicos contra qualquer pessoa no território da Paraíba, ou aos paraibanos que se encontravam em outros Estados ou Países, durante o período fixado no art. 8º do Ato das Disposições Transitórias da Constituição Federal, a fim de efetivar o direito à memória e à verdade histórica na edificação do Estado Democrático de Direito.

Para composição da Comissão, o governador adotou o critério de escolha dos nomes por meio de consulta, por ofício, a 23 (vinte e três) entidades, ONG´s e instituições, solicitando sugestão de nomes para titularidade da CEVPM-PB. As respostas resultaram na elaboração de uma lista de 28 nomes de pessoas reconhecidas pela sociedade pelo trabalho que desenvolvem na área de direitos humanos.

Após essa consulta, o governador Ricardo Coutinho, por meio do Ato Governamental nº 6.018, de 11 de março de 2013[10], acolheu os seguintes membros: Paulo Giovani Antonino Nunes, como Presidente, Fábio Fernando Barbosa de Freitas, Iranice Gonçalves Muniz, Irene Marinheiro Jerônimo de Oliveira, João Manoel de Carvalho[11], Lúcia de Fátima Guerra Ferreira e Waldir Porfírio da Silva [este foi o único membro indicado pelo Governo]. Com o falecimento do professor Fábio Freitas, foi indicado em seu lugar o professor Herbert Andrade Oliveira, historiador e professor da rede de ensino público do Estado da Paraíba.

A instalação da CEVPM-PB ocorreu no dia 11 de março de 2013, em solenidade presidida pelo governador Ricardo Coutinho, no Palácio da Redenção. Participaram do evento dezenas de anistiados políticos paraibanos e também representantes da Comissão Nacional da Verdade, Guaracy Mingardi, assessor; e da Comissão Estadual da Verdade Dom Helder Câmara de Pernambuco, Fernando Coelho, seu presidente.

Entre outros meios previstos no Decreto de sua criação, a CEVPM-PB cumpriu o seu papel quando recebeu testemunhos, informações, dados e documentos, assegurando a não identificação do detentor ou depoente, quando solicitada; requisitou informações, dados e documentos de órgãos e entidades do Poder Público, ainda que classificados em qualquer grau de sigilo; convocou, para entrevistas ou testemunho, pessoas que poderiam guardar qualquer relação com os fatos e circunstâncias examinados; determinou a realização de perícias e diligências para coleta ou recuperação de informações, documentos e dados; promoveu audiências públicas e oitivas; realizou parcerias com órgãos e entidades, públicos ou privados, nacionais ou internacionais, para o intercâmbio de informações, dados e documentos; requisitou o auxílio de entidades e órgãos públicos; e realizou os devidos encaminhamentos do resultado obtido.

[10] O mandato dos membros da Comissão era de dois anos, podendo ser prorrogado por mais outros dois, segundo o Decreto que a criou. Assim, o Ato Governamental nº 1.085, de 27 de fevereiro de 2015, publicado no Diário Oficial do Estado da Paraíba, prorrogou os mandatos dos membros da CEVPM-PB no limite previsto.
[11] Por motivos de saúde o jornalista João Manoel de Carvalho pouco participou na Comissão, mas não foi substituído.

Capítulo 2 – As atividades da CEVPM-PB

1 Organização da Comissão

Foram realizadas 34 reuniões ordinárias e extraordinárias para decidir sobre pautas inerentes ao seu trabalho, como: aprovação do seu Regimento Interno por meio do Decreto nº 33.906/2013, publicado no Diário Oficial do Estado de 10 de maio de 2013; criação de Grupos de Trabalho e encaminhamentos oriundos destes; definição de agendas de Audiências Públicas e Oitivas com as vítimas da repressão; aprovação de Acordos de Cooperação Técnica; ofícios à Comissão Nacional da Verdade e para o Ministério Público Federal; emissão de Notas da CEVPM-PB; participação em audiências com autoridades constituídas pelo Estado para tratar de assuntos da Comissão; viagens para reuniões em outros Estados com Comissões similares e busca de documentos do Arquivo do Serviço Nacional de Informações (SNI); dentre outras.

A CEVPM-PB e seus Grupos de Trabalho se reuniram provisoriamente no Palácio da Redenção, sede do governo, na sala do Gabinete Civil do Governador e, posteriormente em caráter permanente, numa sala na Fundação Casa de José Américo, no Bairro do Cabo Branco. Ao longo do seu funcionamento contou com a colaboração dos servidores do estado Laura Maria da Nóbrega Carneiro dos Santos, Paulo Sérgio Gomes de Almeida, ambos por curto período, e Shara Rachel Silva Dutra de Medeiros, de 14 de maio de 2014 até a finalização deste relatório.

2 Audiências públicas e oitivas privadas

No período de 28 de junho de 2013 a 21 de fevereiro de 2017 a CEVPM-PB realizou 24 Audiências Públicas e 22 Oitivas[12] com o testemunho de 69 vítimas da repressão política do regime militar de 1964, das mais variadas organizações partidárias ou segmentos profissionais e educacionais. Na gravação dos depoimentos adotou-se a recomendação da Comissão Nacional da Verdade para a assinatura de uma declaração de fidedignidade das informações prestadas bem como a autorização para se utilizar o relato para fins de incorporação ao acervo e ao Relatório Final da CEVPM-PB.

Uma das peculiaridades da Comissão da Verdade paraibana é que as Audiências Públicas eram temáticas. A outra foi a participação nas Audiências, tendo em vista que não são

[12] Oitivas foram sessões de depoimentos reservados feitos por vítimas que, por motivo pessoal, não queriam falar em audiências públicas.

só os membros da Comissão tinham direito de fazer perguntas às pessoas que estiveram dando seus testemunhos, mas também os que estavam presentes ao evento.

2.1 Audiências públicas

2.1.1 Testemunho de Maria do Socorro Fragoso de Moraes [Jô Moraes]

Fonte: Imagens do convite, plenária e mesa da Audiência com a deputada Jô Moraes. Arquivo da CEVPM-PB.

Maria do Socorro Fragoso de Moraes, hoje Jô Moraes, deputada federal por Minas Gerais, natural de Cabedelo-PB, deu seu testemunho, no auditório João Santa Cruz da OAB-PB, em João Pessoa, no dia 28 de junho de 2013, relatando sua militância no movimento estudantil em João Pessoa na década de 1960, as prisões e perseguições pela ditadura militar, a tumultuada vida na clandestinidade, o sofrimento vivido longe e sem notícias da família e a perda do noivo João Roberto Borges de Souza.

2.1.2 Perseguição às Ligas Camponesas na Paraíba

Fonte: Imagens do convite e plenária da Audiência Perseguição às Ligas Camponesas. Arquivo da CEVPM-PB.

Essa audiência foi realizada em conjunto com a Comissão Nacional da Verdade e com a Frente Parlamentar pela Verdade, no ginásio da Escola Monsenhor Odilon Ribeiro Coutinho, em Sapé-PB, em 15 de julho de 2014. Estiveram presentes Maria Rita Kehl (CNV) e a deputada federal Luiza Erundina, do Partido Socialista Brasileiro (PSB). Foram ouvidos os testemunhos dos envolvidos (as) nas lutas das Ligas Camponesas: Joseneide Araújo, filha de Pedro Fazendeiro, desparecido político; Francisco de Assis Lemos de Souza, ex-deputado estadual, presidente da Federação das Ligas Camponesas da Paraíba; Ofhélia Maria Amorim, advogada das Ligas; Elizabeth Teixeira, presidente da Liga de Sapé e viúva de João Pedro Teixeira; e Antônio Dantas, presidente da Liga de Santa Rita.

2.1.3 As granjas do terror

Fonte: Imagens do convite e plenária da Audiência As Granjas do Terror. Arquivo da CEVPM-PB. (Foto 1: Da esquerda para a direita: Irene Marinheiro, Waldir Porfírio, Maura Pires Ramos, Fábio Freitas, Paulo Giovani, Lúcia Guerra, Iranice Muniz e Josélia Maria Ramos Wellen; Foto 2: João Crisóstomo Moreira Dantas e Jorge de Aguiar Leite)

A audiência pública realizada no dia 6 de agosto de 2013, no auditório do Centro de Extensão José Farias Nóbrega da UFCG, serviu para colher informações sobre as torturadas e os torturados em granjas privadas de Campina Grande**,** com os testemunhos de quatro vítimas: Maura Pires Ramos, Josélia Maria Ramos Wellen, João Crisóstomo Moreira Dantas e Jorge de Aguiar Leite. Com sistematização das informações obtidas nos depoimentos ficou patente que se tratava de uma única granja, como espaço utilizado pelos agentes da ditadura.

2.1.4 Morte de Luís Alberto de Andrade Sá e Benevides e Miriam Lopes Verbena

Fonte: Imagens do convite e plenária da Audiência sobre a Morte de Luís Alberto de Andrade Sá e Benevides. Arquivo da CEVPM-PB. (Da esquerda para direita: Nadja Brayner, Roberto Franca, Fernando Coelho, Paulo Giovani, Waldir Porfírio, Antônio Soares de Lima Filho e Fábio Freitas).

As Comissões Estaduais da Verdade da Paraíba e de Pernambuco[13] se reuniram no auditório João Santa Cruz da OAB-PB em João Pessoa, no dia 3 de setembro de 2013, para colher os depoimentos de Sonia Andrade de Sá e Benevides, irmã de Luís Alberto de Andrade Sá e Benevides [Bebeto] e Antônio Soares de Lima Filho [Help], cunhado e companheiro do PCBR, sobre o caso do

[13] Foto – Da esquerda para direita: Nadja Brayner, Fernando Coelho, Lúcia Guerra, Irene Marinheiro, Sonia Andrade de Sá e Benevides e Iranice Muniz.

paraibano Luís Alberto de Andrade Sá e Benevides e sua esposa Miriam Lopes Verbena, pernambucana, morta num acidente automobilístico, e ele no hospital de Caruaru-PE para onde foi socorrido. Seus corpos foram enterrados no Cemitério de Caruaru, mas depois foram retirados misteriosamente para que a família não pudesse ter acesso e ou informações sobre eles.

2.1.5 Torturas em militantes do PORT e PCBR

Fonte: Imagens da plenária da Audiência Torturas a militantes do PORT e PCBR. Arquivo da CEVPM-PB. (Foto 1: Washington Rocha e Martinho Campos; Foto 2: Paulo Giovani, Waldir Porfírio, Irene Marinheiro, Fábio Freitas e Martinho Campos)

A Associação Paraibana de Imprensa (API), em 19 de setembro de 2013, sediou a audiência da CEVPM-PB ouvindo os testemunhos de Martinho Leal Campos, ex-militante do Partido Operário Revolucionário Trotskista (PORT), e Washington Rocha, ex-militante do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR) sobre as torturas que sofreram no período do regime de exceção. Martinho Campos foi preso em 1964, cumpriu dois anos de prisão, parte dela em Fernando de Noronha. Ao sair da prisão foi para São Paulo trabalhar como operário e passou a ser um dos dirigentes nacionais do PORT, quando foi preso e torturado, ele e sua esposa Socorro Campos, pela OBAN. O outro testemunho foi dado pelo ex-líder estudantil secundarista de 1968, Washington Rocha, que teve sua matrícula suspensa, em 1969, no Colégio Lyceu Paraibano, e o indeferimento de sua matrícula na UFPB por vários anos. Foi um dos fundadores e presidente do Comitê Estadual da Anistia.

2.1.6 A queda do Congresso de Ibiúna

Fonte: Imagens do convite e plenária da Audiência sobre A queda do Congresso de Ibiúna. Arquivo da CEVPM-PB. (Da esquerda para a direita: Paulo Giovani, Fábio Freitas, Cacilda Filomena Castro, Irene Marinheiro, Lúcia Guerra, Rubens Pinto Lyra, Jader Nunes de Oliveira, José de Arimateia, Waldir Porfírio e Iranice Muniz)

Para tratar do 30º Congresso da UNE realizado em Ibiúna-SP, em outubro de 1968, foi realizada no auditório 411 do CCHLA da UFPB, em João Pessoa, 17 de outubro de 2013, uma audiência pública com os ex-líderes estudantis Jader Nunes de Oliveira (Engenharia da UFPE), Rubens Pinto Lyra (Direito da UFPB), José de Arimateia (Letras da UFPB) e Cacilda Filomena Castro (Serviço Social da URNE), todos presos naquele congresso.

Os depoimentos ressaltaram a mobilização nacional para a realização deste Congresso, as dificuldades operacionais, a prisão em massa, bem como a solidariedade dos familiares dos colegas paulistas que apoiaram aqueles jovens enquanto estiveram no Presídio Tiradentes e o retorno para suas cidades de origem.

2.1.7 Torturas nos presos políticos de Itamaracá

Fonte: Imagens do convite e plenária da Audiência Tortura nos presos políticos de Itamaracá. Arquivo da CEVPM-PB. (Da esquerda para a direita: José Emilson Ribeiro da Silva, Paulo Giovani e José Calistrato Cardoso Filho)

Dois militantes políticos presos na época ditadura militar e que cumpriram pena no Presídio Barreto Campelo na Ilha de Itamaracá-PE, José Calistrato Cardoso Filho, membro da Aliança Libertadora Nacional (ALN) e José Emilson Ribeiro da Silva, do Partido Comunista Brasileiro

Revolucionário (PCBR), foram ouvidos por quase três horas pela CEVPM-PB no auditório do Lyceu Paraibano, em 22 de outubro de 2013. Eles contaram como era a resistência à ditadura, como foram os meses de prisão e de torturas, bem como as greves de fome articuladas nacionalmente.

Fonte: Uma das identidades de José Emilson Ribeiro da Silva (Breno Ribeiro da Silva) na clandestinidade. Cópia digitalizada do Arquivo pessoal de José Emilson Ribeiro da Silva. Acervo da CEVPM-PB.

2.1.8 Prisões, torturas e queda do PCB da Paraíba

Fonte: Imagens do convite e plenária da Audiência Prisões, torturas e quedas do PCB na Paraíba. Arquivo da CEVPM-PB. (Da esquerda para a direita: Paulo Giovani, Lúcia Guerra, José Fernandes Neto, Antônio Augusto de Almeida, Ovídio Raimundo dos Santos, Iranice Muniz, Irene Marinheiro e Waldir Porfírio)

Os militantes do Partido Comunista Brasileiro (PCB) Antônio Augusto de Almeida, José Fernandes Neto e Ovídio Raimundo dos Santos relataram as prisões, torturas e as quedas deste Partido na Paraíba no período da ditadura militar. A audiência pública aconteceu no auditório Oswaldo Trigueiro do Vale, do Centro Universitário de João Pessoa (UNIPÊ), em João Pessoa, no dia 22 de novembro de 2013.

2.1.9 Perseguição aos sindicalistas pela ditadura

Fonte: Imagens do convite e plenária da Audiência Perseguição aos sindicalistas pela ditadura. Arquivo da CEVPM-PB. (Da esquerda para a direita: Iranice Muniz, João Ribeiro Filho, Derly Pereira, João da Cruz Fragoso, Paulo Giovani, Fábio Freitas, Waldir Porfírio e Lúcia Guerra)

Esta audiência pública foi realizada no Sindicato dos Bancários – João Pessoa, em 26 de novembro de 2013, com três ex-sindicalistas presos durante os anos da ditadura militar: João Ribeiro Filho, João da Cruz Fragoso e Derly Pereira. João Ribeiro, hoje com 85 anos, era presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Calçadista e depois da Federação de Trabalhadores na Indústria da Paraíba. Ele foi um dos primeiros presos políticos na Paraíba, em 1964, ficando detido por 48 dias. João Fragoso, atualmente com 80 anos, foi preso em três oportunidades, a primeira delas em 1969, quando deu entrevista em um jornal estabelecendo a posição da direção do Sindicato dos Bancários contra o AI-5. Dessa vez passou 23 dias preso, perdeu o emprego e foi banido do sindicato. Ainda foi preso mais duas vezes, ambas por denúncias feitas sem fundamento de veracidade. O advogado, Derly Pereira, 74 anos, foi preso em 1964 durante três meses em Fortaleza-CE, na primeira onda de repressão aos movimentos sindicais. Cearense de nascimento, mas morando na Paraíba desde a adolescência, foi demitido do Banco do Nordeste após a prisão e destituído do Sindicato dos Bancários. Depois de 1970 voltou à atividade, sendo preso por dois meses, em 1972, em São Paulo-SP.

2.1.10 As marcas da tortura

Com os testemunhos de Francisco Metri [Chicão], professora Dinalva Rodrigues e Fidélia Cassandra, filha de “Zequinha do PCB”, foi realizada audiência pública no auditório da Central de Aulas da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), em Campina Grande, no dia 10 de dezembro de 2013. Os depoimentos foram marcados com sentimento de revolta pelas perseguições sofridas por eles durante a ditadura militar. Chicão relatou a tortura física e psíquica a que foi submetido na Polícia Federal em João Pessoa, enquanto Dinalva falou da sua estadia na Granja do Terror em Campina Grande. Já Fidélia Cassandra, cujo nome foi uma

homenagem a Fidel Castro, discorreu sobre o sofrimento em ver seu pai sendo perseguido pelos militares.

Fonte: Imagens do convite e plenária da Audiência As marcas da Tortura. Arquivo da CEVPM-PB. (Da esquerda para a direita: Fidélia Cassandra, Dinalva Rodrigues, Francisco Metri, Paulo Giovani, Fábio Freitas, Waldir Porfírio, Iranice Muniz e Irene Marinheiro)

2.1.11 A vida na clandestinidade

Fonte: Imagens do convite e plenária da Audiência A vida na clandestinidade. Arquivo da CEVPM-PB. (Da esquerda para a direita: Simão de Almeida Neto, Maria de Lourdes Meira, Ana Rita Castro de Almeida, Waldir Porfírio, Paulo Giovani, Lúcia Guerra, Fábio Freitas e Iranice Muniz)

Esta audiência pública foi realizada no Auditório da OAB-PB, em 19 de dezembro de 2013, com os depoimentos dos comunistas Simão de Almeida Neto, Maria de Lourdes Meira e Ana Rita Castro de Almeida. Simão Almeida revelou como viveu na clandestinidade desde o início de 1969 até a anistia no ano de 1979 e como atuou no apoio à Guerrilha do Araguaia. Lourdes Meira, por sua vez, contou que foi presa em João Pessoa por agentes do regime militar por ser militante da Ação Popular. Depois de três meses aguardando julgamento no Presídio Feminino Bom Pastor, foi condenada a seis meses de prisão. Anos depois, viveu na clandestinidade no Maranhão. Por último, Ana Rita disse que foi presa em plena gravidez de sua filha Emília. Depois do nascimento da filha conseguiu ir para prisão domiciliar. Sofreu forte pressão psicológica para que passasse informações sobre o paradeiro de outros militantes. Entrou na clandestinidade para acompanhar o marido Simão Almeida.

2.1.12 50 anos da ocupação da Faculdade de Direito

Fonte: Imagens do convite e plenária da Audiência 50 Anos da ocupação da Faculdade de Direito. Arquivo da CEVPM-PB. (Da esquerda para a direita: Iranice Muniz, Wills Leal, Inocêncio Nóbrega Filho, José Rodrigues, José Tarcízio Fernandes, Lúcia Guerra, Irene Marinheiro, Paulo Giovani, Fábio Freitas e Waldir Porfírio)

A ocupação da Faculdade de Direito de João Pessoa ocorrida a 3 de março de 1964, 50 anos depois foi tema de audiência em homenagem aos 29 estudantes (secundaristas e universitários) que, em protesto contra a anunciada presença do então governador do Estado da Guanabara, Carlos Lacerda, ocuparam o prédio daquela Faculdade durante todo o dia, sendo ameaçados por outros estudantes de direita que queriam entrar na instituição e despejar todos os amotinados. A audiência aconteceu no mesmo auditório da antiga Faculdade de Direito (do Centro de Ciências Jurídicas da UFPB), na Praça João Pessoa, no centro da Capital, no dia 20 de fevereiro de 2014, com os depoimentos de José Tarcízio Fernandes, José Rodrigues, conhecido como José Sabino, Inocêncio Nóbrega Filho e Wills Leal.

2.1.13 Mulheres na resistência à ditadura

Fonte: Imagens do convite e plenária da Audiência Mulheres na Resistência à Ditadura. Arquivo da CEVPM-PB. (Da esquerda para a direita: Leda Rejane Pereira do Amaral Queiroz, Maria Lúcia Rocha, Waldir Porfírio, Lúcia Guerra, Irene Marinheiro e Paulo Giovani)

Comemorando o Dia Internacional das Mulheres a CEVPM-PB realizou a audiência pública "Mulheres na Resistência à Ditadura", no auditório João Santa Cruz da OAB-PB em

João Pessoa, 11 de março de 2014, com os testemunhos de Maria Lúcia Rocha (AP e PCdoB) e Leda Rejane Pereira do Amaral Queiroz (PCB e Var-Palmares). Elas contaram como enfrentaram o regime de exceção de 1964 e as perseguições sofridas. Lúcia Rocha participou na clandestinidade do apoio às forças da Guerrilha do Araguaia no interior do Maranhão. Já Leda Rejane foi uma das presas do Congresso da UNE em Ibiúna, depois presa pelo DOPS de São Paulo, quando foi torturada barbaramente, tendo os dentes quebrados e choque elétrico nas partes íntimas.

2.1.14 A greve dos marinheiros 50 anos depois

Fonte: Imagens do convite e plenária da Audiência A Greve dos Marinheiros 50 anos depois. Arquivo da CEVPM-PB. (Da esquerda para a direita: Paulo Giovani, Lúcia Guerra, Paulo César Conserva, José Adeildo Ramos e Waldir Porfírio)

Na data em que se comemorou os 50 anos da Greve dos Marinheiros (1964/2014), a Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba (CEVPM-PB) realizou uma audiência pública no auditório da Paraíba Previdência (PBPREV), em João Pessoa, no dia 25 de março de 2014. Prestaram testemunhos os ex-marinheiros Paulo César Conserva e José Adeildo Ramos, participantes daquela greve, iniciada no dia 25 de março de 1964. José Adeildo, que foi barbaramente torturado, descreveu o cotidiano da vida na prisão, fuga, greve de fome, entre outros momentos marcantes na sua vida. Paulo Conserva relatoru a sua vida na clandestinidade após o golpe civil-militar e a experiência em Cuba. Quando retornou do exílio, as suas informações serviram para identificar Ñasaindy Barrett de Araújo, filha do desaparecido político José Maria Ferreira de Araújo, que conhecera em Cuba.

2.1.15 Os magistrados paraibanos cassados pela ditadura

Esta Audiência pública foi realizada dentro da programação “Reflexos da Ditadura Militar na Paraíba”, evento promovido pelo Tribunal Regional Eleitoral em 13 de maio de 2014. Na oportunidade foram gravados os testemunhos do juiz Humberto Melo [colocado em disponibilidade por perseguição], Paulo Farias e o vereador pessoense Bruno Farias, respectivamente filho e neto do desembargador Emílio de Farias, colocado em disponibilidade por ter se posicionado contra as perseguições aos magistrados pelo regime.

2.1.16 Tortura: crônicas do horror

Fonte: Imagens do convite e plenária da Audiência Tortura, Crônicas do Horror. Arquivo da CEVPM-PB. (Da esquerda para a direita: Fernando Antônio Souto Batista, Lúcia Guerra, Paulo Giovani, Fábio Freitas e Waldir Porfírio)

A audiência “Tortura, Crônicas do Horror” aconteceu no auditório da Faculdade de Direito da UEPB, em Campina Grande, em 6 de junho de 2014. Estava previsto os testemunhos de Fernando Antônio Souto Batista, Ailton José de Araújo e José Bernardo da Silva, mas estes dois últimos não compareceram devido ao trauma em falar sobre o que eles sofreram [foi feita uma oitiva com eles depois]. Fernando Souto, ex-estudante na Faculdade de Agronomia, em Areia-PB, relatou o seu sofrimento no Exército em Campina Grande, quando perdeu todos os dentes em sessão de tortura.

2.1.17 Os presos do Roger

Fonte: Imagens do convite e plenária da Audiência Tortura, Crônicas do Horror. Arquivo da CEVPM-PB. (Da esquerda para a direita: Tarcísio Patrício, Paulo Azevedo, Paulo Giovani, Alberto Magno Gondim de Vasconcelos e Adauto Trigueiro Bezerra)

Audiência realizada no auditório do CCHLA da UFPB, em João Pessoa, em 2 de julho de 2014, Adauto Trigueiro Bezerra, Alberto Magno Gondim de Vasconcelos, Paulo Azevedo e Tarcísio Patrício foram ex-lideranças estudantis secundaristas em 1968, integrantes do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), que cumpriram a pena de um ano de detenção no Presídio do Roger, entre os anos de 1969 e 1970, por suas atividades políticas contra o regime civil militar em João Pessoa-PB. Adauto e Alberto foram responsabilizados pelo assalto à Companhia de Cigarros Souza Cruz; Paulo Azevedo pelo incêndio de uma viatura da Delegacia de Agricultura no Ponto de Cem Réis e Tarcísio Patrício pela sua atuação em Areia-PB.

2.1.18 Guerrilha de Catolé do Rocha

Fonte: Imagens do convite e plenária da Audiência Guerrilha de Catolé do Rocha. Arquivo da CEVPM-PB. (Da esquerda para a direita: Ubiratan Costa Cortez, Francisco Alves Dantas, Paulo Giovani e Ariosvaldo da Silva Diniz)

Esta audiência pública foi realizada no auditório 412 do CCHLA da UFPB, em João Pessoa, 7 de agosto de 2014, com os testemunhos de Ariosvaldo da Silva Diniz, Francisco Alves

Dantas, conhecido como Chiquinho Cacheado, e Ubiratan Costa Cortez, conhecido como Bira. À época como estudantes secundaristas, eles buscavam uma formação política com estudos e discussões, e também uma preparação para a luta armada. Daí a realização dos treinamentos de guerrilha na serra de Capim Açu, naquele município paraibano, no primeiro semestre de 1969, com a adesão de vários jovens. Descobertos, Ariosvaldo, Cacheado e Bira foram presos, denunciados e sentenciados a um ano de detenção no Presídio do Roger, em João Pessoa.

2.1.19 Cassações e prisões na Ilha de Fernando de Noronha

Fonte: Imagens do convite e plenária da Audiência Cassações e prisões na Ilha de Fernando de Noronha. Arquivo da CEVPM-PB. (Da esquerda para a direita: Waldir Porfírio, Langstein de Almeida Amorim, Paulo Giovani, Fábio Freitas e Lúcia Guerra)

Audiência realizada no auditório João Santa Cruz da OAB-PB em João Pessoa, no dia 27 de novembro de 2014, com o testemunho do ex-deputado estadual Langstein de Almeida Amorim que apresentou detalhes sobre a troca de tiros e mortes na instalação da Liga Camponesa de Campina Grande, cassação dos deputados estaduais em 1964 e o seu cotidiano e de outros paraibanos presos na Ilha de Fernando de Noronha.

2.1.20 Demissões de professores na Paraíba

Fonte: Imagens do convite e plenária da Audiência Demissões de Professores na Paraíba. Arquivo da CEVPM-PB. (Da esquerda para a direita: Paulo Giovani, Carlos Alberto Farias de Azevedo, Ângela Maria Bezerra de Castro, Lúcia Guerra, Waldir Porfírio e Rui Gomes Dantas)

Esta audiência pública contou com os testemunhos dos professores Rui Gomes Dantas, Ângela Maria Bezerra de Castro e Carlos Alberto Farias de Azevedo mostrando como foram perseguidos e demitidos pela ditadura militar. Foram perseguições contra a atuação na Campanha de Educação Popular (CEPLAR), em colégios estaduais e na universidade. O evento ocorreu no auditório 412 do CCHLA da UFPB, no dia 27 de março de 2015.

2.1.21 Censura à imprensa e à cultura

Fonte: Imagens do convite e plenária da Audiência Censura à Imprensa e à Cultura. Arquivo da CEVPM-PB. (Da esquerda para a direita: Teócrito Leal, Gonzaga Rodrigues, Lúcia Guerra, Paulo Giovani, Waldir Porfírio, Severino [Biu] Ramos e Zezita Matos)

Audiência realizada no auditório 412 do CCHLA da UFPB, em 22 de abril de 2015, com os testemunhos dos jornalistas Gonzaga Rodrigues, Severino [Biu] Ramos, Teócrito Leal e a atriz Zezita Matos, que relataram como era a censura aos meios de comunicação, impresso, radiofônico e televisivo, bem como às expressões artísticas e culturais na época da ditadura na Paraíba. Não puderam comparecer os jornalistas Carlos Aranha e João Manoel de Carvalho.

2.1.22 Cassações de mandatos por civis a serviço dos militares

Fonte: Imagens do convite e plenária da Audiência Cassações de mandatos por civis a serviço dos militares. Arquivo da CEVPM-PB. (Da esquerda para a direita: Irene Marinheiro, Waldir Porfírio, Geraldo Camilo, Paulo Giovani, Agassiz Almeida e Lúcia Guerra)

Os testemunhos do ex-deputado estadual Agassiz Almeida e do ex-prefeito de Mulungu, Geraldo Camilo desvendaram algumas questões sigilosas que permearam as cassações dos dois, logo após o golpe civil-militar de 1964. Agassiz teve seu mandato cassado pela Assembleia Legislativa da Paraíba quando estava preso em Fernando de Noronha, enquanto que Geraldo Camilo teve seu mandato de prefeito cassado pela Câmara Municipal de Mulungu. Ambos não tiveram o direito da ampla defesa e o devido processo legal, como determinavam as Constituições Estadual e Federal, assim como os regimentos dos respectivos parlamentos. O evento ocorreu no Plenário da Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba, em 2 de junho de 2015.

2.1.23 A vida no exílio

Fonte: Imagens do convite e plenária da Audiência A vida no exílio. Arquivo da CEVPM-PB. (Da esquerda para a direita: Ademir Alves de Melo, Iedo Leite Fontes, Francisco de Paula Barreto Filho, Lúcia Guerra, Paulo Giovani, Iranice Muniz, Waldir Porfírio e Fábio Freitas)

Testemunhos dos perseguidos que foram compelidos a deixar o Brasil para sobreviver às perseguições do regime autoritário de 1964 foram tema desta audiência pública, com os testemunhos do professor Francisco de Paula Barreto Filho, exilado na França; professor Iedo Leite Fontes, exilado no Chile e na França; e do professor Ademir Alves de Melo, exilado no Chile e na Alemanha. Eles relataram os principais acontecimentos envolvendo suas militâncias políticas no Brasil, os motivos que os levaram a deixar o País e como fizeram para sobreviver no exílio. Também apresentaram reflexões sobre as dificuldades enfrentadas quando do retorno ao Brasil. Evento realizado no auditório 412 do CCHLA da UFPB, em 2 de julho de 2015.

2.1.24 Conflitos agrários nas décadas de 70/80

Fonte: Imagens do convite e plenária da Audiência Conflitos agrários nas décadas de 70/80. Arquivo da CEVPM-PB. (Da esquerda para a direita: Fábio Freitas, Waldir Porfírio, Lúcia Guerra, Irene Marinheiro, Iranice Muniz, Frei Anastácio, Júlio César Ramalho, Vanderlei Amado e Paulo Giovani)

Esta audiência pública foi realizada no Plenário da Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba, em 16 de julho de 2015, com os testemunhos de Frei Anastácio, o advogado Júlio César Ramalho e o professor Vanderlei Amado, que enfrentaram os órgãos de repressão em defesa dos direitos dos trabalhadores rurais nas décadas de 1970 e 1980, em especial das regiões da mata, do brejo e do agreste do Estado da Paraíba.

2.2. Oitivas

2.2.1 Avani Fernandes, Alcides Fernandes, José Alves Pereira, Francisco Aécio da Silva

O Grupo de Trabalho Mortos e Desaparecidos Políticos da CEVPM-PB foi até a comunidade rural Olho D´Água, no município de Catolé do Rocha-PB, nos dias 22 e 23 de agosto de 2013, para verificar *in loco* onde João Roberto Borges de Souza passou seus últimos dias de vida e ouvir os testemunhos dos moradores que conviveram com ele até achar o seu corpo no açude.

Registro da visita à comunidade rural Olho D´Água, com Ubiratan Cortez, que serviu de guia para a equipe do Grupo de Trabalho Mortos e Desaparecidos Políticos, da Comiissão Estadual da Verdade da Paraíba, Herbert Andrade Oliveira, Vivianne Sousa, Sheyla Oliveira, Sandro Alves, Waldir Porfírio e Edmilson Júnior.

2.2.2 Marina Dias Virgínio

Sem medo de falar sobre o passado, Marina Dias, irmã do líder camponês João Alfredo Dias [Nego Fuba], contou sobre o desaparecimento dele no 15º Regimento de Infantaria (RI), em Cruz das Armas, na capital paraibana. Depois do desaparecimento do irmão, ela foi muito humilhada nas ruas de Sapé-PB. Com o falecimento do seu marido, começou a passar necessidade e decidiu ir para o Rio de Janeiro trabalhar como doméstica. O depoimento ocorreu na sede da Comissão, perante os membros dos Grupos de Trabalho "Repressão do Estado e de Milícias Privadas aos Camponeses", "Ditadura e Gênero", e "Mortos e Desaparecidos Políticos", em 6 de setembro de 2013. Em janeiro de 2014 ela veio a falecer no Rio de Janeiro-RJ, onde residia.

2.2.3 Maria do Socorro Cardoso da Silva, João Cardoso da Silva e José Cardoso da Silva

A oitiva[14] com os filhos do camponês Pedro Cardoso da Silva foi realizada em 30 de novembro de 2013, na Câmara Municipal de Mari, em parceria com o Comitê Paraibano Memória, Verdade e Justiça. Pedro Cardoso da Silva, foi um dos camponeses assassinados no conflito ocorrido em Mari-PB.

Maria do Socorro Cardoso, em seu depoimento informou que no dia 15 de janeiro de 1964 o seu pai saiu para trabalhar "num roçado de abacaxi. Mas no retorno para casa foi assassinado juntamente com outros camponeses que participavam das ligas".

João Cardoso da Silva, tinha apenas onze anos de idade quando vivenciou todo o drama familiar no ano de 1964. Com o assassinato de seu pai, seus familiares abandonaram a casa e os roçados. Foram viver no município de Bayeux-PB e não tiveram o direito ao luto.

José Cardoso da Silva, não teve condições emocionais para fazer seu depoimento.

2.2.4 Ana Justina de Oliveira, Hilda Maria da Conceição de Melo, Francisca Freitas de Sousa, Severino Francisco da Silva, Isabel Regina Reis e Antônio Domingos de Oliveira

Essa oitiva foi realizada em 3 de dezembro de 2013, pelo Grupo de Trabalho "Repressão do Estado e de Milícias Privadas aos Camponeses", para registrar os depoimentos de pessoas contemporâneas ao movimento das Ligas Camponesas, mas que ficaram no anonimato.

Ana Justino de Oliveira relatou que acompanhou Elizabeth Teixeira em algumas reuniões das Ligas, as quais ocorriam geralmente aos domingos, bem como que participou de alguns comícios. Sobre a prática conhecida como "enchocalhamento" de camponeses, afirmando que esta era feita por capangas a mando de latifundiários, e consistia em abordar participantes das Ligas, amarrar-lhes um chocalho e os obrigarem a ouvir sermões de repressão às Ligas.

Hilda Maria da Conceição de Melo relembrou que na época da atuação da Liga em Sapé, ela tinha por volta de 18 anos de idade, já era casada e mãe de duas crianças. Disse que seu marido

[14] Foto – Da esquerda para a direita: José Cardoso da Silva, Maria do Socorro Cardoso, Iranice Muniz e João Cardoso da Silva.

trabalhava bastante, mas seu salário era insuficiente para cobrir as necessidades da família. Afirmou que ela própria testemunhou um episódio em que um rapaz estava sendo pisoteado por cavalos e com uma corda amarrada ao pescoço.

Francisca Freitas de Sousa recordou que na época da atuação das Ligas, ela vivia na fazenda de São Salvador com seu marido, local distante para quem ia a pé para Barra de Antas, onde ocorriam as reuniões. Destaca que, sua família era mais engajada nas Ligas, e que conheciam os líderes João Pedro, Nego Fuba, Pedro Fazendeiro e Assis Lemos, e, inclusive, votou neste último nas eleições.

Severino Francisco da Silva afirmou que na época das Ligas camponesas tinha mais ou menos 13 anos de idade e seus pais eram próximos de João Pedro e Elizabeth Teixeira. Recorda que seus pais não chegaram a participar das Ligas, nem possuíam a carteirinha de associados, porém, nunca discriminaram o movimento. Segundo ele, quem tinha a carteira das ligas na época vivia com medo de retaliação, e por isso a escondiam.

Isabel Regina dos Reis destacou que vivia na fazenda de São Salvador desde a época do auge das Ligas Camponesas até o ano de 1974, quando a propriedade foi vendida. Afirma Isabel, que não pôde participar de maneira mais efetiva do movimento das Ligas Camponesas por causa de suas responsabilidades como dona de casa, além dos cuidados com seus filhos e sua dedicação à "escolinha" na qual ensinava em São Salvador.

Antônio Domingos de Oliveira não participava das ações das ligas camponesas, apenas presenciava os comícios que ocorriam durante as campanhas eleitorais. Sobre os líderes que mais se destacaram, contou que não os conheceu pessoalmente, apenas de ouvir falar.

2.2.5 Eraldo Fernandes

O médico Eraldo Fernandes, ex-militante do PCB, PORT e depois dirigente do PCBR na Paraíba, prestou depoimento na sede da CEVPM-PB, em 13 de dezembro de 2013, quando relatou as prisões e torturas que sofreu em 1969, na sede da Secretaria de Segurança Pública do Estado da Paraíba e na sede da Polícia Federal e, em 1973, no DOI-CODI de São Paulo-SP.

2.2.6 Rômulo de Araújo Lima

O professor Rômulo de Araújo Lima, deu um longo depoimento, em 20 de dezembro de 2013, relatando toda sua trajetória política na juventude, as lutas que enfrentou nas ruas e nas agremiações partidárias. Ex-líder estudantil secundarista e universitário na década de 60, foi preso em Campina Grande pela Polícia Federal e levado ao Presídio Ilha das Cobras, no Rio de Janeiro, quando foi barbaramente torturado por vários dias.

2.2.7 Josineide, Walter e Náugia Araújo

Em 11 de abril de 2014, os Grupos de Trabalho "Repressão do Estado e de Milícias Privadas aos Camponeses" e "Gênero e Ditadura", da CEVPM-PB, ouviram os depoimentos de Josineide Araújo, Walter Araújo e Náugia Araújo, filhos do líder camponês Pedro Inácio de Araújo [Pedro Fazendeiro], desaparecido político do regime militar. Foi um momento de muitas emoções e revelações do sofrimento da família com a ausência do pai e a incerteza de poder ou não o ver novamente.

2.2.8 Maria do Socorro Campos

O testemunho de Socorro Campos, militante do PORT, ex-companheira de Martinho Campos, dirigente nacional daquela entidade, ocorreu em 15 de abril de 2014. Ela foi presa e submetida à tortura em São Paulo, quando da Operação OBAN. A

gravação do seu depoimento foi reservada, devido as marcas danosas da tortura que ainda lhe atormentam. As agressões perpetradas pelos agentes da repressão foram murros, telefones, choque elétrico em suas partes íntimas e ameaças. Depois cumpriu prisão por quase dois anos na mesma ala do Presídio Tiradentes, em São Paulo, com Dilma Rousseff e Eleonora Menicucci.

2.2.9 Nydia Franca Lemos de Souza

Em seu depoimento, realizado na sede da CEVPM-PB, Fundação Casa de José Américo, em 8 de junho de 2015, afirmou que ela própria foi quem levou a notícia da soltura de Pedro Fazendeiro à família do líder camponês. Sempre acompanhou e participou das lutas empreendidas pelo seu esposo Francisco de Assis Lemos de Souza.

2.2.10 José Ailton e José Bernardo da Silva

A emoção e muitas lágrimas marcaram os depoimentos dos ex-presos políticos José Bernardo e José Ailton, torturados nas Granjas do Terror em Campina Grande. Eles contaram que foram colocados em pau de arara, receberam choques elétricos, pesadas nos testículos e outros métodos cruéis. A oitiva foi convocada pelo Grupo de Trabalho Mapa da Tortura e aconteceu na Universidade Federal de Campina Grande, em 11 de julho de 2014. (Foto - Da esquerda para a direita: José Ailton, Fábio Freitas, Waldir Porfítio, José Bernardo da Silva)

2.2.11 Marta, Marinês e Isaac Pedro Teixeira

O Grupo de Trabalho "Repressão do Estado e de Milícias Privadas aos Camponeses" realizou uma oitiva, em 25 de julho de 2014, com os testemunhos dos filhos de João Pedro e Elizabeth Altina Teixeira, em especial de Marta e Marinês Teixeira, que residem no Rio de Janeiro. Foi uma sessão muito emocionante, porque eles não se reuniam há 50 anos. Para o reencontro da família contou-se com o apoio da Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro. Os desabafos de anos de mágoas guardados no coração foram gravados para história da saga dessa família. Isaac Pedro Teixeira foi viver e estudar em Cuba quando tinha apenas 14 anos de idade. Em seu depoimento afirma que participou de algumas reuniões das Ligas Camponesas e que "a palavra de ordem era a unidade, a união; a união dos trabalhadores rurais era a força".

2.2.12 Maria das Neves e Maria José Teixeira

Dando continuidade aos depoimentos dos filhos de João Pedro e Elizabeth Altina Teixeira, foram ouvidas, em 17 de dezembro de 2014, Maria das Neves e Maria José Teixeira, que residem em Sapé e em João Pessoa, respectivamente.

2.2.13 José Marinardi de Araújo

Depois de quatro décadas de separação imposta pelo regime militar, a família do desaparecido político Pedro Inácio de Araújo, o Pedro Fazendeiro, se reuniu para o depoimento de José Marinardi de Araújo que veio do Rio de Janeiro para ser ouvido pela CEVPM-PB, em

19 de dezembro de 2014. Foi um encontro memorável para Marinardi, que há muito tempo não via seus irmãos Walter, Joseneide e Náugia.

2.2.14 Germana Correia Lima

Uma das principais lideranças feminina do movimento estudantil de 1968, Germana Correia Lima prestou seu testemunho, em 18 de fevereiro de 2015, relatando sobre sua militância desde os estudos no secundário até a universidade, quando cursou Direito pela UFPB. Contou como foi sua participação na luta contra a ditadura, as prisões que sofrera, os inquéritos policiais que respondeu, o seu relacionamento amoroso com Rômulo de Araújo Lima e os motivos que levaram este a deixar o PCBR, as punições que recebeu como proibição de matrícula na UFPB, perda do emprego como professora da Academia do Comércio e sua saída do Brasil para o exterior, onde reside até os dias de hoje.

2.2.15 Amilton de França

Na diretoria da Faculdade de Direito da UEPB, em Campina Grande, 19 de março de 2015, ocorreu o testemunho do professor Amilton de França, preso e torturado em 1969, em Recife, e 1974 no Estado do Maranhão. Ele discorreu sobre sua militância no movimento estudantil secundarista em Campina Grande e contou sobre as sessões torturas que sofreu com choque elétrico, afogamento, tapas e palmatória.

2.2.16 Berilo Ramos Borba

A Comissão da Verdade, da Memória e da Justiça das Entidades da Universidade Federal de Campina Grande em parceria com a CEVPM-PB, representadas pelos professores Luciano Mendonça de Lima e Paulo Giovani Antonino Nunes, respectivamente, registraram o testemunho do ex-reitor da UFPB Berilo Ramos Borba[15], em 18 de julho de 2015. Na ocasião, ele relatou fatos de sua administração na UFPB, tais como relação com o movimento estudantil, atuação da Assessoria de Segurança e Informação (ASI), proibição de posse de diretores de Centro pelos militares, entre outros assuntos.

2.2.17 Sargento Marinho

(Foto 1 - Da esquerda para a direita: Sérgio de Castro Pinto Filho, Paulo Giovani Antonino Nunes e Francisco de Assis Oliveira Marinho; Foto 2 – Da esquerda para a direita: Anita Leocádia Pereira dos Santos, uma das filhas de José Pereira dos Santos, Peba, Sérgio de Castro Pinto Filho e Paulo Giovani Antonino Nunes)

Num esforço conjunto com o Ministério Público Federal, representado pelo Procurador da República, Sérgio de Castro Pinto Filho, a CEVPM-PB conseguiu que o ex-sargento do Exército, Francisco de Assis Oliveira Marinho, o conhecido Sargento Marinho, viesse à Paraíba para prestar depoimento, na sede do Ministério Público Federal em Campina Grande, 12 de novembro de 2015. Em todo o momento ele negou ser autor de torturas e que não se lembrava da existência da Granja do Terror, local onde eram torturados os militantes da esquerda na década de 1970. Várias vítimas das torturas estavam presentes ao depoimento e confirmaram que sofreram torturas por ele, além de familiares que acompanharam a situação dos torturados. Diante das intervenções das vítimas e familiares, ele se absteve de comentar e afirmou que só

[15] Vídeo de 2:21:10 horas. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=8wmiCk e Bt9_E>

responderia, em juízo. O psiquiatra Edmundo Gaudêncio, o cardiologista Cleanto Brasileiro e a psicóloga Thaisa Santos prestaram assistência às vítimas e ao acusado de ter sido torturador.

2.2.18 Ñasaindy Barrett de Araújo

Oitiva realizada na sede do Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos da UFPB, em 17 de dezembro de 2015, com a presença das professoras Lúcia de Fátima Guerra Ferreira e Iranice Gonçalves Muniz, da CEVPM-PB, e Maria de Nazaré Tavares Zenaide, da Comissão Municipal da Verdade de João Pessoa.

Ñasaindy nasceu em Cuba, filha de Soledad Viedma Barrett, paraguaia que foi assassinada no Massacre da Granja S. Bento, em Recife-PE, e do marinheiro José Maria Ferreira de Araújo, nascido em Fortaleza-CE, mas de família de Santa Luzia-PB, assassinado nas dependências do DOI-CODI, em São Paulo-SP. Com a anistia veio para o Brasil com a família de Damaris Lucena, que ficou responsável por ela quando seus pais voltaram para o Brasil. Apesar das dificuldades enfrentadas no Brasil, foi localizada pelos parentes do pai e, posteriormente, conseguiu contato com a família da mãe.

2.2.19 Netovitch Maia Duarte

A CEVPM-PB e a Comissão Municipal da Verdade de João Pessoa ouviram, na sede do Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos da UFPB, em 29 de abril de 2016, o testemunho do anistiado político Netovitch Maia Duarte, preso no Congresso da UNE em Ibiúna em 1968. No início da década de 70 foi sequestrado e torturado no 16º Regimento de Cavalaria Mecanizada – Bayeux-PB (RCMec). (Foto – Da esquerda para a direita: Paulo Giovani, Netovitch Maia e Monique Cittadino, da Comissão Municipal da Verdade de João Pessoa.)

2.2.20 Genaro e Gláucia Ieno, Frei Hermano José e Irmã Marlene

Essa oitiva foi realizada em pelo GT "Repressão do Estado e de Milícias Privadas aos Camponeses", no Memorial das Ligas Camponesass, em Sapé no dia 1 de agosto de 2016, para registrar os depoimentos de integrantes da Equipe de "Promoção Humana", da Arquidiocese da Paraíba.

Genaro Ieno Neto relembrou que a "Equipe de Promoção Humana" fez uma pesquisa em Caaporã-PB e constatou que a realidade vivida por aquelas famílias era realmente precária, se igualando às regiões mais pobres e degradadas do mundo, em mortalidade infantil e fome.

Gláucia Maria de Luna Ieno destacou que, por ser estudante de medicina era mais fácil o contato com os camponeses mesmo quando as áreas de conflitos de terra estavam proibidas a entrada e saída de pessoas.

Hermann Joseph Cürten (Frei Hermano) afirmou que, os membros da equipe faziam reuniões, trocavam informações sobre os acontecimentos do momento e se articulavam, entre eles, para dar os devidos apoios às comunidades.

Helena Wilhermina Maria Silvestre Burgers (Irmã Marlene) juntou-se à "Equipe Promoção Humana" para acompanhar as comunidades na Arquidiocese da Paraíba. Destacou que veio da Holanda totalmente alheia à realidade brasileira, mas logo foi entendendo tanto a realidade real do povo, da política e da ditadura militar.

2.2.21 Carlos Soares de Lima Filho [Help]

Os membros da CEVPM-PB, professora Lúcia Guerra e o advogado Waldir Porfírio, ouviram o depoimento Carlos Soares de Lima Filho, conhecido como Help, em 9 de janeiro de 2017. Ele participou da audiência sobre Luís Alberto de Andrade Sá e Benevides e Miriam Verbena e neste depoimento abordou a sua participação no movimento estudantil secundarista em João Pessoa. Ele tratou das atividades culturais e políticas desenvolvidas a partir do Lyceu Paraibano e sua atuação no PCBR.

2.2.22 Rubens Pinto Lyra

Os membros da CEVPM-PB, professora Lúcia Guerra e o advogado Waldir Porfírio, ouviram o depoimento do professor Rubens Pinto Lyra, em 21 de fevereiro de 2017, que abordou a sua militância política e as consequências com a matrícula suspensa no curso de Direito da UFPB em 1964 e, em 1968 a sua prisão no Congresso da UNE em Ibiúna. Na década de 1970, estudou na França e no retorno ao Brasil, por meio de concurso foi professor na URNE, em Campina Grande, e posteriormente na UFPB, em João Pessoa, integrando o movimento sindical como presidente da ADUFPB e dirigente da ANDES. Durante o processo da Assembleia Nacional Constituinte foi preso novamente e enquadrado na Lei de Segurança Nacional.

2.2.23 Maria Izabel Cavalcante Pontes

Embora o mandato oficial da CEVPM-PB tenha se encerrado em março de 2017, durante a elaboração deste Relatório foi registrado o depoimento de Maria Izabel Cavalcante Pontes, em 13 de junho de 2017. Sua militância interessava aos GTs Perseguição dos Órgãos de Segurança ao Setor Educacional, por ter sido enquadrada na LSN quando estudante secundarista em Guarabira; Ditadura e Gênero, pela sua atuação e protagonismo como mulher; e Repressão do Estado e de Milícias Privadas aos Camponeses, tendo em vista o seu trabalho junto aos trabalhadores rurais nos programas da Diocese de Guarabira.

2.2.24 Anatilde Targino Alves

Mais um depoimento foi registrado, pós término oficial do mandato da CEVPM-PB, em 8 de agosto de 2017, de Anatilde Targino Alves, filha de Elizabeth Altina Teixeira. Nasceu em 1965 quando sua mãe estava na clandestinidade como Marta Maria da Costa, na cidade de São Rafael-RN. Passou sua infância e adolescência enfrentando muitas dificuldades, juntamente com a mãe e o irmão Carlos. Cresceu como filha da mulher simples e trabalhadora Marta Maria da Costa e não da líder camponesa Elizabeth Altina Teixeira. Assim, até bem pouco tempo ficou no anonimato “para preservar a imagem de Elizabeth Teixeira”.

3 Relacionamento com órgãos públicos

3.1 Acordos e termos de cooperação técnica

Visando obter documentação e trocar informações sobre paraibanos perseguidos pela ditadura militar em todo território nacional, a CEVPM-PB celebrou Acordos de Cooperação Técnica a fim contribuir para a efetivação do direito à memória e à verdade histórica, com diversas instituições mencionadas a seguir.

3.1.1 Comissão de Anistia do Ministério da Justiça

No dia 10 de abril de 2013, a CEVPM-PB, representada por seu presidente Paulo Giovani Antonino Nunes e a Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, representada por seu Presidente, Paulo Abrão Pires Junior, assinaram um Termo de Cooperação Técnica objetivando receber cópias de processos com pedidos de anistia de paraibanos perseguidos pela ditadura militar.

3.1.2 Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano de Pernambuco (APEJE-PE)

No dia 3 de maio de 2013, membros da CEVPM-PB se reuniram com a coordenação do APEJE-PE, para assinar um Termo de Cooperação Técnica objetivando receber cópia digitalizada de documentos arquivados do DOPS-PE referentes a paraibanos perseguidos pela ditadura civil militar. Na foto, da esquerda para a direita, Waldir Porfirio, Lúcia Guerra, Paulo Giovanni, Iranice Muniz e o coordenador do Arquivo, Pedro Moura.

3.1.3 Comissão da Estadual da Memória e Verdade Dom Helder Câmara de Pernambuco (CEMVDHC)

Com objetivo de estreitar as relações para fortalecer a busca pela memória, verdade e justiça, as Comissões Estaduais da Verdade de Pernambuco e da Paraíba assinaram, no dia 7 de maio de 2013, no auditório Gilberto Freyre da Fundação Joaquim Nabuco, em Recife, um acordo de cooperação recíproca. No encontro, os membros da CEMVDHC apresentaram para a Comissão paraibana a experiência com a pesquisa documental, sessões públicas e privadas e o planejamento de atividades para desenvolver as metas previstas. As comissões também discutiram experiências, dificuldades e métodos de trabalhos. (Foto – Da esquerda para a direita: Paulo Giovanni, Manoel Severino Moraes de Almeida, Fernando de Vasconcelos Coelho, José Áureo Rodrigues Bradley, Lúcia Guerra, Waldir Porfirio, Iranice Muniz, Irene Marinheiro e Fábio Freitas.)

3.1.4 Comissão Nacional da Verdade (CNV)

O presidente da CEVPM-PB, professor Paulo Giovani, assinou um termo de cooperação com a CNV, em 27 de maio de 2013, em Brasília. A assinatura ocorreu durante reunião promovida pela Comissão de Anistia do Ministério da Justiça com Comissões Estaduais e Municipais da Verdade e Comitês de Memória, Verdade e Justiça da sociedade civil. O encontro, coordenado por Paulo Abrão, presidente da Comissão de Anistia, teve por objetivo apresentar informações e encaminhamentos de processos de pessoas perseguidas pela ditadura civil-militar de 64 no Brasil. Na foto, da esquerda para a direita, Paulo Giovani (CEVPM-PB), Rosa Cardoso (CNV) e Paulo Abrão (CA-MJ).

3.1.5 Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

A CEVPM-PB assinou com a UEPB um Acordo de Cooperação Técnica para buscar informações em seus arquivos e outras formas de colaboração. No ato de assinatura, que ocorreu em 19 de julho de 2013, o reitor Antonio Guedes Rangel Júnior instalou a Comissão da Memória e da Verdade da UEPB. Esta Comissão foi constituída pelos professores José Benjamim Pereira Filho (Presidente), Edmundo de Oliveira Gaudêncio e Gilbergues Santos Soares, o técnico administrativo, Luan da Costa Medeiros e o estudante do curso de Direito, Camilo de Lélis Diniz de Farias. Na foto, da esquerda para a direita, Paulo Giovani e Rangel Júnior.

3.1.6 Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro

No dia 29 de maio de 2014, a Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro, representada por seu Presidente Wadih Damous, recebeu Iranice Muniz, representando a CEVPM-PB para a assinatura do Termo de Cooperação Técnica objetivando promover a mútua colaboração para a apuração e esclarecimento de graves violações de direitos humanos praticadas no País, especialmente aquelas ocorridas nos Estados da Paraíba e do Rio de Janeiro, ou a paraibanos e fluminenses.

4 Relacionamento com a sociedade civil

4.1 Atividades e eventos

4.1.1 Cinema “Pela Verdade”

Os membros da CEVPM-PB, Paulo Giovani e Waldir Porfírio, e Rodrigo Freire, da Comissão Municipal da Verdade de João Pessoa, participaram de vários debates da Mostra de Cinema Pela Verdade nos auditórios do CCHLA e da Faculdade de Direito da UFPB, em João Pessoa, nos dias 4 de junho e 8 de julho de 2013, e no auditório do Campus da UEPB, em Catolé do Rocha, em 3 de agosto de 2013. Os debates aconteceram após a apresentação do filme Eu Me Lembro, de Luís Fernando Lobo. Mesa: da esquerda para a direita: Paulo Giovani, Rodrigo Freire e Waldir Porfírio.

4.1.2 Inauguração do auditório João Roberto Borges de Souza

Em 30 de junho de 2013 ocorreu a solenidade de aposição da placa do Auditório dos

Conselhos Superiores da Universidade Federal de Campina Grande pelo reitor Edilson Amorim, substituindo o nome do ex-reitor da UFPB Guilardo Martins Alves, capitão-médico do exército e professor da Faculdade de Medicina, pelo nome do estudante do curso de Medicina da UFPB João Roberto Borges de Souza. O ato foi prestigiado pela comunidade universitária, com a presença da deputada federal Jô Moraes (ex-noiva de João Roberto) e familiares do homenageado. João Roberto foi uma das principais lideranças do movimento estudantil de 1968, preso várias vezes, torturado, e encontrado morto num açude de uma comunidade rural de Catolé do Rocha em outubro de 1969. Na foto, da esquerda para a direita, Fábio Freitas, Rangel Júnior, Edilson Amorim, Fernando Borges (irmão de João Roberto), Jô Moraes e Luciano Mendonça.

4.1.3 Lançamento do site da CEVPM-PB e digitalização do arquivo da DOPS-PB

O governador Ricardo Coutinho lançou no dia 10 de julho de 2013 o site da CEVPM-PB. Na oportunidade anunciou que o arquivo da Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS-PB) com a documentação dos paraibanos investigados na época da ditadura militar encontrava-se em processo de digitalização, e o que já foi digitalizado está à disposição na internet.

4.1.4 I Encontro Nordestino dos Comitês Estaduais pela Memória, Verdade e Justiça

Realizado de 12 a 14 de julho de 2013, em João Pessoa, este encontro teve por objetivo reunir os comitês da sociedade civil que atuam na defesa da Memória, Verdade e Justiça para troca de experiências e ações conjuntas. Também participaram representantes de comissões estaduais da verdade, a exemplo dos membros da CEVPM-PB Waldir Porfirio e Lúcia Guerra. O evento foi promovido pelo Comitê Paraibano Memória, Verdade e Justiça.

4.1.5 Exposição sobre o período da ditadura militar no Brasil

O Memorial da Justiça Eleitoral da Paraíba, em parceria com a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, trouxe para a Paraíba a exposição "Direito à memória e à verdade – a ditadura militar no Brasil de 1964 a 1985", que se instalou para visita pública em 2013 em dois períodos: na sede do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba (TRE-PB), de 1 a 30 de agosto; e na Fortaleza de Santa Catarina, entre os dias 7 a 19 de setembro, com homenagem à primeira magistrada da Paraíba, Helena Alves de Souza, perseguida pela ditadura militar. Além da exposição, o evento contou com o apoio da CEVPM-PB, cujos membros participaram de várias mesas temáticas.

4.1.6 Debate da OAB e as Comissões da Verdade sobre Lei de Anistia

O advogado Waldir Porfírio representou a CEVPM-PB no debate realizado no dia 1º de agosto de 2013, pela OAB, em Brasília, sobre o alcance da Lei da Anistia e do cumprimento da sentença da Corte Interamericana de Direitos Humanos no caso Gomes Lund e outros versus Brasil, que condenou o Brasil pelos assassinatos e desaparecimentos ocorridos durante a

Guerrilha do Araguaia. O evento foi promovido pela Comissão Especial da Memória, Verdade e Justiça do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), com as palestras do professor e jurista Fábio Konder Comparato e do procurador de República Marlon Alberto Weichert. Estavam presentes juristas e mais de cem especialistas no tema, entre advogados, representantes de 47 entidades ligadas à proteção dos Direitos Humanos e das Comissões da Verdade dos Estados.

4.1.7 Entrega ao TRE de documento secreto

A programação paralela da exposição "Direito à memória e à verdade – a ditadura militar no Brasil de 1964 a 1985", realizada pelo Memorial da Justiça Eleitoral da Paraíba em 28 de agosto de 2013, em parceria com a CEVPM-PB, foi encerrada com uma mesa temática sobre a atuação desta Comissão. O presidente da CEVPM-PB, professor Paulo Giovani, entregou ao presidente do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba (TRE-PB), desembargador Marcos Cavalcanti de Albuquerque, cópia de um documento entregue pelo TRE-PB em 1969 aos militares, no qual consta a relação dos que estavam com os direitos políticos cassados na Paraíba.

4.1.8 Encontro Estadual de Sociologia

A CEVPM-PB participou do 1º Encontro Estadual de Sociologia na Educação Básica da Paraíba, cujo tema foi "A Sociologia na Educação Básica: Dilemas e Perspectivas". O evento aconteceu em auditório da UFCG, em 4 de outubro de 2013, e contou com a presença dos membros Paulo Giovani, Fábio Freitas e Waldir Porfírio. Com o título "Violação dos Direitos Humanos Praticados por Agentes Públicos contra paraibanos e paraibanas, durante o período da Ditadura Militar", a Mesa Redonda de Abertura discorreu sobre "Importância e Significado da Comissão da Verdade e da Memória para as novas Gerações". Também foi exibido um vídeo sobre torturas praticadas pelo regime

civil militar de 1964 e apresentação de pôsteres produzidos por alunos e alunas da Rede Pública Estadual da Paraíba sobre o tema.

4.1.9 Documentário e debate

O Grupo de Trabalho Ditadura e Gênero da CEVPM-PB, coordenado pela professora Irene

Marinheiro, exibiu o documentário "Vou contar para os meus filhos", da diretora Tuca Siqueira. A apresentação foi em 21 de outubro de 2013, no auditório da antiga Faculdade de Direito da UFPB. O documentário mostra o reencontro de 24 ex-presas políticas da Colônia Penal do Bom Pastor 40 anos depois. Todas têm em comum o passado de luta contra a repressão da ditadura militar. Quatro décadas depois e com maridos, filhos e uma vida tranquila, elas dão um tom de leveza à narrativa de uma história carregada de simbolismo e sofrimento.

4.1.10 Reunião com assessor da Comissão de Anistia

No dia 29 de outubro de 2013, a CEVPM-PB recebeu a visita do assessor da Comissão de Anistia, Rodrigo Lentz, para uma reunião de trabalho com a apresentação do resultado da pesquisa qualitativa no acervo da CA-MJ referente a um recorte dos requerimentos de anistia referentes ao estado da Paraíba. Esse trabalho foi realizado por meio do Projeto de Cooperação Técnica para o intercâmbio internacional, desenvolvimento e ampliação das políticas de Justiça Transicional do Brasil (PNUD/BRA/08/021). Em 2014, a CEVPM-PB recebeu o relatório integral em cd-rom.

4.1.11 Homenagem ao professor Fábio Freitas

O governador Ricardo Coutinho homenageou o professor Fábio Fernando Barboza de Freitas, da UFCG, pelos seus 35 anos de dedicação ininterrupta à atividade docente e ao ativismo na promoção e defesa dos direitos humanos e da cidadania democrática. A homenagem ocorreu em 22 de novembro de 2013 nas dependências do Teatro Municipal Severino Cabral, em Campina Grande. Foto: Fábio Freitas ladeado por sua esposa Cleideney, o governador Ricardo Coutinho, sua genitora D. Teresinha Barbosa Pessoa, filho, filhas e genro.

4.1.12 50 anos da resistência de Mari

No dia 15 de janeiro de 2014, prestou-se uma homenagem aos camponeses de Mari-PB, nos 50 anos da resistência à agressão armada dos latifundiários, que resultou na morte do líder sindical Antônio Galdino da Silva e dos camponeses José Barbosa do Nascimento, Pedro Cardoso da Silva e Genival Fortunato Félix, além de muitos feridos, entre eles Antônio Galdino Pessoa e Manoel Fernandes da Silva. Este evento[16] foi promovido pelo Comitê Paraibano Memória, Verdade e Justiça, entidade da sociedade civil, com o apoio e participação de diversas organizações, movimentos sociais, instituições públicas, inclusive da CEVPM-PB.

4.1.13 Encontro da Nova Consciência

No dia 1 de fevereiro de 2014 os participantes da 23ª edição do Encontro da Nova Consciência se emocionaram com a mesa “50 anos do Golpe Militar: o papel contemporâneo das Comissões da Verdade”. Após a exibição de vídeo explicando como se deu o golpe civil-militar no Brasil, o presidente da

[16] Entre as atividades teve uma caminhada do local do conflito até o centro da cidade de Mari. Foto disponível em: https://www.facebook.com/cpmvj.pb/

CEVPM-PB, Paulo Giovani falou sobre o histórico da ditadura militar na Paraíba, destacando a ação das Ligas Camponesas e a chacina de Mari. Já Waldir Porfírio relatou os casos dos paraibanos mortos e desaparecidos políticos que a Comissão está investigando, em especial a morte do líder estudantil João Roberto Borges de Souza e os desaparecimentos dos líderes camponeses Nego Fuba e Pedro Fazendeiro. Ao final da mesa, o professor Fábio Freitas, exibiu imagens de pessoas que foram torturadas durante a ditadura na Paraíba e relatou alguns métodos de tortura praticados.

4.1.14 Entrega do Relatório Parcial ao Governador

A CEVPM-PB divulgou o primeiro relatório sobre os crimes ocorridos durante a ditadura militar na Paraíba. Relatos sobre cassações de mandatos, assassinatos, torturas, desaparecimentos, intervenções em sindicatos e universidade estão no documento que vai ajudar a recontar a história local. A divulgação do documento aconteceu em solenidade no Palácio da Redenção no dia 31 de março de 2014. Logo após receber o relatório, o governador Ricardo Coutinho ressaltou a necessidade de preservar a memória do período.

4.1.15 Debate na UEPB

O Relatório Parcial da CEVPM-PB foi apresentado a estudantes, professores e servidores da UEPB no dia 3 de abril de 2014, em evento promovido pelo DCE daquela instituição. Representaram a Comissão na apresentação o professor Fábio Freitas e o advogado Waldir Porfírio.

4.1.16 Exposição “Reflexos da Ditadura na Paraíba”

A Exposição e Seminário “Reflexos da Ditadura Militar na Paraíba – 50 anos depois” integrou a 12ª Semana Nacional de Museus, numa realização do Memorial da Justiça Eleitoral da Paraíba e da CEVPM-PB, no período de 12 a 30 de maio de 2014, com quatro mesas

temáticas, uma audiência pública sobre os "Juízes Cassados" e apresentações do Grupo Cenário Eleitoral, formado por servidores do TRE. Com 19 painéis, a Exposição abordou os seguintes temas: Ocupação da Faculdade de Direito, Atos institucionais, Atos institucionais nº 2 e nº 5, Juízes cassados, Desembargador Emílio de Farias, Quadrinhos de Henrique Magalhães, Políticos cassados, Gênero e ditadura militar, Repressão às ligas e lutas camponesas, Paraibanos mortos e desaparecidos políticos, Geraldo Vandré, Movimento estudantil, Sociedade e sindicatos, Nizi Marinheiro, Cultura e resistência, Órfãos da repressão do Estado e das milícias privadas, Mapa da tortura na Paraíba; além de painéis de abertura da exposição e da ficha técnica.[17]

Figura 1 – Folder da Exposição e Seminário "Reflexos da Ditadura Militar na Paraíba – 50 anos depois". TRE e CEVPM-PB – 2014.

[17] Disponível em: <http://apps.tre-pb.jus.br/memorial/index-menu.php?menu=historia2 &conteudo= exposicao-reflexos-ditadura-militar-paraiba>.

4.1.17 Entrega do Relatório Parcial da CEVPM-PB a CNV

No dia 19 de maio de 2014, o Relatório Parcial da CEVPM-PB foi entregue aos membros da Comissão Nacional da Verdade. Na oportunidade, diante de um auditório composto por representação de todas as Comissões Estaduais e Municipais da Verdade, o presidente Paulo Giovani e o advogado Waldir Porfírio fizeram uma exposição sucinta de tudo o que foi colhido nas pesquisas em documentos secretos da época da ditadura e dos depoimentos prestados até aquele momento.

4.1.18 Encontro da família João Pedro e Elizabeth Teixeira no Memorial das Ligas Camponesas

Após a Oitiva realizada na sede da CEVPM-PB, no sábado dia 26 de julho de 2014 a família de João Pedro e Elizabeth Teixeira foi visitar a antiga casa que morara antes da diáspora familiar forçada pelo golpe militar. Localizada na comunidade Barra de Antas, zona rural de Sapé, a casa foi desapropriada pelo governo do estado e transformada no Memorial das Ligas Camponesas, em 2006. Nesse encontro, acompanharam Elizabeth Teixeira seus filhos Maria José, Isaac, Carlos, Marinês, Maria das Neves, e Marta, netos e bisnetos. Além da presença das inúmeras pessoas que apoiam e fazem o Memorial existir.

4.1.19 Palestra para os estudantes do Anglo Colégio e Curso

O membro da CEVPM-PB, advogado Waldir Porfírio, no 14 de abril de 2014, fez uma palestra no Anglo Colégio e Curso, em João Pessoa, por convite do professor de história Washington Feitosa, sobre as perseguições do regime militar na Paraíba. O anistiado político Simão Almeida também deu o seu depoimento sobre o que sofreu da ditadura.

4.1.20 II Semana de Jornalismo Vladimir Herzog

A integrante da CEVPM-PB, professora Lúcia de Fátima Guerra Ferreira participou de mesa redonda na semana de jornalismo do Centro de Comunicação, Turismo e Arte – CCTA/UFPB, no 30 de julho de 2014, abordando o tema "Memória e História do Golpe Militar"

4.1.21 Audiência com a direção da Polícia Federal

Os representantes da CEVPM-PB, Paulo Giovani, Lúcia Guerra, Waldir Porfírio e Iranice Diniz estiveram em reunião, no dia 13 de novembro de 2014, com o superintendente da Polícia Federal do Estado da Paraíba, delegado Nivaldo Farias de Almeida. O objetivo foi o de solicitar o acesso aos documentos contidos no arquivo daquela instituição para que pudessem ser realizadas pesquisas sobre os interrogatórios aos presos políticos durante o período da ditadura civil militar na Paraíba.

4.1.22 Comissão de Anistia do Ministério da Justiça

A CEVPM-PB recebeu, no dia 21 de novembro de 2014, um Relatório da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, representada pelo advogado Virginius Lianza da Franca, sobre os paraibanos perseguidos pelo regime civil militar que entraram com processos para a concessão da anistia política e reparação econômica da União pelos prejuízos sofridos, em decorrência de motivação exclusivamente política, por atos de exceção. Na foto, da esquerda para a direita, Virginius Lianza da Franca, Paulo Giovanni, Rodrigo Freire, presidente da Comissão da Verdade de João Pessoa, José Calistrato Cardoso, coordenado do Comitê Paraibano Memória, Verdade e Justiça e Luciano Mendonça de Lima, presidente da Comissão da Verdade, da Memória e da Justiça das Entidades da UFCG.

4.1.23 II Encontro do Movimento Memória, Verdade e Justiça do Norte e Nordeste

Este encontro foi realizado em Recife – PE, de 22 e 23 de novembro de 2014, com a participação da professora Lúcia Guerra, representando a CEVPM-PB. O encontro reuniu os comitês da sociedade civil para troca de experiências e articulações das políticas de Memória, Verdade e Justiça.

4.1.24 Comissão denuncia torturador ao MPF

A CEVPM-PB entregou ofício ao Procurador da República, José Godoy Bezerra de Souza, no dia 9 de março de 2015, pedindo a abertura de processo criminal contra o acusado de crimes de tortura a presos políticos do regime militar nos idos de 1974, em Campina Grande. Francisco de Assis Oliveira Marinho, mais conhecido como Sargento Marinho, pertencente aos quadros do Exército Brasileiro, foi denunciado por prática de torturas pelos presos políticos Maura Pires Ramos, Josélia Maria Ramos Wellen, Jorge Aguiar Leite, João Dantas, José Bernardo e José Ailton. O torturador atualmente é promotor aposentado do estado do Ceará.

4.1.25 Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba

Os representantes da CEVPM-PB, Paulo Giovanni e Waldir Porfírio, foram recebidos pelo presidente em exercício do Tribunal de Justiça da Paraíba, desembargador José Ricardo Porto, no dia 10 de abril de 2015, parar tratar do acesso a a rquivos e processos do Poder Judiciário paraibano. O pai do desembargador, o então deputado estadual Silvio Pélico Porto, teve o seu mandato cassado por ato institucional do Conselho Nacional de Segurança (CNS) em 1969.

4.1.26 Espaço Experimental

O Programa do Laboratório de Radiojornalismo do Curso de Comunicação Social da UFPB, Espaço Experimental, entrevistou em 13 de junho de 2015 os membros da CEVPM-PB, Paulo Giovani e Lúcia Guerra. Eles discorreram sobre os 21 anos de ditadura militar no Brasil, quando muitas pessoas perderam seus direitos, sofreram perseguição, foram presas, torturadas e até mortas por discordarem do regime. Também falaram sobre as investigações a esses crimes, a busca de documentos secretos e confidenciais, gravação de depoimentos, entre outras questões.

4.1.27 Homenagem a membros da CEVPM-PB

O Fórum Nacional de Direitos Humanos e Saúde Mental, promovido pela Associação Brasileira de Saúde Mental, homenageou os membros da CEVPM-PB, professores Fábio Freitas e Lúcia Guerra, e advogado Waldir Porfírio, pela luta empreendida em defesa dos direitos humanos na Paraíba. No evento, ocorrido no Teatro Paulo Pontes em 4 de julho de 2015, também receberam homenagens os professores Edmundo Gaudêncio, Maria de Nazaré Tavares Zenaide, Maurino Santana, Renan Palmeira e Lúcia Lemos Dias de Moura.

4.1.28 Comissão da Verdade da OAB

No dia 29 de julho de 2015 a Comissão Especial da Verdade, Memória e Justiça da Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional da Paraíba (OAB/PB), formada por Alexandre Guedes, Gregória Bezerra, Socorro Brito e o convidado Langstein de Almeida, se reuniu com o advogado Waldir Porfírio, representante da CEVPM-PB, para traçar um roteiro visando contribuir com o resgate da memória e verdade sobre a participação dos operadores jurídicos (Advogados, Juízes, Promotores e Procuradores) no período da ditadura militar.

4.1.29 Palestra no curso de Direito da Faculdade Maurício de Nassau

Atendendo a convite da direção do curso de Direito da Faculdade Maurício de Nassau de Campina Grande, o membro da CEVPM-PB, Waldir Porfírio, proferiu palestra sobre "Ditadura Nunca Mais: O papel da Comissão da Verdade", em 3 de setembro de 2015. Estudantes e professores lotaram o auditório para debater sobre as violações aos direitos humanos praticados pelo regime militar, fazendo comparação a muitas das violações que até hoje são implementadas pelo Estado brasileiro.

4.1.30 Entrevista na TV Assembleia

Participação da Professora Lúcia Guerra no programa MEMORIA.DOC, da TV Assembleia (Assembleia Legislativa da Paraíba), sendo entrevistada pelo jornalista Gilson Souto Maior sobre a ditadura militar no Brasil e na Paraíba, bem como sobre as atividades desenvolvidas pela CEVPM-PB, em 22 de outubro de 2015. [18]

[18] Disponível no site: <https://www.youtube.com/watch?v=vKQ-7Yltapw>

4.1.31 Palestra no Colégio Marista Pio X

O Colégio Marista Pio X, em João Pessoa, convidou a CEVPM-PB e o professor Paulo Giovani Antonino Nunes proferiu palestra sobre os resultados parciais da referida Comissão para os estudantes do 3° ano do Ensino Médio, dando ênfase na violação dos Direitos Humanos e na contribuição dos trabalhos da Comissão para a justiça de transição e educar para o nunca mais. O evento foi parte da Semana Marista de Arte, Cultura e Conhecimento (SEMACC), edição 2016, e a área de Ciências Humanas promoveu este debate sobre o Direito à Memória e à Verdade.

4.1.32 Encontro de Comitês e Comissões pela Memória, Verdade e Justiça do Norte e Nordeste do Brasil

As professoras Lúcia Guerra, Iranice Muniz, professor Fábio Freitas e o advogado Waldir Porfírio apresentaram um relatório parcial dos trabalhos da CEVPM-PB durante este Encontro, realizado em João Pessoa nos dias 21 e 22 de novembro de 2015. Estavam participando do Encontro 80 representantes dos nove estados do Nordeste. Foi elaborada e divulgada a **Carta da Cidade de João Pessoa**.

Carta da Cidade de João Pessoa

A História é um carro alegre/ Cheio de um povo contente/ Que atropela indiferente/ Todo aquele que a negue. (Canción Por La Unidad de Latino America – Chico Buarque)

O 3º Encontro de Comitês e Comissões pela Memória, Verdade e Justiça do Norte e Nordeste do Brasil, que contou ainda com a participação de outros coletivos que lutam pela preservação da memória, pela busca da verdade histórica e pela efetivação da justiça de transição, realizado em João Pessoa (PB), nos dias 21 e 22 de novembro de 2015, dedicado ao centenário de fecunda vida militante dos combatentes do povo Francisco Julião, líder das Ligas Camponesas, e Djalma Maranhão, prefeito de Natal

cassado pelo golpe de 1964 e morto no exílio, no Uruguai, e aos líderes revolucionários Raimundo Ferreira Lima (Araguaia, PCdoB) e Thomaz Antônio da Silva Meirelles (ALN), torna pública a seguinte carta aberta aos brasileiros e brasileiras.

Em que pesem todas as contradições, marchas e contramarchas da luta pelo resgate da memória e pelo restabelecimento da verdade sobre um dos períodos mais sombrios da história do Brasil – os 21 anos em que perdurou o Estado de terror, instalado em 1º de abril de 1964 – o relatório apresentado pela Comissão Nacional da Verdade (CNV), em 10 de dezembro de 2014, foi um marco histórico e uma conquista para os que se dedicam à causa da memória, da verdade e da justiça em nosso país.

Desde então, o Estado brasileiro – e não apenas familiares de presos e desaparecidos políticos, movimentos da Igreja e da sociedade civil ou grupos de sobreviventes do período de terror – passou a reconhecer, de forma mais clara, a existência de graves violações de direitos humanos, cometidos por agentes da repressão em nome do Estado, resultando em prisões, sequestros, torturas, exílios, trucidamentos, assassinatos e ocultações de cadáveres de milhares de brasileiros que lutavam pelo restabelecimento da liberdade, da democracia e da soberania em nosso país.

O Relatório da Comissão Nacional da Verdade não pode ser mero documento para adormecer nas estantes dos arquivos. É uma fonte viva, fundamental, para a aplicação da justiça de transição no Brasil e deve ser usado nas escolas, universidades, academias, em toda sociedade para que se estabeleça a completa identidade do Brasil e o seu reencontro com a sua própria história, bem como respaldar as ações no âmbito da Justiça.

É dever de todos nós exigir que as 29 recomendações contidas no Relatório da CNV sejam transformadas em política de Estado e que estas sejam imediatamente colocadas em prática pelo governo brasileiro. Punir exemplarmente os agentes de Estado, empresas e pessoas envolvidas em tais crimes imprescritíveis e de lesa-humanidade, com um pedido de desculpas oficial das Forças Armadas à nação brasileira, revogar a Lei de Segurança Nacional e desmilitarizar as polícias militares são recomendações da CNV e exigências da sociedade civil organizada.

É inaceitável que o governo de uma Chefe de Estado que sentiu na pele e na alma o ferrão do suplício nos porões do regime não dê consequências ao Relatório da CNV, divulgando-o o mais amplamente possível para que nunca caia no esquecimento e cumprindo integralmente suas resoluções.

O cumprimento dessas recomendações, em especial a exemplar punição aos torturadores, torna-se muito mais necessário no momento em que essas mesmas forças golpistas ressurgem das catacumbas para tentar sabotar a ainda debutante democracia brasileira, pedindo aberta e cinicamente a volta da ditadura militar no Brasil. Não é fazendo concessões aos saudosos do fascismo, permitindo que permaneçam infiltrados nas instituições de Estado, que consolidaremos o processo democrático e evitaremos indesejáveis retrocessos.

A maneira mais eficaz de combater os que pedem a volta da ditadura é aprofundando as denúncias dos crimes cometidos, como vêm fazendo, a despeito de todas as dificuldades materiais, os comitês e organizações pela memória, verdade e justiça espalhados pelo Brasil; é resgatando a memória dos que tombaram, homenageando-os com nomes de praças e logradouros; é construindo memoriais da resistência nos locais que serviam de centro de tortura e de assassinatos dos brasileiros e brasileiras; é prosseguindo com o trabalho de identificação dos desaparecidos políticos para sepultá-los com dignidade; é punindo exemplarmente todos os que cometeram crimes contra a humanidade.

É preciso revolver minuciosamente esse passado recente, esclarecendo, julgando e condenando, para que seus tentáculos sejam cortados e não mais continuem ameaçando o presente, como acontece nos vários casos de desaparecimento, no extermínio da juventude pobre, negra e, em geral, dos moradores da periferia geográfica e social do Brasil.

Ao mesmo tempo, é necessário o aprofundamento do intercâmbio e dos encontros do Movimento Memória, Verdade e Justiça do Brasil, nos moldes do que houve em Cajamar (SP) e dos Encontros Regionais, a fim de fortalecer nossos laços, disseminar as diversas experiências e assegurar o poder de pressão da sociedade civil sobre o governo, não só para garantir as conquistas já obtidas como para dar os passos efetivos rumo à justiça de transição e à consolidação da democracia brasileira.

- Pelo imediato cumprimento das recomendações do Relatório da Comissão Nacional da Verdade!
- Punição aos golpistas e torturadores da ditadura militar fascista!
- Para que não se esqueça, para que nunca mais aconteça!

João Pessoa, 22 de novembro de 2015.

4.1.33 Colóquio sobre o Direito à Memória e à Verdade

O Colóquio sobre o Direito à Memória e à Verdade durante a aula do professor Carmélio Reynaldo, do Curso de Comunicação da UFPB, foi realizado em 21 de novembro de 2015, com a participação do membro da CEVPM-PB, Waldir Porfírio, que relatou sua experiência dando assistência aos perseguidos do regime militar e os trabalhos da Comissão. O convite foi feito pelo grupo de estudantes Sandro Alves de França, Elthon Cunha, Pedro Neri e Gabriela Garcia. [19]

4.1.34 Comissão da Verdade da UFPB

A professora Lúcia Guerra e o advogado Waldir Porfírio representaram a CEVPM-PB, em 22 de abril de 2014, em reunião com a Comissão da Verdade da UFPB, criada pela reitora Margareth de Fátima Formiga Melo Diniz. Na oportunidade, os professores Romildo Fernandes

[19] Gravação disponível em: <http://memoriasdeverdade.blogspot.com.br/2015/12/iii-coloquio-sobre-memoria-e-verdade.html>

e Ângelo Emilio Pessoa receberam os membros da CEVPM-PB, que colocaram à disposição os arquivos e gravações de depoimentos de ex-lideranças e professores perseguidos na UFPB pela ditadura, bem como discutiram as possibilidades de ações da Comissão da universidade.

4.1.35 Sessão Câmara de Campina Grande sobre os 50 anos do golpe

Por iniciativa do vereador Napoleão Maracajá (PCdoB) a Câmara Municipal de Campina Grande realizou, a 20 de maio de 2014, uma sessão especial para discutir os 50 anos da ditadura militar e celebrar as lutas de resistência que restabeleceram a Democracia no Brasil. O professor Fábio Freitas, representando a CEVPM-PB, discursou sobre os paraibanos torturados, mortos e desaparecidos no regime militar, destacando que casos como estes – de crime contra a humanidade –, não prescrevem.

4.1.36 Encontro Nacional das Comissões da Verdade

Waldir Porfírio representou a CEVPM-PB no Encontro Nacional das Comissões Estaduais da Verdade, realizado no Rio de Janeiro nos dias 15 e 16 de abril de 2015. Um dos objetivos do Encontro foi possibilitar o intercâmbio de experiências, informações e documentos sobre os temas que estavam sendo pesquisados, em todo o Brasil, em torno das graves violações de direitos humanos cometidas durante a ditadura militar. Algumas investigações, poderão ser feitas conjuntamente, uma vez que diversos agentes da repressão militar atuavam em vários Estados, bem como presos políticos eram transferidos, mortos ou desaparecidos em cidades, ou mesmo regiões, distantes daquelas aonde foram arbitrariamente detidos. A seguir, a Carta que foi elaborada neste encontro:

CARTA DAS COMISSÕES ESTADUAIS DA VERDADE

Reunidos no Rio de Janeiro, nos dias 16 e 17 de abril de 2015, os signatários assumem a responsabilidade de dar continuidade ao processo de desconstrução do legado autoritário da ditadura civil-militar de 1964, pois entendem que a luta por verdade não se encerra após o término dos trabalhos da Comissão Nacional da Verdade – CNV – e a entrega do seu relatório.

Reafirmamos nossos compromissos com a expansão das políticas de memória, verdade e reparação em curso, mas precisamos avançar no processo de transição para uma democracia mais ampla. A questão hoje colocada em nossa agenda é Justiça.

Neste momento, em que a Nação exige a apuração e punição para tantos crimes, como forma de evitar a sua repetição, não podemos aceitar que permaneça a impunidade dos crimes de lesa humanidade praticados pela ditadura, já denunciados pelo Ministério Público Federal (MPF) e aqueles que a CNV identificou.

Por isso decidimos:

1 - Criar uma rede de comissões da verdade, com uma coordenação nacional para fazer cumprir e dar prosseguimento ao que a CNV e demais Comissões da Verdade recomendam em seus relatórios;

2 - Buscar cooperação de entidades da sociedade civil comprometidas com o Estado de Direito para a continuidade deste trabalho;

3 - Solicitar uma audiência pública ao Supremo Tribunal Federal para tratar do cumprimento das decisões da Corte Interamericana de Direitos Humanos, da aplicação da Lei da Anistia, da judicialização dos casos de crimes de lesa humanidade e o prosseguimento dos processos já existentes;

4 - Solicitar ao Poder Executivo a articulação e construção de uma política nacional de espaços de memória nas cidades brasileiras, para que sejam promovidos debates permanentes, como ação fundamental que possa garantir a não repetição dos crimes ocorridos na ditadura;

5 - Direcionar o esforço das Comissões da Verdade estaduais para a busca e entrega de provas de crimes de lesa humanidade ao MPF visando a sua judicialização;

6 - Intensificar a busca de informações sobre os desaparecidos políticos e apoiar a reconstituição e o trabalho da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos.

Rio de Janeiro, 17 de abril de 2015.

4.2 Matérias na imprensa

A CEVPM-PB acompanhou a repercussão na imprensa escrita das suas atividades, compondo um conjunto documental com recortes de jornais do estado da Paraíba. Dentre os jornalistas que acompanharam e divulgaram as atividades da CEVPM-PB destacam-se Josélio Carneiro, do jornal A UNIÃO, e Adelson Barbosa, do Jornal Correio da Paraíba, sem desmerecer os demais.

Quadro 2 - Principais matérias jornalísticas da CEVPM-PB

Título da matéria / Subtítulo	Data / Local	Jornal	Resumo	Palavras-chave
Luta pelos direitos humanos – Instituída em novembro, quando deveria ter sido instalada, Comissão	10 Fev. 2013	Jornal da Paraíba	Trata das atividades que serão desenvolvidas pela CEVPM-PB que aguarda nomeação do Governador da Paraíba.	Direitos Humanos; CEVPM-PB

da Verdade espera pelas nomeações do governo.				
Revelações da ditadura na Paraíba – Perseguido político conta que assumiu uma outra identidade durante 10 anos	10 Mar. 2013	A União	Trata das prisões e condenações a paraibanos no período militar (Simão Almeida e José Calistrato), dos preparativos para a instalação da CEVPM-PB.	Prisões; Instalação da CEVPM-PB
Comissão da Verdade é instalada na Paraíba – Crimes da ditadura cometidos no Estado na década de 60 agora serão investigados	12 Mar. 2013	Jornal da Paraíba	Trata da instalação da Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba.	CEVPM-PB
Ricardo instala Comissão da Verdade – Governador dá posse a integrantes e afirma que finalidade é resgatar a verdadeira história da ditadura na Paraíba	12 Mar. 2013	Correio da Paraíba	Trata da instalação da Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba.	CEVPM-PB; Posse
Bomba no cinema de Cajazeiras – Comissão da Verdade quer esclarecer atentado que matou dois em 1975 e cujo alvo era Dom Zacarias	21 Mar. 2013	Correio da Paraíba	Trata sobre atentado no Cine Teatro Apolo 11, em 1975, na cidade de Cajazeiras. A Comissão Estadual da Verdade trabalha para esclarecer fatos sobre o ocorrido que deixou dois mortos.	Bomba em Cajazeiras; Dom Zacarias; Cine Teatro Apolo 11.
Morte em Catolé na ditadura militar – Comissão da Verdade suspeita que estudante João Roberto pode ter sido afogado em 69 e quer esclarecimento	22 Mar. 2013	Correio da Paraíba	Trata da morte do paraibano João Roberto Borges de Souza.	João Roberto Borges de Souza; Afogamento em Catolé.
Torturados – Presos políticos sofriam violência na Paraíba. Orquestrados por militares, os atos de violência ficaram mais sangrentos e muitos acabavam morrendo. AI-5 fez sessões piorarem. Lei da Anistia é questionada	30 Mar. 2013	Jornal da Paraíba Caderno Especial	Trata da militância política de Martinho Campos no PORT, sua prisão no Recife e em João Pessoa. Além disso, apresenta uma análise de Martinho sobre o período pós-AI-5.	Martinho Campos; PORT; AI-5
Herdeiros – Filhos de preso contam sofrimento; Ausência do pai e discriminação por causa das convicções políticas. Mudanças constantes por segurança. Família vivia na clandestinidade	30 Mar. 2013	Jornal da Paraíba Caderno Especial	Trata do depoimento de Náugia Araújo, filha de Pedro Fazendeiro, desaparecido e morto durante o regime militar. Além do depoimento de Simão Almeida, paraibano que viveu na clandestinidade durante o regime militar.	"Filhos" da ditadura; Clandestini-dade.

Esporte Revida – No regime militar, o futebol foi usado para manter a ordem. Time ensinou o que é democracia	30 Mar. 2013	Jornal da Paraíba Caderno Especial	Trata das relações do futebol no Brasil e na Paraíba com o regime militar como construção de estádios e atuação da seleção de 1970.	Futebol e Ditadura; Seleção de 1970; Sócrates.
Escombros – Ditadura destroçou o teatro no país. Luta para combater a censura. Cinema resiste ao golpe. Documentário feito na clandestinidade.	30 Mar. 2013	Jornal da Paraíba Caderno Especial	Trata do cenário cultural na Paraíba, principalmente sobre o cinema, no período militar, apresenta análises da atriz Zezita Matos, do diretor Fernando Teixeira e do crítico Wills Leal, sobre o cenário da época.	Cinema e Ditadura; Censura à cultura; Zezita Matos; Fernando Teixeira; Wills Leal.
Comissão da Verdade começa a planejar trabalhos na Paraíba – Grupo analisará arquivos secretos para esclarecer crimes praticados por militares no Estado.	02 Abr. 2013	Jornal da Paraíba	Trata sobre o andamento dos trabalhos da CEVPM-PB, reuniões realizadas em Campina Grande na UFCG e as ações que serão seguidas para analisar documentação secreta do período militar.	Arquivos secretos; Trabalhos da CEVPM-PB.
Torturas e mortes no regime militar – Comissão da Verdade de Pernambuco tem informações sobre quatro paraibanos vítimas de repressão	18 Abr. 2013	Correio da Paraíba	Trata da morte do paraibano Luiz Alberto Andrade de Sá e Benevides, a assinatura do termo de Cooperação Técnica com a Comissão Estadual de Pernambuco, desaparecimento dos paraibanos Ezequias Bezerra, Umberto Albuquerque e Adauto Freire.	Morte de Luiz Alberto Sá Benevides; Acidente em Caruaru; Tiroteio em Recife
Comissão da Verdade – Portal vai divulgar atividades e documentos	18 Abr. 2013	A União	Trata da instalação do portal eletrônico da CEVPM-PB. Além disso, informa como a Comissão pretende acumular documentação referente ao período militar.	Portal eletrônico; Arquivos da Ditadura.
Comissão da Verdade - Waldir Porfírio visita o jornal Contraponto	26 Abr. a 02 Mai. 2013	Jornal Contra-ponto	Trata da visita do integrante da CEVPM-PB Waldir Porfírio ao Jornal Contraponto	Jornal Contraponto; Waldir Porfírio
'Comissão da Verdade' decide digitalizar arquivos do Dops	01 Mai. 2013	Jornal da Paraíba	Trata da parceria do Governo do Estado, por meio da CEVPM-PB, com o Núcleo de Direitos Humanos da UFPB, para digitalização dos documentos da Dops	Acervo da Dops; Digitalização de documen-tos.
Dops deu dados de paraibanos aos EUA – Informações sobre supostos subversivos também foram liberadas para 44 órgãos no auge da ditadura	30 Mai. 2013	Correio da Paraíba	Trata sobre o repasse de documentos pela Delegacia de Ordem Política e Social (Dops) ao Consulado norte-americano.	Arquivo da Dops; Consulado dos EUA; Arquivos Confiden-ciais.

Mosaico dos anos de chumbo – Mostra 'Cinema pela Verdade' será exibida hoje e amanhã em João Pessoa com debate sobre a Ditadura Militar e seus desdobramentos	04 Jun. 2013	Jornal da Paraíba	Trata sobre mostra de cinema que acontece no CCHLA – UFPB	Cinema pela Verdade; Debates sobre a Ditadura
Confirmada mortes de paraibanos na ditadura – Comissão Estadual da Verdade da PB revela que União reconhece 3 mortos e 6 desaparecidos. Meta é desvendar assassinatos militares. Violência e morte marcam a Paraíba	16 Jun. 2013	Jornal da Paraíba Matéria frente e verso	Trata do reconhecimento, por parte da União, da morte dos paraibanos, Dilermano Mello, Severino Elias Mello e Marcos Antônio Lima. Aborda ainda, os trabalhos que a Comissão vem desenvolvendo para que outros paraibanos, como Nego Fuba, também sejam reconhecidos como desaparecidos no período militar pela União.	Morte de paraibanos; Desapareci-mento de paraibanos; Dilermano Mello; Severino Mello; Marcos Antônio Lima.
Mistérios no caso Ezequias Rocha – Paraibano desaparecido e preso após emprestar carro a uma amiga que morre em acidente, e depois é encontrado morto. Revelado o 'mapa da tortura'	16 Jun. 2013	Jornal da Paraíba Matéria frente e verso	Trata sobre o desaparecimento do paraibano Ezequias da Rocha e de outros paraibanos.	Ezequias da Rocha; Mapa da tortura.
Comissão da Verdade faz hoje 1ª Audiência Púbica	28 Jun. 2013	Jornal da Paraíba	Trata sobre a primeira Audiência Pública da Comissão Estadual da Verdade com a deputada Jô Moraes.	Audiência Pública; Jô Moraes; CEVPM-PB
João Roberto recebe homenagem em Campina Grande	29 Jun. 2013	Jornal da Paraíba	Trata da homenagem prestada ao estudante de Medicina da UFPB, João Roberto Borges de Souza, preso e morto durante o período militar.	João Roberto Borges de Souza; Homenagem.
Resgatando mais uma história – Comissão da Verdade remonta a trajetória do ex-líder estudantil João Roberto Borges, morto em 1969 durante ditadura militar	30 Jun. 2013	Jornal da Paraíba	Trata sobre a prisão e morte em 1969 do militante João Roberto Borges de Souza, estudante de Medicina da UFPB.	João Roberto Borges de Souza; Prisão e tortura; Jô Moraes.
Economista relata sessão de tortura durante ditadura – Escritor se emociona	20 Set. 2013	Jornal da Paraíba	Trata sobre o depoimento de Martinho Campos à CEVPM-PB expondo as torturas sofridas durante o período militar.	Martinho Campos; Tortura.
30º Congresso da UNE faz 45 anos hoje – No auge do regime militar, entidade atuava na clandestinidade. 34 paraibanos estavam	02 Out. 2013	Correio da Paraíba	Trata sobre a participação e prisão de estudantes paraibanos no Congresso da UNE em Ibiúna-SP.	Congresso da UNE; Ibiúna-SP; Estudantes presos.

entre os 694 presos em Ibiúna				
Ditadura: perseguidos são ouvidos – Comissão da Verdade toma depoimento de militares que viveram na clandestinidade durante o regime militar. Grávida de nove meses e presa em Recife. Simão Almeida: morte era coisa corriqueira	20 Dez. 2013	Correio da Paraíba	Trata da Audiência Pública da CEVPM-PB que ouviu Simão Almeida, Ana Rita de Castro Almeida e Lourdes Meira que foram perseguidos, torturados e viveram na clandestinidade durante o regime militar.	Clandestini-dade; Ana Rita Almeida; Simão Almeida; Lourdes Meira.
MPF reabre o caso de Pedro Fazendeiro – Procuradoria da República apura responsabilidade pelo desaparecimento do ex-líder camponês há quase 50 anos. Vendedor de tecidos virou posseiro	02 Dez. 2013	Correio da Paraíba	Trata da reabertura do caso, pelo Ministério Público Federal, que investiga o desaparecimento do camponês Pedro Inácio de Araújo, conhecido como Pedro Fazendeiro, desaparecido há 50 anos.	Pedro Fazendeiro; Ligas Camponesas.
Ofício a Pedro Gondim está com o MPF – Secretário de Segurança da época se exime da culpa pelo desaparecimento de Pedro Fazendeiro e Nego Fuba	02 Dez. 2013	Correio da Paraíba Matéria frente e verso	Trata sobre Ofício enviado ao MPF pela CEVPM-PB assinado pelo major Renato Macário referente às prisões de Pedro Fazendeiro e Nego Fuba, em 1964.	Pedro Fazendeiro; Nego Fuba; Major Renato Macário.
Ditadura – 50 anos do golpe de 1964	30 Mar. 2014	Jornal da Paraíba Caderno especial	Caderno especial que trata dos 50 anos do golpe militar no Brasil	50 anos do golpe militar.
Luta perdida – Ligas Camponesas foram desfeitas após golpe. Medo da 'revolta armada de Cuba'. Morte dos líderes ainda está sendo investigada. Trabalhador expulso para as cidades. Destino de trabalhadores nunca foi esclarecido. Elizabeth Teixeira é símbolo da resistência.	30 Mar. 2014	Jornal da Paraíba Caderno especial	Trata das Ligas Camponesas na Paraíba, sua instalação na cidade de Sapé e a investigação sobre o desaparecimento de Pedro Fazendeiro em 1964. Um breve relato da importância de Elizabeth Teixeira, viúva de João Pedro Teixeira, e líder camponesa em Sapé.	Ligas Camponesas; Sapé; Pedro Fazendeiro; Nego Fuba; João Pedro Teixeira; Elizabeth Teixeira.
Cassações – Direitos políticos são retirados. Regime altera sistema partidário. Assis Lemos relembra golpe.	30 Mar. 2014	Jornal da Paraíba Caderno especial	Trata sobre cassações políticas que ocorreram na Paraíba durante o regime militar. As alterações no regime partidário do Brasil e perseguições que foram feitas a parlamentares que votavam contra decisões do regime. Apresenta um relato da cassação do parlamentar Assis Lemos.	Cassações políticas; Sistema partidário; Assis Lemos.

A hora da verdade	01 Abr. 2014	A União	Trata sobre o lançamento do relatório do primeiro ano de atividades da CEVPM-PB.	CEVPM-PB; Relatório de atividades.
Comissão Estadual da Verdade faz entrega de relatório à sociedade paraibana	01 Abr. 2014	A União	Trata sobre o lançamento do relatório do primeiro ano de atividades da CEVPM-PB.	CEVPM-PB; Relatório de atividades
"Golpe não pode ser esquecido" – Para a presidente, as novas gerações precisam saber o que foram os anos de ditadura	01 Abr. 2014	A União	Trata sobre a opinião da presidente da república a respeito do golpe militar ocorrido no Brasil em 1964.	50 anos do golpe; Dilma Rousseff.

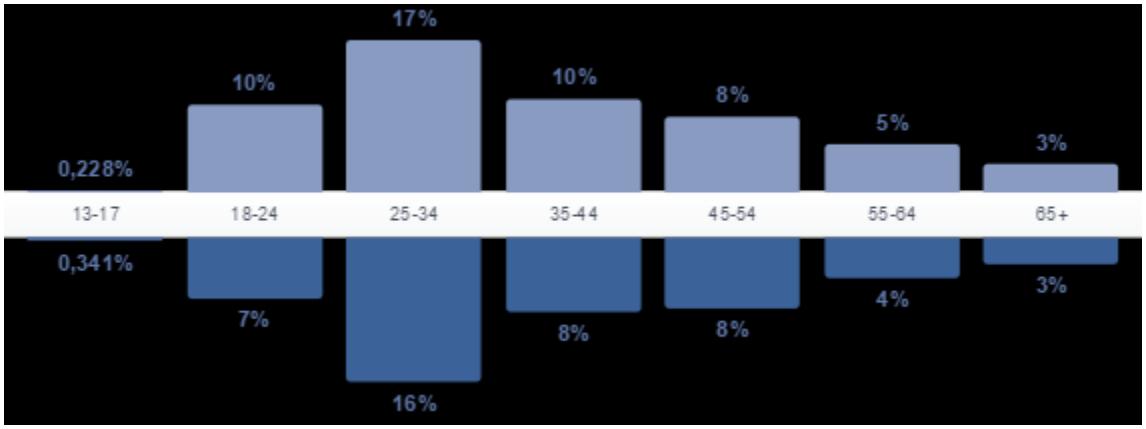
Fonte: Recorte de Jornais: A União, Contraponto, Correio da Paraíba; Jornal da Paraíba. Arquivo da CEVPM-PB.

4.3 Interatividade no Facebook e no sítio eletrônico da CEVPM-PB

A CEVPM-PB criou uma página eletrônica na rede social Facebook buscando uma melhor interação com a sociedade, na qual foram divulgadas suas atividades, reportagens de interesse com a área de trabalho, convites para audiências públicas, notas de pesar e de repúdio, eventos promovidos pela CEVPM-PB e participações em eventos de outras entidades afins.

Desde a criação do perfil, em 6 de março de 2013 até maio de 2017, a página obteve 2.638 curtidas e suas publicações foram visualizadas por 236.484 usuários da rede social Facebook. A divisão do perfil dos seguidores por gênero está representada por 54% de mulheres e 46% de homens. Analisando esse público por faixa etária encontraremos 33% entre 25 a 34 anos, 18% entre 35 a 44 anos, 17% entre 18 a 24 anos, 16% entre 45 a 54 anos, 9% entre 55 a 64 anos, 6% com mais de 65 anos e 0,57% entre 13 a 17 anos.

Gráfico 1 - Seguidores da Fanpage da CEVPM-PB, por faixa etária



Fonte: Facebook

Com relação a distribuição dos fãs da Fanpage da CEVPM-PB por países, destacam-se no Brasil (2.550), México (26), Portugal (24), Estados Unidos (15), Espanha (4), Argentina (3), Bélgica, Colômbia, França e Haiti (2), Sri Lanka, Paraguai, Uruguai, Nova Zelândia, Holanda, Grécia, Itália, Irlanda, Bangladesh, Egito, Dinamarca, Alemanha, Cabo Verde, Chile e Polônia (1).

No Brasil, a página no Facebook da CEVPM-PB teve acompanhamento por fãs de São Paulo (115), Rio de Janeiro (109), Recife (87), Natal (40), Brasília (31), Curitiba (28), Belo Horizonte (24), Fortaleza (22), Salvador (20), Porto Alegre (18), Florianópolis (12), Campinas e Goiânia (10), Teresina (9), Maceió, São Luiz e Olinda (8), Mossoró, Niterói, Belém do Pará, Guarulhos, Campo Grande e Vitória (7), e Santos (6).

Seguiram a Fanpage da CEVPM-PB paraibanos distribuídos nos municípios de João Pessoa (938), Campina Grande (350), Cabedelo (26), Guarabira (23), Sapé (22), Patos (20), Coxixola, Santa Rita, Catolé do Rocha e Sumé (14), Cajazeiras (11), Bayeux (9), Teixeira e Mamanguape (8), Santa Luzia (7), Sousa, Areia e Queimadas (6), Picuí e Belém (5).

As matérias publicadas na página eletrônica da CEVPM-PB, a partir do seu lançamento em 10 de julho de 2013, podem ser visualizadas a partir do quadro abaixo, com quantidade de pessoas alcançadas e as datas das que foram postadas as matérias.

Quadro 3 - Matérias publicadas na página Facebook da CEVPM-PB

Matéria	Pessoas alcançadas	Data
Instalada a Comissão da Verdade e da Preservação da Memória na UEPB	1.896	13/07/2013
Assinatura do Termo de Cooperação Técnica com o Reitor da UEPB	1.896	21/07/2013
Jornal Correio da Paraíba de 1969 divulga matéria sobre a descoberta de um aparelho do PCBR no Bairro de Tambaú, em João Pessoa	3.076	22/07/2013
A Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba estará presente a este importante evento do Conselho Federal da OAB.	852	30/07/2013
Comunicado da Audiência Pública na Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)	2.477	2/08/2013
A Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba esteve em reunião da OAB, em Brasília, cuja pauta foi a Lei de Anistia	1.012	5/08/2013
Bom Dia Paraíba trouxe entrevista com o professor Fábio Freitas, da Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória da Paraíba	854	7/08/2013
Torturados das granjas do terror em Campina Grande durante o regime militar denunciam que torturador é hoje promotor do Ceará.	2.194	9/08/2013
A ação do PCBR na Paraíba - uma história em construção	2.009	14/08/2013

Caso Luís Alberto e Bomba de Cajazeiras serão temas de audiências públicas	2.164	15/08/2013
Documento de advogado paraibano revela corrupção na ditadura	18.544	19/08/2013
Matéria do Correio da Paraíba sobre a carta do advogado revelando corrupção durante o regime militar.	1.931	21/08/2013
Grupo de Trabalho sobre Mortos e Desaparecidos Políticos da CEVPM-PB vai até Catolé do Rocha para colher depoimentos de moradores que estiveram com João Roberto nas suas últimas duas semanas de vida antes de ser encontrado morto em açude	696	23/08/2013
Reunião para montar a audiência pública das Comissões Estaduais da Verdade da Paraíba e de Pernambuco sobre o caso da morte do paraibano Luís Alberto Andrade de Sá e Benevides	3.326	27/08/2013
Comissões da Verdade da Paraíba e Pernambuco realizarão audiência pública sobre morte de paraibano	780	28/08/2013
Convite para a audiência pública sobre o Caso Bebeto	2.011	2/09/2013
Audiência das Comissões da Verdade da Paraíba e Pernambuco hoje sobre as mortes do paraibano Luís Alberto Andrade de Sá e Benevides e Miriam Lopes Verbena pelos órgãos de repressão	763	4/09/2013
Farsa encobriu morte de paraibano Luís Alberto do PCBR; comissões da PB e PE reabrem caso	788	6/09/2013
Marina Dias fala sobre o desaparecimento do seu irmão, o líder camponês Nego Fuga sem medo de falar sobre o passado	2.333	10/09/2013
Comissão terá acesso aos arquivos da Polícia Militar da Paraíba no período da ditadura depois de ter acesso aos arquivos do Departamento de Ordem Política e Social (Dops)	2.167	11/09/201
Entrega do ofício do comandante PM, coronel Euller Chaves, autorizando pesquisas nos arquivos da Polícia Militar da Paraíba	1.430	15/09/2013
Convite para a audiência pública sobre torturas com os jornalistas Martinho Campos e Washington Rocha	5.326	20/09/2013
“Minha mulher foi torturada na minha frente em São Paulo no ano de 1972”	1.601	24/09/2013
Zenóbio Toscano entrega acervo de paraibanos perseguidos pela ditadura	1.036	9/10/2013
Convite para a audiência pública sobre os presos de Ibiúna	3.236	10/10/2013
Convite para a audiência pública sobre os presos de Ibiúna	1.060	17/10/2013
“Com a prisão no congresso da UNE, cada um de nós foi fichado nacionalmente”	1.072	18/10/2013
Convite para a audiência pública sobre os presos políticos de Itamaracá	4.964	21/10/2013
Realizada a audiência pública sobre as torturas nos presos políticos de Itamaracá	435	2/11/2013
Grupo de Trabalho Estrutura da Repressão da Comissão Estadual da Verdade entra no Arquivo da Polícia Militar da Paraíba para pesquisar documentos da época da ditadura militar. Na frente as professoras Lúcia Guerra e Iranice Gonçalves Muniz.	341	6/11/2013
A multinacional Philips, para vender seus aparelhos de TV, realizou propaganda no Jornal do Brasil na edição de 6 de outubro de 1969, fazendo apologia a tortura	3.410	13/11/2013
Novas audiências públicas para ouvir testemunhos sobre queda do PCB e perseguição a sindicalistas	350	18/11/2013

Convite para a audiência pública “Torturas, prisões e queda do PCB na Paraíba”	3.430	20/11/2013
Centenário de David Capistrano será lembrado no Rio de Janeiro. Foi deputado estadual pelo Partido Comunista do Brasil em Pernambuco no ano de 1946 e casado com a paraibana Maria Augusta, importante dirigente comunista na Paraíba na década de 40	258	21/11/2013
Professor Fábio Freitas será homenageado por sua dedicação aos direitos humanos e ao amor pela profissão de professor	2.225	24/11/2013
Convite para a audiência pública “Perseguição aos sindicalistas pela ditadura”	1.681	24/11/2013
Audiência pública da Comissão Estadual da Verdade hoje com os testemunhos de João Fragoso, Derly Pereira e João Ribeiro sobre as perseguições do regime militar aos sindicalistas	963	26/11/2013
Paraibano é o primeiro indígena a conseguir anistia política do Estado Brasileiro por perseguição, prisão e torturas durante o regime militar	271	5/12/2013
Nota de Falecimento do professor Jader Nunes	1.548	8/12/2013
Convite para a audiência pública “As Marcas da Tortura”	4.318	8/12/2013
A cantora Fidélia Cassandra foi convidada para dar depoimento sobre seu pai, preso e torturado pela ditadura militar.	3.408	10/12/2013
Médico diz que foi torturado na Delegacia de Investigação e Captura de João Pessoa e pelo Capitão Ubirajara em São Paulo	222	16/12/2013
Convite para a audiência pública “A vida na clandestinidade”	3.446	19/12/2013
Audiência “A vida na clandestinidade”	137	28/12/2013
Empresários ajudaram no golpe militar	337	16/01/2014
Aqui na Paraíba empresários campinenses cederam suas granjas para militares torturarem presos políticos.	231	10/02/2014
Convite para audiência pública “50 Anos da ocupação da Faculdade de Direito”	3.492	12/02/2014
Audiência pública lembra os 50 Anos da Ocupação da Faculdade de Direito da UFPB	544	20/02/2014
Convite para audiência pública “Mulheres na Resistência à Ditadura”	10.628	19/03/2014
Convite para audiência pública “A greve dos marinheiros 50 anos depois”	3.404	19/03/2014
Convite para entrega do Relatório Parcial da CEV/PB ao Governador Ricardo Coutinho	1.241	1/04/2014
Governador recebe Relatório Parcial da Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória da Paraíba referente ao 1º ano de suas atividades	1.356	1/01/2014
Escola na Paraíba deve mudar nome de Médici para Goulart	2.434	1/04/2014
CEVPM-PB apresenta Relatório Parcial à comunidade universitária da UEPB	167	3/04/2014
DCE da UEPB estimula grafitagem com mortos e desaparecidos políticos do regime militar, bem como de Margarida Alves e Olga Benário. Momento especial para preservar a memória do nosso povo!	711	4/04/2014
A Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba está disponibilizando o Relatório Parcial do 1º ano de suas atividades de trabalho	592	9/04/2014
Relatórios parciais da Comissão Nacional da Verdade	196	10/04/2014

Deputado Luiz Couto parabeniza o trabalho da Comissão Estadual da Verdade da Paraíba	819	10/04/2014
CEVPM-PB ouve depoimentos de filhos de Pedro Fazendeiro	141	15/04/2014
Paraibana Socorro Campos relata as torturas físicas e psicológicas que sofreu no DOPS de São Paulo	123	22/04/2014
Membros da CEVPM-PB participam do programa Cinema Pela Verdade	277	23/04/2014
TRE fará exposição e debates sobre os "Reflexos da Ditadura Militar na Paraíba". A Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória da Paraíba aproveitará o evento do TRE e fará audiência pública para ouvir os testemunhos dos juízes cassados	674	6/05/2014
Programação do evento "Reflexos da Ditadura Militar na Paraíba", promovido pelo Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba e Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba	388	13/05/2014
Audiência no TRE sobre Juízes Cassados	173	20/05/2014
Presidente da CEVPM-PB entrega seu Relatório à Comissão Nacional da Verdade	178	21/05/2014
Trechos da peça "Morro como um país - cenas sobre a violência de Estado"	422	21 /05/ 2014
Apresentação da peça teatral "Morro como um país - cenas sobre a violência de Estado"	596	2/06/2014
Convite para audiência pública "Torturas: Crônicas do Horror"	3.412	2/06/2014
Audiência "Torturas: Crônicas do Horror"	62	11/07/2014
Depoimentos dos presos políticos José Bernardo e José Ailton, torturados nas Granjas do Terror em Campina Grande	122	23/07/2014
A história se reencontra após a separação abrupta de uma família pela ditadura!	331	25/07/2014
Muita emoção no encontro de Elizabeth Teixeira com os filhos e filhas após 50 anos separados pela ditadura	1.516	27/07/2014
Convite para a audiência pública "Os presos do Roger"	1.386	27/07/2014
Audiência marcada por emoção do reencontro dos ex-presos políticos do Presídio do Roger, Adauto Trigueiro, Alberto Magno, Paulo Azevedo e Tarcísio Patrício.	484	6/08/2014
Convite para a audiência pública "Guerrilha de Catolé do Rocha"	1.204	7/08/2014
Muitas histórias trazidas à memória sobre a Guerrilha de Catolé do Rocha, com os testemunhos de Ariosvaldo Diniz, Chico Cacheado e Bira Cortez	887	12/11/2014
Comissão da Verdade terá acesso a documentos da Polícia Federal	1.200	21/11/2014
A Comissão Estadual da Verdade da Paraíba recebeu hoje o Relatório da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, representada pelo advogado Virginius Lianza, sobre os paraibanos perseguidos pelo regime militar.	417	24/11/2014
Convite da audiência pública "Cassações e prisões na Ilha de Fernando de Noronha"	1.963	27/11/2014
Audiência pública com o ex-deputado estadual Langstein de Almeida Amorim	769	1/12/2014
A Comissão Estadual da Verdade da Paraíba comunica, com tristeza, o falecimento da militante comunista e das ligas camponesas da Paraíba, Maria do Carmo Aquino (Maria Cuba)	2.170	15/12/2014
Conheça o Relatório da Comissão Nacional da Verdade	217	19/12/2014

Depois de décadas de separação pelo regime militar a família do desaparecido político Pedro Fazendeiro se reuniu para contar a história daquele líder camponês.	1.135	14/01/2015
NOTA DE PESAR: É com pesar que a Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba comunica o falecimento do anistiado político Rômulo Araújo Lima	2.688	27/01/2015
A participação da elite civil na repressão	192	27/01/2015
Vamos comemorar os 90 anos da grande líder camponesa Elizabeth Teixeira, a “Mulher Marcada para Viver”	2.718	3/03/2015
Governador Ricardo Coutinho assinou portaria prorrogando os mandatos dos membros da Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba	1.020	3/03/2015
Torturador é denunciado no Ministério Público Federal. A Comissão Estadual da Verdade da Paraíba entregou hoje ofício ao Procurador da República, José Godoy, pedindo a abertura de processo contra um torturador de presos políticos do regime militar nos idos de 1974, em Campina Grande	1.632	16/03/2015
Convite para audiência pública “Demissão de professores na Paraíba”	2.093	19/03/2015
Testemunho de Amilton de França, preso e torturado em 1969 e 1974. Choque elétrico, afogamento, tapas e "palmatória" foram alguns métodos utilizados nas sessões de tortura!	1.825	27/03/2015
Suspensão do convite da audiência pública sobre “Censura à imprensa e à cultura”, devido a paralisação dos professores e servidores da UFPB no dia 15 de abril	1.176	19/04/2015
Convite para a audiência pública “Censura à imprensa e à cultura”	2.637	22/04/2015
Audiência da Comissão da Verdade com Gonzaga Rodrigues, Biu Ramos, Teócrito Leal e Zezita Matos que falam sobre “Censura à Imprensa e à Cultura”	506	23/04/2015
Convite de audiência Pública “Cassação de mandatos por civis a serviço dos militares”	1.396	14/06/2015
Presidente da Comissão da Verdade da Paraíba fala sobre o golpe civil-militar na Paraíba	383	14/06/2015
Professora Lúcia Guerra fala sobre a verdade e a memória das vítimas da ditadura	199	30/06/2015
Convite de audiência pública “A vida no exílio”	1.154	2/07/2015
Audiência da Comissão da Verdade na UFPB sobre “A vida no exílio”. Testemunhos de Francisco Barreto (França), Iedo Fontes (Chile) e Ademir Melo (Chile).	583	14/07/2015
Convite de audiência pública “Conflitos agrários nas décadas de 70/80”	2.855	17/07/2015
Audiência pública “Conflitos agrários nas décadas de 70/80”	413	10/11/2015
Nota de Pesar pelo falecimento do anistiado político Jorge de Aguiar Leite	764	12/11/2015
A CEVPM-PB e o MPF ouvem o depoimento do ex-sargento do Exército, Francisco Marinho, o agente da ditadura acusado por vários militantes de ser um dos torturadores do regime militar	929	23/11/2015
“Que essa memória lhe torture; que o senhor sofra pela própria memória”, disse a filha de Peba, ex-preso político e torturado por Sargento Marinho	337	23/11/2015

Outra filha de Peba diz ao ex-sargento Marinho: “Meu pai dizia assim: grite, minha filha! Fale alto para que os vizinhos saibam que eles estão me levando. Para que eu possa voltar”	795	23/11/2015
João Dantas, torturado pelo Sargento Marinho: “Seja verdadeiro! Diga a verdade aos seus filhos e peça perdão pelos seus atos cruéis, frios”	692	11/12/2015
Relatório Final da Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro	384	13/03/2016
Nota de Pesar pelo falecimento do professor Fábio Freitas, membro da CEVPM-PB	48.560	13/03/2016
Entrega de documentos do SNI amanhã à Comissão Estadual da Verdade da Paraíba no auditório da Central de Aulas da UFPB	2.077	5/04/2016
Filho do ex-preso político Antônio Augusto Arroxelas entrega arquivos do seu pai	1.714	20/04/2016
Nota de Repúdio da CEVPM-PB à postura do Deputado Jair Bolsonaro por dedicar seu voto no impeachment (golpe) de Dilma ao torturador coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra	9.014	20/04/2016
Total de pessoas que visualizaram a fanpage do Facebook da CEVPM-PB	**236.484**	

Fonte: Facebook

5 Atividades administrativas e de trabalho

5.1 Lista das convocatórias e pautas das reuniões da CEVPM-PB

As reuniões da CEVPM-PB, inicialmente, aconteciam quinzenalmente, e posteriormente, de acordo com as necessidades. Ao todo, foram 35 reuniões[20] que debaterem desde questões do seu funcionamento, como recursos materiais e humanos, a convocação de audiências públicas e oitivas com perseguidos do regime civil militar, acordos de cooperação técnica, solicitação de documentos, viagens de membros da Comissão, reunião de Grupos de Trabalho, respostas aos ofícios de autoridades estaduais e federais, pedidos de audiências, entre outras questões. Seguem as datas e pautas das reuniões.

20/03/2013

Pauta:

1. Recursos materiais e humanos; 2. Regimento Interno; 3. Arquivos a serem consultados; 4. Página na internet; 5. Acordos de Cooperação; 6. Grupos de Trabalho; 7. Relação dos depoimentos para pedido de indenizações dos anistiados políticos; 8. Reunião para encaminhamento das atividades.

[20] Estas foram as reuniões no período do mandato da CEVPM-PB, de março de 2013 a fevereiro de 2017. Mas, outras foram realizadas no processo de elaboração do Relatório Final, até outubro de 2017.

02/04/2013

Pauta

1. Informes; 2. Aprovação de ata; 3. Aprovação do local para funcionamento da Comissão; 4. Ementas dos grupos de trabalho; 5. Acordos de Cooperação Técnica e Aprovação do Regimento Interno.

16/04/2013

Pauta

1. Informes; 2. Aprovação de ata; 3. Seleção de Estudantes e pesquisadores para composição dos GTs; 4. Elaboração do Acordo de Cooperação Técnica com a Comissão Dom Helder Câmara; 5. Apresentação pelos técnicos da CODATA do portal da Comissão; 6. Aprovação da digitalização do Arquivo da DOPS da Paraíba; 7. Acordo de Cooperação com a Comissão de Anistia (CA-MJ).

30/04/2013

Pauta

1. Informes; 2. Aprovação da ata; 3. Reunião com Comissão Dom Helder Câmara; 3. Digitalização do acervo da DOPS no NCDH; 4. Pesquisa dos tratados de direitos humanos assassinados no Brasil; 5. Visita à FCJA para escolha de sala para a Comissão.

14/05/2013

Pauta:

1. Aprovação de Ata; 2. Informes; 3. Viagem para Recife - Audiência Pública; 4. Viagem para Brasília - Comissão de Anistia; 5. Encaminhamentos.

28/05/2013

Pauta

1. Aprovação de Ata; 2. Informes; 3. Definição de participação no encontro de Sociologia da Secretaria de Educação; 4. Definição da visita as Granjas em Campina Grande; 5. Encaminhamentos.

11/06/2013

Pauta:

1. Aprovação de ata; 2. Informes; 3. Apresentação sobre o desenvolvimento do site da Comissão; 4. Discussão sobre o modelo das Audiências Públicas; 5. Encaminhamentos.

02/07/2013

Pauta

1. Aprovação de ata; 2. Informes; 3. Avaliação da primeira Audiência; 4. Organização da próxima Audiência em Sapé; 5. Organização do evento para lançamento do site da Comissão.

30/07/2013

Pauta

1. Aprovação de Ata; 2. Informes; 3. Avaliação da segunda Audiência; 4. Participação no evento do TRE-PB; 5. Organização da próxima Audiência; 6. Definição dos próximos temas para as Audiências.

13/08/2013

Pauta

1. Aprovação de Ata; 2. Informes 3. Avaliação da terceira Audiência; 4. Participação no evento do TRE-PB; 5. Definição para possível Audiência junto com a Comissão Dom Helder Câmara; 6. Definição para participação no Encontro de Sociologia; 7. Definição dos temas das próximas Audiências.

27/08/2013

1. Aprovação de ata; 2. Informes; 3. Organização da Audiência junto com a Comissão Dom Helder Câmara; 4. Definição das falas dos membros da Comissão no evento do TRE-PB; 5. Definição das próximas Audiências.

10/09/2013

Pauta

1. Aprovação de Ata; 2. Informes; 3. Avaliação da Audiência com a Comissão Dom Helder Câmara; 4. Avaliação de Audiência realizada pelos GTs; 5. Organização da Audiência com os militantes do PORT; 6. Participação na Audiência da Assembleia sobre o caso da Bomba de Cajazeiras; 7. Participação em evento da CNV que irá tratar da unificação dos relatórios; 8. Definição de procedimentos para a assinatura do termo de Cooperação com o Conselho Estadual de Direitos Humanos para a doação da documentação da DOPS-PB; 9. Definição das próximas Audiências.

24/09/2013

Pauta

1. Aprovação de ata; 2. Informes; 3. Avaliação da Audiência com os militantes do PORT; 4. Definição das próximas Audiências.

08/10/2013

Pauta

1. Aprovação de ata; 2. Informes; 3. Recebimento dos documentos de Zenóbio Toscano; 4. Preparação Audiência com os militantes estudantis presos no Congresso de Ibiúna; 5. Discussão sobre o Comitê Paraibano pela Memória, Verdade e Justiça; 6. Definição para as próximas Audiências.

29/10/2013

Pauta

1. Aprovação de Ata; 2. Informes; 3. Definição e preparação para as próximas Audiências.

12/11/2013

Pauta

1. Aprovação de Ata; 2. Informes; 3. Redefinição e preparação das Audiências Públicas agendadas; 4. Envio dos documentos referente a Pedro Fazendeiro ao Ministério Público; 5. Discussão do Modelo de Relatório da CNV.

21/01/2014

Pauta

1. Aprovação de Ata; 2. Informes; 3. Possibilidade de investigação do acidente na Lagoa em 1975 em evento organizado pelo Exército [proposta de um professor da UFPB]; 4. Discussão sobre a elaboração do relatório final; 5. Definição das próximas Audiências.

11/02/2014

Pauta

1 Aprovação de ata; 2. Informes; 3. Organização das Audiências agendadas; 4. Definição e preparação das próximas Audiências; Participação/Organização de eventos referentes aos 50 anos do golpe; 5. Possibilidades de visitas a locais de tortura na Paraíba.

15/04/2014

Pauta

1. Aprovação de ata; 2. Informes; 3. Encaminhamentos e resoluções de questões burocráticas; 4. Definição dos próximos passos da Comissão; 5. Agendamento de novas Audiências.

06/05/2014

Pauta

1. Aprovação de ata; 2. Informes; 3. Organização da Audiência “Juízes Cassados”; Agendamento de novas Audiências; Definição de outras possíveis atividades.

22/05/2014

Pauta

1. Aprovação de ata; 2. Informes; 3. Organização das Audiências: Cassados Parlamentares - Tortura Campina Grande - Presos do Roger; 4. Definição de outras possíveis atividades.

03/07/2014

Pauta

1. Aprovação de ata; 2. Informes; 3. Coleta do material das Audiências e Oitivas com a gravadora HTV Produções; 4. Diárias para os membros da Comissão; 5. Vinda dos familiares de Elizabeth Teixeira.

07/08/2014

Pauta

1. Aprovação de ata; 2. Informes; 3. Definição de novas atividades.

30/10/2014

Pauta

1. Aprovação de ata; 2. Informes; 3. Organização do Ato para recebimento dos documentos da Comissão de Anistia; 4. Posicionamento sobre resposta da IV Região Militar - Recife sobre demanda da Comissão; 5. Posicionamento sobre ofício Major Cordeiro; 6. Visita Polícia Federal; 7. Recomendações para o Relatório da CNV; Definição de novas atividades.

18/12/2014

Pauta

1. Aprovação de Ata 2. Informes; 3. Definição do prazo para prorrogação dos trabalhos da Comissão; 4. Definição do Seminário para discussão do Relatório Final.

05/02/2015

Pauta

1. Aprovação da ata; 2. Informes; 3. Construção parcial do esboço do relatório final; 4. Definição das atividades da Comissão até julho.

11/06/2015

Pauta

Aprovação de ata; 2. Informes; 3. Redefinição das atividades da Comissão; 4. Definição de como ouvir Sargento Marinho; 5. Definição para visita ao Arquivo do Tribunal de Justiça

03/09/2015

Pauta

1. Aprovação de ata; 2. Informes; 3. Definição de tarefas para escrita do relatório final.

29/10/2015

Pauta

1. Aprovação de ata; 2. Informes; 3. Organização da Oitiva com o Sargento Marinho; 4. Informes individuais sobre o relatório final.

18/12/2015

Pauta

1. Aprovação de ata; 2. Informes; 2. Avaliação da Oitiva com o Sargento Marinho.

11/02/2016

Pauta

1. Aprovação de Ata; 2. Informes; 3. Informes individuais sobre o relatório final.

21/03/2016

Pauta

1. Aprovação de Ata; 2. Informes; 3. Substituição de Fábio; 4. Informes individuais sobre o relatório final.

06/06/2016

Pauta

1. Aprovação de Ata; 2. Informes; 3. Informes individuais sobre o relatório final; 4. Definição de datas parciais e finais para conclusão do relatório final.

21/10/2016

Pauta

1. Aprovação de Ata; 2. Informes; 3. Definição de prazos para o relatório final.

08/02/2017

Pauta

1. Aprovação de Ata; 2. Informes; 3. Definição de prazos para o relatório final.

5.2 Ofícios expedidos pela Comissão

No período de 2013 a 2017, a CEVPM-PB encaminhou 170 ofícios as mais diversas autoridades estaduais e federais, buscando informações, cópias de documentos dos arquivos da ditadura, subsidiando denúncias junto ao Ministério Público Federal contra torturadores, solicitando audiências, acesso a arquivos públicos, entre outros assuntos.

Dentre eles, destacam-se os ofícios que solicitaram a documentação referente a 55 paraibanos existente no acervo da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, em especial os Requerimentos de pessoas que solicitaram Anistia, todos os documentos anexados nestes requerimentos e os Pareceres favoráveis ou negando a demanda do requerente (08/2013); à Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos referente aos arquivos dos paraibanos (09/2013); ao Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano, de Pernambuco, referentes a documentos de paraibanos no DOPS-PE (10/2013); à Embaixada dos Estados

Unidos solicitando cópia de informações que foram repassadas da DOPS-PB ao Consulado dos EUA no Recife (014/2013); ao Tribunal de Justiça da Paraíba solicitando a digitalização do processo de Margarida Maria Alves e consulta ao Arquivo para buscar documentos referentes ao líder camponês João Pedro Teixeira (027/2013); ao comandante da Polícia Militar da Paraíba, Coronel Euller Chaves, solicitando o acesso ao arquivo da PMPB (028/2013), o qual foi atendido; à Comissão Nacional da Verdade solicitando o encaminhamento dos arquivos secretos referentes às universidades paraibanas (034/2013); à Embaixada da Dinamarca solicitando cópia de documentos referente ao líder estudantil pessoense Eduardo Ferreira Lima – André Lins (036/2013); solicitando à Comissão Nacional da Verdade que sejam convocados para prestar depoimentos os agentes da repressão José Benedito Montenegro dos Magalhães Cordeiro – Major Cordeiro e Francisco de Assis Oliveira Marinho – Sargento Marinho sobre as graves violações aos direitos humanos, praticadas contra presos políticos paraibanos, durante o período do regime militar (047/2013); respondendo à solicitação feita pelo procurador da República, Duciran Van Marsen Farena, sobre os documentos do arquivo da CEVPM-PB referentes ao desaparecimento do preso político Pedro Inácio de Araújo, o Pedro Fazendeiro (056/2013); solicitando audiência e acesso à documentação dos arquivos do exército ao tenente coronel Marcos Bastos, comandante do 15º Batalhão de Infantaria de João Pessoa (106/2014), ao general do exército Daniel Dantas, do 1º Grupamento de Engenharia em João Pessoa (109/2014), ao tenente coronel Wilian Kamei, do 16º Regimento de Cavalaria Mecanizada (111/2014), e ao tenente coronel Alexandre Varjão, do 31º Batalhão de Infantaria de Campina Grande (116/2014), os quais foram negados; ao superintendente da Polícia Federal, delegado Nivaldo Almeida, para ter acesso à documentação do arquivo daquele órgão (114/2014), pedido aceito; à Assembleia Legislativa da Paraíba pedindo as cópias dos documentos recebidos com carimbos identificados como Confidencial ou Secreto encaminhados pelo 1º Grupamento de Engenharia, 15º Batalhão Motorizado do Exército, Secretaria de Segurança Pública do Estado da Paraíba, SNI e DOPS (128/2014); solicitando ao Procurador da República, José Godoy Bezerra de Souza, a abertura de procedimento criminal contra o Sargento Marinho, acusado de prática de tortura a presos políticos em Campina Grande (142/2014); solicitando à Comissão de Anistia do Ministério da Justiça cópia digitalizada dos processos de anistia de 300 paraibanos (010/2016); entre outros.

5.3 Correspondências eletrônicas recebidas

No dia 16 de setembro de 2013 o senhor Magnus Cavalcanti de Arruda, filho de José Arruda, solicitou à CEVPM-PB informações sobre o confisco de bens do seu genitor pelo governo da ditadura. Enviou os Decreto nº 66.998, de 5 de agosto de 1970, que "Confisca bens e haveres e considera nulos atos de incorporação, alienação ou oneração e cessão efetivados por José Cavalcanti de Arruda Sobrinho". Afirmou que José Arruda sofreu perseguição porque patrocinava financeiramente as campanhas do político paraibano Humberto Lucena, opositor ao regime de 1964. Após estudos feitos nos arquivos da CEVPM-PB e no Arquivo Nacional foi descoberto que a causa do confisco aos bens de José Arruda não foi política, mas de outra ordem.

Também enviou correspondência eletrônica para a Comissão o senhor Geraldo Oliveira relatando que foi um dos perseguidos da ditadura militar.

> 01) Meu nome correto é GERALDO DE OLIVEIRA, Filho de Sérgio de Oliveira e de Severina de Oliveira, RG 64638 SSP-PB, natural de Itabaiana PB, porém, residindo em Campina Grande desde 1959, endereço atual e e-mail (V. meu e-mail anterior) APELIDO na época: GERALDO NEGUINHO ou GERALDO NEGRINHO
> 02) Em março de 1964 eu era:
> - Ferroviário - telegrafista.
> - Professor da Escola Técnica Municipal de Campina Grande.
> - Vice-Presidente do Diretório Acadêmico da Faculdade de Ciências Econômicas de Campina Grande.
> - Coordenador da Executiva Nacional de Estudantes de Economia.
> - Membro da Ação popular (AP) e ex-PCB.
> - Eu havia participado do Congresso da UNE, em 1963, em São Paulo, com grande atuação.
> 03) Como membro da AP atuei ao lado de Ophélia Amorim nas Ligas Camponesas, na região de Ingá e cidades ao entorno, onde tivemos um incidente sério com policiais enviados de João Pessoa, por ocasião da fundação do Sindicato Rural. Também recebíamos ameaças dos proprietários de terras.
> - Minha atuação mais efetiva era na área estudantil com participação em passeatas, comícios com discursos violentos, em Campina Grande, Salvador, Recife, Belo Horizonte, São Paulo, Niterói etc. (em Belo Horizonte fui ferido pela polícia, sendo necessário atendimento médico).
> - Em 1956, eu já era chamado de comunista agitador, em minha cidade de Itabaiana, quando fui Presidente da Associação dos Estudantes Secundaristas da Paraíba - Regional Itabaiana.
> - Ajudei o Sindicato dos Ferroviários, principalmente passando informações e ministrando alguns ensinamentos
> 04) Meu último IPM foi no final de 1967, ano da minha formatura, quando eu queimei a bandeira dos Estados Unidos e pronunciei um discurso violento, num grandioso protesto no centro da cidade de Campina Grande. Coisa de doido feita com prazer.
> 05) participei de encontros nacionais da AP e do PCB

Em outra correspondência eletrônica o senhor Geraldo de Oliveira completou seu relato com outras informações:

> Naquela época eu era ferroviário e professor da Escola Técnica Municipal de Campina Grande e estudava Economia na Faculdade de Ciências Econômicas de Campina Grande da UFPB. Em 1968, fui demitido pela Prefeitura Municipal de Campina Grande de forma a mais estranha possível: O Secretário de Educação, Sr. Antônio Tejo, chamou-me para informar que a minha situação era insustentável, em face do ambiente político, e sugeriu que eu pedisse uma licença sem vencimentos. Meses depois eu fui demitido por abandono do serviço. Acontece que eu era funcionário estável e só poderia ser demitido através de um processo. Acontece que naquele tempo ninguém podia reclamar de nada.
> No início de 1970, eu já era Economista da SAELPA - Sociedade Anônima de Eletrificação da Paraíba, empresa de Economia pertencente ao Governo do Estado, quando fui demitido. O Presidente da SAELPA, na época era o General da Reserva Otaviano Massa e o Diretor Administrativo era o Coronel Amintas. Ambos me informaram que eu estava sendo demitido por "ORDEM DO EXÉRCITO".
> Procurei o Comandante do Primeiro Grupamento de Engenharia e fui muito bem recebido tanto pelo Comandante, como pelo Sub-Comandante, salvo engano meu, de nomes Délio e Décio e ambos me afirmaram que não foi o Exército que me demitiu e que os meus processos estavam arquivados.
> O Exército também fez pressão junto ao Presidente da Federação das Indústrias da Paraíba, o saudoso Sr. Agostinho Veloso da Silveira, para que os empresários não procurassem o meu escritório de projetos.
> Se possível, gostaria de obter alguma informação sobre os fatos expostos para eu deixar a VERDADE para os meus seis filhos e meus doze netos.

A Comissão foi ao Arquivo Nacional em Brasília e não encontrou nenhum documento que citasse o senhor Geraldo de Oliveira no SNI. Porém, fica para o registro histórico o relato que encaminhou à CEVPM-PB.

Adriana Marinheiro, filha do advogado Nizi Marinheiro, enviou correspondência eletrônica à Comissão em 10 de julho de 2013, dizendo que seu genitor "perdeu o cargo de professor de Direito Constitucional da Faculdade de Ciências Econômicas da Paraíba, por perseguição do então Reitor Guilardo Martins. Ele também chegou a ser preso no 15º Regimento de Infantaria, em Cruz das Armas, em João Pessoa-PB".

O advogado Nizi Marinheiro se destacou na luta contra a ditadura e entra para a história como um dos pouquíssimos operadores do direito a defender as causas dos perseguidos políticos da Paraíba. Foi homenageado no VIII Seminário Internacional de Direitos Humanos na UFPB, *in memoriam*, e está na relação do Conselho Federal da OAB como um dos advogados que defenderam presos e perseguidos durante a ditadura militar.

Outras pessoas e familiares que procuraram a CEVPM-PB para saber informações sobre perseguições durante a ditadura foram referentes a Expedito Diniz, Pedro José de Freitas

[afirmou ter sido militante do PCB dos anos 60-70 e torturado em 1974, no quartel da guarda do terceiro exército no Rio de Janeiro], Gilvan Bandeira de Brito, Francisco de Assis Silva [ex-soldado da PM/PB], Gildásio Fausto de Araújo [estudante Catolé do Rocha], Gilvan Xavier de Lucena [DER-PB], José Alves Pereira [Cajazeiras], Geraldo Luiz Guedes [Rádio Tabajara] e Tânia Porpino Marinho do Nascimento. Também não foram encontradas informações nos documentos secretos sobre eles.

5.4 Arquivos recebidos e consultados

A busca de arquivos com documentos secretos e confidenciais que transitaram entre os poderes Executivos, Legislativos e Judiciários no período do estado de exceção instalado em 1964, assim como recebimento de arquivos particulares de pessoas ligadas ao tema, foi um dos grandes empreendimentos da CEVPM-PB. Hoje pode-se dizer que existem mais de 100 mil documentos digitalizados para pesquisas futuras sobre a perseguição aos paraibanos no regime militar.

São arquivos que vieram do Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil "Memórias Reveladas" do Arquivo Nacional do Rio de Janeiro; Documentos do Arquivo Nacional; processos que tramitaram na Comissão de Anistia do Ministério da Justiça; processos e documentos da Comissão sobre Mortos e Desaparecidos Políticos; da Comissão Estadual da Verdade Dom Helder Câmara de Pernambuco; documentos dos Arquivos Públicos do Estado da Paraíba e de Pernambuco; da Comissão da Verdade, da Memória e da Justiça das Entidades Representativas da UFCG; Atas secretas da Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba; processos judiciais contra presos políticos paraibanos; relação de filiados da Associação dos Anistiados da Paraíba.

5.4.1 Arquivo do ex-deputado estadual Zenóbio Toscano

Os documentos que deram origem a 250 processos de paraibanos que solicitaram anistia e reparação econômica foram entregues pelo ex-deputado Zenóbio Toscano à CEVPM-PB, em 8 de outubro de 2013. Atualmente prefeito de Guarabira, Zenóbio, quando deputado estadual, abriu as portas do seu gabinete para auxiliar os familiares de mortos e desaparecidos

políticos da ditadura no encaminhamento dos processos contra a União pelo que fizeram a seus entes, junto a Comissão de Anistia do Ministério da Justiça.

5.4.2 Arquivo da Polícia Militar da Paraíba

O Grupo de Trabalho Estrutura da Repressão da CEVPM-PB teve acesso e pesquisou em documentos da época da ditadura militar, no Arquivo da Polícia Militar da Paraíba, sob a coordenação do civil Edson de Almeida Macedo. Estiveram à frente desse trabalho as professoras Lúcia Guerra e Iranice Gonçalves Muniz, com estudantes voluntários da UEPB: Cláudio Rodrigues Santos, Marcelo Brito da Silva, JanaínaVicente da Silva, e da UFPB: Fernanda de Paula Gomides e Bento Correia de Sousa Neto.

5.4.3 Arquivo Nacional – Fundo Serviço Nacional de Informações e das AESI

No dia 4 de abril de 2016, a CEVPM-PB recebeu, em uma solenidade realizada na UFPB, documentos digitalizados do Arquivo Nacional – fundo documental Serviço Nacional de Informações (SNI). O acervo é referente à Agência Regional de Pernambuco, que cobria também os territórios da Paraíba, Alagoas e Rio Grande do Norte durante o regime militar, com relatórios dos agentes do SNI, constando informações sobre professores, estudantes, políticos, sobre os jornais que circulavam na Paraíba, entre outras questões. A documentação repassada foi resultado do projeto “Resgate da História” coordenado pelo professor Grimaldo

Carneiro Zacharíadhes, que integrou a Comissão de Altos Estudos do Memórias Reveladas do Arquivo Nacional do Rio de Janeiro durante o biênio 2012-2014.

Conseguiu-se também, em contato com a Comissão Nacional da Verdade cópia da Base de Dados do SNIG do Arquivo Nacional, no que tange aos documentos da Assessoria Especial de Segurança e Informação (AESI) da UFPB e da UEPB.

5.4.4 Arquivo do ex-deputado Antônio Augusto Arroxelas

O acervo pessoal do ex-deputado Antônio Augusto Arroxelas foi doado pelos seus filhos (Rita de Cássia Silva de Arroxelas Macêdo, Anita Leocádia Silva de Arroxelas Macêdo, Manoel Pereira Macêdo Neto, Antônio Augusto de Arroxelas Macêdo Filho, Idalma Silva de Arroxelas Macêdo, Luis Carlos Oliveira de Arroxelas Macêdo, Ana Januária Oliveira de Arroxelas Macêdo e Flávia Raquel Oliveira de Arroxelas Macêdo) para digitalização e integração ao Arquivo da CEVPM-PB, no dia 4 de abril de 2016. O acervo contém recortes de jornais, entre outros documentos.

5.4.5 Arquivo da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça

A partir do Termo de Cooperação com a CA-MJ, foi entregue a CEVPM-PB documentos referentes a processos de 55 paraibanos/as, que resultou além da entrega dos documentos digitalizados, na pesquisa qualitativa realizada por Rodrigo Lentz (Anexo 3). Posteriormente, foi dado o acesso e cópia digitalizada de 316 processos de interesse da CEVPM-PB.

5.4.6 Arquivo da Comissão das Entidades de Campina Grande

A CEVPM-PB recebeu do professor Luciano Mendonça de Lima, membro da Comissão da Verdade, da Memória e da Justiça das Entidades da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) documentos por ele digitalizados, referentes a perseguição no período da

ditadura militar, nas seguintes entidades: Universidade Federal da Paraíba; a Câmara Municipal de Campina e da P2 do II Batalhão da Polícia Militar Batalhão de Campina Grande.

5.4.7 Arquivo da Comissão Nacional da Verdade

Atendendo ao Ofício nº 025/2013, de 24 de julho de 2013, da CEVPM-PB, a coordenadora Rosa Maria Cardoso da Cunha, da CNV, determinou o envio dos arquivos de toda documentação de paraibanos que foram mortos ou são desaparecidos políticos durante o regime militar. Os documentos solicitados e que se encontram no Arquivo da CEVPM-PB são referentes a Dilermano Mello do Nascimento (1920-1964); João Alfredo Dias (1932-1964); Pedro Inácio de Araújo (1909-1964); Severino Elias de Mello (1913-1965); Marcos Antônio da Silva Lima (1941-1970); José Maria Ferreira de Araújo (1941-1970); Francisco das Chagas Pereira (1944-1971); Umberto de Albuquerque Câmara Neto (1947-1973); Ezequias Bezerra da Rocha (1944-1972); João Roberto Borges de Souza (1946-1969); Luís Alberto Andrade de Sá e Benevides (1942-1972); Adauto Freire da Cruz (1924-1979); Venceslau Ramalho Leite (1925-1968); José Feliciano da Silva (1920-1964); Robson Antônio Gomes Viana (1946-1969); Francisco Alves Cabral (1923-1969); Antoniel Queiroz (? - 1972).

5.4.8 Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano do Estado de Pernambuco

A partir do Termo de Cooperação com o Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano do Estado de Pernambuco (APEJE-PE), a CEVPM-PB recebeu cópia digitalizada de documentos, em especial fichas e prontuários, referentes a paraibanos no fundo DOPS-PE, bem como o inventário de todos os prontuários de nomes de brasileiros perseguidos durante da ditadura militar, especialmente, com atuação no Nordeste.

5.4.9 Arquivos pessoais doados a CEVPM-PB

Alguns depoentes em audiências ou oitivas doaram para o Arquivo da CEVPM-PB alguns documentos dos arquivos particulares como Jô Moraes, Ophélia Maria de Amorim, Agassiz Almeida, Ademir Melo, Carlos Soares de Lima Filho [Help], Rubens Pinto Lyra; Eloisa Helena Borges de Souza (irmã de João Roberto Borges de Souza), entre outros.

5.5 Notas da CEVPM-PB

5.5.1 Notas de Pesar

Jader Nunes de Oliveira

Em reconhecimento à sua história como educador, gestor e militante das causas democráticas, a Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba vem a público lamentar o falecimento do ex-reitor da UFPB Jader Nunes de Oliveira.

Recentemente, ele apresentou depoimento em audiência pública desta Comissão sobre a sua participação no movimento estudantil e prisão no Congresso da UNE de Ibiúna, em 1968, trazendo uma importante contribuição para o resgate da história das lutas pela democracia no país.

Em seu reitorado, o professor Jader promoveu a retratação da UFPB pelas punições impetradas contra estudantes, professores e servidores durante a ditadura militar em 1969.

Consternada com seu súbito falecimento, os integrantes desta Comissão se solidarizam com a dor da sua família e apresentam seus votos de profundo pesar.

João Pessoa, 05 de dezembro de 2013
Paulo Giovani Antonino Nunes
Presidente

Maria do Carmo de Aquino Araújo

A Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba comunica, com tristeza, o falecimento da militante comunista e das ligas camponesas da Paraíba, Maria do Carmo de Aquino Araújo (Maria Cuba), aos 92 anos de idade. Era irmã do deputado federal Osmar de Aquino. O fato ocorreu ontem em Itamaracá - PE, onde residia, e o seu Velório acontecerá às 11h30, na Central de Velórios e Crematório Caminho da Paz, e às 15 horas acontecerá o crematório (Rua Quinhentos e Quatro, Renascer – Cabedelo - PB).

João Pessoa, 01 de dezembro de 2014
Paulo Giovani Antonino Nunes
Presidente

Rômulo Araújo Lima

É com pesar que a Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba comunica o falecimento do anistiado político Rômulo Araújo Lima. Ex-líder estudantil secundarista e universitário na década de 60, foi preso em João Pessoa pela Polícia Federal e levado ao Presídio Ilha das Cobras, no Rio de Janeiro, quando foi barbaramente torturado por vários dias.

Rômulo Araújo deu um longo depoimento à Comissão da Verdade da Paraíba no dia 20 de dezembro de 2013, relatando toda sua trajetória política na juventude, as lutas que enfrentou nas ruas e nas agremiações partidárias, bem como dos traumas e sequelas das torturas que sofreu da ditadura militar.

Para preservar a sua memória e enaltecer sua militância política, esta Comissão manifesta neste momento solidariedade à família, bem como aos companheiros e companheiras que com ele conviveram.

João Pessoa, 14 de janeiro de 2015.
Paulo Giovani Antonino Nunes
Presidente

Jorge de Aguiar Leite

A Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba comunica o falecimento do anistiado político Jorge de Aguiar Leite, que prestou seu testemunho na audiência pública de 7 de agosto de 2013, sobre a existência de “Granjas do Horror” em Campina Grande durante o regime militar.

Jojão, como era conhecido na militância, fez parte do movimento secundarista antes do golpe militar, ocupando a secretaria e depois a vice-presidência do Centro Estudantal Campinense na gestão do então presidente Derly Pereira. Em 1969, por sua participação nas manifestações estudantis de 68, teve sua matrícula suspensa do curso de Economia na Faculdade de Ciências Econômicas de Campina Grande.

No dia 12 de janeiro de 1973 foi preso e submetido à violentas sessões de torturas físicas e morais na "Granja do Terror", cedida pelo empresário campinense Manuelito Bezerra, comerciante de armas. Durante o regime militar, Jorjão ajudou a esconder militantes de várias organizações clandestinas, vindos de estados vizinhos, que estavam sendo perseguidos pelos órgãos de repressão.

Fica o exemplo de um grande brasileiro que arriscou sua vida em defesa da liberdade e da democracia em nosso País.

João Pessoa, 10 de novembro de 2015.
Paulo Giovani Antonino Nunes
Presidente

Fábio Fernando Barboza de Freitas

É com muita tristeza que comunicamos o falecimento do professor Fábio Fernando Barboza de Freitas, membro da Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba. Fábio era o Coordenador o Grupo de Trabalho Mapa da Tortura na Paraíba. Estava hospitalizado desde o início da semana passada.

A Paraíba perde um grande defensor dos direitos humanos, um ser sensível a dor do próximo, que educou milhares de pessoas nas escolas e universidades paraibanas e nacionais.

Todos nós, membros da Comissão Estadual da Verdade, choramos a sua partida cedo, aos 55 anos de idade, consciente de que Fábio entra para a história da Paraíba como um dos grandes baluartes da defesa dos direitos humanos.

João Pessoa, 13 de março de 2016
Paulo Giovani Antonino Nunes
Presidente

5.5.2 Nota de Repúdio

Deputado Federal Jair Bolsonaro

A Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba vem tornar público seu repúdio a postura do Deputado Jair Bolsonaro, do Partido Social Cristão do Rio de Janeiro, que, em seu voto a favor do impeachment da Presidenta Dilma Vanna Rousseff (ou Golpe de Estado sem as baionetas até agora), dedicou seu voto Coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, Destacamento de Operações Internas (DOI-CODI) entre 1970 e 1974.

O Coronel Ustra é responsável por vários sequestros e assassinatos, como o do militante comunista Carlos Nicolau Danielli, morto nas dependências do DOI-CODI de São Paulo. Também foi acusado por centenas de presos e presas políticos por torturas cruéis, como choque elétrico, abuso sexual contra presas, pau de arara, espancamento, etc.

Esta Comissão Estadual da Verdade oficiou, em maio de 2014, à Comissão Nacional da Verdade que colheu o depoimento do paraibano Martinho Campos, da direção nacional do Partido Operário Revolucionário Trotskista (PORT), onde ele afirmou ter sido torturado pelo Coronel Ustra, em 14 de abril de 1972, nas dependências do DOI-CODI de São Paulo.

Fere a dignidade humana ouvir de um parlamentar fazer a apologia à tortura que foram vitimados milhares de presos políticos durante o regime civil militar, além da exaltação que fez a um reconhecido torturador que estava sendo denunciado pelo Ministério Público Federal, devido aos bárbaros crimes de lesa-humanidade, praticados pelo Coronel Ustra.

A Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba espera que a Câmara Federal e o Ministério Público Federal tomem todas as providências cabíveis para punir o Deputado Jair Bolsonaro por apologia ao crime de tortura e enaltecimento a torturadores.

João Pessoa, 19 de abril de 2016.
Paulo Giovani Antonino Nunes
Presidente

PARTE II

CONTEXTO HISTÓRICO: DO PRÉ-GOLPE CIVIL-MILITAR DE 1964 AO FIM DA DITADURA MILITAR

Capítulo 3 - Contexto histórico paraibano[21]

3.1 Movimentos sociais, o governo de Pedro Gondim e o golpe civil-militar na Paraíba

O final do período trabalhista[22] na Paraíba foi marcado por mobilizações dos trabalhadores urbanos e rurais. A intensificação da urbanização, com o avanço do capitalismo no campo, propiciou o surgimento de práticas trabalhistas. [23]

Na década de 1960 foi criada a Comissão Intersindical (COSINTRA), a partir da atuação de vários presidentes de sindicatos, que teve como finalidade as reivindicações básicas dos trabalhadores. A partir desta entidade sindical, foi formado o núcleo local do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), que passou a acompanhar e dar apoio aos diversos movimentos reivindicatórios e grevistas surgidos no período. Também foi constituído o Pacto de Unidade e Ação (PUA), tendo como base os sindicatos dos portuários e ferroviários de Cabedelo. Além desse avanço do movimento sindical, outras entidades da sociedade civil passaram a atuar de forma mais reivindicativa, principalmente o movimento estudantil secundarista e universitário, bem como a Associação Paraibana de Imprensa (API). Esta, a partir do momento que passou a ter uma direção mais progressista, sob a presidência do jornalista Adalberto Barreto[24]. Outro campo de atuação das forças nacionalistas e de esquerda foi a Campanha de Educação Popular (CEPLAR), fundada em 1961, inspirada no método Paulo Freire, com o objetivo de promover atividades de educação/conscientização junto às camadas populares. Inicialmente, atuou na cidade de João Pessoa e, posteriormente, expandiu-se para outras cidades do interior do Estado. Foi idealizada por estudantes e profissionais da área de educação e assistentes sociais ligadas à Juventude Universitária Católica (JUC). No seu Conselho Deliberativo estavam representados o movimento sindical, o estudantil, a Igreja Católica, a API, dentre outras entidades. Os

[21] Nesse Relatório será utilizado, de forma parcial, parte de textos produzidos por membros da CEVPM-PB, publicados em capítulos livros, artigos de revistas acadêmicas, trabalhos parciais de dissertações mestrado e trabalhos de conclusão de cursos de graduação, fruto de pesquisas realizadas durante os trabalhos da referida Comissão e de projetos de pesquisas individuais desenvolvidos no âmbito da Universidade Federal da Paraíba.

[22] Entendemos que trabalhismo é um conceito que explica melhor que populismo o período da política brasileira entre 1945 e 1964, no sentido de compreender as ações dos trabalhadores e seu apoio ao projeto de atendimento às demandas. O governador do estado da Paraíba, Pedro Gondim, apesar de ser originário do PSD, pelo qual foi eleito vice-governador e depois ter sido eleito governador pelo PDC com o apoio dos conservadores da UDN, teve em vários momentos de seu mandato uma postura muito próxima das práticas trabalhistas, formuladas e desenvolvidas pelo PTB, principalmente no governo de Getúlio Vargas e posteriormente no de João Goulart.

[23] O que se segue é uma versão parcial do seguinte texto. NUNES, Paulo Giovani Antonino. "Golpe civil-militar na Paraíba: repressão e legitimação". In. DANTAS, Eder; NUNES, Paulo Giovani Antonino; SILVA, Rodrigo Freire de Carvalho e. (Orgs). **Golpe Civil-Militar e ditadura na Paraíba**: História, memória e construção da cidadania. João Pessoa: Editora da UFPB, 2014, p. 78-118.

[24] CITTADINO, Monique. **Populismo e Golpe de Estado na Paraíba** (1945/1964). João Pessoa: Editora da UFPB/Ideia, 1998. Cap. 1: A política partidária na Paraíba: 1945/1958. p. 75 e segs.

comunistas também participavam diretamente, principalmente, o teatrólogo Paulo Pontes, que produziu peças, músicas e folhetos para suas atividades[25].

Porém, apesar do avanço do movimento sindical e popular, quem deu o tom das manifestações populares deste período foi o movimento camponês, através das Ligas Camponesas.

A "paz agrária" no campo paraibano era garantida pelo jogo entre o Grupo da Várzea, composto, principalmente, pelas famílias Ribeiro Coutinho e Veloso Borges, e pelo Estado fundamentando-se na exploração máxima do campesinato. Era possível detectar a relação entre dono da terra e o Estado, este, representado na zona de latifúndio pela força policial sob o comando do delegado. A autoridade, civil ou militar, embora juridicamente designada para garantir a ordem pública, estava a serviço de um dos grupos oligárquicos no poder. O Grupo da Várzea conseguia manter a dominação oligárquica, legitimando o poder político do Estado através do curral eleitoral e do voto de "cabresto".

A questão agrária na Paraíba só passou a ser questionada no final da década de 1950, com as mudanças profundas ocorridas nas relações de produção no interior do sistema latifundiário, que culminaram com a expropriação definitiva do camponês e a sua consequente expulsão da terra. Neste momento, os camponeses começaram a resistir, com a criação das Ligas Camponesas e dos sindicatos rurais.

A origem das Ligas Camponesas na Paraíba está ligada ao rompimento da luta camponesa com o localismo paroquial e o consequente questionamento da estrutura de dominação, representada pelo atrelamento do aparelho governamental ao Grupo da Várzea e a própria mobilização dos trabalhadores, através de congressos, e da influência das lutas de Pernambuco[26]. A primeira Associação dos Trabalhadores Agrícolas da Paraíba, criada em 1958, conhecida como Liga de Sapé, era bastante parecida com a Liga da Galileia, dando origem à luta social agrária, apesar de diferenças no modelo organizacional. A Liga de Sapé, a exemplo da Liga do engenho Galileia de Pernambuco, procurou desvincular-se da identificação com o comunismo, não adotando o nome de Liga e convidando um pequeno proprietário Severino Alves Barbosa, para ser seu presidente, apesar da direção real do movimento estar nas mãos do vice-presidente João Pedro Teixeira, do secretário Pedro Inácio de Araújo, o Pedro Fazendeiro e do orador João Alfredo Dias, o Nego Fuba.

[25] PORTO, Maria das Dores Paiva de Oliveira; LAGE, Iveline Lucena da Costa. **CEPLAR**. História de um Sonho Coletivo. João Pessoa: Secretária de Educação e Cultura, 1994, p. 163 e segs.
[26] BENEVIDES, Cezar. **Camponeses em Marcha**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985, p. 32 e segs.

As Ligas espalharam-se rapidamente por várias cidades do Estado, atingindo um total de 15 entidades, com cerca de quarenta mil sócios. A Liga de Sapé foi a maior do Brasil, chegando a contar com 13.000 membros, seguida pela de Mamanguape, com 10.000[27]. Apesar de toda repressão do bloco agroindustrial, começaram a ser estabelecidas relações entre o campesinato paraibano e o mundo urbano da Capital, passando as Ligas a receber apoio de parte da imprensa, de parlamentares progressistas, da Frente de Mobilização Popular, da Campanha de Educação Popular (CEPLAR), de segmentos da Igreja, de estudantes, das esquerdas e até de elementos liberais da classe média. A divergência interna presente no movimento em Pernambuco, entre os seguidores de Francisco Julião e os comunistas, também se fazia presente na Paraíba. As Ligas na Paraíba se dividiam entre a liderança dos "julianistas", Elizabeth Teixeira e Antônio Dantas, e dos militantes do PCB. Esta agremiação era majoritária na Paraíba, o que facilitou a tese de adesão à sindicalização no campo, defendida por este Partido. A formação de sindicatos rurais também era defendida pela Igreja Católica.

Além da presença de Francisco Julião na Paraíba, vale destacar outro "julianista" – o padre Alípio de Freitas[28]. Este padre teve forte atuação política no período que antecedeu o golpe, com destaque para sua vinculação às Ligas Camponesas. Na Paraíba, participou de muitos comícios em cidades como João Pessoa, Sapé, Rio Tinto e Campina Grande. Segundo acusação constante na Ação Penal 7.423/64, que chegou até o STM através de apelação:

> Assim é que, em 26 de agosto de 1962, em um comício realizado na cidade de Sapé, Estado da Paraíba, o denunciado, no discurso que pronunciou, atacou as Forças Armadas, preconizou as reformas, mesmo pela força, inclusive com a pregação da revolução, declarando que era necessário trocar o título de eleitor pelo fuzil, foices e machados [...].
> Em Campina Grande, a 30 de agosto do referido ano, voltou a participar de um comício onde, novamente, agrediu as Forças Armadas, particularmente o Exército, chamando-o de "exército de capangas e capitães de mato, a serviço de latifundiários e imperialistas". [...] Pediu, aos que o ouviam, que juntassem "tostão por tostão" para a compra de fuzis, metralhadoras, etc, e quem não pudesse juntá-las que se munissem de facas, machados, foices (fls. 41/42).

[27] Segundo informações do líder das Ligas Camponesas Clodomir Moraes, citado por AUED, Bernadete W. **A Vitória dos Vencidos**. Partido Comunista Brasileiro – PCB e Ligas Camponesas (1955-64). Florianópolis: Editora da UFSC, 1986, p. 33-34. No entanto, há divergências sobre o número real de associados dessas entidades, outras fontes, como por exemplo o filme *Cabra Marcado para Morrer* informa que a Liga de Sapé tinha sete mil sócios.

[28] Nascido em 1929 na cidade de Bragança, Portugal, Alípio Cristiano de Freitas ordenou-se padre e, após trabalhar como pároco no país natal, veio para o Brasil, especificamente São Luís no Maranhão, em 1957. Já em 1960, em Pernambuco, junta-se às Ligas Camponesas ao lado de Francisco Julião. Em 1962, durante a campanha de Miguel Arraes, foi sequestrado pelo Exército e preso por quase 50 dias. Cf. Pequena biografia do Padre Alípio no site da editora Âncora, que publicou seu livro "Resistir é preciso – memória do tempo da morte civil do Brasil". Disponível em: <http://www.ancora-editora.pt/index.php/ autores/175-alipio-de-freitas>. Acesso em: 29 out. 2017.

> No dia seguinte, na cidade de Rio Tinto, no mesmo Estado da Paraíba, num comício realizado em favor dos candidatos das Ligas Camponesas a postos eletivos, voltou a atacar as Forças Armadas, especialmente o Exército [...]. Novamente na cidade de Campina Grande, a 1º de setembro, o denunciado voltou a pregar a revolução violenta, capaz de implantar no País uma "nova ordem", insistindo em suas ofensas às Forças Armadas, ao declarar que os militares, na Paraíba, eram comprados"[29]

O tenente coronel Octávio Ferreira Queiroz, durante depoimento em agosto de 1963, como testemunha de IPM, afirmou que assistiu dois comícios em Campina Grande, e que foi preparado para reagir com violência por conta das palavras que o padre poderia proferir.

> [...] infelizmente ou felizmente referido Sacerdote nos dois comícios que assistiu, não mais chamou os Oficiais do Exército de corruptos nem ao menos aos nossos Generais de vendidos aos americanos, porque **com 15 elementos escolhidos, à paisana, pretendia dar-lhe o merecido corretivo**, uma vez que sabia nada poder esperar das autoridades Estaduais.[30]

Em 1963 foi preso em João Pessoa, devido ao discurso enérgico que proferiu durante ato em lembrança da morte de João Pedro Teixeira. Com o golpe de 1964, exilou-se no México e depois em Cuba onde recebeu treinamento de guerrilha. Daí, retornou ao Brasil, passando a atuar na clandestinidade[31].

A criação das Ligas Camponesas na Paraíba gerou uma violenta reação de parte dos grandes proprietários. Não satisfeitos com a "petulância" dos camponeses, que ousavam se organizar para lutar por seus direitos, reagiram de forma mais rigorosa do que a usual no trato com os camponeses, usando a repressão e a força contra as manifestações. Os latifundiários usaram dois métodos para intimidar os camponeses. No primeiro, apelavam tanto para argumentos "sutis" de persuasão, tais como: a ameaça de expulsão das terras; de agressões e de morte; cooptação de lideranças e sua transferência para outras regiões; intimidação através da realização de manobras militares em áreas de conflito. E, no segundo, para o uso da violência efetiva, sob diversas formas: espancamentos, invasão e destruição das residências, prisões irregulares e, por fim, assassinatos de lideranças. Também, tornou-se comum a criação de

[29] Denúncia oferecida pelo Ministério Público Militar, em 13 de julho de 1964, arquivo digital do Projeto Brasil Nunca Mais, sumário do processo 004, p. 7. Disponível em: <www.bnmdigital.mpf.mp.br>. Acesso em: 29 out. 2017.

[30] Termo de Inquirição de Testemunha, de 01 de agosto de 1963, arquivo digital do Projeto Brasil Nunca Mais, sumário do processo 004, p. 246. Disponível em: <www.bnmdigital.mpf.mp.br>. Acesso em: 29 out. 2017.

[31] Em julho de 1966, um Comando autônomo da Ação Popular, organização da qual o ex-padre Alípio fazia parte, composto pelo militante Raimundo Machado e liderado pelo referido Alípio, explodiu por conta própria uma bomba no aeroporto do Recife, em atentado contra a vida do ministro da Guerra e já indicado pelo regime militar para próximo presidente da República Costa e Silva. Nesse atentado, houve mortes e feridos que não tinham relação com o objetivo do atentado. Cf. RIDENTI, Marcelo. "Esquerdas revolucionárias armadas nos anos 1960-1970". In: FERREIRA, Jorge; REIS FILHO, Daniel Aarão. **Revolução e democracia (1964 ...).** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, (As esquerdas no Brasil, Vol. 3), p. 34.

milícias particulares, fortemente armadas, no interior das propriedades, em áreas socialmente críticas.

A escalada da violência teve início no Engenho Miriri, localizado entre os municípios de Sapé e Mamanguape, após um conflito entre membros da Liga e proprietários, que resultou na morte do líder camponês Alfredo Nascimento. Em seguida, houve o assassinato do líder da Liga de Sapé, João Pedro Teixeira[32]. Este crime teve repercussão a nível nacional e internacional. Foi acusado de mandante do crime o latifundiário Aguinaldo Veloso Borges, sexto suplente de deputado estadual, que, após uma manobra promovida pelo deputado Joacil de Brito Pereira, na Assembleia Legislativa, assumiu o mandato e passou a gozar de imunidade parlamentar.[33]

Foram registrados vários casos de espancamentos e mortes de lideranças das Ligas e camponeses a elas ligados. Em diversos momentos, os camponeses reagiram às agressões recebidas, desencadeando um processo de enfrentamento que culminou com a ocorrência de vítimas, tanto entre os camponeses, quanto do lado do latifúndio, a exemplo de Rubens Régis, morto quando tentava à noite destruir o casebre de uma família camponesa. O apogeu do conflito aconteceu entre as milícias dos proprietários rurais e um grupo de camponeses que ficou conhecido como "Chacina de Mari".[34] Estas violências chegaram ao auge após o golpe de 1964, com prisões ilegais por capangas e militares, pancadarias e expulsão de seus casebres, desarticulando o movimento camponês.

O governo de Pedro Gondim, iniciado de forma interina em 1958 e depois continuado através de eleição em 1960, manteve uma boa relação com as forças trabalhistas no Estado. Frente à crescente mobilização camponesa, no início dos anos sessenta, sustentou uma posição de tolerância e compreensão, sem chegar a estimular ou apoiar às ações mais radicais. Também se percebe, nos seus pronunciamentos sobre a questão agrária no Nordeste, uma identificação

[32] AUED, Bernadete W. Op. cit., p, 25 e 50.

[33] A Coligação Nacionalista Libertadora (UDN e PL) elegeu onze deputados estaduais na eleição de 3 de outubro de 1958. Destes, um licenciou-se, dando lugar a que os cinco primeiros suplentes assumissem e, em seguida, entrassem de licença, até que chegou a vez do sexto suplente, Aguinaldo Veloso Borges assumir. A trama ficou evidenciada pela Ata da Assembleia Legislativa do Estado do dia 11 de abril de 1962: "Expediente Requerimentos: Do Deputado Clóvis Bezerra requerendo 31 dias de licença para tratamento de saúde. Do Deputado Flaviano Ribeiro, no mesmo sentido. O Sr. Presidente informa que está na ante-sala desta Assembleia o Suplente Aguinaldo Veloso que foi convocado por esta Assembleia e vem assumir o mandato". (apud BENEVIDES, Cezar. Op. cit., p. 99). Este fato levou populares a recitarem o seguinte verso: "Morreu João Pedro, um talento – os capangas que o matou – é pobre / foi pro relento – quem mandou, como é rico – se escondeu no Parlamento". Depoimento de Ophelia Amorim – Inquérito Policial Militar. Arquivo da CEVPM-PB.

[34] Conflito entre funcionários das Usinas São João e Santa Helena, vigias e policiais arrebanhados de um posto policial de Santa Rita e camponeses, que resultou em onze mortos, entre as quais o superintendente da Usina São João, Fernando da Cruz Gouveia e o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Mari, Antônio Galdino da Silva. Além dos mortos, quatro pessoas ficaram feridas.

com as reivindicações dos trabalhadores rurais, por ele consideradas legítimas, e de condenação da estrutura agrária então vigente.

No final de 1963 e início de 1964, as crescentes mobilizações dos setores reformistas e de esquerda contribuíram para a ruptura com o governo Gondim. Alguns acontecimentos levaram a um afastamento entre as forças populares e de esquerda e o governo. Primeiro, uma manifestação de estudantes secundaristas e universitários contra o desrespeito à lei da meia passagem, que foi reprimida pela polícia; segundo, a tragédia de Mari; terceiro, as exonerações de Adalberto Barreto, da Rádio Tabajara e Hélio Zenaide do Jornal A União, e a nomeação de Sindulfo Santiago como secretário de Estado representando o Grupo da Várzea; por fim, a invasão da Faculdade de Direito[35]. Essas ocorrências marcaram o esgotamento "gondinista", que se consubstanciou no afastamento do governador das forças populares e de esquerda e no seu aprisionamento absoluto às classes conservadoras. Esta posição do governo Gondim deve ser analisada, tendo-se em vista a composição que o elegeu, assim como a sua disposição em governar no centro dessas forças políticas. Ele foi eleito com o apoio da UDN, partido de feições conservadoras, que, naquela conjuntura, não tinha como suplantar sua popularidade e terminou apelando para uma aliança, como forma de chegar ao poder. E como Gondim, após sair do PSD, não dispunha de uma máquina partidária capaz de assegurar sua vitória, aceitou o apoio udenista. Mas, mesmo contando com o apoio da UDN, Gondim não poderia prescindir do apoio das forças populares e de esquerda, que se tornaram a base de sua campanha e que desempenharam um papel significativo na fase inicial de seu governo. Assim, dentro desse pacto, ele ficou contido entre duas forças antagônicas que, progressivamente, reforçaram a pressão sobre ele, tornando a manutenção do pacto impossível, o que levou a sua ruptura e a uma tomada de posição favorável às forças conservadoras.

A guinada do governo, no sentido de sua vinculação definitiva com os grupos conservadores, já se mostrou nas consequências do episódio de Mari, onde o Governador, além da medida de praxe representada pela abertura de um inquérito para identificação dos culpados, procedeu a montagem de um esquema de repressão aos camponeses, enviando para os locais

[35] Segundo cobertura da imprensa na época, a invasão foi liderada pelo deputado Joacil de Brito Pereira e pelo estudante Marcus Odilon Ribeiro Coutinho, com o objetivo de desalojar da Faculdade estudantes que protestavam contra a vinda do governador da Guanabara, Carlos Lacerda, à Paraíba. In: "Grupo anti-lacerdista promoveu, sem motivo, desordens em João Pessoa, *Diário de Pernambuco*, 05 de março de 1964. (apud RODRIGUES, Cláudio José Lopes. **Alienados e Subversivos.** A Aventura Estudantil (1950-1999). João Pessoa: Ideia, 2000, p. 15). O ex-deputado Joacil de Brito Pereira nega que tenha invadido a Faculdade. Ver, BRITO, Joacil de. Eu não invadi a Faculdade. In: GUEDES, Nonato et al. (Orgs). **O jogo da verdade.** Revolução de 64 30 anos depois. João Pessoa: A União, 1994, p. 273- 275.

de maior tensão forças policiais comandadas pelo coronel Luiz de Barros[36]. O governo também fez alterações no aparato policial, tentando reforçar a comunhão que se estabeleceu entre o Governo do Estado e os representantes das Forças Armadas no Estado, após os desdobramentos dos conflitos de Mari e da Faculdade de Direito, não permitindo qualquer tentativa de realização de manifestações contestatórias em João Pessoa e em outras localidades. Estas mudanças de postura foram claros indicativos do novo direcionamento político adotado pelo governo Gondim. Muito mais do que apenas o reforço das vinculações com as classes conservadoras, o que se percebe, a partir desse posicionamento do governador, é o estabelecimento, anteriormente ao 31 de março, de uma franca sintonia com os interesses e com o pensamento das Forças Armadas.

Enquanto Pedro Gondim se aproximava das forças golpistas, dava-se, ao mesmo tempo, um avanço das forças de direita no sentido de conspiração e de sua organização e reação contra as mobilizações das forças de esquerda, ocorridas antes de 1964. Os proprietários rurais organizaram-se na Associação dos Proprietários da Paraíba (APRA), que ficou conhecida como LILA – Liga dos Proprietários. Esta entidade exercia uma atividade paramilitar, voltada para a defesa das suas propriedades privadas.

A articulação do golpe de 64 na Paraíba contou com a participação conjunta dos setores civis e militares, membros da UDN, do PSD e jornalistas. Segundo o deputado Joacil de Brito Pereira:

> Estávamos prontos para enfrentar o pior. Adquirimos armamento e munição em São Paulo. O Coronel Roberto de Pessoa fez nossa ligação com o Governador Ademar – e o auxiliar do Governo paulista, ele nos levou no Governador Ademar – e o resto nós fizemos: eu, Aguinaldo Veloso Borges, Antônio Ribeiro Pessoa, João Batista de Lima Brandão, Sindulfo Guedes Santiago, Marcos Odilon, Flaviano Ribeiro Coutinho e Luiz Ribeiro Coutinho.
> A essa altura, não estavam sós os proprietários rurais. Homens de todas as classes passaram a ajudá-los, a apoiá-los. Jornalistas como Antônio Barroso Pontes, Archimedes Cavalcanti, Antônio de Arruda Brayner, José Leal e Otinaldo Lourenço formavam decididamente conosco. O General reformado do Exército, Renato Ribeiro de Morais; o dentista Fernando Furtado; o médico João Gonçalves Toscano de Medeiros; o Sargento reformado do Exército, Reinaldo de Melo Celani; o Sargento Lira e vários outros, como outro Tenente reformado do Exército, Fontele. Finalmente, uma plêiade de paraibanos de todos os segmentos sociais.
> Em Campina Grande, formamos poderoso núcleo. O Juiz aposentado Manoel Casado Nobre, o empresário Juarez Barreto, o advogado Rui Barbosa, o Dr. Ermírio Leite, os irmãos Paulo e Enivaldo Ribeiro, Luismar Resende e tantos outros cidadãos livres ficaram ao nosso lado.

[36] Um dos mais temidos repressores dos movimentos sociais da Paraíba, posteriormente, durante o regime militar, foi eleito deputado estadual.

> Em Areia, Severino Teixeira de Brito Lira, o Coronel José Maria da Cunha Lima e o seu sobrinho Roberto Cunha Lima, João Barreto e seu filho Haroldo Barreto, o Professor Manoel Gouveia, o proprietário José Rufino de Almeida e muita gente mais[37].

As forças civis golpistas do Estado da Paraíba, também se prepararam para o caso de uma resistência ao golpe. Segundo o deputado Joacil de Brito Pereira a pedido do coronel Plínio Pitaluga – que temia ter que deslocar tropas para Recife, onde existia a possibilidade de resistência do governador Miguel Arraes e por isso necessitava de apoio dos civis – ele arregimentou um contingente considerável de pessoas para esta finalidade:

> Arregimentamos esse pessoal, até às 11h da manhã. Entreguei ao coronel Plínio Pitaluga uma relação nominal e toda a essa gente foi recrutada. Prometi mil homens, mas oferecemos ao Exército um total de mil e duzentas pessoas. [...].
> Trouxeram toda essa gente das suas fazendas, engenhos e usinas. Colocamos os nossos contingentes nas adjacências da Capital, em lugares de fácil acesso. E uma boa parte devidamente armada pelo Exército. Muitos já estavam nos arrabaldes de João Pessoa, onde moravam. Pertenciam aos esquadrões organizados pelo General Renato Ribeiro de Morais. A maior parte constituída de ex-soldados, ex-cabos e ex-sargentos reformados ou excluídos do Exército e da Polícia. O General os conhecia e tinha os seus endereços. Já os havia preparado para os combates e para as guerrilhas. [...].
> Esses contingentes seriam empregados no policiamento ostensivo da cidade, aproveitando-se de preferência reformados do Exército e da Polícia; na ocupação de repartições públicas federais, sempre sob o comando de um sargento ou de um oficial; na ocupação de rádios e jornais locais, se fosse necessário. Recrutamos também os nossos jornalistas, a saber, José Leal, Otinaldo Lourenço, Antônio de Arruda Brayner, Osias Nacre Gomes, Antônio Barroso Pontes, Archimedes Cavalcanti, entre outros.[...]
> Não foi preciso, porém, utilizar essa gente por nós arregimentada[38].

Nada indica que o Governo do Estado, a princípio articulado com as práticas trabalhistas, tenha tido alguma participação na conspiração golpista, apesar da sintonia de interesses e de ação que já vinha se manifestando entre o governador e a guarnição federal da Paraíba. O mais provável é que ele tenha sido tomado de surpresa. Além disso, também não tinha uma posição definida, nem tampouco homogênea, a ser assumida. Pois parte do seu secretariado defendia o rompimento com o governo federal e a adesão imediata ao golpe; e outra parte pretendia a adoção de uma posição em apoio a João Goulart[39].

No dia do golpe, Gondim sofreu pressão dos militares para aderir, contudo, só tomou sua posição no dia seguinte, com a chegada do líder do governo na Assembleia, deputado Antônio Vital do Rêgo, genro do governador. A partir deste momento, percebendo a

[37] PEREIRA, Joacil de Brito. **A vida e o tempo**. Memórias, vol. II. João Pessoa: Editora da UFPB, 1997, p. 109-110.
[38] PEREIRA, Joacil de Brito. Op. cit. 115-117.
[39] CITTADINO, Monique. Op. cit. 1988, p. 100 e segs.

irreversibilidade do movimento militar, a fragilidade das forças "janguistas" e, principalmente, a importância do momento para sua sobrevivência política, Pedro Gondim, com a colaboração de Antônio Vital do Rêgo e de seu secretário Sílvio Porto, elaborou uma nota de apoio ao movimente golpista, que foi lida pelo governador na rádio estatal, a Tabajara, no dia 1º de abril. Afirma Gondim, na referida nota:

> Não posso e não devo, neste instante de tanta inquietação nacional, deixar de definir minha posição, na qualidade de governador dos paraibanos.
> Reafirmo, preliminarmente, todos os pronunciamentos que expendi em favor das reformas essenciais, por saber que elas constituem instrumentos legais de adequação aos novos problemas do povo. E neste sentido nunca faltei com o meu estímulo e apreço ao governo central.
> Os últimos acontecimentos, verificados no Estado da Guanabara, envolvendo marinheiros e fuzileiros navais, denunciaram, porém, inequívoca e grave ruptura na disciplina em destacado setor das classes armadas, com desprezo às linhas hierárquicas e completa alienação às prerrogativas da autoridade, sustentáculo autêntico da segurança nacional.
> O movimento que eclodiu nestas últimas horas em Minas Gerais, com repercussão em outros Estados, não é mais nem menos do que a projeção de acontecimentos anteriores, numa tentativa de recolocar o país no suporte de sua estrutura legal, propiciando clima de tranquilidade – indispensável ao processo desenvolvimentista que vivemos.
> O pensamento político de Minas Gerais, hoje como em 1930, identificou-se com a vocação histórica do povo paraibano que deseja, neste episódio e sobretudo, o cumprimento das liberdades públicas, consubstanciadas na defesa intransigente do regime democrático[40].

Esta decisão garantiu-lhe não apenas a sua permanência à frente do governo do Estado, como a preservação de sua liberdade, pois, se a decisão tivesse sido outra, ele, provavelmente, teria sido deposto e preso. A partir daí, a adesão de Gondim à "revolução" se dará de forma absoluta e inquestionável.

O golpe militar também tomou de surpresa as forças de esquerda da Paraíba. Na noite de 31 de março, após as notícias da eclosão do golpe, chegou a ser iniciado um comício no bairro de Cruz das Armas, promovido por entidades ligadas à esquerda – PCB, CGT, PUA e Federação das Ligas Camponesas – que foi dissolvido pelas tropas federais.

Outra tentativa de reação se deu na cidade de Rio Tinto, onde camponeses e operários, através do sindicato e das Ligas Camponesas, contando com o apoio do prefeito e presidente do Sindicato dos Têxteis, Antônio Fernandes de Andrade, e do advogado José Gomes da Silva, Zé Moscou, tomaram a fábrica de tecidos, paralisando suas atividades e isolando os pontos estratégicos da cidade com arame farpado. Mas a Polícia Militar e o exército reprimiram o

[40] Apud MELO, José Octávio de Arruda. **1964 no mundo, Brasil e Nordeste**. João Pessoa: UNIPÊ, 2004, p 135-136.

movimento, o prefeito fugiu e posteriormente se entregou no Quartel do 15° Regimento de Infantaria onde ficou preso por seis meses.

No município de Pombal os advogados Plínio Leite Fontes e Antônio Elias de Queiroga levaram dezenas de pessoas para frente da prefeitura contestando o golpe civil-militar que estava em andamento no País. Colocaram alto-falantes que retransmitia a Cadeia da Liberdade do Rio Grande do Sul. A manifestação em Pombal só terminou após os agentes de segurança conversar com a genitora de Queiroga e pedir seu apoio para convencer o filho e as outras lideranças.

Em Sousa, o prefeito Antônio Mariz realizou um comício em praça pública e também foi preso. Em Campina Grande, o prefeito Newton Rique deu declarações dizendo-se contrário ao golpe, sendo depois cassado.

A nível nacional houve algumas tentativas de resistência. Vale destacar a do paraibano Cândido da Costa Aragão, conhecido com o "Almirante Vermelho", que nasceu na cidade de Cabedelo-PB, em 1907[41]. Em outubro de 1964, Aragão foi promovido a vice-almirante pelo presidente João Goulart e, em seguida, foi nomeado comandante-geral do Corpo de Fuzileiros Navais. Contribuiu e colaborou com a Associação de Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil (AMFNB). Tentou articular uma resistência ao golpe-civil militar de 1964, mas ficou na espera de uma ordem do presidente João Goulart, como essa não veio, a resistência terminou sendo desarticulada.[42] Após o golpe, foi preso e respondeu Inquérito Policial Militar (IPM). No dia 11 de abril, foi aberta a ação ordinária nº 29, sob acusação de indisciplina e "Ações ideológicas perturbadoras da boa harmonia entre as classes armadas e para intervenção e indébita em entidades civis, além de responsabilidade pelo ocorrido na madrugada de 26 de março de 1964, no qual tomaram parte marinheiros e fuzileiros navais".[43] Em 14 de abril, Aragão foi passado para a reserva pelo Ato Institucional nº 1, sendo continuamente perseguido pelo regime militar. Passou vários anos no exílio, inicialmente no Uruguai, onde buscou organizar movimento de resistência à ditadura e, posteriormente, em Cuba, Chile e Portugal.[44]

Sem resistência, as forças golpistas dominaram totalmente a situação.

---

[41] Iniciou sua carreira na Marinha de Guerra como soldado fuzileiro naval. Ele foi incorporado às fileiras do então *Regimento Naval* em outubro de 1927. Em abril de 1960, no governo Juscelino Kubitschek, Aragão foi promovido a contraalmirante.

[42] ALMEIDA, Anderson da Silva. ***...como se fosse um deles.*** Almirante Aragão: memórias, silêncios e ressentimento. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense (UFF). Niterói-RJ, 2014.

[43] DUARTE, Antonio. **Almirante Aragão**. Fragmentos de uma vida. Rio de Janeiro: Consequência, 2012, p. 2016.

[44] Idem.

Na Paraíba, a API foi invadida pelo Exército; a CEPLAR foi invadida por civis engajados no golpe. Foram registradas várias prisões, efetuadas tanto no setor urbano como na zona rural. A repressão no meio rural, além de ser feita pela Polícia Militar e pelo Exército, contou com a colaboração de capangas e das milícias particulares dos proprietários rurais.

O setor estudantil também foi muito perseguido. As direções das entidades estudantis, tanto secundaristas como universitárias, sofreram intervenções. Também houve perseguição a professores universitários e expurgos no aparelho estatal. O reitor da Universidade Federal da Paraíba, professor Mário Moacyr Porto, foi afastado do cargo, em seu lugar foi nomeado como interventor o professor de Medicina e ex-oficial do Exército, Guilardo Martins Alves, que depois foi eleito pelo Conselho Universitário, exercendo mandatos sucessivos até o ano de 1971.

Apesar da repressão ter se estendido a vários setores da sociedade, ela se fez mais forte sobre as Ligas Camponesas, que eram consideradas uma afronta aos grandes proprietários de terra e uma ameaça de subversão da ordem.

3.2 Legitimação de parte da sociedade civil paraibana ao regime implantado com o golpe de 1964

Enquanto os setores de esquerda sofriam repressão, outros setores da sociedade civil passaram a dar apoio ao novo governo. A Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba, através de seu presidente, o deputado Clóvis Bezerra, decretou vigília permanente para acompanhar o golpe e congratulou-se com os chefes militares do IV Exército e da guarnição João Pessoa pela derrubada do governo constitucional de Goulart, enviando a seguinte mensagem telegráfica:

> JOÃO PESSOA – General Justino Alves Bastos – Comandante do IV Exército – Recife – A Assembleia Legislativa da Paraíba firme na atitude que assumiu desde os primeiros momentos ao lado do esquema democrático partido de Minas, congratula-se com vossência pela brilhante vitória das Forças Armadas pacificando segundo a melhor tradição do Grande Caxias a família brasileira livre agora de ameaça comunista. Digne-se o eminente compatriota em estender aos chefes vinculados a esse Comando os aplausos cívicos e veemente dos legisladores paraibanos. Saudações – Clóvis Bezerra Cavalcanti – Presidente[45].

Quem também envia telegramas às autoridades se congratulando com a vitória do golpe militar é a alta hierarquia da Igreja católica na Paraíba, através de seu arcebispo Dom Mario de

[45] O Norte, 04 abr. de 1964.

Miranda Villas Boas, fato noticiado pelo jornal da diocese A Imprensa, no dia 6 de abril de 1964.

> Exprimindo os sentimentos altamente patrióticos, ante os últimos acontecimentos que resultam em necessária renovação do regime democrático nacional, o Sr. Arcebispo Metropolitano D. Mario Villas Boas telegrafou aos principais chefes deste movimento que podemos considerar o mais firme golpe em todo o plano de comunização do país, próximo a concretizar-se. A palavra de nosso culto e mui virtuoso guia espiritual, é uma segurança para nossas opiniões, na presente conjuntura que atravessa o Brasil. Nestes termos foram redigidas as mensagens telegráficas de Sua Exma. Revdma.:
> João Pessoa, 2 – General Justino Alves Comando do 4º exército. Recife. Na pessoa de Vossa Excia., saúdo nossas brilhantes forças armadas, que defenderam muito oportunamente nosso Brasil. Dom Mario, Arcebispo;
> João Pessoa, 2 – Cardeal Câmara. Palácio Sumaré. Rio, Gb Admirável vigilância serena Vossa Eminência é uma luz neste momento. Saúdo efusivamente Vossa Eminência. Dom Mario, Arcebispo.
> João Pessoa, 2 – Governador Pedro Gondim. Palácio da Redenção. Nesta. No dealbar desta aurora de nova paz, saúdo Vossa Excelência cuja colaboração foi muito oportuna presente momento. Dom Mario[46].

Na imprensa paraibana, vários colunistas justificaram o golpe e externaram seu apoio. Antônio de Barroso Pontes, do jornal O Norte, pertencente aos Diários Associados de Assis Chateaubriand, que vinha procurando desestabilizar o governo Goulart em nível nacional a partir de todo seu conglomerado, defendeu o golpe, devido ao clima de "baderna".

> João Goulart, dentro de pouco tempo conseguiu o que nenhum homem público conseguira jamais no Brasil, corromper, agitar e por fim desmoralizar inclusive as Forças Armadas do país, que por sinal suportaram muito ao ponto de receberem críticas de parte da opinião pública desenganada com a regularização da ordem e da tranquilidade[47].

Alguns dias depois, o referido colunista congratulou-se com os líderes militares da "Revolução", que segundo ele, restauraram a normalidade do país, não deixando os "Arrais, Brizolas e Juliões" atacar contra a população democrata:

> Em vez daquela Revolução dos Arrais, dos Brizolas, dos Juliões, em que o povo democrata estava destinado a sucumbir e os líderes iriam para o 'paredon', os proprietários rurais picados a golpes de foice, tivemos graças a Deus que é brasileiro como já se disse, uma das mais providenciais revoluções do mundo[48].

O jornal Correio da Paraíba, também publicou matéria assinada por Agrimar Montenegro enaltecendo o golpe civil-militar.

---

[46] Apud PEREIRA, Vanderlan Paulo de Oliveira. **Em nome de Deus, dos pobres e da libertação***:* ação pastoral e política em Dom José Maria Pires, de 1966 a 1980. Dissertação (Mestrado em História). CCHLA. UFPB. João Pessoa, 2012, p. 68-69.
[47] O Norte, 05 abr. 1964.
[48] O Norte, 16 abr. 1964.

> Agora podemos dizer que Deus é brasileiro de fato. Por um verdadeiro milagre, com as graças do Altíssimo e a intervenção rápida e enérgica das nossas Forças Armadas, não tivemos em nosso país uma autêntica revolução comunista, com massacres, fuzilamentos, roubos e de consequências imprevisíveis. Com apenas 24 horas de antecipação, o Exército de Caxias, sob o comando de seus bravos generais, liderou uma revolução democrática, sem derramamento de sangue, conseguindo libertar o Brasil dos impatriotas. Não estamos escrevendo demagogia, pois os falsos profetas, depois de desmascarados, é que estão confessando a trama sinistra, sendo que a imprensa tem divulgado apenas alguns fatos, ficando o grosso e inacreditável, mas verdadeiro, para depois de concluídos todos os interrogatórios[49].

No imediato pós-golpe, houve intervenção nas entidades estudantis e destituição dos seus dirigentes por terem defendido o governo Goulart e as reformas de base. Os novos dirigentes que assumiram as entidades, procurando, desde logo, afirmar seu apoio a ordem golpista. Como foi o caso da direção da União Pessoense dos Estudantes Secundários, que depois de eliminar dos seus quadros sociais e dos cargos que ocupavam na Diretoria os estudantes Geraldo Targino, Marcos dos Anjos, José Flávio e outros, divulgou através do seu interventor José Milton Bandeira, a seguinte nota oficial da entidade:

> A União Pessoense dos Estudantes Secundários, vem em público prestar solidariedade de todos os estudantes de grau médio às nossas gloriosas Forças Armadas, à Guarnição Federal de João Pessoa e ao Governo do Estado pela relevante ação em prol das instituições democráticas e em defesa das liberdades do povo brasileiro. [...] O Brasil é e continuará livre de qualquer nação estrangeira e saibam que os agitadores comunistas que para o regime de Pequim ou Moscou ser implantado no Brasil será preciso passar por cima dos cadáveres dos estudantes paraibanos[50].

As “Marchas da Família com Deus pela Liberdade” – aconteceram em várias partes do Brasil, nos momentos que antecederam o golpe civil-militar. As marchas eram lideradas por movimento de mulheres conservadoras e com o apoio de entidades que trabalharam para desestabilizar o governo Goulart – e que serviram como justificativa para a intervenção militar, pois estariam atendendo dessa forma um apelo da sociedade civil. Esse movimento não ocorreu no estado da Paraíba antes do golpe, mas logo após essas manifestações se espalharam por várias cidades, com o objetivo de dar apoio aos militares. Em João Pessoa aconteceu uma dessas atividades no dia 8 de abril, convocada pelo Movimento de Arregimentação Feminina do Estado da Paraíba (MAFEP) e segundo a imprensa local em grande estilo.

> Todos os oradores da Marcha da Família com Deus pela Liberdade realizada ontem nesta cidade, foram unânimes em repudiar ideologias estranhas que

[49] Correio da Paraíba, 10 abr. 1964.
[50] Correio da Paraíba, 5 abr. 1964.

> maus brasileiros intentavam importar para o nosso País, para derrogar as nossas liberdades democráticas. Jamais João Pessoa havia assistido a espetáculo de tanta fé cristã e espírito de patriotismo como na Marcha da Família promovida ontem. Os discursos, aplaudidos pela unanimidade da incalculável multidão, foram vazados numa linguagem de vibração cívica, que, ao lado da condenação ao comunismo, saudava e exaltava a grande vitória da Revolução Democrática de 31 de Março. [...] A Marcha da Família com Deus pela Liberdade foi uma festa cívico-religiosa jamais registrada na Paraíba[51].

Até mesmo na cidade de Sapé, palco de muitos conflitos nos momentos anteriores ao golpe devido à forte presença das Ligas Camponesas, também ocorreu uma marcha organizada pelas mulheres conservadoras, que segundo a imprensa local, também foi coroada de êxito.

> A população de Sapé, rejubilada com a vitória da Democracia contra o comunismo, promoveu, domingo último, magnífica passeata em que tomaram parte cerca de 5 mil pessoas, destacando-se a participação da mulher sapeense. [...] A concentração terminou com uma missa oficiada pelo vigário local no adro da matriz, ouvida por todos os integrantes da "Marcha da Família"[52].

3.3 Da ditadura militar à redemocratização

As eleições de 1965, para governador na Paraíba[53], foram as últimas diretas ocorridas até 1982, ainda dentro do mesmo quadro partidário vigente desde 1945. Segundo Mello, esta disputa revestia-se de grande importância, pois quem a vencesse, passaria a liderar o movimento "revolucionário" na Paraíba:

> A distância já permite a compreensão de que, a três de outubro de mil novecentos e sessenta e cinco, disputava-se não apenas a titularidade do Governo Estadual, mas a representação do movimento de 1964 na Paraíba, pleiteada pelo ex-ministro João Agripino, chefe da UDN paraibana e um dos líderes nacionais daquele acontecimento, e Rui Carneiro, cacique populista do PSD, que não ingressou na ARENA por razões de ordem local[54].

Então, a disputa se deu entre João Agripino, que tinha como vice o ex-prefeito de Campina Grande, Severino Cabral, e Rui Carneiro, com Argemiro de Figueiredo de vice. A vitória de João Agripino o consagrou como a liderança mais forte da Paraíba no pós-64[55].

---

[51] Correio da Paraíba, 9 abr. 1964.
[52] Correio da Paraíba, 21 abr. 1964.
[53] O que se segue é uma versão parcial do seguinte texto: NUNES, Paulo Giovani Antonino. **O partido dos trabalhadores e a política na Paraíba**: construção e trajetória do partido no Estado. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Recife: 2003.
[54] Apud CITTADINO, Monique. A Política Paraibana e o Estado Autoritário (1954-1964). In: **Estrutura de Poder na Paraíba**. João Pessoa: Editora da UFPB, 1999, p. 115.
[55] Sobre o governo de João Agripino. Ver. CITTADINO, Monique. **Poder local e ditadura militar**. O governo João Agripino – Paraíba (1965-1971). Bauru-SP: EDUSC, 2006.

Com a extinção dos partidos, através do AI-2, formam-se os dois novos partidos autorizados pelo regime militar, a ARENA, da situação e o MDB, de oposição. Na Paraíba, a ARENA foi constituída, fundamentalmente, por membros da antiga UDN, e subsidiariamente, por pequenos partidos, como o PDC, PL, PSP que, ao longo do governo Pedro Gondim, se aproximaram daquele Partido e dissidências do PSD, PTB, PSB e PR[56]. Quanto ao MDB local, foi fundado, principalmente, por antigas forças "pessedistas", que pouco diferiam dos grupos oligárquicos "udenistas". Sendo assim, esta agremiação não aponta para o desempenho concreto de um perfil de oposição. A sua constituição foi definida muito mais a partir das disputas locais pelos espaços de poder do que no sentido de fazer uma oposição ao regime ditatorial. Segundo Ramos, o presidente do MDB, Rui Carneiro:

> [...] gozava das boas graças dos revolucionários, era amigo pessoal de Castelo, que chegou a articular o seu ingresso no partido governista, a ARENA, [...]. Rui só não filiou-se à ARENA porque quis impor uma condição que Agripino rejeitou peremptoriamente: a exclusão de Pedro Gondim. Depois de muita sondagem, Castelo percebeu que Rui poderia prestar-lhe os mesmos serviços no partido oposicionista, dada sua lealdade ao poder federal[57].

Na compreensão de Rolim[58], a Paraíba talvez tenha sido o único Estado do Nordeste onde o MDB nasceu relativamente forte, devido à presença de uma liderança como Rui Carneiro. Porém, para Cittadino:

> esta afirmativa deve ser relativizada e, longe de representar a possibilidade de uma concreta oposição ao regime ditatorial do Governo Federal, verifica-se, claramente, que o MDB paraibano assumiu uma posição de apoio à política estabelecida pelo Executivo Federal, chegando a referendar diversas medidas adotadas pelo regime militar[59].

Rui Carneiro elegeu-se duas vezes senador pelo MDB, em 1966 e em 1974. Mas não se pode tomar a vitória deste partido para o senado como um exemplo de força oposicionista consistente frente ao Governo Federal, pois, em ambas as eleições, a ARENA foi amplamente vitoriosa para a Câmara Federal e para a Assembleia Legislativa.

---

[56] Sobre a ARENA na Paraíba. Ver. SOBREIRA, Dmitri da Silva Bichara. **Para além do "sim, senhor"**: a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e a ditadura militar na Paraíba (1964-1969). Dissertação (Mestrado em História) – PPGH-UFPB, João Pessoa, 2016.
[57] RAMOS, Severino. **Agripino**. O Mago de Catolé. João Pessoa, A União, 1991, p. 108.
[58] ROLIM, Francisco Sales Cartaxo. **Política nos Currais**. João Pessoa: Acauã, 1979, p. 22.
[59] CITTADINO, Monique. Op. cit. 1999, p. 118.

Mello[60] aponta alguns momentos de resistência do MDB paraibano ao regime militar como o pronunciamento de alguns parlamentares do Partido fazendo leves críticas à falta de democracia, a exemplo do senador Argemiro de Figueiredo e os deputados Osmar de Aquino e Humberto Lucena, a nível federal, e Miranda Freire e Ronaldo Cunha Lima, a nível estadual, no período inicial do regime implantado em 1964.[61] E num momento posterior, após o início da "distensão", críticas mais contundentes, em pronunciamentos do senador Humberto Lucena, dos deputados federais Marcondes Gadelha e Otacílio Queirós e dos deputados estaduais Ruy Gouveia e Bosco Braga Barreto. Contudo, o mesmo admite que a resistência do MDB ajustava-se às regras impostas pelo regime militar. Segundo ele:

> Singularizado pela presença, em sua estrutura, da maioria do antigo pessedismo, o MDB constituía, na Paraíba, uma das mais sólidas seções oposicionistas da Federação Brasileira. Em peso político, somente a ultrapassavam as da Guanabara e Rio Grande do Sul. Mas, enquanto a primeira registrava a excrescência do chaguismo, e a gaúcha, de inspiração Jango-brizolista, via-se atingida por frequentes expurgos, a paraibana consolidava-se sem maiores riscos, pela maneira como mesmo na resistência, ajustava-se às regras do sistema de 64[62].

Durante o governo de João Agripino, ocorreram incipientes tentativas de organização de luta armada na Paraíba, uma organizada pelo Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR) e outra, que ficou conhecida como "Guerrilha de Catolé", na cidade de Catolé do Rocha[63].

Um ano depois do golpe civil-militar, o Comitê Central do PCB realizou uma reunião, na qual a corrente liderada por seu secretário-geral, Luís Carlos Prestes e pelo membro do Comitê Central Giocondo Dias, majoritária no Partido, afirma que a linha política adotada até então estava correta. Gorender relata:

---

[60] MELLO, José Octávio de Arruda. **Da resistência ao poder**: O (P)MDB na Paraíba (1965/1999). Campina Grande: EDUEP, 2010.

[61] Na verdade, na Paraíba, no período que antecedeu o AI-5, em 1968, apenas os estudantes fizeram uma oposição mais acentuada ao regime militar, principalmente após o assassinato do estudante Edson Luís, no restaurante do Calabouço no Rio de Janeiro. Com o pretexto de protestar contra a morte do referido estudante, passeatas e greves foram realizadas em João Pessoa e Campina Grande, as quais foram duramente reprimidas pelo governo de João Agripino. Mas, não se pode negligenciar que a oposição parlamentar tinha realmente pouco espaço para se expressar neste período e após o AI-5 só restou como forma de resistência os focos de luta armada, que foram massacrados pelo regime. Sobre a resistência estudantil na Paraíba, neste período, Ver. RODRIGUES, Cláudio José Lopes. **Alienados e subversivos.** A aventura estudantil (1950-1999). João Pessoa: Ideia, 2000.

[62] MELLO, José Octávio de Arruda. op. cit. 2010, p. 77.

[63] O que se segue é uma versão parcial do seguinte texto: NUNES, Paulo Giovani Antonino. "As experiências de 'luta armada' na Paraíba". In. AVELINO, Nildo; FERNANDES, Telma Dias; MONTOIA, Ana (Orgs.). **Ditaduras**: A desmesura do poder. São Paulo: Intermeios; Brasília: Capes, 2105. (Coleção Contrassensos), p. 29-50.

> A reunião tornou transparente a orientação que pretendia seguir a maioria, capitaneada por Prestes e Giocondo Dias. A linha do Quinto Congresso devia ser salva, sob alegação de que apenas fora mal aplicada. A causa da má aplicação teria sido o 'desvio de esquerda', expressão do jargão comunista que indica superestimação das próprias forças, avaliação exagerada das possibilidades objetivas, ações precipitadas, isolamento das massas, sectarismo e por aí afora. No caso do PCB, o 'desvio de esquerda' se caracterizou supostamente pelo golpismo, conhecido vício da política brasileira[64].

A partir dessa constatação alguns dirigentes passaram a ser acusados de "desvio de esquerda", entre eles, os membros da Comissão de Educação do Partido, Mário Alves, Jacob Gorender e Apolônio de Carvalho e da direção sindical, Jover Teles. Mas de acordo com Gorender, "apesar de acusados de golpismo, nenhum dos indiciados tinha participação na alta política partidária, ao contrário de Prestes e Dias, diretamente envolvidos na manobra golpista de Jango"[65].

Com essas divergências surge nacionalmente uma oposição interna ao Comitê Central do PCB que recebeu o nome de "Corrente Revolucionária", e inicialmente procurava disputar o Partido por dentro. Com o aprofundamento dos conflitos, no ano de 1967, o Comitê Central afasta alguns membros dissidentes de cargos chave na direção do Partido. Afirma Gorender,

> Diante das punições e intervenções arbitrárias aplicadas pelo Comitê Central do PCB em setembro de 1967, articulou-se uma reunião nacional da Corrente Revolucionária em outubro. A reunião teve lugar em Niterói, com a presença de cerca de trinta companheiros. [...] Desta reunião saiu o núcleo de fundadores do PCBR[66].

Os dissidentes do Partido são definitivamente expulsos da legenda no VI Congresso, realizado em dezembro de 1967, "Pelos jornais da grande imprensa, tivemos conhecimento da realização do Congresso e da resolução que expulsava Carlos Marighella, Mário Alves, Manoel Jover Telles, Jacob Gorender, Joaquim Câmara Ferreira, Miguel Batista dos Santos e Apolônio de Carvalho. A resolução foi oficialmente publicada no n. 35 da "Voz Operária", de janeiro de 1968"[67].

Posteriormente, no mês de abril de 1968, num sítio fluminense situado num lugar alto da Serra da Mantiqueira, foi fundado o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR) – mais uma dissidência do PCB – com a presença de vinte cinco pessoas, entre ex-membros do

[64] GORENDER. Jacob. **Combate nas Trevas**: A Esquerda Brasileira, das Ilusões Perdidas à Luta Armada. São Paulo: Ática, 1987, p. 88.
[65] Idem, p. 89.
[66] Idem, p. 101.
[67] Idem, p. 92.

Comitê Central do PCB e delegados de bases partidárias de vários Estados[68], entre os quais um representante da Paraíba, o estudante Rômulo de Araújo Lima.

No estado da Paraíba, um grupo de jovens vinculados ao PCB[69], liderados por Eduardo Ferreira Lima, conhecido como "Batata", aderiu as teses da "Corrente Revolucionária". Em abril de 1967, foi enviado como representante do Grupo, o estudante Rômulo de Araújo Lima, para participar como delegado da Conferência Nacional da Corrente Revolucionária, realizada no Rio de Janeiro, que fundou o PCBR.

Com a volta de Rômulo de Araújo Lima a João Pessoa, foi convocada uma reunião da Corrente Revolucionária nessa cidade, da qual participaram, além do próprio Rômulo, Eduardo Ferreira Lima, Eraldo Fernandes dos Santos e José Emilson Ribeiro, que ali relatou os fatos ocorridos na referida Conferência e em seguida se decidiu pela criação do PCBR na Paraíba.

> Nessa oportunidade, ficou decidido que a partir daquela data, o antigo Grupo da 'CORRENTE REVOLUCIONÁRIA', passaria a desenvolver suas atividades político-partidárias, sob a designação de COMITÊ DE ZONA DE JOÃO PESSOA, em obediência aos Estatutos do novo PCBR. Assim, o CZ de João Pessoa passou a exercer suas atividades político-partidárias, procurando de princípio concentrar uma política, principalmente no meio estudantil e no seio da massa operária camponesa, com objetivo de poder recrutar novos adeptos e, consequentemente, ampliar a Organização e, como consequência dessas atividades, já havia algum tempo depois, perspectivas apreciáveis, para a formação de um Organismo no seio dos estudantes secundários e no setor operário camponês[70].

O PCBR teve uma certa inserção no movimento estudantil e universitário de João Pessoa. Waldir Porfírio da Silva informa:

> No movimento secundarista na cidade de João Pessoa, foram constituídas organizações de base do PCBR no Roger e Liceu. Já no movimento estudantil universitário, apesar de não possuir uma organização de base consolidada, o partido tinha certo poder de intervenção, tendo participado do Congresso Regional da União Nacional dos Estudantes, realizado em setembro de 1968 na cidade de Salvador, Bahia, com a presença dos militantes: Rômulo Araújo, Eric Jenner Rosas, Eraldo Fernandes dos Santos[71].

O PCBR no estado da Paraíba, como a maioria das Organizações da esquerda revolucionária no Brasil, realizou "expropriações" para sua manutenção e para montar a estrutura. As primeiras ações foram os "furtos" do mimeógrafo do Diretório Acadêmico da

[68] Idem, p. 102.
[69] Além do próprio Eduardo Ferreira Lima, o grupo era composto pelos estudantes, Rômulo de Araújo Lima, Eraldo Fernandes dos Santos, Eric Jenner Rosas e José Emilson Ribeiro.
[70] IPM 862, p. 13-14. Arquivo da CEVPM-PB.
[71] SILVA, Waldir Porfírio da. **Ação do PCBR na Paraíba**. Mimeog. João Pessoa: 2013, p. 2.

Faculdade de Medicina, em João Pessoa e outro da Faculdade de Agronomia do Nordeste, na cidade de Areia. Noutra ação, militantes do PCBR levaram os cálices da Catedral de João Pessoa, imaginando que fossem de ouro, com o objetivo de vendê-los para obterem recursos. Depois constatou-se que os cálices não tinham valor comercial.

De acordo com Silva, em março de 1969, um dirigente regional do PCBR veio do Recife a João Pessoa discutir documentos do partido. Na ocasião, colocou para os militantes do PCBR paraibano a necessidade de conseguir recursos, por meio de assaltos a bancos e empresas para manter a infraestrutura da organização e sobrevivência de seus militantes. Diante destes fatos, vários estudos foram feitos buscando definir que estabelecimentos seriam atacados. Depois de se avaliar várias possibilidades decidiu-se por um assalto à Companhia de Cigarros Souza Cruz.

> A ação mais ousada dos militantes do PCBR foi o planejamento de um assalto a Companhia de Cigarros Souza Cruz. Participaram do plano Eduardo Ferreira Lima, Eraldo Fernandes, Emilson Ribeiro, Alberto Magno e Adauto Ferreira. As informações sobre o funcionamento interno da empresa e os horários que os funcionários do Banco da Lavoura de Minas Gerais recolhiam o dinheiro da empresa, foram fornecidas pelo militante Alberto Magno, que trabalhava na Sousa Cruz.
> Enquanto Magno anotava as movimentações internas, Adauto e Emilson fizeram, no final de abril de 1969, o reconhecimento da área externa da Companhia de Cigarros, conhecendo quais as melhores ruas para efetuar a fuga após o assalto e o horário de menor tráfego de automóveis[72].

Para realizar a ação, através do dirigente Ronaldo Dutra Machado, buscou-se o apoio do PCBR de Pernambuco,

> onde foi debatido todo o plano do assalto, o dia e horário marcado, ficando acertado que a direção regional do partido daquele estado contribuiria com a vinda de três militantes, fornecimento de armamento e carros para ajudar ao assalto a Souza Cruz. Quando tratou da questão de quem ficaria com o dinheiro, a proposta de divisão entre o PCBR dos dois estados não foi aceita pelos pernambucanos. Eles queriam ficar com todo o produto do roubo e deixariam as armas, veículos e dinheiro para o pagamento do Aparelho para os militantes da Paraíba.
> Não chegando a nenhuma conclusão, os militantes pernambucanos voltaram para Recife se comprometendo em fazer nova reunião para tentar um entendimento, o que não aconteceu[73].

Diante das divergências com o PCBR de Pernambuco, os paraibanos resolveram agir por conta própria. Marcaram o assalto para o dia 3 de maio de 1969, um sábado, mas a ação terminou sendo abortada com relata Silva:

[72] Idem, p. 4.
[73] Idem, p. 5.

> Eduardo Ferreira conseguira um volks de cor vermelha e o estacionou ao lado do prédio do Tribunal de Justiça. Entregou as chaves a Adauto Trigueiro que buscaria o carro, trocaria as placas e o levaria ao Aparelho da Cidade dos Funcionários.
> Logo que chegou, entraram no carro Eduardo Ferreira e Emilson Ribeiro, e foram pegar Eraldo Fernandes, que os esperava próximo ao Posto Fiscal. Nervosos, verificaram se todos estavam com suas armas e máscaras nos bolsos e, depois, colocaram os óculos escuros, luvas cirúrgicas e chapéus para não serem reconhecidos. Dirigiram o automóvel para o Centro de João Pessoa, estacionando-o próximo a empresa Souza Cruz por volta do meio-dia, que ficava na Praça João Pedro Gonçalves. Espantados, viram a presença de um caminhão sendo descarregado, em frente ao prédio da Souza Cruz, fato que não estava previsto no plano original. Estacionaram o carro próximo a Igreja de São Francisco para trocar ideia sobre o incidente. Depois de 10 minutos de discussão, voltaram ao local da Souza Cruz e não viram mais o caminhão, mas notaram que as portas da empresa estavam fechadas e os trabalhadores estavam indo embora. Diante disso, decidiram adiar o assalto e devolver o volks ao seu proprietário[74].

Depois do fracasso da primeira tentativa, uma nova investida foi organizada, fracassando mais uma vez de forma pitoresca:

> Era preciso, então, buscar um novo automóvel. Para isso, um grupo de militantes do PCBR, formado por Emilson Ribeiro, Eduardo Ferreira e Eraldo Fernandes, dirigiu-se à praia de Tambaú, local preferido dos casais de namorados "motorizados". Escolheram um que estava estacionado no local com seus ocupantes praticando sexo, e anunciaram o assalto. Depois de retirar o casal do carro, pretendiam levá-lo para Campina Grande, onde ficaria escondido até o dia do assalto. Para infelicidade do grupo, o automóvel faltou gasolina e tiveram que abandoná-lo na área circunvizinha de Santa Rita. Quando retornaram com o combustível, o carro já não estava no local, porque a polícia havia localizado e recambiado para João Pessoa[75].

O assalto à empresa Souza Cruz acabou sendo realizado pelo PCBR de Pernambuco, sem a participação dos paraibanos – que já estavam em processo de rompimento com o partido para ingressar na ALN. Os pernambucanos, aproveitando plano traçado pelos paraibanos levaram o dinheiro, enquanto os paraibanos ficaram com o ônus da repressão. Após o assalto – mas sem relação direta com ele – aconteceu a queda de um aparelho da organização localizado na Avenida Olinda no bairro de Tambaú, na cidade de João de Pessoa. A residência pertencia à família de um dos militantes do Partido, Marcos Guilherme de Miranda Batista. A partir da queda do aparelho, vários integrantes do PCBR foram presos e outros tiveram que fugir e passar à clandestinidade.

No aparelho do PCBR os órgãos de repressão apreenderam um acervo de documentos, arquivados por seu líder, Eduardo Ferreira Lima, o "Batata". Rodrigues informa: "Nele se

[74] Idem, p. 5.
[75] Idem, p. 5.

reuniam documentos variados, informações detalhadas como locais, pautas e atas das reuniões, nomes de militantes e simpatizantes, rol de colaborações financeiras, organograma do partido, discriminação das tarefas a serem cumpridas e respectivos executantes"[76].

A partir daí, foram sendo identificados e presos os membros da Organização, que também passaram a prestar informações sobre os demais. Diz Rodrigues, "As confissões dos acusados foram conseguidas pelo uso de intimidações e torturas, como era habitual"[77]. Alguns conseguiram fugir e passaram à clandestinidade, como foi o caso de José Emilson Ribeiro, Eraldo Fernandes, Newton Veloso Pimentel, o "Pistola" e Eduardo Ferreira Lima, que fugiram para o Recife. Estes dois últimos viajaram para o Rio de Janeiro, tendo Eduardo Ferreira Lima, daí seguido para o Chile.

Os integrantes do PCBR na Paraíba responderam inquéritos na Polícia Federal, acusados de várias atividades consideradas subversivas. Com a conclusão do Inquérito, alguns foram absolvidos e outros condenados a variados anos de prisão, pela Justiça Militar:

> Resolve o Conselho Permanente de Justiça do Exército, da Auditoria da 7ª Circunscrição Judiciária Militar, por maioria de votos julgar PROCEDENTE EM PARTE a denúncia de fls. 2 (...) para ABSOLVER por unanimidade de votos aos acusados ERIC JENNER ROSAS, EDUARDO JORGE MARTINS ALVES SOBRINHO e FRANCISCO DE PAULA BARRETO FILHO e por maioria de votos, o acusado JOSÉ MARIA GOMES DA SILVA, e condenar, por unanimidade de votos, os acusados RÔMULO DE ARAÚJO LIMA, a pena de 1 (um) de detenção, como incurso nas penas do art. 39, § único do Decreto-Lei 510/69; ERALDO FERNANDES DOS SANTOS, as penas de 2 (dois) anos de reclusão, como incurso nas penas do art. 37 e de 1 (um) ano e 4 (quarto) meses de reclusão, como incurso nas penas do art. 25 c/c 42, tudo do Decreto-Lei 510/69; EDUARDO FERREIRA LIMA, as penas de 2 (dois) anos de reclusão, com incurso nas penas do art. 37, de 1 (um) ano e 4 (quatro) meses de reclusão, como incurso nas penas do art. 25 c/c 42, de 1 (um) [ilegível] art. 40 e de 1 (um) de [ilegível] do Decreto-Lei 510/69; JOSÉ EMILSON RIBEIRO DA SILVA, as penas de 2 (dois) anos de reclusão, como incurso nas penas do art. 37, de 1 (um) ano e 4 (quatro) meses de reclusão, como incurso nas penas do art. 25 c/c art. 42 e de 1 (um) ano de reclusão, como incurso nas penas do art. 40, todo do Decreto-Lei 510/69; NEWTON VELOSO PIMENTEL, a pena de 2 (dois) de reclusão, como incurso nas penas do art. 37, do Decreto-Lei 510/69; RONALDO DUTRA MACHADO, a pena de 2 (dois) anos de reclusão, como incurso nas penas do art. 37, do Decreto-Lei 510/69; JULIANO HOMEM DE SIQUEIRA, a pena de 3 (três) anos de reclusão, como incurso nas penas do art. 37, do Decreto-Lei 510/69; ANTONIO SOARES DE LIMA FILHO, a pena de 6 (seis) meses de detenção, por desclassificação do art. 39, § único para o art. 38, II, do Decreto-Lei 314/67; MARCOS GUILHERME DE MIRANDO BATISTA, a pena de 2 (dois) anos de reclusão, como incurso nas penas do art. 37, do Decreto-Lei 510/69; ADAUTO TRIGUEIRO BEZERRA, as penas de 2 (dois) anos de

[76] RODRIGUES, Cláudio José Lopes. **Alienados e Subversivos.** A Aventura Estudantil (1950-1999). João Pessoa: Ideia, 2000, p. 290.
[77] Idem, p. 293.

> reclusão, como incurso nas penas do art. 37, do Decreto-Lei 510/69, de 1 (um) ano e 4 (quatro) meses de reclusão, como incurso nas penas do art. 25 c/c art. 42, do Decreto-Lei 510/69; ALBERTO MAGNO GONDIM DE VASCONCELOS, as penas de 2 (dois) anos de reclusão, como incurso no art. 37, de 1 (um) ano e 4 (quatro) meses de reclusão, como incurso no art. 25 c/c art. 42, de 1 (um) ano de reclusão, como incurso no art. 40, tudo do Decreto-Lei 510/69 e 6 (seis) meses de detenção, como incurso no art. 38, II, do Decreto-Lei 314/67; SEVERINO GOMES DA SILVA, a pena de 6 (seis) meses, como incurso nas penas do art. 38, II, do Decreto-Lei 314/67; MÁRIO ALVES, as penas de 2 (dois) anos de reclusão, como incurso nas penas do art. 37, e de 4 (quatro) anos de reclusão, como incurso nas penas do art. 21, tudo do Decreto-Lei 510/69, e por maioria de votos a JOÃO BALTAR, a pena de 2 (dois) anos de reclusão, como incurso nas penas do art. 37, do Decreto-Lei 510/69.
> Lance-se o nome dos acusados no rol de culpados.
> Expeça-se contra os condenados o competente mandado de prisão.
> Sala das Sessões do Conselho Permanente de Justiça do Exército, Auditoria da 7ª Circunscrição Judiciária Militar, Recife, vinte e seis de janeiro de mil novecentos e setenta[78].

Outro movimento com características de "luta armada" desenvolveu-se na cidade de Catolé do Rocha, localizada no sertão da Paraíba a 330,19 quilômetros da capital João Pessoa. Nesta cidade, no início da segunda metade dos anos de 1960 surgiu um importante movimento estudantil secundarista, com base no Colégio Dom Vital. Logo suas principais lideranças passaram a ter contato com o PCB, como relata um dos militantes, Ubiratan Cortez Costa, conhecido como "Bira":

> através de um funcionário do Banco do Brasil, Pereirinha, se não me engano, um menino de Campina Grande, foi que fizemos um contato com o 'partidão' (PCB) de Campinha Grande, senhor Costa. Colega e funcionário do Banco do Brasil, Pereira acompanhava nosso trabalho, ajudava também, falou para a gente que era simpatizante do PCB e que tinha uma forma de fazer um contato com o 'partidão'. Levamos o assunto para a turma e todos mantiveram interesse em fazer um contato, não para se filiar.
> O senhor Costa veio a Catolé, de ônibus, e tivemos um contato muito escondido, fora da cidade, no mato, na fazenda do senhor Pedro Costa. O Sr. Costa voltou, muitas vezes, a Catolé do Rocha e terminou instalando uma célula do PCB, com muitas filiações. Alguns estudantes se filiaram, outros não, porque era opcional, ninguém os obrigava a nada[79].

Posteriormente, algumas lideranças deste grupo, tais como Ariosvaldo Diniz e Ubiratan Costa, entre outros, passaram a cursar o hoje chamado ensino médio em João Pessoa, fizeram contato com o PCBR, e mesmo sem serem orgânicos neste partido, resolvem aderir suas teses

[78] Inquérito da Polícia Federal, p. 679-680. Arquivo da CEVPM-PB.
[79] COSTA, Ubiratan. Cortez. "Combatentes da liberdade: movimento revolucionário estudantil – Catolé do Rocha". In: MELO, Ana Lúcia Gomes de; et all. **Catolé do Rocha em muitas lentes**. João Pessoa: Gráfica JB, 2013, p. 392.

de luta armada. Outro militante do grupo, José de Lima Soares, conhecido como "Intelectual", relata:

> Em Catolé do Rocha, um grupo se formou a partir desse espírito de luta. Queríamos pôr fim à ditadura militar, fazer a revolução, transformar a sociedade e construir o socialismo. O grupo era bastante heterogêneo. Constituído, em sua grande maioria de jovens menores de 18 anos, sem nenhuma experiência política, ou com pouca formação política. O principal representante do grupo era Ariosvaldo da Silva Diniz, Ari, juntamente com Ubiratan, entre outros, começaram a organização da militância em torno da perspectiva revolucionária. Eles tinham a clareza de que a política reformista do velho partidão não serviria como instrumento da transformação social; por isso passaram a integrar o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR)[80].

Com o pretexto de realizar uma caçada este grupo de jovens sobe a Serra do Capim Açu, na cidade de Catolé do Rocha, para discutir política e fazer treinamento guerrilheiro, ficando dois dias no local.

> No primeiro semestre de 1969 – em plena Semana Santa, ocorre a primeira subida à Serra. O número de participantes desta atividade política foi bem mais reduzido que a segunda, que iria ocorrer logo depois, no mês de Julho. [...] procuro citar apenas alguns nomes: o autor destas linhas (José Soares), Joaquim Almeida, José Cidalino Almeida ("Dedé de Cidalino"), Ariosvaldo da Silva Diniz, Rogério Ribeiro, Gildásio Fausto Araújo, Luiz Gonzaga, o bancário, e ex-presidente do Centro Estudantil Catoleense Espedito Vieira Figueiredo (todos alunos ou ex-alunos do D. Vital), Amilton (da AP, Campina Grande), Washington Rocha (dirigente do PCBR, J. Pessoa), Geraldo Magela (de J. Pessoa, que não era militante) e Chico, um parente de Ari, que, salvo engano, residia em Brasília.
> Na primeira subida à Serra do Capim Açu, o fato mais importante foi, sem dúvida, o de tomarmos contato diretamente com a área, o terreno íngreme e acidentado, além do debate sobre a conjuntura política, a tática e a estratégia da revolução brasileira. Washington foi o responsável pelo informe central e, em seguida, participamos da discussão[81].

Após esta experiência, o grupo continuou sua militância política no município, dentro das possibilidades, numa cidade pequena do interior da Paraíba. Soares conta:

> Tentávamos levar uma vida normal, líamos um pouco, estudávamos, participávamos das festas, tomávamos contato com a literatura, os clássicos do marxismo, procurávamos entender a conjuntura, compreender o momento político, participávamos da vida cultural, fazíamos panfletagem e chegamos mesmo até a fazer um jornalzinho intitulado Luta Camponesa, que distribuímos no campo, fizemos contatos com os trabalhadores rurais. Lembro-me de que, em pleno dia de sábado, dia-de-feira, o mercado amanheceu totalmente tomado por pichações com palavras de ordem: "Abaixo

[80] SOARES, José Lima. "História, cultura e memória: resistência e luta do movimento estudantil em Catolé do Rocha (1968-1971)". In: MELO, Ana Lúcia Gomes de et all. Op. cit, p. 355.
[81] Idem, p. 356-357.

> a Ditadura"; "Abaixo o Imperialismo"; "Costa é pior do que bosta"; "Viva Che"; "Viva Cuba"; "Viva a Revolução"; "Viva o socialismo"[82].

No final de julho de 1969, o grupo já ampliado, com dezenove jovens[83] fez uma segunda subida à Serra do Capim Açu, onde ficaram uma semana. Desta vez, além das discussões teóricas, sobre práticas das organizações de esquerda, o grupo realizou treinamento militar de fato:

> Passamos para a fase de treino de combates, armamos alvos para treinar pontaria, efetuamos disparos de rifle 44, revólveres e espingardas de cartucho, tudo com moderação por economia de munição. [...]
> Depois da teoria passamos aos treinamentos com as armas que tínhamos: 1 (um) rifle papo-amarelo de 15 tiros, 2 (dois) revólveres calibre 38,1 (um) espingarda de cartucho-28,1 (uma) pistola LUGER sem balas e 1 (uma) espingarda soca-soca. Este nosso poderio militar arrancava risos[84].

Quanto aos militantes de Catolé do Rocha, todos foram presos no dia 22 de outubro de 1969, mas como a maioria deles era menor de idade, apenas três ficaram presos e responderam processo, sendo condenados.

> Preso o grupo de estudantes surpreendido um a um em distintos pontos da cidade, entregues os menores aos pais, por inimputáveis e imunes por isso a abertura de qualquer processo nos termos da legislação penal, inicia-se na cidade de João Pessoa o Inquérito Policial Militar – IPM. As forças federais da repressão se encarregam da fase de coleta preliminar de provas apenas contra Ariosvaldo da Silva Diniz (Ari), Ubiratan Cortez Costa (Bira) e Francisco Alves Dantas (Cacheado). Concluído o IPM, é encaminhando à Auditoria Militar da 5ª Região, órgão da Justiça Militar competente para processar e julgar os chamados crimes contra a segurança nacional[85].

A denúncia dos procuradores foi formulada nos seguintes termos:

> [...] Durante as férias, em julho do ano de 1969, os acusados Francisco Alves Dantas, "Cacheado", Ariosvaldo da Silva Diniz, "Ari", e Ubiratan Cortez Costa, "Bira", combinaram uma caçada no Morro do Capim Açu, no Catolé do Rocha, na Paraíba, onde conseguiram reunir vários companheiros e ali permaneceram durante cinco dias caçando. Mas, o móvel principal da empreitada, como vieram a compreender os participantes e conforme ficou depois apurado, tinha por finalidade um movimento subversivo, inclusive

---

[82] Idem, p. p. 357.
[83] Num esforço de memória, um dos integrantes do grupo, José Leandro Soares, e outros companheiros, lembraram de parte dos nomes dos dezenove jovens que subiram à Serra do Capim Açu na segunda vez: ele próprio, os irmãos Costa: Ubiraci Cortez Costa, Irapuan Cortez Costa, Ubiratan Cortez Costa; Luiz Gonzaga da Silva (conhecido com Gegê, atual líder dos trabalhadores sem teto em São Paulo e irmão do cantor Chico César), Ariosvaldo da Silva Diniz, Gildásio Fausto Araújo, Rogério Ribeiro de Sá (Zeinha) e seu irmão Carlos Roberto Ribeiro, Santino Rocha, Noel Veras, Manoel Pedro e seu irmão José da Paz, Francisco Alves Dantas (Cacheado) e seu irmão, Flávio Alves Dantas, Ronaldo (de Jeová), João Salustiano Neto e Orivaldo Barreto.
[84] COSTA, Ubiratan. Cortez. Op. cit., p. 398-399.
[85] FERNANDES, José Tarcízio. "Serra do Capim Açu, a guerrilha em preparação". In: MELO, Ana Lúcia Gomes de et al. Op. cit, p. 295.

> guerrilha. [...] que em verdade, constituía um programa de subversão, a que eles próprios denominaram MR3-Movimento Subversivo nº 3[86] – que visava atentar contra a Ordem Pública e o Regime [...] realizaram "desapropriações", ou sejam, furtos de mimeógrafo, máquina de escrever, papel para panfletos e um fuzil privativo das Forças Armadas [...].
> [...] de posse desses objetos, passaram [...] à prática de atos anti-sociais, procurando aliciar pessoas para subversão, com incitação contra a Ordem Pública, à desobediência às Leis, inclusive com treinamento de guerrilha. Incitavam à luta pela violência, provocando a desunião das classes sociais daquela localidade, mantendo, além disso, sob sua guarda arma de fogo privativa das Forças Armadas. Os livros de Guevara encontrados e apreendidos em poder dos acusados juntamente com duas máquinas de escrever, um mimeógrafo, dicionários, um fuzil modelo nacional, tipo 1908 e um revólver Taurus, cal. 38, serviam de orientação para o desenvolvimento do plano criminoso, onde os assuntos eram guerrilha, assalto ao Governo, movimento de Cuba, luta social [...][87].

Os três acusados foram condenados a um ano de prisão, cumprida no Presídio do Roger, em João Pessoa.

Após o mandato de João Agripino, os governadores passaram a ser eleitos de forma indireta até a volta das eleições diretas para o cargo, em 1982[88]. Foram eleitos governadores da Paraíba dessa forma: Ernani Satyro em 1970, Ivan Bichara, em 1974 e Tarcísio Burity, em 1978.

A partir do golpe de 64, acentua-se o processo de modernização do Estado cujas bases haviam sido lançadas no governo Pedro Gondim. Esse processo incluía, por um lado, uma transformação no próprio conteúdo e funções do Estado, no sentido de lhe conferir atribuições anteriormente não existentes. Por outro, o processo de modernização também implicaria uma dinamização da economia local, sobretudo, a partir da política de fomento à industrialização. Essa transformação do caráter do Estado foi iniciada no governo Pedro Gondim, dentro de um projeto político mais amplo de âmbito nacional: a política desenvolvimentista.

Durante o regime militar, o desenvolvimentismo, mesmo que em outros moldes, era considerado como uma das bases fundamentais para a segurança nacional. João Agripino, comungando dos mesmos princípios do Governo Federal, foi o responsável, na Paraíba, por aprofundar e sistematizar o processo de modernização iniciado por Gondim, elemento essencial da política desenvolvimentista. Dentro desta perspectiva, no governo de João Agripino, foram

---

[86] O chamado MR-3, foi um grupo de três militantes, integrantes do grupo geral, mas que impacientes por ação, realizaram por conta própria o "furto" de mimeógrafos, entre outras pequenas ações. Era formado por José Otávio Maia (Zezito), Francisco Alves Dantas (Cacheado) e Rogério Ribeiro Sá (Zeinha).
[87] J. T. Fernandes. João Pessoa: Gráfica JB, 2013, p. 296-297.
[88] O que se segue é uma versão parcial do seguinte texto. NUNES, Paulo Giovani Antonino. **O partido dos trabalhadores e a política na Paraíba**: construção e trajetória do partido no Estado. (Tese de Doutorado). UFPE. Recife: 2003.

criadas a Secretaria de Planejamento, a Secretaria de Administração, a Companhia de Industrialização da Paraíba (CINEP), a Escola de Serviço Público do Estado da Paraíba (ESPEP) e o Conselho Estadual de Educação e Cultura, este presidido pelo então secretário de Educação e Cultura, deputado Nominando Diniz. No governo de Ernani Sátyro, o reaparelhamento do Estado prosseguiu, com a construção do Centro Administrativo.

Esse processo de modernização, implantado pelos governos da ditadura, além de atuar diretamente sobre o aparelho de Estado, ampliando-o e tornando-o mais complexo, também incluiu a dinamização da economia local, que passou a ser objeto preferencial do planejamento e da atuação estatal. Dessa forma, João Agripino procurou dar continuidade, e principalmente ampliar e aprofundar, os projetos de incentivo ao setor industrial feitos no governo Pedro Gondim. Nesse sentido, procurou, através dos incentivos da SUDENE, atrair para a Paraíba diversos grupos industriais do Sudeste, fornecendo-lhes condições favoráveis à sua instalação.

No governo Ivan Bichara, o investimento no setor industrial teve um novo impulso, com a criação de novos distritos industriais. Paralela e subsidiariamente ao incentivo do setor industrial, os governos do período ditatorial passaram a investir em infraestrutura, para garantir o desenvolvimento industrial pretendido[89]. Mas, segundo Cittadino:

> [...] esse processo de modernização se, aparentemente, apresenta dados que sugerem um processo positivo de transformação do estado, ao ser submetido a uma análise mais criteriosa, revela-se como um processo conservador (a chamada modernização conservadora) no qual o aparelho do Estado é apropriado pelas tradicionais elites oligárquicas, e as consequências da modernização imposta apresenta-se positiva unicamente para esses grupos, enquanto faixas mais amplas da população são obrigadas a arcar com os custos do processo, sendo submetidas a uma miserabilização progressiva[90].

Este processo teve consequências negativas mais acentuadas para dois setores da sociedade: o rural, com a expropriação camponesa e o industrial local, com a política de incentivo fiscal, que beneficiava empresas de outros estados que se instalavam aqui. E, finalmente:

> [...] o processo de modernização conservadora do estado, à medida que tornou mais complexo o próprio aparelho de estado, possibilitou às elites políticas e econômicas a sua perpetuação no poder. Esses grupos, dispondo agora de uma máquina estatal mais ampla e complexa e, consequentemente, de um maior número de cargos e empregos de um lado e, do controle de verbas federais, de outro, aprofundaram o processo de privatização do espaço público, reforçando as práticas clientelistas que, em última instância, lhes garantiam o apoio necessário à preservação do poder[91].

[89] CITTADINO, Monique. Op cit. 1999, p. 120 e segs.
[90] Idem, p. 122.
[91] Idem, p. 124.

A candidatura do deputado federal Antônio Mariz, ao governo do Estado da Paraíba em 1978, pela ARENA, foi um desafio ao sistema implantado em 1964, com o golpe político-militar, no Estado, e chegou a ter uma certa repercussão a nível nacional. Esta candidatura foi fruto dos desentendimentos ocorridos a partir do chamado "Acordo de Brasília". Este acordo celebrava a reconciliação política entre os ex-governadores do Estado, João Agripino e Ernani Sátyro, que estavam rompidos dentro da ARENA desde 1974, e procedia-se uma divisão dos cargos em disputa. Pelo acordo, o então governador Ivan Bichara seria lançado ao senado, pela via direta, Ernani Sátyro seria o senador biônico e o deputado federal Antônio Mariz, o governador. Mas este acordo não foi aceito de forma unânime pelos diversos líderes políticos do Partido. Ele deixou de fora figuras do Partido como os senadores Domício Gondim e Milton Cabral, e o deputado federal Wilson Braga. Quanto aos primeiros, alegava-se que não tinham densidade eleitoral. Com relação a Braga, pairava contra ele a acusação de ter-se aliado, juntamente com os deputados federais da Paraíba, Teotônio Neto e Maurício Leite, ao grupo de parlamentares articulador da candidatura do general Silvio Frota à Presidência da República.

O governador Ivan Bichara não aceitou o acordo e começou a trabalhar pela candidatura do senador Milton Cabral para governador do Estado, ao mesmo tempo procurava inviabilizar a candidatura de Mariz. Um relatório tentando relacionar o deputado Antônio Mariz com os políticos cassados pelo regime militar de 1964 foi enviado para o Presidente da República, João Baptista de Figueiredo, pela ARENA da Paraíba. Diz o documento, sobre Mariz:

> Fora de dúvida que o deputado federal Antônio Mariz, pelo seu passado de ativista e pela sua formação marxista [foi secretário geral da UNE] não tem condições para ajustar-se aos ideais revolucionário de 1964, como tem demonstrado nas suas manifestações públicas, na sua atuação no Congresso Nacional, nas suas amizades e nos atos praticados nos cargos que chegou a ocupar.
> Não obstante ter sido poupado pela revolução, até hoje, tem mantido perfeita coerência com o seu passado, jamais tendo qualquer palavra de apoio ao movimento de 1964 ou simpatia à causa revolucionária[92]

Bichara não conseguiu emplacar a candidatura do senador Milton Cabral para governador, junto aos militares, todavia conseguiu vetar a candidatura do deputado federal Antônio Mariz e indicar o seu Secretário de Educação, Tarcísio de Miranda Burity para o cargo de governador, ficando Milton Cabral com a vaga de candidato a senador biônico. Porém, Mariz não aceitou passivamente a sua preterição como candidato da Arena ao governo do Estado, e,

[92] Apud MACHADO, Jório. **Resistência ao Medo**. (História de Uma Eleição Indireta Para Governador). João Pessoa: O Momento, 1978, p. 45.

ao retornar a Paraíba, fez um discurso na Praça João Pessoa, para um grande contingente de pessoas, criticando todo o processo de escolha e o próprio regime.

Mariz ao não aceitar a decisão tomada em Brasília decidiu registrar sua candidatura a governador. Tinha-se dessa forma, duas candidaturas ao governo do Estado da Paraíba, dentro da Arena. Assim, referiu-se um repórter da revista "Isto É" sobre a eleição da Paraíba: "a Paraíba está preparada para assistir [...] à mais agitada de todas as convenções arenistas do país, já que uma vitória de Mariz terá o impacto de um pé-de-cabra forçando a porta do sistema. E talvez disparando o alarme do AI-5"[93].

Na convenção, dos 286 convencionais aptos para votar, compareceram e votaram 281. Tarcísio Burity teve 152 votos e Antônio Mariz 124. Três votaram em branco e dois nulos. Para senador biônico, Milton Cabral derrotou o ex-Governador Ernani Sátyro por 162 votos a 111. Cinco votaram em branco e três nulos.

Após sua derrota, para o governo do Estado, Mariz e outros dissidentes da ARENA, apoiaram Humberto Lucena, do MDB, na eleição direta para o Senado, que derrotou o candidato da ARENA, o ex-Governador Ivan Bichara. Assim, segundo Rolim:

> As causas da derrota da ARENA, na Paraíba, não estão enquadradas no cenário geral que caracterizou as vitórias do MDB em São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná, Rio Grande do Sul ou Minas Gerais. Acham-se aqui mesmo, como decorrência do desfecho da escolha do Governador[94].

Apesar dos dissidentes da ARENA terem contribuído para a derrota do Partido nas eleições para o senado, Mello destaca que os seus membros não tinham o perfil de contestadores do regime e aderiram à dissidência por questões pessoais e de disputas por espaço na política local. Buscando comprovar esta afirmação, afirma que:

> [...] mesmo com a radicalização avançando, esses deputados e os prefeitos que o acompanhavam continuaram, com raras exceções, a frequentar as Secretarias de Estado do Governo – tanto antes quanto depois do afastamento do Governador Bichara – em busca de benesses, como bolsa de estudos, subvenções, auxílios e até nomeações, no festim de despedida do bicharismo[95].

A responsabilidade de imprimir conteúdo programático à dissidência caberá ao deputado Antônio Mariz. Este, além de fazer críticas ao regime no seu discurso em praça

[93] Idem, p. 120.
[94] ROLIM, Francisco Sales Cartaxo. Op. cit., p. 121.
[95] MELLO, José Octávio de Arruda. Dissidência, Protesto e Familismo nas eleições da Paraíba em 1978. In: REGO, Rogério (Org.). **As Eleições Nacionais de 1978** – Estudos, vol. II. Brasília: Ed. Fundação Milton Campos, 1978, p. 294.

pública, ao ter seu nome rejeitado pela ARENA, em outra oportunidade, num discurso na Câmara dos Deputados, teceu críticas mais profundas ao regime militar. Na ocasião, ele atacou a ausência, no processo político nacional, de liberdade e participação, a institucionalização dos senadores biônicos, o abandono do Nordeste, a má distribuição da renda nacional, a função draconiana da lei de greve, os créditos educativos, por comprometerem a gratuidade da educação, e concluiu sua intervenção, defendendo uma reforma constitucional que restituísse a democracia, "como expressão da liberdade em todas as suas formas"[96].

Além do apoio dos dissidentes da ARENA, outros fatores que contribuíram para a vitória do MDB, na eleição para o Senado na Paraíba, foram: o recurso da sublegenda e a estrutura partidária do MDB, pois a Paraíba era um dos poucos estados do Nordeste onde o MDB detinha um significativo número de prefeituras e diretórios municipais na maioria das cidades[97]. Francisco Rolim concluiu, em sua análise das eleições de 1978, na Paraíba, único estado do Nordeste onde a oposição fez um senador, da seguinte forma: "... o que se infere é que a única vitória da oposição nesta parte do Brasil foi alcançada de braços cruzados. O esforço maior – e decisivo – ocorre nos arraiais arenistas"[98].

Quanto às eleições para a Câmara Federal e a Assembleia Legislativa, a ARENA e o MDB mantiveram o mesmo número de cadeiras, houve apenas algumas mudanças de nomes, sem nenhuma significação do ponto de vista político e ideológico.

Contudo, se as eleições de 1978, quanto à estrutura de poder local, não apontaram para uma real transformação, em relação à estrutura político-partidária, representaram um esgotamento do regime político militar, instituído com o golpe de 1964. Pois:

> De um lado, a cisão no interior da ARENA é um indicativo de que as forças políticas, mesmo aquelas vinculadas ao bloco de poder, já não podiam permanecer presas a um espaço político restrito e limitado. Suas divergências internas já extrapolavam os limites da convivência no interior de uma mesma legenda e exigiam a abertura de novos espaços de atuação política. Por outro lado, a maciça presença popular que acompanhou a campanha de Mariz, dando a essa eleição ares de disputa democrática pelo voto do povo, também é ilustrativa da impossibilidade de ainda manter-se a população afastada da vida política nacional[99].

No campo social, neste período de "abertura política*",* há retorno de alguns movimentos, principalmente de conflitos pela terra. Entre os principais, estão os das fazendas

[96] Idem, p. 295.
[97] ROLIM, Francisco Sales Cartaxo. Op. cit., p. 121.
[98] Idem, p. 121.
[99] CITTADINO, Monique. Op. cit., 1999, p. 127.

de Alagamar, Retirada, Mucatú, Coqueirinho, Cachorrinho, Mumbaba e Camucim,[100] e um movimento sindical combativo, influenciado pelos acontecimentos do ABC e pelo trabalho de base da Igreja Católica.

O Estado da Paraíba, como outros estados brasileiros, sofreu um processo concentracionista da terra, que se deu de forma brutal e violenta, com a expulsão de suas terras dos pequenos proprietários e arrendatários. Este processo foi garantido com o golpe militar de 1964, com a desmobilização dos trabalhadores rurais e camponeses após o massacre das Ligas Camponesas. É dentro deste processo acelerado de concentração de terra e do processo de distensão política do regime militar que se dá a luta dos camponeses por sua permanência na terra.

Quanto à questão sindical, quando, no final da década de 1970, começaram a surgir as primeiras oposições sindicais em João Pessoa, todos os sindicatos/associações da cidade se caracterizavam por práticas assistencialistas e pouco mobilizadoras da categoria – com exceção da ADUF/JP, fundada em outubro de 1978 e que já nasceu dentro do campo do sindicalismo combativo – como podemos constatar nesta entrevista de Edvan Silva dirigente sindical, representante da corrente dos "combativos", na Secretaria de Formação da CUT/PB: "[...] então no geral, a maioria dos sindicatos aqui eram tudo ligado ao movimento de direita [...] justamente tudo ligado e a trabalho"[101].

Na conjuntura de 1979, começam a surgir de forma mais concreta as oposições sindicais, que irão combater aquele sindicalismo. O trabalho de base iniciou-se desde 1975, por iniciativa de militantes da Igreja Católica, e intensificou-se com a criação da Pastoral Operária, no ano seguinte. As primeiras entidades nas quais as oposições ligadas ao "novo sindicalismo" ganharam as direções, foram a AMPEP e o Sindicato dos Têxteis.

Na Paraíba, apenas estas duas organizações sindicais urbanas participaram do processo de criação do PT no Estado, no ano de 1980, e, posteriormente da Central Única dos Trabalhadores (CUT), em julho de 1984, além de alguns sindicatos de trabalhadores rurais e membros de oposições sindicais. O Congresso de Fundação da CUT/PB foi realizado no Centro

[100] Para um levantamento minucioso dos conflitos de terra da Paraíba, do final da década de 1970 à segunda metade da década de 1990, ver: MOREIRA, Emília. **Por um pedaço de chão**. João Pessoa: Editora da UFPB, Vol. I e II, 1997. Para uma análise específica do conflito de Alagamar, ver: CANTALICE, Dulce Maria Barbosa. **Capital, estado e conflito** – Questionando Alagamar. João Pessoa: Fiplan, 1985 e GONÇALVES, Maria Cândida Rodrigues. O capitalismo selvagem e o conflito da grande Alagamar. João Pessoa: **Cadernos de Estudos Regionais**, UFPB/NDIHR, 1981.

[101] Apud NUNES, Paulo Giovani Antonino. "O surgimento de uma nova força social: o sindicalismo cutista". **Saeculum**: Revista de História. N. 4/5, dez./jan. 1998/99, João Pessoa: Editora da UFPB, 2000, 295.

de Vivência da Universidade Federal da Paraíba, com a participação de 123 delegados, representando entidades urbanas e rurais.

A Igreja Católica vai ter uma participação importante nestes movimentos, tanto nos conflitos rurais como na organização das oposições sindicais. Ela atua através de vários organismos criados com esta finalidade, como o Centro de Defesa dos Direitos Humanos da Arquidiocese, que foi um dos primeiros do gênero no país, coordenado pelo militante político ligado à luta de resistência ao regime militar, o advogado Vanderley Caixe, que posteriormente, em 1985, candidatou-se a prefeito de João Pessoa pelo PT. E através de organismos de base que objetivavam a reorganização dos movimentos populares, tais como: Ação Católica Rural (ACR), Movimento de Evangelização Rural (MER), no campo; e Pastoral da Juventude, Pastoral Operária, Comunidades Eclesiais de Base, Ação Católica Operária, na zona urbana. A Pastoral Operária foi a principal responsável pela organização das primeiras comemorações do 1º de maio em João Pessoa, durante o regime militar. Inicialmente, de 1976 a 1978, tais comemorações se faziam em ambientes fechados e contando, sobretudo, com participantes dos grupos de trabalhadores organizados pela referida Pastoral em alguns bairros da cidade. A partir de 1979, a Pastoral Operária se articula com oposições, sindicatos mais combativos e movimentos populares para fazer comemorações públicas.

Mas outras entidades, sem vínculo com a Igreja, também se farão presentes na luta pela reorganização dos movimentos sindical e popular, nesta conjuntura de transição do regime militar. Na área universitária, foram sendo reorganizadas as entidades estudantis, o que culminou com a recriação da União Nacional dos Estudantes (UNE), em 1979, em Salvador[102]. Na Paraíba as comemorações dos 10 anos da morte do estudante Edson Luís consistiram num impulso importante. No setor docente, foi criada em 1978 a Associação Docente na UFPB.

Também surgiu neste período o Movimento Feminista pela Anistia (MFPA) da Paraíba, como parte de uma articulação nacional em defesa dos presos e exilados políticos. O referido Movimento, juntamente com a seção paraibana do jornal "O Trabalho", se destacou pela luta de libertação dos presos de Itamaracá, onde se encontravam alguns paraibanos. Em seguida, esse papel foi desempenhado pelo Comitê Brasileiro de Anistia, criado na Paraíba no início de 1979. Ainda em 1979, na esfera da luta pelos direitos da mulher, foi criado o Centro da Mulher de João Pessoa, que, em 1980 passou a se chamar Grupo Feminista Maria Mulher.

[102] Sobre a reorganização do movimento estudantil na Paraíba, no período da transição para democracia, ver: NASCIMENTO, Talita Hanna Cabral. **Do fragmento à reorganização:** movimento estudantil da UFPB (1975-1979). Dissertação (Mestrado em História). PPGH-UFPB. João Pessoa, 2015.

A primeira manifestação política pública, do campo da esquerda, no Estado da Paraíba foi uma procissão organizada com o apoio da Arquidiocese da Paraíba, em 1978, pela libertação do preso político Cajá[103], que contou inclusive com a participação do Arcebispo Dom José Maria Pires.

[103] Edvaldo Nunes da Silva, conhecido como Cajá, era um dos coordenadores das Pastorais no Recife e de forma clandestina, um dos dirigentes do Partido Comunista Revolucionário (PCR). Foi preso no Recife e na prisão passou uns bilhetes dando orientações a militância de seu Partido, esse material foi apreendido pela polícia, expondo assim sua vinculação com o Partido clandestino.

PARTE III
TEXTOS TEMÁTICOS

Capítulo 4 – Violações dos direitos humanos na Paraíba durante a ditadura militar

1 Estrutura de repressão na Paraíba

1.1 Estrutura nacional

As primeiras iniciativas para criação de uma estrutura voltada para a segurança nacional data de 1927 com a institucionalização do Conselho de Defesa Nacional, que passou por alterações em 1934, 1937 e 1946[104]. Neste último ano, passou a ser Conselho de Segurança Nacional e, posteriormente, teve mais uma alteração pelo Decreto-lei nº 348, de 4 de janeiro de 1968.

As bases da segurança nacional estão na lei nº 38, de 4 de abril de 1935, que definia crimes contra a ordem política e social. Essa lei foi sendo alterada ao longo dos anos[105], mas vale destacar que uma das maiores influências foi a Doutrina Truman, idealizada pelo presidente dos Estados Unidos da América Harry S. Truman, no contexto da Guerra Fria, pós-Segunda Guerra Mundial, com uma forte política anticomunista e buscando subordinar a segurança pessoal dos cidadãos aos interesses da segurança nacional[106]. No Brasil, o principal teórico foi o General Golbery do Couto e Silva, e a formação de quadros, militares e civis, sob a ótica da Doutrina da Segurança Nacional, coube a Escola Superior de Guerra (ESG), criada em 20 de agosto de 1949.

O primeiro órgão de serviço secreto, de âmbito nacional, foi instituído em 1946, sob a denominação de Serviço Federal de Informações e Contrainformações (SFICI), que funcionou até 1964 quando foi substituído pelo Serviço Nacional de Informações (SNI).

De acordo com Alves[107], com o golpe civil-militar, uma das primeiras medidas de institucionalização do novo governo foi a criação do Serviço Nacional de Informações (SNI).

---

[104] Para maiores informações ver o relatório final a Comissão Nacional da Verdade, que apresentou pesquisa detalhada sobre a institucionalização e procedimentos da repressão política, com a trajetória dos serviços de inteligência no país. BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. **Relatório**. Brasília: CNV, 2014. Vol. I. Parte II – As estruturas de Estado e as graves violações de direitos humanos. Capítulo 4 - Órgãos e procedimentos da repressão política. p. 111-174.

[105] Lei nº 38, de 4/4/1935; Lei nº 136, de 14/12/1935; Decreto-Lei nº 431, de 18/5/1938; Decreto-Lei nº 4.766, de 1/10/1942; Lei nº 1.802, de 5/1/1953; Decreto-Lei nº 314, de 13/3/1967; Decreto-Lei nº 510, de 20/3/1969; Decreto-Lei nº 898, de 29/9/1969; Lei nº 6.620, de 17/12/1978; Lei nº 7.170, de 14/12/1983.

[106] Ver FERNANDES, Reginaldo J. **Um breviário da Lei de Segurança Nacional** (LSN): do Estado Novo aos primeiros anos do Regime Militar (1930-1969). 2009. Disponível em http://diversitas.fflch.usp.br/files/Um%20breviario%20da%20lei.pdf. Acesso em: 20 jan. 2017.

[107] ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e Oposição no Brasil (1964-1984).** 4 ed. Petrópolis: Vozes, 1989.

Ele foi criado formalmente pelo Decreto-Lei nº 4.341, de 13 de junho de 1964[108], como órgão de assessoramento do Executivo, responsável – não perante ao Congresso Nacional – mas ao Conselho de Segurança Nacional e ao Presidente da República. Este órgão teve como primeiro presidente, seu idealizador, o general Golbery do Couto e Silva, que "dezessete anos depois de tê-lo criado viria a chamá-lo de **monstro**".[109] Segundo Alves[110]:

> A lei determinava explicitamente que o SNI deveria colaborar com o Conselho de Segurança Nacional em "todas as questões afetas à Segurança Nacional". Declarava que seu principal objetivo seria "coletar e analisar informações pertinentes à Segurança Nacional, à contra-informação e à informação sobre questões de subversão interna". Na prática, o SNI tornou-se um poder político de facto quase tão importante quanto o do próprio Executivo.

Para Fico[111], quando se tem contato com o pensamento da comunidade de informações, a primeira reação é o riso. Pois, na produção dos documentos dos órgãos, a preocupação com a força do "inimigo" parece excessiva e o jargão dos militares envolvidos emprestam aos documentos um tom grandiloquente e tecnicista de algum modo incompatível com real dimensão do problema. Por fim, de acordo com o referido autor, o tratamento ideológico é de tal forma precário, que soa como o mais elementar "falseamento da realidade". Mas, Fico alerta que, para além do caráter grotesco[112],

> ao longo dos anos, o Serviço Nacional de Informações (SNI) constituiu-se em fonte bastante profissional de informações para os generais-presidentes, permanecendo quase sempre nos níveis subalternos as avaliações equivocadas, filtradas que eram, naturalmente, pelos escalões superiores e mais habilitados. Desse modo, a comunidade de informações gerou situações muito sérias, com consequências gravíssimas para a sociedade brasileira. É necessário, portanto, compreendê-lo em profundidade, pois o folclore sobre as 'trapalhadas' pode ocultar a verdadeira dimensão do problema.

Em 1970, o governo militar, visando aperfeiçoar o sistema de informações instituiu o Sistema Nacional de Informações (SISNI). Este passou a ser integrado pelo Serviço Nacional de Informações (SNI) – que era o órgão central, e os Sistemas Setoriais de Informações dos Ministérios Civis, Sistemas Setoriais de Informações dos Ministérios Militares, Subsistema de Informações Estratégicas Militares (SUSIEM) e por outros órgãos setoriais.

---

[108] O SNI passou por alterações com os Decretos nº 200, de 25/2/1967, e nº 62.803, de 3/6/1968.
[109] GASPARI, Elio. **A ditadura envergonhada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 153.
[110] ALVES, Maria Helena Moreira. Op. cit. p. 72-73.
[111] FICO, Carlos. **Como eles agiam:** Os subterrâneos da Ditadura Militar. Espionagem e polícia política. Rio de Janeiro: Record, 2001, p. 72.
[112] Idem. p. 74-75.

Os Sistemas Setoriais de Informações dos Ministérios Civis eram constituídos pelos órgãos de informações dos respectivos ministérios e das autarquias, fundações e empresas estatais vinculadas. O órgão central de informações de um ministério civil era a sua Divisão de Segurança e Informações (DSI). Em cada órgão importante de administração pública existia uma Assessoria de Segurança e Informações (ASI), em alguns casos, também chamada de Assessoria Especial de Segurança e Informações (AESI)[113].

Os Sistemas Setoriais de Informações dos Ministérios Militares eram específicos das Forças Armadas: Marinha, Exército e Aeronáutica. No âmbito do sistema da Marinha o principal órgão era o Centro de Informações da Marinha (CENIMAR), criado em 1955 e modernizado em 1971; no Exército, o Centro de Informação do Exército (CIE), criado em 1967; e na Aeronáutica, o Centro de Informações de Segurança Aeronáutica (CISA), criado em 1970. Segundo Fico[114]:

> Os órgãos militares de informações também realizavam operações de segurança, isto é, eram 'executantes', podendo ser caracterizados como 'órgãos mistos', de informações e de segurança. Diferentemente das DSI e, em boa medida, do próprio SNI, o CIE, o CENIMAR e o CISA também patrocinavam 'operações', ou seja, saíam à rua para prender pessoas que seriam interrogadas, sendo conhecidos diversos relatos de presos políticos torturados por agentes desses órgãos.

O Subsistema de Informações Estratégicas Militares (SUSIEM) era responsável por tratar as informações relacionadas às operações militares, sob a coordenação do ministro-chefe do Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA)[115].

Por fim, os outros órgãos setoriais de informações eram assessorias de informações situadas em importantes esferas da administração pública ou em empresas estatais[116].

O papel desempenhado pelo SNI foi fundamental nessa rede tendo em vista que entre as suas atribuições "estava a de estabelecer ligação direta com órgãos federais, estaduais e municipais, com entidades paraestatais e autárquicas, além de poder solicitar a colaboração de entidades privadas"[117]. Também lhe competia a criação e extinção de agências; a requisição de funcionários; a indicação de nomes de oficiais das Forças Armadas; a classificação de documentos por grau de sigilo como "secretos" e "ultrassecretos", dentre outras competências como[118]:

---

[113] Idem. p. 83-84.
[114] Idem. p. 92.
[115] Idem. p. 90.
[116] Idem. p. 93.
[117] BRASIL. CNV. Op. cit. p. 118.
[118] Idem. p. 118.

> estabelecer a ligação com as outras agências, com órgãos cooperadores; processar informes e informações e difundi-los; planejar e implementar os planos de informação e de contrainformação; acionar seus órgãos de busca; instruir e treinar pessoal; arquivar a documentação de modo a permitir consulta rápida e manter seus fichários atualizados. As agências regionais tinham atribuições semelhantes e complementares, já que se reportavam à agência central.

Articulado a esse sistema de informações foi montada uma estrutura organizacional para a repressão política, atuando em rede nacional associando órgãos federais e estaduais, além da existência de apoiadores e financiadores da sociedade civil. Vale ressaltar, a dupla face de alguns órgãos de informação que também atuavam na repressão, a exemplo do Centro de Informações do Exército. Não só o CENIMAR, mas os demais tiveram origem em setores similares já existentes nas forças armadas.

Todavia, oficialmente a coordenação e execução das operações deviam ficar a cargo dos Centros de Operação de Defesa Interna (CODI) e dos Destacamentos de Operações de Informações (DOI). Segundo o Relatório da CNV[119]:

> Em 1970, em cumprimento à Diretriz Presidencial de Segurança Interna, foram criados, pelo Exército brasileiro, os seguintes DOI-CODI: do I Exército, no Rio de Janeiro (então estado da Guanabara); do II Exército, em São Paulo (SP), do IV Exército, em Recife (PE); e do Comando Militar do Planalto, em Brasília (DF). Em 1971, foram criados os DOI-CODI da 5ª. Região Militar, em Curitiba (PR); da 4ª. Divisão de Exército, em Belo Horizonte (MG); da 6ª. Região Militar, em Salvador (BA); da 8ª. Região Militar, em Belém (PA); e da 10ª. Região Militar, em Fortaleza (CE). Em 1974, foi criado o DOI-CODI do III Exército, em Porto Alegre (RS).

Assim, o Estado da Paraíba não teve DOI-CODI, mas fazendo parte da área do IV Exército, seus agentes tanto agiam em solo paraibano como levavam para Recife os suspeitos de contestação ao regime militar para prestarem depoimentos e ou serem torturados. Maura Pires Ramos em seu depoimento à CEVPM-PB[120] apresentou a sua experiência no DOI-CODI:

> Depois que voltei desta viagem, eu soube que tinha ido para o DOI-CODI do então IV Exército do Recife. Chegamos lá à noite e eu me lembro que tinha muita gente chegando também, mas era encapuzada, eu só ouvia as coisas. Eu ouvi quando alguém disse "Não tem mais lugar para essa!". E disse "pronto, agora é a hora! Vão dar fim a mim, porque não tem mais lugar na prisão".
> Então, eu fiquei numa cela, onde vi só uma pessoa, o nome dela era Maria, as pessoas me conheciam, porque eu era Maura do "Pequeno Príncipe". E eu não conhecia as pessoas porque vinham clandestinas de outros estados, mas trabalhavam comigo.

[119] Idem. p. 138-139
[120] Depoimento de Maura Pires Ramos na Audiência da CEVPM-PB realizada no dia 06/08/2013, na UFCG, em Campina Grande com a temática "As Granjas do Terror". Arquivo da CEVPM-PB.

> Eu conheci uma pessoa de Belém do Pará que estava aqui, já tinha passado por Campina, eu dei apoio a ela. Por coincidência nós ficamos juntas. Ficamos no DOI-CODI por 12 dias. O interrogatório era constante, de madrugada, toda hora. Lá, eu não fui mais torturada fisicamente, só psicologicamente com ameaças.
> Uma vez eu tive – que foi uma tortura para mim muito grande – diante das imagens de choque elétrico, ameaças de choques, me obrigaram a assinar um papel em branco, onde eles iriam escrever uma declaração minha. E eu temi muito o que eles iriam escrever nesse papel.

Integrando a estrutura, como forma de operacionalização do aparato repressivo merecem destaque os IPMs – Inquéritos Policial-Militares[121], que se constituíam em comissões especiais de inquéritos instaladas nos mais diversos âmbitos do governo federal (ministérios, órgãos, universidades, empresas estatais). Para Alves[122]:

> Os IPMs constituíam o mecanismo legal para a busca sistemática de segurança absoluta e eliminação do "inimigo interno", como primeiro passo. Uma vez concluído um inquérito, o alegado envolvimento factual da pessoa ou pessoas acusadas era examinado pelo chefe do departamento a que estavam vinculadas. A decisão final pela punição cabia ao presidente, aos governadores de Estados ou aos prefeitos. Uma vez decidida, um decreto estabelecendo a forma especifica de punição deveria ser publicado no Diário Oficial da União ou nos diários oficiais dos Estados ou Municípios.

Na Paraíba vários IPMs foram instaurados, a exemplo: Subversão, Rural, Grupo dos Onze, PORT, Ibiúna, UNE/UBES, PCR, PCBR e Ação Popular, envolvendo grande número de estudantes e militantes de partidos de esquerda. Como afirma Alves, "a simples acusação num IPM bastava para desencadear uma série de perseguições que podiam incluir prisão e tortura".[123]

Compreender a engrenagem do sistema de informação e segurança no Estado da Paraíba, com as cadeias de comando e a rede de investigadores, de analistas, de torturadores, bem como as articulações entre os órgãos públicos e organizações privadas, os apoiadores e financiadores da sociedade civil, não foi tarefa fácil tendo em vista as dificuldades de acesso a fontes.

Este trabalho foi desenvolvido por meio de pesquisa documental centrada nos acervos da Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS-PB), que pertence ao Conselho Estadual de Direitos Humanos e se encontra sob custódia temporária do Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos da Universidade Federal da Paraíba; da Polícia Militar da Paraíba, que se encontra no Memorial do Comando da Polícia Militar; da Secretaria de Segurança Pública, que se

[121] Instituído pelo Decreto-lei nº 53.897, de 27/4/1964.
[122] ALVES, Maria Helena Moreira. Op. cit. p. 69.
[123] Idem. p. 71.

encontra no Arquivo Histórico do Estado da Paraíba; do Serviço Nacional de Informações SNI, cujos documentos a CEVPM-PB recebeu cópia digitalizada, por meio da CNV, e do acesso aos arquivos digitais da Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos da América.

Os documentos consultados estavam com carimbos de "SIGILOSO", "CONFIDENCIAL", "SECRETO", e com os termos: "A Revolução de 64 é irreversível e consolidará a Democracia no Brasil" e "O destinatário é responsável pela manutenção do sigilo deste documento (art. 62 – Dec. N. 60.417/67 Regulamento de Salvaguardas de Assuntos Sigilosos)".

Além da pesquisa documental, os depoimentos das vítimas durante as audiências públicas realizadas pela Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba forneceram elementos importantes para a compreensão do funcionamento da estrutura de repressão. Procurou-se, também, identificar os dirigentes da DOPS-PB para conseguir depoimentos que esclarecessem sobre o funcionamento e a organização desse órgão, que passou por várias alterações na sua denominação. Mas, diante de dificuldades de diversas ordens, conseguiu-se apenas um contato inicial com o ex-Delegado Aldenor Medeiros de Batista[124], que ocupou o cargo por sete anos na década de 1980.

1.2 Estrutura estadual

A criação de estruturas estaduais de repressão política no Brasil tem seu marco no início do século XX, tendo por foco a repressão aos anarquistas, anarcossindicalistas e comunistas. O serviço policial da capital federal foi reorganizado em 1900 e 1907, destacando-se o papel do Corpo de Investigação e Segurança Pública da Polícia Civil[125].

> Mas é apenas através do Decreto n.14.079, de 25 de fevereiro de 1920, durante o governo do presidente Epitácio Pessoa, que foi criada a Inspetoria de Investigações e Segurança Pública. Subordinada a esta, encontramos a secção de Ordem Social e Segurança Pública que funcionaria sob a responsabilidade imediata e a direção exclusiva da referida Inspetoria [...]

[124] Os membros da CEVPM-PB, Waldir Porfírio e Lúcia Guerra realizaram um encontro preliminar com Aldenor de Medeiros, professor do curso de Direito do Centro Universitário de João Pessoa- UNIPE, mas faleceu em 28/1/2016, sem ter ocorrido a gravação de um depoimento.

[125] LUNA, Guanambi Tavares de. O crime político e a criação da DOPS: legislação repressiva e atuação da Polícia Política Brasileira nas primeiras décadas do século XX (1900 – 1938). In: ANPUH. **Anais do XXV Simpósio Nacional de História** – História e Ética. Fortaleza: ANPUH, 2009. Disponível em: http://anais.anpuh.org/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S25.1368.pdf. Acesso em: 05 fev. 2017.

A partir do modelo do Distrito Federal, as delegacias de polícia política nos diversos estados surgiram de forma autônoma. Em São Paulo foi criado o Departamento Estadual de Ordem Política e Social (DEOPS) pela lei nº 2.034, de 30 de dezembro de 1924[126]. Na Paraíba surgiu em 1935, após encontro de chefes de polícia do Nordeste realizado em Recife em setembro daquele ano. Segundo Waldir Porfírio a criação da Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS) foi questionada pelo deputado Anacleto Vitorino, em sessão de 12 de novembro de 1935 da Assembleia Legislativa[127]:

> O deputado proletário tinha razão ao questionar a legalidade da DOPS, porque só em novembro de 1935, após estar em funcionamento desde outubro e com dezenas de prisões de comunistas efetuadas por aquela Delegacia é que a Assembleia Legislativa recebeu um projeto de lei, com a numeração 65, de autoria do líder do governo de Argemiro de Figueiredo, Otávio Amorim, criando a Delegacia de Ordem Política e Social na estrutura da Administração Estadual da Paraíba.

Parte da atuação da DOPS-PB encontra-se registrada no seu acervo[128], com 6.583 fichas cadastrais e 679 conjuntos documentais com prontuários, processos contra cidadãos considerados "subversivos" e documentação administrativa. Esta documentação refere-se, predominantemente, aos anos de 1980, embora se tenha documentos esparsos de décadas anteriores. A pequena quantidade de registros referentes às décadas de 1960 e 1970 induz a existência de expurgos documentais, anteriores ao momento da doação desse acervo ao Conselho Estadual de Direitos Humanos.[129]

---

[126] Informações disponíveis em: http://www.memorialdaresistenciasp.org.br/memorial/Upload/file/institucional/PDFDeops.pdf. Acesso em: 05 fev. 2017.

[127] PORFÍRIO, Waldir. **Bandeiras vermelhas**. A presença dos comunistas na Paraíba (1900-1960). João Pessoa: Textoarte, 2003, p. 66.

[128] Por meio de projeto de lei de autoria do Deputado Estadual Simão Almeida, o governador do Estado da Paraíba em exercício, Cícero Lucena Filho, sancionou a Lei nº 5.450, de 6/9/1991, que garante o acesso ao arquivo do extinto Departamento de Ordem Política e Social (DOPS). Contudo, tal acesso só foi concretizado com a transferência do arquivo, que se encontrava na Secretaria da Segurança Pública do estado, para ficar sob a responsabilidade do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos do Homem e do Cidadão – CEDDHC, atualmente denominado Conselho Estadual de Direitos Humanos – CEDH (criado pela Lei nº 5.551, de 14/1/1992), por meio do Decreto nº 15.237, de 27/4/1993, do governador Ronaldo Cunha Lima.

[129] Sobre essa documentação ver 3 artigos de: FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra. "Documentação e acesso aos arquivos da repressão na Paraíba". In: PESSOA, Ângelo Emílio da Silva; LÔBO, Isamarc Gonçalves; BEZERRA, Josineide da Silva (Orgs.) **História e Sociedade**: Saberes em Diálogo. Campina Grande: EDUFCG, 2014; "Ditadura militar na Paraíba: documentos e memórias". In: DANTAS, Eder; NUNES, Paulo Giovani Antonino; SILVA, Rodrigo Freire de Carvalho e (Orgs.) **Golpe civil-militar e Ditadura na Paraíba**: história, memória e construção da cidadania. João Pessoa: Editora da UFPB, 2014; "Reflexões sobre os registros da repressão: o arquivo DOPS-PB". In: **Anais do XXVII Simpósio Nacional de História**. Conhecimento histórico e diálogo social. Natal, 22 a 26.07.2013. Disponível em: <http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364756101_ARQUIVO_Simposio2013_LuciaGuerra_ST016.pdf>

A denominação desse órgão variava em cada Estado, podendo ser concebida como delegacia ou departamento policial. Na Paraíba, por exemplo, encontramos várias nomenclaturas, que por vezes se sobrepõem na documentação[130]:

- **Delegacia de Ordem Política e Social** – **DOPS**: Referente ao ato de criação desta delegacia na Paraíba, no ano de 1935, e com documentação referente ao período de 1935 até os anos de 1980. Sigla mais usada;
- **Delegacia de Ordem Política, Social e Econômica** – **DOPSE**: Denominação adotada a partir da criação da Secretaria de Segurança Pública do Estado da Paraíba, em 1963. Esta sigla é bastante encontrada nos meios de comunicação durante a década de 1960;
- **Delegacia Especial de Ordem Política, Social e Econômica** – **DEOPSE**: Denominação encontrada nas fichas referente a ocorrências no período de 1968 a 1971;
- **Centro de Informações Policiais e de Segurança** – **CIPS**: Órgão que substitui a DOPS em 1980, mas continua com as mesmas atribuições da DOPS e ligada ao Sistema Nacional de Informação – SNI, com registros até 1987.

Segundo sistematização elaborada por Guanambi Tavares de Luna[131], os assuntos que aparecem na documentação da DOPS-PB referem-se a: Partidos, Organizações e Pessoas Comunistas ou Socialistas; Movimentos de Representação Popular, Esquerdistas; Juventude Teatral de Cruz das Armas – JUTECA; Campanha de Educação Popular – CEPLAR; Associação Paraibana de Imprensa – API; Clero Progressista; Movimento Estudantil (Secundarista e Universitário); Atos de caráter subversivo ou terrorista; Brasileiros fora do País, Estrangeiros em Território Nacional e Lideranças Esquerdistas que poderiam entrar no país; Condenados, foragidos, presos e acusados de crimes.

Apesar da abrangência de motivações e da quantidade de pessoas fichadas na DOPS-PB, nem sempre os registros apresentam dados consistentes. Algumas fichas apresentam apenas o nome, sem outras informações. Outras delas remetem para um prontuário, que não existe nesse conjunto documental. Todavia, o registro confirma a vigilância da DOPS-PB sobre a atuação daquela pessoa. A seguir, alguns exemplos do conteúdo das fichas, conforme verbetes do Catálogo do Arquivo DOPS[132]:

---

[130] Ver: LUNA, Guanambi Tavares de. **A Atuação da Dops Paraibana no Período Militar** (1964-1974). Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de História. CCHLA/UFPB. João Pessoa, 2007.
[131] Idem. p. 54 e segs.
[132] FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra. **Catálogo do Arquivo DOPS-PB**. João Pessoa: Editora do CCTA, 2017. (CD-ROM)

> NÚMERO DE PRONTUÁRIO: 948-972
> DATA DE ABERTURA: s/d
> NOME: Pedro Inácio de Araújo
> OBSERVAÇÕES: Secretário da Liga Camponesa de Sapé, acusado de promover invasões de terras. Encontrava-se preso.
>
> NÚMERO DO PRONTUÁRIO: 1305
> DATA DE ABERTURA: s/d
> NOME: Ezequias Bezerra Rocha
> OBSERVAÇÕES: Preso por ser militante do PCBR, em sua casa foi encontrado materiais subversivos. Foi resgatado pelos amigos de subversão numa Volkswagen branca, na ocasião houve intenso tiroteio entre ambas as partes. Solicitação de captura[133].
>
> NÚMERO DE PRONTUÁRIO: 57
> DATA DE ABERTURA: s/d
> NOME: João Roberto de Souza
> OBSERVAÇÕES: Estudante. Consta "Ver Prontuário"
>
> INSTITUIÇÃO: DOPS
> NÚMERO DE PRONTUÁRIO: 909-1025
> DATA DE ABERTURA: s/d
> NOME: Zita Moreno Marinho
> OBSERVAÇÕES: Estudante integrante da CEPLAR, participava de reuniões na API e da Frente de Mobilização Popular e de comícios esquerdistas e manifestações públicas pró-camponeses, indiciada no IPM da Faculdade de Direito.
>
> NÚMERO DE PRONTUÁRIO: 1206 - 41
> DATA DE ABERTURA: 01/07/1970
> NOME: D. José Maria Pires
> OBSERVAÇÕES: Na cidade de Salgado de S. Félix, reuniu-se com outros padres, realizou visitas residenciais, nas quais inquiriram os moradores sobre o que achavam do atual regime e quais soluções encontravam para os problemas do país.

Esses departamentos/delegacias faziam parte da estrutura das Secretarias de Segurança Pública estaduais, embora nos períodos ditatoriais tenham passado por alterações com a finalidade de promover uma maior colaboração no âmbito nacional. Apesar da importância dos órgãos de polícia política nos regimes ditatoriais, mesmo nos períodos democráticos, essas estruturas foram preservadas. Motta ressalta que [134]

> Como se sabe, a crise do Estado Novo abriu caminho para um processo de redemocratização que aboliu parte das instituições autoritárias e restabeleceu algumas prerrogativas liberal-democráticas. No entanto, não há notícia de que os líderes da democracia renascida tenham cogitado a possibilidade de

[133] Esta versão de que ele foi "resgatados pelos amigos de subversão" é falsa, como se pode ver no capítulo sobre Mortos e Desaparecidos deste Relatório.
[134] MOTTA, Rodrigo Patto Sá. O ofício das sombras In: **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Belo Horizonte v. XLII, n. 1, jun. 2006, p. 59. Disponível em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/acervo/rapm_pdf/O_oficio_das_sombras.PDF>. Acesso em: 20 jan. 2017.

> extinguir os Dops. Os militantes da esquerda certamente desejavam isso e tais setores, vítimas privilegiadas da atividade policial, denunciaram as brutalidades e arbitrariedades sofridas no "território" do aparato repressivo. Mas os novos governantes não se deixaram sensibilizar, inclusive porque, dado o contexto da Guerra Fria, o inimigo comunista parecia mais perigoso que nunca, e o "saber" acumulado pelos homens da polícia política, bem como seus arquivos, tornaram-se particularmente valiosos.

Processo semelhante ocorreu com o fim da ditadura militar em 1985, pois só em 1990 o SNI foi extinto e, mesmo assim, em 1999 foi criado um serviço similar sob a denominação de Agência Brasileira de Inteligência (ABIN).

Durante a ditadura militar, além das Delegacias ou Departamentos Estaduais de Ordem Política e Social (DOPS), funcionavam nos estados em diversos órgãos públicos, e até privados, Divisões de Segurança e Informações (DSI) e Assessorias Especiais de Segurança e Informações (AESI), que se articulavam regional e nacionalmente.

Merece destaque, documento localizado no acervo da Secretaria de Segurança Pública da Paraíba que apresenta as ligações funcionais de informações nos diversos âmbitos, local, regional, nacional e internacional, confirmando a existência de uma ampla rede à serviço da sustentação da ditadura militar, com base na vigilância dos servidores públicos e da população em geral. Conforme Relatório sobre o Serviço de Informações daquela secretaria, de 10 de novembro de 1977, assinado por Antônio Eduardo Duarte de Azevedo, assessor para assuntos de segurança[135], são os integrantes dessa rede:

> 1. Serviço Nacional de Informação (SNI) - Agência de Recife
> 2. 1° Grupamento de Engenharia e Construção (1° GPT e CNST)
> 3. Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal da Paraíba – SR/DPF/PB
> 4. Polícia Militar da Paraíba - PM/2-PMPB
> 5. Capitania dos Portos da Paraíba - CP.PB
> 6. Delegacia Regional do Trabalho (ASI/DRT/PB)
> 7. Universidade Federal da Paraíba (ASI/UFPB)
> 8. Companhia Hidroelétrica de São Francisco (CRS/JP/CHESF)
> 9. Telecomunicações da Paraíba (ASI/TELPA)
> 10. Empresa Brasileira dos Correios e Telégrafos (EBCT)
> 11. Secretarias de Segurança Pública (SSP)
> 12. Ministério das Minas e Energia no Nordeste (DSI/MME/NE)
> 13. Ministério das Minas e Energia do Rio de Janeiro (DSI/RJ)
> 14. Ministério da Saúde (DSI/MS)
> 15. Ministério das Comunicações (DSI/MC)
> 16. Ministério dos Transportes (DSI/MT)
> 17. Secretaria do Planejamento da Presidência da República
> 18. Ministério da Previdência e Assistência Social
> 19. Instituto Nacional de Previdência e Assistência Social - INAMPS
> 20. Ministério da Agricultura

[135] O Relatório encontra-se sob a guarda do Arquivo Histórico do Estado da Paraíba.

21. Ministério do Interior
22. Ministério da Justiça
23. Ministério da Marinha – CENIMAR
24. Ministério da Aeronáutica – II COMAR
25. Banco Nacional de Habitação
26. Banco do Nordeste do Brasil
27. Rede Ferroviária Federal – RFFESA
28. Itaipu Binacional
29. Consulado Geral Americano – RECIFE-PE
30. Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco
31. Fundação Nacional do Índio – FUNAI
32. Assessorias de Segurança e Informação (ASI) vinculadas ao Ministério da Agricultura
    - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – ASI/EMBRAPA
    - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA
    - Companhia Brasileira de Armazenamento – ASI/CIBRAZEM
    - Companhia Brasileira de Alimentos – ASI/COBAL
    - Comissão de Financiamento da Produção – ASI/CFP
    - Banco Nacional de Crédito Cooperativismo – ASI/BNCC
    - Superintendência do Desenvolvimento da Pesca – SUDEPE
    - Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal – IBDF
    - Superintendência Nacional de Abastecimento – SUNAB
    - Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural
33. Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural – FUNRURAL
34. Banco da Amazônia (BASA)

Compondo a estrutura de repressão na Paraíba, destacam-se as Delegacias de Polícia Civil nos diversos munícipios do Estado, dentre outros espaços, tais como:

BAYEUX

16° Regimento de Cavalaria Mecanizado (RCMec)

CAMPINA GRANDE

5ª Companhia de Infantaria Motorizada

Estabelecimento rurais de civis (“Granja do terror”)

JOÃO PESSOA

Delegacia de Ordem Política e Social - DOPS

Delegacia de Investigação e Captura - DIC

Delegacia da Polícia Federal

15° Batalhão de Infantaria Motorizado (Batalhão Vidal de Negreiros)

1° Grupamento de Engenharia e Construção (1° GPT e CNST)

Delegacia da Agricultura

A título de exemplo do funcionamento da estrutura de informação, tem-se a "Operação Juvenal"[136] que foi realizada em função da visita do ex-presidente Juscelino Kubitscheck ao Estado da Paraíba, em 1972.

O relatório dessa Operação apresenta os detalhes de como fizeram para espionar o ex-presidente, durante o período que esteve hospedado no Hotel Tambaú, em João Pessoa. Detalhes como a vinda de agentes do SNI – Agência do Rio de Janeiro à Paraíba, entrada no quarto de JK para instalar "escutas" nos telefones e no cabo do aparelho de TV, infiltração de agentes como funcionários do hotel e cooptação de um empregado do alto escalão e um motorista da comitiva, bem como acompanhamento nas ruas de João Pessoa e vigilância na praia do Poço. As transcrições das escutas telefônicas, que constam no relatório, apresentam apenas contatos do apartamento com a telefonista do hotel solicitando água, café, presunto, queijo.

Os jornais que circulavam à época na cidade não comentaram a estadia de JK, com exceção de uma nota no jornal Correio da Paraíba[137], que registrou discretamente a presença do presidente e destacando a de Adolpho Bloch, diretor da TV Manchete. Os anúncios que lá estavam eram de louvação ao regime militar pela passagem do oitavo aniversário da "revolução de 31 de março".

Foi realizado o levantamento da comitiva, que ocupou cinco apartamentos no período de 29 de março a 2 de abril de 1972 no citado hotel. Era formada por Juscelino e Sarah Kubitscheck; Adolpho e Lucy Bloch; Felix e Wanda Schlesinger; Fernando Cunha Lima, irmão do ex-prefeito de Campina Grande Ronaldo Cunha Lima; Cesar Prates; e o violonista Dilermano Reis. Registraram a ida de JK aos hospitais Prontocor e Samaritano, mas sem detalhes; e à casa de Raymundo Onofre na praia do Poço. Nos dois dias em que a comitiva esteve na casa Raymundo Onofre foram registrados os banhos de mar: "O ALVO permaneceu dentro d'água conversando com seu grupo, ficando afastado da praia cerca de 200 metros aproximadamente, dificultando a vigilância técnica"[138]. Também foram registradas as presenças de Haroldo Coutinho Lucena, Francisco Arnot Carneiro (sic) [poderia ser Antônio Carneiro Arnaud] e o "Dr. Porto, advogado de Campina Grande, cassado".

Com relação ao acolhimento dado à comitiva de JK foi identificado que tiveram à disposição dois carros pertencentes a Raymundo Lira e Haroldo Coutinho Lucena, além disso

[136] Relatório da Operação Juvenal. AC_ACE_45651_72. SNI. Arquivo Nacional. Cópia digitalizada. Arquivo da CEVPM-PB.
[137] Jornal Correio da Paraíba, de 2/4/1972, Coluna "Linhas Cruzadas", com o título "Bloch e a Paraíba". Recorte de jornal, anexo no Relatório da Operação Juvenal. Idem.
[138] Relatório da Operação Juvenal. Idem.

o Relatório afirma "que a permanência do ex-Presidente cassado no Hotel Tambaú, só foi possível devido a interferência do Secretário de Turismo do Estado Sr. Noaldo Dantas, que conseguiu aposentos para a comitiva". Daí, um dos desdobramentos indicados ao final do Relatório é que se apure "se houve participação do governador Ernani Sátyro nas facilidades postas à disposição de JK".[139]

1.3 Assessoria Especial de Segurança e Informações da UFPB

Na Universidade Federal da Paraíba, desde os primeiros momentos do golpe militar, funcionou um Serviço de Segurança e Informações (SSI) que, em 1970, passou por "uma completa reestruturação tendo em vista as instruções da Divisão de Segurança e Informações (DSIEC) do Ministério da Educação e Cultura, e para atender à ampliação de suas atribuições" conforme ofício circular do chefe do SSI/UFPB, Ediláudio Luna de Carvalho.[140] Em 19 de março de 1971, foi aprovado pelo reitor Guilardo Martins Alves[141] o Regimento Interno da Assessoria Especial de Segurança e Informações da UFPB, com as seguintes competências[142]:

> I – No que se refere à Segurança Nacional:
> a) Coletar dados necessários aos estudos e planejamentos relativos à Segurança Nacional, particularmente aos que se referem à mobilização nacional, de conformidade com a orientação recebida da Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Educação e Cultura.
> b) realizar outras missões e tarefas atribuídas pelo Reitor, coerentes com finalidade do órgão.
> II- No que se refere às informações e contra-informações:
> a) Coordenar e supervisionar a execução do Plano Setorial de Informações, consoante com as instruções emanadas da DSIEC e do Reitor da UFPB.
> b) produzir informações:
> - necessárias às decisões do Reitor da UFPB.
> - para atender às determinações contidas no Plano Setorial de Informações (PSI – desmembramento).
> c) encaminhar a DSIEC as informações necessárias, segundo a periodicidade estabelecida no PSI e, em documento especial, aquelas que, pelo Princípio da Oportunidade, devem ser do conhecimento dos clientes principais da DSIEC;
> d) obter informações que caracterizem os antagonismos atuais ou potenciais, existentes na área de influência da Universidade, bem como os grupos de pressão, que os explorem e que possam afetar à execução da Política Ministerial;
> e) estudar e dar parecer sobre assuntos inerentes às atribuições do órgão, quando lhe forem submetidas pelo Reitor da UFPB.

[139] Relatório da Operação Juvenal. Idem.
[140] Ofício nº 3/SSI/UFPB – Circular, de 5/1/1970. Cópia. Arquivo da CEVPM-PB.
[141] Interventor nomeado em 14/4/1964, após a cassação do reitor Mário Moacyr Porto, e exerceu o cargo de reitor até julho de 1971.
[142] Ofício nº 72/AESI/UFPB – Reservado. 23/3/1971. Assinado pelo Chefe da AESI/UFPB Ediláudio Luna de Carvalho. Anexo: Um exemplar do Regimento Interno da AESI. Cópia. Arquivo da CEVPM-PB

> f) executar outras missões referentes à Segurança Nacional e às informações que lhe forem atribuídas pelo Reitor;
> g) acompanhar o desenvolvimento da Política Nacional no seu amplo sentido;
> h) criar uma correta mentalidade de informações, tendo viva a ideia do Desenvolvimento com informações para melhor Decisão;
> i) desenvolver o serviço de contra-informações, nos diversos campos ao seu alcance, tais como: teatro – rádio – cinema – revista – etc.
> j) informar sobre assuntos que transcendem a esfera da Universidade.

Como setor diretamente subordinado ao reitor, o ocupante da chefia devia ser alguém de extrema confiança e comprometido com a Doutrina da Segurança Nacional. Conforme as competências, a sua atuação estava mais relacionada à vigilância da comunidade universitária, ao controle ideológico, à censura e elaboração de informações vitais para a entrada ou saída (expulsão/suspensão) de discentes, docentes e técnicos.

A estrutura da AESI/UFPB contava com uma direção composta pela Chefia (CH/AESI) e Auxiliar (A/AESI); Seção de Segurança e Informações (SSI/AESI); e Seção Administrativa (SA/AESI). Não foram encontrados registros dos servidores lotados na AESI.

Para orientar a atuação das ASI/AESI nas universidades, a Divisão de Segurança e Informação do Ministério da Educação e Cultura elaborou um manual intitulado "Como eles agem"[143], que a AESI/UFPB fez uma reimpressão em 1973. Trata dos meios utilizados pelas "organizações esquerdistas" para conquistar o apoio popular "utilizando-se da propaganda subreptícia, através das letras e artes e, muitas vezes, de meios ilegais com os atos de terrorismo e sabotagem"[144]. Na área da educação, destaca que "Os panfletos realizam uma intoxicação progressiva dos universitários, que os predispõe ao aliciamento subversivo e à agitação estudantil". Com relação ao corpo docente afirma[145]:

> Constantemente tomamos conhecimento de alguns professores que escolhem para suas aulas temas completamente desvinculados da disciplina, provocando distorções, as mais variadas, nos conceitos morais, políticos e sociais ora vigentes no País, além de estabelecerem currículos elaborados por eles próprios e adotarem para uso em classe publicações não recomendadas nem autorizadas pelos órgãos oficiais de ensino.

Na área da cultura alerta para o uso do cinema, do teatro, da música e da imprensa como "poderosas armas ideológicas" a serviço do "comunismo internacional", ou seja, os artistas e grupos procuravam disseminar a "ideologia comunista" sob o "rótulo de Arte". Além das

---

[143] Esta publicação, de circulação restrita aos setores de segurança e informação, em janeiro de 1974 vazou e foi publicada pelo jornal "O Estado de S. Paulo", e inspirou a obra de Carlos Fico. **Como eles agiam**. Os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política. Rio de Janeiro: Record, 2001.
[144] MEC/DSI. **Como eles agem**. João Pessoa: Editora da UFPB, 1973, p. 3.
[145] Idem. p. 8.

questões políticas, ressalta que tanto o cinema como o teatro estão contribuindo para a "dissolução dos bons costumes" abordando temas sobre sexo, pornografia e erotismo. Ou, ainda que[146]:

> Sob o rótulo "Cinema Novo Brasileiro", alguns produtores valem-se de temas regionais para insuflar a luta armada contra o "poder opressor", sugerindo soluções aos problemas existentes em áreas subdesenvolvidas, mostrando a violência policial de uma forma exagerada ou inverídica, gerando assim a animosidade do povo em relação ao poder constituído.

Na área da religião afirma que[147]

> Atualmente, na América Latina, o Movimento Comunista e o Cristianismo entraram em um regime de coexistência e até, em muitos casos, de cooperação. [...] o chavão "a religião é o ópio do povo" já caiu em desuso. Mais seguro e mais usado tem sido a infiltração no clero e nas escolas, facilitando a destruição do regime capitalista, através dos valiosos instrumentos de pregação e educação.

A partir de material distribuído pela União Internacional dos Estudantes (UIE), transcreve o "Calendário enviado pela UIE à direção dos estudantes secundaristas do Brasil – datas de interesse para a programação de agitações"[148], dividido em duas partes, sendo a primeira a programação no meio estudantil, com várias datas de solidariedade, mês a mês, aos estudantes e povos de outros países, a exemplo:

> Janeiro: [...]
> 9 - Dia Internacional de Solidariedade com a luta do povo panamenho para obtenção de sua independência total do imperialismo dos EUA; [...]
> Abril: [...]
> 12 - Dia Internacional de Solidariedade com o povo e os estudantes do Brasil em luta contra a Ditadura Militar;
> 15 - Solidariedade com a luta do povo americano contra a Guerra do Vietnam; [...]
> Maio: [...]
> 18 - Dia de Solidariedade com o povo e os estudantes do Haiti em sua luta contra a Ditadura Duvalier;
> Setembro:
> 17 - Morte do terrorista Carlos Lamarca;
> 22 - Dia nacional de luta contra a Ditadura no Brasil (União Nacional dos Estudantes – UNE); [...]
> Novembro: [...]
> 1 - Dia de Solidariedade com os estudantes da Argélia;
> 21 - Dia Internacional de Solidariedade com a luta dos estudantes e do povo da Venezuela; [...]

[146] Idem. p. 9.
[147] Idem. p. 12-13.
[148] Idem. p. 15-26.

A segunda parte apresenta o "calendário dos principais eventos comunistas", a exemplo:

> Janeiro: [...]
> 1 - Aniversário da Revolução Cubana;
> 3 - Aniversário de Luiz Carlos Prestes; [...]
> Fevereiro: [...]
> 5 - Fundação da Universidade "Patrice Lumumba" (1960 - URSS)
> 15 - Morte do padre guerrilheiro colombiano Camilo Torres (1966)
> Março: [...]
> 5 - Morte de Stalin (URSS)
> 8 - Dia Internacional das Mulheres – Federação Democrática Internacional de Mulheres (FDIM);
> 28 - Morte de Edson Luís de Lima Souto, em distúrbios estudantis na Guanabara (Brasil – 1968); [...]
> Outubro: [...]
> 8 - Morte de Che Guevara (Bolívia – 1967);
> 23 - Prisão e morte de Joaquim Câmara Ferreira ("Toledo ou Velho") (1970 - Brasil); [...]

Este manual exibe inúmeros aspectos baseados na Doutrina da Segurança Nacional e do temor frente às possibilidades de "infiltração comunista nos meios educacionais e culturais". Identifica-se alguns termos a exemplo "terrorista" Carlos Lamarca, que embora informe que a fonte é da UIE, claramente esta expressão foi incluída pelos agentes que elaboraram o manual.

O professor Ediláudio Luna de Carvalho chefiou a AESI nos reitorados de Guilardo Martins Alves (1964-1971) e de Humberto Carneiro da Cunha Nóbrega (1971-1975), com substituições esporádicas[149]. No reitorado seguinte, de Lynaldo Cavalcanti de Albuquerque (13/02/1976-13/02/1980), ele foi substituído. Em entrevista, perguntado sobre o funcionamento da AESI, Lynaldo Cavalcanti de Albuquerque respondeu[150]:

> Quer dizer, ela funcionava muito, a Paraíba foi uma das Assessorias que mais funcionaram, tinha o Ediláudio, nunca mais vi, não sei onde é que ele anda, mas era um aluno de Farmácia e Sargento do Exército que depois foi professor e foi Assessor de Segurança do Reitor Guilardo, e participou daquele processo de afastamento de alunos e de professores, aquela coisa todinha, e continuou com o dr. Humberto, [...] agora eu não, disse logo a Orlando que ia ser meu vice, "Orlando você vai assumir por 3 meses", [...] eu só lhe peço uma coisa afaste o Ediláudio [...], eu quero chegar lá com essa área limpa". Aí ele colocou o general Nogue Villar de Aquino. Era um general da reserva, uma pessoa ligada a uma família ilustre com muito conceito na área militar, inclusive para o lado do general Bandeira, mas se revelou muito compreensivo e me ajudou bastante nessa luta que foi expansão do corpo docente, sem levar muito em conta os antecedentes políticos.

[149] Uma dessas substituições ocorreu em agosto de 1970, ocupando temporariamente seu lugar o Prof. Tarcísio de Miranda Burity, acumulando com o cargo de Chefe de Gabinete do Reitor Guilardo Martins, conforme Ofício Circular, de 13/8/1970. Arquivo Geral da UFPB.

[150] Lynaldo Cavalcanti de Albuquerque. Entrevista para o Projeto História da UFPB/NDIHR, 12/9/1990. Entrevistadores: Cláudio José Lopes Rodrigues, Zélia Cavalcanti de Melo, Rosa Maria Godoy Silveira, Maria das Dores Limeira Santos. In: FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra e FERNANDES, José David Campos (Orgs.). **UFPB 50 Anos.** João Pessoa: Editora da UFPB, 2006, p. 105

As afirmativas do reitor são plenamente comprovadas com a contratação de vários professores perseguidos pela ditadura militar em outros estados, a exemplo do professor Silvio Frank Alem, carioca, que em 1968 foi preso quando participava do 30º Congresso da UNE, na cidade de Ibiúna-SP, e impedido de continuar seus estudos na UFRJ. Apesar da declarada militância de esquerda, foi contratado em 1978[151] para atuar no Departamento de História e no Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional (NDIHR), sendo um dos fundadores da Associação dos Docentes da UFPB (ADUFPB-JP), em 1978, e da Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior (ANDES), em 1981. Outro exemplo ocorreu em 1978, com a contratação para o Departamento de Ciências Sociais da professora Eleonora [Menicucci] de Oliveira Soares[152], militante do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e depois no Partido Operário Comunista (POC). Na clandestinidade desde outubro de 1968, foi presa de 1971 até 1974, pelo DOI-CODI e cumpriu pena no Presídio Tiradentes em São Paulo. Na UFPB participou da ADUF-JP e criou o Grupo Feminista Maria Mulher, com atuação estadual.

Identificar as ações e analisar o funcionamento da SSI/AESI/UFPB foi uma árdua tarefa diante dos poucos documentos (produzidos e recebidos por essa Assessoria) encontrados no Arquivo Geral da UFPB.[153] Contudo, esse quadro não é exclusivo da UFPB, como ressalta Motta[154]:

> O desaparecimento da documentação produzida por essas Assessorias – na verdade, em muitos casos houve destruição proposital – está longe de ser acontecimento fortuito. Aqui a expressão "queima de arquivo" assume seu pleno e literal significado. As Universidades ocupavam lugar fundamental no planejamento estratégico dos militares, por seu papel na formação das futuras elites e dos técnicos necessários à gestão da economia.
> Por isso o regime militar precisava obter a cooperação dos dirigentes universitários, e como as Universidades eram parte da estrutura do Estado havia meios de obter sua anuência. [...] Assim, se os documentos da maioria das AESI sumiram é porque são comprometedores.

A Associação dos Docentes da UFPB (ADUFPB-JP), recém-criada em outubro de 1978, em abril do ano seguinte encaminhou ao reitor o pedido de extinção da AESI, conforme oficio do seu presidente, professor Silvio Frank Alem.

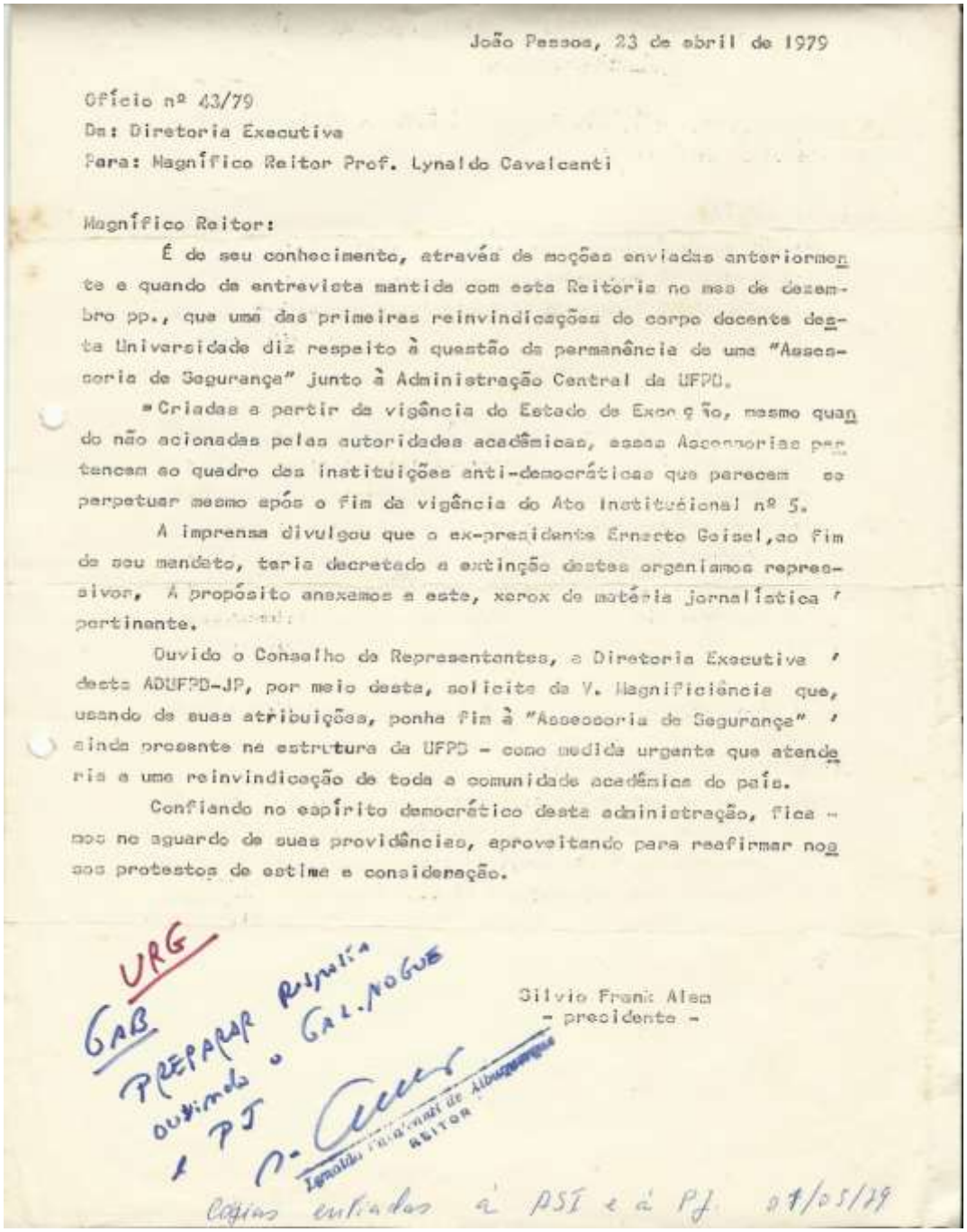
---

[151] Professor na UFPB até 1993, quando faleceu.

[152] Veio ser professora na UFPB usando o nome de casada, sem o Menicucci. Ficou até 1990, quando se transferiu para a UNIFESP. Ministra-chefe da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, nos governos da presidenta Dilma Rousseff (2012-2016).

[153] Além dos documentos encontrados no AG/UFPB, nesta pesquisa contou-se com a documentação digitalizada do Arquivo Nacional e no Arquivo do CCHLA/UFPB. Em todos eles, poucas unidades documentais.

[154] MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Os olhos do regime militar brasileiro nos *campi*. As assessorias de segurança e informações das universidades. In: **Topoi**, v. 9, n. 16, jan.-jun. 2008, p. 33.



João Pessoa, 23 de abril de 1979

Ofício nº 43/79
Da: Diretoria Executiva
Para: Magnífico Reitor Prof. Lynaldo Cavalcanti

Magnífico Reitor:

É do seu conhecimento, através de moções enviadas anteriormente e quando da entrevista mantida com esta Reitoria no mes de dezembro pp., que uma das primeiras reinvindicações do corpo docente desta Universidade diz respeito à questão da permanência de uma "Assessoria de Segurança" junto à Administração Central da UFPB.

Criadas a partir da vigência do Estado de Exceção, mesmo quando não acionadas pelas autoridades acadêmicas, essas Assessorias pertencem ao quadro das instituições anti-democráticas que parecem se perpetuar mesmo após o fim da vigência do Ato Institucional nº 5.

A imprensa divulgou que o ex-presidente Ernesto Geisel, ao fim de seu mandato, teria decretado a extinção destes organismos repressivos. A propósito anexamos a este, xerox de matéria jornalística pertinente.

Ouvido o Conselho de Representantes, a Diretoria Executiva desta ADUFPB-JP, por meio desta, solicita de V. Magnificiência que, usando de suas atribuições, ponha fim à "Assessoria de Segurança" ainda presente na estrutura da UFPB - como medida urgente que atenderia a uma reinvindicação de toda a comunidade acadêmica do país.

Confiando no espírito democrático desta administração, ficamos no aguardo de suas providências, aproveitando para reafirmar nossos protestos de estima e consideração.

Silvio Frank Alem
- presidente -

URG
GAB
PREPARAR RESPOSTA
OUVINDO O GAL. NOGUEIRA
E PJ

Cópias enviadas à ASI e à PJ 07/05/79

Figura 2 – ADUFPB. Ofício 43/79.
Fonte: AESI/UFPB. Cópia digitalizada. Arquivo da CEVPM-PB.

Na Paraíba não se tem registro da existência de assessorias de informações em escolas particulares, mas a preocupação com esse setor também estava presente, conforme ofício do Ten-Cel. Ubirajara Maribondo Vinagre, chefe do SNI, Núcleo de João Pessoa, à direção do Colégio Nossa Senhora das Neves[155]:

> I - A fim de atender ao escalão superior, este Núcleo solicita dessa Unidade de ensino que lhe seja fornecida uma lista completa dos professores que

[155] Ofício Nº 10 – Circular SNI/NAJP, 20/01/1969. Cópia digitalizada no Arquivo da CEVPM-PB.

> integram o corpo docente desta Escola, que seja feita uma análise das atitudes desses mestres em relação aos ideais revolucionários, que possibilite essa diretoria fornecer ao SNI um conceito sintético no seguinte teor: – integrado aos ideais revolucionários; – não integrado.
> II - a) Durante o ano de 1968, uma parcela estudantil teve intensa atuação política, dentro e fora dos educandários e universidades, com o sentido de subverter a ordem constituída;
> b) Esses falsos estudantes contaram com o apoio, muitas vezes, de elementos do corpo docente e da diretoria das escolas e faculdades que permitiram ou se utilizaram da cátedra como tribuna de endoutrinação (sic) antidemocrática;
> c) Tais professores e alunos devem ser relacionados e enviados ao Serviço Nacional de Informações, com os seguintes dados de qualificação:
> 1º Nome completo
> 2º Filiação
> 3º Data de nascimento
> 4º Carteira de reservista (se for o caso)
> 5º Título de eleitor
> 6º Situação econômica (provável)
> 7º Atuação no movimento com a seguinte classificação:
> a) Agitador
> b) Atuante
> c) Simpatizante
> III - As informações acima devem dar entrada no SNI, impreterivelmente até o dia 28 de janeiro, ficando os senhores diretores das unidades de ensino inteiramente responsáveis pelo não cumprimento deste item.

Com nomenclatura similar a Grande Loja Maçônica da Paraíba[156] criou uma "Assessoria Especial de Informática", cujo objetivo era, além de elaborar informações sobre seus sócios, analisar os "aspectos políticos e econômicos da vida paraibana que sejam de interesse da Grande Loja". O professor Ediláudio Luna de Carvalho, que foi indicado para ocupar a chefia dessa "AEI", comandou durante anos o sistema de informação na Universidade Federal da Paraíba. Vale salientar que na data de criação da AEI, 1981, o uso de computadores não era comum, portanto, o sentido de "Informática" era outro. Embora a criação dessa assessoria na Grande Loja Maçônica da Paraíba possa ser considerada tardia, existem registros anteriores do alinhamento da maçonaria com o regime militar. O "Informe 007", de 5 de janeiro de 1971, da CISA[157], com o assunto "Infiltração comunista em Loja Maçônica", apresenta cópia do Ato 3.112, de 9 de novembro de 1970, do Grão-Mestre Geral do Grande Oriente do Brasil, sobre medidas referentes à "eliminação de obreiro em virtude de prática de ideologias contrárias à Ordem ou de sua propaganda sub-reptícia em Lojas":

> Considerando que a Constituição do Grande Oriente do Brasil, promulgada em 21 de abril de 1967, dispõe que constitui delito de lesa maçonaria, punível

[156] Informação no 093/81/ASI/TELPA, de 10 de novembro de 1981, enviada para ASI/TELEBRÁS. Arquivo Nacional. Cópia digitalizada no Arquivo da CEVPM-PB.
[157] Arquivo Nacional. Cópia digitalizada no Arquivo da CEVPM-PB: BR_AN_BSB_VAZ_127A_0054.

> com a eliminação da Ordem, filiar-se um maçom ou de qualquer modo prestar obediência a qualquer organização política ou instituição, cujos princípios e atividades sejam opostos aos que a Maçonaria proclama e defende.

1.4 Ação da Polícia Militar da Paraíba

Alguns aspectos da operação militar no processo de repressão e desarticulação de grupos e movimentos populares de influências esquerdistas nos anos que antecedem o golpe de 1964, mais precisamente de 1960 até abril de 1964, serão aqui abordados tendo como foco o estado da Paraíba[158].

Para tanto, se faz necessário compreender a Polícia Militar no âmbito da Segurança Pública, que ao longo da história do Brasil tem atuado em favor das classes dominantes e na opressão às classes dominadas. São inúmeros os exemplos dessa atuação, tendo em vista que a segurança se constitui em uma das forças do aparelho de Estado, cujo controle está nas mãos das elites políticas e econômicas. Foi assim no período colonial e imperial, na repressão aos indígenas, escravos e homens pobres livres.

Para identificar o *modus operandi* da Polícia na Paraíba, buscou-se pesquisar no Arquivo[159] do Comando Geral da Polícia Militar da Paraíba, que se encontra no Memorial do Comando da Polícia Militar. O coronel Euller Chaves comandante geral da Polícia Militar, em 10 de Setembro de 2013, autorizou o acesso total e irrestrito às informações disponíveis nos arquivos da Polícia Militar da Paraíba referente ao período de 1964 a 1988, tanto no referido memorial como nos arquivos das 1ª, 2ª e 3ª Regiões Integradas de Segurança Pública (REISPs), Batalhão de Polícia Ambiental, BOPE, Radiopatrulha Montada, Batalhão de Polícia de Trânsito, Centro de Educação, Diretoria Geral de Pessoal, Ajudante-Geral e coordenador do EM/2 (setor de inteligência – P/2).

A história da Polícia Militar da Paraíba começou em 1831, com a criação do Corpo de Guardas Municipais Permanentes, que passou por diversos formatos e denominações, até 1947, quando a denominação Polícia Militar se consolidou e foi mantida até os dias de hoje[160]. Uma instituição com quase dois séculos de existência deveria ter um acervo significativo, que

---

[158] Parte desse texto foi publicado sob o título "Polícia militar no pré-golpe e sua mobilização na Paraíba", tendo a autoria dos alunos do Curso de Graduação em História/CCHLA/UFPB Hortêncio Henrique Ferreira de Mello, João Paulo Neto e Vanessa da Silva Costeira e da professora do Departamento de História/CCHLA/UFPB Lúcia de Fátima Guerra Ferreira. In: RECHEMBACH, Fabiana; TOSI, Giuseppe; FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra (Orgs.). **Anais do VIII Seminário Internacional de Direitos Humanos da UFPB**. Ditaduras militares, estado de exceção e resistência democrática na América Latina. João Pessoa: CCTA, 2016. p. 763-792.

[159] Este Arquivo encontra-se em grande parte organizado, sob a coordenação do civil Edson de Almeida Macedo.

[160] Cf. LIMA, João Batista. **A Briosa:** história da Polícia Militar da Paraíba. João Pessoa: A União, 2013.

informasse sobre a sua trajetória. Apesar das nítidas lacunas nas séries documentais, uma delas encontra-se bem preservada – a dos "Boletins"[161]. O Boletim se constitui em documento impresso, mimeografado, de caráter informativo diário, com várias seções: comunicados, transcrições de telegramas e radiogramas, prisões, prontidão, licenças, assuntos gerais e administrativos, entre outras.

Os registros nos Boletins são predominantemente sobre questões administrativas e disciplinares do cotidiano militar, mas também apresentam informações que ajudam a entender melhor o que se passava naquele período.

O período do pré-golpe se caracterizou pela turbulência política e econômica, e também social devido à ocorrência de mobilizações, ora esquerdistas, por parte de estudantes, sindicalistas, artistas e intelectuais, que lutavam e faziam pressão pela implantação de medidas mais populares, entre elas, a reforma agrária; ora lideradas por parte da sociedade mais conservadora, que se esforçava no sentido de coibir as mínimas concessões às camadas populares alegando o perigo de uma possível revolução comunista no Brasil.

Para se ter uma melhor ideia do cenário brasileiro nesta época, faz-se necessário lembrar da utilização do discurso de uma revolução comunista que estava sendo gestada no país. Pertencente às forças políticas da direita brasileira, o discurso da ameaça comunista no Brasil era constantemente pronunciado no sentido de construir um sentimento de medo à população civil. Neste sentido, foi criado um imaginário que relacionava o comunismo como algo próximo do mal ou até mesmo a representação do próprio mal. Ser comunista era, para as classes mais conservadoras, algo pecaminoso, contra a fé e os bons costumes de uma sociedade cristã.

No que se refere ao cenário local paraibano, segundo Nunes[162] a agitação e instabilidade também se fizeram presentes através da mobilização dos trabalhadores, tanto na cidade quanto no campo. Na Paraíba, assim como no âmbito federativo, o período que antecedeu o golpe civil-militar no Brasil foi marcado por diversas mudanças políticas, sociais e econômicas. Em relação a este último setor, tais mudanças foram desencadeadas principalmente por parte da elite, atingindo a classe trabalhadora e mais pobre da sociedade.

O movimento sindical, apesar de certa fragilidade, começava a se articular no intuito de lutar por melhorias para a classe trabalhadora. O movimento estudantil lutava por mudanças na área educacional, mas também estava envolvido nas diversas lutas de base popular. Nesse

[161] A série mais completa é a dos Boletins, cujos exemplares se encontram encadernados.
[162] NUNES, Paulo Giovani Antonino. Golpe civil-militar na Paraíba: repressão e legitimação de parte da sociedade civil no imediato pós-golpe. **Revista Perspectiva Histórica,** vol. 2, no 2, janeiro-junho de 2012, p. 37-62.

período, três movimentos merecem destaque: a Campanha de Educação Popular (CEPLAR), as Ligas Camponesas e o Sindicado dos Operários Têxteis de Rio Tinto.

É em meio a este processo de mobilizações e mudanças que o Estado organiza a sua força policial para garantir o domínio dos latifundiários, das elites em geral e a manutenção da ordem vigente.

No início dos anos de 1960, a Polícia Militar da Paraíba contava com dois batalhões, sendo o 1º, responsável pelo policiamento das regiões do litoral e do brejo; o 2º, responsável pela grande extensão de Campina Grande à Cajazeiras. Em 1961, foi criado o 3º, com sede em Patos para a região do sertão, mas só foi instalado em 1972. A capital do Estado, ora tem um Batalhão Especial, ora integra o 1º Batalhão da Polícia Militar. Além dos Batalhões existiam Companhias e Destacamentos.

Segundo João Batista de Lima, "o advento da Revolução de 1964 ampliou as missões da Polícia Militar, não só no campo da Segurança Interna, mas, sobretudo, no campo da Segurança Pública"[163]. Em 1969 foram criadas as Companhias de Policiamento Ostensivo; em 1970, o Policiamento de Rádio Patrulha, inicialmente com veículos tipo Fusca e Variante e, em seguida, tipo Veraneio, para agilizar a mobilidade policial no grau que se entendia ser urgente e necessário, pois [164]

> ...era comum o emprego de tropas em controle de manifestações políticas. Nessas operações eram empregadas as técnicas de controle de distúrbios civis até hoje adotadas e que eram prescritas em manuais editados em espanhol, que foram trazidos dos Estados Unidos por Oficiais da Corporação que fizeram cursos naquele país no final da década de 1960.

Nas fontes pesquisadas – série Boletim, os registros sobre a movimentação da Polícia Militar e repressão aos movimentos sociais só aparecem a partir de 1962.

Um dos Boletins, de 14 de março de 1962, apresenta uma ordem ao Major Clodoaldo Monteiro da Franca para que este apure os acontecimentos ocorridos na propriedade Corredor, na cidade de Pilar, em que se diziam espancados agricultores, mulheres e crianças pelos administradores do imóvel.[165] O antigo Engenho Corredor, situado às margens do rio Paraíba, pertenceu ao avô do escritor José Lins do Rego, e no período em estudo pertencia a família Vieira de Melo.

No dia 2 de abril de 1962, o líder camponês João Pedro Teixeira foi assassinado na estrada de Café do Vento, entre Sapé e o povoado de Sobrado, a caminho de casa. Os jornais

[163] LIMA, Op. cit., p. 196.
[164] Idem. p. 169.
[165] PARAÍBA. BOLETIM N° 60, de 14/03/1962.

"A União", "O Norte" e "Correio da Paraíba" dedicaram muitas notícias sobre esse fato e a comoção causada entre os camponeses e lideranças políticas. Imediatamente os suspeitos foram identificados, conforme demonstrado no ofício abaixo [166]:

> OFÍCIO N° 334 – Em 10 de abril de 1962 – Sr. Comandante – Apresentando a V.S os soldados dessa Corporação, FRANCISCO PEDRO DA SILVA e ANTONIO ALEXANDRE, torno ciente que, contra os mesmos militares foi decretada prisão preventiva pelo Exmo. Snr. Dr. Juiz de Direito da Comarca de Sapé, em face de serem eles implicados na morte do camponês João Pedro Teixeira, fato ocorrido na referida cidade em princípio do mês corrente. Aproveito a oportunidade para renovar a V.Sª os meus protestos de consideração. (a) FRANCISCO MARIA FILHO - Chefe da Polícia.

No Boletim N° 84, de 11 de abril de 1962, consta uma nota intitulada "Expulsão de Soldados", que trata da ordem de expulsão, de acordo com o art. 34 do Regulamento Disciplinar do Exército, dos soldados da 2ª Companhia, números 646, Antônio Alexandre da Silva, e 2295, Francisco Pedro da Silva, que são identificados como pistoleiros ou criminosos profissionais.

Ainda no mês de abril de 1962, foram encontrados registros de outro crime de camponês, tendo policiais envolvidos, conforme o Boletim N° 91, de 23 de abril de 1962, sob o título "Justiça e Disciplina":

> Pela conclusão das averiguações policiais que mandei proceder pelo Major Rafael Manuel dos Santos, para apurar os fatos relacionados ao crime ocorrido em Areia, do qual resultou a morte do agricultor Valdemar Honório Cordeiro, e em que se acham implicados alguns componentes desta corporação, verifica-se que a natureza do delito apurado não se caracteriza crime da alçada da Justiça Militar nem constitui transgressões disciplinares puníveis na conformidade de todas disposições do Regulamento disciplinar do Exército (R/4), adotado nesta Polícia Militar, configurando-se, em todo o seu aspecto, crime de competência exclusiva da Justiça Civil, pelo que resolvo determinar a remessa do incluso Inquérito Policial Militar (IPM), ao Exmº Doutor Juiz de Direito da Comarca de Areia, para os necessários fins de justiça.

Existem outros documentos que tratam do envolvimento de policiais em crimes, embora pela imprecisão dos registros não se tem condições de identificar quando se tratam de crimes comuns ou políticos.

No período em estudo, ocorriam muitos deslocamentos de militares e, até mesmo de tropas, para diligências. A partir das informações na seção Assuntos Gerais e Administrativos, a respeito de saque de diárias e ajuda de custo, verifica-se o deslocamento de militares em diligência à cidade de Mamanguape, com ordem de pagamento de diárias em alto valor devido

[166] PARAÍBA. BOLETIM N° 84, de 11/04/1962.

à permanência de semanas nesta cidade, em serviço. Também aconteceram deslocamento de militares às cidades de Sapé e Itabaiana.[167]

A atuação da Polícia Militar a serviço dos interesses dos grandes proprietários rurais ora aparece como serviços individuais e, nestes casos, alguns dos policiais foram indiciados em inquéritos, ora também aparecem como ação oficial. O exemplo encontrado foi de uma comunicação do 2° Tenente Reformado Antônio Gomes, Comissário de Polícia do município de Alhandra, que determinou o envio de policiais à Fazenda Abiaí, em Pitimbu-PB, a fim de evitar uma invasão camponesa. Os soldados eram José Marinho de Lima, da 1ª Companhia, e da 2ª Companhia, Américo Hermínio dos Santos, acompanhados do Subtenente da 1ª Companhia Ivo do Vale Diniz.[168]

Em 1963 não foram encontrados registros similares, mas no ano seguinte muitos foram identificados. No dia 15 de janeiro de 1964 ocorreu um enfrentamento entre camponeses e policiais na cidade de Mari-PB, resultando em várias mortes, de ambos os lados. Com relação a este acontecimento, que foi inclusive noticiado na imprensa como a "chacina de Mari", não foram encontrados maiores detalhes nos Boletins. A única referência encontrada é que seguiu em diligência à cidade de Mari um grande número de militares, assim como também em destino às cidades de Guarabira, Sapé e Pedras de Fogo.[169]

O caso de Mari está diretamente ligado às tensões constantes entre camponeses e os latifundiários. Na manhã do dia 15 de janeiro de 1964, alguns camponeses foram impedidos de passar pelo administrador e outro ajudante da fazenda Santo Antônio. No enfrentamento os camponeses desarmaram o administrador e ficaram com a arma dele, que era um revólver Smith & Wesson, de uso restrito das Forças Armadas. A tentativa de retomar a posse da arma foi o estopim para um novo enfrentamento. De um lado a tropa dos que estavam a serviço do latifúndio, com civis e policiais; e, de outro, os camponeses que estavam trabalhando em mutirão.

O resultado desse confronto foi a morte de onze pessoas, sendo quatro funcionários das usinas São João e Santa Helena, três policiais e quatro camponeses.[170] Só após o término do conflito, levando-se os feridos para o hospital e a dispersão de todos, chegou uma tropa vindo de João Pessoa, com 110 homens, sob o comando do coronel Luiz de Barros.

---

[167] PARAÍBA. BOLETIM N° 95, de 27/4/1962, N° 216, de 26/9/1962 e N° 232, de 17/10/1962.
[168] PARAÍBA. BOLETIM N° 230, de 15/10/1962.
[169] PARAÍBA. BOLETIM N° 13, de 17/1/1964.
[170] COELHO, Nelson. **A tragédia de Mari.** João Pessoa: Ideia, 2004, p. 68-71.

Nos meses de fevereiro e março, aumentam os registros que dão conta de um cenário de tensão e expectativa, como se demonstra abaixo[171]:

> Ordem de rigorosa prontidão a partir das 7:30 horas do domingo, até ulterior deliberação, devendo os Comandantes das diversas subunidades mobilizar todo o seu pessoal, inclusive ordenanças e material necessário, para qualquer eventualidade que se torne necessária.

Em transcrição de radiograma proveniente de Guarabira-PB, um coronel da reserva se coloca à disposição para o iminente combate[172]:

> Urgente Sr. Cel Cmt Geral PM J. Pessoa-PB: – Movimento grave situação atravessa nosso Estado, face constante ameaças por parte de elementos comunistas vg ponho-me disposição Governo paraibano fim de combater juntamente nossos companheiros Polícia vg tão indesejáveis ET infelizes agitadores/PT Mesmo na reserva aguardo chamamento governo a minha colaboração Resp. Sds Cel Caetano Júlio.

No dia primeiro de abril de 1964, o Boletim N° 72 informa que, diante dos "graves acontecimentos" registrado no país, a Polícia Militar da Paraíba se encontrava em "rigorosa prontidão" desde às 19:00 horas do dia 31 de março, e assim continuaria "até ordem em contrário". E ainda que[173]:

> Em virtude da gravidade da situação nacional conturbada com os recentes acontecimentos em alguns Estados da Federação, em decorrência de que esta Polícia Militar se encontra em rigorosa prontidão, determino que a partir desta data, todos os militares (Oficiais e Praças) que estejam em gozo da licença especial, férias ou dispensa de serviço, se apresentem às unidades ou serviços a que pertencem, nesta Capital ou em Campina Grande, ficando suspenso o gozo das mesmas até ulterior deliberação.

Já o Boletim N° 86, de 18/4/1964, trouxe o comunicado suspendendo aquela ordem de prontidão devido a "normalização das coisas e o controle da subversão de elementos comunistas". A satisfação pela "vitória alcançada pelas forças democráticas contra a ação nefasta das ideologias esquerdistas" foi reiterada com registros de "aplausos e elogios, os mais honrosos e desvanecedores, às Polícias Militares, notadamente à nossa Corporação, já amplamente conhecida pela sua bravura e destemor, nas mais difíceis e embaraçosas contingências que têm sacudido a Nação".[174]

---

[171] PARAÍBA. BOLETIM N° 47, 29/2/1964.
[172] PARAÍBA. BOLETIM N° 61, 17/3/1964.
[173] PARAÍBA. BOLETIM N° 72, 1/4/1964.
[174] PARAÍBA. BOLETIM N° 87, 20/4/1964.

Ainda no dia 28 do mês de abril, o 2° sargento, adido à 1° Companhia, José Januário da Silva, comunicou que se deslocou de Caaporã até Recife, para recapturar Severino Tavares, o Presidente do Sindicato Rural de Caaporã.[175]

Em meio a tantas informações sobre a ação policial, chama a atenção uma notícia sobre um curso de extensão cultural para oficiais – subtenentes e sargentos, com frequência obrigatória, promovido numa parceria entre o governo do estado e a Universidade Federal da Paraíba. A programação do curso era de 18 a 22 de março de 1964, com cinco palestras, proferidas por professores renomados da UFPB, conforme títulos a seguir[176]:

- Sílvio Pélico Porto: "Importância para a comunidade da presença das autoridades policiais e judiciárias";
- José Rafael de Meneses: "Correção moral do homem e imparcialidade funcional da conduta, fatores importantes do êxito da autoridade";
- Agnelo Amorim: "Definição e interdependência das áreas ou setores policial e judiciário";
- José Pedro Nicodemos: "A autoridade policial diante do crime de ação pública e de ação privada";
- Mário Moacir Porto: "Liberdade de pensamento, de reunião e de associação, nos limites constitucionais e em face das novas dimensões políticas-sociais".

Desses nomes merecem destaque os irmãos Sílvio e Mário Porto, que logo após o golpe militar foram afastados de suas funções e cargos, sendo o primeiro professor universitário e secretário de Estado do Interior, Justiça e Segurança Pública; e o segundo além de professor universitário, era o reitor da UFPB.

No imediato pós-golpe civil-militar, os boletins apresentaram elogios às ações levadas a cabo em alguns municípios no sentido de coibir movimentos de resistência, como demonstra o registro a seguir[177]:

> Este Comando Geral tem imensa satisfação de elogiar o 3° Sgt da 6° Cia. N°1282, José Mota Diniz, conforme solicitação do Cap Inf. do 15° RI, Edmirson Maul de Andrade, por intermédio do Sr. Secretário de Segurança Pública, por ter demonstrado coragem e desprendimento quando sozinho, na qualidade de 1° suplente de Comissário de Polícia de Pombal, proibindo que grupos contrários a revolução de 1° de abril deste ano, realizassem um comício de apoio ao ex-presidente João Goulart, num palanque armado, conseguindo com este gesto fazer aquela cidade voltar a sua calma costumeira.

[175] PARAÍBA. BOLETIM N° 123, 5/6/1964.
[176] PARAÍBA. BOLETIM N° 62, 18/3/1964.
[177] PARAÍBA. BOLETIM N° 112, 22/5/1964.

Nesse momento, ocorreu uma movimentação na cidade de Rio Tinto, com a mobilização de parte dos operários iniciando uma greve e fechando o acesso à cidade. De 1956[178] a 1963, a prefeitura sempre foi controlada pela família Lundgren. Contudo, neste último ano foi eleito prefeito pelo Partido Socialista Brasileiro, o presidente do sindicato dos operários têxteis – Antônio Fernandes de Andrade, conhecido como Bolinha.

Logo nos dias seguintes a esses acontecimentos, a Câmara Municipal de Rio Tinto cassou os mandatos do prefeito e do vice-prefeito, Antônio Fernandes de Andrade e Durval Francisco de Assis, respectivamente, em vista das manifestações públicas que eles haviam ensejado e os atentados contra a segurança nacional.

As arbitrariedades da força policial encontram-se registradas na memória da população, como comprovavam alguns relatos coletados em pesquisas acadêmicas, nas audiências e testemunhos colhidos pela CEVPM-PB. Vale[179] afirma:

> Em Rio Tinto e ademais em regiões de efervescência social, como Sapé, o papel da repressão é exercido pela polícia militar. O coronel Luiz de Barros tem atitudes arbitrárias com desmandos e seu jeito de pôr medo em camponeses e operários: *O negócio dele era chegando e dando pancada né. Era o jeito de assombrar o povo. E ele dava pancada mesmo*, relata Júlio Justino [serralheiro].

Nos primeiros dias de abril, a imprensa divulga e comenta os acontecimentos, como a manchete CAMPONESES E OPERÁRIOS REAGIRAM EM RIO TINTO (Jornal Correio da Paraíba, 03/04/1964), abordando a articulação entre os camponeses e os operários, na tentativa de resistência ao golpe, citado por Vale[180]:

> No sentido de sufocar o movimento, fazendo a calma voltar aquele centro fabril do Estado. Imediatamente o comandante do policiamento [coronel Luiz de Barros] de Sapé e de Mari deslocou-se com forte contingente de soldados para aquela cidade, onde após escaramuças com manifestantes, conseguiu reestabelecer a ordem.

Em junho o Boletim N° 136/1964 transcreve um relato sobre os acontecimentos de 1° de abril de 1964 nas cidades de Rio Tinto e Mamanguape, de autoria do Diretor-Presidente da Companhia de Tecidos Rio Tinto, Hélio Albuquerque Filho[181]:

---

[178] Rio Tinto era distrito do município de Mamanguape, tendo sua emancipação em 1956.
[179] VALE, Eltern Campina. **Tecendo Fios, Fazendo História**: A Atuação Operária na Cidade-Fábrica Rio Tinto (Paraíba, 1959-1964). Dissertação (Mestrado em História). Centro de Humanidades. Universidade Federal do Ceará. Fortaleza (CE), 2008, p. 189.
[180] Idem. p. 192.
[181] PARAIBA. BOLETIM N° 136, 22/6/1964.

> Tive ensejo, assim de presenciar aos acontecimentos ocorridos na madrugada do dia 1° daquele mês e que se prolongaram até cerca de 11 e ou 12 horas da manhã, acontecimentos perigosamente estimulados pelo sindicato local, mais elementos extremistas de esquerda que desejavam convulsionar o município. É meu dever destacar, louvando como o faço, a conduta serena e firme do Comissário de Polícia local, Sub. Ten. do PCS-I adido à 1ª Cia Alcides Barbosa da Silva. Esse Sub. Oficial logo às primeiras horas da manhã, caracterizada a febril excitação do Sindicato sobre o operariado, procurou-me pondo-se às minhas ordens e cumprindo-as com oportunidade.
> Destaco, aqui que foi graças à mensagem por ele transmitida pelo telégrafo de Mamanguape para João Pessoa, dado que a cidade de Rio Tinto se encontrava bloqueada, mensagem lhe dada por mim e para ser transmitida em meu nome, que, em tempo útil chegou a Rio Tinto elementos da Polícia Militar, sob o Comando do Ten-Cel Luiz de Barros, pondo fim a crescente efervescência do operariado.

Após o golpe em 31 de março de 1964, as 2ªs Seções das Polícias Militares – a conhecida P2, que já funcionavam como serviços de informações, passaram a desempenhar um papel fundamental na investigação e repressão política.

A exemplo, em Campina Grande, o acompanhamento e registro das atividades de pessoas e movimentos estão comprovados nos informes e recortes de jornais, principalmente da década de 1980, sobre greves, ocupações de terrenos, conflito com posseiros, sindicalistas, partidos políticos, "Mão Branca", ação da Polícia para dissolver manifestações pró-Diretas em 1988, entre outros assuntos.

Com relação a "Mão Branca", tratou-se de um grupo de extermínio com atuação na Paraíba, com ênfase na cidade de Campina Grande, no período de 1980-1982, com forte inserção na mídia, pois chegaram a divulgar no jornal Diário da Borborema uma lista 115 nomes de pessoas que seriam mortas. Eram pessoas que cumpriam pena ou estavam em liberdade, seus familiares e amigos; membros da polícia; e integrantes da Comissão Diocesana de Justiça e Paz, que atuavam na defesa dos direitos humanos[182].

> As primeiras investigações, promovidas a partir de denúncias de parentes das vítimas e conduzidas pela Comissão Diocesana de Justiça e Paz (que resultaram em um relatório jurídico e jornalístico), apontaram para a existência de um grupo de extermínio, formado nos quadros da polícia campinense, atuando nos interstícios da lei através da prática do justiçamento privado. Tal constatação não chegou a ser grande surpresa, uma vez que a ação dos chamados esquadrões da morte, compostos quase que exclusivamente por policiais, já estava disseminada por todo o país, e que a existência destes grupos extra-oficiais, organizados para matar, era conhecida pela maior parte da população brasileira.

[182] SOUTO, Carlos Magno dos Santos. **A Mão que mata**: considerações sobre o grupo de extermínio Mão Branca na cidade de Campina Grande – PB (1980 – 1982). In: **Anais do XXVII Simpósio Nacional de História**. Conhecimento histórico e diálogo social. Natal, 22 a 26.07.2013. Disponível em: http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364620536_ARQUIVO_TEXTOANPUH2.pdf. p. 2.

Esse grupo era similar ao "Esquadrão da Morte", que atuava na região da baixada fluminense, no Rio de Janeiro, sendo que este além do foco em crimes comuns também perseguia os considerados criminosos políticos.

Outro registro característico da ação de vigilância continuada é o prontuário político. Dentre os vários prontuários conservados no arquivo da P2 do II Batalhão da Polícia Militar[183], em Campina Grande, elencamos alguns, com múltiplos registros:

- Dom Helder Câmara, Arcebispo de Olinda e Recife (1971, 80)
- Dom José Maria Pires, Arcebispo da Paraíba (1966, 67, 68, 80, 81)
- Dom Manoel Pereira da Costa, Bispo de Campina Grande (1981)
- Eduardo Jorge Martins Alves Sobrinho, estudante em João Pessoa (1966, 69, 70)
- Epitácio Martins de Sá Filho, estudante (1968, 69)
- Eric Jenner Rosas, estudante em João Pessoa (1969, 70)
- Genival Saraiva de França[184], padre em Campina Grande (1981)
- Germana Correia Lima, estudante em Campina Grande (1967, 68, 69)
- Heloísio Jerônimo Leite, estudante (1964, 66, 67, 68, 69)
- João Agripino de Vasconcelos Maia, governador (1966, 67, 68)
- José Fidelis, padre em Campina Grande (1968, 69)
- José Pereira dos Santos, Peba, sindicalista e militante do PCB (1957, 62, 63, 64, 65)
- Langstein de Amorim e Almeida, advogado e deputado estadual (1962, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70)
- Lenilda do Nascimento Melo, estudante (1964, 80)
- Maria de Lourdes Guimarães Meira, estudante em João Pessoa (1967, 68, 69)
- Maria do Socorro Moraes Fragoso, estudante em João Pessoa (1965, 68, 69)

O funcionamento de uma rede tão ampla, quanto complexa, por vezes gerava algum conflito de autoridade e competências. Em documento enviado à Agência Central do SNI, pela Agência Regional do Recife, que incluía os estados de Alagoas, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte, em 1982, informava-se os "fatores que afetam a eficiência dos órgãos federais e estaduais responsáveis pela segurança pública e segurança interna". Embora afirme que "não existem dificuldades de relacionamento" entre os órgãos federais e estaduais nos quatro estados,

[183] Cópia digitalizada no Arquivo da CEVPM-PB.
[184] Atualmente, é Bispo-emérito da Diocese de Palmares, presidente do Regional Nordeste-2 da CNBB e foi Administrador Diocesano da Arquidiocese da Paraíba (2016-2017).

no que tange as dificuldades de relacionamento entre as polícias civis e militares estaduais, a Paraíba se destaca[185]:

> 1. As dificuldades existentes são originadas pela duplicidade de comando, no que concerne as atividades operacionais de manutenção da ordem pública.
> Como exemplo, destaca-se a morosidade da atuação por parte da Polícia Militar, por ocasião das manifestações de rua em João Pessoa/PB, ocorridas no dia 13 JAN 82, que culminaram com a danificação de vários ônibus e lesões corporais em passageiros. Na ocasião, a ordem emanada pelo Secretário da Segurança Pública não foi cumprida em tempo oportuno, pelo Oficial de Operações da PM/PB, por motivo do mesmo depender de autorização proveniente do Comandante do 1º. Batalhão da PM, que, ao ser acionado, declarou estar aguardando ordens do Comandante Geral da PM.
> Em consequência disso, houve um atraso de 01:30 hora no deslocamento da tropa de choque para o local das manifestações.
> 2. No interior de Estado, Comandantes de Batalhões negam-se a cumprir determinações dos Superintendentes Regionais de Polícia Civil, gerando com isso sérios desentendimentos e prejuízos para as comunidades.
> Por ocasião de uma inspeção realizada em ITAPORANGA/PB, o Secretário da Segurança Pública, Ten Ce1 R/1 GERALDO DE AMORIM NAVARRO, marcou visita a uma unidade da PM, existente nessa cidade, sendo recebido pelo seu Comandante à paisana e de sandálias. O Ten Ce1 R/1 NAVARRO retirou-se, imediatamente, do local.
> O fato foi comunicado ao Comandante Geral da PM, não tendo havido, no entanto, punição para o aludido oficial.
> Em decorrência de tais deficiências, a SSP/PB enviou à PM/PB no dia 26 JUN 81, um ofício contendo diretrizes para Plano Estadua1 de Policiamento sem, contudo, até a presente data, ter recebido resposta.
> Há, entre oficiais mais antigos daquela Corporação, opinião formada de que a PM não deve ser subordinada à SSP. Uma das consequências de tal situação é que autoridades policiais-militares apreendem armas e não as recolhem ao setor competente da SSP.

No limite do período em estudo (art. 8º. do ADTC – 1946/1988), em 1987 encontramos um registro sobre assaltos a bancos nos estados de Pernambuco, Paraíba e Alagoas, nos seguintes termos[186]:

> [...] 2. O problema está tomando proporções preocupantes, não somente a nível estadual como a nível nacional, pois frequentemente assaltos dos mais ousados são postos em prática, um total desafio às autoridades policiais do País. (Z7)
> [...]
> 6. Entretanto, nenhuma pista dos autores do assalto foi ainda encontrada.
> 7. O Comandante da POLÍCIA MILITAR DA PARAÍBA, Coronel de Exército MARDEN Costa acredita que um grupo de extremistas políticos pode estar por trás dos mais lucrativos assaltos já ocorridos em JOÃO PESSOA/PB, o da NORVIP e o da Agência do Banco Itaú.
> Embora não disponha de indícios seguros, o Cel. MARDEN é de opinião que os ladrões podem integrar grupo de extrema esquerda.

[185] ARE_ACE_3317_82, 30/04/1982, p. 2-3. SNI. Arquivo Nacional. Cópia digitalizada. Arquivo da CEVPM-PB.
[186] ARE_ACE_7906_87, 16/10/1987. SNI. Arquivo Nacional. Cópia digitalizada. Arquivo da CEVPM-PB.

> "Não há dúvida de que há uma organização por trás disso e a hipótese de que tenha natureza político-ideológica não é descartável. O comportamento dos ladrões lembra o de grupo de esquerda".

O Secretário da Segurança Pública de Alagoas, Antônio Aleixo, apresenta a mesma opinião quanto a assalto naquele estado tendo em vista os grupos armados e treinados, o que "leva a pensar que não se trata de assalto comum, e sim, de um ataque resultante de uma Organização que pretende desestruturar, exatamente, a política de combate a violência desencadeada em todo o País" sendo, portanto, "uma ação de terrorismo, pois os marginais além de portarem armas de grosso calibre, principalmente metralhadoras, demonstraram muita agilidade ao enfrentarem os policiais em violento tiroteio".[187]

1.5 A vigilância norte-americana

A participação americana no golpe de 1964 no Brasil já conta com vários estudos, entre eles os de Carlos Fico e Elio Gaspari[188], que destacam o papel desempenhado pelo Departamento de Estado, a embaixada e os consulados por meio de um amplo serviço de informações. As ações do governo de John F. Kennedy e seu embaixador Lincoln Gordon resultaram na Operação Brother Sam (1964) comprovando a mudança no *modus operandi*, ou seja, aliando os acordos de ajuda humanitária (Aliança para o Progresso - 1961/1971) e assessoria à educação (MEC-USAID[189]), com o uso da força militar, com o deslocamento da força tarefa naval para o litoral brasileiro, integrando um Plano de Contingência mais amplo[190].

Um aerograma datado de 2 de junho de 1964, sob o título "Political Prisoners in Paraíba"[191] (Prisioneiros políticos na Paraíba), referente à Agência do Recife, foi enviado para o Departamento de Estado dos Estados Unidos, assinado pelo Diretor Adjunto Richard A. Godfrey, em nome do Ministro Consul Geral, com o seguinte teor[192]:

> The following persons, apparently all from Paraiba and held in Joao Pessoa, have been formally placed in "preventive custody" by the Seventh Military

---

[187] Idem.
[188] FICO, Carlos. O grande irmão: da Operação Brother Sam aos anos de chumbo. O governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008; GASPARI, Elio. A Ditadura Envergonhada. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
[189] United States Agency for International Development.
[190] FICO, Carlos. Op. cit. p. 87
[191] National Archives and Records Administration. Disponível em:<https://repository.library. brown.edu/studio/ collections/id_644/?q=Para%C3%ADba> Acesso em: 07 fev 2017.
[192] Tradução livre: As seguintes pessoas, aparentemente todas da Paraíba e detidas em João Pessoa, foram formalmente colocadas em "custódia preventiva" pelas autoridades da Sétima Região Militar. Os membros do Partido Comunista, e aqueles que se acredita serem membros, são marcados com um asterisco (*)

Region authorities. Communist Party Members, and those believed to be members, are marked with an asterisk (*).

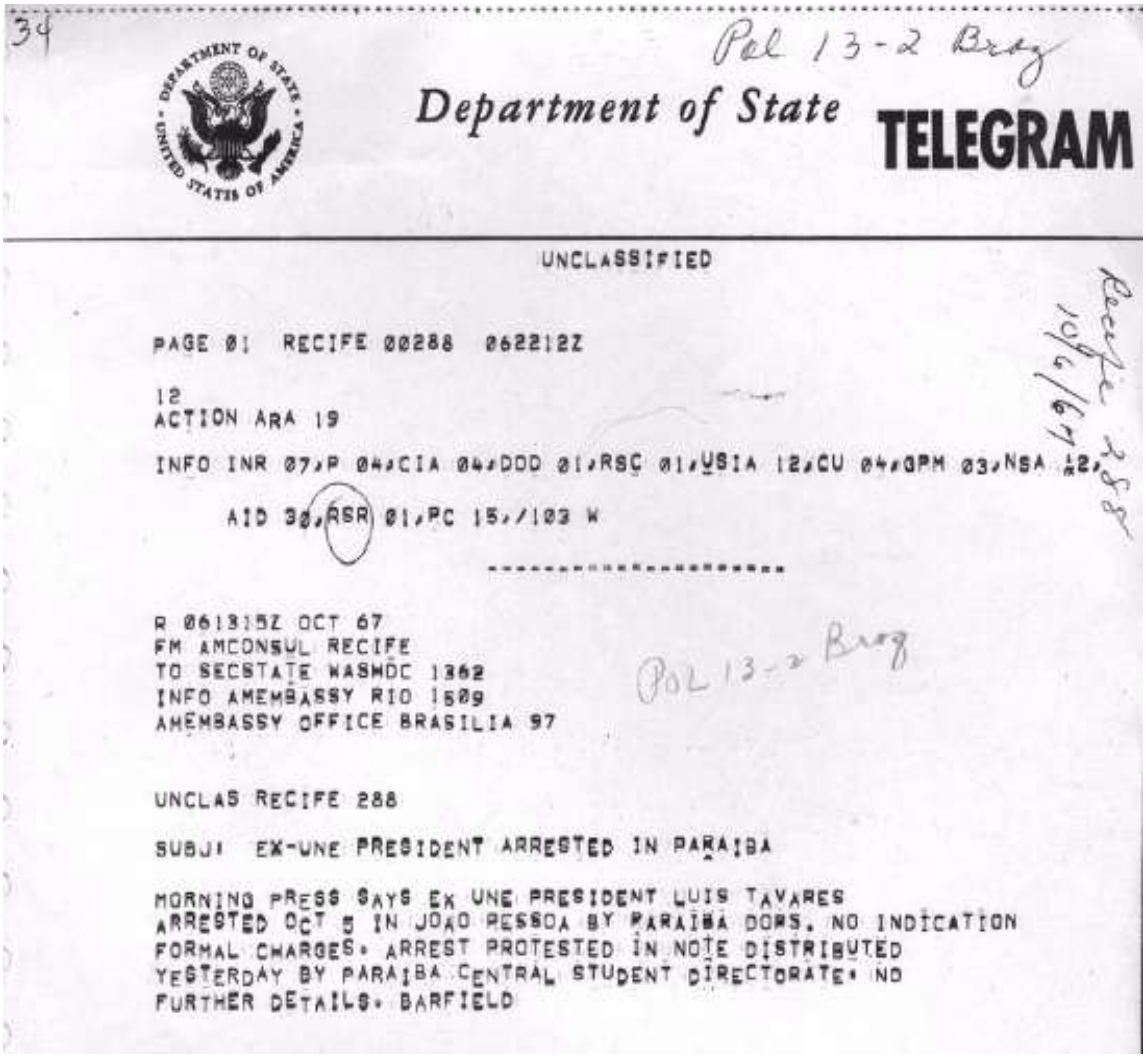
Este documento apresenta uma lista com 32 nomes, tendo alguns deles informação sobre profissão ou atividade política, tais como prefeito, membro das Ligas Camponesas, suplente de deputado estadual, empregado da SUDENE, estudante secundarista, presidente da Liga Camponesa de Sapé, deputado estadual, presidente da Liga Camponesa da Paraíba, estudante universitário, suplente de vereador, entre outras informações. A seguir transcrição literal dos nomes[193]:

Nome	Formar Position
Adalberto Barreto	
Antônio Augusto Aroxelas Macêdo	
Antônio Augusto de Almeida	
(*)Antônio Aragão Filho	
Antônio Fernandes de Andrade	Prefect, Rio Tinto (PSB) Ligas Camponesas membar
(*)Antônio José Dantas	
Antônio Figueiredo Angra [Agra]	Alternate State Deputy (PSB)
(*)Aristides Lúcio Vilar Rabelo	
(*)Bento da Gama Batista	SUDENE employee
Boanerges Timoteo de Souza	
Breno Andrade de Matos	Secondary Student
Carlito Silveira [Correia]	
(*)Elisabett Altina Teixeira	Pres. of Sape Peasant League, Sept. 1963
Francisco de Assis Lemos	Stato Deputy (PSB), Pres. of Ligas Camponesas in Paraíba
Guilherme Campelo Rabay	
Eloísio Jerônimo Leite	Secondary Student
Hermílio [Hermillo] de Carvalho Ximenes	
João Alfredo Dias	Visited Moscow and Peking, Oct. 1961
(*)João Batista Barbosa	
(*)José Gomes da Silva	SUDENE employese; Alternate City Councilman, João Pessoa (PSE)
José Rodrigues Lopes	University Student
José Anísio Maia	
(*)João Ribeiro Filho	Student, Party official, João Pessoa
Laurindo Marques de Albuquerque Melo	
(*)Leonardo Moreira Leal	Alternate City Councilman, João Pessoa (PSB)
(*)Luís Bernardo da Silva	
Luiz Hugo Guimarães	
(*)Manoel Porfirio da Fonseca	

[193] National Archives and Records Administration. Idem.

Martinho Leal Campos	
Ofélia Maria de Amorim	
Oliveiros Cavalcanti de Oliveira	Director of Secretariat, Campina Grande City Council
(*)Rivaldo Cipriano da Costa	

Outro registro refere-se ao ex-presidente da UNE Luís Travassos, que aparece como Tavares, preso na Paraíba.



34

Pol 13-2 Braz

Department of State

TELEGRAM

UNCLASSIFIED

Recife 288 10/6/67

PAGE 01 RECIFE 00288 062212Z

12
ACTION ARA 19

INFO INR 07/P 04/CIA 04/DOD 01/RSC 01/USIA 12/CU 04/GPM 03/NSA 12/

AID 30/RSR 01/PC 15//103 W

R 061315Z OCT 67
FM AMCONSUL RECIFE
TO SECSTATE WASHDC 1362
INFO AMEMBASSY RIO 1509
AMEMBASSY OFFICE BRASILIA 97

Pol 13-2 Braz

UNCLAS RECIFE 288

SUBJ: EX-UNE PRESIDENT ARRESTED IN PARAIBA

MORNING PRESS SAYS EX UNE PRESIDENT LUIS TAVARES ARRESTED OCT 5 IN JOAO PESSOA BY PARAIBA DOPS. NO INDICATION FORMAL CHARGES. ARREST PROTESTED IN NOTE DISTRIBUTED YESTERDAY BY PARAIBA CENTRAL STUDENT DIRECTORATE. NO FURTHER DETAILS. BARFIELD

Figura 3 – USA. Departament of State. Telegram. Oct. 79.
Fonte: National Archives and Records Administration. Disponível em: <https://repository.library.brown.edu/studio/ item/bdr:325068/> Acesso em: 7 fev. 2017.

Este telegrama[194] insere-se no conjunto documental que comprova a ação do consulado dos EUA em Recife, de onde partiam informações semanais envolvendo assuntos os mais

[194] Tradução livre do conteúdo: Noticiário da manhã diz que o ex-presidente Luis Tavares foi preso em 5 de outubro em João Pessoa, pela DOPS Paraíba. Sem indicação formal de crime. Prisão protestada em nota distribuída ontem na Paraíba pelo Diretório Central dos Estudantes. Sem mais detalhes. Barfield.

diversos referentes ao território nordestino, desde comentários sobre os partidos políticos, governadores, militares, economia, entre outros.

Outro aspecto da aproximação dos EUA com os países da América Latina no sentido de promover uma formação na perspectiva da Doutrina Nacional por meio da Escola Superior de Guerra (ESG) e Escola Nacional de Informações (ESNI), além de capacitação de brasileiros naquele país. De acordo com Boletim Interno nº 123, de 7/7/1969[195], foram selecionados para realizarem o Curso Geral de Polícia, na Academia Internacional de Polícia, em Washington, de agosto a dezembro de 1969, os policiais militares da Paraíba: Major PM Geraldo Cabral de Vasconcelos, Cap. PM Manuel Barbosa Ramalho e o 1º. Ten. PM José Batista do Nascimento Filho.

1.6 Considerações finais

Permeando toda a estrutura de repressão que se expandiu no período da ditadura militar estava a Doutrina da Segurança Nacional, com o foco na articulação entre segurança externa e interna, superestimando a organização e ação do inimigo interno infiltrado na sociedade brasileira. Considerando o inimigo interno como[196]

> todo aquele que não se pronuncia a favor do regime e dos "ideais revolucionários", seduzido por "ideologias estranhas" e apoiado por forças externas (comunismo internacional), é um mal que deve ser extirpado, pois ele coloca em perigo a segurança do país e, por consequência, os eu desenvolvimento político, econômico e social. (Grifo do autor).

O complexo aparelho de estado que foi montado, articulando informação e repressão, levou a implementação de um "terrorismo estatal"[197], ativo até os últimos momentos da ditadura militar.

O SNI adquiriu tal importância na estrutura do estado, que mesmo após o fim da ditadura militar, a regulamentação que definiu as suas novas funções manteve o seu papel nos serviços de informação e contrainformação, no que tange à soberania nacional e à defesa do Estado brasileiro. Só em 1990 o SNI foi extinto e, mesmo assim, em 1999 foi criado um serviço similar sob a denominação de Agência Brasileira de Inteligência (ABIN).

---

[195] Este documento encontra-se sob a guarda do Arquivo Histórico do Estado da Paraíba.
[196] BORGES, Nilson. A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.) **O Brasil Republicano**. O tempo da ditadura – regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Livro 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 37.
[197] Idem. p. 40.

Por fim, vale ressaltar que na Paraíba, fica muito claro que a repressão durante a ditadura militar foi implementada, de forma conjunta e articulada, pelas forças armadas e policiais do estado, com apoio de milícias privadas dos latifundiários.

2 Mortos e desaparecidos políticos do regime militar

2.1 Metodologia adotada

Para facilitar os trabalhos da CEVPM-PB foram criados vários Grupos de Trabalho, dentre eles o de "Mortos e Desaparecidos Políticos". A finalidade foi o de promover o esclarecimento sobre as mortes e desaparecimentos forçados, com ocultação de cadáveres, ocorrido no território do Estado da Paraíba, ou de paraibanos que se encontravam em outros Entes da Federação no período arbitrário do regime militar (1964-1985). Para tanto, o GT promoveu todos os esforços para o esclarecimento de casos emblemáticos que pairavam dúvidas até hoje sobre as mortes de alguns paraibanos ocorridos no referido espaço de tempo e outras denúncias que porventura tivessem chegado ao conhecimento da CEVPM-PB.

Na primeira reunião, foram elaboradas três indagações para iniciar as investigações do GT: quem são os paraibanos mortos e desaparecidos políticos do regime militar? Como eles foram mortos ou estão desaparecidos desde o golpe militar? Quais os meios de se buscar a verdade para o esclarecimento das mortes e desaparecimentos?

Para responder a primeira questão foi feito um levantamento sobre os paraibanos mortos de desaparecidos políticos durante a ditadura civil militar, cujos familiares ingressaram com processos visando o reconhecimento da responsabilidade da União no destino de seus parentes, utilizando a Lei nº 9.140/1995[198]. O meio para tanto foi o livro "Direito à Verdade e à Memória: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos", elaborado pela Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP) e publicado em 2007, pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República.

Desse livro, foram extraídas as seguintes informações e distribuídas em três categorias criadas para montar as investigações, tendo como resultado as decisões da CEMDP:

[198] A Lei nº 9.140, de 4 de dezembro de 1995, reconheceu como mortas pessoas desaparecidas em razão de participação, ou acusação de participação, em atividades políticas, no período de 2 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979. A referida lei também criou a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP), que reconheceu, ao final dos trabalhos, 356 brasileiros e brasileiras como vítimas do Estado, seja como mortos (as) ou desaparecidos (as).

I - Paraibanos reconhecidos como mortos pela União

1. Dilermano Mello do Nascimento (1920-1964)
2. Severino Elias de Mello (1913-1965)
3. Marcos Antônio da Silva Lima (1941-1970)

II - Paraibanos reconhecidos como desaparecidos políticos

1. João Alfredo Dias (1932-1964)
2. Pedro Inácio de Araújo (1909-1964)
3. José Maria Ferreira de Araújo (1941-1970)
4. Francisco das Chagas Pereira (1944-1971)
5. Ezequias Bezerra da Rocha (1944-1972)
6. Umberto de Albuquerque Câmara Neto (1947-1973)

III – Paraibanos não reconhecidos como mortos ou desaparecidos políticos

1. João Roberto Borges de Souza (1946-1969)
2. Luís Alberto Andrade de Sá e Benevides (1942-1972)
3. João Pedro Teixeira (1918-1962)
4. Adauto Freire da Cruz (1924-1979)
5. José Feliciano da Silva (1920-1964)[199]
6. Robson Antônio Gomes Viana (1946-1969)[200]
7. Francisco Alves Cabral (1923-1969)[201]

[199] JOSÉ FELICIANO DA SILVA: Número do processo: 092/02. Data e local de nascimento: 14/9/1920, Campina Grande (PB). Organização política ou atividade: não definida. Data e local da morte: 15/1/1964, em Mari (PB). Relator: Belisário dos Santos Júnior Indeferido em: 26/8/2004. Era camponês e foi morto em confronto na resistência de Mari. "Não estão anexados ao processo documentos que provem engajamento político ou que agentes do estado estivessem envolvidos na morte de José, o que levou ao indeferimento do processo na CEMDP" (BRASIL. Direito à Verdade e à Memória: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, 2007, p. 445).

[200] ROBSON ANTÔNIO GOMES VIANA: Número do processo: 244/96. Data e local de nascimento: 13/6/1946, Cabedelo (PB). Organização política ou atividade: não definida. Data e local do desaparecimento: 22/8/1969, Rio de Janeiro (RJ). Relator: Nilmário Miranda. "Robson era marinheiro e desapareceu no Rio de Janeiro em 1969. A família requereu os benefícios da Lei 9140 argumentando que existia a possibilidade de Robson ter sido preso e morto pelo CENIMAR, por engano, mas não apresentou dados concretos fundamentando essa presunção. Não foi apresentada à CEMDP nenhuma testemunha, documento ou indício que comprovasse a militância política de Robson. O requerimento foi indeferido". (Idem, p. 448)

[201] FRANCISCO ALVES CABRAL: Número do processo: 303/96 Data e local de nascimento: 7/8/1923, Campina Grande (PB). Organização política ou atividade: sindicalista. Data e local do desaparecimento: novembro/1969, Curitiba (PR). Relator: João Grandino Rodas e Belisário dos Santos Júnior. Maria Nazaré Oliveira Cabral, esposa de Francisco Cabral, requereu reconhecimento da morte na prisão de Curitiba, visto ser ele sindicalista e tido como comunista pelo DOPS. "Documento datado de 3/11/1969, do Departamento de Estabelecimentos Penais do Estado do Paraná, declara que Cabral fugiu enquanto cumpria pena de reclusão de dois anos na Colônia Penal Agrícola Manoel Ribas. Segundo o relator, mesmo tendo sido provada a militância política de Cabral, nada leva a firmar a convicção de que, realmente, Francisco tenha sido morto na prisão". (Idem, 2007, p. 449)

8. Venceslau Ramalho Leite (1925-1968)[202]
9. Antoniel Queiroz (?-1972)[203]

A Comissão Nacional da Verdade concluiu suas investigações reafirmando a responsabilidade do Estado nos já mencionados mortos e desaparecidos políticos reconhecidos pela União por força da Lei nº 9.140/95, e de alguns daqueles cujos processos impetrados pelos familiares haviam sido indeferidos, além de incluir o caso de Margarida Maria Alves.

Assim, depois dos trabalhos da CNV, foi elaborada uma nova relação de paraibanos mortos e desaparecidos políticos paraibanos cujos autores foram agentes públicos do aparelho repressivo do Estado ou por descaso processual e omissão do poder judiciário em apurar e julgar as violações aos direitos humanos:

1. Adauto Freire da Cruz (1924-1979)
2. Dilermano Mello do Nascimento (1920-1964)
3. Ezequias Bezerra da Rocha (1944-1972)
4. Francisco das Chagas Pereira (1944-1971)
5. João Alfredo Dias (1932-1964)
6. João Pedro Teixeira (1918-1962)
7. João Roberto Borges de Souza (1946-1969)
8. José Maria Ferreira de Araújo (1941-1970)
9. Luís Alberto Andrade de Sá e Benevides (1942-1972)
10. Marcos Antônio da Silva Lima (1941-1970)
11. Margarida Maria Alves (1932-1983)
12. Pedro Inácio de Araújo (1909-1964)

[202] VENCESLAU RAMALHO LEITE: Número do processo: 031/02 Data e local de nascimento: 21/9/1925, Paraíba. Organização política ou atividade: não definida. Data e local da morte: 25/10/1968, Rio de Janeiro (RJ) Relator: André Sabóia Martins. Os familiares de Venceslau relataram que ele foi morto no Rio de Janeiro, a 25 de outubro de 1968, "por militantes do MR-8, quando se negou a descer do carro que aquela organização planejava usar para assaltar uma agência do Banco do Estado da Guanabara. Não foram anexadas ao processo provas de sua militância política ou de que a morte tenha sido causada por agentes do Estado, sendo o requerimento indeferido". (Idem, p. 449)

[203] ANTONIEL QUEIROZ. Número do processo: 108/96. Data e local de nascimento: Patos (PB). Data e local da morte: 19/12/1972, São Paulo (SP) Relator: Luís Francisco Carvalho Filho. Pelo atestado de óbito a morte de Antoniel Queiroz foi causada por "septicemia,... diverticulite, insuficiência coronariana", deixando a mulher, Terezinha Ferreira de Queiroz, e oito filhos. "Documentos anexados ao processo formado na CEMDP demonstram que Antoniel foi demitido dos quadros do Banco do Nordeste do Brasil S.A., por força de decreto do presidente da República. Uma declaração do Ministério da Guerra informa que Antoniel esteve detido entre 30/4/1964 e 29/5/1964, Região Militar, para averiguações, "em face dos últimos acontecimentos em que intervieram as Forças Armadas". Segundo o relator ao votar pelo indeferimento, "não há evidências de que a prisão tenha sido a causa direta da morte de Antoniel, ocorrida oito anos depois". Houve um recurso por parte da família que voltou a ser depois indeferido, com a mesma fundamentação anterior. (Idem, p. 449)

13. Severino Elias de Mello (1913-1965)
14. Umberto de Albuquerque Câmara Neto (1947-1973)

O Grupo de Trabalho Mortos e Desaparecidos Políticos da CEVPM-PB, desde o início das suas atividades, e muito antes da conclusão da Comissão Nacional da Verdade, havia decidido centralizar suas investigações nos militantes políticos mortos e desaparecidos abaixo, sem demérito aos demais:

1. João Alfredo Dias (1932-1964)
2. Pedro Inácio de Araújo (1909-1964)
3. Francisco das Chagas Pereira (1944-1971)
4. João Roberto Borges de Souza (1946-1969)
5. Luís Alberto Andrade de Sá e Benevides (1942-1972)

2.2 Dados biográficos dos paraibanos mortos ou desaparecidos políticos

Esse resumo biográfico foi elaborado a partir dos processos que os familiares deram entrada para reconhecimento da União sobre a sua responsabilidade nas mortes e desaparecimentos forçados, por força da Lei nº 9.140, de 1995, conforme está no livro "Direito à Verdade e à Memória: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos"[204], atualizado pelas investigações da CNV, constantes em seu Relatório Final.

2.2.1 Dilermano Mello do Nascimento (1920-1964)

Data e local de nascimento: 09/2/1920, Paraíba
Organização política ou atividade: não definida
Data e local da morte: 15/8/1964, Rio de Janeiro-RJ

Pertenceu à Força Expedicionária Brasileira (FEB), tendo participado da Batalha de Monte Castelo, na Itália. Em 1946, foi condecorado com a Medalha de Campanha, honraria conferida aos militares que tomaram parte em operações de guerra. Tendo feito o curso de Economia na Universidade do Distrito Federal (1950/54), aprofundou os estudos fazendo o

[204] BRASIL. SEDH. CEMDP. **Direito à Verdade e à Memória**: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. Brasília: SEDH, 2007. As fotos seguintes são também deste livro.

curso de Análise Econômica, em 1957, e cursos de aperfeiçoamento na Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL).

Constou na equipe de economistas da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) no final da década de 50. Em 1963, ingressou no Ministério da Justiça, ocupando a função de diretor da Divisão de Material. Com o golpe de abril de 1964, foi exonerado do cargo e passou a ser alvo de investigações no âmbito de um Inquérito Policial Militar (IPM).

A versão oficial era que de que praticou suicídio, ao saltar da janela do 4º andar do prédio do Ministério da Justiça, no Rio de Janeiro, deixando um bilhete que dizia: "Basta de tortura mental e desmoralização". Contrariamente, a viúva de Dilermano, Natália de Oliveira Nascimento, colocou em dúvida a versão policial, a qual foi publicada no Diário de Notícias, do Rio de Janeiro em 11 de novembro de 1964. Segundo Natália, até mesmo o bilhete assinado por ele para justificar o suicídio era falsificado[205].

A conclusão da CNV sobre esse caso é de que: "Diante das investigações realizadas, conclui-se que Dilermano Mello do Nascimento morreu em decorrência de ação perpetrada por agentes do Estado brasileiro, em contexto de sistemáticas violações de direitos humanos promovido pela ditadura militar, implantada no país a partir de abril de 1964"[206].

2.2.2 Severino Elias de Mello (1913-1965)

Data e local de nascimento: 20/7/1913, Espírito Santo-PB

Organização política ou atividade: não definida

Data e local da morte: 30/7/1965, no Rio de Janeiro-RJ

Deixou a Paraíba aos 17 anos, indo para o Rio de Janeiro onde se alistou na Aeronáutica. Foi um dos presos de 1935, após a tentativa de insurreição liderada por Luiz Carlos Prestes. Pertenceu ao Partido Comunista do Brasil (PCB) e à Aliança Nacional Libertadora.

A versão oficial é que de Severino Elias praticou suicídio: "preso para averiguações por ordem do encarregado de um IPM instaurado no Núcleo do Parque de Material Bélico, suicidou-se [enforcou-se] no xadrez da Base Aérea do Galeão".

A conclusão da Comissão sobre Mortos e Desaparecidos Políticos afirma que "Essencial é o caráter político da ação, não sua extensão territorial. Não é só a carteirinha de um partido, a

[205] Idem, p. 69.
[206] BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. **RELATÓRIO DA CNV:** Volume III - Mortos e Desaparecidos Políticos. Brasília: CNV, 2014, p. 213.

simpatia por uma organização ou a notoriedade da militância que contam. Não é necessário que haja um processo formal. Basta a prisão decorrente de atividade política, ainda que apenas verbal e circunscrita"[207].

No mesmo sentido, concluiu o Relatório Final da CNV afirmando que "Diante das investigações realizadas, conclui-se que Severino Elias de Mello morreu após ter sido preso por agentes militares, nas dependências de um órgão do Estado brasileiro, em contexto de sistemáticas violações de direitos humanos promovidas pela ditadura militar, implantada no país a partir de 1964"[208].

2.2.3 Marcos Antônio da Silva Lima (1941-1970)

Data e local de nascimento: 21/10/1941, João Pessoa-PB

Organização política ou atividade: PCBR

Data e local da morte: 14/1/1970, Rio de Janeiro-RJ

Ex-sargento da Marinha, foi um dos fundadores e, por duas vezes, vice-presidente da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil, entidade que comandou importantes mobilizações reivindicatórias e políticas no âmbito da Armada, no período entre 1962 e março de 1964, especialmente a histórica greve dos marinheiros de 1964.

Sua escolarização se deu no Colégio Lins de Vasconcelos, em João Pessoa, na Escola Técnica de Comércio, em Campina Grande, e no Colégio Estadual Lyceu Paraibano, também em João Pessoa. Na Paraíba, foi jogador de futebol pelo time Estrela do Mar. Em 1958, iniciou sua formação de marinheiro na Escola de Aprendizes de Pernambuco.

Após o golpe de 1964, sabendo que fora expulso da Marinha com base no primeiro Ato Institucional, exilou-se na Embaixada do México e depois foi para Cuba para fazer curso de treinamento de guerrilha, quando, juntamente com Leonel Brizola, formaram o Movimento Nacional Revolucionário (MNR). Nesse período, Marcos foi condenado a 9 anos de prisão no Brasil.

Ao retornar ao seu país, ingressou na resistência armada ao regime com outros militantes do MNR, instalando-se no Mato Grosso para tentar organizar uma guerrilha na Serra do Caparaó, entre 1966 e abril de 1967. Numa das idas a São Paulo ocorreu a sua prisão e foi transferido para a Penitenciária Lemos Brito, no Rio de Janeiro, ali chegando em março de 1967. Neste presídio, juntos com outros marinheiros, dentre eles o conterrâneo José Adeildo Ramos, conseguiu recrutar presos comuns para fundar a organização Movimento de Ação

[207] BRASIL. SEDH. CEMDP. Op. cit., p. 73.
[208] BRASIL. CNV. Op. cit., 2014, p. 254.

Revolucionária (MAR), que protagonizou audaciosa fuga daquele presídio, em 26 de maio de 1969.

Depois ingressou e militou no Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR) até ser emboscado, a 14 de janeiro de 1970, recebendo um tiro na cabeça e deixado seu corpo moribundo no Hospital Souza Aguiar, como desconhecido, morrendo minutos depois.

A versão oficial da ditadura saiu numa "nota do comando da 1ª Região Militar, informando que Marcos Antônio morrera num tiroteio onde foi ferida e presa Ângela Camargo Seixas, também do PCBR, e dois agentes dos órgãos de segurança". Por carta da Irlanda dirigida a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, Ângela Camargo relata o que aconteceu:

> Marcos Antônio e ela chegavam a sua casa, por volta das 23 horas do dia 13, e Marcos estava colocando a chave na porta quando os agentes de segurança, que já estavam no apartamento, começaram a atirar. O prédio estava cercado e, ao buscarem fugir pelas escadas, viu quando Marcos foi atingido. Ferida, perdeu a consciência e não sabe quanto tempo depois acordou, ainda no corredor, sendo presa.[209]

O Relatório da Comissão Nacional da Verdade complementa o depoimento dado por Ângela Camargo, quando afirma que ela

> esclareceu amplamente os fatos, afirmando em seu testemunho que, apesar de armado, Antônio Marcos estava totalmente desprevenido ao chegar ao local, e não empunhava a arma, levando apenas a chave do apartamento em sua mão. Ângela esclareceu também que em nenhum momento foi dada oportunidade a eles de se entregarem à polícia, que já os recebeu com tiros[210].

A família só pode enterrar o corpo de Marcos Antônio no dia 20 de janeiro de 1970, quando o Instituto Médico Legal o liberou com o laudo de necropsia assinado pelo legista Nilo Ramos Assis, que definiu como causa mortis "ferida transfixante do crânio com destruição parcial do encéfalo".

2.2.4 José Maria Ferreira de Araújo (1941-1970)

Data e local de nascimento: 6/6/1941, Fortaleza-CE)

Filiação: João Alexandre de Araújo e Maria da Conceição Ferreira de Araújo

Organização política ou atividade: VPR

Data e local da morte: 23/9/1970, São Paulo-SP

[209] BRASIL. SEDH. CEMDP. Op. cit. p. 112.
[210] BRASIL. CNV. Op. cit., p. 2 e 3.

Embora tenha nascido em Fortaleza, sua família é de Santa Luzia-PB, e tão logo nasceu retornou para Santa Luzia para a convivência com os demais familiares. Estudou naquela cidade paraibana e alguns anos na casa de um tio em Fortaleza. Em 1959, resolveu ingressar na Marinha, no Rio de Janeiro, e foi um dos fundadores da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil. Liderou a greve dos marinheiros que ocorreu antes do golpe de 1964. Por conta disso, foi preso e levado a Ilha das Flores, onde permaneceu incomunicável por quatro meses, sendo expulso da Armada em dezembro de 1964.

Logo que saiu da prisão, foi para Cuba se juntar aos outros companheiros marinheiros que faziam curso de guerrilha e ajudou a constituir o Movimento Nacional Revolucionário (MNR). Seu contato naquela ilha socialista, dentre outros, era com José Anselmo dos Santos, o cabo Anselmo[211], presidente da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil. Em solo cubano, conheceu a militante paraguaia Soledad Barrett Viedma[212], que também fazia curso de guerrilha, com quem casou, nascendo desse matrimônio Ñasaindy Barrett de Araújo[213]. Ao retornar ao Brasil, em 1970, José Maria ingressou na Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), atuando na clandestinidade com os codinomes Aribóia, Araribóia e Edson Cabral Sardinha.

> Nos documentos dos órgãos de segurança do regime militar registram a informação de que José Maria foi morto em 23/9/1970, num terminal de ônibus no Anhangabaú, no centro da capital paulista, quando reagiu à prisão que seria efetuada por agentes do DOI-CODI/SP. Na véspera, os agentes desse órgão de repressão teriam detido Mário de Freitas Gonçalves, também militante da VPR, conhecido como Dudu, que informou sobre o encontro com Aribóia, conseguindo fugir espetacularmente quando José Maria reagiu, sendo esse um primeiro episódio em que a VPR se viu envolvida com a possibilidade de existir infiltração em suas fileiras. As condições da morte de José Maria somente obtiveram algum esclarecimento em 1990, a partir da abertura da Vala de Perus, em São Paulo, e do acesso aos arquivos do IML/SP. O laudo necroscópico assinado por Sérgio Belmiro Acquesta e Paulo Augusto de Queiroz Rocha descreve diversas equimoses e escoriações: no queixo – a única visível na foto de seu corpo encontrada nos arquivos – e ainda nos braços, região glútea e sacra, e em forma de colar em torno dos dois punhos, o que foi visto na CEMDP como prova de que José Maria foi preso. Os legistas afirmam, no entanto, que não puderam determinar a causa da morte. Sugerem

[211] Mais tarde, Cabo Anselmo foi desmascarado como um agente Companhia de Inteligência Americana (CIA) infiltrado no movimento dos marinheiros e responsável pela morte e assassinato de dezenas de companheiros e companheiras.

[212] Após a morte de José Maria, Soledad veio para o Brasil e militava na VPR com seu novo companheiro, Cabo Anselmo, de quem estava grávida quando foi assassinada em 1973, em Pernambuco, com outros companheiros, no chamado Massacre da Granja São Bento, em Paulista-PE. O próprio Cabo Anselmo entregou a localização do aparelho.

[213] A notícia da filha de José Maria e Soledad só surgiu quando houve a anistia e o ex-marinheiro e jornalista Paulo Conserva, também paraibano, escreveu um artigo contando o fato. A CEVPM-PB realizou uma audiência pública com a participação de Paulo Conserva, em 25/3/2014, e uma oitiva com Ñasaindy Barrett de Araújo, no dia 17/12/2015.

> duas possibilidades: envenenamento com alguma substância volátil não identificada no exame toxicológico, ou a morte súbita em função da comoção causada pela prisão. Assim, a certidão de óbito, lavrada no Cartório da Vila Mariana tem como declarante Paulino de Paula Almeida e a causa da morte consta como "indeterminada"[214].

Num termo de declaração assinada por seu irmão, Paulo Maria Ferreira de Araújo, professor da Universidade de Campinas (UNICAMP) e um dos fundadores do Grupo Tortura Nunca Mais, consta que

> Com o movimento pela anistia, por volta de 1981, surgiram notícias mais concretas sobre José Maria, em especial, devido a artigo de Paulo Conserva, publicado em João Pessoa-PB, o qual relata tê-lo conhecido em Cuba e que havia morrido sob tortura. José Maria havia se casado com uma paraguaia e tido uma filha e preso após a delação do Cabo Anselmo. Com a identificação das ossadas de Perus, foi possível acessar os documentos do IML, quando puderam constatar que os restos de José Maria estavam no Cemitério da Vila Formosa, em São Paulo, SP, sendo possível fazer a denúncia oficial dos fatos[215].

Desfazendo a versão oficial da ditadura, o Relatório Final da CNV revela que, em pesquisas nos arquivos do DOPS/SP, foi encontrado um documento, de fevereiro de 1973, destinado aos "Aos Bispos do Brasil, de autoria do Comitê de Solidariedade aos Presos Políticos do Brasil, "em que consta a informação de que Edson Cabral Sardinha (codinome utilizado por José Maria) sofreu espancamentos, choques elétricos, torturas no pau de arara e morreu em decorrência dessas ações"[216].

A família jamais encontrou os restos mortais de José Maria, apesar de toda tentativa feita em arquivos, cemitérios, ações judiciais e auxílio às comissões criadas para identificar a verdade sobre o seu desaparecimento.

2.2.5 Ezequias Bezerra da Rocha (1944-1972)

Data e local de nascimento: 24/12/1944, João Pessoa-PB

Filiação: Antônia Bulhões Bezerra e Simplício Bezerra da Rocha

Organização política ou atividade: acusado de ajudar o PCBR

Data e local da morte: 11/3/1972, em Recife-PE

Fez o curso secundário no antigo Colégio Estadual de Pernambuco. Geólogo, formado pela Universidade Federal de Pernambuco em 1968, trabalhou na Itapassoca

[214] BRASIL. SEDH. CEMDP. Op. cit., p. 132.
[215] Disponível em: <http://www.desaparecidospoliticos.org.br/pessoa.php?id=322>. Acesso em: 12 nov. 2016.
[216] BRASIL. CNV. Op. cit., p. 133.

Agroindustrial, na Itapicuru Agroindustrial e na PROFERTIL, e deu aulas de Matemática no colégio de freiras de Socorro, em Pernambuco. Também lecionou Inglês. Se preparava para fazer pós-graduação em Geofísica na Universidade Federal da Bahia. Opositor do regime militar, participou do movimento estudantil universitário e, depois, ajudava aos militantes do Partido Comunista Revolucionário Brasileiro (PCBR).

No dia 8 de março de 1972, Miriam Lopes Verbena, sua amiga, pediu-lhe emprestado o carro, um Volkswagen, porque ela e o marido, Luís Alberto Andrade de Sá e Benevides, militantes do PCBR, queriam viajar ao interior [na verdade, eles iriam os documentos frios de Luís Alberto, outro paraibano procurado pela repressão]. O casal morreu em acidente em circunstâncias misteriosas como será demonstrado mais adiante.

Após o "acidente", Ezequias e seu irmão foram ao local tentar resgatar seu automóvel cedido emprestado ao casal Luís Alberto e Miriam Verbena. Dois dias após, Ezequias e sua esposa Guilhermina Bezerra da Rocha foram presos pelo DOI do IV Exército, em Recife, durante a madrugada do dia 11 de março 1972, sendo encapuzados e levados a local ignorado. Estavam a frente do IV Exército, Vicente de Paulo Dale Coutinho, que comandava a unidade e Confúcio Danton de Paula Avelino, diretor do Quartel General, considerado o braço direito do Coronel Dale Coutinho.[217]

Em seu depoimento à Comissão sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, Guilhermina descreve o que viu após ver seu marido saindo da sala de interrogatório e colocado numa cela perto da que ela estava:

> Fomos conduzidos para dentro e eu fui posta numa cela enquanto Ezequias foi ao interrogatório. Mas aquilo não era interrogatório, era um verdadeiro massacre aplicado numa pessoa indefesa. De onde eu estava ouvia a pancadaria. Foram horas terríveis. Aquilo parecia mais um pesadelo. Eu queria acordar e não conseguia. Houve momentos em que pensava que o Quias [Ezequias] estava morto, pelo silêncio de dor que se fazia, pois não era possível, tantos bater tanto numa única pessoa. Depois de muito tempo eles pararam de torturá-lo e o colocaram numa cela perto da minha. Quando ele passou por mim, carregado por policiais, parecia um farrapo humano, havia sangue por todas as partes do seu corpo. Não conseguia nem ficar de pé. [218]

Guilhermina, já liberada da prisão no outro dia, viu num dos jornais que um corpo de uma pessoa, totalmente desfigurado e com sinais de torturas, havia sido encontrado no

[217] Ver FIGUEIREDO, Marx Igor Ferreira de. **Exumando Verdades**: As vítimas insepultas do Regime Militar do Estado da Paraíba. CCHLA/UFPB. (Dissertação) Mestrado em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas. João Pessoa, 2016, p. 113-114.
[218] BRASIL. CNV. Op. cit., p. 157.

município de Escada-PE, na barragem do Bambu [Engenho Massauassu]. Tentou ver o cadáver no IML de Pernambuco, mais foi impedida pela polícia, que argumentou já ter sido identificado.

> Em março de 1991, o governador de Pernambuco, Carlos Wilson, instituiu a Comissão de Pesquisa e Levantamento dos Mortos e Desaparecidos Políticos, que analisou os prontuários do DOPS do Recife, inclusive o de Ezequias. Essa Comissão localizou ofício que encaminhava um corpo ao IML de Recife, procedente de Escada-PE, sendo que no verso constavam as impressões digitais do morto. A Comissão de Pesquisa solicitou ao Secretário de Segurança Pública que fossem confrontadas, por meio de perícia, as impressões digitais constantes no ofício com as de Ezequias. Sendo idênticas as impressões digitais do corpo encontrado e as da carteira de identificação de Ezequias, ficou comprovada sua morte sob torturas e a ocultação de seu cadáver.[219]

O corpo de Ezequias Bezerra até hoje não foi encontrado, o que entra na relação dos mortos que a ditadura praticou o desaparecimento forçado para não deixar rastros da violação que seus agentes praticaram naquele período.

2.2.6 Umberto de Albuquerque Câmara Neto (1947-1973)

Data e local de nascimento: 2/5/1947, Campina Grande-PB

Organização política ou atividade: APML

Data e local da morte: 8/10/1973, Rio de Janeiro

Estudou Medicina na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), onde foi eleito presidente do Diretório Acadêmico e membro do Diretório Central dos Estudantes (DCE) daquela instituição. No ano de 1968, Umberto Câmara foi um dos presos no Congresso da UNE, em Ibiúna-SP, quando concorria, representando Pernambuco, para uma das vagas da diretoria daquela entidade nacional dos estudantes. Em 1969, foi eleito vice-presidente da UNE.

Submetido a vários processos na Justiça Militar, ele entrou para a clandestinidade e, juntamente com Paulo Wright e Honestino Guimarães, criou uma pequena dissidência na Ação Popular Marxista-Leninista, que recusaria ingressar, em 1972, no Partido Comunista do Brasil.

O Relatório da CNV descreve as circunstâncias do desaparecimento forçado de Umberto Câmara, após pesquisas nos arquivos dos órgãos de repressão e em depoimentos de seus companheiros:

> Ao retornar para o Rio de Janeiro após uma viagem ao Recife, Umberto de Albuquerque encontrou-se, por acaso, com seu companheiro de organização, José Carlos Mata Machado. Na ocasião, marcaram de se encontrar em um trecho da praia de Botafogo, na Zona Sul da cidade. Umberto estava hospedado na casa de Marcelo Santa Cruz, onde permaneceu apenas uma

[219] BRASIL. SEDH. CEMDP. Op. cit., p. 290.

> noite. No dia seguinte, informou a Marcelo que iria a um encontro rápido e que voltaria para o almoço. Não retornou. O contato com José Carlos foi breve. Combinaram um novo encontro naquele mesmo dia, pois queriam se certificar se estavam sendo monitorados. José Carlos apareceu no local e horário definidos, esperou alguns instantes, mas Umberto não apareceu. José Carlos avisou aos amigos do não aparecimento de Umberto ao encontro marcado, seguiu do Rio de Janeiro para São Paulo e, em seguida, para Pernambuco, onde foi assassinado 20 dias depois pelos órgãos de repressão política... Uma carta anônima, publicada no Jornal dos Sports de 9 de novembro de 1973, informava que Umberto estava preso desde o dia 8 de outubro e que corria perigo de vida, já que a prisão se revestia de características de sequestro. O remetente pedia que providências fossem tomadas para que Umberto não tivesse o mesmo destino que outros militantes, tais como José Carlos e Gildo Lacerda, mortos pelos aparatos de repressão.[220]

A forma como a CNV relata o caso fica passível de uma má interpretação da conduta de Umberto Câmara diante das masmorras da ditadura. A de que ele possa ter sido o delator dos seus companheiros.

O site do Encontro dos Diretórios Acadêmicos de Pernambuco, desfaz essa impressão de que Umberto possa ter aberto o jogo da sua organização sob tortura:

> O que aconteceu, não precisa de testemunhas, pois já está por demais comprovado. Sequestro. Torturas indescritíveis, morte. Assassinato frio nos porões da ditadura militar. Que Umberto resistiu e não delatou ninguém, prova o fato de que a repressão nunca procurou a casa de Marcelo, onde ele se hospedara, nem a casa de Roberto Freire (o psiquiatra, autor de Sem Tesão, Não Há Solução), sua base de apoio em São Paulo.
> Umberto foi, sim, vítima de delação. Não só ele, mas todos os dirigentes principais da APML. O delator: Gilberto Prata, militante, cunhado de José Carlos Mata Machado [assassinado no dia 28 de outubro de 1973]. Ele próprio, em 1988, confessou o crime à sua irmã, Madalena[221].

Diante dessa situação, o Relatório Final da CNV decide que se continuem as investigações sobre o desaparecimento forçado de Umberto de Albuquerque Câmara Neto "por forças de segurança do Estado, no Rio de Janeiro, em contexto de sistemáticas violações de direitos humanos promovidas pela ditadura militar, implantada no país a partir de abril de 1964"[222].

[220] BRASIL. CNV. Op. cit., p. 125.
[221] Disponível em: <https://eeda2011.wordpress.com/herios-do-movimento-estudantil/79-2/> Acesso em: 20 fev. 2017.
[222] BRASIL. CNV. Op. cit., p. 128.

2.2.7 João Pedro Teixeira (1918-1962)

Data e local de nascimento: 5/3/1918, Guarabira-PB

Organização política: Liga Camponesa de Sapé

Data e local de morte: 2/4/1962, estrada entre Café do Vento e Sapé-PB

Era um dos principais líderes dos trabalhadores do meio rural, tendo organizado, junto a outros companheiros como Pedro Inácio de Araújo, Pedro Fazendeiro, e João Alfredo Dias, Nego Fuba, a Liga Camponesa de Sapé, onde foi eleito vice-presidente. Com a expansão das ligas foi formada a Federação da Ligas Camponesas da Paraíba tendo como presidente o agrônomo Assis Lemos e João Pedro como vice-presidente.

O crescimento da liderança desse camponês atiçou o ódio dos latifundiários, especialmente daqueles que compunham o chamado "Grupo da Várzea", organização que promovia todo tipo de violência contra os trabalhadores rurais e patrocinava campanhas eleitorais de parlamentares para a Assembleia legislativa da Paraíba e Câmara Federal.

No dia 2 de abril de 1962, João Pedro foi assassinado numa emboscada quando retornava de João Pessoa para sua casa, localizada no Sítio Barra de Antas, na estrada de Sapé. A investigação do crime ficou por conta do chefe de polícia, delegado Chico Maria, que em 10 dias apresentou os assassinos cabo Antônio Alexandre da Silva, soldado Francisco Pedro de Silva [Chiquinho]. O terceiro sicário foi o vaqueiro Arnaud Nunes Bezerra, desaparecido até os dias de hoje. O delegado ainda denunciou os mandantes do assassinato do líder camponês: Aguinaldo Veloso Borges, Pedro Ramos Coutinho e Antônio José Tavares.

O crime que tirou a vida de João Pedro teve repercussão nacional e internacional, revoltando camponeses, trabalhadores urbanos e estudantes universitários e secundaristas. O enterro reuniu uma multidão de mais de 5 mil pessoas e transformou-se num ato político contra a violência no campo. Quase um mês depois, o ato do 1º de maio ocorreu na Lagoa [Parque Solon de Lucena], em João Pessoa, com a participação de 40 mil cidadãs e cidadãos repudiando aquele assassinato.

A justiça pediu a prisão dos assassinos e mandantes, mas os recursos jurídicos prolongaram o processo que acabou sendo arquivado após o golpe militar, alimentando a impunidade para os envolvidos. O pior é que o processo que apurou a morte de João Pedro desapareceu do Tribunal de Justiça da Paraíba, o que fez com que a CEVPM-PB encaminhasse um ofício (027/2013) àquele poder judiciário solicitando a busca do processo para o seu acervo, fato não atendido pelo silêncio que tomou sobre o assunto.

Casado com Elizabeth Altina Teixeira, com quem teve onze filhos, após assassinato de João Pedro, ela tomou o seu lugar na liderança da Liga Camponesa de Sapé, sendo presa após

o golpe civil-militar de 1964, entrando para a clandestinidade com um dos seus filhos, deixando órfãos os demais[223].

Com o advento da Lei nº 9.140/1995, Elizabeth Altina Teixeira ingressou com processo na CEMDP responsabilizando o Estado pelo assassinato do seu marido. O processo foi indeferido, apesar da argumentação do relator, deputado Nilmário Miranda, de que "não havia dúvidas de que o caráter político das Ligas Camponesas e as constantes perseguições sofridas por seus líderes deveriam ser respaldadas pela Lei n° 9.140/1995".[224]

Depois da audiência pública realizada em Sapé, no dia 15 de julho de 2013, pela CNV e CEVPM-PB, onde foram ouvidos os testemunhos de várias lideranças camponesas e profissionais liberais que apoiavam o movimento das ligas, ficou claro o protagonismo de João Pedro nas lutas contra o latifúndio e em defesa dos camponeses, bem como a omissão do Estado em julgar o processo do seu assassinato.

> Durante a audiência, Elizabeth Teixeira, viúva de João Pedro e ex-presidente da Liga Camponesa de Sapé, reafirmou o protagonismo de João Pedro na constante busca pelos direitos dos trabalhadores do campo, relatou as arbitrárias perseguições que decorreram de sua morte, além das que persistiram no pós-golpe militar. A audiência reafirmou a importância e o legado das Ligas Camponesas na região e a necessidade de se elucidar os casos de violações de direitos humanos envolvendo trabalhadores rurais e seus líderes[225].

A conclusão que chegou a CNV é a de que João Pedro Teixeira fora assassinado por sicários contratados pelo latifúndio da região de Sapé, "em ação que contou com a conivência e/ou omissão do Estado brasileiro, em contexto de sistemáticas violações de direitos humanos contra os trabalhadores rurais e as Ligas Camponesas"[226].

2.2.8 Adauto Freire da Cruz (1924-1979)

Data e local de nascimento: 15/2/1924, Bananeiras-PB

Organização política: Ligas Camponesas

Data e local de morte: 13/5/1979, entre Rio de Janeiro e Teresópolis-RJ

Por muitos anos militou no Partido Comunista do Brasil (PCB). Seu primeiro contato com a literatura marxista foi em 1946 e participou das

[223] O Grupo de Trabalho "Repressão do Estado e de milícias privadas aos camponeses", da CEVPM-PB conseguiu reunir os filhos vivos de Elizabeth Teixeira, em 25/7/2014. Foram ouvidos os testemunhos dos filhos e filhas que foram distribuídos pelo pai de Elizabeth após o seu desaparecimento para a clandestinidade. Eles relataram a dor que passaram quando foram separados e o sofrimento vivido para sobreviver àquela situação.
[224] BRASIL. SEDH. CEMDP. Op. cit., p. 290
[225] BRASIL. CNV. Op. cit., p. 7.
[226] Idem, p. 10.

greves dos operários pelo abono de natal [13º salário] em Campina Grande e em Rio Tinto no final da década de 40, sendo preso por essas atividades políticas.

Era um dos membros do Comitê Estadual do PCB no estado da Paraíba e, em 1961, viajou à Cuba onde fez curso de guerrilha. Desligou-se do PCB para participar do Grupo de Julião, com atuação na área do campo, tornando-se membro da Direção Nacional das Ligas Camponesas.

Com o golpe civil-militar de 1964, ele responde a vários Inquéritos Policiais Militares e decidiu entrar na clandestinidade com o nome de Celestino Alves da Silva, indo morar no Rio de Janeiro.

Segundo o Relatório da CNV, ao relatar as circunstâncias da morte de Adauto Freire a 13 de maio de 1979, afirma que ele

> Foi surpreendido pela Polícia Militar em uma viagem de ônibus para Teresópolis. Estava acompanhado de sua esposa, Delzuíte, e voltavam de uma reunião pela Anistia Ampla, Geral e Irrestrita realizada no Rio de Janeiro. Ambos estavam no interior de um ônibus Niterói-Teresópolis, que foi parado em uma blitz. O casal transportava material de propaganda da Campanha pela Anistia, e, no momento em que o ônibus foi parado pela polícia, não tiveram tempo de esconder os panfletos. Os policiais entraram no coletivo e pediram a Adauto os seus documentos de identificação. Quando Adauto respondeu que os havia esquecido, os policiais jogaram-no para fora do ônibus e o agrediram. Os panfletos foram encontrados pelos policiais. Com as agressões, Adauto começou a respirar com dificuldade, seus lábios ficaram roxos e ele parou de falar. Segundo relato de sua esposa, ele sofreu um infarto[227].

Adauto foi sepultado em Teresópolis com o nome de Celestino Alves da Silva, porque sua companheira Delzuíte da Costa Silva tivera medo da repressão na época. Seus filhos solicitaram à CEMDP que fosse reconhecida a responsabilidade da morte pelo Estado e que recebessem novos registros de nascimento com o nome do pai verdadeiro, Adauto Freire da Cruz.

A conclusão da Comissão Nacional da Verdade foi a de que Adauto Freire da Cruz foi morto "em decorrência de ação perpetrada por agentes do Estado brasileiro, em contexto de sistemáticas violações de direitos humanos promovidas pela ditadura militar, implantada no país a partir de abril de 1964"[228]. E recomendou que o Estado brasileiro retificasse o nome de Adauto na certidão de óbito e na certidão de nascimento de sua filha Mariana da Costa Silva.

[227] Idem, p. 400.
[228] Idem, p. 403.

2.2.9 Margarida Maria Alves (1932-1983)

Data e local de nascimento: 5/8/1932, Alagoa Grande-PB
Organização política: Sindicato de Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande
Data e local de morte: 12/8/1983, Alagoa Grande-PB

Era trabalhadora rural e rendeira, uma líder incontestável do Brejo Paraibano, sendo a primeira mulher a assumir a presidência do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande-PB. Participou da criação do Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural, entidade que até hoje forma politicamente os camponeses, promove o desenvolvimento rural e urbano sustentável, o fortalecimento da agricultura familiar, a reforma agrária e a defesa dos trabalhadores sem-terra. Margarida também ajudou a fundar o Movimento de Mulheres do Brejo (MMB), uma referência para o movimento feminista.

À frente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande defendeu os direitos trabalhistas dos camponeses e camponesas da região, como carteira assinada, férias, regulamentação da jornada de trabalho, entre outras garantias. Por conta dessa sua atuação, foi odiada pelos usineiros, fazendeiros, proprietários de engenhos e patrões da região porque tiveram que responder a centenas de ações trabalhistas, por violarem direitos básicos de trabalhadores e trabalhadoras da região.

Em um dos seus discursos célebres, acontecido no dia 1º de maio de 1983, Margarida fixou uma frase para a história dos trabalhadores e trabalhadoras que lutam por seus direitos: “é melhor morrer na luta do que morrer de fome”.

Em sua homenagem, o dia 12 de agosto tornou-se o “Dia Nacional de Luta contra a Violência no Campo e pela Reforma Agrária”. Desde o ano de 2000, organizações e entidades nacionais de trabalhadoras e trabalhadores rurais promovem a Marcha das Margaridas para homenagear aquela líder camponesa e denunciar a violência no campo contra os que lutam pelo direto à terra e para reivindicar a reforma agrária no país.

Analisando as circunstâncias do assassinato de Margarida Maria Alves, a CNV assim descreveu:

> foi executada sumariamente em 12 de agosto de 1983, com um tiro no rosto de uma arma calibre 12, na presença de seu marido e de seu filho, em frente de sua residência, aos 51 anos de idade. Ela era ameaçada pelos latifundiários da região antes de seu assassinato. José Mil, proprietário do engenho Miranda já a havia agredido um ano antes de sua morte. Pouco tempo antes da execução, o dono da Usina Tanques, Agnaldo Veloso Borges, que já era acusado de ser o mandante do assassinato do líder camponês João Pedro Teixeira, morto em 1962, ameaçou Margarida de morte... Entre os mandantes da execução sumária de Margarida Alves estão Agnaldo Veloso Borges, líder

> do "Grupo da Várzea", o genro de Agnaldo e diretor da Usina Tanques, José Buarque de Gusmão Neto [conhecido como Zito Buarque] e Antônio Carlos Coutinho Regis, fazendeiro local. Outros autores denunciados ou envolvidos na execução foram o soldado da Polícia Militar da Paraíba, Betâneo Carneiro dos Santos, os pistoleiros Amauri José do Rego e seu irmão, Amaro José do Rego, bem como o motorista do veículo que conduzia os executores do crime, Severino Carneiro de Araújo [conhecido como "Biu Genésio"], que foi assassinado em 1986. Edgar Paes de Araújo, conhecido como "Mazinho", também apontado como autor da execução, foi igualmente assassinado em 1986, com indícios de que esses dois assassinatos ocorreram por conta das vítimas terem informações sobre os mandantes do crime.[229]

As manobras processuais dos advogados de defesa do médico e pecuarista José Buarque de Gusmão Neto [Zito Buarque], "acusado de ser o mandante do crime, foi realizado apenas no dia 18 de junho de 2001, ou seja, 18 anos após o assassinato de Margarida"[230]. Tudo para que o julgamento fosse adiado diversas vezes para que o acusado não fosse punido e ocorresse a extinção do processo por prescrição. Quando finalmente foi a julgamento na Comarca de João Pessoa, pelo Tribunal de Júri Popular, Zito Buarque foi absolvido como mandante do assassinato de Margarida porque "a instrução probatória e a investigação criminal do caso foram frágeis e insuficientes".

Contrariados pela impunidade gerada com essa decisão, o Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares (GAJOP), o Centro de Justiça e Direito Internacional (CEJIL), o Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH), a Comissão Pastoral da Terra (CPT), e a Fundação de Defesa dos Direitos Humanos Margarida Maria Alves (FDDH-MMA) apresentaram denúncia à Comissão Interamericana de Direitos Humanos contra a República Federativa do Brasil. A denúncia foi aceita e ainda tramita naquele órgão de direitos humanos da Organização dos Estados Americanos.

No Relatório Final da CNV, esse caso de violação aos direitos humanos foi assim descrito:

> Diante das investigações realizadas, conclui-se que Margarida Maria Alves foi executada sumariamente por particulares associados a agentes do Estado brasileiro, por motivação política e por conta de a vítima ter reivindicado direitos fundamentais de trabalhadoras e trabalhadores rurais. Essa ação foi cometida em contexto de sistemáticas violações de direitos humanos promovidas pela ditadura militar, implantada no Brasil a partir de abril de 1964[231].

[229] Idem, p. 474.
[230] Idem, p. 475.
[231] Idem, p. 479.

Passados quase 34 anos do assassinato da camponesa Margarida Maria Alves, ninguém foi punido por esse crime bárbaro contra uma liderança sindical dos trabalhadores rurais.

2.3 Os casos investigados pela CEVPM-PB

2.3.1 Os camponeses: Pedro Inácio de Araújo e João Alfredo Dias

Devido as mesmas circunstâncias do desaparecimento forçado dos líderes camponeses Pedro Inácio de Araújo [Pedro Fazendeiro] e João Alfredo Dias [Nego Fuba], eles serão tratados em um mesmo caso, diferenciando a militância de cada um e a reação dos familiares diante de tão trágica violação aos direitos humanos praticada pela ditadura militar.

Para tanto, foi feito um levantamento das informações sigilosas e confidenciais dos órgãos da repressão e matérias jornalísticas que tratassem sobre o desaparecimento, morte e ocultação dos cadáveres desses dois líderes camponeses. Ambos estavam presos no 15º Regimento de Infantaria, localizado no Bairro de Cruz das Armas, em João Pessoa. João Alfredo Dias foi solto na noite de 28 de agosto de 1964 e Pedro Inácio de Araújo na noite de 7 de setembro daquele mesmo ano. Desde então, seus familiares não têm notícias do paradeiro dos dois, causando sofrimento e um luto continuado pela ausência dos corpos para cumprir o ritual funerário e fechar o luto.

2.3.1.1 Pedro Inácio de Araújo [Pedro Fazendeiro] - (1909-1964)

Data e local de nascimento: 8/6/1909, Itabaiana-PB
Organização política: Liga Camponesa[232]
Data e local de desaparecimento: setembro de 1964, João Pessoa-PB
Filiação: Pedro Antônio Félix e Ana Maria da Conceição

Pedro Inácio de Araújo, mais conhecidos pelos companheiros das Ligas Camponesas como "Pedro Fazendeiro"[233]. Era casado com Maria Júlia de Araújo, com quem teve cinco filhos: Nadieje, Josineide, José Marinard, Walter de Araújo e Náugia.

[232] Embora a CNV tenha se equivocado afirmando que Pedro Inácio de Araújo pertencia ao PCB, na verdade ele era independente, participava das ações em conjunto com os militantes do PCB, mas não pertencia aos seus quadros.
[233] O nome Pedro Fazendeiro é um apelido que veio da juventude, quando este vendia tecido. No interior, tecido era chamado de "fazenda", daí o nome de Pedro Fazendeiro.

Depois de ser vendedor de tecidos nas feiras, Pedro Inácio foi trabalhar de bombeiro em um posto de gasolina na cidade de Sapé. Posteriormente, conseguiu arrendar um pedaço de terra na propriedade chamada de Miriri, zona rural do município de Sapé.

Como camponês, Pedro Fazendeiro conheceu a real brutalidade com que os proprietários de terra exploravam e oprimiam os camponeses. Revoltado, se juntou a João Pedro Teixeira e João Alfredo Dias para fundar a Associação dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas de Sapé [conhecida como Liga Camponesa de Sapé], em solenidade realizada no mês de fevereiro de 1958, sendo eleito 2º secretário daquela entidade. Em maio daquele ano, ele viajou para participar do 1º Congresso dos Trabalhadores da Paraíba em João Pessoa, em companhia de João Pedro Teixeira, vice-presidente da Liga de Sapé, e João Alfredo Dias, orador daquela Liga.

A fama da vitória de cerca de mil e quinhentos moradores do Engenho Miriri contra os latifundiários, localizado entre Sapé e Mamanguape, onde morava Pedro Fazendeiro, influenciou na filiação de milhares trabalhadores à liga sapeense. Depoimento importante sobre isso, foi dado pelo ex-deputado Assis Lemos em seu livro "Nordeste, o Vietnã que não houve: ligas camponesas e o golpe de 64":

> Camponeses de outras fazendas foram se associando, graças ao exemplo de seus companheiros de Miriri, que já conquistavam algumas vitórias – como a redução das condições de pagamento do foro e redução dos dias de cambão. Pode-se dizer que tais conquistas foram resultado do trabalho de proselitismo desenvolvido, nos dias de feira, por João Alfredo Dias, João Pedro Teixeira, Pedro Fazendeiro, Ivan Figueiredo e outras lideranças locais e também a presença de pessoas da Capital como Leonardo Leal, José Gomes da Silva e eu. A Liga deixava de ser uma entidade a reboque do PSD e ganhava vida própria. [234]

A militância de Pedro Fazendeiro ganhou tanto prestígio que ele viajou a Cuba, em 1962, como convidado pelo governo socialista daquele país, em companhia de Francisco Julião, Leonardo Leal, José Pires Sá e seu companheiro da Liga Camponesa de Sapé, Ivan Figueiredo.

No prontuário nº 973 do arquivo do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS-PB??), consta informações que comprovam a liderança de Pedro Inácio de Araújo:

> Agricultor, agitador comunista ativo. Líder natural. Esteve em Cuba, era 2º secretário das ligas camponesas em Sapé/PB. Tomou parte em quase todas as concentrações de camponeses e comícios de caráter subversivos. Liderava os camponeses da região do Mirirí, elemento convicto, atuante e perigoso. Lugar Tenente de Assis Lemos.

[234] SOUZA, Francisco de Assis Lemos de. **Nordeste, o Vietnã que não houve**: ligas camponesas e o golpe de 64. Londrina: Editora da UEL; João Pessoa: Editora da UFPB, 1996, p. 33.

Por conta dessa sua atuação contra os latifundiários no período das Ligas Camponesas, Pedro Fazendeiro sofreu dois atentados contra sua vida. O primeiro ocorreu na noite 28 de dezembro de 1962, em Sapé, quando ia passando pela calçada de uma serralheria, um homem se passando de vigia disparou dois tiros de Colt 45 [arma privativa das Forças Armadas]. Não podendo atirar mais porque alunos da Academia do Comércio começaram a gritar, o sicário fugiu por um dos becos escuros. Pedro foi socorrido e levado ao Hospital Sá Andrade, sendo atendido pelo médico Vicente Roque. Um dos tiros perfurou seriamente a omoplata esquerda e destruiu o fêmur direito, sendo obrigado a serem reconstituídos com platinas.

O segundo atentado foi presenciado pelas filhas Nadieje e Josineide. Aconteceu em Itabaiana, no dia 11 de setembro de 1962. Pedro Fazendeiro e o então deputado estadual Assis Lemos foram àquele município para debater, com a diretoria da liga camponesa local, sobre a escolha dos nomes que iriam compor o quadro de funcionários do Posto Médico do SAMDU de Itabaiana. Assis Lemos lembrou esse fato:

> Pedro necessitou ir ao sanitário e eu fiquei aguardando-o, sentado, lendo um jornal. Penetraram, no recinto, umas dez ou doze pessoas e perguntaram por Pedro. O rapaz que estava conosco foi chamá-lo. O que parecia o chefe da turma, Manfredo Veloso Borges, perguntou a Pedro quem eu era e, diante da resposta, disse: 'Este é para matar'. Um deles tirou o revólver da cintura e os demais fizeram um círculo ao meu redor. Levantei-me e parti para romper o cerco, quando um deles me segurou pelos ombros e me deu uma violenta joelhada nos órgãos genitais. Foi tão forte a pancada que me jogou para o alto, indo cair na calçada, fora do prédio. Era dia de feira. Entrei no meio das pessoas que se encontravam na rua e fui procurar a Polícia. Pedro Fazendeiro ficou sendo espancado no interior do prédio. Encontrei o Delegado que seguiu comigo de volta à Sede da Liga. Lá encontramos Pedro Fazendeiro caído no chão, ensanguentado. Os criminosos haviam desaparecidos. Um cidadão, que jamais soube quem era, prontificou-se a dirigir meu jipe até João Pessoa.[235]

Com o golpe de abril de 1964, foi implantado o terror no município de Sapé. Soldados da Polícia Militar e do Exército, auxiliado por jagunços contratados pelo latifúndio, ocuparam a cidade e as propriedades onde residiam os camponeses, prendendo e espancando suas lideranças. Pedro Fazendeiro conseguiu fugir ao cerco, mas sua casa foi invadida várias vezes pelo aparato policial, gerando medo e constrangimento para sua esposa e filhos.

No dia 8 de maio de 1964, depois de conversar com a família, Pedro Fazendeiro decidiu se apresentar ao 15º Regimento de Infantaria (RI) do Exército, localizado no bairro de Cruz das Armas, em João Pessoa. Foi logo preso, saindo daquela guarnição apenas para responder, no 1º

[235] Depoimento de Assis Lemos ao membro da CEVPM-PB, Waldir Porfírio, em 15/7/2013.

Grupamento de Engenharia do Exército, ao Inquérito Policial Militar sobre a "Subversão na Paraíba", sob a responsabilidade do major Ney Aquino.

Quem comandava o 15º RI era o coronel Ednardo D'Ávila Mello[236], famoso em interferir na vida política da Paraíba, ajudando os latifundiários do Grupo da Várzea a invadir as áreas das ligas camponesas para "treinamento" do exército. Existia naquele quartel o major José Benedito Montenegro de Magalhães Cordeiro, o Major Cordeiro, este tido como terror dos presos políticos por conta dos maus tratos a que eram submetidos. Ganhou mais força quando foi encarregado para conduzir o Inquérito Policial Militar do "Grupo dos Onze", que apurou as relações políticas de paraibanos com o ex-governador gaúcho Leonel Brizola (Anexo 4 - Indiciados no IPM "Grupo dos Onze").

Pedro Fazendeiro sempre era levado para a sala de interrogatórios, como Nêgo Fuba e Assis Lemos, para que respondesse ao Major Cordeiro a mesma pergunta: "quem matou o fazendeiro Rubens Régis"?[237]

O testemunho de Assis Lemos foi enfático: "Sobre o comando da comissão do Major José Benedito Montenegro de Magalhães Cordeiro. Eu não esqueço nunca esse nome. Estávamos sendo acusados de ter assassinado um fazendeiro Rubens"[238]. Neide Araújo, filha de Pedro Fazendeiro também confirmou esse fato:

> no dia 6 de setembro de 1964, minha mãe perguntou assim a ele: "Pedro, você tem alguma previsão, alguma esperança de sair daqui?" E ele disse: "Marie, – que era assim que ele chamava minha mãe – eu não tenho nenhuma esperança. O Major Cordeiro quer que eu diga coisas que eu não sei."
> Então, era exatamente o Major Cordeiro que queria que meu pai dissesse onde tinha armas, falasse sobre a morte de Rubens Régis. Então, ele disse que não tinha esperança de sair. E 6 de setembro, foi a última data que eu vi meu pai[239].

Pedro Fazendeiro foi "solto" do 15º RI na noite do dia 7 de setembro de 1964 e está desaparecido até os dias de hoje. A família e seus companheiros de prisão convergem para uma

[236] Mais tarde, a 19/1/1976, quando era comandante do II Exército, foi exonerado do cargo por conta da repercussão das mortes sob tortura do jornalista Vladimir Herzog e do operário Manoel Fiel Filho nas dependências do DOI-CODI, em São Paulo, sob sua responsabilidade.
[237] O fazendeiro Rubens Régis era tesoureiro da Liga dos Latifundiários (LILA). Numa noite, que era o momento que agiam, ele e outros proprietários foram derrubar um casebre de um camponês. Quando se aproximaram houve resistência e do casebre saiu um tiro que atingiu Rubens Régis e o matou. Os latifundiários acusaram Assis Lemos, que estava no Rio de Janeiro nessa noite, e outras lideranças das ligas camponesas. O golpe civil militar foi o momento exato da vingança.
[238] Depoimento de Francisco de Assis Lemos de Souza Audiência Pública sobre "Perseguição às Ligas Camponesas na Paraíba", realizada em Sapé no 15/7/2014, promovida pela CEVPM-PB, CNV e Frente Parlamentar pela Verdade.
[239] Idem, p. 18.

mesma versão, responsabilizando Major Cordeiro pela entrega daquele líder camponês à sanha dos latifundiários paraibanos.

Testemunhos sobre esse fato foram relatados na audiência pública da CNV, CEVPM-PB e Frente Parlamentar pela Verdade. Disse Assis Lemos: "É uma oportunidade muito grande que eu quero aproveitar exatamente para denunciar que quem se encarregou de entregar aos matadores Luiz de Barros da polícia militar, foi o coronel Cordeiro, do 15 Regimento de Infantaria"[240].

Por sua vez, Neide Araújo, filha de Pedro Fazendeiro, lembrou detalhes da conversa que ela teve com o Major Cordeiro[241]:

> Muitas vezes, fui ao 15° RI pedir ao Major Cordeiro: "Major, eu não estou pedindo ao senhor que solte meu pai. Mas, eu estou pedindo ao senhor que o senhor diga onde ele está, porque ele só ficou com a roupa do couro – porque no dia 6, quando foi o último dia que minha mãe falou com ele junto comigo, ele só tinha ficado com o pijama do couro, a pouca roupa que ele tinha ela tinha trazido para lavar." E ele dizia assim: "Seu pai eu soltei." E eu dizia: "O senhor não soltou o meu pai porque o meu pai não chegou em casa." E ele dizia: "Seu pai foi embora pra Cuba." E eu dizia: "Meu pai não foi embora pra Cuba porque eu conheço o pai que eu tenho, e ele jamais faria uma coisa dessa. Podia acontecer o que acontecesse, ele chegaria e comunicaria a gente."

Dona Maria Júlia de Araújo procurou informações sobre o paradeiro do marido em vários quartéis do exército na Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte. Sempre que chegava uma intimação para que Pedro Inácio de Araújo comparecesse em juízo para responder pelo Inquérito Policial contra ele, Dona Júlia ia em seu lugar para provar que seu marido estava desaparecido.

Após o desaparecimento de Pedro Fazendeiro, a família passou por várias privações, sendo obrigada a sair da casa onde morava, em Oitizeiro, hoje Bairro do Novais, para residir num casebre no mesmo bairro, construído num terreno de um sobrinho de Pedro, Manoel Barbosa. A situação do casebre era deprimente, chegando ao ponto de que, quando chovia, ele ficava inundado, obrigando a todos, Dona Maria Júlia e seus cinco filhos, a irem dormir amontoados num dos quartos, sob a égide do frio.

A alimentação começou a faltar, fazendo com que os vizinhos doassem comida para a família e quando isso não acontecia, as crianças saiam e iam pescar no Rio Jaguaribe.

> A minha mãe inventava lá para a gente comer, inventava lá dentro do possível, inventava umas comidas com farinha, sempre era coco ralado com açúcar e farinha ou então açúcar com farinha a gente lanchou muito isso a tarde, não

[240] Idem, p. 6.
[241] Idem, p. 19.

> tem o que comer, né? A gente com fome preparava açuquinha ali no copo com farinha a gente comia, cuscuz com garapa de açúcar, e assim foi, foi na época justamente que ela recebeu a máquina de costura[242].

A máquina de costura foi uma doação dos companheiros de Pedro Fazendeiro, após visita do médico Malaquias Batista, que constatou a situação de penúria daquela família. Como Dona Julia já tinha experiência com costura e costurava dia e noite para atender as encomendas. Porém, quando estas faltavam, a família passava dificuldades novamente.

Para complementar a renda familiar, Walter Araújo, com 13 anos, foi trabalhar na construção civil, enquanto que as filhas mais velhas Nadieje e Josineide, ainda adolescentes, conseguiram emprego em estabelecimentos comerciais de João Pessoa. Uma delas sofreu assédio sexual, disse Náugia em seu testemunho:

> houve um assédio sexual com as duas ou uma das minhas irmãs, porque descobriram que elas eram filhas de Pedro Fazendeiro. E a proposta foi o seguinte: Se elas cedessem, continuariam no trabalho, senão estariam demitidas. Eu não sei se as duas no mesmo local, mas eu sei que tem essa história na vida de uma delas ou das duas, não sei precisar exatamente [243].

O assédio foi confirmado pelos demais filhos. A vítima [a CEVPM-PB decidiu omitir o nome] nunca falou para a mãe porque não aconteceu "as vias de fato. Mais ele me assediava com palavras, com propostas, mais eu nunca falei isso pra minha mãe. Eu não dizia a ela porque eu sabia que precisava daquele emprego e que ela precisava daquele dinheiro".

José Marinard foi outro que sofreu perseguição após o desaparecimento do pai. Injustamente, um dia foi preso quando usava uma bicicleta do cunhado [Clovis, que foi casado com Nadieje]. Dona Júlia, logo quando soube do fato, procurou o dono e foi com ele na delegacia para soltar o rapaz. Após esse episódio, surgiram notícias, vindo de cabo Chiquinho, um dos assassinos de João Pedro Teixeira, de que estavam tramando a morte de um dos filhos de Pedro Fazendeiro. Nesse momento, a genitora tomou a decisão de mandar José Marinard para o Rio de Janeiro, onde reside até hoje[244].

Com o advento da anistia política de 1979, quando os presos estavam recebendo liberdade, os exilados voltando ao país, os clandestinos retornando à cidadania, a esperança de reencontrar Pedro Fazendeiro foi reascendida na família.

---

[242] Testemunho de Walter Araújo dado à CEVPM-PB, em oitiva realizada pelos Grupos de Trabalho "Mortos e Desaparecidos Políticos", "Repressão do Estado e de Milícias Privadas aos Camponeses" e "Ditadura e Gênero", da CEVPM-PB, em 11/4/2014.
[243] Testemunho de Náugia Araújo. Idem.
[244] A CEVPM-PB trouxe José Marinard a João Pessoa para que prestasse um testemunho aos Grupos de Trabalho "Repressão do Estado e de Milícias Privadas aos Camponeses" e "Mortos e Desaparecidos Políticos".

> Então, quando surgiu aí a anistia, nossos corações, nossas almas voltaram a ter essa expectativa, essa esperança de que pai chegaria. De alguma forma ele voltaria. Eu, como sempre alimentei muito esse sonho de que meu pai voltaria e isso durou muito tempo, para mim foi uma festa e uma ilusão muito grande. E uma decepção muito grande também depois, de ver e ouvia-se falar de quem voltou e de quem estava voltando, as reportagens e essas coisas todas. E eu ficava pensando "quem sabe amanhã o meu pai não volta?"[245].

Dona Maria Júlia não compartilhou desse momento esperançoso dos filhos com a aprovação da Lei de Anistia Política, porque sempre acreditou de que era Pedro Fazendeiro um dos dois corpos encontrados carbonizados e mutilados em Alcantil, localidade às margens da rodovia que interliga Campina Grande e Caruaru.

2.3.1.2 João Alfredo Dias (Nego Fuba)

Data e local de nascimento: 23/6/1932, Sapé-PB

Organização política: Partido Comunista Brasileiro (PCB)

Data e local de desaparecimento: setembro de 1964, João Pessoa-PB

Filiação: Alfredo Ulisses Gonçalo e Amélia Gonçalo Dias

João Alfredo Dias, o Nego Fuba[246], era solteiro e tinha como irmãos José Alfredo Dias e Marina Dias. "Um homem moreno, de baixa estatura, calmo, dono de uma inteligência espantosa, grande poder de argumentação e extremamente dedicado à política e aos pobres... Aprendeu a ler nos jornais e em pouco tempo estava lendo tudo, entendia de muitos assuntos", essa é a definição de João Alfredo Dias feita pelo seu irmão José Alfredo, em matéria publicada no jornal O Norte de 26 de agosto de 1995.

O início da militância política de João Alfredo Dias só foi descoberto pela CEVPM-PB, ao encontrar um prontuário no Arquivo Público de Pernambuco, aberto em 6 de janeiro de 1956, constando uma autobiografia, feita à mão por Nego Fuba, para o PCB[247]. Isso só veio confirmar o que escrevera Waldir Porfírio sobre a participação de Fuba no curso de formação do partido:

> Nos primeiros anos da década de 50, pretendendo reforçar ideologicamente os militantes do PCB daquela área camponesa, o sapateiro João Alfredo Dias, o "Nego Fuba", como era conhecido, foi enviado pelo Comitê Estadual do PCB

[245] Testemunho de Náugia Araújo dado à CEVPM-PB, em oitiva realizada pelos Grupos de Trabalho "Mortos e Desaparecidos Políticos", "Repressão do Estado e de Milícias Privadas aos Camponeses" e "Ditadura e Gênero", no dia 11/4/2014.

[246] O apelido de Nego Fuba se deve ao fato de ser moreno e ter um cabelo que parecia uma fuba. Daí, como ele era gozador, brincava com todo mundo, botaram esse apelido que marcou toda a trajetória da sua vida.

[247] À época para um militante fazer algum curso do PCB era obrigado a fazer uma autobiografia para o Comitê Central, que analisaria e aprovaria a participação do militante. A Secretaria de Segurança de Pernambuco conseguiu, em meados da década de 50, apreender todas as autobiografias dos militantes comunistas. A de Nego Fuba recebeu a numeração 227.

> para participar de um curso de formação política em Recife, que durou quase um mês.[248]

No documento ele diz pertencer a religião protestante, que é filho de camponês e seu codinome nas reuniões clandestinas do partido era "Walfredo" ou "José". Recebia conselho dos pais para abandonar o partido. Logo após, faz um relato importante sobre sua vida, militância, que fora preso três vezes até o início da década de 50, numa delas foi torturado.

> Nasci na cidade de Sapé, Estado da Paraíba, em 24 de julho de 1932. Grau de instrução: simplesmente elementar (3º ano). A primeira profissão que exerci foi ajudando meus paes no campo, comecei com a idade de 10 anos e atualmente exerço a profissão de sapateiro, numa pequena sapataria no município de Sapé - Paraíba.
> Antes de entrar para o partido, a luta que participei foi na campanha eleitoral de 1945. Tomei o primeiro contato com a literatura marxista e com os membros do Partido na campanha eleitoral de 1945. Estive como simpatizante 2 anos. Fui recrutado para o P. em 1947, através da minha participação na propaganda do P. nas eleições e na distribuição da Imprensa Popular. Logo que entrei para o P. passei a atuar na célula.
> Participei de uma luta camponesa de maneira restrita e cequitária, participei de uma grande passeata pelha melhoria da energia eletrica nela tomei uma posição de um revolucionário. Nunca estive desligado do P. as vezes tenho manifestado tendencias cequitária.
> Nunca passei para o curso. Já estive preso três vezes e fui submetido a tortura, nenhuma vez nunca estive processado. Se for preso tomarei a posição de um verdadeiro comunista guiado pelo exemplo de Prestes e de seus companheiros.
> As minhas aptidões nas atividades do P. é propaganda e Imprensa. Tenho tido preocupação em elevar o meu nível político e ideológico através da leitura da matéria do Partido.
> Sou solteiro. Ocupo atualmente o cargo de secretário do C. D. de Sapé-PB.
> Nome próprio: João Alfredo Dias – nome de guerra: Walfredo.
> Pessoas que me conhecem no Partido: Manuel Barbosa – João Pedro – Anatasio Assunção – Manuel Carlos Fernandes – Manuel Porfírio da Fonseca Freire (conhecido por Ramon) e José Cavalcanti[249].

Alfredo Ulisses, pai de João Alfredo, morava na propriedade da usina Santa Helena, de Renato Ribeiro Coutinho, onde plantava cana-de-açúcar. Era violento, batia constantemente na esposa, fato revoltante para Nego Fuba, que decidiu sair do sítio e fosse morar num quarto na cidade de Sapé. Com a morte da sua genitora, ele abrigou sua irmã Marina Dias até ela casar, em junho de 1961[250].

O retorno de João Pedro Teixeira para a zona rural de Sapé foi um grande reforço para as intenções estratégicas do PCB, já que ele era filiado ao Partido e tinha a experiência de

[248] PORFÍRIO, Waldir. **Bandeiras Vermelhas:** A presença dos comunistas na Paraíba (1900 – 1960). João Pessoa. Texto Arte, 2003, p. 220.
[249] Prontuário individual João Alfredo Dias - 5421-05. APEJE-PE. Arquivo da CEVPM-PB.
[250] Testemunho prestado por Marina Dias no dia 6/9/2013, aos Grupos de Trabalho "Repressão do Estado e de Milícias Privadas aos Camponeses" e "Mortos e Desaparecidos Políticos".

sindicalista por ter sido presidente do Sindicato dos Operários da Pedreira de Jaboatão-PE. Assim, na casa de João Pedro no ano de 1955, se reuniram Nego Fuba, Pedro Fazendeiro e o dentista Leonardo Leal para as primeiras discussões visando a organização dos camponeses para lutar contra a violência e exploração do latifúndio. Outras reuniões foram realizadas na sapataria de Nego Fuba, com a presença, além dos já citados, do agrônomo Assis Lemos.

Quando da fundação da Associação dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas de Sapé (Liga Camponesa de Sapé), em fevereiro de 1958, Nego Fuba já era conhecido pelos célebres discursos que fazia nos atos contra a violência no campo e foi escolhido para o cargo de Orador na diretoria daquela entidade, juntamente com o pequeno proprietário Severino Alves Barbosa, presidente, João Pedro Teixeira, vice-presidente, Pedro Fazendeiro, primeiro secretário, Severino José da Silva, segundo secretário, e Walter Acioly, tesoureiro[251].

> Até fins da década de 50, nos campos paraibanos, vigorava o silêncio agrário traduzido como a tranquilidade dos coronéis, protegidos pelo aparelho repressivo do Estado e por seus vigias e jagunços. Não permitiam nem em pensamento que se falasse em organização dos camponeses. [...] O campesinato despertou com força total e conseguiu, pela primeira vez, questionar o monopólio da terra e o poder vitalício das oligarquias rurais. [...] As Ligas levaram ao conhecimento das autoridades da Capital abusos e arbitrariedades que aconteciam, sistematicamente, nas usinas, fazendas e engenhos, pleiteando justiça e direitos. [...] Os proprietários viam agora seus sagrados nomes de família arrolados nos Anais da Justiça e denunciados na Assembleia Legislativa, na imprensa e na Câmara dos Deputados.[252]

Visado por ser uma das grandes lideranças da Liga Camponesa de Sapé, a casa de Nego Fuba foi invadida duas vezes por soldados do exército, antes de 1964. Eles diziam que estavam procurando armas que tinham vindo da China e de Cuba, os dois países que João Alfredo havia visitado e feito cursos formação política e de guerrilhas.

Lembrando da trajetória e participação na política de João Alfredo Dias, o ex-deputado e jornalista Jório Machado assim se expressou na audiência da Comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal para debater os casos dos mortos e desaparecidos paraibanos:

> Nego Fuba exercia uma liderança diferente da de Pedro, era um orador popular, espetacular, um comunicador, com uma capacidade de comunicação fora do comum. Era assim uma liderança que aparecia mais. Vereador eleito com votação espetacular no Município de Sapé, que era o centro, o ponto da comunidade internacional, preocupada com o problema da luta pela reforma agrária no Brasil e da organização das Ligas Camponesas[253].

---

[251] SILVA, Waldir Porfírio. **Bandeiras Vermelhas** – a presença dos comunistas na Paraíba de 1900/1962. João Pessoa: Texto Arte, 2003.
[252] BENEVIDES, Cezar. **Camponeses em Marcha.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985, p. 79-80.
[253] PARAÍBA. Apanhado taquigráfico da audiência da Comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal e da Comissão da Defesa da Cidadania, Criança e Adolescente do Poder Legislativo Estadual paraibano, realizada em 24/8/1995 para ouvir os depoimentos de familiares e amigos dos paraibanos mortos e desaparecidos políticos.

Nas eleições municipais de 1963, João Alfredo Dias foi eleito vereador de Sapé, pelo Partido Social Democrático (PSD)[254], com 400 votos, correspondente a 4,46% dos votos válidos. O candidato a prefeito foi seu companheiro de Liga Camponesa Ivan Figueiredo de Albuquerque (PSD), que perdeu as eleições para o latifundiário Cassiano Ribeiro Coutinho, por uma diferença de 519 votos.

De sapateiro, Nego Fuba transformou-se em enfermeiro, quando foi contratado pelo Governo Federal para ser servente do SAMDU. Não tendo instrução na área da saúde para a profissão, mas possuindo uma inteligência invejável, aprendeu com o enfermeiro Jota Barros a aplicar injeção e fazer curativos. A nova profissão fascinava João Alfredo, fazendo com que não faltasse aos plantões e residisse num dos quartos daquele órgão de assistência à saúde.

No dia do golpe civil-militar, em dia 1 de abril de 1964, Nego Fuba fugiu do cerco dos policiais do exército e da PM da Paraíba em Sapé, com ajuda dos médicos Delosmar Mendonça e Alceu Colaço. Marina Dias conta como aconteceu a fuga:

> Quando escutaram no rádio de madrugada aí ele [Delosmar] pegou mais Dr. Alceu e botou ele [Nego Fuba] numa ambulância e foi levar para uma fazenda que Dr. Alceu tinha lá para dentro de Guarabira. A polícia parou o automóvel e falou: "vamos abrir aí pra ver o que é que tem aí dentro dessa ambulância". Aí esse doutor [Delosmar] falou assim: "nós estamos levando uma mulher para ganhar neném"[255].

Esse fato aconteceu na quarta-feira e só no sábado pela manhã, dia 4 de abril, foi que os soldados do exército descobriram que era na fazenda do médico Alceu Colaço onde João Alfredo estava escondido. Foi preso e levado para a delegacia de Sapé. Suspeita Marina Dias que alguém denunciou o lugar.

Na parte da tarde daquele sábado, Nego Fuba foi recambiado para o 15º RI de João Pessoa, num caminhão do exército, junto com outros presos políticos da região. A irmã Marina Dias foi visitá-lo no domingo e quando lhe informaram que ele estava numa cela incomunicável.

De volta num ônibus para a rodoviária de João Pessoa, Marina escuta uma conversa entre dois soldados do exército como os presos de Sapé estavam sendo tratados no 15º RI

---

[254] Disponível em: <http://www.tre-pb.jus.br/eleicoes/eleicoes-anteriores/resultados-de-eleicoes>. Acesso em: 24 fev. 2017. Há uma inconsistência quanto ao partido de João Alfredo Dias. No site do TRE diz que ele foi candidato pelo PSD, enquanto que a resolução da Câmara Municipal de Sapé que cassou o seu mandato consta que ele era filiado ao Partido Socialista Brasileiro (PSB).

[255] Testemunho prestado por Marina Dias no dia 6/9/2013, aos Grupos de Trabalho "Repressão do Estado e de Milícias Privadas aos Camponeses" e "Mortos e Desaparecidos Políticos", da CEVPM-PB. Arquivo da CEVPM-PB.

naqueles primeiros dias do golpe. Ela se intromete e pergunta pelo irmão. Assustados, eles dizem que não podem falar nada do que acontece no quartel. Após Marina insistir quase chorando, um dos soldados relatou que "bateram muito nele... mas, ele está andando... bateram muito nas costas dele"[256].

Marina só conseguiu ver Nego Fuba no final de maio de 64. Na opinião dela, apesar dele negar, estava inchado porque

> bateram muito nos rins dele, Ivan Figueiredo depois me contou também. Aí eu falei assim: mas, não quebraram nada seu não? Aí ele levantava assim a camisa e falava: olhe, olhe e olhe não tenho nada quebrado não minha irmã eu estou bem, só falava assim. Mas diz que ele ficou com problema, e eu notei ele assim meio pálido até o retrato que eu tenho aqui eu noto ele assim[257].

Em 19 junho de 1964, por decisão do Conselho Permanente da Justiça Militar (CPJM), João Alfredo teve sua prisão preventiva revogada e comunicada, no mesmo dia, aos Comandantes do 1º Grupamento de Engenharia e 15º RI:

> Após as averiguações realizadas, não se configurando qualquer das condições que justificam a solicitação de novo período de 30 dias de prisão preventiva [presunção de periculosidade; retomar a prática criminosa; e prejuízo às investigações ou aplicação da lei penal] passou este encarregado a agir estritamente dentro do espírito da lei, isto é, solicitar o relaxamento da prisão ao órgão competente, no caso o CPJM, ou liberar aqueles que já contavam mais de 30 dias de prisão. [258]

Maria Dias lembrou que no intervalo que ele foi solto até nova prisão 15 dias depois, Nego Fuba ficou em Sapé dormindo no quarto dele e, às vezes, passeava pelas nas ruas daquela cidade. Seu pai e o irmão ofereceram dinheiro para João Alfredo fugir para o Rio de Janeiro: "Ele falou: não eu não vou embora eu vou ficar aqui, eu mostro que eu sou um homem eu não vou correr. Aí ele ficou, com uns quinze dias foi preso de novo"[259].

Com essa nova prisão Nego Fuba não ficou mais "incomunicável". Sua irmã passou a visitá-lo todos os domingos.

> eu me lembro como hoje eu entrava assim pelo corredor e falava com ele numa grade, ele do lado de lá e eu do lado de cá... eu sei que a última vez que eu visitei ele, ele falou assim pra mim: "olhe Marina quando eu sair daqui, eu estou pra sair daqui vão me soltar não sei quando mais tá parecendo que eu vou sair logo daqui. Agora, quando eu sair daqui eu não vou dormir mais

[256] Idem.
[257] Idem.
[258] IPM da Subversão na Paraíba. Conselho Permanente da Justiça Militar. 3/6/1964. fl.1342-1346. Arquivo da CEVPM-PB.
[259] Testemunho prestado por Marina Dias no dia 6/9/2013, aos Grupos de Trabalho "Repressão do Estado e de Milícias Privadas aos Camponeses" e "Mortos e Desaparecidos Políticos". Arquivo da CEVPM-PB.

> nenhuma noite em Sapé eu vou embora, pode dizer ao meu pai". Aí ele falou assim: "chega de sofrer, chega de fazer você sofrer porque nisso tudo quem está sofrendo só é você, porque você sai de lá e vem me visitar e ninguém vem me visitar só você. Eu não tiro a razão do meu pai, porque meu pai trabalhava na roça, nem tiro a razão do meu irmão"... Aí eu falei assim: "meu irmão você vai me dar esse gosto? Você vai embora?" E ele falou assim: "vou, eu te prometo que vou". Aí eu ainda perguntei assim pra ele: "você quer algum dinheiro?" Ele falou: "não. Aí ele me falou assim: eu tenho 32 cruzeiros".

No dia 29 de agosto de 1964, João Alfredo Dias foi liberado do 15º RI, um sábado à noite, contra a vontade dos seus companheiros de cela. Está desaparecido desde essa data e foi o primeiro desaparecido político do regime civil militar.

Uma informação chegada ao IV Exército, em 31 de agosto de 1964, dava uma versão enganosa de que "João Alfredo Dias (Nego Fuba), após ser liberado do IPM, esteve em ação novamente em SAPÉ, reanimando os camponeses para a continuação da luta, pregando de casa em casa"[260]. Quem repassou a informação teve o intuito de esconder a verdade sobre o sequestro de Nego Fuba dois dias antes.

Na Justiça Militar João Alfredo Dias foi denunciado como agitador, porque

> Desempenhava a função de orador da Liga Camponesa de Sapé, incitando todos à subversão. Visitou a China Popular e a União Soviética e, ao regressar, em seus discursos, fazia elogios ao regime dos países visitados. Diz-se, abertamente, que fizera cursos de guerrilhas na União Soviética e na China e que, em Sapé, ministrava essa instrução a camponeses. Sem qualquer dúvida, era um comunista atuante, agitador violento, a serviço do Comunismo Internacional[261].

O Relatório do Inquérito Policial Militar sobre a Subversão na Paraíba reproduz parte da denúncia de que ele era agitador, orador da liga camponesa, visitara à União das Repúblicas Socialistas Soviéticas e China, fez cursos de guerrilhas nesses países e ensinava aos camponeses o que aprendera nesses países. "Todavia, não há quaisquer provas, documentais ou testemunhais a esse respeito, parecendo que tais notícias se fundamentam em conjecturas"[262].

2.3.1.3 A Assembleia Legislativa da Paraíba e o desparecimento dos camponeses

Enquanto as famílias de Pedro Fazendeiro e Nego Fuba tentavam buscar alguma informação sobre os dois por todos os quartéis, a notícia do desaparecimento dos líderes camponeses se espalhava. Coube aos companheiros de prisão a tarefa de divulgá-la com o

[260] BR_DFANBSB_N8_0_PRO_CSS_0030_0004_d0001de0001. Arquivo da CEVPM-PB.
[261] Denúncia contra João Alfredo Dias no Justiça Militar, fls 521 e 522. Arquivo da CEVPM-PB.
[262] Relatório do IPM da Subversão na Paraíba, fl. 1638. Arquivo da CEVPM-PB.

objetivo de obter ajuda das lideranças e intelectuais da Paraíba, exigindo que as autoridades estaduais e federais tomassem alguma providência sobre o assunto.

Mas, foi um panfleto anônimo denunciando o desaparecimento dos dois camponeses que surtiu efeito. O deputado estadual Joacil de Brito Pereira, braço direito do regime militar na Paraíba, assumiu a tribuna da sessão da Assembleia Legislativa, no dia 16 dezembro de 1964, para fazer a defesa "Revolução" e exigir que fosse apurada a denúncia do desaparecimento dos dois líderes camponeses.

> O orador leva ao conhecimento da Casa a existência de uma carta-denúncia, que tem em mãos, e deseja levar ao conhecimento de seus pares, das autoridades e de toda a opinião pública paraibana; muito especialmente porque é dos mais graves o assunto que a mesma encerra.
> Diz o orador que, quando profligou os atentados praticados pelos comunistas contra a propriedade alheia, e mesmo contra vidas humanas, citando como exemplos o trucidamento ao proprietário Rubens Régis e a hecatombe de Mari, fez dentro de seu espírito cristão e pelas suas convicções democráticas.
> Agora, do mesmo modo, vem trazer ao conhecimento da Assembleia que recebeu uma carta firmada por vários estudantes, em que denunciam o desaparecimento dos cidadãos Pedro Inácio de Araújo (Pedro Fazendeiro) e João Alfredo Dias (Nêgo Fuba), depois que foram liberados pelo exército, onde estiveram presos para averiguações, acusados que eram da prática de subversão.
> Faz apelos aos Srs. Comandante da Guarnição Federal, Governador do Estado e Secretário de Segurança Pública, para que abram inquérito sobre o caso.
> Não é justo – diz o orador – a Paraíba assistir humilhada, que em nome da Revolução, se venha praticar o rapto, o homicídio, a fuga ou o envio desses indivíduos a um país comunista, como meio de impopulizar (sic) o Movimento Revolucionário. Levantando estas quatros hipóteses, solicita que a Mesa determine a transcrição da mencionada carta nos Anais da Assembleia, e cópias autenticadas sejam feitas, para que figure em processos certamente feitos em apuração da verdade.

Em seu livro de memórias, Joacil de Brito relembra os apelos que fizera da tribuna da Assembleia à guarnição federal e ao governo do Estado para apurar o sumiço dos camponeses. "A filha de Pedro Fazendeiro chegava a dizer que seu pai e o seu companheiro "Fuba" foram assassinados por elementos da Polícia Militar. Depois de soltos, policiais esperando por eles, na Praça Bela Vista. Teriam sido avisados da soltura, por pessoas do quartel do 15º RI" [263]. Joacil, aparentemente, não quis se comprometer com o sequestro e assassinato dos líderes camponeses, atribuindo a uma filha de Pedro Fazendeiro a autoria da denúncia.

O Grupo de Trabalho "Mortos e Desaparecidos Políticos", da CEVPM-PB, encontrou a cópia de um ofício (SSP/181) no Arquivo da Assembleia Legislativa da Paraíba, datado de 17 de fevereiro de 1965, emitido pelo Secretário de Segurança Pública da Paraíba, Renato Macário

[263] PEREIRA, Joacil de Brito. **A vida e o tempo**: memórias. João Pessoa: Editora da UFPB, 1997, p. 102.

de Brito, ao Governador do Estado Pedro Gondim, esclarecendo que a participação da Polícia Militar nesse caso das duas lideranças camponesas [Pedro Fazendeiro e Nego Fuba]), foi o de prendê-los e entregar à Guarnição Federal.

> As autoridades públicas estaduais só tiveram sob sua responsabilidade os citados líderes até a apresentação dos mesmos àquela Organização Militar: Pedro Inácio de Araújo e João Alfredo Dias, ainda em abril de 64, tendo este último estado na Delegacia de Ordem Política e Social, entre 5 e 9 de maio para interrogatório, voltando em seguida ao 15 RI nenhum controle teve mais esta Secretaria sobre os mesmos[264].

O documento peca ao informar que Pedro Inácio de Araújo também foi entregue ao exército em abril de 1964, porque este estava foragido naquele mês e só se entregou ao 1º Grupamento em maio daquele ano. Mas, o intuito daquela comunicação foi o de distanciar os órgãos de repressão do governo do Estado da Paraíba do desaparecimento dos dois camponeses e, indiretamente, responsabilizar o exército pelo que aconteceu.

Quase 17 anos depois, a Assembleia Legislativa da Paraíba criou uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) visando "apurar o desaparecimento e possíveis mortes de Pedro Inácio de Araújo e João Alfredo Dias, na cidade de Sapé". O Requerimento nº 390, datado de 11 de agosto de 1981, teve a autoria do deputado estadual José Fernandes de Lima. A composição da CPI ficou determinada pelos seguintes deputados estaduais: pelo Partido Democrático Social (PDS), Antônio Quirino, Afrânio Bezerra e Egídio Madruga; Partido Democrático do Movimento Brasileiro (PMDB), Paulo Gadelha; e pelo Partido Popular (PP), Américo Maia. Os suplentes eram Manuel Gaudêncio, Sócrates Pedro e Gilberto Sarmento (PDS), Inácio Pedrosa (PMDB), e Edvaldo Motta (PP)[265].

Segundo o ex-deputado estadual e preso político, Assis Lemos, essa iniciativa de investigar o desaparecimento dos líderes camponeses não foi a primeira, já que o ex-deputado federal José Joffily tentou convencer aquele poder legislativo estadual a realizar tal investigação. Porém, sofreu a oposição e foi derrotado pela influência de Ernani Sátyro, conhecido deputado federal de direita e relator do projeto da ditadura que decretou anistia política em 1979.

Em matéria divulgada no jornal O Norte, do dia 19 de setembro de 1981, e no jornal O Momento no dia seguinte, Assis Lemos tentou contribuir com aquela CPI ao elaborar um

[264] Cópia do ofício. Arquivo da CEVPM-PB.
[265] Essa Comissão Parlamentar de Inquérito nunca se reuniu, nem mesmo para eleger o seu presidente e o relator. Segundo o ex-deputado estadual Paulo Gadelha, em conversa com Waldir Porfírio no final da década de 90, disse que a proposta de constituir a Comissão atendeu à uma exigência do ex-vereador Augusto Arroxelas, que só se filiava ao MDB, se a CPI fosse formada.

testemunho por escrito, que foi entregue ao então deputado peemedebista Paulo Gadelha. No documento, Assis Lemos relatou o convívio na prisão com Pedro Fazendeiro e Nego Fuba, falou dos interrogatórios insinuantes do Major Cordeiro, que os acusava de saberem os nomes dos autores da morte de Rubens Régis, a forma como os dois foram soltos durante à noite contrariando a Lei em vigente no Brasil, a amizade pessoal e comercial existente entre o Major Cordeiro e os irmãos de Rubens Régis.

Outra vez, o desaparecimento dos líderes camponeses voltou à cena na Assembleia Legislativa da Paraíba em 24 de agosto de 1995, quando a Comissão dos Direitos Humanos da Câmara Federal e a Comissão de Direitos Humanos da Casa de Epitácio Pessoa se reuniram para ouvir os depoimentos dos familiares e amigos de Pedro Inácio de Araújo e João Alfredo Dias, dentre outros mortos e desaparecidos políticos paraibanos.

2.3.1.4 Circunstâncias das mortes e os cadáveres de Alcantil

No dia 10 de setembro de 1964, o jornal Correio da Paraíba publicou foto e matéria sobre dois corpos encontrados à beira da rodovia que interligava os municípios de Campina Grande-PB a Caruaru-PE, na comunidade rural e hoje município de Alcantil-PB. Na época agia na região da cidade pernambucana um "Esquadrão da Morte", que, geralmente, jogava os corpos dos assassinados na fronteira da Paraíba.

Sobre esse caso específico dos dois cadáveres de Alcantil, o jornalista Biu Ramos relatou como fizera essa matéria para aquele jornal:

> Na manhã do dia 9 de setembro de 1964, eu me encontrava na sala do coronel Antônio de Farias, delegado de Campina Grande, quando chegou a informação, trazida pelo vaqueiro Severino José da Silva, trabalhador da Fazenda Estrela, de que, à margem da estrada que ligava Campina Grande a Caruaru, encontravam-se dois cadáveres já em estado de decomposição. Junto com o repórter-fotográfico Machado Bittencourt, acompanhei o coronel Farias e sua equipe de peritos até o local do achado macabro. Os mortos não puderam ser identificados porque os seus rostos tinham sido mutilados, possivelmente a coronhadas de revólveres e fuzis. Um, estava vestido com uma sunga preta e o outro com um calção azul, já desbotado. Ambos tinham o pescoço enlaçado por uma corda de manilha, sinal de que foram mortos por enforcamento, mesmo não havia em seus corpos nenhuma perfuração de bala ou de arma branca. Os peritos campinenses admitiram a hipótese de que as vítimas já teriam chegado mortas ao local onde foram jogados. A rigidez cadavérica indicava que eles tinham sido mortos há mais de 72 horas[266].

[266] RAMOS, Severino. **Crimes que abalaram a Paraíba** - Marcado para morrer – O mistério de Praia Formosa. V. I. João Pessoa: Editora Grafset, 1989, p. 138.

Algumas situações daquele achado chamam a atenção: os corpos estavam mutilados, impossível de identificação, as vestes deles [um de sunga e outro de calção azul], pescoços enlaçados por cordas [sinal de enforcamento], nenhuma perfuração advinda de armas, teriam sido mortos em outro local e jogados os cadáveres naquele local, e, por fim, haviam sido assassinados há mais de 72 horas.

Essas circunstâncias parecem encontrar uma interseção nos relatos em livros, jornais e testemunhos dados à CEVPM-PB, o que poderá levar à conclusão de que são mesmo os corpos de Pedro Inácio de Araújo, Pedro Fazendeiro, e João Alfredo Dias, Nego Fuba.

No testemunho dado aos Grupos de Trabalho "Mortos e Desaparecidos Políticos", "Repressão do Estado e de Milícias Privadas aos Camponeses" e "Ditadura e Gênero" da CEVPM-PB, Náugia Araújo, fica mais nítido o que aconteceu com o destino de seu pai e Nego Fuba. Ela afirmou que Dona Corina[267] disse a sua mãe, Maria Júlia, que Cabo Chiquinho[268] lhe confidenciara como aconteceu o sequestro e morte de Pedro Fazendeiro:

> quando meu pai saiu do quartel eles pegaram meu pai logo na frente do quartel, já estavam esperando, ele e Luís de Barros, pronto aí entra Luís de Barros, ele e Luís de Barros, e aí ele contou que disseram que iam levar meu pai em casa, quando tomaram outro rumo, outro itinerário. Aí meu pai disse assim, "mas eu não moro pra esse lado", e deram logo uma coronhada na cabeça dele e ele ficou desmaiado e depois levaram para as usinas de Renato Ribeiro... chegando lá Renato Ribeiro não quis que matassem meu pai lá... e disse assim: "mas se vocês quiserem matá-lo, vão matar em outro lugar, nas minhas terras não". Foi quando ele foi levado... pra usina de Aguinaldo Veloso Borges e lá disse que foi uma noite toda de tortura. Ele [Cabo Chiquinho] contou que furaram os olhos dele, cego, ele ainda pediu para voltar pra casa. Arrancaram os testículos dele, fizeram ele engolir... colocaram madeira no anus dele. Ele foi empalado, ele foi enterrado vivo, e desenterrado, ele foi amarrado e levantado, puxado nas árvores e soltado lá de cima, e foi queimado, e por fim ele disse que o meu pai era forte, resistiu muito à morte, e eles terminaram de matá-lo de faca e tiro, e Nego Fuba como já está no poder, não sei de que, mas ele já tinha sido tirado do quartel alguns dias, já estava debilitado, já estava fraco, morreu logo.[269].

O envolvimento de Cabo Chiquinho nesses assassinatos foi relatado pelo sindicalista João da Cruz Fragoso, quando do seu testemunho em audiência pública à CEVPM-PB. Segundo ele, sua irmã, a assistente social Maria Madalena Fragoso, foi designada para investigar a denúncia de que presos saíam à noite da Penitenciária do Roger para praticar assassinatos a

[267] Dona Corina era da família de Cabo Chiquinho e sogra de Nadieje Araújo, filha mais velha de Pedro Fazendeiro.
[268] Cabo Chiquinho foi um dos assassinos de João Pedro Teixeira. Sempre se prestou a esse serviço aos latifundiários paraibanos para violentar e até assassinar camponeses.
[269] Testemunho de Náugia Araújo dado à CEVPM-PB, em oitiva realizada pelos Grupos de Trabalho "Mortos e Desaparecidos Políticos", "Repressão do Estado e de Milícias Privadas aos Camponeses" e "Ditadura e Gênero", em 11/4/2013.

serviço de grupos militares e econômicos da Paraíba. Um deles, Cabo Chiquinho confidenciou a sua irmã que o liberaram da prisão para pegar os dois líderes camponeses que foram soltos, à noite, do 15º RI[270].

Não resta mais dúvida, a partir desses dois depoimentos, que o Cabo Chiquinho, um dos assassinos do líder camponês João Pedro Teixeira, também participou do sequestro, tortura e desaparecimento forçado de Pedro Inácio de Araújo e João Alfredo Dias. O tipo de tortura contada por Cabo Chiquinho à sua parente Corina, deformando o rosto de Pedro Fazendeiro, amarrando o seu corpo em árvore e depois soltando, e, por fim, queimando o cadáver assemelha-se aos sinais dos dois corpos desfigurados encontrados na rodovia entre Campina Grande e Caruaru. Embora exista disparidade com o registro do jornalista Biu Ramos, quanto ao uso de arma branca ou de fogo.

Outra semelhança são as vestes que os cadáveres estavam usando quando foram deixados no Distrito de Alcantil. Alfredo Ulisses Gonçalo Dias, pai de João Alfredo, disse ao jornal O Norte, em 23 de setembro de 1981, que não tinha "dúvidas de que o cadáver mostrado nas fotos dos jornais da época era mesmo de seu filho, Nego Fuba".

Por sua vez, Marina Dias afirmou que

> o jornal era preto e branco, mas era um jornal tão bem feito que João ele tinha um shortinho cheio de risquinho de todas as cores e o jornal era preto e branco, mas parecia a parte que era do João era assim uma pessoa mais escura. E o Pedro Fazendeiro tinha uma perna mais curta do que a outra porque já tinha sido... e pelo o que ele estava deitado ali ele estava com a perna assim a perna meia curta. E nesse shortinho que eu me identifiquei muito ali parecia assim que era o cordãozinho não era um risco não era um cordãozinho sabe. O short dele era um short meio grosso e era de cordãozinho todas as cores tinha aquele short, e o short tinha aquela linha todinha[271].

No seu livro "Nordeste, o Vietnã que não houve: ligas camponesas e o golpe de 64", Francisco de Assis Lemos de Souza descreve a impressão dos presos políticos do 15º RI quando viram a foto e a matéria do jornal Correio da Paraíba:

> Quando Antonio Fernandes, a viu [a foto], desconfiou logo que tratava dos cadáveres de Pedro e Fuba. Tentando despistar, a notícia dizia que aqueles corpos, segundo a polícia, seriam criminosos de Pernambuco, pois foram encontrados na estrada Caruaru-Campina Grande. Junto dos cadáveres, havia uma lata de doce cuja marca era comercializada somente em Pernambuco, dizia o jornal. No nosso xadrez havia uma da mesma marca. [...] Jornais da

[270] Testemunho de João da Cruz Fragoso à CEVPM-PB, em audiência pública sobre a perseguição aos sindicalistas, realizada em 26/11/2013. Ele disse que só contou esse fato agora depois do falecimento da irmã [foi um pedido dela].
[271] Testemunho de Marina Dias no dia 6/9/2013, aos Grupos de Trabalho "Repressão do Estado e de Milícias Privadas aos Camponeses" e "Mortos e Desaparecidos Políticos", da CEVPM-PB. Arquivo da CEVPM-PB.

> época publicaram a fotografia insinuando que as vítimas deviam ser de Pernambuco. Os corpos eram semelhantes aos de Pedro e Fuba, pois os calções que os mortos usavam eram iguais aos usados por eles na prisão. Fui informado depois que um Inquérito sobre o caso foi aberto e encerrado, instantaneamente, pelo Delegado de Campina Grande, coronel Antônio Farias[272].

Em depoimento à Comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal, a 24 de agosto de 1995, o jornalista Jório Machado conta que deu o seu calção a Pedro Fazendeiro e também afirma que os dois cadáveres são dos líderes camponeses, por conta das vestes:

> Fazia muito calor no presídio e todo mundo ficava vestido de calção. Mas Pedro estava sem short, vestido de uma cueca samba canção, que ele vivia sempre se apertando para não se abrir. E eu tinha prometido até a Pedro:
> - Pedro eu tenho um calção sobrando lá em casa. Quando minha mulher chegar eu vou mandar ela trazer para você.
> Eles tinham lá uma disputa, um tipo de jogo que Pedro participava, ele tinha dificuldade com aquela cueca samba canção, de se movimentar. Mas não deu tempo, porque, antes da visita chegar eu fui transferido para Fernando de Noronha, e ele ficou sem essa minha lembrança... Aparece o corpo de Pedro e o corpo de Nego Fuba numa estrada vicinal, próxima a Campina Grande. Eu não tenho dúvida. Quando eu disse essa questão do calção de Pedro e me referi, era para mostrar que ele estava seminu dentro do xadrez, e por isso eu conhecia de muito perto o aspecto físico dele. Ele era um tipo atlético, muito forte. E aquele homem que está estendido na fotografia, não é outro se não Pedro Fazendeiro.

Por fim, a filha de Pedro Inácio de Araújo diz da certeza que a mãe tinha de que um daqueles corpos era do seu marido e a dor que sentia cada vez que via a foto do jornal:

> "Esse homem é Pedro, é o pai de vocês". E quando eu olhava para aquela foto eu sabia que era meu pai. E minha mãe passava horas pegada naquela foto. Aquele jornal ela colocava na luz e ela tinha ilusão de que ali ela conseguia perceber, "aqui, olhe, está vendo, minha filha, eu lembro demais disso. Tá vendo, minha filha, aqui está um olho do seu pai, aqui está outro olho. Olha aqui, minha filha, aqui está a boca, o nariz do seu pai, esse é o seu pai..." Em 95, quando publicaram a foto sem faixa, eu tive certeza de que minha mãe não via o rosto do meu pai, porque a cabeça estava totalmente desfigurada na foto sem faixa. Mas ela passou, eu posso dizer, meses a fio, saiu de um ano, entrou no outro, e ela olhava aquela foto na claridade. Ela procurava a claridade, e um dia ela disse assim "esse é o seu pai, esse é o pai de vocês. Mas se esse homem não for o seu pai, ele não teve quem chorasse por ele, e eu já chorei muito". E ela chorava muito mesmo, sabe... eu lembro que eu acordava de madrugada e escuta minha mãe chorando. Ela tinha um choro tão miúdo, tão sofrido, ela não tinha um choro desesperado. Não era aquela mulher que entrasse em desespero, mas ela nunca parava de sofrer, era um choro contínuo. Era uma amargura tão grande na alma... Machucando a alma, matando todas

[272] SOUZA, Francisco de Assis Lemos de. Op. cit., p. 255; 264.

> as esperanças, como se na alma não restasse um pedacinho lindo que não fosse dor[273].

São esses indícios que levam a CEVPM-PB a concluir que João Alfredo Dias, Nego Fuba, e Pedro Inácio de Araújo, Pedro Fazendeiro, foram soltos do 15º RI nos dias 29 de agosto e 7 de setembro, à noite, quando militares o esperavam na Praça Bela Vista, perto daquela guarnição do exército. Após serem sequestrados, foram torturados e assassinados, tendo seus corpos desfigurados e deixados na localidade de Alcantil, próximo à rodovia que interliga os municípios de Campina Grande e Caruaru.

2.3.1.5 Tentativas para encontrar os corpos de Alcantil

Passado mais de três décadas daquela reportagem do Correio da Paraíba, o jornal O Norte, de 23 de agosto de 1995, publicou uma matéria bombástica: "Descoberto o sítio onde podem estar enterrados os corpos de Nego Fuba e Pedro Fazendeiro".

> Trinta e um ano depois dos desaparecimentos de Pedro Inácio de Araújo - o Pedro Fazendeiro e de João Alfredo Dias - o Nêgo Fuba, surgem os primeiros indícios do paradeiro de seus corpos e as formas como foram trucidados em algum lugar da Paraíba... Descobertos, por acaso, quando já se encontravam em estado de putrefação, tiveram seus corpos cobertos por terra depois que uma autoridade policial pediu a dois trabalhadores rurais que fizessem o serviço de sepultamento, sem covas, sem cruzes, e sem nenhuma identificação... As duas pessoas que fizeram o serviço de cobertura dos cadáveres permaneceram incógnitas até a semana passada. Depois de meticuloso trabalho de investigação, o jornal O Norte conseguiu chegar até um desses colaboradores do sepultamento e ouvir a confirmação de que, em setembro de 1964, dois cadáveres de cidadãos desconhecidos lhe foram entregues para enterro no meio dos carrascos de algum lugar do Cariri paraibano.

A notícia foi veiculada um dia antes da chegada a João Pessoa do presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal, deputado Nilmário Miranda, que, na Assembleia Legislativa iria pegar os depoimentos dos familiares dos mortos e desaparecidos políticos da Paraíba, por solicitação do deputado estadual Zenóbio Toscano.

O jornal O Norte trazia a foto de José Severino da Silva, o "Zé Vaqueiro", mostrando o lugar onde teria realizado o sepultamento dos dois cadáveres em 1964. Às 10h de 24 de agosto de 1995, a Comissão dos Desaparecidos, como era conhecida nacionalmente a Comissão de

[273] Testemunho de Náugia Araújo dado à CEVPM-PB, em oitiva realizada pelos Grupos de Trabalho "Mortos e Desaparecidos Políticos", "Repressão do Estado e de Milícias Privadas aos Camponeses" e "Ditadura e Gênero", em 11/4/2014. Arquivo da CEVPM-PB.

Direitos Humanos da Câmara nessa missão, começava a pegar os depoimentos dos familiares e amigos dos mortos e desaparecidos da ditadura militar. Num deles, o de Nadieje Maria Araújo, filha mais velha de Pedro Fazendeiro, revelou que a família sabia que um dos corpos era do seu pai. Mas, como viu divulgar nos jornais que acharam os restos mortais, agora podia dizer que a forma de comprovar era a existência de próteses de platina no fêmur e na omoplata implantado em seu genitor, após as duas tentativas de homicídio. Ela temia que os assassinos fossem ao local onde foram enterrados os dois cadáveres e retirassem esse objeto identificador.

A pedido da deputada Francisca Motta, presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa da Paraíba, o Secretário de Segurança, Pedro Adelson, marcou a exumação para o dia 01 de setembro de 1995. Acompanhou as buscas ao local onde supostamente estariam os corpos, uma comissão formada pelo deputado federal Gilvan Freire e os deputados estaduais Francisca Motta, Zenóbio Toscano e Luís Couto, além do assessor parlamentar Waldir Porfírio. Os familiares de Pedro Fazendeiro foram representados, naquela ocasião, pelas suas filhas, Nadieje e Josineide Maria de Araújo. Todos os meios de comunicação do estado mandaram equipes de jornalistas para fazer a cobertura do caso. O autor da foto tirada em 64, Machado Bittencourt, também se fazia presente.

O delegado Nilton Nunes, designado pelo Secretário de Segurança Pública, Pedro Adelson, através da Portaria 0820/95, para acompanhar a exumação, chegou ao local às 9h00 sem nenhuma ferramenta para a escavação. Por isso, os deputados decidiram pagar a alguns trabalhadores da localidade, para fazerem o trabalho sob a orientação da polícia. No local apontado por Zé Vaqueiro, agricultor que enterrou os corpos naquela época, os peritos cavaram e nada foi encontrado. Surgiu então a versão do seu companheiro, Valdomiro Gonçalves, apontando outro lugar. Após tentativas vasculhando a área, também nada verificou-se. Apareceu, então, uma terceira testemunha, Maria Bezerra de Lira, dizendo que no dia do sepultamento dos corpos estava lavando roupa num local próximo e assistiu tudo. Mostrou o novo local e, após as buscas dos peritos, nada foi encontrado. Por volta das 16 horas, os trabalhos foram suspensos, ficando determinado que na outra semana a polícia traria máquinas para escavar a área.

O Norte, Correio da Paraíba, Jornal da Paraíba e Diário da Borborema veicularam, no dia seguinte, as seguintes matérias:

> POLÍCIA SEGUE PISTA FALSA E NÃO ENCONTRA OSSADAS – Os restos mortais de Nêgo Fuba e Pedro Fazendeiro não estavam em Alcantil... Duas equipes da Polícia Civil, uma comandada pelo delegado Nilton Nunes Rodrigues e outra pelo diretor do IPC, estiveram ontem na Fazenda Veríssimo,

> localizada no distrito de Alcantil, município de Boqueirão, para exumar os supostos restos mortais dos camponeses Pedro Inácio de Araújo (Pedro Fazendeiro) e João Alfredo Dias (Nêgo Fuba) que teriam sido assassinados e enterrados no local. Apesar dos esforços, nada foi encontrado pelos policiais... Os trabalhos só foram realizados graças à disposição de alguns trabalhadores residentes no distrito de Alcantil, que munidos de picaretas, enxadas e pás, se esforçaram ao máximo para ajudar a polícia no seu objetivo.[274]
>
> BUSCA DOS CORPOS PROSSEGUE NA 2ª FEIRA – A falta de condições técnicas e o surgimento de novas testemunhas adiaram a busca dos restos mortais que seriam dos camponeses Pedro Inácio de Araújo (Pedro Fazendeiro) e João Alfredo Dias (Nêgo Fuba), desaparecidos durante o período da ditadura militar. Deputados, peritos, familiares de Pedro Fazendeiro, que acompanharam as escavações, reconheceram as dificuldades do trabalho. Todos concordaram com o adiamento. A área das escavações é cheia de pedras e arbustos e apenas dois homens foram encarregados do trabalho pela Secretaria de Segurança. Os deputados chegaram a contratar moradores da região para ajudar nas escavações, mas o esforço foi inútil.[275]
>
> DOR E CANSAÇO NA PROCURA DOS DESAPARECIDOS – Restos mortais de líderes camponeses preso pelo Exército em 1964 não foram encontrados... Ansiedade, dor dos familiares das vítimas e tensão, marcaram as escavações. As expectativas foram frustradas: depois de horas de escavações, em três locais, às margens da BR-104 Sul, distrito de Alcantil, município de Boqueirão, a procura pelas ossadas dos desaparecidos políticos Pedro Inácio de Araújo, o 'Pedro Fazendeiro', e João Alfredo Dias, 'Nêgo Fuba', não obteve êxito. [276]

No final daquele mês de setembro, as autoridades envolvidas e a família de Pedro Fazendeiro autorizaram que os serviços de busca fossem reiniciados no local onde foram enterrados os dois cadáveres, agora utilizando-se máquinas escavadeiras. Depois de quase um dia de trabalho, novamente nada foi encontrado no local. O Correio da Paraíba, em edição do dia seguinte, divulgou a seguinte matéria:

> NOVA ESCAVAÇÃO EM ALCANTIL TERMINA EM FIASCO PARA A POLÍCIA. Fracassou mais uma vez a tentativa da polícia de encontrar os supostos corpos dos camponeses Pedro Inácio de Araújo, o Pedro Fazendeiro, e João Alfredo Dias, o Nêgo Fuba, desaparecidos durante o regime militar de 64. A polícia voltou ontem a fazer as escavações na fazenda Veríssimo, em Alcantil, distrito de Boqueirão. Os trabalhos foram acompanhados pelas filhas de Pedro Fazendeiro, Nadieje, Naugia e Josineide Maria de Araújo, que ficaram decepcionadas.

[274] Jornal Correio da Paraíba, 02/09/1995.
[275] Jornais O Norte e Diário da Borborema, 02/09/1995.
[276] Jornal da Paraíba, 02/09/1995.

A tentativa da exumação foi altamente importante. Pela primeira vez o poder público investigou a denúncia formulada pelos presos políticos e familiares dos dois desaparecidos de que aquela foto publicada nos jornais era dos corpos de Pedro Inácio de Araújo e João Alfredo Dias. As ossadas não foram encontradas devido as dificuldades de localização do local exato. Talvez, isso se deveu por três motivos: primeiro, na época que foram encontrados os corpos existia uma estrada de barro. Anos depois, o trajeto foi modificado com construção de uma rodovia asfaltada. Segundo, já havia se passado 31 anos que os dois trabalhadores rurais tinham enterrado os corpos. Terceiro, e muito importante, os agentes da ditadura desapareciam com os restos mortais de suas vítimas quando estes eram localizados. Se aqueles corpos são mesmo de Pedro Fazendeiro e Nego Fuba, como tudo leva a crer, essas são as explicações mais prováveis para não terem sido encontrados.

2.3.1.6 Denúncia e intimidação à Comissão Estadual da Verdade da Paraíba

O militar do exército José Benedito Montenegro de Magalhães Cordeiro, conhecido como Major Cordeiro, contratou um escritório de advocacia no Rio de Janeiro[277], onde reside, para que seu nome não fosse incluído no Relatório Final desta CEVPM-PB como partícipe da trama que envolveu o desaparecimento dos líderes camponeses Pedro Inácio de Araújo e João Alfredo Dias, sob pena de ação judicial contra a referida Comissão.

Estranho é que coloca na representação dos advogados uma carta encaminhada ao Major Cordeiro, da filha de Pedro Fazendeiro, Josineide Araújo, pedindo que ele fale a verdade sobre o que aconteceu sobre o desaparecimento do seu pai. Na época, Josineide tinha 14 anos e várias vezes discutiu com o militar.

Causou estranheza no ofício dos advogados eles afirmarem que um dos filhos do Major Cordeiro tentou encontrar o endereço de Josineide Araújo em Cabedelo. Não se sabe quais os motivos que o filho tomou essa atitude. Apenas diz que a carta foi enviada de um endereço falso, o que não é verdade.

Diante dos relatos de presos políticos do 15º RI colhidos pela CEVPM-PB, entrevistas em jornais de presos e familiares, bem como a vasta historiografia paraibana sobre o tema ditadura militar, todos convergem para indicar o Major José Benedito Montenegro de Magalhães Cordeiro como autor de violações de direitos humanos aos presos políticos da Paraíba.

[277] O escritório de advogacia contratado foi Ubyratan Cavalcanti & Chinelli. Cópia orginal da correspondência encontra-se no Arquivo da CEVPM-PB.

2.3.2 Francisco das Chagas Pereira (1944-Não identificado)

Data e local de nascimento: 2/4/1944, Sumé-PB
Organização política: Partido Comunista Brasileiro (PCB)
Data e local de desaparecimento: Não identificado
Filiação: Judite Joventina Pereira e Leôncio Samuel Pereira.

Conhecido em sua cidade natal como "Chico de Leôncio", o servidor concursado da Empresa Brasileira de Telecomunicações (EMBRATEL), Francisco das Chagas Pereira, não constava na lista dos desaparecidos políticos. Antes, fora sargento da Polícia Militar da Paraíba e, depois, funcionário do Banco do Nordeste em Fortaleza. O irmão Almir Pereira Dornelo reclamou do seu desaparecimento na audiência da Comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal realizada em João Pessoa, a 24 de agosto de 1995. A partir desse fato, Almir ingressou com processo na Comissão Sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, e conseguiu aprovação, para que o Estado brasileiro reconheça como sua responsabilidade o desaparecimento de Francisco das Chagas Pereira após incêndio em agosto de 1971 na sede da EMBRATEL, no Rio de Janeiro.

A CEVPM-PB foi quem deu um passo histórico para desvendar parte do mistério do seu desaparecimento, fato que, em parte, foi acatado e reconhecido no Relatório Final da CNV.

Tudo teve início na noite do dia 22 de abril de 2014, quando uma chilena de nome Cecilia Hermosilla entrou em contato com a página da CEVPM-PB no Facebook, e no *in box* particular de Waldir Porfírio da Silva, também via facebook. Ela afirmou que havia estudado o curso de Direito com Francisco das Chagas Pereira no período de 1972 até meados de 1973, na Faculdade de Direito da Universidade do Chile. Cecilia afirmou, conforme diálogo transcrito abaixo, que a última comunicação com esse brasileiro foi por uma carta que ele enviou da Argentina, datada de julho de 1973.

Pela importância da descoberta, será transcrito o diálogo entre a chilena Cecilia Hermosilla e Waldir Porfírio da Silva, membro da CEVPM-PB[278]:

> **22 de abril de 2014 - Cecilia Hermosilla**
> Hola, les escribo para solicitarles mayor información respecto de Francisco das Chagas Pereira, quien figura como Morto e Desaparecido Político, a quien yo conocí en Chile en el año 1972, como exiliado. Agradeceré una pronta respuesta a mi petición. Cecilia Hermosilla
> **22 de abril de 2014 - Comissão Estadual da Verdade da Paraíba**
> Cecília, não temos muitas informações sobre Francisco das Chagas Pereira. O que sabemos é que ele está desaparecido desde o dia em que foi acusado de

[278] Registro via facebook. 2014. Arquivo da CEVPM-PB.

incendiar um prédio da EMBRATEL. Fale mais sobre a presença dele no Chile, isso nos ajudará bastante. Você é chilena?

22 de abril de 2014 - Cecilia Hermosilla

Sí, soy chilena y conocí a Francisco como alumno al igual que yo en la Escuela de Derecho de la Universidad de Chile, en la ciudad de Santiago, ingresamos al primer año en 1972 y él estuvo en Chile hasta julio de 1973.

24 de abril de 2014 - Comissão Estadual da Verdade da Paraíba

Cecília, as informações que temos é que, após o incêndio na EMBRATEL, em 05/08/1971, no Rio de Janeiro, ele está DESAPARECIDO. Como é que ele estudou direito com você entre 1972 e 1973? Tem como nos enviar algum documento da Universidade que comprove a matrícula dele para pedirmos uma investigação?

24 de abril de 2014 - Cecilia Hermosilla

Francisco estaba asistiendo a clases en el año 1972, al igual que otras personas de Colombia, Nicaragua, etc. que sufrían persecución política en sus países de origen. Yo no tengo ningún documento que lo acredite, pero ustedes como Comissao pueden solicitar directamente a la Facultad de Derecho de la Universidad de Chile, que les proporcione la información. Me ofrezco, desde ya, a ayudarles a tramitar o gestionar esa solicitud.

Waldir Porfírio (24/4/2014 16:11)

Cecília, essa informação que você está nos dando é muito importante. Depois de 1973, você teve notícia de Francisco das Chagas? Ele falou alguma coisa sobre sua militância política no Brasil?

Cecilia Hermosilla

Hola Waldir, tú eres quien está a cargo de la Comissao y has sido mi interlocutor? Francisco hizo un viaje a Argentina en julio de 1973, me escribió desde allá apenas llegó y nunca más supe de él. Hace unos 4 años me enteré que tenía la calidad de morto o dessaparecido, a través de un libro escrito por Aluizio Palmar, quien me mandó los antecedentes de los cuales él disponía, en los que figura que fue muerto en Bolivia. Francisco decía ser revolucionario, progresista, hablaba de Marx y su obra El Capital, de Mao Tsé Tung y el Libro Rojo y en cuanto a su militancia específica, no recuerdo.... Asistí una vez con él a una reunión que se hizo en la Universidad Técnica del Estado, en Santiago, en marzo de 1973, de los exiliados brasileños y él conversó con varios compatriotas cuyos nombres tampoco recuerdo.

Waldir:

Sou membro da Comissão da Verdade da Paraíba, Estado onde Francisco das Chagas nasceu. A família dele me procurou em 1995, afirmando que Francisco era um desaparecido político. Fizemos o processo e encaminhamos ao Ministério da Justiça, que aprovou reconhecendo o Estado como responsável pelo desaparecimento dele. Não temos muitos elementos sobre ele. Gostaríamos muito de escrever mais sobre a vida dele para guardar na história do nosso País. Você teria como conseguir algum documento da matrícula dele na Universidade do Chile?

Cecilia Hermosilla

Puedes solicitar que te envíen los antecedentes que constan en su ficha estudiantil, escribiendo a: FACULTAD DE DERECHO Universidad de Chile Dirección: Av. Pío Nono 01, Santiago, Chile E-mail: informaciones@derecho.uchile.cl O bien, puedes escribir al Centro de Derechos Humanos de la misma Facultad, para que te cooperen internamente Correo: cdh@derecho.uchile.cl Dirección: Av. Pío Nono 01, Santiago, Chile Yo una vez lo intenté, pero me dieron respuestas evasivas, tales como "esos documentos son muy antiguos, están en una Bodega y no tenemos personal para que los busquen". Por eso, creo que la petición tiene que provenir de un organismo brasileño, para ser realmente considerada y atendida

> **Waldir (7/5/2014 15:20)**
> Cecília, passei as informações que você nos deu à Comissão Estadual da Verdade. Uma dúvida: Francisco das Chagas deixou o Chile em julho de 1973. Isso quer dizer que ele deixou o teu país antes do golpe militar de setembro de 1973. Não é isso? Se essa informação for correta, qual foi o motivo dele ter para a Argentina, sabes?
> **Cecilia Hermosilla (7/5/2014 19:19)**
> Olá Waldir, me parece bien investigar para saber que le ocurrió a Francisco, más aún es deber de la Comisión hacerlo y la información que va a proporcionar la Facultad de Derecho nos va a ayudar a esclarecer los hechos. Eran tiempos convulsionados aquellos de 1973, no habían muchas certezas, sólo vivir el día a día. Yo tenía 18 años y la verdad es que no era muy inquisitiva, como sí lo soy ahora, de modo que no le pregunté a Francisco la razón de su viaje a Buenos Aires y si él volvería a Chile, pero tengo la impresión o intuición que quería regresar a Brasil. Dos meses después, cuando se produjo el golpe, era obvio que a Chile ya no volvía. En tanto, que yo sí fui a Brasil en 1977, pero no existía la apertura que existe hoy, ni menos la toma de conciencia de los pueblos por saber el destino de los desaparecidos. En Chile, se han iniciado investigaciones judiciales por cada uno de los muertos y detenidos desaparecidos y esas investigaciones en muchos casos aún prosiguen a medida que surgen nuevos antecedentes. Todos los casos se han judicializado.

A pedido da Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba, diante deste novo fato, a CNV reabriu o caso de Francisco das Chagas Pereira, descobriu documentos que comprovavam a veracidade da conversa da chilena e descreveu as possíveis circunstâncias do seu desaparecimento.

> Em abril de 2014, Cecília Hermosilla, chilena, entrou em contato com a Comissão Estadual da Verdade da Paraíba (CEVPM-PB), afirmando que foi colega de Francisco das Chagas Pereira na faculdade de Direito da Universidade do Chile, em Santiago, entre 1972 e julho de 1973.
> Uma série de documentos localizados pela Comissão Nacional da Verdade em pesquisa realizada nos arquivos do Ministério das Relações Exteriores (Seção de Arquivo Histórico e Seção de Correspondência Especial) e em diversos fundos recolhidos ao Arquivo Nacional comprova a presença de Francisco no Chile entre 1971 e 1973 – posteriormente, portanto a seu "desaparecimento" em 1971 – e indica que teria sido um "contato" do Adido Militar junto à Embaixada do Brasil em Santiago.
> Documento do Centro de Informações da Polícia Federal datado de março de 1973 informa que Francisco das Chagas Pereira teria sido "morto quando participava de atividades de guerrilhas na Bolívia" e solicita que, em consequência, "sejam cancelados os Pedidos de Busca porventura existentes sobre o mesmo e sejam dirimidas as dúvidas por acaso surgidas a respeito". Por outro lado, informe do Centro de Informações do Exterior (CIEX/MRE) datado de janeiro de 1975 encaminha ao SNI e demais órgãos de informação uma relação de "elementos subversivos brasileiros considerados "perigosos" que se encontravam no Chile e aos quais o Governo chileno concedeu salvo-conduto após o movimento de 11/9/73", na qual consta do nome de Francisco das Chagas Pereira. [279]

[279] CEVPM-PB, ofício nº 78/2014. Acervo da CEVPM-PB.

A conclusão que a CNV chegou e a recomendação que fez colocou em dúvida o "desaparecimento forçado" de Francisco das Chagas Pereira, já aprovado pela Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos.

> Diante dos novos documentos localizados pela pesquisa da CNV, não é possível atestar com certeza a condição de Francisco das Chagas Pereira como vítima de desaparecimento forçado. Tendo em vista a decisão da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos que o reconheceu como desaparecido político, recomenda-se o encaminhamento dos documentos coligidos àquele órgão para o prosseguimento das investigações[280].

Após encerrarem os trabalhos da CNV em dezembro de 2014, uma reunião entre a CEVPM-PB e a Procuradoria da República do Rio de Janeiro ficou decidido pela continuação das investigações sobre o caso Francisco das Chagas Pereira. A reunião aconteceu durante o Encontro das Comissões Estaduais da Verdade realizada no Rio de Janeiro no início de abril de 2015.

No final daquele mês, a CEVPM-PB encaminhou o ofício 150/2015 ao Procurador da República do Rio de Janeiro, Dr. Sérgio Gardenghi Suiama, expondo a documentação encontrada sobre Francisco das Chagas Pereira e o diálogo da chilena que disse ter estudado com ele na Faculdade de Direito no Chile.

Novos documentos foram encontrados pela CEVPM-PB sobre a vida de Francisco das Chagas no Chile, e tão logo encaminhados ao procurador da República Sérgio Gardenghi Suiama por Waldir Porfírio da Silva:

> Gostaria de tratar com o senhor duas questões:
> 1) Sugiro pedir informações sobre Francisco das Chagas à universidade onde ele estava matriculado no curso de direito, para a gente detectar até que dia ele assistiu aula e os nomes dos alunos e alunas da turma dele;
> 2) Estou seguindo uma linha de investigação que se apresenta muito estranha. Primeiro, um documento do governo golpista do Chile que consta ele na relação dos "elementos subversivos brasileiros, considerados perigosos, que se encontravam no Chile, e aos quais o Governo Chileno concedeu salvo-condutos após o movimento de 11 de setembro de 1973" (BR_AN_BSB_IE_014_001 - Arquivo Nacional);
> Um segundo documento da CENIMAR, afirma que ele deu a um informante da CENIMAR uma série de informações sobre sua militância e denunciou todos que participavam da Associação Chilena-Brasileira naquele país. No fim, diz o documento, que "solicitou do informante 5 mil escudos por mês para viver e trabalhar com tranquilidade" (AC_ACE_45519_72 - Arquivo Nacional).

[280] BRASIL. CNV. Op. cit., p. 415.

> Terceiro, achei estranho um documento da Polícia Federal dando Francisco das Chagas como morto em 1972 na guerrilha da Bolívia (depois mando a numeração desse documento secreto). [281]

O caso de Francisco das Chagas Pereira é muito misterioso. Nenhuma organização clandestina que atuou contra a ditadura militar de 1964 reclamou o seu desaparecimento. Nenhum militante o reconhece como companheiro sindical ou de organização. A fuga do Brasil para Bolívia, depois Peru até chegar ao Chile é revestida de pontos obscuros, conforme será transcrita na íntegra no depoimento que deu ao Adido Naval Brasileiro no Chile[282]:

> FRANCISCO DAS CHAGAS PEREIRA, brasileiro, 28 anos, atualmente residindo em CONCEPCION (CHILE), prestou, recentemente, ao Adido Naval Brasileiro no Chile, as seguintes informações:
> - trabalhou no Banco do Nordeste, na Paraíba, até 1969, quando foi afastado por "injunções políticas";
> - transferiu-se logo a seguir para o Rio de Janeiro (GB), onde trabalhou em duas ou três empresas de construção, antes de ingressar na Embratel, por concurso, tendo mostrado sua credencial. Lá angariou amizades, inclusive do General Galvão;
> - que a princípio serviu lealmente àquela empresa, chegando a descobrir sabotagem feita por um elemento da Segurança do General Galvão. Posteriormente, no entanto, engajou-se nas ações subversivas tendo participado de danificação de cabos elétricos e incêndio na mesa telefônica internacional. Quando se preparava para atuar num incêndio do almoxarifado, sentiu que estava sendo perseguido e buscou asilo político na Embaixada do Chile;
> - o asilo não lhe foi concebido, e da embaixada recebeu Cr$ 800,00 e conselho para seguir para a Bolívia. Na Embaixada teve uma entrevista com o Secretário IVAN que lhe comprou passagens de ônibus para Goiânia, deu-lhe mais Cr$ 200,00 e todas as indicações do roteiro para a fuga;
> - na Bolívia, sob o governo TORRES, apresentou-se ao Chefe de Departamento de Investigacionais Criminales (DIC), Major FERNANDO GONZÁLES, que atualmente também encontra-se asilado no Chile;
> - no Governo BANZER, sentiu-se ameaçado e retornou ao BRASIL procurando novamente a Embaixada do Chile. Lá recebeu do secretário IVAN mais Cr$ 600,00 e foi conduzido por ele a Rodoviária, na tentativa de alcançar o PERÚ;
> - em Lima, não conseguiu asilo tendo nessa ocasião ficado preocupado e decidido mesmo a entregar-se às autoridades brasileiras;
> - conseguiu, após muito esforço, ser mandado para o CHILE. Afirmou ter contactos com asilados, banidos e com a ALN, MR8 e VAR-PALMARES. Afirmou encontrar-se desiludido com muita coisa e expressou desejo de reintegrar-se ao seu país, disposto, inclusive, a trabalhar para o Governo do BRASIL;
> - informou também que JOSÉ FERREIRA CARDOSO é presidente da Associação CHILENO-BRASILEÑA que, recentemente, fundou a Sociedade "FERREIRA e COMPAÑA LTDA" para explorar o ramo de restaurante, mas, na realidade objetiva angariar dinheiro para financiar a subversão no BRASIL;

[281] Registro via facebook. 2014. Arquivo da CEVPM-PB.
[282] AC_ACE_45519_72. 23/3/1972. Arquivo Nacional. Cópia digitalizada. Arquivo da CEVPM-PB.

> - disse ainda que os banidos são muito apoiados por uma brasileira de nome NAZARETH, talvez MARIA NAZARETH DA CUNHA ROCHA;
> - confessou ainda receber mil escudos mensais da mencionada Associação e recebe casa e comida na Universidade Concepción.
> Por fim, solicitou do informante 5 mil escudos por mês, para viver a trabalhar com tranquilidade.

Pela data do informe do Centro de Informações da Marinha (CENIMAR), emitido em 23 de março de 1972, relatando a sua peregrinação para chegar ao Chile como exilado, bem como o seu pedido de apoio financeiro, levantam suspeitas sobre a conduta de Francisco das Chagas Pereira no sentido da sua possível articulação com órgãos de repressão da ditadura brasileira para repassar informações dos asilados políticos brasileiros que se encontravam no Chile até julho de 1973.

2.3.3 Luís Alberto Andrade de Sá e Benevides (1942-1972)

Data e local de nascimento: 28/9/1942, em João Pessoa-PB
Organização política ou atividade: PCBR
Data e local da morte: 8/3/1972 em Caruaru-PE
Filiação: Jerusa Andrade de Sá e Benevides e José Estácio de Sá e Benevides

Conhecido como Bebeto, tinha três irmãos: Reinaldo, Sonia e Ângela. Até a adolescência só pensava em futebol, namoradas e estudava o estritamente necessário.

O pai, que era militar, morreu num desastre aéreo, fazendo com que Luís Alberto alterasse sua vida e fosse estudar no Colégio Militar do Rio de Janeiro. Depois arranjou um emprego no Banco da Lavoura e passou no concurso para o Banco do Estado da Guanabara. Concomitantemente, em 1964, ingressou como estudante de Ciências Sociais na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e iniciou sua militância política no movimento estudantil, defendendo bandeiras como o fim do Acordo MEC/USAID e o fim do regime ditatorial. Nessa época foi recrutado para o PCBR e participou das lutas de 1968 nas ruas do Rio de Janeiro.

Após o AI-5/1968, Luiz Alberto sofreu perseguição dos agentes da repressão, tendo que deixar a universidade e o banco em que trabalhava. A casa da sua mãe foi visitada várias vezes pelo DOPS carioca e ele se escondeu no apartamento do irmão. Com a publicação nos jornais de sua foto e seu nome como “procurado”, Bebeto ingressou na clandestinidade indo morar nos aparelhos do PCBR com os seus companheiros de guerrilha urbana.

Estava sendo procurado desde o dia 13 de agosto de 1970 pelo exército, segundo prontuário encontrado nos arquivos do DOPS de Pernambuco[283]:

> O dirigente do PCBR era também fichado no DOPS da Guanabara. Conforme documento contido em seu prontuário, datado de 29 de junho de 1971, teve a prisão preventiva decretada pelo juiz da 3ª Auditoria do Exército da 1ª CJM. Definido como assaltante de banco e como pertencente à cúpula do PCBR, Luís era procurado pelo CODI do I Exército[284].

Documento da Delegacia de Segurança Social apresentou relato dos antecedentes de Luís Alberto, no qual lhe eram atribuídos assaltos a bancos e automóveis no então estado da Guanabara. Foi denunciado em novembro de 1971 por crime contra a Lei de Segurança Nacional e estaria, de acordo com o monitoramento dos órgãos de segurança[285], foragido[286].

Diante dessas circunstâncias, a direção nacional do PCBR decidiu transferir Bebeto para o Nordeste, onde ficaria mais seguro das perseguições políticas. No final de agosto de 1971, ele mandou uma carta para sua irmã Sônia Benevides, que trabalhava como jornalista do Jornal do Brasil. Na missiva contou que estava morando em Pernambuco e que iria se casar com Míriam Lopes Verbena. Pediu também que, caso tivessem um filho, gostaria que a criança fosse criada por sua família.

Sonia foi passar as férias de novembro de 1971 em Recife, na casa de um tio. Nesse período se encontrou várias vezes com Luiz Alberto e Míriam. Ela lembrou do primeiro encontro com eles na capital pernambucana:

> Antes que eu falasse o nome dele ele disse "ela me conhece como Carlos, pra ela eu sou Carlos". Aí eu "tá bem". Fiquei sempre me vigiando pra não dar fora, não chamar ele pelo nome... e ela ficava morrendo de curiosidade, porque ela sabia, mas ela não sabia qual era o nome dele. Aí ela dizia: "puxa, mas diz pelo menos o nome da sua mãe". Aí ele "tá bem", mas ele dava um nome que era um apelido, a mamãe chamava-se Jerusa e o papai chamava ela de Jeusa, aí ele dizia que o nome da mamãe era Jeusa pra ela ficar satisfeita, pra você ver qual era o nível de silêncio que havia e de desconfiança em tudo[287].

Foi com o nome frio de José Carlos Rodrigues que ele casara-se com Míriam Lopes Verbena, entre janeiro a março de 1971, após ter ido duas vezes ao Rio de Janeiro participar de reuniões com membros da direção nacional do PCBR.

---

[283] Arquivo Nacional. CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0057_0005, p. 45.
[284] Prontuário - Luís (Alberto) Andrade de Sá e Benevides - APERJ - SSP - RJ, nº 3.728.
[285] Arquivo Nacional. CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0057_0005, p. 50.
[286] BRASIL. CNV. Op. cit., p.130.
[287] Audiência conjunta da CEVPM-PB e a da Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Helder Câmara, realizada em João Pessoa no dia 13/9/2013, p. 54.

Precisando de um documento da Junta de Serviço Militar (JSM) para esquentar o nome falso de "José Carlos Rodrigues", Luís Alberto foi ao município de Cachoeirinha, em 24 de fevereiro de 1972, para conseguir a certidão de reservista. Foi avisado que ficaria pronta após 8 dias, devido à ausência do atestado de residência.

Em 7 de março de 1972, Míriam pediu emprestado ao seu colega de infância Ezequias Bezerra[288] o automóvel dele para viajar com o marido ao interior pernambucano. A finalidade da viagem para Cachoeirinha era pegar a certidão de reservista que já tinha solicitado no mês anterior.

Quando o casal estava na rodovia federal BR 432, no trecho Cachoeirinha-São Caetano, ocorreu o estranho "acidente" automobilístico às 9h30 da manhã do dia 8 de março de 1972, morrendo no local Míriam Verbena, enquanto o marido foi levado para o Hospital São Sebastião de Caruaru (HPS).

O Jornal do Comércio do dia 9 de março de 1972 trouxe a notícia desse "acidente"[289]:

> Automóvel capota diversas vezes na estrada e esmaga a esposa do seu motorista. Quando viajava de Recife para Lajedo, entre as cidades de São Caetano e Cachoeirinha, o fusca dirigido pelo Sr. José Carlos Rodrigues capotou mais de cinco vezes resultando na sua morte no HPS de Caruaru para onde foi conduzido e na morte imediata de sua esposa a Sra. Mirian Lopes Rodrigues que foi esmagada pelo veículo.

A CEVPM-PB encontrou cópia do inquérito policial aberto para apurar as circunstâncias do "acidente" que matou Míriam Lopes e vitimou José Carlos [Luís Alberto]. A fraude é clara e grosseira. O documento diz que o "acidente" ocorreu às 9h30 e o inquérito policial foi aberto às 9h30. Nesse mesmo horário foi designado dois peritos para fazer o exame cadavérico em Míriam Verbena no Hospital de Caruaru [cerca de 28 km do lugar do "acidente automobilístico"]. Por fim, nesse mesmo horário, 9h30, os peritos assinaram o laudo cadavérico de Míriam Verbena. A pergunta que se faz é: Como pode tudo ocorrer no mesmo horário?

Já a morte de José Carlos [Luís Alberto] foi dada como ocorrida às 19h15 daquele dia no hospital de Caruaru. No mesmo horário ocorreu o exame cadavérico e a emissão da certidão de óbito. Entretanto, a Delegacia de Ordem Política e Social de Pernambuco enviou o agente Isaías Alves da Silva, no dia 10, para averiguar o que foi que houve naquele "acidente" que tinha ocorrido no dia anterior. No relatório, o agente escreveu que o médico Vieira, do Hospital

[288] Ezequias Bezerra foi morto sob tortura três dias após o desastre em seu automóvel com José Carlos e Míriam Verbena, conforme já foi exposto neste Relatório.
[289] Relatório Complementar sobre as circunstâncias das mortes de Luiz Alberto de Sá Benevides e Mirian Lopes Verbena, elaborado pelo Grupo Tortura Nunca Mais, o qual foi encaminhado à Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos.

São Sebastião de Caruaru, havia recebido "um telefonema por volta das 21h20 do dia 8 de março do doutor Marcos Mendonça, tendo o mesmo pedido esforço redobrado no sentido de que fosse salvo o senhor José Carlos Mendonça Rodrigues"[290].

Os dois corpos, de Míriam Lopes Verbena e José Carlos Mendonça Rodrigues, foram sepultados no Cemitério de Caruaru. Depois de algum tempo, os parentes de Luís Alberto solicitaram na justiça a exumação dos corpos para serem levados para o jazido da família e quando chegaram no lugar que foram enterrados, os restos mortais tinham desaparecidos[291].

Enquanto isso, o Jornal do Comércio de 13 de março de 1972, três dias após o fato, divulgou notícia dando conta que Luís Alberto de Sá Benevides era um "terrorista" e "possuía identidade falsa"[292].

Como consequência do "acidente", no dia 9 de março de 1972 ocorreu o sequestro e prisão de Maria Adozina Monteiro Costa, irmã de criação de Míriam Verbena; dia 11 de março aconteceu o sequestro, prisão, tortura, morte e ocultação do cadáver de Ezequias Bezerra da Rocha (dono do automóvel); dia 13 foi a vez do sequestro e prisão de Aloysio Gonçalves da Costa, esposo de Maria Adozinda. O Jornal do Brasil, de 17 de julho de 1972, publicou matéria afirmando que "a polícia encontrou no apartamento do casal os nomes de 21 implicados que foram ouvidos pelo DOPS"[293].

Ao que tudo parece, Luís Alberto foi descoberto em Pernambuco após a prisão de Ramayana Vaz Vargens e Maria Dalva Leite Castro, ocorrido no Rio de Janeiro em 7 de março de 1972. Ramayana, também do PCBR, era o contato de Bebeto e sabia que ele estava na clandestinidade em Recife.

A conclusão da Comissão Nacional da Verdade é que:

> Diante das circunstâncias e das pesquisas realizadas, pôde-se concluir que há fatos controversos na versão de morte por acidente de automóvel do casal de militantes políticos, de modo que são necessárias diligências e investigações complementares para elucidar o caso, especificamente a tomada de novo depoimento de Aloísio da Costa Gonçalves, bem como a oitiva de Ramayana Vaz Vargens. Recomenda-se a retificação da certidão de óbito de Luís Alberto Andrade de Sá e Benevides, assim como a continuidade das investigações sobre as circunstâncias do caso, para a localização de seus restos mortais e identificação e responsabilização dos demais agentes envolvidos [294].

[290] Leitura do documento pelo relator do caso de Luís Alberto de Sá Benevides, Waldir Porfírio, na audiência conjunta da CEVPM-PB e a da Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Helder Câmara de Pernambuco, realizada em João Pessoa no dia 13/9/2013, p. 16 e 17.
[291] Idem, p. 16.
[292] Relatório Complementar sobre as circunstâncias das mortes de Luís Alberto de Sá Benevides e Míriam Lopes Verbena, elaborado pelo Grupo Tortura Nunca Mais, o qual foi encaminhado à Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos.
[293] Idem.
[294] BRASIL. CNV. Op. cit., p. 140 e 141.

Nesse mesmo sentido, a CEVPM-PB finalizou suas investigações sobre o caso de Luís Alberto de Sá e Benevides e Míriam Lopes Verbena considerando que eles estavam sendo seguidos pelos órgãos de repressão da ditadura, a partir da prisão de Ramayana. Para isso, foi montada uma farsa pelos militares para encobrir a perseguição policial do Estado ao casal na rodovia federal BR 232, entre as cidades de Cachoeirinha e São Caetano, e difundir uma versão oficial de que foram vítimas de um acidente automobilístico.

2.3.4 João Roberto Borges de Souza (1946-1969)

Data e local de nascimento: 14/10/1946, João Pessoa-PB
Organização política: Ação Popular
Data e local de morte: 10/10/1969, Catolé do Rocha-PB
Filiação: Eulina Borges de Souza e Francisco Xavier Borges de Souza.

Passou a infância e a juventude na cidade portuária de Cabedelo-PB, onde seus pais e irmãos residiam.

Matriculou-se em 1953 no Grupo Pedro Américo, em Cabedelo, onde fez o preliminar, concluindo o curso primário em 1958. A diretora daquele educandário, professora Maria José Veríssimo de Andrade, afirmou em "atestado de conduta" que João Roberto "Sempre foi um aluno exemplar, de ótima conduta, obteve 1º lugar no final do curso"[295]. Depois, em 1962, foi estudar no Colégio Estadual de João Pessoa (hoje Lyceu Paraibano), fazendo o urso secundário, e ingressou no curso de Medicina da UFPB no ano de 1966.[296]

2.3.4.1 A militância de João Roberto

Em agosto de 1967, iniciam-se os registros sobre o envolvimento de João Roberto com o movimento estudantil, quando participou da delegação paraibana que foi ao XXIX Congresso da UNE, ocorrido na clandestinidade em Valinhos-SP. Em outubro do mesmo ano, representou o Diretório Acadêmico (DA) de Medicina no Congresso de reestruturação da União Estadual dos Estudantes (UEEP), realizado em Campina Grande. Ricardo Rosado Maia, que era o

[295] Cópia do "Atestado de Conduta", escrito à mão, pela diretora do referido Grupo Escolar assinado em 15/9/1969 (documento do arquivo da família entregue à CEVPM-PB).
[296] Este texto sobre João Roberto Borges de Souza, em linhas gerais fundamenta-se em: SILVA, Waldir Porfírio da. **Um Sonho Afogado**: Ditadura Civil-Militar e Movimento Estudantil no Estado da Paraíba – O Caso de João Roberto Borges de Souza (1964-1969). Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas). UFPB. João Pessoa, 2017.

presidente do DA de Medicina, e morava com João Roberto numa república[297], não quis participar daquele evento e o indicou para evento. Nesta ocasião, foi eleito vice-presidente da entidade estadual dos estudantes universitários paraibanos, enquanto Hélcio Lima de Oliveira, estudante de Engenharia da UFPB, foi eleito presidente da UEEP, e a estudante de Medicina da UFPB, Maria Lívia Coelho, foi eleita secretária geral da entidade estadual[298].

Quando da eleição para o Diretório Acadêmico Napoleão Laureano (DA) do curso de Medicina da UFPB, a 13 de agosto de 1968, João Roberto se candidatou à presidência num pleito tumultuado pelos adversários da chapa da direita. Depois de anulada a eleição, ele conseguiu realizar uma assembleia geral dos estudantes de Medicina, que decidiram marcar nova data para escolha da diretoria do DA, e João Roberto venceu por 340 votos contra 90 dados ao adversário Carlos Silva.

A composição da diretoria encabeçada por João Roberto era composta por estudantes da AP[299] e PCBR, assim distribuída: Eric Jenner Rosas (1º vice-presidente), Guilherme Travassos Sarinho (1º secretário), João de Albuquerque Luna (2º Secretário), César Augusto de Almeida Lyra (tesoureiro), Maria Auxiliadora Pontes (2ª tesoureira), Maria Lívia Coelho, membro do Centro Cultural.

Depois de enfrentar o diretor da Faculdade de Medicina, professor Atílio Luiz Rotta, que defendia a encampação do Hospital Arlinda Marques para as aulas práticas dos universitários de Medicina, João Roberto foi adiante com a ideia de construção de um hospital no prédio da Faculdade, empreendendo uma campanha para a "construção mais acelerada de um novo hospital que estava se processando no próprio prédio da faculdade"[300]. Isso demostrou que João Roberto teve uma participação ativa na luta pela construção do Hospital Universitário da UFPB.

Na realização do 30º Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE), em Ibiúna, São Paulo, João Roberto e outros 26 estudantes da Paraíba participaram daquele evento, que acabou com o cerco policial ao local onde estava ocorrendo os debates e todos os delegados foram presos e levados para a capital paulista.

João Roberto foi encaminhado para o Presídio Tiradentes, como a maioria dos presos, fichados pela DOPS-SP e aberto um inquérito policial. Em resposta, eclodiram greves e

[297] Nessa república citada também moravam o irmão de João Roberto, Gerardo Borges, Caio Cesar Vanderley Salem (estudante de Medicina) e Marinardo Bartolomeu Fonseca.
[298] SILVA. Waldir Porfírio da. Op, cit., 2017.
[299] João Roberto já era integrante da Ação Popular, como um dos seus coordenadores estaduais.
[300] Prontuário Individual nº 18629 de João Roberto Borges de Souza. p. 2. Fundo DOPS-PE. APEJE-PE. Cópia digitalizada. Arquivo da CEVPM-PB.

manifestações estudantis em protesto às prisões dos delegados da UNE em João Pessoa e nas ruas de todo o país. Sob pressão, as autoridades militares soltam os prisioneiros semanas depois. João Roberto só retornou à Paraíba em 29 de outubro de 1968.

No dia 13 de dezembro de 1968 com a edição do AI-5, com endurecimento do regime para barrar nas crescentes manifestações promovidas pela juventude. João Roberto foi novamente preso, juntamente com o presidente do Diretório Central dos Estudantes, Everardo Queiroz, quando protestavam contra aquele ato no Restaurante Universitário, na Lagoa, em João Pessoa. Eles foram detidos

> no momento que faziam discursos contra aquele instrumento autoritário que iria endurecer a repressão contra todos os que lutavam pela volta da democracia e, especialmente, contra os jovens que passaram todo o ano fazendo manifestações nas ruas, no teatro, na música, denunciando o regime ditatorial[301].

A liberação da prisão de João Roberto só ocorreu na véspera do natal, indo se esconder dos agentes dos órgãos de repressão na casa da sua noiva Maria do Socorro Fragoso, também coordenadora estadual da AP e presidente do Diretório Acadêmico de Serviço Social. Não retornou à casa dos pais, indo passar uns dias na residência de uma tia no bairro da Torre.

Outro incidente entre João Roberto e os órgãos de repressão aconteceu quando fiscalizava as provas do vestibular para o curso de Medicina da UFPB em 29 de janeiro de 1969. Ele foi procurado por vários vestibulandos que questionavam "os critérios adotados pela Resolução nº 13/68 da Reitoria", pela qual "70% deles seriam reprovados. Então, formou-se uma comitiva e foi a Reitoria tentar negociar com o reitor Guilardo Martins, que não recebeu a comissão e seus secretários ameaçaram de chamar a polícia"[302]. João Roberto convenceu os vestibulandos que seria melhor sair e voltar noutro dia.

À noite marcou um encontro com sua noiva Socorro Fragoso às 21h30, por trás do Colégio Estadual (Lyceu Paraibano) para analisar a situação. Em dado instante, seus pais apareceram e houve uma discussão sobre o caso da reitoria pela manhã. Foi nesse momento que João Roberto soube do pai que a Polícia Federal estava a sua procura por conta do desaparecimento de um mimeógrafo e uma máquina de escrever pertencente ao DA de Medicina.

Aflito por estar sendo responsabilizado por um furto que não praticara, decidiu ir com seu pai e um primo advogado à sede da Polícia Federal para se defender da acusação. João

[301] Idem, p. 65.
[302] Idem. p. 65.

Roberto disse que era inocente e deu os nomes de quem possuía as chaves do DA de Medicina [Eric Jenner Rosas, César Augusto de Almeida, Antônio Costa e Galdino de tal, empregado do Diretório][303].

> Após seu depoimento na sede da Polícia Federal, foi conduzido pelo delegado adjunto José Carlos Gentil ao Grupamento de Engenharia para ser cientificado de que ele estaria privado de assumir qualquer função pública, conseguir documentos limpos, bem como de prosseguir nos seus estudos; que tudo isto seria modificado, caso aparecessem os referidos objetos desaparecidos.[304]

Depois desse fato, João Roberto se reúne com os colegas do curso Maria Lívia e Antônio Costa e solicita que eles procurem os diretores do DA de Medicina Eric Rosas e César Augusto de Almeida para saber onde estão os objetos furtados e que devolvessem visando não prejudicá-lo com um crime que não cometera.

> Passada uma quinzena dessa agonia, João Roberto pede a Maria Lívia que contatasse Socorro Fragoso, que não via há dez dias. Depois de uma longa conversa, pediu a noiva que fugisse com ele, já que não ia poder devolver os objetos furtados do DA de Medicina. Foi marcado o horário da fuga do casal às 2h da madrugada do dia 14 de fevereiro de 1969, em frente à Igreja do Rosário bairro de Jaguaribe, João Pessoa. Era uma sexta-feira anterior ao carnaval[305].

Os dois fugiram para Recife, sendo acolhidos pelo Frei Aloísio Fragoso, irmão de Socorro Fragoso, no Mosteiro de Santo Antônio. Saiu daquele santuário para morar no aparelho da Ação Popular, que era ocupado pelo líder estudantil paraibano Simão Almeida [presidente da União Universitária Campinense] e sua esposa, Ana Rita de Castro Almeida [grávida de oito meses], e o casal da AP cearense, Rosa Maria de Araújo Melo e Geraldo Magela Monteiro de Melo [operário da Fábrica Paulista]. Uma semana depois, Maria Lívia, diretora do DA de Medicina da UFPB, veio para o aparelho que ficava na Rua Alto do Benjamim, 197, Fundão, Recife-PE.

A função dos militantes da Ação Popular daquele aparelho era distribuir panfletos nas fábricas da região metropolitana de Recife, explicando a precária condição de trabalho e os baixos salários. Também denunciavam que toda aquela situação era de responsabilidade da ditadura que tomara o poder em 1964, deformando a democracia e impondo terror aos seus opositores com perseguições de todos os tipos, até com prisões, torturas e assassinatos.

---

[303] Os objetos foram "expropriados" por militantes do PCBR, entre eles, Eric Rosas e Eduardo Jorge, este último também estudante de Medicina e filho do reitor Guilardo Martins.
[304] SILVA, Waldir Porfírio da. Op. cit., 2017.p. 66.
[305] Idem, p. 63.

No dia 20 de fevereiro de 1969, o dirigente nacional da AP e responsável pela organização no Nordeste, João Batista Franco Drumond[306] [mais tarde assassinado pelo DOI-CODI na Chacina do Bairro da Lapa, em São Paulo], visitou o aparelho e fez reunião com os seus integrantes. Maria Lívia já estava presente, pois fugiu de João Pessoa temendo em ser presa, quando soubera que a Polícia Federal havia estado em sua residência. Decidiu-se naquela reunião que eles fariam distribuição de panfletos na Fábrica da Torre[307].

No sábado após o carnaval, dia 22 de fevereiro de 1969, João Batista Franco Drumond voltou ao aparelho e conversou com os três militantes pessoenses da AP, prometendo que arranjaria "documentos falsos" para eles, pois tinha "amigo em um certo Cartório". Orientou que a panfletagem na Fábrica da Torre fosse realizada naquela noite, encarregando da tarefa João Roberto, Socorro Fragoso, Maria Lívia e Rosa Maria, procurando "convencer os operários a não trabalharem durante três domingos consecutivos, a fim de cobrir os dias não trabalhados durante carnaval, alegando que o domingo era considerado dobrado". Na parte da tarde daquele sábado, Socorro Fragoso e Maria Lívia foram à referida fábrica para fazer o reconhecimento da área[308].

> João Roberto, Socorro Fragoso, Maria Lívia, Rosa Maria de Araújo Melo saíram para cumprir a tarefa de distribuição dos panfletos e conversar com os operários. Quando estavam executando o plano de distribuição dos panfletos e conversa com os operários, nas imediações de um posto de gasolina situada à Rua Amélia próximo da Fábrica da Torre, vigias cercaram e prenderam os militantes da AP [309].

Os quatro presos foram levados para a sede da Polícia Federal e depois para a DOPS-PE. Na manhã seguinte, Socorro Fragoso, Maria Lívia e Rosa Maria foram soltas porque convenceram os agentes de que estavam no local se oferecendo para fazer programa com os operários. Enquanto que João Roberto ficou preso e foi interrogado até descobrirem que ele estava fichado pelos órgãos da repressão com a prisão do Congresso da UNE em Ibiúna e pela Polícia Federal no dia que foi editado o AI-5.

Esse episódio foi lembrado pela advogada de João Roberto, a pernambucana Mércia Albuquerque, em matéria publicada no Jornal do Comércio de 13 de fevereiro de 1989, e que está disponível no site DHNET:

---

[306] Algumas vezes a grafia aparece como: João Batista Franco Drummond.
[307] Prontuário Individual nº 18629 de João Roberto Borges de Souza. Fundo DOPS-PE. APEJE-PE. Cópia digitalizada. Arquivo da CEVPM-PB.
[308] Idem.
[309] SILVA, Waldir Porfírio da. Op. cit., 2017. p. 69.

> Presos na porta da fábrica de Paulista, João Roberto Borges de Souza (5º ano de Medicina), Maria do Socorro Moraes Cardoso[Fragoso], Maria Lívia Alves Coelho e uma terceira não identificada. Chegando no DOPS, João Roberto afirmou ser de Cabedelo-PB, filho de meretriz e criado em rendez-vous daquela cidade e teria ido à fábrica procurar um amigo. Uma das moças alegava ter sido infelicitada há três dias e que ali estava procurando o autor do fato. A outra se dizia mulher de vida fácil. E a terceira dizia que estava procurando emprego. O Dr. Moacir Sales, não conseguindo apurar nada de positivo, determinou a liberação das moças. Horas após a liberação das moças, através da Polícia Federal, Moacir Sales é informado de atividades da Ação Popular e que as moças que acabavam de ser liberadas eram integrantes da AP. João Roberto foi reinquirido "paulatinamente" e informou que o aparelho funcionava na Rua Alto Benjamim, 97 – Fundão. Lá foram presas, Rosa Maria de Araújo Melo e Ana Rita de Castro Almeida. Descobriu-se que João Roberto era um dos componentes da Delegação da AP ao congresso ilegal da UNE, em Ibiúna. Rosa Maria era esposa de Geraldo Magela, também denunciado. Surge o nome de Simeão [Simão] Almeida Neto que havia participado do congresso da UNE. No aparelho, foi apreendido uma arma calibre 45, cuja posse foi atribuída ao mineiro João Batista Drumond (economista). Ana Rita era esposa de Simeão Almeida. Saiu da delegacia para a maternidade. Deu à luz uma criança 15 dias após a prisão. As três meninas liberadas sumiram. Moacir nunca conseguiu prendê-las – E elas não estavam tão longe da Secretaria de Segurança. Geraldo Magela foi preso na fábrica de Paulista, onde fazia o curso de treinamento têxtil[310].

Depois de longos interrogatórios e submetido a tortura pelo Delegado Moacir Sales de Araújo, este citado no livro "Brasil Nunca Mais" por ser responsável por torturar os presos políticos Manoel Aleixo da Silva (PCR), Padre Henrique Pereira da Silva e Ricardo Zarattini, João Roberto é obrigado a fazer uma autobiografia sobre sua militância política e dizer onde estava morando em Recife. Os companheiros de João Roberto deixaram o aparelho da AP, por segurança, e foram se esconder na residência de Drumond.

> Cinco dias seguidos após sua prisão, ao que tudo parece submetido a sessões de torturas, João Roberto entregou o endereço aos agentes da repressão, sabendo que tinha dado tempo suficiente para que todos os militantes do aparelho da Ação Popular pudessem ter ido embora. Entretanto, João Roberto não esperava que seus companheiros de organização tivessem quebrado o protocolo de segurança e haviam voltado para o aparelho depois de alguns dias[311].

Ana Rita de Castro Almeida, durante a audiência sobre "A vida na clandestinidade" realizada pela CEVPM-PB, em 19 de dezembro de 2013, relata o que aconteceu para a queda do aparelho da Ação Popular naquele ano e a fisionomia de João Roberto quando descobriu que ainda existia militante no local:

---

[310] Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/memoria/mercia/imprensa/entrevista4_jc130289.html>. Acesso em: 4 abr. 2017.
[311] SILVA, Waldir Porfírio da. Op. cit., 2017, p. 70.

> Nós tínhamos determinadas regras. Se sair alguém e depois de 24 horas não chegar, sai todo mundo. E nós recebemos a notícia de que eles tinham sido presos, mas esperamos as 24 horas e tudo. Resultado: soubemos que eles estavam soltos, "então vamos pra casa". Só que tinham soltado as mulheres, mas o Roberto tinha ficado. Quando botaram nele pra dizer o endereço aí ele deu o endereço que era o da gente. Até hoje, depois de tantos anos, eu tenho gravada a fisionomia de João Roberto na hora que ele chegou lá em casa. Eu digo uma coisa a você, parece que os cabelos arrepiaram, os dele. Aí a polícia chegou, entrou, já foi pegando um bocado de coisa... Acharam um revólver.... aí foram embora atrás de Geraldo que tava fazendo um curso numa fábrica lá em Paulista. Fomos presas as duas [Ana Rita e Rosa Maria]. Eu fui pra Secretaria de Segurança. Simão conseguiu não ser preso aí teve condição de avisar para minha mãe o que tinha acontecido.

Sabedor da descoberta do aparelho da Ação Popular, o Centro de Informações da Marinha (CENIMAR) encaminhou o ofício nº 20/69-GP, de 28 de fevereiro de 1969, à Secretaria de Segurança de Pernambuco, solicitando informações sobre os presos políticos e o material que estava na casa. A Secretaria respondeu afirmando que no dia 27 de fevereiro de 1969, policiais foram ao local do aparelho e apreenderam material de propaganda tido como "subversiva, relatórios, esquemas e instruções doutrinárias marxista-leninista, inclusive, 2 (dois) revólveres calibre 32 (trinta e dois), uma pistola calibre 45 (quarenta e cinco), acompanhada de dois carregadores e trinta e dois cartuchos, também de calibre quarenta e cinco". Também relacionou os nomes "dos elementos que, neste estado, tentaram organizar Ação Popular (AP)" para "preparar agitação em fábricas", a saber: João Batista Franco Drumond [mineiro de 27 anos], Geraldo Magela Monteiro de Melo [Marido de Rosa Maria, amazonino de 21 anos], Rosa Maria de Araújo Melo [esposa de Geraldo Magela, cearense de 22 anos], Ana Rita de Castro Almeida [esposa de Simão, grávida de 8 meses, paraibana de 23 anos], Simão de Almeida Neto [marido de Ana Rita, paraibano de 25 anos], João Roberto Borges de Souza (noivo de Socorro Fragoso, paraibano de 22 anos], Maria do Socorro Fragoso Moraes [noiva de João Roberto, paraibana de 22 anos), e Maria Lívia A. Coelho [sem qualificação]. Nesse período do ofício da Secretaria de Segurança de Pernambuco encontravam-se foragidos Drumond, Simão, Socorro Fragoso e Maria Lívia, os demais foram presos[312].

Em 6 de março de 1969, a Delegacia da Polícia Federal de Pernambuco fez um "Pedido de Busca nº 10/69 – PS/SOPS/DR/PE", acusando João Roberto, Socorro Fragoso e Maria Lívia de "roubarem" da Faculdade de Agronomia da Paraíba, durante o período de carnaval, um

[312] A Secretaria só veio responder ao ofício da CENIMAR em 18/4/1969. APEJE-PE. Cópia digitalizada. Arquivo da CEVPM-PB.

"mimeografo para imprimirem boletins subversivos". Afirmava ainda que, "segundo consta, foram presos pela SSP/PE"[313].

O Delegado Moacir Sales de Araújo faz um Auto de Reconhecimento entre João Roberto e os presos Geraldo Magela Monteiro de Mello e Rosa Maria de Araújo Mello, em 14 de março de 1969, quando o acusado afirmou reconhecê-lo "como o mesmo que estivera em sua residência nos dias de carnaval do ano em curso", acompanhado de sua esposa, Socorro Fragoso[314].

Em primeiro de abril de 1969, novo Auto de Reconhecimento é feito pelo Delegado Moacir Sales de Araújo. Desta vez coloca João Roberto diante de Ana Rita de Castro Almeida e ela afirma que João Roberto "estivera em sua residência em dias de carnaval do ano em curso, acompanhado de Maria do Socorro Fragoso... que disse tratar-se de sua esposa". Ana Rita disse que já conhecia Socorro Fragoso, pois a mesma havia ido à residência dos seus genitores, em Campina Grande, para "convidar a professora Jovelina Dantas" a fazer um curso de psicologia na Faculdade de Serviço Social em João Pessoa[315].

Naquele mesmo dia, o Delegado de Segurança Social, Moacir Sales de Araújo, encaminhou João Roberto ao Departamento de Identificação e solicitou que lhe remetessem a ficha individual datiloscópica e cópias fotográficas em duplicidade[316].

No dia 6 de abril de 1969, o subdelegado da Delegacia da Polícia Federal da Paraíba, Alceu Andrade Rocha, encaminhou telegrama ao Delegado Moacir Sales de Araújo, reiterando que fossem remetidas as declarações João Roberto Borges de Souza. Dia seguinte, "foi apresentado ao Instituto com ofício nº 95-carteira, de 01/04/1969 da Delegacia de Segurança Social, a fim de ser identificado por exercer atividade subversiva" [foto de frente e lado, com impressões digitais][317].

Após assinar o Termo de Declaração na Delegacia de Segurança Social, em 11 de abril de 1969, na presença do delegado Moacir Sales de Araújo, onde consta quase toda sua autobiografia, que havia escrito à mão anteriormente, e algumas graves alterações impostas pelo delegado. João Roberto é solto a 15 de abril de 1969, "por ordem do dr. Moacir", segundo o Registro de Preso da Delegacia da Segurança Social de Pernambuco[318].

---

[313] Prontuário Funcional nº 28808 de João Roberto Borges de Souza. Fundo DOPS-PE. APEJE-PE. Cópia digitalizada. Arquivo da CEVPM-PB.
[314] Idem.
[315] Idem.
[316] Idem.
[317] Idem.
[318] Idem.

Durante o período em que deixaram João Pessoa até serem presos em Recife, João Roberto, Socorro Fragoso e Maria Lívia ficaram impedidos de se matricular por dois anos em seus cursos na UFPB, por ato do reitor Guilardo Martins, publicado em 22 de fevereiro de 1969, "ad referendum" do Conselho Universitário[319].

2.3.4.2 Autobiografia sob tortura

Diante da importância da autobiografia manuscrita feita por João Roberto sobre sua militância, o movimento estudantil e o seu funcionamento na Paraíba, bem como os detalhes de algumas lutas que liderou, o Grupo de Trabalho Mortos e Desaparecidos da CEVPM-PB decidiu publicá-lo na íntegra.

> Minha participação na política estudantil só foi intensa a partir de minha eleição para o DA de Medicina de João Pessoa. Anteriormente, até antes de entrar para a Universidade, não tinha a mínima noção de política. Em fins de 1967 (outubro) realizou-se em Campina Grande um congresso estudantil com a finalidade de reestruturar a entidade estadual (UEEP) do qual participei como representante da Escola de Medicina. Minha escolha para este congresso deveu-se ao fato de morar com o presidente do D.A. da mesma escola numa república e o mesmo não querendo participar do encontro indicou-me como representante da Escola. Neste congresso foi meu primeiro contato com a política estudantil e saí daí escolhido como um dos membros da diretoria, numa chapa única formada durante o encontro. Até esta época nada se tinha feito em termos de movimento estudantil em João Pessoa. Em janeiro de 1968 começou a organização do trote realizado pelas entidades estudantis (UEEP, DCE e DAs) e fiscalizado pelo delegado do DOPS na Paraíba que discutiu com o presidente do DCE e o da UEEP alertando para os aspectos políticos o que ocasionaria tomada de cartazes pela polícia. Foi cumprida a palavra e não registrou-se qualquer alteração de ambos os lados. Minha participação como membro, realmente da UEEP deu-se na campanha pelo não pagamento das anuidades escolares, porque sou contrário ao pagamento das mesmas nas Universidades por achar que esta medida como estava prevista no plano proposto pelo professor Rudolf Atcon, para dar autonomia às Universidades Brasileiras, de cobrar taxa crescente durante um período de 10 anos iria automaticamente fechar ainda mais as portas das Universidades para os estudantes pobres. Assim, minha participação só foi ativa nesta luta, que terminou numa suspensão por parte da Reitoria para posterior estudo e aplicação mediante as determinações do Grupo de Trabalho da Reforma Universitária determinado pelo Ministério da Educação e Cultura. Aproximadamente em junho afastei-me da entidade para estudar mais para as provas parciais e no início do segundo semestre não tive quase nenhuma participação porque era época de eleições para os Diretórios. Minha chapa foi composta com a escolha de membros nas salas de aula, indicados pelos alunos das respectivas classes. Durante este período de início das aulas no segundo semestre minha ação foi exclusivamente dentro da escola preparando as

[319] Simão de Almeida Neto ficou impedido de terminar o curso de engenharia elétrica, ou fazer qualquer outra graduação na UFPB.

eleições, uma vez que minha candidatura foi fruto de uma escolha espontânea pela maioria dos alunos da escola, notadamente dos três primeiros anos. No dia da eleição, precisamente na hora da apuração, registrou-se um acidente que incompatibilizou-me de uma vez por todas com o diretor da escola. As eleições estavam, através da portaria da Reitoria previstas para um encerramento às 12,00 horas do dia 16 de agosto, e por determinação do Presidente da mesa, professor Reinaldo Rangel, foi prorrogado para às 13 horas e finalmente dado um prazo maior de 15 minutos. Depois de 13,15 minutos foi encerrada oficialmente. Após esta hora, ainda chegaram alguns alunos que vinham votar na minha chapa, porém, acatei a decisão da mesa e pedi apenas que fosse registrado na ata que os referidos colegas haviam comparecido e não votaram por esgotamento do prazo. O candidato opositor, tendo conhecimento de que as eleições terminariam às 12 horas e desconhecendo a prorrogação dada pela Mesa, chegou juntamente com seus adeptos às 2,45 horas, quando já estava aberta a urna e arrumados os votos para o início da apuração. O presidente da mesa comunicou que já estava em fase de apuração e não poderia mais votar. A atitude do meu opositor foi de agredir o Dr. Reinaldo e sacudir fora os votos anulando as eleições, além de quebrar várias cadeiras do ambulatório da Escola (local de votação). Isto motivou-me a denunciar esta atitude para os colegas ali presentes e a cumplicidade do Diretor na anulação das eleições, uma vez que meu opositor era o candidato de preferência do Diretor. Pra reforçar minhas palavras vários colegas presentes no local, citaram que pouco antes de ali chegar meu opositor, tinha o mesmo sido visto em conversa com o Diretor perto da Escola. No dia seguinte consegui uma assembleia geral, estando presente o Diretor e exigimos uma nova eleição, além da punição dos responsáveis pela baderna ali verificada. Depois de 10 dias realizou-se nova eleição em 340 votos para minha chapa e 90 para o outro. No entanto até hoje nenhuma medida foi tomada com relação aos baderneiros das eleições, a não ser a abertura de inquérito que já vai com 6 meses sem nenhum resultado.

Iniciando minha gestão no C.A.N.L tratei, de início, de organizar todo o diretório a começar da distribuição dos cargos que ficou assim composta: Vice-presidente – Eric Jenner Rosas; 1º secretário – Guilherme Travassos Sarinho; 2º secretario – João de Albuquerque Luna; 1º tesoureiro: Cesar Augusto de Almeida Lyra e 2º secretario: Maria Auxiliadora Pontes. Comecei depois de uns 15 dias a cuidar do problema mais grave da Faculdade que referia-se aos plantões. Para tal consegui uma assembleia novamente com a presença do Diretor e lá hipotecamos total solidariedade a uma luta que já vinha sendo alvo de cuidados anteriores por parte do Diretor, que era a luta pela encampação do Hospital Arlinda Marques, hospital de tuberculose infantil mantido pela LBA. Levei a campanha a frente mobilizando todos os alunos, a escola, para a luta e parei de desenvolvê-la pouco antes do 1º congresso da UNE, porque alguns médicos e acadêmicos explicaram-me o engano em que estava sendo envolvido, eu e o diretor uma vez que aquele plano proposto pelo diretor da escola só seria possível com a doação de um novo prédio à LBA para que a mesma instalasse um novo hospital para o atendimento da tuberculose infantil. O plano era o seguinte: o Arlinda Marques dispõe de 90 leitos só para a tuberculose infantil e queria o diretor transformar estes 90 leitos em cadeiras especializadas em clínica pediátrica e fazer num galpão atrás do hospital 20 leitos para tuberculose infantil. O hospital tem necessidade de aumentar o número de leitos porque o atendimento normal é de aproximadamente 600 crianças e algumas voltam por falta de leitos. Desta maneira fui a todas as salas de aula e modifiquei o rumo da luta para apressar a preparação das modificações da escola e transformá-la em hospital escola e não me preocupava de já naquela época

ceder o diretório para funcionar como Secretaria da escola e apressar a construção das salas de cirurgia do hospital. Deferíamos apenas nos métodos de luta, porque o Diretor apesar de já estar a um ano lutando para conseguir o Arlinda Marques achava que a participação dos alunos seria apenas de solidariedade a seus (palavra sem identificar) e eu achava que nossa participação efetiva dar-se-ia através de uma intensa campanha pela imprensa para forçar os dirigentes da LBA para fazerem a doação.

No auge desta luta foi quando verificou-se o Congresso Regional da UNE na Bahia e assinei duas credenciais do Diretório para que aquela Escola se fizesse representar no encontro; através de Eric (vice-presidente) e Eraldo (exigência dos alunos do 2ª ano). As finanças para a viagem dos dois correu por conta dos pedágios e cota entre os alunos.

Passado este período foi quando passei a preocupar-me com o Congresso Nacional, pois tinha grande vontade de participar de um Encontro Nacional da UNE. Quem articulou o Congresso em João Pessoa foi um assessor técnico da UNE, estudante do Sul e credenciado pelo vice-presidente José Arantes que estivera anteriormente em João Pessoa e prometera mandar este assessor, para nos ajudar uma vez que era a primeira ocasião que tínhamos que participar de um Congresso. Foi através deles que nos familiarizamos com a UNE pois era grande o abandono a que vivíamos submetido por parte dos Diretores da UNE. Para conseguir dinheiro tirou-se no restaurante universitário, em pedágios e cotas nas Escolas, além de dinheiro que cada congressista dispunha e levou do seu bolso. Toda finança estava centralizada no DCE e na UEEP e foi próximo de viajar que recebemos o dinheiro numa reunião no DCE e viajamos com destino à São Paulo para a cidade universitária onde encontraríamos os congressistas de outras partes do Brasil. De lá fomos levados diretamente ao local do congresso, em Ibiúna, onde fomos presos pela polícia no dia 12 de outubro. A Paraíba foi um dos últimos estados a chegar ao Encontro. Com relação às divergências entre os Diretores da UNE só lá poderíamos ter firmado uma posição, porque era quase nenhum o nosso conhecimento das coisas da UNE, visto que todas as passeatas que fizemos sempre foram depois de movimentos no Sul do país e contávamos apenas com um movimento nascente (menos de um ano).

Quando voltamos do Congresso não participei das manifestações posteriores porque naquela época acreditava que seríamos logo presos após chegar na Paraíba, visto que na maioria dos Estados os estudantes foram presos e reconduzidos para seus estados sob escolta policial.

Depois deste fato fui preso pelo exército e neguei qualquer participação naquele dia. Mas o fato é que na prisão em São Paulo os estudantes do Sul tendo mais conhecimento e facilidade de obter dados haviam incutidos em nós uma contra propaganda do Projeto Rondon, alertando-nos que se tratava de uma exploração de universitários por parte do governo e que fazia parte de um plano para militarizar os profissionais de ciências médicas. Foi quando eu e o presidente do DCE subimos numa mesa no restaurante e colocamos a posição que tínhamos assimilado sobre o Projeto Rondon e pedimos aos colegas que se quisessem inscrever-se para o mesmo só o fizessem quando as lideranças firmassem uma posição.

Depois de ser solto, dia 23 de dezembro, afastei-me totalmente de tudo e passei a viver em casa e na casa da namorada. Antes das provas do vestibular dirigi-me ao Diretório e lá recebi a credencial para fiscalizar as provas como Presidente do D.A. e aproximadamente dia 15 de janeiro foi a última vez que tive no Diretório para apanhar 40 diplomas e entregar na minha classe que estava fazendo um curso de termologia. Não encontrando o Galdino (encarregado) dirigi-me à lavanderia da Escola que fica próximo ao Diretório e deixei um bilhete autorizando-o a entregar os diplomas. Pela época das

provas do vestibular encontrava-me na casa de uma tia em João Pessoa, no Bairro da Torre, à rua Carneiro da Cunha nº 33, onde permaneci até o dia 29. Enquanto fiscalizava no vestibular, o critério de aprovação de acordo com as resoluções da Reitoria (Resolução 13/68) ia dar uma margem de cerca de 70% de reprovação. Isto provocou uma reação negativa nos vestibulandos que exigiram através de conversa que fosse tomada uma medida. Reclamavam que eu como um elemento que merecia a confiança dos mesmos deveria ajudá-los a lutar para modificar o critério de aprovação e aproveitar todos que estivessem fazendo prova e não tirassem nota zero em nenhuma matéria. Aceitei e fui com um grupo de vestibulandos no dia 29 para a Reitoria a procura de falar com o Reitor. Lá chegando a secretária comunicou-nos que só seríamos atendidos na terça-feira, ou seja, só seríamos atendidos daquele dia a uma semana, porque só havia audiência para alunos nas terças. Explicamos o caso e a urgência de resolvê-los no que fomos barrados novamente. Comunicamos que ficaríamos esperando até a saída do Reitor e que ali mesmo, na ante-sala, procuraríamos ser ouvidos. Nesta hora subiu um dos secretários do Reitor que dirigiu-se a mim ameaça claramente, ouvindo respeitei à altura. Finalmente o Reitor mandou comunicar que não atenderia e que naquele andar (6º) não poderíamos permanecer. Alguns quiseram ficar e outros iam sair quando finalmente convenci todos a descer alegando que se ficássemos poderíamos ser presos e os vestibulandos se prejudicariam de um modo geral. Afinal conseguiram o sistema esperado de classificação e meu último contato com eles deu-se exatamente neste dia. Na noite do dia 29 encontrava-me às 9:30h, aproximadamente, com Socorro atrás do Colégio Estadual, quando vinha papai e mamãe numa rural e nos apanharam levando-me depois de intensa discussão e insatisfação comigo para a casa de um outro tio no Bairro de Jaguaribe. Disse-me na ocasião que a Polícia Federal estava a minha procura e que não sabia do que se tratava. Mandei nos dias seguintes que ele e minha mãe procurasse ao menos saber o motivo e que só tinha feito ir à Reitoria com os vestibulandos o que acirrou a ira de papai. Finalmente cheguei a saber que se tratava do mimeógrafo e da máquina que haviam desaparecido e que eu estava sendo responsabilizado. Terminei indo à polícia federal com meu pai e um primo que é promotor e prometeu-me que isto me ajudaria. Na Polícia Federal estava com vontade de falar sobre o Congresso e a prisão do Exército, dizendo a verdade, porém consultei meu primo e achei por bem não entrar em contradição com meus depoimentos anteriores. Falei sobre o movimento dos vestibulandos e assumi a responsabilidade e sobre o mimeógrafo e a máquina coloquei que nada sabia e que antes de ir lá já havia procurado o tesoureiro de quem procurei roteiro, pois tanto ele como o Vice-Presidente encontravam-se responsáveis em prestar contas do Diretório, estando inclusive Eric (vice-presidente) com cópias autênticas de todos os recibos e contas do Diretório, uma vez que não queria nem (palavra sem identificar) com o diretor, pois segundo me consta foi a intervenção do Diretório por pedido do mesmo. Além disso, desde minha ida ao Congresso que a conta do Diretório na Caixa Econômica está em nome de Eric, segundo me afirmou o próprio. A regulamentação das contas também foi por ele e pelo tesoureiro efetuada. A única informação que tive do tesoureiro foi de que o oficio exigindo prestação de contas tinha sido efetuado, digo, datilografado na própria máquina do Diretório e que uma janela tinha sido forçada. Encarreguei Lívia, Antônio Costa de procurarem o mimeógrafo em qualquer parte, isto enquanto ainda estava na casa do meu tio, e de me indicar qualquer roteiro que eu estava disposto a indicar o culpado. Pedi ainda a César (tesoureiro) que se soubesse de qualquer paradeiro e não quisesse dizer-me que forçasse o responsável a restituir. Tudo foi em vão. Ao chegar no grupamento de Engenharia, juntamente com o Major Fernandes, digo, juntamente com o Dr.

Gentil, subdelegado da polícia federal, foi dada minha sentença de que não arranjaria mais folha corrida, emprego público e que se não aparecessem os objetos não poderia estudar. Antes de ir à polícia federal fui com papai e Lívia na casa do tesoureiro e lá pedi a Lívia que mandasse Socorro encontrar-se comigo na noite do mesmo dia pois queria vê-la pois há mais de 10 dias não a via. Quando a encontrei pedi para que fugisse comigo pois não podia dar conta dos objetos e já estava com minha vida toda prejudicada, até impossibilitado de continuar meus estudos. Ela vacilou muito por causa da mãe e queria terminar o curso que estava no último ano. Depois resolvemos sair às 2 horas da madrugada e ela foi apanhar a roupa em casa. Quando o relógio da igreja bateu 2 horas foi quando fugi da casa do meu tio e fui ao encontro dela. Ela tinha vindo num carro de um amigo veraneava no Poço e não o conheço, pois é grande o seu rol de amizades visto já veranear muitos anos nesta praia. Passamos muito tempo procurando achar um meio de ir para algum lugar aqui e finalmente decidimos vir para Recife e procurar Frei Aloisio (irmão dela que poderia nos ajudar.) Vim num carro de praça pagando NCH$ 35,00 e quando cheguei aqui já estava amanhecendo. Esperamos na rodoviária, tomamos café e aproximadamente às 7 horas ia passando pela Guararapes para ir ao convento de Santo Antônio (local onde o irmão de Socorro mora) quando Simão lá descendo do ônibus de (palavra sem identificar). Nesta ocasião ele procurou saber o que estava fazendo e contei-lhe minha situação toda e ele me disse que ia trabalhar e às 12 horas eu poderia encontrá-lo ali e iria para a casa dele, até que eu pudesse tomar uma decisão sobre o que fazer. Com um lugar certo para ficar e longe da censura da família de Socorro, resolvi não ir procurar Frei Aloisio naquela ocasião. Fui para a casa de Simão e conversei durante a tarde com Ana Rita (esposa dele) e conheci Rosa esposa de Geraldo, só chegando a conhecer este à noite quando o mesmo veio do trabalho. Antes de ir à polícia federal, ao ter estado com Lívia, acertei com ela para procurar os colegas da escola que encontrasse e fazer uma cota para os gastos primeiros que teria aqui. Este dinheiro eu receberia pessoalmente dela e marquei a data de 4ª feira de cinzas ou 6ª feira na rodoviária às 12 e às 18 horas. Na quarta-feira às 18 horas ela encontrou-se comigo e vinha com as bagagens e contou-me que meu pai tinha indicado sua casa, como a da pessoa que sabia onde eu me encontrava e que lá a polícia tinha encontrado um livro de citações de Mao Tse-Tung e outro de (palavra sem identificar) e por isto tinha passado cerca de 3 dias fora de casa em João Pessoa, na casa de amigos da escola. Resolveu procurar-me através de nosso ponto marcado e que não voltaria a João Pessoa pois agora também a polícia estava a procurá-la e queria ficar onde eu estava até ter condições de viajar para o Rio onde estava sua irmã.

Conheci o João na casa de Simão na 5ª feira onde ele tomou conhecimento do nosso problema e conheceu toda a minha história. Falei que iria resolver minha situação procurando tirar documentos falsos e viver longe daqui com Socorro. Neste dia ele estava com um pacote na mão como papel enrolado formando um tubo. Despediu-se da gente e só voltei a vê-lo no sábado pela manhã quando contou-me e às meninas para ir à fábrica e conversar com os operários prometendo os documentos falsos de que eu necessitava, pois tinha um amigo com um cartório e solucionaria o problema. Procuramos saber se havia polícia ou qualquer outra coisa por lá e ele nos afirmou que não e que não havia perigo para nós, pois só iríamos conversar. Assim as meninas foram à tarde e à noite fomos os três e lá veio a prisão. Não sei quem era a velha que estava com as meninas.

Conheci o Simão na festa da garota universitária em Campina Grande no ano de 1967. Fui apresentado a ele pelas meninas de Campina Grande que foram à festa, conhecendo-o na ocasião como líder universitário. Nesta festa desfilou pela Escola de Medicina e de surpresa, pois não tínhamos representantes, a

> fera Socorro Muniz. (Palavra sem identificar) inclusive com Simão nesta noite e só voltei a encontrá-lo no Congresso que reestruturou a UEEP, quando na ocasião era ele Presidente de uma entidade em Campina Grande a União Universitária Campinense. Outras ocasiões onde encontrei com Simão foram em reuniões da UEEP com os diretórios. Passei uns dois meses sem vê-lo, estranhando o fato de não ter ele ido ao Congresso representando a Escola e quando soube foi a notícia do casamento dele que se não me engano foi no mês de novembro.
>
> As reuniões em João Pessoa sempre foram no DCE e contavam com um grande número de gente, sendo franqueada a participação de qualquer pessoa nela, nunca foram reuniões com participação limitada. O poder de decisão sobre os assuntos era dado pelos Presidentes do Diretório que poderíamos tomar ou modificar qualquer decisão. As opiniões sempre mais acatadas eram as minhas e as de Ferreira (ex-presidente do DCE) não se registrando atritos nas reuniões e quando queríamos tomar qualquer decisão ouvíamos primeiro que todos se pronunciassem sobre o assunto, tirando daí uma posição. Só conheci as lideranças estudantis de Pernambuco no Congresso e entre eles só recordo dos nomes de Cândido e Marcelo. A primeira vez que vim a Recife foi no ano de 1964 com meu tio, pois morava na casa dele e estudava no 2º científico. Vim mais umas duas ou três vezes com ele e voltei no mesmo dia. Depois só vim a Recife uma vez em 1968 e fiquei na casa deste amigo, casado, do Mustardinha passando dois dias (sábado e domingo) por problemas que tinha com uma filha dele. As outras vezes que vim a Recife foi quando ia e quando voltei do Congresso da UNE e agora desta viagem. Só conheço do Recife este caminho do Mustardinha, o Bairro de Água Fria onde estava na casa de Simão e o centro.
>
> O que me fez atuar no movimento estudantil foi um incentivo por parte dos alunos que sempre nos procuravam perguntando se não íamos fazer nada, principalmente quando havia qualquer movimento no Sul e um orgulho pessoal em tornar-me liderança estudantil pois admirava a vida dos caras da UNE e intimamente tinha vontade de pertencer à UNE e terminei desistindo quando vi que para os elementos do nordeste isto era impossível. O que tornou meu espírito alvoroçado foi este sonho e a leitura constante dos jornais formou e fortaleceu meu ideal e um forte sentimento anti-americanista a ponto de perder o estímulo pelo inglês que já conversava em navios americanos e estava prestes a terminar o curso na Cultura. Além dos jornais e revistas o que contribuiu para toda minha vida foi a leitura das revistas da Civilização Brasileira e tinha muita vontade de conhecer as obras de Marx e Caio Prado Junior, como também desejava conhecer as teorias econômicas de Celso Furtado.
>
> João Roberto Borges de Souza[320]

Sandro Alves, membro do Grupo de Trabalho Mortos e Desaparecidos Políticos da CEVPM-PB, fez um minucioso estudo entre o manuscrito de João Roberto sobre sua biografia e o que foi colocado pelo escrivão como Termo de Declaração assinado [ou obrigado a assinar após tortura] no inquérito policial aberto pela Secretaria de Segurança Pública de Pernambuco.

A narrativa de João Roberto é muito pessoal, quase intimista, feita em primeira pessoa, expressando, embora não em profundidade, alguns sentimentos particulares. Enquanto que

[320] Prontuário Individual de João Roberto Borges de Souza - 18629. DOPS-PE. APEJE-PE. Cópia digitalizada. Arquivo da CEVPM-PB.

Termo de Declaração é feito na terceira pessoa, centrando no conteúdo relativo à sua militância, subtraindo as impressões pessoais, focando nas questões políticas bem como acrescentando dados técnicos das ocorrências e informações expandidas [nomes completos de pessoas, organizações e algumas circunstâncias específicas] os quais João Roberto apenas aludira sutilmente.

Assim, no Termo de Declaração de João Roberto aparecem:

- os nomes completos do presidente do DA de Medicina, Ricardo Rosado Maia; do presidente da UEEP, Élcio Oliveira; Maria Lívia Coelho; Simão de Almeida Neto; Frei Aloísio Fragoso [e o Convento Santo Antônio, em Recife]; Ana Rita de Castro Almeida; Rosa Maria de Araújo Melo, esposa de Geraldo Magela Monteiro de Melo; João Batista Franco Drumond;

- supressão dos méritos político-organizacionais da composição chapa para o DA de Medicina, a qual ele encabeçava, bem como o conflito deflagrado na primeira eleição, que precisou ser anulada e realizada uma outra, sendo vencida pela chapa dele com ampla margem. Descreve os nomes da composição dos cargos do grupo eleito;

- omite a reivindicação de João Roberto e dos estudantes de Medicina pela ampliação do atendimento no Hospital, bem como do apoio do Diretor [cujo nome não é citado] da Faculdade, a causa da divergência que era a ampla participação do alunado;

- descreve a articulação para o Congresso Regional da UNE, em Salvador, e também o Congresso de Ibiúna, feita por José Arantes ou Júlio, diretor da entidade nacional, que veio a João Pessoa orientar e assessorar a viagem dos delegados paraibanos ao Congresso de Ibiúna. Diz que foram 23 representantes das cidades de João Pessoa e Campina Grande, cujo valor individual para o translado era de 120 novos cruzeiros. Cita ainda o apoio do DCE e seu presidente, Everaldo Queiroz nessa articulação. Descreve dados mais precisos, como a escala da delegação paraibana no Rio de janeiro, depois a ida para a capital paulista, ocupando um espaço do Conjunto Residencial da Universidade de São Paulo (CRUSP), sendo recepcionados por José Arantes, ou Júlio, da direção da UNE. Dá detalhes sobre o Congresso da UNE em Ibiúna, afirmando que houve apenas uma plenária com as delegações dos estados, sendo presidida por Luiz Travassos, ex-presidente da entidade nacional, que fez uma explanação dos problemas a serem discutidos. Fala que no dia seguinte a polícia cercou o local do Congresso, prendendo todos os delegados, que foram obrigaram a caminhar por cerca de 15 km até chegaram ao local das viaturas. Dali os levaram para o Presídio Tiradentes, em São Paulo, e após serem ouvidos, os representantes da delegação paraibana foram soltos em 5 dias;

- aborda brevemente o episódio em que João Roberto e Everaldo Queiroz subiram à mesa fizeram uso da palavra no Restaurante Universitário da UFPB sobre o Projeto Rondon, enfatizando ser esse evento após a decretação do AI-5 e que isso ocasionou as prisões deles;

- relata o que teriam sido as últimas ações de militância estudantil do estudante de Medicina até sua pendência legal no inquérito da Polícia Federal sobre o furto do mimeógrafo e da máquina de escrever do Diretório Acadêmico, citando os nomes completos de Eric Jenner Rosas e César Augusto de Almeida;

- cita Maria Lívia Coelho [estava apenas como Lívia], a quem o mesmo solicitara que fizesse esforços concentrados para descobrir o paradeiro do mimeógrafo;

- suprime as descrições mais pessoais sobre o encontro que ele teve com sua noiva Socorro Fragoso intermediado por Lívia, limitando-se a relatar a proposta de João Roberto para fugirem, já que não havia como permanecer em João Pessoa, haja visto a proibição de emprego, estudos e documentos por conta de uma possível condenação no processo do furto do mimeógrafo lhe impusera.

Por fim, o mais espantoso: o Termo de Declaração João Roberto Borges de Souza termina enaltecendo "o movimento revolucionário" de 1964 e o Ato Institucional nº 5/68:

> que, hoje, o depoente reconhece o exagero cometido, esclarecendo, não mais enveredar por qualquer caminho político, isto porque o clima de exagero ao caminho da baderna e também a falta de lealdade, pois compreende atualmente que toda e qualquer autoridade deve ser acatada; que indagado sobre o movimento revolucionário de sessenta e quatro e o Ato Institucional número cinco, **esclarece que o primeiro teve um grande objetivo, ou melhor, fazer cessar a insegurança que se processava no paiz, enquanto que o Ato número cinco, teve por finalidade fazer cumprir o ideal do Movimento Revolucionário, isto porque os objetivos finais são a longo prazo.** (Grifo nosso)[321]

Esse parágrafo não estava no manuscrito autobiográfico escrito por João Roberto, um militante aguerrido e combativo da ditadura militar, que liderou dezenas de manifestações estudantis em 1968 e foi preso duas vezes por conta dessas suas posições políticas e ideológicas. É uma demonstração cabal de que os agentes da repressão colocaram no final do Termo de Declaração que iria assinar, após ter sido submetido a extensas e intensas sessões de torturas físicas e psicológicas, cujo objetivo era desmoralizá-lo e torná-lo indigente político perante seus companheiros de organização e das demais forças que combatiam o regime autoritário.

[321] Prontuário Individual de João Roberto Borges de Souza - 18629. DOPS-PE. APEJE-PE. Cópia digitalizada. Arquivo da CEVPM-PB.

2.3.4.3 Tentativa de reaver a vida

Assinado o Termo de Declaração e sendo liberado da prisão e dos interrogatórios sob tortura, João Roberto retorna à Paraíba triste e temeroso com o que poderia ocorrer com ele quando do julgamento do seu processo na 7ª Auditoria da Justiça Militar, em Pernambuco.

Dona Eulina, mãe de João Roberto, lembrou da prisão e das torturas que seu filho sofreu nas dependências da DOPS de Pernambuco e o comportamento dele quando voltou à João Pessoa:

> Foi preso e foi torturado. Foi tortura física e psicológica, que foi a pior que teve porque ele era obrigado a dizer o nome de todos os componentes da organização e como ele não dizia era torturado. Depois de muita peleja – ele sofreu muito, ficou totalmente transtornado – ele veio embora[322].

Uma das primeiras medidas tomadas por João Roberto na capital paraibana foi dirigir-se ao diretor Faculdade de Medicina, professor Atílio Luiz Rotta, em 17 de abril de 1969, e entregar as chaves do Diretório Acadêmico Napoleão Laureano, recebendo dele uma declaração por tal procedimento. Na semana seguinte, segundo Dona Eulina Borges, João Roberto recebeu uma intimação da 7ª Região Militar do processo contra os militantes do aparelho da AP e viajou a Recife.

> Ele saiu de casa no dia 22 de abril, foi para casa de uma pessoa amiga para no dia seguinte comparecer. Quando ele chegou no local da audiência, não houve audiência mas ele desapareceu e, quando viemos saber notícias, foi da morte dele em Catolé do Rocha.[323].

Desiludido, impedido de estudar pelo ato do reitor da UFPB, que puniu as lideranças estudantis universitárias dos movimentos de rua de 1968, João Roberto foi se esconder nas residências dos seus colegas do curso de Medicina, enquanto esperava a tramitação do seu processo na justiça militar.

Enquanto isso, os órgãos de repressão da ditadura circulavam informações sobre ele, como histórico "atualizado até o telegrama nº 17, de 05/05/1969" e remessa ao subdelegado da Polícia Federal, Alceu Andrade Rocha, por meio do ofício nº 127, de 8 de maio de 1969, de "cópia das declarações prestadas nesta Delegacia [Pernambuco] pelo estudante João Roberto Borges de Souza" [324].

---

[322] PARAÍBA. Apanhado taquigráfico da audiência da Comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal e da Assembleia Legislativa da Paraíba, realizada em João Pessoa no dia 24/8/1995, p. 22.
[323] Idem, p. 22
[324] Prontuário Individual de João Roberto Borges de Souza – 18629. DOPS-PE. APEJE-PE. Cópia digitalizada. Arquivo da CEVPM-PB.

Ao que tudo indica, João Roberto utilizou uma passagem de ônibus da linha Recife-João Pessoa, emitida em 2 de junho de 1969 pela Empresa de Transporte Gaivota, onde fora à capital pernambucana conversar com sua advogada, Mércia Albuquerque, que se dispôs a defendê-lo na justiça militar[325].

Sete dias após essa viagem, a 9 de junho, o inquérito policial contra João Batista Franco Drumond, João Roberto, Socorro Fragoso, Maria Lívia, Ana Rita, Simão Almeida, Geraldo Magela e Rosa Maria foi concluído e encaminhado ao Auditor de Guerra da 7ª Região Militar de Pernambuco[326].

Na semana seguinte, João Roberto recebeu uma carta do Recife, em 14 de junho, assinada por Fernando Guimarães Souza, informando que viajaria para São Paulo, não podendo encontrá-lo para "levar o recorte de JORNAL pessoalmente, podendo mandar por carta. Assim é, que depois que estive com seu pai em J. Pessoa e não podendo ir a Cabedelo mais, por motivo de estar no carro de amigo para voltar a Recife"[327].

No dia 5 de julho João Roberto tira várias fotografias para documentos, numa delas, estranhamente, foi desenhado um chapéu e uma bata de padre, simulando a possibilidade do uso daqueles trajes para eventual fuga de João Pessoa. Dois dias depois, recebe sua Carteira Profissional, onde registra a sua residência na Rua São Sebastião, nº 11, em Cabedelo[328].

Em Recife, o auditor da 7ª Região Militar, Antônio Carlos de Seixas Teles, encaminhou ao general Humberto Melo, presidente da Comissão Geral de Inquéritos Policiais Militares, em 8 de julho, "cópia do Relatório feito no Inquérito Policial, que originou o processo-crime contra os civis João Batista Franco Drumond e outros"[329]. Este relatório é importante para desvendar algumas dúvidas e afirmar o que já se sabia, que João Roberto foi torturado para informar o endereço do aparelho da AP. Ele foi assinado pelo delegado Moacir Sales de Araújo e revelou que o investigador Aurino Xavier de Oliveira comandou um grupo de policiais, no dia 27 de fevereiro de 1969, para, em diligência, "desbaratar" um aparelho da Ação Popular, localizado no Alto do Benjamin. "De logo foram localizadas Ana Rita e Rosa Maria, e, posteriormente, Geraldo Magela, o qual se encontrava na Fábrica Paulista, onde fazia um curso de treinamento". Mais à frente afirma que[330]:

[325] Cópia da passagem de ônibus constante do arquivo da família de João Roberto.
[326] Prontuário Individual de João Roberto Borges de Souza – 18629. Ibidem.
[327] Essa carta está no arquivo da família de João Roberto. Pode ser uma senha para entrega de alguma informação ou documentos necessários de que João Roberto estaria precisando.
[328] Fotos e carteira de trabalho constante do arquivo da família de João Roberto.
[329] BR_DFANBSB_AAJ_IPM_0392_d. Arquivo Nacional. Cópia digitalizada. Arquivo da CEVPM-PB.
[330] Idem.

> Nesta Delegacia apurou-se, então, que João Roberto Borges de Souza era a mesma pessoa que dias antes, com nome falso, estivera nesta Especializada em companhia de Maria Lívia Alves Coelho e Maria do Socorro Moraes ou Maria do Socorro Fragoso, sob acusação de estarem distribuindo panfletos subversivos na Fábrica da Torre, nesta cidade, enquanto que Simão de Almeida Neto e João Batista Franco Drumond conseguiram foragir-se.

A menção a "dias antes" refere-se ao dia 22 de fevereiro de 1969, quando João Roberto e as companheiras [não foi incluída Rosa Maria] foram presos. Não citam que liberaram as três mulheres e ficaram com João Roberto preso, respondendo a interrogatórios [com certeza, sob torturas], até que ele informasse o endereço do aparelho da AP, descoberto pelos agentes da repressão no dia 27 daquele mês.

No primeiro dia de agosto de 1969, João Roberto começou a trabalhar como viajante da empresa Queiroz Cavalcanti & Cia, especializada em comércio atacadista de produtos químicos, situada à Rua Sá Andrade, nº 419, João Pessoa. Sua carteira profissional foi assinada nessa data.

Quinze dias depois, a Auditoria da 7ª RM decidiu pela qualificação e dar prosseguimento à acusação de João Roberto, Ana Rita de Castro Almeida, Geraldo Magela Monteiro Melo e Rosa Maria de Araújo Melo. Os demais envolvidos foram considerados revés [Simão Almeida, João Batista Franco Drumond, Maria do Socorro Moraes Fragoso e Maria Lívia Alves Coelho][331].

Tudo indica que, a partir desse momento, João Roberto ficou preocupado com uma possível condenação e partiu para solicitar documentos dos estabelecimentos de ensino por onde estudou. Primeiro foi na Faculdade de Medicina da UFPB, quando pediu a emissão do seu Histórico Escolar, o qual lhe foi entregue em 25 de agosto, assinado pelo diretor Atílio Luiz Rotta[332]. Depois, no dia 15 de setembro, recebeu "atestado de boa conduta" da diretoria do Grupo Pedro Américo de Cabedelo, quando estudou o preliminar, e um "Atestado de nada consta" no Colégio Estadual de João Pessoa [Lyceu Paraibano], onde cursou o secundário.

Ainda no dia 15 de setembro, João Roberto assinou ofício à empresa Queiroz Cavalcanti & Cia, solicitando, "em caráter irrevogável, a demissão do emprego que ocupo na firma de v.s., desde o dia 1º de agosto do corrente ano, como empregado optante". Explicou que necessitava, "por motivos de ordem particular, deixar o emprego imediatamente", pedindo ainda que seja lhe dispensado o aviso prévio[333].

---

[331] Boletim Informativo nº 187 – SNI – ARE – 15/8/1969. AC_ACE_RES_10768_69. Arquivo Nacional. Cópia digitalizada. Arquivo da CEVPM-PB

[332] Cópia do Histórico Escolar constante do arquivo da família de João Roberto.

[333] Cópia da carta assinada por João Roberto Borges de Souza pedindo demissão do emprego na empresa Queiroz Cavalcanti & Cia foi entregue pela família à CEVPM-PB.

A partir do dia 15 de setembro João Roberto desapareceu de João Pessoa. Segundo Waldir Porfírio da Silva[334],

> ao que tudo indica, João Roberto foi para o Rio Grande do Norte, onde aproveitou para confeccionar documentos falsos para entrar na clandestinidade. A nova identificação dele era Carlos Alberto da Silva, nascido em 21 de abril de 1948, filho de Antônio José da Silva e Maria Dores da Silva, natural de Macaíba, Rio Grande do Norte. A carteira de identidade foi retirada no Instituto de Medicina Legal e Criminalística do governo potiguar[335].
> Em poucos dias, temendo ser descoberto pela polícia e por sua segurança (como demonstrou em carta ao pai que será tratada mais adiante) teve que sair daquele estado norte-rio-grandense para se esconder na comunidade rural Olho D´Água, que ficava no território do município paraibano de Catolé do Rocha.

2.3.4.4 Cartas da clandestinidade

Durante os dias 15 de setembro a 10 de outubro de 1969, João Roberto enviou algumas correspondências aos seus pais Francisco Xavier Borges de Souza e Eulina Marques Borges de Souza, demonstrando preocupação com eles, perguntando pelos irmãos, avô e tios, revelando o desejo de planejar seu futuro, pedindo ao irmão Gerardo que assumisse o seu lugar na família e, por fim, pede que eles rasguem as cartas para sua segurança [o que não foi atendido]. As missivas estavam no arquivo da família e foram entregues à CEVPM-PB. Dado o valor histórico das mesmas, serão publicadas na íntegra neste Relatório.

> Querida mamãe
> Estas são as palavras mais difíceis que encontro para escrever-lhe, pois vou fazê-lo na distância e sem possibilidade de encontrá-la tão cedo e abraçar-lhe como minha querida mãe. Mesmo assim sinto uma imensa tristeza neste momento por não ter sabido corresponder a seu amor como mãe. Procurei fazer tudo para dar-lhe um pouco de felicidade nestes momentos que consegui passar com você desde que sai do Recife. Sabia que mais cedo ou mais tarde isto aconteceria e fazia tudo para dar-lhe um pouco do afeto que não lhe dei durante o período que estava fora de casa.
> Mãezinha, sei que você saberá suportar com altivez e cabeça erguida todos estes períodos difíceis da nossa vida. Sei, e por isto, enfrento com segurança a minha murada, que você preferirá ver-me longe de você, porém em segurança do que perto e sem liberdade. Se algum dia puder dar-lhe um pouco mais de felicidade não hesitarei em dar-lhe. Procure dar a meus irmãos o carinho que me deu até o presente momento e eu estarei feliz com isto, [palavra sem identificar] ausente de você.

[334] SILVA, Waldir Porfírio da. Op. cit. 2017, p. 77
[335] Prontuário nº 18629, originário do I Grupamento de Engenharia e difundido pela Secretaria de Segurança Pública de Pernambuco. Arquivo da CEVPM-PB.

Mamãe para mim é importantíssimo saber que você vai a um médico e que irá tratar-se para conseguir mais saúde e ir até o fim na sua missão de criar os filhos. Pense muito neles, vá procurar tratar-se para conseguir mais saúde não somente isto, mas também pela alegria que isto me dará. Peço-lhe isso porque será a minha maior tortura saber que você continua doente sem tratar-se. Atenda meu apelo, por favor.
Quero agora falar de vovô que sempre foi muito bom pra mim e nesta hora muito tem-me ajudado. Peço a ele que não esmoreça, continue lutando que estas coisas são da vida. Não posso estar aí e levá-lo ao médico como queria, porém, [palavra sem identificar] que ele melhora e possa viver muito tempo junto a você. Agradeço muito o que ele tem feito por mim e desejo para ele muitas felicidades.
Estas palavras agora são para meu caro irmão Gerardo que soube ser meu grande amigo em todas as horas difíceis. Estimo-o muito lamento se afastado do convício com ele. Quero que a partir deste momento ele assuma, como o vem fazendo nos últimos dias, uma responsabilidade maior para com você, e nossos irmãos e não esqueça nem abandone nunca sua [palavra sem identificar], sai de casa, porém confio que em Gerardo e estou certo que ele assumirá lugar destacado nos nossos negócios e na direção da casa. Digo tudo isto porque acredito na sua capacidade de ser responsável e no seu apego a casa.
Muitas lembranças e um cheiro em cada um dos meus irmãos no Duca, que é um menino bacaninha e gosto muito dele.
Agora mãe despeço-me da senhora confiante de que um dia voltarei para abraça-la, não sei quando.
Do filho que muito lhe quer.

-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-

Querida mamãe
Estou passando bem na casa do baixinho. Para preencher o tempo estou copiando as aulas dele e estudando alemão com a mãe dele. Estou querendo saber notícias suas, de papai e dos manos. Escreva e mande pelo mesmo uma resposta. Espero que a senhora esteja fazendo ou procurando fazer o tratamento que lhe pedi porque não quero vê-la, ou melhor, saber que a senhora ainda continua doente sem tratar-se. Espero que a senhora esteja suportando tudo isto de cabeça erguida e que continue como eu espero, sabendo enfrentar todos os problemas ao lado de papai e que nestas horas saiba ajudá-lo a sair de seus aperreios quando estes se apresentarem. Confio demais na senhora, para ter toda a certeza de que se papai quiser apavorar-se, terá uma pessoa forte que o ajudará, mesmo sentindo mais do que ele. Penso assim porque sei e pude tirar uma experiência da sua resignação para sofrer, coisa que papai pouco tem. Mande dizer-me como andam os negócios, se já está em andamento novamente o reparo do caminhão, se papai está conseguindo vencer as dificuldades ou se continua desorientado nesta fase difícil em que estamos atravessando. Diga a papai que toda a nossa família tem uma opinião diferente sobre o meu caso, mas é necessário que neste momento ele e a senhora possa tomar uma decisão e defendê-la sem interferência da opinião dos outros. É necessário mentir para defender esta situação e muito mais necessário será acreditar em nossas convicções sem permitir que elas sejam influenciadas pelos outros. Pouco importa para mim o que pensa fulano ou sicrano, o que está importando para mim neste momento é minha segurança. Embora no momento não acredite que existe o risco de ser preso caso apareça, entretanto não espero boa coisa deste processo e por isto deverei estar o mais precavido possível para qualquer coisa. Não acredito que tudo que ocorre

conosco devemos aceitar resignados, porém mesmo dentro da nossa revolta devemos ter resignação e procurar o melhor momento para todas as coisas. Não é fácil uma vida fora de casa, porém aqui onde estou tenho recebido da mãe do baixinho uma compreensão, uma dedicação e afeto que diminuem as durezas de um afastamento. Sempre tive pela mãe dele uma admiração muito grande e nestes momentos aprendi a querê-la muito mais. Tenho gostado muito de todos que aqui vivem e tenho um ambiente simples como eu gosto e uma amizade sincera de todos que me rodeiam.

Como vai passando vovô? Gostaria que a senhora me mandasse notícias dele. Tenho muita admiração por ele porque foi um homem que enfrentou durezas fora de casa e que aprendeu com a vida uma maneira de viver capaz de suportar com energia todas as dificuldades que aparecem. Digo tudo isto porque estou enfrentando e enfrentarei uma vida semelhante a que ele levou e para suportá-la terei de ser de fato um homem forte.

Quero que Gerardo mande-me notícias suas e me fale com honestidade se de fato está criando responsabilidade e vendo a vida de outro modo, porque neste momento ele devia ser o espelho dos outros irmãos. Peço para ele que saiba ter mais resignação e procure adaptar-se a um outro modo de vida, enfrentando a vida sem fantasias.

Como vai passando Dolores? Não esqueci dela e desejo ardentemente que se restabeleça. Lembranças minha a Dalvinha, Lica, Dona Leu e todos os conhecidos.

Para meus irmãos, um forte abraço do mano que não pode estar com eles, mas que muito os estima. Para Duca um cheiro e não esquecendo de Daura mando-lhe um abraço e espero que ela não fique tão trabalhosa como vem sendo, embora o temperamento dela seja assim e nestes casos é bastante difícil mudar. Tenham paciência com ela e tudo se arranjará.

Mamãe, vou terminar mandando-lhe muitas felicidades desejando que a senhora possa melhorar de saúde, porque isto muito me preocupa. Lembranças a madrinha se ela ainda estiver por aí.

Do filho que muito a quer

João

Obs: Mamãe se a situação piorar peço que ninguém venha procurar-me para não deixar suspeitar. Quanto menor o número de pessoas que saibam do meu paradeiro melhor. Infelizmente tem que ser assim. Mande meus documentos que estão na gaveta do penteador e o estojo.

-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-

Papai

Espero que desta vez o senhor entenda muita coisa que não foi capaz de entender. Não pretendo mais continuar ou cair em erros como o fiz da vez antiga que me desliguei da família. Não vou continuar naquela vida anterior e sim partir para fazer minha vida em outro lugar que é mais provável ser no exterior. O difícil é sair do país entretanto para tudo existe um jeito.

Para iniciar quero saber se o senhor queimou as cartas anteriores. Se não queimou deve fazer, porque é importante não encontrarem nada escrito por mim em poder de ninguém enquanto eu não estiver seguro. O mesmo destino deverá ter esta carta e aqui eu peço por tudo e que deixem o sentimento de lado e queimem tudo, porque quando estiver seguro, como espero, poderei escrever e dizer o que penso à vontade.

Não sei porque motivo muita gente sabia onde eu me encontrava. Isto só pode ter sido por falta de precaução da parte de alguns que saibam meu paradeiro até o momento. Aprenda papai você e todo mundo que não existe confiança que nos faça colocar segredos para ninguém, nem mesmo para os mais

íntimos. Foi baseando-me nisto que resolvi sair de onde estou e partir para outro lugar sem dizer a ninguém qual é o local, porque apesar de íntimos e de merecerem minha confiança e precaução exige que eu não coloque para ninguém meu paradeiro. Não [palavra sem identificar] ninguém este ato de sair sem comunicar nada a estes meus amigos daqui, porque acho que eles já deram prova de uma amizade sincera para comigo. É inútil pensar que eles saberão qual será meu paradeiro, porque não pretendo, em hipótese alguma contar a ninguém por enquanto. Mesmo que dê alguma pista será falsa e nem isto eu farei.

Arrume uma maneira de despistar os abelhudos que procurarem saber meu paradeiro, porque uma grande maioria poderá querer saber para [palavra sem identificar]. Livre-se das emboscadas que a polícia quiser botar para localizar-me e saiba que embora eu possa morrer de vontade de visitar a família e dar notícias, não o farei enquanto não julgar necessário pois no momento só interessa para mim conseguir um local onde viver tranquilo. Provavelmente o senhor virá para cá trazer-me notícias do andamento das coisas, mas fique sabendo que se a polícia procurar localizar-me nada será mais simples do que segui-lo e localizar-me para evitar isto tomo a deliberação de sair sem deixar pista. Lamento que as coisas tenham de acontecer assim, mas nada me fará mudar de opinião. Sou moço e tenho direito a viver com tranquilidade, por isto tomo esta deliberação. Não nasci para levar minha vida sobressaltado ou preso. Não se [palavra sem identificar] superá-las com serenidade.

Com relação a bolsa de estudos que estão tentando para mim seria ideal porém, não há possibilidades de sair do país com passaporte, porque não conseguiria. Tenho que encontrar uma maneira de solucionar meus problemas embora não saiba ainda como fazê-lo.

Qualquer furo de segurança por parte do senhor ou de qualquer pessoa ligada a só conseguirá arruinar-me. Pensem e vejam que eu tenho direito a viver. Lute para conseguir controlar seu temperamento e ajudar mamãe a suportar estes fatos, porque este tipo de coisa só iria atrapalhar-me. Estou nas suas mãos, decida o que fazer neste sentido. Pense que seu eu morresse por qualquer coisa o senhor teria que habituar-se com a ideia de que me perdeu. O que lhe peço não é muito, uma vez que espero muito breve poder alegrá-lo com notícias minhas. Neste caso então o senhor poderá ajudar-me, até aí não. Prefiro não falar do que estou sentindo no momento que temo esta resolução porém, procurar confortar tudo e almejar felicidades para toda a família especialmente para mamãe. Alegra-me em saber as mudanças de Geraldo e senti-me emocionado ao saber que ele também gosta de mim. Estas coisas encorajam-me a tentar uma solução para tudo porque acredito que não exista nada sem solução, o que pode acontecer é demorar a surgir mas um [palavra sem identificar] e então estaremos seguro a respeito das coisas que deveremos fazer.

Lembranças a Lola e que ela saiba superar estas situações que são normais na nossa vida. Desejo felicidades para todos e termino com a certeza de que estou agindo para o bom de todos e inclusive para o meu.

Do filho

JRoberto.

Obs: guarde bem aqueles documentos sobre histórico escolar que poderei encontrar um meio de mandar buscá-los quando necessário. Não esqueça de rasgar e nada falar a ninguém sobre esta carta. É importantíssimo.

2.3.4.5 O "afogamento" no açude Olho D´Água

O Grupo de Trabalho Mortos e Desaparecidos Políticos da CEVPM-PB[336] foi até a comunidade rural Olho D´Água, nos dias 22 e 23 de agosto de 2013, para verificar o local onde João Roberto passou seus últimos dias de vida e ouvir os testemunhos dos moradores que conviveram com ele até achar o seu corpo no açude.

A propriedade em que João Roberto ficou hospedado era de Reinaldo Joaquim de Almeida, pai de Bartolomeu Marinardo da Silva Fonseca, seu colega de república em João Pessoa. Havia chegado à noite, nos primeiros dias de outubro de 1969, procurando Bartolomeu, "com a mala na mão, empalitozado, lord", contou Francisco Aécio da Silva[337], filho de Reinaldo.

Por sua vez, o agricultor José Alves Pereira [Tatuzinho] disse que sempre vinha amigos de Bartolomeu passar alguns dias na comunidade. Foi o caso de João Roberto, um homem "calado e calmo".

> quando a gente falava com ele, ele atendia, com uma conversa boa de quem era sabido. Ele dizia por aqui que era estudante, só que a gente não sabia, quem sabia mais era o povo que ele ... (casa de Reinaldo). Ele arranjou essa amizade com Bartolomeu lá em João Pessoa, então ele veio pra aqui. De vez enquanto sempre vinha um amigo de Bartolomeu por aqui, passava semana, vinha passear. Era o caso dele. Mas aí ele sempre ficou por aqui, não foi embora logo não[338].

Segundo Avani Fernandes, pescador e morador da comunidade, João Roberto gostava de tomar banho no açude, conversava pouco e nunca contou o motivo de estar ali, "A não ser que estava procurando Bartolomeu Marinardo", que não chegou a se encontrar com ele:

> uma pessoa calada... nós víamos ele todo dia. No dia que nós estávamos no açude, nós víamos ele, porque ele ia tomar banho, todo dia no açude... Ele parece que achava bom tomar banho... Tinha uma cancela encostado no canto, assim, aí ele passava na cancela, aí passava no rancho, aí do rancho ele descia para açude, ele passava lá, onde nós estávamos, lá no rancho, passava um pedacinho por lá... aí depois descia para o açude, para tomar banho. Eu perguntava: "sabe nadar João Roberto, ele dizia sei pouco". Ele nunca contou (porque estava aqui). Também nunca perguntei qual era o meio que ele estava aqui. A conversa que tinha é que tinha vido à procura de Bartolomeu. Era só o que a gente sabia[339].

---

[336] Os membros do Grupo de Trabalho que estiveram em Catolé do Rocha foram Waldir Porfírio, Herbert Andrade Oliveira, Vivianne Sousa, Edmilson Júnior, Sandro Alves e Sheyla Oliveira.
[337] Disponível em: <http://historicospontos.blogspot.com.br/2012/06/69-em-catole-do-rochapb-historias-que.html>. Acesso em: 22 out. 2013.
[338] Testemunho de José Alves Pereira [Tatuzinho] ao GT Mortos e Desaparecidos, em 24/10/2013. Arquivo da CEVPM-PB.
[339] Testemunho de Avani Fernandes ao GT Mortos e Desaparecidos, em 24/10/2013. Arquivo da CEVPM-PB.

Os irmãos pescadores Avani e Alcides gostavam de cozinhar batatas no rancho perto do açude e João Roberto comeu com eles algumas vezes. Cumprimentava a todos com um "bom dia", sem muita conversa. Mas "às vezes ele dava uma risada, achava uma gracinha, mas não era conversador". João sempre nadava perto do lajeiro, porque depois dali era uma área funda:

> quando ele tomava banho, só era ali por perto onde ele entrava. Ele entrava e ficava tomando banho ali em roda mesmo, que o açude era um serrote, um lajeiro assim e para dentro ia afundando. Ia afundando assim para dentro, no lajeiro. Para baixo era fundo... nunca eu vi ele se estender muito para dentro do açude[340].

Na manhã do fatídico sábado do dia 10 de outubro de 1969, João Roberto foi para o açude Olho D´Água para tomar seu banho. No local, encontrou os irmãos Avani e Alcides Fernandes, que já estavam se preparando para sair.

> Nós tava se arrumando pra sair, pra encerrar a pescaria, no sábado nós deixava. Aí ele chegou pra tomar banho. Até eu chamei ele pra vir pra casa. "Vamos lá pra casa, João Roberto?" Aí ele disse que "hoje não ia, mas qualquer um dia vou na sua casa... vou tomar um banho..." Também foi a derradeira vez que vimos ele. Ele ficou lá para tomar banho. Ficou deitado, não ficou nem dentro d' água. Todo dia ele gostava muito de ficar deitado na pedra, tomar banho de sol. Era de manhã... [341]

Os irmãos Fernandes foram embora e deixaram João Roberto no lajeiro tomando banho de sol. Depois, por volta das 10h, chegou o agricultor José Alves Pereira [Tatuzinho], morador da comunidade Olho D'Água, para tomar o seu banho no açude. Encontrou o estudante deitado no lajeiro. João não cumprimentou ele, apenas "levantou a cabeça".

> Eu estava em uma roça lá do açude pra baixo. Então eu trabalhei lá até a hora do almoço. O serviço era pouco, então eu vim embora. Passei no açude e tomei um banho. Justamente ele estava lá no açude deitado, encima de um lajeiro com uma roupa também. Nem conversa nós tiramos. Vim da roça, tirei a roupa e tomei um banho lá no lajeiro[342].

Pouco tempo depois, a mulher de Reinaldo Joaquim de Almeida, pediu ao seu filho Aécio para ir chamar João Roberto, porque estava perto da hora do almoço.

> Aí ficou, começou a demorar, deu a hora do almoço, nada. Aí minha mãe preocupou-se, porque ela era muito preocupada com todo mundo... Ela disse "Meu filho vai atrás de João Roberto". Eu digo, "aonde, mãe?" Por certo ele foi pro açude. Quando cheguei no caminho encontrei uma pessoa já dizendo: "parece que o rapaz morreu, que tá só a roupa dele no lajeiro"... fomos atrás

[340] Idem.
[341] Idem.
[342] Idem.

> de Avani, que tinha ido para casa. Aí começa, morreu, não morreu, vai, não vai.[343]

A notícia de que o estudante tinha morrido correu a comunidade e, em poucos minutos, todos os moradores foram para o açude Olho D'Água, como testemunhou Tatuzinho:

> Quando cheguei aqui, com pouco, lá vem uma pessoa gritando. Achavam que ele tinha morrido, porque não tava no lajeiro, só as roupas. Aí apareceu muita gente. Ele podia até já tá sentido alguma coisa, quando estava deitado. Mas também não falou nada. Porque se ele tivesse dito alguma coisa a gente tinha procurado logo assistência, né![344]

Os moradores entraram no açude em coluna para achar o corpo de João Roberto. Primeiro, procuraram nas águas perto de onde estavam as roupas dele. Depois, foi alargando as buscas para mais adiante, no fundo do açude. Avani descreve aquele momento:

> Mergulhamos muito para achar, porque não tinha direção aonde ele tinha morrido; a direção que tinha é aonde estava a roupa, que a gente pensava que ele tava ali por perto. Mas, ele estava muito distante de onde morreu, muito na frente. A gente passou muito perto de frente onde ele entrou. Foi quando a gente foi indo mais para frente para ver se achava ele[345].

Dois fatos estranhos nessa história. O primeiro é que João Roberto nunca tinha nadado para a área distante do lajeiro, como disseram os irmãos Fernandes. Outro é que Avani Fernandes afirmou nesse depoimento que João Roberto "estava distante onde morreu". Pode até ter sido uma troca de palavras, querendo afirmar que estava longe de onde as roupas estavam. Mas, deixou uma interrogação no ar.

Quando foi pedido sua opinião do que poderia ter acontecido o "afogamento" de João Roberto, Avani assim descreve seu posicionamento:

> Agora ele estava assim já mais para o outro lado. Ninguém sabe se foi ele que foi atravessar, entendeu? De atravessar para o outro lado, ou o que foi. Sei que ele estava mais para lá do que para cá, de onde entrou. Estava mais para o lado de lá... as águas aqui é de acordo com o vento. O vento dá pum lado a maré pro lado. Açude grande a maré é mais forte, o galão d'água. Açude pequeno é mais fraco. Mas que, a água não levava ele não, porque ele não estava em cima d'água. A água não mexeu com ele, porque ele estava em baixo, né, no chão. [346]

Depois de muita procura, Avani Fernandes foi quem achou o corpo de João Roberto no fundo do açude. Pediu uma canoa para o local e o colocou em cima. Havia um chiado saindo

[343] Idem.
[344] Idem.
[345] Idem.
[346] Idem.

do ouvido do líder estudantil. O pescador disse que ouviu dizer que era normal em alguém que morre afogado. O chiado era

> Como quem estava escapando uma coisa no ouvido. Mas eu dizia ao povo aí o povo "não, é porque afogado tem isso mesmo, quando a gente bole com ele, ele fica aquele chiado no ouvido, na cabeça". Fica aqueles "piadin" na cabeça, mas disse que aquilo é da água mesmo, a cabeça enche de água. Aí fica assim. Mas é que o afogado fica assim mesmo, enche tudo de água.[347]

O corpo de João Roberto estava vestido só de calção, como eles o viram vivo. Foi levado numa canoa até a borda do açude e colocado numa "esteira nova para enfadar peixe". Depois foi levado para a calçada da casa de Reinaldo Joaquim de Almeida, onde João Roberto estava hospedado.

Sobre a situação do corpo de João Roberto, Avani, Tatuzinho e Aécio afirmam que não têm dúvidas de que ele morreu afogado e não existiam marcas de perfurações no cadáver, só de mordidas de "piabas", que tinha muito no açude. "Agora, de pancada, nem de tiro, nem de faca, essas coisas, eu tenho certeza que ele não tinha marca de nada... porque eu tirei ele, vi ele na esteira deitado quando a polícia virou ele para um lado e para outro, ele não tinha uma marca de nada no corpo dele", comentou Avani[348].

O delegado na época era o tenente Nilton, que veio à comunidade verificar o fato após ter sido avisado por Aécio, a pedido do pai, Reinaldo. Segundo as testemunhas ouvidas, o policial revirou o corpo de João Roberto e não encontrou nenhuma marca, a não ser um vermelho das mordidas das piabas. Encontrou, segundo Avani, "Um vermelhinho, um beliscão, mas, só na pele não é? É, mais ele [tenente Nilton] por certo fazia aquilo [colocava o dedo] porque podia ser profundo, ter alguma profundidade não é?"[349]

Depois de examinar o corpo, o delegado tenente Nilton foi vascular a mala de João Roberto e encontrou duas identidades. Nesse instante ele disse que "Esse rapaz vinha meio desaprumado, meio desequilibrado, ele tá com duas identidades"[350]. Essa informação sobre as duas identidades, já mencionada neste Relatório, foi encontrada no prontuário nº 18629, de João Roberto Borges de Souza, originário da Informação do I Grupamento de Engenharia sendo difundido pela Secretaria de Segurança Pública de Pernambuco:

> No dia 10.10.1969, morreu afogado num açude em CATOLÉ DO ROCHA-Pb. **Nos seus pertences foi encontrada uma carteira de identidade ... do Instituto de Medicina Legal e Criminalística do Rio Grande do Norte,**

[347] Idem.
[348] Idem.
[349] Idem.
[350] Idem.

> **onde o marginado aparece com a seguinte identificação: CARLOS ALBERTO DA SILVA**, filho de Antonio José da Silva e Maria das Dores da Silva, natural de Macaíba – RN, nascido em 21 de abril de 1948[351]. (Grifo nosso)

À tarde o corpo de João Roberto foi levado pela polícia para ser examinado por médicos em Catolé do Rocha, onde o médico Sérgio Segundo Maia assinou o atestado de óbito dando como causa "afogamento"[352].

> O corpo de João Roberto não tinha onde ficar naquela noite. Segundo o juiz Antonio Elias de Queiroga, um popular ofereceu a sua casa para guardar o corpo enquanto a família vinha de Cabedelo buscá-lo. O magistrado também contou que o pai do líder estudantil chegou em sua residência por volta das 5 horas da manhã do domingo. "Quando abri a porta, ele me abraçou chorando muito com a perda do filho. Aquela situação me sensibilizou muito".[353]

O pai de João Roberto conseguiu do juiz Antonio Elias de Queiroga uma declaração sobre o falecimento do filho, afirmando que havia morrido por "afogamento, na Vila Cel. Maia, em Catolé do Rocha", e que seu "cadáver vai sendo transportado para Cabedelo numa Kombi[354], na ausência de outro transporte próprio". O documento era para que nenhuma outra autoridade pudesse parar o automóvel até chegar em Cabedelo[355].

A mãe de João Roberto, em depoimento à Comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal, deu uma outra versão sobre a liberação do corpo do filho:

> quando viemos saber notícia, foi a morte dele em Catolé do Rocha. Meu esposo saiu apavorado para Catolé do Rocha e, chegando lá, houve dificuldade para trazer o corpo; entregaram o atestado de óbito, mas não sei se foi feito autópsia. Eu sei que ele tinha uma pancada na cabeça e o rosto estava inchado, e tinha um ferimento nas costas. Então explicaram a Xavier que, quando ele mergulhou no açude, bateu com a cabeça numa pedra e o ferimento nas costas, disseram que tinha sido piranhas, e por isso mesmo ficou. [356]

Não houve velório e o enterro foi feito logo em seguida por conta do estado do cadáver de João Roberto que estava exposto há mais de 24 horas. A família não compareceu ao enterro, mas souberam que havia muitos policiais dentro do cemitério, segundo Dona Eulina Borges:

---

[351] Prontuário nº 18629 individual de João Roberto Borges de Souza. DOPS=PE. APEJE-PE. Cópia digitalizada. Arquivo da CEVPM-PB.
[352] O pai de João Roberto foi declarante no Atestado de Óbito e Reinaldo Joaquim de Almeida e Alcides Almeida foram testemunhas.
[353] Relato feito a Waldir Porfírio em 5/5/2013.
[354] O automóvel da marca Kombi foi cedido pela prefeitura de Catolé do Rocha, que tinha como prefeito Biu Fernandes.
[355] Documento encontrado no arquivo da família de João Roberto.
[356] PARAIBA. Op. cit. 1995. p. 23.

> Nós não fomos no enterro realmente. O enterro era tanto do policial, todo mundo dizia: olha tinha tanto de investigador, tanto de polícia civil, que ninguém sabe, agora pra que eu não sei. Agora muitos colegas dele compareceram, muitos colegas da universidade compareceram ao enterro dele. Não sei se eles estavam imaginando que talvez houvesse alguma coisa. Sei que tinha muito policial[357].

Os colegas de Medicina de João Roberto pediram à família para proceder a exumação do corpo para que o professor Genival Veloso da França pudesse fazer uma autópsia. Dona Eulina não autorizou: "eu estava arrasada e não concordei... não adiantava nada fazer, porque não davam vida a ele. Eu não podia também cobrar nada, nem dizer nada, tinha que ficar todo mundo calado"[358].

Em síntese, a sequência pós-morte de João Roberto Borges de Souza é a seguinte, com indicação da fonte comprobatória:

10/10/1969 – João Roberto Borges de Souza foi encontrado morto no açude Olho D´Água, em Catolé do Rocha: Atestado de óbito

11/10/1969 – O Atestado de Óbito, dando como motivo da morte o "afogamento" foi assinado pelo médico Sérgio Segundo Maia, sendo declarante o pai de João Roberto. Foram testemunhas Reinaldo Joaquim de Almeida e Alcides Almeida: Atestado de óbito

11/10/1969 – O juiz Antonio Elias de Queiroga assinou correspondência informando do falecimento de João Roberto por "afogamento, na Vila Cel. Maia, em Catolé do Rocha. O seu cadáver vai sendo transportado para Cabedelo numa Kombi, na ausência de outro transporte próprio": Cópia do ofício do juiz Antonio Elias de Queiroga

12/12/1969 – Informação do I Grupamento de Engenharia sendo difundido pela Secretaria de Segurança Pública de Pernambuco (Difusão SSP/PE DOSSIER-Arq), relata a qualificação e militância de João Roberto Borges de Souza.[359]

2.3.4.6 Conclusão

O estudo realizado pelo Grupo de Trabalho Mortos e Desaparecidos desta Comissão da Verdade confirmou que não havia sustentação, diante dos fatos apurados, a versão de que o líder estudantil João Roberto Borges de Souza havia sido "sequestrado". Pelo que foi demonstrado e frente aos depoimentos colhidos, João Roberto quando saiu da prisão em abril

[357] Idem.
[358] Idem. p. 23 e 24.
[359] Prontuário Individual de João Roberto Borges de Souza - 18629. DOPS-PE. APEJE-PE. Arquivo da CEVPM-PB.

de 1969, tentou reaver sua vida na capital paraibana, trabalhando numa empresa comercial e preparando-se para se defender do processo judicial que corria na Auditoria da 7ª Região Militar. Ainda trabalhou em João Pessoa no mês de agosto e metade de setembro de 1969, quando decidiu largar tudo e fugir do processo que o incriminava na justiça militar. Por fim, João Roberto já se encontrava escondido na comunidade rural de Olho D´Água, em Catolé do Rocha, no início de outubro de 1969.

Vários registros apresentam uma versão equivocada dos acontecimentos. O erro foi apresentado no livro "Direito à Verdade e à Memória", que trouxe o relatório da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos"[360]:

> Já integrante dos quadros do **PCB**, esteve novamente detido no 1º Grupamento de Engenharia da Construção, em João Pessoa e, pela terceira vez, em Recife (PE), permanecendo no DOPS, por três meses no primeiro semestre de 1969. Durante esse tempo João Roberto sofreu torturas e, ao ser liberado, foi informado que estava marcado para morrer e que isto só não ocorreria se passasse a auxiliar os órgãos de repressão política. **João Roberto não aceitou a proposta e voltou para a Paraíba onde, no dia 07/10/1969, foi preso ao sair de casa por integrantes do CCC e do CENIMAR. A prisão foi testemunhada por familiares e vizinhos.** A família imediatamente procurou as autoridades para saber de seu paradeiro, mas não obteve nenhuma informação.
>
> Três dias depois, em 10 de outubro, foi noticiada a sua morte, segundo a versão oficial, "em consequência de afogamento no açude Olho D'Agua", no município de Catolé do Rocha, sertão da Paraíba. Após a divulgação dessa notícia, sua família empreendeu verdadeira luta com os agentes policiais para poder enterrá-lo. As autoridades chegaram a informar que ele já havia sido enterrado. A família conseguiu, por fim, ter acesso ao corpo e constatou que ele estava desfigurado por inúmeros ferimentos – hematomas, queimaduras por cigarros e unhas perfuradas.

Essas versões perduraram tendo em vista a divulgação de informações que circulavam clandestinamente, por meio de panfletos e dos dossiês das organizações de direitos humanos. A prova disso foi o panfleto distribuído no Nordeste, em novembro de 1969, mês seguinte à morte de João Roberto, que denunciava as violações aos direitos humanos e, no tópico "Os heróis combatentes resistem", descreveu o caso do líder estudantil paraibano:

> Continuando em sua senda de crimes a polícia de Pernambuco, associada com elementos do CCC e sob a direção do CENIMAR, Serviço Secreto da Marinha, sequestrou em 9 de outubro passado o combatente revolucionário João Roberto Borges de Souza. Os policiais o seguiram desde Recife até Catolé do Rocha, uma cidadezinha do interior da Paraíba. Os cães torturadores da ditadura torturaram barbaramente João Roberto, deformaram todo o seu rosto e depois o mataram com dezenas de facadas e tiros. Exatamente como

[360] BRASIL. SEDH. CEMDP. Op. cit., p.106. O processo dos familiares de João Roberto responsabilizando o Estado brasileiro pela sua morte foi indeferido pela CEMDP.

> tinham feito com o Padre Henrique em Recife. Temendo a reação do povo, a polícia anunciou que João Roberto tinha morrido afogado. Mas o povo não acreditou. E embora o corpo tenha sido sepultado às pressas, sem tempo para uma mobilização, 300 pessoas foram ao enterro em João Pessoa. Aí a polícia tentou outra saída. Disse que João Roberto tinha sido morto pelos seus próprios companheiros. Como é infame esta ditadura militar! Um crime destes desmascara de uma vez a farsa de "reabertura democrática" que o ditador Carrasco Azul está tentando montar[361].

No site eletrônico "Brasil Nunca Mais" consta que, em 16 de maio de 1979, o presidente da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), jornalista Barbosa Lima Sobrinho, recebeu do Comitê Brasileiro pela Anistia "um resumo de um volumoso documento em poder do MDB, contendo uma exposição detalhada de todos os casos de desaparecimentos". Constando sobre João Roberto, que: "Em 7 de outubro de 1969 foi sequestrado por elementos do CCC e do CENIMAR e levado para fora do Recife, onde foi assassinado a tiros e facadas, ficando com o rosto desfigurado. Seu corpo foi atirado em um açude, sendo posteriormente encontrado"[362].

A versão do sequestro por membro do CCC e agentes do CENIMAR, seja no dia 7 ou 9 de outubro, local onde aconteceu o fato criminoso, ou ainda que "A prisão foi testemunhada por familiares e vizinhos", perdurou durante muitos anos, mas que não tem fundamentação de provas, diante da pesquisa realizada pelo Grupo de Trabalho da CEVPM-PB.

Causou estranheza foi o Relatório Final da CNV que, mesmo de posse do Relatório Parcial da CEVPM-PB e do conteúdo do ofício nº 80/2014 a ela encaminhado sobre o caso de João Roberto Borges de Souza e outros, preferiu seguir o erro da versão do sequestro:

> Sua quinta e última prisão ocorreu em 07 de outubro de 1969, quando o estudante foi sequestrado por membros do CCC e do CENIMAR em Catolé da Rocha (PB), momento testemunhado por amigos de João. Morreu aos 22 anos de idade, após ser torturado, em decorrência de ação perpetrada por agentes do Estado. [363]

Ao se analisar o Relatório da CNV sobre o caso João Roberto, foram identificadas informações corretas sobre os acontecimentos, mas também algumas discrepâncias sobre a militância e erros de datas dos fatos, ao trocar a ordem cronológica das prisões de João Roberto, afirmar que houve prisão quando tal não aconteceu; como também asseverar que ele passou a integrar os quadros do Partido Comunista Brasileiro, quando ele nunca deixou a Ação

---

[361] Brasil Nunca Mais. Disponível em: http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=BIB_03&pesq=%22Jo%C3%A3o% 20Roberto%22. Acesso em: 18 dez. 2016.
[362] Idem. Essa versão do sequestro pelo CCC e CENIMAR também está presente em documento do SNI: ARJ_ACE_646_79. SNI. Arquivo Nacional. Cópia digitalizada. Arquivo da CEVPM-PB.
[363] BRASIL. CNV. Op cit., p. 477

Popular[364]; atribuir a punição de impedimento por dois anos de estudar o curso de medicina em 1969, "em virtude do Decreto 477"[365].

Em 1995, na audiência da Comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal em João Pessoa, alguns questionamentos sobre o "sequestro" e "afogamento" de João Roberto já foram postos em discussão[366]:

> Para se contrapor a essa tese oficial de "afogamento", o presidente daquela Comissão, deputado federal Nilmário Miranda primeiro questiona "quem passou a informação para a anistia" sobre o sequestro pelo CCC, que "eram organizações que colaboravam com as forças repressivas parapoliciais. Era importantíssimo se encontrasse algum depoimento de pessoas, quem passou isso para a anistia"[367]. Depois, Miranda sugere que Dona Eulina precisaria ir a Catolé do Rocha em busca de informações, "Porque o indício do período, no dia perto de 7 de outubro de 69 foi quando se deu o exato. Só a presença do CCC e da CENIMAR, ou de pessoas estranhas em Catolé do Rocha naqueles dias, eu acho que isso derruba esse afogamento".

A Comissão Nacional da Verdade não foi a Catolé do Rocha ouvir os depoimentos dos moradores da comunidade e não procurou as "testemunhas" que viram o sequestro. Coube essa missão ao Grupo de Trabalho da CEVPM-PB, que visitou *in loco* a comunidade e entrevistou os moradores sobre o caso de João Roberto. Todos os ouvidos negam que estivesse no local alguém estranho ou alguma movimentação de pessoas que não fosse da propriedade.

O depoimento da mãe de João Roberto também desconsidera a tese do "sequestro", ao afirmar que seu filho, fugindo da polícia, foi se esconder na casa de Bartolomeu, seu ex-colega de república:

> Ele veio de Recife fugindo da polícia, porque ele estava visado e com medo de ser preso novamente e torturado como ele foi. Então ele foi parar na casa de Bartolomeu, em Olho D´Água. Bartolomeu tinha sido companheiro de república. Quando ele estava estudando, ele morava numa república. Uma vez ele me mandou uma carta dizendo que tentava fugir, queria ir ao exterior, talvez conseguisse. Aí não conseguiu, encontrou a morte[368].

[364] Ver: BRASIL, 2014, p. 476-477; e SILVA. Op. cit, 2017, p. 89.
[365] Na Paraíba houve um caso estranho que talvez não ocorrera em outro Estado da federação. O reitor Guilardo Martins baixou uma portaria, "ad referendum" do Conselho Universitário, punindo os estudantes universitários antes da ditadura ter publicado o Decreto 477. Por isso, o que ocasionou a suspensão não foi o Decreto. Tanto isso é certo que vários universitários paraibanos, a exemplo do que já foi citado José de Arimatéia Bezerra de Lima, entraram na justiça e ganharam por exigir o cumprimento desse famigerado decreto, que estabelecia um rito processual sumário, com o contraditório, a ampla defesa e o devido processo legal. SILVA. Op. cit, 2017, p. 90
[366] SILVA. Op. cit, 2017, p. 90.
[367] PARAÍBA. Op. cit. 1995, p. 26.
[368] PARAÍBA. Op. cit. 1995, p. 25.

Esse depoimento da mãe de João Roberto desmonta a argumentação de que a família e vizinhos havia assistido o "sequestro", contido, ainda, no Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade:

> Ao sair da prisão com claros indícios de tortura, João foi chamado a auxiliar os órgãos de repressão sob a ameaça de morte. O estudante não aceitou a proposta, sendo sequestrado no dia 7 de outubro de 1969 por agentes do Centro de Informações da Marinha (Cenimar) e do Comando de Caça aos Comunistas (CCC). Familiares e vizinhos assistiram a sua prisão[369].

O próprio Relatório Final da CNV cita um depoimento Heloísa Helena Borges de Souza, irmã do líder estudantil, no qual ela revela o estado emocional de João Roberto e diz que ele deixou o trabalho que havia conseguido após sair da prisão e foi se esconder na casa de um amigo em Natal e, depois, em Catolé do Rocha:

> após a quarta prisão, onde João ficou por cerca de três meses, ele já não era a mesma pessoa, vivia com medo das torturas e de novas prisões. Deixou o trabalho no laboratório e foi se esconder na casa de um amigo em Natal e, posteriormente, com medo de prejudicar esse amigo, partiu para a cidade de Catolé do Rocha, permanecendo no sítio de um ex-colega de república. Poucos dias depois, a família fora avisada de sua morte e se deslocou para aquela cidade, exigindo a verdade e o direito de enterrá-lo. Devido ao forte odor que exalava o corpo, os familiares nunca acreditaram que a causa da morte fosse por afogamento. O corpo de João tinha uma pancada na nuca, o olho roxo e o rosto deformado, além de ferimentos nas costas.[370].

O empresário Raimundo Nunes de Rezende era conterrâneo e amigo pessoal de Bartolomeu Marinardo. Foi entrevistado pelo Grupo de Trabalho Mortos e Desaparecidos Políticos da CEVPM-PB. Perguntado sobre a versão de "sequestro de João Roberto pelo CCC e CENIMAR" constante da Comissão Nacional da Verdade, disse que "essa versão não correu lá" em Catolé do Rocha.

> Porque na época que ele estava lá, ninguém desconfiou, achava que era uma pessoa estranha. Só depois do fato consumado é que chegou essa versão. O crime e os fatos depõem contra essa versão. Já com relação a Bartolomeu, disse que ele "era cauteloso e sabia do risco que corria da aproximação com João Roberto e cumplicidade. Por isso conversava pouco. Ele não deixou nada escrito sobre isso... e sabia da cumplicidade de João Roberto com os movimentos e ele não era de abrir o jogo e nem de entregar. A colaboração que deu foi muito consciente e do risco que corria. Quem dava guariba a esse pessoal sabia o risco que corria...Um dia antes Bartolomeu morrer eu fui a Santa Rita exclusivamente para saber sobre o caso de João Roberto. Ele estava em estado terminal. A única coisa que eu nunca esqueci foi ele ter dito: "Raimundo, deu tudo errado". Aí, ele fechou os olhos. No outro dia morreu"[371]

[369] BRASIL. CNV. Op. cit. 2014. p. 478.
[370] Idem. p. 478
[371] Depoimento de Raimundo Nunes prestado ao GT Mortos e Desaparecidos da CEVPM-PB, em 10/1/2017.

Ao ser perguntado se ele acreditava que João Roberto foi assassinado ou morto, Raimundo Nunes disse que pelo "pelo histórico dele só leva a crer que ele foi assassinado. Agora a gente não teve acesso às informações". Quanto a tenente Nilton, delegado de Catolé do Rocha, disse que "ele foi o chefe da repressão e colaborava com o sistema... foi responsável pela prisão de outros estudantes na cidade como Chiquinho, Bira e Ariosvaldo". Quanto as mordidas das piadas que os moradores falaram, respondeu que "era o depoimento da experiência de vida deles... isso é um processo que gera dúvida. Não dá pra dizer que foi estrangulado". Concluiu afirmando que foi um erro muito grande a mãe de João Roberto não ter autorizado fazer a exumação: "ela não tinha alcance da falta que isso está fazendo isso"[372].

Por fim, vem a conclusão e recomendações da Comissão Nacional da Verdade sobre o caso de João Roberto:

> Diante das investigações realizadas, conclui-se que João Roberto Borges de Souza morreu em decorrência de ação perpetrada por agentes do Estado brasileiro, em contexto de sistemáticas violações de direitos humanos promovido pela ditadura militar, implantada no país a partir de abril de 1964. Recomenda-se a retificação da certidão de óbito de João Roberto Borges de Souza, assim como a continuidade das investigações sobre as circunstâncias do caso, para a identificação e responsabilização dos demais agentes envolvidos[373].

Essa conclusão da CNV não resultou de uma investigação mais profunda, tendo em vista que não ouviu testemunho algum sobre o caso de João Roberto, preferindo o comodismo das versões que correram na época do acontecimento e depois com a do Relatório da Comissão Sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, comissão esta que negou o processo de responsabilidade do Estado sobre a morte do líder estudantil paraibano.

Este Relatório reconstrói a militância de João Roberto Borges de Souza, o sofrimento que passou quando de suas prisões e após sair delas, a angústia da família frente às perseguições políticas ao ente querido e a invasão à residência por policiais, a tentativa do líder estudantil em reaver a vida com a emissão da carteira de trabalho e seu primeiro trabalho profissional, a investigação nos documentos "secretos" e "confidenciais" contido nos arquivos dos órgãos de repressão e o colhimento de depoimentos dos testemunhos das pessoas que estiveram com ele na comunidade Olho D´Água nos seus últimos dias da sua existência.

A CEVPM-PB conclui seus trabalhos sobre o caso de João Roberto Borges afirmando que o Estado brasileiro, sob a sombra da ditadura militar, violou os direitos humanos desse líder

[372] Idem.
[373] BRASIL. CNV. Op. cit. 2014, p. 481.

estudantil, não só quanto às prisões, suspensão de matrícula do curso de Medicina, torturas e perseguições, mais também que há dúvidas sobre as circunstâncias de sua morte, devendo o Governo do Estado da Paraíba continuar as investigações para chegar a uma conclusão final.

3 Mapa da tortura (1964-1985)

3.1 Introdução

O grupo de trabalho Mapa da Tortura teve como objetivo identificar locais institucionais e extra institucionais de realização desta prática, traçando o perfil detalhado das vítimas de tortura, compreendendo a tortura como instrumento fundamental de intimidação e repressão para a manutenção da "ordem" político institucional da ditadura militar. Além dos espaços utilizados na Paraíba, para a prática de tortura, também nos interessaram os casos em que paraibanos sofreram com essa prática em outros estados da federação.

Fizemos uso em nossa investigação de testemunhos orais, coletados nas audiências públicas e oitivas que a CEVPM-PB produziu. Analisamos ainda uma gama de documentos escritos oriundos da burocracia estatal. Confrontamos esses dados entre si e ainda comparamos as contradições e similaridades entre os fatos que tomamos conhecimento na Paraíba e a realidade nacional do período.

Um primeiro apontamento que podemos fazer é quanto a abrangência da prática de tortura na Paraíba do período militar, que ocorreu de forma sistemática tanto na capital como no interior, em grandes ou pequenas cidades. Com segurança podemos afirmar que pelos menos cinco cidades foram palcos de torturas: Sapé [cidade onde a repressão violenta começou logo nas primeiras horas após o golpe de 64] João Pessoa, Campina Grande, Bayeux e Cabedelo.

Os locais destinados à tortura sistemática são variados, indo desde instalações policiais e prédios das forças armadas, até propriedade particular cedida por civis ao exército para montagem de espaço destinado à prática da tortura.

É importante lembrar que apesar de ampla comprovação, a alta cúpula das forças armadas até hoje nega oficialmente a realização des/

sas práticas. Porém, documentos da época provam que o exército admitia a tortura e fazia recomendações às autoridades nos estados encarregadas dos interrogatórios dos presos[374].

[374] Exemplo é o MANUAL DE INTERROGATÓRIO encontrado no DOPS do Paraná, apostilha produzida pelo Centro de Informação do Exército e datada de 1971. MINISTÉRIO DO EXÉRCITO; GABINETE DO MINISTRO; CIE. "Interrogatório, 1971". In: MAGALHÃES, Marion Brepohl de. "Documento: manual do interrogatório". **História: Questões & Debates**, nº 40. Curitiba: Editora UFPR, p. 205-220.

Entre as recomendações, os agentes do Estado deveriam ter cuidado com as marcas físicas dos interrogatórios, pois os "presos" poderiam se apresentar diante de um juiz para depor juntamente com seus advogados. Esses documentos também esclarecem aos responsáveis que, dependendo da importância do "preso", eles terão que usar métodos considerados regularmente como violentos e ilegais.

Quanto aos tipos de torturas praticadas, podemos destacar as de caráter físico e as de cunho psicológico. Sem elaborarmos uma lista dividindo as duas esferas da tortura, apresentamos a seguir algumas modalidades praticadas na Paraíba ou sofridas/presenciadas por paraibanos em outros estados: pau de arara [prática corriqueira em quase todos os locais de tortura, servindo de base para, a partir dela, serem aplicadas outras técnicas]; choques [em variadas partes do corpo, inclusive partes íntimas tanto de homens como mulheres]; espancamentos variados ["corredor polonês", "telefone", "pau loco", "cipó de boi"]; "latinha" [ficar de pé em cima de lata aberta, podendo receber pancadas]; "pula pula" [ficar de joelhos e ser obrigado a pular nessa posição], "torturas limpas" ao estilo britânico como obrigar o preso a ficar horas de pé numa rampa bastante inclinada [fato ocorrido com Jório Machado na ilha de Fernando de Noronha[375]]; simulações de fuzilamento; afogamentos; queimaduras, "churrasquinho", "foguete" ou "charuto cubano" [Assis Lemos teve um jornal inserido no anus e em seguida atearam fogo[376]]; "anjinho" que é um aparelho para torturar a cabeça da vítima[377]; crucificação; ficar dentro de um tonel com um pingo d'água constante; banho de água com fezes; ameaças diversas; desmoralização; presos políticos obrigados a assistirem torturas em presos comuns; familiares sendo levados para as celas e assistirem torturas ou serem usados como pressão para o torturado; prisões desumanas [sem higiene, falta de água e comida] e variadas outras formas de tortura psicológica nas celas [luzes e sons, impedir sono].

3.2 O que é tortura?

A tortura, em sua dimensão prática, vincula-se normalmente a noção de método de imposição de sofrimento a outrem, com a finalidade de extrair uma confissão como busca da "verdade". Por outro lado, também pode aparecer como forma de castigo ou punição. Seja como

[375] MACHADO, Jório. **1964:** a opressão dos quartéis. João Pessoa: O Combate, 1991. p. 57
[376] Depoimento de Assis Lemos na audiência pública sobre "As Ligas Camponesas", realizada conjuntamente pelas CEVPM-PB e CNV, na cidade de Sapé, em 15/7/2013. Arquivo da CEVPM-PB.
[377] Interrogatório realizado no 1º Grupamento de Engenharia, João Pessoa-PB, em 23/12/1969: Eraldo Fernandes dos Santos. Sumário do Processo do Brasil Nunca Mais, pasta 649. Acervo digital do Projeto Brasil Nunca Mais, disponível em <www.bnmdigital.mpf.mp.br>

for, a tortura está intimamente associada à prática de tormentos e violências que afetam o corpo e a alma do sujeito torturável, demonstrando sua incompatibilidade com a dignidade humana.

Conceituar a tortura não é tarefa fácil, pois sua historicidade gerou uma variação conceitual significativa. Ora se restringia a determinadas pessoas, ora ampliava seu rol; ora era uma prática legalizada, ora ela passou a ser criminalizada embora, em algumas ocasiões justificada e utilizada como um mal menor. Sua ocorrência está associada a contextos políticos, sociais e econômicos de cada época, pois ela varia de acordo com conjunturas singulares.

Etimologicamente, a palavra tortura deriva do latim, sendo sinônimo de suplício (*cruciatus*) e de tormenta (*cruciamentum*). No entanto, pode-se afirmar que a tortura vai além de suplícios, tormentos ou sofrimentos físicos, pois ela também pode aparecer em sua forma psicológica, quando em vez de violência física, há ameaças ou simulações que provoquem sofrimentos mentais. A tortura pode ser definida, conforme Glauco Mattoso, como "[...] todo sofrimento a que uma pessoa é submetida por outra, desde que de propósito da segunda e contra a vontade da primeira".[378]

Arraigada no sistema penal desde muito tempo, a tortura continua presente atualmente. Contudo, ao final da primeira metade do século XX, a criação da Organização das Nações Unidas e a consequente elaboração da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 deram um caráter internacional à proibição da tortura e de tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes.

A partir da aprovação da Declaração de 1948 e da concepção contemporânea de direitos humanos por ela introduzida, começa a se desenvolver o Direito Internacional dos Direitos Humanos (DIDH), mediante a adoção de tratados internacionais voltados à proteção de direitos fundamentais caracterizados pelos princípios da universalidade e indivisibilidade destes direitos.

Com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, inspirada na concepção de dignidade humana como um valor em si mesmo, começou a se delinear internacionalmente instrumentos de proteção contra a tortura. Todo esse movimento foi influenciado pelo reconhecimento de que certos direitos são inerentes à pessoa humana, sobretudo, o direito à vida e à liberdade.

Normatizações adicionais sobre a tortura foram aprovadas a partir de 1984 pelas Nações Unidas, como a Convenção contra a Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos

[378] MATTOSO, Glauco. **O que é tortura?** São Paulo: Brasiliense, 1984, p. 29.

ou Degradantes (1984) e a Convenção Interamericana para Prevenir e Punir a Tortura (1985). Ambas a concebem como um ato perpetrado por agentes do Estado.

A Convenção Internacional de 1984 trouxe em seu artigo 1º uma definição legal ao mesmo tempo abrangente e multidimensional da tortura:

> O termo tortura designa qualquer ato pelo qual dores ou sofrimentos agudos, físicos ou mentais, são infligidos intencionalmente a uma pessoa a fim de obter, dela ou de uma terceira pessoa, informações ou confissões; de castigá-la por ato que ela ou uma terceira pessoa tenha cometido ou seja suspeita de ter cometido; de intimidar ou coagir esta pessoa ou outras pessoas; ou por qualquer outro motivo baseado em discriminação de qualquer natureza, quando tais dores ou sofrimentos são infligidos por um funcionário público ou outra pessoa no exercício de funções públicas, ou por sua instigação, ou com o seu consentimento ou aquiescência.[379]

Essa definição normativa salienta três objetivos para a prática da tortura: a obtenção de informações ou confissões, caracterizando a tortura-prova, o castigo como forma de tortura-pena e a intimidação ou coação que caracteriza um modo de tortura psicológica.

A Convenção Interamericana para Prevenir e Punir a Tortura também define, em seu artigo 2º e artigo 3º, que a tortura consiste em:

> 2º art. [...] todo ato pelo qual são infligidos intencionalmente a uma pessoa penas ou sofrimentos físicos ou mentais, com fins de investigação criminal, como meio de intimidação, como castigo pessoal, como medida preventiva, como pena ou com qualquer outro fim. Entender-se-á também como tortura a aplicação, sobre uma pessoa, de métodos tendentes a anular a personalidade da vítima, ou a diminuir sua capacidade física ou mental, embora não causem dor física ou angústia psíquica [...] 3º art. Serão responsáveis pelo delito de tortura: a) Os empregados ou funcionários públicos que, atuando nesse caráter, ordenem sua comissão ou instiguem ou induzam a ele, cometam-no diretamente ou, podendo impedi-lo, não façam; b) As pessoas que, por instigação dos funcionários ou empregados públicos a que se refere a alínea a, ordenem sua comissão, instiguem ou induzam a ele, cometam-no diretamente ou nele sejam cúmplices.

Mais recentemente, as Nações Unidas aprovaram o Estatuto de Roma (1998) que criou o Tribunal Penal Internacional e trouxe uma tipificação diferente para a tortura. Este documento normativo não exige que o ato criminoso seja cometido por instigação ou com a aquiescência de um agente público ou outra pessoa no exercício de funções públicas. O Estatuto de Roma arrola uma série de delitos considerados crimes contra a humanidade, entre os quais se encontra a tortura e, por isso, passíveis de julgamento pela corte do Tribunal Penal Internacional.

---

[379] BRASIL. Secretaria Especial de Direitos Humanos. **Direitos Humanos**: documentos internacionais. Brasília: Presidência da República/SEDH, 2006, p. 105.

Embora repugnada moralmente desde muito tempo, a proibição da tortura no âmbito do Direito Internacional dos Direitos Humanos, mostra-se recente tanto no Brasil como também em vários países europeus.

A Constituição Federal do Brasil (1988), em seu art. 5º, adotou uma versão genérica de proibição da tortura, sem preocupação em delimitar os conceitos. Em linhas gerais, ela determinou a proibição da tortura contida nas legislações internacionais:

> [...] III - ninguém será submetido à tortura nem a tratamento desumano ou degradante; [...] XLIII - a lei considerará crimes inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia à prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo e os definidos como crimes hediondos, por eles respondendo os mandantes, os executores e os que, podendo evitá-los, se omitirem.[380]

Nessa esteira, criou-se a Lei 9.455 em 1997, tipificando a tortura no Brasil. De acordo com a legislação interna, vários tipos de condutas que importem sofrimento físico ou psíquico são considerados tortura. Ressalta-se que a Lei brasileira não restringiu a prática da tortura à participação de agente do Poder Público para a consumação do delito. A taxatividade da Lei não requer a qualidade especial do sujeito ativo como condição do crime, ou seja, no ordenamento jurídico interno a presença do agente público é dispensável para a prática do crime e sua presença constitui apenas uma causa de aumento de pena.

No que diz respeito à definição do crime de tortura trazida pela Convenção contra a Tortura e outros tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes de 1984, percebe-se que há uma dificuldade na compreensão de quais condutas são consideradas graves o bastante para se enquadrarem no conceito de tortura ou não tão graves para adequar-se ao conceito de tratos desumanos ou degradantes. O caso concreto e o contexto sociocultural de cada país é o que vai precisar o crime.

A tortura, enquanto prática policial no Brasil, parece associar-se a uma cultura de repressão que marca a própria história do país desde a sua conquista pelas expedições portuguesas. Ela esteve presente em todos períodos históricos do Brasil e continua sendo praticada em pleno Estado democrático de direito.

Durante toda a história nacional aplicada aos marginalizados social e economicamente, na ditadura militar (1964-1985) a tortura passou a ser aplicada contra um contingente maior de

[380] BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 30 maio 2015.

sujeitos torturáveis. Para a manutenção da ordem e combate aos "inimigos internos", ou seja, as dissidências políticas, a tortura foi massificada e sistematicamente utilizada. Segundo Arns:

> [...] a tortura no Brasil passou, com o Regime Militar, à condição de "método científico", incluído em currículos de formação de militares. O ensino deste método de arrancar confissões e informações não era meramente teórico. Era prático, com pessoas realmente torturadas, servindo de cobaias neste macabro aprendizado.[381]

Na dinâmica deste crime que fere substancialmente os Direitos Humanos, três atores são fundamentais para a sua ocorrência: o vitimário, compreendido na figura do agente violador das normas de direitos humanos em relação à tortura; o sujeito que sofre diretamente a agressão (vítima) e o próprio Estado que a permite, pois não agindo com a diligência necessária para prevenir ou reprimir tal ato criminoso, torna-se também responsável pela sua prática[382]. Como um crime de múltiplas dimensões, toda a sociedade é atingida, pois nada justifica a quebra das garantias de inviolabilidade das liberdades públicas.

3.3 Tortura na ditadura militar brasileira: uma prática de Estado

A tortura está diretamente associada com a cultura autoritária no Brasil. Durante a ditadura militar instaurada pelo golpe de 1964, ocorreu o aniquilamento de muitos direitos e garantias fundamentais e o país passou a conviver com repressões, arbitrariedades, cassações dos direitos políticos e civis, prisões ilegais, torturas, banimentos, desaparecimentos e penas de morte. A truculência autoritária com que os agentes públicos trataram os "inimigos da ordem" ficou marcada na história do país, repercutindo até os tempos atuais.

Durante o transcorrer das décadas de 1960 e 1970 no Brasil, a tortura institucional ou tortura política revelou-se um instrumento de repressão e obtenção de confissões forçadas contra as dissidências. De acordo com Maia.

> [...] a sombra mais negra veio com a prática disseminada da tortura, utilizada como instrumento político para arrancar informações e confissões de estudantes, jornalistas, políticos, advogados, cidadão, enfim, todos que ousavam discordar do regime de força então vigente. [383]

---

[381] ARNS, Dom Paulo Evaristo (Org.). **Brasil**: nunca mais**.** Petrópolis: Vozes, 1987, p.32.

[382] VIEIRA, José Nikácio Júnior Lopes. **"Em nome da segurança nacional":** Crimes de Tortura e violações de Direitos Humanos contra paraibanos(as) durante a Ditadura Civil-Militar. (Dissertação de Mestrado) Programa de Pós-graduação em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Pública. CCHLA/UFPB. João Pessoa, 2017.

[383] MAIA, Luciano Mariz. **Do controle judicial da tortura institucional no Brasil à luz do Direito Internacional dos Direitos Humanos**. (Tese de Doutorado) Faculdade de Direito do Recife. UFPE. Recife, 2006, p.167.

As forças de segurança repressoras trabalharam no sentido de produzir e disseminar o medo e o terror no país em virtude da ameaça de "inimigos" fabricados para justificar seus meios de combate. Difundiu-se no seio social o sentimento de insegurança e isso resultou no desejo de segurança a qualquer custo, até mesmo violando os Direitos Humanos para "proteger" a sociedade.

O congresso nacional aprovou a constituição de 1967, inserindo a doutrina de segurança nacional, que foi um dos grandes pilares da ditadura. Essa doutrina compactuava-se com a noção de guerra permanente, conforme a ideologia disseminada na guerra fria e fomentada pelos Estados Unidos em todos os países do cone sul da América. Prender, matar, torturar, não eram atos proibidos, desde que empregados para proteger a Segurança Nacional.[384]

Durante a ditadura, uma nova dinâmica nas relações de poder foi implantada. A tortura começou a ser aplicada não somente aos sujeitos marginalizados socialmente, pertencentes as classes populares, como ocorria de praxe. Sua seletividade começou a se abater também contra sujeitos da classe média, desde que considerados "subversivos", "comunistas", "anarquistas", "inimigos da ordem". Esta ampliação, talvez, tenha causado um maior repúdio social.

> O conceito de segurança nacional abarca as ideias de integridade do território, proteção do povo e preservação dos interesses nacionais contra qualquer tipo de ameaça e agressão. Essas características imprecisas propiciaram todas as formas de repressão àquela considerada a grande ameaça à época. A doutrina da segurança nacional foi oficializada pelo Decreto-Lei nº 314, de 13 de março de 1967, substituído pelo Decreto-Lei nº 898, de 29 de setembro de 1969. E pela Lei nº 6.620, de 17 de dezembro de 1978 e pela Lei nº 7.170, de 14 de dezembro de 1983, atualmente em vigor. No combate à guerra revolucionária e à expansão do comunismo, justificava-se toda a forma de opressão contra o inimigo interno. Todos aqueles que simpatizassem ou militassem em defesa do socialismo ou do comunismo, todos aqueles que intentassem subverter a ordem estabelecida, eram alvos. Com esse objetivo, considerava-se importante angariar informação, não importando a forma de sua obtenção. Nesse contexto, foi editado o Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, prevendo a supressão de diversos direitos e garantias – inclusive o *habeas corpus* para certos crimes. Diversos setores sociais oponentes ao regime militar eram rotulados como inimigos, subversivos e terroristas. Em inúmeros documentos do período ditatorial essas expressões podem ser observadas como justificativa para a repressão e o uso da violência na busca de confissões, delações e informações.[385]

Essa banalização da violência deixou enraizada nas instituições do Estado, sobretudo as ligadas a segurança pública e a justiça, um legado autoritário, cujo discurso social muitas vezes

---

[384] JURICIC, Paulo. **Crime de Tortura**. São Paulo: Juarez de Oliveira, 1999.
[385] BRASIL, Comissão Nacional da Verdade. **Relatório / Comissão Nacional da Verdade** – recurso eletrônico, volume 01. Brasília: CNV, 2014, p.337.

reforça a ação violenta dos agentes encarregados de manter a lei e a segurança. Segundo Paulo Sérgio Pinheiro: "nenhuma das inovações nas práticas arbitrárias das ditaduras parece ter cessado nos períodos democráticos − por exemplo, as prisões ilegais, as torturas, as execuções sumárias, que continuaram a ser aplicadas contra as classes populares".[386] O argumento é o de que o crime deve ser enfrentado a qualquer custo.

A tortura era (e ainda é) vista como um elemento disciplinador, que por meio do castigo faz com que o sujeito assimile os rigores da lei penal. Segundo Tereza Caldeira, ela é compreendida como um "sistema de vingança privada, um sistema que usa a dor e as intervenções no corpo como meio de criar ordem"[387]. A ideia é que contra os criminosos o Estado seja cruel e sirva "pedagogicamente". A noção de uma pedagogia que usa a violência para estabelecer a ordem e o desenvolvimento moral da sociedade passa a ser "aceitável".

O corpo do "subversivo" tornou-se um objeto de punição. Uma relação de poder passou a imperar e o discurso de autoridade passou a ser o do torturador, guardião da ordem, portanto, superior. Havia uma clara relação de poder entre o superior e o inferior, ou seja, o defensor da ordem e o subversivo. Nessa trama, a tortura incidiu sobre os corpos, alijados de cidadania plena e cuja dor era uma forma de mecanismo de controle.

A tortura deixou diversas sequelas físicas e psicológicas. Ela é fenômeno que afeta não só o corpo, mas também o aparelho psíquico, produzindo diversos tipos de transtornos. Desencadeia verdadeiras alterações nos princípios que regem a vida psíquica.[388]

Grande parte dos pesquisadores afirma que a natureza extrema da tortura é forte o suficiente para gerar consequências (efeitos/sequelas) mentais e emocionais, independentemente das condições psicológicas da pessoa torturada antes do tormento.[389]

Apesar da alta cúpula das forças armadas negarem seu uso,

> A tortura passou a ser sistematicamente empregada pelo Estado brasileiro desde o golpe de 1964, seja como método de coleta de informações ou obtenção de confissões (técnica de interrogatório), seja como forma de disseminar o medo (estratégia de intimidação). Deixou de se restringir aos métodos violentos já empregados pela polícia no Brasil contra presos comuns para, sofisticando-se, tornar-se a essência do sistema militar de repressão política, baseada nos argumentos da supremacia da segurança nacional e da existência de uma guerra contra o terrorismo.

[386] PINHEIRO, Paulo Sérgio. Transição política e não-estado de direito na República. In: SACHS, Ignacy et al (Org). **BRASIL:** Um século de transformações. São Paulo: Companhia das Letras, 2001f, p.286.
[387] CALDEIRA, Tereza Pires. **Cidade de muros:** crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Ed 34, Edusp, 2000, p.360.
[388] LAPLANCHE, Jean; PONTALIS, Jean-Bertrand. **Vocabulário da psicanálise**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
[389] BARROS, Regina Benevides; PASSOS, Eduardo; RAUTER, Cristina (Orgs.). **Clínica e Política**: subjetividades e violação dos Direitos Humanos. Rio de Janeiro: IFB/Te Corá Editora. 2002.

> Foi usada com regularidade por diversos órgãos da estrutura repressiva, entre delegacias e estabelecimentos militares, bem como em estabelecimentos clandestinos em diferentes espaços do território nacional.[390]

A repressão massiva por meio de violações dos direitos humanos (como torturas, violência sexual, desaparecimentos forçados, ocultação de cadáveres, execuções sumárias e extrajudiciais, prisões ilegais e arbitrárias que se configuravam como verdadeiros sequestros, condições degradantes de prisão), era uma prática corriqueira do regime.

É bom lembrarmos que a própria natureza da tortura, especificamente, faz dela algo inominável: "mal menor", "técnicas de coação", são alguns dos termos substitutos utilizados.

A época dos acontecimentos narrados nesse relatório, várias normas internacionais sobre preservação dos direitos humanos já existiam (conforme vimos anteriormente). Mesmo que a adoção desses tratados pelo Brasil só tenha se efetivado após a redemocratização, para o direito internacional são normas imperativas, sendo impossível sua derrogação, ou seja, é proibida sua abolição, invalidação, anulação, cancelamento, extinção ou mesmo supressão de partes. Sua aplicação é obrigatória, uma vez que foi aprovada por organismos internacionais, dos quais o Brasil inclusive já fazia parte como país membro.

O relatório da Comissão Nacional da Verdade traz uma relação de documentos escritos e orais que demonstram cabalmente como o regime ditatorial não só utilizava a tortura, mas também participou de intercâmbios com outras nações para aperfeiçoamento das técnicas. Algumas passagens desse relatório merecem destaque:

> A utilização sistemática da tortura estava prevista nas diretrizes da denominada *doutrina da guerra revolucionária*, amplamente utilizada pelas Forças Armadas brasileiras – como pode ser comprovado na publicação de 1959 intitulada *Introdução ao estudo da guerra revolucionária*", utilizada nos cursos ministrados na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (Esceme) na década de 1960. [391]
> [...]
> Em depoimento concedido ao CPDOC, o ex-presidente Ernesto Geisel, procurando justificar a prática da tortura, revelou que militares brasileiros participaram de treinamento em suas técnicas de tortura no Reino Unido, durante o governo do ex-presidente Juscelino Kubitschek. "Acho que a tortura em certos casos torna-se necessária, para obter confissões. Já contei que no tempo do governo Juscelino alguns oficiais, inclusive o Humberto de Melo, que mais tarde comandou o Exército em São Paulo, foram mandados à Inglaterra para conhecer as técnicas do serviço de informação e contrainformação inglês. Entre o que aprenderam havia vários procedimentos sobre a tortura. O inglês, no seu serviço secreto, realiza com discrição. E o nosso pessoal, inexperiente e extrovertido, faz abertamente. Não justifico a tortura, mas reconheço que há circunstâncias em que o indivíduo é impelido a

[390] BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. Op. cit. 2014, p.343.
[391] BRASIL. CNV. Op. cit. 2014, p. 329.

> praticar a tortura, para obter determinadas confissões e, assim, evitar um mal maior."[392]
> [...]
> Foi encontrado no DOPS do Paraná um *Manual do interrogatório* – apostila do CIE datada de 1971, cujo objeto era o estabelecimento de uma metodologia para a extração de informações de prisioneiros. Esse documento, que informa consistir em "uma tradução adaptada de documentação sigilosa de país amigo", tem o prisioneiro como "uma fonte potencial de valiosas informações sobre um inimigo" e o interrogatório como "a extração sistemática de informações de um indivíduo". [...], esse *Manual do interrogatório* contém diferentes disposições que pressupõem a possibilidade de uso da violência física e psicológica, bem como o conhecimento de que essa prática não era legítima, na medida em que se acautelava quanto ao seu encobrimento: [...] **"Se o prisioneiro tiver de ser apresentado a um tribunal para julgamento, tem de ser tratado de forma a não apresentar evidências de ter sofrido coação em suas confissões"**.[393] (Grifo nosso)

Centenas de testemunhos orais (registrados desde o período dos acontecimentos até os dias atuais) também atestam a naturalidade com que eram violados os direitos humanos dos opositores ao regime. Alguns agentes da repressão acusados de tortura confirmaram a prática, conforme pode ser visto nas audiências públicas organizadas pela CNV.[394]

Apesar da intensa repressão, relatos das brutalidades praticadas pelo regime já eram comuns na época. Nas centenas de processos que chegaram até o Superior Tribunal Militar, as vítimas conseguiram inserir denúncias de torturas e maus tratos em geral.

> Relatório de 1972 da Anistia Internacional, que fez o primeiro levantamento abrangente sobre a tortura no Brasil, já mostrava ser essa prática, à época, bastante difundida, generalizada e sistemática. Nesse documento, e com base em documentos por ele consultados, 1.081 pessoas foram citadas como torturadas no período entre 13 de dezembro de 1968 e 15 de julho de 1972. O número, contudo, era sabidamente inferior ao real porque não foi possível aos investigadores visitar as prisões, de forma que as suas fontes tiveram que se restringir a depoimentos assinados e enviados à organização, bem como aos prisioneiros que deixaram o país. Mesmo entre esses últimos, alguns deixaram de efetuar denúncias com medo de represálias contra as suas famílias no Brasil. [...]
> A principal apuração sobre a prática da tortura pelo regime militar feita até hoje foi produzida na década de 1980 no âmbito do projeto *Brasil: nunca mais*, com resultados publicados pela Arquidiocese de São Paulo. Essa pesquisa fez o relato sobre esse tema a partir dos processos políticos que tramitaram na Justiça Militar brasileira entre abril de 1964 e março de 1979, especialmente aqueles que atingiram a esfera do Superior Tribunal Militar. [...] De acordo com o *Brasil: nunca mais*, 1.843 pessoas de alguma forma conseguiram fazer constar nos processos judiciais as violências a que foram submetidas. Isso não significa que tenha sido esse o número de presos políticos torturados no período. Como observa o relatório, "a fonte consultada, por sua própria natureza, tende a encobrir as violências praticadas". Em razão de coação e

[392] Idem, p. 334.
[393] BRASIL. CNV. Op. cit. 2014, p. 352-353
[394] Disponível em: <www.cnv.gov.br/audiências-públicas.html> Acesso em: 12 dez.2016.

> ameaças sofridas pelas vítimas desde o momento de sua prisão, no âmbito das auditorias militares e mesmo nos presídios, estima-se que um número expressivo de pessoas não tenha tido condições de denunciar as agressões sofridas. Outras foram orientadas por seus advogados ou organizações políticas a não fazê-lo. Razão pela qual é difícil levantar o número exato de vítimas. Mesmo entre as denúncias que chegaram a ser realizadas nas auditorias foram encontrados problemas: em muitos casos, por exemplo, o juiz proibiu que o fato fosse mencionado ou transcrito, ou determinou a eliminação de detalhes, tudo o que pôde ser detectado por meio de atas em que se constaram protestos dos advogados; em outros casos, os escrivães, provavelmente instruídos pelos juízes, em vez de transcreverem todo o relato, registraram apenas a alegação, pela vítima, de que sofreu "coação física e moral".
> [...] Conseguiram-se, dessa maneira, **provas irrefutáveis de que ao menos 1.843 pessoas foram submetidas a tortura e fizeram 6.016 denúncias** − ou seja, mais de uma denúncia por pessoa. [395] (Grifo nosso)

O número de torturados no período estudado certamente é bem maior. Boa parte dos presos não conseguiu inserir nos seus processos dados referentes a torturas, outra parte nem sequer passou pelo devido processo legal, sendo presos ilegalmente, torturados e depois soltos. No meio rural a tortura foi amplamente usada em espaços clandestinos, por agentes do Estado ou com consentimento destes, sem nenhum tipo de registro oficial da detenção ou do interrogatório. Centenas de vítimas até hoje evitam falar sobre o assunto, tamanho o trauma causado pelos acontecimentos.

Levando em conta esse cenário sombrio quanto aos relatos, é interessante notar que no programa nacional de direitos humanos (3), da secretaria de direitos humanos da presidência da república, consta que "[...] cerca de 20 mil brasileiros foram submetidos a torturas [...]"[396]

Algumas estimativas apontam números ainda maiores sobre a tortura no Brasil: mais de 30.000 (trinta mil) casos.[397]

É possível identificar ainda algumas características gerais sobre o sistema organizado pela ditadura para a prática sistemática de crimes contra a humanidade.

A tortura era um objeto de saber, com técnicas ensinadas, inclusive em aulas práticas com presos servindo de cobaias. Tinha estrutura organizada, com recursos, instrumentos, centros e pessoal próprio. Havia uma padronização na aplicação das técnicas, sugerindo uma verdadeira metodologia científica, com o objetivo de causar o máximo de dor sem levar a morte

---

[395] BRASIL. CNV. Op. cit. 2014, p.348-349

[396] BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República**. Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3)**. rev. e atual. Brasília: SEDH/PR, 2010, p. 211.

[397] GOMES, Luiz Flávio; MAZZUOLI, Valério de Oliveira (Orgs.). **Crimes da Ditadura Militar:** uma análise à luz da jurisprudência atual da Corte Interamericana de Direitos Humanos: Argentina, Brasil, Chile, Uruguai. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2011, p.81.

e “reduzir os danos fisicamente perceptíveis”.[398] Para os torturadores que desempenhassem bem suas funções, existia um sistema de recompensas. Em muitos locais foi registrada a participação médica, avaliando os limites de resistência para continuar ou não a tortura, distribuindo drogas para auxiliar os interrogatórios (tranquilizantes, estimulantes, relaxantes musculares), dando orientações de como torturar sem deixar marcas.

Nos prédios oficiais ou em locais clandestinos (de onde era mais fácil realizar o desaparecimento da pessoa), foram aplicadas por agentes do Estado brasileiro ou com consentimento destes, variadas modalidades de torturas, formando um cenário de verdadeiro terror. Elencamos a seguir uma série de técnicas e instrumentos utilizados.

Pau de arara (símbolo da tortura no Brasil, amplamente utilizada na ditadura de forma isolada ou associada a outras técnicas), violência sexual (método que busca anular a personalidade da vítima), choques elétricos (sobretudo em partes sensíveis como genitália e ânus), “cadeira do dragão” (aperfeiçoamento dos choques), afogamentos, queimaduras, “churrasquinho”, palmatórias e outras formas de espancamentos como o “telefone” e “corredor polonês”, martelar dedos, mutilações (cortar dedos com alicates, decepar testículos), ficar de pé sobre duas latas abertas, sufocamento, enforcamento, crucificação (pendurar a vítima em ganchos para aplicação de outras técnicas), “coroa de cristo”, uso de produtos químicos (ácido, éter, álcool em partes feridas), “soro da verdade”, impedir evacuações (pênis amarrado, por exemplo), tortura com animais (muitas vezes dentro do corpo), enterrar vivos, “roleta russa” e simulações de fuzilamento, isolamento em selas frias e sujas (molhadas), impedir sono, pouca comida e água, ameaças diversas (mantendo o interrogado em estado de terror), uso de familiares como tortura psicológica, “geladeira” e o “sistema inglês” (salas refrigeradas, escuras, sem janelas e com ruído sonoro), técnicas audiovisuais com ruídos e luzes (perturbações mentais), tortura psicológica através de tortura física em outro preso, entre outras.

Toda essa barbaridade gerou sequelas permanentes como o sofrimento dos familiares, marcas físicas (surdez, cegueira, paralisias, esterilidade, aborto, problemas dentários, entre outras) e psíquicas (medo permanente, insônia, pesadelos, delírios, neuroses e outras marcas). Muitos tentaram ou cometeram suicídio.

[398] BRASIL. CNV. Op. cit. 2014, p.357.

3.4. A Paraíba e os paraibanos

Além dos apontamentos iniciais que fizemos na introdução deste texto, passamos a discutir mais atentamente outras características da tortura na Paraíba ou envolvendo paraibanos.

No decorrer da ditadura ocorreu um aperfeiçoamento das torturas e da estruturação dos locais para essa prática. A institucionalização da violência chegou ao cúmulo quando presos políticos paraibanos foram usados como cobaia em aula de tortura, ocorrida no estado vizinho, Pernambuco. Em 1973, José Emilson Ribeiro da Silva e José Adeildo Ramos, juntamente com José Calistrato Cardoso Filho e Claudison Ribeiro,

> [...] fomos levados para o quartel da polícia da aeronáutica, o dito cujo quartel que eu tinha tomado de assalto. E lá nós fomos servir de cobaias em aulas de torturas para a Escola das Américas, situada no Panamá. Torturas essas assistidas pelo próprio ministro da aeronáutica, que posteriormente veio a ser um dos ministros de Collor. Por que nós sabíamos que era ele? Porque foi no dia 31 de março que estavam comemorando o dia da revolução, como eles chamavam, e ele estava... de lado de onde estávamos, ouvíamos a preleção deles para com a soldadesca, mostrando as benesses, da ditadura. [399]

José Emilson Ribeiro afirma que no caminho para essa aula ocorreu uma simulação de fuzilamento, e que durante as demonstrações de tortura perdeu várias vezes os sentidos[400].

O centro irradiador da repressão nessa região do Nordeste era justamente a cidade de Recife, sede do IV Exército. Para lá foram paraibanos e paraibanas tanto para depoimentos como para torturas.

Washington Rocha[401] foi sequestrado em João Pessoa e levado para a polícia no Recife [por volta de 1974]. Sofreu várias sessões de tortura: pancadas, choques, humilhação, "pula pula" (com os joelhos no chão era obrigado a pular). Viu outros presos barbaramente torturados, praticamente mortos, passando defronte sua cela.

Pedro Coutinho de Almeida relatou que foi preso em Campina Grande por agentes da Secretaria de Segurança Pública de Pernambuco e levado para Recife, onde foi "[...] torturado barbaramente e até tentativa de castração houve; passei sessenta dias na Secretaria de Segurança Pública em situações promíscuas, em celas horrorosas cheia de percevejos e sem alimentação

[399] Depoimento de José Emilson Ribeiro, na audiência pública "Tortura nos presos políticos de Itamaracá", da CEVPM-PB, em 22/10/2013. Arquivo da CEVPM-PB.
[400] Idem.
[401] Depoimento Washington Rocha, na audiência pública "Torturas no PORT e PCBR", da CEVPM-PB, em 19/9/2013. Arquivo da CEVPM-PB.

adequada e sob pressão permanente [...]"[402]. Denunciou ainda que no Gabinete do Dr. Moacir Sales

> [...] levou bolos de palmatória nas mãos e nas nádegas; que nesta mesma dependência obrigaram o acusado a colocar os testículos espaldados na cadeira; que **Miranda e o Escrivão Holanda** com a palmatória procuravam acertar os testículos do interrogado; que tal fato não ocorreu porque o interrogado saiu da posição em que se encontrava correndo, inclusive, que, em uma das oportunidades a palmatória que era empunhada por Miranda havia lhe atingido os testículos do acusado; que, por esse fato, o interrogado tomou remédio na Sec. de Seg. e na Casa de Detenção, encontrando-se até a presente data com dores; que quando o acusado foi colocado na posição já descrita anteriormente, estava com os braços algemados e foi seguro por três policiais; que nesta mesma ocasião, o acusado sofreu o chamado "telefone" [...] que, em virtude deste castigo, o acusado passou uma série de dias sem estar ouvindo; que três dias após o acusado ao limpar o ouvido notou que este havia sangrado [...][403] (Grifo nosso)

Uma linha de investigação importante que o GT Mapa da Tortura tomou foi a dos paraibanos torturados em outros locais do Brasil. Além do IV Exército em Recife foram identificados locais que serviram para tortura contra paraibanos em diversos estados da federação. Realizamos audiências públicas e oitivas com alguns personagens que passaram por essa macabra experiência, e também localizamos no conjunto de arquivos do Projeto Brasil Nunca Mais[404] casos de outros paraibanos. Publicações como o "Direito à Memória e à Verdade da Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos"[405] registram outros casos de tortura que acabaram posteriormente em morte.

Seguindo a trilha dos paraibanos que sofreram torturas em outros estados da federação, começamos citando o caso de Martinho Leal Campos[406], que foi preso em novembro de 1964, em Jaboatão-PE. Na ocasião tentou fugir, mas ficou agarrado em um arame farpado. Sofreu com maus tratos e pancadas, falando mesmo que passou por um "pau louco", tendo levado "telefones" que romperam seus tímpanos. Passou três ou quatro dias no DOPS-PE.

Depois o transferiram para diversos locais, sempre sofrendo torturas. Levado para a 2ª Companhia de Guardas no Recife, foi vítima de outros maus tratos e de tortura psicológica. O

---

[402] SILVA, Rosicleide Henrique da. **O movimento estudantil em Campina Grande/PB:** entre sonhos, frustrações e lutas (década de 60). Dissertação (Mestrado em História). UFCG. Campina Grande, 2014, p. 99.
[403] **Relatório do Projeto Brasil Nunca Mais**, Tomo V, vol. 3, 1985, p. 501-502
[404] Projeto Brasil Nunca Mais. Acervo digital. Disponível em: <www.bnmdigital.mpf.mp.br >
[405] BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. **Direito à Verdade e à Memória**: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. Brasília: SEDH, 2007.
[406] Depoimento de Martinho Leal Campos, audiência pública "As torturas nos militantes do PORT e do PCBR", realizada pela CEVPM-PB, em 19/9/2013. Arquivo da CEVPM-PB.

momento de maior medo foi quando retiraram ele da cela para um "passeio", e o levaram até o cemitério de Santo Amaro, à noite, onde ocorreram ameaças.

Foi para João Pessoa e depois retornou para Pernambuco, sendo levado em seguida até Fernando de Noronha, ficando aproximadamente seis meses na ilha. Lá fizeram um fuzilamento simulado. Finalmente preso até 1966 na Casa de Detenção do Recife, tendo saído com um *habeas corpus*.

Aproveitou a soltura e fugiu para São Paulo, mas foi preso anos depois, em 1972. No DOI-CODI sofreu ameaças e espancamentos. Foi torturado por Brilhante Ustra com "pau louco" e "cipó de boi". Passou por choques elétricos, cadeira do dragão, pau-de-arara, afogamentos, crucificação. Além de Ustra, cita um torturador conhecido como "Jesus Cristo" [ou Dirceu] que quase matou Martinho Campos com choques. Por fim, ficou preso no Presídio Tiradentes e depois no Carandiru, até ser solto em 1974.

Rômulo de Araújo Lima[407] foi preso em 1969 na cidade de Campina Grande e transferido para João Pessoa. Apesar de ficar sem comida e só tomando água, afirmou que não foi torturado na Paraíba. Foi levado para Bayeux, onde entrou em um avião da FAB com destino ao Rio de Janeiro, mais precisamente para o Ministério da Marinha [quinto andar]. Lá ficou nu, enquanto recebia "bordoadas", palmatória, "telefone" e era colocado no "pau-de-arara" para receber choques. Passou onze dias no Rio de Janeiro sendo torturado, apontando o nome do "comandante Claudio" como participante dos fatos. Chegaram a mandar que ele cavasse a própria cova. Dormia algemado e descoberto, num saco plástico. Foi preso na Ilha das Flores dentro de um banheiro [com quatro sanitários e um beliche].

As sequelas da tortura foram muitas, e o acompanhariam por toda vida. Encontramos um laudo psiquiátrico datado de 30 de outubro de 1969, feito poucas semanas após ter sofrido as torturas descritas, no qual consta a seguinte conclusão sobre o estado mental de Rômulo:

> [...] o mesmo é portador de Astenia + Neurose Situacional associada a sintomas de auto-referências que nada mais são do que a manifestação patológica do seu distúrbio mental, a nosso ver, carente de tratamento especializado, para evitar que, o mesmo piorando sua sintomatologia, chegue a tornar-se uma Personalidade Psicopática, como pensamos, poderá ocorrer no futuro. [408]

[407] Depoimento de Rômulo de Araújo Lima em oitiva realizada pela CEVPM-PB, em 20/12/2013. Arquivo da CEVPM-PB.

[408] Laudo Psiquiátrico emitido pelo Instituto Campinense de Neuropsiquiatria e Reabilitação Funcional, assinado pelo médico João Ribeiro, em 30/10/1969. Acervo digital do Projeto Brasil Nunca Mais. Disponível em: <www.bnmdigital.mpf.mp.br>.

As torturas e outras graves violações geraram sequelas físicas e psicológicas, tanto nos presos políticos quanto em seus familiares. Problemas físicos e distúrbios mentais continuam atormentando as vítimas. Trabalhamos com a hipótese da tortura enquanto uma prática interminável tanto do ponto de vista individual quanto das relações sociais, já que seus efeitos não ocorrem apenas no momento do ato, mas continuam a desencadear reações diversas no corpo e na mente dos indivíduos e no seio da sociedade.

Traçando uma narrativa entrecortada pelas lembranças da infância e relatos de terceiros sobre seu pai, Fidélia Cassandra narrou em audiência pública que ela, aos 12 anos de idade, e seus irmãos tiveram que conviver com a chaga de ser filha de um comunista [José Pereira de Araújo "Zequinha"], divorciado, preso pelas forças da repressão, em uma sociedade amplamente conservadora nos costumes e amedrontada pela propagada do inimigo interno a ser combatido e eliminado.

> Cortaram a nossa água e a nossa luz por falta de pagamento porque a nosso pai não estava trabalhando e o vizinho todas as manhãs jogava um penico de excremento no nosso terreno. Era humilhante, [...]. Na escola, eu e meu irmão éramos tratados de forma diferente. Imagina na década de 70, você ser filhos de pais separados e de um comunista declarado que havia sido preso? [409]

Esses e outros testemunhos apontam para uma estrutura repressiva que se utilizou das mais variadas formas de violência para alcançar seu objetivo político de eliminação das oposições.

O somatório dos testemunhos e sua coerência, a análise dos documentos escritos, associados a leitura do contexto, nos permite elaborar uma listagem com os locais que foram utilizados, em território paraibano, para a prática de tortura. Vale ressaltar que é possível a existência de outros lugares que não foram identificados por esta pesquisa. Passamos agora, portanto, a apresentar o "mapa da tortura na Paraíba".

[409] Depoimento de Fidélia Cassandra na audiência pública "As marcas da tortura", realizada pela CEVPM-PB, em 10/12/2013. Arquivo da CEVPM-PB.

3.5 O mapa da tortura na Paraíba

Figura 4 – Mapa da Tortura na Paraíba.

3.5.1 SAPÉ

3.5.1.1 Delegacia de Polícia

A repressão aos camponeses nos meses anteriores e imediatamente após o golpe militar, é tema de grande relevância para a compreensão do contexto histórico de radicalização das disputas políticas e ideológicas em curso nos anos 60. Sobre essa temática, um grupo de trabalho específico [GT Repressão do Estado e de milícias privadas aos camponeses] foi montado pela CEVPM-PB para desenvolver uma pesquisa mais aprofundada. Mas apesar do assunto ter sido melhor desenvolvido no texto temático específico, alguns pontos merecem destaque.

Devido a organização e as intensas e radicais lutas reivindicatórias dirigidas pelas Ligas Camponesas na Paraíba, os latifundiários e seus partidários foram se preparando para possíveis confrontos. Pessoas oriundas das polícias começaram a prestar serviços [segurança, repressão] aos donos de terras, especialmente policiais reformados. Armas foram compradas em São Paulo, do governo de Ademar de Barros, com consentimento do exército. [410]

[410] PEREIRA, Joacil de Brito. **Joacil de Brito Pereira** (depoimento, 1978). Rio de Janeiro: CPDOC/UFPB, 2001, p. 66. Joacil de Brito, deputado estadual em 64 e talvez o mais destacado líder civil do golpe, afirma no mesmo

O Exército não só tinha conhecimento que os proprietários rurais estavam se armando, como também iniciou ações de infiltração e espionagem nas Ligas Camponesas.

> [...] a essa altura da luta já o Exército tinha soldados de sua confiança, ou cabos, vestidos de camponês, espalhados na área, que participavam das invasões e tiravam retratos. E o Exército tirou retratos de Assis Lemos de chapéu de palha. Um deles eu até mostrei na Assembleia, quando ele negou que participava das invasões, que não ia na frente. Eu exibi o retrato. Isto foi um impacto tremendo. Então o Exército deve ter elementos de provas, com informes, com relatórios dados por esses elementos de sua confiança, por esses seus espias, às vezes eram sargentos, cabos ou soldados, que eram destacados, de confiança, para ir para essas áreas ficar ali como morador, como camponês. E participava dessas invasões de armas na mão também, tirava retratos com máquinas pequenas - essas máquinas que se usam até, às vezes, como um broche, disfarçado. [411]

Era forte esse relacionamento entre o Exército em João Pessoa, principalmente a oficialidade do 15º Regimento de Infantaria, e o grupo de latifundiários. Além de não impedir a compra de armas, ou mesmo facilitar essa compra, o Exército mantinha os proprietários sempre informados sobre a movimentação das Ligas e até mesmo discutiam juntos a possibilidade do golpe militar, chamado por eles como revolução. Joacil de Brito, advogado e deputado estadual, destacado articular civil do golpe, afirma que em meados de 1964 ele e seu grupo não acreditavam mais que haveria a intervenção das forças armadas "[...] embora o coronel Ednardo D'Ávila, o Major Cordeiro, o tenente coronel Rubens Pereira sempre nos acalmassem e nos disseram que haveria de haver uma solução, que nós não desesperássemos, que o Exército não ia deixar o país se conflagrar nem ser entregue na mão dos comunistas". [412]

Um dos locais de maior atuação das Ligas Camponesas na Paraíba era a cidade de Sapé e região circunvizinha. Lá também foi organizado um dos epicentros da repressão. O coronel Luiz de Barros, nomeado pelo governador Pedro Gondim pouco antes do golpe militar, foi o dirigente dessas ações repressivas. Inclusive foi articulado pelas organizações de esquerda um movimento para transferência de Luiz de Barros.

> Você vai encontrar camponeses mortos, o que é um absurdo também, uma miséria, após a revolução – mortos ou desaparecidos e tidos como mortos. E muitos dos quais surrados, seviciados, a ponto de ficarem com costelas quebradas, [...]. **No final do governo de Pedro Gondim, na fase da pré-revolução, quando a revolução estava para triunfar ou para eclodir, e ele já querendo se situar bem perante uma área, nomeou um dispositivo policial** e depois da revolução – depois da revolução vitoriosa sobretudo – se

depoimento que o intermediário para a compra dessas armas foi o coronel Roberto da Fonseca, paraibano que servia como auxiliar do governo de Ademar de Barros.

[411] Idem, p. 58.

[412] Idem, p. 57.

> deu muito em gente na Paraíba, contra o que eu me levantei na Assembleia. Estão aí os Anais com os meus discursos. Por isto passei a ser *persona non grata* da revolução que eu ajudei a fazer na Paraíba. [...]
> Mas depois da revolução vitoriosa, o esquema policial da Paraíba prendeu camponês a torto e a direito, levava para o 15º, dava surra, e houve camponeses que desapareceram até hoje, como o Nego Fuba, Pedro Fazendeiro. Então você vai ver camponeses desaparecidos ou mortos, ou seviciados, não pelos proprietários rurais, diga-se de passagem... [413] (Grifo nosso)

Antes do golpe já se faziam denúncias similares sobre os constantes atos de violência contra agricultores.

Em documento da Federação dos Trabalhadores Agrícolas do Estado da Paraíba, apreendido pelo Exército após o golpe quando das diligências para realização de Inquérito Policial Militar (IPM), é feita uma denúncia a respeito das violências sofridas pelo camponês Otávio Felix em fevereiro de 1964. Segundo a carta denúncia, o camponês

> [...] apanhou que ficou mole pelos capangas e comparsas de Rubens Regis, e por ele mesmo, no dia 13 de fevereiro. Acordou ao som, não das músicas carnavalescas, mas das metralhadoras e dos fuzis. A polícia, trajada civilmente, no meio deles, participou dos disparos que duraram quarenta minutos. A casa foi derrubada, o dinheiro da safra de Otávio foi roubado, sacos de cereais foram estraçalhados a tiros, os inhames foram picados pelas balas e **Otavio amarrado como um bode numa árvore**. [414] (Grifo nosso)

Anexo ao mesmo IPM, encontramos outro texto denunciando o espancamento sofrido por Nair Artur [possivelmente em agosto de 1963] que acabou sendo levada ao Pronto Socorro. Ela havia ido reclamar de uma surra que seu filho sofreu dos capangas ligados a Agnaldo Veloso Borges, e por esse motivo foi agredida brutalmente. A foto que acompanha o texto mostra claramente a senhora Nair com o rosto muito inchado e o olho esquerdo tapado por um curativo. Abaixo da foto vemos a frase: latifundiário ameaça uma trabalhadora pacífica.

[413] Idem, p. 64-65.
[414] Inquérito Policial Militar, "Atividades Subversivas", volume 3, p. 229-230. Arquivo da CEVPM-PB.

Fonte: Nair Artur [possivelmente 1963]. IPM "Atividades Subversivas", vol. 3, p. 234. Acervo CEVPM-PB.

O aumento da violência no campo marcou esse contexto imediatamente pré-golpe, destacando-se o caso da "tragédia de Mari" de repercussão nacional, ocorrida em 15 de janeiro de 1964, que ajudou a acirrar ainda mais os ânimos.

Anos antes, em 1961, Alfredo Nascimento, líder dos camponeses da Fazenda Miriri, em Sapé, foi assassinado pelo sargento da PM Manuel Pereira da Silva "Peito de Aço". Na mesma ocasião os camponeses mataram o sargento. Esse acontecimento marca o início de violências sistemáticas contra os camponeses. Ainda em 1961, Pedro Fazendeiro foi atingido por tiros de arma calibre 45, na perna e omoplata, em pleno centro de Sapé. "Os camponeses, João Beleza e Domingos, enlouqueceram após uma sessão de tortura praticada pelo administrador do Engenho Corredor, conhecido como Chicão".[415] Em 1962, ocorreu o assassinato de João Pedro Teixeira, divisor de águas na história das ligas na Paraíba.

Logo após o golpe militar a repressão tornou-se ainda mais aberta e brutal. A polícia prendia os camponeses e levava até o 15º RI, onde as celas ficaram cheias. "E quase todos os dias o coronel-PM Luiz de Barros chegava com um contingente de prisioneiros do campo. Camponeses de Sapé, Marí, Mamanguape, Cajá." [416]

[415] LEMOS, Assis; PORFÍRIO, Waldir. **João Pedro Teixeira:** a saga de um mártir. Campina Grande: Eduepb, 2013.
[416] MACHADO, Jório. **1964:** a opressão dos quartéis. João Pessoa: O Combate, 1991, p. 104.

As lideranças foram sendo presas e sofriam com variados tipos de violência. Os casos mais célebres foram os de "Pedro Fazendeiro" e "Nego Fuba" [tratados no texto temático sobre "mortos e desaparecidos políticos"], presos na guarnição federal, soltos e nunca mais vistos. Outro exemplo conhecido é o do então deputado estadual Assis Lemos, uma das maiores lideranças das ligas. Ele foi preso em Recife dias após o golpe, e no caminho para João Pessoa o coronel Hélio Ibiapina ordenou que o jipe parasse, retiraram sua roupa, colocaram um jornal no seu ânus e atearam fogo.[417]

Nos requerimentos de anistia encaminhados ao gabinete do deputado Zenóbio Toscano[418] no início da década de 1990, encontram-se vários outros relatos de torturas sofridas pelos camponeses: Antônio José Dantas foi barbaramente torturado física e psicologicamente pela polícia, ficando com sequelas como perda auditiva; Otávio Domingos de Oliveira, pertencente a Liga de Sapé, foi preso e torturado, acabando no manicômio em João Pessoa; João Francelino da Silva, vereador em Guarabira, foi preso e levado para a delegacia da polícia em Sapé, onde foi torturado física e psicologicamente por cinco dias inclusive com banho de fezes; Manoel Alves Luís Filho, preso e torturado e após sair da prisão foi despejado das terras onde trabalhava; Luiz João da Costa, da Liga de Sapé, foi preso e torturado pela polícia militar e depois expulso das terras; Pedro Fernandes da Cunha, foi preso em Guarabira e levado até Sapé onde foi torturado.

Percebemos, em alguns depoimentos constantes no IPM sobre "atividades subversivas", que havia por parte dos militares certa preocupação ou no mínimo um maior interesse pelas lideranças que haviam visitado países do bloco socialista como Antônio José Dantas que conheceu Cuba junto com Elizabeth Teixeira. Um dos mais visados era João Alfredo Dias, "Nego Fuba", que esteve na China, URSS e Tchecoslováquia. Nesse caso, o oficial encarregado do seu inquérito fez questão de perguntar se "[...] em algum dos países visitados, frequentou ou assistiu aulas ou instrução de guerrilhas, ou atividades semelhantes [...]"[419]. Em interrogatório no dia 16 de maio de 1964, em Recife, Assis Lemos foi inquirido se João Alfredo havia se especializado em guerrilhas na China, e se Pedro Fazendeiro possuiu uma milícia armada em Miriri.[420]

A respeito da repressão contra as lideranças das ligas temos maiores informações, mas quando tratamos do "simples camponês", as lacunas da história se multiplicam. Inúmeros casos

[417] Depoimento de Francisco de Assis Lemos de Souza, em audiência pública sobre As Ligas Camponesas, realizada conjuntamente pelas CEVPM-PB e CNV, em 15/7/2013. Arquivo da CEVPM-PB.
[418] Hoje pertencentes ao Arquivo da CEVPM-PB.
[419] Inquérito Policial Militar, "Atividades Subversivas", volume 6, p.521. Arquivo da CEVPM-PB.
[420] Idem, p. 702-703.

de torturas nunca serão relatados, pela própria característica geográfica e social do meio rural, pelo medo que reina até o presente, pela vergonha das famílias, entre outros motivos. Na maioria dos casos encontramos denúncias que citam os fatos, mas não afirmam os nomes das vítimas que acabam formando uma massa de silenciados e esquecidos pela história: "[...] muitos foram espancados, pernas quebradas no cacete, costelas quebradas no cacete. Então, depois que se sujeitava é que se levava preso."[421]

3.5.2 JOÃO PESSOA

João Pessoa foi uma cidade com forte aparato repressivo e com variados locais de tortura.

A própria repressão contra as ligas camponesas também envolve diretamente agentes lotados na capital paraibana. Eram levados, pela polícia comandada por Luiz de Barros para o 15° RI, levas e mais levas de camponeses. Os dois primeiros desaparecidos políticos que a ditadura fez como vítimas na Paraíba estavam presos nesse batalhão, fato narrado no presente relatório.

Além desses, a Delegacia da Polícia Federal também é apontada como local de tortura. O Grupamento de Engenharia foi apontado como local onde ocorreram maus tratos, como veremos mais a frente. Outra instituição utilizada para a prática de tortura em João Pessoa foi a DOPS, na figura do delegado Silvio Neves

> Nomeado para o cargo pelo governador Pedro Gondim, Sílvio Neves se transformou num temível sicário da repressão. Enquanto aguardava a chamada para depor, eu rememorava o episódio do bancário Boanerges Timóteo que ele havia espancado brutalmente, submetendo-o, inclusive à tortura do pau-de-arara e rebentando-lhe as mãos à palmatória. O sofrimento de Boanerges foi tão prolongado e monstruosos, que terminou inutilizando-o para o resto da vida.[422]

O bancário João Fragoso também afirmou que Boanerges Timóteo de Souza, enquanto estava preso, foi levado para Silvio Neves e barbaramente torturado. Estava cirurgiado por conta de um braço quebrado, e os pontos acabaram sendo rompidos. Por conta dessas torturas ficou muito afetado mentalmente.[423]

---

[421] PEREIRA, Joacil de Brito. Op. cit. 2001, p. 65.
[422] MACHADO, Jório. Op. cit. 1991, p. 70.
[423] Depoimento de João da Cruz Fragoso, na audiência pública "Perseguição aos sindicalistas pela ditadura militar", realizada pela CEVPM-PB, em 26/11/2013. Arquivo da CEVPM-PB.

3.5.2.1 15° Batalhão de Infantaria Motorizado (Batalhão Vidal de Negreiros)

Durante a ditadura militar, o 15° Regimento de Infantaria se tornou um verdadeiro campo de concentração na medida em que dezenas, talvez centenas de militantes políticos ficaram presos, em momentos diversos, nas suas dependências. O Major Cordeiro afirmou, em depoimento prestado ao Ministério Público Federal/Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro, que "[...] naquela época, houve uma prisão de diversos indivíduos, mais ou menos uns 50 ou 60, que foram detidos pelas forças de segurança, talvez da polícia; [...] estes indivíduos ficaram detidos no quartel [...]"[424]. Certamente esse número foi muito maior! O jornalista Jório Machado, falando dos camponeses, afirmou que "[...] a enxurrada foi tão grande que o **coronel Ednardo D'Ávila, Comandante do Regimento**, deu ordem para não receber mais nenhum preso trazido pelo coronel Luiz de Barros."[425]

Citamos alguns nomes que passaram por essa guarnição federal: Oliveiros Oliveira, José Bernardo, Ailton José, Marconi Cezar de Arruda, Boanerges Timóteo, José Araújo Lira[426], Bento da Gama, Laurindo Marques, Guilherme Rabay, João Batista Barbosa, Luiz Hugo Guimarães, Langstein Almeida, Tarcísio Patrício "neguinho Patrício", Jório Machado, João Santa Cruz, Assis Lemos, João Manoel de Carvalho, Antônio Fernandes, João Alfredo Dias

[424] Termo de depoimento prestado no dia 04/5/2012 por José Benedito M. de M. Cordeiro ao Procurador da República no Rio de Janeiro / Ministério Público Federal. Arquivo da CEVPM-PB.
[425] MACHADO, Jório. Op. cit. p. 104.
[426] Presos citados no Ofício nº 1191, de 14/9/1971, Auditoria da 7ª Circunscrição Judiciária Militar. Sumário de Processo do Brasil Nunca Mais, pasta 485. Arquivo digital do Projeto Brasil Nunca Mais. Disponível em: <www.bnmdigital.mpf.mp.br>

"Nego Fuba", Pedro Inácio de Araújo "Pedro Fazendeiro", Antônio de Figueiredo Agra[427], Martinho Campos, Socorro Campos, Derly Pereira, João Ribeiro, João Fragoso, Antônio Dantas, Netovitch Maia, Francisco de Assis da Cunha Metri, José Pereira de Araújo "Zequinha",[428] José Pereira dos Santos "Peba", Padre Alípio[429], Almério Malquiades de Araújo[430], Manoel Luiz Alves Filho, Antônio Luiz Alves, Pedro Fernandes da Cunha, Antônio Aragão Filho, Expedito Diniz, Francisco Carvalho Filho "Chico do baita" [ficando preso junto com José Rodrigues Sabino, José Vieira, Ascânio e Gilberto, dentre outros, num total de 29 presos], Ulysses de Menezes Freitas, Israel Elídio de Carvalho Filho, Jaime Simplício da Costa, João Lucena Montenegro, José Rodrigues Lopes, Manoel Porfírio da Fonseca, Paulo José de Souto, Antônio Pereira da Silva, Augusto Ferreira de Carvalho, Durval Alves de Moura, Antônio Juvêncio, Geraldo Guedes, Josias Pontes "Pedro Fogueteiro", Antônio Teixeira, Edvar Nogueira Matos, Lenildo Correia da Silva, Jader Carlos Coelho da Franca, José Cornélio da Silva, José de Andrade de Melo, José Tadeu Carneiro Cunha, Manoel Monteiro da Silva, Antônio Aurélio Teixeira de Carvalho[431].

Martinho Campos, militante do PORT, foi preso em novembro de 1964 em Pernambuco,

> [...] trazido da segunda companhia de guarda em Recife para o 15 RI. O cidadão que me foi buscar com uma comitiva de sargento e cabo num jipe do 15 RI foi o **José Benedito Vaz dos Magalhães Cordeiro, o famoso Major Cordeiro.** Durante todo o trajeto ele me ameaçou sem parar, dizia que quando eu chegasse no 15 RI ele me daria uma garrafa com óleo de rícino [...]" [432].

Afirmou que no Regimento de Infantaria em João Pessoa jogavam água o dia inteiro nos presos e os acordavam com pontapés.

Outro que passou pelo 15° RI, o jornalista Jório Machado confirma o tratamento que era dado aos presos. Diz que na véspera de um interrogatório "[...] passaram a noite toda jogando água na cela para impedir-me de dormir. O sargento que fazia isso pedia desculpas, alegando estar cumprindo ordens."[433] Para fazer as necessidades fisiológicas dispunha de um banheiro sem porta, sempre acompanhado por dois soldados com fuzis apontados para ele.

---

[427] Nomes citados em: MACHADO, Jório. Op. cit..
[428] Nomes citados ao longo das várias audiências públicas e oitivas da CEVPM-PB. Arquivo da CEVPM-PB.
[429] Nome citado no Termo de depoimento prestado no dia 04/5/2012 por José Benedito M. de M. Cordeiro ao Procurador da República no Rio de Janeiro / Ministério Público Federal. Possivelmente preso antes do golpe de 64. Arquivo da CEVPM-PB.
[430] Auto de qualificação e de interrogatório, DOPS/SP (10/5/1972). Sumário de Processos do Brasil Nunca Mais, pasta 040, pág. 44. Acervo digital do Projeto Brasil Nunca Mais disponível em <www.bnmdigital.mpf.mp.br>
[431] Nomes constantes nos processos de anistia. Arquivo CEVPM-PB.
[432] Depoimento de Martinho Leal Campos, audiência pública "As torturas nos militantes do PORT e do PCBR", realizada pela CEVPM-PB, em 19/9/2013. Arquivo CEVPM-PB.
[433] MACHADO, Jório. Op. cit. 1991, p. 27.

> [...] dormíamos no chão e comíamos com as mãos porque não havia talheres para todos. Passamos muitos dias com sanitário entupido e um defeito na torneira deixava escapar água para o salão do xadrez, depois de passar pelo piso do banheiro imundo. Os dejetos eram depositados numa lata de querosene, todos os dias despejado no muro dos fundos do quartel. E quem conduzia, na cabeça, a latrina ambulante, eram dois dos presos sorteados. Um cavava e o outro enterrava as fezes.[434]

João Ribeiro, sindicalista do setor de calçados, era um elo de articulação entre os sindicatos com as ligas camponesas. Foi preso no 15° RI ainda no calor do golpe militar, em 2 de abril de 1964. Afirmou em audiência pública que "[...] no quinze o terror era o Major Cordeiro, todo mundo tinha medo, ele entrava na prisão a qualquer hora do dia e da noite para ameaçar [...]" [435]

Os advogados de José Benedito Montenegro de Magalhães Cordeiro, "Major Cordeiro", enviaram resposta para a CEVPM-PB, negando as acusações de tortura e da responsabilidade pelo desaparecimento dos camponeses João Alfredo "Nego Fuba" e Pedro Inácio de Araújo "Pedro Fazendeiro". Afirmaram ainda que ele não era o responsável pela prisão, custódia ou liberação dos presos e que, devido atualmente à sua idade muito avançada e ao estado de "confusão mental" não seria possível participar de qualquer audiência organizada pelas Comissões da Verdade. [436]

Fato revelador da estruturação do golpe militar antes de março de 1964 (prévias do golpe) foi levantado por José Pereira dos Santos "Peba" [437], quando afirmou em seu processo de anistia que antes mesmo da implantação da ditadura havia sido preso nas dependências do então 15° Regimento de Infantaria por ter participado do movimento pela posse na Presidência da República do vice-presidente eleito João Goulart (campanha da legalidade de 1963).

Outros que também foram presos nesse estabelecimento militar ainda em 1963, em decorrência de uma manifestação na Faculdade de Direito de João Pessoa, foram o português naturalizado brasileiro padre Alípio e o Deputado líder das Ligas Camponeses em Pernambuco, Francisco Julião. O militar Major Cordeiro, em julho de 1963, servindo como testemunha em Inquérito Policial Militar, deu o seguinte depoimento sobre o período em que padre Alípio ficou preso no 15º Regimento de Infantaria:

---

[434] Idem, p. 103

[435] Depoimento de João Ribeiro Filho, audiência pública "Perseguição aos sindicalistas pela ditadura militar", realizada pela CEVPM-PB, em 26/11/2013. Arquivo CEVPM-PB.

[436] Oficio dos advogados de José Benedito Montenegro de Magalhães Cordeiro à CEVPM-PB, contendo o "Termo de depoimento prestado no dia 04/maio/2012 ao Procurador da República no Rio de Janeiro / Ministério Público Federal." Arquivo CEVPM-PB.

[437] Processo de anistia de José Pereira dos Santos "Peba". Arquivo CEVPM-PB.

> [...] face a declarações do Deputado Julião publicadas em jornais de Recife de que o indiciado estaria sofrendo **suplício de Tântalo**[438], durante a sua prisão nesta Unidade e que os seus gritos chegavam a ser ouvidos pelos que passavam na rua, inclusive por família de Sargentos da Unidade, sugeriu o depoente ao Comandante que o preso fosse submetido a uma inspeção médica, o que foi feito por intermédio de uma Junta composta de dois médicos civis e dois médicos militares que concluiu que o Padre gozava de boa saúde não apresentando nenhum indício de maltrato ou espancamento. [439]

O padre Alípio, por conta dos seus discursos radicais inclusive criticando duramente as forças armadas, atraiu o ódio dos militares nesses idos de 63. Discursando em Rio Tinto, Sapé, João Pessoa ou Campina Grande, suas frases de efeito evocavam a revolução social.

3.5.2.2 DIC – Delegacia de Investigação e Captura

O antigo DIC possivelmente funcionava nesse casarão na Praça Barão do Rio Branco, no centro de João Pessoa. Hoje o prédio tem uso compartilhado, e inclusive no primeiro andar funciona a Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra (ADESG).[440]

[438] O "Suplício de Tântalo" nos remete a mitologia grega. Tântalo, figura lendária, foi punido eternamente pelos deuses: seu suplício era estar perto de água que se afastava quando tentava beber, e perto de árvores que recolhiam os ramos quando queria comer. Seria, portanto, atormentar alguém com alguma coisa que, apresentada à vista, excite o desejo de possuí-la, frustrando-se esse desejo continuamente por se manter o objeto fora de alcance. (Definição encontrada no Dicionário Aurélio)

[439] Sobre o Padre Alípio Cristiano de Freitas e sua prisão na Paraíba, ver o Projeto Brasil Nunca Mais, sumário do processo 004, contendo ação penal 7.423/64 e apelação ao STM 38.192, páginas 232-233 (depoimento do Major Cordeiro). Disponível em: <www.bnmdigital.mpf.mp.br>

[440] A imagem atual do prédio onde funcionou o DIC nos foi dada por Ubiratan Cortez, que identificou o prédio e capturou a imagem do www.google.maps

O Projeto Brasil Nunca Mais aponta o nome de **"Genival"**, delegado da Delegacia de Investigações e Captura, como torturador.[441] Quem denunciou o delegado foi Adauto Trigueiro Bezerra, quando interrogado no 1º Grupamento de Engenharia da capital, em dezembro de 1969. Na ocasião ele disse que

> [...] suas declarações foram prestadas sob coação praticadas pelo Dr. Genival, Delegado da DIC (Delegacia de Investigação de Capturas) que dizia ao interrogado que outros companheiros seus envolvidos no mesmo caso haviam apanhado e se encontravam envolvidos em gase, cheios de curativos e jogados numa cela; que tais ameaças foram feitas do início ao fim de suas declarações e ao término destas o acusado foi obrigado a assinar o termo de declarações; que após haver prestado as declarações o interrogado foi colocado numa cela infecta, passando três dias na mesma incomunicável, dormindo no chão; que durante o tempo em que esteve incomunicável ouvia os presos apanhar; que posteriormente o interrogado foi entregue a Policia Federal onde sob as mesmas ameaças teve que prestar declarações de idêntico teor [...][442]

Documentamos outros relatos de forte tortura psicológica e física no local. "Presos" políticos eram retirados de suas celas na madrugada, e levados em clima de forte tensão para assistirem sessões de tortura em presos comuns, no pau-de-arara [caso, por exemplo, de Ubiratan Cortez de Catolé do Rocha][443]. Esses casos apontam uma peculiar organização, já que envolvem o uso de presos comuns tanto como executores de agressões físicas bem como vítimas eles próprios de torturas que eram realizadas por policiais e assistidas compulsoriamente por presos políticos.

No DIC, Eraldo Fernandes recebeu socos, sofreu pauladas, chibatadas, pontapés, enquanto estava amarrado nu, e ainda foi colocado no pau-de-arara. Apanhou de presos comuns e passou seis dias sem comida[444]. Em seu processo que chegou até o Superior Tribunal Militar, conseguiu registrar a seguinte denúncia:

> [...] foi colocado numa dependência da DIC no quarto chamado das torturas onde existe todo aparato para tal como palmatórias, chibatas, ferro para pau de araras, lâmpadas de 500 volts, anjinho aparelho destinado a torturar a cabeça da vítima e que tal dependência se situa ao lado e após a lª cela; digo, ao lado e após a lª cela; que o acusado foi torturado com o ferro "pau de arara"; que o interrogado alega que foi colocado no pau de arara, após sofrer torturas

[441] Relatório do Projeto Brasil Nunca Mais, Tomo II, vol. 3 – Os funcionários. Arquivo digital do Projeto Brasil Nunca Mais, disponível em www.bnmdigital.mpf.mp.br

[442] Interrogatório realizado no 1º Grupamento de Engenharia, João Pessoa/PB, em 23/12/1969. Sumário do Processo do Brasil Nunca Mais, pasta 649. Acervo digital do Projeto Brasil Nunca Mais. Disponível em: <www.bnmdigital.mpf.mp.br>

[443] Depoimento de Ubiratan Cortez na audiência pública "Guerrilha de Catolé do Rocha" realizada pela CEVPM-PB, em 7/8/2014. Arquivo CEVPM-PB.

[444] Depoimento de Eraldo Fernandes na oitiva realizada pela CEVPM-PB, em 13/12/2013. Arquivo CEVPM-PB.

> na sala do Secretário de Segurança da Paraíba; que o interrogado ainda se encontra com uma luxação do braço com o ante-braço esquerdo [...][445]

Os suplícios de Eraldo Fernandes não acabaram por aí. Depois de cumprir pena na Penitenciária Modelo de João Pessoa, foi para São Paulo onde acabou preso quando a casa em que morara foi invadida por agentes do DOI-CODI. No DOI-CODI foi mais uma vez para o pau-de-arara. Apanhou do **Delegado Fleury no DOPS/SP**, onde viu uma jovem ser barbaramente torturada com um cassetete no ânus. A "permissão" para que o preso político veja alguém sendo torturado, mesmo que de rápida passagem, é uma clara tática para disseminar o terror. Sofreu ainda espancamentos, e foi mais uma vez colocado no pau-de-arara, associado com choques nas partes íntimas e na língua; chegou a desmaiar. O espaço possuía luzes bastante fortes.[446]

3.5.2.3 Polícia Federal

Nos interrogatórios realizados no 1º Grupamento de Engenharia no dia 23 de dezembro de 1969, a respeito do processo que envolvia o PCBR e a queda de uma casa em Tambaú, em João Pessoa, usada pela organização para encontros de militantes, guarda de materiais de propaganda e também algumas armas, encontram-se denúncias de torturas e maus tratos realizadas nas dependências da Polícia Federal.[447]

Vale a pena notar que as denúncias a seguir foram feitas em plena ditadura para o Conselho Permanente de Justiça do Exército, na frente de testemunhas e advogados, num dos períodos de maior repressão:

- Eraldo Fernandes afirmou que "[...] os depoimentos que prestou na Polícia Federal foram tomados [ilegível] tortura, após 19 dias de prisão [...]"[448];
- Rômulo Araújo foi preso "[...] em um sábado e prestou suas declarações em uma segunda feira, tempo em que fez uma refeição e que prestou suas declarações, sob coação psicológica e sob a ameaça de coação física [...]"[449];

---

[445] Interrogatório realizado no 1º Grupamento de Engenharia, João Pessoa/PB, em 23/12/1969. Sumário de Processo do Brasil Nunca Mais, pasta 649. Acervo digital do Projeto Brasil Nunca Mais. Disponível em: <www.bnmdigital.mpf.mp.br>.
[446] Depoimento de Eraldo Fernandes. Idem.
[447] Interrogatórios realizados no 1º Grupamento de Engenharia, João Pessoa-PB, em 23/12/1969: Rômulo de Araújo Lima, Marcos Guilherme de Miranda Batista, Eric Jenner Rosas, Eraldo Fernandes dos Santos. Sumário do Processo do Brasil Nunca Mais, pasta 649. Acervo digital do Projeto Brasil Nunca Mais. Disponível em: <www.bnmdigital.mpf.mp.br>
[448] Relatório do Projeto Brasil Nunca Mais, Tomo V.
[449] Idem.

- Eric Jenner Rosas, suas declarações no "[...] inquérito policial foram feitas debaixo de coação praticadas pelo Sr. Gentil, da Polícia Federal da Paraíba, que afinal assinou as declarações sem lê-las, que o acusado não foi proibido de ler as declarações, contudo com o seu estado físico não animou-se [...]"[450];
- Manoel Cícero de Oliveira garante que também o levaram para a Polícia Federal ficando preso em uma "[...] cela imunda, sem nenhuma condição de higiene, onde já se encontrava meu amigo Ovídio, o qual me dissera que havia sido bastante torturado. A partir daquele momento fomos os dois a serem vítimas de torturas [...]"[451]

Nos processos que chegaram até o Superior Tribunal Militar, **José Carlos Gentil** é apontado como torturador da Polícia Federal em João Pessoa, pelo menos em 1969.[452]

Em audiência pública realizada pela CEVPM-PB[453] foram confirmados os maus tratos que os presos políticos sofreram nas dependências da Polícia Federal. Ovídio Raimundo afirmou que lhe impuseram um afogamento com mangueira na hora do banho e em outra ocasião foi preso numa cela totalmente vedada (com todas as entradas de ar tapadas) fato que o levou a passar muito mal. Relata ainda que na central de polícia lhe deram comida com urina.

Em tempo, ressaltamos que as condições degradantes das celas é uma forma ampliada de tortura. Dormir em pé ou algemado, racionamento de elementos vitais como água e alimentos, sujeira, luzes fortes para impedir sono, etc, causam transtornos nos presos e acaba se transformando numa eficaz extensão da tortura.

A Polícia Federal na Paraíba auxiliou sua congênere do Ceará, visando atos de repressão política, a exemplo de José Auri Pinheiro, estudante com 22 anos na época, que foi preso em João Pessoa no dia 24 de janeiro de 1973,

> [...] por policiais da **Delegacia Regional da Paraíba** [...] foi então conduzido para Fortaleza, por via terrestre [...] que chegando em Fortaleza, foi recolhido à **Polícia Federal** e, pela manhã, conduzido pelo policial JOÃO LUCENA LEAL a um local que entende seja destinado a torturas; que, nesse local, foi perguntado por JOÃO LUCENA LEAL acerca de nomes de pessoas e organizações, indagando-se, se essas pessoas e organizações eram do conhecimento do interrogando; que o interrogando respondeu negativamente e, em face disso, o policial JOÃO LUCENA LEAL colocou um fio ligando um dos dedos da mão do interrogando a um dos dedos de um pé do mesmo;

[450] Idem.
[451] Processo de anistia de Manoel Cícero de Oliveira. Arquivo CEVPM-PB.
[452] Relatório do Projeto Brasil Nunca Mais, Tomo II, vol. 3 – Os funcionários. Acervo digital do Projeto Brasil Nunca Mais. Disponível em: <www.bnmdigital.mpf.mp.br>.
[453] Depoimento de Ovídio Raimundo, na audiência pública "Prisões, torturas e queda do PCB na Paraíba", realizada pela CEVPM-PB, no dia 22/11/2013. Arquivo CEVPM-PB.

> que foi-lhe aplicado choque elétrico; que variavam as posições [...][454]. (Grifo nosso).

A partir daí suas suplicias pareciam não ter fim. O mesmo fio foi colocado em outras partes do corpo, como nos testículos, para aplicar-lhe choques ainda mais violentos. Outro policial ligou holofote muito forte com luz diretamente do seu rosto. Foi colocado no pau-de-arara em duas ocasiões; nessa posição ainda teve queimadura porque colocaram o holofote em cima de suas nádegas. Ainda no pau-de-arara, recebeu várias ameaças, pancadas, pontapés e bofetes. Empunhando uma machadinha, o policial ameaçou de decepar uma das suas mãos.[455]

Apesar de José Auri ser cearense e ter sofrido torturas naquele estado, esse caso interessa por demonstrar a articulação dos órgãos de repressão e por ter sido usada a estrutura da Polícia Federal em João Pessoa, quando policiais daqui fizeram a prisão e conduziram o preso político para a sede da Polícia Federal em Fortaleza, sob ameaças, chegando a parar duas vezes o veículo durante o percurso para fazer essas ameaças.

3.5.2.4 1º Grupamento de Engenharia

Se por um lado não identificamos casos de torturas propriamente ditas, ocorridas nas instalações do Grupamento de Engenharia, por outro foi possível descobrir maus-tratos aos quais eram submetidos os presos políticos.

Como exemplo, Ovídio Raimundo[456] e Manoel Cícero[457], que ficaram o dia inteiro sob o sol presos dentro de um carro de cor preta, totalmente fechado [quase asfixiados], e

[454] Auto de interrogatório – Auditoria (1973), Polícia Federal-CE. Acervo: Relatório do Projeto Brasil Nunca Mais, Tomo V, vol. 2 – As torturas. Acervo digital disponível em: <www.bnmdigital.mpf.mp.br>
[455] Idem.
[456] Depoimento de Ovídio Raimundo, na audiência pública "Prisões, torturas e queda do PCB na Paraíba", realizada pela CEVPM-PB em 22/11/2013. Arquivo CEVPM-PB.
[457] Processo de anistia de Manoel Cícero de Oliveira. Arquivo CEVPM-PB.

Washington Rocha que foi obrigado por **major Fernandes** a comer uma piola de cigarro acessa[458].

Vários presos políticos, por ocasião de interrogatórios prestados no 1º Grupamento, fizeram denúncias contra torturas praticadas na Polícia Federal[459]. Apesar disso, pelo que se constatou, nenhuma atitude foi tomada pelos responsáveis dos inquéritos ou pelos comandantes dessa guarnição do exército, no sentido de abrir qualquer tipo de investigação com objetivo de apurar essas denúncias. Nesse sentido não se isenta o Grupamento de Engenharia de responsabilidade diante do fato de saber sobre torturas, mas não tomar nenhuma providência.

3.5.3 BAYEUX

3.5.3.1 16° Regimento de Cavalaria Mecanizado (RCMec)

Localizado na Avenida Marechal Rondon, cidade de Bayeux, na "grande João Pessoa", o 16º Regimento de Cavalaria Mecanizado (16º RCMec) foi apontado como local de tortura por Francisco de Assis da Cunha Metri e Netovitch Maia Duarte.

[458] Depoimento de José Emilson Ribeiro da Silva, na audiência pública "Tortura nos presos políticos de Itamaracá", realizada pela CEVPM-PB, em 22/10/2013. Arquivo CEVPM-PB.
[459] Ver processo do PCBR (apelação 37.942) no Superior Tribunal Militar. Sumário do Brasil Nunca Mais 649. Disponível em: <http://bnmdigital.mpf.mp.br/sumarios/700/649.html>

Francisco de Assis da Cunha Metri, ou "Chicão" como é mais conhecido, fazia parte de um bloco de pessoas do PCB que não tinham acesso a informações sigilosas do partido. Ao ser levado ao cárcere, foi torturado para saber com quem estava, quem era, qual o partido que participava. No seu depoimento descreveu com dificuldade: "[...] aconteceu de levar pau-de-arara, passar três horas em pé com os olhos vendados, levar coronhada de fuzil no fígado e nos rins, circular a noite com os olhos vendados" [460].

Nos passeios noturnos, um dia incomum: engatilharam três metralhadoras e dois revolveres 38 ameaçando matar amigos de Chicão. Tudo para forçar uma reação dele. "É degradante porque a gente está ali cercado de inimigos, sem poder até reagir de uma forma normal, né? De uma pessoa agredida. [...] Eu nunca pensei que houvesse tanta brutalidade em determinados setores"[461]. Devido ao trauma, Chicão ressaltou que lembra muito pouco do que ocorreu nestes momentos sombrios, relatou com muita dificuldade sobre o período que passou no cárcere.

Sem saber para onde havia sido levado, Chicão ficou em um local que "[...] tudo era novo, uma arquitetura nova, de prédio, de repartição pública. As celas eram como se fossem quartos de dormir. Eu até pensei que seria ali que os soldados do RCMec eram punidos"[462], informou Chicão. "Porque tinha um corredor, uma porta que dava para outra... um quarto ou uma sala. E dentro desse corredor tinha um bocado de celas e eu fiquei exatamente na cela que dava pro lado de fora. É por isso que fiquei pensando que estava no RCMec"[463]. Inaugurado

[460] Depoimento de Francisco de Assis da Cunha Metri [Chicão] na audiência pública "As marcas da tortura", realizada pela CEVPM-PB, no dia 10/12/2013. Arquivo CEVPM-PB.
[461] Idem.
[462] Idem.
[463] Idem.

havia poucos anos, o RCMec fica localizado em Bayeux. A possibilidade de terem lhe deixado numa cela com janela para o lado de fora, fez com que Chicão, um sujeito alto para os padrões considerados normais, pudesse subir na cama e verificar pela janela os ônibus passando pelo local com o informativo do itinerário indicando Bayeux.

Na última noite em cela, Chicão foi transferido para um local que ele imagina ser um sítio. O boato que circulava, informava se tratar de locais cedidos por colaboradores. Foi amarrado em um mastro por três horas. No outro dia foi transferido para o 15º RI, onde passou quinze dias angustiado sem saber o que iria lhe acontecer. Por fim, foi transferido para a Penitenciária do Roger. Foi julgado e condenado em Recife, junto com seus companheiros de panfletagem Alberto Nunes de Oliveira [Alberto Pinguim] e Josinaldo [?]. Dois anos depois foi solto, em 1975, como um preso comum. Na época o advogado de defesa, Nizi Marinheiro, o instruiu como não ser preso. Chicão ressaltou em seu depoimento o papel de sua mulher Gilvanize Carvalho Metri, já falecida, em lhe ajudar a atravessar e superar as sequelas da tortura.

Netovitch Maia Duarte[464] foi preso em 1973. Algemado e encapuzado, foi colocado deitado em uma caminhonete. Sua casa ficava muito próxima ao 1º Grupamento de Engenharia, por isso percebeu que foi levado para esse quartel, onde ficou preso numa cela encapuzado.

Daí foi levado para o 16º RCMec e pôde identificar o local, pois ficava próximo ao aeroporto. Vestiram ele com uma camisa de força ou algo similar. Estavam a procura de um membro do PCR, Anísio Maia. A partir daí foi pressão psicológica, ameaças de diversos tipos e espancamentos. Acha que foi interrogado por pessoal do DOI. As suplícias duraram dois ou três dias.

Em determinado momento seguiu amordaçado e vendado para acompanhar o interrogatório de um estudante que o acusava.

[464] Depoimento de Netovitch Maia Duarte na oitiva realizada pela CEVPM-PB, em 29/4/2016. Arquivo CEVPM-PB.

3.5.4 CABEDELO

3.5.4.1 Ministério da Agricultura

Em construção na época da ditadura militar, a sede da Superintendência de Agricultura, situada na rodovia que liga João Pessoa a Cabedelo, também foi palco de torturas. Dois perseguidos políticos afirmaram que passaram por torturas nesse órgão público: Augusto Aécio Mendes Duarte[465] e Estácio Amaro da Silva. Este último afirma que

> [...] foram logo algemando-o e a figura que ele desconhecia apresentou-se como Agente do DOPS e foi logo dizendo: 'Dr. fique calmo, pois, temos ordens para levá-lo, por bem ou por mal!
> Em seguida, tomaram a direção do seu carro e levaram-no para um galpão da Aeronáutica, no Aeroporto Castro Pinto, onde ele foi interrogado [...] depois de deixarem-no apenas de cueca e amarrado, deitado numa cama de ferro. Situação essa que perdurou desde a hora da sua chegada [pelas 13:30 horas] até o escurecer.
> [...] ouviu alguém dizer: 'Vamos começar!' Ao que outro respondeu: 'Deixe o major Mendonça chegar!' O **major Mendonça**, segundo ele soube depois, era Chefe da 2ª Seção do SNI, localizado no 1º Grupamento de Engenharia, na capital paraibana.
> Após a chegada do tal major Mendonça, entraram no quarto ou cela, não sabe bem explicar, onde ele estava e prenderam dois fios elétricos em sua nuca seguros por meio de esparadrapos e começou o interrogatório, o qual se estendeu até o amanhecer. Nesse ínterim, ele acredita ter desmaiado várias vezes [...]
> Logo que o dia amanheceu, levaram-me para a estrada de Cabedelo, cidade portuária próxima à capital, onde havia uma construção, onde hoje funciona a Delegacia do Ministério da Agricultura

[465] Embora se tenha feito contato com Augusto Aécio Mendes Duarte para a realização do seu depoimento para a CEVPM-PB, tal não aconteceu por problemas de saúde e agenda, pois está residindo em São Paulo-SP.

> [...] me algemaram e ligaram um fio elétrico na glande do meu pênis e outro no dedão do pé esquerdo e na posição característica, sem maiores cerimônias, iniciaram o conhecido e famoso 'pau de arara'. Passei mal e urgentemente levaram-me para a sede da Polícia Federal, em João Pessoa, onde havia um médico que me atendeu e disse que nada havia em relação à minha saúde.
> Depois de ficar na sede da Polícia Federal até à noite, fui levado para o Quartel do Exército, em Bayeux, onde trancafiaram-me numa saleta vizinha à Guarita. Em seguida, acenderam uma lâmpada de 500 watts e avisaram em voz alta, para que eu não deixasse de ouvir: 'À meia noite, matem-no!'
> O carro que havia me transportado, sem escape, passava a pequenos intervalos próximos ao local onde eu estava, fazendo barulho suficiente para não me deixar dormir. Íntima e psicologicamente, já me encontrava morto.[466]

3.5.5 CAMPINA GRANDE

3.5.5.1 Granja do terror

Durante a ditadura militar, espaços oficiais ou clandestinos foram largamente utilizados para a prática sistemática de tortura. Em se tratando de prédios particulares, as investigações apontaram para o caso da chamada "Granja do Terror", localizada na zona rural da cidade de Campina Grande, na região dos Cuités. De propriedade do comerciante Manoel Bezerra, hoje falecido, que colocou sua granja em disponibilidade para que a tortura fosse praticada de forma contínua. O espaço foi dotado de uma infraestrutura permanente, a exemplo de máquina de choques, para atender as necessidades da prática desumana. Nessa granja, foram confinados e torturados inúmeros presos políticos.

A CEVPM-PB entrou em contato com os familiares do empresário, atualmente residentes em Maceió-AL, mas afirmam desconhecer as acusações, confirmando apenas que tinham uma propriedade na referida região, mas que já foi vendida muitos anos atrás.

A participação e o envolvimento de setores empresariais com as forças de repressão foram práticas comuns em muitos estados brasileiros, veja-se como exemplo o caso da Operação Bandeirantes (OBAN), ligada ao II Exército em São Paulo-SP, cuja atuação foi marcada por sequestros e torturas localizados no eixo Rio-São Paulo. Ela esteve intimamente articulada ao DOI-CODI de São Paulo, considerado um dos principais centros de tortura do país naquele momento.

A própria existência da "Granja do Terror", na década de 1970, mostra um aperfeiçoamento e trabalho de parceria com a ditadura em Campina Grande. Antes da granja, a

[466] Requerimento de anistia de Estácio Amaro da Silva à Comissão de Anistia do Ministério da Justiça. Gabinete do deputado Zenóbio Toscano. Arquivo CEVPM-PB.

tortura era praticada de forma improvisada. Em audiência pública realizada pela CEVPM-PB[467], Fernando Souto afirma ter sido preso ainda na década de 60 no quartel da então 5ª Companhia de Infantaria do Exército, no bairro da Palmeira, e sofrido tortura na cadeira do dentista. Nesse caso, a improvisação do espaço e do equipamento evidencia a não sistematização da prática de tortura.

Outra menção de local clandestino de tortura se refere à uma propriedade localizada na Rua Índios Cariris, mas a pessoa indicada como tendo sido torturada neste local não prestou depoimento.

Fato merecedor de nota sobre a "Granja do Terror" foi o atendimento realizado por um médico de renome na cidade a um preso político que havia sofrido torturas. Procuramos investigar se a prática de acompanhamento médico das sessões de tortura era sistemática, como ocorreu em outros estados. Entretanto acreditamos que, pelo menos no que se refere a esse médico campinense, o atendimento pode ter sido um caso isolado. Acusado por Jorge Aguiar através do jornal "A Palavra"[468], o médico Firmino Brasileiro Silva respondeu com uma carta assinada confirmando a existência da granja "para os lados do Genipapo", mas afirmando que foi apenas uma vez ao local, a pedido do Major Câmara, consultar um preso político que sofria de uma "crise de Cistalgia", e que necessitava urgentemente de cuidados médicos intensivos e em local adequado", portanto não fazia parte de nenhum esquema der tortura. Tentamos contato com o médico, fomos até sua residência, mas ele não estava em condições de prestar entrevistas devido à perda de memória.

Por sua importância para o estudo do caso, já que comprova cabalmente a existência da Granja do Terror e que nela haviam diversos presos políticos, decidimos inserir nesse texto a carta completa do médico[469].

[467] Depoimento de Fernando Antônio Souto Batista em audiência pública "Crônicas do Horror" realizada pela CEVPM-PB, em 6/6/2014. Arquivo CEVPM-PB.
[468] Jornal A Palavra, Campina Grande-PB, edição: 26 de abril a 02 de maio. Arquivo pessoal do jornalista de Marcos Marinho.
[469] Cópia da carta datilografada e assinada pelo médico Firmino Brasileiro. Arquivo pessoal do jornalista de Marcos Marinho.

Campina Grande, 11 de junho de 1992

Ilmº Sr.
JOSÉ MARCOS MARINHO FALCÃO
Diretor Responsável do jornal "A PALAVRA"

Senhor Diretor

Ausente do Estado em fins de Abril e princípios de Maio do corrente ano - e por não ser leitor assíduo do jornal dirigido por Vossa Senhoria - somente agora tomei conhecimento por intermédio de amigos, da menção ao meu nome em reportagem divulgada por esse hebdomadário, na edição de 26-04 a 02/05 próximo passado.

Trata-se de uma entrevista concedida pelo Sr. Jorge Aguiar Leite, também conhecido como "JORJÃO", funcionário da CELB e que esteve detido pelo Exército durante a revolução de 1964.

A notícia, com chamada na 1ª está detalhada na 8ª página sob o título "Empresário e até médico faziam parte do esquema". As declarações do entrevistado a meu respeito conforme a reportagem são as seguintes: "O médico FIRMINO BRASILEIRO, segundo ele estava a serviço da ditadura fazendo tratamento de presos políticos, que estavam na "Granja do Terror". Vejamos agora que fato fortuito serviu de base ao entrevistado para estabelecer precipitadamente esta ilação que absolutamente não corresponde a realidade. Lembro-me que em dias do ano de 1972 ou 1973, recebí pelo telefone uma solicitação do Major Camara, então comandante da guarnição do Exército local, para atender um paciente com uma afecção ortopédica, uma vez que a unidade militar não dispunha de médico nesta especialidade. Disse-me ainda o Major, que o paciente apresentava sofrimento intenso, com fortes dores na coluna, e que não podia locomover-se. Atendí ao chamado do Major e ao chegar ao quartel fui informado pelo referido militar que o paciente era um preso político e que não se encontrava alí, mas em uma granja nas proximidades da cidade, utilizada como local para detenção de presos políticos.

Tendo deixado meu carro nas dependências do quartel, fui conduzido em viatura militar até uma granja para os lados do Genipapo. Ao chegar a referida granja, quando me dirigia para ao local em que se encontrava o paciente, ví várias pessoas, algumas conhecidas por mim, que estavam dispersas debaixo de um alpendre. Entre elas, divisei o Sr. Jorge de Aguiar Leite,

Figura 5 - Carta do médico Firmino Brasileiro sobre a "granja do terror" (p. 1)
Fonte: Arquivo da CEVPM-PB.

dito também "JORJÃO", que conhecia de vista. Por fim, cheguei ao local em que jazia deitado em um colchão, o paciente. Examinei-o rapidamente e concluí que o mesmo apresentava uma crise de Ciatalgia, e que necessitava urgentemente de cuidados médicos intensivos e em local adequado. Mediquei-o de urgência com aplicação de injeções e prescrição de medicamentos para dar curso ao tratamento. Ao voltar do atendimento cientifiquei ao Major Camara da urgência que o paciente tinha de ser removido para um Hospital e posto em condições de conforto, que permitissem a melhoria do seu estado clínico.

Esta foi toda a minha participação no atendimento de presos políticos. Como se depreende da narração, o fato de,no cumprimento dos meus deveres profissionais , ter atendido uma única vez e um só paciente, que se encontrava preso sob a responsabilidade do Exército, não pode ser entendido como integrar um "esquema" militar de repressão; a não ser por manifesta má fé ou total desinformação.

Sou capaz de compreender os sentimentos de revolta, frustração e revanchismo dos que foram privados de suas liberdades e submetidos a vexames, humilhações e torturas por motivos políticos-ideológicos. Tais sentimentos, entretanto, não justificam nem autorizam atitudes como as do declarante , fazendo afirmações levianas e emitindo juízos temerários sobre a conduta de pessoas das quais desconhecem os princípios éticos e a inteireza de caráter.

Portanto, fica esclarecido que não pertencí a nenhum "esquema" militar de repressão, em qualquer época, e desafio quem quer que seja a apresentar provas testemunhais ou materiais em contrário. O paciente atendido por mim naquela emergência foi o Sr. Walter da Paz Ratis, funcionário aposentado do Banco do Brasil, que poderá, sem dúvida, confirmar os fatos aquí expostos.

Requeiro, por fim, que este esclarecimento seja publicado no seu jornal com o mesmo destaque com que foi editada a entrevista tendenciosa, tudo de acordo com o que me faculta a Lei.

Cordiais Saudações

FIRMINO BRASILEIRO SILVA
Médico e Professor Universitário

Figura 5A - Carta do médico Firmino Brasileiro sobre a “granja do terror” (p. 2)
Fonte: Arquivo da CEVPM-PB.

Apesar de algumas vítimas usarem o termo no plural, só foi possível identificar com certeza uma granja utilizada para práticas de torturas, localizada na região dos Cuités, a caminho de Jenipapo, como já dissemos de propriedade de Manoel Bezerra, igualmente dono de um estabelecimento de venda de armas em Campina Grande.

"Granja do Terror", em 1992 (foto de Marcelo Marcos).

A foto acima foi feita em 1992, na ocasião da localização da granja por Jorge Aguiar "Jorjão". No meio de uma entrevista,

> [...] indagado se sabia, hoje, onde está localizada a tal granja, o entrevistado afirmou não saber precisamente, mas se retornasse ao local, seguindo pelo Quartel do Exército, poderia reconhecê-la sem problemas, devido umas palmeiras que existiam nas proximidades. Jorge Aguiar, acompanhado da equipe de reportagem de A Palavra percorreu os caminhos da época da ditadura e conseguiu, com muito esforço, localizar a granja.[470]

José Bernardo da Silva, durante depoimento em oitiva[471], disse que também retornou ao local posteriormente aos fatos e reconheceu a granja.

João Crisóstomo Moreira Dantas [João Dantas][472] afirma que a granja era, de fato, o "paiol de B. Bezerra", localizada nos Cuités.

O GT Mapa da Tortura foi até o local na tentativa de localizar a granja. Fomos para a região indicada nos depoimentos e lá começamos a perguntar onde ficava o "paiol de B.

[470] Jornal A Palavra, Campina Grande-PB, edição: 12 a 18 de abril de 1992. Arquivo pessoal do jornalista Marcos Marinho.
[471] Depoimento de José Bernardo da Silva em oitiva realizada pela CEVPM-PB, em 11/7/2014. Arquivo CEVPM-PB.
[472] Depoimentos de João Dantas na audiência pública "Granjas do Terror", pela CEVPM-PB, em 6/8/2013. Arquivo CEVPM-PB.

Bezerra", munidos também da fotografia de 1992. Sem demora encontramos o local, que ainda preserva características das décadas anteriores.

"Granja do Terror", em 2016 (foto de Herbert Andrade Oliveira).

Nessa granja, na década de 70, foram torturadas várias pessoas, entre elas Jorge de Aguiar Leite, João Dantas, Maura Pires, Walter da Paz Ratis, Josélia Maria Ramos, José Bernardo e Ailton José.

José Pereira dos Santos, ou Peba como era mais conhecido, "[...] foi a maior vítima dos famigerados torturadores, por ter sido o escolhido para um efeito demonstração em que Peba foi longamente supliciado"[473]. Afirmou em declaração escrita de 2001, Jorge Aguiar Leite, sendo ele próprio testemunha ocular do acontecimento narrado.

Entre as torturas podemos citar: interrogatórios com socos e pontapés, choques elétricos com fios conectados nas orelhas e nos órgãos sexuais, além de fortes ameaças.

Jorge Aguiar "Jorjão", contou:

> Ao ser preso, com as mãos amarradas para trás, com cordas, estava na caminhoneta do DNOCS. Inicialmente, com os olhos abertos, o veículo estacionou em frente ao quartel do Exército e, em seguida, colocaram um capuz em sua cabeça, o colocaram no banco de trás, agachado e seguiram rumo pela rua 15 de Novembro. Depois, Jorge Aguiar ficou sabendo que foi levado para uma granja nos Cuités, onde existiam cerca de 26 prisioneiros políticos, desta cidade e de João Pessoa, mas apenas ele foi preso na Celb. 'A granja foi convertida num verdadeiro campo de concentração, onde as pessoas passavam pelas torturas das mais amargas que se pode imaginar', disse. [...]
> O entrevistado, a exemplo dos demais companheiros, foi barbaramente torturado, como se um crime tivesse cometido. Todos que entravam na

[473]Declaração anexa ao processo de anistia de José Pereira dos Santos "Peba". Arquivo CEVPM-PB.

> denominada "Granja do Terror" sofriam demasiadamente. 'No meu caso, foi porrada de todos os tipos e sessões de choque elétrico. A pessoa ficava de cueca, com as mãos atadas para trás sem os olhos vendados' [torturados e torturadores] [...] explicou que os torturadores colocavam um fio de alta tensão no dedo grande do pé e outro no pênis. O fio era ligado a um aparelho de 220 volts. 'Chegávamos a mastigar a língua. Ficava parecendo um bife, já que o sangue ficava jorrando.' Posteriormente, o fio era retirado do pé e colocado na orelha, permanecendo o outro no órgão genital. A sessão demorava bastante tempo.[474]

Em 29 de abril de 1974, Maura Ramos Pires[475] foi sequestrada no caminho da casa para o trabalho, por elementos que se diziam da Polícia Federal. Algemada e encapuzada, foi jogada dentro de uma Kombi e levada para um local inicialmente não identificado. Em seu depoimento afirmou que que foi levada para uma propriedade rural próxima, mas não sabe quem exatamente era o proprietário do terreno; ao mesmo tempo admitiu que os boatos que circulavam na época apontavam para o comerciante de armas Manoel Bezerra. Ressaltou que não se tratava de um ambiente improvisado. Ela descreveu o que aconteceu nas mãos do Sargento Marinho:

> Ainda de olhos vendados obrigaram-me a ficar de joelhos e deram início a sessão de tortura: bateram-me, deram-me os famosos 'telefones', interrogando-me com insultos e gritos. Um verdadeiro terror! Depois, obrigaram-me a me despir e aplicaram choques elétricos nos meus seios, orelhas e rins, sempre fazendo as mais infames ameaças[476].

Em seguida foi novamente vendada, encapuzada e algemada juntamente com outras pessoas que mais tarde conseguiu identificar como sendo Dilza Rodrigues de França, Josélia Ramos Wellen e o seu amigo Roberto Carlos Cantalice. Empurrados ao assoalho do carro, empilhados e cobertos, seguiram em direção a destino indefinido. Foram direcionados ao DOI-CODI do 4º Exército em Recife. Lá, dividiu a cela com uma antiga companheira de trabalho, natural de Belém-PA. Durante doze dias foram vítimas de torturas psicológicas e maus-tratos físicos, submetidos a intensos interrogatórios. Entre as condições a que ficou submetida, Maura enumera:

> Dormir no chão; ficar sem comida e sem água; ser privada de banho; permanecer com a mesma roupa durante vários dias; ver presos políticos passarem ensanguentados após um interrogatório; ser chamada a qualquer hora do dia ou da noite para ser interrogada, às vezes de joelhos; ser pressionada sob ameaça a assinar uma folha de papel em branco onde iriam escrever uma suposta declaração minha, da forma que lhes conviesse; a preocupação constante com minha Escola, funcionários e pais, com os meus

[474] Jornal "A Palavra". Campina Grande, 12 a 18 de abril de 1992. Arquivo pessoal do jornalista Marcos Marinho.
[475] Depoimento de Maura Ramos Pires na audiência pública "Granjas do Terror", realizada em 06/8/2013. Arquivo CEVPM-PB.
[476] Relata em formulário escrito entregue a CEVPM-PB. Arquivo CEVPM-PB.

> alunos, com a minha família, com a minha mãe, principalmente, preocupação com os meus compromissos, com minha vida, com o meu futuro... Como doeu![477]

João Crisóstomo Moreira Dantas[478], ativista cultural do setor teatral, nunca imaginou que o seu hobby um dia poderia lhe levar a cadeia. Colecionador de cartazes teatrais, pôsteres cinematográficos e qualquer outro tipo de arte visual que chamasse atenção, viu sua vida virar de cabeça para baixo após retirar do aeroporto de Campina Grande um cartaz com os seguintes dizeres: "TERRORISTAS PROCURADOS – AJUDE A PROTEGER SUA VIDA E A DE SEUS FAMILIARES – AVISE A POLÍCIA". Esse cartaz com a imagem do capitão do Exército Carlos Lamarca foi o pretexto que as forças da repressão usaram para prender, interrogar e torturar João Dantas. No mesmo dia à noite, aproximadamente às 22 horas, recebeu a visita de três homens em trajes civis que entraram em sua residência, sem qualquer tipo de mandado ou ordem judicial. Entraram em seu quarto arrancando cartazes, removeram livros, revistas e peças teatrais, colocando-os em uma caixa de papelão. Retirado da residência, encapuzado, foi jogado algemado no banco traseiro de um fusca branco de vidros foscos. Conduzido por alguns minutos, chegaram na zona rural [Granja do Terror] e então foi levado a uma sala onde foi brutalmente interrogado.

Durante toda a noite foi ameaçado de morte e tratado a socos e pontapés. Ao final, foi novamente encapuzado e deixado no bairro de Santa Rosa. Durante o trajeto foi alertado para não procurar nenhuma autoridade ou fazer qualquer denúncia, assim como também estava impedido de se ausentar da cidade sob qualquer pretexto; caso contrário seria morto.

Depois de morar um tempo no Amazonas e ter retornado para Campina Grande, foi preso novamente: às cinco da manhã, com filho recém-nascido. O Sargento Marinho, acompanhado de dois homens, invadiu a casa de sua sogra e o levaram num Volkswagen amarelo à presença do Major Câmara, na 5ª Companhia. Interrogado, foi tratado de comunista, veado e maconheiro. Foi agredido pelo Major Câmara na presença do cabo Rinaldo França, hoje sargento reformado. Levado a uma sala, passou 30 horas sem alimentação, água e cobertor, em um período de muito frio na cidade. Durante o tempo em que esteve detido foi interrogado por civis, que João Dantas acredita terem sido trazidos de Recife para executar tal serviço. Foi libertado e ameaçado de morte caso o ocorrido se tornasse público.

---

[477] Depoimento de Maura Ramos Pires. Idem.
[478] Depoimento de João Crisóstomo Moreira Dantas na audiência pública "Granjas do Terror", realizada em 06/8/2013. Arquivo CEVPM-PB.

José Bernardo da Silva[479] foi preso pela primeira vez em 1971. Levado a capital João Pessoa encontrou Ailton José, José Lira, Oliveiros Cavalcante de Oliveira e Boanerges Timoteo. Foi torturado nessa primeira noite na capital do estado.

> Nesta noite fomos torturados [...]. Chegamos à tarde. Eu e o Boanerges fomos torturados. Boanerges foi pro pau de arara. Eu fui pruma latinha, tipo uma latinha de Pardal e colocaram a planta do pé em cima da latinha ao mesmo tempo que davam porrada. Ficava só com o dedo na parede em cima da latinha.[480]

Um mês depois, José Bernardo foi preso novamente. Desta vez na oficina onde trabalhava. Chegou o Sargento Marinho, junto com mais dois militares, e o jogaram encapuzado dentro de uma caminhonete do DNOCS. Foi levado para a "Granja do Terror". Quando chegou no local, lá já estavam Jorge Aguiar Leite [o Jorjão], Ailton José, Peba e Valter Rats, além de uma moça e outro rapaz que não foram identificados. Uma hora depois chegaram com sua esposa. "Minha mulher tem um problema que quando ela fica nervosa, bota muito sangue pelo nariz. Aí eles começaram a ameaçar ela, que se ela continuasse a sangrar iam matar ela. Mas não chegaram a tocar nela"[481]. Torturado na frente da esposa, os militares queriam saber quem eram outros militantes na cidade. Pau-de-arara e eletrochoque: "Na hora que a máquina de choque rola, você dá um berro tão grande, é um negócio [...]"[482]. Revelou não ter sofrido muito no pau-de-arara devido a sua mão amputada, impossibilitando-o de ficar posicionado adequadamente.

Foi liberado e após algum tempo seguiu para o sertão do estado, em Sousa. Ficou na residência de um tio, sem sair de casa. Porém, no dia 7 de setembro foi encontrado pelo Sargento Marinho, junto com o cabo Zé Luís e policiais de Pau dos Ferros-RN, que o levaram de volta para Campina Grande.

> Quando eu cheguei aqui o negócio foi muito choque, porque eles queriam a força que eu dissesse que tava formando uma célula do partido, que lá [em Sousa] todo mundo era terrorista militante... Olhe, uns pobre coitado que não sabia sequer o que era partido, tinham até medo de mim.[483]

Para abafar os gritos da tortura, os militares ligavam o rádio no volume máximo. Foi novamente para João Pessoa, ao quartel da Polícia Militar (PM). Ele garante que lá não houve

[479] Depoimento de José Bernardo da Silva em oitiva realizada pela CEVPM-PB, em 11/7/2014. Arquivo CEVPM-PB.
[480] Idem.
[481] Idem.
[482] Idem.
[483] Idem.

tortura, porém admite que ficou sem alimentação durante um final de semana, interpretando que não foi proposital, devido a uma troca de comando mau comunicada sobre os presos nas celas.

Ailton José de Araújo[484] foi preso em 1971 pela Polícia Federal. Levado para João Pessoa, sofreu torturas e viu outros companheiros padecendo de violências. Confirmou a paranoia que tomou conta de Oliveiros Oliveira, as surras que José Lira levou, inclusive relatando que o mesmo ficou perturbado mentalmente na cadeia. Não só ele como Boanerges também. A tentativa de suicídio de ambos.

Foram condenados a dois anos de prisão. Ficaram na Penitenciária do Roger em João Pessoa por 6 meses e, em seguida, transferidos para o Presídio Monte Santo em Campina Grande, onde ficaram os 10 meses que cumpriram antes da condicional concedida.

Dois meses depois Ailton José foi preso novamente pelo Sargento Marinho. Capuz na cabeça, Ailton foi jogado dentro do carro em que Jorjão já estava detido. "Era uma humilhação muito grande. Nos levaram para um mato. Quando eu cheguei me botaram numa sala"[485]. E então, momentos de terror novamente na Granja:

> Acordei com um chute, um chute tão grande que eu caí em pé. Deu um chute nos meus testículos que eu quase desmaio. Ele foi dando outro e eu coloquei a mão que o dedo inchou na hora. Aí me levaram pra uma sala. Já tava dormindo, sentado assim no chão, sentado na parede. Botaram um fio na minha orelha e outro no dedo. Tinha dez homens dentro. Tinha cassetete, metralhadora, faca. Aí chegou um e começou a perguntar coisas. Você fica tão doido que não sabe responder as coisas [...]. E batiam pra valer e tome choque. Era tão horroroso o choque que parecia que a cabeça ia explodir, isso sempre de madrugada essa agonia. E quando terminava – to me tremendo todinho – o chão todo molhado. Urinei, fiquei todo molhado. E eles diziam: 'esse safado é tão frouxo que se mijou todinho'.[486]

Na outra sala, gritos de uma garota. Logo depois ela passa correndo nua. Ailton não conseguiu identificar quem era. Terceiro dia na Granja. Ailton relatou o sadismo do ambiente:

> De manhã me mandaram me buscar de volta. Quando eu fui entrando, tinha um batente, cai no meio da sala, até a unha do dedo arrancou que até hoje tá sem unha. E o policial aproveitou e me deu uma tapa que cai com mais força ainda. Eu me lembro que um milico lá disse: 'Você não pode tá batendo em preso aqui não! Isso é privilégio nosso'.[487]

[484] Depoimento de Ailton José de Araújo em oitiva realizada pela CEVPM-PB, em 11/7/2014. Arquivo CEVPM-PB.
[485] Idem.
[486] Idem.
[487] Idem.

Ailton também presenciou a tortura de José Bernardo, os chutes que levou nos testículos por pura perversidade; o espancamento gratuito a Jorjão, quando perguntado o que gostava de comer no café da manhã e ao responder "mamão", levar um tapa na cara. Pouco tempo depois, Ailton foi liberado: o colocaram dentro do carro, deitado, com capuz e o soltaram no centro de Campina Grande.

Afim de esclarecer os fatos narrados acima, e contando com auxílio do Ministério Público Federal, a CEVPM-PB conseguiu o depoimento de Francisco de Assis Oliveira Marinho "Sargento Marinho", ex militar acusado de ser o maior torturador em Campina Grande nos anos de ditadura.

Durante uma oitiva[488], na fase inicial de explanação e na sequência das falas e perguntas dos integrantes da CEVPM-PB, Sargento Marinho negou os fatos sobre os quais era acusado. Porém, próximo ao final da oitiva, quando foi confrontado diretamente por algumas de suas vítimas ou parentes das vítimas, preferiu ficar em silêncio, afirmando apenas que se o caso for a juízo ele poderia dar maiores esclarecimentos.

Nessa oitiva, realizada no dia 12 de novembro de 2015 no Ministério Público Federal em Campina Grande, estiveram presentes vítimas, parentes das vítimas e pesquisadores com objetivo de tornar viva a memória através do relato oral. Ameaçado de depor sob condução coercitiva, Francisco de Assis Oliveira Marinho, o Sargento Marinho, compareceu a quase quatro horas de sessão apresentando sua versão dos fatos e estando de frente com suas vítimas. Recorrentemente seu nome foi citado nos pedidos de anistia e nas audiências públicas e oitivas da CEVPM-PB. Ressalta-se, portanto, a importância desta oitiva realizada, especialmente para o grupo de trabalho Mapa da Tortura.

Diagnosticado com síndrome do pânico e transtorno de ansiedade, Marinho teve garantida assistência médica na oitiva e passou a discorrer sobre seu período de sete anos em Campina Grande – entre 1970 e 1977 – em que ficou lotado na 2ª Seção da 5º Companhia de Infantaria, no setor de Informação e Contrainformação das Forças Armadas, realizando trabalho de inteligência. Para uma melhor contextualização do que decorreria dessas doenças, o médico-psiquiatra Edmundo Gaudêncio [convidado para dar suporte ao depoente] relatou que o portador de transtorno de ansiedade é classificado na literatura especializada como aquele vitimizado pela violência, manifestando essa patologia em espaço de tempo variável no terceiro mês após a decorrência do fato. Pessoas que testemunharam atos de violência, bem como praticantes da violência também desenvolvem esse transtorno. Para a psiquiatria é uma

[488] Depoimento de Francisco de Assis Oliveira Marinho em oitiva organizada em conjunto entre o Ministério Público e a CEVPM-PB, em 12/12/2015. Arquivo CEVPM-PB.

manifestação de culpa. Marinho se defendeu justificando que no ano de 1995 era Promotor de Justiça e tinha sob sua responsabilidade mais de mil presos. Vivenciou nesse ano uma rebelião violenta, com o arcebispo de Fortaleza feito de refém pelos detentos e por pouco não foi assassinado.

Municiado dos boletins que registram suas ações dentro do Exército, negou todas as acusações de prática de tortura apresentadas contra si e explicou didaticamente o funcionamento de alguns setores das Forças Armadas em Campina Grande.

Ao ser questionado sobre a existência da Granja do Terror, em todas as oportunidades o Sargento Marinho negou ter conhecimento do seu funcionamento, manutenção e operação. "Não conheci, nunca ouvi falar e digo e repito que ouvi falar da existência delas pela primeira vez quando recebi a notificação do Ministério Público"[489]. Acrescentou também desconhecer colegas do Exército que participaram de tais ações e práticas na granja, inclusive sugerindo, caso isto de fato tivesse ocorrido, fosse através do uso de codinomes, tal qual militantes políticos de esquerda faziam.

A constante negação de casos de tortura chamou a atenção do professor Fábio Freitas, coordenador do GT Mapa da Tortura:

> De um lado, um grupo de pessoas da mais alta seriedade, que descreveram cenas de tortura em depoimentos e que ainda hoje são atormentados pelas lembranças. E do outro lado, temos o Sargento Marinho que nega absolutamente qualquer tipo de prática que não fosse suas atribuições normais de sargento do exército.[490]

Ao se apegar a tese de compartimentação e hierarquia que rege o exército brasileiro, Sargento Marinho garantiu que todas as perguntas feitas pelos membros da CEVPM-PB fossem amplamente respondidas. Detalhou o funcionamento da 2ª Seção, com serviço de informação e contrainformação. Admitiu que fez pesquisa no nome de algumas pessoas citadas como vítimas, porém disse que nunca foi a casa de ninguém.

Repassou em detalhes todos os cursos de aperfeiçoamento e treinamento que realizou no Rio de Janeiro[491]; citou os meses de afastamento, por questões de saúde ou férias; relembrou os comandantes que teve. Negou conhecer a maioria dos nomes que afirmavam terem sido torturados na Granja do Terror em Campina Grande. Sobre esses nomes disse o seguinte:

- Ailton José de Araújo: nunca viu;

[489] Idem.
[490] Comentário do professor Fábio Freitas na oitiva de Francisco de Assis Oliveira Marinho. Idem.
[491] Curso de aperfeiçoamento no 14 RI, em Jaboatão no ano de 1976; Curso de Inteligência, no Centro de Estudo Pessoal do Exército, em 1971 no Rio de Janeiro.

- Boanerges Timóteo de Souza: não viu;
- Dilza Rodrigues de França: nunca viu o nome dela sequer circular como informe ou pedido de busca na 2ª Seção;
- Dinalva Rodrigues França: tem conhecimento que ela o acusa de ter sido conduzida até o quartel onde o Major Câmara a torturou;
- João Crisóstomo Moreira Dantas: não lembra do nome, reconhece que hoje ele é vereador, mas não o conhecia na época e alegou estar vendo João Dantas pela primeira vez;
- Jorge Aguiar Leite, o Jorjão: conheceu de nome, pois circulou em um pedido de busca, contudo, não tem lembrança dele;
- José Pereira dos Santos, o Peba: não tem lembrança;
- Josélia Maria dos Ramos: nunca ouviu falar sequer seu nome circulando nos papeis de busca;
- José Bernardo: conheceu e disse que marcou um encontro com ele para pegar algumas informações, mas negou que tenha participado de sua prisão;
- Maura Pires Ramos: afirma que circulava como sendo integrante da Ação Popular, mas disse nunca a ter visto, nem ido à casa dela, muito menos ter presenciado algum ato de tortura contra a ela.

O relacionamento entre o Major Câmara e o Sargento Marinho foi uma das questões na oitiva. Marinho informou que sua relação com ele era meramente de comandante-subordinado. Relatou as circunstâncias da morte do Major Câmara, em acidente de carro, por volta de 1975 em Natal, duvidando da possibilidade de ter sido queima de arquivo, como ocorreu com outros oficiais no mesmo período.

Passada a palavra para o público da oitiva, o professor Hermano Nepomuceno disse que o Major Câmara, comandante da 5ª Companhia, instalou um reinado de terror em Campina Grande. Contou a todos a cena que presenciou da prisão do seu professor Agildo, sequestrado e torturado na Granja do Terror. Hermano acusou o Sargento Marinho de realizar essa operação no seu fusca particular.

Rômulo Azevedo relatou uma história pessoal que presenciou quando estudante no Colégio Estadual da Prata. Testemunhou um interrogatório realizado pelo Sargento Marinho, observado pelo Major Câmara, aterrorizando uma adolescente.

Anita Leocádia e Lygia Pereira dos Santos, filhas de Peba, e o vereador João Dantas encerraram o ciclo de depoimentos. Foi a partir dos depoimentos das vítimas diretas e parentes das vítimas que o discurso altivo e pontual do Sargento Marinho cedeu ao silêncio e a resposta padrão: "Caso essas denúncias sejam levadas ao judiciário, farei minha defesa"[492]. O rancor e a raiva das vítimas misturavam-se ao desejo de justiça. Acompanhado do seu filho, Marinho ouviu calado o relato angustiante, sofrido e minucioso de suas ações na Granja do Terror. João Dantas afirmou:

> Você serviu a tortura, a repressão, a ditadura, colaborou e participou, sim, de sessões de tortura. Leve isso como uma verdade de um homem sério e honrado, que não viria nunca aqui para caluniar quem quer que seja, para levantar falso testemunho contra quem quer que seja.[493]

Atualmente vereador em Campina Grande, Dantas desafiou seu algoz a olhar no seu olho e negar mais uma vez que não o conhecia e que não o prendeu pessoalmente em sua casa, às 7 da manhã, com um filho recém-nascido. Relatou ter sido levado no fusca do próprio sargento.

> Quando me levou para a Floriano Peixoto, me entregou na porta da PF e lá fui ouvido durante mais de 2 horas, da forma mais esdrúxula possível, pois veio sem mandato. De lá, sai diretamente para a 5ª Companhia, de onde sai encapuzado. Eu estive nas granjas. Você não pode esconder a existência das duas granjas [...][494]

Lygia e Anita, filhas de José Pereira dos Santos "Peba", foram as últimas a prestar seus testemunhos fortes e emocionados. Preso em duas ocasiões pelo Sargento Marinho, ficou em uma delas incomunicável por 43 dias e em outra foi sequestrado e levado à Granja do Terror. Torturado com choques elétricos e espancado nos testículos, urinou sangue por seis meses e ficou impossibilitado de cortar as próprias unhas até o fim da vida. Ao relatar as circunstâncias da última prisão de "Peba", Anita Leocádia lembrou que junto com sua irmã, Lygia, gritaram para toda a vizinhança ouvir.

> Meu pai nos ensinou a gritar. Eu aprendi a gritar com 5 anos. Gritei tanto que desmaiei depois. Os gritos que eu dei chamou a atenção de toda a vizinhança. Juntou mais de cem pessoas. Até quem ia passando parava e ficava. Lembro que um dos monstros disse: "a gente era para ter feito o serviço ligeiro, e agora tá cheio de testemunhas"[495]

---

[492] Depoimento de Francisco de Assis Oliveira Marinho em oitiva organizada em conjunto entre o Ministério Público e a CEVPM-PB, em 12/12/2015. Arquivo CEVPM-PB.
[493] Intervenção de João Crisóstomo Moreira Dantas na oitiva de Francisco de Assis Oliveira Marinho. Idem.
[494] Idem.
[495] Intervenção de Anita Leocádia Pereira dos Santos na oitiva de Francisco de Assis Oliveira Marinho. Idem.

O psiquiatra Edmundo Gaudêncio produziu uma avaliação final do depoimento prestado pelo Sargento Marinho e arrematou: "como psiquiatra, constato que, infelizmente, diante de tão graves acusações, falta a indignação de quem seja de fato inocente".[496]

3.6 Paraibanos torturados e/ou que sofreram tratamentos cruéis e desumanos

Procuramos identificar fatos ocorridos com paraibanos, independentemente do local dos acontecimentos. Também estão presentes na lista, pessoas nascidas em qualquer estado, ou até no estrangeiro, mas que tenham sofrido torturas na Paraíba. Certamente a lista que apresentamos a seguir é incompleta, justamente devido a extensão da prática de tortura e maus tratos.

Em nossa pesquisa utilizamos uma vasta quantidade de fontes, entre elas depoimentos orais gravados durante as audiências e oitivas da CEVPM-PB, transcrições de depoimentos orais produzidas por outras comissões da verdade, documentos escritos oficiais, processos de anistia e revisão bibliográfica.

Nos documentos oficiais da época, a prática de tortura ou os tratamentos desumanos raramente transparecem, a não ser em algumas denúncias realizadas durante os processos que corriam na justiça militar. Nesse caso, tem-se um bom material sobre paraibanos nos arquivos do STM, preservados pelo projeto Brasil Nunca Mais.

Quanto aos depoimentos, analisamos dezenas de casos a partir das gravações e/ou transcrições. Entretanto, algumas vítimas da prática de tortura não quiseram ou puderam se pronunciar; suas histórias continuarão em silêncio.

Quadro 4 - Síntese paraibanos torturados

	NOME	FATOS	FONTE
01	**Adauto Freire da Cruz**	"[...] Adauto e sua companheira encontravam-se num ônibus seguindo do Rio para Teresópolis. Eles levavam material de propaganda em defesa da Anistia. Um grupo de policiais parou o ônibus para uma blitz e Adauto tentou esconder um pacote de panfletos. Mas os policiais apreenderam o material e pediram seus documentos de identidade. Ele dizia que os havia esquecido em casa. Começou então a ser espancado dentro do ônibus. Sua companheira gritava para que os policiais não batessem nele, pois seus documentos estavam em sua bolsa. Um dos policiais começou a ler o panfleto da Anistia e acusou Adauto de 'comunista'. Quando os policiais	BRASIL. SEDH. Direito à Verdade e à Memória: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. Brasília: SEDH, 2007, p. 430

[496] Intervenção do psiquiatra Edmundo Gaudêncio na oitiva de Francisco de Assis Oliveira Marinho. Idem.

		interromperam as agressões, Adauto havia sofrido um infarto e quebrado a perna. Foi levado para o hospital, mas lá chegando foi constatado o óbito." (Entre o Rio de Janeiro e Petrópolis, 1979)	
02	**Adauto Trigueiro Bezerra**	"[...] o interrogado tem a declarar que suas declarações foram prestadas sob coação praticadas pelo Dr. Genival, Delegado da DIC (Delegacia de Investigação e Capturas), que dizia ao interrogado que outros companheiros seus envolvidos no mesmo caso, haviam apanhado e se encontravam envolvidos em gas(ileg.) e jogados numa cela; que tais ameaças foram feitas do início ao fim de suas declarações e, ao término destas, o acusado foi obrigado a assinar o termo de declarações; que, após haver prestado as declarações, o interrogado foi colocado numa cela infecta, passando três dias na mesma, incomunicável, dormindo no chão; que, durante o tempo em que esteve incomunicável, ouvia os presos apanhar; que, posteriormente, o interrogado foi entregue à Polícia Federal onde, sob as mesmas ameaças, teve que prestar declarações de idêntico teor [...]" (Paraíba, DIC e Polícia Federal, 1969)	Relatório do Projeto Brasil Nunca Mais, Tomo V
03	**Agildo [?]**	Fala de Hermano Nepomuceno durante oitiva com "Sargento Marinho". Disse que seu professor Agildo foi levado para a "Granja do Terror" e torturado.	Oitiva, CEVPM-PB, 12/12/2015, depoimento de Francisco de Assis Oliveira Marinho. Arquivo CEVPM-PB
04	**Ailton José de Araújo**	"Fomos para a Polícia Federal. Na PF sofremos muitos aborrecimentos, desmoralização, humilhação. Ficamos amarrados na cadeira o dia inteiro, com algemas; dormíamos ao lado de cachorros enormes; interrogatório de madrugada, trocaram os horários". E continua: "[...] ficamos lá um tempo e depois levaram pra Secretaria de Segurança de Recife". (Pernambuco, 1971) Sobre os torturadores, Ailton lembra de Miranda, um negro alto e forte, torturador do DOPS de Recife. Muito famoso dentro do círculo social, era conhecido pela sua perversidade. Descreve um detalhe interessante sobre estes sujeitos: "eu senti que ele estava meio embriagado. Os caras iam alcoolizados. Percebíamos isso". Na Granja do Terror, em Campina Grande, além de presenciar torturas em companheiros, sofreu espancamentos e choques: "Botaram um fio na minha orelha e outro no dedo. Tinha dez homens dentro. [...] Você fica tão doido que não sabe responder as coisas [...] E batiam pra valer e tome choque. Era tão horroroso o choque que parecia que a cabeça ia explodir, isso sempre de madrugada essa agonia. E quando terminava [...] o chão todo molhado. Urinei, fiquei todo molhado" (Paraíba, 1971)	Oitiva, CEVPM-PB, 11/7/2014. Arquivo CEVPM-PB.
05	**Alberto Vinícius Melo do Nascimento**	"[...] na cidade de Pato Branco, da Delegacia Local, começou a ser torturado, sendo o método utilizado o do fuzilamento simulado [...] nesta ocasião, tinha sido colocado de encontro com uma parede com as mãos algemadas para trás; que os dois PMs adotaram a atitude de que estavam armando as metralhadoras, não havendo, entretanto, disparos; [...] foi	Relatório do Projeto Brasil Nunca Mais, Tomo V

		removido pela Polícia Federal para a cidade de São Paulo, em consequência da Operação Bandeirante [...] nessa oportunidade foi despido, teve suas mãos e seus pés amarrados, sendo colocado em um cano conhecido vulgarmente como 'pau-de-arara'; que até essas alturas o interrogado permanecia vendado, começando o que o interrogado classifica de 'sessões', com duração de 40 minutos cada [...] foram aplicados choques elétricos nas mãos e nos pés do interrogado [...] que associado ao choque elétrico, foi aplicado surra de palmatória de madeira nos pés, nas nádegas, nas pernas; que esses choques aumentavam em termos de duração e intensidade durante as 'sessões' [...] que de certa feita amarraram um fio no pênis do interrogando, enquanto que foi introduzido, em seu ânus, por meio de um instrumento que soube depois ser uma caneta esferográfica [...] foi colocado numa cadeira conhecida como 'Cadeira do Dragão' [...] que nessa cadeira levou uma 'lapada' de palmatória nos testículos do que resultou inchação dos mesmos [...] que, também, encostavam um cabo elétrico nas nádegas do interrogado provocando queimaduras [...] o interrogado teve fraturado o perônio da perna esquerda, resultando, ainda, um surgimento de água no joelho esquerdo [...] que, em consequência do choque o interrogado caiu ao solo desacordado, tendo sido reanimado com o emprego de amoníaco [...]" (Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro, 1970)	
06	**Alex Polari Alverga**	Sofreu torturas em diversas ocasiões e em variadas instalações militares, por vários dias: espancamentos generalizados, choques elétricos inclusive em partes genitais; injeção de éter inclusive com borrifos nos olhos; injeção de pentotal "soro da verdade"; pau-de-arara associado a afogamento [com um funil na boca] e choques com o corpo molhado; tortura "limpa" com cela fechada, ruídos agudos e graves, com luzes brancas [holofotes], sem comida ou água [passou alguns dias bebendo um pouco de água com sal]; obrigado a ficar vários dias de pé; ameaças de morte contra ele e sua companheira. (Rio de Janeiro, 1971)	Relatório do Projeto Brasil Nunca Mais, Tomo V
07	**Almério Melquíades de Araújo**	"[...] foi um depoimento conseguido sob tortura na OBAN e depois ao ser feito no DOPS sentiu-se inseguro para rejeitá-lo ou refutá-lo. [...] sua prisão, que se deu com a invasão de sua casa cerca de 2 horas da madrugada sem a identificação dos invasores, bem como todo o tratamento que recebeu o interrogando e sua esposa no DOI, afirmação que faz porque supõe que seja o DOI, eis que nenhuma autoridade se identificou; que no local o interrogando e sua esposa foram despidos; que o interrogando foi submetido ao chamado pau-de-arara, enquanto que na mesma sala a sua esposa Karin era espancada e sofreu choques nas mãos; que além dessas sevícias, terminado o suplício do pau-de-arara, ambos foram obrigados a caminhar, quando foram novamente espancados [...]" (São Paulo, 1972)	Relatório do Projeto Brasil Nunca Mais, Tomo V
08	**Amaro Joaquim da Silva**	"[...] o depoente sofreu severo espancamento por parte dos policiais MARIO BORGES e JAIR, sendo certo que até hoje ainda traz consigo as consequências de tal espancamento [...]" (Rio de Janeiro, 1974)	Relatório do Projeto Brasil Nunca Mais, Tomo V

09	**Amílton de França**	"[...] foi preso num sábado e levado para a Secretaria de Segurança; que, na própria condução o acusado era espancado [...]; que o interrogado apresentava algemado com as mãos para trás e foi espancado por RIVEL e MIRANDA com socos, pontapés e cuteladas; que de madrugada o interrogado foi levado para o comissariado de Caxangá; que a meio do caminho, a viatura parou num (ileg.) que o interrogado não sabe localizar e estando com as mãos algemadas e os pés amarrados, levou murro no estômago (ileg.), pois mergulhado num tanque com água; que nesta mesma (ileg.) foi transferido para o Comissariado de Caxangá (ileg.) numa cela sem cama e só de cueca [...] posteriormente foi colocado na sala do Comissariado, quando passou a receber ameaças de Miranda, do Escrivão (ileg.), do Dr. Moacir e do Comissário aposentado Vinícios; que uma das vezes que foi chamado ao gabinete do Dr. Moacir, levou deste um soco no estômago e um tapa na boca que lhe partiu o lábio superior pela parte de dentro; que a partir daí continuaram as ameaças de levar o acusado para Fernando de Noronha e outras mais [...]" (Pernambuco, 1969)	Relatório do Projeto Brasil Nunca Mais, Tomo V
10	**Ana Maria da Cunha Mohor**	"[...] as declarações que prestou no inquérito foram feitas depois de ter recebido a visita de Renato Leone Mohor, acompanhado de policiais o qual lhe pediu que fosse depor e confirmasse tudo aquilo que ele havia dito, passando a explicar à interrogada [...] que o próprio Renato disse à interrogada que fosse relatar a verdade e até mesmo concordasse com determinadas perguntas em torno da organização existente na escola em que estava cursando pois com isso ela seria poupada e não fariam com ela, interrogada, o que fizeram com ele e as duas colegas mencionadas [...]" (São Paulo, DOI, 1972)	Relatório do Projeto Brasil Nunca Mais, Tomo V
11	**Antenor Gomes da Silva**	"Após o Golpe Militar de 1964, em maio deste mesmo ano, o requerente foi abordado no seu estabelecimento comercial [...] por pessoas que se apresentaram como sendo da Polícia Federal, dizendo que deveriam conduzi-lo até o quartel do exército para prestar declarações, permanecendo alguns dias onde foi submetido a vários interrogatórios [...] e em um desses interrogatórios recebeu no ombro esquerdo a pancada de um soldado da soleira do fuzil, e em virtude de não ter recebido cuidados médicos, não se submetendo a cirurgia necessária, ficou com sequelas que perduram até os dias atuais, conforme atesta laudo médico [...]" "Ao ser solto e ter retornado para a alfaiataria, ainda no ano de 1964, ficamos todos horrorizados com os momentos que ele passou no quartel do exército, dizendo que tinha sido interrogado à noite, onde colocavam luzes na sua cara, gritavam bastante, batiam com bastão de ferro na mesa ameaçando de bater nele, e pelo que ele nos mostrou realmente bateram nele com força no ombro tendo fraturado a clavícula [...]"(depoimento de José Gomes de Araújo) (Campina Grande, Paraíba, 1964)	Processo de anistia. CA-MJ. Arquivo da CEVPM-PB.
12	**Antônio Carlos de Campos**	"[...] ficou preso por 44 dias e, no primeiro dia, foi seviciado por um agente federal [...]" (Espírito Santo, 1972)	Relatório do Projeto Brasil

			Nunca Mais, Tomo V
13	**Antônio Flor dos Santos**	"[...] foi preso e levado à penitenciária de Guarabira, onde todos os réus como se fossem bandidos, eram postos em filas para interrogatório. Eram-lhes perguntados seus nomes e naturalidades. Perguntando o seu nome, relata o senhor Antonio, que falou, mas logo foi surpreendido por um soco partindo do soldado interrogador, com tamanha brutalidade que caiu. Perguntou novamente, após este ter se erguido, respondeu, e novamente outro soco mais violento que o primeiro. Passando um dia em Guarabira, na manhã seguinte, foram transferidos para cidade de Sapé, ficando na penitenciaria regional oito dias de tremenda tensão. [...]" (Paraíba, 1964)	Processo de anistia.CA-MJ. Arquivo da CEVPM-PB.
14	**Antônio José Dantas**	Foi barbaramente torturado física e psicologicamente, deixando sequelas por toda a vida, como perda auditiva. (Paraíba, 1964)	Requerimento de Anistia. Gabinete Zenóbio Toscano. Arquivo CEVPM-PB.
15	**Antônio Luis Alves**	Preso juntamente com seu pai, Manoel Luiz Alves, na delegacia de polícia em Sapé. Sofreu espancamentos e torturas pelo Exército. (Paraíba, 1964)	Requerimento de Anistia (Maria Barreto Alves). Gabinete Zenóbio Toscano. Arquivo CEVPM-PB.
16	**Augusto Aécio Mendes Duarte**	"[...] que, contra os defendentes, foram empregadas toda sorte de coação moral e psicológica, com a célebre ameaça de 'pau-de-arara' se não assinasse as declarações [...]" (Paraíba, 1970)	Relatório do Projeto Brasil Nunca Mais, Tomo V
17	**Augusto Ferreira de Carvalho "Augusto Lobo"**	"[...] foi preso nos primeiros dias de abril de 1964, pela Polícia Militar do Estado da Paraíba, sendo conduzido para a Delegacia da cidade de Sapé, pernoitando na prisão desta cidade. De acordo com o que nos relatou, ele dormiu no chão, em péssimas condições, junto aos presos comuns, chegando a receber certas agressões físicas e psicológicas. No outro dia, foi conduzido à cidade de João Pessoa, para o 15°Regimento de Infantaria, onde ficou preso por vários dias juntamente com outros conhecidos. Quando foi libertado, chegou em casa abatido, traumatizado, permanecendo assim por vários dias." "[...] nos levaram para a Delegacia de Sapé, onde sofremos tortura psicológica e física por parte dos policiais que ali estavam prestando serviço [...]" (depoimento de Pedro Fernandes da Cunha) (Paraíba, 1964)	Processo de anistia. CA-MJ. Arquivo da CEVPM-PB.
18	**Bento da Gama Batista**	"[...] Nas prisões sofreu diversas formas de torturas, como psicológicas, físicas e morais, conforme declara em sua Auto Declaração no processo de readmissão [...]" (Fernando de Noronha, 1964)	Processo de anistia (Edite Sousa da Gama). CA-MJ. Arquivo da CEVPM-PB. Requerimento de Anistia (Edite Sousa da Gama). Gabinete Zenóbio Toscano. Arquivo CEVPM-PB.

19	**Boanerges Timóteo de Souza**	Foi preso e barbaramente torturado. Saiu da câmara de tortura para o manicômio em João Pessoa. Segundo João Fragoso, Boanerges foi preso e levado para o delegado Silvio Neves, sendo barbaramente torturado, sofrendo espancamentos mesmo com o braço quebrado e com pontos de uma recente cirurgia, que acabaram rompidos. Segundo José Bernardo "Boanerges foi pro pau-de-arara" e Ailton José diz "Vi Boanerges no pau-de-arara" Jório Machado escreve em seu livro que "[...] Boanerges Timóteo que ele havia espancado brutalmente, submentendo-o, inclusive à tortura do pau-de-arara e rebentando-lhe as mãos à palmatória. O sofrimento de Boanerges foi tão prolongado e monstruoso, que terminou inutilizando-o para o resto da vida." (Paraíba, 1964)	Requerimento de Anistia. Gabinete Zenóbio Toscano. Arquivo CEVPM-PB. Audiência pública "Perseguição aos sindicalistas pela ditadura militar", CEVPM-PB, 26/11/2013. Oitiva, CEVPM-PB, 11/7/2014, depoimento de José Ailton e José Bernardo, MACHADO, Jório. **1964:** a opressão dos quartéis. João Pessoa: O Combate, 1991. p. 70
20	**Carlos Alberto Soares**	Sofreu lesões e contusões provenientes de espancamento; inclusive foi feito "laudo de exame de corpo de delito" autorizado pelo Conselho Permanente de Justiça do Exército apontando diversos traumas como edemas, equimoses, escoriações e impotência funcional dos dedos. Também passou por torturas psicológicas como ameaças de morte. Passou ainda pelo "pau-de-arara" (Pernambuco, São Paulo e Rio de Janeiro, 1971)	Relatório do Projeto Brasil Nunca Mais, Tomo V
21	**Celso Agra**	"[...] me puseram para sentar num banco e aí me ligaram fios elétricos, me aplicaram choques e diziam que era para mim falar, falar, e nisso ali ficaram 3 horas, e jogaram água fria no meu rosto e me deram chutes também. [...] Depois dessa tortura me puseram numa cela bastante escura, suja, e depois passaram a fazer interrogatórios normais e nisso aí eles aplicaram choques novamente [...] nos aplicaram choques e ameaçaram de pau-de-arara, mandaram que nós tirássemos a roupa [...]" (São Paulo, 1972)	Relatório do Projeto Brasil Nunca Mais, Tomo V
22	**Corina**	"O fato de não nos apresentarmos logo, incidiu na ameaça de arrombamento da porta de nossa residência, por parte policiais, que encontrando a resistência de nossa empregada doméstica, se retiraram para retomarem logo em seguida com um mandato de prisão e a ameaça de arrombarem a porta. [...] Os policiais, nos induziram a deixar a casa, juntamente com a nossa empregada, que tinha resistido à entrada dos mesmos em nosso domicílio. [...] a empregada de nome Corina, ficou detida pôr algumas horas na Secretaria, onde os policiais, a torturaram em um barril cheio de água, pelo fato da mesma ter se recusado a fazer afirmações solicitadas pelos policiais [...]" (Paraíba, 1964)	Processo de anistia de José Cornélio da Silva. CA-MJ. Arquivo da CEVPM-PB. Requerimento de Anistia. Gabinete Zenóbio Toscano. Arquivo CEVPM-PB.

23	**Dilermano Mello do Nascimento**	"[...] Morreu em 15 de agosto, no intervalo do interrogatório a que estava sendo submetido no 4º andar do edifício do Ministério da Justiça. [...] O laudo pericial concluiu, por exclusão de provas, que ele foi induzido a saltar da janela do 4º andar, após longo interrogatório. [...] Jorge Thadeu Melo do Nascimento, filho de Dilermano, prestou depoimento ao Grupo Tortura Nunca Mais/RJ, em 3/1/1995, declarando que, no dia 14/8/1964, às 20 horas, quando tinha 15 anos de idade, dois militares à paisana foram a sua casa, convidando-o para visitar seu pai, que se encontrava preso desde o dia 12. Ao chegar lá, o capitão Correia Pinto o obrigou a sentar e não o deixou ver o pai, ameaçando-o [...] No dia seguinte, soube que Dilermano estava morto." (Rio de Janeiro, 1964)	BRASIL, SEDH. Direito à Verdade e à Memória: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. Brasília: SEDH, 2007, p. 69.
24	**Dilza Rodrigues de França**	Sequestro seguido de prisão (Campina Grande, 30/4/1974), tortura física e psicológica por vários dias, sem o conhecimento do paradeiro por parte da família. (Paraíba, 1974)	Audiência pública "As marcas da Tortura", CEVPM-PB, 10/12/2013. Arquivo CEVPM-PB.
25	**Dinalva Rodrigues de França**	Sequestrada em casa, Campina Grande, em 11/12/1974, foi conduzida vendada até o quartel do exército. Passou uma tarde sofrendo torturas psicológicas, inclusive lhe ameaçaram com o pau de arara. [Sua irmã Dilza já havia sido presa e torturada meses antes]. "Me empurraram para o canto do carro, pegaram uma venda de borracha e no local saíram assim puxando na minha mão. Eu me lembro de ter escutado muitas vozes de homens soltando piada, perguntando onde tinha me encontrado. [...] Era uma situação que parecia um sonho. Eu tinha certeza que ia morrer. A situação era tão estranha. Era um medo tão grande, um medo misturado com uma raiva." "Ficou um cara, acho que vigiando, encostado na janela o tempo todo e olhando para fora, ninguém via o rosto dele. Ele saiu e pouco depois uma porta se abre e entra um cara bem alto com uma calça verde do exército, uma camisa caqui, óculos escuro bem fechado. Do jeito que ele vinha, deu uma mãozada no meu pescoço! E disse: 'baixa a cabeça, que aqui ninguém olha pra cara de ninguém!'. Nessa hora eu chorei, chorei... me deixaram lá um tempão e depois vieram, me pegaram e o tempo todo diziam: 'olha, sua mãe vai morrer porque sua irmã já foi presa e ela já passou mal e agora vai morrer e a culpa é sua!' (Paraíba, 1974)	Ibidem.
26	**Durval Alves de Moura**	Preso no 15º RI (João Pessoa), passou aproximadamente 20 dias incomunicável. "Foram dias de sofrimento e humilhação, onde passei até pelo chamado 'Corredor Polonês'. Até a conversa entre os presos foi advertida por um oficial do dia que comunicou que se o fato voltasse a se repetir eles iriam jogar água na cela". Depois da prisão ficou desequilibrado psicologicamente, sua família o abandonou e chegou a ficar mendigando pelas ruas de Guarabira. (Paraíba, 1964)	Processo de anistia. CA-MJ. Arquivo da CEVPM-PB. Requerimento de Anistia. Gabinete Zenóbio Toscano. Arquivo CEVPM-PB.

27	**Eddie Carlos Castor da Nóbrega**	"[...] fez uma narrativa de próprio punho, mas a esta não reconhece valor, porque foi coagido a prestá-la [...]" (São Paulo, 1970)	Relatório do Projeto Brasil Nunca Mais, Tomo V
28	**Edmilson Borges de Souza**	"[...] disse que na Polícia do Exército, recebeu torturas que invalidam suas declarações [...]" (Rio de Janeiro, 1971)	Relatório do Projeto Brasil Nunca Mais, Tomo V
29	**Edval Nunes da Silva "Cajá"**	Sofreu diversos tipos de torturas, durante quatro dias. "Era uma equipe de cinco que se revezavam na tortura, o tempo todo." Podemos citar: espancamentos, socos, chutes, 'telefones' nos ouvidos, palmatória nos pés, quebraram o aparelho de telefone na sua cabeça, arrastado pelos cabelos, coronhada, "roleta chilena", preso quatro dias sem água ou comida, ameaças inclusive contra familiares [o ameaçaram de sofrer violência sexual], "o tempo todo nu", crucificação no chão [com mais espancamentos], tentaram grampear os órgãos genitais com grampeador. Todos esses suplícios causaram graves sequelas físicas que duram até hoje, tendo ficado com uma doença chamada Síndrome de Koening [retocolite aguda] "intestino grosso infeccionado" (Pernambuco, 1978)	Audiência pública, Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Helder Câmara, 16/5/2013.
30	**Edvar Nogueira Matos**	"[...] o requerente estava sendo transferido para João Pessoa/PB e sendo entregue ao 15º Batalhão do Exército. Ademais, antes de ser entregue à este Batalhão, o Requerente suportou diversos tipos de ameaças e constrangimentos, sendo, inclusive, agredido fisicamente."	Processo de anistia. CA-MJ. Arquivo da CEVPM-PB.
31	**Eraldo Fernandes**	Preso no DOPS/Recife onde foi espancado. Trazido pela Polícia Federal para João Pessoa onde foi preso do DIC durante seis dias sem comida, em celas com presos comuns. Nesse local sofreu pauladas, chibatadas, pontapés, permaneceu amarrado (nu), apanhou dos presos e foi colocado no pau-de-arara. (Pernambuco, Paraíba, 1969) Depois de cumprir pena em João Pessoa foi para São Paulo. A casa em que morava com outros paraibanos foi invadida. Passou dois meses preso e sofrendo torturas no DOI-CODI, onde foi uma vez para o pau-de-arara [associado com choques nas partes íntimas e na língua, tendo desmaiado em uma ocasião], sofreu novos espancamentos e passou por tortura "limpa" através de luzes fortes. Apanhou inclusive do **Delegado Fleury** no DOPS/SP. Presenciou grave tortura de uma jovem "com cassetete no ânus".	Oitiva, CEVPM-PB, 13/12/2013. Arquivo CEVPM-PB. Relatório do Projeto Brasil Nunca Mais, Tomo V
32	**Eric Jenner Rosas**	"[...] suas declarações no inquérito policial, foram feitas debaixo de coação praticadas pelo **Sr. Gentil**, da Polícia Federal da Paraíba; que, no final, assinou as declarações sem lê-las." (Paraíba, 1969)	Relatório do Projeto Brasil Nunca Mais, Tomo V
33	**Ernani Soares de Oliveira**	Foi preso e levado para Campina Grande, sendo torturado naquele município, deixando sequelas na sua saúde.	Requerimento de Anistia. Gabinete Zenóbio Toscano. Arquivo CEVPM-PB.
34	**Estácio Amaro da Silva**	Foi preso por agentes do DOPS e torturado em Bayeux (RCMec) e Cabedelo [prédio em construção, atualmente Secretaria de Agricultura]. Além de fortes torturas	Processo de anistia. CA-MJ. Arquivo da

		psicológicas, também sofreu choques [nuca, pênis], passou pelo pau-de-arara, e foi submetido a tortura "limpa" através de impedimento de sono, em local com luzes fortes e barulho durante toda a noite. (Paraíba, 1973)	CEVPM-PB. Requerimento de Anistia. Gabinete Zenóbio Toscano. Arquivo CEVPM-PB.
35	**Expedito Diniz**	"[...] plena noite do mês de setembro de 1973. Fui sequestrado na gráfica onde trabalhava, [...] no centro de Campina Grande. Encapuzaram-me, levando-me para um local desconhecido e, seguida, para o 31º Batalhão de Infantaria Motorizada, localizado na Rua 15 de Novembro, Bairro da Palmeira. Posteriormente, enviaram-me para o 15º Batalhão de Infantaria, em João Pessoa – Paraíba, cárcere no qual sofri todos os tipos de torturas com requintes de crueldade e desumanidade [...]" (Paraíba, 1973)	Processo de anistia. CA-MJ. Arquivo da CEVPM-PB. Requerimento de Anistia. Gabinete Zenóbio Toscano. Arquivo CEVPM-PB.
36	**Ezequias Bezerra da Rocha**	"[...] É de Guilhermina, o relato sobre o ocorrido: 'Quando ele passou por mim, carregado por policiais, parecia um farrapo humano, havia sangue por todas as partes do seu corpo. Não conseguia nem ficar de pé. Eu pensei: será que está morto? Com muito esforço perguntei a ele como estava se sentindo. Perguntei muitas vezes para que pudesse obter uma resposta dada com voz forçada: Estou bem, meu amor, tenha calma. Deve ter desmaiado depois disso porque não ouvi mais nenhum som vindo de lá. Foi esta a última vez que vi e ouvi o meu marido.' Guilhermina foi liberada no dia seguinte. Dias depois, a imprensa informava que no município de Escada (PE), na barragem do Bambu (Engenho Massauassu), havia sido encontrado um corpo totalmente mutilado, com inúmeros sinais de tortura. De acordo com as características físicas parecia ser Ezequias, mas a família não pode ver o cadáver, por impedimento da polícia, que dizia tratar-se de pessoa já identificada. [...] Em março de 1991 [...] a Comissão de Pesquisa solicitou ao Secretário de Segurança Pública que fossem confrontadas, por meio de perícia, as impressões digitais constantes no ofício com as de Ezequias. Sendo idênticas as impressões digitais do corpo encontrado e as da carteira de identificação de Ezequias, ficou comprovada sua morte sob torturas e a ocultação de cadáver". (Recife, 1972)	BRASIL. SEDH. **Direito à Verdade e à Memória**: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. Brasília: SEDH, 2007, p. 290-291
37	**Fernando Antônio Souto Batista**	Não tinha nenhuma vinculação direta ou indireta com militância de esquerda, mas foi alvo das forças militares ao ser acusado por dois soldados de ter direcionado palavras obscenas contra o hino nacional, em solenidade militar da Corrida do Fogo Simbólico da Pátria em Pilões-PB. Foi agredido fisicamente e levado a cadeia pública de Pilões. Durante horas foi mantido sem alimentação. Algemado, foi posto no assoalho do jipe. "Ao chegar em Campina, me puseram numa guarita com um mau cheiro tremendo, e assim, no início da noite, me levaram para algum canto onde eu permaneci durante 9, 10 dias. Nunca imaginei passar por esse tipo de coisa". Em Campina Grande foi torturado nas dependências do **Quartel Militar, localizado no bairro da Palmeira**. Afirmou que não foi levado para nenhuma granja. O momento mais cruel e impactante que deixou sequelas por toda a sua vida foram as sessões de tortura na cadeira de	Audiência pública "Crônicas do Horror", CEVPM-PB, 06/6/2014. Arquivo CEVPM-PB.

		dentista. Com os braços imobilizados, meteram o motor odontológico por cima dos dentes. Certo dia, o motor atingiu sua gengiva e sangrou sem parar. "[...] eu simplesmente fiquei com pavor de dentista. Hoje não tenho nenhum dente na boca". Vítima de espancamento, sofreu ainda um derrame na região glútea, por conta de chutes que levou na perna. Perdeu seis quilos, se alimentava de pão duro e barra de doce com açúcar. Para ir ao banheiro era preciso ser insistente até que aparecesse alguém e permitisse a saída da cela. "Era comum ser acordado no quartel com um tapa na cara, chute na planta do pé". (Paraíba, 1972)	
38	**Francisco de Assis da Cunha Metri**	Passou pelo pau-de-arara e ficou 3 horas em pé com os olhos vendados. Levou coronhadas de fuzil no fígado e nos rins. Circulava a noite com os olhos vendados. Simulação de fuzilamento com 3 metralhadoras e 2 revolveres 38. Ameaças. Em um local clandestino, fora da área urbana mas próximo ao RCMec onde estava detido, foi amarrado em um mastro por 3 horas. (Paraíba, 1973)	Audiência pública "As marcas da Tortura", CEVPM-PB, 10/12/2013. Arquivo CEVPM-PB.
39	**Francisco de Assis Lemos de Souza**	Sofreu torturas no caminho de Recife para João Pessoa: o coronel Hélio Ibiapina pessoalmente, na saída do Recife, parou o jipe, despiu Assis Lemos, o pendurou e colocou um jornal no seu ânus, para atear fogo em seguida.	Audiência Pública "As Ligas Camponesas", CEVPM-PB e CNV, 15/7/2013. Arquivo CEVPM-PB.
40	**Francisco Ferreira de Araújo**	Sofreu espancamentos e ameaças por agentes da Polícia Federal, inclusive disseram que ele iria "dar umas voltinhas pelo mar". Foi retirado da PF e levado para uma granja clandestina, onde sofreu ameaças inclusive de soltarem uma cobra nele. Assinou as declarações sem poder ler o conteúdo. (Ceará, 1973)	Relatório do Projeto Brasil Nunca Mais, Tomo V
41	**Geraldo Vandré**	Em torno das possíveis torturas sofridas por Geraldo Vandré, existe uma polêmica até os dias de hoje. "[...] como disse Araújo: 'Tão obscuro quanto sua saída foi o seu retorno ao país. O autor de *Pra não dizer que não falei de flores* fez uma única viagem de volta, mas desembarcou duas vezes no Brasil'. Como assim? 'Houve um desembarque real e um segundo desembarque, fictício'. Vejamos quais foram. O primeiro foi noticiado pelo Jornal do Brasil em sua edição de sexta-feira, 18 de julho de 1973. 'O cantor e compositor Geraldo Vandré foi preso, ontem, no aeroporto do Galeão, ao desembarcar de um avião. O artista foi levado para uma unidade militar, onde ficou incomunicável'. Depois, seguiram-se 33 dias de absoluto silêncio, conforme Araújo. 'É quando é apresentado o desembarque fictício de Vandré em terras brasileiras. Na noite de 21 de agosto de 1973 a câmera do Jornal Nacional da TV Globo focaliza a entrada de um Electra da Varig no Aeroporto de Brasília. O ângulo vai se fechando e o rosto de Geraldo Vandré, barbado e com a expressão cansada, aparece na tela.' Em seguida, 'o locutor informa que o cantor e compositor Geraldo Vandré acaba de voltar ao Brasil. [...] cabisbaixo e com voz trêmula, ele teria declarado que pretendia 'integrar suas composições à realidade nova do Brasil', a qual esperava encontrar um clima de paz e	SOUZA, Amilton Justo de. "É o meu parecer": a censura política à música de protesto nos anos de chumbo do regime militar do Brasil (1969-1974). Dissertação de mestrado. UFPB/CCHLA, João Pessoa, 2010, p. 264-265

		tranquilidade. [...] Declarando, ainda, que dali para a frente 'desejava só fazer canções de amor e paz'. Segundo Paulo Cesar de Araújo (2007, p. 110), sabe-se, ainda, 'que após aquele primeiro período incomunicável numa unidade do I Exército, no Rio de Janeiro, o compositor também esteve preso numa carceragem da Polícia Federal em Brasília'. Portanto, provavelmente teria sido entre uma cela e outra 'que a polícia política conseguiu arranjar a retratação ou confissão que Vandré apresentou ao público através do Jornal Nacional.'" Apesar desses dados, sempre que foi perguntado recentemente sobre torturas, Vandré ou se esquiva ou nega ter sido vítima.	
42	**Humberto Rocha Cunha**	Assinou declarações previamente elaboradas pelos policiais e uma mensagem cifrada, mediante torturas. (Minas Gerais, 1971)	Relatório do Projeto Brasil Nunca Mais, Tomo V
43	**Isaias Trajano da Silva**	"[...] que o interrogatório sofreu sevícias físicas irresistíveis na fase policial, mediante as quais foi obrigado a admitir como verdadeiros, os fatos incriminatórios e que constam em seu depoimento policial, o qual, por isso fica retratado[...]" (São Paulo, 1975)	Relatório do Projeto Brasil Nunca Mais, Tomo V
44	**Isanusis de Castro Cardoso**	"[...] me levaram algemada para o **Quartel do Exército em Campina Grande** e lá começaram a bater no meu rosto e no meu estomago, me deixando completamente roxa. Depois dessas torturas me levaram para a sessão de afogamento, que consistia em um caldeirão cheio de água, para, mais uma vez, submeter a dores. Eles botavam, algemada, minha cabeça dentro d`água e contavam até dez e puxava, num verdadeiro vaivém. Depois eles continuavam a tortura, acendendo charutos e, em brasa viva, queimavam meus seios, que ficavam completamente inchados. [...] em Recife fui encaminhada para o Quartel General do 4º Exército [...] Nesse local, além de me tacharem de perigosa, eu sofria diversos tipos de torturas. [...] O recomeço das torturas me angustiaram a cada instante, desta vez me levaram e me colocaram em um pau de arara, foi quando tive o meu braço deslocado. Ainda no pau de arara, além das algemas, eles me vedaram a boca com esparadrapo e colocaram no meu nariz água com conta-gotas. Depois desse chocante episódio, e com já grande acúmulo de torturas, veio um médico oficial para me consultar, porque eu estava toda quebrada e não conseguia mais me levantar. [...] À noite me levaram para mais uma sessão de tortura. Desta vez foi o choque elétrico, botando fio no meu dedo mínimo do pé. Desta sessão, eu me urinava todinha e era alvo de muitas ironias e deboches. Esta foi a última tortura no DOI -CODI. Passados sete dias, me levaram para o Quartel da Polícia do Exército em Olinda. [...] Sem as torturas físicas, nesse local eu era submetida a torturas psicológicas, um verdadeiro constrangimento. Nas horas das refeições, por exemplo, quando eles nos iam levar, entravam no xadrez e com metralhadoras em punho, apontadas para mim, obrigava-me a comer. [...]	Processo de anistia. CA-MJ. Arquivo da CEVPM-PB.

		Nesse Quartel tive total assistência médica, cujo único objetivo era de desaparecer as provas físicas e, para só depois me levar, sem marcas, para a Secretaria da Segurança Pública de Recife [...]" (Paraíba, Pernambuco, 1972)	
45	**Ivanoe Baracho**	"Um agrônomo paraibano, Ivanoe Baracho, que servia ao governo Miguel Arraes e o acompanhava desde quando o líder pernambucano tinha ocupado a Prefeitura Municipal de Recife, expressava sinais de profunda depressão. Ele também tinha sido encapuzado e levado para os porões das torturas a exemplo de Ubiracy." [O texto indica que sofreu espancamentos e foi posto na "geladeira"] (Pernambuco)	MACHADO, Jório. **1964:** a opressão dos quartéis. João Pessoa: O Combate, 1991, p. 97/98.
46	**Jaime Gonçalves de Almeida**	"[...] as declarações tomadas na Polícia o foram sob coação física e moral [...]" (Distrito Federal, 1970)	Relatório do Projeto Brasil Nunca Mais, Tomo V
47	**Jandira dos Santos França**	Foi sequestrada e torturada nos estados do Maranhão e Pernambuco, em 1974. "Colocaram-na em uma sala e mandaram que tirasse a roupa, ficando apenas de calcinha e sutiã, durante todo o interrogatório"	Requerimento de Anistia. Gabinete Zenóbio Toscano. Arquivo CEVPM-PB.
48	**João Alfredo Dias "Nego Fuba"**	"Noutra cela, ao lado, estava João Alfredo (Nego Fuba) que, ao ser interrogado pela última vez, voltou desanimado, afirmando ter certeza de que não sairia jamais daquela prisão. Neste mesmo dia foi transferido para a cela onde se encontravam João Manoel, Antônio Fernandes e outros, mas, à noite, foi solto" **DESAPARECIDO**	MACHADO, Jório. Op. cit. p. 27
49	**Pedro Inácio de Araújo "Pedro Fazendeiro"**	No 15º RI, "[...] jogavam água nas celas, ao anoitecer, para impedir que os presos dormissem ou se mantivessem deitados. Fizeram isso com o deputado Assis Lemos, com o advogado Figueiredo Agra e contra os líderes camponeses João Alfredo Dias [o Nego Fuba] e Pedro Inácio de Araújo [o Pedro Fazendeiro] [...]" (Paraíba, 1964) **DESAPARECIDO**	MACHADO, Jório. Op. cit. p. 94
50	**João Crisóstomo Moreira Dantas**	Na "Granja do Terror", em Campina Grande, recebeu socos e pontapés, ameaças de morte, ficou preso sem água ou comida ou cobertor. Posteriormente identificou a localização e o proprietário da granja. (Paraíba, 1971 e 1973) No Amazonas foi interrogado na estrada de acesso a Ponta Negra, até a madrugada. De lá foi levado de volta ao local de trabalho para ser informado que havia sido demitido da Construtora Camargo Correia.	Audiência pública "Granjas do Terror", CEVPM-PB, 06/8/2013. Arquivo CEVPM-PB.
51	**João de Almeida Cavalcante**	"[...] após a prisão, o Requerente e demais trabalhadores que se encontravam com ele foram levados à Secretaria de Segurança Pública do Estado da Paraíba, onde tomaram o seu depoimento, tendo sido transferido durante a madrugada para um quartel da Polícia Militar, onde permaneceram por mais de 24 horas. É imperativo esclarecer que durante todo o período em que permaneceram no Cárcere, o Requerente e os seus colegas sindicalistas torturados psicologicamente, com ameaças feitas por militares graduados que bradavam em voz alta: 'Comunistas, preparem-se! Pois quando o Brasil entrar em Estado de Sítio vocês serão fuzilados'	Processo de anistia. CA-MJ. Arquivo da CEVPM-PB.

		Aliado à tortura psicológica, o Requerente sofreu com a falta de informações precisas e claras do porque da sua prisão; com a falta mínima de higiene da cela onde passaram mais de 24 horas e, também, com a falta de alimentação durante todo esse período" (Paraíba, 1964)	
52 53 54 55 56 57 58	**João Emiliano dos Santos** (e outros seis camponeses não identificados)	"Amaciados a pau, surrados impiedosamente – o de nome João Emiliano dos Santos, apesar de alfabetizado não pôde assinar o depoimento pelo estado em que ficou – **SETE CAMPONESES** 'consentiram' em depor contra o Juiz. [...] igualmente um coronel de milícias que superintendia o policiamento regional, conhecido brutamontes que o Governo da Paraíba tem à mão para SUAS VIOLÊNCIAS, prestou depoimento de ouvi dizer. [...] os camponeses levados a presença do Major NEY DE OLIVEIRA AQUINO declararam haver prestado depoimento em RIO TINTO sob coação policial, dizendo textualmente que OU DIZIA O QUE A CIA. QUERIA OU MORRERIAM NO PAU. Curioso é que nem a COMISSÃO ESTADUAL DE INVESTIGAÇÕES (o 2º Inquérito) nem o I.P.M. do Recife (o 3º Inquérito) querem tomar conhecimento das comprovações de que as ACUSAÇÕES AO JUIZ EM RIO TINTO FORAM EXTORQUIDAS A PAU." "[...] Segundo o militar Major Ney de Oliveira Aquino, a Companhia de Tecidos Rio Tinto agiu 'ostensivamente no sentido de alijar o Juiz de seu posto e, se possível, destruí-lo, por todos os meios, e modos ao seu alcance, valendo-se principalmente da coação irresistível que exerce sobre os habitantes do Município, do qual é proprietária absoluta" (Rio Tinto, Paraíba, 1964, dias que seguiram ao golpe)	Carta do advogado e ex-juiz de direito Alfredo P. de Lima ao Marechal Presidente da C.G.I. (Palácio da Guerra, Rio de Janeiro) (30/6/1964) (Projeto Brasil Nunca Mais) / Processo de anistia do Juiz Hermíllo de Carvalho Ximenes. CA-MJ. Arquivo da CEVPM-PB. Requerimento de Anistia. Gabinete Zenóbio Toscano. Arquivo CEVPM-PB.
59	**João Fernando do Nascimento**	Recebeu choques na orelha (São Paulo, 1975)	Relatório do Projeto Brasil Nunca Mais, Tomo V
60	**João Ferreira da Silva**	Não reconhece os depoimentos prestados pois foram realizados sob tortura. (Rio de Janeiro, 1970)	Relatório do Projeto Brasil Nunca Mais, Tomo V
61	**João Francelino da Silva**	Preso por policiais militares, e levado para Sapé, onde foi torturado psicologicamente e fisicamente por 5 dias: espancamentos e banhos em água com fezes. Após a libertação sofreu com inúmeras discriminações. (Paraíba, 1964)	Processo de anistia. CA-MJ. Arquivo da CEVPM-PB. Requerimento de Anistia. Gabinete Zenóbio Toscano. Arquivo CEVPM-PB.
62	**João Lucena Montenegro**	Afirma em seu processo de anistia que "[...] Durante o período em que ficou detido, o Requerente sofreu torturas psicológicas [...]"	Processo de anistia. CA-MJ. Arquivo da CEVPM-PB. Requerimento de Anistia. Gabinete deputado Zenóbio

			Toscano. Arquivo CEVPM-PB.
63	**João Pessoa da Costa Alves**	"[...] foi, na Polícia, coagido fisicamente a admitir fatos não verdadeiros." (São Paulo, 1972)	Relatório do Projeto Brasil Nunca Mais, Tomo V
64	**João Roberto Borges de Souza**	"Em Recife, ele tava soltando panfleto, em Macaxeira. Perdeu os documentos, foi preso e torturado. Foi tortura física e psicológica, que foi a pior que teve [...]" (Pernambuco, 1969) Posteriormente acabou morrendo no Açude Olho D'água, em Catolé do Rocha-PB [conforme narrativa do texto temático "Mortos e Desaparecidos Políticos"]	Depoimento de Dona Eulina Marques Borges de Souza, em: PARAÍBA. CEVPM-PB. Relatório parcial. João Pessoa: A União, 2014, p. 45-46
65	**João Xavier de Lacerda**	"[...] deseja declarar não ser verdade o contido no depoimento constante de fls. 169, porque foi o mesmo obtido por meio de coação maus-tratos e injúrias; que os maus-tratos, foram de sorte que o interrogado perdeu a consciência e só veio a recuperá-la depois que se encontrava, há dias, no quartel do 23º B. de Caçadores; que foi dito ao interrogado ter ele estado na Polícia Militar, do que não recorda o interrogado face ao estado de prostação em que se encontrava; que os referidos maus-tratos foram aplicados no interrogado no interior da Delegacia Regional da DPT, não podendo o interrogado esclarecer os nomes dos autores dos referidos maus-tratos [...]" (Ceará, 1970) "[...] Que o interrogando reconheceu, entre as pessoas marcadas por pancadas, os indivíduos que já conhecia ou que ficou conhecendo de nome: ..., JOÃO XAVIER DE LACERDA, [...]"[declarações de Gilberto Telmo Sidney Marques]	Relatório do Projeto Brasil Nunca Mais, Tomo V
66	**Joaquim Gomes de Almeida**	"[...] que, contra os defendentes, foram empregadas toda sorte de coação moral e psicológica, com a célebre ameaça de 'pau-de-arara' se não assinasse as declarações [...]" (Paraíba, 1970)	Relatório do Projeto Brasil Nunca Mais, Tomo V
67	**Jorge Aguiar Leite**	Em janeiro de 73 foi sequestrado por militares do exército em seu local de trabalho. Levado para a "Granja do Terror" em Campina Grande, onde ficou três dias, foi alvo de tortura em interrogatórios constantes. De mãos atadas e apenas de cueca durante esse tempo, foi submetido a choques elétricos nas genitais e espancamento, causando graves sequelas em seu corpo. Eram obrigados a assistir demonstrações de práticas de tortura, principalmente em José Pereira dos Santos "Peba". No terceiro dia foi conduzido ao quartel general do DOI-CODI de Recife, junto com outros dois presos políticos: Napoleão, ex auxiliar de Miguel Arraes, e Olívia. Algemado e encapuzado, foi recebido por um "corredor polonês", com uma fileira de sujeitos localizados em suas laterais, lhe golpeando fortemente por todo o corpo. Ficou preso e incomunicável até o mês de março de 73. Após intermináveis interrogatórios onde era questionado sobre suas ligações com os subversivos, foi conduzido ao DOPS	Audiência pública "Granjas do Terror", CEVPM-PB, 06/8/2013. Arquivo CEVPM-PB.

		pernambucano e finalmente liberado. Posteriormente identificou a localização da granja. (Paraíba, 1973)	
68	**Jório de Lira Machado**	"[...] me colocar numa rampa, por várias horas, do lado de fora de clube, sob forte chuva. Os tornozelos adormeceram. Na minha frente um soldado teso como uma estaca, de fuzil escorado entre o braço e o corpo, protegido da chuva que escorria no beiral. Ele me olhava com indiferença, como se eu fosse um objeto inútil" Ameaçado várias vezes. (Fernando de Noronha, 1964)	MACHADO, Jório. Op. cit. p. 57
69	**José Adeildo Ramos**	Foi submetido a torturas assim que preso. No DOI-CODI em Recife, foi interrogado nu durante uma semana, com pancadas, choques elétricos e pau-de-arara. Presenciou ainda a tortura de outros presos políticos. Nessa semana passou por exames médicos que presume terem objetivo de indicar os limites de tortura que poderia aguentar. José Emilson, durante audiência pública, confirma que Adeildo Ramos serviu como cobaia em aula de tortura. (Pernambuco) Encapuzado, foi levado ao aeroporto de onde pegou voou até o Rio de Janeiro. Chegando lá, foi levado para local desconhecido, mandaram ele tirar a roupa, e por fim foi colocado na "geladeira" [parecida com uma caixa de madeira pintada, onde primeiramente jogavam ar quente e em seguida frio, com luzes fortes que as vezes ascendiam, gerando uma "dor de cabeça violenta"] (Rio de Janeiro)	Audiências públicas "A greve dos marinheiros – 50 anos depois", 25/3/2014; e "Tortura nos presos políticos de Itamaracá", CEVPM-PB, 22/10/2013. Arquivo CEVPM-PB.
70	**José Bartolomeu de Sousa Lima**	"[...] desconhece o motivo de sua prisão, tendo, ainda, a declarar que o depoimento que prestou na Polícia foi sob coação moral e física, e na sua maior parte consta de fatos que não foram eles alegados e sim copiados de outros depoimentos." (Pernambuco, 1964)	Relatório do Projeto Brasil Nunca Mais, Tomo V
71	**José Bernardo da Silva**	Em João Pessoa "Eu fui pruma latinha, tipo uma latinha de Pardal e colocaram a planta do pé em cima da latinha ao mesmo tempo que davam porrada. Ficava só com o dedo na parede em cima da latinha." Preso e torturado na "Granja do Terror", em duas ocasiões: pau-de-arara, choques, espancamentos, foi torturado na frente da mulher. Posteriormente aos fatos retornou ao local e pôde identificar a granja. Foi espancado ainda na **Vila dos Oficiais** em Campina Grande. Toda noite sonhava que estava sendo torturado! Quanto aos nomes de possíveis torturadores, Bernardo lembra de Tarzan e Cigano. "Tarzan gostava muito de dar telefone e tinha as mãos grandes. O outro gostava mais de pau-de-arara. Era um moreno, cabelo grande". (Paraíba, 1971 / 1973)	Oitiva, CEVPM-PB, 11/7/2014. Arquivo CEVPM-PB.
72	**José Bezerra do Nascimento**	"[...] foi seviciado pela autoridade policial; que, para confessar os crimes constantes do citado depoimento, até a esposa do interrogando foi seviciada pela autoridade policial [...]" (São Paulo, 1970)	Relatório do Projeto Brasil Nunca Mais, Tomo V
73	**José Calistrato Cardoso Filho**	Não foi torturado na Paraíba e é cearense, mas por sua grande atuação política no estado, morando aqui até os dias de hoje, e por ter prestado depoimento a esta comissão na mesma audiência pública do paraibano José Emilson, fizemos questão de incluir seu nome nessa lista como forma de registro histórico.	Audiência pública "Tortura nos presos políticos de Itamaracá", CEVPM-PB, 22/10/2013.

		Foi preso numa emboscada em Recife, tendo levado cinco tiros. Sofreu espancamentos, pau-de-arara, choques, afogamento. A tortura aconteceu com acompanhamento médico que dizia os limites que o preso poderia aguentar. Serviu como cobaia em aula de tortura no Recife. Tentando localizá-lo, os militares acabaram torturando sua namorada e suas duas irmãs, que residiam em Campina Grande-PB. (Pernambuco, 1972)	Arquivo CEVPM-PB.
74	**José Deodato Galdino**	Após o golpe militar foi preso em Guarabira, torturado em Sapé e levado para João Pessoa.	Requerimento de Anistia (Ines da Silva Lima). Gabinete Zenóbio Toscano. Arquivo CEVPM-PB.
75	**José Emilson Ribeiro da Silva**	Foi preso e torturado por Fleury no IV Exército em Recife. Torturado com pancadas dentro de uma Kombi adaptada. Preso em Itamaracá. "[...] depois de três anos presos, sem mais nenhum processo a responder, eu e Calistrato, Adeildo Ramos que era marinheiro e Claudison Ribeiro que foi fuzileiro naval [...] nós fomos levados para o quartel da Polícia da Aeronáutica, o dito cujo quartel que eu tinha tomado de assalto, e lá nós fomos servir de cobaias em aulas de torturas [...]" Nessa ocasião perdeu os sentidos. No caminho para o local passou por fuzilamento simulado. (Pernambuco, 1973)	Audiência pública "Tortura nos presos políticos de Itamaracá", CEVPM-PB, 22/10/2013. Arquivo CEVPM-PB.
76	**José Ferreira Lima**	"[...] ameaçado, inclusive, de morte e maltratado, tendo levado três tapas nas costas, enquanto se encontrava preso na Delegacia Regional da PF; que o interrogado, face aos maus tratos e ameaças sofridas, foi coagido a assinar os depoimentos [...] referido depoimento não tendo sido nem ao menos prestadas pelo interrogando e sim elaboradas pelos policiais [...]" (Ceará, 1970)	Relatório do Projeto Brasil Nunca Mais, Tomo V
77	**José Herminio Dionísio**	"Quando chegou o dia 31 de março de 1964, o Coronel da Polícia Militar da Paraíba, Luiz de Barros, promoveu todo tipo de barbaridade contra as lideranças camponesas, atendendo as orientações dos proprietários rurais. José Hermínio foi preso na localidade em que residia e levado para a Delegacia Regional de Sapé, onde já se encontrava uma grande quantidade de camponeses presos. Num determinado momento, o Requerente foi espancado por policiais daquela Delegacia militar. Dias depois foi solto e, com as roupas ensanguentadas, se dirigiu a Capital do Estado, João Pessoa, para procurar as autoridades do Quartel do Exército do 15º Regimento de Infantaria, para denunciar o que havia sofrido e pedir garantias de vida. A resposta do Tenente-Coronel Rubens Pereira da Costa foi de que ele não podia fazer nada e que procurasse um médico."	Processo de anistia. CA-MJ. Arquivo da CEVPM-PB.
78	**José Lira**	Ailton José afirma que José Lira sofreu espancamentos em João Pessoa. Ficou perturbado mentalmente na cadeia e tentou suicídio. (Paraíba, 1971)	Oitiva, CEVPM-PB, 11/7/2014. Arquivo CEVPM-PB.
79	**José Miranda Filho**	Teve que fugir de casa e abandonar o emprego porque soube que os policiais federais estavam a sua procura, após a prisão de alguns companheiros seus do PCB (Ovídio Raimundo dos Santos, Manoel Cícero de Oliveira e Manoel Alves). Por	Requerimento de Anistia. Gabinete Zenóbio Toscano.

		conselho da família se apresentou a sede da Polícia Federal e foi preso e jogado numa cela suja e escura, sem a mínima condição de respirar. No mesmo dia da prisão, foi logo submetido à tortura. (Paraíba, 1973)	Arquivo CEVPM-PB.
80	**José Pedro de Araújo**	"[...] o Serviço Nacional de Informações, em 05.08.68, nos cientificou que, em reunião do MDB, o deputado David Lerer, denunciou que quatro trabalhadores de Osasco, José Lopes de Oliveira, José Pedro de Araújo, José Carlos Barreto e Padre Pierre, estão sendo torturados e espancados, segundo seus familiares que foram ao Presídio do Carandirú visitá-los e apresentam equimoses por todo o corpo, inclusive, nos órgãos genitais [...]" (São Paulo, 1968)	Relatório do Projeto Brasil Nunca Mais, Tomo V
81	**José Pereira de Araújo "Zequinha"**	Fidélia Cassandra, sua filha, relata conversas que ouviu entre seu pai e amigos íntimos, também alvos das forças da repressão. "Pegaram ele, encapuzaram e levaram num carro preto, não sei que marca. Eu tinha 12 anos. Aquilo pra mim era como se fosse uma sentença de morte mesmo", relata. Ficou entre quinze e vinte dias preso em 1973. Em um primeiro momento foi levado à "Granja do Terror", e em seguida ficou no cárcere do quartel de Cruz das Armas, em João Pessoa. Fidélia informa que: "vi o meu pai dizendo que levava telefone com as duas mãos, ficou em pau de arara, levava choque nos testículos, no ânus, passava a noite sentado numa cadeira, ajoelhado dentro de um tonel com um pingo d'água, com a lâmpada nos olhos e outras coisas que ele relatava, mas eu não entendia". Zequinha retornou da "Granja do Terror" angustiado e encontrou fuga na bebida. Cardíaco, a situação dele se agravou. (Paraíba, 1973/1974) "[...] foi colocado em um saco para ser enterrado vivo, escapando por um milagre [...]" (depoimento de Alzira Dantas)	Depoimento de sua filha, Fidélia Cassandra, audiência pública "As marcas da Tortura", CEVPM-PB, 10/12/2013. Arquivo CEVPM-PB. Processo de anistia de Joaquim Dantas. CA-MJ. Arquivo da CEVPM-PB.
82	**José Pereira dos Santos "Peba"**	Detido no Quartel do Exército em cela isolada, impedido de dormir. (Campina Grande/Paraíba, 1964) Levado para a "Granja do Terror" e barbaramente torturado, servindo inclusive como cobaia em demonstração de tortura, para servir de exemplo aos outros presos políticos. (Campina Grande/Paraíba, 1973)	Requerimento de Anistia. Gabinete Zenóbio Toscano. Arquivo CEVPM-PB. Jornal "A Palavra" (Campina Grande, 12 a 18/4/1992) (Arquivo pessoal do jornalista Marcos Marinho)
83	**José Rodrigues da Costa**	Foi condenado em Minas Gerais, preso e torturado. Levado para a sede da Polícia Federal, foi interrogado pelos agentes do DOI-CODI e submetido a torturas como pau-de-arara e choques elétricos. Depois disso, cumpriu pena na Penitenciária Modelo da Capital paraibana.	Requerimento de Anistia. Gabinete Zenóbio Toscano. Arquivo CEVPM-PB.
84	**Josélia Maria Ramos Wellen**	Foi presa, junto com Maura Ramos, no dia 29 de abril de 1974. Sequestrada e enviada ao DOI-CODI do 4º Exército de Recife. De volta a Campina Grande, na "Granja do Terror", passou por torturas físicas e psicológicas. "Éramos obrigadas a tirar a roupa, muitas vezes ficar só de calcinha; tinha choque	Audiência pública "Granjas do Terror", CEVPM-PB, 6/8/2013. Arquivo CEVPM-PB.

		elétrico, pancada por todo o corpo, sempre com as mãos amarradas, algemadas, dependuradas". Graças a seu marido Alois Wellen e o seu irmão Luís Carlos, sua prisão se tornou publicamente conhecida. Contou com a ajuda do frade franciscano Dagoberto Schneider, que fez uma limpeza na sua casa, jogando fora todos os livros que pudessem incriminá-la no processo que as forças militares iriam abrir. À noite, sua casa foi invadida e nada encontraram. Da prisão, recordou do "Dr. Bonzinho" e suas torturas psicológicas, além dos jogos de acusações que os militares faziam, falsamente acusando companheiros de terem delatados outros. (Paraíba, 1974)	
85	**Lêda Rejane de Amaral Queiroz**	Torturada no DOI CODI em São Paulo, 1973 / "[...] a tortura é uma coisa abominável e só quem passou sabe o que é, por mais que se priorize não tem ideia, não tem ideia, você fica totalmente a mercê, você sai de órbita, você perde horas, você troca o dia pela noite porque é uma coisa consistente, diária, todas as horas então, eu não reconheço nem tinha nenhum documento, nunca fui lê, nunca fui no DOPS, nunca fui em canto nenhum lê os documentos meus e declarações minhas [...] porque todos foram feitos com muita repressão, com muita dor, com muito sofrimento."	Audiência pública "Mulheres na resistência", CEVPM-PB, 11/3/ 2014. Arquivo CEVPM-PB.
86	**Luiz João da Costa**	Pertencente ao movimento da Liga Camponesa de Sapé, foi preso e torturado pela Polícia Militar. Depois de solto foi expulso da fazenda onde morava.	Requerimento de Anistia, em nome da sua filha Maria Luíza da Costa. Gabinete Zenóbio Toscano. Arquivo CEVPM-PB.
87	**Manoel Cícero de Oliveira**	Ficou preso na Polícia Federal em João Pessoa, numa cela imunda, sem nenhuma condição de higiene, onde já se encontrava Ovídio Raimundo, o qual lhe dissera que havia sido bastante torturado. A partir daquele momento os dois foram vítimas de torturas tanto físicas como morais. Os policiais batiam, davam tapas e chutavam os órgãos genitais, os chamavam de vagabundos, de subversivos entre outras coisas. (Paraíba, 1973)	Requerimento de Anistia. Gabinete Zenóbio Toscano. Arquivo CEVPM-PB.
88	**Manoel Guerra Dantas**	"No ano de 1974(*), enquanto o requerente se encontrava na Argentina, foi explodida uma bomba-relógio no cine teatro Apolo XI na cidade de Cajazeiras-PB, onde faleceram 02 (duas) pessoas, por coincidência 10 dias antes do ocorrido, um companheiro do POR (T) havia estado na residência dos pais do requerente no Sítio Bálsamo, no município de São João do Rio do Peixe-PB. Diante desse fato, as autoridades militares tentaram vincular o atentado como tendo sido planejado pelo requerente ou sob orientação deste ou por seu grupo político. Consequentemente, o sistema repressivo determinou a prisão do seu pai, Manoel Guerra Dantas, por duas vezes, e o conduziram à Superintendência da Polícia Federal em João Pessoa-PB onde o mesmo passou por sessões de maus tratos para que confessasse onde se encontrava o requerente."	Processo de anistia de Severino Dantas Fernandes, filho de Manoel Guerra Dantas. CA-MJ. Arquivo da CEVPM-PB. Requerimento de Anistia. Gabinete Zenóbio Toscano. Arquivo CEVPM-PB.

		(*) A referida bomba foi detonada em Cajazeiras no ano de 1975, conforme descrito no presente relatório. (Paraíba, 1975)	
89	**Manoel Jacinto Correia**	"[...] que o interrogando esteve preso cerca de 3 meses, incomunicável, e mediante um clima de certa hostilidade, tensão emocional, ameaças alusivas a pessoas de sua família [...]" (Paraná, 1970)	Relatório do Projeto Brasil Nunca Mais, Tomo V
90	**Manoel Luiz Alves Filho**	Preso juntamente com seu filho, Antônio Luís Alves; conduzidos para a Delegacia de Polícia em Sapé. "Durante o tempo em que esteve preso, Manoel Luiz Alves e seu filho Antonio Luís Alves, foram submetidos a espancamento e torturas pelas autoridades do exército, que pretendiam a todo custo obterem confissão sobre as ações do movimento da liga camponesa e seus participantes, em toda região." Após sair da prisão, foi despejado das terras onde trabalhava. (Paraíba, 1964)	Processo de anistia. CA-MJ. Arquivo da CEVPM-PB. Requerimento de Anistia. Gabinete Zenóbio Toscano. Arquivo CEVPM-PB.
91	**Manoel Monteiro da Silva**	"[...] sofreu prisão arbitrária, sob acusação de subversão, tendo sofrido maus tratos físicos e psicológicos [...]" "Durante o período em que esteve arbitrariamente detido, o requerente sofreu maus tratos diversos, permanecendo em constante intranquilidade, devido às pressões psicológicas de seus algozes, que comumente insinuavam torturas noturnas, como forma de conseguir confissão [...] Além de refeições escassas, inconstantes e de péssima qualidade, não lhe era oferecida água de beber, esta devia ser recolhida com uma colher, de uma torneira gotejante, que fora propositalmente quebrada, além de não lhe ter sido permitido nenhum banho de sol." (Paraíba, 1964)	Processo de anistia. CA-MJ. Arquivo da CEVPM-PB.
92	**Manuel Barbosa Filho**	"[...] assinou suas declarações no IPM, mas que as mesmas não correspondem a realidade dos fatos, tendo sido vítima de coação moral irresistível por parte dos Encarregados do interrogatório, Praças do Exército; que concorreu para o fato de assinar, o depoente, tais declarações inverídicas o fato de ter visto pessoas que foram interrogadas antes dele voltarem à cela, onde estavam, bastante machucadas, inclusive, com os ouvidos sangrando; que, além disso, ouviu o depoente, algumas vezes, gritos de socorro, partindo da sala dos interrogatórios, sendo certo que nessas ocasiões ouvia-se, também, o ronco dos motores de viaturas; [...] que o depoente foi ameaçado de espancamento e até de ser atirado no Rio da Guarda [...] que o depoente, entre outras coisas, foi chamado de 'veado' e 'puto' [...] que o capitão, antes referido pelo o depoente, também, o ameaçou dizendo que se ele não assinasse mandaria 'descer o cassete." (Rio de Janeiro, 1966)	Relatório do Projeto Brasil Nunca Mais, Tomo V
93	**Marcos Guilherme de Miranda Batista**	"[...] sofreu coação psicológica (ilegível) que ficava sem comer de meio dia a 4 horas da madrugada [...] dormia em pé, digo, o interrogado dormia algemado na grade numa posição que dava para se recostar e que tal fato se deu durante (ilegível) dias [...]" (Paraíba, 1969)	Relatório do Projeto Brasil Nunca Mais, Tomo V
94	**Maria da Conceição Correia Lyra**	Sobre Maria da Conceição Correia Lyra e sua irmã, temos o seguinte depoimento: "Ela e sua irmã foram presas e levadas para o Quartel do Exército de Campina Grande para serem interrogadas. [...] Logo foram vendadas e removidas para o Quartel de Recife – PE, daí começaram a ser torturadas psicologicamente e fisicamente. Pois para o Exército elas	Depoimento de Lorena Lyra de Lima no processo de anistia de Maria da

95	**Maria Betânia Correia Lyra**	eram de alta periculosidade e que escondiam outros comunistas. Com uma metralhadora apontada para sua cabeça os soldados queriam que ela confessasse o que jamais podia confessar pois não tinham nada a ver com nenhum movimento comunista, chamavam-na de vagabunda, achavam que ela era uma comunista muito perigosa e que se chamava Ana Metralha."	Conceição Correia Lyra Texto escrito pela advogada Mércia Albuquerque, disponível em http://www.dhnet.org.br/memoria/mercia/escritos/livroinedito/texto1.html Processo de anistia. CA-MJ. Arquivo da CEVPM-PB.
96	**Maria Lenita Agra Cardoso**	"Finalmente chegaram à residência das irmãs de Calistrato. Bateram à porta. Maria Lenita Agra veio atender e foi logo esbofeteada e presa. Maria do Carmo – também irmã de Calistrato – foi algemada. Eram três horas da manhã; os gritos das jovens chegavam aos demais moradores da rua [...] No dia 23, Leonardo guiou a caravana de sádicos até a casa onde provavelmente estaria Isanuse – a doce e meiga Isa – namorada de Calistrato. A residência foi invadida; móveis quebrados, Isanuse algemada, espancada por oito homens; a roupa rasgada e os seios queimados com charutos, para revelar onde escondia o namorado. Nada, nenhum som, a não ser gemidos e gritos; debatia-se revoltada. [...] Maria da Conceição Correia Lyra e a irmã, Maria Betânia Correia Lyra, foram presas em 27 de janeiro. Eram amigas das irmãs de Calistrato e de Isanuse. [...] Sofreram constrangimentos, apanharam, foram algemados, passaram forme, mas não foram torturadas como Marluce Gomes da Silva, Maria de Lourdes Silva e Isanuse, a quem homenageio, pela sua bravura, resistindo, sem delatar ninguém, sem ceder aos torturadores. A primeira vez que nos encontramos estremeci, da agonia que senti, com seu braço na tipoia, o rosto com equimoses; abriu a blusa e os seios apareceram em chagas, várias bolhas, cicatrizes, ferimentos abertos, queimaduras provocadas com charuto por agentes do DOI/CODI."	
97	**Maria do Carmo Agra Cardoso de Azevedo**	"Em 22 de janeiro de 1972, na cidade de Campina Grande/Pb, eu (Maria do Carmo Agra Cardoso de Azevedo), e Maria Lenita Agra Cardoso, estávamos na Rua Frei Caneca, SIN, quando em plena madrugada, por volta das 3 (três) horas da manhã fomos, brutalmente, surpreendidas, por um batalhão da Polícia Federal, devendo salientar, que estavam à paisana. A partir daí começou o calvário, a nossa viacrucis. Ao abrir a porta, ficamos estarrecidas ao ver vários homens fortemente armados nos dando ordens e fazendo uma varredura no interior da nossa residência e o que é pior a tortura começou tanto física e psicologicamente. Na cozinha, eles (policiais) estavam ávidos por informações do nosso irmão Calixtrato e, como forma para adquiri-Ias, eles colocavam a nossa cabeça em um balde d'água. [...] Ao amanhecer deste dia, fomos levadas para o **Quartel General de Campina Grande**, enquanto nossa casa permanecia no poder deles. No QG de Campina Grande passamos o dia incomunicável, aguardando a chegada da nossa cunhada Isanuses Castro. Vale ressaltar que durante este dia Maria Lenita Agra Cardoso ficou sob tortura diante de dois coronéis, sendo um deles, o **Major Câmara**, ficando despida em cima de pedras de gelo, numa cena chocante e deplorável, principalmente para a sua irmã Maria do Carmo que era	

		sempre usada para presenciar cenas de tortura como forma de martírio para quem vivia e para quem via [...] Às 22 horas, fomos levadas para o Recife sob forte aparato, cada uma de nós - Maria do Carmo, Lenita e Isa Nunes - encapuzados e os homens com armas em punho, que mais parecia um comboio que ia para uma guerra. Ao chegar em Recife, fomos colocadas em celas separadas. [...] Isanuses foi levada, imediatamente, para o setor de tortura física, a partir deste momento sabemos que nos encontrávamos no DOPS, onde neste local a sua especialização era torturar presos políticos e parentes seus, começando sempre à meia-noite, onde ouvia gritos, choros e gemidos. [...] Lenita, em estado de choque, necessitando de assistência médica. Cada vez que vinham buscar uma de nós para o chamado "interrogatório" eram pessoas diferentes, num trocar de homens a cada instante, seguidas de torturas físicas e psicológicas." (Paraíba, Pernambuco, 1972)	
98	**Maria do Socorro Cunha Campos**	Na OBAN ficou despida na frente de "uns oito homens", de cócoras. Desmoralização, ameaças, ouvia gritos constantemente. Uma verdadeira tortura mental. Levou choques nos seios e outros locais. Cita o nome do Coronel Ubirajara. Passou uns 20 dias na OBAN, dos quais uns três dias sendo torturada, e depois foi levada para o DOPS, onde passou 30 dias. No DOPS ficou presa numa cela com oito a dez pessoas que haviam passado pelo pau-de-arara e por choques. Acabou presa no Presídio Tiradentes por 10 meses. Emagreceu 10 quilos. (São Paulo, 1972)	Oitiva, CEVPM-PB, 15/4/2014. Arquivo CEVPM-PB.
99	**Mário de Lucena Montenegro**	"[...] ficou um período muito grande incomunicável e, logo nos primeiros dias de sua prisão na Polícia do Exército, o depoente sofreu uma série de espancamentos, choques e uma série de sofrimentos psicológicos que lhe traumatizaram seriamente, a ponto de ainda demonstrar sequelas de tais sofrimentos [...] que o depoente apanhou tanto que no final aceitou qualquer negócio, inclusive, a declarar o que não fizera [...]" (Rio de Janeiro, 1973)	Relatório do Projeto Brasil Nunca Mais, Tomo V
100	**Martinho Leal Campos**	Sofreu com maus tratos e pancadas, falando mesmo que passou por um verdadeiro "pau louco", tendo levado "telefones" que romperam seus tímpanos. O momento de maior medo foi quando retiraram ele da cela para um "passeio", e o levaram até o cemitério de Santo Amaro, à noite, onde ocorreram ameaças. Fuzilamento simulado. (Pernambuco, 1964) No DOI-CODI sofreu ameaças e espancamentos. Foi torturado por Brilhante Ustra com "pau louco" e "cipó de boi". Choques elétricos, cadeira do dragão, pau-de-arara, afogamentos, crucificação [com pesos nas mãos e pés]. (São Paulo, 1972)	Audiência pública "As torturas nos militantes do PORT e do PCBR", CEVPM-PB, 19/9/2013. Arquivo CEVPM-PB.
101	**Maura Pires Ramos**	Foi presa [sequestrada] por elementos que se diziam da Polícia Federal. Algemada e encapuzada, foi jogada dentro de uma Kombi e levada para uma propriedade rural próxima de Campina Grande. Descreve o que aconteceu: "Ainda de olhos vendados obrigaram-me a ficar de joelhos e deram início a sessão de tortura: bateram-me, deram-me os famosos	Audiência pública "Granjas do Terror", CEVPM-PB, 06/8/2013. Formulário escrito entregue a

		'telefones', interrogando-me com insultos e gritos. Um verdadeiro terror! Depois, obrigaram-me a me despir e aplicaram choques elétricos nos meus seios, orelhas e rins, sempre fazendo as mais infames ameaças" (Paraíba, 1974) Em seguida foi novamente vendada, encapuzada e algemada. Empurrados ao assoalho do carro, empilhados e cobertos, seguiram em direção ao DOI-CODI do 4º Exército em Recife. Durante doze dias foram vítimas de torturas psicológicas e maus-tratos físicos, submetidos a intensos interrogatórios. "Dormir no chão; ficar sem comida e sem água; ser privada de banho; permanecer com a mesma roupa durante vários dias; ver presos políticos passarem ensanguentados após um interrogatório; ser chamada a qualquer hora do dia ou da noite para ser interrogada, às vezes de joelhos; ser pressionada sob ameaça a assinar uma folha de papel em branco onde iriam escrever uma suposta declaração minha, da forma que lhes conviesse [...]" (Pernambuco, 1974)	CEVPM-PB. Arquivo CEVPM-PB.
102	**Miguel Baptista dos Santos**	"[...] que o declarante, na Polícia do Exército, sofreu maus tratos, torturas, espancamentos, completamente desnecessários; torturas essas que traumatizaram o declarante até a presente data [...]" (Rio de Janeiro, 1970)	Relatório do Projeto Brasil Nunca Mais, Tomo V
103	**Netovitch Maia Duarte**	Preso algemado e encapuzado, e transportado deitado ao chão de uma caminhonete. No 16º RCMec foi posto dentro de uma camisa de força (ou similar) e torturado física e psicologicamente. Sofreu espancamentos e fortes ameaças, inclusive com arma de fogo na cabeça.	Oitiva, CEVPM-PB, 29/4/2016. Arquivo CEVPM-PB.
104	**Nilton Abel de Lima**	"[...] passaram a dar choques no interrogando e no rapaz que estava ali sentado; que ali chegou um outro elemento que com o que dava choque, passaram para uma moça próxima de onde o interrogando ouviu que um deles, parecendo nervoso dizia que só pegavam inocentes [...] o transportaram para o Quartel da Praça Rui Barbosa [...] que dava choques no interrogando [...] diante das negativas do interrogando prometeram-lhe dar uma surra de vara [...] permanecendo de três a quatro dias no xadrez sob assistência médica, pois estava muito nervoso e nessas condições não pode se alimentar [...] sofreu um abalo moral muito grande e não voltará a ser o mesmo homem [...]" (Paraná, 1975)	Relatório do Projeto Brasil Nunca Mais, Tomo V
105	**Olegário Alexandre Costa**	"[...] que suas declarações foram obtidas mediante violências física e moral; que passou, no interior de uma cela 48 horas, sem comer e sem beber; que levaram o depoente na CCPL escoltado, na hora do almoço, para que o depoente indicasse uma pessoa que o depoente nunca viu, não tendo sido, portanto, indicada pelo depoente; que assinou, também, declarações sob coação na DOPS [...]" (Rio de Janeiro, 1971)	Relatório do Projeto Brasil Nunca Mais, Tomo V
106	**Oliveiros Cavalcanti de Oliveira**	"[...] foi diuturnamente interrogado, sem que pudesse dormir, durante mais de uma dezena de dias, parte aqui no quartel da 5ª Cia de Infantaria e parte na Polícia Federal, em João Pessoa. 'Não fui espancado, porém, se me fosse dado o direito a escolha, declaro que preferiria o espancamento ao impedimento de dormir' [...] Levaram-lhe a perder a resistência física e moral, quando perdeu totalmente a vontade e caiu num estreito universo místico. Sua esposa e companheira Zilda, ao visitar-lhe ficou com a impressão que	Jornal "A palavra" (Campina Grande, 31/5 a 6/6/1992). (Arquivo pessoal do jornalista Marcos Marinho)

		o marido havia enlouquecido e que não mais voltaria ao se estado anterior de homem mentalmente sadio." "Após a liberdade, e depois de muita luta, conseguiu ser readmitido ao seu trabalho na Câmara Municipal de Campina Grande, mas "[...] com o conhecimento da decisão que lhe foi favorável, começou a recrudescer a perseguição repressiva, havendo Oliveiros Oliveira sido preso várias vezes pelo Sargento Marinho para prestar depoimento no quartel da 5ª Cia de Infantaria [...] Quando dirigia-me para o 'Forum', fui abordado por vários homens que se encontravam num carro e que me deram voz de prisão em nome do 4º Exército, dizendo-me que se quisesse ser bem tratado ingressasse no veículo e que o acompanhassem, sendo, imediatamente, posta a venda de um saco de pano preto e levado para local indeterminado". [O texto pesquisado não dá maiores detalhes sobre o desfecho desse fato]. (Paraíba, 1971)	
107	**Olívia Ferreira de Araújo Alves**	"Presa no dia 13 de janeiro de 1973, no Sítio Lagoa dos Currais, em Puxinanã, neste Estado, igualmente, foi preso juntamente com o irmão de nome Orestes Ferreira de Araújo, sob acusação de pertencer ao Partido Comunista Brasileiro, prisão em local desconhecido, atribuindo ser Campina Grande, onde sofreu torturas físicas e psicológicas [...]"	Processo de anistia de Olívia Ferreira de Araújo Alves. CA-MJ. Arquivo da CEVPM-PB. Oitiva, CEVPM-PB, 11/7/2014, depoimentos de Ailton José de Araújo e José Bernardo da Silva. Arquivo CEVPM-PB.
108	**Orestes Ferreira de Araújo**	Tudo indica que os dois foram presos e torturados na Granja do Terror em Campina Grande. Ailton José de Araújo narrou em audiência pública que enquanto estava na granja [mesmo período de 1973] ouviu gritos de uma garota sendo barbaramente torturada, e logo em seguida a viu correndo nua. Ainda na granja soube que eram dois irmãos que estavam presos acusados de pertencerem ao Partido Comunista. (Paraíba, 1973)	
109	**Oneas Timóteo**	Foi preso num comício em Cruz das Armas, em João Pessoa, e torturado na véspera do golpe militar. "Ficou inútil pelo resto da vida".	Depoimento de Antônio Augusto de Almeida na audiência pública "Prisões, torturas e queda do PCB na Paraíba", CEVPM-PB, 22/11/2013. Arquivo CEVPM-PB.
110	**Osmundo Bezerra Duarte**	"[...] disse que se algo constar contra o declarante foi obtido através de torturas; que tem a declarar que foi torturado bem como sua progenitora D. ROSELITA DE CASTRO SOARES [...]" (Rio de Janeiro, 1971)	Relatório do Projeto Brasil Nunca Mais, Tomo V
111	**Otávio Domingos de Oliveira**	Pertencente a Liga Camponesa de Sapé, foi preso e torturado, saindo da prisão direto para o manicômio em João Pessoa. "Em Abril de 1964, Otávio Domingos de Oliveira foi preso por quatro soldados da Polícia e levaram para a Delegacia de Sapé. Quem comandava esses soldados era o capitão Ferreira Vaz e foi ele que deu voz de prisão ao meu pai [...] iniciaram uma série de torturas físicas e psicológicas. Bateram tanto	Processo de anistia de Antônio Domingos de Oliveira (filho). CA-MJ. Arquivo CEVPM-PB. Requerimento de Anistia. Gabinete

		nele, com tanta violência, que acabou perdendo a memória. De tanto ser massacrado ficou sem saber de nada. O capitão Ferreira Vaz mandou os soldados levar meu pai para o Manicômio em João Pessoa. Botou ele no lugar dos doidos. Eu e minha mãe, Luiza Josefa da Conceição, fomos visitar ele. Quando chegamos lá, não reconhecemos ele, com a cabeça enfaixada de tanta porrada que levou. Depois que passaram 90 dias os soldados mandaram ele para casa, e ficamos com ele até o resto de sua vida, só que depois deste acontecimento nunca mais voltou sua memória." (Paraíba, 1964)	Zenóbio Toscano. Arquivo CEVPM-PB.
112	**Ovídio Raimundo dos Santos**	Preso e torturado na Polícia Federal em João Pessoa. A cela em que ficou preso em certa ocasião não tinha ventilação e as entradas de ar foram tapadas. Passou por afogamento com mangueira na hora do banho. Na central de Polícia deram comida com urina para comer. (Paraíba, 1973) Manoel Cícero de Oliveira afirma que passaram por torturas nos mesmos dias e local.	Audiência pública "Prisões, torturas e queda do PCB na Paraíba", CEVPM-PB, 22/11/2013. Arquivo CEVPM-PB. Requerimento de Anistia. Gabinete Zenóbio Toscano. Arquivo CEVPM-PB.
113	**Padre Alípio de Freitas**	Padre português com destacada atuação política no Brasil, inclusive na Paraíba. Fato ocorrido antes do golpe militar: o deputado Francisco Julião fez denúncia em jornais do Recife que padre Alípio teria sofrido torturas no 15º RI (João Pessoa). Respondendo as acusações, Major Cordeiro afirma que não foi praticado o "SUPLÍCIO DE TÂNTALO". (Paraíba, 1963)	Projeto Brasil Nunca Mais, sumário do processo 004, contendo ação penal 7.423/64 e apelação ao STM 38.192, p. 232-233 (depoimento do Major Cordeiro), disponível em www.bnmdigital.mpf.mp.br
114	**Pedro Alves**	"[...] declaração forjada, por força da prática de torturas que o declarante sofreu, que atenta contra a dignidade humana [...] que o mesmo clima encontrado na Polícia do Exército, o declarante encontrou na Ilha Grande, onde sofreu ameaças de fuzilamento [...]" (Rio de Janeiro, 1970)	Relatório do Projeto Brasil Nunca Mais, Tomo V
115	**Pedro Coutinho de Almeida**	"[...] fui torturado barbaramente e até tentativa de castração houve; passei sessenta dias na Secretaria de Segurança Pública em situações promiscuas, em selas horrorosas cheia de percevejos e sem alimentação adequada e sob pressão permanente, quando fui transferido para o Presídio Velho de Recife no dia 04 de dezembro de 1969." "[...] o interrogado quer afirmar que além de **Miranda** sofreu espancamento por parte do **Dr. Moacir Sales** e **Dr. Bartolomeu Gibson** [...] na primeira noite o interrogado foi solicitado pelo policial Miranda a que fizesse o chamado exercício apoio de frente sobre o solo; que o interrogado executava tais exercícios até cansar, deixava o corpo cair ao	SILVA, Rosicleide Henrique da. O movimento estudantil em Campina Grande/PB: entre sonhos, frustrações e lutas (década de 60). Dissertação de mestrado em

		solo e era chutado pelo policial Miranda que o chutava na altura dos rins [...] após os fatos acima narrados, o acusado foi encaminhado à sala do **Secretário de Segurança**; que, enquanto caminhava o acusado levava pancadas na altura do tronco [...] que, tais fatos se repetiram dois dias [...] o policial Miranda obrigou a tomar um banho por volta de 10:00h na noite e dormir de cueca molhada [...] comia um pão sem manteiga pela manhã e o almoço consistia de um pirão de farinha que era servido em uma lata de (ileg.) que se encontrava na porta do sanitário das moças [...] levou bolos de palmatória nas mãos e nas nádegas; que nesta mesma dependência obrigaram o acusado a colocar os testículos espaldados na cadeira; que Miranda e o Escrivão Holanda com a palmatória procuravam acertar os testículos do interrogando; que tal fato não ocorreu porque o interrogado saiu da posição em que se encontrava ocorrendo, inclusive, que, em uma das oportunidades a palmatória que era empunhada por Miranda havia lhe atingido os testículos do acusado; que, por este fato, o interrogado tomou remédio na Sec. de Seg. e na Casa de Detenção, encontrando-se até a presente data com dores [...]" (Paraíba e Pernambuco, 1969)	História - UFCG, Campina Grande, 2014, p. 99 Relatório do Projeto Brasil Nunca Mais, Tomo V Processo de anistia. CA-MJ. Arquivo CEVPM-PB. Requerimento de Anistia. Gabinete Zenóbio Toscano. Arquivo CEVPM-PB.
116	**Pedro Fernandes da Cunha**	Participava da Liga Camponesa de Guarabira. Foi preso em sua cidade e depois levado para Sapé, onde foi torturado.	Requerimento de Anistia. Gabinete Zenóbio Toscano. Arquivo CEVPM-PB.
117	**Plínio Armando Baptista**	"[...] sofreu interrogatórios violentos e sob coação física e moral prestou declarações que constam no referido inquérito; que o declarante é diabético desde a idade dos quatorze anos; que no referido Batalhão de Polícia do Exército foi-lhe dito que o remédio insulina lhe seria cortado, caso não prestasse declarações [...]" (Rio de Janeiro, 1970)	Relatório do Projeto Brasil Nunca Mais, Tomo V
118	**Ramiro de Deus Bonifácio**	"[...] o interrogado assinou depoimento de fls. 93 a 96, sem ter lido e para parar de apanhar." (Paraíba, 1969)	Relatório do Projeto Brasil Nunca Mais, Tomo V
119	**Raquel Costa Goldfarb**	"[...] venho por meio deste, relatar a prisão que eu sofri em 17 de maio de 1983. Eu fazia parte da União da Juventude Socialista, e nesse dia fui convidada a participar de uma pixação em homenagem ao aniversário do Partido Comunista do Brasil (PC do B), e durante essa atividade, fomos presos. Foi uma noite muito violenta e longa, pelas ameaças e humilhações sofridas. Durante a prisão, o nível alto de estresse ocasionou uma diarreia, e enquanto usava o banheiro com a porta aberta, dois homens encapuzados olhavam. Até hoje tem dificuldade de lembrar e aceitar o ocorrido." (Campina Grande, Paraíba, 1983)	Processo de anistia. CA-MJ. Arquivo CEVPM-PB.
120	**Ricardo César Sales da Nóbrega**	"[...] que no ato da sua prisão foi ameaçado de morte, na estrada, pelos federais, dizendo eles, que confessasse logo senão poderia ser pior, retirar as algemas e mandar correr; chegando em Ilhéus, foi colocado em uma sala, onde o esgoto entrava; que recebeu torturas físicas e psicológicas." (Bahia, 1970)	Relatório do Projeto Brasil Nunca Mais, Tomo V

121	**Rômulo de Araújo Lima**	Foi torturado no Rio de Janeiro, mais precisamente no 5º andar do Ministério da Marinha. Lá ficou nu, enquanto recebia "bordoadas", palmatória, "telefone" e era colocado no "pau-de-arara" para receber choques. Passou ao todo 11 dias no Rio de Janeiro sendo torturado, apontando o nome do "comandante Claudio". Mandaram ele cavar a própria cova. Dormia algemado e descoberto, num saco plástico. Foi preso na Ilha das Flores dentro de um sanitário. (Rio de Janeiro, 1969) Como consequência, acabou desenvolvendo problemas mentais.	Oitiva, CEVPM-PB, 20/12/2013. Arquivo CEVPM-PB.
122	**Ubiratan Cortez**	Sofreu torturas psicológicas no DIC em João Pessoa, onde foi obrigado a assistir sessão de tortura em um preso comum, que estava sendo submetido ao pau-de-arara.	Audiência pública "Guerrilha de Catolé do Rocha", CEVPM-PB, 07/8/2014. Arquivo CEVPM-PB.
123	**Valdete Rodrigues Almeida**	Foi presa cidade de Alto Turi-MA pela Polícia Federal e conduzida para a capital do estado. Estava grávida e mesmo assim sofreu torturas alimentares e psicológicas. Esposa de Pedro Coutinho de Almeida. (Maranhão, 1974)	Requerimentos de Anistia (Pedro Coutinho). Gabinete Zenóbio Toscano. Arquivo CEVPM-PB.
124	**Walter da Paz Ratis**	"[...] cheguei ao local em que jazia deitado em um colchão, o paciente. Examinei-o rapidamente e concluí que o mesmo apresentava uma crise de Cistalgia, e que necessitava urgentemente de cuidados médicos intensivos e em local adequado. Mediquei-o de urgência com aplicação de injeções e prescrição de medicamentos para dar curso ao tratamento." (Campina Grande/Paraíba, 1973)	Carta do Médico Firmino Brasileiro ao Jornal "A Palavra" (Arquivo pessoal do jornalista Marcos Marinho)
125	**Washington Alves da Rocha**	Sequestrado em João Pessoa e levado para Recife. Sofreu várias sessões de tortura com pancadas, choques, humilhação, "pula pula" [com os joelhos no chão era obrigado a pular]. Viu outros presos barbaramente torturados, praticamente mortos, passando defronte sua cela. (Pernambuco, 1974)	Audiência pública "As torturas nos militantes do PORT e do PCBR", CEVPM-PB, 19/9/2013. Arquivo CEVPM-PB.

Fonte: Audiência e oitivas da CEVPM-PB; Requerimentos de Anistia Política à Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, encaminhados pelo gabinete do deputado estadual (PB) Zenóbio Toscano (cópia impressa); Processos de Anistia da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça (cópia digitalizada); Relatório do Projeto Brasil Nunca Mais; BRASIL. SEDH. CEMDP. Direito à Verdade e à Memória; Dissertações; Bibliografia.

4 Repressão do Estado e de milícias privadas aos camponeses

4.1 Introdução

Desde o século XIX, no Brasil, os camponeses lutam por um pedaço de terra para viver e trabalhar livre da opressão praticada pelos latifundiários, "donos" da terra e do poder político dominante, que concentram a propriedade rural.

Essa concentração decorre de um processo de formação territorial no qual a estrutura agrária reflete nos conflitos agrários e nas violências praticadas aos camponeses que resistem ao poder dos latifundiários, em diferentes períodos da história. Um exemplo vivo dessa resistência é a história das Ligas Camponesas. Inicialmente, a partir da década de 1950[497], a organização surgiu no estado de Pernambuco, mais precisamente, no município de Vitória de Santo Antão, através de uma associação de foreiros no engenho Galileia, SAPPP (Sociedade Agrícola de Plantadores e Pecuaristas de Pernambuco) formada por 140 famílias que sobreviviam em quinhentos hectares de terra. Essa associação foi criada por iniciativa dos próprios camponeses, inicialmente como uma sociedade civil beneficente, cujo objetivo principal era fundar uma escola primária e criar um fundo mútuo para aquisição de caixões mortuários para enterrar crianças que morriam na região.

A experiência das 140 famílias camponesas, do engenho Galileia, se transformou num grande movimento agrário no Brasil, espalhando-se por alguns estados da federação. Todavia, as Ligas Camponesas foram diuturnamente perseguidas pelos latifundiários e agentes públicos do Estado brasileiro.

Na Paraíba, as ligas camponesas foram criadas a partir de 1958, na cidade de Sapé, e se espalharam por vários municípios. João Pedro Teixeira é uma referência de liderança da Liga Camponesa em Sapé. Por sua atuação junto aos camponeses foi assassinado em 02 de abril de 1962, deixando Elizabeth Altina Teixeira viúva e onze filhos órfãos. Elizabeth Altina Teixeira, mesmo recebendo convite de Fidel Castro para morar com toda sua família no Estado Cubano, continuou a luta de João Pedro na defesa dos camponeses brasileiros[498].

Com o golpe civil-militar, em 1º de abril de 1964, lideranças das ligas camponesas, como Elizabeth Altina Teixeira foi obrigada a abandonar sua família e viver na clandestinidade,

[497] Segundo Francisco Julião foi criada em janeiro de 1955. JULIÃO, Francisco. **Cambão**: a face oculta do Brasil. Recife: Bagaço, 2013, p. 125

[498] Ver: BANDEIRA, Lourdes Maria; MIELE, Neide; SILVEIRA, Rosa Maria Godoy (Orgs.). **Eu Marcharei na tua Luta:** A vida de Elizabeth Teixeira.2 ed. Campina Grande: Eduepb, 2012.

com o nome de Marta Maria da Costa, durante quase todo o período da ditadura-militar; Pedro Inácio de Araújo (Pedro Fazendeiro), desapareceu do 15º Regimento de Infantaria (RI), após a visita de sua esposa Maria Júlia Araújo e de sua filha Joseneide Maria de Araújo no dia 06 de setembro de 1964; João Alfredo Dias (Nego Fuba), desapareceu do 15º Regimento de Infantaria deixando sua família em situação de desespero e numa busca incessante por notícias; e uma legião de camponeses, sem suas lideranças foi obrigada a dispersar do movimento, e, por receio de represália, se desfez de seus documentos que os identificavam como integrantes das Ligas Camponesas da Paraíba.

Conforme depoimentos coletados pela Comissão Estadual da Verdade e Preservação da Memória do Estado da Paraíba (CEVPM-PB), lideranças de apoio e assessoria político/jurídico sofreram perseguição por parte do regime instalado pós golpe de 1964. É o caso de Francisco de Assis Lemos de Souza, que foi preso e torturado em Recife e João Pessoa; Ophélia Maria de Amorim, presa e monitorada pela Justiça através de inquéritos militares e processos judiciais; Agassiz de Almeida cassado o mandato de Deputado Estadual, na Assembleia Legislativa da Paraíba e levado para a prisão em Fernando de Noronha.

Para viabilizar a pesquisa, este grupo de trabalho teve como objetivos: identificar as ações de perseguição praticadas pelo Estado e pelas milícias privadas contra os camponeses no período de 1958[499] a 1985[500], assim como contextualizar e explicitar o projeto de desestruturação das Ligas Camponesas pelo Estado.

Conforme a metodologia adotada pelo GT Repressão do Estado e das milícias privadas aos camponeses - da Comissão Estadual da Verdade e Preservação da Memória do Estado da Paraíba (CEVPM-PB), decidiu-se por apresentar os depoimentos individuais colhidos em audiências públicas; e em oitivas restritas aos membros da Comissão.

Dentre as atividades empreendidas pela CEVPM-PB, estão as oitivas. Estas se diferenciam das audiências públicas, pois são feitas em locais reservados com a interferência apenas dos membros da Comissão, com o intuito de conferir mais conforto aos depoentes para o relato de temas mais delicados.

Os depoentes foram contatados previamente pela coordenação deste GT, oportunidade em que foi marcada a data, o horário e o local para se realizar a oitiva, bem como acordado que os depoimentos seriam filmados e gravados para, posteriormente, serem divulgados neste relatório, e ainda serem recolhidos aos arquivos da Comissão da Verdade. Nas oitivas estiveram presentes, além dos depoentes, a maioria dos membros do GT juntamente com a coordenadora

[499] Ano de criação da Liga Camponesa de Sapé - PB.
[500] Depois do golpe civil-militar, o ano em que um civil ocupa o cargo de Presidente da República.

do grupo e o pessoal da equipe de filmagem. O GT teve a oportunidade de dialogar com os depoentes, com interpelações de perguntas e comentários. Inicialmente, cada depoente foi ouvido individualmente.

Os depoimentos mostraram que não havia uma única possibilidade de continuação das Ligas Camponesas no período da ditadura-militar. Mas os camponeses e lideranças político/jurídico, perseguidos pelo Estado e latifundiários, foram responsáveis pela consciência da luta revolucionária no campo paraibano.

O legado de cada um deles está gravado na história, e nos alerta para o valor que tem a vida em um Estado Democrático. Se olharmos no espelho do passado, os reflexos do horror causado a familiares desses perseguidos, mortos e desaparecidos, no período de 1958 – 1985, veremos seres humanos encurralados entre a angústia e a impotência, mas que não abandonam a busca incessante por justiça e reparação.

Sem dúvida, em cada depoimento realizado sobre a repressão praticada pelo Estado e pelas milícias privadas no campo paraibano é possível mensurar a dimensão de cada uma dessas instituições, que frequentemente se inter-relacionam. Segundo depoimento de Severino Francisco Xavier[501], se referindo aos policiais e aos "capangas" das propriedades rurais - "quando começou o quebra-quebra foram lá atrás dos caras de chapéu; atrás das Ligas para pegar as carteiras".

4.2 Audiência pública em Sapé-PB com lideranças das ligas

A segunda audiência pública da CEVPM-PB foi realizada em conjunto com a Comissão Nacional da Verdade (CNV), no Município de Sapé-PB, no dia 15 de julho de 2013. Nessa audiência foram ouvidos os relatos e memórias de: Francisco de Assis Lemos de Souza, Ophélia Maria de Amorim, Elizabeth Altina Teixeira, Antônio José Dantas e Josineide Maria de Araújo

[501] Depoimento de Severino Francisco Xavier, no livro: HAM Antônia M. Van; CALADO, Alder Júlio; SEZYSHTA, Arivaldo J.; GIACOMELLI, Gabrielle; IENO, Gláucia M. de Luna (Orgs.) **Memória do Povo**: João Pedro Teixeira e as Ligas Camponesas na Paraíba. Deixemos o povo falar. João Pessoa: Idéia, 2006, p. 60.

4.2.1 Francisco de Assis Lemos de Souza (Assis Lemos)

Fonte: Arquivo da CEVPM-PB

Francisco de Assis Lemos de Souza, brasileiro, paraibano, casado com Nydia Franca Lemos de Sousa, aos 84 anos de idade afirma que esteve preso com João Alfredo Dias (conhecido como Nego Fuba) e Pedro Inácio de Araújo (conhecido como Pedro Fazendeiro), após o golpe de 1964, no quartel do 15º Regimento de Infantaria (RI), sob a responsabilidade do Major José Benedito Montenegro dos Magalhães Cordeiro.

Relata Assis Lemos, que sua prisão ocorreu no dia 6 de abril de 1964, em Recife, e logo em seguida fora transferido para João Pessoa, e no dia 9 de abril transferido para ilha de Fernando de Noronha. Pouco tempo depois retorna a João Pessoa, onde ficou preso no 15º RI, na mesma cela de Nego Fuba, e na cela ao lado estava Pedro Fazendeiro. Destaca que:

> O Nego Fuba voltou do interrogatório e disse: 'vou morrer na prisão'. [...] 'O Major Cordeiro quer que eu confesse o crime que eu não cometi'. À noite do dia 7 de setembro foi solto, até hoje não apareceu. Com Pedro Fazendeiro a mesma coisa, estava preso, acusado da mesma coisa e foi solto também, e até hoje não apareceu. [...] Essas duas figuras estavam comigo, foram soltos foram entregues ao Coronel Luiz de Barros, da Polícia da Paraíba. Eu vi, quando os dois foram entregues [...]. Então, são denúncias que a gente precisa retornar a fazer para que a história da Paraíba não passe no escuro do que aconteceu de violência, de maldade na época do golpe militar aqui no nosso país. [...] eu quero aproveitar exatamente para denunciar que quem se encarregou de entregar aos matadores, Luiz de Barros da Polícia Militar e o Coronel Cordeiro do 15º RI[502].

Em se tratando das condições de vida e trabalho dos camponeses paraibanos, no período de 1958 a 1964, destaca que:

> Eu como agrônomo observei no campo, naquela época, a injustiça que estava acontecendo, que era o chamado cambão, que era o trabalho de graça, para o camponês morar numa fazenda ele tinha a obrigação de dar alguns dias de

[502] Depoimento Francisco de Assis Lemos de Souza na Audiência Pública da CEVPM-PB sobre "Perseguição às Ligas Camponesas na Paraíba", realizada em Sapé-PB, em 15/7/2013. Arquivo da CEVPM-PB.

> graça, de trabalho de graça na fazenda, e era chamado cambão, que na Idade Média era a corveia, então nós estávamos aqui no Brasil na Idade Média, e a luta que na época se dizia que era pelo comunismo, pelo socialismo, foi na realidade uma luta pelo capitalismo. Sair do sistema feudal para entrar no sistema capitalista. Era o trabalho de graça. O camponês trabalhava e para morar na fazenda, plantar alguma coisa, ele dava dois ou três dias de trabalho gratuito na propriedade, que era o chamado cambão, aqui no Nordeste. [503]

Assis Lemos finaliza seu depoimento à CEVPM-PB, agradecendo ao público, dizendo ter uma satisfação muito grande em voltar ao seu estado, lugar onde pretende viver até os seus últimos dias.

Em sua obra intitulada "O Vietnã que não houve: ligas camponesas e o golpe de 1964" ele afirma que com o trabalho das ligas camponesas o trabalhador rural passou a ser chamado de camponês; as ligas camponesas conquistaram para o Município de Sapé-PB um posto do Serviço de Assistência Médica Domiciliar de Urgência (SAMDU)[504]; um posto do Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS); uma agência do Banco do Brasil, a primeira do país a conceder financiamento, com juros subsidiados e assistência a pequenos proprietários, rendeiros, foreiros, meeiros e camponeses em geral; um posto dos Correios e Telégrafos para o distrito de Sobrado-PB; uma unidade Médica Hospitalar, com seis médicos de especialidades diferentes, que atendiam diariamente.

4.2.2 Ophélia Maria de Amorim

Fonte: Arquivo da CEVPM-PB

[503] Idem.

[504] Ophélia Maria de Amorim, em depoimento prestado a CEVPM-PB (Audiência Pública sobre "Perseguição às Ligas Camponesas na Paraíba", realizada em Sapé-PB, em 15/7/2013. Arquivo da CEVPM-PB), recorda uma surra que Assis Lemos e Pedro Fazendeiro levaram no município de Itabaiana, em 1962.Ela afirma que o encontrou repleto de hematomas no rosto. O motivo da violência teria sido a instalação de dois postos Médicos do Serviço de Assistência Médica Domiciliar e de Urgência (SAMDU), um no Município de Itabaiana e outro no Município de Pilar/PB, ambos os municípios dominados pela família Veloso Borges.

Ophélia Maria de Amorim, advogada, paraibana, militante política e defensora das Ligas Camponesas na Paraíba. Foi presa e respondeu Inquéritos Policiais Militar e cinco Processos-Crime, não havendo condenação em nenhum deles, mas ficou marcada como ativista contra o regime de ditadura militar. Em seu depoimento, relata que entrou para as Ligas Camponesas na Paraíba através de um amigo (Leonardo Leal[505]).

Sua primeira atuação como advogada das Ligas Camponesas da Paraíba foi a pedido de João Pedro Teixeira, Assis Lemos e Leonardo Leal para soltar um camponês da prisão, mediante uma ação de *Habeas Corpus*.

Como advogada, destaca que havia tratamentos diferenciados entre os juízes da Justiça do Trabalho e os juízes da Justiça Estadual, diante das causas camponesas. Para ela, os juízes da justiça do trabalho muitas vezes levavam as reclamações trabalhistas dos camponeses à diante, diferentemente dos juízes da justiça estadual que, frequentemente, arquivavam os processos dos camponeses contra os proprietários de terra (latifundiários). Quanto a sua atuação junto aos movimentos sociais e as ligas camponesas, afirma que:

> Fazíamos concentrações e movimentos muito pacíficos, nunca houve vandalismo nunca houve quebra-quebra, os camponeses tinham o maior respeito pelas pessoas. E quando se concentravam, quando faziam as suas passeatas, eram da forma ordeira e respeitando as pessoas e as propriedades, digamos assim [...] nunca houve quebra-quebra[506].

Como militante política, destaca que estava presente no comício do presidente João Goulart na Central do Brasil, na cidade do Rio de Janeiro[507]. No evento, Jango anunciou, através de dois decretos, a desapropriação das refinarias particulares que havia no Brasil e não estavam nas mãos da Petrobras, bem como as terras circunvizinhas de todas as rodovias, açudes e ferrovias federais.

Após o golpe civil-militar em 1964, Ophélia Maria de Amorim passou a ser procurada no estado da Paraíba. Foi presa e levada para o 15º RI, junto com outras mulheres, sendo a maioria delas professoras da Campanha de Educação Popular (CEPLAR) e do movimento operário. Depois foi transferida para o Grupamento de Engenharia ficando, inclusive, presa junto com Elizabeth Altina Teixeira, na mesma cela.

---

[505] Leonardo Leal era dentista e dirigente do Partido Comunista, participou das reuniões na casa de João Pedro Teixeira e na sapataria de "Nego Fuba" para elaborar a proposta de fundar a Liga Camponesa de Sapé-PB.

[506] Depoimento de Ophélia Amorim na Audiência Pública sobre "Perseguição às Ligas Camponesas na Paraíba", realizada em Sapé, 15/7/2013. Arquivo da CEVPM-PB.

[507] Em 1964, Ophélia Maria Amorim foi indicada pelas Ligas Camponesas da Paraíba para ocupar o cargo de advogada da Superintendência da Reforma Agrária (Supra) – órgão que foi substituído pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

Sobre o major Ney de Aquino, responsável pelos Inquéritos Policiais Militares (IPMs) afirma que:

> Meia noite ele me chamou para eu prestar o meu primeiro depoimento, e aí ele me disse assim: então a senhora...você... é famosa por seus discursos. Então você vai prestar seu depoimento em tom de discurso: suba ali! – era um tablado assim – suba ali, e vá falar como você fala nas Ligas, incitando os camponeses[508].

Afirma também que, quando foi levada pelo coronel Hélio Ibiapina para prestar depoimento em Recife, após três dias, o mesmo lhe fez uma proposta:

> Ele disse: olhe, eu acho que o seu problema é casar, você precisa casar! – Aí eu disse assim: não coronel! – Ele disse assim: olha, tem um capitão aqui solteiro, aliás, ele vai embarcar amanhã pra integrar as tropas do Brasil no canal de Suez. Então eu vou lhe apresentar ele [...] eu vou lhe apresentar esse capitão, ele vai ficar três meses em Suez, e quando ele voltar vamos fazer o seu casamento. Aí eu disse: mas coronel, eu não posso me casar com um homem que eu não conheço, nunca vi... e também a contradição entre nós dois é muito grande, ele nunca vai me aceitar e nem eu vou aceitá-lo. Bom, então consegui me safar dessa também, que Ibiapina me propôs[509].

O referido "coronel autorizou sua volta à Paraíba, onde respondeu um Processo Crime perante a 7º Auditoria Militar. Foram cinco processos contra a Lei de Segurança Nacional. Incomodada com toda perseguição na Paraíba, Ophélia Maria de Amorim decidiu se mudar para o estado de São Paulo, onde vive atualmente.

4.2.3 Elizabeth Altina Teixeira

Fonte: Arquivo da CEVPM-PB

Elizabeth Altina Teixeira, brasileira, paraibana, camponesa, casada com João Pedro Teixeira. Após assassinato do seu esposo, em 2 de abril de 1962, assumiu a liderança das Ligas

[508] Depoimento de Ophélia Maria Amorim. Ibidem.
[509] Idem.

Camponesas no Município de Sapé-PB. Em seu depoimento, aos 89 anos de idade, fez um discurso já conhecido de muitas outras oportunidades em que foi chamada a contar a história das lutas dos camponeses paraibanos. Defendeu o legado de João Pedro como líder das Ligas na Paraíba, além de identificá-lo, na vida pessoal, como um bom marido e um excelente pai.

No que se refere a sua atuação como presidente da Liga de Sapé-PB, destaca as injustiças praticadas no campo paraibano, e recorda o dia em que quatro famílias foram ameaçadas de expulsão dos engenhos Antas e Melancia. Segundo ela, os moradores dos respectivos engenhos buscavam ajuda, e foram até sua casa pedir que intercedesse junto aos proprietários dos engenhos para evitar a possível expulsão, pois se encontravam em difícil situação e não tinham para onde ir. Ela tentou solucionar a questão, mas não obteve êxito.

Em represália à sua atuação em favor desses camponeses, Elizabeth quando retornou a sua residência deparou-se com dois carros da polícia militar repleto de policiais que alvejam alguns tiros em direção a sua casa. Ditos policiais, a levaram para uma delegacia em João Pessoa-PB, que após prestar depoimento foi liberada, voltando para Sapé-PB num carro que estava a serviço das Ligas Camponesas da Paraíba. Depois de passar na sede das Ligas, vai para casa, onde encontrou sua filha Marluce Altina Teixeira agonizando, por ter ingerido veneno com mel. Consegue ainda levá-la para um hospital em João Pessoa, porém ela não resistiu e veio a óbito com apenas dezoito anos de idade

Apesar das duas grandes perdas, o marido e a filha mais velha, Elizabeth Altina Teixeira se manteve firme na luta e nas Ligas camponesas. Perseguida constantemente, pela força dos latifundiários e suas milícias privadas da época, teve todo o apoio e solidariedade dos seus companheiros e companheiras.

Com o advento do golpe civil-militar de 1964, foi presa pelo Exército, todavia, segundo ela, recebeu um bom tratamento enquanto esteve na prisão. Elizabeth ficou reclusa no I Grupamento de Engenharia, que tinha à frente o major Ney de Aquino. Ela não foi a única a relatar bom tratamento neste local, outros como Francisco de Assis Lemos de Souza e Ophélia Maria Amorim também compartilham da mesma opinião. Segundo Elizabeth, os presos políticos recebiam visitas dos familiares e de amigos.

Elizabeth ficou presa durante três meses e vinte e quatro dias. Quando foi liberada recebeu um alerta de que ela não poderia voltar para casa, pois seria presa novamente. Por isso, relata que teve de fugir da Paraíba e foi para o Rio Grande do Norte, com apenas um dos dez filhos. Fixou-se na cidade de São Rafael, numa casa cedida por um amigo de João Pedro Teixeira.

Na clandestinidade, Elizabeth Altina Teixeira trocou seu nome para Marta Maria da Costa, com o objetivo de não ser identificada, e teve sua filha Anatilde Targino Alves[510]. Nessa situação viveu quase vinte anos. A Lei de Anistia de 1979 facilitou seu reencontro com o cineasta Eduardo Coutinho, no início da década de 1980, ocasião em que retomaram a gravação do premiado filme[511] "Cabra Marcado para Morrer". Sobre o reencontro, ela destaca a gratidão que sente pelo cineasta, que a devolveu a Paraíba, comprando a casa que ainda hoje mora, no bairro de Cruz das Armas, em João Pessoa-PB.

Em depoimento para o livro "Eu Marcharei na tua luta! A vida de Elizabeth Teixeira" ela relata que foram anos de muita solidão e de sofrimento, vivia apenas da saudade dos filhos, mas não podia entrar em contato com eles. Sabia que se voltasse seria presa, que a polícia estava lhe aguardando e que seria assassinada, pois a mesma tinha ódio dela. Ela disse ainda que nunca se enganou com o coronel Luiz de Barros quando ele dizia: "Mulher sem vergonha! Vá cuidar dos teus filhos ao invés de andar acompanhada desse bocado de macho".

4.2.4 Antônio José Dantas

Fonte: Arquivo da CEVPM-PB

Antônio José Dantas, brasileiro, paraibano, líder da Liga Camponesa no Município de Santa Rita-PB. Em seu depoimento relata que seu primeiro encontro com João Pedro Teixeira e Elizabeth Altina Teixeira se deu na cidade do Recife-PE. João Pedro Teixeira trabalhava numa Pedreira e se encontrava em situação precária. Ele tomou a decisão de levá-los ao Partido Comunista e apresentá-los a alguns dirigentes que conhecia, para que providenciassem condições financeiras para Elizabeth voltar à Paraíba.

[510] No Depoimento de Elizabeth Altina Teixeira, na Audiência Pública sobre "Perseguição às Ligas Camponesas na Paraíba", realizada em Sapé, 15/7/2013, ela silencia sobre a existência de Anatilde como filha. Posteriormente, questionada por um dos membros da Comissão da Verdade ela – não revela as condições em que teve sua filha Anatílde, no Rio Grande do Norte – comenta apenas que a criou sozinha. Mas reconheceu que Anatilde tinha o direito de contar sua história. História registrada através de uma oitiva em 8 de agosto de 2017, pela CEVPM-PB.
[511] Prêmio Gaivota de Ouro no Festival Internacional de Cinema, na cidade do Rio de janeiro, em 1984.

Sobre a sua viajem ao Estado Cubano, Antônio Dantas não entrou em maiores detalhes, destacou apenas que teve de enfrentar algumas dificuldades para conseguir a permissão de viajar (o visto), mas foi ajudado com a intermediação do então Governador de Pernambuco, Miguel Arraes.

Sobre sua atuação nas Ligas Camponesas, afirma que foi bastante perseguido na Paraíba. Mesmo assim, chegou a visitar vários engenhos para organizar os camponeses. Identifica a família Ribeiro Coutinho como um dos grupos de proprietários de terras que detinha o maior poder político e econômico no campo paraibano.

Destaca que foi preso e chegou a conversar com João Alfredo Dias (Nego Fuba) na prisão, alertando-o para não ir para casa depois de solto, pois correria o risco de ser pego pela polícia.

Afirma também que o Partido[512], logo após seu retorno da viagem a Cuba, o encarregou de ir à zona rural para selecionar alguns camponeses que seriam destinados a receber treinamento de guerrilha[513]. Conta que realizou esse trabalho com a ajuda de Antônio Teixeira.[514]

Para Antônio José Dantas, o movimento das Ligas Camponesas foi conhecido amplamente não apenas no Brasil, mas inclusive nos Estados Unidos (EUA), chegando ao ponto do presidente Kennedy anunciar que desejava visitar o Brasil para conhecer mais a respeito das Ligas. Segundo ele, apesar de todos se referirem às ligas camponesas, só a sua entidade em Santa Rita foi registrada em Cartório com o nome de "Liga Camponesa". Não houve nenhuma associação ou organização registrada oficialmente com esse nome.

> Agora, eu fiz uma, organizei uma liga camponesa em Santa Rita, registrei no cartório [...] botei num artigo [...] se eu sair dessa... se eu passar essa associação pra outra pessoa, se eu abandonar, se eu tiver necessidade [...] não precisa mais fazer reunião, porque eu botei na ata aí, justamente Assis Lemos[515].

[512] Na expressão "o partido" é possível, que ele estivesse se referindo as Ligas Camponesas vinculada à ala dos "Julianistas", e não ao Partido Comunista, que discordava de uma radicalização nas lutas do campo.

[513] Conta que não fazia nenhum registro dessas atividades, nem sequer anotava os nomes dos camponeses selecionados, percebe-se que era uma ação bastante sigilosa. Cita o nome de Adauto Freire, dando a entender que era a pessoa que recebia os camponeses para destiná-los aos locais de treinamento de guerrilha. Ver PESSOA. Victor Gadelha. **As ligas camponesas da Paraíba**: história e memória. 2015. Dissertação. (Mestrado em História). CCHLA. UFPB. João Pessoa, 2015.

[514] Então Prefeito do Município de Santa Rita, que fazia oposição ao grupo dos Ribeiro Coutinho. Ver GADELHA, op. cit.

[515] Depoimento de Antônio José Dantas na Audiência Pública sobre "Perseguição às Ligas Camponesas na Paraíba", realizada em Sapé, 15/7/2013. Arquivo da CEVPM-PB.

Em outro momento do depoimento, apesar da fala bastante confusa e desconexa, deixou evidente o ressentimento em relação a Assis Lemos no que se refere às disputas internas das Ligas Camponesas da Paraíba.

Conforme relata Antônio José Dantas, toda a documentação das ligas camponesas foi apreendida pelo exército, após o golpe civil-militar.

4.2.5 Josineide Maria de Araújo

Fonte: Arquivo da CEVPM-PB

Josineide Maria de Araújo (Neide), brasileira, paraibana, filha de Pedro Inácio de Araújo (Pedro Fazendeiro) e Maria Júlia de Araújo, prestou dois depoimentos: O primeiro na audiência pública em Sapé-PB e outro na oitiva sobre a família de Pedro Fazendeiro, na sala da CEVPM-PB (na Fundação Casa de José Américo), em João Pessoa-PB, no primeiro depoimento em audiência pública, ela relatou que na época do movimento da Liga Camponesa morou em Sapé, na rua Getúlio Vargas e estudou o ensino primário (hoje ensino fundamental I) no colégio Gentil Lins; que quando seu pai estava vivo e atuante naquele movimento chegou a participar da Liga Camponesa fazendo as carteirinhas para os associados, geralmente aos sábados; que presenciou vária prisões do seu pai na Delegacia Pública de Sapé-PB.

> Vi meu pai ser preso várias vezes. Às vezes porque um camponês tava trabalhando no campo, então os capangas iam lá, arrancavam as lavouras dele. Meu pai ia lá, juntava outros camponeses, e plantava a lavoura. Às vezes ele tava trabalhando, mesmo sozinho, e chegava a polícia, comandada pelo [...] coronel Luiz de Barros, e trazia meu pai preso [...] uma das cenas eu não esqueço nunca: eu tava chegando da aula, no grupo Gentil Lins, e quando eu vi, passou um caminhão por mim, é... em cima tava repleto de policiais, e no meio daqueles policiais todinho estava meu pai. E eu olhei assim pra ele, e eu não entendia... aquela cena e não entendo até hoje. Eu não entendia como é que um homem simples, do campo, estava escoltado daquele jeito como se fosse um bandido[516].

[516] Depoimento de Josineide Maria de Araújo na Audiência Pública sobre "Perseguição às Ligas Camponesas na Paraíba", realizada em Sapé, 15/7/2013. Arquivo da CEVPM-PB.

Afirmou que, por conta das perseguições e do sofrimento da família, seu pai, decidiu transferir a família para residir em João Pessoa, onde as crianças poderiam avançar nos estudos[517].

Destacou que com o golpe civil-militar em 1 de abril de 1964, Pedro Inácio de Araújo ficou escondido por alguns dias na casa de amigos em João Pessoa: na casa de Dona Maria Rita, que ficava próximo a sua; e nas terras de Tibúrcio Magliano, irmão de Álvaro Magliano[518].

Destacou também que, num certo dia, não aguentando mais a situação, Pedro Fazendeiro voltou para sua casa, ficando num quartinho separado da residência. Certo dia ele toma uma decisão e disse: "quem não deve, não teme. Eu vou me apresentar. Até porque se [...] o coronel Luiz de Barros, se eu for pego por ele, eu sei que eu não saio vivo"[519].

Ao se apresentar no Exército, Pedro Inácio de Araújo acabou ficando preso no 15º RI, passando a receber visitas de familiares aos domingos e quartas-feiras. Foi transferido para o I Grupamento de Engenharia para prestar depoimentos, retornando em seguida para o 15º RI.

Afirmou que, no dia 6 de setembro de 1964 sua mãe, Maria Júlia, perguntou a Pedro Fazendeiro se ele tinha alguma esperança de sair da prisão, e recebendo como resposta "eu não tenho nenhuma esperança [...] o Major Cordeiro quer que eu diga coisas que eu não sei"[520]. O major queria saber sobre o local onde tinha armas escondidas e esclarecimentos sobre a morte de Rubens Régis.

Contou ainda que sua mãe, Maria Júlia, reconheceu o corpo de Pedro Inácio de Araújo na foto de uma matéria publicada no jornal Correio da Paraíba, em 10 de setembro de 1964. "Ela me mostra e diz: 'se esse homem não for seu pai, e se ele não tiver quem chore por ele, ele arranjou a mim para chorar', eu olhei o jornal, e a partir daquele momento [...] eu sabia que aquele homem era meu pai, pela compleição física dele"[521].

[517] De acordo com o Apanhado Taquigráfico da audiência da Comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal, em 24 de agosto de 1995, Nadieje de Araújo, filha mais velha de Pedro Fazendeiro, esclareceu que seu pai passava a semana em Miriri, onde era posseiro de um pequeno sítio, em Sapé. Apenas nos finais de semana frequentava a casa que havia alugado em João Pessoa.
[518] Ver PESSOA, Victor Gadelha. Op. cit.
[519] Depoimento de Josineide Maria de Araújo. Ibidem.
[520] Idem.
[521] Idem.

4.3 Família de Elizabeth Altina Teixeira e João Pedro Teixeira

Fonte: Imagem do Filme *Cabra Marcado Para Morrer*. Cineasta Eduardo Coutinho.

Elizabeth Altina Teixeira, matriarca da família, em depoimento à CEVPM-PB, ao comentar sobre o seu casamento com João Pedro Teixeira, destaca que era um homem pobre, ao contrário da sua família, que tinha posses: carros, um armazém e mercadorias. Seu pai, Manoel Justino da Costa, era um homem que tinha boa condição financeira e não aprovou seu namoro com João Pedro Teixeira. Por conta disso, os dois fugiram, em 10 de junho de 1942, casaram-se e constituíram a sua própria família[522] A primeira filha do casal, Marluce Altina Teixeira, nasceu na maternidade Cândida Vargas, em João Pessoa-PB, no dia 13 de Julho de 1944, meses depois, eles se mudaram para Recife-PE e no período que lá estiveram, nasceram os filhos: Abraão Pedro Teixeira, em novembro de 1945; Isaac Pedro Teixeira, em 1948; Marta Cristina Teixeira, 1950; Paulo Pedro Teixeira e Maria das Neves Teixeira, em 1954[523].

Em Pernambuco, João Pedro trabalhava numa pedreira, foi alfabetizado por Elizabeth, e começou a se envolver nas questões políticas. Ele sempre sustentou que acreditava em Deus (era evangélico), mas que precisava lutar por melhores condições de vida. Pensando assim,

[522] Relata Elizabeth que João Pedro era protestante, mas depois de uns três anos em que viveram no Recife ele começou a se afastar da igreja. "As reuniões com os companheiros de trabalho, os operários, passaram a ser muito mais importantes. Ele recebia e vendia, bem barato, um jornalzinho, que informava e defendia o povo. Fazia reuniões duas, três, quatro vezes por semana e até aos domingos". Ver livro ROCHA, Ayala A. **Elizabeth Teixeira:** Mulher da Terra**.** João Pessoa: CCTA, 2016, p 63-64.

[523] Todos os filhos de Elizabeth Teixeira tiveram as datas de nascimento alteradas na Certidão de Nascimento, o que era comum naquela época.

passou a organizar os operários que trabalhavam nas pedreiras. A partir daí, os proprietários se recusavam a lhe dar trabalho[524].

Em situação financeira difícil, de volta ao estado da Paraíba, em 10 de maio de 1954, o casal e seus seis filhos pequenos foram morar na casa situada em Barra de Antas, no Município de Sapé. Durante o período entre 1954 e 1962, Elizabeth, cuidava da casa e da família sem nenhum envolvimento político. João Pedro, ao contrário, participava dos movimentos sociais e políticos, na luta por melhores condições de vida e trabalho no meio rural. Por sua atuação sofreu todo tipo de repressão.

Contrariando os interesses de Manoel Justino da Costa, o casal aumenta sua família, tiveram mais cinco filhos na Paraíba: Maria José Teixeira, em 1956; Carlos Antônio Teixeira, em 1957; José Eudes Teixeira; João Pedro Teixeira Filho[525]; Marinês Altina Teixeira, em 1961.

João Pedro, Pedro Inácio de Araújo, João Alfredo Dias, outras lideranças políticas e vários camponeses fundaram em 1958 a Liga Camponesa em Sapé-PB, e juntos passaram a conscientizar politicamente o campesinato paraibano. Esse movimento, portanto, mexeu com os interesses dos proprietários de terra no Estado da Paraíba.

Em 2 de abril de 1962, João Pedro Teixeira foi assassinado pelas milícias privadas[526]. O então juiz de direito da comarca de Sapé, Walter Rabello Pessoa da Costa, após receber o inquérito do delegado Francisco Maria Filho e a denúncia do promotor Eurico Santiago Rangel, responsabilizou pelo crime, os policiais Francisco Pedro da Silva (conhecido como Chiquinho), Antônio Alexandre da Silva e o vaqueiro Arnaud Nunes Bezerra, todos os três como os autores materiais do crime. Além dos latifundiários Aguinaldo Veloso Borges, Pedro Ramos Coutinho e Antônio José Tavares (conhecido também como Antônio Vitor), qualificados como autores intelectuais do crime. O processo, que deveria ser apreciado pelo Tribunal de Justiça da Paraíba, desapareceu.

A morte de João Pedro Teixeira gerou grande comoção popular, ganhando repercussão tanto na mídia nacional como internacional. Fidel Castro convidou Elizabeth para ir morar em Cuba. Ela preferiu assumir a luta do esposo nas Ligas Camponesas, mas enviou seu filho Isaac Pedro Teixeira, em 1963, para estudar em terras cubanas. As perseguições que sofria João Pedro foram transferidas para Elizabeth e ela foi presa em 1964, logo após o golpe civil-militar.

---

[524] Ver livro BANDEIRA, Lourdes Maria; MIELE, Neide; SILVEIRA, Rosa Maria Godoy (Orgs.). Op. cit., p. 56.
[525] As datas de nascimento de José Eudes Teixeira e João Pedro Teixeira Filho não foram informadas pela família.
[526] Apesar de Elizabeth não explicitar, é de conhecimento que os policiais agiram a mando de latifundiários da região. Ver PESSOA, Victor Gadelha. Op. cit.

Com a prisão de Elizabeth, oito dos seus onze filhos foram "leiloados" entre os familiares de Manoel Justino da Costa. Assim, **Paulo Pedro Teixeira** foi ser criado, em Recife, por Euclides Justino; **Marta Cristina Teixeira**, que queria ir para Cuba estudar jornalismo, foi morar com o avô, Manoel Justino, para cuidar dos irmãos Marinês e João Pedro que eram bem pequenos; **Maria das Neves Teixeira** foi ser criada por Beatriz Altina Justino; **Maria José Teixeira** foi ser criada por Severina Altina Justino; **José Eudes Teixeira**, que queria fundar uma associação com o nome de João Pedro Teixeira, foi ser criado por Eudes Justino; **Carlos Antônio Teixeira** foi entregue a um amigo de João Pedro Teixeira que morava na cidade de Recife-PE, ele foi resgatado pela mãe e caiu na clandestinidade; **João Pedro Teixeira Filho** foi ser criado pelo avô Manoel Justino; **Marinês Altina Teixeira**, também ficou com o avô, mas aos onze anos foi enviada para viver na casa de Antônio José Tavares (conhecido também como Antônio Vitor), um dos acusados do assassinato de João Pedro Teixeira.

Os outros três filhos "escaparam" desse "leilão" pelos seguintes motivos: **Marluce Altina Teixeira** havia suicidado em 1963[527]; **Abraão Pedro Teixeira** estudava no Liceu Paraibano e vivia na Casa do Estudante, em João Pessoa-PB, que segundo depoimento de seu irmão Isaac**,** o mesmo pedia esmola no parque Sólon de Lucena para sobreviver; **Isaac Pedro Teixeira** morava e estudava em Cuba[528].

Em depoimento prestado a este Grupo de Trabalho, Isaac Pedro Teixeira fez um resumo da figura de João Pedro Teixeira – "não tinha uma formação universitária, mas era uma figura extraordinária"; uma pessoa que tinha a capacidade de reunir milhares de pessoas "sem usar de meios tecnológicos que temos hoje em dia". Tinha uma ideologia "que defendia sempre as classes mais oprimidas, os trabalhadores rurais".[529]

[527] "Vimos Elizabeth na residência do deputado Julião profundamente deprimida após o suicídio da filha mais velha [...] uma bonita jovem de 18 anos." In: BARRETO, Lêda. **Julião, Nordeste e Revolução**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963, p. 130.
[528] Dos onze filhos, na data dos depoimentos para a CEVPM-PB, cinco já faleceram Marluce Altina, Abraão Pedro, Paulo Pedro, José Eudes e João Pedro Filho.
[529] Depoimento de Isaac Pedro Teixeira à CEVPM-PB, em 25/7/2014. Arquivo da CEVPM-PB.

4.3.1 O encontro pós ditadura militar

Fonte: Arquivo da CEVPM-PB

Desde a separação em 1964, somente em 2014, através de um acordo de cooperação entre a CEVPM-PB com a Comissão da Verdade do Rio de Janeiro, a família de Elizabeth e João Pedro Teixeira, pela primeira vez se reencontrou na vida real. Em uma sala na Fundação Casa de José Américo, onde funciona a Comissão da Verdade da Paraíba e no Memorial das Ligas Camponesas, os seis irmãos se emocionaram ao relembrarem os horrores sofridos pela "destruição" familiar de outrora.

Na foto abaixo, da esquerda para a direita estão: Maria José, Isaac Pedro, Carlos Antônio, Marinês Altina (recebendo o carinho de Elizabeth), Maria das Neves e Marta Cristina.

Fonte: Arquivo da CEVPM-PB

4.3.2 Depoimentos nas Oitivas

4.3.2.1 Maria José Teixeira

Fonte: Arquivo da CEVPM-PB

Maria José Teixeira, brasileira, nasceu na Paraíba, em 17 de junho de 1956, filha de João Pedro Teixeira e Elizabeth Altina Teixeira, em seu depoimento destaca, que em 1964, com o golpe civil-militar, sua mãe fugiu para não morrer porque os policiais, quando ela saiu da prisão foram procurá-la para matá-la.

> [...] chegando lá em casa, só tinha criança, reviraram toda a casa procurando ela e não encontraram, e como só tinha criança colocaram a gente numa fila pra matar, mas teve um dos comparsas que queria matar minha mãe disse: 'como só tem criança, vamos deixar eles vivos'. Nós ficamos só na casa, por muito tempo, depois de um certo dia foi um tio meu lá, mas nós não conhecíamos a família da minha mãe [...] esse tio chegou, se identificou e disse que a noite iria lá para decidir com a família o que ia fazer com as crianças que estavam sozinhas lá na casa abandonada. Então à noite ele foi num caminhão já decidindo a levar todos nós para a casa do meu avô. Viemos todos, chegando na calçada da casa do meu avô não entramos, na calçada mesmo foi feita uma fila e fomos divididos entre a família, cada um dos tios ficou com uma das crianças. Meu avô ficou com os dois mais novos e a mais velha, e o restante foi distribuído nas casas de familiares[530].

Sobre a tia que a criou afirma que, "ela dizia que minha mãe estava morta, tanto minha tia como meu avô diziam "sua mãe morreu; sua mãe tá morta". Diziam que ela não prestava. Sempre essa tecla, "sua mãe e seu pai não prestam... sua mãe está morta". Contou também do seu o reencontro com a mãe, Elizabeth Teixeira, com a seguinte informação:

> [...] foi em 82, eu já estava casada. O tempo todo estava na dúvida se ela estava viva ou morta... inclusive na escola quando era o Dia das Mães, a professora pedia pra recitar poesia e a minha poesia era pra mãe morta... todo ano. [...] aí em 82 eu já tinha meus filhos, foi quando Eduardo Coutinho foi na minha casa e disse que mamãe estava viva. Ele disse "sua mãe está viva, está no Rio Grande do Norte". Foi quando eu tive certeza, porque até lá eu estava na

[530] Depoimento de Maria José Teixeira à CEVPM-PB, em 17/12/2014. Arquivo da CEVPM-PB.

> dúvida [...] um mês e meio depois, quando estava colocando minha filha pra dormir que eu senti assim – sua mãe está chegando! Aí eu coloquei minha menina no berço e fui até o portão quando eu cheguei lá ela estava na porta. Chegou junto com a esposa de Abraão. Ela se identificou. E a reação foi assim né, emoção. Porque assim, eu nunca tive a certeza se ela estava viva ou morta, ficava sempre na dúvida[531].

Ao relembrar o assassinato do irmão José Eudes, praticado por João Pedro, afirma que sua mãe recebeu nove hectares de terra de uma herança familiar e os disponibilizou para o filho José Eudes morar e trabalhar, justificando que:

> José Eudes tinha vindo do Rio, e perguntou a ela – a senhora vai fazer o que com a sua parte? Vai vender? Aí ela disse "não, como você veio agora, e não tem onde morar, você quer morar lá?" Ele disse "eu quero". Ela disse: "pois então a terra fica lá pra você morar e quem quiser trabalhar na terra". Com ajuda de Isaac, José Eudes constrói uma casa e forma uma associação, com o nome Associação João Pedro Teixeira. [...] Isso pra família da minha mãe foi horrível [...] mamãe me chama pra ir lá visitar José Eudes ... fui com ela, quando a gente chega lá José Eudes vem falar com mãe pra ela falar com Peta (João Pedro) "porque Peta não tá querendo que a associação continue" [...] já na calçada a gente pensou que estava tudo resolvido, aí mamãe pegou na mão dos dois e disse: "eu quero ver os dois aqui na terra trabalhando" mas aí ele disse: "mas eu não quero", sacou a arma e atirou em José Eudes[532].

Maria José deixou bem claro em seu depoimento que, os filhos de Elizabeth Altina Teixeira tiveram não só o rompimento familiar, mas, também, uma alteração em suas identidades [...] "quando a gente foi pra casa dessa minha tia, ela não queria que meu nome tivesse Teixeira e o marido dela também não aceitava, porque filho de João Pedro Teixeira e Elizabeth Teixeira tinha que tirar o nome porque pra eles, João Pedro Teixeira não prestava".[533]

4.3.2.2 Isaac Pedro Teixeira

Fonte: Arquivo da CEVPM-PB

[531] Idem.
[532] Idem.
[533] Idem.

Isaac Pedro Teixeira, brasileiro, médico, nasceu em Pernambuco em 1948, filho de João Pedro Teixeira e Elizabeth Altina Teixeira, foi viver e estudar em Cuba quando tinha apenas 14 anos de idade. Em seu depoimento destaca que, não estava na "repartição" dos irmãos na calçada da casa de seu avô, Manoel Justino.

> [...] eu já estava em Havana. E lá em Havana, eu tinha 14 anos [...] tinha uma escola com o nome João Pedro Teixeira, e isso me chamou atenção porque um camponês do estado da Paraíba com um nome em uma escola internacional, fora do Brasil. João Pedro Teixeira "era um excelente negociador, e eu quero deixar registrado aqui que durante esse tempo não houve nenhuma traição por parte de nenhum camponês! Tinha confiança total em João Pedro [...] Participava do PCB, era militante, mas era muito discreto, ele colocava em prática seus ideais, seu ponto de vista, sua ideologia, mas ele não se envolvia em brigas partidárias[534].

Sobre as reuniões das Ligas Camponesas afirma que participava de algumas, e "a palavra de ordem era a unidade, a união; a união dos trabalhadores rurais era a força. E com esse espirito juvenil, esse espirito revolucionário [...] nós tínhamos muito para aprender nessas reuniões". [535] Quando se refere a seu pai demonstra toda admiração na seguinte passagem do depoimento:

> João Pedro Teixeira era classificado como comunista, ele era filiado ao partido comunista sim [...] é tanto que a luta pela reforma agraria existe até hoje [...]. Nós temos que ver que João Pedro Teixeira caiu numa armadilha, porque se combinou aqui em João Pessoa, que se ia fazer um atentado para assassiná-lo [...] quando ele voltasse pra Café do Vento [...]. Agora, João Pedro Teixeira transcendeu a pessoa e a época dele, eu falo dele mas sou suspeito pra falar porque ele é meu pai, porque eu sou o que sou hoje porque ele me ensinou a seguir o caminho que eu tinha que seguir[536].

Quanto aos seus estudos fora do Brasil e seu contato com Elizabeth Teixeira afirma que quando estava em Cuba não mantinha contato com a mãe, não sabia como ela estava. Ele vivia totalmente isolado, não sabia de nada, ficava de segunda a sexta feira num colégio (uma espécie de internato) no final de semana ia para o "Grotão", e isso foi doloroso. Estudava com muita gente cubana - mas também havia vários estrangeiros. Só foi viver em um alojamento no período que cursou medicina na Universidade.

> Eu fui pra Cuba pra escapar da morte, porque se eu estivesse aqui eu não estava vivo não. Isso não significa medo [...]. Eu nunca pensei em morar em Cuba não, eu sou brasileiro e vou morrer aqui no Brasil. Decidi voltar [...]

[534] Depoimento de Isaac Pedro Teixeira à CEVPM-PB, em 25/7/2014. Arquivo da CEVPM-PB.
[535] Idem.
[536] Idem.

> quando eu tive certeza que não tinha mais nada aqui, mesmo que aqui ainda tinha resistências. Ainda tinha perseguições. [537]

Contudo, em Cuba, Isaac não passou despercebido – "o Che Guevara chegava a falar comigo quando estava na fila para o leite. Ele sabia que eu era filho do João Pedro e da Elizabeth Teixeira". Ao término de seu depoimento, Isaac fez a seguinte observação: "[...] Eu sou um privilegiado [...] aonde chego sinto a homenagem ao Che e isso me deixa muito orgulhoso. E sou privilegiado por ser filho da Elizabeth e João Pedro Teixeira, esses dois legendários". [538]

Em relação a Pedro Inácio de Araújo e João Alfredo Dias, Isaac fez alguns elogios e reconhecimentos "ambos eram figuras extraordinárias [...] sem eles e tantos outros, as Ligas Camponesas não teriam chegado ao nível que chegou".[539]

4.3.2.3 Marinês Altina Teixeira

Fonte: Arquivo da CEVPM-PB

Marinês Altina Teixeira, brasileira, nasceu na Paraíba em 16 de junho de 1961, filha de João Pedro Teixeira e Elizabeth Altina Teixeira, foi criada por seu avô até os onze anos de idade. Em seu depoimento destaca que, estes primeiros tempos não foram bons por que o avô sempre lembrava que filhos de João Pedro não tinham direito a nada, nem podiam ter nada:

> [...] um dia, com meus primos fomos tomar banho no açude... passou uma senhora e disse ... é a filha de João Pedro? O que que você está fazendo aí? [...] quando eu cheguei em casa vi meu avô na calçada com uma mala, aí eu perguntei nós vamos viajar? Ele disse 'não, você que vai sair da minha casa'. Aquilo foi... eu nunca consegui esquecer isso na minha vida. [...] ele me pegou e me levou pra uma estrada... colocou a mala no chão, me mandou sentar e disse assim – 'tá vendo todo esse mundão aí? Ele é todo seu. A partir de agora, não olhe para trás'. Eu fiquei olhando pro sapato dele e eu não sabia o que fazer, eu realmente não sabia o que fazer [...][540].

[537] Idem.
[538] Idem.
[539] Idem.
[540] Depoimento de Marinês Altina Teixeira à CEVPM-PB, em 25/7/2014. Arquivo da CEVPM-PB.

Seu avô havia determinado que a levassem para a casa de Antônio Vitor, um dos acusados de participar do assassinato de João Pedro Teixeira.

> [...] só depois dali que eu vim a saber que Antônio Vitor participou do assassinato do meu pai, até ali eu não sabia, tinha 11 anos, [...] eu cheguei na casa dele, ele disse 'filho de João Pedro Teixeira não passa pela minha casa, você vai morar lá no quintal, você vai ficar lá no terreiro'. Me colocou num quartinho com uma cama e falou: 'você tem que trabalhar para ganhar dinheiro [...]'[541].

Marinês Altina Teixeira, com apenas 11anos de idade, foi obrigada a morar na casa de um "desconhecido", viver sozinha em Sapé-PB sem a companhia de nenhum dos seus familiares até o dia da sua partida para a cidade do Rio de Janeiro. Era ainda uma menina, mas já enfrentava a dor da solidão: "Eu me lembro que quando Marta [irmã] me chamou pro Rio aí minha avó [mãe de Elizabeth Teixeira] foi escondida pra casa do Antônio Vitor pra falar comigo, ela me encontrou, aí na época eu já fumava aí ela me trouxe um pacote de cigarro, uma mala, botou um xale dela e se despediu de mim".[542]

4.3.2.4 Carlos Antônio Teixeira

Fonte: Arquivo da CEVPM-PB [543]

Carlos Antônio Teixeira, brasileiro, nasceu na Paraíba em 29 de julho de 1957, filho de João Pedro Teixeira e Elizabeth Altina Teixeira, único que acompanhou sua mãe, na

[541] Arquivo CEVPM-PB.
[542] Idem.
[543] Registro da festa em comemoração aos 90 anos de Elizabeth Altina Teixeira. Na foto, da esquerda para a direita estão: Marta Cristina Teixeira (filha), Maria das Neves Teixeira (filha), João Pedro Teixeira (bisneto), Marta Teixeira (neta), Lana Teixeira (neta), Leandra (bisneta), Rodrigo (neto). Na linha da frente da esquerda para a direita: Elizabeth AltinaTeixeira, Carlos Antônio Teixeira (filho) e Anatílde Targino Alves (filha).

clandestinidade. Era o "filho de Marta Maria da Costa", foi criado longe dos irmãos e, ocultava sua verdadeira identidade. Carlos não prestou depoimento à CEVPM-PB. Preferiu se manter no anonimato e deixar sua mãe falar da experiência que viveram na cidade de São Rafael, no estado do Rio Grande do Norte.

Em depoimento, no livro "Memórias do Povo: João Pedro Teixeira e as Ligas Camponesas na Paraíba – deixemos o povo falar", Elizabeth Altina Teixeira faz o seguinte relato que envolve seu filho Carlos Antônio:

> Eu via muitas crianças nas calçadas da rua; nas calçadinhas da rua, muitas crianças; e eu fui falar com as mães daquelas crianças; se elas me dessem assim o café da manhã, para mim e para meu filho, e me dessem um prato de comida, eu começava com a alfabetização daquelas crianças; se me dava uma mesa e cadeira e elas disseram que davam; uma cadeira, mesa e davam comida.[544]

Após o primeiro encontro da Família Teixeira, em 2014, Carlos Antônio tem comparecido em vários eventos ao lado de sua mãe, de seu irmão, de suas irmãs e sobrinhos (as). Junto com Isaac Pedro Teixeira reformaram o túmulo de João Pedro Teixeira, que fica situado no cemitério de Sapé-PB. Bastante discreto não gosta de comentar sobre o passado de sua mãe.

4.3.2.5 Marta Cristina Teixeira

Fonte: Arquivo da CEVPM-PB

Marta Cristina Teixeira, brasileira, nasceu em Recife-PE, em 5 de outubro de 1950, filha de João Pedro Teixeira e Elizabeth Altina Teixeira. Apesar da pouca idade cuidou dos irmãos mais novos quando sua mãe esteve presa no I Grupamento de Engenharia, em João Pessoa. Em seu depoimento destaca que seu pai sempre incentivava os filhos estudarem,

[544] HAM, Antonia M. Van et al. (Orgs.) **Memórias do Povo**: João Pedro Teixeira e as Ligas Camponesas na Paraíba – deixemos o povo falar. João Pessoa: Ideia, 2006, p. 37.

"quando meu pai morreu ele estava com o livro de admissão do colégio, ele comprava lápis, comprava caderno". Segundo Marta, quando João Pedro Teixeira era vivo mantinha sua família organizada, "[...] aí depois da morte de meu pai foi tudo muito triste"[545].

Quando sua mãe esteve em Cuba e recebeu um convite para morar lá, ela sentiu que deveria aproveitar a oportunidade "eu queria ter ido pra Cuba, mas mamãe não deixou [...] queria muito ser jornalista [...] era meu sonho. Eu ficava escutando o rádio, colocava no jornal e ficava escutando, achava lindo [...]. Eu queria muito..."[546].

Ela também não entendeu porque sua mãe depois de ser liberada da prisão, em João Pessoa, não retornou para sua casa. "Eu não sabia o que tinha acontecido. Nós esperávamos que ela ainda fosse voltar, porque os policiais iam pegar ela lá em casa, levavam... e ela dizia 'tchau, meus filhos eu vou mas eu volto!', os policiais jogavam ela no rio e tudo... só que dessa última vez ela não voltou" [547].

4.3.2.6 Maria das Neves Teixeira

Fonte: Arquivo da CEVPM-PB

Maria das Neves Teixeira, nasceu em Recife-PE, em 5 de fevereiro de 1955, filha de João Pedro Teixeira e Elizabeth Altina Teixeira. Foi criada por sua tia Beatriz Altina Justino, mas tinha verdadeira frustação por não morar com a avó paterna.

[545] Depoimento de Marta Cristina Teixeira à CEVPM-PB, em 25/7/2014. Arquivo da CEVPM-PB.
[546] Idem.
[547] Idem.

Em seu depoimento destaca que a morte de seu pai em 1962, o suicídio de sua irmã mais velha, a prisão de sua mãe[548] logo após o golpe civil-militar de 1964 e a "repartição" dos irmãos na calçada da casa de seu avô[549], "significou muito sofrimento, porque assim [...] meu pai morto, minha irmã mais velha suicida e depois minha mãe desaparece. Só sofrimento".[550]

Ela estudava e cuidava da casa da tia, vivia bem com todos da casa, mas não podia falar nada sobre a existência ou não de sua mãe, não podia comentar nada sobre sua família. "Quando eu falava sobre minha mãe ela me mandava eu me calar, ela dizia 'você não precisa falar da sua mãe, falar dela só vai trazer sofrimento pra você mesma, então deixe isso pra lá [...] esqueça isso' [...] eu às vezes me trancava no quarto e chorava".[551]

Sempre queria saber do irmão mais velho Abraão, que "teve que se virar só, ninguém ligou pra Abraão porque ele já era grande, aí acharam que ele ia continuar a mesma coisa que papai fazia. Ninguém falava dele". [552]

Maria das Neves demonstra todo o sofrimento que a separação da mãe e dos irmãos lhe causou. Há uma certa desolação quando afirma:

> Meu nome não era Maria das Neves era outro, era Odévia, que chamavam Nevinha, era Odévia Altina Teixeira [...] quando eu cheguei na casa da minha tia que me criou [...] o esposo disse 'já que o apelido dela é Devinha e eu não quero colocar esse nome Odévia, porque esse nome não é bonito' [...] é bíblico – mamãe disse que é bíblico – 'mas não é bonito [...] vou colocar Maria das Neves e chamar de Nevinha' [...]. Hoje no registro tem Maria das Neves Altina Teixeira do Nascimento. Altina da minha avó, porque o nome da minha avó era Altina, Teixeira do meu pai e do Nascimento do meu marido.

Ao comentar sobre o filme Cabra Marcado para Morrer destaca que: "Assisti na casa de Mariinha [...] eu e Mariinha[553]. Eu não sabia como Marinês tinha ficado [...] eu só vi Marinês no filme e agora em 2014". Maria das Neves termina seu depoimento emocionada – "meu pai foi um herói e minha mãe uma heroína, que passar pelo o que ela passou e sofrer o que sofreu".[554]

Os depoimentos dos filhos e filhas de Elizabeth e João Pedro deixam claro a responsabilidade do Estado brasileiro pelos horrores causados a essa família – o assassinato de João Pedro em 1962 e a vida em clandestinidade, durante vinte anos, de Elizabeth estão diretamente vinculados a um projeto de desestruturação da luta camponesa na Paraíba, Brasil.

---

[548] Depoimento de Maria das Neves Teixeira à CEVPM-PB, em 17/12/2014. Arquivo da CEVPM-PB.
[549] Idem.
[550] Idem.
[551] Idem.
[552] Idem.
[553] Tratamento familiar dado a Maria José Teixeira.
[554] Depoimento de Maria das Neves Teixeira à CEVPM-PB, em 17/12/2014. Arquivo da CEVPM-PB.

4.4 Família de Pedro Inácio de Araújo e Maria Júlia de Araújo

Pedro Inácio de Araújo (conhecido como Pedro Fazendeiro) e Maria Júlia de Araújo tiveram cinco filhos: Nadieje Maria de Araújo (*in memoriam*), Josineide Maria de Araújo, Walter José de Araújo, José Marinard de Araújo e Náugia Maria de Araújo. Ele desapareceu do 15º Regimento de Infantaria do Exército brasileiro no ano de 1964, deixando sua família em situação de orfandade.

Pedro Inácio de Araújo

Fonte: Acervo do Memorial das Ligas Camponesas

Filhos, filhas e nora do casal

Fonte: Arquivo da CEVPM-PB

Nesta foto – da direita para a esquerda temos: Walter José, Josineide Maria, José Marinard e Náugia Maria. Na frente está a esposa de José Marinard.

4.4.1 Dos depoimentos

4.4.1.1 Josineide Maria de Araújo

Fonte: Arquivo da CEVPM-PB

Josineide Maria de Araújo, brasileira, paraibana, filha de Pedro Inácio de Araújo e Maria Júlia de Araújo. Em seu depoimento na oitiva sobre a família de Pedro fazendeiro, relembra que ajudava com a confecção das carteiras dos associados às Ligas Camponesas, junto com sua mãe, Maria Júlia.

Ela trata também de dois atentados que seu pai sofreu. Um ocorreu em Sapé-PB, em dezembro de 1961, à noite, em frente a coletoria pública, quando Pedro Fazendeiro foi alvejado por tiros que atingiram sua coxa e ombro, quebrando os ossos fêmur e omoplata. Inicialmente, seu pai foi tratado no Hospital Sá Andrade, em Sapé, mas devido à complexidade do caso teve de ser transferido para o Rio de Janeiro[555], para colocar uma parte de platina nos ossos quebrados. O outro atentado sofreu em Itabaiana-PB, junto com o então deputado estadual da Paraíba Francisco de Assis Lemos de Souza. Ambos foram espancados por "capangas" de Aguinaldo Veloso Borges. Diante da situação, foram levados para o Hospital Municipal de João Pessoa.

Josineide recorda da última visita que fez ao pai, no dia 6 de setembro de 1964, afirmando que sua mãe o achou triste, sem expectativas de ser libertado, pois argumentou que os militares queriam saber de coisas que ele não sabia.

> Eu vim saber que era a morte de Rubens Régis depois que foi instaurada a comissão, mas eu não sabia. Eu achava que era armas, [pois] o Exército sempre procurou [quando invadia a sua casa em Sapé] por armas [logo após

[555] Através de uma ajuda econômica do então deputado estadual de Pernambuco e liderança nacional das Ligas Camponesas, Francisco Julião [Francisco Julião Arruda de Paula].

> seu pai ter voltado de Cuba]. Eles invadiam a casa da gente procurando revistas cubanas, armas, livros. [...] E tudo que a gente tinha eles levavam[556].

Para Josineide, o maior responsável pelo desaparecimento do pai foi Major Cordeiro, pois acredita que ele estava afinado com o plano de uma emboscada. Ela atesta: "ele [Major Cordeiro] é o maior responsável [pelo desaparecimento do pai]. Porque o meu pai tava sob a guarda dele. E não se solta um homem às 9:00 horas da noite, [...] num 7 de setembro, [...] um feriado, não tinha movimento, então já foi tudo planejado".[557]

A indignação e angústia inquietantes, ainda sentidas por Josineide, ficam evidentes quando a mesma afirma que, se tivesse oportunidade[558], queria fazer diversas perguntas ao Major Cordeiro, hoje oficial do Exército reformado:

> Eu queria fazer não só uma, eu tinha várias perguntas para fazer. Eu queria perguntar pessoalmente se houvesse possibilidade. Eu ia perguntar a ele o que ele sentiu quando... – porque saber o que ia acontecer, ele sabia – mas eu queria saber o que ele sentiu quando ele viu aquela foto no jornal e quando ele viu o destroço que fizeram com meu pai. E ia perguntar a ele se a situação fosse o inverso, se ele aprovaria que fosse feito com ele o que foi feito com meu pai e Nego Fuba. Ia perguntar a ele se ele se sente feliz de ter tido a oportunidade de criar os filhos dele, de desfrutar da companhia dos filhos dele até hoje[559].

Ao contrário dos irmãos Walter e Náugia de Araújo, Neide afirmou que mesmo diante da anistia de 1979, não sentiu esperança de ver novamente o seu pai. Já estava convencida da morte dele. Muito embora, meses mais tarde, durante o depoimento de seu irmão Marinard, afirmou que ainda hoje, de forma inconsciente e espontânea, se vê procurando por seu pai diante da multidão, sobretudo quando passa alguma reportagem na televisão onde há pessoas passando pelas ruas.

---

[556] Depoimento de Josineide Maria de Araújo em Oitiva da CEVPM-PB, em 11/4/2014. Arquivo da CEVPM-PB.
[557] Idem.
[558] Vale ressaltar que a Comissão Nacional da Verdade chegou a convocar José Benedito Montenegro de Magalhães Cordeiro para um depoimento, no Rio de Janeiro, em 29 de julho de 2014, afim de que prestasse esclarecimento sobre o desaparecimento de Pedro Inácio de Araújo (Pedro Fazendeiro) e João Alfredo Dias (Nego Fuba). Porém, o militar se recusou a comparecer.
[559] Depoimento de Josineide Maria de Araújo em Oitiva da CEVPM-PB, em 11/4/2014. Arquivo da CEVPM-PB.

4.4.1.2 Walter José de Araújo

Fonte: Arquivo da CEVPM-PB

Walter José de Araújo, brasileiro, paraibano, filho de Pedro Inácio de Araújo e Maria Júlia de Araújo, tinha apenas 11 anos quando seu pai desapareceu, no dia 7 de setembro de 1964, em seu depoimento narra alguns dos acontecimentos da época de sua convivência com o pai. Relembra eventos que ocorreram em Mari, em Sapé e em João Pessoa, durante a atuação de Pedro Fazendeiro junto às Ligas Camponesas.

Sobre o advento do golpe civil-militar de 1964 destaca que acompanhou bastante seu pai nas suas andanças, mas não sabia exatamente o assunto que ele tratava com outros camponeses. Nesse período, devido à pouca idade, se preocupava mais em brincar. Ainda assim, alguns acontecimentos marcaram sua memória. Recorda o dia em que ele e seu irmão Marinard estavam com seu pai, no sítio que havia arrendado a Pedro Ramos, dentro da fazenda Miririí, em Mari-PB, quando, de forma repentina, chegou o Coronel Luiz de Barros num caminhão repleto de policiais, ordenando que Pedro Fazendeiro e outros moradores parassem o trabalho[560].

Após a prisão e desaparecimento do seu pai, a situação mudou bastante para a família. A mãe, Maria Júlia, teve negada a matrícula de seus filhos em algumas escolas. Emocionado, Walter faz um desabafo:

> A gente parece que não é ninguém... nesse momento, porque a gente pensar que todo mundo pode estudar menos a gente... por que, né? Então é ruim... porque a gente saber que o pai queria tanto que a gente estudasse. Um dos motivos que fez ele trazer a família de Sapé para João Pessoa [...] era pra facilitar os estudos pra gente... e de repente a gente saber que além de tudo, sem pai, sem estudo, tudo que ele queria... é muito triste. [...] parece que a gente não tem direito a nada[561].

[560] Tratava-se de um mutirão que os camponeses estavam fazendo, que consiste numa ajuda mútua entre eles para dar conta de um determinado serviço num tempo mais rápido. Contextualizando com o período das Ligas Camponesas, os mutirões geralmente eram organizados para ir de encontro a alguma determinação do dono da propriedade da terra.

[561] Depoimento de Walter José de Araújo em Oitiva da CEVPM-PB, em 11/4/2014. Arquivo da CEVPM-PB.

As condições financeiras da família se reduziram drasticamente, fazendo com que se desenvolvesse uma nova dinâmica no modo de vida familiar, afim de amenizar as dificuldades impostas pela falta de dinheiro. Segundo Walter:

> Quando ele [Pedro Fazendeiro] desapareceu, eu também arquei com minha parte, né. Além de catar bredo, ajudar minha mãe lá no sitiozinho, é ... a gente tinha uma vizinha que [...] pescava, né, em mangue. Ela me levava pra ver o mangue e lá ela me ensinou a pegar taicica. Taicica acho que nem existe hoje mais, né, mas taicica é um peixinho que dá na lama. Aí a gente ia, pegava uma área de mangue assim – acho que era por ali pelo lado de Bayeux [cidade paraibana que fica entre João Pessoa e Santa Rita]. [...] era muita que a gente pegava, viu. Era um peixinho assim, que parecia uma cobra, comprida e fina. Aí eu juntava lá um bocado, era o que eu mais pescava, na minha vida de pescador foi isso mesmo. Taicica [...] aí levava pra casa pra a gente comer[562].

A ausência do pai, que antes provia a família, obrigou ele trabalhar muito cedo, tendo que deixar de lado os estudos. Aos 13 anos, foi ser servente de pedreiro, aos 15 trabalhou na primeira indústria instalada no distrito industrial de João Pessoa, chamada IMENSA. Aos 18 optou por servir a Marinha, pois tanto ele quanto a família tinha receio que ele servisse ao Exército, depois de tudo que já acontecera com seu pai e também com seu irmão José Marinard, que passou por momentos bastante constrangedores e intimidadores com militares do Exército.

4.4.1.3 José Marinard de Araújo

Fonte: Arquivo da CEVPM-PB

José Marinard de Araújo, brasileiro, paraibano, filho de Pedro Inácio de Araújo e Maria Júlia de Araújo, em depoimento, descreve o pai como uma pessoa calma que utilizava como meio de transporte um cavalo, que servia principalmente para se deslocar entre o sítio arrendado, em Mari-PB, e a casa localizada na zona urbana de Sapé, onde vivia com sua família. Afirma que o pai não andava armado, salvo com uma peixeira de ponta cortada, que servia não

[562] Idem.

como arma, mas como material de trabalho, essencial para um homem do campo. Destaca que seu pai era bastante requisitado para intermediar os conflitos entre camponeses e donos de terra ou seus capangas (prepostos). O proprietário de terra Pedro Ramos foi um dos que ele mais negociou.

Sobre atuação nas Ligas Camponesas na Paraíba, recorda que seu pai não ficava restrito apenas a Sapé e Mari. Chegava a viajar para outros municípios, como foi o caso de Itabaiana, Gurinhém e Guarabira. As expectativas de Pedro Fazendeiro em relação às Ligas, de acordo com Marinard, era da conquista de uma vida mais digna para o camponês.

Outro fato destacado foi a atuação de seu pai junto à coordenação da Campanha de Educação Popular (CEPLAR), contribuindo com o projeto ao disponibilizá-lo para camponeses de diversos municípios paraibanos, tais como Mamanguape e Mari.

Menciona ainda, que seu pai sempre precavia a família dizendo que poderia ser assassinado a qualquer momento, assim como aconteceu com João Pedro Teixeira, pois ele era bastante perseguido por integrantes da Polícia Militar, sobretudo pelo coronel Luiz de Barros e o soldado Cavalcante, que constantemente o ameaçava, humilhava e o agredia, mesmo antes do golpe de 1964.

Afirma que, o desaparecimento de seu pai lhe trouxe pesadas consequências, pois a situação financeira precária da família fez com que precisasse trabalhar mesmo com pouca idade. O primeiro trabalho foi numa loja de um primo do seu pai, chamado Manoel Barbosa. Em pouco tempo foi dispensado, pois os negócios não iam bem. O segundo trabalho foi de cobrador de ônibus. Seu patrão era Manoel Vicente. Nesse trabalho foi vítima de injusta acusação e acabou no 15° Regimento de Infantaria do Exército tendo que prestar informações:

> Um dia eu trabalhava de manhã, um dia à tarde, aí o motorista de nome Ailton quando fechou a porta do ônibus aí pegou a, prendeu a mão de um cidadão que tava com o uniforme do Exército. Cabo Gondim, me lembro até hoje, [...] foi falar com o Ailton, que era o motorista: 'pô, você prendeu minha mão e tal', aí o Ailton não pediu desculpas, aí ele [Cabo Gondim] foi grosso: 'eu queria ver eu tivesse aqui com minha arma aqui, pra você ver o que eu fazia com você'. Aí Ailton olhou e disse: "você só é homem com a arma na mão? [...] E o Cabo Gondim saiu, não falou mais nada e foi, pegou uma patrulha da RP [Rádio Patrulha] e chamou pra prender o Ailton. Só que o pessoal no ponto final avisou a Ailton antes dele chegar [...]. Aí o Ailton largou o ônibus e foi embora. [...] e o Cabo Gondim não conseguiu prender o Ailton na hora, aí virou pra mim e falou assim: 'o cobrador era você, né?', aí eu disse: "era eu mesmo". [Cabo Gondim] 'então você tá preso, você mandou ele me bater'[563].

[563] Depoimento de José Marinard de Araújo em Oitiva da CEVPM-PB, em 19/12/2014. Arquivo da CEVPM-PB.

Outro grande constrangimento que José Marinard passou, dessa vez por parte da Polícia Militar, foi a acusação de ter roubado uma bicicleta, sendo necessário chamar seu cunhado para comprovar que não era roubada, através da apresentação da nota fiscal. Depois desses episódios Marinard se transferiu para o Rio, voltou a Paraíba apenas em três oportunidades: a primeira delas somente depois de passados 30 anos, a segunda quando a mãe estava muito doente, em seus últimos dias de vida e, por fim, nesta oportunidade para prestar esse depoimento à CEVPM-PB.

4.4.1.4 Náugia Maria de Araújo

Fonte: Arquivo da CEVPM-PB

Náugia Maria de Araújo, brasileira paraibana, filha de Pedro Inácio de Araújo e Maria Júlia de Araújo. Em seu depoimento rememorou o período em que conviveu com seu pai, desde a época em que morava com sua família em Sapé até o dia em que ele desapareceu. A filha mais nova do líder camponês contou que diversas vezes presenciou o exército invadindo sua residência em Sapé para procurar por armas vindas de Cuba. Disse que eles rasgavam os sacos de farinha de seu pai, abriam também os colchões de cama e até os sacos de arroz e feijão, mas nunca encontraram nada.

Para ela, no período das Ligas Camponesas, a atuação de Pedro Fazendeiro consistia principalmente em intervir nos conflitos entre camponeses e proprietários, mediando conflitos. Os atos dos proprietários consistiam em expulsão, humilhação e agressões físicas a camponeses que moravam em suas propriedades, na condição geralmente de foreiros, e questionavam suas arbitrariedades, buscando discutir seus direitos. Afirma, que seu pai chegou a tratar com latifundiários como Renato Ribeiro Coutinho, Pedro Ramos e Aguinaldo Veloso Borges, este último, através de seus prepostos, responsável inclusive por um atentado contra ele e o então deputado estadual e presidente da Federação das Ligas Camponesas Assis Lemos, em Itabaiana.

Depois da prisão de seu pai e, sobretudo, quando o deram por desaparecido, a família passou por diversas privações. O pai era quem tinha a única fonte de renda e, portanto, quem sustentava a casa. Devido a situação financeira, tiveram de deixar a casa alugada onde moravam e se mudar para uma casa que havia dentro do sítio de um sobrinho de Pedro Fazendeiro, que por solidariedade ofereceu à dona Maria Júlia, mãe da depoente. A própria Náugia teve de passar um tempo morando com sua tia Lígia.

Foi sua tia que, após o encontro com Nydia, esposa de Assis Lemos, levou a notícia da soltura de Pedro Fazendeiro para sua mãe, Maria Júlia, que a recebeu não com alegria, mas com grande espanto, pois até aquele momento seu marido ainda não chegara em casa. Imediatamente foi com sua filha Joseneide para o 15° RI do Exército, em busca de informações.

Afirma Náugia que Maria Júlia chegou a enviar uma carta para o então presidente Castelo Branco, pedindo informações sobre o paradeiro do marido. Como resposta, afirmou que também o Exército estava procurando e solicitou que em caso de novidades, informasse ao Exército.

Três dias após o desaparecimento de Pedro Fazendeiro, foi divulgada no jornal Correio da Paraíba, no dia 10 de setembro de 1964, uma notícia de que um esquadrão da morte teria executado dois homens. Abaixo da manchete, uma foto com dois corpos carbonizados estirados no chão. Náugia relembra que sua mãe recebeu a solidariedade por parte de algumas pessoas, dentre elas, doutor Malaquias Batista Filho e outros amigos, que lhe deram uma máquina de costura maior do que a que ela já tinha e também uma feira. A partir de então a mãe da depoente passou a costurar para manter a família.

Dentre as dificuldades enfrentadas pela família depois do golpe e do desaparecimento de Pedro Fazendeiro, afirma que até mesmo sua matrícula escolar, juntamente com a de alguns de seus irmãos, sua mãe foi impedida de fazer, pois eram todos “filhos de comunista”, filhos de Pedro Fazendeiro. Por isso, ela e seu irmão Walter ficaram mais de um ano sem estudar.

De acordo com o depoimento de Náugia, em conversa com o Major Cordeiro, responsável pelos presos do 15° RI do Exército, sua mãe chegou a afirmar que, com a mesma convicção que ela acreditava em Deus e que possuía cinco dedos na sua mão, acreditava também que ele fora responsável pela morte de Pedro Fazendeiro.

4.5 Família de João Alfredo Dias (Nego Fuba)

Fonte: Arquivo da CEVPM-PB

A família de João Alfredo Dias era composta por seis pessoas: Alfredo Ulisses Dias (pai), Amélia Gonçalo Dias (mãe) e os quatro filhos José Alfredo Dias, João Alfredo Dias, Assindino Dias e Marina Dias. O patriarca da família, após separar-se de sua mãe, foi viver com outra mulher, próximo de onde vivia seu avô, nas terras da Usina Santa Helena, de propriedade da família Ribeiro Coutinho. Lá, trabalhou na condição de foreiro, onde plantava cana de açúcar para revender à usina. Antes do golpe de 1964, chegou a ser expulso daquela terra, sem receber qualquer indenização. Segundo depoimento de Marina Dias, isso se deu quando descobriram que João Alfredo Dias era seu filho.

João Alfredo Dias, conhecido popularmente como Nego Fuba[564], após sua chegada de viagem à Cuba, teve sua casa vistoriada por homens do Exército brasileiro por mais de uma oportunidade, em todas elas estavam em busca de armas vindas da nação cubana. Mas nunca encontraram.

Ele se envolvera na política partidária, e no movimento das Ligas Camponesas juntamente com João Pedro Teixeira e Pedro Inácio de Araújo. Nas eleições que ocorreu em novembro de 1963, se candidatou e foi eleito a vereador da Câmara Municipal de Sapé-PB, em seus discursos, segundo Marina Dias, declarava-se abertamente como comunista.

[564] Originalmente o apelido era Nego Cuba.

4.5.1 Depoimento da irmã Marina Dias Virgínio

Fonte: Arquivo da CEVPM-PB

Marina Dias, brasileira, paraibana, irmã e dependente de João Alfredo Dias na sua infância e adolescência. No depoimento concedido à CEVPM-PB, realizado no dia 6 de setembro de 2013, destaca que:

Um dia após intensa manifestação golpista, numa quinta-feira, na madrugada do dia 2/4/1964, quando foram divulgadas as primeiras notícias, João Alfredo foi se esconder numa fazenda localizada em Guarabira, propriedade de um médico chamado Alceu, que trabalhava consigo no Serviço de Assistência Médica Domiciliar e de Urgência (SAMDU). Militares do Exército o encontraram escondido na fazenda dois dias depois. Após ser preso, os militares o levaram para o 15° RI do Exército, em João Pessoa.

João Alfredo ficou aproximadamente dois meses incomunicável na prisão. Somente depois desse período Marina pode visitá-lo. Em sua primeira visita, destaca que percebeu o irmão bastante inchado, como se tivesse levado uma surra. Cerca de 20 dias após essa visita, seu irmão foi solto. Voltou para sua casa em Sapé e lá ficou durante 15 dias, até ser preso novamente. A segunda prisão de Nego Fuba ocorreu no mês de julho de 1964. Marina se limitou a dizer que seu irmão fora pego na rua, enquanto estava caminhando.

Durante sua segunda prisão, Marina chegou a visitá-lo algumas vezes. Na sua última visita, João Alfredo lhe confessou que mais uma vez sendo solto, não voltaria a dormir sequer uma noite em Sapé, iria embora. Foi um colega de cela de João Alfredo durante sua primeira detenção, chamado Jairo, que contou ao marido de Marina que ele tinha sido solto novamente, pela segunda vez. A partir da notícia, Marina se deslocou para o 15° RI, pois havia achado estranho que seu irmão até aquele instante ainda não aparecera em casa. Chegando lá, num dia

de domingo, foi atendida pelo Major Cordeiro[565]. Este lhe informou que João Alfredo fora liberto desde o dia 27 de agosto. Marina, entretanto, retrucou e disse ter certeza que seu irmão fora solto no dia 28 de agosto. A reação do oficial foi desconcertante, não soube o que dizer. De acordo com a depoente, apesar da versão oficial do Exército declarar que o dia de soltura de Nego Fuba foi no sábado, 27 de agosto, os colegas de cela do seu irmão afirmaram que foi, na verdade, um dia depois, no domingo, às 21 horas[566].

Em seu desespero a procura de seu irmão, lembrou-se que certo dia, quando foi visitá-lo no 15° RI, encontrou-se com a mulher ou a filha de Pedro Fazendeiro, não sabe ao certo, que lhe deu o endereço de sua residência, para caso Marina desejasse lhes fazer uma visita. Segundo Marina:

> Quando eu fui visitar João eu encontrei com ela [Maria Júlia, a esposa de Pedro Fazendeiro] ou foi com a filha dela, e ela disse: 'me dê o endereço', e falou assim: 'Marina, vá um dia lá em casa', que eles tinha sido vizinhos nosso, lá em Sapé. [...] aí nesse dia que eu saí de lá [do 15º RI, após seu irmão ter sido supostamente solto], aí eu falei assim: "eu vou procurar meu irmão na casa de Pedro Fazendeiro". Aí quando eu cheguei lá [...] eu falei assim – me esqueço do nome dela: "dona fulana, eu vim aqui procurar meu irmão, ele não tá por aqui não?" Aí ela se abraçou comigo e começou a chorar. Aí ela falou: "minha filha, Pedro também sumiu, minha filha. Eu tou desesperada!" Aí a gente começou a chorar[567].

Sobre o desaparecimento do seu irmão, Marina acredita que terminou em assassinato. Sua convicção se deu a partir do momento em que foi divulgada no jornal Correio da Paraíba, no dia 10 de setembro de 1964 – portanto menos de 15 dias do desaparecimento de João Alfredo e 3 dias após o desaparecimento de Pedro Fazendeiro – uma foto com dois corpos estirados no chão, carbonizados, encontrados numa estrada que liga Campina Grande-PB à Caruaru-PE, próxima ao então Distrito de Alcantil. De acordo com Marina:

> Olha, aquele jornal que saiu, [...] eu acho que tinha tudo, porque na época, [...] o jornal era preto e branco, mas era um jornal tão bem feito, porque João ele tinha um shortezinho cheio de listrinha, de todas as cores, e o jornal era preto e branco mas parecia a parte que era do João, era assim uma pessoa mais escura. E o Pedro Fazendeiro tinha uma perna mais curta do que outra, [...] e pelo que ele tava deitado ali, ele tava com a perna assim, a perna meia curta[568].

---

[565] Necessário se faz destacar que, Marina inicialmente afirmou ter sido recebida pelo Coronel Macário. Somente com a interpelação de um dos membros da CEVPM-PB, questionando se ela não teria sido atendida pelo Major Cordeiro ao invés do Coronel Macário, que a mesma concordou e mudou a informação.

[566] Em se tratando das datas de soltura de João Alfredo Dias, vale destacar uma possível confusão: o dia 27 e 28 de agosto de 1964 foram, respectivamente, um dia de quinta e sexta-feira. Talvez Marina tenha se confundido com o dia 29, data oficial do Exército para a soltura de seu irmão, que seria um sábado, e 30, o dia que, de acordo com o que Marina ouviu dos demais presos, João Alfredo teria sido libertado, às 21 horas.

[567] Depoimento de Marina Dias Vírginio em Oitiva da CEVPM-PB, em 6/9/2013. Arquivo da CEVPM-PB.

[568] Idem.

Marina atribui, assim como a família de Pedro Fazendeiro, a responsabilidade pelo desaparecimento de seu irmão ao Major Cordeiro pois, argumenta que era ele o responsável pelos presos do 15° RI.

Sobre os efeitos do regime ditatorial na vida de Marina, destacamos que além do sofrimento permanente causado pelo desaparecimento de seu irmão, ela teve ainda grandes dificuldades financeiras após o falecimento de seu esposo em 1965, pois este lhe provia. A forma que Marina encontrou para se manter foi trabalhar por conta própria como costureira, mas mesmo assim o dinheiro que este trabalho rendia era insuficiente até para sua subsistência.

Diante de tal situação desesperadora, Marina aceitou um convite de um antigo vizinho de Sapé, que ofereceu trabalho como empregada doméstica para uma de suas freguesas no Rio de Janeiro. Isso se deu no ano de 1966. Conforme afirmou, coincidentemente seu primeiro trabalho foi na casa de um Coronel da Marinha e o segundo na casa de um Coronel do Exército. Durante seus trabalhos como doméstica, passou um grande período tendo que esconder que era irmã de um perseguido do regime militar. Somente na década de 1980 é que Marina perdeu o receio de dizer que era irmã de Nego Fuba.

Poucos meses após esta oitiva, Marina faleceu, vitimada pelo câncer, somente descoberto pouco tempo após de ter concedido este depoimento. No Rio de Janeiro, onde viveu, nem todas as suas amizades tiveram a oportunidade de saber de sua história de vida, enquanto conviveram com ela.

4.6 Depoimentos no Memorial das Ligas Camponesas

Fonte: Arquivo da CEVPM-PB[569]

[569] Na foto acima - da esquerda para a direita temos: Severino Francisco, Isabel Regina, Francisca, Hilda Maria e Ana Justino. Antônio Domingos de Oliveira não está nesta foto [Saiu logo após o seu depoimento].

No Memorial das Ligas Camponesas, situado no povoado Barra de Antas, Município de Sapé-PB foram ouvidos, no dia 3 de dezembro de 2013 os remanescentes das Ligas Camponesas: Ana Justino de Oliveira, Hilda Maria da Conceição, Francisca Freitas de Sousa, Isabel Regina dos Reis, Severino Francisco da Silva e Antônio Domingos de Oliveira. Nessa oitiva, além dos membros da CEVPM-PB estavam presente alguns integrantes e colaboradores do Memorial.

No que se refere ao conteúdo de cada depoimento, os ouvidos trataram de suas lembranças relacionadas aos acontecimentos ocorridos durante a época da atuação das Ligas Camponesas, ou seja, em período imediatamente anterior ao golpe militar, bem como das consequências advindas após o golpe para a vida campesina da época e do local retratado. Buscou-se com essa oitiva, dar oportunidade de fala a pessoas diversas das que ganharam mais notoriedade. Ou seja, romper o anonimato de testemunhas relevantes das Ligas Camponesas na Paraíba.

4.6.1 Ana Justino de Oliveira

Fonte:Vídeo da CEVPM-PB

Ana Justino, brasileira, paraibana, relatou que acompanhou Elizabeth Teixeira em algumas reuniões das Ligas, as quais ocorriam geralmente aos domingos, bem como que participou de alguns comícios. Em seu depoimento afirma que foi pouco seu envolvimento com o movimento, pois morava distante do local onde ocorriam as reuniões. Além disso, a depoente contou, que particularmente as mulheres sentiam bastante receio e insegurança de participarem das Ligas e que por isso pouco atuavam. Lembra que as mais expressivas foram Elizabeth Teixeira, Lourdes (sua prima, conhecida como Lourdes do Doce)[570] e Zefinha[571], que vivem hoje em João Pessoa.

Também falou sobre a prática conhecida como "enchocalhamento" de camponeses, afirmando que esta era feita por capangas a mando de latifundiários, e consistia em abordar participantes das Ligas, amarrar-lhes um chocalho e os obrigarem a ouvir sermões de repressão às Ligas. Citou inclusive dois casos de "enchocalhamento" em que dois camponeses, um conhecido como "Pernambuco" e o outro como Antônio Pedro, os dois ficaram desaparecidos. Sobre o primeiro, relatou, "morreu nas proximidades de Serrinha-PB, para onde teria sido

[570] Ana Justina informou que Lourdes não pôde comparecer a oitiva pois estava doente.
[571] Também prima de Ana Justina.

levado pelo latifúndio" e o outro desapareceu por muito tempo, e reapareceu quando já estava velho e cego.

Ana Justino afirmou que seu pai trabalhava na agricultura, limpando cana na fazenda. Disse que apesar de toda sua família apoiar as Ligas, além dela e de sua prima Lourdes, ninguém chegou a se aproximar muito do movimento, por receio de perseguição. Muito embora, afirmou que nem ela, nem sua prima, nem ninguém de sua família recebeu ameaça direta dos latifundiários. Quando ocorreu o golpe militar, ela já estava morando em João Pessoa na casa de uma outra prima.

4.6.2 Hilda Maria da Conceição de Melo

Fonte:Vídeo da CEVPM-PB

Hilda Maria, brasileira, paraibana, camponesa, em seu depoimento relembra que na época da atuação da Liga em Sapé, ela tinha por volta de 18 anos de idade, já era casada e mãe de duas crianças. Disse que seu marido trabalhava bastante, mas seu salário era insuficiente para cobrir as necessidades da família mais básicas. Afirmou que seu marido apoiava as Ligas e que este lhe contou que já havia presenciado algumas surras que trabalhadores levaram de jagunços. Afirma, que ela própria testemunhou um episódio em que um rapaz estava sendo pisoteado por cavalos e com uma corda amarrada ao pescoço, afirmando que os empregados que não faziam o trabalho como deveriam "iam pra bala". Chegou a mudar de residência quando seus filhos encontraram ossos num local onde tinha barro próximo a sua casa quando estavam brincando certo dia.

Ela afirma que dois cunhados seus chegaram a apanhar. Um deles, chamado Severino Alexandre, trabalhava na Usina Santa Helena e foi agredido pelo vigilante; depois disso, ele se mudou para Rio Tinto. O outro, Zé Maria, foi agredido porque estava participando de um comício em Sobrado/PB e por estar portando a carteirinha das Ligas Camponesas. Inclusive, contou que seu marido também tinha uma carteirinha e a escondia por receio de agressões.

Quanto ao "enchocalhamento", ela afirma que presenciou muitas vezes os trabalhadores sendo achocalhados e quando perguntada se os camponeses também faziam isso com os latifundiários, Hilda respondeu que sim, mas sem dar mais detalhes.

Sobre sua relação com as Ligas, relembra que chegou a frequentar algumas reuniões em Sapé e em duas com a presença de João Pedro Teixeira, conhecendo-o pessoalmente. Perguntada sobre quais assuntos se discutiam nas reuniões, ela respondeu que o líder camponês falava "muita coisa boa", sobre melhorias na vida dos trabalhadores, incentivando-os na luta,

inclusive, a destruir os canaviais que os latifundiários plantavam nas encostas de suas casas e a plantar seus roçados no lugar.

Afirma também, que foi parada várias vezes por capangas no caminho para as reuniões, mas que mentia, por exemplo, contando que "ia rezar". Certa vez, lembrou, alguns vigilantes dos proprietários a seguiram, e então, para não ser descoberta, foi obrigada a ficar apenas rezando, e só no dia posterior que fizeram a reunião. Contou que os proprietários da Usina haviam arrendado parte de suas terras para João Henrique, com o objetivo de que ele colocasse os moradores para fora, e que seu filho, "Riquinho", foi até a casa da depoente e a ameaçou dizendo que ela deveria desocupar a casa quando ele voltasse da viagem a Recife. Mas durante a viagem, o carro capotou e ele morreu.

4.6.3 Francisca Freitas de Sousa

Fonte:Vídeo da CEVPM-PB

Francisca Freitas, brasileira, paraibana, camponesa, com 75 anos de idade na data da oitiva. Em seu depoimento recorda que na época da atuação das Ligas, ela vivia na fazenda de São Salvador com seu marido, local distante para quem ia a pé para Barra de Antas, onde ocorriam as reuniões. Seus pais eram rendeiros e também moravam em São Salvador. Contou que nessa época, não havia ainda sindicato, mas os trabalhadores já se organizavam em lutas políticas. Posteriormente, surgiram as Ligas Camponesas e os trabalhadores passaram a se associar, e aí então começaram os embates com os patrões.

Destaca que, sua família era mais engajada nas Ligas, e que conheciam os líderes João Pedro, Nego Fuba, Pedro Fazendeiro e Assis Lemos, e, inclusive, votou neste último nas eleições. A depoente contou que conheceu também Marina Dias, irmã de Nego Fuba e que iam juntas a eventos da política. Já quanto a Elizabeth Teixeira, contou que não chegou a conhecê-la pessoalmente, mas que sempre ouvia falar sobre coisas que lhe aconteceram, como as prisões e o suicídio de sua filha Marluce.

Sobre sua relação com as Ligas, ela destaca que, na época, às mulheres geralmente cabiam mais os serviços domésticos e o cuidado com os filhos, e essas responsabilidades atrapalhavam sua atuação no movimento, isso aconteceu com ela própria. Mas afirma que chegou a frequentar comícios e algumas reuniões. Nessas oportunidades, ouvia muito falar sobre as melhorias de vida aos camponeses que eram discutidas e pretendidas pelos associados, e que por isso ela tinha muita esperança nas Ligas.

Relembra que seu marido era muito ativo no movimento, chegando a viajar várias vezes para João Pessoa. E ela sofria bastante ao esperar que ele voltasse de viagem, com medo que lhe tivesse acontecido algo ruim, ficava em casa chorando abraçada com os filhos esperando alguma notícia.

4.6.4 Isabel Regina dos Reis

Fonte:Vídeo da CEVPM-PB

Isabel Regina dos Reis, brasileira, paraibana, camponesa e professora, com 79 anos de idade na data da oitiva. Destacou em seu depoimento que vivia na fazenda de São Salvador desde a época do auge das Ligas Camponesas até o ano de 1974, quando a propriedade foi vendida. A fazenda era de propriedade de João Meireles e era separada por vários vilarejos, e nesses locais, os camponeses trabalhavam basicamente na modalidade de arrendatários, com lavoura de subsistência e plantação de cana caiana, que servia para vender caldo de cana. Segundo ela, tudo corria de acordo com o que comumente era acordado entre os camponeses e o patrão, até o dia em que chegou na propriedade o João Gomes – que já havia trabalhado anteriormente na fazenda Una, de propriedade de Pedro Ramos –, encarregado pelo dono, João Meireles, de administrar o local. Uma de suas primeiras medidas foi a proibição dos moradores (arrendatários) de cultivarem suas lavouras, para serem plantadas bananeiras.

Afirma Isabel Regina, que não pôde participar de maneira mais efetiva do movimento das Ligas Camponesas por causa de suas responsabilidades como dona de casa, além dos cuidados com seus filhos e sua dedicação à “escolinha” na qual ensinava em São Salvador. Ela contou que morava na casa anexa à escola. Em determinado momento, contou que João Gomes transferiu a escola para a casa de farinha para que ela parasse de ensinar, e isso porque ela estava cedendo o local para João Pedro Teixeira realizar as reuniões das Ligas. Apesar das perseguições, Isabel continuou a dar aulas particulares.

Destaca em seu depoimento que além de disponibilizar a escola para as reuniões, também trabalhou mais de uma semana na elaboração das carteirinhas da associação dos camponeses. Destaca também, que quando João Pedro entregou os documentos para os associados, lhes indicou que mostrassem a seus patrões e exigissem seus direitos trabalhistas. E isso não agradou aos proprietários, que se recusaram a assinar e reconhecer as carteirinhas, o que só fez aumentar a tensão no campo, e muitos proprietários expulsaram moradores na região, além de proibirem os roçados em suas terras.

Afirma que mesmo com todas essas adversidades, os camponeses não deixaram de participar do movimento das Ligas Camponesas. E com a morte de João Pedro, se revoltaram ainda mais.

Quanto as mortes de Nego Fuba e Pedro Fazendeiro recorda, dos boatos da época, que "eles ficaram presos por um tempo e depois foram liberados [...] quando chegou na rodoviária, antiga rodoviária, já tinha um carro esperando; eles chegaram pra pegar o ônibus, essas pessoas pegaram e jogaram no carro, e até hoje, sumiram com eles dois".[572]

Ainda sobre o desaparecimento desses líderes camponeses, relatou que em certo dia, quando seu cunhado pegou carona de carro com o "Dr. Luiz Ribeiro", antigo dono da Usina Estiva, ele chegou a questionar o patrão sobre o assunto, e o mesmo lhe teria respondido:

> [...] João Fuba e Pedro Fazendeiro foram liberados. Quando chegou na rodoviária tinha um carro esperando eles. Esse carro levou ele e plantou bem plantado, com vida. Ele foi enterrado vivo, os dois. Agora, cadê o poder deles, que não salvou ele? Porque João Fuba forte, que botou o povo nas Ligas Camponesas, ele devia ter se saído [...][573].

Já finalizando seu depoimento afirma que, em sua opinião, toda a luta empreendida pelos camponeses nas Ligas, apesar das várias mortes, assassinatos e desaparecimentos, não foi em vão, e muitas das conquistas de hoje foram também frutos de todo esse esforço empreendido desde aquela época.

4.6.5 Severino Francisco da Silva

Fonte:Vídeo da CEVPM-PB

Severino Francisco, brasileiro, paraibano, camponês. Em seu depoimento relembra que na época das Ligas camponesas tinha mais ou menos 13 anos de idade e seus pais eram próximos de João Pedro e Elizabeth Teixeira. Afirma que conviveu com os filhos do casal, Abraão e Isaac, os quais tinham quase sua mesma idade. Todavia, recorda que seus pais não chegaram a participar das Ligas, nem possuíam a carteirinha de associados, porém, nunca discriminaram o movimento. Segundo ele, quem tinha a carteira das ligas na época vivia com medo de retaliação, e por isso a escondiam. Recorda que, em algumas conversas que João Pedro Teixeira teve com

[572] Depoimento de Isabel Regina dos Reis em Oitiva da CEVPM-PB, em 3/12/2013. Arquivo da CEVPM-PB.
[573] Idem.

seu pai, chamado Manoel Francisco da Silva (Mané Bita), o líder camponês chegou a lhe contar que sabia que iriam lhe matar, mas que "não deixaria sua luta e iria até o fim".

Destaca também que os trabalhadores se ajudavam sempre, inclusive se organizando para evitar que os prepostos dos latifundiários tomassem suas terras para plantar cana, por exemplo. Mencionou um episódio em que se reuniram mais de 200 homens para limpar as lavouras de Elizabeth Teixeira. Essa colaboração mútua, segundo o depoente, era feita também, por vezes, de forma obrigatória. Quando algum camponês se recusava a contribuir, eles iam até sua residência e o obrigavam a ir, e muitos até se escondiam para não serem obrigados, inclusive ele próprio já chegou a fugir pra se esconder. Destaca, que os castigos físicos que sofriam os camponeses pelos prepostos dos latifundiários eram muito comuns.

4.6.6 Antônio Domingos de Oliveira

Fonte:Vídeo da CEVPM-PB

Antônio Domingos, brasileiro, paraibano, camponês, filho de Otávio Domingos de Oliveira e Luiza Josefa da Conceição. Em seu depoimento destaca que desde a época das Ligas, sempre morou em Sapucaia. Nessa época o proprietário era Ivan Figueiredo, também mencionado por Isabel Regina dos Reis nesta oitiva. Antônio já era maior de idade nesse período, mas não participava das ações do movimento, apenas presenciava os comícios que ocorriam durante as campanhas eleitorais. Sobre os líderes que mais se destacaram, contou que não os conheceu pessoalmente, apenas de ouvir falar. Seus pais eram camponeses, mas só Otávio Domingos tinha a carteira de associado da Liga de Sapé-PB.

O depoente narrou um episódio que trouxe uma grave consequência para sua família, acerca de um fuzil que Ivan Figueiredo teria dado a seu pai para esconder em sua casa. Posteriormente descobriram esse fuzil em uma oportunidade em que seu pai o levou para o conserto. Então, dias depois, a polícia apareceu em sua casa e levaram seu pai preso e o torturaram bastante até que ele ficou com sequelas neurológicas graves. Segundo o depoente, "seu pai nunca mais voltou a ser como antes". Os comandantes dessa ação foram o coronel Luiz de Barros e Ferreira Vaz, segundo lembrou o depoente, pelo que ele ouviu falar.

4.7 Duas mulheres envolvidas na história de lideranças das Ligas Camponesas na Paraíba

4.7.1 Anatilde Targino Alves: uma testemunha da vida na clandestinidade

Anatilde Targino Alves, brasileira, casada, filha de Elizabeth Altina Teixeira, nasceu em 29 de setembro de 1965, na cidade de São Rafael, no estado do Rio Grande do Norte. Na oitiva realizada em 8 de agosto de 2017, em seu depoimento à CEVPM-PB, muito emocionada, relata que: até os quinze anos de idade era filha de Marta Maria da Costa, mas com a retomada das filmagens do filme "Cabra Marcado para Morrer", do cineasta Eduardo Coutinho, no início dos anos 80, sua identidade começou a ser reconstruída e passou a viver no anonimato "para preservar a imagem de Elizabeth Teixeira"; quando saiu da cidade de São Rafael foi com sua mãe morar em Patos-PB, na casa de Abraão Teixeira e continuou os estudos até vir para João Pessoa trabalhar no Banco de Estado do Rio de Janeiro (BANERJ), indicada por Francisco Julião.

Fonte: Iranice G. Muniz em 8/8/2017

Anatilde destaca em seu depoimento que a vida na clandestinidade junto com sua mãe e o irmão Carlos Teixeira era muito dura, viviam em situação de miséria, dependendo de um prato de comida. Elizabeth alfabetizava crianças na periferia da cidade, lavava e passava roupa para sobreviver, ela e Carlos ajudavam a mãe mas não tinham dinheiro, trabalhavam para ter comida em casa.

Afirma também que não conheceu seu pai – e nunca ouviu falar dele; foi registrada por Luis Targino Alves, mas não sabe quem é – nem onde vive ou viveu[574]. Indagada se gostaria de retificar seu nome para Anatilde Altina Alves, filha de Elizabeth Altina Teixeira, emocionada respondeu:

[574] Elizabeth AltinaTeixeira afirma que não se recorda do rosto dessa pessoa. De forma privada, sem entrar em detalhes, relatou que este homem apareceu em sua casa um dia, teve uma relação sexual com ela, e não mais apareceu. Anatilde foi registrada dez anos após seu nascimento como filha de Marta Maria da Costa e de Luis Targino Alves; avós maternos Manoel Justino da Costa e Altina Maria da Costa.

> Sem nenhuma dúvida é um momento de grande valia tanto do ponto de vista pessoal como no ponto de vista social, principalmente para minhas filhas; pra elas esse momento de resgate, de poder contar, de poder sentir, de ter em mãos um documento que evidencie que Elizabeth é minha mãe que evidencie que Elizabete é avó de minhas filhas vai contribuir muito pra todo o contexto tanto dos netos que virão porque poder contar da Elizabeth, essa mulher que hoje a gente sabe da grande figura dela que era muito a frente de seu tempo, que lutou muito, eu acho que a Paraíba inteira deve reverenciar a pessoa dela, pela luta, pela conduta, pelo o que Elizabeth pode trazer pra luta, principalmente pra luta do campo. [575]

É importante que seja feito essa retificação em seus documentos. Suas filhas, Priscila e Raquel, também têm esse direito de retificação. Não é só para Anatílde, mas também para a identidade e história de suas filhas ter o nome de Elizabeth Altina Teixeira, no registro de nascimento delas. Anatílde merece sair dessa eterna clandestinidade!

4.7.2 Nydia Franca Lemos de Souza: uma testemunha do campesinato

Nydia Lemos, brasileira, paraibana, casada com Francisco de Assis Lemos de Souza. Na oitiva ocorrida no dia 8 de junho de 2015, prestou depoimento à Comissão da Verdade de forma descontraída, contando como conhecera seu marido. Sobre as Ligas Camponesas, Nydia afirma que ela própria foi quem levou a notícia da soltura de Pedro Fazendeiro à família do líder camponês. Quanto as suas lembranças da época, contou que as filhas dos camponeses, muitas vezes, tinham relações sexuais com os proprietários. "Elas até engravidavam [...] e os fazendeiros então colocavam as crianças na escola etc[576]".

Fonte: Vídeo da CEVPM-PB

Afirma que, na época, os camponeses não recebiam dinheiro, mas sim vales, ou seja, um crédito para gastarem nos barracões. Quanto a essas e outras coisas "erradas", Assis Lemos ia se indignando e não se conformava. Ele decidiu entrar para as Ligas Camponesas, chegando a ocupar o cargo de presidente da Federação das Ligas Camponesas, posteriormente.

Quando Assis Lemos se candidatou a deputado, ela foi contra, mas ele argumentava que precisava de imunidade (se referindo a imunidade parlamentar, possivelmente). E ela então retrucava: "E existe imunidade para a vida?" Pois, segundo contou, Assis Lemos vivia sendo

[575] Depoimento de Anatílde Targino Alves em Oitiva da CEVPM-PB em 8/8/2017. Arquivo da CEVPM-PB.
[576] Depoimento de Nydia Franca Lemos de Souza, em Oitiva da CEVPM-PB em 8/6/2015. Arquivo da CEVPM-PB.

ameaçado, recebendo bilhetes de intimidação, que o proibiam de ir até determinado local, sob pena de agressão ou até morte. E mesmo assim, ele nunca deixou de ir em frente e participar do movimento, nunca se intimidou e que por isso o chamavam de “o corajoso manso”.

Durante toda militância de Assis Lemos, Lydia o apoiava e cuidava da proteção dos filhos do casal.

4.8 Igreja católica: Dom José Maria Pires e a assessoria aos movimentos sociais no campo

Fonte: Arquivo do Centro de Documentação Popular (CEDOP).

D. José Maria Pires, brasileiro, religioso, seu pai veio de família portuguesa. A mãe tinha sangue africano e cigano. Quando foi ordenado bispo, em 1957, era o único bispo negro no episcopado brasileiro. Nascido em Minas Gerais, veio para João Pessoa em 1965. Na década de 1970 criou a “Equipe Promoção Humana” e reuniu muitos jovens, de lugares e nacionalidades diferentes, para trabalhar junto aos camponeses paraibanos.

Em 1º de agosto de 2016, foi realizada no Memorial das Ligas Camponesas uma oitiva privada para ouvir depoimentos de quatro dos integrantes da Equipe Promoção Humana: Hermann Joseph Cürten (Frei Hermano José), Helena Wilhermina Maria Silvestre Burgers (Irmã Marlene Burgers), a médica Gláucia Maria de Luna Ieno e o professor Genaro Ieno Neto. Todos eles foram convidados por D. José, na década de 1970, e acompanharam os conflitos agrários no Estado da Paraíba.

4.8.1 Equipe Promoção Humana

4.8.1.1 Frei Hermano José

Frei Hermano José, alemão, padre da ordem franciscana, residiu nos estados de Pernambuco e Rio Grande do Sul, depois foi transferido para a Paraíba em 1973, durante a ditadura militar, para trabalhar no acompanhamento de comunidades na Arquidiocese da

Paraíba. Em seu depoimento destaca a ação de D. José Maria Pires e do Centro de Defesa dos Direitos Humanos.

Fonte: Vídeo da CEVPM-PB

Segundo frei Hermano, D. José Maria Pires, tendo o espírito do Vaticano II, da igreja de Medellin e Puebla (igreja voltada para as necessidades e problemas do povo), animava a luta dos menos favorecidos na perspectiva de uma igreja engajada caminhando junto com seu povo, principalmente aqueles que lutavam pela vida no meio rural.

D. José o convidou para fazer parte da Equipe de "Promoção Humana", com várias pessoas ligadas a diversas áreas da Arquidiocese. Os membros da equipe faziam reuniões, trocavam informações sobre os acontecimentos do momento e se articulavam, entre eles, para dar os devidos apoios às comunidades.

Frei Hermano destaca, em seu depoimento, que o apoio jurídico era de responsabilidade do Centro de Defesa dos Direitos Humanos da Arquidiocese da Paraíba "através do advogado, combativo, Vanderley Caixe, convocado por D. José para ser uma referência [...] e orientar sempre a caminhada dentro da lei"[577].

4.8.1.2 Irmã Marlene Burgers

Fonte: Vídeo da CEVPM-PB

A freira Marlene Burgers, de nacionalidade holandesa, chegou no Brasil através da congregação franciscana no mês de novembro de 1967. No estado da Paraíba, na década de 1970, juntou-se à "Equipe Promoção Humana" para acompanhar as comunidades na Arquidiocese da Paraíba. Em seu depoimento destaca que veio da Holanda totalmente alheia à realidade brasileira. Mas em um curso para aprender a língua portuguesa foi "entendendo tanto a realidade real do povo como da política e toda a realidade da ditadura militar daquele tempo".

O convite de D. José Maria Pires foi para, juntamente com a "Equipe Promoção Humana", trabalhar nas propriedades de terra que pertenciam a Arquidiocese com o objetivo de "devolver essas terras ao povo. Fazendo um tipo de reforma agrária nas terras da Igreja".[578]

[577] Depoimento de Frei Hermano José, em Oitiva da CEVPM-PB em 1/8/2016. Arquivo da CEVPM-PB.
[578] Depoimento de Irmã Marlene, em Oitiva da CEVPM-PB em 1/8/2016. Arquivo da CEVPM-PB.

Acompanhava alguns conflitos de terra em apoio aos camponesas na luta pela desapropriação de terras improdutivas, por exemplo, a fazenda Alagamar, "naquele tempo, o exército ia nas áreas de conflitos. Havia muita opressão, muita destruição. Mas esse povo manteve sua organização e sua firmeza. Teve momento de prisão de agricultores. Alguns foram presos e levados para o 15º Regimento de Infantaria".[579]

Junto com o advogado Júlio Cesar Ramalho, na sede de Alagamar, quando iam se informar sobre os camponeses, foram recebidos pelo exército, e este a levou presa para a Delegacia de Itabaiana-PB.

O conflito de Alagamar era monitorado pelo Serviço Nacional de Informações (SNI), e todos que entravam naquelas terras eram vigiados. Segundo Irmã Marlene[580],

> foi tanto a repercussão dessa luta, que o Curió do SNI, major Curió, ele colocou dois agentes do SNI dentro de Alagamar. Era o Jason e o Gilvan. Nesse tempo a gente não podia chegar. Quando a gente entrava em Alagamar eles seguiam a gente. Não tinha mais condição de fazer a reunião, participar da organização do povo. O próprio major Curió teve presente em Alagamar também.

Irmã Marlene recorda também que tanto o presidente Ernesto Geisel como o presidente João Figueiredo fizeram visitas à Alagamar.

4.8.1.3 Gláucia Maria de Luna Ieno

Fonte: Vídeo da CEVPM-PB

Gláucia Maria, brasileira, paraibana, médica, professora universitária, apoiou os camponeses durante o período da ditadura militar. Por ser estudante de Medicina[581] era mais fácil o contato com eles mesmo quando as áreas de conflitos de terra estavam proibidas a entrada e saída de pessoas.

Seu trabalho foi muito importante como elo entre a saúde, religião e conscientização pelos direitos dos camponeses. Em depoimento à CEVPM-PB recorda que por intermédio de Irmã Agostinha chegou na Equipe de Promoção Humana. Então foi visitar as áreas de acompanhamento em Alagoa Grande, Gurinhém, Pitimbu e Pilões. A aproximação com essa

[579] Idem.
[580] Idem.
[581] Formou-se em Medicina, na UFPB, em 1976, e continuou atuando na Equipe de Promoção Humana até a sua dissolução em 1978, depois foi para o Grupo de Saúde da Arquidiocese e para UFPB, Hospital Universitário (HU).

equipe a impressionou muito pois, apesar de ter nascido em João Pessoa e ter permanecido a vida toda na Paraíba não conhecia a realidade das camadas populares.

A "Equipe Promoção Humana" era uma equipe interdisciplinar. Uns trabalhavam com questões agrícolas, outros com o desenvolvimento comunitário e os que tratavam mais da dimensão religiosa. A saúde era um exercício contínuo para pessoas compreenderem que aspectos da sua vida têm impacto na saúde. Portanto, fazia visitas domiciliares, averiguando as condições de saneamento.

Segundo Gláucia, os camponeses a chamavam de Dra. Gracinha e isso foi ótimo, uma forma de proteção, confundirem Gláucia por Graça. Mas mesmo assim num trabalho simples, de assistência à saúde, protegida pela Arquidiocese da Paraíba ela chegou a receber dois ou três recados de colegas que tinham pais na Polícia Federal (PF) dizendo que se ela continuasse com aquele trabalho a matricula na Universidade seria cortada.

4.8.1.4 Genaro Ieno Neto

Fonte: Vídeo da CEVPM-PB

Genaro Ieno Neto, brasileiro, paulista, professor universitário, veio à Paraíba, em pleno regime militar a convite de D. José Maria Pires. Em seu depoimento destaca que a Equipe de Promoção Humana fez uma pesquisa em Caaporã-PB e constatou que, nas casas, a realidade vivida por aquelas famílias era realmente precária, se igualando às regiões mais pobres e degradadas do mundo, em mortalidade infantil e fome. Vendo essa realidade, os trabalhadores que tinham um pedaço de terra para viver com a família, trabalhar e produzir evidentemente não tinha como não ir à luta, para ter os direitos de permanecer na terra. Segundo Genaro, "porque a saída da terra significava uma vida extremamente infeliz".

Destaca também, que Mucatu, em Alhandra, foi uma área de muita violência e prisões de trabalhadores. Lembra que Manoel Romão e alguns trabalhadores chegaram a ser presos e levados para delegacia de Alhandra ou para uma delegacia de João Pessoa. Para ele, um aspecto que foi interessante nesse processo de luta é que:

> [...] no começo se reuniam com cada área de conflito, na medida que essas áreas foram aumentando se começou a fazer reuniões por município, isso [...] permitiu aos trabalhadores, primeiro ter exercício completo de solidariedade entre eles mas também permitiu que eles compreendessem para além da

> realidade. A figura do proprietário não era o proprietário de Mucatu só, eram vários proprietários[582].

Comenta que na região havia a fazenda Tabu, que era de um grande latifúndio, e ela foi transformada em destelaria de álcool, então muito empresários, principalmente de Pernambuco, compravam terras alí e expulsavam os moradores sem nenhum tipo de indenização. Expulsavam moradores que viviam por várias gerações e, portanto, sair da terra significava realmente acabar a vida dessas famílias.[583]

Sobre o resgate da história e memória das ligas camponesas destaca que "manter a memória das ligas é numa tentativa de ajudar os trabalhadores a dar continuidade a essa luta que não começou em 1975, mas anos antes" [584].

4.8.1.5 Frei Anastácio

Frei Anastácio, Antônio Ribeiro, paraibano, nascido em Esperança-PB, padre da ordem franciscana, também participou da Equipe Promoção Humana criada por D. José Maria Pires. Em seu depoimento destaca que teve a felicidade de ter por dez meses Leonardo Boff como seu professor, em curso que foi muito bom para sua formação. Segundo ele, Leonardo Boff escrevia o seu primeiro livro "Jesus Cristo o Libertador", então fazia as apostilas, dava aula e mandava os alunos estudar e fazer questionamento sobre aquilo, e daí foi escrevendo seu livro.

Fonte: Arquivo da CEVPM-PB

[582] Depoimento de Genaro Ieno, em Oitiva da CEVPM-PB em 1/8/2016. Arquivo da CEVPM-PB.
[583] Idem.
[584] Idem.

Afirma que Alagamar foi uma luta muita dura, "onde a igreja não só a da Paraíba assumiu, de fato, como também o regional[585], como D. Helder, D. Francisco Austregésilo, de Afogados de Ingazeira". [586]

> Em 1980, quem tinha um papel predominante era o General Bandeira ele comandava toda essa região, ele era de Mulungu-PB, tinha propriedade e como general ele teve uma influência muito grande junto aos proprietários e à organização da UDR, chegando a perseguir a D. Marcelo, nesse tempo como bispo de Guarabira, Guarabira era uma região pastoral e ele perseguiu fortemente as pastorais da diocese de Guarabira. [...] Tinha também o Grupo da Várzea que era integrado, esse grupo se reuniu no dia 5 de novembro de 1980 na casa do industrial Aguinaldo Velloso Borges com vários deputados federais e estaduais e o Prefeito de Campina Grande[587].

A Equipe Promoção Humana, formada por Genaro Ieno Neto, Gláucia Maria de Luna Ieno, Frei Hermano José, Irmã Marlene Burgers, Frei Anastácio dentre outros, foi o primeiro grupo responsável pela inclusão da igreja católica na organização dos camponeses no estado da Paraíba, na década de 1970.

4.8.2 Advogados convocados por D. José Maria Pires

4.8.2.1 Vanderlei Caixe (1944-2012)

Vanderley Caixe, natural de Ribeirão Preto, estado de São Paulo, advogado militante e jornalista. Na década de 1960 participou da Juventude Comunista. Após o golpe civil-militar, decidiu, em 1966, participar da fundação da "Forças Armadas de Libertação Nacional".

Fonte: Arquivo particular de Vanderley Caixe Filho

[585] Refere-se ao Regional Nordeste II, da CNBB, que inclui as Arquidioceses e Dioceses dos estados de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Alagoas.
[586] Depoimento de Frei Anastácio, em Audiência da CEVPM-PB, em 16/7/2015. Arquivo da CEVPM-PB.
[587] Idem.

Foi preso em 1969, passando por vários presídios –Tiradentes, Wenceslau e Hipódromo. Foi solto em 1974 e, nesse mesmo ano, retomou o curso de Direito.

Ainda na década de 70, fez parte da assessoria jurídica da Pastoral Penal do Rio de Janeiro. Chegou ao estado da Paraíba, em 1976, a convite de D. José Maria Pires para ser o advogado do primeiro "Centro de Defesa dos Direitos Humanos (CDDH)" do Brasil, organismo ligado a Arquidiocese da Paraíba. Naquela instituição, Vanderley Caixe defendeu vários camponeses envolvidos nos conflitos agrários, como por exemplo, os conflitos de Alagamar e Camucim.

Ao sair do CDDH, Vanderley criou e passou a ser o coordenador do Centro de Defesa dos Direitos Humanos/Assessoria e Educação Popular, em 1980, entidade voltada para a assessoria jurídica aos sindicatos dos trabalhadores rurais e elaboração de material didático (cartilhas) para o meio rural. Em 1983, foi convidado a proferir palestra na Organização dos Estados Americanos (OEA), em Nova York, Estados Unidos, sobre as ameaças sofridas pelos advogados que defendiam as causas dos camponeses em litígio com os latifundiários.[588]

Ao longo do tempo que passou na Paraíba, contou com a colaboração de sua esposa, a também advogada Ayala de Almeida Rocha, que atuava principalmente na mobilização das mulheres da cidade e do campo.

4.8.2.2 Júlio César Ramalho

Júlio César Ramalho**,** advogado dos camponeses desde a década de 1970, também na defesa dos camponeses na luta pela desapropriação da terra de Alagamar, Mucatu e Camucim, com o apoio da Arquidiocese da Paraíba.

Fonte: Arquivo da CEVPM-PB

[588] Ver jornal "O Norte", de 4 de abril de 1983 e documentos do SNI no mesmo ano.

Em seu depoimento destaca que foi duas vezes preso, mas por pouco tempo. Uma das prisões aconteceu no dia em que foi editado o Ato Institucional nº 2, que acabava com todos os partidos políticos existentes até então, e com a eleição direta para presidente da república, para governador e para prefeito de capital. "E, evidentemente, foi nesse dia, coincidentemente, que eu entrei no Partido Comunista Brasileiro, onde permaneci até o ano 1991".[589]

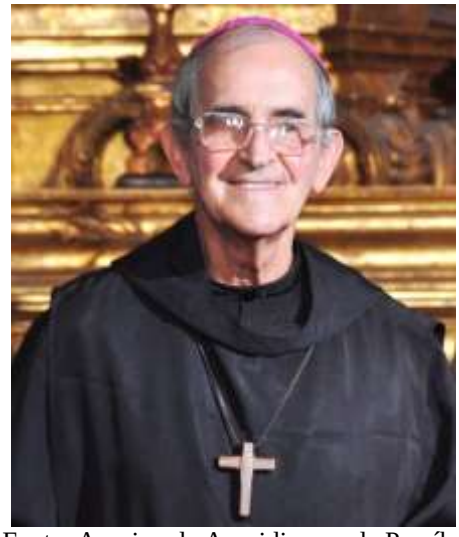
Destaca também, que na época da ditadura militar a questão da terra era considerada de segurança nacional, portanto, muitos dos que foram presos naquele período tiveram suas prisões fundamentadas na lei de Segurança Nacional.

Júlio César afirmou que aprendeu muito como defensor dos camponeses naquele período:

> [...] nesse processo todo, apesar de todo sofrimento pelos quais passamos, e não foram poucos não, é que a resistência do povo, aquilo que D. José chamava de teimosia em não sair da terra [...]. Eu não cheguei a ser advogado de trabalhadores da cana. Eu fui advogado de posseiros. Isso tinha uma vantagem [...] era que eles estavam naquela localidade há várias gerações. Em Camucim, por exemplo, tinha camponês que estava na terceira geração, naquela propriedade[590].

As experiências profissionais de Vanderley Caixe e Júlio César Ramalho serviram de inspiração para uma legião de advogados e advogadas dos movimentos sociais no estado da Paraíba, especialmente, na assessoria jurídica da Comissão Pastoral da Terra (CPT).

4.9 Dom Marcelo Pinto Carvalheira e a opção pelos movimentos de resistência



Fonte: Arquivo da Arquidiocese da Paraíba

[589] Depoimento de Júlio Cesar Ramalho em Audiência da CEVPM-PB, em 16/7/2015. Arquivo da CEVPM-PB.
[590] Idem.

D. Marcelo Pinto Carvalheira nasceu em Recife no dia 1 de maio de 1928. Filho de Álvaro Pinto Carvalheira e Maria Tereza Mendonça Carvalheira, Dom Marcelo foi educado dentro dos princípios católicos, juntamente com seus quinze irmãos. Na juventude, concluiu o ensino básico na Escola e Colégio de Recife, e logo em seguida ingressou no Seminário Arquidiocesano de Olinda, em 1944. Dois anos depois embarcou para Roma, onde na Pontifícia Universidade Gregoriana estudou Filosofia e Teologia, por fim decidiu-se especializar em Teologia Dogmática. Foi ordenado padre em 28 de fevereiro de 1953, e retornou para o Brasil em 1956.

D. Marcelo foi nomeado bispo auxiliar da Paraíba em 29 de outubro de 1975. Segundo Silva, "Foi no contexto de crescimento da chamada Igreja Popular que, em 1975, veio morar na cidade de Guarabira-PB, Dom Marcelo Pinto Carvalheira, bispo auxiliar da Arquidiocese de João Pessoa, esta sob jurisdição do arcebispo Dom José Maria Pires" [591]. Ordenado bispo, aos 47 anos, pelas mãos de Dom Helder Pessoa Câmara, Dom Aloísio Lorscheider e Dom José Maria Pires.

Em 9 de novembro de 1981, foi designado para ser bispo da recém-criada Diocese de Guarabira, na Paraíba[592]. Em 29 de novembro de 1995 foi designado para ser arcebispo da Arquidiocese da Paraíba, que exerceu sua função até 5 de maio de 2004.

Como Bispo da Diocese de Guarabira criou três tipos de serviços voltados para os movimentos sociais: Projeto Educativo do Menor (PEM), Centro de Orientação dos Direitos Humanos (CODH) e Serviço de Educação Popular (SEDUP).

[591] SILVA, José Ramos Barbosa da. **Assessoria e Movimento Popular**: Um Estudo do Serviço de Educação Popular (SEDUP). Dissertação (Mestrado em Educação). Centro de Educação. Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 1992, p 26.

[592] Para Silva "A vinda de D. Marcelo tinha como objetivo o de preparar as bases para o que mais tarde veio formar a Diocese de Guarabira ou mais propriamente a região Episcopal do Brejo, constituída por cinco Municípios". Ver SILVA José Ramos Barbosa da. Op. cit., p. 26.

4.9.1 Projeto Educativo do Menor (PEM) – Guarabira-PB

Fonte: Arquivo particular de José Ramos Barbosa da Silva[593]

O Projeto Educativo do Menor (PEM), inspirado no método Paulo Freire, era voltado para a educação das crianças e adolescentes carentes que moravam na periferia da cidade. Segundo Silva[594], tratava-se de:

> Uma rede de escolas para menores vindos das camadas mais pobres da região [Engraxates, vendedores de picolé, filhos de desempregados, biscateiros e outras crianças habitantes na periferia das cidades do brejo, impedidas de participar, ou expulsos de escolas, eram candidatos em potencial à rede escolar do Projeto Educativo do Menor. O método de ensino tinha inspiração em Montessori e Paulo Freire. Os recintos para as aulas eram construídos em mutirões, com a participação de alunos, pais de alunos e professores.

Equipe Central do PEM:

- Cleonice Gonçalves
- Jório de Castro Cruz
- José Barbosa da Silva
- José de Ribamar Ribeiro
- Marguerita Peisino
- Maria da Conceição Mariano Cardoso
- Maria de Fátima Azeredo
- Maria Valéria Rezende
- Severino Bezerra da Silva.
- Timothy Denis Ireland

[593] O adolescente que está na porta da escola é um dos animadores de comunidade. Hoje, professor da Universidade Federal da Paraíba – José Ramos Barbosa da Silva.
[594] SILVA José Ramos Barbosa da. Op. cit., p. 40.

4.9.2 Centro de Orientação dos Direito Humanos (CODH) – Guarabira-PB

O Centro de Orientação dos Direitos Humanos (CODH), que em seu início era composto por um médico, uma nutricionista, um estudante de direito e uma secretária tinha como público alvo os trabalhadores rurais e urbanos que buscavam informações sobre seus direitos. Vale ressaltar que, "o CODH tinha como objetivo não o de defender causas jurídicas, mas de orientar as pessoas a se dirigirem aos órgãos competentes [sindicatos, Delegacia Regional do Trabalho] ou a fundarem associações por categorias profissionais" [595].

Equipe do CODH:

- Antônio Isidio
- Eymar Vasconcelos
- Iranice Gonçalves Muniz
- João Camilo Pereira
- Josefa Inês Sousa
- Maria de Fátima Melo (Fatinha)
- Nelsina Dias.
- Sueli Aparecida Belatto

4.9.3 Serviço de Educação Popular (SEDUP) – Guarabira-PB

O Serviço de Educação Popular (SEDUP), coordenado pela freira da Congregação de Nossa Senhora - Cônegas de Santo Agostinho, pedagoga e escritora Maria Valéria Rezende, era destinado à educação de jovens e adultos, principalmente às lideranças no meio rural do brejo paraibano.

[595] Idem. p. 41.

Fonte: *Internet* em 25 de outubro de 2017

Equipe do SEDUP

- Analisa Bertolazzi
- Ana Claudia Dantas
- Camêlo Rocha
- Claudete Carneiro
- Clóvis Martins
- Erandir Rocha
- Geovani Jacó de Freitas
- Giuseppe Tosi
- Inês Bassanezzi
- José Barbosa da Silva (foi do PEM)
- Maria da Conceição Mariano Cardoso (foi do PEM)
- Maria de Fátima de Lima
- Maria Valéria Rezende (Coordenadora geral)
- Orlandil de Lima Moreira
- Pablo Sidersky
- Severino Bezerra da Silva (foi do PEM)
- Zilma Maciel

Segundo Silva, no projeto original do SEDUP consta como objetivos: Colocar conhecimentos, informações e recursos educativos a classe trabalhadora, das organizações, das comunidades e dos grupos populares do Brejo paraibano. Fornecer meios para que os conhecimentos e as expressões possuídos e criados pelas classes populares da região sejam organizados, registrados e divulgados entre os grupos e as comunidades populares[596].

[596] Idem, p.51.

Como bispo e arcebispo, D. Marcelo foi membro da Comissão Episcopal de Pastoral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), nos períodos de 1987-1991 e 1995-1998, responsável pelo setor Leigos e CEBs; Vice-Presidente da CNBB Nacional (1998-2004). Participou do Sínodo dos Bispos sobre os Leigos e da Quarta Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, em Santo Domingo. Foi delegado à Assembleia Especial do Sínodo dos Bispos para a América por eleição da Assembleia da CNBB e confirmado pelo Papa João Paulo II em 1997.

No final da década de 1960, ele foi preso no DOPS-SP acusado de apoiar pessoas perseguidas pela ditadura militar, dentre eles Frei Betto, cuja ligação com a ALN, liderada por Carlos Marighela, era motivo para intensa repressão. Esse episódio que o marcou profundamente, mas não o intimidou. Vários registros estão nos documentos do Dossiê da Ditadura Militar, o qual se encontra no Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese da Paraíba. Na década de 1970, o SNI se preocupava como a sua linha de atuação dentro da Igreja Católica, conforme o documento confidencial nº 4914:

> Dom Marcelo Pinto Carvalheira, Bispo de Guarabira-PB fez pregações contrárias ao governo. Tomou parte em reuniões de caráter subversivo. [...]. Em 08 de Dezembro de 1977 durante as solenidades de formatura dos Bacharelandos da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pernambuco durante o seu sermão fez uma pregação violenta da luta de classes[597].

Por ter sido uma das inúmeras vítimas do regime militar, Dom Marcelo Pinto Carvalheira foi anistiado pelo estado brasileiro em 2009, recebendo uma reparação moral e econômica.

4.10 Margarida Maria Alves: líder sindical na Paraíba

Fonte: Arquivo do Serviço de Educação Popular (SEDUP)

[597] Segundo consta no arquivo do SNI. Informe nº 594/19 ARE_ACE nº Documento nº 4914 22/06/1983. Cópia digitalizada. Arquivo da CEVPM-PB.

Margarida Maria Alves, estudou até a 4ª série do antigo ensino primário e começou a trabalhar no campo aos oito anos de idade. Foi a primeira mulher a assumir a presidência do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande-PB.

Margarida, também, colaborou ativamente na criação do Movimento de Mulheres do Brejo paraibano (MMB) – uma das primeiras organizações da América Latina composta exclusivamente por mulheres. Mas, sua principal atuação era no sindicato. Como líder sindical, suas principais reivindicações eram pelos direitos trabalhistas não respeitados na região, como carteira assinada, salário digno, férias, regulamentação da jornada de trabalho, entre outros direitos. Desafiou o poder do latifúndio, quanto entrou com centenas de ações trabalhistas na justiça, contra os usineiros da região, principalmente contra os donos da Usina Tanques, de propriedade de Aguinaldo Veloso Borges e familiares.

Segundo registro [vídeo] produzido pelo Serviço de Educação Popular (SEDUP) da Diocese de Guarabira, Margarida Maria Alves, no dia 1º de maio de 1983, em ato público afirmou que "da luta eu não fujo, melhor morrer na luta do que morrer de fome".

Por sua atuação política, junto ao Sindicato de Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande, ela foi assassinada em 12 de agosto de 1983, aos 51 anos de idade, com um tiro de espingarda calibre 12, na janela de sua residência, na presença de seu marido Severino Cassimiro Alves e de seu filho José de Arimatéia Alves (de apenas 8 anos de idade)[598].

4.10.1 Depoimento de Vanderlei Amado à CEVPM-PB

Fonte: Arquivo da CEVPM-PB

[598] José de Arimatéia Alves apresentou, em julho de 2013, requerimento de anistia para a Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, sob o número 2013.01.72805.3. O processo foi aprovado em julho de 2016, contudo até o fechamento deste Relatório, setembro de 2017, ainda não tinha sido liberado o valor da indenização, como forma de reparação financeira, devido a novas exigências e obstáculos colocados.

Tendo em vista a atuação de Vanderlei Amado na coordenação do Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural (CENTRU), ao lado de Margarida Maria Alves, no período de 1978 a 1983, resolveu-se apresentar a transcrição, na íntegra, do seu depoimento à CEVPM-PB:

> Boa tarde, eu sou Vanderlei Américo Amado, fui professor de Psicologia da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e colaborador do CENTRU (Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural). Meu envolvimento político tem início com o movimento estudantil desde a luta pelo direito a matrícula como excedente do curso de Psicologia da USP 1967, nas lutas por melhoria do ensino e passeatas contra a Ditadura.
>
> Após o AI-5 eu fui detido e mantido incomunicável no Presídio Tiradentes por 15 dias no final de abril 1969, após participar de assembleia universitária realizada para definir a reação a aposentadoria compulsória de professores da USP inclusive Fernando Henrique Cardoso.
>
> Em agosto de 1969, fui convidado por um colega mais adiantado do curso, e passei a trabalhar como professor de Psicologia Geral e Experimental num curso de Psicologia em Mogi das Cruzes, subúrbio de São Paulo.
>
> Chegamos à Paraíba eu e minha companheira Neide Mieli. Em 1978, fiquei conhecendo Manoel Conceição. Criamos o Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural (CENTRU) aqui na Paraíba. Dele fazia parte Luiz Silva que foi presidente da CUT, Margarida Maria Alves e mais adiante Maria da Penha Nascimento.
>
> Manoel Conceição tinha saído do Brasil por perseguição política. Na Europa teve contato com organizações que financiavam o trabalho social em países pobres e viu a possibilidade de criar o que fazia falta, o que ele achava o que fazia falta no campo, organização dirigida pelo trabalhador rural para educação política e sindical, como também que provesse proteção através da articulação com entidades nacionais e internacionais que inibisse a violência no campo.
>
> Ele dizia o seguinte: Que fazer sindicalismo na cidade tinha uma repercussão porque qualquer coisa que acontecia a polícia aparecia, saía no jornal, e no campo, não, a pessoa matava e desaparecia. Então era preciso criar uma organização que desse uma proteção ao trabalhador militante.
>
> Na noite do assassinato de Margarida foi posto esse esquema em prática, a partir de um telefone público em Guarabira articulamos uma reação de âmbito mundial, repito, a partir do telefone público em Guarabira. Uma onda de protesto junto a autoridades políticas e jurídicas, imediata e por muitos meses, que evitou mais mortes apesar da retomada da luta sindical em Alagoa Grande e no Brejo Paraibano.
>
> Então os colaboradores do CENTRU auxiliavam na programação de atividades como seminários de formação política e sindical, reuniões e articulação de diferentes entidades do campo com vistas a campanhas trabalhistas para a exigência de assinatura de carteira de trabalho na zona

canavieira, como mais adiante, a campanha salarial e contrato coletivo de trabalho.

Margarida fez parte da coordenação do CENTRU desde a sua fundação no início dos anos 80, já era uma líder sindical expressiva e nossa principal aposta para o PT em formação, mas resistia em se filiar ao partido, sempre se referindo à opinião do marido que isso poderia atrapalhar a atividade sindical em Alagoa Grande. Até que nas vésperas do limite do prazo para a filiação para se candidatar, estávamos numa reunião da Coordenação do CENTRU em João Pessoa, suspendemos a reunião e fomos em caravana para a casa de Margarida em Alagoa Grande para conversamos com o marido dela para convencê-la a entrar no PT, com vistas a uma candidatura, provavelmente a deputada estadual.

A preocupação de Margarida e do marido era que uma candidatura poderia ser mal entendida pelos associados do sindicato e prejudicar a atividade sindical. Chegamos a uma solução de compromisso, garantiríamos a filiação dela para não perdermos o prazo e buscaríamos vê a opinião dos sindicalizados com a possibilidade de uma candidatura dela, que só se efetivaria se houvesse uma aprovação expressiva da base. No entanto não foi assim que ocorreu, pois Margarida acabou apoiando surpreendentemente a candidatura do PDS, dos patrões, Penha achava que faltava a Margarida consciência de classe, mas acredito que o seu parâmetro era o sindicato de Alagoa Grande. Nas mãos de Margarida era um sindicato combativo, tanto encaminhando as ações trabalhistas, quanto as campanhas para assinatura de carteira de trabalho preparando o campo para o contrato coletivo de trabalho.

Por que então esse apoio político que chegou a distribuição de propaganda eleitoral nas delegacias sindicais e até subir no palanque deles para pedir votos como é que se explica? Para entender é preciso recordar a dinâmica política em Alagoa Grande. O MDB conseguira vencer a ARENA dos proprietários rurais, ganhando a prefeitura. A ascensão de Margarida como liderança a apontava como possível rival na disputa política.

Iniciou-se então uma campanha para enfraquecê-la. No dia de feira um carro de som percorria a cidade anunciando que todo trabalhador rural tinha direito assistência médica e dentária no sindicado mesmo sem ser sindicalizado. Isso prejudicava o sindicato que vivia das mensalidades dos sindicalizados, portanto o inimigo imediato era o MDB da cidade, daí o seu posicionamento naquela conjuntura.

Como após a eleição não se alterou a ação do sindicato, o que provavelmente era esperado pelos patrões, já que os apoiou na eleição agora vai colaborar como uma direção diferente no sindicato.

Talvez tenha sido a sua sentença de morte. Teve um episódio que mostra bem isso. Havia uma viúva moradora na Usina Tanques que estava ameaçada de despejo e recorreu ao sindicato que assumiu a sua defesa. Aguinaldo Veloso Borges mandou alguém dar um recado para a Margarida do desagrado com atitude dela. Ela então redigiu um ofício para o Aguinaldo Veloso Borges, como se tivesse sido interpelada por escrito, ela fez um ofício e mandou para o Aguinaldo Veloso Borges.

No ofício ela argumentava sobre os direitos da moradora e que cabia ao sindicato promover o encaminhamento legal, talvez essa tenha sido a gota d'água.

Pouco tempo depois ela seria assassinada. Na última noite de vida de Margarida, 11 de agosto de 1983, eu estava no mesmo quarto, com Penha e Margarida no colégio Paulo VI em Guarabira, participávamos de uma assembleia do CENTRU. Dormi e acordei com as duas conversando, com a impressão que falara a noite inteira. Penha registrou que nessa noite Margarida contou toda violência que estava sofrendo todas as ameaças que os patrões estavam fazendo com ela.
No café da manhã Margarida ainda comentou que MDB o PDS eram "farinha do mesmo saco" e depois deixou a assembleia para atividade do sindicato e às 17h30min foi barbaramente assassinada em casa.

Quem a substituiu na presidência do sindicato foi o Secretário José Horácio, marido de Penha que lhe deu incentivo e mais ainda com apoio do CENTRU, manteve uma direção combativa do sindicato.

Já no ano seguinte, 1984, realizávamos a primeira campanha salarial com vistas a assinatura de um acordo coletivo de trabalho para os canavieiros, sendo então decretada a greve.

Foi então que passei por uma das situações mais impactantes da minha vida. Estávamos nesse processo de organização da primeira campanha salarial dos canavieiros da Paraíba, para qual você faz uma pauta de reivindicação e entrega para o sindicato patronal e, no caso de não ter acordo, seria a primeira greve dos canavieiros da Paraíba, como foi.

Nessa época, ficamos encarregados pelo CENTRU de assessorar o sindicato dos trabalhadores rurais em Alagoa Grande.

A área era controlada pelo Aguinaldo Veloso Borges, que já era conhecido como mandante do assassinato de João Pedro Teixeira, das Ligas camponesas de Sapé, como foi mostrado no filme "Cabra Marcado para Morrer".

Quem estava na direção da Usina Tanques era o genro de Aguinaldo, Zito Buarque, que era tão arbitrário quanto ele, uma figura realmente perigosa.

Ao longo de uma ou duas semanas, percebi o grau de agressividade dos patrões e percebi que podia ter até derramamento de sangue. Eu estava preocupado com desdobramento da situação. A greve iria começar na segunda-feira e no domingo de manhã cedinho liguei para TV Globo em Recife, o plantonista me atendeu, eu expliquei que seria interessante eles virem testemunhar, inclusive porque a presença da TV seria um fator de segurança e ele resolveu vir[599].

[599] Depoimento de Vanderlei Amado em Audiência da CEVPM-PB, em 16/7/2015. Arquivo da CEVPM-PB.

Imagem da casa onde viveu Margarida Maria Alves, em Alagoa Grande-PB

Fonte: Registro feito por Iranice G. Muniz, em 15.07.2017

4.10.2 Conclusão

A atuação política de Margarida e a sua luta por direitos trabalhistas de camponeses e de camponesas da região do brejo paraibano contrariou os interesses econômicos dos latifundiários locais. Esses latifundiários, associados no "Grupo da Várzea", são apontados como mandantes do crime[600]. Entre eles estão Aguinaldo Veloso Borges[601], seu o genro José Buarque de Gusmão Neto [diretor da Usina Tanques] e Antônio Carlos Coutinho Regis, fazendeiro local[602].

O julgamento do senhor José Buarque de Gusmão Neto, acusado de ser um dos mandantes do crime, foi realizado no dia 18 de junho de 2001, após 18 anos do assassinato de

[600] Apontados como executores do assassinato foram o soldado da Polícia Militar da Paraíba, Betâneo Carneiro dos Santos, os pistoleiros de aluguel Amauri José do Rego e seu irmão, Amaro José do Rego, bem como o motorista do veículo que conduzia os executores do crime, Severino Carneiro de Araújo, conhecido como "Biu Genésio", que foi assassinado em 1986. Edgar Paes de Araújo, conhecido como "Mazinho", foi igualmente assassinado em 1986, com indícios de "queima de arquivo" por ter informações sobre os mandantes do crime.
[601] Aguinaldo Veloso Borges faleceu em 1990, antes do julgamento.
[602] Antônio Carlos Coutinho Reis foi julgado e absolvido em 1988.

Margarida, e dois anos antes da prescrição processual. O mesmo foi absolvido por cinco votos contra dois, no Tribunal do Júri[603], na Comarca de João Pessoa-PB.

Por causa da morosidade processual, em outubro de 2000, foi apresentada uma denúncia à Comissão Interamericana de Direitos Humanos contra a República Federativa do Brasil por violação do direito à vida de Margarida Maria Alves, formulada pelo Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares (GAJOP), pelo Centro de Justiça e Direito Internacional (CEJIL), pelo Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH), pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), e pela Fundação de Defesa dos Direitos Humanos Margarida Maria Alves (FDDHMMA).

Em 5 de março de 2008, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos declarou admissível o caso, mediante o Informe nº 9/08, referente ao caso nº 12.332,6 de Margarida Maria Alves. Até o momento da redação deste Relatório da CEVPM-PB, o caso ainda permanece na Comissão.

Margarida Maria Alves está sepultada no Cemitério de São Sebastião, na cidade de Alagoa Grande-PB e sua residência foi transformada na Fundação Margarida Maria Alves[604].

Segundo dados dos inquéritos policiais e dos processos que tramitaram no Poder Judiciário da Paraíba, tanto Margarida Maria Alves, como João Pedro Teixeira foram assassinados pelo mesmo "Grupo da Várzea", formado por latifundiários da região e liderado, à época, por Aguinaldo Veloso Borges.

---

[603] O *Tribunal do Júri* detém a competência para julgar os crimes dolosos contra a vida.

[604] O nome de Margarida consta no **Dossiê ditadura: mortos e desaparecidos políticos no Brasil (1964/1985)**, organizado pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos. É uma das vítimas relatadas no livro, organizado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, **Retrato da repressão política no campo: Brasil 1962-1985 – camponeses torturados, mortos e desaparecidos**. O CENTRU e a PL Produções Visuais Ltda., de Recife/PE, produziram, em 1984, o filme **Margarida sempre viva**. Em 2006, foi elaborado o documentário **Uma flor na várzea**, de Mislene Santos e Matheus Andrade, com apoio da Prefeitura Municipal de João Pessoa-PB, que apresenta a sua trajetória. Em sua homenagem, 12 de agosto tornou-se o "Dia Nacional de Luta contra a Violência no Campo e pela Reforma Agrária". Em sua memória, no ano 2000, organizações nacionais de trabalhadoras e trabalhadores rurais, junto com milhares de sindicatos de trabalhadores rurais, iniciaram a Marcha das Margaridas, para denunciar a violência no campo e para reivindicar a reforma agrária no Brasil. Ela recebeu, postumamente, o prêmio *Pax Christi* Internacional em 1988. Em 1994, foi criada pela Arquidiocese da Paraíba, a Fundação de Defesa dos Direitos Humanos Margarida Maria Alves. Ela também foi homenageada com a Medalha Chico Mendes de Resistência, pelo Grupo Tortura Nunca Mais, no Rio de Janeiro em 2002.

4.11 As Ligas Camponesas por quem vivenciou, mas não teve oportunidade de contar

4.11.1 Memórias do Povo: uma pesquisa de campo

Antônia M. Van Ham [Irmã Tonny], holandesa, freira da ordem franciscana, viveu parte de sua vida no Brasil acompanhando os camponeses na Paraíba. Entrevistou, entre 2001 e 2005 vários camponeses que no período da Ligas Camponesas moravam e trabalhavam nas propriedades rurais[605].

Entre os que vivenciaram o dia-a-dia das Ligas Camponesas, no período de 1958 a 1964, no estado da Paraíba, Irmã Tonny registrou, através das entrevistas, depoimentos de várias pessoas que tentaram reviver a história de homens e mulheres que resistiram ao poder do latifúndio paraibano. São eles e elas:

- **Angelita Josefa da Conceição** (Usina Maravilha, no Município de Goiana-PE), acompanhou o movimento das Ligas Camponesas da Paraíba através "do sindicato rural de Goiana, na greve do corte da cana nas usinas da região[606]";
- **Antônio Amâncio** (Município de Alhandra-PB) foi integrante das Ligas Camponesas, conheceu João Pedro Teixeira e afirma que "os proprietários se incomodavam porque sabiam que iam perder com a liderança do povo"[607];
- **Antônio Francisco de Andrade** (Engenho Marau, no Município de Sapé-PB), na época era músico e repentista das Ligas Camponesas. Afirma que no tempo das Ligas os administradores das fazendas "ficavam arrodeando o povo quando falava em liga,

[605] Ver HAM Antônia M. Van. **Memória do Povo**: João Pedro Teixeira e as Ligas Camponesas na Paraíba – deixemos o povo falar. João Pessoa: Idéia, 2005.
[606] Idem. p.126.
[607] Idem. p. 128.

falavam em documento [...] botaram um tal de Luiz de Barros lá e botavam o pau no povo". Segundo ele, Luiz de Barros bateu em muitos camponeses;[608]

- **Antônio Lacerda de Araújo** (Município de Gurinhém-PB) afirma que seu patrão, Adelmário Reges de Brito, não gostava das Ligas Camponesas "eles entendiam que eram comunistas [...] e não queriam que ninguém da gente tirasse carteira, nada"[609];
- **Antônio Pedro Eugenio** (Barra de Antas, Município de Sapé-PB) afirma que ele e "João Pedro Teixeira era muito amigo [...] quem não gostava dele era os ricos, porque diziam que ele era comunista". Quanto ao assassinato de João afirma que "[...] três homens ...chegaram ali, beberam água na casa de uma prima minha [...] ela viu tudo. Naquela buraqueira, entraram e se esconderam. E, quando ele vinha passando na pista, com os livros para os filhos... aí atiraram nele"[610];
- **Artur José de Carvalho** (Município de Sapé-PB) afirma que era comum na região o administrador da propriedade mandar bater em camponeses "que presenciou camponês entrar num saco, amarraram a boca jogaram na caminhoneta e levaram ele pra Engenho Novo"[611];
- **Josefa Davi de Melo** (Município de Sapé-PB) afirma que conhecia os donos das Usinas São João e recorda que,

> Dr. Renato junto com Dr. Gouveia. Naquele tempo as usina – São João e Santa Helena – se comunicavam era misturado. [...][612] o trabalhador enchiam o carro na mão... se não fosse e ficasse dormindo na rede, era pra cortar a corda da rede e ele caia dormindo[613]

- **Damião Cardoso de Farias** (Município do Conde-PB) afirma que ele e o pai trabalhavam nas usinas, "se nós não tivesse acompanhado a Liga Camponesa, a gente tinha sido massacrado, e então, a gente viu que a solução era acompanhar as liga mesmo para nós sabermos o nosso direito onde estava"[614];
- **Eduardo da Costa** (Barra de Antas no Município de Sapé-PB), lembra que, "quando criança, sua vó, que era do tempo das Ligas, lhe comentava que naquele tempo tinha essa história de chocalho. Afirma ainda que "hoje, o pessoal tem muito medo de falar

[608] Idem. p.137.
[609] Idem. p.144.
[610] Idem. p.147.
[611] Idem. p.162.
[612] Idem. p.159
[613] Idem. p.161.
[614] Idem. p.166.

sobre o chocalho [...] não sei se é por conta do tempo do Golpe Militar, que veio tentando acabar com tudo, que parou toda a Liga"[615];

- **Elias Quirino Pereira** (Município de Alhandra-PB) foi presidente da Liga Camponesa de Alhandra, um dos fundadores das Ligas Camponesas em 1958. Perguntado como eles organizavam as ligas respondeu "tinha reunião constantemente de cada setor, de cada localidade, de cada fazenda. Eles tinham um caso diferente, um do outro e o povo agia também de modo diferente"[616];
- **Epitácio Nicolau da Costa** (Barra de Antas, Município de Sapé-PB), lembra da atuação de Elizabeth Teixeira nas Ligas Camponesas, e afirma que "em 1962, estava com a perna quebrada, e vieram me buscar três vezes em casa, e eu não fui. Ela...mandou o filho de Otacílio me buscar em casa. Eu disse: não posso [...] ela mandou um recado... era bom que você fosse[617];
- **Euclides Justino** (Município de Sapé-PB), irmão de Elizabeth Teixeira, era comerciante e morava em Recife-PE). Afirma que quem marcava João Pedro Teixeira "não era meu pai não [...] era a turma aí... A turma era de Dr. Aguinaldo [Aguinaldo Veloso Borges]. Era o pivô de tudo, se ele soubesse que tinha quatro pessoas ou três da Liga Camponesa ele ia lá e desmembrava tudo"[618];
- **Expedito Maurício da Costa** (Município de Sapé-PB) chegou em Sapé em 1957, ia completar 17 anos. Mas Afirma que:

> [...] meu pai era camponês e tinha a chamada carteira das Ligas Camponesas, [...] conheci Pedro Fazendeiro, [...] dizia meu pai, que no início, na criação das ligas camponesa, aqui em Sapé, para poder o movimento chegar nos canaviais dos usineiros, Pedro Fazendeiro se encarregava de levar um taboleirozinho de cocada para vender aos cortadores de cana.[619]

- **Francisco Antônio da Silva** (Município de Sapé-PB) afirma que na Usina Miriri, "ninguém se interessava em tirar essa carteira das Ligas Camponesas. E também, o patrão lá não queria, dizia [...] pessoal, vocês não queiram essas Ligas, porque não presta. [...] Abel Cunha fez muita ruindade, também matou gente no Capim"[620];
- **Fatima Rosa da Silva** (Município de Sapé-PB) morava na Usina Miriri e acompanhou alguns conflitos entre camponeses e proprietários, recorda que era um tempo muito

[615] Idem. p.171.
[616] Idem. p.174.
[617] Idem. p. 199.
[618] Idem. p.200.
[619] Idem. p. 207.
[620] Idem. p.217.

difícil. Quando se referiu ao confronto de Mari/PB em 15 de janeiro de 1964 Fátima afirma que:

> Nesse dia, em que mataram esses homens, levaram a gente para Capim, para Capim de Mamanguape, com medo de revolta. Nós fomos embora para Capim, mãe levou a gente, e botou pra lá por causa das Ligas Camponesas; que diziam, que vinham matando todo mundo, e vinha se acabando todo o mundo[621];

- **Ivan Figueiredo** (Município de Sapé-PB) era um pequeno proprietário, esteve na criação da Ligas Camponesas, no Grupo Gentil Lins, e recorda que:

> [...] dali que veio aquele menino João Santa Cruz [...] Chico Julião também [...] Assis Lemos e, se o espírito não me engana, parece que Zé Joffily esteve aí". Afirma que com o golpe militar teve que ir embora, ele e muitos, "e deixamos tudo aí, abandonado, sem destino mesmo[622];

- **João José de Souza** (fazenda Tapoá, no Município de São Miguel de Taipu-PB). Afirma que foi chamado pela Usina São João para amedrontar os moradores, ele assegura que não fez, mas que botaram muitos moradores pra fora das casas da Usina. [...] "Eu tinha a carteirinha das Ligas Camponesas, mas levou fim, acabou-se. Não me importei mais"[623];
- **José Félix do Nascimento** (Município de Sapé-PB) afirma que seu padrinho, Manoel Pinto, foi na usina e discutiu com o Dr. Aloisio, dono da usina, "deram uma pisa nele e segundo dizem ele morreu dessa pisa"[624];
- **Maria José** (Município de Sapé-PB), casada com José Félix do Nascimento, ainda pequena presenciou muitas injustiças praticadas contra os trabalhadores. Afirma que muitos camponeses ficavam com problemas nos nervos por presenciar o sofrimento do trabalhador, "o pessoal ficava calado com medo de falar, porque nessa época era muita pressão, tanto o pessoal da usina, como também da Liga Camponesa"[625];
- **José Hermínio Dionísio** (Município de Sapé-PB), em seu depoimento (por escrito) afirma que as autoridades recebiam os proprietários, credenciando todas as denúncias por eles formuladas, mas nenhum camponês era atendido, quando procurava estas autoridades[626]; p. 261-267.

---

[621] Idem. p. 216.
[622] Idem. p.236.
[623] Idem. p. 243.
[624] Idem. p.255.
[625] Idem. p. 256.
[626] Idem. p. 261-267.

- **Juraci Batista de Jesus** (Município de Cruz do Espírito Santo-PB), embora o depoimento seja bastante contraditório, Juraci confirma que os camponeses estavam sempre amedrontados diante dos administradores das propriedades "Luiz de Barro botou a peia no braço, apanhou gente pra valer, teve gente que morreu de peia [...] meu primo era motorista da ambulância da Liga, e apanhou tanto que quase morria"[627];
- **Lourdinete Justino** (Barra de Antas, Município de Sapé-PB) comenta que casou com o irmão mais novo de Elizabeth em 1966 e foi morar na casa dos pais deles. Tanto sua sogra quanto o seu sogro não falavam sobre a morte de João Pedro Teixeira, "comigo mesmo ele não falava esses assuntos"[628];
- **Luzia Gonçalves da Silva** (Município de Cruz de Espírito Santo-PB) comenta que sua família morava em um sítio onde seu pai plantava muitas bananeiras, coqueiros e outras plantações como milho e feijão, mas foram proibidos de plantar porque o dono da terra vendeu para uma usina e os novos donos queriam a terra para plantar cana. Seu pai participava das manifestações das Ligas Camponesas, "pai era como um animador"[629];
- **Manoel Bento** (Município Capim-PB) afirma em seu depoimento que muitos proprietários de terras na região amedrontavam os camponeses e usavam a polícia para humilhá-los. Destaca que seu primo, Francisco Augusto mesmo doente, com febre, teve que atravessar o rio Gurinhém (em Barra de Antas, Sapé-PB) com policiais nas costas. "Carregou todos eles, nas costa, atravessando o rio, de modo que eles não ficassem molhados"[630];
- **Manoel Pedro de Araújo** (Município de Capim-PB), é sobrinho neto de Pedro Inácio de Araújo (Pedro Fazendeiro) e recorda de seus familiares comentarem sobre as Ligas Camponesas, "eles falavam do chocalho que era usado". Segundo o que ouviu era "uma forma de reação contra o latifundiário ou de quem se colocava contra esse movimento [...] era posto o chocalho como forma de punição, era dois lados que se confrontavam"[631];
- **Manoel Henrique Dantas** (Município de Santa Rita-PB) conheceu João Pedro Teixeira desde quando o mesmo começou a luta em Sapé. Todos os domingos ia a Sapé participar

[627] Idem. p. 277-278.
[628] Idem. p.281.
[629] Idem. p. 283.
[630] Idem. p. 288.
[631] Idem. p.302.

das reuniões. Recorda que tinham muitos "camaradas" que diziam: "vamos morrer na terra [...] a gente está pronto pra morrer na terra de modo a resolver esse caso ..."[632];

- **Maria da Penha Lima de Souza** (Município de Cruz do Espírito Santo-PB) afirma que na fazenda Gendiroba, em Marí-PB, existia um pessoal que tinha carteira das Ligas Camponesas e que teve que fugir para Mamanguape-PB, que por conta da perseguição às Ligas haviam abandonado suas casas. Ela e sua família ocuparam uma dessas casas "por ordem de empregados da usina. [...] inclusive meu pai era vaqueiro"[633];
- **Maria do Socorro de Paiva** (Cruz do Espírito Santo-PB) conta que seu pai era das Ligas Camponesas de Sapé-PB e participou do movimento junto com João Pedro Teixeira, os dois "conversavam como se organizar, para consegui terra para trabalhador, lutar por salário justo, que era uma das metas que as Liga tinha, e ter direito a escola dos filhos dos trabalhadores"[634];
- **Mirocem Francisco do Nascimento** (Município de Sapé-PB) era o motorista da Usina Santa Helena. Afirma que foi quem levou os vigias para o local do Conflito em Mari-PB, em 15 de janeiro de 1964[635];
- **Sebastião Severino Monteiro** (Município de Pilar-PB) era um trabalhador rural mas não tinha a carteira das liga pois naquele época "aqui ninguém era nem doido para dizer que tinha de agricultou, porque o homem aqui (Aguinaldo Veloso Borges) sangrava na goela. Matava mesmo"[636];
- **Maria José Gomes** (Município de Sapé-PB) acompanhava o movimento das Ligas Camponesas. Sabia que havia muita opressão naquela época. Muitos que lutavam com João Pedro eram perseguidos, isso amedrontava o povo "quando era vivo a coisa era muito boa, mas depois que mataram ele, chegou o medo no povo"[637];
- **Severina Gomes** (Município de Sapé-PB) acompanhava no movimento das Ligas Camponesas, e afirma que muitos camponeses ficavam com medo de ser chamado com esse nome "dos camponeses que queriam tomar as terras do povo"[638];
- **Severino Francisco Xavier** (Município de Sapé-PB) era morador da fazenda Gendiroba, nasceu e se criou lá, casou com **Luzilda Xavier** prima da mãe de João Pedro Teixeira. Trabalhava na fazenda Boa Vista e tinha a carteira das Ligas Camponesas.

[632] Idem. p.291.
[633] Idem. p.304.
[634] Idem. p.307-308.
[635] Idem. p. 336.
[636] Idem. p.353.
[637] Idem. p. 355.
[638] Idem. p.355.

Afirma que: quase todos de Boa vista tinha, mas escondido. [...] Era escondido do administrador, nem Dr. Renato não sabia[639]". Mas quando houve o golpe civil-militar em 1964, amedrontados, foram embora para o Rio de Janeiro.

- **Severino Guilhermino de Souza** (Município de Sapé-PB) recorda de João Pedro Teixeira, e afirma que:

> João Pedro tinha pressentido que ia morrer. Ele dizia: Eu estou aqui pregando pra vocês, mas eu vou ser morto. E essa luta vai continuar, mas vai ser abafada. Mais ainda não é o fim, é somente o começo. Vai ficar como um fogo de monturo por baixo. E quando ele levantar mais tarde, aí não tem água que apague o fogo'. E foi isso que aconteceu[640].

- **Severino Lupicínio** (Município de Santa Rita/ PB) afirma que morou na fazenda Massangana, e era um dos camponeses que animava o povo. Sobre o período da atuação das Ligas, lembra que "a polícia estava acoitando. Um tal de Luiz de Barros, ficava passando na cidade direto, e a gente tinha até medo de trabalhar [...]" Ele chamava o povo para tirar a carteira das ligas e ir para as reuniões em Sapé. Sobre outros animadores das Ligas cita Manoel Alexandrino que era fiscal das ligas e José Alexandre, que morava na fazenda Marau[641];
- **Manoel Dantas** (Município de Santa Rita-PB) morava da fazenda Massangana comentou sobre o pagamento do foro "eles queriam que o foro subisse todo ano sem medida [...] o camarada vendia galinha, quando não tinha dinheiro, que a lavoura não dava [...] vendia o que tivesse para inteirar para pagar o foro...era assim naquele tempo". Afirma que Luiz de Barros perseguia os camponeses, e que muitos deles viviam se escondendo com medo[642];
- **Vicente Guilhermino** (Município de Sapé-PB) era um dos dirigentes das Ligas Camponesas e ajudava na organização dos camponeses para fazer campanha a favor desse movimento. Recorda que o "Capa de Aço" foi um dos capangas envolvidos na "chacina de Mari", em janeiro de 1964[643].

Mesmo com toda a perseguição do Estado e das milícias privadas, os camponeses paraibanos não abandonaram a luta pela terra. Atualmente, segundo relatórios da Comissão

[639] Idem. p.364.
[640] Idem. p. 369-370.
[641] Idem. p.378.
[642] Idem. p.380.
[643] Idem. p.390.

Pastoral da Terra, há mais de trezentos assentamentos rurais na Paraíba, o equivalente a 5% das terras produtivas do estado.

4.11.2 Oitiva dos filhos de Pedro Cardoso da Silva sobre o conflito de Mari-PB

4.11.2.1 Introdução

Em Marí-PB, no dia 15 de janeiro de 1964, Antônio Galdino da Silva, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais [STR] juntamente com outros camponeses realizavam um mutirão para plantar sementes de milho e feijão para a subsistência, num roçado em Olho D'água, naquele município, quando foram abordados por um grupo de trabalhadores e policiais representando o proprietário [Renato Ribeiro Coutinho] em busca de uma suposta "arma de propriedade do exército". Surpreendidos por uma rajada de metralhadora, os camponeses, reagiram [em legitima defesa] fazendo uso dos instrumentos de trabalho foices, facões e enxadas. O conflito resultou em mortos e feridos.

Os camponeses assassinados foram: Antônio Galdino da Silva, José Barbosa do Nascimento, Pedro Cardoso da Silva e Genival Fortunato Félix. Do lado dos proprietários morreram o administrador (agrônomo) e seu filho, dois sargentos, dois trabalhadores (vigias) da Usina e um capitão de campo. Esse cenário de guerra, na cidade de Mari-PB, foi noticiado nas páginas dos jornais de circulação estadual e nacional.

O processo de insegurança, que se desencadeou em Mari e cidades mais próximas, levou a intervenção do Cel. Luiz de Barros, na região, pouco tempo antes do golpe civil-militar. Para Emília Moreira e Ivan Targino, após o golpe de 1964:

> [...] a correlação de forças no campo pendeu para o lado dos patrões e se manifestou através da dissolução do movimento mediante repressão, intervenção nos sindicatos existentes e criação de novos, afastamento e/ou eliminação de lideranças, nomeação de dirigentes pelegos, implementação de uma política assistencialista lesiva aos trabalhadores[644].

Cinquenta anos depois, para a família de Pedro Cardoso da Silva – que conviveu com a perseguição dos proprietários e das milícias privadas – o sentimento de injustiça ainda

[644] MOREIRA, Emília; TARGINO, Ivan. **Capítulos de geografia agrária da Paraíba**. João Pessoa: Editora Universitária, 1997. p.286.

permanece. A família ainda hoje convive com o sentimento de reconhecimento da luta do pai, "quando eu falo nele, dá vontade de chorar, e faz muitos anos"[645].

4.11.2.2 Dos depoimentos

Em 30 de novembro de 2013, foi realizada a segunda oitiva privada do GT Repressão do Estado e das Milícias Privadas aos Camponeses, para ouvir os filhos de Pedro Cardoso da Silva. Assassinado em 15 de janeiro de 1964. Três filhos compareceram. Porém, José Cardoso da Silva [que à época dos fatos tinha 14 anos de idade] não estava em condições [psicológicas] de prestar depoimento.

- **Maria do Socorro Cardoso**

Maria do Socorro Cardoso, brasileira, paraibana, em seu depoimento à CEVPM-PB, informou que em 15 de janeiro de 1964 o seu pai saiu para trabalhar, com um outro camponês chamado Genival e um dos filhos, "num roçado de abacaxi que ele tinha fora, lá em Doutor Renato [Renato Ribeiro Coutinho]". Mas no retorno para casa foi assassinado juntamente com outros trabalhadores que participavam das ligas "quando ele não voltou, nós já sabíamos que ele estava morto".

> [...] o cara mandou fazer uma fila para matar tudinho. Aí tinha um rapaz que era soldado do Exército, que ele tinha trabalhado [...] mataram meu pai, mataram muitos, não só foi um não, nem dois não [...] quem vinha mais o meu pai era Genival – eu acho que o irmão dele deve estar aqui, Régio, Régio Fortunato[646].

Informou também, que após o assassinato do pai [Pedro Cardoso] sua mãe e seus irmãos fugiram para a cidade de Bayeux-PB. Dois dos seus irmãos quando ficaram maiores de idade migraram para os estados do Rio de Janeiro e Minas Gerais, onde trabalharam e constituíram suas famílias. Quanto aos representantes dos proprietários, que participaram do conflito, afirma que, alguns continuaram na cidade de Sapé-PB. Segundo Maria do Socorro Cardoso:

> [...] Doutor Rodolfo. E, é. E, ele disse mesmo assim: 'Fiquei devendo um grande favor ao povo da liga camponesa. Que eles me colocaram dentro do carro e me levaram para Recife [...] o povo me levou para Recife' e ele escapou. Só foi quem escapou da usina foi esse.[647]

[645] Depoimento de Maria do Socorro Cardoso em oitiva da CEVPM-PB, em 30/11/2013. Arquivo da CEVPM-PB.
[646] Idem.
[647] Idem.

Muito emocionada, Maria do Socorro afirma que Genival Fortunato foi o camponês que morreu junto com seu pai, eles vinham de um roçado, eles eram da liga camponesa.

- **João Cardoso da Silva**

João Cardoso da Silva, brasileiro, paraibano, tinha apenas onze anos de idade quando vivenciou todo o drama familiar no ano de 1964. Em seu depoimento à CEVPM-PB destacou que: atormentados, seus familiares não tiveram o direito e o tempo do luto necessário, abandonaram a casa e seus roçados, todos os documentos pessoais foram queimados ou despareceram. Foram viver em outro município [Bayeux] e tentar conseguir meios de sobrevivência. João Cardoso recorda que:

> [...] minha mãe desistiu, disse: 'olha deixa tudo pra lá' porque a gente tinha um roçado de batata, a gente plantava batata, tinha bastante batata pra colher, aquilo ali se perdeu tudo, tudo o que ele tinha praticamente se perdeu, tudo se perdeu, porque a minha mãe decidiu né, vamos embora, pra Bayeux aqui não da não, se a gente ficar aqui, a gente já tamo passando necessidade [...] melhor a gente ir embora, porque minha irmã mais velha tava em Bayeux já trabalhando, ficou só a casa[648].

Em Bayeux a família encontrou dificuldades, mas o menino João Cardoso foi para a escola, e hoje relembra "fui estudar, quando eu estava no colégio era um pouco retardo [...] por causa disso o pessoal me chamava de camponês, eu não gostava[649]".

Nessa oitiva nos deparamos com muitas desconfianças e resistências por parte da família, mas, também, percebemos a disposição dos filhos para reconstruir a história e a memória da perda inesquecível do pai. Foi uma oitiva repleta de emoções e de profunda dor.

4.12 SNI: a vigilância sobre o meio rural paraibano

Nos primeiros anos da ditadura militar, entre 1964 e 1970, criou-se no Brasil um sistema de coleta e análise de informações e de execução da repressão no Estado. O Serviço Nacional de Informações (SNI) era o centro desse sistema. O SNI funcionava de duas maneiras: como um organismo de formulação de diretrizes para elaboração de estratégias no âmbito da presidência da República e como o núcleo principal de uma rede de informações atuando dentro da sociedade e em todos os setores da administração pública direta e indireta. O SNI se estruturava através das Agências Regionais; das Divisões de Segurança e Informações (DSI),

[648] Depoimento de João Cardoso da Silva em oitiva da CEVPM-PB, em 30/11/2013. Arquivo da CEVPM-PB.
[649] Idem.

instaladas em cada ministério civil; das Assessorias de Segurança e Informação (ASI), criadas em cada órgão público e autarquia federal[650].

No estado da Paraíba, durante o período da ditadura militar, várias pessoas e entidades, que apoiavam ou acompanhavam a luta dos camponeses e dos índios Potiguara por melhores condições de vida no campo, tiveram seus nomes registrados no SNI. Assim, de posse dessas informações, este grupo de trabalho – Repressão do Estado e da Milícias Privadas aos Camponeses – organizou um breve resumo dos documentos/informes "confidenciais", com seus respectivos números.

Informe nº 276/16/ ARE_ACE_ n° 4393 22/03/1983[651] – Fernando Bartolomeu de Macedo, em reunião realizada em 25 de novembro de 1961 na sede da Associação Paraibana de Imprensa (API), na qual foi lançada a campanha pelo registro do Partido Comunista Brasileiro (PCB), fez parte da mesa dos trabalhadores. [...] Em 31 de julho de 1962, participou da Conferência na Faculdade de Direito de João Pessoa-PB, proferida por Ruy Facó [*sic*], sobre o tema "Reforma Agrária e Ligas Camponesas". Recebe correspondências de países socialistas. [...] Denunciado no Processo 70/1961 na Auditoria 7ª CJM, como incurso na Art. 2ª inciso III Lei 1802/53, com o Superior Tribunal Militar concedendo-lhe "habeas-corpus", excluindo-o da denúncia em 24 de dezembro de 1968, por justa causa. [...] Em 1965, segundo descrito e numerado acima, foi visto "agitando" os meios estudantis de João Pessoa-PB e era visto cotidianamente acompanhado de estudantes pela cidade[652].

Informe nº 041/17 ARE_ACE_ nº Documento nº 4420 29/03/1983 – Foi realizada, em 15 de março de 1983 em João Pessoa-PB numa promoção do Comitê de Apoio aos Agricultores de Camucim, uma passeata em reinvindicação à desapropriação da Fazenda Camucim, tendo como objetivo final postar-se nas imediações do palanque armado diante do Palácio da Redenção, por ocasião das festividades alusivas a posse do novo governador do estado da Paraíba, Wilson Leite Braga. [...] Ocorreu naquele dia um aglomerado de pessoas no Parque Solón de Lucena, estas vindas dos municípios paraibanos Alhandra, Guarabira, Itabaiana, Sapé e Pitimbu. Aquelas pessoas se reuniram com elementos das Comunidade Eclesiásticas de Base (CEBs) da Capital, líderes do Movimento Estudantil e militantes de

[650] QUADRAT, Samantha Viz. **Poder e informação:** o sistema de inteligência e o regime militar no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ/PPGHIS, 2000.
[651] Todos os informes estão com o carimbo de "CONFIDENCIAL".
[652] Arquivo Nacional. Fundo do SNI. Relatório Especial de Informações. Arquivo da CEVPM-PB.

partidos oposicionistas, a maioria do Partido dos Trabalhadores (PT). Durante a passeata foram levantados diversos cartazes e faixas, totalizando 60.

Os principais coordenadores do movimento foram:

- D. Marcelo Pinto Carvalheira – Bispo de Guarabira-PB;
- Eduardo José Rabelo Loureiro, Advogado do Centro de Defesa dos Direitos Humanos (CDDH);
- Júlio Cesar Ramalho Ramos, Advogado da Federação dos Trabalhadores da Agricultura da Paraíba (FETAG-PB);
- Wanderley da Farias de Sousa, ex-candidato Deputado Estadual pelo PMDB-PB;
- Sonia Maria Germano de Figueiredo, vereadora de João Pessoa-PB pelo PMDB;
- Aurélio Osório Aquino de Gusmão, membro do PMBD Jovem;
- Frei Hermann Joseph Curten "Frei Hermano";
- Lucio Mario Pereira de Oliveira, do Jornal "A Hora do Povo";
- Álvaro Diniz, advogado do CDDH/AEP;
- Eliezer Pedrosa Gomes, Presidente do PT-PB;
- Washington Alves da Rocha, Ex-Vice-Presidente do Comitê Brasileiro pela Anistia – Seção Paraíba (CBA-PB) e membro do PT-PB;
- João Pereira de Lacerda, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pitimbu-PB;
- Adeildo Máximo Bezerra, comunicólogo e repórter;
- Maria Nelly Cavalcanti de Carvalho, Comissão Pastoral da Terra;
- Francisco de Assis "Gato", do "Hora do Povo";
- Ana Lucia de Almeida, do Jornal "O Trabalho";
- Bertônio Job e Meira, ex-presidente do DCE/UFPB;
- Maria da Felicidade Henriques Alves, do Diretório Acadêmico da Saúde da UFPB [...].

Também foram responsáveis pela organização do movimento contestatório os seguintes funcionários públicos:

- Sérgio Mário Botelho de Araújo, funcionário da UFPB;
- Cristiano Zenaide Paiva, funcionário da UFPB, lotado no Núcleo de Arte Contemporânea;
- Francisco Pereira da Nóbrega, professor colaborador do CCHLA/UFPB [...].

Durante a passeata foi distribuído um Panfleto intitulado "Comunidades Reivindicam a Desapropriação de Camucim" sendo sua autoria atribuída ao Arcebispo da Paraíba, D. José Maria Pires.

Informe nº 062/83- SI / SR/ DPF/PB nº Documento nº 4434 21/3/1983 [653]– Padre Adriano [Adriaan Cornelis Smits], Jesuíta, e as freiras conhecidas por Antônia [Antonia Maria Van Ham] e Ana [Ana Maria Theresia Melman], de nacionalidade holandesa, todos residentes em Sapé-PB, promoveram frequentes reuniões na igreja do bairro Nova Brasília, e na residência do referido padre, onde foram "tratados assuntos atinentes à área rurícola, tendo como tema principal a ativação do movimento subversivo que antecedeu o período de 1964". Na casa do padre as reuniões foram mais frequentes, nela compareciam a cúpula do movimento por ele liderado, denominado "Geração Nova" que tinha como presidente o médico César Cavalcante de Albuquerque, do Hospital Sá Andrade, Sapé-PB, assessorado pelo universitário Geovane Meireles e pelo Presidente do Sindicato Rural de Sapé-PB Valdemar Freire da Silva.

Encaminhamento nº 041/19 ARE_ACE Documento nº 4459 08/04/1983 – O advogado Wanderley Caixe[654] coordenador do Centro de Defesa dos Direitos Humanos/Assessoria e Educação Popular em João Pessoa-PB e advogado de sindicatos dos trabalhadores rurais nordestinos, proferiu palestra na sede da OEA (Organização dos Estados Americanos) em New York (USA) e que foi publicado no Jornal O NORTE, em 04/04/1983. A palestra trata também das ameaças que são feitas, periodicamente, aos advogados que no Brasil, no Nordeste e na Paraíba que defendem as causas dos trabalhadores rurais em litígio com grandes proprietários de terras.

Informe nº 019/AC ARE_ACE nº Documento nº 4507 27/01/1983[655] – Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STR): Atuação e desenvolvimento com entidades subversivas, Partidos Políticos, e Clero "PROGRESSISTA".

Informe nº 341/19 ARE_ACE nº Documento nº 4539 20/04/1983[656]– Levi Rodrigues de Oliveira, ex-padre, exerce grande influência na zona rural de Patos-PB, onde através do programa "A Voz da Paróquia", veiculado pela rádio Espinhara de Patos, conclamava os trabalhadores a exigirem do governo alimentos e trabalho, uma vez que pagavam impostos, estimulando também a invasão de Patos por flagelados.

Informe nº064/19 ARE_ACE nº Documento nº 4548 22/04/1983[657] – Movimentos de Pressão, João Pessoa-PB. Nesse documento consta o nome das seguintes entidades e seus respectivos coordenadores:

---

653 Idem.
654 Embora conste no documento Wanderley Caixe, a grafia correta é Vanderley Caixe.
655 Arquivo Nacional. Fundo do SNI. Relatório Especial de Informações. Arquivo da CEVPM-PB.
656 Idem.
657 Idem.

> FEDERAÇÃO DOS AGRICULTORES NA PARAÍBA (FETAG-PB): Presidente Álvaro Diniz, membro da PRO CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHAORES (PRO/CUT). CENTRO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS/ASSESSORIA E EDUCAÇÃO POPULAR (CDDH/AEP). Coordenador Wanderley Caixe. MOVIMENTO CONTRA A CARESTIA (MCC). Coordenador Wladimir Ricardo Alves Dantas.

Informe nº 011/17 ARE_ACE nº Documento nº 4556 26/04/1983[658] – Problemas Latifundiários na Paraíba. [...] Imóvel situado no município de Alagoa Nova-PB, a 24 km de Campina Grande-PB, e a 7 km da sede do município. Possui cerca de 350 hectares. [...] A propriedade pertence a 50 famílias que nela residem e trabalham. Há uma gleba de área com 51 hectares cadastrada no nome de Alfredo Cavalcante de Andrade que deixou oito herdeiros. [...] Desses 51 hectares apenas 6 é explorado por um dos herdeiros, na fruticultura. [...] Os moradores não criaram problemas com os herdeiros pela posse de terra.

Informe nº 059/17 ARE_ACE nº Documento nº 4566 19/04/1983[659] – Venda de terras pelo Grupo Lundgren, município de Rio Tinto-PB. Foi solicitado pela família Nogueira Lundgren à Delegada do Patrimônio da União da Paraíba, Berenice Ramalho, o alvará que possibilitasse a venda de duas partes da gleba 1ª localizadas em Rio Tinto-PB e pertencentes àquela família como decorrência da partilha do espólio de Arthur Herman Lundgren.

Informe nº 013/17 ARE_ACE nº Documento nº 4580 28/04/1983[660] – Situação do projeto integrado Alagamar-Itabaiana-PB e Salgado de São Felix-PB. [...] A COOAGRAL ampliou o número de sócios para 261, com 155 propostas novas a serem homologadas. A situação continuava de plena calma.

Informe nº 015/17 ARE_ACE nº Documento nº 4628 12/05/1983[661] – Relatório que abrange o período de 11 de abril de 1983 a 10 de maio de 1983, e versa sobre os trabalhos que veem sendo realizados nas áreas onde existem problemas fundiários no Estado da Paraíba.

Informe nº 448/16 ARE_ACE nº Documento nº 4684 12/05/1983[662] – Joaquim de Souza Simões, sacerdote. Em 1964 quando eclodiu o movimento revolucionário, era agitador da massa camponesa. Era pároco da cidade de Araruna-PB.[663]

Informe nº 411/16 ARE_ACE nº Documento nº4691 06/05/1983[664] – Elizabeth Altina Teixeira, viúva do líder camponês João Pedro Teixeira, substituiu o marido na liderança

---

658 Idem.
659 Idem.
660 Idem.
661 Idem.
662 Idem.
663 No documento confidencial consta como Araruna-PE.
664 Arquivo Nacional. Fundo do SNI. Relatório Especial de Informações. Arquivo da CEVPM-PB.

do Movimento Rural de Sapé-PB[665]. [...] Orientando-se pela doutrina de Francisco Julião de Arruda Paula[666].

Informe nº 095/17 ARE_ACE nº Documento nº 4711 24/05/1983[667] – Demarcação da Reserva Indígena Potiguara. [...] No dia 17 de março de 1983, através da Portaria Interministerial nº 002, foi criado um grupo de trabalho instituído no parágrafo 3º do Artigo 2º do Decreto nº 88118, de 23 de fevereiro, publicado no Diário Oficial da União (DOU) de 24 de Fevereiro de 1983, objetivando examinar a proposta da FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO (FUNAI), para demarcação da RESERVA INDÍGENA POTYGUARA.

Informe nº 454/17 ARE_ACE nº Documento nº 4719 24/05/1983[668] – COMISSÃO ESPECIAL PARA LEVANTAMENTO DA SITUAÇÃO FUNDIÁRIA NA PARAÍBA. [...] Constituída em 06 de Abril de 1983 pelo então governador da Paraíba, Wilson Braga. Presidida pelo Engenheiro Agrônomo João Barbosa de Lucena presidente da Fundação de Colonização e Desenvolvimento Agrário da Paraíba (FUNDAP); e composta por Francisco Muniz de Medeiros, professor da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), e Álvaro Diniz Presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura na Paraíba (FETAG-PB). [...] O membro da Comissão Francisco Muniz de Medeiros, conhecido como Frei Marcelino trata-se do ex-deputado Estadual da Paraíba, pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB - PB) e atual militante do Partido dos Trabalhadores (PT). [...] Frei Marcelino e Álvaro Diniz possuem registros negativos nesta Agência.

Informe nº 455/17 ARE_ACE nº Documento nº 4749 24/05/1983[669] – Ivo Domingos da Silva, engenheiro agrônomo, e funcionário da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) foi requisitado pela coordenação regional do INCRA NORDESTE MERIDIONAL, em agosto de 1980, para gerenciar a Cooperativa Agropecuária dos Agricultores de Alagamar LTDA (COOAGRAL). Apesar de toda sua eficiência deixou a desejar quanto a sua capacidade administrativa.

Informe nº477/16 ARE_ACE nº Documento nº 4760 31/05/1983[670] – Luiz Bernardo da Silva em 1964 integrava o Comando Geral dos Trabalhadores Estaduais. [...] Em 31 de julho de 1962 tomou parte numa conferência realizada na Faculdade de Direito desta Capital, às 20:30

[665] No documento confidencial consta como Sapé-PE.
[666] Advogado das Ligas Camponesas de Pernambuco e deu apoio a Elizabeth Altina Teixeira quando ela estava à frente das Ligas Camponesas em Sapé, Paraíba.
[667] Arquivo Nacional. Fundo do SNI. Relatório Especial de Informações. Arquivo da CEVPM-PB.
[668] Idem.
[669] Idem.
[670] Idem.

hs proferida pelo jornalista Ruy Facó, tendo como tema: Reforma Agrária e Ligas Camponesas. [...] Achavam-se presentes os comunistas:

- José Joffily
- Ronald de Queiróz
- Nizi Marinheiro
- João Santa Cruz de Oliveira
- Adalberto Barreto
- Hamiltom Gomes
- Malaquias Batista
- Assis Lemos
- José Gomes da Silva
- Jório de Lira Machado
- Fernando Bartolomeu de Macedo
- Antônio Arroxelas Macedo
- Hélio Zenaide
- Severino de Oliveira e outros.

Informe nº 493/19 ARE_ACE nº Documento nº 4776 06/06/1983[671] **-** Nelson Araújo Pereira, sacerdote católico. Em 1970 era assistente regional da Juventude Agrária Católica (JAC), onde pregava a violência como meio de resolver os problemas agrários.

Informe nº494/19 ARE_ACE nº Documento nº 4777 06/06/1983[672] – Antônio Almeida Cavalcanti, ex bancário [...]. Fazia parte do Movimento Ação Católica Rural, que era da Ação Popular, entidade subversiva, atuante e perigosa.

Informe nº 500/16 ARE_ACE nº Documento nº 4782 07/06/1983[673] – Vladimir Carvalho da Silva. Participou do Processo de Subversão no Estado da Paraíba, com atuação marcante nas Ligas Camponesas, quando encenava peça de teatro para os ruralistas com temas socialistas-comunistas.

Informe nº 017/17 ARE_ACE nº Documento nº 4818 14/06/1983[674] – Situação de Problemas Fundiários na Paraíba. Demarcação da Reserva Indígena Potiguara (30 de maio de 1983). Participaram da Reunião: José Leonardo Reis, Lúcio Flávio Souto Batista, Wilk Célio Fernandes da Silva pela DR FUNAI. Joaquim Correis Lima, Pedro Martins, Hélio Mário Cunha

[671] Idem.
[672] Idem.
[673] Idem.
[674] Idem.

Rosas, Plácido Brito e Silva, pelo INCRA. [...] Júlio César - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado da Paraíba (EMATER-PB). Lourival Maria Da Silva, José Barbosa de Lucena, Wandick Jean da Silva pela SAG-PB. [...] Mário Serpa Simões pela Secretaria Especial do Meio Ambiente/Brasília/DF.

Informe nº 572/16 ARE_ACE nº Documento nº4859 21/06/1983[675] – Charles Alexandre Mathilde Marie de Beco, "padre católico, quando Pároco de Ribeirão/PE, fomentou discórdia entre os trabalhadores e os proprietários rurais". Era Coordenador da Ação Católica Rural (ACR).

Informe nº 594/19 ARE_ACE nº Documento nº 4914 22/06/1983[676] – Dom Marcelo Pinto Carvalheira, Bispo de Guarabira-PB fez pregações contrárias ao governo. Tomou parte em reuniões de caráter subversivo. [...] Em 08 de Dezembro de 1977 durante as solenidades de formatura dos Bacharelandos da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pernambuco durante o seu sermão fez uma pregação violenta da luta de classes.

Informe nº 215/83-SI/SR/DPF/PE nº Documento nº 4975 06/06/1983[677] – Arnóbio José de Brito e Outros [...]. Luiz Gonzaga da Silva em 1970 estudava em Catolé do Rocha-PB, sendo muito ligado ao Frei Marcelino de Santana, agitador que na época exercia os cargos de diretor do Colégio Dom Vital em Catolé do Rocha-PB, e Vigário da Paróquia de Catolé do Rocha-PB. Foi preso pela prática de Atos de Subversão, e responsável por pichamentos que atacavam o Governo Federal, e incentivavam operários e camponeses a lutarem contra os patrões. Quanto aos demais nada registra até aquela data.

Informe nº 788/16 ARE_ACE nº Documento nº 5146 21/06/1983[678]– Salvador Gonçalves da Silva. Após a Revolução de 31 de março de 1964 teve seu mandato de vereador (pelo extinto Partido Republicano) cassado, pela Câmara Municipal de Mamanguape-PB. Foi um dos mais atuantes junto as Ligas Camponesas orientado por Francisco Julião de Arruda Paula. [...] Como Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Mamanguape exercia atuação negativa contra a atual Direção do Projeto Integrado de Colonização Rio Tinto, do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

Nos documentos disponíveis – "confidenciais" – é possível observar que o regime de ditadura-militar instalado no Brasil, em 1964, fortaleceu o poder do latifúndio no estado da Paraíba.

675 Idem.
676 Idem.
677 Idem.
678 Idem.

5 Perseguição dos órgãos de segurança ao setor educacional

5.1 Introdução

O impacto do regime militar nas áreas educacionais, especialmente universitária e secundarista, foi de grande dimensão, extrapolando aquele período histórico e chegando aos nossos dias. A educação, em todos os níveis, foi colocada a serviço da Doutrina da Segurança Nacional. As reformas implementadas revelaram as intenções e formas de operacionalização, vinculando a educação às ideias de desenvolvimento, modernização e de controle das comunidades educacionais. Merece destaque alguns marcos legais, que interferem nos currículos e explicitam seu caráter repressivo[679]:

> a) em 1964 a implantação da Lei Suplicy de Lacerda criando o Diretório Nacional dos Estudantes, proibindo greves e propagandas partidárias nas entidades estudantis;
> b) em 1965 a assinatura de contratos para a importação de técnicos para elaborar a política de educação governamental em todos os graus de ensino, por meio de comissão inicialmente composta por cinco norte-americanos;
> c) em 1968, Lei da Reforma Universitária, segundo recomendação dessa comissão, imposta sem discussão e votada em 60 dias;
> d) em 1969, o Decreto-lei 477, definindo infrações disciplinares praticadas por professores, alunos, funcionários ou empregados de estabelecimentos de ensino público ou particulares, proibindo qualquer participação política de estudantes, além de prever o jubilamento o quê, nas palavras de Nei Braga, Ministro da Educação, consistia num vestibular interno pelo qual a universidade livrava-se dos alunos indesejáveis.

Além disso, o Decreto-lei nº 869, de 12 de setembro de 1969, assinado pela Junta Governativa Provisória (31/08 a 30/10/1969), composta pelos ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, introduziu a disciplina Educação Moral e Cívica, em todos os níveis de ensino, complementada com Organização Social e Política Brasileira (OSPB) no ensino secundário e no superior com Estudos de Problemas Brasileiros (EPB) [680]

> Art. 1º É instituída, em caráter obrigatório, como disciplina e, também, como prática educativa, a Educação Moral e Cívica, nas escolas de todos os graus e modalidades, dos sistemas de ensino no País.

---

[679] BOSCHETTI, Vania Regina. Plano Atcon e Comissão Meira Mattos: Construção do ideário da Universidade do Pós-64. **Revista HISTEDBR On-line**. Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br /revista/edicoes/27/art18_27.pdf. Acesso em: 12 dez. 2016. p. 222

[680] BRASIL. **Decreto-Lei nº 869, de 12 de setembro de 1969**, que dispõe sobre a inclusão da Educação Moral e Cívica como disciplina obrigatória, nas escolas de todos os graus e modalidades, dos sistemas de ensino no País, e dá outras providências. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-869-12-setembro-1969-375468-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 12 dez. 2016.

> Art. 2ºA Educação Moral e Cívica, apoiando-se nas tradições nacionais, tem como finalidade:
> a) a defesa do princípio democrático, através da preservação do espírito religioso, da dignidade da pessoa humana e do amor à liberdade com responsabilidade, sob a inspiração de Deus;
> b) a preservação, o fortalecimento e a projeção dos valores espirituais e éticos da nacionalidade;
> c) o fortalecimento da unidade nacional e do sentimento de solidariedade humana;
> d) a culto à Pátria, aos seus símbolos, tradições, instituições e aos grandes vultos de sua história;
> e) o aprimoramento do caráter, com apoio na moral, na dedicação à família e à comunidade;
> f) a compreensão dos direitos e deveres dos brasileiros e o conhecimento da organização sócio-político-econômica do País;
> g) o preparo do cidadão para o exercício das atividades cívicas com fundamento na moral, no patriotismo e na ação construtiva, visando ao bem comum;
> h) o culto da obediência à Lei, da fidelidade ao trabalho e da integração na comunidade. [...]
> Art. 3º A Educação Moral e Cívica, como disciplina e prática educativa, será ministrada com a apropriada adequação, em todos os graus e ramos de escolarização.
> § 1º Nos estabelecimentos de grau médio, além da Educação Moral e Cívica, deverá ser ministrado curso curricular de "Organização Social e Política Brasileira. "
> § 2º No sistema de ensino superior, inclusive pós-graduado, a Educação Moral e Cívica será realizada, como complemento, sob a forma de "Estudos de Problemas Brasileiros", sem prejuízo de outras atividades culturais visando ao mesmo objetivo.

Diante do caráter conservador, aproximando o civismo com a religião, essas diretrizes tornavam os conceitos de democracia e liberdade apenas elementos de retórica. A inclusão da Educação Moral e Cívica, em seus diversos formatos, não significou apenas mais uma disciplina, e sim uma prática educativa mais elaborada e com mais elementos de inserção na vida escolar. Ao mesmo tempo, as disciplinas Filosofia e Sociologia passaram a ser optativas[681] pela conhecida Reforma Jarbas Passarinho, consubstanciada na Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, que fixa as Diretrizes e Bases para o Ensino de 1° e 2º graus. Por outro lado, essa Lei[682]

[681] Só retornou pela Lei n. 11.684, de 2 de junho de 2008, que alterou o art. 36 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir a Filosofia e a Sociologia como disciplinas obrigatórias nos currículos do ensino médio. Com a nova Reforma do Ensino Médio – Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, que altera a LDB (Lei nº 9.394/1996), continuam garantidas Art. 3º [...], § 2º A Base Nacional Comum Curricular referente ao ensino médio incluirá obrigatoriamente estudos e práticas de educação física, arte, sociologia e filosofia. Embora, com essa lei surjam outros problemas com a exclusão de disciplinas como História e Geografia da relação de componentes curriculares obrigatórios.

[682] SCHMIDT, Maria Auxiliadora; ABUD, Kátia. (Orgs.). **50 anos da Ditadura Militar**: capítulos sobre o Ensino de História no Brasil. Curitiba: W&A Editores, 2014. p. 9.

> também promoveu substituição das disciplinas de História e Geografia por Estudos Sociais, e a criação das chamadas Licenciaturas Curtas, assim como a elaboração de currículos alinhados com a realidade política vivenciada pela sociedade brasileira após o golpe de 1964 e a elaboração de novos materiais didáticos, faziam parte do processo de ideologização pautada nos acontecimentos políticos e sociais.

O aligeiramento na formação inicial dos professores, incentivando a Licenciatura Curta ao invés da Plena, as alterações no currículo envolvendo as disciplinas de Sociologia, Filosofia, História e Geografia reduziram o sentido humanístico da educação.

A composição desse quadro durante a ditadura militar teve implicações na formação de gerações numa cultura tecnicista, despolitizada, negando os valores da educação crítica e democrática, a exemplo do cerceamento aos projetos de educação popular com base na pedagogia freireana.

Para além desses elementos, a perseguição e repressão, com torturas físicas e psicológicas, mudaram o rumo da vida de inúmeros jovens, muitos impedidos de continuar seus estudos, outros ~~l~~evados à morte e alguns continuam desaparecidos. Além da violação dos direitos de estudantes e professores, a ação da ditadura atingiu profundamente as bases da educação nacional, com reformas autoritárias e conservadoras em todos os níveis de ensino, cujas consequências se fazem sentir até hoje.

Afora os mecanismos de reforma curricular, as universidades abrigavam uma Assessoria de Segurança e Informação (ASI) ou Assessoria Especial de Segurança e Informação (AESI), órgão ligado ao Serviço Nacional de Informações (SNI) e à Divisão de Segurança e Informação (DSI) do Ministério da Educação e Cultura (MEC), com o objetivo de monitorar o que acontecia em todos os espaços, acadêmicos e administrativos, na perspectiva das possíveis críticas e "riscos" para a Segurança Nacional. Apesar do clima de insegurança, com os "olheiros" e "infiltrados", alguns estudantes e professores mantinham a posição de crítica e resistência à ditadura militar.

Para se conhecer em profundidade essa história, enfrentam-se muitas dificuldades tendo em vista o desaparecimento de documentos nos arquivos das instituições educacionais ou dos órgãos de informação e segurança. Mas, os documentos que restam nos arquivos da Delegacia de Ordem Política Social, da UFPB, IFPB e UEPB[683], e especialmente no Arquivo Nacional[684],

[683] Parte da documentação da UFPB se encontra na UFCG, nova universidade criada em 2002, a partir de alguns *campi* da UFPB; o IFPB anteriormente teve a denominação de Escola Industrial e CEFET; e a UEPB era denominada URNE, pertencente à FURNE.

[684] Pelo disposto no **Decreto nº 5.584, de 18 de novembro de 2005**, que dispunha sobre o recolhimento dos acervos dos extintos Conselho de Segurança Nacional (CSN), Comissão Geral de Investigações (CGI) e Serviço Nacional de Informações (SNI), entre 2007 e 2009 o Arquivo Nacional recebeu os documentos produzidos pelas Assessorias de Segurança e Informações (ASI) e as Divisões de Segurança e Informações (DSI), que integravam

permitem uma percepção do cotidiano naquelas instituições, com a vigilância e acompanhamento das atividades dos professores e alunos, bem como dos atos de exoneração de gestores das faculdades, não renovação de contratação de professores, suspensão de pagamentos de salários, dissolução de entidades estudantis e nomeação de interventores, punições disciplinares com o impedimento de matrícula (em diversos graus – por 1 ou 2 anos, ou mesmo indefinidamente).

Para contribuir na reconstituição desses fatos, a realização de audiências públicas e oitivas pela Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba foi profícua, identificando a militância, predominantemente de estudantes, na resistência ao regime militar e, por consequência alvos da repressão, nos mais diversos espaços.

A atuação dos estudantes e professores interessou a todos os grupos de trabalho da CEVPM-PB, como demonstra a presença em audiências que abordam temáticas mais abrangentes que a da "Perseguição dos órgãos de segurança ao setor educacional". Prestaram depoimento: Alunos secundaristas: Antônio Soares Lima Filho [Help], Ariosvaldo da Silva Diniz, Francisco Alves Dantas [Cacheado], José Emilson Ribeiro da Silva, Ubiratan Cortez Costa e Washington Alves Rocha; Alunos universitários: Ana Rita de Castro; Cacilda Filomena Castro; Jader Nunes de Oliveira; José de Arimatéia Bezerra de Lima; José Inocêncio Nóbrega, José Fernandes Neto, Josélia Maria Ramos Wellen, Maria de Lourdes Meira, Maria do Socorro Fragoso de Moraes [Jô Moraes], Maura Pires Ramos, Rômulo de Araújo Lima, Rubens Pinto Lyra, Simão de Almeida Castro Neto; José Tarcízio Fernandes, José Rodrigues Lopes [José Sabino], Amilton Gomes da Silva, José Bernardo da Silva, Fernando Souto; Professores secundaristas: Ângela Maria Bezerra de Castro, Carlos Alberto Farias de Azevedo; Professores universitários: Antônio Augusto de Almeida e Rui Gomes Dantas. Essas pessoas tiveram participação política e sofreram as consequências para além de um momento de suas vidas. Embora cada audiência e oitiva tivessem um foco especifico os relatos vão de uma determinada temática e apresentam elementos de várias fases da vida estudantil (secundarista e universitária) e profissional (professores secundaristas e universitários).

a estrutura do Sistema Nacional de Informações e Contrainformação (SISNI), bem como do próprio SNI. A documentação do SNI, em formato digital, referente ao Estado da Paraíba, encontra-se no Arquivo da CEVPM-PB.

5.2 Ação Católica e juventude

A Igreja Católica teve uma forte influência no movimento estudantil na década de 1950 e início da década de 1960 por meio da Ação Católica voltada para diversos segmentos da juventude: a Juventude Agrária Católica (JAC), a Juventude Estudantil Católica (JEC) para os estudantes secundaristas, a Juventude Independente Católica (JIC), a Juventude Operária Católica (JOC) e a Juventude Universitária Católica (JUC).

Dentre os padres que atuavam com a juventude católica destacaram-se em João Pessoa Juarez Benício e Marcos Trindade, e em Campina Grande João Batista Filho e Itan Pereira. O primeiro era professor na Faculdade de Filosofia da UFPB e foi cassado; o segundo foi citado em Inquérito Policial Militar como apoiador de um aparelho do PCBR, em Tambaú; o terceiro era professor da URNE e aluno na UFPB, sendo cassado em ambas as instituições; e o quarto era professor da UFPB.

Em um processo de radicalização ideológica, parte da JUC afastou-se da Ação Católica e criou a Ação Popular (AP) que logo ampliou a sua denominação para Ação Popular Marxista-Leninista (APML)[685]:

> apesar da AP ser um movimento de militância estudantil, nela congregava outras categorias, como: setores das classes sociais, professores, profissionais liberais, artistas e jornalistas. Assim, no momento de sua fundação, a AP direcionava-se para um socialismo humanista. Depois de 64, a AP começou a dar um novo significado à ação socialista humanista e inicia um debate ideológico, com a pretensão de definir uma linha política a seguir, uma vez que a entidade se posicionou contra o golpe de 1964.

Dentre as tendências políticas, a APML passou a se dividir entre uma militância voltada para os métodos da revolução chinesa, considerados mais moderados, ou para os da revolução cubana, de tendência mais radical, por adotar o método da guerrilha, daí a saída de muitos integrantes para filiação ao Partido Comunista do Brasil (PCdoB), ou continuando na APML, respectivamente.

[685] RAMOS, Érica Lins. **Da conivência ao despertar militante:** O movimento universitário na cidade de Campina Grande - PB (1964 - 1968). Dissertação. (Mestrado em História). CCHLA/UFPB, 2013, p. 56-57.

A deputada federal, do PCdoB, pelo Estado de Minas Gerais, Jô Moraes (Maria do Socorro Fragoso de Moraes)[686], nascida em Cabedelo-PB, relembra a sua experiência como estudante da Escola de Serviço Social, em João Pessoa-PB, na década de 1960[687]:

> Evidente que o início da minha militância foi na juventude católica, de onde originou a maioria dos quadros da Ação Popular. Ação Popular, naquele período, tinha uma função muito grande no movimento estudantil nacional. E o início se deu com a vinda do João Batista Franco Drumond, que era assessor técnico, uma forma de enfrentar os problemas da clandestinidade da União Nacional dos Estudantes, e que em frente a matriz de Jaguaribe, ele nos convidou a mim, a João Roberto, para integrarmos a Ação Popular. Colocou-nos um pouco a partir daí, em contato com o movimento.
> A Paraíba viveu o que a gente chamava DPI, debate teórico ideológico. Foi uma marca muito importante da construção de um pensamento do que era, que projeto era para o Brasil, evidentemente com o maoísmo como uma tendência muito forte, a Revolução Chinesa, os processos que viveram lá, inclusive os processos equivocados de revolução cultural que ocorreram eram muito fortes para gente, a revolução que se deu em um país daquele tamanho, com as particularidades, nos levava a discutir quais eram os caminhos, o caminho do cerco da cidade pelo campo, o caminho da resistência armada urbana. A Paraíba viveu intensamente este debate, foi parte deste debate, embora eu não fosse uma pessoa que tivesse um papel de direção destacada na estrutura nacional, mas eu vivenciei, e inclusive escrevi algumas questões que lamentavelmente a vida levou.

Maria Lourdes Meira que estudou na Faculdade de Filosofia (FAFI)[688] da UFPB, localizada bem próximo do Lyceu em João Pessoa-PB, afirma que a FAFI se tornou um centro político e cultural da cidade. Entre professores e alunos predominava a influência da Igreja Católica, com muitos participantes da JUC, todavia alguns buscaram a radicalização filiando-se à Ação Popular. A partir do convite de Maria do Socorro Fragoso de Moraes, ela entrou para a AP, na perspectiva de um movimento estudantil que buscava articulação com outros segmentos como camponeses e operários [689]

> [...] quando entro na UFPB também fui convidada a participar do diretório acadêmico logo na minha entrada. Eu era muito ativa, muito viva, comunicativa, meio briguenta e tal, e eu fui convidada e fui participar. Socorro vai, me chama para participar de AP, eu lembro que disse pra ela "se for um

[686] Tendo em vista o longo período da sua vida que passou na clandestinidade com outra identidade, após a anistia resolveu alterar seu nome: "...eu sou Maria do Socorro Fragoso de Moraes, [...] Mas, eu vivi na clandestinidade 10 anos com o nome de Josidameia, de Joana e de Maria José. Nesses 10 anos quando veio a anistia eu fiquei meio sem saber quem eu era, e eu inclui o Jô para que eu pudesse fazer essa ponte com o passado, com o presente e com o futuro. Por isso, que Socorro Fragoso e Jô Moraes são as mesmas pessoas, e meu nome oficial hoje por erro do cartório é Maria do Socorro Jô Moraes". Audiência da CEVPM-PB realizada com Maria do Socorro Fragoso de Moraes (Jô Moraes), em 28/6/2013. Arquivo da CEVPM-PB.
[687] Depoimento de Maria do Socorro Fragoso de Moraes (Jô Moraes) em Audiência da CEVPM-PB realizada com em 28/6/2013. Arquivo da CEVPM-PB.
[688] Em sua antiga sede funciona a Escola de Ensino Fundamental e Médio Olivina Olívia.
[689] Depoimento de Maria de Lourdes Meira na Audiência Pública da CEVPM-PB sobre "A vida na clandestinidade", realizada no dia 19/12/2013. Arquivo da CEVPM-PB.

> movimentozinho qualquer eu não quero não, porque eu só vou entrar no movimento se for pra fazer revolução, se não for pra revolução eu não quero". Socorro disse, "mas é pra fazer revolução", "então eu estou dentro".
> Porque a linha política da AP naquela época era de fazer uma revolução com aliança operária e camponesa, e a gente era do movimento estudantil mas a gente fazia ação preparando também, organizar o campo e a cidade. Por exemplo, eu fiz pesquisa fantasiada de matuta pelos interiores de área que foram das Ligas Camponesas, para ver se descobria alguém daquela época das ligas camponesas para ver se era um contato para a gente começar a organizar. A gente também trabalhou muito em frente das fábricas, nesse período as fábricas eram em Santa Rita e Bayeux, nós criamos um jornal, nós formamos células operárias em Bayeux, Santa Rita, e aí fomos descobertos novamente, recebemos um aviso de não voltar na fábrica, e a gente teve que se afastar da fábrica.

Em Campina Grande, no início da década de 1960, ocorreram manifestações estudantis em defesa da meia entrada no cinema, chegando a ter a ação do Corpo de Bombeiros com a mangueira d'água para dispersar os jovens. Sobre a atuação do movimento secundarista, Simão de Almeida de Neto comenta[690]:

> Então, ali pelo início eu militei no movimento secundarista. Campina Grande tinha uma entidade chamada Centro Estudantal Campinense, era Estudantal porque Estudantil era subversivo. Foi fundado na década de 30, no Estado Novo. Era uma organização impressionante, eu até já desafiei nossos estudiosos, é preciso estudar aquela experiência, era uma entidade que naquele tempo, década de 50 até quando foi fechada em 68 fazia eleição direta. Os diretores eram eleitos em eleições diretas em todos os colégios de Campina Grande. Segundo, tinha uma estrutura, a fiscalização da meia entrada no cinema, nos ônibus e nos estádios era feita pelos próprios estudantes, fiscais do Centro Estudantal Campinense. A influência na cidade era uma coisa impressionante, as lideranças que surgiram, que a gente pode citar das gerações que ainda... Ivandro Cunha Lima, Ronaldo Cunha Lima, Raimundo Asfora... então, foi por aí. Nesse processo, [...] encontrei a JEC e passei a minha militância na JEC.

5.3 Campanha de Educação Popular – CEPLAR

A CEPLAR[691] fora criada em 1962 por jovens da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da UFPB, conhecida como FAFI, com apoio do governo estadual e da Arquidiocese da Paraíba, e grande aproximação com as Ligas Camponesas. Contava também com a participação de estudantes universitários das Faculdades e Escolas de Engenharia, Direito, Serviço Social,

[690] Depoimento de Simão de Almeida de Neto na Audiência Pública da CEVPM-PB sobre "A vida na clandestinidade", realizada no dia 19/12/2013. Arquivo da CEVPM-PB.
[691] Ver PORTO, Dorinha de Oliveira; LAGE, Iveline Lucena da Costa. **CEPLAR**. História de um sonho coletivo. João Pessoa: SEC-PB, 1995.

entre outras. Atuavam na periferia de João Pessoa e de Campina Grande, além de Sapé, Mari, Rio Tinto e outros municípios do entorno de João Pessoa. Em algumas cidades e no meio rural contavam com a mobilização das Ligas Camponesas. Como professora da CEPLAR, Ângela Maria Bezerra de Castro, aluna da Faculdade de Direito da UFPB, afirma[692]:

> Na noite de 31 de março as minhas aulas eram no Varjão, era naquela época o bairro mais periférico daqui. João Pessoa terminava ali. E nós íamos sempre em dupla para as aulas. Registramos que naquela hora o Brasil entrava num regime de exceção e a gente não podia mais continuar dando aquelas aulas e voltamos para a cidade. Os alunos ficaram tristes evidentemente, mas a gente esclareceu do que se tratava e no outro dia que houve o desdobramento. Na volta nós marcamos uma reunião e todos nos reencontrarmos na API que era a Associação Paraibana de Imprensa aqui no centro, eu demorei pouco tempo na API, porque eu era muito jovem e tinha horário de chegar em casa. [...] o exército invadiu a API e prendeu o pessoal da CEPLAR.

Ela menciona outros integrantes como João Alfredo Guimarães Correia de Oliveira, a época do golpe era o presidente da CEPLAR[693], as coordenadoras Lígia das Mercês Macedo, Maria das Dores de Oliveira (Dorinha), Iveline Lucena Costa e Heloísa Helena Cavalcanti de Albuquerque[694].

No período de 1962 a 1964 a CEPLAR conseguiu criar uma rede de salas de aula diferenciada, unindo alfabetização e formação política, contando com o apoio do governador do estado Pedro Gondim, por meio da Secretaria de Educação e Cultura que disponibilizava recursos humanos e alguma ajuda em materiais para apoio didático.

Com o golpe civil-militar, a sede na Praça do Bispo em João Pessoa foi invadida no dia 4 de abril de 1964, para busca e apreensão de documentos, livros e materiais didáticos. A equipe de coordenação foi indiciada no Inquérito Policial-Militar instaurado para "apurar responsabilidades de ligados a ideologia comunista ou viessem praticando atos atentatórios à Segurança Nacional". A título de exemplo, segue a qualificação de alguns indiciados, conforme relatório do IPM, de 14 de abril de 1964[695]:

> Maria das Dores Oliveira, brasileira, com 25 anos, filha de Artur Nunes de Oliveira e Maria Paiva de Oliveira, solteira, natural de Mari, Paraíba,

[692] Depoimento da professora Ângela Maria Bezerra de Castro na Audiência Pública da CEVPM-PB "Demissão de professores na Paraíba", ocorrida no dia 27/3/2015. Arquivo da CEVPM-PB.
[693] Foi o terceiro e último presidente da CEPLAR. PORTO, Dorinha de Oliveira; LAGE, Iveline Lucena da Costa. Op. cit.
[694] Essas pessoas foram muito perseguidas e saíram do Brasil, Dorinha foi para na França, Iveline para a Bélgica e Lígia para a Venezuela.
[695] MINISTÉRIO DA GUERRA. IV Exército. Guarnição Federal de João Pessoa. Encarregado do IPM: Major Ney de Oliveira Aquino; Capitão Ernani Layme Falcão, Escrivão. Inquérito Policial-Militar instaurado para apurar responsabilidades de ligados a ideologia comunista ou viessem praticando atos atentatórios à Segurança Nacional, 14/4/1964. Cópia digitalizada. Arquivo da CEVPM-PB.

funcionária estadual. Orientadora Educacional. Residente à rua João Machado,1065, integrava como confessou em seu depoimento de fl 313, a Equipe do Departamento de Educação Popular da Campanha de Educação Popular (CEPLAR) responsável que era pela elaboração de 18 Lições de "conscientização" de conteúdo subversivo (fls 37 e 42, 302 e 313). Era, deste modo, uma subversiva que incutia no pensamento dos escolares a destruição da consciência cristã e democrática.

[...]

Iveline Lucena Costa, brasileira, com 24 anos, filha de Henrique Lucena da Costa e Almerinda Lucena da Costa, solteira, natural de Bananeiras - Paraíba, professora secundária, residente à rua Gervásio Bonavides, 81, Jaguaribe, como professora estadual integrava a Equipe do Departamento de Educação Fundamental da Companha de Educação Popular (CEPLAR), responsável pela elaboração de 18 Lições de "conscientização", de conteúdo subversivo. Esta denunciada atuava no meio escolar.

[...]

Lígia das Mercês Macêdo, brasileira, com 25 anos, filha de Walter Xavier de Macêdo e Isaura L. das Mercês Macêdo, solteira, natural de João Pessoa, estudante de Direito, professora. Integrava a Equipe do Departamento de Educação Fundamental de Educação Popular (CEPLAR) responsável pela elaboração de 18 Lições de "conscientização", de conteúdo subversivo. (fls 37 a 42:, inclusive 302, 345, 617 e 778.) Residente à Av. 12 de Outubro, 252. João Pessoa. Era uma subversiva que atuava, criminosamente, sobre a mente das crianças, em proveito do Comunismo.

[...]

Heloísa Helena Cavalcanti de Albuquerque, brasileira, com 24 anos, filha de Gilberto Cavalcanti de Albuquerque e Amarilis Cavalcanti de Albuquerque, soleira, natural de Alagoa Nova, Paraíba, professora secundária do Colégio Getúlio Vargas, residente à Av. Maranhão, 22, bairro dos Estados, João Pessoa. Esta denunciada integrava a Equipe do Departamento de Educação Fundamental de Educação Popular (CEPLAR) responsável pela elaboração de 18 Lições de "conscientização", de conteúdo subversivo (fls 37 a 42) inclusive, 302, 311, 314, 347, 617, 645 e 646).

[...]

Maria Salete Agra Ramos[696], brasileira, com 28 anos, filha de Herotides Ramos e Esmeraldina Agra Ramos, professora, nascida em Campina Grande, residente à Avenida Getúlio Vargas, 1012, em João Pessoa. Esta denunciada participava da Campanha de Educação Popular (CEPLAR) em Campina Grande, responsável pela elaboração das "fichas-roteiro" de politização, de teor subversivo (fls 819, 1457, 1463, 1464 e 1465). Integrava o Movimento de Ação Popular no Estado. (fls 820, 1459 e 1496). Era uma comunista atuante.

[...]

Leopoldo Brasileiro de Lima Filho, brasileiro, com 30 anos filho de Leopoldo Brasileiro de Lima e de Amazile Ribeiro de Lima, solteiro, natural de Joao Pessoa, residente à rua Cardoso Vieira, 83, João Pessoa. Este denunciado integrava a Equipe da Campanha de Educação Popu1ar (CEPLAR) de Campina Grande, responsável pela elaboração das "fichas-roteiro" de politização de teor subversivo. (fls 819, 1457, 1463 e 1465). Participava do Movimento de Ação Popular no Estado (fls 820, 1459 e 1496). Era um esquerdista que atuava sem cessar em proveito do Comunismo.

[696] Após o casamento com o holandês Cornelis Johannes van der Pöel, adotou o nome Maria Salete van der Pöel.

No momento do golpe Leopoldo Brasileiro de Lima Filho, estudante do curso de Direito e bancário, se encontrava em Fortaleza-CE, e ao retornar a Campina Grande soube por amigos que estava sendo procurado. Foi até o Comando do Batalhão de Serviços de Engenharia, em Campina Grande e nada constava contra ele. Ao retomar suas atividades laborais no Banco do Nordeste soube pelo gerente que a Polícia estava a sua procura, e assim foi se apresentar ao Delegado Cel. Farias. Nessa ocasião, ficou detido para averiguação. Foi interrogado no Quartel do 2º Batalhão de Infantaria da Polícia Militar na presença do capitão Adabel Rocha, encarregado do IPM, em Campina Grande, no 17 de abril de 1964. De acordo com o "Auto de qualificação e interrogatório", ele foi questionado sobre a sua participação na CEPLAR: se realizavam reuniões secretas de caráter político, se faziam leituras e discutiam obras marxistas; quais suas relações com o estudante Carlos da Silva Furtado e a advogada Ophelia Amorim; outras questões[697].

Neste interrogatório, fica patente que os órgãos de informação já tinham dados sobre Leopoldo Brasileiro, tendo em vista que lhe foi perguntado sobre o socialismo expresso em correspondência com uma amiga de Messejana-CE, datada de 9 de junho de 1963. Ao que respondeu ser defensor do socialismo cristão e da democracia, não estando vinculado a política internacional marxista. E por constar nos autos, partes de uma das cartilhas utilizadas pela CEPLAR, motivando o questionamento sobre a utilidade de ilustrações com as legendas "A fome do povo brasileiro é um crime" ou " A mulher chora o filho que está morto" e se estes ensinamentos "não podem também servir para causar revolta aos menos afortunados contra as classes privilegiadas". Ao que respondeu como sendo fruto de referências ao Método Paulo Freire, buscando a melhoria de vida dos menos afortunados em geral, e não com intenções "subversivas"[698].

[697] IPM CEPLAR - Auto de qualificação e interrogatório de Leopoldo Brasileiro de Lima Filho. Cópia digitalizada. Arquivo da CEVPM-PB.
[698] Idem.

Figura 6 - Ilustrações de Cartilha da CEPLAR
Fonte: IPM CEPLAR - Auto de qualificação e interrogatório de Leopoldo Brasileiro de Lima Filho. Cópia digitalizada. Arquivo da CEVPM-PB.

Quem também participou da CEPLAR ativamente foi o jornalista e dramaturgo Paulo Pontes, que juntamente com outros jovens artistas estavam sempre prontos para colaborar unindo arte, educação e política[699]:

> Paulo Pontes, locutor da Rádio Tabajara da Paraíba, era um jovem ativo, participante, engajado em todo aquele frenesi que parecia anunciar a aurora de um novo tempo. [...] pode somar ao seu trabalho em rádio, um outro, mesmo que de passagem, em educação popular. Ele pode apreender agora duas linguagens: a do rádio, que organizava de modo que o seu discurso pudesse ser comunicativo, e a linguagem de uma nova educação que era, por sua vez, pensada de modo a que o outro fosse o comunicador. E em tudo estava a preocupação com a palavra gerativa, que de alguma forma, ao ser enunciada, pudesse intervir na práxis do mundo e fosse um instrumento que contribuísse para modificar a face desse mesmo mundo.

Do teatro e das artes plásticas se tem a participação de Zezita Souza de Matos e Breno Andrade de Mattos, respectivamente, dentre outros.

Tendo em vista que a CEPLAR seguia a metodologia emancipadora de Paulo Freire, com ações semelhantes ao Movimento de Cultura Popular (CPC) de Pernambuco, com encontros e capacitação conjunta com o movimento em Pernambuco, Ângela Maria Bezerra de Castro afirma: "nós não fomos perseguidos por acaso. Nós fomos perseguidos pelo o que nós éramos realmente, uma organização que tinha uma ideologia, e que tentava modificar o mundo"[700].

5.4 Ocupação da Faculdade de Direito

Na Paraíba, o movimento estudantil, envolvendo secundaristas e universitários, participou ativamente de lutas não só relacionadas ao meio educacional, mas também às questões políticas e sociais, a exemplo do envolvimento com as lutas camponesas e dos protestos frente à política local e nacional.

Um desses protestos ocorreu por ocasião da anunciada presença, na cidade de João Pessoa, de Carlos Lacerda, da União Democrática Nacional (UDN) e governador do estado da Guanabara, que se apresentava como um dos mais duros adversários do governo de João Goulart. Estudantes secundaristas e universitários de esquerda organizaram um ato de protesto,

---

[699] VIEIRA, Paulo. **Paulo Pontes***:* a arte das coisas sabidas. Dissertação (Mestrado). Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1989, p. 21-22.

[700] Depoimento da professora Ângela Maria Bezerra de Castro, na Audiência da CEVPM-PB "Demissão de professores na Paraíba", ocorrida no dia 27/3/2015. Arquivo da CEVPM-PB

que terminou em enfrentamento e ocupação da Faculdade de Direito, no dia 03 de março de 1964.

José Tarcízio Fernandes, presidente do Diretório Acadêmico da Faculdade de Direito, em 1964, em seu depoimento junto à CEVPM-PB esclareceu vários aspectos da ocupação da Faculdade de Direito. Um deles trata da iniciativa e participação dos estudantes secundaristas[701]:

> Na verdade, neste auditório se instalou um punhado de jovens adolescentes e deram início a uma manifestação contrária, como muitos já sabem, a vinda do Governador Carlos Lacerda à Paraíba que como se sabe vinha ser testemunha de casamento do filho do então Senador João Agripino Filho. Esta ocupação da Faculdade de Direito na realidade se deu pelos estudantes secundaristas, sobretudo secundaristas do Lyceu Paraibano. Foi até uma surpresa para nós universitários de Direito naquela época tendo à frente como presidente do diretório à minha pessoa, e diante da ocupação da faculdade pelos estudantes secundaristas nós fomos advertidos para este momento, e eu reuni rapidamente membros do diretório que estavam naquela manhã aqui e todos foram unânimes em dizer que o diretório iria assumir ou tentar assumir o comando da manifestação, e não ficar a reboque da manifestação, que era praticamente criação dos estudantes do Lyceu Paraibano. E foi o que fizemos. A partir desta decisão do diretório, nós tomamos o empenho de assumir o comando da manifestação e providenciamos então o que estava faltando, sobretudo os serviços de som, para que as nossas manifestações tivessem eco lá para fora.

Outra questão trata da existência de maconha e coquetéis molotov na Faculdade, o que foi amplamente divulgado na imprensa local[702]:

> Um fato que se tornou controverso naquela época evidentemente, hoje não mais. Isso já está esclarecido. E que foi objeto de muita exploração política e ideológica, já voltando para os finais da manifestação, e com o esvaziamento dela, e com a evacuação da faculdade lá pelas 8, 9 horas da noite, o fato controverso e explorado pela imprensa para incompatibilizar a juventude que estava aqui dentro com a sociedade foi que deram publicidade a existência de maconha, entre os estudantes, e de coquetéis molotov, como da agressividade com relação às bombas molotov.
> Houve notas oficiais, inclusive do diretor da faculdade, naquela época doutor Hélio Soares. Nota oficial da polícia, do governo daquela época, que era o governo de Pedro Gondim, e do exército comandado aqui na Paraíba pelo coronel, na época, Ednardo D'Ávila Melo. E na realidade, a gente hoje pode confessar, estamos em democracia nós não poderíamos dizer, porque correríamos risco de entregar colegas, companheiros. Na realidade, os cigarros de maconha encontrados realmente sempre existiram aqui na faculdade. Não para consumo de ninguém, mas para as aulas práticas da cadeira de medicina legal, naquela época do professor Oscar de Castro. [...] E os coquetéis molotov, que realmente naquela época por nota oficial do próprio diretório acadêmico esse fato foi negado e negado pelas circunstâncias as quais já me referi. As bombas realmente estavam aqui dentro da faculdade,

[701] Depoimento de José Tarcízio Fernandes, na Audiência Pública da CEVPM-PB realizada no dia 19/2/2014, com o tema "Os 50 anos da ocupação da Faculdade de Direito". Arquivo da CEVPM-PB
[702] Idem.

> havia de 4 a 5 bombas se não me engano. Eu, como presidente de diretório, tão logo avisado de que haviam as bombas molotov aqui nesta sala ao lado, do auditório, onde funcionava a 5ª série do curso de Direito, eu vim e realmente encontrando essas bombas molotov, o que fiz, por uma precaução? Peguei as bombas e levei para o diretório. Só eu tinha a chave naquela época. Abri, coloquei as bombas lá dentro, tranquei e deixei lá dentro. Quando eu tinha a certeza que o movimento estava esvaziado e que a faculdade iria ser realmente esvaziada e seus manifestantes conduzidos para onde foram, ao quartel da Polícia Militar, eu rapidamente me lembrei das bombas molotov e abri o diretório, tirei as bombas molotov e guardei aqui atrás nessas escadas que dão acesso ao relógio da torre da faculdade.

No seu depoimento Inocêncio Nóbrega Filho comenta a ação para arrombar a porta da Faculdade de Direito empreendida pelos lacerdistas[703]:

> Em consequência do aríete jogado contra nós, pelo ex-deputado de saudosa memória Joacil de Brito Pereira, pelo nosso Marcos Odilon Coutinho e havia um terceiro, pode olhar na fotografia, não lembro o nome parece que é Arnaldo, irmão de Manoel Costeira que era o gerente do jornal A União. Ele também estava nos dirigindo o aríete. Bem, a outra observação, [...] eu na realidade estava em transição naquela época, entre ser secundarista ou universitário.
> Eu vinha de um vestibular, militei na UPES – União Pessoense de Estudantes Secundários, paguei um pouco caro. O IPM, o Inquérito Policial Militar, me pegou pelos pés, como também com relação à Faculdade de Direito. Quanto à UPES, eu realmente exerci momentaneamente as funções de secretário geral daquela entidade.

O TERROR

Figura 7 – Recorte de Jornal "A União", de 6/3/1964. Arrombamento da porta da Faculdade de Direito.
Fonte: Anexo do processo nº 01061, de 11/3/1964. Arquivo Geral da UFPB. Cópia digitalizada Arquivo da CEVPM-PB. (Em primeiro plano Marcos Odilon Coutinho e Joacil de Brito Pereira, marcado com um círculo)

[703] Depoimento de Inocêncio Nóbrega Filho. Idem.

O então estudante de Medicina, José Rodrigues Lopes, conhecido como José Sabino, presidente da União Estadual de Estudantes da Paraíba, juntamente com o estudante de Direito Luís Ramalho tentaram uma mediação com as autoridades universitárias, mas tanto o reitor como o vice-reitor estavam viajando. Conseguiram falar com o governador, que entrou em entendimento com o coronel Ednardo D'Ávila Mello do 15º Regimento de Infantaria (15 RI). Daí, "decidiu-se que os estudantes seriam retirados pelo exército e levados até determinado ponto da cidade e seriam soltos todos"[704]. Todavia, não foi isso que aconteceu. Foram todos levados para depor no Comando da Polícia Militar.

Em seu depoimento Wills Leal, jornalista e professor de Artes do Lyceu, lembra que entrou na Faculdade de Direito à procura de colegas do jornal A União, e lá ficou quando a porta foi fechada pelos alunos. Seguiu, como todos, no caminhão do Exército para o Comando da Polícia. E assim relata a sua contribuição no processo de registro dos depoimentos[705]:

> Duas horas após, com o cansaço e a fome rondando o ambiente, apenas seis pessoas tinham sido ouvidas. Alguns dormiam nas cadeiras e outros andavam sem parar. Além de fumar muito, e conversar mais ainda, o sargento era lentíssimo, o sargento datilógrafo. Foi então que Zitinha, conhecendo minha fama de bom datilógrafo – eu tinha o diploma da Escola Remington, com paletó – propôs, e o comandante aceitou que eu, como jornalista, comandasse as perguntas, e tomasse conta do serviço de datilografia.
> Ao conversar com o comandante, acertamos que eu poderia sintetizar as perguntas e respostas para que o trabalho fosse realizado mais rápido possível. Eu assumi o comando.
> Fiz uma autêntica revolução, reduzindo de sete para três as perguntas, eliminando as que tinham gongorismo e superficialidade. Em pouco mais de uma hora e meia de trabalho, estava concluído. Apesar de uma boa pausa que dei para comer sanduíches que me trouxeram meus amigos Luís de Marilac, Pedro Adelson, que, aliás, eram assessores diretos do governador Pedro Gondim. Foram lá nos visitar...

Com relação aos que estavam no entorno da Faculdade de Direito, a CEVPM-PB obteve alguns depoimentos que ressaltam a existência de apoiadores e de opositores à ocupação da referida Faculdade. Antônio Augusto de Almeida, relata que ao saber da ocupação se dirigiu para a Praça João Pessoa[706]:

> lá encontrei alguns companheiros e uma massa estranha, um povo que a gente achou estranho que estava cercando a Faculdade de Direito, mas naquele entusiasmo, a gente resolveu enfrentar aquele pessoal para ver se conseguia

[704] Depoimento de José Rodrigues Lopes [Zé Sabino] na Audiência Pública da CEVPM-PB realizada no dia 19/2/2014, com o tema "Os 50 anos da ocupação da Faculdade de Direito". Arquivo da CEVPM-PB.
[705] Depoimento de Wills Leal na Audiência Pública da CEVPM-PB realizada no dia 19/2/2014, com o tema "Os 50 anos da ocupação da Faculdade de Direito". Arquivo da CEVPM-PB.
[706] Depoimento de Antônio Augusto de Almeida na Audiência Pública da CEVPM-PB realizada no dia 22/11/2013, com o tema "Prisões, torturas e queda do PCB na Paraíba. Arquivo da CEVPM-PB.

> chegar junto da porta da Faculdade de Direito para ficar também protegendo e nesse momento, quando a gente começa a avançar, um pessoal da violência, né? Começamos a enfrentar uma violência e nós íamos ser massacrados não fosse a iniciativa de Zé Fernandes, era um estudante, estava lá, não sei como, com um revólver, que deu um tiro para cima, foi o que nos salvou. Mas houve aquela corrida e o pessoal me perseguiu para me massacrar, eu fui salvo não sei como, alguém me jogou lá assim por dentro da capota de um jipe, eu caí lá dentro e escapei. [...] Depois a gente ficou sabendo que aquelas pessoas eram capangas trazidos pelos proprietários e despejados ali na Praça João Pessoa. Marcos Odilon Ribeiro Coutinho trouxe de Juarez Távora, de vários pontos, trouxeram aquelas pessoas que eram estranhas àquele público que normalmente a gente encontrava.

Outro depoimento nesta mesma direção é do estudante José Fernandes Neto, acima citado, da Faculdade de Ciências Econômicas de João Pessoa[707],

> O que ocorreu, que trouxeram, depois nós soubemos exatamente, mas isso nós vimos, trouxeram um caminhão de capangas requisitados nas usinas do Ribeiro, nas usinas de Agnaldo Veloso, daquele negócio... trouxeram para, à força, invadir a Faculdade de Direito, isso de lado do Palácio do Governo, o governador era Pedro Gondim. Então, para que eles trouxeram um pedaço de pau bem grande, um montão de gente pegou naquela coisa e estavam forçando. Estava lá um irmão meu e eu do lado de fora assistindo a coisa. E quando, num determinado momento, nós vimos que eles iam derrubar mesmo, aí uma turma nossa disse "rapaz, vamos impedir isso". [...] Quando eu dei fé lá vinha aquele monte de cara parrudo com um pau na mão desse tamanho para cima do pessoal, eu disse "vai matar todo mundo, não tem aqui o que se discutir, vão ser mortos aqui agora mesmo". Aí eu raciocinei, "o que é que eu vou fazer aqui?" Aí eu disse, "eu vou fazer um barulho, espanto todo mundo e dá tempo do pessoal correr" [...]. Eles não vinham para brincadeira não. Aí eu não sei porque eu estava naquele dia com aquele diabo daquele revólver, mas foi a sorte, fui para o meio da coisa e atirei. Não atirei para matar ninguém não, atirei assim para cima. Quando dei o tiro os caras soltaram o aríete, pronto, desarmou e desarrumou o time deles, desarrumado o time deles, e eu corri, evidentemente.

A imprensa local noticiou os acontecimentos com fotos de cada jovem, além de registros de coquetéis molotov e da maconha. Foi publicada no Jornal A União, dia 6 de março de 1964, a seguinte listagem com 29 nomes[708]:

1) Antônio Augusto Arroxelas, vereador e dentista;
2) Severino Elias Sobrinho, universitário;
3) Rubens Pinto Lyra, universitário;
4) Carlos Alberto Farias [de Azevedo], universitário;
5) Carlos Augusto de Carvalho, universitário;

[707] Depoimento de José Fernandes Neto. Idem.
[708] Listagem transcrita em SOARES, Paulo. **Nos tempos do Pedro Américo**. João Pessoa: Grafset, 1989, p. 188.

6) José Rodrigues Lopes[José Sabino], universitário;
7) Evandro Ferreira dos Santos, universitário;
8) José Tarcízio Fernandes, universitário;
9) Inocêncio Nóbrega Filho, secundarista;
10) Aderbal Vilar Sobrinho, secundarista;
11) Heloísio Jeronimo Leite, secundarista;
12) Wills Leal, jornalista e funcionário público;
13) Zita Moreno Marinho, universitária;
14) João Torres de Oliveira, secundarista;
15) João Lucena Montenegro, secundarista;
16) Walter Luís do Rego Luna, secundarista;
17) José Ferreira da Silva, universitário;
18) José Iremar Bronzeado, secundarista;
19) Breno Andrade Matos, secundarista;
20) Carlito (Coreia) Silveira, sem profissão;
21) Luiz Gonzaga Barbosa, secundarista;
22) Sérgio Tavares de Melo, secundarista;
23) F.U, menor e secundarista;
24) F.A.F.A, menor e secundarista[709];
25) C.A.A.M, menor e secundarista[710];
26) P.M.C.C, menor e secundarista;
27) S.B.P, menor e secundarista;
28) José Humberto Espínola Pontes, universitário;
29) F.U, menor e secundarista

[709] Fernando Antônio Farias de Azevedo, irmão de Carlos Alberto Farias de Azevedo.
[710] Carlos Antônio Aranha de Macêdo.

Figura 8 – Recorte de Jornal “A União”, de 6/3/1964. Estudantes presos.
Fonte: Anexo do processo nº 01061, de 11/3/1964. Arquivo Geral da UFPB. Cópia digitalizada. Arquivo da CEVPM-PB.

No dia 11 de março de 1964, Edvaldo de Góes, presidente do DCE/UFPB, encaminhou representação ao Conselho Universitário da UFPB, denunciando [711]

> o professor Joacil de Brito Pereira (Escola de Engenharia) e o estudante Marcus Odilon Ribeiro Coutinho (Faculdade de Direito) como os autores e comandantes do autêntico quebra-quebra e baderna dirigidos contra o prédio da Faculdade de Direito e seus ocupantes.
> Vale salientar que a atitude dos provocadores pôs em perigo a vida de dezenas de estudantes superiores e secundaristas de diversas escolas no momento em discordavam da visita do governador da Guanabara, no uso de um princípio fundamental de direito, assegurado pela constituição.

Ato contínuo, em 20 de março de1964, o professor Joacil de Brito Pereira encaminhou processo contestando a representação contra ele e solicitando a instauração de inquérito contra os estudantes[712]:

> Vê-se, pois, que houve crimes de maior gravidade que devem ser apurados e punidos, tanto na esfera administrativa, como no âmbito do processo criminal. E esses delitos foram praticados por estes estudantes universitários, encastelados no prédio da Faculdade de Direito, em conluio com perigosos comunistas e com a conivência do Diretor Hélio Soares, que permitiu se transformasse aquela Escola Superior de nossa Universidade em Quartel General da baderna, desvirtuada, assim, de sua precípua e magna finalidade.

O resultado dessa contenda foi que o Conselho Universitário da UFPB, em reunião de 8 de maio de 1964, aprovou a Resolução nº 18[713], que "excluía", no ano letivo de 1964, os alunos responsabilizados pelos acontecimentos na Faculdade de Direito, conforme inquérito instaurado. Confrontando os nomes publicados no jornal e a lista do Conselho Universitário percebe-se alguns nomes com dupla identificação, ora secundarista, ora universitário. Vale ressaltar que alguns secundaristas recém aprovados no vestibular, estavam em processo de matrícula nas faculdades.

Aderbal Vilar Sobrinho (Curso de Ciências Econômicas);
Antônio Sérgio Tavares de Melo (Curso de Direito);
Carlos Augusto de Carvalho (Curso de Direito);
Evandro Ferreira dos Santos (Curso de Direito);
Inocêncio Nóbrega Filho (Curso de Ciências Econômicas);
José Ferreira da Silva (Curso de Ciências Econômicas);

[711] Processo nº 01061, de 11/3/1964. Arquivo da SODS/UFPB. Cópia digitalizada. Arquivo da CEVPM-PB.
[712] Processo nº 01168, de 20/3/1964. Idem.
[713] Arquivo da SODS/UFPB. Cópia digitalizada. Arquivo da CEVPM-PB.

José Humberto Espínola Pontes de Miranda (Curso de Direito);
José Iremar Alves [Bronzeado] (Cursos de Ciências Econômicas e História);
José Rodrigues Lopes (Curso de Medicina);
José Tarcízio Fernandes (Curso de Direito);
Rubens Pinto Lyra (Curso de Direito).

Os estudantes José Iremar Alves Bronzeado, Aderbal Vilar Sobrinho, José Ferreira da Silva e Inocêncio Nóbrega Filho entraram com um Mandado de Segurança contra a decisão da reitoria, e o Juiz de Direito Mário Moreno concedeu a liminar em 15 de setembro de 1964, inclusive extensiva aos "litisconsortes", José Rodrigues Lopes, Rubens Pinto Lyra, José Humberto Espínola Pontes de Miranda, Evandro Ferreira dos Santos, Antônio Sérgio Tavares de Melo, José Tarcízio Fernandes e Carlos Augusto de Carvalho. Contudo, poucos dias depois, o mesmo Juiz, em 22 de setembro de 1964, reconsidera o despacho e suspende a liminar concedida, para que eles aguardem o julgamento definitivo.[714]

Todos os estudantes envolvidos na ocupação da Faculdade de Direito, além do depoimento na noite dos acontecimentos, foram indiciados no Inquérito Policial Militar – Atividades Subversivas, este com foco mais abrangente, incluindo outras pessoas consideradas subversivas.

5.5 Golpe de 1964 e o movimento estudantil na Paraíba

Logo após o golpe civil-militar de 1964, a Polícia Militar e Exército deram início a uma série de ações registrada nos autos de busca e apreensão em associações, diretórios estudantis, residências, entre outros espaços públicos e privados, conforme Inquérito Policial Militar – Atividades Subversivas. Conhecido como IPM da Subversão (Anexo 3 - Indiciados no IPM da Subversão), teve como responsável o major Ney de Oliveira Aquino, e como escrivão o capitão Ernani Layme Falcão. Assim, foram invadidos para identificar e recolher documentos, publicações e o que mais encontrassem de caráter "suspeito", o Diretório Estudantil do Colégio Estadual de João Pessoa (Lyceu Paraibano); Diretório Estudantil da Faculdade de Direito; o pensionato de moças, onde residia Maria Amélia de Araújo Silva; a sede da CEPLAR, já

[714] Ofícios nº 132/64, 15/9/1964 e nº 134/64, 22/9/1964, do Juiz Mário Moreno ao Reitor da UFPB Guilardo Alves Martins. Arquivo Geral da UFPB. Cópia digitalizada. Arquivo da CEVPM-PB.

mencionada; escritório do advogado José Gomes de Lima. Segue um trecho dos autos de busca e apreensão na sede Associação dos Estudantes Secundários da Paraíba (AESP)[715]:

> Aos dois dias do mês de abril do ano de mil novecentos e sessenta e quatro, nesta cidade de João Pessoa, em cumprimento de ordem expressa do Senhor Coronel Comandante da Guarnição, de apreender todo e qualquer documento ou publicação de caráter subversivo ou propaganda do regime comunista, nos dirigimos à Praça Aristides Lobo, onde está sediada a Associação dos Estudantes Secundários da Paraíba, segundo fomos informados, e aí, depois de ter sido verificado que não havia ninguém no recinto, presentes as testemunhas 2º Tenente Antonio Fernando Carvalho de Sobral e lº Sargento Reinaldo de Melo Celani, abaixo assinadas; e entrando no local declarado, procedemos a mais minuciosa busca, examinando todas as salas e lugares, fazendo abrir portas, gavetas, armários, etc, [...]

Esse IPM tratou também da ocupação da Faculdade de Direito em João Pessoa, ocorrida em 3 de março de 1964, como uma "manifestação subversiva [...] que produziu alteração na ordem pública"[716]; dos estudantes envolvidos nas atividades da CEPLAR, do PCB e da AP.

Em 31 de julho de 1964, ao término das investigações, que duraram cerca de quatro meses, incluindo a inquirição de indiciados e de testemunhas, o relatório foi entregue ao General de Brigada Arthur Duarte Candal Fonseca, Comandante do 1º Grupamento de Engenharia e Guarnição de João Pessoa, tratando da ação de lideranças políticas, sindicais, camponeses, intelectuais e estudantis envolvidas com a "subversão".

O Major Ney de Oliveira Aquino afirma, à luz deste inquérito policial-militar, "que estava em desenvolvimento um processo de subversão da ordem política e social vigente no País, promovido por pessoas ou entidades congregadoras de determinadas classes profissionais ou sociais ou, mesmo, constituídas por elementos extremados da política nacional e estadual".[717] Ao final, apresenta a lista nominal dos acusados e daqueles, para os quais, não foram encontradas provas de culpa, além da sugestão de nomes para novas investigações, com atividades em João Pessoa, Campina Grande e ampliando o raio territorial para Guarabira e Itabaiana.

O pós-golpe de 1964 foi marcado pela repressão ao movimento estudantil, iniciando com a extinção da União Nacional do Estudantes (UNE), como organização e destruição da sua sede no Rio de Janeiro, dissolução dos diretórios e nomeação de interventores, a exemplo do

[715] MINISTÉRIO DA GUERRA. IV Exército. Guarnição Federal de João Pessoa. Encarregado do IPM: Major Ney de Oliveira Aquino; Capitão Ernani Layme Falcão, Escrivão. Inquérito Policial-Militar instaurado para apurar responsabilidades de ligados a ideologia comunista ou viessem praticando atos atentatórios à Segurança Nacional, 14/4/1964. Cópia digitalizada. Arquivo da CEVPM-PB.
[716] Idem.
[717] Idem.

Diretório Central dos Estudantes (DCE), Diretórios Acadêmicos da Faculdade de Medicina, da Faculdade de Direito, da Faculdade de Ciências Econômicas (FACE) de João Pessoa e Campina Grande, e da Escola Politécnica.

Simão de Almeida de Neto, que ingressou na Escola Politécnica, da UFPB em Campina Grande em março de 1964, afirma que ocorreu um arrefecimento nas ações em vista do fechamento da UNE[718],

> [...] mas a partir de 65, 66, começou o trabalho de reorganização da UNE, a gente se integrou à UNE, eu participei do congresso da UNE de 67, que elegeu Travassos presidente. Nesse tempo militando na JUC, foi desfeita, ali por 65, naquele processo de, digamos assim, os saídos da JUC e até os expulsos estavam organizando um movimento e eu ingressei na Ação Popular. Tive os primeiros contatos então com um estudo mais do marxismo. Os meus cinco anos na Escola Politécnica foram cinco anos de muita atividade. Logo no final do primeiro ano eu fui eleito presidente do centro acadêmico. Ainda estava na JUC nesse tempo. E todos os anos no DCE, na luta de resistência, houve um movimento em Campina Grande muito grande, muito forte, que mobilizou a cidade e que envolveu as escolas particulares, nesse tempo com a criação da Universidade Regional [do Nordeste], a famosa URNE, na qual Ana Rita fazia Serviço Social. Foi uma das cabeças desse movimento.

As entidades de representação estudantil nas universidades pós-1964 passam por um processo de adequação à nova ordem, especialmente à legislação federal (Lei nº 4.464/1964 e Decreto Lei nº 56.241/1965). Na Universidade Federal da Paraíba foi constituído uma comissão de trabalho para elaboração do novo Estatuto do DCE, formada pelos estudantes: Adauto Ramos, Odontologia; José Marinetti Bezerra, Medicina; Cristobal Paulino Fernandes, Farmácia; Euclides de Carvalho Neto, o presidente do DCE da UFPB; e Ediláudio Luna de Carvalho, aluno do curso de Farmácia, que, ao término, entregou em 7 de abril de 1965 uma cópia para aprovação do Conselho Universitário.[719] É bem significativo que ao concluir o seu curso, Ediláudio Luna de Carvalho passou a ser professor do curso de Farmácia e coordenador da Assessoria de Segurança e Informação (ASI/UFPB) nos reitorados de Guilardo Alves Martins e Humberto Carneiro da Cunha Nóbrega.

Nos primeiros anos da Ditadura Militar os alunos secundaristas e universitários promoveram vários movimentos por melhores condições das instituições de ensino, mas o ano de 1968 foi emblemático pelas inúmeras ocorrências com a mobilização e contestação da juventude.

---

[718] Depoimento de Simão de Almeida de Neto na Audiência Pública da CEVPM-PB "A vida na Clandestinidade", no dia 19/12/2013. Arquivo da CEVPM-PB.

[719] Oficio nº 3 - SEC-DCE, 7 de abril de 1965. Arquivo da Secretaria dos Órgãos Deliberativos da Administração Superior (SODS/UFPB). Cópia digitalizada. Arquivo da CEVPM-PB.

Janeiro de 1968 já começou agitado com o resultado do vestibular para a UFPB, a partir de um problema que já vinha ocorrendo em anos anteriores: a ampliação da demanda para educação superior e o número de vagas não acompanhava aquela expansão. Daí o surgimento dos chamados "excedentes", em todo o Brasil[720]:

> Excedentes eram os candidatos que obtinham a média nos vestibulares, mas não conseguiam se matricular nas escolas de nível superior, pois o número de aprovados extrapolava ao número de vagas disponíveis. [...] parte das reivindicações estudantis daquele período estava diretamente relacionada a esse "ponto de estrangulamento" na trajetória escolar dos estudantes brasileiros: havia jovens buscando o ensino superior, eles atingiam as médias pedidas nos vestibulares e, ao final, por conta da insuficiência de postos universitários, não assumiam a vaga requerida. A questão dos "excedentes", portanto, pode ser compreendida como um ponto importante dentro do que era apontado como "crise educacional" que se estendeu ao longo da década de 1960 e que foi disparadora de uma série de movimentos estudantis universitários de contestação.

Na Paraíba, no vestibular de 1968 ficaram excedentes 166 para o curso de Medicina e 28 para Direito. A exemplo de outros estados essa situação gerou uma corrente de protesto e solidariedade. Os excedentes, com o apoio dos seus familiares e do movimento estudantil, chegaram a acampar em frente à residência do reitor Guilardo Alves Martins e, em seguida, à reitoria da UFPB. Segundo Rui Leitão[721],

> Durante todo o mês [fevereiro], houve uma mobilização do governo, de políticos, lideranças estudantis e da própria administração da Universidade, no sentido de buscar uma solução para a questão. Por várias vezes, uma comissão de estudantes, acompanhada do governador e do reitor, foi a Brasília desenvolver gestões junto ao governo federal na tentativa de resolver o problema.

A luta foi vitoriosa pois a partir dessa demanda foi criada uma Faculdade de Medicina, em Campina Grande, para receber os excedentes para este curso. Os de Direito foram acomodados em João Pessoa.

Com o assassinato do estudante Edson Luís de Lima Souto, de 16 anos, baleado, durante um confronto entre estudantes e a Polícia Militar do Rio de Janeiro, no Restaurante do Calabouço, no dia 28 de março de 1968, o movimento estudantil paraibano realizou protestos, por meio da União Estadual dos Estudantes na Paraíba (UEEP), a Associação Estadual dos Estudantes Secundaristas (AESP), o Diretório Central dos Estudantes (DCE) da Universidade

---

[720] BRAGHINI, Katya Mitsuko Zuquim. A história dos estudantes "excedentes" nos anos 1960: a superlotação das universidades e um "torvelinho de situações improvisadas". **Educar em Revista**, n. 51, jan./mar. 2014. Curitiba: UFPR. p. 125. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/er/n51/n51a09.pdf Acesso em: 20 jan. 2017.
[721] LEITÃO, Rui César. **1968**: O grito de uma geração. Campina Grande: EDUEPB, 2013, p. 39.

Federal da Paraíba (UFPB), os Diretórios Acadêmicos (DA's) das Faculdades da UFPB, e os Grêmios Estudantis dos colégios secundaristas, Estas organizações decidiram por uma paralisação geral das aulas, a partir do dia 1º de abril de 1968, e realização de ato público no dia 4 daquele mês em João Pessoa e Campina Grande.

Integrando as manifestações do dia 4, foram celebradas missas em sufrágio da alma do estudante Edson Luís em Campina Grande, na Catedral Nossa Senhora da Conceição, e em João Pessoa, na Catedral Metropolitana Nossa Senhora das Neves, a cargo do arcebispo Dom José Maria Pires.

Em João Pessoa, após a missa, os estudantes saíram em passeata com destino ao Ponto dos Cem Réis com algumas paradas para realizarem comícios-relâmpagos. Nesse ínterim[722]:

> contingentes da PM desembarcam dos caminhões com fuzis e baionetas caladas e bombas de gás. Em marcha forçada, passam a espancar os estudantes que reagem com vaias e pedradas. Manifestantes são presos, alguns dentro de casas comerciais onde procuravam se refugiar. No entrevero, um investigador, confundido como manifestante, é espancado pela própria polícia e ferido na cabeça. Oito estudantes são presos[723], além de um comerciante e um oficial da reserva do Exército. O comerciante, proprietário da Sorveteria Moderna, foi preso por protestar contra um espancamento que presenciava. José Augusto, oficial da reserva do Exército foi preso por chamar os policiais de palhaços.

Na passeata em protesto à morte de Edson Luis, no Rio de Janeiro, o paraibano Políbio Alves estudava naquela cidade e frequentava o restaurante Calabouço, sendo preso em primeiro de maio de 1968. Ele relata: "Do restaurante Calabouço partiam piquetes de greve contra o regime. Eu fui preso político sem ser comunista, sem ser nada, apenas porque frequentava aquele ambiente."[724]

---

[722] RODRIGUES, Cláudio José Lopes. **Alienados e subversivos**. A aventura estudantil (1950-1999). João Pessoa: Ideia, 2000. p. 254.

[723] Registro sobre a prisão dos estudantes universitários Tibério Graco Pereira de Sá e Augusto Aécio Mendes Duarte. SILVA, Waldir Porfírio da. **A ausência da ampla defesa nas punições dos estudantes da UFPB em 1969**. Monografia: Curso de Direito na Faculdade Paraibana (FAP). João Pessoa, 2010. p. 17

[724] CÓRDULA, Ana Cláudia Cruz. **Políbio Alves entre Contos e Encantos:** o fascínio do vivido na perspectiva da escrita de si. Dissertação (Mestrado) PPGCI/CCSA/UFPB. João Pessoa, 2015, p. 150.

Fonte: CÓRDULA, Ana Cláudia Cruz. **Políbio Alves entre Contos e Encantos:** o fascínio do vivido na perspectiva da escrita de si. Dissertação (Mestrado) PPGCI/CCSA/UFPB. João Pessoa, 2015, p. p. 152

Políbio Alves afirma que era amigo de Edson Luis e que o conheceu recém-chegado de Belém do Pará, em difíceis condições de sobrevivência no Rio de Janeiro. Foi ele que

> o levou para morar no Calabouço. A partir daquele dia, Edson se tornou também, além de morador, estudante do supletivo e passou a auxiliar na limpeza do lugar. Ele não era comunista, nem do movimento de esquerda, ele queria apenas estudar e melhorar a sua vida, mas infelizmente foi vítima daquele ataque covarde. [725]

No dia 6 de abril de 1968, novas manifestações ocorreram no Restaurante Universitário, que funcionava no Clube dos Estudantes Universitários (CEU), também no centro da cidade, no parque Solon de Lucena (Lagoa), com enfrentamento entre estudantes e Polícia Militar.[726]

No início de maio, estudantes voltam às ruas da capital com uma greve dos secundaristas reivindicando a contratação de professores para o Lyceu e outros colégios nos bairros. Eles realizaram uma passeata e invadiram do Palácio da Redenção na tentativa de dialogar com o governador João Agripino. Não conseguiram o diálogo direto, mas dias depois a greve terminou com o comunicado da professora Carmem Isabel, Diretora do Ensino Médio da Secretaria de Educação, confirmando que novos professores iriam assumir para suprir as demandas nos colégios.

[725] Idem, p. 151.
[726] Mais detalhes sobre os acontecimentos durante o governo de João Agripino ver: CITTADINO, Monique. **Poder local e Ditadura Militar**. O governo João Agripino – Paraíba (1965-1971). Bauru-SP: EDUSC, 2006.

Neste mesmo mês, ocorreu um protesto no Restaurante Universitário pela péssima qualidade da comida e insuficiência na oferta de refeições, resultando no arrombamento da porta do depósito do Restaurante e retirada de alimentos para distribuição entre os estudantes. A pedido do Reitor Guilardo Alves Martins foi aberto um inquérito pelo Departamento da Polícia Federal para apurar as responsabilidades pelo arrombamento. Foram intimados e ouvidos o presidente do DCE, José Ferreira da Silva; Francisco de Paula Barreto Filho, vice-presidente do DCE e presidente da Executiva Nacional dos Estudantes de Direito (ENED); Germana Correia Lima, vice-presidente da ENED; e Wladimir Martins de Sousa, presidente do Clube dos Estudantes Universitários.

Em junho de 1968, foi realizado o I Seminário Estadual da União Estadual dos Estudantes da Paraíba para discutir a conjuntura e as ações a serem implementadas no Estado. Dentre as resoluções políticas aprovadas, uma delas foi o combate ao Acordo do Ministério da Educação e Cultura com a United States Agency for International Development (MEC/USAID), além da luta pela federalização da Universidade Regional do Nordeste (URNE) e a extinção de anuidades tanto na URNE como na UFPB.

Ocorreram manifestações contra o acordo MEC/USAID, queimando-se a bandeira dos Estados Unidos da América, em Campina Grande com a liderança de Simão Almeida Neto e Ana Rita Almeida de Castro e em João Pessoa, Antônio Soares Lima (Help) e outros[727]:

> Houve uma passeata histórica contra o acordo MEC-USAID aqui na Lagoa, eu queimei tudo, umas bandeiras americanas, fotografaram, tomaram o filme do jornalista e do policial, [...] eu estava junto com o Eric Jenner Rosas, [...], Washington, Emilson, Marcelo Mário de Melo, Alberto Vinícius de Melo [...]

Com a prisão do líder estudantil Wladimir Palmeira, presidente da União Estadual dos Estudantes da Guanabara, em João Pessoa em agosto de 1968, os estudantes promoveram passeata pelas ruas centrais da capital em solidariedade ao líder preso, terminando com a ocupação do Instituto Central de Filosofia, Ciências Humanas (ICFCH)[728], mais conhecido pela antiga denominação – Faculdade de Filosofia, ou simplesmente FAFI. Essa ocupação "durou cinco dias e foi dirigida pelas entidades estudantis UEEP, DCE e UPES. Foram fixadas algumas

[727] Depoimento de Antônio Soares Lima Filho (Help) na Audiência Pública "O caso da morte do paraibano Luís Alberto Andrade de Sá e Benevides e sua companheira Miriam Verbena", no dia 3/9/2013. Arquivo da CEVPM-PB.

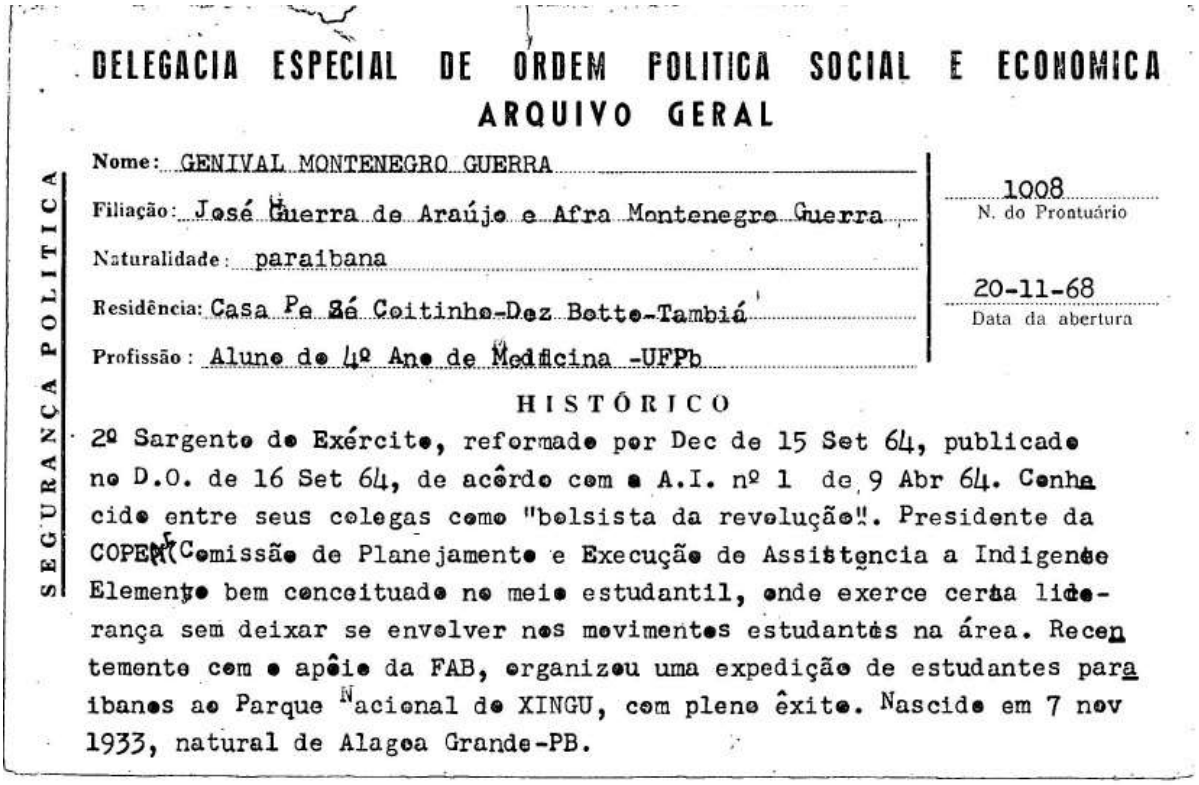
[728] Com a Reforma Universitária a antiga Faculdade de Filosofia (FAFI) foi desmembrada em dois Institutos: o Central de Filosofia, Ciências Humanas (ICFCH) e o Central de Letras (ICL). Em 1974, ocorreu nova junção dos institutos dando origem ao Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCHLA).

faixas nos muros da faculdade contendo palavras de ordem em defesa da liberdade e da democracia".[729]

Maria de Lourdes Meira recorda seu tempo de estudante na FAFI/ICFCH[730]:

> ... eu era da Faculdade de Filosofia, que se tornou um centro político cultural da cidade, todo mundo ia para lá, a gente tomava o prédio, ocupava o prédio, greve, tudo era lá, onde hoje é o Olivina Olívia era ali. Então, ali se tornou um centro e esses movimentos contra a ditadura que a gente fazia na rua, queima de bandeira, no Mercado Central, em cima do que tivesse a gente fazia uns comícios relâmpagos, a gente participou muito.

Ainda em 1968, onze alunos do curso de Medicina da UFPB realizaram uma atividade de 10 dias no Parque Nacional do Xingu[731], no estado de Mato Grosso. Essa viagem foi registrada pela DOPS-PB, na ficha de Genival Montenegro Guerra que organizou a expedição. Anteriormente, esse estudante foi sargento do exército e presidente do Clube dos Subtenentes e Sargentos Paraquedista, que apoiava o Presidente João Goulart. Com o golpe de 1964 foi reformado e retornou a sua cidade natal – João Pessoa, prestando vestibular e ingressando no curso de Medicina em 1965.



DELEGACIA ESPECIAL DE ORDEM POLITICA SOCIAL E ECONOMICA
ARQUIVO GERAL

SEGURANÇA POLITICA

Nome: GENIVAL MONTENEGRO GUERRA
Filiação: José Guerra de Araújo e Afra Montenegro Guerra
Naturalidade: paraibana
Residência: Casa Pe Zé Coitinho-Dez Botto-Tambiá
Profissão: Aluno do 4º Ano de Medicina -UFPb

1008
N. do Prontuário

20-11-68
Data da abertura

HISTÓRICO

2º Sargento do Exército, reformado por Dec de 15 Set 64, publicado no D.O. de 16 Set 64, de acôrdo com a A.I. nº 1 de 9 Abr 64. Conhecido entre seus colegas como "bolsista da revolução". Presidente da COPEMC Comissão de Planejamento e Execução de Assistencia a Indigente Elemento bem conceituado no meio estudantil, onde exerce certa liderança sem deixar se envolver nos movimentos estudantis na área. Recentemente com o apôio da FAB, organizou uma expedição de estudantes paraibanos ao Parque Nacional do XINGU, com pleno êxito. Nascido em 7 nov 1933, natural de Alagoa Grande-PB.

Figura 9 – Ficha DEOPSE – PB, 1968.
Fonte: Arquivo DOPS-PB. Cópia digitalizada. Arquivo da CEVPM-PB.

[729] SILVA, Waldir Porfírio da. Op. cit. p. 19.
[730] Depoimento de Maria de Lourdes Meira na Audiência Pública da CEVPM-PB "A vida na Clandestinidade", no dia 19/12/2013. Arquivo da CEVPM-PB.
[731] Criado em 1961, pelo presidente Jânio Quadros.

Findo 1968, com a edição do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro daquele ano, e do Decreto-Lei nº 477, de 26 de fevereiro de 1969, a continuidade do movimento estudantil foi posta em cheque.

O Decreto-Lei nº 477/1969 definiu as infrações disciplinares praticadas pelos corpos docente, discente e administrativo dos estabelecimentos de ensino público e privado. Dias antes, a reitoria da UFPB já havia punido vários estudantes com o impedimento para a efetivação de matrícula nas diversas unidades da UFPB, conforme "Relação dos alunos e ex-alunos punidos de acordo com as informações prestadas pelos órgãos federais de segurança", de 22 de fevereiro de 1969[732], em decisão *ad referendum* do reitor e aprovada pelo Conselho Universitário em março do mesmo ano. Com variação no tempo do impedimento, os alunos foram os seguintes:

Impedidos definitivamente:

1. Aderbal Villar de Carvalho (FACE - JP)
2. Alzenir Rodrigues dos Santos (FACE - JP)
3. Arnaldo José Delgado (Escola de Engenharia - JP)[733]
4. Brígida Nóbrega (FAFI - JP)
5. Dinalva Navarro (Escola de Ciências Sociais - JP)
6. Djamil de Holanda Barbosa (Escola Politécnica - CG)
7. Edite Maria de Oliveira (FACE - CG)
8. Emilton Amaral (Faculdade de Direito - JP)
9. Germana Correia Lima (Faculdade de Direito - JP)
10. Heloísio Gerônimo Leite (FACE - JP)
11. Iêdo Martins Marcondes da Silveira (Escola Politécnica - CG)
12. Ivanise de Souza (Faculdade de Direito - JP)
13. Jáder Carlos Coelho da Franca (Faculdade de Direito - JP)
14. Jaerson Lucas Bezerra (FACE - CG)
15. João Lacerda Lima (FACE - JP)
16. José Fernandes Neto (FACE - JP)

[732] Reitoria da UFPB. Processo 31260/1964, de 14/3/1969. Arquivo Geral da UFPB. Cópia digitalizada Arquivo da CEVPM-PB.

[733] Em 1968, era presidente do Diretório Acadêmico da Escola de Engenharia da UFPB e foi eleito presidente da União Estadual de Estudantes Universitários do Estado da Paraíba (UEEP). Nesse período, acompanhou e hospedou o então presidente da UNE, Luís Travassos, naquele momento em missão político estudantil na capital paraibana. BRASIL. Ministério da Justiça. Processo de Anistia nº 2001 01 01709 - Arnaldo José Delgado. Cópia digitalizada. Arquivo da CEVPM-PB.

17. José Ferreira da Silva (FACE - JP)
18. José Tadeu Carneiro da Cunha (Escola de Engenharia - JP)
19. Jurandir Cardoso de Alcântara (FACE - CG)
20. Leda Rejane Pereira do Amaral (FACE - JP)
21. Luiz Carlos Soares (Escola de Engenharia - JP)
22. Maria Auxiliadora Rosas (FACE - JP)
23. Maria da Penha Ribeiro (Formada pela Escola de Serviço Social - JP)
24. Maria de Fátima Mendes da Rocha (FAFI - JP)
25. Maria Neiva Gadê Negócio (Faculdade de Direito - JP)
26. Maria Teixeira (Escola de Serviço Social - JP)
27. Paulo José de Souto (Escola de Engenharia - JP)
28. Simão de Almeida Neto (Curso de Engenharia - CG)
29. Terezinha do Vale (Escola de Serviço Social - JP)
30. Wilma Batista de Almeida (FAFI - JP)
31. Zenóbio Toscano de Oliveira (Escola de Engenharia - JP)

Outro grupo de alunos das diversas unidades da UFPB consta com impedimento de matrícula por tempo determinado:

Por dois anos:

1. Augusto Aécio Mendes Duarte (Curso de Engenharia - JP)
2. Cláudio Américo Figueiredo Porto (Curso de Economia - CG)
3. Everardo Nóbrega de Queiroz (Curso de Engenharia - JP)
4. Francisca Trigueiro (Curso de Farmácia e Bioquímica - JP)
5. Hélcio Lima de Oliveira (Curso de Engenharia - JP)
6. Jander Cunha Neves (Curso de Economia - JP)
7. João Roberto de Souza Borges (Curso de Medicina - JP)
8. Luiz Sérgio Gomes de Matos Filgueiras (Escola Politécnica - CG)
9. Maria do Socorro Moraes Fragoso (Curso de Serviço Social - JP)
10. Maria Lívia Alves Coelho (Curso de Medicina - JP)
11. Raimunda das Neves Brito (Curso de Economia - CG)
12. Saulo de Tarso de Sá Pereira (Curso de Medicina - JP)
13. João Batista Filho - padre (Curso de Economia - CG)
14. Sebastião Borges Sobrinho (Curso de Economia - CG)

Por um ano:

1. Antonio Gomes da Silva (Curso de Economia - CG)
2. Antônio Sérgio Tavares de Melo (Curso de Direito);
3. Arnaldo José Delgado (Curso de Engenharia - JP)
4. Brígida Nóbrega (Curso de Filosofia - JP)
5. Carlos Alberto Nunes Marinho (Curso de Engenharia - JP)
6. Carlos Antônio de Aranha Macêdo (Curso de Direito - JP)[734]
7. Darlan Nóbrega de Farias (Escola Politécnica - CG)
8. Eimar Fernandes (Curso de Filosofia - JP)
9. Eraldo Fernandes dos Santos (Curso de Medicina - JP)
10. Eunice Arruda Luna (Curso de Medicina - JP)
11. Eurivaldo Antonio Alcântara (Curso de Economia - CG)
12. Everaldo Ferreira Soares Júnior (Curso de Medicina - JP)
13. Francisco de Paula Barreto Filho (Curso de Direito - JP)
14. Genuíno José Raimundo (Curso de Economia - JP)
15. Getúlio Bezerra de Castro (Curso de Medicina - JP)
16. Hélio do Nascimento Melo (Curso de Economia - CG)
17. Inácio de Loiola Monteiro Souza (Curso de Economia - CG)
18. Jorge de Aguiar Leite (Curso de Economia - CG)
19. José Cazuza de Lima (Curso de Direito - JP)
20. José de Arimatéia Bezerra de Lima (Curso de Letras - JP)
21. José Leão Carneiro da Cunha [Neto] (Curso de Economia - JP)
22. José Urânio das Neves (Curso de Economia - CG)
23. Kenneth Talis Borjas Jaguaribe (Curso de Enfermagem - JP)
24. Lenildo Correia da Silva (Curso de Economia - JP)
25. Maria de Lourdes Meira (Curso de Filosofia - JP)
26. Maria do Socorro Pessoa (Curso de Filosofia - JP)
27. Maria do Socorro Ramos Loureiro (Curso de Economia - CG)
28. Maria Egilda Pereira Saraiva (Curso de Economia - CG)
29. Maria Gilca de Oliveira Pinto (Curso de Economia - CG)
30. Maria Nazaré Coelho (Curso de Filosofia - JP)
31. Maristela Villar (Curso de Medicina - JP)
32. Nobel Vita (Curso de Direito - JP)

[734] Este é um dos casos de aprovação no vestibular, mas por ter participado da ocupação da Faculdade de Direito foi proibido de se matricular.

33. Noberto Lima Sagratzi (Curso de Engenharia - JP)
34. Oriana Andrade Mattos (Curso de Filosofia - JP)
35. Paulo Henrique Sobreira Lopes (Curso de Economia - CG)
36. Risalva Bandeira Machado (Curso de Economia - CG)
37. Rubens Pinto Lira (Curso de Direito - JP)
38. Tercino Marcelino Filho (Curso de Economia - CG)
39. Tibério Graco de Sá Pereira (Curso de Engenharia - JP)
40. Valdemir Martins de Souza (Curso de Direito - JP)
41. Vicente Antônio da Silva (Curso de Engenharia - JP)
42. Williams Capim de Miranda (Escola Politécnica - CG)

Em audiência ocorrida em Campina Grande[735], durante o debate, Maria do Socorro Ramos Loureiro pediu a palavra e relembrou de quando foi impedida de se matricular na Faculdade de Ciências Econômicas da UFPB em Campina Grande, no ano de 1969. Contou que, apesar de ter não uma militância relevante, o objetivo da sua punição era também atingir o seu esposo José Cartaxo Loureiro, professor cassado da FURNE, pela sua oposição ao regime militar. Na documentação do SNI, a CEVPM-PB encontrou a seguinte informação[736]:

> JCL proferiu palestra na FCECG, em Campina Grande PB, com ataques a UFPB. Foi impedido de lecionar na FURN, daquela cidade. Juntamente com RMQ e APC, participou de conferência de cunho subversivo. MSRL, sua esposa, esteve impedida de matricular-se na FCECG, pelo período de um ano. Dados de qualificação de JCL.

Para Simão de Almeida Neto, que teve seu nome incluído na "Relação dos alunos e ex-alunos punidos de acordo com as informações prestadas pelos órgãos federais de segurança"[737], na modalidade "impedidos definitivamente de serem matriculados" na UFPB, faltavam apenas seis meses para a sua formatura no curso de Engenharia, e com essa punição nunca o concluiu.

Com AI-5, muitos estudantes foram perseguidos, presos e proibidos de estudar por terem em algum momento protestado contra o governo, participação/prisão em Ibiúna, acolhimento a

[735] Audiência da CEVPM-PB, "As Granjas do Terror", realizada em Campina Grande-UFCG, em 6/8/2013. Arquivo da CEVPM-PB.
[736] Base de Dados SNIG. Número do ACE: A0078281. Data da Emissão: 17/10/1969. Assunto: José Cartaxo Loureiro. Siglas: JCL - José Cartaxo Loureiro; RMQ - Ronald de Medeiros Queiroz; APC - Antônio de Pádua Câmara; MSRL - Maria do Socorro Ramos Loureiro; FCECG - Faculdade de Ciências Econômicas de Campina Grande; FURN - Fundação Universidade Regional do Nordeste; UFPB - Universidade Federal da Paraíba. Cópia digitalizada. Arquivo da CEVPM-PB.
[737] Reitoria da UFPB. Processo 31260/1964, de 14/3/1969. Arquivo Geral da UFPB. Cópia digitalizada Arquivo da CEVPM-PB.

militantes que precisavam de refúgio temporário ou cessão da sua casa e propriedade para realização de reuniões clandestinas de alguma organização de esquerda.[738]

Washington Alves Rocha, estudante do Colégio Estadual do Roger, em João Pessoa, ao comentar a sua atuação no movimento estudantil cita vários nomes de secundaristas e universitários ressaltando o protagonismo dos estudantes secundaristas na contestação e resistência ao regime militar[739]:

> O movimento foi crescendo, ganhamos o diretório com Eldson [Ferreira Neto] presidente, Emilson [Ribeiro] era presidente da UPES, Marcos Paiva foi o vice-diretor, era presidente ou diretor. Eu, Help [Antônio Soares de Lima Filho], Severino Gomes, também Aluta [Francisca Trigueiro]... eu até anotei uns nomes aqui, eu posso esquecer muita coisa, mas quero citar alguns nomes importantes nessa luta... o nosso movimento secundarista, ele rapidamente se envolveu com o movimento universitário. Rômulo [Araújo] era do movimento universitário, Fernando de Azevedo, Rubens Pinto Lyra, Barreto [Francisco de Paula Barreto], agora... houve aqui, Batata..., o famoso Eduardo Potatoes [Eduardo Ferreira Lima]. Aqui em João Pessoa, alguém pode contestar, quem comandou o movimento de massas, não foram os secundaristas. Foram os secundaristas aqui, os universitários vinham a reboque da nossa força. Era o Lyceu Paraibano[740] que arrastava, e os universitários vinham junto, pegaram de carona, quem levava o povo pras ruas éramos nós, eu, Emilson, Eldson, Marcos Paiva, Biu Gomes e por aí vai, uma porção de gente, Aluta, Cléia, Shirley... Mas os companheiros universitários tiveram também seu papel relevante.

Ele também rememora a perseguição que impediu a continuidade dos seus estudos[741]:

> ... eu fui expulso do colégio, eu e várias pessoas, do Lyceu Paraibano. Fui para o Colégio Estadual do Tambiá, fui expulso também, proibido em qualquer colégio da Paraíba, mas o que fiz... tinha um supletivo, eu e Irlânio Ribeiro Pereira, outro grande companheiro revolucionário da época, Sérgio Botelho também, companheiro, fui fazer esse supletivo em Natal. Passamos no supletivo, fiz vestibular, passei para Direito, quando fui me matricular proibiram a minha matrícula, fui impedido...

[738] Nesse aspecto vale ressaltar o papel estratégico que a cidade de Campina Grande representou para a AP, PCB, PCdoB e PCBR, como espaço fora do eixo de grandes ações das organizações, mas que contava com pessoas vinculadas ou simpatizantes que davam apoio e acolhimento. Exemplos como a reunião da cúpula da AP para decidir a incorporação ao PCdoB que ocorreu em fazenda dos pais de Ana Rita de Castro Almeida, em 1972; a prisão e tortura de pessoas como Maura Pires Ramos e Jorge Aguiar Leite, em 1974, entre outros. Além dos depoimentos nas Audiências "Granjas do Terror" e "Vida na Clandestinidade", da CEVPM-PB, ver SANTOS, Gilbergues. **Heróis de uma Revolução Anunciada ou aventureiros de um tempo perdido?** A atuação das organizações de esquerda em Campina Grande – 1968/1972. Campina Grande: EDUEPB, 2015.

[739] Depoimento de Washington Alves da Rocha na Audiência Pública "As torturas a militantes do PORT e PCBR", realizada no dia 19/9/2013. Arquivo da CEVPM-PB.

[740] Tendo em vista que esta denominação é a mais conhecida – Lyceu Paraibano, será a usada neste texto, embora no período em estudo, oficialmente, fosse Colégio Estadual de João Pessoa e Colégio Central de João Pessoa.

[741] Idem.

Posteriormente, Washington Rocha fez novo vestibular e foi aprovado para Medicina, todavia só cursou até o 2º ano quando foi preso em 1974 e não teve mais condições psicológicas para dar continuidade ao curso.[742]

A Fundação Universidade Regional do Nordeste (FURNE), localizada em Campina Grande, e atualmente Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), também implementou punições aos seus estudantes, com suspensões temporárias ou definitivas, conforme Ata da reunião ordinária do Conselho Didático daquela Fundação, realizada em 28 de fevereiro de 1969[743]:

1. Aloísio Muniz de Aquino (Curso de Administração);
2. Antônio Augusto Arroxelas (Curso de Direito);
3. Cleidson Tejo (Curso de Direito);
4. José Anchieta Soares (Curso de Direito);
5. Jureni Machado Bitencourt Pereira (Curso de Direito);
6. Maria Nazareth Coelho (Curso de Filosofia);
7. Maura Pires Ramos (Curso de Letras);
8. Orlando Vilarim (Curso de Direito);
9. Sílvio Roberto Teixeira Barreiro (Curso de Química).

Entre os alunos secundaristas proibidos de se matricular na rede oficial de ensino vale registrar alguns casos de alunos que foram atingidos pelo Decreto nº 477/1969:

- Joaquim Gomes de Almeida, aluno da 1ª série do Curso Colegial Técnico de Mecânica da Escola Técnica Federal da Paraíba. Era do Ceará e para se manter em João Pessoa contava com uma bolsa de estudo. O diretor Itapuan Botto Targino cancelou a bolsa e proibiu a sua matrícula em qualquer estabelecimento de ensino por 3 anos, por infração disciplinar prevista no referido decreto[744];
- Geraldo Sobreira Liberalquino, de Princesa Isabel-PB, que estudava em Recife, conforme Ofício da Diretoria de Ensino da Secretaria de Educação[745];

[742] A partir de 1978 participou do movimento pela Anistia, sendo um dos fundadores e primeiro presidente do Comitê Paraibano pela Anistia.
[743] Apud PORFÍRIO, Waldir. **Anos de luta**: da intervenção do DCE da URNE à estadualização da universidade (1981 a 1987). Campina Grande: EdUEPB, 2008, p. 31
[744] Ato disciplinar nº 8, de 1/12/1970, com base no relatório do Processo sumário instaurado em 19/11/1970. Cópia digitalizada. Arquivo da CEVPM-PB.
[745] Relação de estudantes cassados pelo decreto 477/1969, Diretoria de Ensino da Secretaria de Educação do Estado d**e** Pernambuco. Arquivo da Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Helder Câmara - CEMVDHC-PE.

- Pedro Coutinho de Almeida, o aluno do Colégio Estadual da Prata, em Campina Grande, que desde o início dos anos 1960 atuava na AP e participava das agitações estudantis nas Praças da Bandeira, Peregrino de Carvalho, Coronel Antônio Pessoa, no centro e nos bairros da cidade. Foi preso em outubro de 1969 e levado para Recife, onde ficou por três meses sofrendo torturas, como já mencionado no capítulo sobre o Mapa da Tortura. Ao retornar à Campina Grande, tentou fazer a matrícula no colégio para concluir seus estudos, foi lhe informado o impedimento expresso em comunicado da 7ª Região Militar.[746]

Em 1972, ocorreu mais uma punição da Reitoria da Universidade Federal da Paraíba aos alunos recém aprovados no vestibular, com o indeferimento das matrículas daqueles considerados "subversivos"[747]:

> Por ocasião do encerramento das inscrições para o último vestibular, realizado nesta Universidade, esta Assessoria, em sintonia com o Magnífico Reitor, encaminhou aos setores de segurança a relação dos candidatos que solicitaram inscrição, a fim de ser informado dos antecedentes dos mesmos. Das informações recebidas, possuem antecedentes negativos os seguintes vestibulandos:
> 1 – Alberto Magno Gondim Vasconcelos [...]
> 2 – Francisco Joaquim de Almeida Neto [...]
> 3 – José Maria Gomes da Silva (Zezinho) [...]
> 4 – Washington Alves da Rocha [...]
> 5 – Geraldo Rawlison Gomes [...]
> 6 – Flávio Roberto Tavares de Melo [...]
> 7 – José Sarmento Marques [...]
> 8 – José Adroaldo Nóbrega de Queiroz [...]

Após análise da ficha de cada vestibulando acima mencionado, a Assessoria de Segurança e Informação auxiliou o Vice-Reitor em Exercício, Professor José Rolderick da Rocha Leão, a definir o despacho autorizando o indeferimento do Pedido de Inscrição dos seguintes candidatos[748]:

> Alberto Magno Gondim Vasconcelos
> Francisco Joaquim de Almeida Neto
> José Maria Gomes da Silva (Zezinho)
> Washington Alves da Rocha
> Geraldo Rawlison Gomes

[746] SILVA, Rosicleide Henrique da. **O movimento estudantil em Campina Grande/PB:** entre sonhos, frustrações e lutas (década de 60). Dissertação (Mestrado em História) UFCG. Campina Grande, 2014.
[747] Ofício de Informação nº 18/72, da Assessoria Especial de Segurança e Informação da UFPB. SILVA, Waldir Porfírio da. Op. cit. 2017. p. 80.
[748] Idem.

Conforme Waldir Porfírio da Silva, Flávio Roberto Tavares de Melo, José Sarmento Marques e José Adroaldo Nóbrega de Queiroz receberam tratamento diferenciado, tendo em vista que o Reitor Humberto Carneiro da Cunha Nóbrega "resolveu dar uma oportunidade, isto é, autorizar suas matrículas, após uma advertência e ciência de que estão sendo observados." [749]

Outro estudante paraibano perseguido pela ditadura militar foi José Gouvêia Portela, que militou no movimento estudantil, mas sem se vincular a organizações de esquerda. Em seu depoimento, afirma[750]:

> Como estudante secundarista e, depois universitário, participei de diversas manifestações e passeatas contra o regime militar. Não como esquerdista. E sim, por adesão ao PSD partido político da época que foi colocado na oposição. Era o Partido de minha família em Itapetim-PE. Em 1968, ainda aluno do Curso Secundário, em um Congresso da UBES realizado no Seminário Católico no Alto Branco em Campina Grande fui eleito como terceiro vice-presidente da referida entidade Estudantil. Como presidente, ficou Pedro Almeida, como primeiro ou segundo vice-presidente coube a João Bosco que fez engenharia. Em 1969 fui aprovado em 4º lugar em Engenharia Elétrica da Poli, Escola Politécnica.

Ele estava no último período do curso de Engenharia Elétrica, na Universidade Federal da Paraíba, Campus II, Campina Grande, quando foi preso no ano de 1973[751], no sítio Ligeiro, município de Serra Branca-PB, cidade onde lecionava no Colégio local, pelo Sargento do Exército, Francisco de Assis Oliveira Marinho, conhecido como Sargento Marinho, e levado numa Chevrolet Veraneio para Campina Grande, onde passou o dia preso e prestando depoimento[752]:

> Fui acusado de ser subversivo e pertencer ao PC e também queriam saber minha relação com Frei Chico (cognome de um integrante do PC-CE). Neguei da forma que pude pertencer ao PC ou a qualquer organização política. Tanto no passado, como no presente, nunca me identifiquei com organizações ou partido político de ideologia comunista. Em relação ao Frei Chico. Eu o conhecia!!! Mas era muito perigoso conhecê-lo! Seria motivo suficiente para

[749] SILVA, Waldir Porfírio da. Op. cit. 2010. p. 80-81.
[750] Depoimento de José Gouvêia Portela, por escrito, à CEVPM-PB, em 14/3/2017.
[751] Um irmão seu, Roque Portela da Silva, foi preso, um ano antes, em Feira de Santana-BA, acusado de pertencer a Organização de Combate Marxista-Leninista - Política Operária, conforme Relatório do agente da Polícia Federal, Aervaldo de Andrade Freire, datado de 10/4/1972, dirigido a Delegacia Regional da Política Federal da Bahia "Em cumprimento à determinação Direção do CODI/6, desloquei-me, em viatura desta DR, integrando uma equipe de Agentes do CODI, à cidade de Feira de Santana, Bahia, a fim de efetuar a prisão de ROQUE PORTELA DA SILVA, de codinome "RUIVO" ou [...] cujas implicações em atividade subversivas vinham sendo investigadas pelo referido órgão. No decorrer da diligência, conseguiu-se prendê-lo no interior do Mercado de Feira de Santana, às 20:30 horas, aproximadamente, do dia de hoje. Após a prisão, foi o mesmo transportado para esta Delegacia e em seguida para o Quartel da CIA de Polícia do Exército, onde ficou recolhido à disposição da Direção do CODI/6". Ele ficou preso durante três meses.
[752] Idem.

> ser identificado como pertencente ao PC. Nas minhas respostas eu sempre me referia a Frei Chico, um padre de Campina Grande que apoiava o Movimento da Juventude Católica e, ficou claro que eu não conhecia o Frei Chico procurado e sim o Padre de Campina Grande Frei Chico.

Na verdade, ele conhecia dois Freis Chicos, um que tinha mantido contato no final dos anos de 1960, e outro que morava na Casa do Estudante, no momento da prisão, então procurava, no depoimento indicar que conhecia apenas o primeiro, já que o segundo tinha vínculos orgânicos com os movimentos de esquerda. Ele esclarece[753]:

> Frei Chico a quem o chamei de Padre em Campina Grande, o conheci durante ou logo após o congresso da UBES realizado em 1968 nas dependências do Seminário Diocesano de Campina Grande no Alto Branco, sem participação de nenhum religioso. Este Frei Chico, que eu sempre entendi ser um padre apesar de o nunca ter visto de batina ou celebrando missa. O segundo Frei Chico, cognome de um membro da cúpula do PC ou PC do B do Ceará. Este eu o conheci enquanto morava em Casa Universitária com mais de vinte universitários de todas matizes políticas. Dentre estes encontrava-se Gerson estudante de Engenharia Civil e Maninho estudante de Engenharia ou Economia (?), ambos cearenses e pertencentes ao PC ou PCdoB e desenvolviam muita atividade política no meio estudantil e em alguns bairros de Campina Grande. Este Frei Chico e, algumas vezes um outro denominado Pedro, faziam a ligação entre São Paulo, Rio de Janeiro e estados do Nordeste, trazendo orientações oficiais do Partido como cartas, revista oficial do PC ou PCdoB e outros recursos como panfletos cartas a população, resmas de papel e certa vez, trouxe um mimeografo a óleo (muito grande). Todos estes materiais eram guardados em locais desconhecidos de mim e dos demais estudantes da Casa Universitária e usados por Gerson e Maninho juntos com outros membros que os estudantes da Casa Universitária e eu não os conhecia. Gerson e Maninho tinham uma atividade política muito intensa e tratavam Frei Chico com muita deferência. Gerson foi preso e cumpriu sua pena no Ceará e hoje é engenheiro civil da Caixa Econômica de Campina Grande. Maninho, rapaz alto e forte, muito simpático. Sobre este, ouvi comentário que teria sido morto em confronto com forças de segurança.

Portela, descreveu o que considerou o verdadeiro motivo de sua prisão[754]:

> Julgo que minha prisão se deveu ao fato de em duas oportunidades eu ter identificado para outras pessoas o Sargento Marinho como chefe do Serviço S2. Eu morava no edifício Palomo na rua Maciel Pinheiro, que na época era o "point" social de Campina Grande. Todos os inícios de noite era o local de passeios das moças de Campina Grande. O síndico do edifício Palomo me avisou que o Sargento Marinho lhe afirmara iria me prender por eu ser comunista e o síndico lhe afirmara que eu não era. Porque isso? Julgo que foi: a) Certo dia, peguei uma carona em um Jeep na Poli para o centro de Campina. O motorista começou a falar contra o governo e, nós estudantes o apoiamos e tomamos conta da conversa. Ele era barbudo. Enquanto falava, eu reconhecia a voz como de uma pessoa conhecida, mas não sabia quem era. Depois, percebi que era o Sargento Marinho com um disfarce de barba e, de imediato,

[753] Idem.
[754] Idem.

> avisei em voz alta que o motorista era o chefe do Serviço Secreto de Campina Grande.
> b) Em outra oportunidade, eu estava na rodoviária de Campina Grande quando chegou um ônibus de João Pessoa e desembarcou uma moça de Serra Branca que vinha namorando o Sargento Marinho. Desceu só a moça de Serra Branca e o Sargento ficou no ônibus. Eu comecei a conversar com a moça de Serra Branca. O Sargento Marinho, olhando. Disse a moça que o Sargento Marinho era casado e era ao chefe do Serviço Secreto de Campina Grande. A moça ficou assustada. Disse: "por isso era que ele me fazia tantas perguntas sobre o Deputado Álvaro Gaudêncio, sobre obras e serviços que não foram realizados quando fora prefeito. Depois disso, fui avisado pela segunda vez pelo síndico do Palomo que ele iria me prender e cassar o mandato do Deputado Álvaro Gaudêncio.

Ficou preso, durante um dia em local até hoje desconhecido por ele, mas provavelmente uma das Granjas particulares utilizadas como local de tortura em Campina Grande[755]:

> Sei que foi em Campina Grande. Passei por lugares com muitos acidentes geográficos. Subidas e descidas íngremes. Curvas fechadas feitas em alta velocidade. Mas, podia muito bem ser um disfarce para eu não reconhecer o local. Funcionou. Finalmente cheguei a uma casa de quatro águas de cor amarela. O silêncio noturno era absoluto. Não havia som de carros, apitos de guardas-noturnos. Só o coaxar dos sapos. Era Zona Rural.

Foi solto por ordem do Major Câmara, mas precisou recorrer a interferência de pessoas com vínculos pessoais com o referido major para continuar solto[756].

> Fui solto por ordem do Major Câmara, mas era para eu retornar a prisão. De imediato visitei um comerciante muito amigo meu e por coincidência amigo também do Major Câmara. Ambos eram maçons. A filha do Major Câmara frequentava a casa deste comerciante como eu também. O comerciante, Sr. Ferreira telefonou, na minha presença, ligou para o Major Câmara e afirmou que eu não era comunista nem subversivo. Comunista era alguns políticos que ele citou ao major e que se responsabilizava por minha conduta política. De imediato retornei ao quartel cumprindo uma determinação recebida e o meu encontro com o Major Câmara foi muito diferente dos momentos anteriores. FIQUEI SOLTO, LIVRE**.**

José Gouvêia Portela não ficou livre como pensou. Passou a ser perseguido por agentes públicos do regime que colhiam informações sobre ele em bares, e pelos informantes locais, ou seja, pessoas que residiam em Serra Branca, além da perseguição sistemática do Sargento Marinho[757]:

> Mas aí começou novo inferno. O Marinho sempre me procurando em todos locais de Campina Grande, em bares, praças, bancas de jornais e universidade

[755] Idem.
[756] Idem.
[757] Idem.

> e sempre repetia que eu ia morrer na cadeia, que eu era comunista. Enganava outras pessoas, mas não a ele. A perseguição foi imensa, apesar de eu ter amigos militares, como sargento Anchieta, alguns tenentes lotados no Quartel de Caicó e eram meus colegas de Engenharia, o agente federal Rivaldo, todos. Todos diziam que não podiam fazer nada por mim, que o Sargento Marinho era esquizofrênico, que eu tivesse muito cuidado. Nunca andar só. O Sargento Marinho era perigoso. Que eu redobrasse os cuidados. Eu em Serra Branca e depois em Monteiro, recebia telefonemas do sargento quase toda semana querendo saber se minha esposa e filhos estavam bem, o que era que eu ia fazer durante aquela semana. Ordenava que "se viajar me comunique para onde vai". Minha família planejava uma carreira política para mim. Certa noite chegou em minha casa políticos de Livramento com o convite para eu ser o candidato da pacificação a prefeitura de Livramento. Eu anexei este convite ao sonho de ser um competente engenheiro.

Então diante dessa situação, José Gouvêia Portela resolveu abandonar o curso de Engenharia Elétrica.

5.6 Congresso da UNE em Ibiúna

Na atuação da repressão contra os estudantes destacou-se a operação militar que levou à queda do 30º Congresso da UNE, realizado no meio rural da cidade de Ibiúna, interior de São Paulo**,** no dia 13 de outubro de 1968, prendendo a quase totalidade dos participantes, provenientes dos mais diversos estados brasileiros.

A realização desse congresso foi precedida por debate nas faculdades e eleição para a escolha dos delegados, e por congressos regionais para o amadurecimento das discussões[758].

> Os delegados eleitos na primeira fase, após os debates nas faculdades paraibanas, foram enviados a Salvador (Bahia) para participar do Congresso Regional da UNE, que se realizou no período de 6 a 9 de setembro de 1968. O Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR) conseguiu eleger para aquele evento os delegados: Rômulo Araújo (Direito), Eric Jenner Rosas, Eraldo Fernandes dos Santos (Medicina) e os aliados da organização Francisco Barreto e Germana Correia Lima, ambos da Faculdade de Direito; Aluízio Sobreira, da Faculdade de Engenharia; e Kenneth Jaguaribe, da Escola de Enfermagem.

Durante o planejamento a direção nacional da UNE, com seu presidente Luís Gonzaga Travassos da Rosa apresentou, em vão, uma proposta de desmobilização do Congresso por falta de infraestrutura e fragilidade da segurança para os delegados. Estava posta uma disputa interna para a eleição da nova diretoria da entidade, com um grupo vinculado a "Ação Popular" que defendia a candidatura do estudante Jean-Marc Frederic Charles von der Weid, e o grupo da

[758] SILVA, Waldir Porfírio da. Op. cit. 2010, p. 19.

"Dissidência" com a candidatura de José Dirceu de Oliveira e Silva. Grupos esses liderados por Luís Travassos e Vladimir Palmeira, respectivamente.

O Serviço Secreto do Departamento de Ordem Política e Social de São Paulo (SS/DOSP-SP) iniciou uma investigação sobre a realização daquele congresso da entidade nacional dos universitários e obteve informações, inclusive dos temas da programação e acesso ao material que seria discutido, sobre o qual os responsáveis pelo relatório do IPM – Operação Ibiúna tecem os seguintes comentários[759]:

> [...] documentação de caráter nitidamente político, toda voltada para a coordenação de forças estudantis e populares para impulsionar uma revolução, bem como contribuir com sua parcela para a coordenação das demais forças, interessadas também, na mesma finalidade em outros países da América Latina, através da OCLAE (Organização Continental Latino Americana de Estudantes), com sede em Cuba, tudo levando a admitir a existência de uma orientação que, de acordo com a técnica que se vem observando, parte da China comunista, aliada a Cuba.

No Relatório afirmam que o SS/DOSP-SP já sabia do local do Congresso nos primeiros dias de outubro, e a partir daí organizou-se a força repressiva com a equipe do DOPS-SP, com 2 delegados e 95 investigadores, e mais a Força Pública do 7º Batalhão Policial de Sorocaba-SP. Tropa essa, que no dia 13 de outubro "efetuou a prisão de 693 convencionais no local conhecido como Sítio Murundu, no município de Ibiúna. Foi uma ação rápida, sem violência, fulminante..."[760] Além dos estudantes também foram presos 14 jornalistas que acompanhavam o congresso, assinaram termos de declaração mas não foram indiciados.

Dentre os presos estavam estudantes paraibanos de vários cursos da Universidade Federal da Paraíba (João Pessoa e Campina Grande) e da Universidade Regional do Nordeste (Campina Grande), que foram indiciados no DOPS-SP [761]:

1. Aloisio Muniz de Aquino (Ciências e Letras - URNE)
2. Antônio José de Lima (Presidente do DA Farmácia e Bioquímica - UFPB, JP)
3. Cacilda Filomena Castro (Serviço Social - URNE)
4. Carlos Alberto Nunes Marinho (Engenharia - UFPB, JP)
5. Cláudio Américo de Figueiredo Porto (Ciências Econômicas - UFPB, CG)
6. Eraldo Fernandes dos Santos (Medicina - UFPB, JP)

[759] IPM – Operação Ibiúna. XXX Congresso da Extinta UNE – 12/10/1968. São Paulo, 8/11/1968. p. 2. Cópia digitalizada. Arquivo da CEVPM-PB.
[760] Idem. p. 3.
[761] Idem. p. 6 e segs.

7. Everardo Nóbrega de Queiroz (Presidente do DCE - UFPB, JP)
8. Getúlio Bezerra Castro (Medicina - UFPB, JP)
9. Heloísio Jerônimo Leite (Ciências Econômicas - UFPB, JP)
10. João Roberto Borges de Souza (Presidente do DA de Medicina - UFPB, JP)
11. José de Arimatéia Bezerra de Lima (Letras- UFPB, JP)
12. José Ferreira Lima (Ciências Econômicas - UFPB, JP)
13. Jureni Bittencourt Pereira (Direito - URNE)
14. Kennett Talis de Borja Jaguaribe (DA de Enfermagem - UFPB, JP)
15. Leda Rejane Pereira Amaral (Ciências Econômicas - UFPB, JP)
16. Luiz Sérgio Gomes de Matos Silveira (Escola Politécnica – UFPB, CG)
17. Maria de Fátima Mendes da Rocha (DA de Filosofia - UFPB, JP)
18. Maria do Socorro Fragoso de Moraes (Serviço Social - UFPB, JP)
19. Maria do Socorro Pessoa (Educação - UFPB, JP)
20. Maria Nazaré Coelho (Filosofia - UFPB, JP)
21. Maura Pires Ramos (Letras - URNE)
22. Rubens Pinto Lyra (Direito - UFPB, JP)
23. Silvio Roberto Teixeira Barreira (Química - URNE)
24. Vicente Antônio da Silva (Engenharia - UFPB, JP)
25. Williams Capim de Miranda (Escola Politécnica - UFPB, CG)

Esta outra relação elaborada pela CEVPM-PB, consta os estudantes paraibanos que estavam no Congresso de Ibiúna por outros Estados, e seus respectivos cursos[762]:

1. Agis Wilson Macedo (Direito - UFES)
2. Antônio Batista da Silva (Engenharia - UFPE)
3. Antônio Fábio Bonavides Mariz Maia (Física - UFPE)
4. Candido Pinto de Melo (Engenharia - UFPE)[763]

[762] Idem. p. 6 e segs.
[763] Era presidente da União dos Estudantes de Pernambuco - UEP, quando foi baleado pela repressão num abrigo de ônibus, no dia 28/4/1969, em Recife. Ficou paraplégico, mas conseguiu terminar o seu curso e atuar como engenheiro. Morreu em 31/8/2002. Em 4/5/2015, a CEMVDHC-PE realizou solenidade de aposição de uma nova placa em sua homenagem instalada na subida da Ponte da Torre, na Zona Oeste de Recife, mesmo local onde o líder estudantil sofreu o atentado. Arquivo da CEMVDHC-PE.

5. Francisco de Sales de Oliveira Gadelha[764] (Ciências Médicas de Pernambuco[765])
6. Gerusa Jenner Rosas (Biblioteconomia - UFPE)
7. Jader Nunes de Oliveira[766] (Engenharia - UFPE)
8. Netovitch Maia Duarte (Biociências - UFPE)
9. Umberto de Albuquerque Câmara Neto (Medicina - UFPE[767])

Na investigação realizada sobre o planejamento e realização do Congresso da UNE, os órgãos de informação devem ter contado com infiltrados em várias universidades. Tal ocorreu na UFPB, comprovado em documento do SNI, Agência Recife, de 4 de outubro de 1968, sobre o deslocamento de estudantes dos estados de Pernambuco e Paraíba para o Congresso da "ex-UNE", apresentando uma lista com a qualificação de alguns poucos universitários. Um deles chama a atenção, pois se trata de um infiltrado na delegação dos congressistas – Antonio José de Lima, aluno do Curso de Farmácia da UFPB e funcionário do IPASE[768]:

> Atual Presidente do Diretório, apesar de haver sido eleito com o apoio da oposição, é um elemento bastante independente, foi escolhido por maioria absoluta para representar sua Faculdade no Congresso da UNE. Viajou de ônibus atendendo orientação da Reitoria, dentro dos entendimentos mantidos com o E/2 1º Gpt. Vem sendo um elemento de informação de grande valor – O grupo de esquerda que foi ao conclave (Ferreira, Everardo, etc) tentou queimá-lo de qualquer forma, não conseguindo.

A CEVPM-PB realizou audiências com pessoas que participaram do Congresso de Ibiúna e relataram as experiências destacando diversos aspectos. Em seu depoimento, Rubens Pinto Lyra, aluno do curso de Direito da UFPB, lembra que foi "eleito por ampla maioria contra o amigo advogado, conhecido em Campina Grande e na Paraíba, Rômulo de Araújo Lima e Germana Correia Lima, candidatos do PCBR". Ele aborda as precárias condições da viagem para Ibiúna, das instalações para o congresso, das condições de alimentação e pernoite, da militarização, entre outros aspectos negativos[769]:

> [...] as instalações do congresso da Une na verdade era um buraco cavado em

[764] O nome correto é Francisco de Sales Gadelha de Oliveira, cassado pelo Decreto 477/1969. Arquivo da CEMVDHC-PE.
[765] Também conhecida como Fundação de Ensino Superior de Pernambuco – FESP, posteriormente transformada em Universidade de Pernambuco – UPE, estadual.
[766] Nasceu em Fortaleza-CE, mas a família é de Aparecida, sertão paraibano, e após a formatura na UFPE, radicou-se em João Pessoa-PB.
[767] Não concluiu o curso e entrou para a clandestinidade. Desaparecido político, desde 8/10/1973.
[768] Informação nº 880/SNI/ARE/1968. AC_ACE_20821_70. Arquivo Nacional. Cópia digitalizada. Arquivo da CEVPM-PB.
[769] Depoimento de Rubens Pinto Lyra na Audiência Pública da CEVPM-PB "A queda do Congresso da UNE de Ibiúna-SP", realizada no dia 15/10/2013. Arquivo da CEVPM-PB.

> um barranco com degraus que serviam de arquibancada, mas parte deles desabou com as fortes chuvas. Tais instalações se reduziram, na verdade, a um lamaçal. A comida era praticamente inexistente. Me lembro de raros grãos de feijão e era a única composição do prato, nenhum prato secundário, era o que tinha, quem quisesse, tudo bem. Uns grãos de feijão e mais nada, muito pior que a péssima comida que depois nos foi servida no Presídio Tiradentes, para onde fomos encaminhados, mas lá pelo menos havia comida. Também, como estávamos amontoados uns em cima dos outros, uma parte tinha que sair à noite para que a outra pudesse dormir. Tivemos então todo o tempo sono, frio e fome. Quem pretendesse sair não o faria, porque a entrada do sítio estava guardada por integrantes armados da organização do congresso. Tudo indica que a intenção era o adestramento dos participantes, do mal logrado congresso para a guerrilha, sem que eles, dentro de uma visão vanguardistas exacerbada que tinham, tenham antes perguntado aos interessados se eles desejavam tal adestramento.

Após a prisão em Ibiúna e a transferência para o Presídio Tiradentes na capital paulista, Lyra comenta os acontecimentos[770]:

> Depois de cinco dias por aí de privação de liberdade, o governo federal resolveu nos entregar às polícias estaduais, mas pelo menos no caso da Paraíba fomos libertados ainda em São Paulo. Graças a um acordo que teria sido firmado com o governador João Agripino, aliás que tinha um filho preso, [...] estudante de Física no Recife. Logo ao sair, fui para o apartamento de Vicente Trevas, esse conhecido dirigente do PT em São Paulo, que é aqui da Paraíba, onde permaneci até regressar em avião da Vasp até João Pessoa. E assim terminou a aventura ou desventura em terras paulistanas. Mas na Paraíba ainda tivemos o lance final, dias depois votamos em um lugar distante da cidade, clandestinamente, em um dos dois candidatos à presidência da UNE, Jean Marc van der Weid ou Vladimir Palmeira. Votei como aliado da AP, em Jean Marc.

A participação neste Congresso e a edição do AI-5, levou a cassação de Rubens Pinto Lyra, do curso de Direito, pela segunda vez[771], e a demissão do cargo de professor de francês do Colégio Estadual de João Pessoa (Lyceu Paraibano).

O depoimento de José de Arimatéia Bezerra de Lima, aluno do curso de Letras da UFPB, também relata a precariedade das condições do Congresso e apresenta detalhes como foi a prisão em Ibiúna e em São Paulo[772]:

> de modo que quando foi iniciar o congresso mesmo propriamente dito, 5h da manhã a polícia cercou o local e prendeu todo mundo. Depois saímos em fila indiana uns 15 km a pé na lama até o Centro de Ibiúna, aí estavam os ônibus esperando por a gente e depois levaram a gente para o Presídio Tiradentes, que não existe mais. Lá, outra coisa absurda, cada cela tinha mais de 30

[770] Idem.
[771] A primeira havia sido na ocupação da Faculdade de Direito em 1964.
[772] Depoimento de José de Arimatéia Bezerra de Lima na Audiência Pública da CEVPM-PB "A queda do Congresso da UNE de Ibiúna-SP", realizada no dia 15/10/2013. Arquivo da CEVPM-PB.

> pessoas, 30, 35. Houve a greve de fome, furaram a greve através de chocolate, [...] bom, para encurtar a história, quando a gente foi levado para o Dops de São Paulo, a turma que estava na minha cela entrou num elevador, quando chegou no quinto, sexto andar da sede do Dops, quando a porta se abriu tinha uns dois ou três caras, que falaram "quem é Fábio Maia aqui?", aí levou Fábio Maia para um lado e levou a gente tudinho pra depor, Fábio Maia não prestou depoimento, o filho do governador da Paraíba[773], João Agripino. Então [...] fomos liberados […] e fomos para uma entidade religiosa que nos deu apoio grande, com alimentação, tomar banho, ...

Contudo, ocorreram outras consequências pela participação no Congresso: a cassação por um ano na faculdade; insucesso nas tentativas para dar aulas em colégios em João Pessoa, "nenhum diretor dava acesso"[774]; e perseguição onde trabalhava nos Correios[775]:

> a perseguição foi tão grande que ele[776] me tirou da seção, me rebaixou, e me botou num serviço totalmente contrário ao que eu vivia desempenhando, que era recursos humanos e passou para contabilidade. E mandou eu fazer a contabilidade diária da empresa e me colocou num birô defronte do birô da chefe da seção, eu não podia sair, não podia fazer nada, que esse cara me perseguiu muito. Bom, então [...] esses são fatos em consequência do fato de eu ter participado do Congresso da UNE, veio essa represália todinha e, por conseguinte, minha família aqui sofreu muito.

Por sua vez, Jader Nunes de Oliveira, aluno do curso de Engenharia da UFPE, de família do sertão paraibano, falou sobre seu companheiro de quarto e de viagem Antônio Fábio, filho do então governador da Paraíba João Agripino Maia[777]:

> eu e Antônio Fábio, que era um estudante de Física, e que eu dividi quarto de pensão, apartamento dupanar como a gente chamava quarto de vila, na rua Fernandes Vieira, eu passei seis meses convivendo com ele sem saber que ele era filho do governador da Paraíba, que ele escondia. eu nunca havia estudado aqui [João Pessoa], eu estudei no sertão depois em Fortaleza e depois em Recife.

Só com a prisão é que foi descoberta a origem familiar de Antônio Fábio, tendo em vista que seu pai foi até o Rio de Janeiro acompanhar a sua liberação. Com relação aos apuros que passaram em Ibiúna, Jader Nunes de Oliveira afirma[778]:

---

[773] Embora José de Arimatéia Bezerra de Lima afirme que ele não prestou depoimento, no IPM – Operação Ibiúna o nome dele consta como indiciado, nº 481. IPM – Operação Ibiúna. XXX Congresso da Extinta UNE – 12/10/1968. São Paulo, 8/11/1968. p. 2. Cópia digitalizada. Arquivo da CEVPM-PB.

[774] Por intermédio de um colega que era professor de língua portuguesa e ia fazer pós-graduação, conseguiu dar aulas, mas sem vínculo empregatício com a escola – o colega, mesmo afastado recebia o pagamento e repassava para ele. Depoimento de José de Arimatéia Bezerra de Lima na Audiência Pública "A queda do Congresso da UNE de Ibiúna-SP", realizada no dia 15/10/2013. Arquivo da CEVPM-PB.

[775] Idem.

[776] O chefe citado chamava-se Rui Fortunado de Assis. Idem.

[777] Depoimento de Jader Nunes de Oliveira na Audiência Pública da CEVPM-PB "A queda do Congresso da UNE de Ibiúna-SP", realizada no dia 15/10/2013. Arquivo da CEVPM-PB.

[778] Idem.

> [...] bem cedo do dia 12 de outubro, eu lembro que eu estava tomando o café da manhã, eu ouvi os tiros e percebi o cerco e os tiros eu imaginei "isso é tiro de festim", era uma reunião de estudantes desarmados, [...] as telhas estavam pulando com as balas, eu pensei: "festim coisa nenhuma"! Depois que fui capturado fui perceber que tinha me jogado numa pocilga... uma longa caminhada de estrada no lamaçal cada um no seu ônibus, curiosamente no meu ônibus ia, dentre outros, Vladimir Palmeira que era a mais notória liderança estudantil da época em todo o país, e Vladimir fugiu ou tentou fugir pela porta de emergência, ele pulou, ou tentou fugir, fizeram uma barreira, e ele saiu, ms logo foi pego. [...] foi mencionado apoio da população, providenciaram lanche e não chegava as nossas mãos, e inventaram uma greve de fome. Porque eu era magro, feito uma sovela, me escalaram para fazer greve de fome aí eu disse "não faço de maneira nenhuma", aí disseram "mas não precisa fazer não é só pra fazer de conta", e aí eu disse, "assim eu faço", aí eu desmaiei, e gritaram "carcereiro, carcereiro", me levaram para a Cruz Vermelha, aí diziam "come, come", e eu dizia "não como, não como", toda aquela encenação.

A participação no Congresso de Ibiúna teve impacto na vida Jader Nunes de Oliveira. Em 1972, já formado em Engenharia, casado e com uma filha, foi contratado para lecionar no CEFET. Três meses depois já ia fazer um curso na Escola Técnica Celso Suckow da Fonseca, do Rio de Janeiro, quando o diretor informou a Jader da sua situação[779]:

> "– Você precisa compreender o meu papel, eu sou um preposto do Governo". Ele tinha sido colocado lá em 1964. – "e portanto eu sou obrigado mandar as informações sobre todas as pessoas que são contratadas e infelizmente o que veio a seu respeito não foi coisa muito boa". Cheguei em casa e disse a mulher – "Estou desempregado", ela foi lá, falar com a mãe, a mãe dela mandou intimar um sobrinho dela que era sub-comandante do 15 RI, [...] mandou verificar, ele foi lá no Grupamento, e o registro, que tinha lá era de Ibiúna, coisa de estudante, ele disse a ela "não, isso aí eu vou resolver um rapaz casado, trabalhando em emprego federal" , e falou com o diretor. Ele disse: "não isso é um absurdo, eu me responsabilizo pelo rapaz", pronto, quando eu cheguei no outro dia [...], me disse, "você não me disse que era primo do coronel", "eu não sou primo quem é a minha esposa", acontece que não foi altruísmo não, do diretor, acontece que havia um convênio milionário com o BNDE – nesta época não era BNDES –, para financiar equipamentos de última geração para os laboratórios dos cursos de eletrotécnica e uma das exigência do BNDE, – eu já era coordenador do curso de eletrotécnica – é que fosse engenheiro eletricista em tempo integral, e eu era e a minha documentação estava aprovada, e havia um risco da instituição perder o convênio milionário, isso eu tenho certeza que me ajudou muito.

Outro incidente com Jader Nunes de Oliveira ocorreu em 1973, quando soube que agentes da repressão foram na secretaria da Escola de Engenharia na UFPE procurar informação sobre ele. Embora não tenha sido incomodado em João Pessoa, onde estava morando, só tempos

[779] Idem.

depois soube a razão[780]:

> Eis que há poucos anos eu descubro a origem disso aí. Um cidadão que estava fazendo uma pesquisa na Universidade Federal de Pernambuco, o historiador Otávio Machado, [...] é professor, hoje da UFPE de Sociologia, ele publicou um livro que era sobre o papel dos estudantes de Engenharia no processo de redemocratização do país, com dois estudos de caso, a Escola de Engenharia de Recife e a Escola de Engenharia de Ouro Preto de onde ele é proveniente, e depois ele me pediu autorização formal, para acesso às minhas fichas no DOPS de Recife, e ele me mandou cópias digitalizadas e várias informações e eu tenho uma cópia aqui em que em 11 Outubro de 72, o DOPS de São Paulo encaminha um telex, para o DOPS de Recife, cuja leitura vou fazer aqui: "Solícito que seja detido ET enviado a essa capital, indivíduo Jader Nunes de Oliveira, filho de tal, que consta residir na Rua Fernandes Vieira, 128 nesta Capital – era o endereço que eu morava quando da prisão em Ibiúna, bairro da Boa Vista vg suspeito, participar roubo Agência Banco do Estado de São Paulo, em Atibaia - São Paulo, saudações Dr. Lisandro Bartodo, Delegado de Ordem Social." O detalhe é que eu nunca participei dessas ações de luta armada, nunca participei desses movimentos, eu nunca morei em Atibaia, em toda a minha vida até hoje, vejam vocês, parece um fato pitoresco, mas ele é da maior gravidade.

Com esse episódio, Jader Nunes de Oliveira chama a atenção para as ameaças e efetivação de prisões e torturas de jovens, que por uma ou outra ação política de menor gravidade passaram a ser perseguidos, tiveram que entrar na clandestinidade, e alguns deles na luta armada. As forças da repressão "desrespeitavam as ordens jurídicas, que invadia residências sem mandado judicial, prendia e matava sem contemplação e utilizava a tortura como política de estado, para além dos sonhos revolucionários, não fizemos nada mais do que resistir, felizmente a história nos mostrou que esta luta não foi em vão"[781].

Cacilda Filomena Castro, alunado curso de Serviço Social da URNE, em Campina Grande, também destaca o apoio recebido enquanto estava no Presídio Tiradentes, em São Paulo[782]:

> ficamos nessa cadeia um bom tempo, mas tivemos apoio das mães de São Paulo, que ficaram fazendo movimento para que a gente saísse dessa cadeia. E também aqui na Paraíba os estudantes fizeram muito movimento, pedágio para angariar [...] acho que mandaram até advogado para lá, foi uma mobilização muito grande em socorro da gente que estava preso. Graças a Deus ainda existe essa solidariedade, ainda hoje existe. Então nós ficamos presos por um bom tempo, teve essas mães que nos fizeram com que a gente saísse dessa cadeia e cada uma levou a gente, com cuidado. Quando a gente saiu da cadeia a gente ficou com medo de morrer, mas nós fomos bem guardados para que não pegassem a gente de novo para matar, porque é o que

[780] Idem.
[781] Idem.
[782] Depoimento de Cacilda Filomena Castro na Audiência Pública da CEVPM-PB "A queda do Congresso da UNE de Ibiúna-SP", realizada no dia 15/10/2013. Arquivo da CEVPM-PB.

> acontece muitas vezes... Então eles pegavam a gente, levavam pra um local, nessa noite uns da gente dormiram na casa de uma dessas mães.

Quanto às consequências e impacto na vida acadêmica e familiar Cacilda Filomena afirma que[783]:

> Quando eu terminei o terceiro ano, que eu fui fazer a matrícula [...] e a escola era paga nesse tempo, não era nem pública, não era a federal não, então quando eu fui fazer [...] antes de fazer a matrícula, a diretora já me avisou que eu tinha sido cassada. Isso eu nem falei da minha família, que já estava desesperada com medo de eu não arranjar emprego depois. Pois bem, começou aquele problema na minha família e então eu fiquei [...] chegou a notícia que eu tinha sido cassada, aí eu disse "pronto, não vou mais estudar, vou ter que tomar outro rumo". E minha mãe aperreada e meu pai falava que eu tinha que ir, como é que ia ser agora que eu não podia mais estudar. Aí eu disse: "não posso estudar, mas eu posso trabalhar, posso fazer qualquer coisa, eu trabalho até de empregada doméstica, mas eu não vou depender de vocês a vida toda".

Maura Pires Ramos, aluna do curso de Letras da URNE, em Campina Grande, relembra alguns dos momentos da sua participação no Congresso de Ibiúna[784]:

> Nós fomos abordados logo cedo com rajadas de metralhadora e começou a prisão, começou a revista, todos revistaram a gente e caminhamos muitos, alguns quilômetros de pés numa lama muito grande, num frio muito grande para alcançarmos os transportes que iriam nos levar para São Paulo.
> Fomos para o Presídio Tiradentes, ficamos lá e depois fomos dar depoimentos no DOPS, em São Paulo e o Brasil todo estava ainda assustado com tudo que estava acontecendo. [...]
> O interessante que [...], na época, era o movimento das mulheres contra a violência e essas mulheres nos ajudaram muito, eram jornalistas, era um pessoal intelectual e que nos deram apoio nas saídas dos presídios sem destino, sem saber para aonde íamos e elas nos acolheram nos hospedaram, providenciaram transportes para gente, passagens, tudo.
> E eu fico assim, meu Deus, quem é que foi? Eu não tenho o nome destas pessoas, não sei de nada, mas a gente quer agradecer e elogiar a solidariedade neste momento difícil.

A participação no Congresso de Ibiúna marcou a vida daqueles estudantes universitários, que haviam sido escolhidos por eleições diretas nas escolas, faculdades, institutos, por vezes após uma disputa acirrada. As lembranças ainda estão vivas, não só da experiência da prisão em São Paulo, mas também das punições e perseguições. Vale destacar as nuanças de cada depoimento, o que cada um lembrou ou considerou relevante registrar.

Essa prisão em massa dos estudantes provocou protestos em todo o Brasil. Na Paraíba as manifestações foram lideradas pela União Estadual dos Estudantes da Paraíba, a União

[783] Idem.
[784] Depoimento de Maura Pires Ramos na Audiência Pública da CEVPM-PB "Granjas do Terror", dia 6/8/2013. Arquivo da CEVPM-PB.

Pessoense dos Estudantes Secundaristas e a Associação Universitária Campinense, presididas por Hélcio Lima de Oliveira, José Emilson Ribeiro e Simão de Almeida Neto, respectivamente.

Uma das formas de protesto foi a realização de uma greve liderada pela União Estadual dos Estudantes da Paraíba, que mesmo com o retorno paulatino dos estudantes presos foi mantida até o mês de novembro, com apoio da Igreja Católica e de vários segmentos da sociedade paraibana[785].

> O jornal Correio da Paraíba de 23 de outubro de 1968 publicou um manifesto da UEEP justificando o porquê da continuação da greve: "a) Porque 1.240 colegas foram presos em São Paulo pela Ditadura, inclusive 25 paraibanos, quando realizavam pacificamente o XXX Congresso da UNE; b) Porque os estudantes são contra a Ditadura que está no País; c) Porque são contra a dominação dos norte-americanos no nosso País; d) Porque os estudantes querem que o povo brasileiro seja livre, tenha direito a um salário justo, possa educar os seus filhos e reclamar seus direitos; e) Porque a luta dos estudantes continua enquanto houver um estudante preso e esse terror policial instalado em nosso meio". O boletim terminava com a palavra de ordem "O povo na luta derruba a ditadura".

No dia 23 de outubro de 1968, durante a realização de uma passeata em João Pessoa, as forças da Polícia Militar, agentes da DOPS e da Polícia Federal reprimiram com violência os estudantes. O que não arrefeceu o movimento. No dia seguinte, universitários e secundaristas realizaram comícios-relâmpagos em João Pessoa, sob a liderança do estudante secundarista Washington Alves Rocha, em cujo prontuário da DOPS-PB, consta o seguinte[786]:

> Um dos principais implicados no movimento estudantil (protesto pela prisão dos congressistas da ex-UNE em Ibiúna/SP), nesta Capital com grave perturbação da ordem pública. A 24 de outubro, cerca das 16 horas, um grupo de estudantes secundaristas, composto na maioria de menores, sob o seu comando (Washington Rocha), realizou vários comícios relâmpagos na Praça Vidal de Negreiros [...]. Cerca das 17 horas do mesmo dia, um grupo de manifestantes sob sua liderança realizava novo comício no mesmo local do anterior. Nesta ocasião os manifestantes tombaram uma viatura pertencente à Diretoria Estadual do Ministério da Agricultura, incendiando-a.

5.7 Guerrilha de Catolé do Rocha

Um grupo formado predominantemente por estudantes secundaristas resolveu realizar treinamentos para uma possível adesão luta armada. Isso ocorreu no meio rural, numa região denominada Capim Açu, em Catolé do Rocha, sertão paraibano, sendo a primeira expedição na Semana Santa em abril de 1969 e a segunda expedição nas férias de julho do mesmo ano. Na

[785] SILVA, Waldir Porfírio. Op. cit. 2010, p. 20
[786] Prontuário nº 0447-A/69-SPS. Arquivo DOPS-PB.

documentação dos órgãos de repressão encontra-se o registro do "Movimento de Capim Açu", em Catolé do Rocha: "Ainda não uma organização estabelecida para o Movimento, que estava iniciando suas ações, apenas com reuniões para instigar e tentar convencer seus futuros componentes. Se tivesse tomado corpo, seria filiado ao PCBR na Capital"[787].

Conforme visto no contexto histórico, dos 19 participantes dessa aventura tem-se os nomes de 18, quais sejam: os irmãos Ubiraci, Irapuan e Ubiratan Cortez Costa (Bira); Luiz Gonzaga da Silva (Gegê)[788]; Ariosvaldo da Silva Diniz (Ari); José de Lima Soares (Intelectual); Gildásio Fausto Araújo; os irmãos Rogério (Zeinha) e Carlos Roberto Ribeiro de Sá (Carlinhos); Santino Rocha; Noel Veras; os irmãos Manoel Pedro e José Paz (Neguinho); os irmãos Flávio e Francisco Alves Dantas (Chiquinho Cacheado); Ronaldo (de Jeová), João Salustiano Neto e Orivaldo Barreto[789].

Para contribuir na compreensão desse movimento, Ariosvaldo da Silva Diniz, à época estudante do Lyceu Paraibano, em João Pessoa[790], aborda o contexto local e o que foi o movimento [791]:

> Já vinha em Catolé alguma espécie de resistência, não só parte de intelectuais, de políticos, de artistas, professores, mas também na área rural. Eu não estou lembrado, mas nós, como estudantes, participamos de reuniões para retomar o sindicato rural, se eu não me engano em 1965, em Catolé do Rocha, que havia sido invadido pelos proprietários. Esse sindicato foi criado por Frei Marcelino, mas foi invadido, e nós nos reunimos para reclamar. Então, já havia um certo clima propício a ações mais incisivas, vamos dizer assim.
> [...]
> Evidentemente que nós íamos evoluir para guerrilha. Não houve guerrilha. Houve um treinamento de guerrilha. Porque as coisas estavam encaminhando muito radicalmente, sobretudo com o AI-5. Mas, aí as coisas iam numa tendência nacional. Catolé é uma cidade pequena, como eles já falaram aqui, saíram cerca de vinte jovens da cidade para subir uma serra bem próxima aqui, da cidade você ver a serra.
> [...]
> Não era um movimento puramente isolado, porque havia um movimento mais difuso, mais amplo de oposição em torno de Frei Marcelino, que foi candidato a prefeito, que era oposição ao coronelismo na época.

[787] INFÃO N. 222/ARE/SNI – SS 16/94. Jul.1969. Fundo SNI. Arquivo Nacional. Cópia digitalizada. Arquivo da CEVPM-PB.
[788] Irmão mais velho do cantor e compositor Chico Cesar.
[789] Listagem com base no livro MELO, Ana Lúcia Gomes de et all. (Orgs.) **Catolé do Rocha em muitas lentes**. Coletânea. João Pessoa: Gráfica JB, 2013, p. 358-359.
[790] Em Catolé do Rocha existiam vários colégios, mas ofereciam formação até o ginásio, assim os jovens, cujos pais possuíam melhor condição financeira, iam continuar seus estudos, o clássico ou científico, prioritariamente, na capital do estado.
[791] Depoimento de Ariosvaldo da Silva Diniz na Audiência da CEVPM-PB "Guerrilha de Catolé do Rocha", realizada em 7/8/2014. Arquivo da CEVPM-PB.

No termo de declarações do Tenente Newton Ferreira de Araújo, como Delegado de Polícia de Catolé do Rocha, ele descreve o que vinha ocorrendo na cidade desde 1968[792]:

> começou a perceber que alguns estudantes, desta cidade, eram simpatizantes de um regime diferente; que no mesmo ano começou a aparecer distribuição de panfletos com dizeres subversivos, atacando o Governo Federal e a constituição, que a distribuição dos panfletos era feita durante a noite, que em seguida começou a aparecer paredes pichadas com dizeres subversivos e atacando as autoridades constituídas; que o declarante comunicou todos esses fatos ao SNI em João Pessoa.

Pelos depoimentos, percebe-se que esses jovens liam muito sobre marxismo e história, assinavam revistas da União Soviética, escutavam as emissoras internacionais de rádio, ondas curtas, especialmente a BBC, de Londres e a Tirana, da Albânia.

Ubiratan Cortez Costa, estudante do Lyceu Paraibano, ressalta o papel desempenhado pelo frei Marcelino de Santana, diretor do Colégio Dom Vital, colégio esse que representava um foco de mobilização da juventude catoleense. Ele descreve como foi a ação na serra[793]:

> ... a gente se espelhava na história da revolução cubana, e nós nos organizamos e subimos a serra de Capim Açu que é uma serra vizinha a cidade, foram 19 estudantes, [...] e levamos livro que a gente lia na época, (inaudível) ... Guerrilha de Che Guevara, (inaudível) ... sobre a guerra do Vietnam e (inaudível) ... participou de palestra (inaudível) ... tudo, e eu falei também sobre a nossa história de resistência que deveria ser mais baseada assim na era dos, na luta dos cangaceiros e (inaudível) ... e passamos 5 dias em cima da serra de Capim Açu, fizemos uns acampamentos, fizemos um sinal de fogo para nossas famílias saberem que estava tudo bem e terminando (inaudível) ... os treinamentos não foram tão intensos assim esses treinamentos por que a gente não dispunha de munição o suficiente. Aí voltamos passando pela encosta da montanha, pelo outro lado e entramos na cidade e nós nos dispersamos.

Francisco Alves Dantas, mais conhecido como Chiquinho Cacheado, estudava no Colégio Estadual de Catolé do Rocha, complementa algumas informações da ação lembrando de algumas expropriações que foram feitas nas casas dos próprios pais e parentes para levar para a serra como mantimentos, armas e munição, abrigados em uma caverna que ele havia descoberto.

A partir de denúncias, os jovens foram identificados e as prisões começaram no dia 22 de outubro de 1969, em Catolé do Rocha pelo tenente Newton Araújo. Segundo José de Lima Soares[794],

---

[792] Documento transcrito em MELO, Ana Lúcia Gomes de et all. (Orgs.) Op. cit., p. 310.
[793] Depoimento de Ubiratan Cortez Costa na Audiência da CEVPM-PB "Guerrilha de Catolé do Rocha", realizada em 7/8/2014. Arquivo da CEVPM-PB.
[794] MELO. Op. cit. p. 362.

> Ari fora preso em João Pessoa, enquanto Ubiratan, Luiz Gonzaga, Francisco Alves Dantas (Cacheado) e Neto (por serem maiores de idade) seguiram para João Pessoa. Edmilson Alves Azevedo, envolvido em outro processo, também cumpriu pena em João Pessoa. Neto e Luiz Gonzaga ao não serem condenados, retornaram antes à Catolé, enquanto Ari, Cacheado e Ubiratan acabaram cumprindo um ano de prisão.

Apesar dos esforços do advogado Nizi Marinheiro nem todos os indiciados conseguiram a absolvição e três deles cumpriram a pena no Presídio do Roger, em João Pessoa. Após esse período, Cacheado voltou a residir em Catolé do Rocha, mas ficou agindo fora dos padrões, e ocorreram denúncias de envolvimento com maconha e outros aborrecimentos para a família. Assim, seu pai resolveu mandá-lo para casa de familiares no Rio de Janeiro. Ele descreve essa nova experiência em sua vida nos seguintes termos[795]:

> Em 1971, logo quando a gente saiu, antes do final do ano eu fui, em 1972, para o Rio de Janeiro. No Rio de Janeiro, como eu ia para lá, a gente já fez contato com Everaldo Nóbrega, que era o filho do deputado federal. Pronto, o marido de Leda. Eu conheci ele lá, que a gente marcou um encontro, naquelas mesmas histórias, numa praça, com jornal... Aí eu conversei com ele. Foi um contato, mas eu ainda não tinha muito certo o que fazer. Aí, passei esse tempo lá no Rio de Janeiro e fui para São Paulo. Para São Paulo a gente já foi junto com esse pessoal, que foi todo mundo solto daqui e formou uma república lá que tinha 14 ou eram 16 pessoas.

Esse momento seguinte, a que se refere Cacheado, uniu de novo a sua trajetória à de Ariosvaldo, pois ambos ficaram na república paraibana em São Paulo, que na verdade era um "aparelho" do PCBR.

5.8 Estudantes no contexto da redemocratização

O movimento estudantil da UFPB teve sua retomada a partir do ano de 1974, com a entrada de jovens remanescentes do movimento estudantil secundarista de João Pessoa.[796] Embora desde o ano anterior os serviços de informação já estivessem atentos à rearticulação do movimento estudantil, buscando a criação de entidades por área de ensino, associações,

[795] Depoimento de Francisco Alves Dantas na Audiência da CEVPM-PB "Guerrilha de Catolé do Rocha", realizada em 7/8/2014. Arquivo da CEVPM-PB.
[796] Dentre as entidades estudantis secundaristas, o grêmio estudantil Castro Alves, do Colégio Estadual do Roger, e o grêmio Daura Santiago Gurgel, do Lyceu Paraibano, tiveram muita expressividade. Ver: NASCIMENTO, Talita Hanna Cabral. **Do fragmento à reorganização***:* movimento estudantil da UFPB (1975-1979). Dissertação (Mestrado em História). CCHLA/UFPB. João Pessoa, 2015. p. 28-30.

executivas, entre outros formatos, que segundo informação da DSI/MEC[797], estariam seguindo orientação do PCB, PCdoB e APML, ferindo a legislação vigente. Tal preocupação não se aplicava às Associações Atléticas.

Ocorrendo ou não manifestações estudantis de protesto ao regime em datas cívicas, especialmente nos dias 31 de março e 7 de setembro, a possibilidade de realização desses eventos era motivo de preocupação para as autoridades. A comemoração do aniversário de 10 anos da "Revolução de 31 de março de 1964" foi cercada de cuidados[798]:

> Vem se tornando uma constante ações nocivas de grupos esquerdistas às vésperas das solenidades de comemoração de datas cívicas nacionais, materializadas no incitamento às classes sociais particularmente a estudantil, para distribuição de panfletos, pichamentos, etc.
> Estamos vivendo toda a nação o entusiasmo dos festejos do 10º Aniversário da Revolução de 31 de março e face os desatinos anteriormente citados, devidamente autorizada pelo Magnífico Reitor, esta Assessoria solicita, durante esta semana, todo empenho e diligência de V. Sª, inclusive arregimentação de pessoal de confiança dessa Unidade no sentido de interceptar qualquer ação do citado ardil.

Apesar da promessa de uma abertura política, ela foi "lenta, gradual e segura", portanto muitos aspectos da repressão continuaram em vigência. Para burlar a repressão dentro do espaço da UFPB[799], os estudantes dispostos a trazer das cinzas o movimento estudantil usaram primeiro da perspicaz criatividade cultural e, posteriormente, ultrapassaram o espaço acadêmico e apoiaram outros movimentos que iam ressurgindo neste contexto.

Pode-se descrever que o movimento estudantil da UFPB da década de 1970 seguiu duas etapas: a primeira foi o envolvimento cultural dos estudantes que faziam parte dos diretórios, central e por cursos, da universidade. A segunda etapa foi o envolvimento dos estudantes nos demais movimentos da sociedade civil em João Pessoa e municípios próximos.

O envolvimento com as diversas formas de expressão cultural contribuiu para que os estudantes fossem, paulatinamente, superando os receios de se envolverem coletivamente em alguma causa. Os governos militares no Brasil tolheram essa vontade dos jovens estudantes através da institucionalização da repressão com o AI-5. Desde 1968, estudantes entraram na clandestinidade ou procuraram viver como fantasmas para não chamar a atenção do grande

---

[797] Informação nº 84/73, s/d. Origem: DSI/MEC; Assunto: Rearticulação do movimento estudantil. Arquivo da ASI/UFPB. Cópia digitalizada. Arquivo da CEVPM-PB.
[798] Informação nº 51/74, de 26/3/1974. Origem: 1º Gpt e Cnst. Repassada pela ASI/UFPB para os diretores de unidades. Idem.
[799] Lynaldo Cavalcanti foi o reitor da UFPB no período da retomada do movimento estudantil na UFPB, cujo reitorado foi considerado contraditório porque era muito próximo do governo militar, mas no espaço interno da UFPB contratou professores considerados de esquerda e gradualmente permitiu que os estudantes realizassem suas atividades culturais. Ver em NASCIMENTO. Op. cit. 2015, p. 45-47.

Leviatã. Mesmo assim, os órgãos de informações investigavam com frequência aqueles que supostamente poderiam representar uma ameaça à segurança nacional. Em arquivo do Acervo de Informações, há registros de estudantes, professores e funcionários da UFPB, dentro e fora da instituição.[800]

A partir de 1976, os órgãos de investigação registraram uma lista dos alunos que ingressaram na UFPB com "antecedentes negativos", os eventos promovidos pelo DCE e os Encontros de Áreas. Estudantes remanescentes do movimento secundarista eram proibidos de efetuar matrículas ou eram obrigados a assinar documentos em que se tornavam responsáveis por qualquer evento que afetasse a ordem dentro da UFPB.[801]

Mesmo com as limitações, o ano de 1975 foi de organização para retomada do DCE e das práticas políticas e culturais dos estudantes da UFPB. A efervescência do movimento secundarista de João Pessoa, contra a implantação dos *tickets*[802] nos transportes coletivos contagiaram parte dos estudantes da UFPB inconformados com a passividade do DCE da UFPB.[803] Em negociação com a Pró-Reitoria para Assuntos Comunitários (PRAC), a permissão para os estudantes formarem uma chapa para as eleições do DCE foi um processo extremamente controlado pela reitoria e por representantes dos órgãos de informações. Para as eleições, os estudantes fichados e com envolvimento em partidos políticos não podiam participar da chapa eleitoral, o que não significa que tenham deixado de contribuir. Portanto, os nomes oficiais eram das pessoas sem registros em órgãos de informações e mais ligados às expressões culturais da época. No DCE da retomada tinha militantes de partidos e correntes de esquerda, bem como estudantes independentes, sem vínculos partidários. Unidos, a pretensão era tornar o DCE um espaço de representação política e cultural dos estudantes. Essa não era uma particularidade da UFPB, tendo em vista que na década de 1970 ocorreu uma retomada da promoção de atividades culturais como parte da vida das entidades estudantis. Os Encontros de Áreas eram usados para compartilhar essas experiências nacionalmente. [804]

Em 1976 os jornais da cidade de João Pessoa[805] começaram a noticiar sobre as primeiras manifestações estudantis, tais como ciclo de debates organizados pelo DCE e pelos diretórios

[800] Acervo Geral da Comissão de Investigação, 1968-1979. Cópia digitalizada. Arquivo da CEVPM-PB.
[801] Foi o caso de um dos estudantes que ingressou na UFPB no ano de 1973. Ver este caso e outros em: NASCIMENTO. Op. cit., 2015. p. 39-44.
[802] Bilhetes usados como passagem em ônibus. Os estudantes teriam direito a meia entrada, porém com um limite mensal de 2 passagens por dia.
[803] Até as eleições para presidência em 1976, o DCE da UFPB emitia carteiras estudantis e apoiava associações atléticas nas atividades esportivas.
[804] PELLICIOTTA, Mirza Maria Baffi. **Uma aventura política**: as movimentações estudantis dos anos 70. Dissertação (Mestrado) Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. UNICAMP. Campinas, 1997.
[805] A União, junho-setembro, 1976; Correio da Paraíba, julho-setembro, 1976; O Momento, junho-setembro, 1976.

acadêmicos. Também tinham sessões semanais de filmes (cineclubes) e as calouradas, que duravam uma semana inteira com apresentações musicais, *sketches*[806], lançamentos de cadernos de poesias marginais escritas pelos estudantes entre outras atividades. A calourada de 1976 trouxe a universidade pessoas de fora do espaço acadêmico e também de outros estados do Nordeste. [807]

Uma segunda etapa do movimento estudantil teve início a partir da gestão do DCE que assumiu no ano de 1977. Com as expressões culturais, os estudantes conquistaram espaços e cada vez mais as questões políticas foram introduzidas no meio estudantil, de modo a alcançar áreas externas a UFPB. Começaram lutando pela manutenção da meia passagem para os estudantes e pelo fim dos limites dos *tickets* por estudante. Em 1976, fora criado o Centro de Defesa dos Direitos Humanos (CDDH) da Arquidiocese da Paraíba, em João Pessoa, e o DCE teve grande parceria com esse Centro na denúncia de prisões, da repressão, do apoio aos perseguidos políticos no meio urbano e rural. Os estudantes e diversos segmentos da sociedade civil paraibana recebiam o apoio do arcebispo Dom José Maria Pires para as suas reinvindicações e denúncias.[808]

No final de 1978, os serviços de informações indicavam a participação estudantil em lutas pela defesa dos Direitos Humanos e enfrentamento às diferentes formas de opressão às reservas indígenas, aos trabalhadores rurais, aos professores da rede pública de ensino, entre outras. Além de participação em atos pró-Anistia e pela reconstrução da UNE. Muitas dessas ações e debates ocorriam em promoção conjunta com a ADUFPB.

Por diversas vezes os estudantes da UFPB escolheram Dom José Maria Pires para paraninfo[809], mas em nenhuma das vezes foi possível. O exército barrava qualquer referência feita ao arcebispo que era acusado de subversão e de insuflar os camponeses na luta pela terra.[810]

Quanto maior a repressão, maior o apoio da sociedade civil aos agricultores. Através do Comitê de Apoio aos Agricultores de Alagamar, formado pelo MDB-Jovem de Campina Grande, Associação dos Docentes da UFPB-JP, DCE-UFPB, Igreja, Movimentos de Bairros, Pastoral Operária, Movimento Estudantil Secundarista, Associação do Magistério Público do

[806] Esquetes: peças teatrais mais breves e encenadas rapidamente.
[807] Ver: NASCIMENTO. Op. cit., 2015. p. 66-73.
[808] PEREIRA, Vanderlan Paulo de Oliveira. **Em nome de Deus, dos pobres e da libertação***:* ação pastoral e política em Dom José Maria Pires, 1966 a 1980. Dissertação (Mestrado em História). CCHLA/UFPB. João Pessoa, 2012.
[809] Segundo determinação da reitoria o paraninfo, patrono ou homenageado das turmas concluintes deveria ser professor ou, excepcionalmente, autoridades dentro do "esforço desenvolvimentista da educação" para evitar distorções. Ofício Circular n 23/72, de 28/06/1972, do reitor Guilardo Alves Martins para os diretores de unidades. Acervo ASI/UFPB. Cópia digitalizada no Arquivo da CEVPM-PB.
[810] PEREIRA. Op. cit., 2012. p. 130.

estado da Paraíba e algumas pessoas independentes de associações foram elaborados manifestos de apoio. O DCE-UFPB promoveu um debate sobre reforma agrária no CCHLA, Com Vanderlei Caixe representando os camponeses e um representante dos latifundiários.[811]

Além da questão camponesa, através do DCE os estudantes também estiveram envolvidos no apoio à causa indígena, em conjunto com o Centro de Defesa dos Direitos Humanos. Os índios acusavam proprietários por invasão de terras e a Comissão Geral de Investigação registrou[812]:

> Invasões de terras particulares por parte dos índios Potyguaras, no estado da Paraíba, é procedente e decorre da indefinição dos limites do posto indígena, porquanto o mesmo ainda não foi demarcado pela Funai. Em consequência, os índios, insuflados pelo clero, vem promovendo a demarcação por conta própria, o que tem gerado indesejável tensão social na área.

Em maio de 1979, o jornal Correio da Paraíba registrou o apoio do DCE-UFPB à greve dos professores secundaristas como o primeiro segmento da sociedade civil a apoiar os professores.[813] No ano de 1979 os estudantes também estiveram envolvidos na luta pela Anistia e na retomada da União Nacional dos Estudantes.

O apoio ao movimento pela Anistia foi marcado com um ato público realizado no pátio da Igreja de São Francisco, em João Pessoa, organizado pelo Centro de Defesa dos Direitos Humanos, Comitê Brasileiro pela Anistia, DCE-UFPB e Movimento Feminino pela Anistia[814].

> Contou com a participação de, aproximadamente, 200 estudantes da UFPB. Um representante do CDDH leu manifesto escrito por WC [Wanderley Caixe], dando ênfase aos movimentos pró Anistia e solicitando a continuidade dos mesmos. SMGF [Sônia Maria Germano Figueiredo], presidente do DCE UFPB, tachou o regime vigente de ditadura militar e teceu críticas ao prefeito desta cidade [...]. WAR [Washington Alves da Rocha], presidente do CBA JP, pediu ajuda na luta dos agricultores de Coqueirinho e Cachorrinho, Pedras de Fogo, PB. A representante do MFPA PB leu carta dos presos de Itamaracá PE. O evento não contou com a participação de autoridades dos âmbitos: federal, estadual e municipal.

O início da década de 1980 marca as mobilizações dos partidos "proscritos" visando a saída da clandestinidade. Nesse sentido, apresenta-se o exemplo do envolvimento de professores secundaristas e estudantes de pós-graduação da UFPB e da URNE, pertencentes ao Comitê Regional do PCdoB, que foram presos em Campina Grande no momento em que afixavam faixas e cartazes de divulgação do VI Congresso do PCdoB. Isso ocorreu no dia 17

[811] NASCIMENTO. Op. cit., 2015, p. 97.
[812] Comissão Geral de Investigação, 1979, p. 23. Cópia digitalizada. Arquivo da CEVPM-PB.
[813] Correio da Paraíba, 1979, "DCE dá total apoio à parada de professores", 4 de maio, p.01.
[814] Comissão Geral de Investigação. Idem. p. 31-32.

de maio de 1983, envolvendo as seguintes pessoas: Francisco Carlos Brasileiro e Luciano Romero Soares de Lima, estudantes de graduação; José de Anchieta Ferreira Lopes e Manoel Donato de Almeida, alunos de pós-graduação e professores no ensino secundário; e Maria Marly de Castro Costa, funcionária pública e companheira de Manoel Donato de Almeida[815].

Após a prisão executaram buscas nas residências dos indiciados e apreenderam material de divulgação do partido, além de agendas pessoais de José de Anchieta Ferreira Lopes e Manoel Donato de Almeida. No próprio registro do Serviço de Informação da Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal da Paraíba, os agentes reconhecem a repercussão e a solidariedade que o grupo recebeu[816]:

> O fato teve grande repercussão local, ensejando, por parte de vários segmentos daquela cidade, tais como a CÂMARA DE VEREADORES, ASSOCIAÇÃO DOCENTE DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA (ADUFPB/CAMPINA GRANDE/PB), advogados ligados à COMISSÃO DE JUSTIÇA E PAZ da DIOCESE local, bem como a EDILIDADE da própria CAPITAL, entre outros, inúmeras moções de apoio e total solidariedade aos indiciados, acrescidos de veementes protestos decorrentes do enquadramento dos mesmos na "FAMIGERADA E DRACONIANA LEI DE SEGURANÇA NACIONAL".
>
> A causa dos implicados foi, de início, patrocinada pelos advogados ORLANDO VILARIM MEIRA e TEREZA DE BRITO BRAGA, esta última da COMISSÃO DE JUSTIÇA E PAZ DA DIOCESE DE CAMPINA GRANDE/PB, sendo, em seguida, substabelecida para o profissional WANDERLEY CAIXE, do CENTRO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS/ASSESSORIA E EDUCAÇÃO POPULAR (CDDH/AEP), em JOÃO PESSOA/PB, em razão de transferência daqueles elementos para a Sede da SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL (SR/DF/PB), na CAPITAL DO ESTADO, esclarecendo, oportunamente, que referidos causídicos, igualmente militam em organizações de esquerda, com vários registros nos ÓRGÃOS DE INFORMAÇÕES (OIs), da área;

Os jornais paraibanos realizaram uma grande cobertura sobre essa prisão, acompanhando a mobilização da sociedade e a progressiva libertação, que foi feita em três momentos: primeiro Marly de Castro; dias depois Francisco Brasileiro, Luciano Romero e José de Anchieta; e, por último Manoel Donato.

---

[815] Informação nº 007/83 – SI/SR/DPF/PB, 20/5/1983. ARE_ACE_4718/83_1/2. Arquivo Nacional. Cópia digitalizada. Arquivo da CEVPM-PB.
[816] Idem.

AUNIÃO

Polícia Federal liberou ontem presa política Marly de Castro

Telpa faz pesquisa em cidades

Marly, com problemas de saúde, foi liberada pela Polícia

Acusados podem

Figura 10 – Recorte de Jornal. A União, 21/5/1983. Marly de Castro – PCdoB.
Fonte: Arquivo pessoal de Manoel Donato de Almeida.

Polícia Federal liberamais três simpatizantes do PC do B

O Departamento de Polícia Federal liberou, ontem no início da noite, José de Anchieta Ferreira Lopes, Luciano Romero Soares de Lima e Francisco Carlos Brasileiro, acusados de pertencerem ao proscrito Partido Comunista do Brasil. Eles haviam sido presos na última terça-feira, em Campina Grande.

Agora, apenas Manoel Donato de Almeida encontra-se recolhido nas dependências do DPF. Segundo o advogado Wanderley Caixa, do Centro de Defesa dos Direitos Humanos/Assessoria e Educação Popular, ele deverá ser liberado ainda hoje, uma vez que prestará seu último depoimento na parte da tarde.

Os cinco acusados de pertencerem ao Partido Comunista do Brasil - Manoel Donato de Almeida, Francisco Carlos Brasileiro, Luciano Romero de Lima, Maria Marly de Almeida e José Anchieta Ferreira Lopes - serão enquadrados nos Artigos 40 e 42, inciso 1º, da Lei de Segurança Nacional, que diz respeito a divulgação de "propaganda subversiva e tentativa de organização de partidos de esquerda".

REVOGAÇÃO

"A luta vai continuar". Esta era a expressão que os acusados de pertencerem ao PC do Brasil usavam, ontem, ao deixarem as dependências da Polícia Federal, acrescentando que a Lei de Segurança Nacional é um instrumento arbitrário, que não convive com o clima político existente, hoje, no país. Toda a sociedade está atualmente pela revogação dessa lei, que é tachada por muitos de excrescência jurídica".

Para Luciano Romero, um dos liberados da Polícia Federal, ontem, "a luta pela revogação da LSN e pela legalização de todas as correntes de opinião, é a luta dos povos e agora mais do que nunca, deve-se acirrar os movimentos pelo seu fim".

Ele negou que fosse membro do PC do Brasil, reafirmando que pertence aos quadros do PMDB, "partido que defende estes mesmos pontos de vista que eu estou defendendo aqui". Por sua vez, Luciano Romero criticou a Polícia Federal por não ter liberado Manoel Donato. E perguntou, "se fomos presos por um mesmo crime, por que então não somos liberados todos de uma vez?".

Dizendo que sua prisão foi injusta, Francisco Carlos Brasileiro disse que "não se admite que nos tempos atuais as pessoas sejam presas por reivindicarem o fim da Lei de Segurança Nacional: um instrumento arbitrário como este". "É um acontecimento a mais que ocorre pela liberdade". Foi o que disse José de Anchieta Ferreira Muniz, um dos presos liberados ontem. Para ele, "acontecimentos como este, vão de encontro as mudanças que vêm ocorrendo no país, forçadas pela luta do povo".

Por outro lado, os acusados de pertencerem ao Partido Comunista do Brasil disseram que dois deles - Maria Marly e José de Anchieta - foram ameaçados no momento da prisão, "mas já em João Pessoa fomos tratados muito bem", disse Luciano Romero.

No Centro de Defesa, negaram pertencer ao partido proscrito

Figura 11 – Recorte de Jornal. PCdoB, 1983.
Fonte: Arquivo pessoal de Manoel Donato de Almeida.

Nessa mesma ocasião, Raquel Costa Goldfarb[817], com 17 anos, estudante do Colégio Integrado da FURNE e militante da União da Juventude Socialista (UJS), ligada ao PCdoB, foi presa quando fazia pichação em Campina Grande. Ela recorda[818] que ao chegar na Polícia Federal encontrou detidos também a sua mamãe Maria Marly Costa, Manoel Donato de Almeida, que era seu padrasto, Francisco Carlos Brasileiro e José de Anchieta. Após esse episódio militares e policiais visitaram a escola que ela estudava, foi ameaçada, ficou sendo seguida por alguns meses. A pressão e o temor não permitiram que ela continuasse os estudos e perdeu esse ano escolar.

Apesar do início do processo de distensão da ditadura militar, a perseguição aos opositores ao regime continuava a ser implementada com a aplicação da Lei de Segurança Nacional. A exemplo, tem-se o caso de Maria Izabel Cavalcante Pontes[819], aluna do Colégio Nossa Senhora da Luz, da Congregação das Irmãs Catarina de Sena, de Guarabira-PB. Com a chegada do bispo D. Marcelo Pinto Carvalheira, na Diocese de Guarabira, e sua equipe de religiosos e leigos, Maria Izabel começou a trabalhar, em 1976, como agente de pastoral. Com a criação do Setor de Educação Popular – SEDUP e outras organizações na região, as ações eram, predominantemente, voltadas para apoiar os trabalhadores rurais que enfrentavam uma situação similar ao tempo das lutas das ligas camponesas. Em 1980, Maria Izabel, com 18 anos de idade, foi enquadrada na LSN tendo em vista a sua participação em uma atividade de protesto em Guarabira, com pichações, contra a expulsão do padre italiano Vito Miracapillo, que era pároco no município de Ribeirão, na Zona da Mata de Pernambuco, próximo a Recife.

5.9 Perseguição a professores

No dia 31 de março de 1964 o reitor da UFPB, Mário Moacyr Porto, estava no Rio de Janeiro, e quando retornou à João Pessoa, soube que o coronel Candall da Fonseca, do 1º Grupamento de Engenharia, queria falar com ele. Em seguida, foi ao quartel e o general lhe informou[820]:

[817] Raquel é filha de Maria Marly de Castro Costa e Júlio Goldfaber, e teve seu processo de anistia aprovado na Caravana da Anistia realizada em João Pessoa, em novembro de 2012, durante o VII Seminário Internacional de Direitos Humanos da UFPB.
[818] Informação repassada Raquel Costa Goldfaber, por meio eletrônico, para a CEVPM-PB.
[819] Depoimento de Maria Izabel Cavalcante Pontes à CEVPM-PB, em 13/6/2017.
[820] Entrevista do professor Mário Moacyr Porto, para o Projeto História da UFPB – NDHIR, 1979. In: FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra e FERNANDES, José David Campos. **UFPB 50 ANOS**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2006; p. 101.

> o que acontece é o seguinte: nós das Forças Armadas vamos substituir todos os Reitores do Brasil, porque o MEC sofreu uma infiltração muito grande de subversivos e nós queremos fazer como medida geral, substituir todos os Reitores das universidades brasileiras. [...]
> Então no outro dia, dr. Guilardo, que depois foi Reitor, ele era capitão médico do Exército, apareceu na minha frente até de bata, se dava muito comigo. E falou que estava constrangido, em ser portador de um ofício do coronel Candall que comunica a intervenção do Exército na Universidade e a minha destituição. Passei o cargo, e foi nomeado Interventor e depois Reitor pró-tempore e, em seguida, Reitor da Universidade.

Assim, em 14 de abril de 1964, ocorreu a nomeação do interventor Guilardo Martins Alves[821]. Em suas pesquisas Rodrigo Patto Sá Motta[822] identificou que essa "medida geral" não foi aplicada e apenas seis reitores foram afastados, quais sejam: Universidade Federal da Paraíba, Universidade de Brasília, Universidade do Rio Grande do Sul, Universidade Rural do Rio de Janeiro, Universidade Federal do Espirito Santo e Universidade Federal de Goiás. A ação de perseguição à comunidade universitária no imediato pós-golpe foi denominada de "Operação Limpeza", na medida em que[823]

> Na visão dos vitoriosos do golpe, as universidades haviam se tornado ninhos de proselitismo das propostas revolucionárias e de recrutamento de quadros para as esquerdas. Ali se encontraria um dos focos principais da ameaça comunista, o perigo iminente de que o Brasil deveria ser salvo, e que mobilizou muitos, sobretudo nas corporações militares, a se levantar em armas contra o governo Goulart, acusado de tolerar ou, pior ainda, de se associar aos projetos revolucionários.

Com a posse do interventor foi constituída uma comissão, formada pelos professores José Flóscolo da Nóbrega (presidente), Paulo de Morais Bezerril e José Ferreira Ramos conforme o primeiro Ato Institucional do "Comando Supremo da Revolução", para proceder investigações sumárias entre os servidores (docentes e técnicos) "acusados ou suspeitos de terem atentado contra a segurança do País, o regime democrático e a probidade administrativa pública."[824].

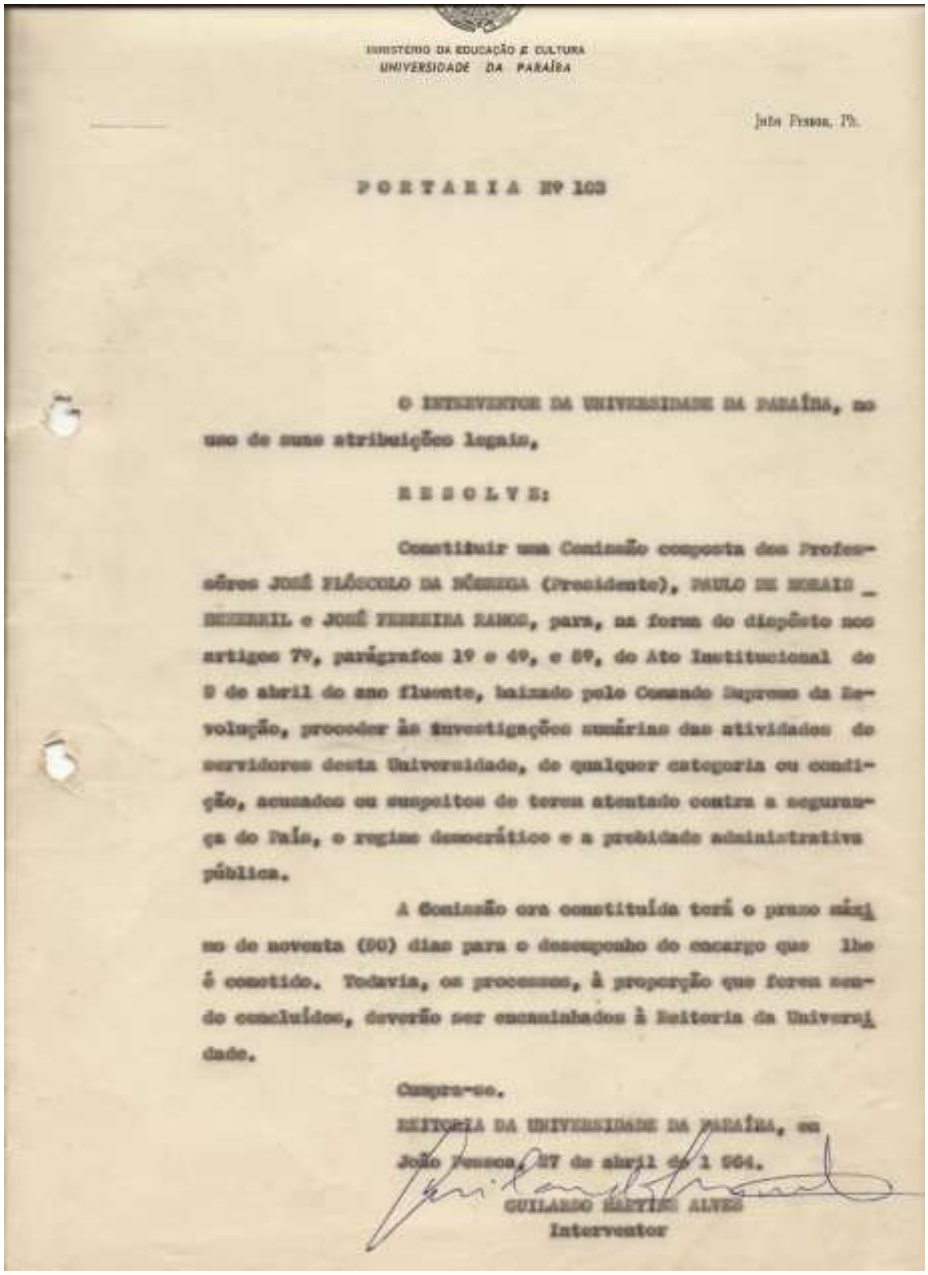
---

[821] Guilardo Martins Alves era capitão-médico do Exército brasileiro e professor da Faculdade de Medicina da UFPB. Em 1964, foi nomeado interventor em abril e em julho foi eleito reitor pelo Conselho Universitário. Em 1967 foi reeleito pelo mesmo conselho, findando seu mandato em julho de 1971. Ver CITTADINO, Monique. A UFPB e o golpe de 64. **Cadernos da ADUFPB-JP**, nº 10, 1993, p.11-13.

[822] MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As universidades e o regime militar**. Cultura política brasileira e modernização autoritária. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. p. 38

[823] Idem. p. 23.

[824] Reitoria da UFPB. Portaria 103/196, de 27/4/1964. Arquivo Geral da UFPB. Cópia digitalizada Arquivo da CEVPM-PB.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
UNIVERSIDADE DA PARAÍBA

João Pessoa, Pb.

P O R T A R I A Nº 103

O INTERVENTOR DA UNIVERSIDADE DA PARAÍBA, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Constituir uma Comissão composta dos Professôres JOSÉ FLÓCCELO DA NÓBREGA (Presidente), PAULO DE MORAIS _ BEZERRIL e JOSÉ FERREIRA RAMOS, para, na forma do disposto nos artigos 7º, parágrafos 1º e 4º, e 8º, do Ato Institucional de 9 de abril do ano fluente, baixado pelo Comando Supremo da Revolução, proceder às investigações sumárias das atividades de servidores desta Universidade, de qualquer categoria ou condição, acusados ou suspeitos de terem atentado contra a segurança do País, o regime democrático e a probidade administrativa pública.

A Comissão ora constituída terá o prazo máximo de noventa (90) dias para o desempenho do encargo que lhe é cometido. Todavia, os processos, à proporção que forem sendo concluídos, deverão ser encaminhados à Reitoria da Universidade.

Cumpra-se.

REITORIA DA UNIVERSIDADE DA PARAÍBA, em João Pessoa, 27 de abril de 1 964.

GUILARDO MARTINS ALVES
Interventor

Figura 12 – UFPB/Portaria nº 103/1964. Comissão de Investigação.
Fonte: Arquivo Geral da UFPB. Cópia digitalizada Arquivo da CEVPM-PB.

A perseguição se instalou na UFPB, excluindo os primeiros professores, que "pagaram com a perda de seus cargos a acusação de serem comunistas, ou simplesmente suspeitos de adotar ideias exóticas ou alienígenas"[825]. Conforme Resolução do CONSUNI/UFPB nº 18, de 8 de maio de 1964 foram afastados os seguintes professores, por motivação política:

1. Agassiz Amorim de Almeida

[825] CUNHA, Luiz Antônio. **A universidade reformada**. O golpe de 1964 e a modernização do ensino superior. 2ed. São Paulo: UNESP, 2007. p. 39 (Grifos do autor)

2. Francisco de Assis Lemos de Souza
3. Cláudio Santa Cruz de Oliveira
4. Juarez de Paiva Macedo
5. Laurindo Albuquerque Melo
6. Luiz Hugo Guimarães
7. Nizi Marinheiro
8. Ronald Queiroz Fernandes
9. Otávio Sá Leitão

Em resposta ao Comandante do 15º RI, Ten-Cel Rubens Pereira de Araújo, o interventor Guilardo Martins Alves informou as punições adotadas em 1964, a partir do resultado da Comissão de Investigação, já mencionada[826]:

- Demissão por Decreto Presidencial, de 25 de setembro de 1964:

Luiz Hugo Guimarães – FACE/JP[827]

Francisco de Assis Lemos de Souza – FACE/JP

Agassiz Amorim de Almeida – FACE/CG

- Rescisão de contrato por Portaria do Interventor

Laurindo Marques de Albuquerque Melo – FACE/JP, Portaria nº109, de 11 de maio de 1964

João Santa Cruz de Oliveira – Faculdade de Direito, Portaria nº123, de 15 de maio de 1964

Petrônio Filgueiras de Atayde – FACE/JP, Portaria nº124, de 13 de maio de 1964

Malaquias Batista Filho – Faculdade de Medicina, Portaria nº133, de 18 de maio de 1964

Leonardo Moreira Leal – Faculdade de Odontologia, Portaria nº134, de 18 de maio de 1964

José Florentino Duarte – FACE/JP, Portaria nº157, de 4 de junho de 1964

Após o AI-5, de 13 de dezembro de 1968, e mesmo antes do Decreto-Lei nº 477, de 25 de fevereiro de 1969, as perseguições foram reforçadas na UFPB, tendo em vista que em 1 de fevereiro de 1969, outras exonerações foram realizadas, começando com a do diretor do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, professor Paulo Pires, e uma lista de 17 professores

[826] Reitoria da UFPB. Ofício 305-A/1964, de 5/5/1965. Arquivo Geral da UFPB. Cópia digitalizada Arquivo da CEVPM-PB.

[827] Segundo o Ofício 305-A/1964, de 5/5/1965, Luiz Hugo Guimarães foi o único que teve seus direitos políticos suspensos por 10 anos. Idem.

com contratação não renovada. Esse ato do reitor Guilardo Martins Alves foi homologado pelo Conselho Universitário, em reunião do dia 13 de março de 1969[828]:

1. Beatriz Maria Soares Pontes
2. Célio Di Pace
3. Enoque Gomes Cavalcanti
4. Gerard Camille Prost
5. Hercules Gomes Pimentel
6. Heronildes Dias de Barros
7. Joost Van Dome
8. José Jackson [Carneiro] de Carvalho
9. José Kehrle
10. Marcelo Renato Arruda
11. Maria Thereza Ribeiro Prost
12. Nakais Hiorshi
13. Oswaldo Trigueiro do Vale
14. Raimundo Adolfo
15. Roberto Navarro de Oliveira
16. Ronald Queiroz Fernandes
17. Ruy [Gomes] Dantas

Além desses, outros professores, sob suspeita, tiveram seus pagamentos sustados temporariamente, tais como[829]:

1. Adelmo Neves Machado
2. Antônio Geraldo Figueiredo
3. Carlos Eduardo Pessoa Cunha
4. Djair Aquino Lima
5. Dmerson Neiva Monteiro
6. Hélio Correia Lima
7. Lindalva Virgínio Franca

[828] Reitoria da UFPB. Ofício 03/SSI/1969, de 1/2/1969. Arquivo Geral da UFPB. Cópia digitalizada Arquivo da CEVPM-PB.
[829] Idem.

8. Manoel de Carvalho Ferreira
9. Manoel Paiva Martins
10. Zenonas Stasevalms [Stasevskas] [830]

Vale ressaltar que a motivação para tais atos da reitoria envolveu tanto questões de "segurança nacional" como administrativas por denúncias de ausência do professor na sala de aula ou mesmo questões de divergência entre pares e dirigentes das unidades acadêmicas. A seguir, um exemplo registrado em ata do Conselho Universitário que tratou da aprovação da "relação nominal dos professores que tiveram seus contratos não renovados ou que foram afastados do exercício do magistério por razões de segurança nacional ou sem razão, digo, ou em virtude de outros motivos, tendo em vista relatório das diretorias das diversas unidades de ensino"[831]:

> O Professor José Paulino Costa Filho esclareceu que a punição do Professor Hercules Gomes Pimentel, decorreu em função de sua atividade na Escola Politécnica, uma vez que no relatório da FACE nada se registrou em desabono das atividades daquele professor. Referindo-se ao assunto, o Snr. Diretor da Escola Politécnica, o Professor Lynaldo Cavalcanti, (ilegível) punição disciplinar, digo, administrativa, referente ao Professor Hercules Gomes Pimentel, tendo em vista que a Politécnica verificara engano ao computar as faltas às aulas por parte daquele Professor, cálculo no qual, não foram subtraídos os vinte dias de licença concedidos ao Professor Hercules Gomes Pimentel. Concluiu informando que a Diretoria da Escola Politécnica está encaminhando à reitoria exposição de motivos, elucidando minuciosamente o caso.

Vale destacar o caso do professor Jomard José Muniz de Brito, contratado em 1º de março de 1964, na FAFI, com sua estabilidade funcional reconhecida no dia 15 abril de 1968. Em 1º de março de 1969, recebeu um oficio da professora Vilma dos Santos Cardoso Monteiro, diretora do ICFCH (antiga FAFI), lhe comunicando que "por ordem do Comandante da Guarnição Federal da Paraíba, expedida à Reitoria da UFPB, V. S. está impedido de lecionar."[832] Contudo, aqui começa o "surrealismo", o professor continuou a receber seu salário até setembro de 1973, quando foi sustado após responder a inquérito na UFPB, iniciado em fevereiro daquele ano.

---

[830] Em 18/3/2011, a sua filha Yanina Otsuka Stasevskas pediu a correção do sobrenome do pai, falecido, para STASEVSKAS, professor do antigo Instituto de Física e do Laboratório de Energia Solar. Arquivo Geral da UFPB. Cópia digitalizada. Arquivo da CEVPM-PB.

[831] Ata manuscrita da segunda reunião ordinária do Conselho Universitário da UFPB, realizada no dia 13 de março de 1969. Cópia digitalizada. Arquivo da CEVPM-PB.

[832] ADUFPB-JP. Grupo de Trabalho em prol da Anistia. **O caso Jomard Muniz de Brito**. Um capítulo do livro negro da UFPB ou O Surrealismo da Repressão. João Pessoa, 1979, p. 12.

Ao tempo em que ocorria perseguição a tantos docentes pelas posições críticas ao sistema autoritário implantado no Brasil com a ditadura militar, ocorria também a exaltação ao alto escalão da administração federal, com a concessão de títulos honoríficos[833] pela UFPB, especialmente, nas décadas de 1960 e 1970. O Conselho Universitário aprovou homenagens – Professor *Honoris Causa* – a alguns profissionais com relevante produção acadêmica e a políticos comprometidos com o regime militar, a começar por dois presidentes da República, além de outros integrantes ou muito próximos do governo federal, tais como:

- Marechal Humberto Alencar Castelo Branco, Resolução S/N. 1966, recebeu o título em dia 2 de maio de 1966, oportunidade em veio à UFPB para inaugurar o prédio da Reitoria da UFPB, no centro da cidade (Av. Getúlio Vargas);
- General Emílio Garrastazu Médici, Resolução n. 06/1971, conforme processo iniciado em 5/11/1970[834], pelo presidente do DCE Francisco de Assis Veloso Filho, com parecer favorável do professor Juarez da Gama Batista, do Departamento de Letras Vernáculas do Instituto Central de Letras. Não se tem registro se o presidente recebeu o título;
- Coronel Jarbas Gonçalves Passarinho, Resolução n. 1/1970, Ministro da Educação, título entregue em 22/12/1970, oportunidade em veio à UFPB como paraninfo geral das turmas concluintes;
- Raimundo Môniz de Araújo, Resolução n. 32/1966, Ministro da Educação de Castelo Branco, título entregue em 21/7/1971;
- Coronel Cezar Cals de Oliveira Filho, Resolução n. 271/1978, militar, ex-senador e governador do estado do Ceará, em 1979 passou a ser o Ministro das Minas e Energias; título entregue em 18/12/78;
- João Paulo dos Reis Veloso, Resolução n. 7/1971, Ministro do Planejamento (1969-1979), título entregue em 1/9/1973;
- Eliseu Resende, Resolução n. 16/1973, título entregue em 10/8/73, professor da UFMG, pesquisador na área de Engenharia Nuclear, Diretor do DNER, em 1979 passou a ser o Ministro dos Transportes.

[833] Sobre esse assunto ver: CITTADINO, Monique. Op. cit. 1993, p. 29-32; FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra e FERNANDES, José David Campos. Op. cit. 2006; NASCIMENTO, Op. cit., 2015.
[834] UFPB. CONSEPE. Processo 49719, 6 de novembro de 1970. Arquivo da Secretaria dos Órgãos Deliberativos da Administração Superior (SODS).

Na Fundação Universidade Regional do Nordeste (FURNE), em Campina Grande, também se registra a rescisão do contrato do professor Padre João Batista Filho, que ensinava na Faculdade de Serviço Social daquela universidade, em fevereiro de1969, devido a sua participação nos movimentos contra a ditadura militar. Atuava como assessor espiritual dos movimentos da Juventude Estudantil Católica (JEC) e da Juventude Universitária Católica (JUC). "Em 1966, ingressou como estudante no curso de Ciências Econômicas da Faculdade de Ciências Econômicas de Campina Grande, o que possibilitou que fizesse movimento estudantil e fosse eleito presidente do Centro Acadêmico daquela Faculdade."[835] Em vista do Decreto 477/1969, foi punido com a suspensão da matrícula por dois anos, pela Reitoria da Universidade Federal da Paraíba.

Em abril de 1969, o então reitor da FURNE, Edvaldo de Souza do Ó foi cassado do mandato de Reitor e de professor, por força do 4º Exército de Recife, e oficializado pelo Decreto de 9 de abril de 1969, do Prefeito de Campina Grande, Orlando Augusto César de Almeida[836].

A atuação da Assessoria de Segurança e Informação da UFPB desempenhava um papel fundamental na contratação de professores, já que antes da finalização do processo era solicitado um parecer sobre a existência de registros "desabonadores". Embora sendo um cargo de confiança do reitor, o coordenador da ASI estava diretamente vinculado às orientações do Departamento de Segurança e Informação do MEC, que por sua vez articulava-se com o SNI.

Como exemplos, em 5 de novembro de 1971, Ediláudio Luna de Carvalho, coordenador da ASI/UFPB, repassa informação da DSI/MEC a todos os diretores de unidades da UFPB sobre a necessidade da consulta prévia para a contratação de professores e funcionários em vista da "possibilidade de entrada de esquerdistas"[837]. Em 19 de fevereiro de 1972, a diretora do ICFCH, professora Vilma dos Santos Cardoso Monteiro solicita informações sobre 12 professores a serem contratados, entre eles Luiza Erundina e Luiz Couto.[838] Esse procedimento também era adotado para a contratação de estudantes para monitoria de disciplinas.[839]

Na audiência sobre o tema "Demissão de professores na Paraíba", os professores convidados trataram das perseguições sofridas no âmbito do exercício do magistério em escolas estaduais secundaristas de João Pessoa e na UFPB. Participaram os professores Rui Gomes Dantas, da UFPB, Carlos Alberto Farias de Azevedo, do Lyceu Paraibano, e Ângela Maria

[835] SILVA, Op. cit. 2010. p. 27-28.
[836] Nomeado para substituir o prefeito eleito e cassado Ronaldo José da Cunha Lima.
[837] Ofício n 75, de 5/11/1912. Arquivo da ASI/UFPB. Cópia no Arquivo da CEVPM-PB.
[838] Ofício s/n/70, de 19/2/1972. Idem.
[839] Ofício s/n/70, de 3/3/1970. Idem.

Bezerra de Castro, que foi da CEPLAR, do Colégio Estadual de Cruz das Armas, do CEFET e da UFPB.

Em 1968, a professora Ângela Maria Bezerra de Castro lecionava no Colégio Estadual de Cruz das Armas, em João Pessoa e foi denunciada por uma colega que ministrava a mesma disciplina que ela, tanto ao Grupamento de Engenharia como à Secretaria de Educação do Estado. Ela afirma que se diferenciava porque enquanto outros professores "davam análise e gramática, eu dava interpretação de texto que era a abertura que eu encontrei para a conscientização, que era a minha formação e era naquilo que eu acreditava"[840]. Mas, um elemento destacado na denúncia foi pela sua posição contrária para uma cota das alunas para a compra de um presente – um litro de uísque escocês – para o secretário de educação que faria uma visita ao colégio. Por isso, respondeu a inquérito com a ameaça de perder o emprego, do qual dependia para a sobrevivência. Pediu apoio aos ex-professores da Faculdade de Direito e conseguiu falar com o governador João Agripino[841]:

> O que eu peço ao senhor não é nenhum favor é que o senhor coloque um homem de bem na presidência do inquérito. E ele aí respondeu para mim, pode ir tranquila que eu vou colocar um homem de bem. Então eu fui e quando fui responder ao inquérito, foi no Lyceu a audiência, quem era o presidente era o Desembargador Simeão Cananéia, realmente um homem de bem, um homem da maior dignidade que me ouviu durante quatro horas. [...] eu não quero criar aqui uma figura heróica não, eu estou falando da ditadura civil e estes expedientes baixíssimos, e nós não tínhamos para quem apelar. Este que era o problema.

Em seguida Ângela Maria Bezerra de Castro, relatou a sua experiência como professora concursada do CEFET, em João Pessoa. Temeu que a contratação não saísse por conta do inquérito no Estado, mas foi nomeada sem problemas. Ressalta a postura do diretor Itapuan Botto Targino[842]:

> ... foi o único lugar que eu trabalhei e nunca fui perseguida. Nunca nem eu e nem outras pessoas, pessoas que tinham comprometimento político maior que o meu. A exemplo de Antônio Augusto de Almeida, que era do Partido Comunista, tinha sido inclusive preso porque ele era do partido. [...] nunca sofri perseguição e nem ninguém que eu conheço sofreu uma perseguição ideológica na escola.

Contudo, foi denunciada ao diretor porque a sua aula era "um samba"[843]:

---

[840] Depoimento da professora Ângela Maria Bezerra de Castro na Audiência Pública da CEVPM-PB "Demissão de professores na Paraíba, ocorrida no dia 27/03/2015.
[841] Idem.
[842] Idem.
[843] Idem.

> eu ensinava a noite e levava uma radiola, no fim da noite eu tocava a música e depois eu fazia a interpretação do texto. Então eu fui denunciada por um dedo duro da escola que a minha aula era um samba. Aí eu fui chamada... E ele foi passar de noite na minha sala, para ver como era a minha aula, – eu vi a sua aula e eu só queria lhe pedir uma coisa, eu lhe peço isso em segredo: Eu tenho um ofício aqui - não traga texto de Chico Buarque – porque tinha um ofício proibindo que tinha recebido do Ministério da Educação.

Em 1973, Ângela Maria Bezerra de Castro fez concurso para ser professora assistente de Teoria da Literatura na UFPB, já com o mestrado concluído, foi aprovada com a nota máxima da banca examinadora, mas não foi contratada. Chegou a dar aulas por seis meses, sem a efetiva contratação. Esperou a nomeação por três anos: 1973, 74, 75. Nesse ínterim ela fez denúncia ao Ministério da Educação, sem sucesso. Soube que tanto os professores Virgínius da Gama e Melo e Milton Ferreira de Paiva, como o reitor Humberto Nóbrega não tinham interesse na sua contratação. O que só ocorreu no reitorado de Lynaldo Cavalcanti no dia 28 de dezembro de 1976.

O professor Rui Gomes Dantas, aposentado do Departamento de Filosofia da UFPB, relata a sua trajetória nesta universidade[844]:

> Bem, eu ingressei como professor na Universidade Federal da Paraíba em primeiro de março de 1966, após ter sido aprovado em concurso público para área de Filosofia, para lecionar na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da UFPB. Na antiga FAFI, lecionei de 66 a final de 68 várias disciplinas, Metafísica, Teoria do conhecimento, Filosofia das ciências, algumas das histórias da filosofia [...]. Durante o período de 66 a 68 sempre mantive uma posição crítica em relação ao regime militar que se instaurou no país desde 1964. No exercício da cátedra, exerci sempre com ousadia, até demasiada por vezes, a liberdade de pensamento inerente e essencial à atividade acadêmica, sobretudo na minha área de docência, a Filosofia. Opondo-me à então vigente ideologia da segurança nacional que vigorou durante todo o período do regime militar, ideologia de segurança nacional gestada na Escola Superior de Guerra sob inspiração do General Golbery, famoso General Golbery. Durante este período todo, claro que eu era bem mais jovem e, portanto, muito mais ousado do que ainda sou hoje, pronunciei conferências, participei de debates públicos e de manifestações públicas nos quais expressei meu pensamento crítico em relação ao regime político que vigorava.

Diante da sua ação nas aulas e palestras e com o recrudescimento da ditadura militar, ele sempre expressou o apoio ao "movimento estudantil que tomou conta das ruas de João Pessoa e de todo o território nacional denunciando as arbitrariedades do regime militar ditatorial e reivindicando o retorno da democracia". Ele relata como recebeu a sua cassação[845]:

---

[844] Depoimento do professor Rui Gomes Dantas na Audiência Pública da CEVPM-PB "Demissão de professores na Paraíba", ocorrida no dia 27/3/2015. Arquivo da CEVPM-PB.
[845] Idem.

> Bem aconteceu que, no dia primeiro de fevereiro, [...] eu li nos jornais a minha expulsão da Universidade Federal da Paraíba. Fui tomar café no Ponto de Cem Réis e li pelo jornal. Nada havia ainda de oficial, a minha atitude foi de viajar para Recife, onde residia os meus pais e irmãos, e embora todos paraibanos, mas meu pai quando se aposentou, como desembargador, passou poucos meses foi morar em Recife por conta da educação dos demais irmãos meus, acontecendo inclusive a coincidência de que dois deles[846] tinham sido presos, um terminando o curso de Medicina e o outro terminando o curso de Engenharia.

A partir daí as dificuldades foram muitas, sem conseguir emprego, mas contou com o apoio do padre José Oscar Beozzo, "colega de curso, na Pontifícia Universidade Gregoriana em Roma, grande intelectual, de fama internacional, grande historiador, filósofo e teólogo" que lecionava na Faculdade Auxilium de Filosofia, na cidade de Lins, em São Paulo[847]:

> O Oscar Beozzo então apareceu repentinamente em minha casa, soube da minha expulsão da universidade pelos jornais, pegou o avião e veio, [...] eu disse você por aqui Oscar? – Vim lhe buscar, vim lhe buscar, já está tudo preparado você vai ter cadeiras na Faculdade Auxilium de Filosofia, uma faculdade particular. De fato, fui com ele para São Paulo, lecionei na Faculdade de Filosofia de Lins. Depois consegui, virei professor taxi, ou seja, pertinho, havia uma outra cidade chamada Penápolis, peguei disciplina lá, várias, e finalmente várias disciplinas em uma outra faculdade um pouco mais distante chamada Adamantina.

Nesse período, conseguiu uma bolsa na Universidade de Louvain, na Bélgica, por meio do filósofo Jean Ladrier, daquela instituição. Para Rui Gomes Dantas, esse afastamento do Brasil foi crucial para a sua vida, tendo em vista que "boa parte de meus amigos em São Paulo, inclusive nessa região do noroeste paulista foram presos e tremendamente torturados, levados pro interior do DOPS em São Paulo, e eu escapei disso porque já tinha viajado para Louvain"[848].

Com a lei da anistia, a Lei nº 6.683/1979, solicitou à UFPB o retorno ao serviço ativo na mesma situação da época de seu afastamento. Assim, em 15 de fevereiro de 1980, por meio de portaria assinada pelo vice-reitor professor Serafim Rodriguez Martinez, reitor em exercício, voltou a ser professor titular da UFPB. Na Base de Dados SNIG do Acervo Comissão Geral de Investigações do SNI, localizou-se os seguintes documentos:

> Em 31 dez 68, RGD [Rui Gomes Dantas] teve o seu contrato de trabalho rescindido pela reitoria UFPB, por motivo de ordem política e falta de cumprimento do dever, no magistério. Em nov 79, por ato da reitoria, reverteu

[846] Irmãos Paulo Antônio Gomes Dantas e Ronaldo Gomes Dantas, respectivamente. Idem.
[847] Idem.
[848] Idem.

> ao cargo de professor titular. É esquerdista e contrário a revolução de 31 mar 64. Vide microficha.[849]

> Relação de professores reintegrados aos quadros da UFPB pela Lei de Anistia; por decisão judicial e por ato da reitoria. Vide microficha.
> Agassiz de Amorim e Almeida
> Evaldo de Souza do Ó
> Jomard José Muniz de Brito
> Jose Florentino Duarte
> Jose Jackson Carneiro de Carvalho
> Juarez Benício Xavier
> Luiz Hugo Guimarães
> Maria Tereza Ribeiro da Costa
> Pedro Moreno Gondim
> Ronald de Queiroz Fernandes
> Rui Gomes Dantas
> Silvio Pelico Porto (falecido)[850]

Retomando a situação dos professores que atuavam no ensino secundário, alguns deles foram cassados tendo seus contratos suspensos ou não renovados, a exemplo dos professores do Colégio Estadual de João Pessoa (Lyceu Paraibano). Contratos não foram renovados dos professores Carlos Alberto Farias de Azevedo (Geografia), Lenildo Correia da Silva (História), José Octávio de Arruda Mello (Português e História), Pedro Pereira dos Santos (Canto Orfeônico), Rubens Pinto Lyra (Francês), Arnaldo José Delgado (Física),Valtércio Alencar de Souza (Biologia)[851], entre outros.

Com relação ao professor José Octávio de Arruda Mello, ele lecionou com contrato renovado nos anos de 1966, 1967 e 1968. Contudo a renovação não ocorreu em 1969, servindo de argumentação "as suas opiniões políticas emitidas pela imprensa radiofônica, em defesa das manifestações estudantis de 1968, quando trabalhava como redator chefe de um programa político [Antena Política] da Rádio Arapuá [Arapuan], na Capital paraibana".[852]

O professor Carlos Alberto Farias de Azevedo lecionou sem problemas de 1966 a 1968, sendo desligado sem qualquer motivo fevereiro de 1969. Na audiência pública da CEVPM-PB afirmou: "nesse período, várias vezes, fui falar com a toda poderosa Carmem Isabel, era diretora do ensino médio do governo João Agripino. [...] Então, eu fui afastado das minhas funções,

---

[849] Acervo Comissão Geral de Investigações/SNI. Base de Dados SNIG. Data da Emissão: 11/8/1980, Número do ACE: I0012361, Sigla de Origem: ASI UFPB. Cópia digitalizada. Arquivo da CEVPM-PB.

[850] Acervo Comissão Geral de Investigações/SNI. Base de Dados SNIG. Data da Emissão: 03/11/1980, Número do ACE: I0014886, Sigla de Origem: IVEX (IV Exército). Cópia digitalizada. Arquivo da CEVPM-PB.

[851] Estudante de Medicina da UFPB e professor no Lyceu. Pedido de não renovação do contrato em janeiro de 1969, "tendo em vista que com sua atuação contribuiu para a agitação no meio estudantil", desde 1966. Atuava na mobilização da juventude na sua cidade natal, Pombal-PB, e na capital onde estudava e trabalhava. 1º GPTE - Informação no 118-E/2, de 29/2/72.

[852] Ministério da Justiça. Comissão de Anistia. Processo nº2003.01.29307. Requerente: José Octávio de Arruda Mello. Brasília, 10/9/2003. Cópia digitalizada. Arquivo da CEVPM-PB.

fiquei sem ter nenhum meio de subsistência".[853] Ele recorda a ação de um grupo formado por estudantes do Lyceu Paraibano[854]:

> Quero registrar isso aqui, eu acho que ninguém falou ainda: era o grupo Trapiche: trabalho com piche, porque pichava as ruas e prédios públicos com os slogans políticos. Pouca gente sabe, hoje, da existência daquele grupo de apoio às esquerdas. Funcionava no colégio estadual, lá estava Eric Rosas, e tantos outros participaram desse grupo. Éramos caçados pelos espias da Ditadura, principalmente por Major Cordeiro, que perseguia bastante, mas nunca conseguiu desarticular esse grupo. Esse grupo sobreviveu até o início dos anos 1970, e teve o seu papel de dar apoio as esquerdas, pichando: Viva Che Guevara e etc …

Não conseguindo mais trabalhar em João Pessoa e passando dificuldades para sobreviver, Carlos Alberto Farias de Azevedo foi para Recife onde obteve contrato como professor de Geografia do Colégio Juraci Palhano, em Casa Forte. Em seguida, por intermédio de Dom Helder Câmara, conseguiu um contrato na Universidade Católica de Pernambuco. Mas, diante das dificuldades e insatisfação, em 1974, conheceu uma alemã em Recife e foi com ela morar em Bonn, na Alemanha, onde ficou até 2006.

Só em 2001, quando foi preparar o seu processo de anistia[855], seu filho brasileiro Carlos Alberto Farias de Azevedo Filho, localizou documentos que explicaram a sua demissão[856]:

> Sou primeiramente classificado como professor e subversivo. Tendo como meios de atuação a área estudantil. Realmente, eu dava muito apoio à área estudantil. [...] E a principal acusação contra a minha pessoa foi de ter participado da ocupação da antiga Faculdade de Direito, realizada no dia 3 março de 1964.

Entre estes documentos estava uma ficha da Justiça Militar da União com informações sobre um processo de natureza criminal (número 76, de 1964, da Auditoria da 7ª Região) por denúncia de um representante do Ministério Público Militar no dia 24/7/1966. Apesar de anistiado, não conseguiu a reintegração solicitada ao Estado tendo em vista que em meio aos trâmites burocráticos o processo desapareceu.

Outras perseguições a professores da UFPB ocorreram por ocasião da eleição para direção do CCHLA. No início da década de 1980, o conselho do Centro resolveu encaminhar o processo para a nova direção por meio de eleição direta, como preconizado pela Associação

---

[853] Depoimento do professor Carlos Alberto Farias de Azevedo na Audiência Pública da CEVPM-PB "Demissão de professores na Paraíba", ocorrida no dia 27/3/2015. Arquivo da CEVPM-PB.
[854] Idem.
[855] Anistiado em 2006, conforme processo Ministério da Justiça. Comissão de Anistia. Processo nº: 2001.01.05765. Requerente: Carlos Alberto Farias de Azevedo. Brasília, 8/2/2001.
[856] Idem.

Docente da UFPB, recém-criada. A eleição foi realizada no dia 4 de junho de 1980, e elaborada a lista sêxtupla, o pedido de nomeação foi encaminhado ao MEC. Os mais votados foram Francisco Pereira Nóbrega (Chico Pereira), Aluísio José Maria de Sousa, ambos do Departamento de Filosofia, e Pedro Pereira dos Santos, do Departamento de Arte e Comunicação.

Em depoimento o reitor da época, professor Berilo Ramos Borba (14/08/1980 a 13/8/1984) afirmou que ao assumir foi consultado pelo MEC se concordava com as listas de diretores de centro e vice-diretores já encaminhadas para Brasília pelo reitor anterior, professor Milton Paiva, não tendo nada contra[857]:

> Passaram mais ou menos uns dois meses, eu estava em audiência com o ministro quanto ele me falou: "Olhe, tem umas listas que vieram da universidade e que tem problema". Eu: "Excelência, que tipo de problema?". Ele: "Não, Medeiros disse tem um deles aí que não pode absolutamente ser escolhido". Medeiros, evidentemente, que ele se referia, era o chefe do Serviço Nacional de Segurança e Informação, era o homem forte do regime, nesse aspecto. Na hora eu disse: "Ministro, eu conheço todos esses professores e não tem nenhum subversivo, não. Conheço todos, são professores na universidade. Inclusive, alguns dele foram meus professores no Seminário".

O então ministro Rubens Ludwig, que era general da ativa, pediu ao reitor que procurasse o comandante do Grupamento da Guarnição Federal da Paraíba e pedisse a ficha desses professores, para em seguida levar ao MEC para análise. E assim foi feito[858]:

> Quando foi um mês depois, eu voltei a Brasília, ele me disse: "Olhe, aquelas fichas eu mandei para Medeiros, Medeiros já me devolveu. Agora tem um problema. Tem um professor aí que não vai poder ser nomeado". Eu: "Não é possível. Quem é?". Ele: "Um tal de Francisco Pereira da Nóbrega". Era o padre. Eu: "Ministro, esse camarada foi meu professor de Seminário, conheço demais, ele não tem nenhum problema assim". Ele: "Reitor, é o seguinte, a ficha dele lá em João Pessoa não tem, mas a ficha dele aqui em Brasília é muito carregada". Eu disse: "Bom, Ministro, o que que eu vou fazer?". Ele: "O senhor utiliza a solução que tem no estatuto na universidade". Eu: "Certamente eu vou ter que nomear um professor *pro tempore*, um diretor *pro tempore* enquanto se prepare uma nova lista e isso evidentemente não será fácil". Ele: "Mas a solução vai ter que ser essa".

Entre as informações que levaram a "desaconselhar o aproveitamento" dos professores para os cargos de direção do CCHLA[859], sobre Francisco Pereira Nóbrega, constava inúmeros registros, dentre eles os seguintes:

---

[857] Depoimento de Berilo Ramos Borba, professor e ex-reitor da UFPB (1980-1984) à Comissão da Verdade, da Memória e da Justiça das Entidades da UFCG, no dia 18/07/2015, em João Pessoa, em parceria com a CEVPM-PB.
[858] Idem.
[859] ASI/UFPB. INFO Nº 286 - 1981 - 22 Maio. Cópia digitalizada. Arquivo da CEVPM-PB.

> escritor esquerdista, responsáve1 por manifestações estudantis (contra a Cruzada ABC) na cidade de Cajazeiras/PB.
> Em 05 Out 67, quando da prisão neste Estado do Presidente da UNE, Luiz Gonzaga Travassos da Rosa, desenvolveu atividades intensas, juntamente com elementos esquerdistas da capital, no sentido do libertá-lo.
> No dia 26 Out 67, pronunciou conferência na Igreja da Misericórdia em João Pessoa/PB, sobre o tema "O Povo de Deus no Itinerário dos Homens", declarando o seguinte: "Cristo na linguagem atual foi agitador e subversivo, ele também usou da força para expulsar os invasores do templo". Daí passou a mostrar a necessidade da Igreja atualizar-se, esquecendo o seu tradicionalismo, afirmando que a Igreja de Cristo deve acompanhar as lutas dos homens e ajudar a fazer esta história.
> Em 13 Mai 79 publicou no jornal O NORTE um artigo de sua autoria intitulado "Você quer ser professor?", em apoio a greve deflagrada pelo magistério público estadual.

Com relação a Pedro Pereira dos Santos, constava o seguinte[860]:

> O nominado foi demitido pelo Governo do Estado, em 1964, por indicação da Comissão Estadual de investigação, por motivo de subversão. Participava de reuniões no escritório de serviços técnicos, na Praça 1817 nº 112, pertencente a Adalberto de Araújo Barreto, para tecer críticas ao Governo Federal e ao regime vigente.

E quanto ao professor Aluísio José Maria de Sousa, não foi informado impedimento político, mas constava que havia tido um fraco desempenho em cargos que havia ocupado anteriormente.

O reitor Berilo Ramos Borba pensou em nomear o professor mais idoso no Conselho de Centro, mas ele não aceitou. Assim, encaminhou para Brasília o nome seguinte na ordem de antiguidade – o professor Arael Menezes da Costa, que pelo clima de insatisfação no centro também não queria aceitar. Ao sair a notícia, o diálogo entre os dois foi o seguinte[861]:

> [...] ele chegou lá e disse: "Não vou aceitar". Eu digo: "Eu sei que você tem suas razões e tal, agora alguém tem que ser diretor desse centro, o eleito ainda não foi nomeado e eu acho que o senhor devia aceitar, eu te dou o apoio que seja necessário e tal". No outro dia eles fizeram o enterro dele lá no centro [...] e entraram em greve, dizendo que ele tinha que renunciar.

Quanto a esse acontecimento, a ASI/UFPB[862] registra que Francisco Pereira Nóbrega esteve presente,

> No dia 27.05.81, por ocasião da paralisação geral das atividades escolares da UFPB e do enterro simbólico do Diretor do CCHLA, esteve presente à

[860] Idem.
[861] Depoimento de Berilo Ramos Borba. Idem.
[862] ASI/UFPB. INFÃO Nº 123 – 1981 – 29 Maio. Arquivo Nacional. Cópia digitalizada. Arquivo da CEVPM-PB.

> concentração que antecedeu o início do deslocamento do "cortejo fúnebre", constituído somente por estudantes, como prova de apoio ao ato. Acompanhou o "enterro" até o prédio da Reitoria, onde foi simulado um oficio fúnebre.

Toda a movimentação em torno desse caso foi registrada nos órgãos de segurança e informação. Segue mais exemplo de registro (Boletim Informativo com 10 páginas) de uma manifestação de protesto contra a designação de diretor *Pró-tempore* do CCHLA/UFPB, com discursos proferidos pelo professor Francisco Pereira Nobrega e outros, além do registro de alguns dos participantes[863]:

> José Chasin
> Thomas Joseph Marie Van Dijck
> Francisco Pereira Nobrega
> Francisco Foot Hardman
> Rui Gomes Dantas
> Rubens Pinto Lyra
> Eleonora de Oliveira Gomes
> Maria Tereza de Mello Barreto Campelo
> Walter de Oliveira Dantas
> Washington Alves da Rocha

Após inúmeras atividades de contestação ao "interventor", lideradas pela comunidade acadêmica do CCHLA e apoio da ADUFPB, o reitor conseguiu convencer que se elaborasse uma nova lista e assim foi nomeada diretora a professora Otília Idalina Maia, do Departamento de Letras.

Como já foi mencionado no item Estrutura de Repressão na Paraíba, a Assessoria de Segurança e Informações (ASI-UFPB) tinha grande preocupação com a realização de eventos na universidade. Entre seus registros, apresenta-se um referente ao Curso de Extensão sobre Geografia e Marxismo, realizado por iniciativa do Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional (NDIHR), de 12 a 17 de janeiro de 1981, com informações pessoais dos idealizadores do curso: professor Antonio Moacyr Madruga e professora Rosa Maria Godoy Silveira, que se encontrava de férias. Os ministrantes eram os professores Wanderley Messias da Costa, da USP, e Antonio Carlos Robert Moraes, da UNICAMP. O documento confidencial é posterior a realização do evento[864]:

> O Curso realizou-se antes que o Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE) se reunisse para decidir sobre sua aprovação. A tramitação do processo de aprovação de Cursos de Extensão pelo CONSEPE é sempre muito demorada, razão por que os Cursos quase sempre se realizam

[863] Boletim Informativo. CIPS. Nº do protocolo: 0468. Data de abertura: 3/6/81. Arquivo Nacional. Cópia digitalizada. Arquivo da CEVPM-PB.
[864] INFAO Nº 14/81-ASI/UFPB, 21 JAN 81. ARE_ACE_609_81. SNI. Arquivo Nacional. Cópia digitalizada. Arquivo da CEVPM-PB.

> antes que esta exigência legal seja cumprida. Foi o caso do Curso em tela, que somente será apreciado na próxima reunião do CONSEPE. Para a apreciação pelo CONSEPE, quando da reunião do órgão, deverá ser exigida da Coordenação do Curso uma documentação detalhada a respeito do mesmo. Esta ASI está atenta para conseguir cópia da documentação. A Coordenação do Curso também pretende publicar a matéria ministrada, tendo para isto feito gravação das aulas ministradas.
> A Coordenação de Cursos e Programas de Extensão prometeu enviar para esta ASI, cópia da matéria destinada a publicação.

Em anexo ao documento principal, encontra-se o processo que tramitou no CONSEPE, cujo parecer final foi pela não aprovação da proposta por várias falhas burocráticas e, entre elas, a realização do curso antes da aprovação pelo CONSEPE.

5.9.1 Professores estrangeiros e "alienígenas" na UFPB

Com relação aos professores estrangeiros na UFPB, a Assessoria de Segurança e Informação (ASI) fazia um acompanhamento das suas atividades por solicitação da Divisão de Segurança e Informação (DSI/MEC/SNI). Em 1982, existiam 141 professores estrangeiros na UFPB dos quais, nove desempenhavam funções de Direção, como coordenadores de curso de graduação e de pós-graduação ou chefes de departamento. Pela listagem e informações individuais, cerca de 90% desses professores foram contratados no reitorado de Lynaldo Cavalcanti de Albuquerque, com ênfase para os cursos da área tecnológica, mas contratando também professores da área de humanas, como Sociologia, Música, entre outras. Em resposta a um dos questionamentos da DSI, a ASI informa[865]:

> [...] b) Não existe um generalizado clima de descontentamento entre os docentes, devido a professores estrangeiros estarem desempenhando funções de direção, uma vez que os mesmos são escolhidos dentre os mais capacitados, portadores de cursos de pós-graduação feitos em adiantados centros culturais.
>
> c) Dos professores estrangeiros existentes na UFPB, os seguintes registram antecedentes:
>
> MICHEL MARIE JOSEPH BEYLIER
> - Em 03-03-79 tomou parte no lançamento do livro "A SENTENÇA - CASO HERZOG", ocorrido em Campina Grande/PB;
> - Em 1980 tomou parte na criação do Centro de Estudos para Ciências Interdisciplinares, em Campina Grande/PB, Órgão que pela sua constituição visava a divulgação da dialética marxista na UFPB;
> - O nominado chegou ao BRASIL em 1965 e tem permanência definitiva.

[865] ARE_ACE_3203_82. Informação Nº 0274/119/ARE/82. Data: 16/fev/82. Assunto: Professores estrangeiros em cargos de direção em universidades oficiais. Arquivo Nacional. Cópia digitalizada. Arquivo da CEVPM-PB.

> THOMAS JOSEPH MARIE VAN DIJCK
> - Em 1981 esteve envolvido em movimento contestatório na UFPB, quando estudantes e professores protestaram contra ato do Ministro da Educação que nomeou um Diretor "Pró-Tempore" para o Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes/UFPB, preterindo um outro professor que já havia sido escolhido pelos corpos docente e discente.

A expressão professores "alienígenas" foi bastante utilizada durante o reitorado do professor Lynaldo Cavalcanti de Albuquerque, tendo em vista a implementação de uma política de expansão da UFPB com novos cursos de graduação e pós-graduação, núcleos de pesquisa e extensão e, portanto, também do quadro docente. Um número expressivo dos professores contratados neste reitorado era proveniente de outros estados e mesmo de outros países como já mencionado.

O professor Rubens Pinto Lyra em seu artigo "Reacionarismo e Xenofobia na Paraíba – O caso da UFPB", comenta a campanha adotada pelo jornal O Norte, na coluna Linha Direta, de março a julho de 1980, de crítica constante aos professores da UFPB, provenientes de outras regiões do país[866]:

> [...] não é sem razão que o ataque assacado contra esses docentes, pejorativamente denominados de "alienígenas", "adventícios" e "estrangeiros" têm apoio velado, porém incondicional, de importantes segmentos da alta burocracia da UFPB, assim como de influentes políticos, ligados às esferas governamentais e beneficiários de uma prática clientelista que somente pode sobreviver com a manutenção do *status quo* da universidade e fora dela.
> [...] devemos assinalar que somente a cegueira própria dos que se inspiram em ideologias regressivas impede constatar o óbvio ululante: jamais a UFPB teria podido se desenvolver em ritmo acelerado, como ocorreu na gestão Lynaldo Cavalcanti, se não tivesse podido contar com o concurso desta mão de obra altamente qualificada, vinda de outras regiões do país.

Nessa mesma linha, o professor Silvio Frank Alem em seu artigo "Oligarquia e Universidade: o obscurantismo na defensiva", chama a atenção para o momento da citada campanha no início de um novo reitorado – o do professor Berilo Ramos Borba, que poderia enfrentar dificuldades com a ampliação do movimento docente, com expressiva participação dos "alienígenas"[867]

> Nossa universidade viveu um processo de expansão que de alguma forma colocou sua comunidade acadêmica numa posição amplamente crítica diante da realidade local e nacional, numa posição de firme questionamento ao cerceamento a que a sociedade civil brasileira se viu submetida, sobretudo após 1964. Consequência desse fato foi a posição de vanguarda que as

[866] In: ADUFPB-JP. **Democratização da UFPB X Obscurantismo, Xenofobia e Demissões**. João Pessoa, 1980, p. 13-14.
[867] Idem. p. 44-45.

> Associações de Docentes da UFPB, fundadas em plena vigência do AI-5, assumiram desde sua criação, a luta pelas liberdades democráticas, pela autonomia universitária, pela reformulação da universidade, na direção de servir os interesses da maioria da população – o que inclui sua democratização efetiva. Nossas AD's levantaram desde o seu nascimento a bandeira da reintegração dos docentes afastados da UFPB, pela ditadura. Exigiram a extinção até hoje não lograda, da Assessoria de Segurança e Informação que funciona junto a Reitoria – uma permanente ameaça a liberdade acadêmica na UFPB. Apoiaram a luta dos professores da rede estadual contra a situação de miserabilidade salarial em que vivem; apoiaram e apoiam a luta dos trabalhadores rurais paraibanos pela permanência na terra que ocupam.

Em meados de 1980, por meio de processos contestados pela arbitrariedade, três professores da UFPB tiveram seus contratos extintos Sônia Taddei Ferraz, Juarez Torres Duayer e Alberto Cignoli, todos do Departamento de Arquitetura e Urbanismo, do Centro de Tecnologia, alegando-se a não revalidação dos títulos acadêmicos estrangeiros no Brasil, motivando a primeira paralisação promovida pela recém-criada ADUFPB[868].

Em 1982, também teve seu contrato suspenso o professor Daniel Silveira Sánchez, do Departamento de Artes e Comunicação (DAC), do CCHLA, em vista de dificuldades com seu visto de permanência pela nova lei de estrangeiros, também conhecida como Lei Abi Ackel. Diante dessa situação, a sua esposa Zélia Maluza Stein, professora no mesmo departamento não teve condições de continuar na UFPB[869].

5.9.2 Atuação da ADUF/UFPB

Desde a criação da Associação Docente da UFPB, inicialmente separadas – uma em João Pessoa[870] e outra em Campina Grande –, que a ASI/UFPB e a DSI/MEC realizavam o acompanhamento e registro das suas atividades. Um desses registros trata da composição do Comando Geral da Greve, eleitos na assembleia geral, realizada no dia 19 de novembro de 1980, sendo esta a terceira paralisação daquele ano.[871].

> Carlos Alberto Jales Costa
> Carlos Fragoso Filho
> Eleonora [Menicucci] de Oliveira Soares
> Francisco Foot Hardman
> Luiza Maria Nunes de Moura e Silva

[868] ADUFPB-JP. **Memória: 1978-1998**. 2 ed. João Pessoa: 1999.
[869] Documentação sobre esse caso repassada à CEVPM-PB, pela professora Joana Belarmino de Souza, formanda na Turma Zélia Maluza Stein, 1981.1.
[870] O processo de criação da ADUFPB-JP foi marcado por uma pré-assembleia realizada no dia 15/9/1978 e oficialmente criada assembleia do dia 25/10/1978. In: ADUFPB-JP. **Memória:** 1978-1998. 2 ed. João Pessoa: 1999.
[871] DSI MEC, 2/12/1980, Número do ACE: A0123419. Cópia digitalizada. Arquivo CEVPM-PB.

Maria Tereza de Mello Barreto Campelo
Mario Duayer de Souza
Mauricio Roriz
Paulo Ignacio Fonseca de Almeida
Paulo José Adissi
Rui Gomes Dantas
Silvio Frank Alem
Thomas Joseph Marie Van Dijck
Victor Paes de Barros Leonardi

Com relação a escolha da diretoria da ADUFPB, em João Pessoa, para a gestão 1983/1984, a ASI/UFPB acompanhou a eleição realizada em 20 de outubro de 1983, conforme registro[872]:

> 2. A chapa "ARTICULAÇÃO" foi a única concorrente ao pleito, que contou com apenas 360 votantes dos 815 associados, numa demonstração evidente do desinteresse da classe pela escolha de seus dirigentes.
> 3. A posiçao ideológica da nova Diretoria é esquerdista e reune diferentes tendências políticas. Apresentou como uma das principais bandeiras de luta: "o compromisso com uma Universidade voltada para a transformação estrutural da sociedade".
> 4. A nova Diretoria da ADUFPB-JP ficou assim constituída:
> Presidente: PAULO RAMOS COELHO FILHO
> Vice-Presidente: RUBENS FREIRE RIBEIRO
> Secretária: ROSA MARIA GODOY SILVEIRA
> Tesoureiro: MAURO KYOTOKU
> Departamento Jurídico: JOSÉ IREMAR ALVES BRONZEADO
> Departamento de Divulgação: ELPÍDIO DA SILVA NAVARRO
> Departamento Cultural: LAÍS FONTOURA ADERNE FARIA NEVES
> Assessores: MARIA IGNEZ NOVAIS AYALA; ELISA BEZERRA MINEIROS; FLORISVAL LÚCIO PEREIRA; LAURO CARLOS WITTMANN

Destes, constam como anexo o prontuário de Paulo Ramos Coelho Filho, Rosa Maria Godoy Silveira e Elisa Bezerra Mineiros, e ficha individual dos demais. No prontuário de Paulo Ramos Coelho Filho, além dos seus dados pessoais como local e data de nascimento, filiação, números dos documentos pessoais, endereço, nomes da esposa e da companheira, está o registro da ASI/UFPB, 10/11/1978, que

> Em sessão realizada no dia 27 out 78, foi eleito membro da Comissão Provisória da Associação dos Docentes da Universidade Federal da Paraíba – JOÃO PESSOA (ADUFPB-JP), encarregada - dentre outras coisas – de promover as eleições.
> A ADUFPB tem como finalidade a união da classe, além da defesa de seus interesses e direitos, bem como prestar assistência a seus associados. É uma ameaça à autoridade da Reitoria.

[872] SNI. INFORMAÇÃO 035/19/ARE/84. 21 FEV 84. ASI/UFPB. Cópia digitalizada. Arquivo CEVPM-PB.

Com relação a Rosa Maria Godoy Silveira, constam, entre outras, informações: a) do 1º Grupamento de Engenharia, 19/10/1979; b) do 16º RCMec, 1980; e c) da ASI/UFPB, 22/12/1981, respectivamente[873]:

> a) A nominada pertence ao Setor Jovem do MDB de JOÃO PESSOA, sendo encarregada do fornecimento de transportes e de ligação entre universitários. Sua atuação é a mais discreta possível, não aparecendo, até o momento, em nenhum movimento, mantendo ligação apenas por telefone.
> [...]
> b) A Coordenadora do Departamento de Pesquisas e Documentação Histórica da UFFB, ROSA MARIA GODOY SILVEIRA, ao participar de um seminário em CAJAZEIRAS-PB, criticou o fornecimento de verbas para o ensino, como também o governo e o regime, sendo considerada muito avançada em suas ideias.
> [...]
> c) Vem dando apoio ao movimento dos agricultores moradores na Fazenda CAMUCIM, no interior deste Estado, que desde o dia 14 dez 81 continuam postados em vigilia na calçada do PALÁCIO DA REDENÇÃO, sede do Governo Estadual, onde pretendem que o Governo do Estado resolva incontinenti uma pendência agrária afeta ao Poder Judiciário e ao INCRA: como seja a desapropriação das terras por eles habitadas.

No prontuário da professora Elisa Bezerra Mineiros constava a mesma informação referente ao apoio aos agricultores de Camucim. Entre outras, ASI/UFPB, 11/2/1981, destaca-se que:

> Esteve presente ao debate sob o tema "DAS LIGAS CAMPONESAS AO SINDICATO", realizado no dia 09 fev 81, no Auditório da antiga Faculdade de Direito, promovido pelo COMITÊ DE APOIO ÀS LUTAS POPULARES, que teve como objetivo estimular as discussões em torno das organizacões dos trabalhadores a partir de 64 e sua evolução durante os últimos 17 anos. O principal debatedor foi GREGÓRIO BEZERRA, antigo líder politico do extinto Partido Comunista.

O registro dos primeiros tempos, com as diretorias, as greves e lutas, depoimentos dos presidentes, análises de conjuntura e de tantas outras questões encontram-se em publicações da ADUFPB, no formato de boletins, cadernos, livros.

Em seguida ao movimento nacional de criação das ADs, foi criada a Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior - ANDES em 1981. Em 1988, passou a ser Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior - ANDES-SN.

Vale ressaltar o papel fundamental desempenhado pela ANDES nos últimos tempos da ditadura militar, buscando promover a articulação do trabalho acadêmico com as questões da realidade social, e contribuindo ativamente no debate da Constituinte. As discussões nesse

[873] Analisando estas informações, percebe-se que são provenientes de três órgãos diferentes, mas com certeza articulados, atingindo atividades realizadas até mesmo no sertão da Paraíba. Contudo, vale ressaltar a imprecisão do registro que Rosa Godoy pertencia aos quadros do Setor Jovem do MDB.

momento, no sentido de definir qual modelo de constituinte a ser adotado, bem como questões sobre o papel da universidade na articulação da produção do conhecimento e o mundo do trabalho, a ampla democratização da sociedade brasileira, entre tantas outras questões ainda difíceis de serem digeridas pelos militares e a elite brasileira. Em pleno ano de 1988, ainda se teve professor enquadrado na Lei de Segurança Nacional. Segundo o professor Rubens Pinto Lyra[874]

> Todos os integrantes do comitê local suprapartidário pela constituinte, entre os quais eu, que o coordenava no âmbito da sociedade. Portanto em 1988, fomos enquadrados na Lei de Segurança Nacional de forma totalmente arbitrária tal como a referida lei o é. Para anular o nosso enquadramento na LSN durante uma semana permaneceram na OAB o então presidente da Andes, Nilton Lima Neto, pois que eu fazia parte da diretoria dessa entidade, e o presidente nacional da OAB, Tomás Bastos, depois ministro da Justiça, que obtiveram a revogação de nossos indiciamentos na Lei de Segurança Nacional.

5.10 Algumas considerações

À luz dos exemplos apresentados, identificam-se incalculáveis danos profissionais, financeiros e psicológicos causados pela perseguição política perpetrada durante aqueles anos de vigência do regime militar.

A Paraíba teve uma singularidade, tendo em vista que a repressão a estudantes na UFPB começou a ocorrer em 22 de fevereiro de 1969, antecipando-se ao Decreto nº 477, de 26 de fevereiro de 1969. O reitor/interventor se apressou em tomar medidas, especialmente, visando a punição aos estudantes que haviam participado do Congresso da UNE em Ibiúna-SP, ou se envolvido em atividades, consideradas "subversivas", medidas estas que foram referendadas pelo órgão máximo da instituição – o Conselho Universitário (CONSUNI).

No reitorado do professor Jader Nunes de Oliveira, foi constituída uma Comissão de Anistia da UFPB, composta pelos professores Neiliane Maia, presidente, e membros Maria Lígia Malta de Farias e Geraldo Maciel de Araújo. Após pesquisa, esta comissão apresentou proposta de retratação institucional frente aos estudantes punidos pela instituição durante a ditadura militar e uma programação comemorativa dos vinte anos da Lei da Anistia. Assim, foi realizada na reitoria da UFPB, uma sessão solene do CONSUNI e uma exposição fotográfica e documental, contando com a presença dos estudantes que foram perseguidos, familiares e comunidade em geral. Segue a resolução: [875]

---

[874] Oitiva com o professor Rubens Pinto Lyra, realizada pela CEVPM-PB em 21/2/2017.
[875] UFPB. **A Retratação da UFPB**. Edição alusiva às comemorações dos 20 Anos da Lei da Anistia. João Pessoa, 1999. p. 41

Resolução nº 16/1999, de 27 de agosto de 1999, revoga decisões do Conselho Universitário que homologaram punições da Reitoria aplicadas a alunos e ex-alunos da UFPB e confere à presente Resolução efeito de Retratação Institucional perante todos aqueles punidos nesta Universidade nos termos da legislação de exceção vigente no regime militar.

O Conselho Universitário da Universidade Federal da Paraíba, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo seu Estatuto, tendo em vista deliberação de plenário adotada por unanimidade em reunião ocorrida no dia 27 de agosto de 1999, que se integra às comemorações dos 20 anos da Lei da Anistia.
Reconhecendo que, sob o jugo da ditadura, homologou atos da Reitoria lesivos à dignidade da pessoa humana e aos direitos políticos de membros da Comunidade Universitária;
Reconhecendo que tais decisões consumaram, à época, deplorável submissão ao poder discricionário de que se investiu a Administração Superior da Instituição;
Reconhecendo a necessidade de firmar para todo o sempre a reparação das punições aplicadas a alunos, professores e funcionários desta Universidade na vigência do regime militar;
Considerando que todas as formas de opressão foram inócuas diante da capacidade de resistência e luta do povo brasileiro, em especial dos segmentos universitários;
Considerando que o ideal de liberdade e de cidadania impôs-se à tirania e reconduziu enfim a Nação à Democracia e ao Estado de Direito;
Considerando que o processo de redemocratização do país registrou como um dos seus marcos históricos mais relevantes a promulgação da Lei 6.683, de 28 de agosto de 1979;

RESOLVE:
Art. 1º Revogar todas as resoluções do Conselho Universitário que homologaram atos punitivos da Reitoria aplicados a alunos e ex-alunos da UFPB, atos estes fundados em legislação de exceção.
Art. 2º Conferir a esta Resolução efeito de Retratação Institucional deste Colegiado Superior perante todos aqueles membros da Comunidade Universitária punidos pelo regime militar.
Art. 3º A presente Resolução entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.
Conselho Universitário da Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 27 de agosto de 1999.
Jader Nunes de Oliveira
Presidente

Os impactos do regime autoritário implementado de 1964 a 1985 não se restringiram ao período formal da ditadura militar, se fazendo presentes em parte do arcabouço jurídico, por mais avançada que tenha sido a Constituição cidadã de 1988, e em muitas práticas institucionalizadas na educação brasileira.

6 Intervenção nos sindicatos e em outras entidades da sociedade civil [876]

6.1 Intervenção nos sindicatos

Na Paraíba, depois do golpe civil-militar, abateu-se uma forte repressão sobre vários setores da sociedade civil, e o movimento sindical foi um dos mais atingidos. O presidente do Sindicato dos Têxteis de Rio Tinto e também prefeito da mesma cidade, Antônio Fernandes de Andrade, conhecido como Bolinha, juntamente com camponeses integrantes das Ligas Camponesas, tentou uma reação ao golpe, tomou a fábrica de tecidos, paralisou suas atividades e isolou os pontos estratégicos da cidade com arame farpado. Mas a Polícia Militar reprimiu o movimento, o prefeito fugiu e posteriormente se entregou no Quartel do 15° Regimento de Infantaria, onde ficou preso por seis meses. Na ocasião, ele também perdeu o mandato de Prefeito de Rio Tinto.

Ao responder o Inquérito Policial Militar (IPM), ele se referiu ao episódio de resistência ao golpe nos seguintes termos:

> Perguntado sobre os acontecimentos que se verificaram em RIO TINTO nos dias 31 de março e 1º de abril e que foram divulgados pela imprensa, respondeu que na noite de 31 Mar/1º Abr, foi procurado por JOSÉ GOMES DA SILVA, advogado de seu Sindicato, que lhe disse ter eclodido em Minas Gerais um movimento de rebeldia contra o Presidente da República, visando à sua deposição, e que o Sindicato de RIO TINTO, como os demais, não poderia omitir-se; que o proletariado de todo o País já se tinha manifestado contrário ao movimento e pretendia opor-se ao mesmo; que objetando ao dito JOSÉ GOMES DA SILVA as consequências que adviriam para o Município e para o Sindicato de uma tomada de posição contra o Movimento Revolucionário o mesmo respondeu-lhe que não haveria problemas, pois o próprio Ministro da Guerra pretendia manter o Sr JOÃO GOULART no seu cargo; que esta conversa teve lugar no portão da fábrica, por volta de três horas e trinta minutos do dia 12 de abril; que o pessoal da fábrica presenciou esta conversa, pois estava na hora de entrada de um dos turnos, aderiu ao movimento preconizado por JOSÉ GOMES DA SILVA e suspendeu as suas atividades, atitude que foi sendo tomada aos poucos pela totalidade dos operários que, posteriormente, se dirigiram para a sede do Sindicato; que, na sede do Sindicato, JOSÉ GOMES DA SILVA iniciou uma pregação de exaltação do movimento de resistência a tentativa de deposição do Presidente GOULART, incitando os operários e trabalhadores em geral a agirem no sentido de abortar o Movimento Revolucionário em todo o Pais pela

[876] O que se segue, relativo a perseguição aos trabalhadores urbanos no pós golpe é uma versão parcial do seguinte texto. NUNES, Paulo Giovani Antonino. "Golpe civil-militar e repressão ao movimento sindical no imediato pós-golpe no estado da Paraíba". In: OLIVEIRA, Tiago Bernardon de. (Org.) **Trabalho e trabalhadores no Nordeste**: análises e perspectivas de pesquisas históricas em Alagoas, Pernambuco e Paraíba. Campina Grande: EDUEP, 2015, p. 179-214.

> paralização de suas atividades e, se necessário, pela atuação em fôrça, utilizando todos os meios disponíveis.[877]

Aconteceram intervenções em várias entidades sindicais no estado da Paraíba, tanto em sindicatos quanto em federações, através da Delegacia Regional do Trabalho (DRT). No Sindicato dos Têxteis de Rio Tinto, Antônio Fernandes de Andrade foi afastado e, em seu lugar, foi colocado, como interventor, o antigo presidente João Batista Fernandes, pessoa de confiança da família Lundgren, proprietária da fábrica de Tecidos Rio Tinto. João Ribeiro Filho, presidente da Federação dos Trabalhadores na Indústria do Estado da Paraíba (FTIEPb), foi substituído pelo interventor Lorival Cavalcanti dos Anjos, conforme uma certidão da mesma entidade juntada ao documento de anistia de João Ribeiro Filho:

> Certifico por me haver sido solicitado por requerimento e tendo em vista a busca que procedi no arquivo desta entidade, consta que o **Sr. JOÃO RIBEIRO FILHO, RG n.º 74279 SSP/PB** é, residente nesta cidade de João Pessoa-PB, foi Presidente da **FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DA PARAÍBA**, conforme livro de **ATAS DAS ASSEMBLEIAS GERAIS** da **FTI-PB** folhas de 35 a 107 com datas de 07 de Janeiro de 1961 a 28 de Março de 1964. Consta ainda no livro de ponto de presença dos representantes do Conselho desta Federação realizadas nos dias 07 e 08 de Janeiro de 1961 a votação em que foi eleito o requerente e seus companheiros de Diretoria. Sendo substituído pelos Senhores: LORIVAL CAVALCANTI DOS ANJOS E PEDRO RIBEIRO, interventor e Secretário respectivamente.[878]

O sindicalista João Ribeiro Filho, presidente da Federação dos Trabalhadores na Indústria do Estado da Paraíba, além de ser afastado de suas funções, foi preso e sofreu humilhações, como testemunhou na audiência pública da CEVPM-PB:

> no dia dois de abril eu fui preso, quando cheguei no Quinze, tinha cinco pessoas lá, Geraldo Luiz e quatro estudantes que faziam parte do comício do dia anterior aí [...] eu fiquei quarenta e oito dias no Quinze quando voltei, voltei para trabalhar muito cercado, sem puder sair de João Pessoa aí me vinguei em trabalhar muito e estudar, respondi a um Inquérito esse Inquérito foi arquivado com o requerimento do deputado, que era um dos acusados Dr. Antônio Figueiredo Agra e lá no Supremo Tribunal Militar foi arquivado e a gente continuou a ser perseguido, sem ter direito a nada só trabalhando e acompanhando o sacrifício de muitos outros, suponhamos, no Quinze o terror era o Major Cordeiro, todo mundo tinha medo ele entrava na prisão a qualquer hora do dia e de noite para ameaçar e um oficial, um jovem oficial do Rio, gaúcho quando ele... ele ameaçava, humilhava muito etc, eu mesmo confesso

[877] Inquérito Policial Militar. Arquivo da CEVPM-PB.
[878] Requerimento de Anistia de João Ribeiro Filho à Comissão de Anistia do Ministério da Justiça. Gabinete do deputado Zenóbio Toscano. Arquivo da CEVPM-PB.

> aos senhores, humilhação psicológicas etc, mais material eu não sofri, fui responder o Inquérito lá em Recife, na Auditoria Militar, na Sétima Região.[879]

O referido sindicalista também sofreu uma série de punições: foi cassado e afastado da presidência da Federação dos Trabalhadores na Indústria do Estado da Paraíba; demitido do cargo de conselheiro da COAP-PB; destituído da função de vogal da Comissão de Salário Mínimo do Ministério do Trabalho; destituído da função de 1º suplente (estava, na ocasião, no exercício da função em virtude do afastamento do titular, licenciado por motivos médicos) de vogal da Junta de Julgamento e Revisão do IAPI; destituído da função de membro do Conselho de Educação e Cultura do Estado da Paraíba; dispensado, sem justa causa, do emprego que ocupava, em 31 de março de 1964; preso em 03 de abril de 1964 e solto em 18 de maio do mesmo ano com a determinação de que não poderia ausentar-se da cidade de João Pessoa-PB.[880]

No Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários da Paraíba, também houve intervenção, conforme Portaria da DRT, de 8 de abril de 1964:

> O Delegado Regional do Trabalho e Previdência Social no Estado da Paraíba, no uso de suas atribuições legais e, Considerando que vários Sindicatos da categoria profissional incorreram nas proibições previstas pelo artigo 525 nas alíneas "a", "d" e "e" do artigo 521, tudo da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de Maio de 1943; Considerando o disposto nos decretos 9.085/46 e 23.046/47 e jurisprudência firmadas pelo Supremo Tribunal Federal, publicada no Diário da Justiça de 30.1.1950; Considerando, ainda, que diversos dirigentes sindicais fecharam, inexplicavelmente, as sedes de seus sindicatos e se ausentaram para destino ignorado, deixando os mesmo sem assistência e sem orientação, constando nessa situação o Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários da Paraíba, RESOLVE, com apoio no artigo 528, na Consolidação das Leis do Trabalho, nele intervir em face de se achar incurso nos já mencionados artigos 521 e 525 do mesmo Diploma Legal, e, ainda, em vista das circunstâncias decorrentes do atual movimento de Renovação Democrática vitorioso em todo o território Nacional, designando interventor para esse Sindicato o associado GERALDO TEXEIRA DE CARVALHO, com a missão de proceder nova eleição no prazo de noventa (90) dias (art. 554). RECORRO, ex-oficio dessa decisão para Exmo. Sr. Ministro do Trabalho e Previdência Social. Ao Interventor, para tomar conhecimento. CUMPRA-SE. (as) Elpídio Cavalcante de Oliveira[881].

Depois do golpe, o presidente do Sindicato dos Bancários, Luiz Hugo Guimarães, teve que fugir, pois foi informado de que estava sendo procurado e podia ser preso a qualquer momento. Segundo João da Cruz Fragoso, secretário dessa entidade, ele e outros dirigentes, como Antônio Aragão Filho e o funcionário Fernando Melo, resolveram se "entrincheirar" no

[879] Depoimento de João Ribeiro Filho na Audiência Pública da CEVPM-PB "Perseguição aos sindicalistas pela ditadura", em 26/11/2013. Arquivo da CEVPM-PB.
[880] Requerimento de Anistia de João Ribeiro Filho. Idem.
[881] Arquivo da CEVPM-PB.

Sindicato até que a Polícia Civil, comandada pelo investigador Maffei, invadiu aquele órgão de classe, expulsou todos os que lá se encontravam e levou preso o funcionário Fernando Melo. Assim, não houve abandono do Sindicato, como argumentou a DRT para intervenção. De acordo com João da Cruz Fragoso,

> a 7ª DRT, mesmo que levemos em consideração o medo de represálias, cometeu um equívoco ao declarar que a Diretoria havia abandonado o Sindicato dos Bancários, pois já foi dito, a Polícia expulsou-a de lá, aliás, seria inconcebível deixar um sindicato, atuante como o dos Bancários, funcionando com a mesma Diretoria, em pleno momento revolucionário[882].

Outros sindicalistas foram presos no pós-golpe, como Derly Pereira, funcionário do Banco do Nordeste, e membro do Sindicato dos Bancários, inicialmente em Campina Grande e no momento da prisão em Fortaleza, como ele relata, em depoimento à CEVPM-PB:

> Quando estourou o golpe, eu fui preso no primeiro dia da abertura dos bancos, porque houve um recesso bancário, mais ou menos de uma semana, quando reabriu a atividade no primeiro dia eu fui preso, fui o segundo bancários preso, o primeiro havia sido Moura Beleza, que tinha sido presidente do sindicato e candidato a prefeito em Fortaleza, eu fui o segundo, o primeiro do Banco do Nordeste. Fui conduzido pro quartel do exército, onde entrei em contato com companheiros dos mais diversos, dirigentes sindicais, estudantes, intelectuais, funcionários públicos e nós permanecemos nesse presídio, nessa prisão por um mês qualquer coisa, dois meses, quando eu fui transferido aqui pra João Pessoa, chegando no aeroporto Castro Pinto tinha um colega do banco que acho que eu tava vindo, tinha um cortejo, parecia até que... soldado militar, oficial, quando ele correu pra me abraçar os soldados agarraram e empurraram ele pra baixo. Eu não vim algemado por uma coincidência. Quem me trazia era o major Eraldo Costa Novaes, que era o pior militar que tinha no quartel com os presos políticos, ele diariamente, visitava o quartel de manhã e à tarde e dava um esculacho em alguém. [...]
> Eu sei que ele me deixou aqui no 15 RI, do 15 RI eu fui transferido para o grupamento, onde... lá no 15 RI estava o Jório Machado, o Santa Cruz, Aragão, Aragão não... foi em 64... eu sei que tinha um grupo que era um grupo separado da gente e a massa que eram os dirigentes sindicais que a gente ficava lá separados deles. Pouco depois eu viajei, eu vim pra esse grupamento, grupamento de engenharia, daí eu fui levado pra Campina Grande; aí eu dei um depoimento pro major Aquino, que por sinal não me pareceu um cara muito arbitrário, ele me tratou muito bem, daí fui levado pra Campina Grande, passei outra temporada em Campina, dei lá mais um bocado de depoimento, depoimento para o Banco do Nordeste, depoimento na auditoria do banco, depoimento não sei pra quê. Soube que havia sido demitido do banco, poucos dias depois eu soube que tinham revogado a minha demissão, porque o banco tinha que aguardar a ordem lá da comissão geral... e nesse negócio eu sei que fui levado pra Recife e fiquei mais ou menos uns dois meses, um mês e tanto, lá no CPOR do Recife, em Casa Forte, quando finalmente eles viram que não adiantava. Eles pensaram em me levar pra Fernando de Noronha, mas tinha, primeiro não tinha uma motivação principal, o negócio é que tinha um coronel

[882] Depoimento de João da Cruz Fragoso na Audiência Pública da CEVPM-PB PB "Perseguição aos sindicalistas pela ditadura", em 26/11/2013. Arquivo da CEVPM-PB.

> em Campina Grande que tinha ódio de mim, na hora que estourou o golpe ele mandou me prender em Fortaleza. E eu sei que tempos depois me chamaram lá e disseram "rapaz, você pode ir embora, tá liberado". Durante esse tempo que eu estive preso foi sempre incomunicável, eu não podia me comunicar com a família, com ninguém, era um negócio terrível, porque a gente não podia ler jornal, escutar rádio, receber carta, as cartas que a gente recebia eram censuradas, inclusive teve um fato de um soldado lá do quartel que ele vez ou outra passava uma carta, e numa dessas cartas, eu tinha uma noiva, e a noiva indignada porque é que eu tava preso, que não entendia porque eu tava preso, não havia motivo, aí eu escrevi que quando o país estava sendo dirigido por ladrões, corruptos e tiranos, essas coisas aconteciam e não tinha muito o que explicar, minha explicação era essa. Eu sei que em Recife eu fui dar outro depoimento e o cara já estava com minha cartinha lá, 'mas rapaz, você tá dizendo que a revolução é de ladrões e corruptos, ladrões e tiranos', eu digo 'olha, o problema da tirania é que eu estou aqui incomunicável há três meses, não tenho contato com a família, a família está proibida, eu não posso ler jornal, não posso acompanhar nada, e isso é um cerceamento de liberdade que só ocorre nos estado que [...] por outro lado, o problema do ladrão é Ademar Barros que tá aí proclamando que é o líder da revolução'.[883]

Depois de cumprir prisão, Derly Pereira foi demitido do Banco do Nordeste:

> me soltam e eu volto para o Banco do Nordeste, reassumo minha função, fico lá numa, num lugar, como diziam, que era o limbo, porque eu não tinha função, era só marcar o ponto e não podia sair também. Quando finalmente vem o decreto de Castelo Branco que demite 19 do Banco do Nordeste, entre eles eu. [...] a gente ficou proibido de operar com qualquer órgão público, proibido de assumir qualquer emprego público, ficamos impedidos de finalmente praticar os atos da agenda civil mesmo, era um negócio terrível.[884]

Solto, Derly Pereira e outros companheiros passaram a dar apoio a organizações que aderiram à luta armada. A princípio isso aconteceu em Fortaleza, mas, com a prisão de alguns membros da ALN, se deslocou para São Paulo, onde novamente foi preso e trazido de volta para a capital cearense: "foi mais uns dois meses de [...] dois meses mais de prisão".[885] Ele afirmou que nos períodos que ficou preso sofreu muitas humilhações, mas não chegou a sofrer tortura, pelo menos de forma mais brutal:

> Tortura, vamos dizer, eu não posso nem falar em tortura, quando eu me lembro o que houve com Calistrato, Aquino [...] foram coisas extremamente cruéis e desumanas, eu levei cutucada de fuzil, máscara, bota capa na cabeça do sujeito, ameaça, mas do ponto de vista de tortura física propriamente dita eu só levei essas porradinhas. E a humilhação, agora a humilhação é desde a hora que você ingressa até quando sai, na hora de sair os caras lhe humilham, 'já vai né, comunista safado, você vai voltar aqui'.[886]

[883] Depoimento de Derly Pereira na Audiência Pública da CEVPM-PB PB "Perseguição aos sindicalistas pela ditadura", em 26/11/2013. Arquivo da CEVPM-PB.
[884] Idem.
[885] Idem.
[886] Idem.

Alguns sindicalistas paraibanos foram denunciados nos Inquéritos Policiais Militares (IPMs) instaurados em meados de abril de 1964, sob o comando do major Ney de Oliveira Aquino, acusados de subversão e ligações com o Partido Comunista Brasileiro:

> Luís Hugo Guimarães, brasileiro, com 39 anos, [...] exercia as funções de presidente do Comando Geral dos Trabalhadores Estadual [...] Era atuante, a serviço do Partido Comunista Brasileiro, do qual fazia parte como presidente do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT).
> Antonio Fernandes de Andrade, brasileiro, casado, com 39 anos, [...] participou em 1º e abril de 1964 da deflagração de uma greve geral na cidade de Rio Tinto, Paraíba, na qualidade de Prefeito e Presidente do Sindicato, tendo inclusive ocasionado a paralização de serviços públicos. Era comunista exaltado.
> João Ribeiro Filho, brasileiro, 36 anos, [...] sapateiro [...] integrava a direção do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) como Presidente da Federação dos Trabalhadores na Indústria. Nessa qualidade, participou de reunião conjunta, do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) e Frente de Mobilização Popular (FMP), realizada em 24 de fevereiro de 1964, cuja finalidade era articular um movimento de pressão ao Governo do Estado. Era agitador atuante e violento a serviço do Comunismo Internacional. Na função de Presidente dos Trabalhadores da Indústria, retransmitiu um telegrama da CNTI aos sindicatos filiados, assinado por Dante Pelacani, de teor subversivo.
> Luiz Bernardo da Silva, brasileiro, [...] integrava o Comando Geral dos Trabalhadores de João Pessoa, onde ocupava cargo de Secretário, tendo comparecido as reuniões do Comando Geral dos Trabalhadores Nacional. Nessa qualidade, participou de reunião conjunta, do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) e Frente de Mobilização Popular (FMP), realizada em 24 de fevereiro de 1964, cuja finalidade era articular um movimento de pressão ao Governo do Estado. Era atuante e Membro de Destaque (Secretário do CGT) do Partido Comunista Brasileiro[887].

Nesse IPM, comandado pelo major Ney de Oliveira Aquino, um grande número de pessoas foi indiciado sob várias acusações, a saber: de terem participado da ocupação da Faculdade de Direito; assinado carta dirigida ao Comitê Estadual do Partido Comunista Brasileiro (PCB); participado de reunião do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) e da Frente de Mobilização Popular (FMP); participado de reunião do Comitê Estadual do Partido Comunista Brasileiro (PCB); assinado manifesto da Frente Parlamentar Nacionalista (FPN) e uma proclamação revolucionária do deputado federal e líder das Ligas Camponesas, Francisco Julião; de executar tarefas do Partido Comunista Brasileiro (PCB); de terem participado do Departamento de Educação Fundamental da Campanha de Educação Popular (CEPLAR) e de aniversário do Partido Comunista Brasileiro (PCB); de terem frequentado a sede do Centro de

[887] Inquérito Policial Militar. Arquivo da CEVPM-PB.

Estudos Socioeconômicos da Paraíba (CESE); de integrar a Ação Popular (AP); e de terem coletado assinaturas para legalizar o Partido Comunista Brasileiro (PCB)[888].

Respondendo a este IPM – no qual muitas vezes o acusado tinha que omitir determinados fatos para não incriminar companheiros – o presidente do sindicato dos Bancários de Campina Grande, Jason Gonçalves de Lima, se pronunciou nos seguintes termos:

> No dia 20 de junho de 1964 outro termo de perguntas foi feito pelo Major de Oliveira Aquino, desta vez ao Jason Gonçalves de Lima. O mesmo afirma que foi Presidente do Sindicato dos Bancários e que estava no Sindicato no dia 1º de Abril. Ao ser "perguntado se o Sindicato recebeu alguma comunicação ou ordem a respeito da greve geral de solidariedade ao Governo João Goulart, respondeu que ao Sindicato não chegou qualquer ordem ou comunicação nesse sentido, pelo menos que fosse do conhecimento do depoente. Perguntado se tomou conhecimento de ordens do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), transmitidas por estações de rádio da Guanabara e relativas à deflagração de uma greve geral no País, respondeu afirmativamente; que, todavia, o Sindicato não orienta as suas decisões por notícias vinculadas pelo rádio, pelo que não tomou qualquer atividade; que, no dia 1º de abril não houve trabalho nos Bancos da cidade, mas isso se deu em consequência de haver o Governo decretado feriado bancário. Perguntado em que período exerceu suas atividades de Presidente do Sindicato dos Bancários respondeu que desde [...], quando foi eleito pela primeira vez, até o dia 1º de abril, pois foi reeleito; que esse período foi interrompido pelo seu licenciamento, em outubro de 1962. Perguntando se o seu Sindicato tinha representantes no CGT Estadual, respondeu negativamente. Perguntado se, alguma vez, o seu Sindicato participou de greves de solidariedade a reivindicações de outras classes ou de natureza política, respondeu que tais movimentos nunca tiveram acolhida no seu Sindicato. [...] Perguntado se compareceu a uma reunião realizada na sede dos Sindicatos Reunidos, em 25 de março deste ano, reunião essa em que foi comemorado o 42º aniversário do Partido Comunista Brasileiro, com uma conferência, pronunciada por Oliveiros Oliveira, respondeu afirmativamente; que, todavia, lá compareceu a convite de alguém que não se recorda sob o pretexto de que se tratava de uma reunião para debater o problema da falta de água na cidade. Perguntado se se recorda de algumas das pessoas de lá se encontravam, respondeu que só se lembra de Oliveiros Oliveira, o conferencista, que falou sobre a história do Partido Comunista Brasileiro e de Francisco Lima. Perguntado se conhece José Pereira dos Santos, vulgo Peba e quais as relações que mantinha com o mesmo, respondeu afirmativamente; quais as relações que mantinha com Peba eram de natureza profissional, ou, então, sindical, pelo fato do mesmo ser Presidente de um Sindicato, nesta cidade.[...] Perguntado a que atribui a fama de agitador que desfruta na cidade, respondeu que só pode atribuir ao fato de, no desempenho das funções de Presidente do Sindicato dos Bancários, ter dirigido alguns movimentos de reivindicação da classe; que qualquer pessoa que estivesse naquelas funções teria, também conquistado essa fama. Perguntado se conhece Aristides Lúcio Villar Rabêlo e qual o conceito que desfruta o mesmo na classe bancária, respondeu que o mesmo foi fundador do Sindicato dos Bancários, ato positivo que lhe deve ser creditado, mas é um personagem muito controvertido.[889]

[888] SILVA, Waldir Porfírio da. **Indiciados pelo IPM da "Subversão" na Paraíba**. João Pessoa, mimeog., 2013.
[889] Inquérito Policial Militar. Arquivo da CEVPM-PB.

Outro IPM instaurado no mês de junho de 1964 destinou-se a apurar a participação de militantes no chamado "Grupo dos Onze", organização criada pelo então deputado federal, Leonel Brizola, em 1963. Comandado na Paraíba pelo major José Benedito Montenegro de Magalhães Cordeiro, esse IPM indiciou 83 paraibanos[890] (Anexo 5). De participação no "Grupo dos Onze", foram denunciados pelo promotor militar, Francisco de Paula Accioly Filho, dois membros do Sindicato dos Bancários, Antônio Aragão Filho e Luiz Hugo Guimarães, que já haviam sido denunciados no chamado IPM da Subversão:

> ANTÔNIO ARAGÃO FILHO, brasileiro, casado [...] 26 anos de idade [...] funcionário do Banco do Nordeste [...]. Exercia funções no escritório de José Gomes da Silva, onde funcionava uma célula comunista. Foi preso em 1961 em companhia de outras pessoas portando material de natureza subversiva. Infringiu, assim, o artigo 99 da Lei n. 1.802, de 5 de janeiro de 1953;
> LUIZ HUGO GUIMARÃES, brasileiro, casado, [...] 39 anos de idade [...] bancário e advogado [...] . Confessou ter dirigido o C.G.T, durante seis meses, tendo comparecido a reuniões dos Presidentes do CGT no Rio de Janeiro. É fichado no DOPS. Está incurso, nas sanções penais dos artigos 7º, 9° e 12 da Lei n. 1.802, de 5 de janeiro de 1953[891].

Antônio Aragão Filho, além de responder a Inquérito Policial Militar, acusado de participar do "Grupo dos Onze", foi preso várias vezes e demitido do Banco do Nordeste, segundo depoimento de João da Cruz Fragoso a Comissão da Verdade:

> Antônio Aragão Filho parecia revestido de coração de tão humano, foi ele quem primeiro me deu orientação cristã, de está sempre atendo para servir, visitar os doentes ajudar a todos que precisasse [...] no comunismo como todo partido ele era proseletista, mais de uma maneira profundamente criativa, ele tomava um jogo de xadrez e saia pelo bairro de Jaguaribe ensinando a manejar as peças mais dando a ideia da luta de classe identificando duas peças com os patrões e as outras com os operários, foi preso nove vezes, demitido do BNB e ficou impedido de assumir qualquer emprego a não ser informalmente.[892]

Além de responder aos IPMs, alguns líderes sindicais da Paraíba sofrerem vários tipos de perseguição. O presidente do Sindicato dos Bancários e do CGT, Luiz Hugo Guimarães, por exemplo, teve seus direitos políticos cassados pelo Ato Institucional n° 1 (AI-1), do dia 9 de abril de 1964. Foi destituído da presidência do Sindicato dos Bancários, preso e removido para a Ilha de Fernando de Noronha, no dia 29 de abril de 1964, e solto em junho do mesmo ano. A seguir, foi transferido da agência do Banco do Brasil, onde trabalhava, para outra, no estado de

[890] SILVA, Waldir Porfírio da. Op, cit., 2013.
[891] Jornal do Comércio, 29 dez. 1966 apud GUIMARÃES, Luiz Hugo. Op. cit., p. 148.
[892] Depoimento de João da Cruz Fragoso na Audiência Pública da CEVPM-PB, "Perseguição aos sindicalistas pela ditadura", em 26/11/2013. Arquivo da CEVPM-PB.

Rondônia, e, em 1970, foi aposentado com vencimentos proporcionais ao tempo de serviço.[893] Também foi demitido de seu emprego de professor catedrático interino na Universidade da Paraíba, conforme podemos ver no Decreto do Presidente da República, General Castelo Branco, publicado no Diário Oficial da União, no dia 28 de setembro de 1964:

> O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 7º, parágrafo 1º, do Ato Institucional de 9 de abril de 1964, e tendo em vista o que foi apurado em Investigações Sumárias de que trata o Decreto nº 53.897, de 27 de abril de 1964, na Universidade da Paraíba, resolve.
> DEMITIR:
> Os Professores Catedráticos, interinos, Francisco de Assis Lemos de Souza e Luiz Hugo Guimarães, da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade da Paraíba e Agassiz de Amorim e Almeida, da Faculdade de Ciências Econômicas de Campina Grande da mesma Universidade, do Quadro de Pessoal – Parte Permanente do Ministério da Educação e Cultura, sem prejuízo das sanções penais a que estiverem sujeitos.
> Brasília, 25 de setembro de 1964; 143º da Independência e 76º da República.
> H. Castelo Branco
> Flávio Lacerda[894].

Já o secretário do Sindicato dos Bancários, João da Cruz Fragoso, foi destituído de um cargo de chefe de Seção, que exercia no Banco do Nordeste, e transferido da Agência onde trabalhava, em João Pessoa, para outra na cidade de Tauá, no Ceará. Por fim, no ano de 1966, foi demitido do Banco sob a alegação de justa causa.[895] Em 1968, quando era presidente do Sindicato dos Bancários, João da Cruz Fragoso foi preso:

> fui preso pela Policia Federal e pelo Exército fiquei vinte e três dias, respondi IPM fui destituído da presidência do sindicato e banido da cúpula sindical, a título de informação, nesse ano fui preso por mais duas vezes, uma juntamente com o meu pai e minha irmã e um major do Grupamento de Engenharia, exigindo uma declaração nossa de que a Polícia Federal estava extorquindo dinheiro nosso, embora fosse verdade assinar era também assinar a sua sentença de morte, a terceira prisão ocorreu por ocasião da expropriação pelo PCBR se não me engano, PCBR os organizadores e executores e programaram essa ação na minha casa já que um dos membro Eraldo Fernandes dos Santos era muito amigo e frequentava frequentemente o apartamento que eu morava.[896]

Rivaldo Cipriano da Costa, secretário da Federação dos Trabalhadores na Indústria do Estado e Presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Alimentação de João Pessoa, foi deposto de todas as suas funções sindicais. Sua prisão preventiva foi decretada em

[893] Requerimento de Anistia de Luís Hugo Guimarães à Comissão de Anistia do Ministério da Justiça. Gabinete do deputado Zenóbio Toscano. Arquivo da CEVPM-PB.
[894] Diário Oficial da União 28 jul. 1964 *apud* GUIMARÃES, Luiz Hugo. Op. cit., p. 151.
[895] Requerimento de Anistia de João da Cruz Fragoso à Comissão de Anistia do Ministério da Justiça. Gabinete do deputado Zenóbio Toscano. Arquivo da CEVPM-PB.
[896] Depoimento de João da Cruz Fragoso na Audiência Pública da CEVPM-PB, "Perseguição aos sindicalistas pela ditadura", em 26/11/2013. Arquivo da CEVPM-PB.

abril de 1964, ficou foragido por algum tempo e apresentou-se no dia 26 de junho daquele ano para responder ao IPM. Na ocasião, foi preso no 1º Grupamento de Engenharia. Solto 68 dias depois, continuou respondendo processo na 7ª Auditoria Militar, com sede em Recife[897].

Também sofreu perseguições Expedito Diniz, presidente do Sindicato dos Gráficos de Campina Grande. Ele ingressou no Sindicato em 1964, no mesmo ano de sua posse, teve que foragir-se devido ao regime ditatorial implantado no Brasil. No início dos anos setenta entrou no Partido Comunista Brasileiro (PCB) e em setembro de 1973, foi sequestrado da Gráfica onde trabalhava, encapuzado, foi levado para um local desconhecido e, em seguida, encaminhado para o 31º Batalhão de Infantaria Motorizado e logo após para 15º Batalhão de Infantaria, em João Pessoa/PB, onde foi vítima das torturas.[898]

Luiz Bernardo da Silva, vice-presidente dos Trabalhadores das Indústrias da Paraíba, secretário do CGT da Paraíba e presidente do Sindicato dos Metalúrgicos sofreu também uma série de perseguições: foi afastado do sindicato dos metalúrgicos ao qual era representante; da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias do Estado da Paraíba, onde ocupava do cargo de Vice-presidente; sofreu perseguição da Delegacia de Ordem Política e Social-DOPS, sendo chamado a depor mais de uma vez, devido a suas ações no meio sindical e partidário, sendo acusado de comunista, por causa da participação em manifestações populares; foi preso em 8 de maio de 1964, ficando no quartel do 15º RI na cidade de João Pessoa, sendo solto e logo em seguida preso novamente e levado para o quartel de artilharia em Olinda – PE, onde ficou por quase seis meses; foi indiciado no IPM pelas forças armadas e por fim, foi afastado por completo de todas as atividades sindicais durante todo o período da ditadura militar.[899]

Manoel Cícero de Oliveira, secretário do Sindicato dos Trabalhadores de Fiação e Tecelagem da Companhia de Tecidos Paraibana foi outra vítima da ditadura no meio sindical. A perseguição política iniciou no ano de 1973, quando a Polícia Federal começou as buscas a sua procura e de outros companheiros, como Ovídio Raimundo. Sua prisão foi marcada pela violação dos direitos humanos, a partir do momento que foi colocado em uma sala sem higiene alguma, sendo vítima de torturas de todas as espécies, tanto físicas como morais. Segundo Manoel Cícero, “Os policiais nos batiam, davam tapas e chutavam nossos órgãos genitais, nos chamavam de vagabundos, de subversivos entre outras coisas”. De acordo com o sindicalista,

[897] Requerimento de Anistia de Rivaldo Cipriano da Costa à Comissão de Anistia do Ministério da Justiça. Gabinete do deputado Zenóbio Toscano. Arquivo da CEVPM-PB.
[898] Requerimento de Anistia de Expedito Diniz à Comissão de Anistia do Ministério da Justiça. Gabinete do deputado Zenóbio Toscano. Arquivo da CEVPM-PB.
[899] Requerimento de Anistia de Luiz Bernardo da Silva à Comissão de Anistia do Ministério da Justiça. Gabinete do deputado Zenóbio Toscano. Arquivo da CEVPM-PB.

a Polícia Federal pedia informações das quais ele e outros companheiros presos eram alheios, insinuando que os mesmos faziam parte de organizações subversivas. Outro relato de violação dos direitos da pessoa humana foi narrado por Manoel Cícero: "Depois, fomos conduzidos da Polícia Federal para o Quartel da Engenharia. Chegando lá ficamos dentro do carro em pleno meio dia com os vidros fechados, dentro do carro a temperatura era insuportável. Chegou um momento que quase ficamos asfixiados".[900]

Outra perseguição foi sofrida por Wilame Torres Jansen, telegrafista dos Correios e Telégrafos e líder de seus colegas de trabalho como presidente da Secção da Paraíba da União Brasileira dos Servidores Postais e Telegráficos (UBSPT), nos turbulentos embates políticos de 1963 e 1964.

Com o golpe civil-militar, Jansen foi afastado da presidência da UBSPT - Secção da Paraíba, no dia 24 de abril de 1964, por meio de uma intervenção praticada pelo Diretor Regional do Departamento dos Correios e Telégrafos da Paraíba, como pode ser comprovada por este "Termo de Recebimento":

> Aos vinte e quatro dias do mês de abril do ano de mil novecentos e sessenta e quatro, presente as testemunhas abaixo assinado, recebi, na qualidade de Interventor da União Brasileira dos Serviços Postais Telégraficos (U.B.S.P.T.) – Secção Paraíba, designado pela Portaria número duzentos e quarenta e três (243) data de vinte e dois (22) de abril de mil novecentos e sessenta e quatro (1964), do Senhor Diretor Regional do Departamento de Correios e Telégrafos da Paraíba, recebi do senhor Wileme Jansen, Presidente da aludida entidade, os documentos que constituem o arquivo da U.B.S.P.T., constantes dos seguintes [...][901].

A perseguição não ficou só nesse afastamento de suas atividades sindicais. Em 9 de outubro de 1964, Wilame Torres Jansen foi demitido do cargo de telegrafista dos Correios e Telégrafos por força do Ato do presidente da República, Marechal Humberto Castelo Branco, e do Ministro da Viação e Obras Públicas, Juarez Távora, "tendo em vista a conclusão a que chegou a Comissão Geral de Investigação"[902].

Um dos casos mais graves de perseguições e violações dos direitos humanos no meio sindical se deu com José Pereira dos Santos, conhecido como Peba, presidente do Sindicato das Indústrias de Calçados de Campina Grande. Ele teve uma longa trajetória no movimento sindical paraibano, e no momento do pré-golpe civil-militar ocupava importantes espaços na estrutura sindical. Era presidente do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias do estado da

[900] Requerimento de Anistia de Manoel Cícero à Comissão de Anistia do Ministério da Justiça. Gabinete do deputado Zenóbio Toscano. Arquivo da CEVPM-PB.
[901] Processo em tramitação na Comissão de Anistia do Ministério da Justiça sob o número 08802004353201540.
[902] Idem.

Paraíba, delegado da Federação junto ao Conselho da Confederação Nacional dos Trabalhadores das Indústrias (CNTI), e Vogal na Junta de Julgamento e Revisão do Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Industriários, representando os Trabalhadores das Indústrias paraibanas.

Sofreu várias prisões, mesmo em momentos democráticos da história brasileira. Após o golpe civil-militar de 1964 foi novamente preso, na madrugada de 10 de abril, quando se encontrava escondido na casa de uma sobrinha, por uma patrulha do Exército comandada pelo sargento Camilo, que o procurava desde o dia 1º de abril. Passado mais de um mês em que Peba se encontrava detido num quartel, na cidade de Campina Grande, foi encaminhado para capital paraibana, onde ficou em uma cela isolada no 15 º RI, na cidade de João Pessoa, posteriormente foi transferido para o Grupamento de Engenharia, também localizado na mesma cidade, para prestar depoimento em um IPM, dirigido pelo major Ney de Oliveira Aquino.

Após a saída de prisão retornou para Campina Grande, quando foi destituído de todos os cargos que ocupava na estrutura sindical. Foi substituído no cargo de presidente do Sindicato de Trabalhadores da Indústria de Calçados de Campina Grande por Geraldo Pereira da Silva, nomeado por ordens do Comando do Batalhão de Engenharia de Campina Grande.

Em 12 de janeiro de 1973, foi preso mais uma vez pelo Exército e levado para a granja de propriedade de Severino Bezerra, no bairro de Cuités, na cidade de Campina Grande, onde foi vítima de inúmeras torturas praticadas por elementos da repressão.[903] No livro "O Sapateiro Militante", de Bernardete Wrublevski Aued, ele relata as torturas sofrida nesta ocasião:

> Então, eles trouxeram um fio e o prenderam numa de minhas orelhas. Eu estava de pé, com as mãos amarradas. O torturador saiu do quarto e quando retornou recebi uma descarga elétrica. Não vi mais nada. Recuperei meus sentidos já caído no chão. Tentei me levantar, mas não conseguia ver nada, estava zonzo demais. Depois de uns minutos senti uma quentura no rosto, era sangue escorrendo. Na queda meu dente havia cortado o lábio profundamente. [...]
> Eles me amarraram de novo e me ataram nos fios. Dessa vez foi mais forte do que na sessão anterior. Senti uma pancada na nuca tão grande, como se fosse uma machadada. Depois disso, não vi mais nada. Quando eles desligaram, eu estava no chão. Com muito sacrifício eu me levantei, estava completamente tonto, não atinava nada. Passei alguns minutos e não respondi mais nada. Fiquei jogado no quarto. Quando eles viram que eu tinha melhorado um pouco, chegou o Sargento Marinho, cujo nome de guerra era 'Procurador', e me disse:
> 'Nós vamos soltar você no mato e nós vamos montar piquete. Cada um de nós ficará num piquete. Se você cair num de nossos piquetes, já sabe como vai ser,

[903] Requerimento de Anistia de José Pereira dos Santos (Peba) à Comissão de Anistia do Ministério da Justiça. Gabinete do deputado estadual Zenóbio Toscano. Arquivo da CEVPM-PB.

> vamos atirar para matar. Se conseguir escapar, sorte sua. Como é? Não diz nada?'[904]

Outro sindicalista que sofreu tortura no imediato pós-golpe na Paraíba foi o bancário Boanerges Timóteo de Souza, do Banco Comercial e Industrial da Paraíba, conforme depoimento do secretário do Sindicato dos Bancários, João da Cruz Fragoso, à CEVPM-PB:

> Estávamos numa reunião de rotina no Sindicato, na noite de 31 de março, quando chegou uma pessoa avisando que Boanerges Timóteo de Souza, bancário do Banco Comercial e Industrial da Paraíba (Banco esse da família Ribeiro Coutinho) fora preso num comício em Cruz das Armas. Boanerges foi preso e entregue ao delegado da Polícia Civil Sílvio Neves que torturou barbaramente, quebrando seu braço, rompendo os pontos de uma recente cirurgia de amígdalas, causando-lhe tantos sofrimentos que atingiu suas faculdades mentais, o que motivou, no futuro, seu afastamento precoce do Banco do Brasil, para o qual tinha sido nomeado[905].

6.2 Repressão à Igreja Católica[906]

O Arcebispo da Paraíba na época, Dom José Maria Pires[907], é um personagem de suma importância nesse contexto histórico, tendo em vista que proferiu publicamente críticas contundentes ao Regime Militar. Sendo um líder religioso ativo que se envolveu em diversos conflitos que houve no campo, sempre ao lado dos trabalhadores rurais em detrimento aos interesses dos latifundiários e do governo.

Dom José Maria Pires nasceu em 15 de março de 1919, em Córregos, pequeno distrito da cidade de Conceição do Mato Dentro, Minas Gerais. Começou sua vida eclesiástica no referido estado, tendo sido sagrado bispo da diocese de Araçuaí, em 22 de setembro de 1957. Enquanto era bispo dessa diocese, Dom José, também conhecido por Dom Pelé, participou do Concílio Vaticano II.

Esse famoso encontro ecumênico foi realizado por iniciativa do Papa João XXIII, e, com a sua morte em 1963, coube ao seu sucessor, o Papa Paulo VI, concluir o concílio em 1965,

---

[904] AUED, Bernadete W. **O sapateiro militante**: José Peba Pereira dos Santos. Campina Grande: EDUEP, 2006, p. 370-371.
[905] Depoimento de João da Cruz Fragoso na Audiência Pública da CEVPM-PB, "Perseguição aos sindicalistas pela ditadura", em 26/11/2013. Arquivo da CEVPM-PB.
[906] O que se segue é uma versão parcial dos seguintes textos. SILVA, Janaína Gomes. **A Igreja Católica e a ditadura militar na Paraíba**: "Os anos de chumbo" (1969-1974). Monografia de conclusão de Licenciatura em História-UFPB. João Pessoa, 2016; NUNES, Paulo Giovani Antonino. "Tensionando a transição 'lenta, gradual e segura': A Igreja e os conflitos agrários no estado da Paraíba". In: MUNIZ, Altemar da Costa; MARTINS, Luis Carlos dos Passos. (Orgs.) **História Política**: interfaces e diálogos. Porto Alegre: EdIPUCRS; Ceará: EDUECE, 2016.
[907] Arcebispo da Paraíba de 1966 a 1995.

o qual representou um marco na história da Igreja Católica no século XX, haja vista as mudanças significativas, no tocante ao modo de ser e fazer Igreja. De acordo com Pereira:

> O concílio é chamado de ecumênico pelo fato de congregar bispos dos mais diversos países do mundo. Durante a realização deste evento, os bispos refletem sobre que rumos a Igreja Católica deve tomar do ponto de vista doutrinal e pastoral. Como resultado de uma ação desta natureza há a promulgação de alguns documentos de suma importância que refletem as decisões e prioridades desse encontro de bispos.[908]

A finalidade do Concílio Vaticano II, na visão do Papa João XXIII, era fazer com que a Igreja fizesse uma autoavaliação e atualizasse temas inerentes da contemporaneidade. Sua proposta era a de um *aggiornamento*. Este evento teve uma forte influência na ação pastoral exercida por Dom José Maria Pires no Estado paraibano. Ele buscou colocar em prática as resoluções do Concílio, apresentando em seu ministério o modelo de uma Igreja atenta às questões sociais e mais aberta ao povo.

"Dom Pelé"[909] chegou a Paraíba em 26 de março de 1966 para suceder a Dom Mario de Miranda Villas Boas no cargo de Arcebispo da Paraíba. Segundo Pereira:

> Embora apoiando o Golpe Militar de 1964, quando ainda era bispo daquela diocese mineira [Araçuaí], Dom José mudou sua postura acerca do regime militar já nesse mesmo ano, enfrentando o autoritarismo dos militares e defendendo as vítimas do regime ditatorial. Chegando a Paraíba, em 1966, permaneceu firme na luta contra as arbitrariedades dos militares e buscou alternativas para resolução de problemas como a fome e a seca, criando duas iniciativas relevantes: a *Operação Gota D'água* e o *Projeto Igreja Viva.* Ambos com preocupações maiores que o mero assistencialismo tão presente na instituição eclesial.[910]

Dom José manteve uma posição de radicalidade na defesa dos direitos humanos, fazendo denúncias e manifestando sentimentos de repúdio a violação de tais direitos por meio de sermões, cartas pastorais, declarações nos jornais, além de comparecer nas comunidades injustiçadas. Por esse engajamento pastoral e crítico das arbitrariedades cometidas pela classe dominante e o governo dos militares, Dom José chegou a ser intitulado por esses setores como sendo comunista e subversivo.[911]

---

[908] PEREIRA, Vanderlan Paulo de Oliveira. **Em nome de Deus, dos pobres e da libertação:** ação pastoral e política em Dom José Maria Pires, de 1966 a 1980. Dissertação (Mestrado em História). PPGH-UFPB, João Pessoa, 2012, p. 48.

[909] Dom José Maria Pires também era conhecido por Dom Pelé, apelido dado por seus amigos na época em que era bispo da Diocese de Araçuaí (MG), em virtude da semelhança que tinha com o jogador de futebol Edson Arantes do Nascimento, codnome Pelé, o qual era seu conterrâneo e também por ser considerado um "craque" na evangelização.

[910] PEREIRA, Vanderlan Paulo de Oliveira. Op. cit. 2012, p. 87.

[911] Idem.

Vale salientar que a Igreja Católica, sendo uma grande instituição universal, abarca em torno de si grupos heterogêneos de clérigos, que possuem divergências metodológicas e visões distintas sobre a prática religiosa. Aqui no Brasil, por exemplo, partindo dessa premissa, podemos delinear duas vertentes da Igreja: uma conservadora, adepta da concepção da Neocristandade, outra progressista, da qual Dom José fazia parte que se caracterizava por ser um grupo que almejava se aproximar dos pobres, sendo signatários da teologia da libertação. Para Pereira:

> Existia no país a presença de duas experiências antagônicas dentro da mesma Igreja. Os grupos religiosos de esquerda se vinculavam com facilidade aos movimentos políticos de orientação semelhante e os grupos religiosos de direita também possuíam suas lideranças com um bom número de seguidores. O clima religioso era o não só de "troca de farpas", mas também de anátemas.[912]

Sobre essa cisão ideológica dentro da Igreja, é importante lembrar que os agentes da repressão contaram com o apoio de setores expressivos da sociedade civil, inclusive de parte da Igreja Católica, que através da Sociedade Brasileira em Defesa da Tradição, da Família e da Propriedade (TFP), não economizou esforços para combater à oposição a ditadura. De acordo com Silva Júnior:

> A TFP também contribuiu para a tentativa de isolamento dos setores progressistas do clero católico que se opunham à ditadura. As ligações de grupos de religiosos com a luta armada foram tratadas de modo prioritário, no sentido de combater e depurar esse clero e manter sobre seus integrantes um rígido controle.[913]

No tocante ao golpe de 1964, Dom José Maria Pires foi um grande entusiasta a princípio, assim como grande parte dos membros da Igreja Católica do período. Entretanto, tempo depois, decepcionou-se com o governo dos militares por agirem de forma repressiva contra os opositores políticos do regime. Em entrevista a Vanderlan Pereira, Dom José afirma:

> A gente vivia numa situação de instabilidade muito grande. Veio o Golpe de 64 e a primeira manifestação do General Castelo Branco dizendo que a Revolução não foi feita para defender os privilégios dos ricos, mas para que todos os brasileiros pudessem. Então uma manifestação muito de acordo com aquilo que a gente esperava. Acontece que pouco depois a gente começa a ver que a Revolução não era para melhorar a situação do Brasil.[914]

---

[912] Idem, p. 67.
[913] SILVA JÚNIOR, Edson Teixeira da. A Ditadura civil-militar no Brasil: a repressão policial e política e a disputa da memória. **Revista Dir. UniFOA** - Volta Redonda - v.3 n.3 – nov. 2008, p. 53.
[914] PEREIRA, Vanderlan Paulo de Oliveira. Op. cit., 2012, p. 70.

A partir de então, começaram as críticas do Arcebispo a nova ordem política, ainda em 1964, devido à violência instaurada por meio dos atos institucionais. A ala progressista da Igreja fora acusada de defender e ajudar comunistas. Por isso, era perseguida em diversos Estados do país, inclusive na Paraíba. De acordo com o historiador Raimundo Barros, houve abusos por parte dos oficiais militares em relação a Igreja:

> Conflitos, confirmando a expectativa, os houve; foram inúmeros; de todos os feitios e capazes de satisfazer todos os gostos, chegando quase a esgotar a pauta das alternativas possíveis. Abrangeram praticamente todas as regiões do País e envolveram leigos, clérigos e bispos: manobras de intimidação. Censura ao acesso aos meios de comunicação social; acidentes de todo o gênero; intensas campanhas de difamação sem conceder às vítimas a mínima chance de defesa; invasão de instituições ligadas a Igreja, de residências paroquiais e mesmo episcopais; [...] prisões e torturas; processos esdrúxulos, que se arrastaram por meses e as vezes anos; deportações sumárias de estrangeiros, que trabalhavam nos quadros da Igreja; e finalmente sequestros, execuções e assassinatos.[915].

Com relação às vítimas do Regime Militar, Dom José buscava conceder proteção dentro de suas possibilidades:

> A gente fazia o que era possível. Se era preciso esconder a pessoa, a gente já sabia que devia mandar pra tal lugar, mandava muitas vezes p'ro interior, pra casa de um padre. É necessário? Como é que vai pra lá? Entra no meu carro aqui, fica lá atrás, deita lá. Meu carro passava. Não tinha a Manzuá, mas tinha a polícia na estrada... Era o arcebispo, pronto, logo conseguia. Então a gente pode levar pessoas assim.[916]

Portanto, Dom José Maria Pires foi um líder religioso que não se limitou a ficar restrito ao ambiente do Palácio do Bispo, sede oficial do Arcebispo da Paraíba, como o fizeram seus antecessores. Pelo contrário, ele se envolveu nos conflitos sociais que existiram na época da ditadura, sempre ao lado dos menos favorecidos, dos trabalhadores rurais, dos estudantes perseguidos. Em suma, manteve uma posição de defesa dos direitos humanos, de crítica as arbitrariedades cometidas pelo sistema, não se calando diante das graves injustiças cometidas contra os trabalhadores.

A posição desse religioso era em consonância com as diretrizes legadas do Concílio Vaticano II, assim como as reflexões resultantes da Segunda Conferência Geral do Episcopado

---

[915] BARROS, Raimundo Caramuru. A CNBB e o Estado Brasileiro durante o interlúdio espartano (a Igreja e o Governo Militar de 1964 a 1985). In: INSTITUTO NACIONAL DE PASTORAL (Org.). **Presença da Igreja no Brasil** (1952-2002): Jubileu de Ouro da CNBB. São Paulo: Paulinas, 2003. p. 173.
[916] Apud PEREIRA, Vanderlan Paulo de Oliveira. Op. cit. 2012, p. 95.

Latino-americano (CELAM), realizada em Medellín, na Colômbia, em 1968, as quais, foram uma tentativa de aplicar na América Latina as principais resoluções conciliares.

Essas diretrizes dizem respeito a postura de uma Igreja mais preocupada com a situação dos menos favorecidos, a opção pelos pobres e oprimidos, buscando ajudar na transformação da condição dessa camada da população, não se limitando às práticas assistencialistas. Sendo, portanto, uma instituição viva e atuante.

É importante destacar que no documento final da Conferência de Medellín, o Papa Paulo VI, ciente dos regimes ditatoriais instalados na América Latina, orienta os bispos a abordar o contexto político vigente:

> Com relação às forças armadas, a Igreja deve inculcar-lhes a ideia de que, além de suas funções normais específicas, têm a missão de garantir as liberdades políticas dos cidadãos, em vez de lhes obter obstáculos. Além disso, as forças armadas têm a possibilidade de educar dentro de seus próprios quadros, os jovens recrutas para a futura participação, livre e responsável, na vida política do país.[917]

Podemos inferir, a partir desse documento de conclusão da Conferência, que a orientação dada pelo sumo pontífice era de que os bispos, em seus pronunciamentos, provocassem reflexões sobre a viabilidade de retorno ao regime democrático, e condenassem a ação dos militares no tocante a violência e cerceamento da liberdade dos cidadãos.

Somado a isso, o documento enfatiza a importância da liberdade de expressão e de imprensa, reconhecendo também que o povo deve procurar os caminhos para sua libertação. Outra contribuição desse encontro episcopal, foi a ideia de criação das CEB's – Comunidades Eclesiais de Base – nas quais tinham por propósito aproximar a Igreja da sociedade, sobretudo daqueles mais carentes. No entendimento do teólogo Leonardo Boff:

> As CEB's significam a "construção de uma Igreja viva, mais do que a multiplicação de estruturas materiais", participação vital e íntima dos membros inseridos numa mesma realidade mais ou menos homogênea, vivendo a essência da mensagem cristã que é universal paternidade de Deus, a fraternidade com todos os homens, o seguimento de Jesus Cristo morto e ressuscitado, a celebração da Ressurreição e da Eucaristia e a construção já iniciada, na história, do reino de Deus, que é de libertação do homem e de todos os homens.[918]

Essas comunidades eclesiais estavam bastante presentes no episcopado de Dom José, que fomentou sua criação na Paraíba, com o objetivo de buscar uma aproximação entre a Igreja e o povo, estes órgãos serviram para formar uma nova consciência política na população.

[917] Idem, p. 99.
[918] Idem, p. 100.

Todavia, vale ressaltar que o Arcebispo jamais incitou a luta armada contra o regime, nem mesmo o ódio entre os latifundiários e camponeses, apesar dos vários litígios acerca da terra que houve na Paraíba, sobretudo a partir de meados da década de 1970.

Sua trajetória pastoral é marcada por atritos que estabeleceu com os agentes do governo e setores da classe dominante local. A título de exemplo, temos os conflitos rurais que aconteceram nas Fazendas de Mucatu e Alagamar. Não obstante, mesmo diante de situações politicamente delicadas, podemos perceber que o Arcebispo da Paraíba sempre buscou o caminho do diálogo e da resolução dos conflitos por via pacífica.

A ação pastoral de Dom José fora materializada a partir dos projetos *Igreja Viva, CEB's*, *Operação Gota d'água* e *Equipe de Promoção Humana*, este último, posteriormente deu lugar ao *Centro de Defesa dos Direitos Humanos da Arquidiocese da Paraíba*, em 1976. Todos esses órgãos tinham por escopo se envolver nos problemas vividos pelo povo paraibano. Refletiam a prática das resoluções conciliares.

O Arcebispo, através de sua ação ministerial, empenhava-se em prestar assistência aos pobres, preocupava-se com as questões sociais inerentes ao cotidiano do povo. Entre as diversas ações empreendidas por Dom José está o movimento de educação popular, com a finalidade de diminuir o índice de analfabetismo no Estado, construções de habitações, campanha para angariar fundos ao combate da escassez de água, dentre outros.

Diante dessa atuação eficaz nos meios populares, de engajamento político em áreas rurais em defesa dos camponeses, denunciando a concentração de terras, o latifúndio, a opressão dos pobres, algumas lideranças políticas do Estado e latifundiários se desagradaram com esse modelo da *Igreja Viva*, no que implicou na perseguição de alguns agentes pastorais. [919] Por isso, Dom José foi considerado um desafeto dos militares.

No Estado paraibano houve perseguição de agentes do governo a membros da Igreja Católica, geralmente acusados de subversão e comunistas. Os alvos da repressão eram em regra aqueles que se envolviam na assistência aos trabalhadores. Dentre os clérigos mais visados pelos órgãos de informação estavam os missionários estrangeiros. Sobre esse aspecto, um caso bastante emblemático foi o do Frei Hermano José Cürten, que fora preso em meados da década de 1970, acusado, dentre outras, de ser comunista e subversivo. Dom José Maria Pires, na sua terceira carta pastoral, aborda os problemas do campo e cita esse episódio:

> Nosso irmão Frei Hermano José foi também chamado de novo ao I Grupamento de Engenharia por autoridades da Segurança Nacional. **Acusaram-no "de estar pregando a violência, levando o povo a fazer**

[919] PEREIRA, Vanderlan Paulo de Oliveira. Op. cit. 2012.

> **greve, de ser ele comunista e subversivo como o Arcebispo da Paraíba"**. Advertiram-no de não continuar seu trabalho junto aos camponeses. E o ameaçaram de fazer um processo contra ele e expulsá-lo do País.[920]

Nesta carta, Dom José também manifestou apoio ao frei franciscano, tanto por parte da Arquidiocese quanto da Ordem a qual pertence. Além de tecer críticas às autoridades políticas e considerar injustas as acusações, o Arcebispo ressalta que é legítima a ação pastoral do frei Hermano José, aconselhando os agricultores para se unirem, recorrerem ao Sindicato e a Federação, e defenderem seus direitos dentro da lei. Dom José considerou que nas circunstâncias da época, os missionários que se comprometeram a ajudar os humildes foram tachados de comunistas, subversivos e ameaçados de expulsão. E acrescenta:

> Seria tão bom que os nossos irmãos, responsáveis pela Segurança Nacional fossem viver algum tempo no meio do povo, participando de seus sofrimentos, trabalhando com ele e comendo do mesmo feijão com farinha. Então eles também iriam apoiar as reclamações do povo e iriam sentir que a verdadeira segurança não se conquista silenciando os clamores de justiça, mas transformando metralhadoras em arados e tanques de guerra em tratores agrícolas.[921]

As perseguições aos membros da Igreja não se limitaram aos missionários estrangeiros, apesar de serem estes os principais alvos da repressão. Na Universidade Regional do Nordeste, situada em Campina Grande, o professor de Doutrina Social da Igreja, o Padre João Batista Filho, teve seu contrato sustado em virtude de sua participação nos movimentos contra a Ditadura Militar. Segundo Silva:

> João Batista Filho era padre da Paróquia de São Cristóvão, em Campina Grande. Ao tempo em que exercia o sacerdócio e a cátedra, também atuava como assessor espiritual dos movimentos da Juventude Estudantil Católica (JEC) e da Juventude Universitária Católica (JUC). Em 1966, ingressou como estudante no curso de Ciências Econômicas da Faculdade de Ciências Econômicas de Campina Grande, o que possibilitou que fizesse movimento estudantil e fosse eleito presidente do Centro Acadêmico daquela Faculdade. Quando do Decreto 477, de 26 de fevereiro de 1969, teve sua matrícula suspensa por dois anos, pela Reitoria da Universidade Federal da Paraíba. Por ter sido afastado da cátedra e dos seus estudos, e por temer pela sua vida, abandonou Campina Grande e a batina para tentar a sobrevivência em São Paulo. Atualmente, é casado com Raimunda de Brito Batista, e mora em Londrina, Estado do Paraná.[922]

---

[920] PIRES, Dom José Maria. **Do centro para a margem**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1980, p. 32.
[921] Idem, p. 32.
[922] SILVA, Waldir Porfírio da. **A ausência da ampla defesa nas punições dos estudantes da UFPB em 1969**. Monografia apresentada à Faculdade Paraibana (FAP). João Pessoa, 2010, p. 30.

Outro caso de atrito entre membros da Igreja no Estado com os militares ocorreu em 1972, quando o Bispo diocesano de Campina Grande, Dom Manuel Pereira da Costa, foi proibido de entrar no teatro municipal por ordem do Comandante da 5ª Cia. de Infantaria de Campina Grande. Sobre esse episódio, o vereador Rildo Fernandes, da Câmara municipal da cidade, saiu em defesa do religioso[923]. Dom Manuel Pereira, por sua vez, comunicou ao General do 7° Regimento Militar de Pernambuco o acontecido:

> Peço vênia a V. Excia. Para fazer-lhe uma **reclamação contra o comportamento violento e arbitrário do Comandante da 5ª Cia. de Infantaria de Campina Grande, Major Antônio Paulo Câmara** [Grifo nosso]. Fui convidado pela Universidade Regional do Nordeste Ofício 156/72 GR de 28 de março de 1972, para uma sessão solene a se realizar, de portas abertas ao público, que, inclusive, foi convocado pela imprensa escrita e falada. No momento em que ia entrando no recinto do Teatro Municipal da cidade, fui impedido de fazê-lo por um emissário do Comandante, que se declarou da Polícia Federal, alegando, mais de uma vez que, se eu era o Bispo, estava proibido de comparecer àquela sessão pública com que a Universidade comemorava "o transcurso da Revolução Democrática de março de 1974" (...) **venho pedir justiça e reparo de meus direitos lesados**.[924] (Grifo nosso)

A prática pastoral de Dom Manuel Pereira era semelhante à de Dom José Maria Pires. Ambos são denominados como bispos progressistas. Por isso eram considerados desafetos dos militares, pois suas atuações não se limitavam as questões religiosas, tendo também preocupação com a realidade social do povo paraibano. Em contrapartida, os bispos das dioceses sufragâneas do interior do Estado, Dom Expedito e Dom Zacarias, respectivamente de Patos e Cajazeiras, tinham uma postura mais conservadora. Contudo, apesar das concepções metodológicas serem distintas, segundo Dom José[925], o relacionamento entre os quatro era de harmonia e cumplicidade.

De acordo com o depoimento de Vilma Batista de Almeida ao projeto "Compartilhando memórias", a Igreja Católica paraibana apoiava os movimentos de esquerda. No entanto, de uma forma moderada, não se desvirtuando dos seus preceitos e evitando adotar um engajamento político ativo em face ao regime vigente.[926]

---

[923] Dossiê do regime militar, no Arquivo Eclesiástico da Paraíba. Fundo: Chancelaria, série: documentação dos bispos, sub-série: discursos, 1972.
[924] PEREIRA, Dom Manuel. Carta datada em 29/03/1972 Dossiê do regime militar, no Arquivo Eclesiástico da Paraíba. Fundo: Chancelaria, série: documentação dos bispos, sub-série: Cartas pastorais, 29/03/1972.
[925] PEREIRA, Vanderlan Paulo de Oliveira. Op. cit. 2012.
[926] Vilma Batista de Almeida foi da direção da JUC (Juventude Universitária Católica). Atuou no movimento estudantil, e por isso acabou sendo fichada pela DOPS e teve a sua matrícula suspensa na UFPB, acusada de desenvolver atividades incompatíveis com a vida universitária e desordem pública. Atualmente é professora emérita do Estado da Paraíba.

No que concerne a Dom José Maria Pires, este recebeu várias cartas anônimas contendo ameaças de morte, devido ao seu trabalho pastoral. Algumas dessas cartas encontram-se no dossiê do Regime Militar da Arquidiocese do Estado e fazem menção as atividades contrárias de Dom José a "Revolução" de 64, acusando-o de ser terrorista, pedindo o seu afastamento do cargo de Arcebispo:

> Das coisas que você está fazendo D. José Maria Pires, querendo levar o país a mesma situação de 1964. Não pense que o povo está com você, o povo está com a revolução, deixe de ser besta velho caduco, filho da puta. Você com esse terrorista Wanderlei Caixe vai arranjar o chapeu de viagem, pode esperar. Os proprietários também não vão ficar de braços cruzados, aguarde que verá, porque quem procura acha. Você agora só quer é agitar o povo, mas o povo está compreendendo tudo porque ninguém é besta e já sabe o que passou em 64. Olhe para a Itália, França e o mundo todo, e veja o terrorismo como está, e você também querendo fazer terrorismo velho filho da puta. Prepara-se para morrer, porque se continuar assim o seu dia chegará, e o de Wanderlei também, bando de filho da puta terroristas.[927]

Portanto, podemos inferir desse e de outros documentos similares que o então Arcebispo da Paraíba, Dom José Maria Pires, foi vítima de retaliação política por sua atividade pastoral e posicionamento progressista, que por sua vez, estava consonante com as resoluções conciliares, o que no fim das contas, resumia-se a postura de uma Igreja mais atenta às questões sociais, que visava ajudar seu rebanho a se libertar do jugo da opressão.

Outro clérigo que teve papel importante na resistência à ditadura foi Dom Marcelo Pinto Carvalheira que pós regime militar liderou a Arquidiocese do Estado da Paraíba, entre 1995 a 2004. De origem pernambucana, nasceu em Recife no dia 1 de maio de 1928. Filho de Álvaro Pinto Carvalheira e Maria Tereza Mendonça Carvalheira, foi educado dentro dos princípios católicos, juntamente com seus quinze irmãos. Ele é lembrado por ter se engajado em diversas causas sociais na defesa dos pobres e oprimidos, e por isso, sofreu as amarguras da perseguição e do cárcere. Mesmo depois de ter sido preso e torturado em pleno governo Costa e Silva[928], nunca desistiu de lutar pelos mais necessitados.

A decisão de se colocar em polo oposto ao regime autoritário, em virtude da defesa dos civis e líderes católicos perseguidos, contribuiu para ser um dos alvos dos órgãos da repressão. Na época já com o título de Monsenhor, ele foi privado de sua liberdade durante alguns meses de 1969, período no qual esteve no DOPS[929] em São Paulo, sob a acusação de manter ligações

---

[927] Carta anônima, sem data. Dossiê do regime militar. Fundo: Chancelaria, série: doc. dos bispos, sub-série: Comunicação, AEPB.

[928] Marechal Artur da Costa e Silva foi presidente do Brasil de 15/03/1967 a 31/08/1969.

[929] Ver SILVA JÚNIOR, Edson Teixeira da. A Ditadura civil-militar no Brasil: a repressão policial e política e a disputa da memória. **Revista Dir. UniFOA.** Volta Redonda, v.3 n.3 – nov. 2008, p. 37-56. Disponível em:

direta com Frei Betto, que por sua vez, tinha envolvimento com os membros da Ação Libertadora Nacional (ALN), liderada por Carlos Marighela. Por ter sido uma das inúmeras vítimas do Regime Militar, Monsenhor Marcelo foi indenizado pelo estado brasileiro em 2009, recebendo reparação econômica no valor de R$ 100,00 mil. Sobre o encontro que teve com o Monsenhor Marcelo, Frei Betto escreveu, anos depois, o seguinte:

> Perseguido pela repressão da ditadura militar em 1969, transferi-me de São Paulo para São Leopoldo (RS), matriculado no curso de teologia dos jesuítas. No seminário Cristo Rei funciona também um curso para reitores de seminários. Ali conheci padre Marcelo Carvalheira, reitor do Seminário Regional do Nordeste, no Recife, e assessor de Dom Helder Câmara.
> Em novembro, escapei do cerco da repressão da ditadura e, graças ao padre Marcelo, me refugiei na igreja da Piedade, em Porto Alegre, cujo pároco, padre Manuel Valiente, atendeu ao apelo de me socorrer. Dias depois fomos os três presos.
> Padre Marcelo foi duramente interrogado, tanto no Dops de Porto Alegre quanto no de São Paulo, ao qual fomos transferidos no início de dezembro. O alvo das perguntas não era nem ele nem eu. Era Dom Helder Câmara. Os policiais queriam saber quem eram "as amantes de Dom Helder; de onde ele tira tanto dinheiro para constantes viagens ao exterior" etc.
> Padre Marcelo jamais perdia a calma nem seu jeito de príncipe florentino. Respondia com ironia, e defendia com ardor o arcebispo de Olinda e Recife, qualificado pela ditadura de "bispo vermelho".
> A prisão selou o caráter fraterno de nossa amizade.[930]

Nesta época que permaneceu recluso num cubículo do presídio paulistano, padre Marcelo recebeu visitas de religiosos e manteve correspondência com o então Arcebispo da Paraíba, Dom José Maria Pires[931], a quem iria suceder no cargo a partir de 1995. Nas cartas trocadas entre os dois podemos perceber o receio do referido padre em ser submetido a tortura, assim como era habitual acontecer naquela conjuntura repressora da história do país. Também aproveitou para agradecer a visita e as orações e relatar os sentimentos e dissabores pelos quais estava vivenciando no cárcere:

> Caríssimo Dom José Maria Pires,
>
> Quero, antes de tudo, agradecer a visita que recebi do sr. no Dops de S. Paulo. Em situação humana tão precária, eu o abracei como um dos nossos pastores, fiel representante das nossas igrejas do Nordeste, destemidas e gloriosas no combate do Reino de Deus. Senti, D. José, o conforto da sua presença e, através do sr., a inconfundível caridade dos bispos da nossa região, representados no sr., em apoio a mim. Aqui estou, ainda preso, e, graças a Deus, firme na fé, feliz por sofrer alguma coisa por causa do Evangelho e pelo nome do nosso querido Senhor e Salvador Jesus Cristo. Sinto-me feliz de ser padre nesta hora, e penso que, enquanto tantos irmãos abandonam o ministério, Jesus me pede, sem nenhum merecimento meu, através deste presente sofrimento um testemunho irrevogável de amor.[932]

http://docplayer.com.br/9141309-A-ditadura-civil-militar-no-brasil-a-repressao-policial-e-politica-e-a-disputa-da-memoria.html > Acesso em: 19 nov. 2016.

[930] FREI BETTO. **Dom Marcelo Carvalheira, cristão intransigente**. 4/4/2017.

[931] Arcebispo da Paraíba de 1965 a 1995.

[932] Carta do Monsenhor Marcelo Pinto Carvalheira redigida enquanto esteve preso para o Arcebispo da Paraíba, Dom José Maria Pires, em 22/12/1969. Arquivo da Arquidiocese da Paraíba.

Anos depois de conquistada a liberdade, Monsenhor Marcelo foi nomeado em 29 de outubro de 1975 bispo auxiliar da Paraíba, função essa que exerceu até 1981. Seu trabalho correspondia dentre outras atribuições a de assessorar Dom José Maria Pires na administração da Arquidiocese do estado. Naquele mesmo ano, no dia 27 de dezembro, aos 47 anos, é sagrado epíscopo pelas mãos de Dom Helder Câmara, Arcebispo de Olinda e Recife; Dom José Maria Pires, Arcebispo da Paraíba; e Dom Aloísio Lorscheider, Arcebispo de Fortaleza e na época presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB.[933]

Subsequentemente, com a criação da Diocese de Guarabira, localizada no brejo paraibano, Dom Marcelo foi designado pelo Papa João Paulo II para ficar à frente desse recinto religioso, em 9 de novembro de 1981, aos 53 anos de idade. Nessa cidade, uma das maiores da Paraíba, o recém nomeado bispo lutou ao lado dos trabalhadores do campo, em prol da reforma agrária. Com isso, acabou por produzir atritos com os latifundiários da região. Todavia, mesmo diante da perseguição e atentado à vida que sofreu nesse período, o "Dom da ternura"[934] continuou fiel aos seus ideais e seguindo o exemplo de seus amigos e sagradores Dom Helder e Dom José Maria Pires, fez a opção pelos pobres, desvalidos e marginalizados.

Em 29 de novembro de 1995, com a aposentadoria compulsória do então Arcebispo da Paraíba, Dom José Maria Pires, Dom Marcelo, amigo e discípulo desse outro célebre religioso, foi nomeado para sucedê-lo na liderança da Arquidiocese da Paraíba, cargo em que permaneceu até 5 de maio de 2004. Antes disso, como bispo e arcebispo, exerceu também outras funções, como: Membro da Comissão Episcopal de Pastoral da CNBB (1987-1991 e 1995-1998), sendo encarregado do setor de Leigos e Comunidades Eclesiais de Base; Vice-Presidente da CNBB de 1998 a 2004; Delegado na Assembleia Especial do Sínodo dos Bispos para a América, por meio de eleição da assembleia da CNBB, com respaldo do Papa João Paulo II -1997[935].

Os membros da Igreja católica no estado da Paraíba, também sofrerem perseguições por seu envolvimento nas lutas camponesas iniciadas na segunda metade da década de 1970 e na década de 1980, já no período da chamada transição "lenta e gradual". Esse envolvimento se deu, principalmente, após a criação do Centro de Defesa dos Direitos Humanos (CDDH) da Arquidiocese, no dia 21 de abril de 1976. O referido Centro passou a ser dirigido por um ex-

933 Disponível em: <http://br.radiovaticana.va/news/2017/03/26/falece,_aos_88_anos,_arcebispo_em%C3%A9rito_da_para%C3%ADba/1301316 >Acesso: 30 abr. 2017.
934 A alcunha de o *Dom da ternura* é devido ao seu espírito manso, humildade e fraterno para com o próximo.
935 Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/consea/comunicacao/artigos/2017/marcelo-carvalheira-mais-um-combatente-da-fome-se-foi> e <https://pt.wikipedia.org/wiki/Marcelo_Pinto_Carvalheira> Acesso em: 30 abr.2017.

militante da luta armada e ex-preso político, em São Paulo, Vanderley Caixe. Segundo depoimento de Dom José Maria Pires, a Pereira:

> Indo a São Paulo eu me encontrei com Wanderley que tinha acabado de [concluir o curso de Direito], ele não tinha terminado o curso na época em que foi preso. Mas quando ficou em liberdade, faltavam uns meses só então ele agora já era advogado e já estava trabalhando na pastoral Carcerária lá em Ribeirão Preto. Mas, ele disse: a gente não pode fazer nada, tal. Aí eu disse: a gente tá começando a criação de um Centro defesa dos Direitos Humanos quem sabe você pode nos ajudar [...] então Vanderley veio pra'qui pra nos ajudar a organizar o Centro de Defesa dos Direitos Humanos. Ele se dispôs a ser também o advogado de Centro. E aí começou o trabalho. Aí ele com aquela experiência de preso político aí ele enfrentava tudo. Aí acontecia uma coisa saia daqui de madrugada e esperava que fosse abrir o quartel e então começava a se apresentar como advogado, etc. então a gente viu que o negócio estava dando certo. Contratamos o menino pra ele ser o primeiro advogado Centro de Direitos Humanos que a gente estava fundando.[936]

Assim, na conjuntura da transição da ditadura para a democracia a Igreja Católica vai ter uma participação importante nos conflitos rurais. Ela atua através de vários organismos criados com esta finalidade, como referido Centro de Defesa dos Direitos Humanos (CDDH) da Arquidiocese, que foi um dos primeiros do gênero no país e através de organismos de base que objetivavam a reorganização dos movimentos populares, tais como: Ação Católica Rural (ACR) e Movimento de Evangelização Rural (MER). Esta participação da Igreja Católica nos movimentos do campo tinha realmente um caráter orgânico, como podemos perceber neste depoimento do atual deputado estadual pelo Partido dos Trabalhadores (PT), Antônio Ribeiro, conhecido como Frei Anastácio, concedido a CEVPM-PB:

> Então Dom José cria uma equipe chamada de Promoção Humana era Irmã Marlene, Irmã Tony, era um casal, um agrônomo, um casal Belga e um agrônomo e uma médica era a professora Gláucia, era o professor Genaro e nós íamos acompanhando essas áreas e ajudando o pessoal a se organizar e entrar, vamos dar um exemplo: a questão de Camocim, então João Lacerda morando, a esposa dele era professora da escola, ela recebia treinamento do método de Paulo Freire, ensinava as crianças e aí começa a luta de Camocim e lá foi uma luta tirana, aqui o companheiro Júlio César, foi o advogado, ele sabe quantas vezes nós enfrentamos a espingarda doze dos capangas, prisões como de Zé Galego e de tantos outros lá. [...] Então Dom José animava essas pessoas para ir tocando o trabalho e teve na época foi muito importante.[937]

[936] PEREIRA, Vanderlan Paulo de Oliveira. Op. cit. 2012, p. 126.
[937] Depoimento de Frei Anastácio, na Audiência Pública da CEVPM-PB, "Conflitos Agrários nas décadas de 70/80", em 16/7/2015. Arquivo da CEVPM-PB.

Essa articulação orgânica da Igreja Católica com os movimentos também foi confirmada pelo advogado Júlio César Ramalho[938], em depoimento a referida Comissão:

> Esses conflitos todos eu diretamente juntamente com Genaro, Gláucia, Socorro Vilar, Neli, Anastácio, Hermano, todos nós nos envolvemos, era uma equipe que funcionava e semanalmente a gente se encontrava a noite no Convento do Rosário onde a gente fazia uma reunião. Como você vê era eclética a reunião tinha um comunista no meio, vários católicos, frades, padres, mas a gente, como se diz, para usar a expressão da época a gente refletia sobre as táticas que a gente utilizava para manter o povo no lugar onde eles lá já estavam.[939]

A importância da participação da Igreja Católica nos conflitos rurais na Paraíba foi detectada pelos órgãos de vigilância do regime militar, como registra-se neste Relatório elaborado, em 1980, pelo SNI:

> Na área de jurisdição da ARE/SNI (AL, PE, PB e RN), os problemas fundiários no Estado da Paraíba afloram com preponderância acentuada, face os seguintes aspectos:
> a. orientação do clero, dito progressista, sob a liderança marcante do Bispo D. JOSÉ MARIA PIRES ("DOM PELÉ") que, em seu trabalho de base, estimula ao máximo os trabalhadores das propriedades rurais a ser organizarem para desenvolver a luta em busca do reconhecimento do direito à posse da terra. Para isso, a própria legislação vigente é simplesmente ignorada, derrotando o direito de herança;
> b. desenvoltura extremada da atuação de religiosos estrangeiros na agressão ao Governo, seja através de ação pessoal, seja através de publicações oficiais da ARQUIDIOCESE DA PARAÍBA, que, inclusive, procura achincalhar as mais altas autoridades da República. Contam, inclusive, com a colaboração de marxistas recentemente anistiados. Além disso, pregam a luta de classes, provocando graves incidentes.[940]

Em 1975, o governo federal criou o Programa Nacional do Álcool (PROALCOOL), apoiado numa forte política de incentivos fiscais e creditícios, como uma proposta alternativa para enfrentar a crise energética, devido a alta dos preços internacionais do petróleo, advinda da chamada "crise do petróleo', de 1973.[941] O referido programa levou a uma valorização das terras, pois os proprietários pretendiam utilizá-la para o cultivo de cana-de-açúcar, visando a produção de álcool combustível, e, consequentemente, implicou na tentativa de expulsão dos

[938] Júlio César Ramalho era advogado dos trabalhadores rurais e camponeses, através do CDDH da Arquidiocese da Paraíba e vinculado, na época, ao Partido Comunista Brasileiro (PCB).
[939] Depoimento de Júlio César Ramalho na Audiência Pública da CEVPM-PB, "Conflitos Agrários nas décadas de 70/80", em 16/7/2015. Arquivo da CEVPM-PB.
[940] Fundo SNI. Relatório Especial de Informações Nº 390/119/80. Arquivo da CEVPM-PB.
[941] MOREIRA, Emília; TARGINO, Ivan. **Capítulos de Geografia agrária da Paraíba**. João Pessoa: Editora da UFPB, 1997, p. 105.

camponeses arrendatários, sendo este fato um dos motivos principais para os conflitos de terra iniciados na segunda metade dos anos de 1970.

Na Paraíba, com o PROALCOOL, houve um aumento da área já tradicionalmente ocupada com a produção de cana-de-açúcar e outras, que até então não eram produtoras. Segundo Moreira e Targino:

> Os municípios que mais se destacaram nessa expansão foram os que compõem a franja litorânea como Mataraca, Rio Tinto, Lucena, João Pessoa, Conde, Alhandra, Pitimbu e Caaporã. No Agreste, a cana avançou sobre os municípios de Gurinhém, Caldas Brandão, Pilar, Itabaiana, Mulungu e Guarabira, entre outros, na sua maioria sem tradição canavieira.[942]

É dentro deste processo acelerado de valorização da terra e do processo de distensão política do regime militar que se deu a luta dos camponeses por sua permanência na terra.

Um dos principais conflitos do período foi de Alagamar. Os camponeses da Grande Alagamar (Salomão, Urna, Mombuca, Saco, Serra de São José, Sapocaia, Cavalo Morto, Furna dos Caboclos, Teju, Piacas, Maria de Mulo, Caipora) ocupavam esta terra há mais de 40 anos como arrendatários, e gozavam de uma certa "liberdade". Segundo o Arcebispo da Paraíba, na época, Dom José Maria Pires.

> Enquanto vivia, o Senhor Arnaldo Maroja dava liberdade aos moradores de cultivarem a terra plantando lavouras de subsistência e criando alguns animais. O proprietário contentava-se com o 'foro' que lhe era pago em dia [...].
> Até a morte do Senhor Maroja, essas famílias tinham uma situação calma e tranqüila, visto que podiam trabalhar, produzir e morar na Fazenda de Alagamar sem sofrer pressão. Eram respeitados seus direitos. Agora a coisa mudou. Toda aquela tranquilidade ruiu ante a radical mudança do sistema.[943]

Com a morte do antigo latifundiário as terras passaram para os herdeiros que venderam a usineiros pernambucanos, que implementaram a exploração segundo uma nova lógica do capital. Isto transformaria os arrendatários em trabalhadores assalariados, que com sua resistência iniciou-se o conflito. Os trabalhadores tiveram total apoio da igreja através do CDDH da Arquidiocese, tendo como advogado deste órgão, Vanderley Caixe, que desempenhou um papel fundamental no desenrolar da luta. Os trabalhadores também procuraram o apoio do sindicato da categoria, Federação dos Trabalhadores na Agricultura (FETAG), Confederação dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), que se incorporaram à luta, dentro de suas condições.

O ano de 1977 foi todo de grande tensão, inclusive com alguns enfrentamentos diretos entre jagunços, trabalhadores e pessoas ligados à Igreja Católica, conforme registrado no

[942] Idem, p. 108.
[943] Apud ROLIM, Francisco Sales Cartaxo. **Política nos Currais**. João Pessoa: Acauã, 1979, p. 43.

depoimento do advogado do CDDH da Arquidiocese da Paraíba, Júlio Cesar Ramalho, prestado em Audiência Pública a CEVPM-PB:

> No caso de Alagamar eu também tive um pouco de contribuição, o Centro de Defesa da Arquidiocese era o doutor Vanderley Caixe, como diz Frei Anastácio de saudosa memória, mas ele estava de férias em Ribeirão Preto.
> Então Dom José, através dessa figura aqui [se refere ao seu companheiro de mesa, Frei Anastácio] de Hermano, disseram não Júlio vá para lá e eu fui só que o Bronzeado, tinha terra naquela área, era o Secretário de Segurança Pública, ele fez um cerco ninguém entrava na área, e um dia houve um espancamento de um trabalhador, eu fui com a Irmã Marlene e quando a gente começou a descer com Maria de Mello [...].
> Quando a gente desceu uma ladeira, lá vem um carro de polícia militar a gente estava vendo eles de longe acampado, mas esse carro chegou de repente e trancou o fusca onde eu e a Irmã Marlene estávamos, aí eles deram voz de prisão a Irmã Marlene e não tinha outro jeito. Ele disse, se o senhor é o advogado então o senhor pode ir lá que tem uma pessoa ferida para ir pegar. Então eu disse: não, se ela está presa eu também me considero preso, eu não ia deixar uma freira, uma irmã no meio de cinco policiais. Não sei o que eles poderiam fazer com ela naquele meio do mundo. Eu não ia deixar nunca ela lá sozinha. Então voltamos para Itabaiana onde eu liguei para Dom José, e quando foi na minha volta, eles tinham tirado ela de Itabaiana para Pilar.
> Para concluir a história, ela ficou presa lá até meia noite e eu lá também quando Dom José chegou com Burity[944], era tanta gente eram três carros pretos só ouviu ta, ta, ta eram as portas batendo e aí, soltaram a freira.
> Então Alagamar teve de tudo, era tanta coisa não era Anastácio? Porque Alagamar teve isso diferentemente de Camucim, Alagamar teve trinta dias que era uma tensão insuportável todo dia uma coisa e cada uma pior do que a outra.[945]

Já em 1978, a luta teve outro encaminhamento, com a tentativa de mobilizar a opinião pública no sentido de pressionar os organismos estatais, tanto a nível federal como estadual para resolver o problema, mas nada de concreto foi obtido.

Segundo Rolim, em outubro de 1978, um agrupamento de camponeses veio até João Pessoa com o intuito de relatar ao Governador do Estado, Tarcísio de Miranda Burity, fatos violentos ocorridos naquela zona, pedir proteção policial e insistir na tese da desapropriação. Segundo o referido autor, o governo do Estado tomou algumas providências, sem, no entanto, melhorar muito a situação, já que a resolução do problema dependia do Governo Federal. Quanto aos proprietários, havia uma certa preocupação, devido, sobretudo, ao receio de que uma decisão favorável aos camponeses viesse a funcionar como estímulo a reivindicações semelhantes em outras partes do Estado, onde já existiam sinais de crise. Além disso, acusavam

[944] Tarcísio de Miranda Burity, era governador da Paraíba, na época, eleito de forma indireta em 1978, pela Aliança Nacional Renovadora (ARENA). Em 1986, foi eleito governador novamente, dessa vez com eleição direta e pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB).
[945] Depoimento de Júlio Cesar Ramalho na Audiência Pública da CEVPM-PB, "Conflitos Agrários nas décadas de 70 e 80", em 16/7/2015. Arquivo da CEVPM-PB.

os setores da Igreja, entre eles, o Arcebispo Dom José Maria Pires, de serem coniventes e estimuladores da subversão, como se pode observar nesse depoimento de Carlos Pessoa, Presidente da Federação da Agricultura do Estado da Paraíba, na CPI da Assembleia Legislativa da Paraíba.

> Minha denúncia é de que se o problema hoje está existindo aqui nessas propriedades, esses problemas têm sido criados por elementos comprometidos com a situação reinante no País; elementos que já estiveram envolvidos em atos de agitação, pelos quais foram condenados, que é o caso, entre outros, do advogado Wanderley Caixe. A situação existente, esse clima de desentendimento que nós estamos observando nessas propriedades têm sido urdidos, ardilosamente, por estes cidadões.[946]

Na mesma linha de argumentação foi o depoimento na referida CPI de Waldomiro Coutinho, proprietário na zona conflituosa:

> Existe uma liderança fora da liderança sindical dos trabalhadores rurais, comandada pela Igreja na nossa terra e que o povo paraibano hoje já sabe, porque as palavras são públicas, são em recinto aberto e não tem nada escondido. É uma pregação totalmente contrária ao regime do País. O direito de propriedade, existiu, existe, e eles entendem de tirar esse direito que é garantido para nós proprietários.[947].

O apoio da sociedade civil a este e outros conflitos no campo, foi destacado por uma das principais lideranças católicas, Frei Anastácio, em depoimento a CEVPM-P:

> Eu queria também salientar a Universidade Federal da Paraíba. A Aduf-PB ela teve um papel fundamental também na luta dos trabalhadores e das trabalhadoras e aqui eu quero trazer a pessoa da professora Elisa. A professora Elisa, ela tem uma capacidade, também Verinha, elas tinham uma capacidade enorme na Aduf-PB de mobilizar os professores, mobilizar o DCE, nós éramos como um guarda-chuva que juntava todo mundo para não levar chuva. Então a Aduf-PB e o DCE tiveram um papel fundamental, a gente telefonava de casa, porque o telefone que tinha era convencional, para Elisa, ou para qualquer um, podia telefonar agora que com meia hora chovia de gente na praça ou na rodagem que era fechada lá nos bombeiros. Então a Universidade Federal da Paraíba tem história nesse sentido. E também os jornalistas, a imprensa teve um papel importante, aqueles jornalistas que hoje estão da nossa idade João Costa, Rubens Nóbrega, tantos outros que não me lembro.[948]

O apoio da imprensa local, dando visibilidade ao movimento, contribuindo dessa forma tanto para resolução do problema como para amenizar os as ações repressivas. É o que foi

[946] Apud ROLIM, Francisco Sales Cartaxo. Op cit., 1979, p. 44.
[947] Idem, p. 45.
[948] Depoimento de Frei Anastácio na Audiência Pública da CEVPM-PB, "Conflitos Agrários nas décadas de 70 e 80", em 16/7/2015. Arquivo da CEVPM-PB.

destacado pelo advogado dos trabalhadores rurais e camponeses, Júlio César Ramalho, também em depoimento a CEVPM-PB.

> Então era um negócio feito com muito sacrifício, porém se a gente não tivesse tido a habilidade de chamar a imprensa para acompanhar esses episódios, muita coisa, aliás, a coisa não teria ocorrido da maneira como ocorreu porque, por exemplo, se havia um despejo com violência, estava lá um fotógrafo do jornal O Norte, ou a União ou às vezes até mesmo do governo o jornal A União, o Momento de Jório Machado, o jornal Correio da Paraíba, e tinha também uns programas de rádio onde a gente ia lá e dava entrevista os trabalhadores iam lá. Então denunciava para a sociedade [...] Então, veja só, para encerrar com essa questão da imprensa eu acho que sem o apoio da imprensa, porque era apoio mesmo de jornalistas talvez até os diretores de jornais, os donos dos jornais não tivessem lá muita simpatia, mas a gente chamava os jornalistas que a gente sabia que era do "PC do B", gente que era Libelu naquela época tinham vários grupos dessa natureza a gente não queria saber, eles iam para lá e aí eu quero citar os nomes para ficar registrado nos anais daqui da Comissão. Eram os seguintes jornalistas: Nonato Guedes, Frutuoso Chaves, Erivaldo Pereira, Biu Ramos, José Euflávio, Gisa Veiga, Wellington Farias, Chico Pinto, Pedro Moreira que já morreu, Fernando Moura e muitos outros, eles iam conosco no carro ou de Anastácio ou no meu ou de Frei Hermano iam para lá faziam a cobertura e eu tenho felizmente um arquivo muito bom das fotos e dos fatos da reportagem que eles fizeram na época.[949]

Conflitos por terra também aconteceram em vários outros municípios neste período analisado. O município de Alagoa Grande, localizado na microregião do Brejo paraibano, teve registrado 12 propriedades em conflito; Alagoa Nova, em sete propriedades; Areia, em cinco; Alagoinha, sete áreas; Pilões, três áreas; e Araruna cinco latifúndios em conflito.

Em praticamente todos esses conflitos pode-se perceber a presença marcante das mulheres na luta pela terra, ao lado dos membros da Igreja Católica, como relatou Júlio César Ramalho, em depoimento a CEVPM-PB.

> As mulheres eram maioria na luta pela resistência e Anastácio é testemunha, as mulheres eram mais fortes e mais bravas na hora de enfrentar a polícia.
> Tem uma cena que eu e Hermano vimos que lembra aquele filme 1900 de Bertolucci, tinha dois coqueiros assim então a polícia depois que derrubou a escola eles reagiram pouco aí começaram a dar cassetetes, coronhadas de rifle e eu e Hermano a única coisa que a gente dizia era: tenente não atire, não atire, não atire, não atire. Bom, enfim, a situação estava desse jeito. Mas de qualquer maneira conseguiram prender alguns e colocaram no camburão, pois sabe o que dona Júlia, fez aquela baixinha que ainda é viva hoje, ela se jogou, deitou no meio entre os dois coqueiros para que o camburão da polícia não saísse com o pessoal preso, quem assistiu o filme 1900 de Bertolucci sabe que isso foi feito na época, na Itália pelos camponeses.

[949] Depoimento de Júlio César Ramalho na Audiência Pública da CEVPM-PB, "Conflitos Agrários nas décadas de 70 e 80", em 16/7/2015. Arquivo da CEVPM-PB.

> Pois bem, a conclusão trágica e cômica é que chegaram dois soldados, um segurou pelos braços e o outro pelas pernas, pegaram ela assim e jogaram com quem joga um saco de lixo passaram e foram embora. E aí era eu, Hermano e Anastácio atrás no fusca imaginem o risco que a gente correu atrás do camburão, o camburão furava o sinal e a gente atrás furava igualzinho uma loucura naquela época, mas era a tática que a gente tinha para dar força ao pessoal.[950]

Uma grande dificuldade encontrada pelo movimento era o atrelamento de forças políticas no aparelho vinculadas aos interesses dos latifundiários, principalmente no Poder Judiciário, como destacou o advogado Júlio César Ramalho, em depoimento a CEVPM-PB:

> O difícil para um advogado nessa conjuntura além das questões político-partidárias clandestinas que eu tive que viver é você se defrontar com o Poder Judiciário, que continua sendo o mais conservador de todos. [...]
> Camucim passou um ano e três meses ou um ano ou cinco meses, não me lembro bem Frei Anastácio, com acampamento da policia militar lá dentro, foi um ano e oito meses. E isso não foi porque o proprietário requereu, veja a ironia da história, a liminar de posse garantia a posse daquelas famílias lá.
> Então a Destilaria Tabu, vinha passava o trator e derrubou seis vezes a escola e incendiou não sei quantas vezes as casas, e diante disso eu requeria ao juiz que fornecesse força pública para garantir a posse dos trabalhadores, ingenuidade não, foi uma tática, mas que se revelou em pouco tempo de que partido e de que lado estava o juiz e a polícia. Porque ao invés dela garantir a posse dos trabalhadores, ela acompanhava dando segurança aos capangas da Tabu para tocar fogo na escola e em casas dos trabalhadores, e também espancamentos que houve.[951]

Outro fato marcante, sobre estes conflitos, é que eles viviam sob constante vigilâncias dos órgãos de informação, principalmente o SNI, que fazia relatos da situação das negociações em andamento, e principalmente dos "elementos estranhos", envolvidos no conflito, onde se destacam, militantes vinculados a Igreja Católica, como podemos perceber, em passagens deste Relatório do SNI, do final do ano de 1980, relativo as negociações do conflito da Fazenda Camucim:

> 3. FAZENDA CAMUCIM
> a. Após a celebração da missa, na Fazenda CAMUCIM, no dia 08 NOV 80, D. JOSÉ MARIA PIRES (arcebispo da PARAÍBA), sua comitiva e o advogado dos posseiros JÚLIO CÉSAR RAMALHO RAMOS, reuniram-se com os agricultores os quais resolveram não mais aceitar que as suas posses continuassem a ser medidas, conforme a Liminar da Manutenção de Posse concedida pelo Juiz de Direito da Comarca de PEDRAS DE FOGO/PB.
> b. [...]
> c. O Juiz de Direito da Comarca de PEDRAS DE FOGO/PB, observando que as soluções amigáveis, até então apresentadas, eram tumultuadas pelos religiosos Frei HERMANN JOSEPH CURTEN (Frei HERMANO), Frei ANASTÁCIO, D. JOSÉ MARIA PIRES, Irmãs ANTONIA MARIA VAN

[950] Idem.
[951] Idem.

> HAM (Irmã TONY) e HELENA WILHERMINA SILVESTRE BURGUES (Irmã MARLENE), advogados JÚLIO CÉSAR RAMALHO RAMOS e JOSÉ TAVARES DE ANDRADE FILHO, determinou, judicialmente, que as medições fossem realizadas por um perito e dois assistentes nomeados pela Justiça.
> d. Em 18 NOV 80, alegando que era um motorista conduzindo a médica GLÁUCIA MARIA DE LUNA para prestar um socorro de urgência, em uma criança filha de um dos posseiros, o Frei ANASTÁCIO conseguiu burlar a vigilância policial e entrou na área em litígio, mesmo sabendo que seu nome não constava na relação das pessoas autorizadas a ter acesso ao local.
> Logo em seguida a este fato, esteve na área, o Dr. JÚLIO CÉSAR RAMALHO RAMOS acompanhado de quatro jornalistas representando os jornais ESTADO DE SÃO PAULO, O GLOBO, JORNAL DO BRASIL e FOLHA DE SÃO PAULO que vieram com o propósito de documentar os prováveis incidentes que deveriam ocorrer pelo impedimento do Frei ANASTÁCIO e da médica.
> e. No dia 20 NOV 80, na Igreja Matriz da BOA VISTA, em RECIFE-PE, houve uma reunião para tratar do problema em CAMUCIM, com a presença de D. JOSÉ MARIA PIRES, advogado PEDRO EURICO BARROS F. SILVA, Dr. FREDERICO ACEL LUNGGREN e Sr. SÉRGIO GUERA, onde ficou acordado que:
> - a Destilaria TABU cederia cerca de 200 hectares, das terras de CAMUCIM, na área dos coqueiros, para os posseiros;
> - os posseiros que fossem relocados teriam suas lavouras devidamente indenizadas pelo preço tabelado pelo INCRA;
> - D. JOSÉ MARIA PIRES se encarregaria junto aos seus subordinados Frei HERMANO, Frei ANASTÁCIO, irmã TONY e Irmã MARLENE de evitar incidentes na área;
> - as partes não dariam prosseguimento as ações judiciais em tramitação;
> - D. JOSÉ MARIA PIRES se comprometeu, ainda, a trabalhar com os seus subordinados que atuam nas áreas, sindicatos e advogados, para resolver o impasse criado na área de CAMUCIM.[952]

7 Cassação de mandatos eletivos e a perseguição a magistrados

No Estado da Paraíba cassações de mandatos eletivos se deram em quatro momentos: primeiro, por meio de Projetos de Resoluções da Assembleia Legislativa e Câmaras de Vereadores; em segundo, por iniciativa do Poder Executivo através do Ato Institucional de 10 de abril de 1964; terceiro, logo depois do Ato Institucional nº 2 (AI-2), em 1966; e, por fim, após o Ato Institucional Nº 5 (AI-2) por iniciativa do Conselho de Segurança Nacional, órgão composto pelo Presidente da República, Vice-Presidente, todos os ministros do Estado Brasileiro, inclusive os chefes do Estado Maior das três forças militares e pelo Chefe do Serviço Nacional de Informações (SNI).

[952] Fundo do SNI. Relatório Especial de Informações Nº 390/119/80. Arquivo da CEVPM-PB.

7.1 Cassações de mandatos legislativos no imediato pós-golpe no estado da Paraíba[953]

A Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba, por seu presidente Clóvis Bezerra (UDN), e a Câmara Municipal de João Pessoa, presidida por João Cabral Batista, assim como em vários setores da sociedade civil paraibana apoiaram de imediato o golpe civil militar. Ambas as casas legislativas, antecipando-se às determinações estabelecidas pelo Governo Federal no AI-1, procederam à cassação dos mandatos de parlamentares supostamente envolvidos com atividades e ideologias consideradas subversivas.

Através do Projeto de Resolução 3/64, do deputado Joacil de Brito Pereira (UDN), a Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba, cassou inicialmente o deputado Assis Lemos e Langstein de Almeida e os suplentes Figueiredo Agra e Agassiz de Almeida, por unanimidade.

> Art. 1º - É declarada a perda dos mandatos dos deputados Francisco de Assis Lemos e Langstein Almeida e dos Suplentes Figueiredo Agra e Agassiz de Almeida, todos da Legenda do Partido Socialista Brasileiro.
> Art. 2º - A perda de mandatos declarada no artigo anterior se funda em procedimento incompatível com o decoro parlamentar, por parte daqueles representantes e suplentes, nos termos do art. 21, § 2º, da Constituição do Estado e no art. 120, do Regimento Interno.
> Parágrafo Único – Para os efeitos da presente Resolução, entende-se por procedimento incompatível com o decoro parlamentar a prática pelos aludidos deputados e suplentes de incitamento ao ódio de classe, a tentativa, por meios violentos, de subversão do regime democrático, para implantação da ditadura, no País, o que constitui crimes previstos na Lei de Segurança (Lei nº 1.802, de janeiro de 1953)
> Art. 3º - A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.
> Sala das Sessões, em 7 de abril de 1964[954].

Mesmo a cassação dos parlamentares tendo sido feita por seus pares, houve a participação do exército. Em seu depoimento ao Inquérito Policial Militar (IPM) sobre o processo que cassou os membros da Assembleia, o deputado estadual Marcus Odilon Ribeiro Coutinho destaca que a cassação ocorreu a partir de um documento enviado pelo exército:

> [...] um ofício oriundo do 15º Regimento de Infantaria foi apresentado pelo deputado JOACIL PEREIRA, assinado pelo Cel. EDNARDO D'AVILLA MELLO em que aquela autoridade militar declarava que constava, no Serviço de Informações do Regimento, serem os deputados LANGSTEIN DE ALMEIDA, ASSIS LEMOS, FIGUEIREDO AGRA e AGASSIZ DE ALMEIDA elementos agitadores, subversivos e comunistas.[955]

[953] O que se segue, relativo à cassação de mandatos de parlamentares, é uma versão parcial do seguinte do artigo: NUNES, Paulo Giovani Antonino. Ataque ao parlamento: as cassações de mandatos durante a ditadura militar no estado da Paraíba (1964-1969). In: **Saeculum** – Revista de História, Nº 31, João Pessoa: jul/dez, 2014, p. 285-304.
[954] Inquérito Policial Militar. Arquivo da CEVPM-PB.
[955] Inquérito Policial Militar. Arquivo da CEVPM-PB.

Sobre a rapidez da cassação dos mandatos dos deputados paraibanos, o ex-deputado Agassiz de Almeida afirmou:

> Então as nossas cassações foram feitas numa rapidez muito grande. Por quê? Porque eles queriam, o Ednardo D'Ávila Melo tinha um comando muito forte, junto a eles. Porque o poder das armas em certo momento, faz com que certos lacaios se ajoelhem, se acovardem. Nós fomos lançados às feras, enxotados e logo presos. Cassaram e decretaram logo as nossas prisões. A cassação teve um quadro muito melancólico aqui. Porque nenhuma voz se levantou. Em Recife Gilberto Azevedo se levantou, mais três ou quatro deputados. Em Alagoas uma homenagem, ao deputado Viana de Meira que se levantou contra essa cassação indecente sem julgamento, sem provas, só para prestar serviços ao Exército de Recife.[956]

Já na Câmara Municipal de João Pessoa, segundo o seu presidente o vereador João Cabral Batista, "após várias reuniões secretas, os vereadores resolveram por unanimidade cassar o mandato do vereador Antônio Augusto de Arroxelas Macêdo, em face do mesmo ter infringido o artigo 48 da Constituição Federal e o artigo. 4º do Regimento interno da casa"[957]. O ato de cassação se deu através de um Projeto de Resolução:

> ESTADO DA PARAÍBA
> MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA
> CÂMARA MUNICIPAL
> PROJETO DE RESOLUÇÃO NÚMERO -------
> Cassa mandato de Vereador e dá outras providências
> CONSIDERANDO que o Vereador ANTONIO AUGUSTO DE ARROXELAS MACÊDO, eleito pela Legenda do PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO, defendendo ideologias contrárias ao Regime Federativo por que se rege a Nação Brasileira, estando implicado no movimento subversivo que tentava implantar o Comunismo no território Nacional, o que foi evitado pela patriótica ação das FORÇAS ARMADAS e dos Governadores que se mantiveram fiéis à Legislação Constitucional;
> CONSIDERANDO que esse ato constitui procedimento incompatível com o decoro da Casa Legislativa a que o mesmo pertence, pois não pode admitir que um Vereador pugne pela implantação de um regime contrário ao que estabelece a Constituição Federal do País;
> CONSIDERANDO que a omissão da Constituição Estadual e das Leis ordinárias do Estado e do Município, relativamente à perda do mandato por incompatibilidade com o decoro parlamentar, a que se há de aplicar o disposto do Art. 48, parágrafo 2° da Carta Política Constitucional do Brasil, Lei Maior que nos rege;
> CONSIDERANDO que por isso e tendo em vistas os relevados interesses nocivos à sua estabilidade e aos fundamentos e, tendo ainda em vista o que estabelece o Art. 4° do Regimento Interno da Câmara Municipal de João Pessoa;

[956] Depoimento de Agassiz de Almeida na Audiência Pública da CEVPM-PB, "Cassação de mandatos por civis a serviço dos militares", em 2/6/2015. Arquivo da CEVPM-PB.
[957] *O Norte*, 04 abr. de 1964.

> RESOLVE:
> Art. 1° - Fica cassado o mandato de Vereador do Sr. ANTONIO AUGUSTO DE ARROXELAS MACÊDO, por ter o mesmo desrespeitado o Artigo 48, parágrafo 2° da Constituição Federal e o Artigo 4° do Regimento Interno desta Câmara;
> Art. 2° - A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
> SALA DAS SESSÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA, EM 3 DE ABRIL DE 1.964.
> JOÃO CABRAL BATISTA – Presidente
> ALMIR CORREA – 1º Secretário
> EDSON CAVALCANTI – 2° Secretário[958]

Pela Câmara de João Pessoa, também foram cassados os suplentes José Gomes da Silva, conhecido como Zé Moscou, e Leonardo Leal, ambos membros do PCB.

O deputado estadual Assis Lemos, presidente da Federação das Ligas Camponesas da Paraíba, além de ter seu mandato cassado, como vimos, foi preso no Recife no dia 6 de abril de 1964, quando se encontrava na residência do ex-deputado paraibano Osmar de Aquino. Ele fora para Pernambuco para apoiar uma possível resistência do governador Miguel Arraes. Segundo Lemos, em relato no seu livro, "Nordeste. O Vietnã que não houve. Ligas Camponesas e o golpe de 64", após sua prisão:

> Puseram-me numa Rural Willys [...] e foram me espancando até o Quartel General, no Parque 13 de Maio, em Recife. Pararam no caminho e discutiram se deveriam ou não, levar-me até a praia, para uma sessão de afogamento. Felizmente desistiram[959].

Posteriormente, o deputado Assis Lemos foi trazido para João Pessoa para o Quartel do 15º RI. Segundo ele, neste percurso, as pessoas que estavam no carro que iriam transportá-lo, juntamente com o coronel Hélio Ibiapina:

> Iam discutindo qual o melhor caminho a tomar, e resolveram seguir em direção ao bairro de Macaxeira, na periferia de Recife. Quando ultrapassaram aquele bairro, o 'mulato' disse: 'Coronel, prá que levarmos este bandido prá Itabaiana, quando podemos resolver aqui mesmo? O senhor está cansado e a viagem é longa'. O Coronel concordou e o motorista procurou uma estrada do lado direito da rodovia de Recife, em direção a João Pessoa. Parou o veículo e desceram. Fiquei com o motorista que me apontava um revólver, calibre 45. Logo, em seguida a um sinal de Ibiapina, o motorista mandou que tirasse a roupa ficando eu totalmente nu. Tiraram as cordas e os ferros do jipe, e me levaram a um matagal. Havia apenas uma casa, a cerca de 200 metros.
> Numa árvore, instalaram o 'pau-de-arara' e me colocaram nele. Começaram a espancar-me, com tapas nos ouvidos – os famosos telefones – enquanto o

[958] Inquérito Policial Militar. Arquivo da CEVPM-PB.
[959] LEMOS, Francisco de Assis. **Nordeste. O Vietnã que não houve**. Ligas Camponesas e o golpe de 64. Londrina: UEL/UFPB, 1996, p. 218.

> Ibiapina interrogava-me sobre as armas vindas de Cuba. Respondi que não tínhamos armas e desconhecia totalmente que Cuba as houvesse enviado [...] Sob o pretexto de que estivesse ocultando alguma informação, colocaram-me um jornal no ânus e tocaram fogo. Era um tipo de tortura chamado de 'foguete' ou 'charuto cubano'[960].

Outro deputado estadual cassado pela Assembleia Legislativa da Paraíba, Langstein Amorim de Almeida, relatou à CEVPM-PB onde se encontrava quando houve o golpe de 1964, a sua prisão e a ida para o presídio de Fernando de Noronha:

> Aí chegou a ditadura, eu era deputado, eu estava na fazenda de papai lá em Boa Vista, o morador de frente era João [...] Barreto, orientado por Otávio Costa, coronel comandante do quartel lá, para quando eu chegasse ele avisar no telefone para a patrulha vir me prender. [...] Vamos para o quartel. Fui dentro da Kombi, dentro do carro no sofá. [...] Transferido para João Pessoa, quartel do quinze, aí eu fui no camburão, atrás, preso atrás. Estrada ruim, nesse tempo estava construindo a estrada Campina-João Pessoa, e viajar ali não é mole não, demos uma média de doze horas de viagem, uma coisa que hoje se faz com duas horas.
> Então eu cheguei lá, bota na sala. Quando olhei, encontrei Orlando Tejo, Jório Machado, estava todo mundo lá, Luís Guimarães, professor Laurindo, Bento da Gama, [...] estava Bolinha o prefeito de Rio Tinto, colocou todo mundo no mesmo canto. E ficamos lá, durante cinco dias, um ambiente ruim danado, não cabia ninguém, dezesseis pessoas em uma salinha pequena, mas a gente se virava bem, ficava no chão, Orlando Tejo contando a história de Zé Limeira, o poeta do absurdo. E ele contava aquilo, Paulo Barreto ficava de boca aberta, ele recitava aquelas poesias, era muito inteligente.
> Aí fomos em cima de um caminhão, sentados em bancos longitudinais, quatro soldados, fomos para o aeroporto de Recife. No aeroporto pegamos o avião para Fernando de Noronha. Lá fomos levados para o quartel e ficamos em uma sala, os cinco. E durante o tempo quase todo não havia tortura. Até que um dia Ibiapina, que era um coronel de Recife, o homem das torturas. Foi lá e mandou convocar Jório Machado à noite. Ficou todo mundo preocupado. E cadê Jório aparecer. E nos perguntávamos – o que houve com Jório?
> Quando foi 8 horas da manhã, Jório chegou todo cansado, enfadado.

Langstein, também relata ameaças sofridas na prisão em Fernando de Noronha, que podem ser definidas com tortura psicológica:

> Aí um dia um tenente chega e diz: 'Langstein de Almeida, o major quer falar com o senhor'. Eu disse: Diga major. – 'É o seguinte, o senhor vai ficar no isolamento, porque o senhor vai ser julgado pelo Conselho de Segurança Nacional'. Eu disse: qual é o crime? 'O julgamento é para saber se o senhor vai ser ou não fuzilado. São seis membros e o senhor pode até ser absolvido'. Eu disse: Mas não tem nenhuma defesa minha major? Ele disse: 'não, eles estão julgando pelos autos feitos pelos militares'. Eu pensei: é condenação na certa!
> Fiquei em uma cela sem nada, para não se suicidar, comia com colher, o sanitário era um buraco, não tinha nada para não haver suicídio. Então fiquei. A comida era boazinha, colocavam debaixo da porta. Quando foi com oito

[960] LEMOS, Francisco de Assis. Op. cit., p. 220-221.

> dias o major chegou: 'eu vim informar ao senhor sobre o resultado do julgamento. O general tal [disse o nome do general] pediu vistas do processo, vai ficar o julgamento para daqui a dez dias' e marcou o dia.
> Nos oito primeiros dias eu resisti bem demais: vou ganhar esse negócio, não tem crime, meus crimes eram contra o interesse econômico dessa gente. Eu tinha fé. Mas na segunda semana começa a haver uma depressão, o cérebro começa a ceder, vai afracando, só pensando naquilo, não pensa mais na família, não pensa em nada, só pensa no dia do julgamento, o fuzilamento já começa a acontecer como uma realidade.
> Então vem aquela depressão e aquela vontade de se suicidar. Pensa: é melhor que eles me matem, pelo menos não vou sofrer. Quando o cérebro afrouxa vem a vontade do suicídio. A máquina do corpo humano é o cérebro e qualquer depressão tira o cabra de tempo. Você só pode ter saúde se organizar primeiro o cérebro. Por isso que o relaxamento, que eu aprendi na prisão, de desligar o cérebro do corpo, tem uma força imensa, porque você desliga o cérebro daquilo que está torturando ele. Reestruturou o cérebro aí você pode considerar que o corpo vai se sair bem.
> Aí quando foi na segunda-feira senti aquela agonia. O cabra veio e disse: 'o pessoal não pôde votar'. Agora imagine você esperando um julgamento para saber se ia ser ou não fuzilado, a apreensão do negócio. Eu disse: Major, quando vai ser definido mesmo esse negócio? Ele disse: 'está prometido mesmo daqui a uma semana', tal dia. Era ele que estava marcando. Não existia julgamento, era o cabra que estava fazendo o serviço a mando, acho, de Ibiapina.[961]

O ex-deputado estadual Agassiz de Almeida também prestou depoimento à CEVPM-PB e falou como se deu a sua prisão:

> Fui preso no dia 11 de abril em Campina Grande e o Exército fez um aparato bélico; um camburão numa ponta, numa rua de uma entrada a outra, um camburão na outra entrada da rua, uns 50 soldados. E o major que me prendeu foi o major Arraes. Eu perguntei ao capitão. Quando ele entrou no banco do camburão eu disse: camburão, não, eu vou a pé, mas não vou de camburão. Ele ia me jogando no camburão. Eu disse eu vou a pé, mas de camburão, não, se vocês quiserem me jogar, joguem, mas eu não vou subir num camburão.[962]

Mas, Agassiz de Almeida disse que só veio a ter clareza da situação em se encontrava, quando começou a sofrer ameaças:

> Eu comecei a sentir o peso da prisão na madrugada do dia 11. Quando tocaram corneta no quartel às quatro horas, me jogaram no camburão; aí, eu senti que estava preso ali. O tenente Barbosa, forte, me pegou pelo braço assim e disse: Cuidado, qualquer movimento aqui, de João Pessoa para Recife, movimento camponês, daqui para Recife vocês vão ser fuzilados; estou lhe avisando.
> O coronel Otavio Queiroz, também me disse quando eu vim para Recife, ele disse: vou lhe avisar doutor Agassiz, me chamou de doutor ainda e disse:

[961] Idem.
[962] Depoimento de Agassiz de Almeida na Audiência Pública da CEVPM-PB, "Cassação de mandatos por civis a serviço dos militares", em 2/6/2015. Arquivo da CEVPM-PB.

> ‘qualquer movimento de camponês no percurso de Campina e João Pessoa, qualquer movimento o senhor vai ser executado’.[963]

Sobre a ida para a ilha de Fernando de Noronha, Almeida afirma:

> No dia 11, nós fomos; eu cheguei em Recife na mesma noite que Assis Lemos, Gilberto de Azevedo, que era também coordenador das ligas camponesas em Pernambuco. Eu, Figueiredo e Assis, Gilberto Azevedo e Seixas Doria que vinha de Sergipe, nós fomos conduzidos para Fernando de Noronha.
> Ele [coronel Justino Alves] disse: ‘você comunista vai dizer onde estão as armas, diga comunista onde estão as armas’. Aí ficou repetindo. Eu pensei: eu não tenho mais saída, minha história terminou aqui com esse povo. Aí ele repetiu a mesma coisa. Eu pensei: já estou perdido, pelo menos vou ficar na história como um lutador. Eu disse: o senhor sabe onde está? Ele disse: ‘não’. Eu disse: está com Renato Ribeiro e Aguinaldo Veloso Borges. Aí ele deu uma popa e disse: ‘vai para Fernando de Noronha. Ibiapina manda esse bandido para Fernando de Noronha’.
> Mas antes de ir, eu não sei se foi um preparo que eles fizeram, eu estava depondo e quando fui saindo, as outras salas que separavam eram salas com paredes de madeira e eles estavam passando, naquela época, radiotelégrafo. E eu ouvi um coronel dizer: ‘recebemos agora um comunicado do comando revolucionário de que essa gente deve ir para Fernando de Noronha e a qualquer momento, dependendo da situação, eles deverão ser executados’. Nessa hora é como entrar um punhal na cabeça do sujeito, transforma o sujeito naquela hora, na mente ele fica idiotizado, em alguns segundos ele é imbecil. Porque o choque é tão traumático, que eu acho que há um choque de neurônios, ninguém sabe explicar aquilo.
> Eu fiquei idiotizado. Aí lembrei da minha infância lá em Boa Vista, de Barra de Santana, brincando com ossos de bichos mortos, pequeno com quatro, cinco anos. E eu fui de Embura para Fernando de Noronha, digo a vocês, totalmente imbecilizado. Quando cheguei na base militar de Embura, da Aeronáutica, eu ouvi dizer bem distante: ‘bota esse canalha no pelotão para a gente fuzilar’. Eu não tive medo nenhum. Disseram: ‘encosta aqui’. Eu fiquei encostado assim como um herói, não tive medo. Não era porque eu era forte não, era porque eu estava idiotizado. Então existem muitos falsos heróis que nessa hora, pelo medo, estão idiotizados e proclamam a humanidade na opinião pública que são heróis.[964]

Apesar das torturas, Assis Lemos ainda teve a sorte de sair com vida, depois de cumprir prisão na ilha de Fernando de Noronha, como também Langstein de Almeida, Agassiz de Almeida e demais presos paraibanos na referida ilha.

Mas, o mesmo não aconteceu com outros dirigentes das Ligas Camponesas na Paraíba, com foi caso de João Alfredo Dias, conhecido como “Nego Fuba” e Pedro Inácio de Araújo, conhecido como “Pedro Fazendeiro”[965].

---

[963] Idem.
[964] Idem.
[965] Ambos, foram presos após o golpe de 1964 pelos órgãos de repressão e levados para o 15º Regimento de Infantaria, João Pessoa. Foram soltos, “Nego Fuba” no dia 29 de agosto e Pedro Fazendeiro no dia 7 de setembro de 1964 e nunca mais foram vistos. São dados como desaparecidos.

João Alfredo Dias era sapateiro e camponês, militante do PCB. Foi um dos organizadores da Liga de Sapé. Antes de 1964, esteve preso em várias ocasiões devido ao seu trabalho político com os camponeses. Nas eleições municipais de 1963 foi eleito vereador pelo PSB como o mais votado da legenda e o quarto do município de Sapé. Logo após o golpe foi preso, torturado e ficou detido até 29 de agosto de 1964. Também teve seu mandato de vereador cassado, conforme podemos ver no Projeto de Resolução da Câmara Municipal:

> Câmara Municipal de Sapé
> Projeto de resolução nº__
> Cassa mandatos de vereador e dá outras providencias.
> Considerando que o vereador João Alfredo Dias, eleito pela legenda do Partido Socialista Brasileiro, defendendo ideologias contrárias ao regime federativo por que se rege a nação brasileira, estando implicado no movimento subversivo que tentava implantar o comunismo no território nacional, o que foi evitado pela patriótica ação das forças armadas e dos governadores que se mantiveram fiéis à legalidade constitucional.
> Considerando que esse ato constitui procedimento incompatível com o decoro da casa legislativa a que o mesmo pertence, pois não pode admitir que um vereador pede pela implantação de um regime contraditório ao que estabelece a constituição federal do país.
> Considerando que a comissão da constituição estadual e das leis ordinárias do Estado e do município, relativamente a perda do mandato por incompatibilidade ao decoro parlamentar, a que se há de aplicar o disposto artigo 48, parágrafo 2º da carta política constitucional do Brasil, lei maior que nos rege.
> Resolve:
> Art. 1º - Fica cassado o mandato do vereador sr. João Alfredo Dias, por ter o mesmo desrespeitado o artigo 48, parágrafo 2º da constituição federal.
> [...]
> Manoel Coutinho Madruga – presidente
> Natanael Irineu da Silva – primeiro secretário
> Genival Henriques de Andrade – segundo secretário[966].

Na Paraíba, a exemplo do que aconteceu em todo Brasil, várias pessoas também foram denunciadas nos IPMs instaurados em meados de abril de 1964, sob o comando do major Ney de Oliveira Aquino – políticos, lideranças sindicais urbanas e rurais, funcionários públicos, entre outros – acusadas de subversão e ligações com o PCB.

Os parlamentares paraibanos cassados após o golpe foram praticamente todos denunciados nos referidos Inquéritos, como foi o caso dos deputados estaduais, Assis Lemos, Langstein de Almeida e os suplentes Figueiredo Agra e Agassiz de Almeida, além do vereador pessoense Antônio Augusto Arroxelas e do suplente José Gomes da Silva como se pode verificar na denúncia feita pelo major Ney ao auditor da Sétima Região Militar, em Recife.

[966] Arquivo da CEVPM-PB.

> Francisco de Assis Lemos de Souza, brasileiro, com 35 anos, [...]. Liderava uma das correntes no Movimento Camponês no Estado, admitindo-se que era executor da política camponesa do Governo João Goulart. [...] É acusado de ser promotor, ou pelo menos, o autor intelectual de invasões de propriedades e depredações.
> Langstein de Amorim Almeida, brasileiro, 27 anos, [...] Participou de uma reunião conjunta do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) e Frente de Mobilização Popular (FMP) destinada a articular um movimento de pressão ao Governo do Estado. Segundo depoimentos comprometeu-se a trazer camponeses de Campina Grande para participar do movimento. Era atuante.
>
> Antônio Figueiredo Agra, brasileiro, com 28 anos [...]. Este denunciado, comunista atuante, participou de reunião conjunta no Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) e Frente de Mobilização Popular, realizada em 24 de fevereiro de 1964, destinada a articular um movimento cuja finalidade era pressionar o Governo do Estado, tendo apresentado a proposta de realização de um acampamento na frente do Palácio do Governo. [...] Era esquerdista que pugnava sem descanso pela implantação das Forças Subversivas no Estado.
>
> Agassiz de Amorim e Almeida, brasileiro, com 28 anos, [...]. Cooperou na coleta de assinaturas em listas do Partido Comunista Brasileiro, com a finalidade de obter sua legalização. Solidarizou-se com manifestação subversiva realizada na Faculdade de Direito, em 3 de março de 1964, consoante telegrama incluso nos autos do IPM que instrui esta denúncia. Era um comunista que defendia com ardor o Partido.
>
> Antônio Augusto Arroxelas de Macedo, brasileiro, com 25 anos, [...] participou de manifestação subversiva realizada na Faculdade de Direito, em 3 de março de 1964, que produziu alteração da Ordem Pública. Compareceu à reunião conjunta do Comando Geral dos Trabalhadores e Frente de Mobilização Popular, em 23 de fevereiro de 1964, cuja finalidade era articular um movimento de pressão ao Governo do Estado.
>
> João Alfredo Dias, brasileiro, com 32 anos [...] Era um agitador. Desempenhava a função de Orador da Liga Camponesa de Sapé, incitando todos a subversão. [...]. Diz-se, abertamente, que fizera cursos de guerrilha na União Soviética e na China, ministrando, em Sapé, essas instruções aos camponeses. Sem qualquer dúvida, era um comunista atuante, agitador violento, a serviço do Comunismo Internacional.
>
> José Gomes da Silva, brasileiro, com 42 anos, [...]. Sublocava uma dependência de seu escritório para instalação e funcionamento do "Centro de Estudos Socioeconômico da Paraíba", nome falso do Comitê Estadual do Partido Comunista Brasileiro, em cujo local foi apreendido farta documentação que não deixa margem a dúvida quanta à natureza das atividades do referido "Centro". Foi ele, denunciado, o instigador da greve geral deflagrada em Rio Tinto, na madrugada de 1º de Abril sob o pretexto de apoio ao Governo João Goulart. Era atuante[967].

Neste imediato pós-golpe no Estado da Paraíba foram cassados por projetos de resoluções da Assembleia Legislativa e das Câmaras de Vereadores os mandatos de oito

[967] Inquérito Policial Militar. Arquivo da CEVPM-PB.

vereadores, sete suplentes de vereadores, dois deputados estaduais e dois suplentes de deputado estadual, conforme pode-se ver no quadro abaixo:

QUADRO 5 - CASSAÇÃO DE MANDATOS DE DEPUTADOS ESTADUAIS E SUPLENTES DO ESTADO DA PARAÍBA NA DITADURA MILITAR – 1964

Qtde	Nome	Cargo eletivo
01	Francisco de Assis Lemos de Souza	Deputado Estadual
02	Langstein de Amorim Almeida	Deputado Estadual
03	Agassiz de Amorim Almeida	Suplente Deputado Estadual
04	Antônio Figueiredo Agra	Suplente Deputado Estadual

Fonte: NUNES, Paulo Giovani Antonino. "Ataque ao parlamento: as cassações de mandatos durante a ditadura militar no estado da Paraíba (1964-1969)". In: **Saeculum** – Revista de História, Nº 31, João Pessoa: jul/dez, 2014, p. 285-304.

QUADRO 6 - CASSAÇÃO DE MANDATOS DE VEREADORES E SUPLENTES DO ESTADO DA PARAÍBA DURANTE A DITADURA MILITAR – 1964

Qtde	Nome	Cargo eletivo	Estado ou Município
01	Alcides Pereira da Silva	Vereador	Rio Tinto
02	Manoel Pereira Ramos	Vereador	Rio Tinto
03	José de Oliveira Ramos	Vereador	Mamanguape
04	João Germano da Silva	Vereador	Mamanguape
05	João Francelino da Silva	Vereador	Guarabira
06	Antônio Augusto Arroxelas Macedo	Vereador	João Pessoa
07	Odilon Gomes da Silva	Vereador	Pedras de Fogo
08	João Alfredo Dias	Vereador	Sapé
09	Paulo Francisco de Assis	Suplente de Vereador	Rio Tinto
10	José Duarte Figueiredo	Suplente de Vereador	Mamanguape
11	Salvador Gomes da Silva	Suplente de Vereador	Mamanguape
12	Manoel Trajano Maciel	Suplente de Vereador	Mamanguape
13	Leonardo Leal	Suplente de Vereador	João Pessoa
14	José Gomes da Silva	Suplente de Vereador	João Pessoa
15	Durval Alves de Moura	Suplente de Vereador	Guarabira

Fonte: NUNES, Paulo Giovani Antonino. "Ataque ao parlamento: as cassações de mandatos durante a ditadura militar no estado da Paraíba (1964-1969)". In: **Saeculum** – Revista de História, Nº 31, João Pessoa: jul/dez, 2014, p. 285-304.

Pelo Ato Institucional foi cassado, no dia 10 de abril de 1964, o deputado federal e Ministro da Justiça, do governo de João Goulart, Abelardo de Araújo Jurema, e teve os direitos políticos suspensos, juntamente com os paraibanos José Joffily, Celso Furtado e Luiz Hugo Guimarães.

A grande maioria dos cassados tinha ligação com as Ligas Camponesas, como se comprova no relato de um dos cassados, o ex-deputado Agassiz de Almeida:

> Estava em Recife e já ouvia falar em Francisco Julião, um amigo meu disse vai haver um congresso, Julião vai falar em um congresso dos camponeses em Recife, e eu fui assistir; sem ele chamar fui assistir o congresso, participei do programa normal como ouvinte, e ouvi a participação dele lá todo o trabalho dele naquela luta. Eu fui a esse congresso e quando terminou eu disse ao doutor Julião, ele era advogado, Doutor Francisco de Paula Julião, eu disse o nome completo: eu quero me integrar nesta luta como soldado, a luta em defesa dos camponeses; não quero nem patente de sargento, eu quero ser soldado. [...]
> Eu assisti à formação dos primeiros agrupamentos camponeses e aquilo me entusiasmou. As ligas camponesas estavam surgindo com os primeiros passos na Paraíba. Eu já estava muito bem integrado a Assis Lemos, meu companheiro e Assis também já estava em um processo também de formação das ligas camponesas aqui na Paraíba; procurei Assis, relatei o nosso trabalho lá em Pernambuco e me incorporei também nas lutas aqui da Paraíba, foi aí, que começamos a formar a primeira liga camponesa de Sapé: o líder camponês era João Pedro Teixeira.[968]

7.2 Cassações de mandatos legislativos pós AI-5 no estado da Paraíba

Após o Ato Institucional N° 5 (AI-5), foram cassados e tiveram seus direitos políticos suspensos pelo Conselho de Segurança Nacional dois deputados federais e um suplente na Paraíba. Também foram cassados pelo mesmo órgão cinco deputados estaduais e dois suplentes, conforme quadro a seguir.

QUADRO 7 - CASSAÇÃO DE MANDATOS DE DEPUTADOS FEDERAIS DO ESTADO DA PARAÍBA NA DITADURA MILITAR – 1969

Qtde	Nome	Cargo eletivo	Partido
01	Pedro Moreno Gondim[969]	Deputado Federal	ARENA
02	Antônio Vital do Rego	Deputado Federal	MDB
03	Osmar de Araújo Aquino	Suplente Deputado Federal	MDB

Fonte: NUNES, Paulo Giovani Antonino. "Ataque ao parlamento: as cassações de mandatos durante a ditadura militar no estado da Paraíba (1964-1969)". In: **Saeculum** – Revista de História, Nº 31, João Pessoa: jul/dez, 2014, p. 285-304.

[968] Depoimento de Agassiz de Almeida na Audiência Pública da CEVPM-PB, "Cassação de mandatos por civis a serviço dos militares", em 2/6/2015. Arquivo da CEVPM-PB.
[969] Pedro Moreno Gondim era governador do Estado da Paraíba no momento do golpe.

QUADRO 8 - CASSAÇÃO DE MANDATOS DE DEPUTADOS ESTADUAIS DO ESTADO DA PARAÍBA NA DITADURA MILITAR – 1969

Qtde	Nome	Cargo eletivo	Partido
01	Francisco Souto Neto	Deputado Estadual	ARENA
02	Robson Duarte Espínola	Deputado Estadual	ARENA
03	Romeu Gonçalves de Abrantes	Deputado Estadual	ARENA
04	José Targino Maranhão[970]	Deputado Estadual	MDB
05	Mário Silveira	Deputado Estadual	MDB
06	Ronald de Queiroz Fernandes	Suplente de Deputado Estadual	MDB
07	Silvio Pélico Porto	Suplente de Deputado Estadual	ARENA

Fonte: NUNES, Paulo Giovani Antonino. "Ataque ao parlamento: as cassações de mandatos durante a ditadura militar no estado da Paraíba (1964-1969)". In: **Saeculum** – Revista de História, Nº 31, João Pessoa: jul/dez, 2014, p. 285-304.

Os motivos para as cassações foram variados, mas estavam relacionados à atuação dos parlamentares antes do golpe civil-militar, às atividades ligadas ao mandato parlamentar ou discursos pronunciados durante as campanhas eleitorais. Por exemplo, a cassação do deputado federal Pedro Moreno Gondim foi justificada pelo Conselho de Segurança Nacional da seguinte forma: apresenta uma série de discursos do parlamentar na Câmara dos Deputados criticando o governo. Gondim critica a saída forçada de cientistas do país, a falta de verbas para educação, a censura ao teatro, o projeto do governo de determinar um grande número de municípios como de segurança nacional, a cassação de mandatos de parlamentares, o projeto do governo que introduz as sublegendas nos partidos políticos e a repressão policial as manifestações estudantis, ou seja, "Como deputado da ARENA, votou contra [...] os seguintes projetos de interesse do Governo Revolucionário: Projeto das sublegendas, Anistia para estudantes e trabalhadores; licença para processar o ex-deputado MÁRCIO MOREIRA ALVES".[971] Também são indicados elementos de sua atuação como governador, tais como: a criação da Campanha de Educação Popular (CEPLAR)[972] considerada pelo Conselho como tipicamente comunista, sua atuação frágil na questão camponesa, que levou a "massacres" como o de Mari, a impressão e distribuição da "subversiva" CARTILHA POPULAR, e sua vinculação com o presidente João Goulart, no que se refere as "reformas básicas". Enfim, para o relator do Conselho de Segurança Nacional, Pedro Gondim era, "Subversivo, ligado aos comunistas e atuante nas Ligas

[970] Posteriormente, José Targino Maranhão foi governador do Estado da Paraíba, em três oportunidades, a primeira entre 1995 e 1998, quando assumiu o mandato após a morte do titular Antônio Mariz, a segunda quando foi reeleito em 1998 e cumpriu mandato até 2002, e, por fim quando assumiu em 2008, após a cassação do mandato do titular, Cássio Cunha Lima e governou até 2010.
[971] Ata 46 do Conselho de Segurança Nacional. Arquivo da CEVPM-PB.
[972] Fundada em 1961, com o objetivo de – inspirada no método Paulo Freire – promover atividades de educação/conscientização junto às camadas populares.

Camponesas. Quando Governador da Paraíba, sempre apoiou os vermelhos, mas nunca apoiou à Revolução; apenas acomodou-se e aderiu à mesma para não ser cassado".[973] Por último, tem a fala do presidente da República e do Conselho de Segurança Nacional, general Arthur da Costa e Silva que recorda de discursos de Pedro Gondim como governador da Paraíba, ouvidos por ele, quando Comandante do IV Exército:

> Como Comandante do IV Exército, compareci, incógnito, com dois oficiais do meu Estado-Maior, a um comício de camponeses que naquela época era moda. Ficamos no meio do povo. Falaram CELSO BRANDT, [...], ROBERTO MORENA, DAVID CAPISTRANO e JOSÉ JOFILY. Um estudante declarou que a Paraíba seria a Cuba brasileira. Falaram depois uma série de comunistas terríveis, falando, por fim, o Governador do Estado, que era PEDRO GONDIM. Manifestou-se, de início no mesmo ritmo e no mesmo tom dos comunistas que o procederam na palavra. Atacou a todos e a tudo, e por fim leu um documento contrariando tudo o que acabara de dizer de improviso. O azar dele é que o Comandante do IV Exército que hoje é Presidente da República assistiu aqueles fatos. [...]
> Naquela época, o Nordeste vivia um perigo muito grande, a agitação no campo e as atividades de líderes como JULIÃO, ASSIS, etc, e o Senhor PEDRO GONDIM, aprovava toda aquela agitação. [...]
> Eu, como Comandante do IV Exército, naquela ocasião, por ser de minha responsabilidade, tive oportunidade de assinalar a atividade subversiva do Governador.[974]

Outro deputado federal cassado foi Antônio Vital do Rêgo, genro de Pedro Gondim, e líder do governo na Assembleia na época que este era governador. Apoiou o golpe civil-militar e, posteriormente, em 1966 foi eleito deputado federal pela ARENA[975]. A Ata do Conselho de Segurança cita uma série discursos do referido parlamentar na Câmara Federal onde ele teria ido de encontro aos interesses do governo federal. Como o posicionamento contra o Acordo MEC/USAID; defendeu o conteúdo de uma Carta Pastoral do Bispo da Paraíba – desafeto dos militares – Dom José Maria Pires; contra uma mensagem do poder executivo que propunha colocar algumas cidades como de Segurança Nacional, entre elas Campina Grande, onde residia, o que impediria a realização de eleições para prefeito; contra a cassação de mandatos de deputados considerados comunistas, etc. A referida Ata também apresenta um pequeno histórico de sua atuação nos anos que antecedem o golpe, considerando que participava de atos ligados a grupos de esquerda no Estado. Por fim, informa que no seu Prontuário no SNI, consta que:

---

[973] Ata 46 do Conselho de Segurança Nacional. Arquivo Nacional. Fundo SNI. Arquivo da CEVPM-PB.
[974] Idem.
[975] Em 1968, devido a disputas internas para escolha do candidato a prefeito de Campina Grande, saiu da Arena e foi para o MDB, onde foi candidato por uma das sublegendas. Portanto, no momento da cassação de seu mandato de deputado federal já estava no MDB.

> É oportunista, comunista e agitador muito atuante. [...] Transmitiu orientação comunista a estudantes de escolas superiores na Paraíba. [...] Em abril de 1962 desenvolveu intensa atuação comunista nos meios estudantis da Paraíba e, juntamente com outros elementos extremistas, induziu populares a promoverem agitações. Participou de conferência com Luiz Carlos Prestes e Pedro Gondim, no Palácio do Governo da Paraíba.[976]

O terceiro deputado federal da Paraíba cassado em 1969 foi Osmar de Araújo Aquino, que apesar de ter ficado na suplência nas eleições de 1966, exerceu o mandato em algumas oportunidades. Este foi considerado pelos membros do Conselho de Segurança Nacional o mais radical opositor do regime militar, entre os cassados da Paraíba. São citados vários discursos do referido parlamentar com veementes críticas às práticas do referido regime, entre várias citadas, destacam-se:

> [Com relação a um confronto entre policiais e estudantes] um quadro algo dantesco, em verdade, que fere a sensibilidade: milhares de militares, atleticamente selecionados, no automatismo da disciplina vertical, caçando adolescentes a paulada, nas ruas, nas praças, nas escolas, nas igrejas, nos conventos.
> [Ainda como candidato a deputado federal nas eleições de 1966, declarou num comício] Não houve Revolução. Houve uma quartelada e um golpe militar, ditados pelo imperialismo americano. A UNE fechou para os ditadores, porém continua aberta e forte para os estudantes. Nunca tive e nem tenho medo dos galões dos generais. Irei conclamar o povo e os estudantes, para a restauração da democracia. Levaremos a bandeira da luta, enfrentando as patas dos cavalos e as metralhadoras dos beleguins da polícia, a serviço da ditadura americana.[977]

Na sua ficha, elaborada pelos órgãos de informação e relatadas na Ata do Conselho de Segurança, constam várias atividades consideradas subversivas:

> Foi preso, em Abr. 64, juntamente com a cúpula do Partido Comunista da Paraíba, face às suas atividades como agitador nos meios rurais daquele Estado. Foi eleito suplente de deputado federal pelo MDB, em 15 Nov. 66, depois de violenta campanha eleitoral com ataques sistemáticos à Revolução, ao Governo e às Forças Armadas. [...] Reuniu-se e acompanhou Luiz Carlos Prestes e outros próceres vermelhos, pelo interior da Paraíba. Participou do "Congresso Sindical", realizado na cidade de Rio Tinto-PB. Comandava nos municípios de Guarabira, Alagoinha e Mulungu, todos na Paraíba, aos agitadores Doutor Geraldo Camilo (médico do SAMDU), Manoel Doutor e outros, fazendo-os distribuir carteiras de sindicatos aos camponeses e recomendando-lhe desobediência aos patrões, greves, revolta, etc, e que estivessem prontos para lutar em favor de Goulart, Brizola e outros. Realizava sempre reuniões secretas. [...] [Na campanha para prefeito de Campina Grande em 1968] seus discursos foram sempre altamente ofensivos ao Presidente da República, às Forças Armadas e à Revolução, [...] Sempre que se referia aos militares, taxava-os de "gafanhotos", "gorilas de galão", "macacos de cinturão

[976] Ata 46 do Conselho de Segurança Nacional. Arquivo Nacional. Fundo SNI. Arquivo da CEVPM-PB.
[977] Idem.

> verde" e outros insultos. [...] Finalmente, conclamava o povo, abertamente, para uma ação enérgica e violenta contra a ditadura, apelando para a luta armada como forma de depor o Governo.[978]

Quanto aos deputados estaduais e suplentes cassados no Estado da Paraíba em 1969, pelo Conselho de Segurança Nacional, tanto da ARENA como do MDB a justificativa era ter assinado o Manifesto da Frente Parlamentar Nacionalista e algum envolvimento com os movimentos de 1968, especificamente o estudantil; um histórico que indicava algum tipo de participação em atos ligados ao projeto trabalhista no momento que antecedeu o golpe civil-militar ou atos de corrupção[979]. Vejamos as acusações que pesam sobre cada um dos cassados:

> [José Targino Maranhão] Indiciado no IPM/PB [Subversão], constando no referido IPM: subscreveu um Manifesto da "Frente Parlamentar Nacionalista", publicado no "Correio da Paraíba" de 5 Mai 63, manifesto esse em que propõe a contribuição e o intercâmbio com os chamados órgãos de arregimentação das forças nacionalistas (CGT, UNE, UBES, FPN e FMP) e a imediata instalação da Frente de Mobilização Popular do Estado. [...]. Em Ago. 1968 – Apoiou por todos os meios válidos o movimento estudantil ocorrido na PARAÍBA em decorrência da morte do estudante EDSON LUIZ, na Guanabara.
>
> [Mário Silveira] Apoiou e incentivou as agitações estudantis ocorridas na PARAÍBA, em decorrência da morte de EDSON LUIZ. Membro da Comissão Especial de Reforma à Constituição do Estado da PARAÍBA, que propôs um substitutivo publicado no Diário Oficial número 1304, de 15 jul 66, tecendo comentários desfavoráveis sobre o Governo Revolucionário e os Atos Institucionais e Complementares.
>
> [Ronald de Queiróz] Tomou parte na campanha para o registro e legalização do Partido Comunista. Passou filmes subversivos na Faculdade em que é professor. Apoiou e induziu líderes estudantis universitários a pronunciarem-se contra os ideais revolucionários. [...]. Solidarizou-se com FRANCISCO JULIÃO, fundador das "LIGAS CAMPONESAS", e instalou, em JOÃO PESSOA, um escritório para ativar o movimento dessas Ligas [...]. Integrou o grupo subversivo denominado "Gorro Vermelho" que pretendia lutar contra o Exército, em RECIFE. Participou de várias reuniões com elementos comunistas militares. Iniciou sua carreira política ingressando, desde jovem, na "Juventude Comunista". É considerado integrante da alta direção do PCB. Integrou a "FRENTE DE LIBERTAÇÃO NACIONAL". É notório agitador comunista e como professor da Faculdade de Economia continua, mesmo após a Revolução, a pregar a doutrina marxista, dentro da Universidade. Participou de todas as agitações estudantis ocorridas, em 1968, na PARAÍBA, apoiando-as e incentivando-as. Utiliza seu escritório de economista, como uma verdadeira célula comunista. Comunista e Agente de Influência Comunista, tornou-se ainda mais perigoso por suas imunidades e pela ação deletéria que

[978] Ata 46 do Conselho de Segurança Nacional. Arquivo da CEVPM-PB.
[979] Acreditamos que a acusação de atos de corrupção podem ser uma tática de desqualificação do sujeito que estava sendo cassado. Entre os deputados estaduais cassados existem acusações muito genéricas sobre alguns e de forma bastante veemente contra o deputado Robson Duarte Espínola, acusado em vários momentos de enriquecimento ilícito. Não temos nesse momento elementos para contestar ou comprovar estas acusações.

vem exercendo, da cátedra, sobre a juventude brasileira. É indigno de pertencer ao Legislativo e de exercer o magistério.

[Robson Duarte Espínola] Assistiu conferência proferida pelo deputado JOSUÉ DE CASTRO, sobre reforma agrária. Como titular da Secretaria de Viação e Obras Públicas da Paraíba, patrocinou o transporte de camponeses a fim de comparecerem ao "Congresso de Lavradores Paraibanos", que contou com a presença dos defensores das Ligas Camponesas e conhecidos integrantes do PCB.

[Francisco Souto Neto] Agitador. Protestou contra as explosões atômicas realizadas por Norte-americanos no Nordeste. Atuou de forma marcante no movimento estudantil de protesto quando da morte do estudante EDSON LUIZ nas agitações estudantis de 1968. Comunista ou simpatizante. Contribuiu com importância em dinheiro para a realização do VII Festival Mundial da Juventude e dos Estudantes pela Paz e Amizade. Desempenhou tarefas de grande importância no PC. Estabelecia contatos com altos dirigentes comunistas na Paraíba inclusive com LUIZ CARLOS PRESTES. Defensor das "Ligas Camponesas". Participou da mesa que dirigiu os trabalhos da Conferência da comunista argentina CÉLIA DE LA SERNA DE GUEVARA, em 20 de maio de 1961, na Faculdade de Direito de João Pessoa. Foi um dos que mantiveram contato com o dirigente comunista JACOB GORENDER em JOÃO PESSOA, em 27 de março de 1962. Assinou manifesto da Frente Parlamentar Nacionalista, publicado no "Correio da Paraíba", de 5 de maio de 1963. Documento que caracteriza a orientação comunista do marginado, bem como sua atuação subversiva.

[Romeu Gonçalves Abrantes] Advogado. Promotor Público. Ligado a elementos do PSB, comunistas e ligas camponesas na cidade de Souza/PB. Indiciado no IPM/PB 21, como incurso na Lei de Segurança Nacional, por haver subscrito um manifesto da "Frente Parlamentar Nacionalista" (Correio da Paraíba, 5 Mai 63) em que se propõe a contribuir eficazmente para a unidade das forças nacionalistas, aglutinadas em seus órgãos de arregimentação (CGT, UNE, UBES, etc.) e intercâmbio com estes organismos. Quando integrante da Comissão Especial do Poder Legislativo, criada para julgar prefeitos, inexplicavelmente, protelava repetidamente os trabalhos iniciais e os estudos do processo em que se achavam envolvidos vários, inclusive o prefeito de João Pessoa, tentando iludir as autoridades militares que estavam vivamente interessadas nesse julgamento. Anti-revolucionário. Mantinha relações com elementos subversivos. Subversivo.

[Silvio Pelico Porto] Agitador. Desenvolveu campanha impatriótica de agitação das massas camponesas, particularmente nos municípios de Sapé, Rio Tinto, Mamanguape e Guarabira. Foi assistente jurídico das referidas ligas e quando Secretário de Segurança era introdutor no Palácio de líderes camponeses. Facilitou a fuga de elementos comunistas. Ataca sistematicamente as Forças Armadas. [...] Quando Secretário de Segurança, visando fins eleitoreiros, determinou aos seus subordinados que não tomassem providências contra os camponeses, mesmo naqueles conflitos dos quais resultaram mortos e feridos. Como Presidente da Comissão de Investigação não se empenhou para expurgar os corruptos e subversivos da administração pública. Comunista. Estabelecia contatos com altos dirigentes comunistas, prestigiou todas as conferências realizadas por comunistas, além de assinar manifestos que pregavam a legalização do PC. Anti-revolucionário. Atacava o Exército classificando seus componentes de venais por ocasião da repressão

> de agitações camponesas em Sapé. Quando Presidente da Comissão Especial de Reforma da Constituição, foi um dos responsáveis pelo substitutivo que continha comentários altamente desairoso à Revolução.[980]

Segundo Cittadino[981] a responsabilidade pelas cassações chegou a ser atribuída ao governador na época, João Agripino, e, após a sua morte, por alguns políticos e jornalistas[982]. No entanto, o governador sempre negou qualquer participação na cassação de mandatos de parlamentares no Estado da Paraíba. Mas, em depoimento ao Centro de Pesquisa e Documentação em História Contemporânea do Brasil, (CPDOC), em 1978, assumiu a responsabilidade pelo encaminhamento da cassação de 11 juízes de direito, cujos processos teriam sido enviados pelo Tribunal de Justiça:

> Recebi um ofício do Tribunal de Justiça, fazendo-se acompanhar de relatório da Corregedoria que concluíam que alguns magistrados (eram 11 juízes de direito) não tinham condições de exercer a magistratura. Os relatórios da Corregedoria eram realmente alarmantes: processos atrasados e a justiça totalmente abandonada; às vezes venalidades, outras vezes relaxamento, outras vezes incapacidade intelectual. Eu, então, encaminhei esses processos ao ministro da Justiça, que os levou ao presidente da República, propondo a cassação dos 11 juízes. Essas são da minha responsabilidade.[983]

7.3 Cassações de mandatos de prefeitos paraibanos no imediato pós-golpe[984]

Em 1960, Antônio Fernandes de Andrade [Bolinha] foi eleito presidente do Sindicato dos Têxteis de Rio Tinto, cidade-fábrica, controlada pela família Lundgren,[985] a partir deste

[980] Ata 46 do Conselho de Segurança Nacional. Arquivo da CEVPM-PB.
[981] CITTADINO, Monique. **Poder local e ditadura militar**. O governo João Agripino – Paraíba (1965-1971). Bauru-SP: EDUSC, 2006.
[982] De acordo com Cittadino, (2006, p. 336-370), esta versão foi construída pelos políticos José Joffily e Vital do Rego, e pelo jornalista Hélio Zenaide, este, posteriormente, isentou de culpa João Agripino. O historiador José Octávio de Arruda Mello, sem anunciar nenhuma fonte documental, também afirmou que as cassações foram de responsabilidade do então governador: "João Agripino teve a ver com todas as cassações, inclusive a do juiz. Quando ele não promoveu diretamente, ele ficou calado. Nada foi feito sem a anuência de João Agripino". (MELLO, José Octávio de Arruda. Memória Política. **A União**, João Pessoa, n. 4, p. 4, 14 jul, 2000 apud CITTADINO. Op. cit, p. 337). Pela leitura da Ata do Conselho de Segurança Nacional, só recentemente liberada para pesquisa, pode-se afirmar que não existe nenhum indício da atuação do governador João Agripino na cassação de Pedro Gondim ou de qualquer outro parlamentar paraibano.
[983] Apud CITTADINO. Op. cit., p. 338.
[984] O que se segue, relativo à cassação de mandatos de prefeitos, é uma versão parcial do seguinte do texto. NUNES, Paulo Giovani Antonino. As cassações de mandatos de prefeitos durante a ditadura militar no estado da Paraíba (1964-1969). In: AIRES, José Luciano de Queiroz; OLIVEIRA, Tiago Bernardon de; SILVA, Vânia Cristina. (Orgs). **Poder, memória e resistência**: 50 anos do golpe de 1964 e outros ensaios. João Pessoa: Editora do CCTA, 2016, p. 71-90.
[985] A cidade-fábrica de Rio Tinto, voltada produção têxtil, foi instalada no Estado da Paraíba em 1924, por iniciativa da família Lundgren, de origem sueca. A referida família já era proprietária de estabelecimento similar, na cidade de Paulista, em Pernambuco e de uma cadeia de lojas comerciais, as Casas Pernambucanas, entre outros empreendimentos.

momento, o Sindicato passou a ter uma postura mais combativa e de enfrentamento com proprietários da fábrica e da cidade.[986] Em agosto de 1963 ele foi eleito prefeito de Rio Tinto e acumulou a referida função com a de Presidente do Sindicato dos Têxteis. Este município foi um dos que resistiu ao golpe civil-militar com a paralisação das atividades laborais da fábrica de tecidos e fechamento dos pontos estratégicos da cidade com arame farpado. Contudo, a Polícia Militar agiu rápido, até pela proximidade desta cidade com a capital paraibana, reprimindo o movimento. O prefeito escapou da repressão nesse momento, mas posteriormente se entregou no 15° RI, ficando preso por seis meses. A Câmara de Vereadores de Rio Tinto cassou os mandatos do Prefeito Antônio Fernandes de Andrade e do Vice-prefeito Durval Francisco de Assis, por meio da seguinte Resolução:

> Câmara Municipal de Rio Tinto
> Resolução nº35
> Art. 1º - Antônio Fernandes de Andrade, eleito prefeito do município de Rio Tinto, e Durval Francisco de Assis, eleito vice-prefeito do município de Rio Tinto, pela legenda do Partido Socialista Brasileiro, em eleição realizada no dia 11 (onze) de agosto de 1963, proclamados no dia 14 do mesmo mês e ano, ficam impedidos definitivamente de exercer os cargos para que foram eleitos, em vista as suas manifestações públicas e atentados contra o artigo 141, parágrafo quinto e décimo terceiro da Constituição Federal, e ainda contra a segurança nacional, o atual regime, constituição estadual e artigo 71 inciso I da lei 311.
> Artigo 2º - Pelos mesmos motivos do artigo primeiro, ficam também impedidos definitivamente os vereadores Alcides Pereira da Silva, Manoel Ferreira Ramos, o suplente Paulo Francisco de Assis e todos os demais suplentes eleitos pelo Partido Socialista Brasileiro.
> Artigo 3º - Considerando que o sr. Prefeito municipal, face as suas atitudes ostensivas contra a segurança nacional, e que a frente do executivo municipal, acompanhado do vice-prefeito, vereadores e suplentes do Partido Socialista Brasileiro, vem se mostrando incapazes de manter a segurança interna do município, resolve esta Câmara aprovar os impedimentos de caráter definitivo de que trata dos artigos 1 e 2 da presente resolução.
> [...]
> Mario Ferreira de Souza – Presidente
> Edésio de Jesus Fragoso de Albuquerque – Primeiro secretário
> Celso de Lima Catolé – Segundo secretário.[987]

Além da prisão e de ter seu mandato de prefeito cassado, Antônio Fernandes de Andrade foi afastado da direção Sindicato dos Têxteis de Rio Tinto. Em seu lugar foi colocado como interventor, o antigo presidente, de confiança da família Lundgren, proprietária da fábrica de

[986] Sobre a atuação de Antônio Fernandes de Andrade frente o Sindicato dos Têxteis. Ver. VALE, Eltern Campina. O sindicato têxtil da cidade-fábrica Rio Tinto: espaço de poder e de disputas políticas (1959-1964). In: CAVALCANTE NETO; GUEDES, Paulo H. M. de Q.; SANTOS NETO, Martinho G. dos (Orgs.). **Cultura e poder político**: historiografia, imaginário social e representações da política na Paraíba republicana. João Pessoa: Editora da UFPB, 2012, p. 293-321.
[987] Arquivo da CEVPM-PB.

Tecidos Rio Tinto, João Batista Fernandes. Foi denunciado no IPM da subversão nos seguintes termos:

> Antônio Fernandes de Andrade, brasileiro, casado, com 39 anos, [...] participou em 1º e abril de 1964 da deflagração de uma greve geral na cidade de Rio Tinto, Paraíba, na qualidade de Prefeito e Presidente do Sindicato, tendo inclusive ocasionado a paralização de serviços públicos. Era comunista exaltado.[988]

O Relatório Final do referido IPM afirmou que foram colhidas provas de responsabilidades de vários denunciados relacionados com atividades atentatórias contra a segurança nacional ou a ordem política e social vigente no País ou participação em entidades que promoviam a subversão dessa ordem, entre elas Antônio Fernandes de Andrade, que é citado nos seguintes termos "Participou, em 1º Abr. 64, da deflagração de uma greve geral, na cidade de Rio Tinto, na qualidade de Prefeito e Presidente do Sindicato, tendo, inclusive ocasionado a paralização de serviços públicos".[989]

Um Prontuário do SNI, elaborado em 1983, mas com informações colhidas na segunda metade dos anos de 1960, indica as relações de Antônio Fernandes com as Ligas Camponesas, sendo, provavelmente, esse um dos principais motivos para perseguição ao líder sindical e ex-prefeito. Afirma o referido Prontuário:

> Elemento ativo das ligas camponesas.
> Ex-prefeito e ex-presidente do Sindicato de Rio Tinto-Pb, esteve preso pelas autoridades revolucionárias, tendo sido destituídos dos cargos acima. Era lugar tenente do ex-deputado Assis Lemos, ao tempo das Ligas Camponesas. Exerce atividades em Rio Tinto. Elemento subversivo, recebe apoio do ex-Secretário do Interior, Dr. Silvio Porto. Era um dos cabeças das Ligas Camponesas. Ex-prefeito de Rio Tinto-Pb, teve mandato cassado após a Revolução. Como Presidente do Sindicato dos Operários da Fábrica de Rio Tinto, durante uma reunião, foi comunicado aos presentes haver recebido um convite de autoridades de Cuba para visitar Havana.
> Devido aos últimos acontecimentos (maio de 1964) foi preso para averiguações, no Quartel do 15º R.I., juntamente como outros elementos. Em 20 de agosto de 1964, continuava preso a fim de responder IPM sobre o Grupo dos 11.[990]

Outro prefeito paraibano cassado no imediato pós golpe civil-militar de 1964 foi Geraldo Camilo da cidade de Mulungu, no brejo paraibano. Ele também tinha sua atuação política vinculada às Ligas Camponesas, como constata Prontuário do SNI:

---

[988] Inquérito Policial Militar. Arquivo da CEVPM-PB.
[989] Arquivo Nacional. Fundo SNI. Arquivo da CEVPM-PB.
[990] Arquivo Nacional. Fundo SNI. Arquivo da CEVPM-PB.

> Filiado ao Movimento de Agitação no Campo. Prestava assistência médica aos elementos das ligas camponesas.
> Médico do SAMDU, que dadas as ligações com Osmar de Aquino, era encarregado de promover a concentração de camponeses da região de Guarabira nos dias de comício.[991]

Sua participação no movimento das Ligas Camponesas da Paraíba e nos conflitos no campo no momento que antecedeu o golpe também é destacado nos "considerandos" apresentados pela Câmara Municipal de Mulungu para justificar sua cassação:

> Considerando que a sua participação nesse plano é [...] notória, dada a sua atuação na organização da Liga Camponesa, deste Município, órgão natureza subversiva, dirigido no Estado pelo ex-deputado Francisco de Assis Lemos, cujo objetivo [...] ao lado de outras associações era subverter, por meios violentos, a ordem política e social;
> Considerando que, conforme é abundantemente sabido, o mesmo Prefeito aliciava agricultores para a devastação, saque, incêndio, depredação, invasões de propriedades e prática de desordens nas estradas, se integravam sempre nas milícias comandadas pelo aludido ex-deputado estadual, promovendo assalto as propriedades rurais, sendo certo que o próprio Prefeito Municipal incorporou-se, por vezes, a esses bandos;
> Considerando que sempre fez ele publicamente, propaganda de processos violentos para a subversão da ordem política ou social, de ódio de classe [...] iniciativa, diretamente e de ânimo deliberado as classes sociais à luta pela violência;
> Considerando que financiou a fundação da Liga Camponesa local, bem assim ajudou a congêneres de municípios vizinhos, punha transporte da municipalidade à disposição dos seus associados e custeava transporte de hordas armadas, [...] para outra localidade, a fim de se incorporarem às invasões de terras programadas e executadas no Estado, inclusive em Sapé, Mari, Mamanguape e Itapororoca;
> Considerando que estes atos constituem crimes previstos nos Arts. 2º, inciso III e IV, 4º inciso II, letras "a" e "b", 12, 15 e 24, da Lei nº 1.802, de 5 de janeiro de 1953 (Define os crimes contra o Estado e a ordem política e social, e dá outras providências);
> Considerando que o mesmo Prefeito Geraldo Camilo, logo que eclodiu o movimento revolucionário da noite 31 de março do fluente ano, pela restauração da legalidade democrática do País, foragiu-se deste Município deixando inteiramente acéfala a administração pública, o que significa mais um elemento de convicção da sua participação no plano comunista de subversão da ordem política social, ou da mudança do regime adotado na Constituição Federal.[992]

A partir destas justificativas, ou seja, do fato de ele ser ele ligado ao movimento *"*comunizante*"* liderado pelo presidente João Goulart e pelo suposto abandono do município após a "revolução" de 1964, a Câmara Municipal resolveu cassar seu mandato, no dia 11 de abril de 1964, por Projeto de Resolução:

---

[991] Idem.
[992] Ata da Câmara Municipal de Mulungu. Arquivo da CEVPM-PB.

> Declaro vago o cargo de Prefeito do Município de Mulungu e dá outras providências.
> Art. 1º - É declarado vago o cargo de Prefeito Municipal de Mulungu, atualmente exercido pelo Dr. Geraldo Camilo, em virtude de sua notória atuação subversiva, contra o regime democrático e de sua fuga deste Município, logo que eclodiu o movimento de 31 de março.
> Art. 2º - Nos termos do Art. 89, parágrafo 1º da Lei nº 321, de 8 de janeiro de 1949 (Dá Nova Organização dos Municípios), será imediatamente convocado o Vice-Prefeito do Município para substituir o Prefeito.
> Art. 3º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. A qual foi distribuída a Comissão de Justiça, para estudo.
> Sem mais haver a tratar, em nome de Deus o Sr. Presidente declara encerrada a sessão e marcando outra para às 19:00 horas e eu Edilia Maria da Mata lavrei a presente ata que assinam os membros da mesa e vereadores presentes. Sala das Sessões da Câmara Municipal de Mulungu em 11 de abril de 1964.
> Presidente – João Monteiro de Oliveira
> 1º Secretário Ad hoc – Manoel José de Oliveira
> 2º Secretário Ad hoc – Lindolfo Monteiro de Oliveira
> Euclides Pereira Alves – Vereador.[993]

Em depoimento concedido à CEVPM-PB, no dia 2 de junho de 2015, Geraldo Camilo contou como procurou agir após o golpe, no sentido de se proteger, já que sabia que seria perseguido:

> Quando se aproximou o final do meu mandato, o Brasil vivia um clima de efervescência política, aqueles movimentos que todos vocês conhecem, faz parte da história do Brasil. Até que um dia eu acordei um pouco tarde e soube que havia acontecido uma revolução, que logo depois culminou com a deposição do presidente João Goulart. E, eu era prefeito de Mulungu e me perguntei: e agora? Como vou chegar na minha cidade, marcado? Todo mundo sabendo que eu era contra esse pessoal que chegou ao poder. Fiquei em dúvidas, até que no terceiro dia, dia 3 de abril ou 4 de abril, meu pai chegou a João Pessoa aflito me procurando e contou uma história um pouco bizarra. Ele me disse que eu não podia ir a Mulungu. Chegou um camponês na mercearia dele para comprar alguma coisa, tipo feijão, farinha, e o chamou em particular com um chapéu de palha na cabeça e deu o seguinte recado: senhor Camilo diga ao seu filho que não venha a Mulungu porque eu tenho ordem de prendê-lo assim que ele chegar. Meu pai chegou aflito, aí eu me preocupei. Como é que eu posso deixar de ir a Mulungu?
> Pensei, e fui à Assembleia Legislativa, falei com o deputado José Fernandes de Lima, contei a história e ele chamou o deputado José Gayoso e combinamos de irmos juntos ao 15° Regimento de Infantaria. Eu dizia ao deputado Fernandes: eu não quero ser preso em Mulungu. Se existe alguma coisa contra mim, eu quero ser preso pelo Exército e vou como se fosse me entregar no quartel.
> Lá encontramos um militar muito educado; [...] E eu contei a minha história, e ele pediu um tempo, entrou numa sala vizinha e falou o seguinte: "olha, não existe nada contra você nesse quartel e em nenhum quartel do Brasil". Eu disse então, mas coronel toda vez que eu penso em ir a Mulungu, quando me

[993] Idem.

> preparo, sei que lá estão me esperando e o delegado disse ao meu pai que está me esperando para prender. O senhor podia, me dar isso por escrito? Ele sentou no birô redigiu a declaração, dizendo que nada constava contra mim e assinou.
> Com aquele papel eu fiquei mais forte, era o coronel Ednardo D'Ávila Melo que me dizia isso. Depois, fui com os deputados, que eu já citei, à Secretária de Segurança Pública da Paraíba. Lá entrei no gabinete do coronel Macário que era do Exército, secretário de segurança, e ele perguntou o que é que há Camilo? Eu contei a história; ele disse não tem nada. Eu tenho este bilhete aqui é uma declaração. Então ele disse: eu vou fazer uma igual. E redigiu de próprio punho na minha presença.
> Com aqueles dois papeis no bolso criei coragem e fui a Mulungu, aluguei um táxi, quando cheguei foi aquele movimento, os adversários correram de uma casa para outra; era um movimento, parecia que ia acontecer outra coisa e às 18h00 a residência dos meus pais estava cheia de gente, esperando o delegado. O delegado chegou, eu estava na sala ele disse que queria falar comigo e eu pedi para ele entrar; ele disse não, aqui na calçada resolve; eu disse não, na minha casa eu só recebo na sala. Ele vinha com dois soldados; ele entrou eu sentei e ele ficou em pé quando ele sentou eu me levantei.
> Ele disse: eu tenho ordem para o senhor chegar até à delegacia. Eu disse não, pois se eu for a delegacia o senhor me bota na cela. Eu tenho aqui estes dois bilhetes do coronel Ednardo D'Ávila Melo que é autoridade. Ele leu e ficou preocupado. Eu apresentei o segundo, este aqui é do seu chefe o secretário de segurança da Paraíba.[994]

No referido depoimento Geraldo Camilo atribuiu sua cassação a intrigas de políticos locais da UDN, partido do qual sempre foi adversário em nível de Estado. Segundo ele, após sua cassação, estava na casa de sua namorada quando foi procurado pelo major Lima, que lhe afirmou

> Eu fiquei triste, fui para casa da namorada, minha esposa, fui ficar ao lado dela para curtir a roedeira da perda da prefeitura. Daqui a pouco parou um carro, na Rua da República, uma casa humilde. Desceu um homem e disse: o major Lima quer falar com você. Era o major Lima. E eu me perguntei sem entender: o major Lima quer falar comigo, depois de me cassar? Eu fui à calçada, e ele disse: doutor Geraldo, eu acabo lhe fazer um grande favor, eu cassei o seu mandato, o senhor não tem mais o que fazer em Mulungu, não tem ambiente. Era o coronel comandante, naquela época não tinha general na Paraíba não. O coronel comandante do Quartel de Engenharia, preocupadíssimo porque disse que era uma fila de políticos da UDN, na porta do quartel, exigindo sua cassação, são os deputados, e ele não quer atrito com deputados, pois ele vai precisar deste povo depois. Então eu vim lhe dizer isso e até pedir desculpas. Então, cassa a gente e vem pedir desculpa? [...]
> Mas foi assim, os militares cassaram o meu mandato, através da Câmara, por solicitação veemente da UDN cascuda; aquela UDN de 1964 era horrível e eu até entendi.[995]

[994] Depoimento de Geraldo Camilo na Audiência Pública da CEVPM-PB, "Cassação de mandatos por civis a serviço dos militares", em 2/6/2015. Arquivo da CEVPM-PB.
[995] Idem.

Newton Vieira Rique, banqueiro e industrial, foi candidato a prefeito de Campina Grande em 1959, pelo PTB, na ocasião foi derrotado por Severino Bezerra Cabral. Na segunda tentativa, nas eleições de 1963, foi eleito prefeito da referida cidade, tendo como vice-prefeito, Willians Arruda. Nesta eleição foi o candidato apoiado pelo Movimento Nacionalista Brasileiro (MNB), e mostrava-se comprometido com as "reformas de base", proposta do trabalhismo e pelo presidente da República João Goulart. Segundo Sylvestre:

> Newton Rique não escondia a sua aprovação às "reformas de base". Possuía pensamento próprio quanto à maneira de se executar tais transformações na vida brasileira, ressaltando-se a moderação e o equilíbrio de seu comportamento, apoiava o presidente João Goulart embora não concordasse muito com a impetuosidade do governador Leonel Brizola.[996]

Também comprovando seu alinhamento com o governo do presidente João Goulart e com as "reformas de base", propostas por esse, Newton Rique enviou um telegrama ao presidente, logo do Comício da Central, quando reformas foram anunciadas:

> Presidente João Goulart, Brasília – DF.
> Envio eminente Presidente meu nome e do povo tenho honra representar os mais entusiásticos parabéns sua corajosa e oportuna mensagem Nação brasileira, mostrando patrióticos caminhos libertação econômica nosso país, através medidas de alta significação histórica e social. Vossência acaba delinear verdadeiros destinos nossa Pátria, a qual com o apoio de todos e sob sua vigorosa liderança, terá, em futuro muito próximo progresso com justiça e desenvolvimento com igualdade. Saudações.[997]

De acordo com Sylvestre[998], após o golpe civil-militar começou a pressão de inimigos políticos locais do prefeito, para desestabilizar sua administração e a articular sua punição por parte dos novos detentores do poder, no caso os militares golpistas.

> Segundo um "cronograma" montado pela liderança argemirista de Campina Grande, a trama para a cassação de Newton Rique, teria sido urdida em nossa cidade e no Rio de Janeiro, através dos Srs. Milton Cabral, Vital do Rego e Drault Ernany como figuras principais, com a colaboração de outras pessoas que, embora com menor participação, tiveram influência decisiva no episódio. Entre essas, estariam os Srs. Severino Cabral e José Leon Nepomuceno.
> Com base nos murmúrios, o dossiê teria sido preparado por Vital do Rego, assinado por José Leon Nepomuceno, e entregue por Milton Cabral e Drault Ernany, na "Casa dos Pedras" ou na residência do Sr. Adelgício Melo Silva (major Dedé, irmão de Drault) na presença ainda do conhecido líder

[996] SYLVESTRE, Josué. **Nacionalismo e Coronelismo**. Fatos e Personagens da História de Campina Grande e da Paraíba (1954/1964). Brasília: Senado Federal – Centro Gráfico, 1988.
[997] Diário da Borborema, 17 mar. 1964.
[998] SYLVESTRE, Josué. Op. cit. p. 514.

> empresarial campinense a um oficial das nossas Forças Armadas para encaminhamento ao Comando Revolucionário[999].

No dia 13 de junho de 1964, foi publicado no Diário Oficial da União[1000] o ato do presidente da República, Castelo Branco, cassando o mandato e suspendendo os direitos políticos por dez anos do prefeito campinense, Newton Rique.

Após sua cassação, Newton Rique fez um pronunciamento em cadeia radiofônica, afirmando:

> Campinenses amigos,
> [...]
> Sim, campinenses, os meus inimigos, que são, sinceramente, os vossos inimigos, conseguiram, afinal, um resultado para as suas maquinações, as suas tramas, as suas intrigas, as suas traições.
> Não me puderam vencer nas urnas; venceram-me, afinal, pela felonia, pelo golpe baixo, pela punhalada às costas.
> Ainda na sexta-feira passada, estive no Recife com o general Justino Alves, atendendo à orientação de amigos que se mostravam preocupados com notícias vindas do sul do País, notadamente relacionadas com a denúncia formulada pelo companheiro do meu Partido, Deputado Federal Milton Cabral, junto ao Conselho de Segurança Nacional.
> No Recife, junto aos altos escalões militares, como de resto em toda a Paraíba, na pesava contra mim nenhuma acusação referente aos pontos capitulados no Ato Institucional. O IV Exército conhecia a minha conduta de homem público e o general Justino, assegurando-me na presença de meu pai de que nada havia contra o meu mandato, confirmava apenas, aquela segurança e tranquilidade a que me referi no início deste pronunciamento.
> Ocorre que a trama sinistra se desenrolava no Rio de Janeiro onde nossos inimigos oferecendo jantares aos Chefes da Revolução, serviam também, na mesma bandeja, o veneno da maquinação, da vingança, do ódio, da inveja e da frustação.[1001]

A notícia da cassação do mandato do prefeito de Campina Grande, Newton Rique, repercutiu no Senado Federal. A bancada de senadores paraibanos, tanto os de oposição moderada ao novo regime, Argemiro de Figueiredo (PTB) e Ruy Carneiro (PSD), quanto o aliado do regime, João Agripino (UDN), se mostraram surpresos e criticaram a medida. Os citados senadores se pronunciaram da seguinte forma:

> Hoje, Sr. Presidente, ainda não me confesso um decepcionado. O atual Presidente da República da República, Marechal Castello Branco ainda me inspira integral confiança, e dos generais que compõem o Conselho de Segurança Nacional nada tenho a dizer, nenhum fato concreto que possa

[999] Idem. p. 514. Ainda de acordo com Sylvestre, dos apontados apenas José Leon Nepomuceno assumiu a participação na trama, os outros citados negaram participação.
[1000] Sobre a publicação do ato, ver: OLIVEIRA, Paulo Affonso de. **Atos Institucionais**: Sanções Políticas. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2000, p. 262.
[1001] Apud SYLVESTRE. Op. cit., p. 524.

denunciar, desta tribuna, que significasse diminuição das qualidades morais das virtudes que os caracterizam. [...]
Sr. Presidente, confesso a V. Exª e ao Senado a minha emoção e a minha supressa profunda ao ouvir dentre os nomes atingidos pela cassação de mandatos e suspensão de direitos políticos, o do Prefeito de minha terra, Dr. Newton Vieira Rique, [...]
Sr. Presidente, esse jovem foi trazido por mim ao palco da vida pública. É um homem de banco, em Campina Grande. É um homem rico, confesso ao Senado. De família tradicional em minha terra, família católica, família legalista, ordeira e de reconhecida e excepcional capacidade de trabalho, vinha realizando obras espetaculares, que tanto engradecem a terra onde nascemos. [...]
Campina Grande está prestes, exatamente, a completar o seu primeiro centenário. Esse homem com poucos meses de administração, preocupado com a data magna de nossa terra e dentro do idealismo que o caracteriza, planificou uma administração singular, jamais conhecida, uma administração inédita no seio de talvez todos os munícipios o interior do Brasil. Ordem econômica, ordem social, ordem financeira, problemas de saúde pública, problemas sociais – tudo planificado com método excepcional.
Era essa a administração que estava realizando.
Cassaram-lhe o mandato.[1002]

Na realidade, causou-me também profunda supressa e foi com grande pesar que ouvi, na Rádio Globo do Rio de Janeiro, ontem à noite, a notícia da cassação do mandato do Prefeito Newton Rique, de Campina Grande, bem como a suspensão de seus direitos políticos. [....]
Desconheço o que determinou essa medida extrema do Conselho de Segurança Nacional, nem o que apurou a II Secção do Exército ou quais as denúncias que levaram o Conselho de Segurança Nacional a indicar a suspensão dos direitos políticos do Prefeito da "Rainha da Borborema", como é chamada Campina Grande. Sei, porém, que este ato fez muito mal à Paraíba e de modo especial à "metrópole algodoeira do Nordeste", Campina Grande. Newton Rique é a uma das expressões de cultura e talento da nossa região, a despeito de sua pouca idade.[1003]

Devo acrescentar que ninguém, absolutamente ninguém da UDN da Paraíba, tomou a iniciativa de qualquer insinuação em relação à cassação do mandato do Prefeito Newton Rique. Para mim foi tão surpreendente quanto para o Senador Argemiro de Figueiredo, a notícia que também ouvi pelo rádio, na noite de ontem, da cassação do mandato daquele Prefeito.
Eu ignorava, inclusive, que se cogitasse desse procedimento. E ignorava porque, na conversa que tive com os militares, no Estado da Paraíba, quando ali estive, em maio, não observei que houvesse, da parte deles, obstinação nesse ato. Estavam àquela época, em fase de provas, no inquérito que procediam. E aceitou o Coronel Candal, pelo menos, como corretas, as observações que eu fizera em relação ao Dr. Newton Rique.
Devo declarar, ainda, que fui consultado para concordar em que a UDN colaborasse ou participasse do impeachment desse Prefeito de Campina Grande, do Prefeito de João Pessoa e de outros Prefeitos da Paraíba. Recusei-me, terminantemente, a permitir que o meu Partido tivesse essa atuação.[1004]

[1002] Discurso do senador Argemiro de Figueiredo, apud SYLVESTRE. Op. cit., p. 537-538.
[1003] Discurso do senador Ruy Carneiro, apud SYLVESTRE. Op. cit., p. 538
[1004] Discurso do senador João Agripino, apud SYLVESTRE. Op. cit., p. 541.

Na Assembleia Legislativa da Paraíba, em discurso pronunciado no dia 18 de junho de 1964, o deputado estadual Joacil de Brito Pereira (UDN), um dos principais articuladores civil do golpe no Estado, também se posicionou contra a cassação do Prefeito de Campina Grande, Newton Rique:

> Não se entende, por exemplo, Sr. Presidente, por que o Dr. Newton Rique, ex-Prefeito de Campina Grande, se viu, inesperadamente, atingido pela pena de sua morte civil. Teria ele sido tragado pela vingança de certos grupos?
> A Paraíba está alarmada e estarrecida com essa medida que alcança uma das figuras mais notáveis da nova geração de políticos conterrâneos. E pede explicações. [...]
> Qual o crime de Newton Rique? Subversão ou falta de probidade administrativa? É ponto que deve ser esclarecido, porque nem por um, nem por outro acreditamos pudesse ele pagar. Onde estão as provas apuradas contra o jovem e devotado político campinense? O povo paraibano precisa ver para crer.[1005]

Após a cassação do prefeito, o presidente da Câmara Municipal de Campina Grande, João Nogueira de Arruda, mandou um telegrama, no dia 18 de junho de 1964, para o marechal Taurino Rezendo, membro do Conselho de Segurança Nacional, solicitando sua interferência para que o caso fosse revisto:

> Exmo. Marechal Taurino Rezendo
> Conselho de Segurança Nacional
> Rio de Janeiro
> Depois apelo dirigido ao Exmo. Sr. Presidente da República vg Exmo. Ministro da Guerra vg por todos os órgãos de classe esta cidade vg Diocese com membros clero vg Federação Industriais vg Associação Comercial vg Magistratura paraibana vg Sociedade Medicina vg Ordem Advogados vg Direção Diários e Rádios Associados vg Sindicatos vg todas as Igrejas Presbiterianas vg Assembleia Legislativa do Estado et diversas outras entidades além telegramas comerciários vg bancários et pessoas todas as camadas sociais solicitando revogação medida que cassou direitos políticos et mandato industrial et banqueiro Newton Vieira Rique vg que vinha exercendo cargo Prefeito Municipal vg nome Câmara Municipal de Campina Grande venho honrado e digno Marechal sua valiosa et decisiva interferência sentido revisão denúncia et ato que deixaram nossa cidade et Estado completa perplexidade pt Newton Rique é líder autêntico classes conservadoras nossa terra e jamais participou movimentos subversão nem nunca teve sua vida qualquer deslize moral ou foi envolvido corrupção pt Pode Vossência confiar este testemunho feito maior isenção et refletindo apenas verdade pt Atenciosas et respeitosas suadações João Nogueira de Arruda Presidente Câmara Municipal Campina Grande.[1006]

O prefeito de Campina Grande, Newton Rique, também foi indiciado no IPM da subversão. O relatório final considerou que ele cometeu crime de responsabilidade, e se

[1005] Discurso do deputado estadual Joacil de Brito Pereira, apud SYLVESTRE. Op. cit., p. 541.
[1006] Arquivo da CEVPM-PB.

posicionou sobre ele da seguinte forma: "Numa ata de reunião do Comitê Estadual do PCB, confirmada por vários depoimentos, consta ter sido apoiado pelo Partido nas últimas eleições".[1007]

7.4 Cassações de prefeitos paraibanos no "surto" pós AI-2 e pós AI-5

Domingos Mendonça Neto (PSB) foi eleito prefeito de João Pessoa nas eleições de 1963, numa aliança do PSB com o PSD, contando, portanto, com o apoio da principal liderança deste partido, o Senador Ruy Carneiro. De acordo com Sobreira[1008], após o golpe civil-militar, este passou a ser visado pelo governo militar, sendo aberto um IPM investigá-lo. Este processo foi arquivado pela Assembleia Legislativa da Paraíba, ainda em 1964, mais depois foi reaberto e encaminhado para o Ministério da Justiça.

No dia 22 de abril de 1966, foi publicado no Diário Oficial da União[1009] o ato do presidente da República, Castelo Branco, cassando o mandato e suspendendo os direitos políticos por dez anos do referido prefeito. Foi substituído no cargo pelo vice-prefeito Damásio Franca, que foi prestigiado em sua posse pelo governador do Estado da Paraíba, João Agripino Filho. Na ocasião, o prefeito recém empossado, elogiou as Forças Armadas, "Contarei, de certo, com o apoio do Exmo. Sr. Governador João Agripino Filho. E com o apoio igualmente das Forças Armadas, sediadas na Paraíba, guardiãs da democracia, da honestidade e do trabalho a serviço do povo brasileiro".[1010]

O jornal oficial do Estado da Paraíba, "A União", em seu Editorial do dia 21 de abril de 1966, justificou a cassação do prefeito pessoense Domingos Mendonça Neto, que teria ocorrido por "desmandos administrativos".

> Não se tripudia sobre o caráter político do Prefeito da capital, no momento em que um Ato imperativo e indispensável da Revolução Democrática, empreendida contra corruptos e subversivos, tira-lhes todos os poderes do cargo. Deplora-se que não tenha querido servir ao povo da principal cidade paraibana, que de presente ofereceu-lhe para – talvez única – oportunidade na vida. Deplora-se o efeito negativo que um procedimento incorreto, incompatível com a alta dignidade do cargo, traz de certo modo para as gerações moças engajadas na vida política e administrativa do Estado.

[1007] Arquivo Nacional. Fundo SNI. Arquivo da CEVPM-PB.
[1008] SOBREIRA, Dmitri da Silva Bichara. **Para além do "sim, senhor"**: A Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e a ditadura militar na Paraíba (1964-1969). Dissertação (Mestrado em História). CCHLA/UFPB, João Pessoa, 2016, p. 163.
[1009] Sobre a publicação do ato, ver: OLIVEIRA, Paulo Affonso de. **Atos Institucionais**: Sanções Políticas. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2000, p. 91.
[1010] O Norte, 21 abr. de 1966 apud SOBREIRA. Op. cit., p. 163-164.

> Deplora-se o prejuízo incalculável que a cidade sofreu em mais de dois correspondentes a sua presença no posto-chave de que acaba de ser apeado.[1011]

O prefeito de Campina Grande Ronaldo José da Cunha Lima também foi outro cassado pelo Conselho de Segurança Nacional. Ele começou sua militância política no movimento estudantil de Campina Grande, como membro do Centro Estudantal Campinense (CEC)[1012]. Em 1959, foi eleito vereador de Campina Grande pelo PTB e, em 1963, foi eleito deputado estadual da Paraíba, pelo mesmo partido, sendo reeleito em 1967, desta vez pelo MDB.

Como parlamentar, foi opositor do regime militar instaurado com o golpe civil-militar de 1964[1013]. Logo após o referido golpe foi indiciado no IPM da subversão. O relatório final considerou que ele cometeu crime de responsabilidade e atentado contra a segurança nacional, e o denunciou da seguinte forma:

> Subscreveu um Manifesto da Frente Parlamentar Nacionalista, publicado no "Correio da Paraíba" de 5 de maio de 1963, manifesto esse em que se propõe a contribuição e o intercâmbio com os chamados órgãos de arregimentação das forças nacionalistas (CGT, UNE, UBES, FPN e PMP) e a imediata instalação da Frente de Mobilização Popular no Estado.[1014]

Em 1968, Ronaldo Cunha Lima foi eleito prefeito de Campina Grande, pelo MDB, numa campanha marcada por dissidências no partido governista, a ARENA. Durante o processo de escolha dos candidatos a prefeito deste partido, o deputado federal Vital do Rego, ligado ao ex-governador Pedro Gondim, rompeu com o seu partido, ingressando no MDB e candidatou-se a prefeito, formando uma chapa, através das sublegendas[1015], com Ronaldo Cunha Lima e o deputado Osmar de Aquino. A ARENA também apresentou três candidatos para o referido pleito, os ex-prefeitos campinenses Severino Bezerra Cabral, Plínio Lemos e o professor José Stênio de Lucena Lopes. Severino Cabral foi o mais votado individualmente, nesta eleição, mas com a soma das sublegendas, Ronaldo Cunha Lima saiu eleito prefeito de Campina Grande pelo MDB.

Em março de 1969, Ronaldo Cunha Lima teve seu mandato de prefeito de Campina Grande cassado pelo Conselho de Segurança Nacional. Quando seu caso foi apresentado para

---

[1011] EDITORIAL. A União, 21 de abr. de 1966, p.3, apud SOBREIRA. Op. cit., p. 164.

[1012] Sobre o Centro Estudantal Campinense, ver: SANTANA, Ajanayr Michelly Sobral. **Entre práticas e representações:** O Centro Estudantal Campinense como espaço de formação (1948-1964). Campina Grande: Dissertação (Mestrado em História). CH/UFCG. Campina Grande, 2015.

[1013]Sobre a trajetória política de Ronaldo Cunha Lima. ver. MELLO, José Octávio de Arruda. **Ronaldo Cunha Lima**: a trajetória de um vencedor (1936-2007). João Pessoa: Ideia, 2015.

[1014] Arquivo Nacional. Fundo SNI. Arquivo da CEVPM-PB.

[1015] O mecanismo da sublegenda foi instituído pelo Ato Complementar nº 26, de 29 de Novembro de 1966 e permitia que os partidos pudessem lançar até três candidatos a cargos majoritários, sendo que o mais votado da legenda vitoriosa seria o eleito.

apreciação no referido Conselho, o presidente da República e do referido Conselho, general Costa e Silva, assim se pronunciou, "Temos agora uma ficha péssima que é a do Prefeito de Campina Grande, RONALDO JOSÉ DA CUNHA LIMA".[1016] Em seguida, foram apresentadas informações sobre o prefeito, a partir de seu Prontuário elaborado pelo SNI:

> Deputado Estadual pelo MDB/PB. Atualmente Prefeito de Campina Grande/PB. – Corrupto[1017]. – Apoia a ação estudantil esquerdista. – Tem criticado o Governo em programa de Rádio. – Combateu a Lei de Imprensa. – Proferiu discursos de matiz comunista em campanha política em disputa da Prefeitura de Campina Grande.[1018]

Buscando dar subsídios para justificar a cassação foi apresentado um histórico da atuação de Ronaldo Cunha Lima ao longo de sua trajetória política, a partir de informações prestadas pelo SNI,

> Em Mai 63 – Subscreveu um manifesto da Frente Parlamentar Nacionalista, manifesto esse que se propõe à contribuição e intercâmbio como os chamados órgãos de arregimentação das forças "nacionalistas" (CGI, UNE, UBES, FPN, FMA) e a imediata instalação da Frente de Mobilização Popular no Estado. O manifesto incitava o povo à luta anti-imperialista, anti-feudal e princípios de autodeterminação no campo da Política externa. Em 1964 – Indiciado no IPM/PB – 2, em virtude do manifesto supra citado. Em Set 66 – Em programa radiofônico teceu críticas ao Governo Revolucionário, afirmando que o Brasil não é semiditadura mas está num regime parecido com o fascismo de MUSSOLINI. Em Out. 66 – Deputado Estadual, era relator da Comissão de Finanças da Assembleia Legislativa e quando o governador PEDRO GONDIM encaminhou mensagem à Casa, quis saber onde e em que se gastava tanto dinheiro. No dia seguinte deu parecer favorável ao receber um carro "zero quilômetro". É hoje um dos magnatas da oposição. Em Fev 67 – Condenou o projeto da Lei de Imprensa na Assembleia Legislativa em discurso na tribuna. Solidarizou-se com os jornalistas na luta pela rejeição ou retirada da "Folha". Em Set 67 – Processado na Auditoria da 7ª RM por ter assinado o manifesto de maio de 1963 da Frente Parlamentar Nacionalista; conseguiu "habeas-corpus" no STM apesar dos votos em contrário dos Ministros URURAY, GEISEL e GRUM MOSS. Em Ago 68 – Apoiou por todos os meios válidos o movimento estudantil realizado na Paraíba em solidariedade à morte do estudante EDSON LUIZ. Em Nov 68 – Em campanha política pela Prefeitura de Campina Grande proferiu discursos semelhantes aos do comunista OSMAR DE AQUINO, ao qual se encontrava ligado tudo levando a crer que seguirá a linha de seu companheiro.[1019]

Após a apresentação destas acusações por parte do SNI, o presidente Costa e Silva deu seu parecer:

[1016] Ata do Conselho de Segurança Nacional. Arquivo Nacional. Fundo SNI. Arquivo da CEVPM-PB.
[1017] Essa acusação de corrupto, geralmente era feita para desqualificar quem estava sobre julgamento, mas nem um tipo de prova foi apresentado, neste caso.
[1018] Ata do Conselho de Segurança Nacional. Arquivo Nacional. Fundo SNI. Arquivo da CEVPM-PB.
[1019] Idem.

> Esse homem foi eleito por desavenças na política como os Senhores sabem. Precisamos então eliminar esse problema. Alguma sugestão? [...] O Presidente da República resolve suspender, por dez anos, os direitos políticos e cassar o mandato eletivo municipal do Senhor RONALDO JOSÉ DA CUNHA LIMA.[1020]

7.5 Perseguição a magistrados paraibanos

O presente Relatório, que trata da disponibilidade aos magistrados paraibanos durante o regime militar de 1 de abril de 1964, demonstrará a forma como essa categoria foi perseguida, as tramas montadas, os motivos políticos, econômicos e de interesses pessoais envolvidos na execução do afastamento das suas vítimas do poder judiciário paraibano.

Para melhor compreensão do assunto, decidiu-se dividir em três categorias as disponibilidades dos magistrados, tendo como ponto de partida o procedimento adotado pelas instâncias governamentais e órgãos da repressão para punir um desembargador e doze juízes no período de 1964 a 1969.

A primeira categoria envolverá a perseguição, pelo Governo do Estado, ao juiz de direito da comarca de Rio Tinto, Hermíllo Carvalho Ximenes, preso em maio de 1964, por contrariar os interesses econômicos e políticos dos proprietários da Fábrica de Tecido Rio Tinto e dos latifundiários do "Grupo da Várzea". Uma segunda categoria envolverá a aposentadoria e cassação dos direitos políticos do desembargador Emílio de Farias pelo Conselho de Segurança Nacional, por este denunciar a perseguição a magistrados da Paraíba pelo Governador do Estado da Paraíba e por ter protestado contra o afastamento dos ministros do Supremo Tribunal Federal após o Ato Institucional nº 5/1968. Por último, a categoria dos onze magistrados aposentados por perseguição do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, atendendo pedido do Governador do Estado da Paraíba e do então presidente do Tribunal de Justiça da Paraíba.

Assim, ficará melhor para visualizar as razões das perseguições e punições aos magistrados paraibanos, muitas delas escondidas nos documentos "secretos" e "confidenciais" dos arquivos do Serviço Nacional de Informações (SNI) até a presente data.

7.5.1 Magistrado perseguido e demitido em 1964

Os grupos econômicos e políticos que detinham a hegemonia econômica e política da Paraíba, nos idos da década de 1960, não aceitavam quem se pusesse no caminho dos seus

[1020] Idem.

interesses. O magistrado Hermíllo Carvalho Ximenes, juiz de direito da comarca de Rio Tinto, por não se curvar as imposições dos donos da Fábrica Rio Tinto, mantendo a ordem na cidade sob o manto da lei, julgava os processos trabalhistas dos operários de acordo com seus direitos previstos em normas legais. Também julgava procedente as ações impetradas pelos camponeses contra os despejos e violência dos latifundiários da sua comarca, contrariando estes.

No dia 27 de maio de 1964, ao ser convocado para depor no Inquérito Militar Policial que apurou a "subversão" na Paraíba, foi detido e, depois, transferido para o quartel do 15º Regimento de Infantaria. Também respondeu ao Inquérito Policial Militar do Grupo dos Onze, que investigou a formação de células que seguiam a orientação política do governador gaúcho, Leonel Brizola. E, por fim, foi processado pela Comissão de Investigação criada pelo Decreto nº 3.540, de 18 de abril de 1964, de autoria do governador Pedro Gondim, "para apurar a responsabilidade dos servidores estaduais e municipais que tenham atentado contra a segurança do País e do regime democrático".

Ximenes usava a toga para frear os abusos dos proprietários da Fábrica de Rio Tinto, a família Lundgren, que, usando a polícia do Estado, oprimia os quase 10 mil operários e moradores da cidade dominada por aquela indústria fabril. Além do mais, em 17 de março de 1962, para evitar conflitos sangrentos entre latifundiários e camponeses, baixou a portaria nº 5 para ser cumprida em sua comarca, na qual considerava ser "contravenção" o "porte de armas", obrigando que fosse "desarmado qualquer pessoa que for encontrada conduzindo arma sem a devida licença", independente "da condição social ou econômica do infrator". E mais:

> As autoridades policiais em nenhuma circunstância permitirão que proprietários rurais ou seus prepostos constranjam trabalhadores agrícolas, mediante violência ou grave ameaça, a não fazer o que a lei permite ou a fazer o que ela não manda, bem assim, a prestação de qualquer trabalho, inclusive, da chamada diária semanal obrigatória[1021].

Isso era inadmissível pela elite industrial e latifundiária, tornando o juiz em um inimigo aos seus interesses de classe. Durante a construção do processo do IPM da "Subversão", os adversários do juiz Ximenes fizeram de tudo para que fosse denunciado, montando provas fraudadas e testemunhos falsos. Intrigado com aquela situação, o major do Exército Ney Aquino, encarregado desse IPM, determinou que o major Afonso Augusto de Toledo Navarro fizesse uma diligência no município de Rio Tinto para apurar tais fatos. O Relatório de viagem

[1021] Documento encontrado no processo de anistia ingressado por Hermíllo Carvalho Ximenes, cujo arquivo pertencia ao deputado estadual Zenóbio Toscano e foi entregue à Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba. Arquivo da CEVPM-PB.

feito pelo major Toledo, em 4 de junho de 1964, constatou que os proprietários da Fábrica mandavam na cidade:

> Tudo isso explica o interesse da família Lundgren em terem sob o seu controle a prefeitura, o juiz, o delegado de polícia, os coletores, o sindicato e a Câmara de Vereadores. Antes da Revolução nenhum desses elementos era subordinado à fábrica. Atualmente, com exceção do Juiz, que ainda não foi substituído, todos os demais elementos são controlados pelos Lundgrens... Também com o Juiz há divergência de opiniões. O que é certo é que o Juiz não se subordinou à fábrica, e é dotado de acentuado espírito de Justiça[1022].

A conclusão que chega o major Ney Aquino, no seu Relatório Final do IPM da "Subversão", é que

> o caso XIMENES nada tem a ver com subversão, no sentido correto desse conceito. É um pleito entre a Companhia de Tecidos Rio Tinto, seus Diretores e advogados, e o Juiz, ao que tudo indica, provocado por este último fugido à norma vigente no Município de submeter-se às vontades e interesses da Empresa, atitude essa que a Companhia não tolera nem admite... a Companhia de Tecidos Rio Tinto agiu ostensivamente no sentido de alijar o Juiz de seu posto e, se possível, destruí-lo, por todos os meios, e modos ao seu alcance, valendo-se principalmente da coação irresistível que exerce sobre os habitantes do Município, do qual é proprietária absoluta. [1023]

Durante o tempo em que esteve preso, o juiz Ximenes contratou o advogado Alfredo Pessoa de Lima para lhe defender. Ao tentar judicialmente o alvará de soltura, descobriu que os proprietários da Fábrica Rio Tinto estavam comprando militares e outras autoridades para manter seu cliente preso.

Corajosamente, escreveu uma carta datilografada, contendo dez laudas, datada de 30 de junho de 1964, endereçada ao marechal Estevão Taurino de Resende, presidente do Comando Geral de Investigação (CGI), que ficava no Palácio da Guerra, no Rio de Janeiro, com cópia ao presidente do Supremo Tribunal Federal, Álvaro Moutinho Ribeiro da Costa; ao tenente-coronel do exército Hélio Ibiabina, comandante da IV Região Militar, ao major do exército Ney de Oliveira Aquino e ao promotor da Justiça Militar, Eraldo Gueiros Leite, da Auditoria da 7ª Região Militar.

O jornalista Adelson Barbosa transcreveu trechos da carta do advogado Alfredo Pessoa que se encontra no Arquivo da Comissão Estadual da Verdade da Paraíba. Publicaremos aqui algumas partes da matéria que saiu no jornal Correio da Paraíba, em 18 de agosto de 2013:

[1022] Relatório do Inquérito Policial Militar da Subversão na Paraíba. 1964, p. 1.436. Acervo da CEVPM-PB.
[1023] Idem. p. 1.653.

Na carta, Alfredo Pessoa, se diz defensor do regime militar, fala sem medo de represálias. O principal alvo dele era a Companhia de Tecidos Rio Tinto (na cidade do mesmo nome), pertencente à família Lundgren, de origem alemã [sueca]. Denunciou que os donos da empresa usaram uma valise cheia de dinheiro para corromper a Justiça Militar (JM) e manter o juiz preso por subversão.

"O juiz, após investigação demorada de sua conduta, tendo apresentado defesa escrita estribada em documentos, mereceu do major encarregado do IPM na Paraíba, um pedido de relaxamento da prisão preventiva, que o Conselho Permanente de Justiça Militar deixou de atender, porque o IPM de Recife entende que há implicação, embora, coincidentemente, o dirigente da Companhia tenha anunciado na cidade, de saída para Recife e portando uma valise pejada de dinheiro, que dinheiro ainda valia muito e o juiz não voltaria à comarca enquanto a Companhia tivesse dinheiro para gastar", frisa a carta. Em seguida, o advogado sustenta: "Ignoro até que ponto o dinheiro daquela empresa pode corromper e entravar a marcha da Justiça Militar, porque, no âmbito da Justiça Comum, aquele dinheiro consegue tudo".

Segundo o advogado, uma rede de mentiras rumava de Rio Tinto para a Capital. Ele conta que, no dia 31 de março, um dos membros da família Lundgren, identificado como Edson, esteve na Assembleia Legislativa para dar ao deputado Aguinaldo Veloso Borges a notícia de que o juiz estaria sobre um caminhão mobilizando trabalhadores rurais para uma reação em prol do Governo de João Goulart".

No dia seguinte, conforme o advogado Alfredo Pessoa, a notícia atribuída ao magistrado foi desmentida, "pois a atividade, segundo se soube, teria sido do prefeito municipal", que fora cassado pouco tempo depois. "Mas o aleive miserável já tinha sido levado ao coronel Plínio Pitaluga, que controlava os civis, notadamente jornalistas que convocara para uma cobertura à reação militar que se ofereceria ao Governo subversivo de Goulart", frisa um trecho do documento. A carta, rica em detalhes, denuncia tortura contra camponeses para que eles prestassem depoimentos que incriminassem o juiz Hermillo de Carvalho Ximenes, que comandava a Comarca de Rio Tinto. Diz a carta que, "amaciados a pau e surrados impiedosamente, sete camponeses consentiram em depor contra o juiz". Um deles, identificado como João Emiliano dos Santos, foi espancado a ponto de não poder, sequer, assinar o nome no depoimento mentiroso, apesar de ser alfabetizado.

O documento ainda destaca que os camponeses foram levados à presença do major Ney de Oliveira Aquino e declararam ter prestado depoimento em Rio Tinto sob coação policial. "Ou diziam o que a Companhia queria, ou morreriam no pau. Curioso é que, nem a Comissão Estadual de Investigação, nem o IPM de Recife, querem tomar conhecimento das comprovações de que as acusações ao juiz em Rio Tinto foram extorquidas a pau", reforça a carta.

Na correspondência, o advogado Alfredo Pessoa repete para as autoridades que a receberam a mesma declaração dada anteriormente perante o Tribunal de Justiça da Paraíba: "A revolução de 31 de março empanzinou-se, adoeceu na dispepsia dos regabofes". O advogado demonstra revolta com a participação de autoridades militares encarregadas de manter a "revolução" nos banquetes oferecidos "com o sangue sacrificial dos perus" pelas elites brasileiras.

No parágrafo seguinte, afirma o advogado se referindo ao presidente da CGI: "E de Vossa Excelência, que compeliu o famigerado Cecil Borer (até esse monstro é anjo guardião da ordem democrática) a liberar os presos de mais de 50 dias sem culpa formada, esperam os paraibanos que ainda querem acreditar na revolução, que as razões do dinheiro da Companhia de Tecidos Rio Tinto não prevaleçam sobre as investigações daqueles honrados chefes militares a quem Vossa Excelência delegou na Paraíba as atribuições de investigar as atividades subversivas".

Ele também denuncia que o juiz ficou preso, incomunicável, há várias semanas, não podendo receber, sequer, o seu advogado, "o que constitui um constrangimento

> injustificável". "Não lhe pude submeter o propósito desta carta, que é exclusivamente minha, do homem de 53 anos de idade, juiz de direito aposentado, ao marechal reformado, de idade também provecta", frisa, justificando que a correspondência não representa a aquiescência do magistrado a quem ele defendia. No trecho seguinte, ele acrescenta: "Saber que um general decide pela espada contra a toga, é contingência que sempre sujeitou o nosso Supremo Tribunal Federal, nos dias de Ruy e nos dias de Café Filho. Mas saber que uma miserável empresa de gringos pode com as razões do dinheiro encarcerar um magistrado é um fim de estrada que um marechal da República pode poupar-nos".

Mesmo assim, o juiz Hermíllo de Carvalho Ximenes continuou preso e presenciou a "soltura" para a morte dos seus companheiros de cela no 15º RI, os líderes camponeses Nego Fuba e Pedro Fazendeiro, entre final de agosto e início de setembro de 1964.

Conseguiu sair da prisão em outubro daquele ano, após ter sido colocado em disponibilidade da magistratura por Ato do Governador Pedro Gondim, publicado no Diário Oficial do Estado da Paraíba em 10 de outubro de 1964.

7.5.2 Emílio de Farias: desembargador cassado pelo CNS

A postura contra os atos da ditadura militar, a defesa da justiça e da democracia fez com que o desembargador Emílio de Farias se tornasse um magistrado singular no período de 1966 a 1968, em que foi presidente do Tribunal de Justiça da Paraíba (TJ/PB). Isso acarretou em sua aposentadoria e perda dos direitos políticos após o Ato Institucional nº 5/1968, pelo Conselho de Segurança Nacional.

No início de 1966, ao conceder um mandato de segurança, o desembargador Emílio de Farias, exercendo seu mandato de presidente do TJ/PB, mostrou sua insatisfação com o Estado de Exceção que vivia o povo brasileiro: "Entendemos que o Mandado de Segurança é ainda uma das garantias do direito individual que a nossa Constituição, infelizmente já prestes a expirar, oferece como ornamento jurídico do sistema democrático/brasileiro"[1024].

Deixando de lado o ato do governador Pedro Gondim, o desembargador Farias, na qualidade de presidente do TJ/PB, com o apoio de outros colegas daquela Corte, promoveu o ex-juiz Hermíllo de Carvalho Ximenes da comarca de Rio Tinto e ex-preso político, afastado da magistratura desde outubro de 1964.

Em maio daquele ano, denunciou o governador João Agripino de perseguição aos magistrados paraibanos. Numa atitude corajosa, saiu em defesa dos membros do poder

[1024] Publicado no Diário Oficial da Paraíba, nº 1449, de 13 de janeiro de 1967.

judiciário endereçando, a 24 de maio de 1966, uma mensagem ao presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Álvaro Moutinho Ribeiro da Costa, "denunciando ameaças e suspensão de direitos políticos de membros da magistratura" feita pelo governador do Estado. No documento que Farias enviou ao STF, e que foi aprovado pelo pleno do TJ/PB, diz que "somos todos orgulhosos de fazer parte de um poder que quanto mais carece de garantias, mais aumenta de fiador da sobrevivência do direito e do respeito pela dignidade fundamental do homem"[1025].

Numa entrevista ao jornal Correio da Paraíba, publicada em 24 de março de 1967, o desembargador Emilio de Farias defendeu a democracia, que previa eleições para presidente de República em 15 de março daquele ano, fez duras críticas a Lei de Segurança Nacional e disse que o Congresso não estava livre para fazer uma nova Carta Magna.

> Quando o país se preparava para no dia 15 de março explodir de júbilo pela volta do sistema democrático, livre do arbítrio do poder, de um homem só, com sua Constituição assegurando de qualquer modo a sobrevivência dos poderes legislativo, judiciário e executivo, eis que surge à imposição e um decreto chamado Lei de Segurança Nacional, que nos parece mais requinte do sadismo, imposto por quem nunca deseja ver o Brasil alegre e feliz... Todas as leis impostas pela vontade unilateral do Poder Executivo de então devem ser revistas, senão extintas, porque, além de não traduzirem as verdadeiras necessidades para os fins a que quiseram destiná-las, fugiram ao sistema democrático de sua elaboração. Revista também deve ser a Constituição. Mas não agora, logo. Quando o Congresso for livre. Quando os congressistas se sentirem livres das injunções do passado"[1026].

Já fora da presidência do Tribunal de Justiça da Paraíba e com a edição do Ato Institucional nº 5/1968, o desembargador Emílio de Farias entrou num confronto político e ideológico com o regime civil militar, por sua defesa do judiciário brasileiro contra os abusos cometidos aos magistrados e à justiça. O fato aconteceu durante a sessão ordinária do pleno do TJ/PB, de 22 de janeiro de 1969, quando apresentou requerimento para que ficasse registrado em Ata a sua insatisfação pelo afastamento de três ministro do Supremo Tribunal Federal. Por ser um documento histórico é merecido ficar registrado neste Relatório, será transcrito na sua totalidade.

> Senhor Presidente: O recente ato compulsivo do Poder Executivo Nacional declarando aposentados os Excelentíssimos Ministros Evandro Lins e Silva, Hermes Lima e Vitor Nunes Leal leva-me, por especialíssimas circunstâncias

[1025] Correio da Manhã, de 24 de maio de 1966. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842_07&pasta=ano%20196&pesq=Jo%C3%A3o%20Agripino Acesso em: 15 jan. 2017.
[1026] ARE_ACE_3665_82. SNI. Arquivo Nacional. Cópia digitalizada. Acervo da CEVPM-PB.

à manifestação que ora quero registrar no plenário augusto desta Casa de Justiça como perfeito e lídimo sentimento de classe.
Sr. Presidente, como dizia Calderon de la Barca, "Dê-se tudo ao Rei, menos a honra".
Eu mentiria a mim mesmo que é a forma mais vergonhosa de mentir, se por conveniência ou pusilanimidade, silenciasse ante à perda irreparável que sofreram a magistratura e a cultura jurídica do Brasil com o afastamento compulsório das atividades judicativas de tão eminentes jurisconsultos patrícios.
Modesto magistrado de província não impede, entretanto, a minha modéstia, que eu sinta na carne o crepúsculo das instituições jurídicas, que longe de constituírem uma restrição feita a poucos é um infortúnio que atinge a todos.
Nós éramos Sr. Presidente, um Poder desarmado, e hoje não chegamos sequer a ser um Poder pois todas as nossas garantias não passam de reminiscências melancólicas de um Estado de direito.
Mas, um Poder na verdade, não se qualifica pelas suas prerrogativas, mas sim se afirma pela inteireza moral dos seus representantes. O homem só é feito à imagem e à semelhança do Criador porque a ninguém é dado aviltá-lo pelo seu arbítrio, pois ele só desce quando se diminui por falta de respeito próprio.
E é este respeito que é o apanágio dos homens de bem, que me leva a manifestar, perante o Egrégio Tribunal de Justiça da minha terra, o meu mais profundo pesar pelo ato do afastamento desses grandes Juízes que embasam a cúpula do grande edifício judiciário da Nação.
Evandro Lins e Silva – Hermes Lima – Vitor Nunes Leal – são, expoentes da cultura jurídica brasileira.
Talvez oportuno fosse reavivar, aqui aquela declaração histórica do eminente Ministro Hermenegildo de Barros – glória da magistratura deste País quando do idêntico afastamento, pela Revolução de 1930 de seis grandes Juízes do Supremo Tribunal Federal, inclusive o nosso conterrâneo Geminiano da França, sem que também nenhum labéu infamante houvesse sido imputado à toga daqueles magistrados - proferindo como um titã essa lapidar sentença "É a morte do Poder Judiciário no Brasil".
Remonta ao exemplo as palavras do Duque de Caxias, que o Brasil para crescer é indispensável que a força da espada se discipline pelo equilíbrio da balança.
Praza aos céus que a vida do grande brasileiro e do grande soldado inspire as diretrizes do Governo para que o presente seja digno do nosso passado e o futuro se construa fiel a grandeza desses princípios que não são o privilégio da nossa gente, mas um autêntico patrimônio da humanidade.
Requeiro, pois, Sr. Presidente, que se faça registrar em ata, na íntegra este meu pronunciamento, sob a minha pessoal e intransferível responsabilidade, para que os pósteros não digam amanhã que na Paraíba de tão caras afirmações de altivez e independência, todas as vezes se calariam no silêncio comprometedor das nossas mais legítimas tradições de amor ao direito, o respeito pelos seus mais representativos cultores.
Afortunado seria eu, se tivesse o fulgor candente de Castro Alves – aquele que no dizer do preclaro José Américo de Almeida, "era o cantor das grandes causas, a madrugar nas paixões da liberdade e da Justiça" – para que o registro do meu pensamento de hoje, honrasse, no decorrer dos tempos, a majestosa tradição de cultura desta respeitável Casa.
Mas, Sr. Presidente, mesmo na singeleza destas palavras de solidariedade vai todo o orgulho de dignidade de um Juiz da Paraíba.[1027]

[1027] LIMA, Margarita Farias de. **Emílio de Farias**: Glória que não se pode medir. João Pessoa: A União, 2014, p. 239-241.

Foram essas posições de confronto que transformaram o desembargador Emílio de Farias em um inimigo em potencial da ditadura. Na reunião do Conselho de Segurança Nacional (CSN), o relatório apresentado pelo Serviço Nacional de Informações (SNI) revela o ódio nutrido ao magistrado paraibano por suas posições políticas e administrativas:

> INFORMAÇÕES DO SNI. Extrato do Prontuário. – Comunista atuante. – Agitador e anti-revolucionário. Ex-Presidente do Tribunal de Justiça da Paraíba. HISTÓRICO DAS ATIVIDADES. Em 1963 – Juiz do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, no Governo PEDRO GONDIM. Em 1964 – indicou, para efeito de promoção, o Juiz HERMÍLIO CARVALHO XIMENES, posto em disponibilidade pela CEI, por ocasião do movimento revolucionário. Registrado que é comunista atuante e pertencea a ala esquerdista do Tribunal de Justiça da Paraíba. Em Abril 66 – é citado em carta de JOÃO AGRIPINO ao General GOLBERY, como alvo de graves acusações e passível de perder seus direitos políticos e ser exonerado do cargo. Em Maio – o Jornal do Brasil publicou um seu oficio ao Presidente do STF, em que, na qualidade de Presidente do Tribunal de Justiça da Paraíba, afirma que: "O Governador JOÃO AGRIPINO, em repetidas entrevistas à imprensa, tem anunciado que magistrados em exercício na Paraíba terão seus direitos políticos suspensos pelo Poder Revolucionário da República"; "Tal notícia traz descrédito ao Judiciário Paraibano e como a magistratura de nosso Estado tem uma tradição de independência honradez tenho, na qualidade de Presidente.... o sagrado dever de preservá-lo e enaltecê-lo, protestando"... Em Maio 68 – Fichado como responsável pelas agitações ocorridas na Paraíba, e como esquerdista extremado, antimilitarista e inimigo declarado da Revolução de 1964.[1028]

O general presidente da República, Costa e Silva, após ouvir o relatório do SNI na reunião do CNS, contra o desembargador Emílio de Farias, tomou a seguinte decisão:

> Como os Senhores sabem nós aqui apenas recebemos o libelo que foi feito. Coloco o assunto à consideração do Conselho. A aposentadoria e ato meu e eu a farei sob minha exclusiva responsabilidade. Apenas na suspensão dos direitos políticos preciso ouvir o Conselho. Alguma objeção?... O Presidente da República resolve suspender os direitos políticos por dez anos e aposentar o Desembargador EMÍLIO DE FARIAS, do Tribunal de Justiça da Paraíba. Vamos ver agora a suspensão de direitos políticos por dez anos e restrições às atividades funcionais ou políticas de uma maneira geral[1029].

O Diário Oficial da União, que circulou no dia 30 de abril de 1969, publicou a suspensão dos direitos políticos do magistrado Emílio de Farias e a sua aposentadoria como desembargador do Tribunal de Justiça da Paraíba, após deliberação do Conselho de Segurança

[1028] Ata do Conselho de Segurança Nacional (CSN), em formato digital, p. 213. Acervo da CEVPM-PB.
[1029] Idem, p. 214.

Nacional. Entretanto, só em 11 de junho de 1976 é que saiu o ato no Diário Oficial da União aposentando Emílio de Farias do cargo de professor da Universidade Federal da Paraíba[1030].

Não concordando com esse ato arbitrário do CNS, o Desembargador Francisco Espínola pediu para registrar na Ata da sessão ordinária do TJ/PB, de 30 de abril de 1969, sua manifestação de pesar pelo recente afastamento de Emilio de Farias. Em pronunciamento, Francisco Espínola falou da conduta do magistrado: "o Exmo. Desembargador Emílio de Farias, que há quase dez anos, integrava o quadro deste Egrégio Tribunal, como um dos seus membros mais ilustres e destacado, cuja presidência exerceu por dois anos"[1031].

Merece registro as cartas enviadas pelos três ministros do Supremos Tribunal Federal, afastados com fundamento no Ato Institucional nº 5/68, em que agradeceram o posicionamento corajoso do desembargador Emílio de Farias em suas defesas e na independência do Poder Judiciário brasileiro.

> DO MINISTRO EVANDRO LINS E SILVA: "Exmo. Sr. Desembargador Emílio de Farias. Devo-lhe o meu reconhecimento pelas suas palavras proferidas no Tribunal de Justiça da Paraíba, durante sessão de 22 de janeiro do corrente ano. Embora delas estivesse tido notícia, só recentemente às li, na íntegra, porque um amigo comum fez o obséquio de entregar-me uma cópia das mesmas, com um cartão. Sabia V.Excia. os riscos que corria, mas, preferiu assumi-los a omitir-se. A consequência aí está como ato que também o atingiu. O efeito, porém, ficou marcado a sua posição de defensor do Estado de Direito, que se esteia, sobretudo, na independência do Poder Judiciário. Acredito, como V. Excia., nas lições da história: o arbítrio é efêmero; só o direito é eterno. Além dos meus agradecimentos por suas generosas palavras, quero, já agora, expressar-lhe os meus sentimentos de pesar pelo ato que o afastou do exercício da judicatura, que V. Excia. soube honrar, como magistrado probo e culto, segundo o testemunho que recolhi de vários paraibanos ilustres. Seu patrício e admirador Evandro Lins e Silva"
>
> DO MINISTRO VICTOR NUNES LEAL: "Brasília, 11 de março de 1969. Ilustre Desembargador Emílio de Farias. Sirvo-me do préstimo de um amigo para acusar o recebimento – com bastante atraso – da cópia de seu pronunciamento do Tribunal de Justiça da Paraíba, na sessão de 22 de janeiro último. O dia em que recebi foi de grande conforto moral para mim e meus familiares. Se já o admirava por seus títulos pessoais e funcionais, junto agora a minha gratidão pela sensibilidade e destemor do seu gesto. Atingido por um ato injusto, felizmente, sobra-me energia para o reinício da atividade profissional que exerci com entusiasmo durante cinco lustros e que só deixei pela honra de ingressar na magistratura. No exercício desse cargo, só procurei servir à justiça, de alma isenta, no limite das minhas deficiências. Esperando poder renovar o meu agradecimento pessoalmente, na primeira oportunidade, formulo os melhores votos por sua felicidade pessoal e pela constância do

[1030] Diário Oficial da União, de 30 de abril de 1969 e de 11 de junho de 1976, p. 3661-3662 e p. 8271, respectivamente.

[1031] Discurso pronunciado pelo desembargador Francisco Espínola. Disponível em: LEITÃO, Deusdedit; e NÓBREGA, Evandro da: **História do Tribunal de Justiça da Paraíba**. 6ed. revista, atualizada e ampliada. João Pessoa, 2008, p. 171-172.

> prestígio de que desfruta nos meios jurídicos do país. O patrício e admirador. Victor Nunes Leal"
>
> DO MINISTRO HERMES LIMA: "Eminente Desembargador Emílio de Farias Só ontem recebi, por estar fora do Rio, a cópia autêntica das palavras que pronunciou em sessão plena do Colendo tribunal paraibano e nas quais referiu com tanto destemor e com tanta generosidade aos atos que forçaram a aposentadoria minha e dos Ministros Victor Nunes Leal e Evandro Lins e Silva. O senhor não conhece a cor do medo e nisto é bem paraibano. É grato verificar como pela sua boca falou alto um sentimento de justiça, numa hora bem difícil. Agradeço-lhe vivamente a manifestação como que nos honrou, a mim e a meus colegas, e subscrevo-me com todo apreço. Hermes Lima" [1032].

Como bem ressaltou o ministro Evandro Lins e Silva, "o arbítrio é efêmero; só o direito é eterno", o desembargador EmÍlio de Farias entra para a história como defensor do direito e da justiça, enquanto que seus algozes, arbitrários, tiveram seus nomes evaporados da história porque suas posições foram efêmeras, oportunistas, atendendo serviçalmente ao governo ditatorial de plantão.

7.5.3 Juízes punidos após a edição do AI - 5/1968

O governador João Agripino vinha ameaçando os magistrados paraibanos desde 1966, como foi visto na denúncia do presidente do TJ/PB, desembargador Emílio de Farias e no arquivo secreto do SNI, revelado no Relatório do Conselho de Segurança Nacional que cassou os direitos políticos de Emílio de Farias.

Com a edição do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, vieram as punições aos magistrados do poder judiciário federal e estaduais, com a aposentadoria proporcional de todos aqueles que discordavam das atrocidades políticas e judiciais do regime militar.

Aproveitando a oportunidade, o referido governador e o presidente do Tribunal de Justiça do Estado, desembargador Onesipo Aurélio de Novais, prepararam uma lista de punições a juízes que discordavam administrativamente e politicamente das gestões deles, ou que atrapalhavam as promoções de outros magistrados que eram seus correligionários[1033].

[1032] FREITAS, Vladimir Passos de (coord.). **Juízes e judiciários**: história, casos e vida. Curitiba: Edição do autor, 2012, p. 30-31. Disponível em: http://www.ibrajus.org.br/pdf/LIVRO_JUIZES_ E_JUDICIARIO.pdf. Acesso em: 14 fev. 2017.

[1033] O processo pesquisado nos arquivos do SNI sobre esse caso dos 11 juízes paraibanos contém 518 páginas, tramitando no governo da ditadura até 1976, devido a reclamações de alguns magistrados insatisfeitos com a punição. Sua notação no Arquivo Nacional e também no arquivo da CEVPM-PB é BR_RJANRIO_TT_0_IRR_PRO_0067. Todas as citações daqui por diante foram extraídas desse processo, portanto, informaremos apenas a página, não precisando repetir a sua notação.

A fundamentação para justificar as punições foi a de algumas sindicâncias administrativas internas, umas já arquivadas, por serem irrelevantes para tamanha pena, outras em andamento.

O caso teve início com o ofício "CONFIDENCIAL" nº 38, de 29 de janeiro de 1969, da lavra do presidente do TJ/PB endereçado ao governador da Paraíba, afirmando que:

> Com o objetivo de dar vivência ao Ato Institucional n. 5, de 13 de dezembro de 1968 e Atos Complementares, baixados pelo Exm. Sr. Presidente da República, Marechal Arthur da Costa e Silva, estou encaminhando a V. Excia. Relatórios feitos pelo Exm. Juiz Corregedor e certidões fornecidas pelo referido magistrado e que dizem respeito à conduta de Juízes de Direito, na Magistratura Paraibana (p. 5).

Os relatórios anexados ao ofício continham acusações sobre os seguintes juízes:

1) Luiz Gomes de Araújo: Juiz de Direito da 3ª Vara desta Capital a quem foi aplicada pena de advertência pelo Egrégio Conselho Superior de Justiça, em decisão de 18 de novembro de 1967;

2) Alceu Alves Maciel Feitosa: Juiz de Direito da comarca de Ingá. "Está sendo processado, encontrando-se os autos em poder do Dr. Procurador Geral do Estado". Um Relatório do Juiz Corregedor afirma que o magistrado "é incompatível para o exercício da função judicante. Falta-lhe com efeito, o necessário tirocínio, preparo, equilíbrio e sensatez para dirigir os destinos de uma comarca, seja qual for" (p. 5);

3) Paulo Walker da Silva: Juiz de Direito da comarca de Rio Tinto. A justificativa era de que o serviço da comarca quase paralisado e alguns "Autos conclusos há mais de 22 meses sem qualquer despacho. No entanto exerce outra função, a de professor em Rio Tinto e Mamanguape. Sofreu penas disciplinares de advertência e repreensão" (p. 6);

4) Manoel Augusto de Souto Lima: Juiz de Direito da comarca de Esperança. O Juiz Corregedor o acusou de estar "agitando o meio político-social da cidade de Esperança. Grupos se formam pró ou contra S. Excia. Uns aplaudindo a sua conduta; outros achincalham o seu proceder" (p. 6);

5) Severino Ramos Pereira: Juiz de Direito da comarca de Taperoá. Relatório do Juiz Corregedor: "De fato, o digno Juiz já não tem condições morais para permanecer à frente dos destinos daquela comarca". Foi "sugerida a remoção compulsória, mas o antigo Conselho Superior de Justiça constituído dos Des. Emilio Farias, Francisco Espínola e Osias Gomes, ao que tudo indica, mandou arquivar o relatório, sem outra providência" (p. 6);

6) João de Deus Melo: Juiz de Direito da comarca de Picuí. “Sofreu pena de advertência imposta pelo Conselho Superior de Justiça, em decisão de 23 de julho de 1968. Segundo o Corregedor, o magistrado reside na cidade de Esperança” (p. 7);

7) Humberto Melo: Juiz de Direito da comarca de Monteiro “e ex-titular da de Picuí, de onde conduziu, segundo o relatório da correição em Picuí, 15 processos, não tendo o magistrado adotado providências quanto às reclamações e pedidos no sentido de serem devolvidos os processos” (p. 7);

8) Boanerges Chaves Maia: Juiz de Direito da comarca de Aroeiras. Acusado pelo Juiz Corregedor de ter autorizado a “lavratura de termos de casamentos para posterior assinatura e nessas condições estão esperando por essa assinatura 39 termos”. Também existência de “Processo de réu preso, desde outubro de 1968, com prisão preventiva, até o dia 20 do corrente [janeiro] não havia sido recebida a denúncia. Desde o dia 12 de janeiro que se encontra ausente da comarca” (p. 7).

O desembargador Onesipo Aurélio de Novais conclui o seu ofício acusatório afirmando que:

> Como vê o Exmº Sr. Governador do Estado, os oito Juízes acima mencionados não têm condições para o exercício da função judicante, pelo contrário, vêm concorrendo para a desmoralização da Justiça.
> Assim, seria de boa política saneadora, dentro dos princípios que norteiam os ideais da revolução de 31 de março de 1964, agora revigorados pelo Ato Institucional nº 5, o afastamento dos referidos magistrados que seriam aposentados com o tempo proporcional do serviço público (p. 7-8).

Estranhamente, no dia 5 de fevereiro de 1969, o presidente do TJ/PB encaminhou outro ofício (nº 42) ao governador João Agripino pedindo que também fossem punidos, com os mesmos fundamentos, mais dois juízes e uma juíza:

> SENHOR GOVERNADOR:
> Ainda com a intenção de dar cumprimento ao Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968 e Atos Complementares, instituídos todos pelo Exmº Sr. Presidente da República, Marechal Arthur da Costa e Silva, encaminho a V. Excia., Relatórios procedidos pelo Exm. Juiz Corregedor, todos concernentes à conduta de Juízes de Direito do Estado. (p. 54)

Neste novo ofício constavam os seguintes nomes, com as referidas acusações, para que fossem inseridos na lista dos magistrados a serem punidos pelo governo ditatorial:

1) João Stélio Pimentel: Juiz de Direito da comarca de Coremas, para onde foi removido da comarca de Jacaraú. Segundo o Relatório do Juiz Corredor, aquele magistrado “não tem condições para o exercício da judicatura”, pois “ameaçava as partes de prisão, processo ou

mesmo de pancadarias... decide casos particulares, coage ou força às partes a concretizar o acordo através de intimidação" e, ainda, "arbitra honorários para os encarregados da solução do litigio, honorários que se destinam, geralmente, aos oficiais de Justiça". (p. 54)

2) Helena Alves de Souza[1034]: Juíza de Direito da comarca de Cabedelo, "também não tem condições para exercer o cargo. Assim é que os processos que se encontram em tramitação registram "retardamento de 1, 2, 5, 8 e mais anos". Ainda afirmou que "Efetivamente, naquela comarca, o atraso é maciço e insólito. O massacre atinge as ações criminais, as ações civeis, inventários, arrolamentos, tudo, enfim, que seja ali ajuizado". Por fim, acusa a juíza de não morar em Cabedelo, "não obstante haver comunicado sua residência aí, com a indicação da rua e número da casa que habita. Faltou, deste modo, com a verdade". Já havia sofrido "advertência" do Conselho Superior de Justiça. (p. 55)

3) Ijalme Leite Gomes: Juiz de Direito da comarca de Cuité. A acusação é de que ele, quando ocupou o cargo de juiz na comarca de Jacaraú, esteve ausente por 6 meses. "Os feitos retardados, e durante um ano de exercício, o magistrado presidiu apenas três (3) audiências criminais e proferiu uma só sentença de pronúncia". Relembra que quando foi removido da comarca de Piancó para Cuité, "o Juiz pediu licença para tratamento de saúde e logo após prorrogação para assumir o cargo. Como se vê do relatório, o magistrado em apreço não quer trabalhar. Tem se tornado ocioso. Também não tem condições para exercer o cargo de Juiz". (p. 55)

O ofício termina com uma conclusão parecida com a do anterior:

> Afim de se ajustar aos princípios moralizadores que norteiam os ideais da Revolução de 31 de março de 1964, impulsionados ou revigorados pelo Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, acredito que a aposentadoria compulsória dos magistrados indicados acima é de boa política judiciaria. (p. 55-56)

Mas, o governador João Agripino, cinco dias após receber o último ofício, esteve em audiência, dia 10 de fevereiro de 1969 com Ministro da Justiça, Luiz Antônio da Gama e Silva, quando entregou o ofício "confidencial" EARGEP 038/69, anexando os dois ofícios que lhe foi encaminhado pelo presidente do Tribunal de Justiça da Paraíba, desembargador Onesipo Aurélio de Novais, propondo "aposentadoria compulsória, com apoio no Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, com proventos proporcionais aos respectivos tempos de serviço". (p. 3)

[1034] Helena Alves de Souza foi a primeira mulher a ocupar um cargo de juíza na Paraíba.

Além de relacionar os 11 nomes dos juízes e comarcas onde exerciam a função de magistrados, o governador João Agripino justificou o motivo pelo qual eles deveriam ser afastados do cargo:

> Os referidos magistrados foram considerados incompatíveis com o exercício do cargo, em face de procedimento irregular, apurado em correições, sindicâncias e inquéritos procedidos pelo Tribunal de Justiça do Estado, conforme documentação que instrui a proposta de aposentadoria. (p. 4)

Ora, entre os acusados, apenas um era adversário do governador João Agripino, o juiz de Esperança, Manoel Augusto de Souto Lima, outros não seguiam sua orientação política, e alguns divergiam internamente da condução do presidente do Tribunal de Justiça da Paraíba.

Pelo que se constatou do relatório analisado sobre as perseguições dos onze juízes, existiram algumas sindicâncias internas contra eles, mas já tinham sido concluídas e julgadas pelo pleno do Tribunal de Justiça da Paraíba, que se pronunciou com advertência, arquivamento. Outras ainda estavam em tramitação, pendente de apreciação da Corte. Mas, nenhuma poderia ser enquadrada no rol das situações passíveis de penalização como previa o Ato Institucional nº 5 da ditadura militar.

O Ministro da Justiça determinou que o ofício do governador da Paraíba fosse protocolado em 20 de fevereiro de 1969, "a fim de formar processo de caráter reservado", recebendo a numeração MJ – 04.882/69. (p. 1) Naquele mesmo dia, o Consultor Jurídico do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, Renato Ribeiro, fez um longo parecer e opinou pela aceitação do pedido do governador João Agripino, nos seguintes termos:

> A solicitação do Senhor Governador da Paraíba, provocada pelo próprio Tribunal de Justiça daquele Estado, veio instruída com farta documentação que comprova, à saciedade, haverem os magistrados em causa, pela prática de atos desabonadores de sua conduta, se tornado incompatíveis para o exercício de suas funções, tudo conforme apurado em sindicâncias, inquéritos e correições.
> Daí o haver o Senhor Governador da Paraíba pedido sejam os mencionados magistrados aposentados com vencimentos proporcionais aos respectivos tempos de serviço.
> Encontra inteiro apoio no Ato Complementar nº 39, de 20 de dezembro de 1968, o que pleiteia o Senhor Governador da Paraíba. Com efeito, o referido Ato Complementar, em seu art. 3º, autoriza ao Ministro da Justiça representar ao Presidente da República, mediante solicitação de Governador de Estado da Federação para o fim de "demissão, remoção, aposentadoria ou disponibilidade do pessoal dos Estados, bem como das respectivas autarquias, empresas públicas e sociedades de economia mista". Em tais casos, o referido preceito apenas exige, parágrafo 12, que a solicitação do Governador esteja devidamente fundamentada e, se propuser a demissão, venha instruída com os autos de investigação sumária.

> Ora, no caso em tela o Governador não propõe a demissão dos mencionados magistrados, mas tão somente sejam eles aposentados com vencimentos proporcionais aos respectivos tempos de serviço. Desnecessária, assim, a investigação sumária, o caso recai no arbítrio que o Ato Complementar nº 39, confere ao Chefe do Executivo Federal. A faculdade aí lhe outorgada o foi com o caráter de discricionariedade ampla ou latitudinária.
> Ao fazer uso dessa faculdade, o Presidente da República pratica o que em Direito se denomina "fato do príncipe".
> Considerando, portanto, que o Governador da Paraíba propõe fundamentadamente a aposentadoria com vencimentos proporcionais aos respectivos tempos de serviço dos magistrados indicados no item 1 deste parecer;
> Considerando que a solicitação em causa, ante a inelutável procedência da imputação de má conduta dos citados Juízes, apurada em sindicâncias/inquéritos e correições, dá margem ao Senhor Ministro de Estado da Justiça para representar ao Presidente da República, sugerindo lhes seja aplicada aquela penalidade prevista no inciso II do artigo 22 do Ato Complementar nº 39, de 20 de dezembro de 1968.
> OPINA esta Consultoria Jurídica no sentido de que deve ser acolhida a solicitação do Senhor Governador da Paraíba. (p. 104-106)

Mais estranho ainda é que na mesma data, 20 de fevereiro, o Ministro da Justiça, Luiz Antônio da Gama e Silva aprovou o parecer da sua consultoria jurídica. Sete dias após, 27 de fevereiro de 1969, foi encaminhado o processo à Presidência da República por meio do ofício GM 0136, o qual propunha a aposentadoria com vencimentos proporcionais aos respectivos tempos de serviços dos 11 magistrados paraibanos. A justificativa constante do ofício do ministro Luiz Gama e Silva era de que foi uma solicitação ao governador da Paraíba feito pelo "pelo Tribunal de Justiça daquele Estado" e que ele (o ministro) estava "de inteiro acordo pelos motivos constantes do anexo expediente e devidamente examinados pelo Consultor Jurídico deste Ministério". (p. 108)

O presidente da República, Arthur da Costa e Silva, assinou, no dia 27 de fevereiro de 1969, o Ato que aposentou os juízes Alceu Alves Maciel Feitosa, Boanerges Chaves Maia, Helena Alves de Souza, Humberto Melo, Ijalme Leite Gomes, João de Deus Melo, João Stélio Pimentel, Luiz Gomes de Araújo, Manoel Augusto de Souto Lima, Paulo Walker da Silva e Severino Ramos Pereira.[1035]

De posse do decreto presidencial, o governador João Agripino encaminhou o ofício GG/56, ao presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Onesipo Aurélio de Novais, levando ao seu conhecimento o ato que "aposentou, com vencimentos proporcionais ao tempo

[1035] Diário Oficial da União, em 27 de fevereiro de 1969, p. 1748); OLIVEIRA, Paulo Affonso Martins de. **Atos institucionais:** sanções políticas: aposentadoria, banimento, cassação de aposentadoria, cassação de disponibilidade, cassação de mandato, confisco de bens, demissão, destituição de função, dispensa de função, disponibilidade, exclusão, exoneração, reforma, rescisão de contrato, suspensão de direitos políticos, transferência para a Reserva. / Paulo Affonso Martins de Oliveira. — Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2000.

de serviço", os 11 magistrados da Paraíba, solicitando que sejam tomadas as providências "no sentido de proceder o desligamento de suas respectivas comarcas".[1036]

Em resposta ao governador, o presidente do TJ, desembargador Onesipo Aurélio de Novais, por meio do ofício DA/86, de 7 de março de 1969, diz que tem a "honra" de informar que "esta presidência procedido o desligamento imediato dos magistrados deste Estado" e esclarecendo ter recomendado a publicação no Diário Oficial da Justiça de 6 de março de 1969, "bem como a expedição imediata dos EDITAIS de vacância das comarcas vagas com as referidas aposentadorias para os respectivos preenchimentos".[1037]

7.5.4 Magistrados punidos em 1969 se revoltam

O juiz de direito da comarca de Cuité, Ijalme Leite Gomes, foi o primeiro a manifestar contra a sua punição. Em carta dirigida ao ministro da justiça Luiz Antônio da Gama e Silva, datada de 27 de fevereiro de 1969 e recebida por aquele ministério em 7 de março daquele ano:

> ciente de que foi encaminhado ao Presidente da República o processo de aposentadoria compulsória do peticionário, baseado no art. 62., parágrafos 12 e 22, do Ato Institucional nº 5, do 13 de dezembro de 1968, em representação do Governador João Agripino que considera o suplicante incompatível com o exercício do cargo em face de procedimento irregular apurado em correições, sindicâncias e inquéritos, procedidos pelo Tribunal de Justiça da Paraíba.
> O requerente exerce a judicatura no Estado da Paraíba há cerca 9 (nove) anos, tendo funcionado nas comarcas de Antenor Navarro, Jacaraú, Pocinhos, Alagoa Nova, Piancó, e atualmente na de Cuité, as duas últimas de 2ª entrância, todas com judicatura de proficiência, dignidade, independência, probidade e correto cumprimento do dever, em todos os serviços afetes jurisdição do peticionário, inclusive o serviço eleitoral.
> Durante este período judicante na Paraíba, nunca sofreu quaisquer penalidades, censuras ou advertências nem houve inquéritos e sindicâncias, com oportunidade de defesa, motivo porque tem prova exuberante da improcedência das alegações do Desembargador Presidente Dr. Onesipo Aurélio de Novais.
> Não se conforma com a aposentadoria compulsória, pois se trata do ato injusto, vexatório e atentatório à dignidade humana, violando à própria Declaração Universal dos Direitos do Homem, que permite defesa a toda pessoa que sofrer acusação, visto que não tem qualquer ato comprovado em inquérito e sindicância, com oportunidade de defesa, nem teve quaisquer penalidades, censuras ou advertências no exercício da judicatura que venham vislumbrar incompatibilidade para o exercício do cargo nem procedimento irregular, em punição pelo Egrégio Conselho Superior de Justiça.
> Se há pouco tempo exerce o requerente o cargo de Juiz de Direito da Comarca de Cuité, de 2ª entrância, pois assumiu o exercício judicante na referida

[1036] Ofício encontrado no Arquivo Público Estadual da Paraíba e que se encontra, em cópia digitalizada no Arquivo da CEVPM-PB.
[1037] Ofício encontrado no Arquivo Público Estadual da Paraíba e que se encontra, em cópia digitalizada no Arquivo da CEVPM-PB.

> Comarca, no dia 3 (três) de dezembro do ano próximo passado, em pleno período de férias forenses coletivas, portanto com tempo exíguo de normalizar a tramitação de numerosos processos penais e civis, e não pode ser considerado desídia, assim se comprova a justa causa na procrastinação de várias ações cíveis e penais.
> Nestas condições, baseado na Declaração Universal dos Direitos Humanos e na própria Constituição da República Federativa do Brasil, inclusive no próprio Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, requer a V. Excia. seja instituída a Comissão de Investigação para constatar se o peticionário é incompatível para o exercício do cargo de Juiz de Direito em face de procedimento irregular apurado em correções, sindicâncias e inquéritos procedidos pelo Egrégio Tribunal de Justiça da Paraíba, em que tenha pelo Egrégio Conselho Superior de Justiça sofrida quaisquer penalidades, censuras ou advertências, inclusive devassa pelo Serviço de Segurança Nacional e Serviço Nacional de Informações, quanto a atos de subversão, corrução judiciária e atentatórios a segurança nacional.
> Assim procedendo, V. Excia. se arrima em normas jurídicas e legais, para comprovar tudo o quanto foi assacado ao suplicante, na mais nobre e difícil missão judicante, então terá a consciência tranquila para conseguir do Presidente da República a aposentadoria compulsória do signatário desta petição (p. 117-119).

O magistrado Ijalme Leite Gomes ainda acusou a ausência do devido processo legal, o contraditório e a ampla defesa, como pilares da dignidade humana esculpidos na Declaração Universal dos Direitos do Humanos, praticado pelo presidente do Tribunal de Justiça da Paraíba, declarou que inexistia algum processo que desabonasse a sua conduta, nem naquele poder ou nos órgãos de segurança e informações. Apresentou certidões do TJ/PB de nada consta em suas anotações funcionais (p. 120) e do Conselho de Justiça de Pernambuco (p. 121). Solicitou, ainda, que fosse instaurada uma Comissão de Investigação pelo Ministério da Justiça para investigar o que afirmava naquele comunicado e, caso fosse provado o contrário, aceitaria a aposentadoria compulsória.

Diante dessa situação, o Ministro da Justiça requereu ao consultor jurídico daquele órgão, em 12 de março de 1969, que se pronunciasse sobre o pedido daquele juiz. A resposta da consultoria foi assinada dois dias após, afirmado que nada deveria ser mudado, pois a aposentadoria promovida pelo presidente da República teve como fulcro na provocação do governador da Paraíba e do presidente do TJ/PB,

> instruída com farta documentação que comprova, à saciedade, haver o referido magistrado, [bem como os demais cujos nomes constam do citado Decreto], pela prática de atos desabonadores de sua conduta, se tornado incompatível para o exercício de suas funções, tudo conforme apurado em sindicâncias, inquéritos e correições. Ora, sindicâncias, inquéritos e correições é muito mais do que a simples investigação sumária. (p. 129)

Outro magistrado que se manifestou contrário à penalidade de aposentadoria compulsória foi o juiz João Stélio Pimentel, em carta ao ministro da Justiça de 5 de março de 1969. Na missiva ele afirma ter sido "tremendamente injustiçado, – Aposentado Compulsoriamente – sob o nome e a bandeira gloriosa da GRANDE REVOLUÇÃO DA VERDADE E DA MORAL iniciada em 31.3.964" (p. 126).

> Não desejo tomar o precioso tempo de V. Excia., por isso, junto a presente para apreciação de V. Excia., uma exposição que fiz ao Exmo. Sr. Cel. Vinagre – Chefe do Serviço Nacional de Informação – IV Exército, e, ao Exmo. Sr. Major Fernandes, DD. Cmt. do 1º Grupamento de Engenharia, tudo em João Pessoa, e mais, um Esclarecimento que fiz aos meus Conterrâneos, pelo Diário da Borborema de Campina Grande-Pb.
> Estou certo que serei ouvido, atendido e voltarei ao meu cargo de JUIZ DE DIREITO da Paraíba. (p. 126)

No pedido de informação que fez ao comandante do 1º Grupamento de Engenharia do Exército, João Stélio acusa, num dos trechos, que foi traído pelo presidente do Tribunal, "juntamente com o caluniador político partidário 1º Juiz Corregedor", o que acarretou na sua aposentadoria compulsória simultaneamente com 10 outros juízes de direito. (p. 127) Termina fazendo uma denúncia contra o desembargador Onesipo Aurélio de Novais e ao juiz corredor, acusando-os de serem "partidários":

> fazíamos um bom juízo do Presidente, e por sua idade e tarimba judicante, acreditávamos bem dirigidos. Mas erro palmar, preso a política partidária – coisa absurda e inadmissível num Magistrado – não teve força para repelir a ignominia forjada a busca de vagas para o afilhadismo, e traiu a seu próprio poder, autoridade e mando, entregando colegas, a mais das vezes, puros, sinceros e honesto, afim sejam liquidados moralmente, deixando suas famílias em – desespero e fome. Tal o nosso caso que vivíamos, por ser pobres, – exclusivamente de nosso ordenado. (p. 127)

O ministro da justiça Gama e Silva também recebeu o ofício do juiz João Stélio pedindo que fosse revogada a sua aposentadoria. Determinou que a solicitação fosse analisada pelo consultor jurídico daquele ministério, em 19 de março de 1969. Este deu parecer repetindo o que dissera anteriormente ao pedido do magistrado Ijalme Leite Gomes e orientou o arquivamento.

Outro que se resignou diante da notícia do ingresso do seu nome na relação dos magistrados que deveriam ser punidos pela ditadura, foi o juiz Luiz Gomes da Silva. O Diário da Justiça, de 27 de fevereiro de 1969, publicou a Ata da sessão da Câmara Criminal do TJ/PB, realizada dois dias antes, onde o magistrado manifesta sua indignação:

> que tomara conhecimento por intermédio de amigos, que, por solicitação Exmo. sr. Governador Estado da Paraíba, o Exmo. Des. Presidente do Tribunal de Justiça, fornecera uma relação de diversos Juízes de Direito do Estado, com a finalidade de serem aposentados compulsoriamente, em razão de serem considerados magistrados incompatíveis com o exercício da função judicante. Adiantando S. Excia. por outro lado, que, para grande surpresa sua, o seu nome integrava dita relação. Após tecer comentários a respeito de sua vida funcional, o Exmo. Dr. Juiz Luiz Gomes de Araújo afirmou, que, durante toda a sua vida havia se portado com hombridade honestidade, dignidade e zelo no cumprimento do dever, motivo porque considerava uma grande injustiça a inserção do seu nome 'pré-falada relação. Por fim S. Excia. disse que aproveitava a oportunidade para lançar o seu protesto pelo que estava passando nos bastidores do Tribunal de Justiça da Paraíba', requerendo finalmente que se consignasse em ata dos trabalhos 'a falta de lealdade, de lhaneza, de estímulo e de achincalhe à sua honra e sua e dignidade. (p. 177)

Não satisfeito com aquela situação que fora colocado, o juiz Manoel Augusto de Souto Lima encaminhou correspondência ao comandante do IV Exército, general Alfredo Souto Malan, em 1º de março de 1969, com 19 laudas, apresentando sua defesa e denunciando a administração do poder judiciário paraibano de existir nepotismo nas nomeações de desembargadores e na estrutura funcional daquele poder, ao mesmo tempo solicitou a abertura de um inquérito "para apurar a falta de condição moral dos nossos acusadores, apetitosos que são da Vacância de nossos cargos para seus interessas, pouco importando a honra alheia, ou mesmo a dignidade do cargo". (p. 151)

Por sua vez, o comandante do IV Exército remeteu a denúncia ao Ministério do Exército, que determinou que fosse apurada pela Comissão de Investigação Sumária do Exército do juiz Luiz Gomes de Araújo em que "apresenta sua defesa e denuncia irregularidades praticadas por magistrados da Paraiba". (p. 143-146)[1038] O relator do processo, general de divisão do exército, Sylvio Couto Coelho da Frota, julgou, em 11 de setembro de 1969, que o processo fosse remetido ao Ministério da Justiça por estar "capacitado a realizar maiores investigações sobre as denúncias apontadas e a propor, se for o caso, a aplicação de medidas de justiça julgadas necessárias", o que foi aprovado pela Comissão de Investigação e pelo ministro do exército, Aurélio de Lira Tavares (p. 185, 187 e 189).

Em 20 de julho de 1969, o juiz de direito Manoel Augusto de Souto Lima, não satisfeito com as correspondências feitas aos órgãos do exército e do SNI, envia mensagem ao presidente Arthur da Costa e Silva pedindo a revogação do ato afirmando ter sido injustiçado e, ao mesmo

[1038] O juiz Paulo Walker da Silva também encaminhou correspondência com 22 páginas, ao comando do IV Exército, apresentando sua defesa e fazendo denúncias de irregularidades praticadas por magistrados da Paraíba (p. 261). Nesse documento disse que "Quando na ativa da Magistratura sempre fui informante do Exército, mantendo constante ligação com o S-2 do lº Gpt de Engenharia - João Pessoa - e posteriormente com esse serviço e o S.N.I. também daquela Capital. Que sejam ouvidos os Majores que por tais serviços passaram, e inclusive o Coronel Ubirajara Vinagre, do S.N.I. da Paraíba". (p. 271)

tempo, denuncia o complô do judiciário paraibano com a chefia do poder executivo da Paraíba para afastar magistrados que não seguiam a sua orientação política:

> Como Juiz aposentado compulsoriamente, possuidor idônea documentação, onde nenhum ato de corrupção, desonestidade ou subversão tenha atingido a minha humilde pessoa, conforme o Eminente Presidente da República poderá certificar-se pela documentação anexa ao processado, entregue pessoalmente pelo Requerente ao Coronel Cassio no SNI de Brasília e bem assim dita documentação ter sido examinada pelos Coronéis Ivonildo de Andrade, na Secretaria do Conselho de Segurança, e do SNI da Guanabara, pelo Coronel Caio Marques. (p. 140)

O magistrado também revelou que estivera em abril e maio com aqueles agentes do Serviço Nacional de Segurança e Conselho de Segurança Nacional e eles disseram que os processos de aposentadoria dos 11 juízes paraibanos não passaram pelo crivo daqueles órgãos, "tendo sido expediente direto para o Ministro da Justiça, razão pela qual, constatado injustiças apuradas pelo SNI". (p. 141)

Aproveitou a oportunidade para acusar o TJ/PB, comandado pelo Desembargador Onesípo Aurélio de Novais, de ser subserviente aos interesses do governador do Estado, e preparar relatórios

> sem ouvir ao Conselho Disciplinar da Magistratura nem ao Tribunal Pleno, a fim de afastarem os Juízes que não se submetem nem 'se submeteram aos caprichos políticos, para isso examinem-se as representações dos Magistrados Luiz Gomes de Araújo, Paulo 'Walker da Silva, João Stelio Pimentel, Ijalme Leite e do peticionário, todas entregues ao SNI e no Ministério da Justiça. (p. 140-141)

A secretaria particular da presidência da República encaminhou esse requerimento ao Ministro da Justiça, que, por sua vez, mandou ouvir o consultor jurídico daquele órgão, Renato Ribeiro. Em parecer exarado em 17 de setembro de 1969, o consultor volta a justificar o indeferimento do pedido:

> Manoel Augusto de Souto Lima.... vem solicitar revisão do referido ato, dizendo-se vítima de perseguição política por parte do Tribunal de Justiça do Estado nordestino. O pedido, inicialmente enviado à Presidência da República, vem de ser encaminhado a este Ministério para apreciação. Solicitações análogas já foram examinadas neste processo como se verifica a fls. 118 e 128, tendo Vossa Excelência, concordado com o indeferimento proposto por esta Consultoria.
> Agora, mais um dos atingidos pleiteia a revisão da aposentadoria; entretanto, consoante a diretriz seguida nos pedidos anteriores e com a devida vênia, sugiro a Vossa Excelência seja indeferida a pretensão, porquanto a representação do Senhor Governador da Paraíba, provocada pelo próprio Tribunal de Justiça daquele Estado foi precedida de sindicâncias, inquéritos e

> correições, que não deixam dúvidas quanto à necessidade de manter o Ato Presidencial. (p. 143-144)

Entretanto, o Ministério da Justiça se viu incomodado com comunicações do Ministério do Exército (p. 185) e da agência central do Serviço Nacional de Informações (p. 194 e 197) solicitando que fossem apuradas as denúncias do juiz Manoel Augusto de Souto Lima. Segundo o relatório do SNI, o magistrado fez "uma série de graves denúncias envolvendo o Presidente do Tribunal de Justiça, desembargadores, juízes e funcionários, os quais estão a merecer pronta averiguação". Por fim, aquele órgão de informação da repressão da ditadura chega à conclusão de que "pode-se afirmar que **a aposentadoria compulsória, de acordo com o AI-5, do Juiz MANOEL AUGUSTO DE SOUTO LIMA foi feita apoiada em bases muito precárias**. Também há necessidade de averiguação dos fatos denunciados pelo Dr. SOUTO LIMA". (p. 199) (Grifo nosso)

Outro consultor jurídico do Ministério da Justiça, Haroldo Ferreira, em 3 de junho de 1970, sistematizou em seu parecer todos os encaminhamentos feitos sobre o caso dos magistrados paraibanos aposentados compulsoriamente por ato da presidência da República e as denúncias contra membros do Tribunal de Justiça da Paraíba:

> 1º) Em 10 de fevereiro de 1969, Excelentíssimo Senhor Governador do Estado da Paraíba, atendendo sugestão do Tribunal de Justiça daquele Estado, com o ofício nº 038/69, solicitou ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Justiça, com apoio no Ato Institucional nº 5, a aposentadoria compulsória, com proventos proporcionais ao tempo de serviços dos Juízes de Direito: LUIZ GOMES DE ARAÚJO, ALGEU ALVES MACIEL FEITOZA, PAULO WALKER DA SILVA, MANOEL AUGUSTO DE SOUTO LIMA, SEVERINO RAMOS PEREIRA, JOÃO DE DEUS MELO, HUMBERTO MELO, BOANERGES CHAVES MAIA, JOÃO STELIO PIMENTEL, HELENA ALVES DE SOUZA e IJAIME LEITE GOMES;
> 2º) Na "Exposição de Motivos" o Tribunal de Justiça definiu quais as irregularidades praticadas pelos Magistrados e que demonstravam que os Juízes não tinham condições para o exercício da função judicante e vinham concorrendo para a desmoralização da Justiça;
> 3º) O Excelentíssimo Senhor Ministro da Justiça, aprovando parecer da Consultoria Jurídica, em 27 de fevereiro de 1969 com o expediente nº 0136, representou ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, com base no Ato Complementar nº 39, propondo a aposentadoria dos Magistrados relacionados acima, tudo conforme solicitação do Governo do Estado da Paraíba.
> 4º) No mesmo dia 27 de fevereiro de I969, o Excelentíssimo Senhor Presidente da República Decretou a aposentadoria dos Magistrados do Estado da Paraíba;
> 5º) Em seguida, o Dr. IJALME LEITE GOMES, em petição dirigida ao então titular deste Ministério, defende-se da acusação que fora alvo, alegando não ser negligente e que nunca fora punido, administrativamente, pelo Tribunal de Justiça. Solicitava, antes da sua aposentadoria, que o Ministério da Justiça instituísse uma Comissão de Investigação para apurar a sua provável incompetência;

6º) O Dr. JOÃO STELIO PIMENTEL, também atingido pelo Ato Institucional nº 5, protesta contra a injustiça de sua aposentadoria compulsória, anexando cópia de documento enviado a uma Unidade do Exército sediada em João Pessoa. Nesse documento, confessa estar sendo processado, pelo Tribunal de Justiça, por delito de "lesão corporal seguida de morte" e, após, defender-se, faz sérias acusações a políticos ligados ao Governo do Estado;

7º) Em petição dirigida ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, o Dr. MANOEL AUGUSTO DE SOUTO LIMA, solicita a revisão de seu processo ou, "pelo menos, lhe seja assegurada a irredutibilidade de vencimentos". Alega, em seu favor, que fora punido por perseguição política e que o Tribunal de Justiça, sem ouvir o Conselho Disciplinar, encaminhara ao Governador do Estado pedido de punição com base no Ato Institucional.

8º) O Ministério do Exército, por intermédio da CISEX, procedeu investigação sumária a respeito de denúncia apresentada pelo Dr. LUIZ GOMES DE ARAÚJO. Preliminarmente, o denunciante refere-se a processo administrativo que, em 1966, fora decidido pelo Tribunal de Justiça e que, após a edição do Ato Institucional nº 5, sofreu novo reexame para dar origem à representação do Senhor Governador.

9º) O Serviço Nacional de Informações, com a Informação nº 63, de 6 de junho de 1969, após analisar os motivos que deram origem à aposentadoria do DR. MANOEL AUGUSTO DE SOUTO LIMA, conclui que essa medida fora "apoiada em bases muito precárias". Segundo o S.N.I., as denúncias do Dr. SOUTO LIMA devem ser objetos de regular averiguação.

10º) O Ministro do Exército, com o Aviso nº 640/CISEA, de 21 de setembro de 1969, encaminhou a este Ministério documentos do DR. PAULO WALKER LA SILVA que defende-se das acusações que motivaram sua aposentadoria compulsória. Em seu longo petitório, o DR. PAULO WALKER DA SILVA, após afirmar que o processo que motivara a representação do Senhor Governador fora arquivada, pelo Tribunal de Justiça, em 1966, denuncia graves irregularidades na administração Judiciária da Paraíba.

11º) As denúncias apresentadas pelos DRs. MANOEL AUGUSTO DE SOUTO LIMA e PAULO WALKER DA SILVA são graves e constituem ilícitos penais, bem como definem casos de enriquecimento ilícito. Essas denúncias devem, no nosso entender, sendo objetos de investigações pelo Departamento de Polícia Federal e Comissão Geral de Investigações (Ato Complementar nº 42).

12º) O DR. MANOEL AUGUSTO DE SOUTO LIMA, no seu pedido de reconsideração, solicita, caso não seja deferido, a irredutibilidade de seus vencimentos, com base na Constituição Federal e Ato Institucional nº 5. Parece-nos, com a devida vênia, que não se pode aplicar aos magistrados aposentados com base em Ato Institucional o preceito constitucional da irredutibilidade dos vencimentos. Ora, a aposentadoria de magistrado, com vencimentos integrais, só pode ocorrer, de acordo com o artigo 113, parágrafo 12, após 30 anos de serviço público e, nesse caso, o aposentando obteria todas as vantagens inerentes ao cargo. No caso em exame, o Decreto Presidencial refere-se a "aposentadoria com vencimentos proporcionais ao respectivo tempo de serviço" e, assim, o magistrado só pode receber os seus vencimentos na base de 1/30 – proporcional ao tempo de serviço executado ao Estado.

13º) Não há na legislação revolucionária possibilidade de revisão das punições aplicadas com base no Ato Institucional nº 5. Assim sendo, os pedidos de reconsideração formulados pelos DRs. IJALME LEITE GOMES, JOÃO STELIO PIMENTEL, MANOEL AUGUSTO DE SOUTO LIMA, LUIZ GOMES DE ARAÚJO e PAULO WALKER DA SILYA devem, s.m.j. serem arquivados.

> 14º) As irregularidades da Presidência do Tribunal de Justiça, dos demais Desembargadores e também das autoridades do Poder Executivo (Estadual e Municipais) devem ser objetos de regular apreciação, eis que, além de prováveis crimes comuns, existem, nos autos notícia de enriquecimento ilícito.
> Isto posto, s.m.j. sugerimos que o Excelentíssimo Senhor Ministro da Justiça adote as seguintes providências:
> a) Encaminhar expediente à Comissão Geral de Investigações para apurar, com base no Ato Complementar nº 42, enriquecimento ilícito dos membros do Tribunal de Justiça da Paraíba, extraindo-se cópias dos documentos de fls. 140/158 e 195/204;
> b) Encaminhar os autos ao Departamento de Polícia Federal para proceder, em caráter reservado, diligências no sentido de esclarecer o seguinte:
> 1) A veracidade das denúncias apresentadas pelo Tribunal de Justiça e que motivaram o Decreto Presidencial de aposentadoria dos magistrados em 27-2-69;
> 2) A veracidade das denúncias pelos DRS. MANOEL AUGUSTO DE SOUTO LIMA. PAULO WALKER DA SILVA e LUIZ GOMES DS ARAÚJO e que noticiam, em tese, delitos de "homicídio", "Peculato", "Emprego Irregular de Verbas", "Prevaricação", "Exploração de Prestigio", "Corrupção Ativa" e "Corrupção Passiva". (p. 328-332).

Esse parecer concorda em parte com o posicionamento do Serviço Nacional de Informação de que o ato de aposentadoria dos 11 magistrados paraibanos foi "apoiado em bases precárias", sugerindo, assim, ao ministro da justiça que encaminhasse os "autos" ao Departamento de Polícia Federal para investigar "A veracidade das denúncias apresentadas pelo Tribunal de Justiça e que motivaram o Decreto Presidencial de aposentadoria dos 3 magistrados em 27-2-69". Entretanto, o consultor deixa claro inexistir **"na legislação revolucionária possibilidade de revisão das punições aplicadas com base no Ato Institucional nº 5"** (Grifo nosso), sugerindo, assim, que sejam arquivados pelo ministro da justiça os requerimentos os magistrados paraibanos (p. 331).

O Departamento de Polícia Federal abriu investigações para averiguar a veracidade das denúncias de violações aos direitos dos 11 magistrados paraibanos praticada pelo presidente do Tribunal de Justiça da Paraíba, desembargador Onesipo Aurélio de Novais, e pelo governador João Agripino, resultando no ato presidencial que os aposentou compulsoriamente.

Em 5 de abril de 1971, o agente William Maribondo Vinagre entregou ao delegado regional da Polícia Federal na Paraíba o seu relatório nº 013/71/SPS/SDR/DPF/PB, cumprindo aquela determinação do Ministério da Justiça (Processo nº 04.882/69 - M. Justiça).

> 1º) - A veracidade das denúncias apresentadas pelo Tribunal de Justiça e que motivaram o Decreto Presidencial de Aposentadoria, têm fundamento, pois foram apuradas em correições, sindicâncias e inquéritos procedidos pelo Exmº. Juiz Corregedor – inclusos neste Processo – por ordem de sua Excelência o Governador do Estado. Quando então os mesmos Juízes pelos seus comportamentos irregulares, em razão do cargo não tinham condições

> para exercê-lo. Sendo por isso sugerido o afastamento dos Juízes citados ao Sr. Governador pelo Tribunal de Justiça.
> 2º) - Quanto às denúncias apresentadas peles Drs. Manoel Augusto de Souto Lima, Paulo Walker e Luis Gomes de Araújo, e que noticiam em tese delitos de "Homicídio", "Peculato", "Emprego irregular de Verbas", "Prevaricação", "Exploração ao Prestígio", Corrupção Ativa" e "Corrupção Passiva", foi-me difícil penetrar profundamente naquele Egrégio Tribunal, para confirmar tais denúncias. Pude constatar através de contatos mantidos no Tribunal, que tais denúncias não passavam de "desforra" para encobrir faltas cometidas pelos mesmos durante o exercício do cargo. Querendo com isso denegrir à ação revolucionária saneadora que por bem se instaurou no Poder Judiciário.
> Aliás em 3/9/69 foi designado Agente Expedido dos Anjos Figueiredo para fazer sindicância referente a este processo, no qual encontra-se o relatório que tomou o nº 38/69/SPS, onde o mesmo achou dificuldades em penetrar e apreciar "pareceres" do Tribunal de Justiça da Paraíba[1039].
> Certo é que os citados Juízes cometeram deslizes no exercício da função, causando mal-estar, e que proporcionou o afastamento ou melhor a aposentadoria compulsória aos mesmos na magistratura. (p. 430-431)

Não se conformando, o juiz João Stelio Pimentel ingressou no Ministério da Justiça, em 30 de outubro de 1972, com novo pedido de reexame da sua aposentadoria. A consultoria jurídica daquele órgão ministerial firmou em seu parecer que

> Quanto ao pedido de reexame da aposentadoria, somos pelo arquivamento sumário, porque não existe na legislação revolucionária o instituto da revisão, nenhuma possibilidade de se lhe aplicar, subsidiariam ente, a legislação ordinária, ainda que se conheça fato novo. Somente o Chefe da Nação, quando entender e julga conveniente, poderá franquear o reestudo de tais processos (p. 449).

Isso provocou um outro parecer daquela consultoria sobre as causas que levaram o presidente do Tribunal de Justiça da Paraíba, desembargador Onesipo Aurélio de Novais, a elaborar a lista dos magistrados e entregar ao governador João Agripino.

> Estes autos, constituídos dos processos nºs 52 158/69, 52 467/69, 59 127/69, 60 714/69, 56 344/69, 59 478/69, 62 132/72 e o de nº 4 882/69, dizem respeito à aposentadoria compulsória, com base no Ato Institucional nº 5, dos Juízes de Direito LUIZ GOMES DE ARAÚJO, ALCEU ALVES MACIEL FEITOSA, PAULO WALKER DA SILVA, MANOEL AUGUSTO DE SOUTO LIMA, SEVERINO RAMOS PEREIRA, JOÃO DE DEUS MELO, HUMBERTO MELO, BOANERGES CHAVES MAIA, JOÃO STELIO PIMENTEL, HELENA ALVES DE SOUZA e IJALME LEITE GOMES, todos do Estado da Paraíba.
> 2. vários deles, inconformados com a punição que lhes foi aplicada, têm insistido em pleitear que se anule a sanção, através de pedido de revisão do

[1039] Ele se refere à sindicância aberta pelo Departamento de Polícia Federal da Paraíba, referente ao processo de nº 10391/69, encaminhado pelo serviço de comunicações do Ministério da Justiça 023776/69-D.F.S.P., para apurar as denúncias do juiz Luiz Gomes de Araújo. (p. 340-343) O Relatório nº 038/69/SPS, do agente auxiliar da Polícia Federal, Expedito dos Anjos Figueiredo, concluiu em 3 de setembro de 1969 que eram verídicas as motivações que levaram aquele magistrado a estar presente no ato presidencial que o aposentou compulsoriamente.

> processo, alegando fatos que de algum modo contribuem para esclarecer o assunto, mas de modo algum podem ser recebidos para e feito de reexame da punição revolucionária, porque o Ato Institucional nº 5 excluiu de qualquer apreciação judicial todos os atos praticados de acordo com a legislação revolucionária, e omitindo-se, reservou à alta discrição do Excelentíssimo Senhor Presidente da República a oportunidade de julgar a conveniência e oportunidade de revisão dessas punições, não havendo, até a presente data, qualquer ordem nesse sentido. Com efeito, entendemos, todos os pedidos dessa natureza devem ser arquivados sumariamente.

Quando se refere às diligências feitas pelos agentes da Polícia Federal junto ao Tribunal de Justiça da Paraíba em 1969 e 1971, o consultor jurídico Adahilton Dourado afirma que pouco acrescentaram, por não conseguir "penetrar no Egrégio Tribunal para confirmar tais denúncias" (p. 455), e "as informações colhidas dos próprios Desembargadores e de funcionários do Tribunal esclarecem muito pouco sobre o que se pretende apurar". (p. 456)

Desta forma, chega aquele consultor jurídico a seguinte conclusão:

> continua a matéria sob exame desprovida dos elementos esclarecedores requeridos... o que nos leva, diante da compreensível impossibilidade de apuração por meio de sindicância por agentes do DPF, em um Tribunal de Justiça, órgão de outro Poder, a sugerir que se remetam estes autos à Divisão de Segurança e Informações deste Ministério, solicitando gestões especiais suas no sentido de obter melhores informações, tendentes a obter os seguintes esclarecimentos: a) veracidade das denúncias formuladas pelo Tribunal de Justiça da Paraíba que serviram de base para aposentação dos onze juíze. (p. 456)

Um relatório feito, possivelmente por agentes da Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça, realizado no ano de 1973, demonstra a disputa que ocorria no seio do poder judiciário paraibano, o que dificulta a apuração dos fatos que levaram às perseguições políticas aos magistrados naquele ano de 1969. Entretanto, não termina com alguma conclusão sobre o que aconteceu.

> Trata o presente de denúncias formuladas por elementos da magistratura paraibana, cassados com base no Ato Institucional nº 5, contra ocupantes de cargos no Tribunal de Justiça, órgãos do Judiciário e outros no Estado da Paraíba. É público e notório naquele Estado que duas facções se digladiam a fim de obterem a liderança na direção da Justiça local; uma, liderada por parentes e correligionários políticos do ex-Governador JOÃO AGRIPINO FILHO, e outra, por elementos de diversos grupos políticos que seguem a orientação de adversários políticos do ex-Governador.
>
> Entre os magistrados relacionados no presente processo que foram cassados pelo AI-5, destacou-se a pessoa do Dr. MANOEL AUGUSTO DE SOUTO LIMA que goza de muito bom conceito no Estado e todos os setores consultados consideram que houve excesso de rigor na aplicação do referido Ato Institucional.
>
> Para que fosse efetuada minuciosa investigação, tornou-se necessária a presença do sindicante naquele Estado por três vezes a fim de montar um

> esquema, de modo que permanecesse afastado da influência das duas facções dominantes, objetivando obter informes honestos e imparciais.
> Às denúncias formuladas são revestidas de paixão política e em tom bastante agressivo tendo em vista o estado de espírito dos denunciantes que chegaram a minúcias que dificilmente poderiam ser comprovadas uma vez que a maioria das citações são de fatos e diálogos mantidos entre duas pessoas e muitas das testemunhas apontadas foram atingidas pelo referido diploma institucional.
> Conforme as informações acima prestadas com relação a pessoas e órgãos, concluiu-se que a matéria examinada é bastante complexa e os denunciantes não apresentaram provas documentais que possibilitassem melhor avaliação das mesmas (p. 461-472).

No dia 5 de abril de 1974, o juiz João Stelio Pimentel encaminhou carta a primeira dama do País, Lucy Geisel "apelando no sentido de retornar ao antigo cargo de juiz de direito". Essa atitude movimentou o Serviço Nacional de Informação que procurou o Ministério da Justiça para tratar do assunto (p. 454). Ele já havia encaminhado, sem sucesso, mais duas cartas as primeiras damas dos presidentes anteriores (p. 455). A Divisão de Segurança e Informação do Ministério da Justiça informou, em 19 de julho de 1974, que

> em março de 1969, os Órgãos de Segurança e Informações do Exército, revelaram que haviam indícios evidentes que na lista onde constavam elementos corruptos e desonestos, merecedores de sanção, foram incluídos alguns de elevada capacidade profissional e de comprovada probidade, unicamente por serem simples vítimas políticas do Governador e, comentava-se, mesmo publicamente, com intuito deliberado de confundir a opinião pública em torno da justeza das medidas saneadoras do Ato Institucional nº 5. (p. 502)

Foi encontrado um documento "confidencial", na consultoria jurídica do Ministério da Justiça, que retrata a luta persistente do magistrado João Stelio Pimentel em reaver seu cargo. Importante de registro é que, pela primeira vez, fala-se em punição que foi um equívoco e fruto de "tramoia" dos políticos paraibanos. Volta a afirmar que sem autorização presidencial não tem como rever o ato punitivo:

> O Dr. JOÃO STELIO PIMENTEL, Juiz de Direito aposentado com base ao AI-5, nunca se conformou com a sanção imposta, e, reiteradamente, tem pedido às autoridades do País reversão à atividade do seu cargo por entender que a punição se deveu a equívoco de quantos deram crédito à tramoia urdida por político da Paraíba que encontravam nele um estorvo à prática de corrupção.
> O Ministério da Justiça em número plural de vezes já tomou conhecimento dessas alegações, inclusive este parecerista, mas está impossibilitado de examiná-las *de meritis*, porque não há ordem presidencial autorizadora de revisão dos atos baixados com base na legislação revolucionária, e, sem essa autorização, tais processos não podem ter curso, impondo-se, por essa razão, o seu arquivamento sumário. (p. 512).

Esse foi o último relato que a CEVPM-PB conseguiu colher de importante para dirimir as dúvidas de um processo contendo 518 páginas, com acusações dos magistrados paraibanos e dos seus algozes, que estavam nos arquivos secretos do Serviço Nacional de Informação. A conclusão que se tira é que os dez juízes e uma juíza aposentados (a) compulsoriamente por ato da ditadura militar foram vítimas de uma disputa política envolvendo os interesses do governador João Agripino e do presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Onesipo Aurélio de Novais.

7.5.5 Reação aos onze juízes perseguidos

O primeiro a reagir sobre a possível punição a onze magistrados paraibanos foi o desembargador Emílio de Farias. Na sessão pleno do Tribunal de Justiça de 26 de fevereiro de 1969, denunciou o conluio da classe política local, com a omissão e até contribuição de membros do TJ paraibano na perseguição aos juízes do Estado:

> "Qualquer Tribunal se diminuiria se veladamente delatasse os seus magistrados indefesos, demitindo-se de uma prerrogativa que a lei lhe assegurava de puni-los quando em falta provada, para entregá-los ao julgamento de outro setor, num mistério sombrio que, antes de ferir a cada juiz em particular, enodaria e envergonharia o próprio Poder que eles encarnassem. [...] Com que orgulho e com que altivez eu sempre proclamei a tradição de independência e honradez da magistratura paraibana como seu maior e mais excelso patrimônio! Hoje, com que melancolia, com que tristeza eu vejo despi-la dessa glória!" Sobre as delações que seriam feitas pelo plenário o des. Emílio de Farias proferiu que seria "incompatível com a nobreza dos nossos princípios e muito mais ainda com a respeitabilidade da função judicante. [...] Um magistrado não deve nunca tergiversar ante os poderosos; ante os interesses subalternos de quem quer que seja".[1040]

Mais adiante, o desembargador Emílio de Farias pede que seja registrado em Ata o seu protesto às perseguições aos juízes paraibanos o triste posicionamento da Corte Paraibana de Justiça:

> Que poderia dizer a comunidade paraibana e o próprio mundo cultural jurídico do Brasil, se este Tribunal delatasse fatos que incriminam seus magistrados, e se omitisse de lhes aplicar as sanções que poderiam se ajustar as suas faltas, como de direito? Diriam apenas isso, com muita justeza: Não seria digno de ter o nome de Tribunal de Justiça porque, por omissão, o seu crime seria maior. [...] Inadvertidamente, sem audiência deste plenário, o ilustre senhor Presidente – a quem presto o meu maior respeito, independentemente de não ter a honra de suas relações, data vénia, jogou por terra todo o alto conceito de independência da Justiça Paraibana, entregando ao Exmo. Sr. Governador do Estado relatórios privados da vida judicante dos nossos magistrados e

[1040] Disponível em: http://ampb.jusbrasil.com.br/noticias/100040899/ampb-colabora-com-comissao-nacional-da-verdade. Acesso em: 2 mar. 2014.

> pertinentes à apreciação exclusiva e privada do Egrégio Conselho Superior da Justiça na Paraíba.
> [...] Se esses magistrados atirados ao pelourinho da sorte, em nome não sei de que, foram imolados sem defesa, que se cubra do luto o Poder Judiciário da Paraíba, não pela possível injustiça do castigo, mas pela maneira imprópria como foram eles denunciados, com o cumpliciamento do Poder Executivo deste nosso Estado.
> [...] Se crimes cometeram, ou se estão incompatíveis com o exercício do cargo por inaptidão ou desídia, a Justiça comum deverá julgá-los. Do contrário o que se deve punir é essa Justiça.
> Fica, pois, registrado este meu pronunciamento, não como uma simples manifestação de estranheza, mas como um protesto que formulo – tão veemente como os que mais o sejam – contra esse pedido de aposentadoria forçada de juízes, que não se defenderam, e com endereço errado em relação aos seus julgadores.
> Em circunstâncias assim, é forçoso que se manifeste o sentimento de classe.
> Este é o meu sentimento.
> A história um dia o julgará. Certeza tenho de que será maior o patrimônio de honra dos que poderão sair assim, em relação a muitos que ainda permanecerão[1041].

Uma declaração de solidariedade ao magistrado Manoel Augusto de Souto Lima foi aprovada durante a sessão ordinária da Câmara Criminal do Tribunal de Justiça da Paraíba, realizada em 6 de março de 1969 e publicada no Diário da Justiça de 11 março daquele ano. A iniciativa partiu do desembargador Aurélio de Albuquerque, "reconhecendo nele um colaborador eficiente e devotado à Câmara Criminal, trazendo, por isso, à Câmara, proposição de uma homenagem ao referido magistrado". Acompanharam a declaração de solidariedade o desembargador Onildo Cavalcante de Farias e o subprocurador geral do Estado, Vanildo Cabral. O desembargador. Manoel Taigy Filho "declarou que se abstinha de votar face à indisposição pessoal com o homenageado, criada pelo mesmo magistrado após o ato que o aposentou compulsoriamente". (p. 179)

Alguns anos depois, o deputado federal Otacílio de Queiroz denunciou, da tribuna da Câmara Federal, a perseguição e punição aos onze magistrados paraibanos.

> temos em mãos farta documentação que revela desalentadoramente a grave situação moral, judicante e pessoal que se criou, faz poucos anos, para cerca de onze magistrados paraibanos, que com fundamento no art. 6º, parágrafo 1°, do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, foram todos na Paraíba compulsoriamente aposentados pelo então Sr. Presidente da República General Costa e Silva.
> Decisão presidencial feita ao tempo em que mais havia temeroso clima de "caça às bruxas" à maneira da Idade Média, a medida em causa se revestiu, no entanto de flagrante injustiça, o que outros poderão explicar. Inconsistentemente pelo caráter de febre e exaltação generalizada que, àquele

[1041] BR_DFANBSB_N8_0_PRO_CSS_0209_0003_d0001de0001. Acervo da CEVPM-PB.

> tempo, confundia talvez até a pessoa do então eminente Chefe do Governo da República.
> Mas, em verdade, repassadas e analisadas hoje suas reais prováveis ou justificáveis motivações, resulta de tudo uma violenta, infundamentada e gritante injustiça. Por isso podemos já agora menos culpar a pessoa do Sr. Presidente da República, àquela época do que a insensatez e a violência de responsáveis dirigentes da política da Paraíba naqueles imprevisíveis e conturbados dias por que atravessava o País. (p. 8372) [1042]

O deputado Otacílio de Queiroz mostrou publicações dos jornais nas quais dois ex-governadores paraibanos trocam farpas sobre as responsabilidades às punições dos onze magistrados. Disse Ernani Sátiro ao jornal O Norte, de 16 de março de 1975, que "A Paraíba toda sabe que ex-Governador João Agripino é o responsável intelectual pela cassação de pelo menos onze magistrados paraibanos". João Agripino se defendeu no jornal Correio da Paraíba dois dias após, afirmando que quando Ernani Sátiro "lhe atribui a responsabilidade intelectual pela cassação de juízes, deve-se dizer que eu não sou o responsável intelectual; sou o responsável direto. Realmente propus a cassação de juízes, mas o fiz a pedido do Tribunal de Justiça".[1043]

Em seu discurso, o parlamentar paraibano expõe o perigo daquele ato de punição aos magistrados para a estrutura de qualquer estado:

> Ao observador menos atento a circunstância de trazer ao Plenário desta Câmara, um assunto da natureza do que acabamos de ferir poderá parecer um simples e bastardo interesse de soprar as brasas da fogueira política arenista da Paraíba ou de transpor dissenções regionais para o âmbito nacional deste Parlamento.
> Não. Srs. Deputados, a substância legítima desta renúncia reside em que semelhante violência e injustiça contra aqueles magistrados ultrapassa todos os limites e toda a ambiência política local da Paraíba, "pequenina e boa". Por isso é de por toda a parte, procurar-se algo ou alguém para dizer que "há Juízes em Berlim".
> É realmente nacional o assunto em causa, pois envolve segmento de um processo de que se deve curar ou elidir do regime instaurado, neste País, a partir de 1964. A injustiça que ora denunciamos, ou qualquer que seja, quando persiste sem separação, envolvendo como autores as autoridades máximas da República, exige que, com coragem e sem demagogia, se clame de sul a norte mesmo que seja em deserto de surdos ouvidos, contra mandatários do Poder ainda à sombra permanente da violência instaurada e, em potencial, após a vigência, neste País do Ato Institucional nº 5.
> [...] como na Biologia existe na cultura de tecidos a patogenia de bacilos a injustiça de atos semelhantes aos que ocorrem com aqueles onze magistrados paraibanos necessita ser erradicada para que não se constitua em mau fermento de degenerescência celular constante no vasto organismo da Nação. Para que neste se restaure, de todo, e se proteja de vez em sua vitalidade jurídica, política e social. O direito de ser livre de cada um defender-se quando

[1042] Diário do Congresso Nacional, de 4 de outubro de 1975.
[1043] Jornal Correio da Paraíba, de 18 de março de 1975.

> acusado de se assegurarem para todos, as garantias de liberdade de dignidade e ele Justiça.
> [...] Como nos Evangelhos, já é também chegado o tempo de Justiça, da salutar, digna e boa Justiça. Tempo de dar os mandatários da Revolução de 64 o caráter de sua almejada grandiosidade de atendimento aos justos reclamos de todo o povo brasileiro, de atendimento ainda aos apelos dos injustamente perseguidos, violados em seus direitos mais legítimos, em sua honorabilidade e, em sua própria condição humana, aviltados sem dúvida através de processos sumários sem uma só palavra de defesa dos acusados dos perseguidos dos que hoje sentem sede e fome de Justiça (p. 8374).

Ao concluir seu discurso, o deputado Otacílio Queiroz apela ao Ministério da Justiça e ao presidente da República que "munidos de seus excepcionais poderes restaurem mediante acurado estudo e exame de cada caso àqueles magistrados paraibanos a plenitude efetiva dos cargos que antes vinham desempenhando". (p. 8374)

8 Demissão de servidores públicos federais, estaduais e municipais

O Grupo de Trabalho "Servidores paraibanos demitidos pela União, Estado e Municípios" teve por objetivo identificar os servidores públicos com atuação no estado da Paraíba e em outros estados da Federação, que foram demitidos ou perseguidos de alguma forma por agentes públicos no período da ditadura militar e relatar os motivos e a atuação dos atores sociais envolvidos no processo.

O golpe civil-militar na Paraíba aconteceu nas primeiras horas da noite de 31 de março de 1964, quando se impediu a realização de um comício no bairro de Cruz das Armas, em João Pessoa, prendendo as primeiras lideranças sindicais e populares, dentre eles, o funcionário do Banco do Brasil, Boanerges Chaves Maia. No dia seguinte dezenas de trabalhadores urbanos e rurais foram detidos pela Polícia Militar da Paraíba, Exército, agentes de segurança do Estado e jagunços a serviço do latifúndio paraibano.

No momento em que estavam presos, respondendo ao Inquérito Policial Militar da Subversão na Paraíba, sob o comando do major Ney Aquino, do Exército, muitos servidores federais, estaduais e municipais foram sentenciados, sumariamente, à demissão de seus cargos públicos sem direito à ampla defesa, ao contraditório e ao devido processo legal.

Ainda em abril, para perseguir e demitir os servidores públicos estaduais que agiam em defesa da legalidade no País antes da usurpação do cargo do presidente João Goulart, o governador Pedro Gondim baixou o Decreto nº 3.540, de 18 de abril de 1964, criando a Comissão de Investigação "para apurar a responsabilidade dos servidores estaduais e municipais que tenham atentado contra a segurança do País e do regime democrático".

Esta Comissão inquisitória teve um prazo de seis meses para indicar aqueles que eram subversivos no serviço público estadual e fora constituída pelo Secretário do Interior e Justiça, Sílvio Porto, na qualidade de presidente; Renato Macário de Brito, Secretário de Segurança; José Mário Porto, Consultor Jurídico do Estado; Luiz Carlos Florentino, Secretário dos Negócios da Administração; e José Gadelha de Oliveira, Comandante Geral da Polícia Militar do Estado.

Resultado dos trabalhos da dita Comissão fez com que o governador Pedro Gondim, no período de 24 de setembro a 10 de outubro de 1964, assinasse vários atos de demissão, rescisão de contrato, colocação em disponibilidade e dispensado do emprego de servidores públicos estaduais e municipais, tendo como fundamento jurídico o "art. 7° do Ato Institucional de 9 de abril de 1964, e em cumprimento a decisão da Comissão Especial de Investigação, constituída pelo Decreto n° 3.540, de 18 de abril de 1964".

Nessa leva de demissão e rescisão de contratos estavam Agassiz Amorim de Almeida – Promotor Público da Comarca de Bonito de Santa Fé (Diário Oficial do Estado - DOE, 24/9/1964); Joaquim Ferreira Filho – ocupante do cargo de Diretor de Expediente, do quadro especial da Casa Civil do Governador (DOE, 24/9/1964); José Rodrigues Lopes – ocupante da função de Gráfico, lotado no Departamento de Publicidade (DOE, 24/9/1964); Uziel do Vale – ocupante do cargo de Feitor da prefeitura municipal de Campina Grande (DOE, 26/9/1964); José Costa – ocupante do cargo de Fiscal de Obras do Departamento de Estradas de Rodagem, lotado a residência em Campina Grande (DOE, 26/9/1964); Maria das Dores de Oliveira – ocupante do cargo de Orientadora Educacional, lotada na Secretaria de Educação e Cultura (DOE, 26/9/1964); Maria do Carmo Campos de Araújo – ocupante do cargo de Professora do Departamento de Educação e Cultura (DOE, 26/9/1964); Antônio Aurélio Teixeira de Carvalho – ocupante do cargo de Fiscal de Rendas, do quadro único dos funcionários do município de Santa Rita. Grande (DOE, 27/9/1964); Iveline Lucena da Costa – Auxiliar de Administração, com a prestação de serviços na Secretaria de Educação e Cultura e Cultura (DOE, 27/9/1964); Lígia das Mercês Macedo – Auxiliar de Administração, com a prestação de serviços na Secretaria de Educação e Cultura e Cultura (DOE, 27/9/1964); Amilton Gomes da Silva – Enfermeiro, do quadro extraordinário do Departamento de Estradas de Rodagens (DOE, 27/9/1964); Geraldo Medeiros – professor catedrático, lotado no Colégio Estadual de João Pessoa; rescindido o contrato com o Instituto de Educação, e dispensado da prestação de serviço no Conselho Estadual de Desenvolvimento (DOE, 7/10/64); Pedro Pereira dos Santos – Professor de Canto Orfeônico do Colégio Estadual de João Pessoa (DOE, 10/10/64); Hermillo de Carvalho Ximenes – Ocupante do cargo de Juiz de Direito da Comarca de Rio Tinto (DOE,

10/10/64); e o professor José Octávio de Arruda Mello que não teve seu contrato renovado e respondeu àquela Comissão de Investigação[1044].

O Conselho de Desenvolvimento do Estado da Paraíba, tido como ninho de comunistas, foi atingido em cheio por perseguição política do governador Pedro Gondim, demitindo, ainda em 1964, os servidores públicos estaduais Antônio Augusto de Almeida, Francisco das Chagas Lopes, Heitor Cabral da Silva, José Anísio Corrêa Maia, Ronald Queiroz Fernandes, Clidenor do Egito Araújo e Ary de Arruda Maia.

Na área da saúde na Paraíba, o governo militar cuidou de demitir médicos, serventes e motoristas que trabalhavam no Serviço de Assistência Médica Domiciliar e Urgência (SAMDU), especialmente nos postos que atendiam os filiados das ligas camponesas. O ato dessas demissões foi publicado no Diário Oficial da União, de 7 de outubro de 1964, página 9088, trazendo os nomes de Agassiz Uchôa Guerra, Atendente; João Alfredo Dias, Nego Fuba, Atendente; José de Oliveira Ramos, Auxiliar de Escritório; Antônio Pereira da Silva, Auxiliar de Escritório; Jayme Simplício da Costa, Servente; Malaquias Batista Filho, Médico; Nilson Francisco Lira, Atendente; Pedro Dantas das Chagas, não consta o cargo; Antônio Viana de Oliveira, Servente; João Severino Gomes, Motorista; Adalberto Cavalcanti de Souza, Servente; José Severino de Souza, Servente; Manoel Francisco Fonseca; e Antônio Tavares Pedrosa, Médico. Em outro ato, foi demitido o servidor do SAMDU Divaldo Alves de Souza.

A UFPB foi atingida com a exoneração do reitor Mário Moacyr Porto, em 14 de abril de 1964, e a exclusão do ano letivo daquele ano, por meio da Resolução do Conselho Universitário nº 18, de 8 de maio de 1964[1045], os professores Juarez Macedo, Nizi Marinheiro, Ronald Queiroz, Luiz Hugo Guimarães[1046], Francisco de Assis Lemos de Souza[1047], Sá Leitão, Laurindo Albuquerque Melo, Cláudio Santa Cruz de Oliveira. Além deles, o docente Agassiz de Amorim Almeida foi demitido por ato publicado no Diário Oficial da União, de 28 de setembro de 1964 (p. 8685) e o professor José Florentino Duarte foi demitido como professor da UFPB, quando estava terminando o seu doutorado na Alemanha em 1964[1048].

[1044] O presidente da Associação dos Estudantes Secundaristas da Paraíba (AESP), Geraldo Rawlison Gomes, era auxiliar técnico de Engenharia do Departamento de Assistência Técnica aos Municípios. Foi preso em 1964 e fez um processo de anistia tentando provar essa demissão por perseguição política.

[1045] Além dessa resolução que determinava a exclusão do ano letivo de 1964, muitos desses docentes foram demitidos pela ditadura em atos publicados no Diário Oficial da União (DOU).

[1046] Demitido como professor em ato publicado no DOU, de 28/9/1964, p. 8685, e aposentado como funcionário do Banco do Brasil por ato publicado no DOU, de 1970, p. 5342.

[1047] Demissão publicada no DOU, de 28/9/1964, p. 8685, como professor catedrático da Faculdade de Ciências Econômicas da UFPB, e no dia 15/3/1967, da função de professor assistente do Curso de Agronomia da Escola de Agronomia do Nordeste, em Areia.

[1048] Requerimento de Anistia Política à Comissão de Anistia do Ministério da Justiça. Arquivo do gabinete do deputado Zenóbio Toscano. Arquivo da CEVPM-PB.

O advogado Bento da Gama Batista, Assessor Jurídico da Superintendência da Reforma Agrária na Paraíba (SUPRA), foi demitido, detido e levado para a prisão de Fernando de Noronha em abril de 1964[1049]. O sindicalista João Ribeiro Filho Santos foi destituído da função de representante classista do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários (IAPI-PB) (Diário Oficial da União, de 25/9/1964, p. 8636), enquanto que a Ordem dos Músicos do Brasil na Paraíba sofreu intervenção com o afastamento das funções de Zamir Machado Fernandes (presidente), Alindo Teixeira (vice-presidente), João Advíncula (1º secretário), Luzia Simões Bartolini (2ª secretária)[1050].

Com o recrudescimento da ditadura militar em 1968, que editou o Ato Institucional nº 5, novas perseguições aos servidores públicos paraibanos foram efetuadas com a não renovação de contratos, demissões, suspensão de salários, aposentadoria compulsória, entre outras

A magistratura da Paraíba, por exemplo, não ficou imune depois desse famigerado Ato[1051]. O Conselho de Segurança Nacional aposentou compulsoriamente e suspendeu os direitos políticos do desembargador Emílio de Farias[1052], por ter se insurgido contra a retirada, do Supremo Tribunal Federal, dos ministros Victor Nunes, Hermes Lima e Evandro Lins e Silva. Outros juízes paraibanos, também aposentados pela ditadura em 1969, foram Alceu Alves Maciel Feitosa, Boanerges Chaves Maia, Helena Alves de Souza, Humberto Cavalcanti de Mello, Ijalme Leite Gomes, João de Deus Melo, João Stélio Pimentel, Luiz Gomes de Araújo, Manoel Augusto de Souto Lima, Paulo Walker da Silva e Severino Ramos Pereira[1053].

A UFPB voltou ao palco das perseguições, com o ato do reitor Guilardo Martins de 1º de fevereiro de 1969, que penalizou os professores e professoras com a não renovação dos contratos de Gerard Camille Prost, Maria Thereza Ribeiro Prost, Roberto Navarro de Oliveira, Beatriz Maria Soares Pontes, Ruy Gomes Dantas, Enoque Gomes Cavalcanti, José Jackson Carneiro de Carvalho, Joest Van Dome, Heronildes Dias de Barros, Nakais Hiorshi, Hercules Gomes Pimentel, José Kehrle, Ronald Queiroz Fernandes, Célio Di Pace, Oswaldo Trigueiro

[1049] Outros presos paraibanos levados para a Ilha de Fernando de Noronha: Luiz Hugo Guimarães, sindicalista, bancário e professor universitário; Jório Machado, jornalista; Laurindo Marques de Albuquerque Melo, professor universitário, Delegado do Tribunal de Contas no Estado; Langstein de Almeida, deputado estadual; Francisco de Assis Lemosde Souza, deputado estadual e professor universitário; Agassiz de Almeida, promotor e deputado estadual; e o estudante Martinho Campos. Estes integravam o contingente de 34 presos políticos brasileiros que ficaram confinados naquela ilha entre os anos de 1964 a 1967.
[1050] DOU, de 9/10/1964, p. 9221.
[1051] Antes, em 1964, havia sido colocado em disponibilidade pelo govenador do Estado da Paraíba o juiz Hermillo de Carvalho Ximenes, acusado de ser aliado das ligas camponesas e uma pedra no caminho dos interesses dos Lundgren, por exigir o respeito às leis trabalhistas pela fábrica de Tecido Rio Tinto, que agia arbitrariamente contra os operários.
[1052] Ato publicado no DOU, em 30/4/1969, p. 3661, e como professor em 11/6/1976, p. 8271.
[1053] Ato publicado no DOU, em 27/2/1969, p. 1748.

do Vale, Marcelo Renato Arruda, Francisco Pereira Nóbrega, Raimundo Adolfo, Hermano Alfredo de Sá[1054], Jomard Muniz de Brito[1055] e Edvaldo de Sousa do Ó[1056].

O Ato do reitor da UFPB também sustou os pagamentos dos seguintes professores "para fins de esclarecimentos": Hélio Correia Lima, Antônio Geraldo Figueiredo, Lindalva Vírginio Franca, Adelmo Neves Machado, Manoel de Carvalho Ferreira, Zenonas Stasevalms [Stasevskas], Dnerson Neiva Monteiro, Carlos Eduardo Pessoa Cunha, Djair Aquino Lima, Manoel Paiva Martins. Por fim, exonerou do cargo de coordenador o professor Paulo Pires.

Em documentos que este Grupo de Trabalho encontrou no Assentamento Cronológico de Entrada (ACE) da Agência Central (AC) do Serviço Nacional de Informações (SNI), percebe-se que muitos desses contratos não renovados pelo reitor Guilardo Martins aconteceram porque os professores "contrariavam seus esquemas políticos e administrativos", torpedeando "a vida de algumas pessoas que não eram consideradas como 'convenientes para os esquemas'". Foi o caso do engenheiro e professor da Escola Politécnica Joost Van Damme:

> A bem da verdade, o que houve foi que o engenheiro JOOST VAN DAMME e diversos outros professores da ESCOLA POLITÉCNICA, contratados sob regime de CLT, reivindicaram o pagamento do salário ao então Reitor GUILHARDO (sic) MARTINS ALVES. Este se negou a fazê-lo e, quando os reclamantes foram pleitear na justiça do trabalho, a Reitoria se viu forçada ao respectivo pagamento mas, em represália, o Reitor se negou a mandar renovar os contratos dos pleiteantes, o que era feito anualmente.
> Em contato com a AESI da Universidade Federal da Paraíba e, conhecendo alguns fatos registrados e ocorridos no período após a REVOLUÇÃO de 1964, e de total conhecimento que alguns dirigentes de instituições educacionais na PARAIBA, tendo interesses pessoais e sentindo contrariados seus "esquemas" políticos e administrativos, usaram da "imaginação" para torpedear a vida de algumas pessoas que não eram consideradas como "convenientes para os esquemas". (AC_ACE_113675_78)

Foram impedidos de lecionar o professor José Cartaxo Loureiro na Universidade Regional do Nordeste (URNE)[1057], o professor Otácílio Nóbrega de Queiroz na FACE/UFPB, em João Pessoa[1058], Antônio de Pádua Câmara, Professor da FACE/UFPB em Campina Grande[1059], Emílio de Farias, professor da FACE/UFPB de Campina Grande[1060], e o Padre

[1054] Professor da FACE em João Pessoa. AC_ACE_86734_72. Arquivo Nacional. Cópia Arquivo CEVPM-PB.
[1055] Professor da UFPB. AC_ACE_10658_69. Idem.
[1056] Era professor da Escola Politécnica (AC_ACE_10658_69. Idem.). Também foi exonerado do cargo de reitor da Universidade Regional do Nordeste (URNE).
[1057] SNIG - AC. A012301 8 81 AC. A007828 1 69 – 1969. Arquivo Nacional. Cópia Arquivo CEVPM-PB.
[1058] AC_ACE_10658_69. Idem.
[1059] AC_ACE_10658_69. Idem.
[1060] AC_ACE_10658_69. Idem.

Fidélis Rodrigues no Colégio Agrotécnico de Bananeiras[1061], enquanto que o professor Rubens Pinto Lyra teve sua contratação de professor na UFPB vetada "por motivos ideológicos"[1062].

Entre 1969 e 1970 o Diário Oficial da União também trouxe publicações de aposentadorias compulsórias de servidores públicos federais paraibanos, como Mário Silveira, Tesoureiro Auxiliar do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS)[1063]; Osmar de Araújo Aquino, advogado do Banco do Nordeste do Brasil S.A.[1064]; Pedro Moreno Gondim, Professor e Consultor Jurídico da UFPB[1065]; Romeu Gonçalves Abrantes, Advogado de Ofício[1066]; Ronaldo José da Cunha Lima, Promotor Público do Estado da Paraíba[1067]; Malaquias Batista Filho, Nutricionista da SUDENE[1068]; e Sílvio Pélico Porto; Procurador Jurídico da Secretaria de Viação e Obras Públicas do governo da Paraíba[1069].

Na administração pública estadual demitiu no ano de 1969 os servidores Carlos Alberto Farias de Azevedo, Adauto Trigueiro Bezerra, Alberto Magno Gondim de Vasconcelos, José Emilson Ribeiro e Carlos Alberto Farias de Azevedo.

Os trabalhadores do setor financeiro, por serem sindicalistas ou comunistas visados, também foram atingidos com a demissão pelo regime civil militar. São eles João da Cruz Fragoso, Banco do Nordeste do Brasil S.A.; Jason Gonçalves de Lima, Banco do Brasil; Iêdo Martins Moroni da Silveira, Banco do Brasil; Antônio Aragão Filho, Banco do Nordeste do Brasil S.A; e Derly Pereira, Banco do Nordeste do Brasil S.A.

Em 1974 foram demitidos os servidores Jandira dos Santos França, que trabalhava no Posto de Saúde Dr. Francisco Pinto, na 3ª Região Sanitária de Campina Grande, e Fernando Antônio Souto Batista, pertencente aos quadros da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBAPA).

Outros casos que profissionais afirmaram terem sido demitidos, mas não foram encontrados documentos nos arquivos secretos para comprovar são os de Germana Correia Lima Sevcenco, ensinava no Colégio Técnico da UFPB e no Cursinho Pré-Vestibular, em João Pessoa; Simão Almeida Neto, dava aula do Colégio Estadual da Prata, em Campina Grande; Lourdes Meira, que ensinava num dos colégios estaduais em João Pessoa; Potengi Lucena,

[1061] AC_ACE_10658_69. Idem.
[1062] SNIG - AC. A000162 4 79 - 1979. Idem.
[1063] DOU, de 16/10/1969, p. 8768
[1064] DOU, de 22/4/1969, p. 3383.
[1065] Ato da aposentadoria como consultor jurídico publicado no DOU, de 28/7/1970, p. 5606 e a de professor em 10/9/1970, p. 7870
[1066] Ato da aposentadoria publicado no DOU, de 28/7/1970, p. 5606
[1067] Idem.
[1068] Atingido pelo AI-5. AC_ACE_86734_72. Arquivo Nacional. Cópia Arquivo CEVPM-PB.
[1069] Ato da aposentadoria publicado no DOU, de 28/7/1970, p. 5606.

ensinava em escolas particulares; Jorge de Aguiar Leite e Hélio do Nascimento Melo, ambos demitidos da Companhia de Eletricidade da Borborema – CELB, em Campina Grande; João Batista Filho, professor da Faculdade de Serviço Social de Campina Grande, onde havia lecionado de 1966 até 1968.

Muitos desses servidores demitidos durante a ditadura militar voltaram aos seus cargos públicos após a anistia política de 1979, a Emenda Constitucional nº 26, de 1985, e com a vigência da lei nº 10559, de 2002. Mas, as violações aos seus direitos humanos não têm como recuperar, tanto pelos os prejuízos às suas carreiras profissionais, como aos problemas psicológicos que sofreram em decorrência dessas demissões.

9 Ditadura e gênero

Gênero é um conceito que se elabora a partir do ponto de vista das ciências sociais e da psicologia, sendo entendido como aquilo que diferencia socialmente as pessoas levando em consideração os padrões histórico-culturais atribuídos a homens e mulheres, conceito esse que nos faz entender que as diversas desigualdades, sociais, econômicas ou políticas, que são próprias das relações entre homens e mulheres, não são resultantes apenas das diferenças físicas ou psicológicas mas também das relações sociais e é nessa perspectiva que a história e a cultura de uma sociedade é constituída. De forma mais ampla o conceito de gênero refere-se

> ao conjunto de atributos negativos ou positivos que se aplicam diferencialmente a homens e mulheres, inclusive desde o momento do nascimento, e determinam as funções, papéis e relações que os homens e mulheres desempenham na sociedade e entre eles mesmos. [...] Esses papéis e relações não são determinados pela Biologia, mas sim, pelo contexto social, cultural, político, religioso e econômico de cada organização humana, e são passados de uma geração a outra [...] a identidade de gênero é constituída desde a infância e a vida adulta[1070].

A garantia da perspectiva de gênero nas Comissões da Verdade e, neste caso, na Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba (CEVPM-PB) tem como objetivo compreender as violações de direitos humanos e dar visibilidade aos abusos cometidos contra as mulheres, contrapondo equívocos que associam masculinidade a exercícios de violência que asseguraram às mesmas não serem vistas "apenas como receptoras

[1070] Assessoria Internacional do Ministério do Trabalho. **Brasil, Gênero e Raça** (Brasília, 1998) apud PINHO, Diva Benevides. **Gênero em Cooperativas.** Disponível em: <http://www.projetoe.org.br/tv/prog05/html/ar_05_02.html.> Acesso em: 22 jan. 2017.

passivas de ajudas e sim como agentes com experiências específicas e vozes distintas – parceiras fundamentais para assegurar que o trabalho da Comissão alcançasse a sociedade”[1071]

Representação feminina na CEVPM-PB: Iranice Gonçalves Muniz, Irene Marinheiro Jerônimo de Oliveira e Lúcia de Fátima Guerra Ferreira, por ocasião da posse em 11 de março de 2013.

Fonte: Arquivo da CEVPM-PB.

A instauração do terror iniciou em 1964, atingindo o ápice em 1968, com o Ato Institucional nº 5, que aboliu o habeas corpus, determinou cassações de políticos opositores ao regime, magistrados, estudantes, sindicalistas, etc... A participação ativa das mulheres na resistência dos anos 60/70, nas suas mais diversas formas, inclusive na luta armada, foi uma forma de se insurgir contra a ordem política vigente e também uma intensa transgressão à ordem estabelecida ao que era imposto às mulheres que era o espaço estritamente privado e doméstico no papel de mãe, esposa, cuidadora do lar e da família.

Embora a presença das mulheres tenha sido marcante nas lutas contra as ditaduras militares implantadas na América Latina nos anos acima citados elas sempre estiveram ausentes, com raras exceções, nos textos históricos, biográficos e autobiográficos onde são narrados acontecimentos dolorosos que marcam o referido período. Se faz necessário ouvir atentamente as vozes dessas mulheres, seus depoimentos e testemunhos para torná-las visíveis e desfazer as mentiras oficiais e revelar episódios, que muitos gostariam de calar, “expondo a nu a violência física exercida sobre seus corpos, nas prisões, em sessões de interrogatório e tortura, ou ainda, a violência simbólica em suas inúmeras dimensões”.[1072]

A intenção não é vitimizar ainda mais as mulheres nem chorar indefinidamente as suas dores, muito menos construir figuras heroicas e idealizadas, porém ultrapassadas. O que se quer

[1071] Centro Internacional para a Justiça de Transição. **Comissões da Verdade e Diversidade – estudo temático 9**. Brasília: Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, 2012. p. 01. Disponível em: <www.mj.gov.br/anistia>. Acesso em: 22 jan. 2017.
[1072] RAGO, Margareth. Apresentação – Desejo de Memória. In: **Memórias insubmissas**: mulheres nas ditaturas latino-americanas. Labrys (Edição em Português. Online), v. 15-16, p. 10-50, 2009. Disponível em: <www.labrys.net.br/labrys15/ditadura/marga.htm>. Acesso em: 20 fev. 2017.

antes de qualquer coisa é "permitir que a pluralidade da história não seja obliterada pelas narrativas pretensamente universais, sempre excludentes e estigmatizadoras, criando-se espaços para a expressão diferenciada da memória de todos os setores sociais". [1073]

Muitas das prisioneiras da ditadura militar foram alvo de perseguição de toda maneira, inclusive de dolorosas torturas, como ameaças, espancamentos, choques elétricos, estupros, etc. Isso é apenas uma parte do terror que elas sofreram nas dependências dos órgãos de repressão do regime, sem falar na tortura psicológica de ser mulher e mãe: "eles ameaçavam torturar e matar nossas crianças ou as levavam para nos ver sob torturas".[1074]

Numa música de João Bosco e Aldir Blanc que se tornou símbolo da resistência no Brasil, eles cantam: "chora a nossa pátria mãe gentil, choram Marias e Clarices no solo do Brasil"[1075], em homenagem a Maria e Clarice, viúvas dos presos políticos, Manuel Fiel Filho e Vladimir Herzog, respectivamente, que morreram nos porões da ditadura. Muitas Marias e Clarices tiveram grande participação na luta de resistência à ditadura, tanto pelos caminhos do coração apoiando parceiros, filhos, pais, amigos e irmãos, assim como diretamente através da militância "na dura estrutura das organizações clandestinas". [1076]

As mulheres lutaram com muita bravura, participando de ações de organização, de ação nas ruas, ombro a ombro com os homens, lutando pela democracia e o fim do regime. Nos calabouços da ditadura resistiram corajosamente à tortura, foram verdadeiras guerrilheiras no enfrentamento ao ódio e à bruta repressão que se abatia sobre elas, de maneira diferenciada onde a maternidade era usada pelos torturadores para quebrar suas resistências. [1077]

Uma das principais metas da CEVPM-PB, entre muitas outras, é trazer à tona as violações sofridas pelas mulheres durante o regime militar. Foram mães, esposas, filhas, companheiras, parceiras, submetidas a todo tipo de tortura, desde a tortura psicológica, o choque elétrico e a violência sexual, num total desrespeito e violação de direitos humanos infligidos pelos militares e civis na Paraíba durante um dos períodos mais obscuros da História de nosso país.

Entre as 24 (vinte e quatro) Audiências Públicas e as 23 (vinte e três) oitivas realizadas pela CEVPM-PB teve-se o testemunho de 34 (trinta e quatro) mulheres; algumas foram presas no Congresso da UNE, em Ibiúna-SP, outras vivenciaram o movimento das Ligas Camponesas

[1073] Idem.
[1074] MAIA, Kátia. A tortura física era só o começo. **Revista Mátria**. CNTE. 2014.
[1075] João Bosco e Aldir Blanc. **O Bêbado e a Equilibrista**. 1978,
[1076] RANGEL, Olívia; ISABEL, Maria. Resistência feminina à ditadura militar. **Revista Presença da Mulher**. 1999/nº33.
[1077] Idem.

na Paraíba e das lutas pela terra nas décadas de 1970 e 1980, algumas sobreviveram a perseguição na clandestinidade, e ainda as que foram presas, torturadas por lutar e resistir à ditadura.

Muitas outras mulheres sofreram violações em seus direitos por contestarem o regime autoritário ou lutarem por melhores condições de vida para todos. Apesar do esforço empreendido para a elaboração deste texto, vale ressaltar o quanto ainda ficou por fazer e pesquisar, para dar a devida visibilidade ao protagonismo das mulheres na resistência à ditadura militar no Brasil.

9.1 Casos emblemáticos

9.1.1 Ophélia Maria de Amorim

Em um Seminário[1078], Ophélia Maria de Amorim, advogada e militante das Ligas Camponesas na região do brejo da Paraíba, fez algumas considerações a respeito da participação das mulheres em um dos maiores movimentos de resistência à opressão e perseguição sofrida pelos camponeses pela ação dos latifundiários e da ditadura militar, o que configura a situação das mulheres, principalmente, as do campo nas décadas de 1960 e 1970:

> O trabalho das Ligas Camponesas se desenvolveu numa época em que a questão da condição feminina ainda não tinha vindo a debate e muito menos era preocupação dos movimentos políticos, sociais, no Brasil. Então, assim, as mulheres que participavam dos movimentos, quer das Ligas Camponesas e de outros, era mais uma questão pessoal delas. Quer dizer, elas venciam a sua condição de mulher cujo papel era ser mãe-de-família e ficar em casa até quando era a companheira ou a esposa de um líder político, ficar em casa esperando por ele, preparando a casa para recebê-lo, então era vencer esse papel que a cultura destinava a ela para assumir um papel no movimento social. Mas era uma questão pessoal, não que houvesse uma preocupação dos movimentos, de trazer a mulher [para a luta]... Então, nas nossas Ligas aqui na Paraíba a **Maria de Aquino** venceu essa condição e tinha um papel de lideranças nas Ligas, e a **Elizabeth** [Teixeira] que veio substituir João Pedro com a morte dele, foi uma coisa surpreendente porque se tratava de uma mulher de formação doméstica como era a das mulheres de sua época, quer dizer, um papel bem definido de ter filho, cuidar da casa e dos filhos, e ela rompeu isso para assumir uma liderança que a mesma veio a exercer como presidente das Ligas Camponesas de Sapé...

[1078] Seminário Memórias das Ligas Camponesas promovido pela Assembleia Legislativa da Paraíba e o INCRA, em 28 e 29 de abril de 2006. Arquivo da CEVPM-PB

Ela relata, ainda, um momento significativo e emocionante em sua vida, durante a atuação nas Ligas[1079]:

> Eu me formei no dia 9 de novembro de 1961, as Ligas Camponesas me prestaram uma homenagem no Teatro. Quando eu acabei de colar grau o presidente das Ligas de Alhandra subiu ao palco com um buquê de flores e me entregou, e que fez toda a cerimônia no Teatro Santa rosa, fez muita gente chorar de emoção. E no dia seguinte eu fui com Assis para Sapé, para ser apresentada aos camponeses como sua advogada e, eu lembro que muitos disseram assim "nossa, mas essa menina vai lá saber defender os direitos da gente". Quer dizer, até porque havia uma descrença no trabalho da mulher na nossa cultura, da época, e existia também, evidentemente, no meio camponês...

No depoimento prestado à CEVPM-PB[1080], Ophélia Amorim discorreu sobre a sua militância como advogada nas Ligas e diz ter sido indicada para o movimento pelo amigo Leonardo Leal, antes de1964, passando a atuar na Superintendência da Reforma Agrária (SUPRA). Foi presa no período do golpe civil-militar e libertada depois, passando a responder a sete processos crimes. Também falou da importância da sua formação humanista como membro da Juventude Universitária Católica (JUC), movimento dirigido por padres recém-chegados de Roma, quando, ainda, era estudante da UFPB na cidade de João Pessoa. Hoje Ophélia mora em São Paulo e sua decisão de ir embora da Paraíba foi por conta da vigilância e das ameaças dos militares, que sofria constantemente.

Fonte: Depoimento de Ophélia Maria de Amorim na Audiência Pública da CEVPM-PB e CNV em 15/7/2013. Arquivo da CEVPM-PB.

[1079] Idem.
[1080] Audiência Pública da CNV e CEVPM-PB sobre "As perseguições às Ligas Camponesas", realizada em 15/7/2014.

9.1.2 Elizabeth Altina Teixeira

Vejamos, também, um breve resumo do engajamento de uma outra grande mulher, com uma história de muitas dores, de muitas perdas, de fuga, de clandestinidade e de comprometimento em dar continuidade a luta de seu esposo em defesa dos camponeses, João Pedro Teixeira, líder da Liga Camponesa de Sapé, fundada em 1958, assassinado em 2 de abril de 1962. [1081]

> Elizabeth engajou-se na luta camponesa, assumindo a direção da Liga de Sapé (de 1962 a 1964) apesar das dificuldades familiares em que se encontrava após o assassinato do marido, onde a filha mais velha, Marluce, se suicida sete meses depois. Dois meses depois o filho Paulo com dez anos de idade recebe um tiro na cabeça a mando de um proprietário... ficando inválido por problemas cerebrais. Por seu envolvimento político e por ter sido candidata a deputada sofreu muitas ameaças, chegando a ser presa. Em 1964 por ocasião do golpe militar [...], notificada de que o Exército estava a sua procura e de outras pessoas refugiou-se um mês em Recife, retornou a João Pessoa e se apresentou no Grupamento de Engenharia. Foi imediatamente presa por 3 meses e 24 dias e depois de liberada voltou a Sapé continuando a ser ameaçada pelo comando do 15º RI-Regimento de Infantaria. Elizabeth teve que fugir levando um filho menor, Carlos, para o Recife e daí para o Rio Grande do Norte [...]. Sua família foi totalmente desestruturada com o golpe de 64, tentativa de incendiar sua casa e seus filhos foram distribuídos entre os tios e a sogra. Ficou na clandestinidade até 1981. Somente depois de dezessete anos é que pode reencontrar os filhos e os netos, passando ainda por um grande trauma, ver um filho (que foi criado pelo pai dela) assassinar seu irmão que era envolvido no movimento de organização dos camponeses.

Fonte: Deputada Luiza Erundina e Elizabeth Teixeira na Audiência Pública da CEVPM-PB e CNV, em 15/7/2013. Arquivo da CEVPM-PB.

[1081] Requerimento de Anistia Política à Comissão de Anistia do Ministério da Justiça. Arquivo do gabinete do deputado Zenóbio Toscano. Arquivo da CEVPM-PB.

Elizabeth, explica porque ao fugir teve que tomar a decisão de levar consigo seu filho Carlos[1082]:

> Nesse tempo Carlos tinha seis anos. Eu trouxe ele comigo porque ele foi rejeitado pela minha família. Meu pai dizia que não queria Carlos lá na casa dele porque ele era a cara do pai, João Pedro Teixeira, e que ele não queria nem se lembrar da cara do safado comunista do pai dele. Minha irmã também disse que não queria aquele menino com ela de jeito nenhum, que ela já tinha três filhas e que não ia ficar com o menino. O marido dela, João Ramalho, gritou na minha cara que eu podia procurar a quem dar o menino, que eu podia fazer dele o que quisesse, que eu encontrasse alguém que criasse aquele menino que era a cara do comunista do pai dele. [...] Eu sofri demais por ver meu filho rejeitado pela minha família. Meu desespero foi tão grande que eu cheguei a ficar no meio da estrada, eu e ele, para um carro passar por cima de mim e por cima dele. Mas ele se agarrou na minha saia e começou a chorar. Ele tinha sido nascido em 1958, ele só tinha seis anos. Nesse momento eu me abracei a ele e decidi que eu ia viver e que ele ficaria comigo.

9.1.2.1 Filhas de Elizabeth Altina Teixeira e João Pedro Teixeira

Um dos momentos mais emocionantes da CEVPM-PB foi o encontro da família Teixeira, na Paraíba, mãe e filhos, mais precisamente em sua cidade natal, Sapé, promovido em parceria com a Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro (CEV-Rio) no dia 26 de julho de 2014. O encontro se deu 50 anos depois da separação, na antiga casa onde viveu toda a família de Elizabeth e Pedro Teixeira e que hoje é o Memorial das Ligas Camponesas.

Antes do encontro, foi realizada uma oitiva na sede da CEVPM-PB com a mãe, Elizabeth Teixeira, e os filhos Marta, Isaac, Maria José, Maria das Neves, Carlos e Marinês. Foi um momento de muita comoção, de lágrimas, sorrisos e desabafos de acordo com **Marinês**, que falou informalmente antes da oitiva[1083]:

> Eu não conheci minha mãe, eu não chamava ela de mãe, eu achava muito estranho chamar Elizabeth de mãe. Quando ela estava sentada no sofá da casa da minha irmã Mariinha [Maria José] aí eu falei assim: "e aí dona Elizabeth, tá bem?" aí essa senhora olhou pra mim e disse assim: "não. Eu sou Elizabeth para um estranho, pra você eu sou sua mãe, se chama mamãe o meu nome, eu sou sua mãe e João Pedro Teixeira foi seu pai". Isso pra mim eu não vou esquecer nunca na minha vida, como minha filha hoje chegou pra mim e falou assim: mãe, eu encontrei uma tia maravilhosa..." Você vê a distância o que faz... quer dizer, e hoje eu vou dizer o que, se nem eu convivi com minha irmã? E a minha mãe, eu nunca mais vou chamar ela de Elizabeth, nunca mais na

[1082] BANDEIRA, Lourdes Maria; MIELE, Neide; SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. (Orgs.). **Eu marcharei na tua luta**: A vida de Elizabeth Teixeira. João Pessoa: Editora da UFPB/Manufactura, 1997, p. 109-110.
[1083] Depoimento de Marinês Altina Teixeira em Oitiva da CEVPM-PB, em 25/7/2014. Arquivo da CEVPM-PB.

> minha vida. E se eu já fiz, se ofendi, eu peço perdão, porque não foi a minha intenção. Só isso, muito, muito obrigado.

A filha mais velha, **Marta Cristina Teixeira** ressaltou as marcas dolorosas quando a mãe passou à clandestinidade e o avô promoveu a separação de todos os irmãos[1084]:

> Foi um momento, acho que na minha vida mesmo, por tudo que passei, já passei por muito sofrimento, mas o da calçada marcou até hoje, foi o momento o mais triste da minha vida, você ser separada numa calçada, sendo a calçada do avô. O avô é para acolher, abraçar todos nós dentro da casa dele, porque o avô pode morar num vão, mas neto e filho é para abraçar. [...]. Meu avô botou a gente numa calçada e separou um por um, um para um canto e o outro para outro canto. Foi muito triste isso na minha vida, até hoje eu nunca esqueço, é o que mais me impactou em todos os sofrimentos, foi a separação, até hoje eu lembro de todos os detalhes. Você ser separada na calçada do avô, para a gente era muito estranho, eu não conhecia que era avô, mas ele era avô. Mãe e avô é aquele que acolhe, acolhe em sua casa, mas não dividir, botar numa calçada e dividir para quem quisesse levar, isso para mim, nunca, nunca vou perdoar, nunca vou esquecer.

Após a separação, o contato entre os irmãos era raro pois apesar de cada um foi morar em casa dos parentes, a própria família não queria a aproximação entre eles. **Maria José Teixeira** afirma que [1085]

> Eu me encontrava de início com Marinês que ficou na casa do meu avô. Mas nossos encontros eram escondidos, a família não queria que os irmãos se juntassem.
> [...] Como Marinês ficou na casa do meu avô, aí existia um açude aonde tomávamos banho, aí a gente se encontrava. Mas quando eles viam que a gente estava conversando, tentavam separar. Nevinha, Maria das Neves, ficou na casa da minha tia e tinha a outra tia que era costureira, casada com o meu tio, a gente chamava ela de tia mas não era tia, era esposa do tio, quando ia na casa dela levar uma costura, me encontrava com Nevinha e conversava um pouquinho, mas era tudo sob vigilância porque eles não queriam.

Já em seu depoimento, **Marinês Teixeira** narrou com riqueza de detalhes como foi a sua vida de sofrimento na casa de seu avô materno, Manoel Justino, e como era tratada por ele por ser filha de João Pedro Teixeira. Inclusive tudo lhe era negado até o mínimo necessário para sobreviver, desde a sua infância até os onze anos de idade. Um dos momentos mais marcantes do seu depoimento foi o episódio sobre a expulsão da casa pelo próprio avô Manoel Justino, tendo em vista um mal-entendido quando ela brincava com alguns primos tomando banho de açude[1086]:

[1084] Depoimento de Marta Cristina Teixeira. Idem.
[1085] Depoimento de Maria José Teixeira. Idem.
[1086] Depoimento de Marinês Altina Teixeira. Idem.

> Foi assim, Antônio Vitor tem uma filha que é médica. Aí ele disse assim: "leve essa menina no médico e manda pra ver se ela não é mais moça, leva que eu quero ter certeza". Eu tinha onze anos, aí ela me levou e falou pra mim assim: "você vai pro médico". Mas não foi ela que me examinou, foi o médico que era conhecido dela. Ele me examinou, ele mandou eu tirar a roupa e... me olhou, entendeu. Colocou uma lanterninha assim em mim, aí ele disse: "não, a menina está intacta". Aí ele foi e avisou a Manoel Justino, aí ele disse: "uma vez difamada, difamada sempre, não quero mais". Eu não pude voltar, que até eu sair do médico eu tava pensando que eu ia voltar pra casa dele. Eu não tinha raiva do meu avô, até os onze anos eu gostava dele. Mesmo ouvindo muitas coisas, mas... depois dos onze anos que foi um desastre. E fica muita pergunta sem resposta, né?!... Por que... por que que a gente, eu não tive direito a ter um pai e uma mãe, por que que eu não tive direito a isso? Eu não tive nunca o direito de ter uma mãe me cobrindo a noite ou me dando boa noite, a chamar uma pessoa de mãe. É muitas perguntas, e tudo até hoje, eu sei que não sou mais criança, mas eu sofro, eu sinto. Por que que eu nunca segurei na mão de um pai? Nunca andei numa praça, sentei num lugar com ele, por quê? Eu sei também que tem muita gente que não tem isso, também sei.

Ela conta que essa situação só teve fim quando sua irmã Marta a chamou para morar com ela no Rio de Janeiro e mandou a passagem.

O depoimento de **Maria das Neves Teixeira** é marcado pela dor da ausência da mãe Elizabeth Teixeira, durante a sua infância: [1087]

> Acho que mamãe tem alguma mágoa de mim, porque uma vez eu disse a ela: eu queria ter sido criada pela senhora, comendo uma vez no dia, do que ter sido criada na casa dos outros comendo 3 vezes. [...] eu acho que ela ficou com mágoa de mim, porque uma vez eu disse a ela, mamãe eu queria ter sido criada pela senhora, não queria que ela tivesse me abandonado, mesmo ela sendo pobrezinha, mesmo ela sendo lavadora de roupa... [...]
> Que ela fosse, o que ela fosse, era pra ela ter me levado, foi isso o que eu disse a ela, eu não queria ter ficado, do jeito que a senhora levou Carlos, a senhora tinha me levado. Eu fiquei ali pela minha tia, eu não tenho mágoa dela, mas eu não gostei ter sido criada por ela não, queria ter sido criada pela minha mãe, pela minha mãe e pelo meu pai, quando eu era pequena.

9.1.3 Marina Dias Virgínio

Outro depoimento que toca profundamente é o de **Marina Dias**, irmã de João Alfredo Dias [Nego Fuba], militante e orador das Ligas Camponesas, servidor do SAMDU, e vereador do município de Sapé. Marina demonstrou a sua dor e revolta ao falar o quanto foi discriminada após o golpe civil-militar de 1964: "Sofri muitas humilhações. Eu saia na rua e todo mundo: "olha lá a Nega Fuba. Essa daí é a irmã de Nego Fuba, é a Nega Fuba" [1088].

[1087] Depoimento de Maria das Neves Teixeira. Idem.
[1088] Seminário Memórias das Ligas Camponesas promovido pela Assembleia Legislativa da Paraíba e o INCRA, em 28 e 29 de abril de 2006. Arquivo da CEVPM-PB

Fonte: Marina Dias (centro) na oitiva da CEVPM-PB, em 6/9/2013. Arquivo da CEVPM-PB.

Em seu depoimento aos Grupos de Trabalho da CEVPM-PB, Marina novamente relembrou as humilhações sofridas em Sapé e da ajuda que recebeu de um vizinho seu que morava no Rio de Janeiro[1089].

> Eu sofri muita coisa em Sapé, fui muito humilhada, fiquei um ano que ele [João Alfredo] tinha desaparecido, não tinha emprego, quem me ajudava não estava mais, meu marido trabalhava por conta própria e eu sofri muito em 64, 65. Quando foi em 66, me apareceu uma pessoa maravilhosa, meu vizinho, que morava lá no Rio e me fez uma proposta de eu ir pro Rio, e eu estava tão humilhada naquele lugar que eu resolvi ir...

Assim, com o desaparecimento/assassinato de seu irmão, decidiu ir embora para o Rio de Janeiro, onde trabalhou como doméstica, sem falar do seu passado e da dor que a acompanhava.

9.1.4 Filhas de Pedro Inácio de Araújo [Pedro Fazendeiro]e Maria Júlia Araújo

Josineide [Neide] Maria de Araújo e Naúgia Maria de Araújo, filhas de Pedro Inácio de Araújo [Pedro Fazendeiro], uma das maiores lideranças da Ligas Camponesas paraibanas. Durante seus depoimentos, elas choravam muito e em alguns momentos ficavam caladas, tentando se recompor para falar da dor e do sofrimento.

[1089] Depoimento de Marina Dias em Oitiva da CEVPM-PB, em 6/9/2013. Arquivo da CEVPM-PB.

Fonte: Da esquerda para a direita: Josineide, Walter e Naúgia de Araújo na oitiva da CEVPM-PB, em 11/4/2014. Arquivo da CEVPM-PB.

Josineide [Neide] Maria de Araújo ressalta a pressão psicológica que a família sofria constantemente, com a presença do exército em sua casa*:*

> ... já na minha infância eu recordo das perseguições a meu pai, recordo as vezes que nós acordávamos e nossa casa estava cercada pelo exército e minha mãe dizia "Pedro, a casa está cercada pelo exército". E a casa era revirada de ponta cabeça a procura de armas. Nunca encontraram armas na minha casa, e não tinha como encontrar, não tinha armas mesmo, mas eles rasgavam os sacos de farinha que meu pai tinha em casa.[1090]

Em um Seminário sobre as Ligas Camponesas, Neide narra as dificuldades e o sofrimento da família, que passou muita fome, após a morte do pai, e a coragem de sua mãe para suprir a fome do dia a dia[1091]:

> Então, foram muitas torturas, fome, passamos muita fome, muita fome mesmo. Eu e meus irmãos já comemos bredo que porco come. Certo? No dia das mães, o meu irmão Walter. Nós íamos para a Igreja, de manhã, e uma vez quando nós chegamos, ele foi nos encontrar no caminho da casa da gente e disse: "mãe hoje nós temos bredo". Parecia que a gente tinha a melhor comida do mundo. Não era bredo desse que aparece na Semana Santa, não, era um bredo, mesmo, que o porco come. Minha mãe testava matos. Ela comia primeiro, depois dava a gente, se não ofendesse a ela não ofendia a gente...

Ainda na CEVPM-PB, há um momento em que Neide se emociona e fica em silêncio por alguns instantes, é quando fala de assédio que sofreu onde trabalhava. Ao ser questionada se sofrera assédio pelo patrão, ela diz[1092]:

> É... como eu digo a vocês, teve, assim, teve momentos na minha vida, assim, que a gente vendia livros, aí no outro dia a gente tinha que subir uma escada

[1090] Depoimento de Josineide Maria de Araújo em Oitiva da CEVPM-PB, em 11/4/2014. Arquivo da CEVPM-PB.
[1091] Seminário Memórias das Ligas Camponesas promovido pela Assembleia Legislativa da Paraíba e o INCRA em 28 e 29 de abril de 2006. Arquivo da CEVPM-PB.
[1092] Depoimento de Josineide Maria de Araújo em Oitiva da CEVPM-PB, em 11/4/2014. Arquivo da CEVPM-PB

> pra tirar os livros infantis que seriam sido vendidos, e por uma, duas ou três vezes, quando eu tava lá em cima ele chegava, e ameaçava... eu nunca disse isso a minha mãe... ele nunca ia às vias de fato, mas ele me assediava com palavras, com propostas, mas eu nunca falei pra minha mãe. Eu não dizia a ela porque sabia que precisava daquele emprego e que ela precisava daquele dinheiro. Mas ele nunca foi, assim, às vias de fato, de atacar, isso não, isso nunca aconteceu.

Durante o depoimento de Naúgia na Comissão da Verdade por vários momentos ela se emocionou muito, chegando algumas vezes a chorar: "... a casa vivia cercada pelo exército e eu lembro da vez que meu pai foi preso e mais de trinta soldados passaram com ele em frente a minha casa apontando fuzis para ele. Isso eu jamais esquecerei...". Falou muito do sofrimento da mãe que, segundo ela, costumava dizer que se o pai deles fosse vivo não estariam passando por aquela situação de dificuldades:

> Lembro quando ela foi fazer a matricula da gente, logo depois do desaparecimento, depois do golpe e ela não conseguiu fazer a matrícula porque nós éramos filhos de Pedro fazendeiro, filhos de comunista... lembro que ela chegou chorando porque nem os filhos tinham direito a estudo, até isso tinham roubado dos filhos de Pedro Fazendeiro. Eu lembro que ela disse isso. Além de roubarem o pai, também roubaram o direito à educação.

9.2 A Militância clandestina

Sem desmerecer a dor de todas as mulheres que viveram na clandestinidade, a Paraíba tem um caso dos mais emblemáticos da dor de uma mulher que teve que fazer uma dolorosa opção: para sobreviver deixou seus filhos e filhas para os familiares assumirem a criação. Trata-se de Elizabeth Altina Teixeira, cujo registro já foi feito anteriormente.

A primeira depoente, na CEVPM-PB em 28/06/2013, foi **Jô Moraes**[1093], Deputada Federal, militante do Movimento Feminista, União Brasileira de Mulheres (UBM), escritora, ex-presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito do Congresso Nacional que apurou a violência contra as mulheres brasileiras. Em 1972 incorporou-se ao Partido Comunista do Brasil, seu único partido, como militante atuando nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais.

[1093] Dados Biográficos cedidos pela própria Jô Moraes.

Natural da cidade portuária de Cabedelo, na Paraíba, Maria do Socorro Fragoso de Moraes iniciou sua militância política no movimento estudantil secundarista no seu Estado natal. Posteriormente integrou-se à organização revolucionária Ação Popular (AP). Foi presidente do Diretório Acadêmico da Escola de Serviço Social, em João Pessoa, quando teve sua matrícula suspensa por Ato do Reitor da UFPB, antes mesmo do Decreto nº 477/1969, que proibia as lideranças de continuarem seus estudos acadêmicos durante alguns anos.

No período da ditadura militar foi presa duas vezes. A primeira no Congresso da União Nacional dos Estudantes - UNE, juntamente com 800 jovens que realizaram o evento na clandestinidade, em Ibiúna, Estado de São Paulo. A segunda, em 1969 na portaria de uma fábrica têxtil, no Estado de Pernambuco, quando distribuía panfletos contra o Ato Institucional nº 5, de 1968 que cerceava ainda mais a liberdade política no País. Na cadeia, ficou detida durante o período de carnaval, por uma semana até ser liberada por portar identidade falsa. Sua soltura se deveu por afirmar que era garota de programa e estava ali para arranjar clientes. Posteriormente sua identidade foi descoberta e Socorro Fragoso foi condenada à revelia pela Justiça Militar de Pernambuco, tendo vivido, durante dez anos, na clandestinidade[1094]:

> A vida na clandestinidade é um permanente desafio, porque quando eu saí da prisão no final do carnaval, porque na época, eu ser prostituta não tinha nenhuma importância, eu ser militante, aí sim era um perigo. No final, até o delegado Miranda me deu o endereço da irmã dele, para eu ir trabalhar, eu estava procurando emprego, para ir trabalhar na casa dele, mas eu fui recebida por uma família de classe média, em Boa Viagem, que ele escondeu.
> De lá, quando começou o cerco, eu fui para o Cabo, na zona da mata, para trabalhar como trabalhadora rural, evidentemente que minha primeira limpa na cana, eu botei uma foiçada no joelho porque a experiência não era fácil. Mas passei um período de quatro meses em uma área de canavial na cidade do Cabo, só que começou um movimento grevista dos trabalhadores rurais, uma situação absolutamente difícil, e eu tive que sair de lá, passei dois meses em um apartamento fechado em Recife, e fui para São Paulo.
> O problema permanente na minha trajetória para São Paulo, eu estava com uma carteirinha de jornalista, e o ônibus parou no meio do caminho, e a polícia entrou e foi até a mim, e só a me abordar, perguntar quem era, se identificar. Depois, o motorista disse "Não, eles estavam atrás de uns ladrões de cavalos que estão por aí, por isso que pararam". É uma coisa, não tinha nada a ver com isso, pela única circunstância de eu ter comprado a passagem em Recife, e ter embarcado em uma outra cidade.
> As circunstâncias eram fuga permanente, eu cheguei em São Paulo com o dinheiro para lanchar, e com o ponto na rua, sorte minha é que o companheiro foi no outro dia, passei a noite na rodoviária, e no outro dia, o companheiro me pegou e levou também em solidariedade a um casal que tinha acabado de chegar da França, um sociólogo e um engenheiro, que hoje inclusive trabalha no metrô de São Paulo, que me acolheu. E o problema maior dele, era primeiro

[1094] Depoimento Maria do Socorro Fragoso de Moraes [Jô Moraes] em Audiência Pública da CEVPM-PB, no dia 28/06/2013. Arquivo da CEVPM-PB.

> contava com cabelo oxigenado, então ele dizia "Hoje, você pode não ser presa por ser perseguida, mas você tem uma cara de prostituta, e estava uma perseguição com esse cabelo oxigenado". Mas o mais grave, é que neste período foi publicado o decálogo de combate ao terrorismo, e um dos itens, esse ficou na minha cabeça gravado porque era o mais difícil, dizia "se você escutar em um apartamento ao lado um número de descargas que não corresponda ao número de habitantes que residem no apartamento, avise a autoridade policial mais próxima, pode ser um aparelho de terrorismo". Evidente, vocês imaginem o que representa isso permanentemente no cotidiano.

Outra vítima dos "anos de chumbo" foi **Leda Rejane do Amaral Queiroz** que em seu depoimento à CEVPM-PB falou da tortura nos DOI-CODI desse país e dos filhos dos presos políticos que os torturadores usavam para obrigá-los a falar[1095]:

> A tortura é uma coisa abominável e só quem passou sabe o que é, por mais que se priorize não tem ideia, não tem ideia, você fica totalmente a mercê, você sai de órbita, você perde horas, você troca o dia pela noite porque é uma coisa constante. [...]
> Eu tinha na época [de sua prisão] uma filha com um ano, e eles ficaram na minha casa mais de uma semana, não chegaram a levar minha filha porque uma pessoa que trabalhava na minha casa ficou lá dentro, mas outros companheiros tiveram os seus filhos lá dentro do DOI-CODI, que são marcados até hoje psicologicamente...

Fonte: Da esquerda para a direita: Waldir Porfírio, Leda Rejane do Amaral Queiroz, Maria Lúcia Rocha e Irene Marinheiro. Audiência Pública da CEVPM-PB, em 11/3/2014.Arquivo da CEVPM-PB.

Quando falamos do período da ditadura militar no Brasil o que vem imediatamente a mente são as prisões dos filhos, maridos, pais, parentes e amigos. Mas, não se pode esquecer de muitas outras vítimas, que são os clandestinos, familiares dos presos e dos mortos e

[1095] Depoimento de Leda Rejane do Amaral Queiroz na Audiência Pública da CEVPM-PB "Mulheres na Resistência, em 11/3/2014. Arquivo da CEVPM-PB.

desaparecidos políticos, que passaram, e passam, por todo tipo de angústia e desespero sem ter a quem se dirigir ou a quem pedir justiça.

A clandestinidade também é uma outra forma de tortura. A pessoa perde todos os seus referenciais familiares, perde a sua identidade e passa a viver do "nada" para vivenciar um mundo estranho que não é o seu e que tem que lutar cotidianamente pela sobrevivência. Além de viver em um verdadeiro estado de terror, amanhecer e anoitecer com o medo impregnado em si de ser descoberto, de ser pego. O único alento para suportar a clandestinidade, acredita-se, tenha sido a solidariedade das pessoas. É o caso de algumas paraibanas, a exemplo de Maria Lúcia Santos Rocha, Elizabeth Teixeira (já citada anteriormente), Maria de Lourdes Meira e Ana Rita de Castro de Almeida.

Maria Lúcia Santos Rocha se considerava como "aquela figura dos Subterrâneos da Liberdade de Jorge Amado, a Mariana que fazia a ligação da direção com as bases, ajudava na montagem de aparelhos para reuniões, recebia companheiros que vinham de outros estados...". Ela aborda a questão de sua clandestinidade, nos seguintes termos[1096]:

> ...e eu fugi, andei três léguas, até na lama porque o Maranhão era aquela lama vermelha na época de chuva, terrível, até Santa Inês onde tomei um ônibus para Teresina. Passando na rodoviária de Bacabal, a rodoviária estava tomada pela repressão, inclusive Fleury em pé no centro da rodoviária olhando, fiscalizando tudo. Chegando em Teresina a praça em frente a rodoviária tinha polícia federal assim... aí eu fui para Picos onde tinha família. A família me acolheu passei um ano em Picos... e eu tive que sair de lá porque o objetivo não era eu ficar lá, o objetivo era continuar a luta. E aí eu fui para São Paulo onde trabalhei na Abril Cultural. Tinha contato com Pedro Pomar, que depois foi assassinado na Casa da Lapa, que me enviou para o interior do Nordeste onde encontrei Wladimir Pomar em São Luís do Maranhão..."

De São Luís, Lúcia Rocha foi pra Bahia, Ceará, Pernambuco e por fim Paraíba, aonde vive até hoje. Ela fala, ainda, emocionada da solidariedade recebida nessa peregrinação[1097]:

> Então existia a questão da solidariedade, eu tenho exemplos assim que hoje fazem me emocionar. Eu tive numa área camponesa que tinha uma senhora muito simples e quando eu fui sair de lá ela dizia minha filha onde você estiver nesse país que precisar de ajuda, que precisar se esconder venha que eu lhe escondo. Essa mulher estava arriscando a vida.

[1096] Depoimento Maria Lúcia Santos Rocha em Audiência Pública da CEVPM-PB "Mulheres na Resistência", no dia 11/3/2014. Arquivo da CEVPM-PB.
[1097] Idem.

Maria de Lourdes Meira, após sua prisão, passou a viver na clandestinidade durante muitos anos, em Recife e depois em São Luís do Maranhão, onde passou muita fome e vivenciou o medo constante de ser descoberta e quem sabe até ser morta, como aconteceu com outros companheiros e companheiras. Inclusive ela fala do incidente com Cabo Anselmo, onde foram mortas sete pessoas[1098]:

> Início de 70 eu fui pro Recife e aí a vida foi muito complicada porque a gente morava em casa de aliados e não podia trabalhar e a gente começou a viver de bico... Muita fome, porque a gente não tinha dinheiro para transporte nem para um lanche, foi muita fome, muita necessidade... Então foi um período de muita dificuldade esse no Recife, foi o período que também o Fleury apareceu naquele incidente do cabo Anselmo, que ele se infiltrou num grupo que estava lá em Recife e que por pouco nós não caímos também... o cabo Anselmo fez amizade com um rapaz que era aliado nosso, trabalhava na livraria de um tio, no Centro de Recife, e ele estava fazendo o encontro do pessoal de AP com esse grupo. Como esse companheiro não ia poder cobrir ponto pediu para eu ir cobrir o ponto, só que depois ele disse assim "o ponto não vai ser coberto porque o rapaz viajou pra São Paulo", que era o cabo Anselmo que viajou pra trazer Fleury porque ele sentiu que tinha sido descoberto pelo grupo que ele participava. E Fleury veio, foi quando ele metralhou a menina que era a mulher do cabo Anselmo, a Soledad Barrett, com oito meses de grávida, ela foi metralhada, e a companheira que estava com ela... foram sete mortos. Inclusive um rapaz da livraria, foi altamente torturado, arrancaram todas as unhas dele e ele não era de organização, era só aliado. As coisas começaram a piorar em Recife e começou a sair gente para outros estados. Foi nesse período de 73, que a gente descobriu que já existia um partido de mais tempo que tinha uma linha política que era a que a gente estava defendendo e a gente resolveu, depois de muitas discussões, entrar no Partido Comunista do Brasil. Aí nós entramos, em 72 para 73, e em 74, janeiro de 74 eu viajei pra São Luís do Maranhão, aí vem a terceira etapa. Só uma pessoa que sabia, que fez o contato para eu chegar em São Luís. Eu tinha uma senha para chegar lá e uma pessoa responder a essa senha. Só que quando eu chego em São Luís e a gente começa a organizar o trabalho, porque lá também estava muito desfalcado de militante... porque era assim, saía do Nordeste para o Sul e Sudeste e ficava trocando, aí houve as prisões em Pernambuco com muita tortura, inclusive a pessoa que sabia onde eu estava foi altamente torturado. Então a gente recebeu uma comunicação de que eu não tivesse contato com ninguém. Aí eu me perdi do partido. Agora, eu numa cidade estranha, sem ninguém e sem o partido. Porque foi, a notícia que se tinha é que ele foi altamente torturado, não sabia o que é que ia sair daí. Aí eu fiquei perdida do partido. Mas, aí como a gente vivia? Tanto em Recife como em São Luís, para sobreviver a gente vivia de bico, por exemplo em Recife a gente tinha aliada na Sudene, o pessoal do Sul que vinha fazer pesquisa no Nordeste ela pegava e passava pra gente, fazia aquela pesquisa e ganhava um dinheirinho...

[1098] Depoimento Maria de Lourdes Meira em Audiência Pública da CEVPM-PB, "A vida na clandestinidade", no dia 19/12/2013. Arquivo da CEVPM-PB.

Ana Rita de Castro Almeida, militante da AP em Campina Grande, foi outra vítima da ditadura militar dos anos 1960/1970 que foi presa e depois passou a viver na clandestinidade com seu companheiro Simão Almeida. Saiu do presídio para o Hospital Militar para ter sua filha [1099]:

> Quando eu fui presa, isso eu tinha na cabeça muito claro, que a gente estava sendo preso, não era porque tivesse errado, mas porque a gente queria algo tão grande que os detentores do poder não abriam brecha para gente. Quando teve o Ato 5, Simão já estava lá no Recife, foi a época que nós casamos, em setembro de 68, eu fazia o último ano de Serviço Social, só que naquela época nós tínhamos que fazer um trabalho de conclusão de curso, eu só não tinha feito esse trabalho, mas aí eu estava grávida e nós fomos para o Recife. Lá no Recife, a nossa casa recebia todo mundo, quando tinha alguém que tinha que sair às carreiras de algum local ia para lá, a gente recebeu João Roberto, Socorro Fragoso, José, recebemos um casal que vinha de Fortaleza, Geraldo Magela e Rosa, e a gente, numa situação de bastante dificuldade que nós fomos morar no Recife, num morro, e eu com a gravidez já avançada. Tivemos a falta de sorte de Socorro Fragoso, o pessoal todo e João Roberto foram fazer uma panfletagem numa fábrica e a polícia pegou todo mundo. Nós tínhamos determinadas regras. Se sair alguém e depois de 24 horas não chegar, sai todo mundo. E nós recebemos a notícia de que eles tinham sido presos, mas esperamos as 24 horas e tudo. Resultado: soubemos que eles estavam soltos, "então vamos para casa", não era 24 horas, era 48 horas. Só que tinham soltado as mulheres, mas o Roberto tinha ficado. Quando botaram nele para dizer o endereço aí ele deu o endereço que era o da gente. Até hoje, depois de tantos anos, eu tenho gravada a fisionomia de João Roberto na hora que ele chegou lá em casa. Eu digo uma coisa a você, parece que os cabelos arrepiaram, os dele. Aí a polícia chegou, entrou, já foi pegando um bocado de coisa. Tudo que eu tinha escrito para o meu trabalho de conclusão, logicamente Serviço Social tem muitas coisas de social, meus livros, a polícia levou tudo... Fomos presas as duas, eu fui para a Secretaria de Segurança. Simão conseguiu não ser preso aí teve condição de avisar para minha mãe que tinha acontecido isso, e minha mãe que era uma mulher muito decidida, que resolvia as coisas de imediato, no outro dia ela foi bater na secretaria, viu o secretário... por ironia, imagine, eu dormi, eu e minha mãe na sala do secretário de Segurança. Aí através dela foi que se procurou uma condição melhor para mim que já estava os dias de ganhar neném, foi dia 26 de fevereiro, 15 [de março] eu tive. Aí saí daí e fui para um hospital da polícia militar. O médico que me assistia ficou chateado porque tinha um soldado sempre na porta. Aí ele foi me examinar e o soldado disse "não, eu entro", ele disse "não, senhor, o senhor não entra", aí ele disse que não me atendia mais. Como eu tinha uma pessoa da família que era deputado no Recife, ele conseguiu que eu fosse para o Hospital Português, mas quem bancou toda a conta foram os meus pais. Eu ainda fiquei nessa situação porque eles bancaram isso. Aí vejam só, essas atrocidades aconteciam e ainda hoje é colocado para toda a população e, principalmente, para os jovens como para dizer "olha, tá vendo o que acontece com gente que participa de lutas desse nível?" Eu... até o final de 2011, eu ensinei no curso

[1099] Depoimento Ana Rita de Castro Almeida em Audiência Pública da CEVPM-PB, "A vida na clandestinidade", no dia 19/12/2013. Arquivo da CEVPM-PB.

> de Serviço Social lá em Campina Grande, da UEPB, e muitos alunos me perguntavam assim "professora, a senhora não se arrepende de tudo isso que fez?" Eu me arrepender? De forma nenhuma. Eu pessoalmente cresci muito. Eu vejo minhas irmãs, que tiveram a mesma educação que eu tive, eu vejo a diferença de percepção, de condição de análise de conjuntura, de criação dos filhos, os embates que têm com os filhos e eu não tenho isso porque eu vi o mundo que elas não viram, eu aprendi muito...

9.3 Mulheres presas e/ou torturadas na Granja do Terror em Campina Grande

9.3.1 Maura Pires Ramos

Ao longo das atividades da CEVPM-PB, muitas mulheres expuseram suas dores e humilhações nos depoimentos ou em outros espaços[1100], e falaram do terror imposto pelos torturadores nos porões da ditadura a exemplo de Maura Pires Ramos, estudante do Curso de Letras da Universidade Regional do Nordeste, em 1967, participante do Movimento estudantil e da organização de esquerda Ação Popular.

Foi sequestrada bem próximo da sua residência, quando saía do trabalho para casa, ao meio dia, por elementos que se diziam ser da Polícia federal, que a transportaram algemada e encapuzada numa Kombi para um local não identificado. Tudo indicava tratar-se de uma granja, pois ouvia o carcarejo das galinhas, o canto dos galos e de outras aves. Ela falou de forma emocionada e com um sentimento de revolta diante da impotência frente aos torturadores:

> [...] de olhos vendados obrigaram-me a ficar de joelhos e deram início a sessão de tortura: bateram-me, deram-me os famosos "telefones", interrogando-me com insultos e gritos. Um verdadeiro terror. Depois obrigaram a me despir e aplicaram choques elétricos nos meus seios, orelhas e rins sempre fazendo as mais infames ameaças. Não tenho ideia do tempo que durou esse tormento. Creio que a tarde toda. Depois fui conduzida ainda encapuzada e com outras algemas, para o interior de um transporte sem bancos, juntamente com outras pessoas... Colocaram-nos no assoalho, empilhados e cobertos como uma carga...

Maura acreditava, durante o percurso da viagem por algumas horas, que iriam ser mortos. Depois veio a saber que a levaram para o DOI-CODI em Recife, onde ficara presa por doze dias, sofrendo maus tratos físicos e torturas psicológicas[1101]:

[1100] Requerimento de Anistia Política à Comissão de Anistia do Ministério da Justiça. Arquivo do gabinete do deputado Zenóbio Toscano. Arquivo da CEVPM-PB.
[1101] Idem.

> Trouxeram-me de volta numa viagem aterradora. O motorista conduzia uma arma de fogo no banco do carro... Em determinado momento da viagem recebi ordens para me baixar e permanecer com os olhos vendados. Pararam o transporte e se afastaram. Comecei a ouvir ruídos de instrumentos como pás cavando a terra. Afora esse barulho o silêncio era sepulcral. Fiquei certa que estavam preparando minha sepultura e que iriam me eliminar ali mesmo. Estava apavorada. Depois de algum tempo voltaram, tomaram seus lugares e prosseguiram a viagem... sofri toda a sensação que se poderia sofrer com a aproximação da morte a ocorrer nessas circunstâncias. Foi na realidade um grande suplício.

Após um mês do sequestro pelos agentes da ditadura, sem a família ter alguma informação de onde ela se encontrava e como estava, Maura foi trazida de volta para Campina Grande. Disse ter sido largada literalmente num bairro muito distante da sua casa, com o mesmo vestido, suja, despenteada, sem dinheiro para o transporte. Embora estivesse apavorada, conseguiu manter a dignidade e o equilíbrio psicológico. Era o Dia das Mães.

Para ela e seus familiares, inclusive sua mãe, foram meses e anos de muito sofrimento, ameaças por telefone, pressões, intimações, intimidações e ter que comparecer regularmente às Delegacias: "Foram grandes e incalculáveis os danos morais e os prejuízos financeiros que esses lamentáveis fatos me causaram, os quais repercutem até hoje em minha vida pessoal e profissional"[1102].

9.3.2 Josélia Maria Ramos Wellen

É professora de Geografia aposentada pela UFCG, onde lecionou no curso de Pedagogia, e também lecionou Geografia na UEPB. É graduada em Estudos Sociais e em Geografia, com especialização em Geografia Urbana e mestrado em Educação, Linguagem e Cultura. Na juventude, participou do movimento estudantil e de ações políticas e sociais na periferia de Campina Grande. Sobre essa trajetória, afirma:

> Eu participei do movimento estudantil, fui membro da Sociedade Estudantal da Palmeira junto com Simão Almeida. E no Jeremias nós fazíamos parte também, eu e meu marido, tanto da SABE, como também no templo, meu marido era frade franciscano e tinha uma pastoral lá da Igreja de Fátima, e nós trabalhávamos lá no Jeremias. [...] fui da Ação Popular, fui sequestrada e presa em 74 no 4º Exército, DOI-CODI, em Recife.

[1102] Idem.

O seu sequestro ocorreu no dia 29 de abril de 1974, quatro meses após o seu casamento com o ex-frade Aloys Ignatz Wellen. No mesmo dia Maura Pires também foi sequestrada e ambas foram levadas para Recife. Após o retorno foram levadas para a chamada "Granja do Terror", onde sofreram torturas físicas e psicológicas.

> Outro fato que eu devo muito a meu marido [Alois Wellen] e a meu irmão [Luís Carlos], foi que logo quando fui sequestrada, eles foram anunciar na rádio Caturité. A rádio Caturité não quis anunciar o sequestro. E meu marido disse na rádio Borborema, juntamente com meu irmão: "olha, a rádio Caturité já botou no ar, se vocês quiserem colocar".

Dessa forma, seu caso foi noticiado na rádio Borborema, o que causou movimentação na cidade para se saber o seu paradeiro, prefeito da época Evaldo Cruz. Mesmo após a prisão, a perseguição não parou:

> posterior a prisão, eu sofria muito com a intervenção do Major Câmara. Porque onde eu estivesse, a gente estava começando a construir a casa e quando estava na rua comprando algum material de construção sempre ele me convidava para levar para casa. Eu dizia: "não, obrigado eu estou aqui com o mestre de obras e não precisa". Então eu avisava imediatamente que eu estava sendo levada pelo Major Câmara, isso eram momentos muitos difíceis.
> E isso foi muito ruim a presença do Major Câmara, Rômulo Azevedo está aqui e sabe também como a gente foi perseguida pelo Sargento Marinho, foi um absurdo depois de sair da cela a gente estava sempre vigiada. Eu trabalhava na prefeitura e sempre ia com ele para o trabalho, ele me levava.

9.3.3 Dilza Rodrigues de França

Era professora no Colégio Pequeno Príncipe, em Campina Grande, foi sequestrada no próprio colégio no dia 30 de abril de 1974. Passou por torturas física e psicológica por vários dias, na Granja do Terror, sem o conhecimento do paradeiro por parte da família.

Sua irmã Dinalva Rodrigues de França, que também foi presa em casa, no dia 11 de dezembro mesmo ano, prestou depoimento e foi liberada no mesmo dia, relatou como foi o sequestro de Dilza e apreensão da família sem notícias[1103]:

> quando eu cheguei na escola, aí Lourdes disse: - olha, Josélia desapareceu e Maura não chegou em casa para almoçar. Maura também está desaparecida, e Lourdes disse; quem abriu a escola fui eu e quando eu abri a escola Dilza chegou com a aluna dela. A menina da vizinha e quando Dilza entrou daqui a pouco, chegaram dois homens e dizendo que ela precisava acompanhar eles para prestar um depoimento mais que no final da tarde ela voltava e levaram ela. Eu fiquei num clima pesado, toda a escola estava num clima

[1103] Depoimento de Dinalva Rodrigues de França na audiência pública da CEVPM-PB - As marcas da tortura, em 10/12/2013. Arquivo da CEVPM-PB.

> pesado, num clima de morte e a gente ficou a tarde toda e a gente ficou achando que ela ia voltar, quando foi assim 5 horas, no final do expediente nada. Aí juntou todo mundo na secretaria da escola e todo mundo chorando, [...]. Que vai procurar aonde, quem foi que levou, ninguém se identificava, ninguém tem cara, ninguém tinha documento nenhum, chegava e levava, inventava uma mentira e levava, antes disso na hora do recreio, eu já estava sabendo o que tinha acontecido fui em casa mais sem coragem de dizer, minha mãe estava em casa, mas minha mãe era idosa, entrei em casa e o menino menor de minha irmã estava chorando e eu levo o menino também para escola, aí deu 5 horas da tarde e nada. Aí eu volto de novo para casa trazendo os três meninos, os cadernos e uma vontade de chorar, quando eu chego em casa comecei a dizer devagar que Maura e Josélia tinham desaparecido e que Dilza também tinha sido chamada de uma hora da tarde. Aí foi o maior [...] lá em casa, minha mãe já não comeu mais, não jantou mais, aí meu pai chegou do trabalho e foi aquela agonia. [...]
> Eu só sei que nos passamos a noite toda acordada e quando foi assim uma meia noite minha mãe começou a sentir uma dor e os vizinhos solidários levaram ela para o hospital, e lá o médico disse que se ela tivesse jantado tinha dado um derrame, a pressão dela estava em 20. E essa história toda, ficamos quinze dias sem saber onde as pessoas estavam, minha mãe meu pai juntaram-se com dona Gina mãe de Maura, irmã, cunhada, a mãe o pai de Roberto e ficávamos todos para ir ao exercito né.., porque ninguém sabia quem tinha sido ne, todo mundo ficava pensando que era os militares, a polícia federal, [...], foram todos para o quartel, chegou lá o comandante daqui, Major Câmara, ele disse não ninguém sabe de nada disso não, o exército não trabalha com isso nem faz nada disso...

9.4 Outros casos de perseguição a mulheres

Denise Maria de Moraes Santana Fon[1104]

Nascida em Sapé-PB, com atuação em João Pessoa, como professora primária na rede pública estadual, e em Santa Rita e Sapé, junto às Ligas Camponesas. Integrava o Partido Comunista Brasileiro recrutada por dois comunistas históricos, Henrique Arcoverde e João Santa Cruz. Sofreu perseguição quando atuou na campanha a deputado federal de Severino de Oliveira, irmão de Maria Augusta de Oliveira, casada com David Capistrano. Sofreu várias ameaças de morte e foi agredida, publicamente, na então Churrascaria Bambu, sendo hospitalizada com outros companheiros. Pediu garantias ao governador Pedro Gondim e não obtendo sucesso, por determinação do Partido, deixou a Paraíba, aos 22 anos. Radicou-se em São Paulo e profissionalizou-se como jornalista. Em seu depoimento na 48ª sessão da Caravana da Anistia, em São Paulo, realizada na PUC-SP, em 17 de março de 2011, quando foi anistiada, afirmou:

[1104] Foto disponível em: Jornalista de São Paulo. http://www.sjsp.org.br/index.php?option=om_content&view=article&id=6360&catid=6360&Itemid=1>. Acesso em 10 set. 2017.

> Fui recebida em São Paulo pela vereadora Matilde Carvalho e pelo casal Edith Negraes e Alcebíades Teixeira de Freitas, que com sua generosa amizade, seu carinho e solidariedade amenizaram a solidão e a fome daqueles tempos de semi-clandestinidade. Juntos estivemos no PCB, no PCdoB, e, depois, na ALN. Com eles aquela professorinha aprendeu uma nova lição, de coragem, de igualdade, de fraternidade e liberdade. Ensinar essa lição é meu compromisso de vida.
> Quero falar pouco sobre os chamados "anos de chumbo" da ditadura porque ainda hoje, 40 anos depois, me dilacera a dor da perda de uma criança devido à tensão daquelas longas noites em que, da janela do apartamento, eu e meu companheiro observávamos o carro com agentes do Doi-Codi do outro lado da rua, piscando o farol quando percebiam que estávamos olhando, como a dizer: nós estamos aqui, à espreita, para levá-los. Eu não preciso dizer aqui como foram terríveis aqueles anos. Porém, meus amigos, meus companheiros de luta, muitos aqui presentes, sabem que apesar da dor, apesar do medo, cumpri sempre minhas tarefas.[1105]

Em 2016 no Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo, Denise Fon lançou o livro intitulado "Contos Para Falar de Morte e Vida" que aborda crimes cometidos durante a ditadura militar.

Maria Amélia de Araújo Silva

Natural de Piancó, filha de João Cristóvão da Silva e Ernestina de Araújo Silva, nasceu em Piancó, a 2 de abril de 1940. Fez o curso de Medicina na Universidade Federal da Paraíba e militava no movimento estudantil, pertencendo aos quadros do Partido Comunista Brasileiro (PCB).

Quando houve o golpe civil-militar em 1964, Maria Amélia foi presa, respondeu ao IPM que investigou a "subversão na Paraíba", culminando com seu indiciamento por ter participado "de uma reunião conjunta do Comando Geral dos Trabalhadores e Frente de Mobilização Popular, realizada em 23 de fevereiro de 1964, destinada a articular um movimento de pressão ao Governo do Estado"[1106].

Nas divergências internas do PCB, no ano de 1967, em que se discutiu a estratégia para derrubar a ditadura militar, pela via pacífica ou armada, Maria Amélia ficou com a Ala de Carlos Marighela, tornando-se, depois, uma das fundadoras da Ação Libertadora Nacional (ALN) e um dos quadros de grande influência na organização.

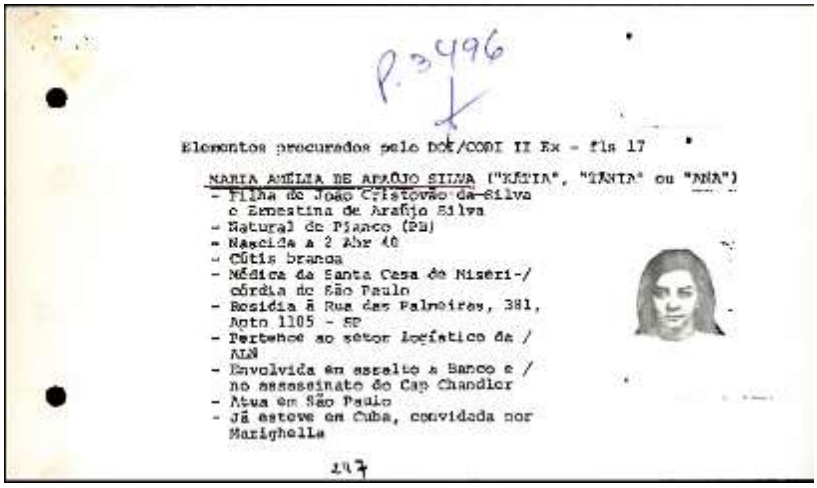
[1105] Disponível em: Rodrigo Luna. Jornal A União, 22/3/2011. http://apipb.com.br/jornalista-paraibana-recebe-anistia-politica/; http://veronnikafra-forever.blogspot.com.br/2011/03/denise-maria-de-moraes-santana.html. Acesso em: 26 mar. 2017.
[1106] Relatório IPM da Subversão, p. 1.643

Em fins de outubro de 1968, morando em São Paulo e exercendo a sua profissão de médica, Maria Amélia retornou ao seu Estado para recrutar, em João Pessoa, militantes da dissidência do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e do Partido Comunista Revolucionário Brasileiro (PCBR) para a ALN. Várias reuniões foram realizadas por ela com os militantes José

Ferreira da Silva, Heloísio Gerônimo Leite, Everardo Nóbrega de Queiroz, Leda Rejane do Amaral Queiroz e Everaldo Soares Júnior, onde "apresentou as divergências da dissidência em São Paulo, que era liderada por Carlos Marighela"[1107]. Após esses contatos, ela voltou para São Paulo e deixou o casal de militantes Maria Vânia Bruno Vieira e Cláudio Câmara Torres para continuar as reuniões com aquele grupo de militantes paraibanos.

Em janeiro de 1969, conforme ficou combinado, os estudantes Everardo Nóbrega de Queiroz, Leda Rejane do Amaral Queiroz e Everaldo Soares Júnior viajaram a São Paulo para um encontro com Maria Amélia, onde se discutiria, novamente, as questões referentes à ALN. Não houve a reunião com a médica, pois esta teria viajado à Cuba com outros 23 militantes da organização para fazer treinamento militar[1108].

No ano de 1970, após várias prisões, torturas e assassinatos de companheiros da ALN, o DEOPS de São Paulo concluiu o inquérito policial contra militantes da ALN e pediu a prisão de 143 "terroristas e subversivos", dentre eles, Maria Amélia, Frei Tito, Frei Beto, Padre Marcelo Pinto Cavalheira, Aton Fon Filho, Diógenes José de Carvalho de Oliveira, Sandra de Negrais Brizola[1109]. Ela foi acusada de pertencer ao



P. 3496

Elementos procurados pelo DOI/CODI II Ex - fls 17

MARIA AMÉLIA DE ARAÚJO SILVA ("KÁTIA", "TÂNIA" ou "ANA")
- Filha de João Cristovão da Silva e Ernestina de Araújo Silva
- Natural de Pianco (PB)
- Nascida a 2 Abr 40
- Cútis branca
- Médica da Santa Casa de Miséri-córdia de São Paulo
- Residia à Rua das Palmeiras, 381, Apto 1105 - SP
- Pertence ao setor logístico da / ALN
- Envolvida em assalto a Banco e / no assassinato do Cap Chandler
- Atua em São Paulo
- Já esteve em Cuba, convidada por Marighella

247

[1107] Depoimento de Leda Rejane na Delegacia Especializada de Ordem Social de São Paulo, sob tortura, em 12 de março de 1973. Disponível em: <http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=BIB_02&pesq=Maria%20Am%C3%A9lia%20de%20Ara%C3%BAjo%20Silva>. Acesso em: 13 mar. 2017.
[1108] Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=XIv6cbJvWBUC&pg=PA241&lpg=PA241&dq=%22Maria+Am%C3%A9lia+de+Ara%C3%BAjo+Silva%22&source=bl&ots=iIq6Yc1saM&sig=T7q6qb9ULXHOqs9DpO8cGPMxIbk&hl=pt-BR&sa=X&ved=0ahUKEwiiqu_q4f3UAhVGvJAKHSKYCwoQ6AEIOzAF#v=onepage&q=%22Maria%20Am%C3%A9lia%20de%20Ara%C3%BAjo%20Silva%22&f=false>. Acesso em: 13 mar. 2017.
[1109] Jornal do Brasil, de 1º de abril de 1970.

"setor logístico da ALN", de estar "envolvida em assalto a Banco e no assassinato do Cap. Chandler", além de ir à Cuba por convite de Marighella[1110]. Por conta disso, ingressou na clandestinidade e seu processo foi julgado à revelia na justiça militar.

A perseguição a Maria Amélia só terminou a 15 de março de 1978, quando o Superior Tribunal Militar decretou a extinção da punibilidade, por prescrição da ação penal que tramitava contra ela e outros militantes da ALN[1111].

Maria do Carmo de Aquino (1922-2014)

Nascida em Guarabira, era filha de Osório de Aquino Torres e Maria Benevides de Aquino, e irmã do ex-deputado federal Osmar de Aquino, mandato este cassado pela ditadura. Foi uma das principais articuladoras das Ligas Camponesas do Brejo Paraibano no final da década de 1950 até o golpe civil-militar de 1964. Contribuiu de forma decisiva para criar Ligas nas cidades de Guarabira, Alagoinha, Cuitegi, Belém e Bananeiras, além de dar assistência política as Ligas de Sapé, Mari e Mamanguape, pelo qual ganhou o apelido de "Maria Cuba". Essa sua militância favoreceu na sua eleição para diretoria da Federação dos Trabalhadores Agrícolas, mais conhecida como Federação das Ligas Camponesas da Paraíba.

Em 2 de abril de 1964, vendo seus companheiros e companheiras sendo levados para a prisão, Maria Aquino foragiu-se da Paraíba, ingressando na clandestinidade até 28 de dezembro daquele ano, quando decidiu comparecer a 2ª Companhia de Guarda, da 7ª Região Militar, sediada em Recife-PE, para responder ao processo oriundo dos IPMs da Subversão da Paraíba, Rural e Grupo dos Onze.

> Dadas as constantes perseguições políticas, intimações para interrogatórios e ameaças de prisão, a Requerente entrou novamente na clandestinidade, desta vez de março de 1965 até janeiro de 1966. Nesse período, várias foram as intimações para que Maria do Carmo Aquino se apresentasse para depor na Auditoria da 7ª Região Militar, como mostram o ofício nº 1323, de 7 de dezembro de 1965, e a Certidão do Oficial de Justiça, José Hermínio de Souza, datada de 26 de dezembro daquele mesmo ano, em que consta que ela se encontrava ausente da sua propriedade, e, segundo informação que colheu junto ao administrador da Fazenda, a mesma estava residindo no "Estado da Guanabara, não sabendo informar o seu endereço certo".
> [...] Somente em 10 de novembro de 1967, a Requerente consegue o "Habeas-Corpus" nº 29.078, do Superior Tribunal Militar, em que a exclui da denúncia oferecida pelo Auditor da 7ª Região Militar. [...] No período de 1970 a 1971 Maria do Carmo Aquino teve que deixar o seu País, tendo conseguido visto para os países Portugal, França, Espanha, Itália, Suíça, Alemanha, Inglaterra,

[1110] Disponível em: <http://livrozilla.com/doc/332625/maria-am%C3%A9lia-de-ara%C3%BAjo-silva---arquivo-p%C3%BAblico-do-estado>. Acesso em: 13 mar. 2017.
[1111] Disponível em: <http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=BIB_01&pesq=Maria+Am%C3%A9lia+de+Ara%C3%BAjo+Silva>. Acesso em: 13 mar. 2017.

> Holanda, Bélgica, Áustria, Dinamarca e Noruega, sendo-lhe proibido de visitar "Cuba", conforme está explícito em seu passaporte: "**Não é válido para Cuba**"[1112].

Maria do Carmo de Aquino foi declarada anistiada política pelo governo brasileiro pela perseguição implementada pela ditadura militar entre 1964 a 1979. A portaria que lhe concedeu anistia foi assinada pelo ministro da Justiça, Tarso Genro, e pulicada no Diário Oficial da União, em 10 de maio de 2006.

Maria do Socorro Cunha Campos

Nascida em Sapé-PB, foi militante do Partido Operário Revolucionário Trotskista (PORT), na Paraíba e em São Paulo. Iniciou seus estudos na FAFI/UFPB e formou-se em Letras na USP. Era companheira do também paraibano Martinho Leal Campos, um dos dirigentes do PORT. Com a queda do PORT na Paraíba, foi presa e, em seguida, ao sair da prisão foi para São Paulo.

Rememorando o passado de muito sofrimento, relata a sua prisão em São Paulo e as torturas que sofreu[1113]:

> Ficamos nessa luta até que um dia eu fui a uma reunião marcada mais outras três pessoas, e a reunião foi marcada num ponto de ônibus. E, quando eu chego no ponto de ônibus, eu não vejo a pessoa que foi me encontrar. Ao mesmo tempo em que eu me dei conta que a pessoa não estava. Um homem se aproximava de mim e me pegaram. "Você está presa". Me disseram o meu nome de guerra, meu nome era Sofia. E, me levaram. A outra pessoa que iria se encontrar comigo já estava dentro do carro, da Operação Bandeirante, da OBAN. Que funcionava na rua Tutóia. Porque o sistema era assim: ele levava uma parte para a Rua Tutóia e a outra parte ia para o DOPS. E, quem ia para a Rua Tutóia passava geralmente no máximo um mês. Primeira coisa quando você chegava era uns cinco ou seis homens, investigadores, tinha um que era chamado até de Jesus Cristo, tinha um cabelo cumprido. Você entrava logo no sistema de desmoralização. Mandava você tirar a roupa, você ficava despida, na frente de uns oito homens. E, aí vem os comentários, para derrubar mesmo, para deixar você desnorteada. Então, não era conjunta. Levava cada pessoa para um lugar diferente. Mas, nós ouvíamos tudo que se passava dentro dessa prisão. Porque o pessoal gritava, alguém gritava e você ouvia. Aí, fui torturada, choque, e também a tortura mental. Porque ficavam fazendo terror e, principalmente, comigo daquele grupo porque eu tinha um companheiro e ele jogava um contra o outro. Tinha o coronel Ubirajara.

[1112] Requerimento Maria Aquino para concessão do direito de anistiada política feito pelo gabinete do deputado Zenóbio Toscano. Arquivo da CEVPM-PB.
[1113] Depoimento de Maria do Socorro Cunha Campos em Oitiva da CEVPM-PB, em 15/4/2014. Arquivo da CEVPM-PB.

Até a saída da prisão foi momento de sofrimento, pois não tinha para onde ir. Seu companheiro Martinho Campos continuou preso[1114].

> Aí quem me salvou, assim quem se habilitou foi Mércia [conheceu na prisão] e a família dela, Mércia Marques, que ela era da POLOP. Eu fiquei muito agradecida, eu fiquei muito amiga desse pessoal, da família toda. Mércia inclusive já veio aqui várias vezes, e ela esteve aqui o ano passado. Mas também foi morar na Inglaterra, passou muito tempo lá, casou com um inglês, tem outra vida. [...] foi muito traumatizante. Porque quando você sai da cadeia e não ter ninguém, você não ter para onde ir, você vai ficar na rua?

As sequelas da prisão marcaram a sua vida para sempre, deixando a sua saúde fragilizada.

Maria do Socorro de Carvalho Vigevani

Paraibana de Caiçara, foi militante do PORT em João Pessoa nos anos de 1963 e 1964, com atuação mais interna ao Partido. Em novembro de 1964, ocorreu a queda de aparelhos e início das diligências que culminaram no indiciamento de vários integrantes do Comitê da região Nordeste no Inquérito Policial Militar[1115], razão pela qual ela e a maioria dos militantes entre 1966 e 1967, se deslocaram para São Paulo. Lá conheceu e se casou, em 1969, com o italiano Tullo Vigevani, do bureau central do PORT. Viveram na clandestinidade e foram presos. Em 1972, a família conseguiu sair do Brasil com apoio da Embaixada da Itália e, em 1974, participou do Tribunal Russell II, em Roma, como depoente, aos 27 anos[1116]:

> Fui presa no dia 06 de agosto de 1970 e fui torturada junto com o meu marido. Eu estava grávida de quatro meses. Fomos torturados com choques elétricos. Dado o meu estado, não podiam torturar-me no pau de arara, mas, submetiam o meu marido aos choques na *cadeira do dragão* na minha frente para que eu falasse, dissesse onde tinha estado, quem eram os companheiros e quantas outras informações podia dar. Como eu fiquei calada, continuaram a nos torturar por 3/4 dias na OBAN, depois nos levaram para o DOPS, onde o interrogatório foi normal.
> Creio que todos nós aqui não falamos a título pessoal, mas, em nome das centenas e centenas de presos que no Brasil sofreram as mesmas ferozes torturas, que causaram a morte de tantos companheiros.

[1114] Idem.
[1115] Proc.29/1965, 10/7/1965, denúncia com base na Lei nº 1.802/1953. Cópia digitalizada. Arquivo da CEVPM-PB.
[1116] Brasil, violação dos direitos humanos – Tribunal Russell II. João Pessoa: Editora da UFPB, 2014. p. 265-266.

> Como nordestina, eu vivi por 20 anos em contato com a miséria e com as lutas dos camponeses pela terra. No Nordeste os bebês nascem atrofiados, não têm condições de sobrevivência. Antes de 1964, eu tinha me aproximado destas lutas estudantis e de camponeses e é por estas nossas ideias que fomos presos e torturados. Creio que seja importante denunciar, aqui, as causas da miséria no Brasil, este é objetivo principal da minha denúncia. Este é meu filho que nasceu quando eu tinha acabado de sair da prisão. Quatro dias depois que meu marido tinha sido solto viemos para a Itália graças ao interesse do Consulado italiano.

Maria José Limeira Ferreira (1941-2012) [1117]

Estudava Filosofia na FAFI e participava da CEPLAR. Foi indiciada no IPM/PB-1 (IPM da subversão), embora sem apuração de "elementos de culpa contra sua pessoa". A sua primeira prisão ocorreu no dia 1º de abril de 1964, quando participava de vigília cívica, no prédio da Associação Paraibana de Imprensa (API), no centro de João Pessoa. A partir do seu pedido de Anistia apresentamos seus relatos sobre as prisões em João Pessoa[1118]:

> A operação da prisão foi comandada pelo Major Cordeiro, do 15º. Regimento de Infantaria (15 RI), da qual participaram vários militares do Exército, policiais civis e PMs, todos armados de metralhadoras, que invadiram o prédio.
> Os presos homens foram colocados em camburões da Polícia Militar e carros do Exército e as mulheres foram em camburões em separado. As mulheres eram Lígia, estudante universitária, Zita Marinho, estudante do Liceu Paraibano, Dorinha, Iveline Lucena, e eu, todas integrantes do movimento Campanha de Alfabetização Popular (Ceplar).

A sua segunda prisão foi em casa, sendo avisada anteriormente que aguardasse para ser levada parapelo tenente Alves ao 15 RI:

> Quando ali cheguei, já estavam lá todas as moças que haviam sido presas anteriormente comigo na API. E, naquela mesma noite, fomos interrogadas pelo Major Cordeiro e devidamente fichadas e fotografadas como comunistas. O Major Cordeiro, no interrogatório, me perguntou, entre outras coisas, que método a Ceplar usava para alfabetizar adultos e eu lhe respondi que era o método psicogenético, já utilizado por Platão quando a Filosofia e a Educação ainda engatinhavam.

[1117] Foto disponível em: Cajazeiras-PB – A coluna de Nonato. http://almanaqueiras.blogspot.com.br/2012_07_08_archive.html>. Acesso em 10 set. 2017.

[1118] Requerimento de anistia de Maria José Limeira Ferreira à Comissão de Anistia do Ministério da Justiça. Gabinete do deputado Zenóbio Toscano. Arquivo CEVPM-PB. Ver também: BATISTA, Bento da Gama. **1964**: Agonia em Fernando de Noronha. Depoimentos sobre o cárcere da Ditadura Militar. João Pessoa: Editora da UFPB, 2000.

> O Major parece que não gostou da minha resposta, pois pediu a um soldado para ir buscar um dicionário para ver se existia essa palavra psicogenético.
> A estudante Zita Marinho era a mais indócil e malcriada e preocupou a todas nós, suas amigas, e também aos militares. Ela era praticamente uma menina.

A sua terceira prisão ocorreu ao atender ao chamado para se apresentar ao 15 RI, e lá ficou por vários dias:

> Fui levada ao primeiro andar e o oficial abriu a porta do apartamento, onde já estavam Zita Marinho, Lígia, Dorinha, Iveline Lucena, e agora eu. O oficial me deixou ali e trancou a porta por fora, o que me causou grande apreensão.
> As moças estavam assustadas e deprimidas, e a única que conservava o bom humor era Zita Marinho, a quem me juntei para levantar a moral da turma. E assim passamos os dias contando anedotas e dando gargalhadas.
> Mas, um belo dia, abriu-se a porta e entrou mais uma prisioneira, Ofélia Amorim, que eu ainda não conhecia, advogada de camponeses e atuando em Campina Grande. Então eu vi que não iria sair dali tão fácil como havia imaginado antes.

Depois dessa prisão resolveu ir para o Rio de Janeiro, onde ficou por quatro anos, e ao retornar a João Pessoa não conseguiu retomar seus estudos. Em 1978, foi uma das fundadoras do Movimento pela Anistia na Paraíba. Construiu uma carreira profissional como jornalista e escritora com vários livros publicados.

Olívia Ferreira de Araújo Alves

Foi presa no dia 13 de janeiro de 1973, no Sítio Lagoa dos Currais, em Puxinanã-PB, juntamente com o seu irmão Orestes Ferreira de Araújo, sob acusação de pertencer ao Partido Comunista Brasileiro. Na prisão em Campina Grande, sofreu torturas físicas e psicológicas, sendo seu irmão solto e ela transferida para prisão em Recife. Não conseguiu identificar o local porque entrou de olhos vendados e quando saía da cela para interrogatório, também, era mantida a venda dos olhos. Passou 41 dias na penitenciária, sendo transferida para a Polícia Federal, em João Pessoa e, em seguida, foi para o Instituto Bom Pastor. Após alguns dias, foi chamada pela Polícia Federal e foi libertada regressando a sua residência[1119].

[1119] Processo de Anistia da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça. Cópia digitalizada. Arquivo da CEVPM-PB.

TERESINHA BRAGA CAPIM DE MIRANDA [Teresa Braga] (1939-2014)[1120]

Nasceu em São João do Sabugí no estado do Rio Grande do Norte, em 20 de fevereiro de 1939. Entre 1959 e 1963 foi militante da política universitária, alfabetizadora da "Campanha de Pé no Chão Também se Aprende a Lê", promovida pelo prefeito Djalma Maranhão (Natal), estagiária de Direito com trabalho na formação de sindicatos rurais no Rio Grande do Norte. Ainda em 1963 conclui o curso de Direito[1121].

No momento do golpe militar de 1964, trabalhava com Djalma Maranhão e foi afastada de seu trabalho na Rede Ferroviária do Nordeste, chegando a permanecer em prisão domiciliar[1122].

Mudou-se para a Paraíba, e entre 1968 a 1977 foi advogada da Federação dos Trabalhadores na Indústria em Campina Grande. Entre 1977 e 1983 atuou na Comissão de Justiça e Paz da Diocese, defendendo de operários a posseiros. Foi uma defensora dos Direitos Humanos e denunciou a ação do grupo de extermínio Mão Branca, em Campina Grande.

Eleita primeira suplente de vereadora pelo PMDB, posteriormente assumiu o mandato. Conforme depoimento de João Dantas, tratando da sua prisão pelo episódio de ter retirado um cartaz sobre os "subversivos procurados" no aeroporto em Campina Grande, muitas perguntas envolveram a sua relação com Teresa Braga e seu esposo Williams Capim de Miranda, considerados comunistas e constantemente vigiados[1123]:

> E aí as coisas foram muito violentas, sobretudo para um jovem de dezoito anos, um adolescente. E aí as perguntas se eu conhecia Zé Capim? Se eu conhecia Teresa Braga? Porque é que eu vivia na casa de Teresa Braga? Qual era a ligação com Teresa Braga? O que é que Teresa Braga me orientava? Mandava eu fazer? Se tinha sido Teresa Braga que tinha mandado eu arrancar aqueles cartazes.

Em 1983, recebeu o título de "cidadã paulistana". O ato de concessão desse título por parte da Câmara Municipal de São Paulo, tinha como objetivo denunciar o atentado ocorrido

[1120] Foto disponível em: <http://adufcg.org.br/noticias/2017/10/25/comissao_da_verdade_fara_homenagem_a_tereza_braga_no_dia_31_10_terca_feira#.WfXd4WhSzIU>
[1121] Curriculum Vitae assinado por Teresa Braga e datado em 31 de outubro de 1983, anexo ao Processo nº 3888 de 1983, da Câmara Municipal de São Paulo. (Arquivo Comissão da Verdade UFCG)
[1122] Processo nº 3888 de 1983, da Câmara Municipal de São Paulo. (Arquivo Comissão da Verdade UFCG)
[1123] Depoimento de João Crisóstomo Moreira Dantas na Audiência da CEVPM-PB - As Granjas do Terror, em Campina Grande, 6/8/2013.

no dia 26 de agosto daquele ano, e tentar ajudar na proteção de sua vida. Na justificativa do projeto constava:

> "Tereza tem 44 anos, é mãe de sete filhos, advogada, membro da Comissão Justiça e Paz, assessora da Comissão Canavieira que presta apoio jurídico aos trabalhadores rurais de todo Estado da Paraíba. Teresa Braga, acima de tudo, é uma mulher. Uma mulher consciente da sua função, do seu papel dentro do nosso país e do mundo [...]"[1124]

O atentado terrorista que sofreu foi executado por homens que cercaram sua casa e, com armas de vários calibres, efetuaram disparos colocando em risco a vida de Teresa Braga e sua família (só na janela, segundo a Folha de São Paulo, contavam-se 37 tiros[1125]). Além das armas convencionais, utilizaram duas bombas que explodiram na casa. É interessante notar que esse atentado ocorreu semanas após o assassinato de Margarida Maria Alves, ocorrido em 12 de agosto de 1983.

> Até o governador Wilson Braga, o delegado Gilberto Frederico Rosa e o secretário de Segurança Fernando Milane, admitiram que o crime contra Teresa foi político. O ministro da Justiça Abi Ackel já recebeu pedido para que a Polícia Federal assuma as investigações, uma vez que os órgãos de segurança chamados por Teresa, em seguida ao atentado, só chegaram sete horas depois, apesar de a Delegacia mais próxima ficar a quinze minutos de distância de sua casa. [...]
> Recentemente, um grupo autodenominado "Falange Patriótica"[1126] assumiu o atentado a Teresa e ampliou as ameaças [...][1127]"

9.5 Participação da mulher no Movimento pela Anistia na Paraíba

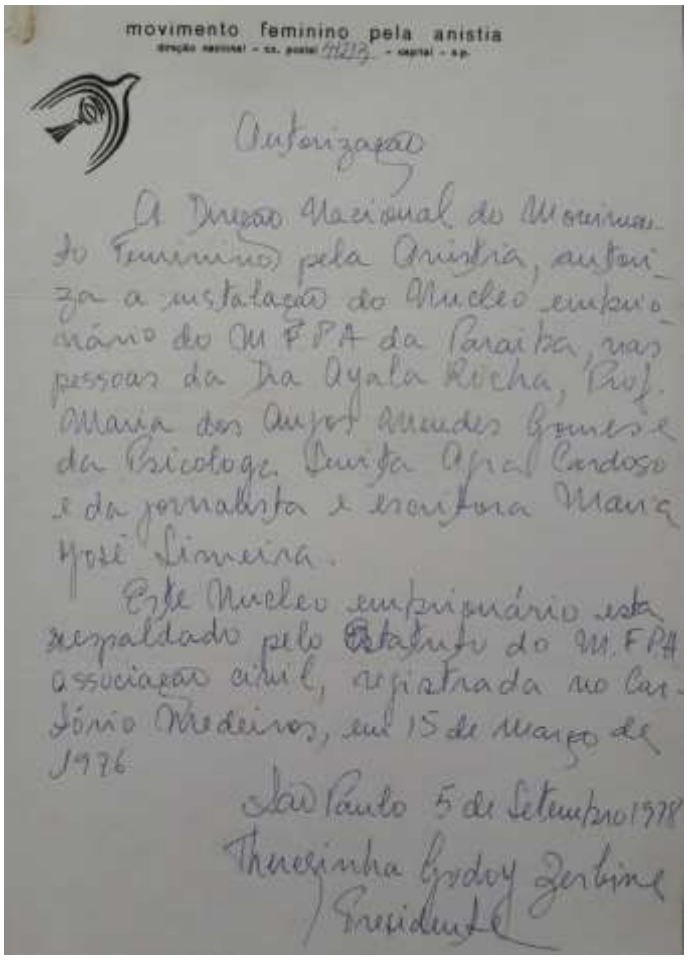
O Movimento Feminino pela Anistia (MFPA), liderado por Therezinha Godoy Zerbini foi iniciado em 1975, tendo seu Estatuto publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo, em 13 de março de 1976. Para fomentar a criação de núcleos do MFPA ela visitou várias cidades do país.

Articulando-se com um grupo local, veio a João Pessoa para proferir conferência, em 19 de março de 1976, no auditório da Organização das Voluntárias. Após ampla divulgação nas rádios locais, a direção das Voluntárias não permitiu a realização do evento. Sem tempo hábil para se conseguir e divulgar um outro local o evento não ocorreu. O jornal A União trata desse

[1124] Idem
[1125] Jornal Folha de São Paulo (21/10/1983)
[1126] Teresa Braga atuou no caso do grupo de extermínio Mão Branca, que aterrorizou Campina Grande no início dos anos 1980. Formado por policiais e ex-policiais, o grupo executou alguns marginais e fez ameaças a políticos, advogados, jornalistas e padres.
[1127] Jornal Folha de São Paulo (21/10/1983)

acontecimento em duas edições: na primeira, com o título “Terezinha Zerbini e a explanação que todos esperavam”, comentando a expectativa e a decepção do público; e, na segunda publicando uma carta de Therezinha Zerbini para o redator chefe explicando a importância dessa luta e o que aconteceu em João Pessoa, apesar do esforço do seu contato local com Dolores Mello. [1128]

Mesmo com algumas dificuldades, o grupo foi se fortalecendo e sob a coordenação de Maria José Limeira Ferreira, Maria dos Anjos Mendes Gomes, Maria de Fátima Cardoso, Maria das Graças Leite de Souza e Ayala de Almeida Rocha[1129] conseguiu criar um Núcleo na Paraíba,no dia 22 de agosto de 1978, tendo como sede a residência de Maria José Limeira Ferreira, localizada rua Severino de Albuquerque Lucena, n° 332, no conjunto Costa e Silva, em João Pessoa. Para tanto, obteve o aval da direção nacional do MFPA, conforme autorização de Therezinha Zerbini, a seguir:


movimento feminino pela anistia

Autorização

A Direção Nacional do Movimento Feminino pela Anistia, autoriza a instalação do Núcleo embrionário do MFPA da Paraíba, nas pessoas da Dra Ayala Rocha, Profª. Maria dos Anjos Mendes Gomes e da Psicologa Senhora Maria Fátima Cardoso e da jornalista e escritora Maria José Limeira.

Este Núcleo embrionário esta respaldado pelo Estatuto do MFPA associação civil, registrada no Cartório Medeiros, em 15 de março de 1976

São Paulo 5 de Setembro 1978
Therezinha Godoy Zerbine
Presidente

Figura 13 – MFPA. Manuscrito de Therezinha Godoy Zerbine.
Fonte: Arquivo do NDIHR/UFPB.

[1128]Jornal A União, 25/03/1976 e 30/03/1976. Recortes Arquivo do NDHIR/UFPB.
[1129] Ayala de Almeida Rocha, atualmente residindo em Ribeirão Preto-SP, repassou algumas informações complementares sobre a atuação do MFPA-PB.

O Regimento Interno do MFPA/PB foi publicado no Diário Oficial do Estado da Paraíba, em 30 de setembro de 1978, apresentando os objetivos, a estrutura e as competências. Na epígrafe está o fundamento do movimento:

> Anistia é a exigência imperiosa do povo brasileiro. Ela brota dos reclamos de uma sociedade dividida. É o anseio popular cansado do arbítrio e da exceção. Neste quadro, anistia é o restabelecimento do direito, da liberdade e da soberania do povo brasileiro. [1130]

Nos seus primeiros artigos estão definidos objetivos e finalidade, em consonância com a Declaração Universal dos Direitos Humanos e o empoderamento das mulheres como agentes sociais:

> Art. 1º O Núcleo da Paraíba do Movimento Feminino pela Anistia foi constituído em João Pessoa, no dia 22 de agosto de 1978. É o órgão que, neste Estado, tem por objetivo executar o programa e cumprir as finalidades previstas no Art. 2º dos Estatutos do MFPA publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo, de 13-03-76. É dever de todas as sócias a luta pelo respeito aos preceitos instituídos na Declaração Universal dos Direitos Humanos, subscrita pelo Brasil, bem como visa a elevação sociocultural da mulher e sobretudo a obtenção da anistia ampla e geral para todos os atingidos em seus direitos de cidadãos.
> Art. 2° Como organismo central, o Núcleo tem a duração indeterminada, sem finalidade político-partidária, ideológica ou lucrativa, congregando mulheres de todas as classes sociais, orientando suas atividades estritamente de acordo com as leis do país, com os Estatutos do MFPA e com o presente Regimento Interno[1131].

O SNI acompanhou de perto a criação do Núcleo da Paraíba e na informação da Agência Regional do Recife para a Agência Central consta cópia do seu Regimento Interno, bem como a qualificação de cada uma das integrantes da sua coordenação:

> a. MARIA JOSÉ LIMEIRA FERREIRA, jornalista e ex-Editora do semanário O Momento, além de admiradora da ação desenvolvida por Dom José, Arcebispo da Paraíba;
> b. MARIA DOS ANJOS MENDES GOMES, autora do texto-conto "ZARANSA", publicado no jornal "UNE-VERSOS", de Salvador/BA, em Dez 77. A nominada participou da 28º Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), no período de 07 a 14 Jul 76, em Brasília, tomando parte nos debates. Na 28º Reunião Anual da SBPC, apresentou a comunicação "Todos Especiais? Atualmente, frequenta o Curso de Mestrado na Universidade Federal da Paraíba (UFPB);
> c. MARIA DE FÁTIMA CARDOSO, irmã do terrorista JOSÉ CALIXTRATO CARDOSO FILHO, recolhido à Penitenciária Barreto Campelo, e que após a redução de sua pena, será posto em liberdade em 24 Jan 81;

[1130] Informação nº 382/119/ARE/79. 08 Out. 1979. Arquivo Nacional. Cópia digitalizada. Arquivo da CEVPM-PB.
[1131] Idem.

> d. MARIA DAS GRAÇAS LEITE DE SOUZA, participante da delegação de Pernambuco no II Festival Inverno, realizado em Campina Grande/PB, em Jul.77;
> e. AYALA DE ALMEIDA ROCHA, companheira de VANDERLEY CAIXE, Coordenador da COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS da Arquidiocese da Paraíba (CDDH). A nominada é uma das responsáveis pela tensão social gerada entre proprietários e moradores das Fazendas Mucatu e Alagamar. [1132]

Pelo perfil das integrantes da coordenação percebe-se o compromisso político e o engajamento nas lutas sociais.

Merece registro outra tentativa para a realização de uma conferência de Therezinha Zerbini em João Pessoa. Planejou-se um evento de lançamento do Núcleo da Paraíba, que além da coordenadora nacional do movimento, contaria com a presença de outros convidados envolvidos com o movimento pela anistia, como Nildes Alencar, professora cearense e irmã de Frei Tito; Leda Alves, atriz pernambucana e esposa de dramaturgo Hermilo Borba Filho; e Dalvino Trocolli França, arquiteto pernambucano. O jornal O Norte publicou uma notícia sobre este acontecimento:

> O MFPA – Núcleo da Paraíba, que inicialmente programara para o dia 25 de outubro de 1978 uma reunião pública no Colégio Pio X onde seria explicado, na opinião de um de seus membros, o objetivo de sua implantação, deixou de ser realizado na data prevista, em virtude de haver a direção do Educandário, a última hora, negado-se a ceder o auditório, alegando ter sido alertada por pais de alunos que se tratava de movimento subversivo. Também o ato público anunciado para o dia 1° de novembro de 1978, em frente à Assembleia Legislativa, foi adiado "sine die".[1133]

Uma das ações do Núcleo foi divulgar, em 12 de novembro de 1978, um relatório dos presos na Penitenciária Barreto Campelo em Itamaracá-PE, por meio da publicação no jornal O Norte, com o título: "Relatório mostra tratamento a presos políticos". Segundo Janaína Gomes da Silva [1134]

> Nesse relatório, que foi enviado para a Ordem dos Advogados do Brasil, Comissão Executiva Nacional do MDB e ao Movimento Feminino Pela Anistia, os dezoito presos políticos, confinados no presídio de Itamaracá, narram com detalhes a violência com que eram tratados. Dentre os detidos encontra-se o paraibano José Emilson Ribeiro da Silva, ex-revisor do jornal A União.

[1132] Informação nº 382/119, de 8/10/1979 – MFPA-PB. ARE_ACE_545/79. Arquivo Nacional. Cópia digitalizada. Arquivo da CEVPM-PB.
[1133] Jornal O Norte. Movimento Feminino Pela Anistia - Núcleo da Paraíba, 12 de novembro de 1978.
[1134] SILVA, Janaína Gomes da. **Lutas democráticas contra a ditadura**: a campanha pela anistia "ampla, geral e irrestrita" no Estado da Paraíba. Relatório de Pesquisa. PIBIC/UFPB. 2016, p. 20.

> Diante do conhecimento desse relatório, o núcleo paraibano do Movimento Feminino pela Anistia distribuiu cópia do documento para a imprensa local e a denúncia sobre os maus-tratos foi levada por esta entidade ao Congresso Nacional pela Anistia, realizado em São Paulo, entre os dias 2 e 5 do mês de novembro de 1978.

A ação do MFPA/PB representa a sociedade civil organizando-se para combater a Ditadura Militar e a violação dos direitos humanos dos opositores àquele regime. Esse movimento ampliou-se com a criação do Comitê Brasileiro de Anistia, no Rio de Janeiro no início de 1978, e também com núcleos em vários estados brasileiros, inclusive na Paraíba.

9.6 Audiências públicas e oitivas realizadas com as mulheres na Paraíba

Com a intenção de uma maior visibilidade às mulheres que, de uma forma ou de outra, resistiram ao regime autoritário da ditadura militar no Brasil, nas décadas de 1960, 1970 e 1980, sofreram com a repressão e as consequências, muitas delas com efeitos até os dias de hoje, apresenta-se a seguir uma listagem das audiências públicas e oitivas realizadas pela CEVPM-PB, com o recorte de gênero.

Audiências Públicas:

1- Deputada Jô Moraes (Maria do Socorro Fragoso de Moraes) – 28/06/2013
2- Ophélia Maria de Amorim – 15/07/2013
3- Elizabeth Altina Teixeira – 15/07/2013
4- Josineide [Neide] Maria de Araújo – 15/07/2013
5- Maura Pires Ramos – 06/08/2013
6- Josélia Maria Ramos Wellen – 06/08/2013
7- Sônia Sá Benevides – 03/09/2013
8- Cacilda Filomena Castro – 15/10/203
9- Dinalva Rodrigues da Silva – 10/12/2013
10- Fidélia Cassandra Pereira de Araújo – 10/12/2013
11- Ana Rita de Castro Almeida – 19/12/2013
12- Maria de Lourdes Meira – 19/12/2013
13- Leda Rejane do Amaral Queiroz – 11/03/2014
14- Maria Lúcia Santos Rocha – 11/03/2014
15- Ângela Maria Bezerra de Castro – 27/03/2015

16- Zezita Matos – 22/04/2015

Oitivas:

1- Marina Dias – 06/09/2013
2- Maria do Socorro Cardoso da Silva – 30/11/2013
3- Ana Justino de Oliveira – 03/12/2013
4- Ilda Maria da Conceição de Melo – 03/12/2013
5- Francisca Freitas de Souza – 03/12/2013
6- Isabel Regina Reis – 03/12/2013
7- Josineide [Neide] Maria de Araújo – 11/04/2014
8- Naúgia Maria de Araújo – 11/04/2014
9- Maria do Socorro Cunha Campos – 15/04/2014
10- Nydia Franca Lemos de Souza – 13/06/2014
11- Marta Cristina Teixeira – 25/07/2014
12- Marinês Altina Teixeira – 25/07/2014
13- Maria das Neves Teixeira – 17/12/2014
14- Maria José Teixeira – 17/12/2014
15- Germana Correia Lima – 18/02/2015
16- Ñasaindy Barrett de Araújo – 17/12/2015
17- Gláucia Maria de Luna Ieno – 01/08/2016
18- Irmã Marlene [Helena Wilhermina Maria Silvestre Burgers] – 01/08/2016
19- Maria Izabel Cavalcante Pontes – 13/06/2017
20- Anatilde Targino Alves – 08/08/2017

9.7 Alunas presas no 30º Congresso da UNE

A realização do 30º Congresso da UNE, na cidade de Ibiúna, no interior de São Paulo, contou a presença de muitas alunas das instituições de ensino superior do Brasil. Aqui destacam-se as paraibanas que foram presas no dia 12 de outubro de 1968, naquele evento:

CACILDA FILOMENA DE CASTRO

Filha de Arthur Ferreira de Castro e Maria Julieta de Castro, com 23 anos de idade, brasileira, residente à rua Quebra Quilos, 177, Campina Grande - PB. Estudante da Faculdade de Serviço Social da Paraíba – URNE.

GERUSA JENNER ROSAS

Filha de Mario Souto Mayor Rosas e Iracema Jenner Rosas, com 22 anos de idade, brasileira, natural de João Pessoa - PB, residente à rua Conde de Boa Vista, 307, Apto. 1010, Recife - PE. Estudante da Faculdade de Biblioteconomia da Universidade Federal de Pernambuco.

LEDA REJANE PEREIRA DO AMARAL

Filha de Guilhermino Pereira do Amaral e Alzira Pereira do Amaral, com 27 anos de idade, brasileira, natural de João Pessoa - PB. Estudante de Faculdade de Ciências Econômicas da Administração Pública – FACE, João Pessoa - PB.

MARIA DE FÁTIMA MENDES

Filha de Antonio Mendes da Rocha e Maria Eunice Mendes, brasileira, natural de João Pessoa - PB, residente à Av. Princesa Izabel, 302, João Pessoa. Estudante da Faculdade de Filosofia de João Pessoa – FAFI/UFPB.

MARIA DO SOCORRO MORAES

Filha de Agripino J. Morais e Felicidade das Neves Costa, com 22 anos, brasileira, natural de Cabedelo - PB. Estudante da Faculdade de Serviço Social de João Pessoa - PB.

MARIA DO SOCORRO PESSOA

Filha de Antonio Elias Pessoa e Celina Xavier Pessoa, com 22 anos de idade, brasileira, residente à rua Duque de Caxias, 152 – João Pessoa - PB. Estudante da Faculdade de Educação da UFPB.

MARIA NAZARETH COELHO

Filha de Manoel C. de Carvalho e Augusta Coelho de Almeida, com 29 anos de idade, brasileira, natural de Alagoas - PB, residente à rua Napoleão Laureano, 376 – Campina Grande - PB. Estudante de Ciências Humanas da Universidade Regional do Nordeste - URNE.

MAURA PIRES RAMOS

Filha de Severino Ildefonso Ramos e Genuina Pessoa Ramos, com 32 anos de idade, brasileira, natural de São João do Cariri - PB, residente à rua José de Alencar, 215 – Campina Grande – PB. Estudante do Instituto Central de Letras da Universidade Regional do Nordeste - URNE.

9.8 Alunas que foram punidas nas instituições de ensino superior

O movimento estudantil contou com a participação de alunas das instituições de ensino superior que foram punidas em vista das suas atividades políticas em protesto à ditadura militar. As punições levaram a suspensão de matrículas das alunas em curso, ou proibição de novas matrículas de ex-alunas já formadas, nas diversas unidades da UFPB e da URNE.

Formadas

1) Alzenir Rodrigues dos Santos (FACE - JP)
2) Leda Rejane Pereira do Amaral (FACE - JP)
3) Maria Auxiliadora Rosas (FACE - JP)
4) Edite Maria de Oliveira (FACE - CG)
5) Maria de Fátima Mendes da Rocha (FAFI - JP)
6) Wilma Batista de Almeida (FAFI - JP)
7) Dinalva Navarro (Escola de Ciências Sociais - JP)
8) Maria da Penha Ribeiro (Escola de Ciências Sociais - JP)
9) Maria Teixeira (Escola de Ciências Sociais - JP)

10) Terezinha do Vale (Escola de Ciências Sociais - JP)
11) Germana Correia Lima (Faculdade de Direito - JP)
12) Ivanise de Souza (Faculdade de Direito - JP)
13) Maria Neiva Gadê Negócio (Faculdade de Direito - JP)

Matrículas suspensas

14) Maria Lívia Alves Coelho (2 anos, Curso de Medicina - JP)
15) Maristela Villar (1 ano, Curso de Medicina - JP)
16) Francisca Trigueiro Gomes (2 anos, Curso de Farmácia e Bioquímica - JP)
17) Maria do Socorro Moraes Fragoso (2 anos, Curso de Serviço Social - JP)
18) Maria do Socorro Ramos Loureiro (1 ano, fazia economia - CG)
19) Maria Egilda Pereira Saraiva (1 ano, Curso de Economia - CG)
20) Maria Gilca de Oliveira Pinto (1 ano, Curso de Economia - CG)
21) Risalva Bandeira Machado (1 ano, Curso de Economia - CG)
22) Raimunda das Neves Brito (2 anos Curso de Economia - CG)
23) Brígida Nóbrega (1 ano, Curso de Filosofia - JP)
24) Eimar Fernandes (1 ano, Curso de Filosofia - JP)
25) Maria de Lourdes Meira (1 ano, Curso de Filosofia - JP)
26) Maria do Socorro Pessoa (1 ano, Curso de Filosofia - JP)
27) Maria Nazaré Coelho (1 ano, Curso de Filosofia - JP)
28) Oriana Andrade Mattos (1 ano, Curso de Filosofia - JP)

Alunas que tiveram suas matrículas suspensas na URNE[1135]:

1) Maura Pires Ramos (estudante de Letras, suspensa por 2 anos);
2) Maria Nazarett Coelho (estudante de Filosofia, suspensa por 1 ano);
3) Cacilda Filomena Castro (estudante de Serviço Social, suspensa por 1 ano)

9.9 Mulheres com processos de anistia

As mulheres que foram atingidas pelos órgãos de repressão, direta ou indiretamente, entraram com requerimento para a concessão de anistia e reparação financeira. Aqui, apresentam-se aquelas que o fizeram por meio do gabinete do deputado Zenóbio Toscano.

[1135] O Conselho Didático da URNE, em reunião realizada no dia 28/2/1969, puniu com a suspensão de matrículas estas alunas, com base no Decreto 477/1969.

Quadro 9 - Requerimentos para processo de anistia, com titularidade feminina

Nome	Cidade	Estado	Caso
1. Adalice Ismael de Oliveira	João Pessoa	PB	Viúva do ex-deputado Robson Espínola, que teve seus direitos políticos cassado em 1969
2. Alba Regina Mendonça Pereira	Cabedelo	PB	Em 1964 foi demitida da REFESA, em Recife-PE, por motivações políticas.
3. Alzeni Rodrigues dos Santos	João Pessoa	PB	Impedida de ingressar na UFPB como aluna do curso de Contabilidade e curso de mestrado.
4. Ana Rita de Castro Almeida	João Pessoa	PB	Impossibilitada de concluir o curso de Serviço Social no tempo hábil (dez. 1968) porque acompanhou o esposo, Simão de Almeida Neto, punido com a cassação dos direitos estudantis e em seguida condenado pelos militares
5. Cacilda Filomena Castro	Campina Grande	PB	Estudante da FURNE e foi punida com suspensão da matrícula.
6. Cecília Maria da Conceição	João Pessoa	PB	Viúva do líder camponês de Miriri, em Sapé, Alfredo Nascimento, que foi morto por Peito de Aço, capanga do latifúndio. Ela sofreu após o golpe militar, quando teve que deixar cinco filhos e se esconder para não ser presa. Foi expulsa do Sítio em Miriri e teve sua plantação destruída e animais mortos.
7. Cecília Sobreira Souto	João Pessoa	PB	Viúva do ex-deputado Francisco Souto, que teve seus direitos políticos cassados em 1969.
8. Célia Maria de Carvalho Machado Bitencourt	João Pessoa	PB	Viúva do jornalista Machado Bitencourt. Ele havia tido a sua matrícula suspensa, por dois anos, quando fazia Direito, pela FURNE, em Campina Grande, em 1969. Também tinha sido preso várias vezes.
9. Cleide Maria de Vasconcelos Souza	João Pessoa	PB	Foi demitida da SUDENE, por perseguição, política, em janeiro de 1968, órgão que trabalhava desde maio de 1962.
10. Dilza Rodrigues de França	Campina Grande	PB	Sequestro seguido de prisão, tortura física e psicológica por vários dias, na Granja do Terror, sem o conhecimento do paradeiro por parte da família. Data 30/04/1974.
11. Dinalva Rodrigues da Silva	Campina Grande	PB	Ex-aluna da FURNE, Campina Grande. Sequestro e tortura psicológica, que deixaram sequelas, como a incapacidade de estudar por um certo período. Data 11/12/74.
12. Dinorat Cavalcanti Muniz	João Pessoa	PB	Demitida do INCRA em 1979, quando prestava serviço ao Projeto Integrado do INCRA, que ficava localizado no Engenho Itapecinica, município de Mamanguape-PB.
13. Edite Sousa da Gama	João Pessoa	PB	Viúva de Bento da Gama, que foi advogado das Ligas Camponesas, preso em 1964 e demitido da SUPRA (atual INCRA). Maria do Carmo, filha.

Nome	Cidade	Estado	Caso
14. Eimar Fernandes	João Pessoa	PB	Impedida de estudar por um ano, em 1969, na UFPB.
15. Elita Azevedo Correia da Silva	João Pessoa	PB	Viúva do professor Lenildo Correia da Silva. Em 1969, ele fazia Ciências Econômicas na UFPB, quando teve sua matrícula suspensa por um ano.
16. Elisa Bezerra Mineiros	João Pessoa	PB	Fez concurso para SUDENE e não conseguiu aprovação. Segundo uma amiga, ela não passou porque estava fichada no SNI.
17. Elita Carneiro da Silva	Guarabira	PB	Viúva de João Francelino da Silva, ex-vereador de Guarabira. Foi preso e torturado durante a ditadura militar.
18. Elizabeth Altina Teixeira	João Pessoa	PB	Líder da Liga Camponesa de Sapé. Em 1964, teve que fugir para não ser morta pelos militares. Deixou os filhos e sua propriedade rural, ficando foragida durante 17 anos.
19. Eloísa Helena Borges de Souza	João Pessoa	PB	Irmã de João Roberto Borges de Souza, estudante do curso de Medicina da UFPB, que teve a sua matrícula suspensa por dois anos. Durante esse período, foi preso e torturado em Recife-PE, e, quando se encontrava foragido em Catolé do Rocha-PB, seu corpo foi encontrado boiando num açude daquele município.
20. Leonice Arruda de Alcântara	Campina Grande	PB	Viúva de Eurivaldo Antônio de Alcântara, que foi suspenso da UFPB por um ano, quando fazia o curso de Ciências Econômicas.
21. Eunice Maciel de Melo	Guarabira	PB	Viúva de José Alves de Melo, seguidor de Osmar de Aquino, foi preso após o golpe de 1964, ficando preso 8 dias na cadeia de Guarabira-PB e15 dias no 15 º RI, em João Pessoa.
22. Fidélia Cassandra Pereira	Campina Grande	PB	O pai, José Pereira de Araújo, conhecido como “Zequinha”, já falecido, era mecânico e filiado ao PCB. Em 1964 fugiu para não ser preso, sendo detido no início da década de 70.
23. Francisca Trigueiro Gomes	João Pessoa	PB	Estudante de Bioquímica da UFPB, foi suspensa por dois anos.
24. Germana Correia Lima	Campina Grande	PB	Formou-se pela UFPB e foi impedida definitivamente de continuar seus estudos de pós-graduação.
25. Helena Malheiros Gomes Barbosa	João Pessoa	PB	Esposa do primeiro presidente da Liga Camponesa de Sapé, Severino Alves Barbosa
26. Hilda Paes de Sousa	Campina Grande	PB	Viúva de Inácio Loiola de Sousa. Ele foi estudante da FACE-CG, teve matrícula suspensa. Nunca concluiu o curso.
27. Inês da Silva Lima	Guarabira	PB	Viúva de José Deodato Galdino que, após o golpe militar de 1964, foi preso em

Nome	Cidade	Estado	Caso
			Guarabira, torturado em Sapé, e levado para João Pessoa.
28. Iolanda Bezerra de Freitas	Guarabira	PB	Viúva de Ulysses Meneses de Freitas que foi preso em Guarabira, levado para a Delegacia de Sapé, sendo depois recambiado para o 15º RI.
29. Isabel Oliveira de Sousa	João Pessoa	PB	Desde 1963 era servidora do Estado quando, em 6 de março de 1967, foi demitida por perseguição política, por ser esposa do militante de esquerda José Francisco de Souza, também punido pela ditadura.
30. Ivanise de Sousa	João Pessoa	PB	Impedida definitivamente de estudar na UFPB (afastada de um curso de especialização)
31. Jandira Araújo Soares	Patos	PB	Viúva de Ernani Soares de Oliveira, que foi preso e levado para Campina Grande, sendo torturado naquele município, deixando sequelas na sua saúde.
32. Jandira dos Santos França	Fortaleza	PB	Foi presa e torturada nos Estados do Maranhão e Pernambuco, em 1974, e foi demitida do Governo da Paraíba.
33. Josefa Dionila Cabral	Caaporã	PB	Viúva do agricultor de Caaporã, João Alves Cabral, que no dia 4 de abril de 1964 foi encontrado morto, enforcado, na residência de um amigo, em Goiânia-PE.
34. Josélia Maria Ramos Wellen	Campina Grande	PB	Foi sequestrada em 29/04/1974, do município de Campina Grande, permanecendo no 4º Exército (DOI-CODI), em Recife. Sofreu torturas físicas e psicológicas. Na época era estudante de Geografia da URNE.
35. Lourdiana Alves da Silva	João Pessoa	PB	É viúva do líder camponês José Francisco da Silva, que foi motorista de várias lideranças naquele movimento, dentre eles, Francisco Julião e Elizabeth Teixeira.
36. Luíza Alves de Souza *	João Pessoa	PB	Era funcionária do INCRA na Bahia e trabalhava no Projeto de Colonização Serra do Ramalho, no município de Bom Jesus da Lapa-BA, quando foi demitida por motivos políticos.
37. Magdala Cavalcanti de Melo	João Pessoa	PB	Demitida do INCRA, em 31 de agosto de 1969, por perseguição política.
38. Maria Anacleto Augusto de Carvalho	João Pessoa	PB	Viúva de Carlos Augusto de Carvalho, que estudava Direito na UFPB, em 1964, quando teve sua matrícula suspensa por um ano.
39. Maria Aparecida Barreto de Mesquita	Fortaleza	CE	Viúva de Gilberto Ribeiro de Mesquita, que foi demitido do Governo do Estado da Paraíba, em 1969.
40. Maria Auxiliadora Rosas	João Pessoa	PB	Tinha terminado Direito na UFPB e foi proibida de estudar definitivamente na UFPB, prejudicando sua vida profissional.

Nome	Cidade	Estado	Caso
41. Maria Barreto Alves	Araçagi	PB	Viúva do líder camponês de Antônio Luís Alves. O pai do Sr. Antônio era foreiro de terras na fazenda Guarani de propriedade do Sr. Lucas Porpino.
42. Maria Biserra de Carvalho	Guarabira	PB	Filha de Augusto Ferreira de Carvalho
43. Maria Bezerra de Carvalho de Souza	Guarabira	PB	Filha de Augusto Ferreira de Carvalho
44. Maria Clarisse	João Pessoa	PB	Tia de Eduardo Ferreira Lima, ex-membro do PCBR que deixou a UFPB e se exilou no Chile e Dinamarca, não voltando ao Brasil após a Anistia Política de 1979.
45. Maria da Penha Silva	João Pessoa	PB	Esposa de Luiz Aureliano da Silva
46. Maria das Dores Machado Ribeiro	João Pessoa	PB	Impedida definitivamente de se matricular na UFPB. A Diretora da Escola de Serviço Social, Madre Maria Franklin, lhe informou que a decisão partiu do exército. Presume-se que a referida decisão se deveu as suas atividades junto a Arquidiocese da Paraíba (arcebispo D. José Maria Pires).
47. Maria das Dores de Oliveira	João Pessoa	PB	Exoneração por força do AI - 1, em abril de 1964. Era orientadora de ensino, reintegrada ao trabalho e logo aposentada, após a anistia, em 1979.
48. Maria de Fátima Mendes da Rocha Silva	Salvador	BA	Estudante da UFPB que teve matrícula suspensa em 1969.
49. Maria de Lourdes Meira Cabral	João Pessoa	PB	Estudante de Filosofia punida com um ano de suspensão pela UFPB. Durante esse período foi presa por seis meses e foi compelida a deixar a profissão de professora do Estado. Foragiu-se para Pernambuco e Maranhão e nunca concluiu o curso.
50. Maria de Lourdes Silva	Campina Grande	PB	O pai, José Pereira de Araújo, conhecido como "Zequinha", já falecido, era mecânico e filiado ao PCB. Em 1964 fugiu para não ser preso, sendo detido no início da década de 70.
51. Maria de Oliveira Silva	João Pessoa	PB	Viúva de Pedro Raimundo da Silva, que era tipógrafo e presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Catolé do Rocha. Foi preso várias vezes.
52. Marina Dias Virgínio	Rio de Janeiro	RJ	Foi perseguida após o golpe militar por sua atuação nas ligas camponesas em Sapé e por ser irmã do Nego Fuba.
53. Maria do Carmo Campos de Araújo	Recife	PE	Demitida do cargo de professora do Estado em 26 de setembro de 1964, por força do Ato Institucional nº 1.
54. Maria do Carmo Aquino	Itamaracá	PE	Participava da Federação das Ligas Camponesas da Paraíba e era membro do Partido Comunista.

Nome	Cidade	Estado	Caso
55. Maria do Carmo Peixoto	São José da Mata	PB	Viúva do militante do Partido Comunista Uziel Vale, preso em 1964 e sumariamente demitido do cargo que exercia na Prefeitura Municipal de Campina Grande
56. Maria do Socorro Fragoso de Moraes	Belo Horizonte	MG	Com a matrícula suspensa no curso de Serviço Social (UFPB) por dois anos, teve que entrar na clandestinidade, só assumindo a sua identidade verdadeira após a anistia de 1979.
57. Maria do Socorro Pessoa	João Pessoa	PB	Teve matrícula cancelada pelo período de 1 ano, em 1969 – FACED/UFPB
58. Maria Egilda Pereira Saraiva	Recife	PE	Era estudante do curso de Ciências Econômicas da UFPB, em Campina Grande. Proibida de estudar por um ano.
59. Maria Evanise Pessoa Jurema	João Pessoa	PB	Viúva do ex-Ministro Abelardo Jurema, que teve mandato de Deputado Federal cassado e direitos políticos suspensos. Viveu por quase 5 anos no exílio, no Peru.
60. Maria Helena Malheiros Gomes Barbosa	João Pessoa	PB	Viúva de Severino Alves Barbosa, que participou da Liga Camponesa de Sapé, tendo sido seu primeiro presidente.
61. Maria Isabel Cavalcante Pontes	João Pessoa	PB	Enquadramento na Lei de Segurança Nacional, em 1981, acusada de fazer uma pichação em um muro, no município de Guarabira-PB.
62. Maria José Limeira Ferreira	João Pessoa	PB	Trabalhava na CEPLAR, sendo presa após 1964, tendo que abandonar João Pessoa para trabalhar no Rio de Janeiro.
63. Maria Lívia Alves Coelho			Era estudante de Medicina na UFPB, foi suspensa por 2 anos.
64. Maria Lúcia das Chagas	João Pessoa	PB	Viúva do líder da Liga Camponesa de Mamanguape, Pedro Dantas das Chagas, preso pela Polícia Militar, em 1964, recambiado para o Grupamento de Engenharia, em João Pessoa, e depois para a Ilha de Fernando de Noronha. Era motorista do SAMDU, em Mamanguape, tendo perdido o emprego.
65. Maria Lúcia Rocha	João Pessoa	PB	Após terminar o curso na Bahia, foi para Recife-PE trabalhar quando, por perseguição do DOPS, teve que foragir-se em vários Estados (São Paulo, Ceará, Maranhão, Piauí e Paraíba), entrando na clandestinidade.
66. Maria Luiza da Costa	Sapé	PB	Filha de Luiz João da Costa, pertencente ao movimento da Liga Camponesa de Sapé. Em 1964 foi preso e torturado pela Polícia Militar. Logo depois, foi expulso da Fazenda de Joca Meireles, por perseguição política.
67. Maria Marlene Costa Câmara	João Pessoa	PB	Viúva de Antônio de Pádua Câmara, que exerceu o cargo de chefe da Assessoria Jurídica do Conselho Estadual de

Nome	Cidade	Estado	Caso
			Desenvolvimento e foi demitido após o golpe militar.
68. Maria Marlene de Carvalho Pereira	Guarabira	PB	Filha de Augusto Ferreira de Carvalho
69. Maria Nazaré Coelho	Campina Grande	PB	Estudante universitária na FURNE. Foi presa no Congresso da UNE, em Ibiúna/SP. Ao retornar, teve sua matrícula suspensa. Os pais se revoltaram contra ela, o que fez com viajasse para Brasília. Lá, passou no vestibular para Direito, não conseguindo estudar porque não tinha se manter. Depois foi para o Rio de Janeiro, onde trabalhou num escritório de contabilidade.
70. Maria Neive Gadê Negócio Oliveira	João Pessoa	PB	Estudante que teve a matrícula suspensa na UFPB.
71. Maria Nogueira Gadelha de Oliveira	Sousa	PB	Estudante do 5º ano de Medicina em Pernambuco, deixou o Brasil para terminar o curso em Portugal, em 1974.
72. Maria Teixeira Pinheiro Câmara	Rio de Janeiro	PB	Foi proibida definitivamente de estudar, após graduar-se em Serviço Social, no ano de 1968.
73. Maria Terezinha de Jesus Bezerra do Vale	Recife	PE	Foi impedida definitivamente no final de 1968 de matricular-se em qualquer curso universitário. Foi informada desse impedimento pela diretora da Escola de Serviço Social, Madre Maria Franklin, que a decisão partiu do exército.
74. Maria Thereza Ribeiro da Costa Prost	Belém	PA	Professora da UFPB, foi demitida, em 1969, por motivações políticas. Viúva do também perseguido Gerard Henri Camille Prost.
75. Marizete Pereira da Silva	Rio De Janeiro	RJ	Presidente de Diretório Acadêmico de Enfermagem cassada sem ato 1964. Presa e torturada no DOI-CODI, São Paulo, em 1/3/1973, impedida de ingressar na Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo - EEUSP para a qual havia sido selecionada.
76. Martha Maria Falcão de Carvalho e Morais Santana	João Pessoa	PB	Filha do Ex-prefeito de Santa Rita, Antônio Teixeira de Carvalho, que dava apoio ao movimento das ligas camponesas sendo preso, após o golpe militar, e demitido do emprego.
77. Maura Pires Ramos	Campina Grande	PB	Exclusão da Universidade em 1969, sequestrada, torturada e perseguida.
78. Myriam Melo de Aquino	João Pessoa	PB	Viúva do ex-deputado federal Osmar de Aquino, que teve o mandato cassado, em 1969, e seus direitos políticos suspensos por dez anos.
79. Nydia Franca Lemos de Souza	Brasília	DF	Trabalhava no IAPI, pediu demissão para acompanhar o seu marido que havia mudado para Londrina, após ter mandato de deputado

Nome	Cidade	Estado	Caso
			estadual cassado e direitos políticos suspensos
80. Oriana Andrade de Mattos	João Pessoa	PB	Impedida de fazer matrícula por 1 ano na UFPB, no curso de Filosofia.
81. Rachel da Paz Gomes da Silva	João Pessoa	PB	Viúva do advogado José Gomes da Silva, que militou no movimento estudantil na década de 50, tendo sido antes preso pelo Exército, acusado de participar da farsa do incêndio do 15º RI. Era advogado das ligas camponesas e de vários sindicatos urbanos de João Pessoa. Pertencia ao PCB, por isso ficou conhecido como "Zé Moscou". Era suplente de Vereador na Capital e foi cassado por ato da Mesa Diretora.
82. Raimunda de Brito Batista	Londrina	PR	Fazia Ciências Econômicas na UFPB e foi impedida de se matricular, por dois anos, em 1969, por perseguição política.
83. Raquel Regis Ramos	João Pessoa	PB	Filha de José Oliveira Ramos (Vigarinho), funcionário do ex-SAMDU. Demitido após o golpe militar, sendo readmitido com a anistia.
84. Risalva Bandeira Borborema	Campina Grande	PB	Estudava no curso de Ciências Econômicas da UFPB, sofreu suspensão de matrícula por um ano em 1969.
85. Rita Lima de Queiroz	Campina Grande	PB	Viúva de Adalcino Queiroz de Oliveira era professor da CEPLAR em Campina Grande, tendo sido preso após o golpe militar.
86. Ruth Honorato de Brito	João Pessoa	PB	Viúva do Sargento do Exército Arlindo Cosme de Brito, que foi preso e levado para Fernando de Noronha, depois de 1964, acusado de subversão.
87. Severina Pinheiro de Brito	Araçagi	PB	Sobrinha de Manoel Porfírio da Fonseca. Era funcionário do SAMDU de Santa Rita e um dos líderes da Liga Camponesa de Sapé. Perdeu o emprego em 1964 e até hoje não foi readmitido.
88. Tabira Almeida Depietre	Campina Grande	PB	Filha de Francisco Joaquim de Almeida Neto, falecido, era estudante e foi preso várias vezes. Em sua ficha no DOPS consta que participou da revolta dos Sargentos e partiu para a guerrilha.
89. Valdete Rodrigues Almeida	Campina Grande	PB	Estava grávida quando foi presa no Maranhão, em companhia do marido, Pedro Coutinho de Almeida. A filha nasceu com problemas, tendo que fazer uma cirurgia imediatamente.
90. Vânia da Costa Vilar	Campina Grande	PB	Era professora da CEPLAR, em Campina Grande. Atuava no Bairro do Monte Santo. Trabalhou da abertura ao encerramento, em 31/03/64.
91. Vilma Batista de Almeida	João Pessoa	PB	Impedida definitivamente de estudar na UFPB. Afastada de um curso de

Nome	Cidade	Estado	Caso
			especialização em 1974. Perdeu o emprego no Lyceu Paraibano em 1968
92. Zenaide Figueiredo de Melo	Campina Grande	PB	Viúva de servidor municipal José Andrade de Melo, que foi preso em Guarabira, levado para Delegacia de Sapé e depois para o 15º RI.
93. Zulmira Alves Flor Melo	João Pessoa	PB	Era funcionária do Incra e foi demitida, em 1979, por perseguição política.

Fonte: Acervo do gabinete do deputado estadual Zenóbio Toscano. Arquivo da CEVPM-PB.

9.10 Considerações Finais

A participação feminina na política e a ruptura com os estigmas e papéis sociais de gênero nas esferas institucionais permanece um desafio às mulheres. Atualmente, com todos os avanços que ocorreram tanto no que tange à conquista de direitos quanto à realidade material feminina, ainda se enfrentam dificuldades em garantir o respeito à legitimidade das mulheres que ocupam cargos de poder e decisão. Assim como aconteceu diante do golpe civil-militar em 1964, vivencia-se hoje um golpe de Estado que rechaça o protagonismo feminino, reduzindo participação das mulheres ao primeiro-damismo e ao silenciamento.

O trabalho do GT de Gênero e Ditadura da Comissão Estadual da Verdade consistiu em um resgate histórico ímpar, dando destaque à atuação destas mulheres que romperam duplamente com os dogmas que lhe impuseram, quer na luta para agir externamente pela justiça social, quer rompendo com o papel doméstico que historicamente lhes foi reservado. Tamanha ousadia provocou também uma repressão com um viés de gênero, que violentava as mulheres de maneira diversa dos homens, adotando os ataques à maternidade, à sexualidade, à reputação e à saúde mental das vítimas, como conduta padrão da repressão.

Este trabalho representa o reconhecimento pela luta, pela bravura e por todo o sangue, suor e lágrimas que foram derramadas em nome da defesa da democracia e da justiça social. Lutamos para "escovar a história a contrapelo"[1136] e revelar outros pormenores da ditadura brasileira, através da luta dessas mulheres que muitas vezes são esquecidas até mesmo pelos campos mais progressistas. Que suas lutas sejam reconhecidas e que nunca mais tamanha violência volte a acontecer em nossa História.

[1136] BENJAMIN, Walter. As Teses sobre o Conceito de História. In: **Obras Escolhidas**, Vol. 1. São Paulo, Brasiliense, 1985, p. 225.

10 Censura à imprensa e à cultura

10.1 Censura à imprensa

Na noite do golpe de 1964, a sede da Associação Paraibana de Imprensa (API) foi invadida tendo em vista a realização de uma reunião da CEPLAR e concentração de segmentos que apoiavam o governo João Goulart. Nessa madrugada, muitos não voltaram para suas casas. Em vez disso, procuraram um lugar seguro para se esconder.

Outra invasão ocorreu na sede da API, no dia seis dias de abril, em vista de um auto de busca e apreensão, em cumprimento à "ordem expressa do Senhor Coronel Comandante da Guarnição de apreender todo e qualquer documento ou publicação de caráter subversivo ou propaganda do regime comunista". Depois de verificarem que não havia pessoas no recinto, entraram no local e procederam[1137]

> a mais minuciosa busca, examinando todas as salas e lugares, fazendo abrir as portas, gavetas, armários, etc, encontrando o seguinte material: 28 (vinte e oito) revistas intituladas "PROBLEMAS DA PAZ E DO SOCIALISMO"; 2 (duas) revistas "LA MUJER SOVIETICA"; 14 (quatorze) livros intitulados "QUE ES LA ORGANIZACION"; 1 (uma) revista intitulada "QUE ES LA ORGANIZACION INTERNACIONAL DE PERIODISTAS"; 1 (um) exemplar de "PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO"; 1 (um) exemplar de "EL IMPERIALISMO, FASE SUPERIOR DEL CAPITALISMO, por V.I. LÊNIN; 1 (um) exemplar do catálogo "LAND REFORM LAW - REPUBLIC OF CUBA"; 7 (sete) boletins de propaganda intitulado "REVISTA DA CHINA"; 27 (vinte e sete) boletins de propaganda da "REVISTA DA UNIÃO SOVIÉTICA"; 1 (um) exemplar de "OBRA REVOLUCIONÁRIA" (Imprensa Nacional de Cuba); 1 (um) boletim de informação da Embaixada da URSS; 1 (um) exemplar da revista "OBRA REVOLUCIONÁRIA" (Imprensa Nacional de Cuba); 1 (um) exemplar intitulado "EXPRESSÃO SOCIALISTA DAS CONSTITUIÇÕES DE APÓSGUERRA"; 1 (um) exemplar da revista "KRUSCHIOV NOS ESTADOS UNIDOS"; 1 (um) exemplar da revista "CHINA RECONSTRUYE"; 1 (um) exemplar da revista "TIEMPOS NUEVOS"; 1 (um) exemplar da revista "VANGUARDA OBREIRA"; que foi recolhido ao Quartel do 15º Regimento de Infantaria, onde ficou à disposição da Justiça, do que, para constar, se lavrou o presente auto, o qual vai assinado por mim, 2º Tenente MANOEL DA PENHA ALVES que o escrevi e por 2º Tenente ANTONIO FERNANDO CARVALHO DE SOBRAL, também encarregado da diligência [...]

[1137] MINISTÉRIO DA GUERRA. IV Exército. Guarnição Federal de João Pessoa. Encarregado do IPM: Major Ney de Oliveira Aquino; Capitão Ernani Layme Falcão, Escrivão. Inquérito Policial-Militar instaurado para apurar responsabilidades de ligados a ideologia comunista ou viessem praticando atos atentatórios à Segurança Nacional, 14/4/1964. Cópia digitalizada. Arquivo da CEVPM-PB.

Com relação ao presidente da API, jornalista Adalberto de Araújo Barreto, os registros nos órgãos de segurança e informação tratam de suas "atividades subversivas no meio civil da Paraíba", em 1962. E em 1964[1138],

> esteve preso no 1º GPT E CONST e foi indiciado, no IPM/PB-1 por ter exercido a presidência da Frente de Mobilização Popular, entidade que congregava elementos esquerdistas de João Pessoa/PB, inclusive membros do PCB.
> Fez parte de uma relação de pessoas denunciadas pela Procuradoria da Justiça Militar, sendo indiciado na 7ª CJM no Processo nº 70/64, como incurso no Art. 2º, III, da Lei nº 1802/53, tendo sido excluído da denúncia através de "Habeas-Corpus".
> O jornalista em foco foi um dos elementos mais empenhados para uma possível união entre estudantes e camponeses, visando a agitar e subverter os meios estudantis e rurais da Paraíba.

No período pré-golpe de 1964, a API desempenhou um papel de mobilização integrando a "Rede da Legalidade" pela posse de João Goulart, após a renúncia de Jânio Quadros, e se constituía em espaço livre para a defesa das lutas camponesas, sindicais e estudantis[1139]:

> A API se tornou, na Paraíba, o grande centro dessa agitação, porque, segundo Adalberto, exercia uma parcela influente de poder. A entidade estava ligada aos jornais e emissoras de rádio (o próprio Adalberto era presidente da emissora oficial, a rádio Tabajara) e, no clima de liberalidade que se respirava, havia espaço para as manifestações dos setores politizados que pregavam reformas sociais e estruturais.

Evandro Nóbrega, em artigo que trata da imprensa entre o pré-golpe de 1964 até 1968, comenta a atmosfera de medo nas redações dos jornais, em João Pessoa[1140]:

> Do dia primeiro em diante, começou a caça – até nas redações – aos jornalistas considerados "subversivos". A API, onde um serviço de alto-falantes transmitia antes as notícias captadas das emissoras do Sul do País, já fora devidamente vasculhada. À noite, veículos militares, transportando soldados armados dirigiram-se aos jornais. [...]
> A tropa entrou sem aviso, comandada por um major. Este trazia longo rol de nomes de jornalistas "suspeitos": Adalberto Barreto, presidente da API, diretor geral da rádio Tabajara[1141], e um dos principais animadores da Frente de Mobilização Popular; Gonzaga Rodrigues (que se encontrava há meses num leito de hospital); Severino Biu Ramos; Nathanael Alves; João Manoel

[1138] ARE_ACE_3244_82; INFORMAÇÃO 046/119/ARE/82; DATA: 16 MAR 82. Arquivo Nacional. SNI. Cópia digitalizada. Arquivo da CEVPM-PB
[1139] GUEDES, Nonato. Adalberto Barreto: A API tinha o poder em 64. Entrevista. In: GUEDES, Nonato et al. **O jogo da verdade**. Revolução de 64 30 anos depois. João pessoa: A União, 1994. p. 286.
[1140] Nóbrega, Evandro. Algo do que a Imprensa viu (e não viu) entre o Pré-Golpe de 64 e o Ano de 68. In: GUEDES, Nonato et al. Op. cit. 1994. p. 174
[1141] Adalberto Barreto foi exonerado antes do golpe, fruto de acordo entre o governador Pedro Gondim e o Grupo da Várzea.

> de Carvalho; Jório de Lira Machado; Malaquias Batista, Wills Leal; Paulo Pontes; Paulo Melo e outros [...]

Esse episódio ocorreu na redação do jornal O NORTE e, conforme Evandro Nóbrega, nenhum dos citados estava por lá naquela ocasião. Ele acrescenta:

> censura aos meios de comunicação social – que episodicamente tinha vigorado logo nos primeiros dias do golpe, sendo depois levantada – retornou com toda carga depois da edição do AI-5, em 13 de dezembro de 1968. A repressão se dirigia, agora, contra os próprios órgãos de Imprensa que haviam dado suporte ao movimento militar. [...] Jornais como "O Estado de São Paulo" tinham que ir às ruas, por vezes, com espaços em branco, com receitas de bolo ou com poemas até na primeira página (inclusive trechos de "Os Lusíadas") indicando assim ao leitor que, nas respectivas colunas, haviam sido censuradas matérias perigosas para o regime.[1142]

Entre os jornalistas levados para prestar depoimento no Quartel do 15º RI, logo após o golpe, estava Carlos Roberto Alves de Oliveira, diretor do jornal "A Notícia", que demonstrava ser pró-João Goulart. Em registro do SNI, encontram-se as informações[1143]:

> ... proprietário da livraria "LEIA", em João Pessoa/PB, estabelecimento que tem especializado suas vendas com obras de cunho político-contestatório. Embora exercesse cargo de confiança do Governo/PB, procurou assessorar-se de elementos com registros negativos nos OI da Paraíba.
> Quando Secretário de Comunicação Social/PB empenhava-se em arrefecer as manchetes que envolviam o ex-terrorista Wanderley Caixe, pessoa de seu relacionamento. Buscava meios de omitir matéria jornalística que promovesse o trabalho desenvolvido por Secretários do Estado, tidos como integrados à Revolução de Março/1964.

A vigilância sobre os meios de comunicação era constante, tem-se um exemplo de punição de uma emissora de rádio, sob a justificativa legal de não ter a licença para operar, mas os motivos políticos estavam claros[1144]:

> No dia 25 Out 68 a Rádio Arapuan retirada do ar pelo DPF/PB, por decisão do DENTEL, tendo em vista que operava sem licença. Aquela época, durante o movimento estudantil, referida Rádio noticiava acontecimentos sobre a crise estudantil de maneira tendenciosa e alarmista. Sobre o fato do fechamento da emissora, várias pessoas enviaram telegrama de solidariedade à direção da Rádio Arapuan.

[1142] Nóbrega, Evandro. Op. cit., p. 177-178.
[1143] ARE_ACE_3244_82; INFORMAÇÃO 046/119/ARE/82; DATA: 16 MAR 82. Arquivo Nacional. SNI. Cópia digitalizada. Arquivo da CEVPM-PB
[1144] ARE_ACE_4426_83. Idem. Essas informações estão em documento sobre o professor Kleber Cruz Marques, referindo-se ao seu protesto pelo "brutal fechamento e a medida tomada contra a liberdade de Imprensa", em 1968; ao tempo em que afirmam que em 1975 ele passou a compor a Comissão Executiva da ADESG/PB. (INFORMAÇÃO Nº 12/83 /ASI/UFPB - 22 MAR 1983)

A API continuou sendo vigiada, como demonstra o registro a seguir[1145]:

> Realizou-se dia 19 Jul 82, sede Associação Paraibana de Imprensa (API), em Joao Pessoa/Pb, comemoração transcurso 3º aniversario queda Anastácio Somoza Governo Nicarágua. Apesar evento não ter sido acompanhado, em face restrições acesso local, foram identificados seguintes participantes:
> - Agamenon Travassos Sarinho, ligado ao MR-8 e ao Jornal Hora do Povo,
> - Carlos Henrique Souza de Vasconcelos, ligado ao Jornal "Tribuna da Luta Operária",
> - Maria Euthalia Jenner Rosas, ativista do Movimento Estudantil de Joao Pessoa/Pb, et
> - Maria da Felicidade Henrique Alves.
> Não foi constatada realização evento Recife/Pe, Alagoas e Rio Grande do Norte.

O jornalista Jório de Lyra Machado foi preso em 1964, por cerca de 2 meses, passando pelo Quartel do 15º RI, pela ilha de Fernando de Noronha e por Olinda. Ao final do IPM, foi liberado, pois não foi comprovada a sua "culpabilidade em professar ideologias contrárias ao regime vigente no país". Em 1965 já estava livre, mas em 19 de julho de 1965, o IV Exército repassou para o Secretário de Segurança Pública da Paraíba um documento para difusão entre os órgãos de segurança e informação, com o seguinte teor[1146]:

> - Comunista. Continua a detratar e menosprezar os militares.
> - Compareceu à Conferência do jornalista Rui Facó na Faculdade de Direito, onde o conferencista conclamou a Revolução Comunista pelas armas.
> - Consta de informe seguro, que em breve será nomeado para cargo de importância na Prefeitura de João Pessoa pelo prefeito Domingos Mendonça Netto.

De 1965 a 1969 exerceu cargos de confiança no governo de João Agripino Maia e passou a atuar na iniciativa privada. Em 1970 foi de novo chamado para depor e ficou preso por poucos dias no Quartel do 15º RI, em vista de lhe imputarem a autoria do panfleto distribuído no Rio Grande do Norte, em homenagem a Marighela por um ano de seu assassinato, mas não houve comprovação de que tinha sido ele[1147].

Embora Jório Machado fosse fichado como comunista, ele explica que nunca o foi[1148]:

> Eu nunca pertenci ao Partido Comunista, mas sempre lutei ao lado dos comunistas. Eles me tinham muito apreço e confiavam muito na nossa amizade. Insistiam para que eu entrasse no Partido. Paulo Pontes era o que mais me cativava. Amigo de adolescência, uma ligação afetiva que conservamos, sem interrupção até a sua morte. [...] Eu tinha uma admiração

[1145] ARE_ACE_3512_82 21JUL_18:00 (ZLB). Arquivo Nacional. SNI. Cópia digitalizada. Arquivo da CEVPM-PB.
[1146] IV Exército. Informação nº 12 – E2. 19/7/1965. Arquivo DOPS-PB.
[1147] Termo de Qualificação e Interrogatório. 4/11/1970. Arquivo DOPS-PB.
[1148] MACHADO, Jório. **1964**: A opressão dos Quartéis. 2ed. João Pessoa: O COMBATE, 1991, p. 101-102.

> profunda pelo seu caráter e por sua inteligência, mas, nunca me rendi ao apelo para ingressar no PCB. Sempre desconversava. Não havia contradições antagônicas profundas com o marxismo-leninismo, mas interiormente, eu reagia àquela estória de cumprir tarefas sem tugir nem mugir. [...]
> Por isso, quando o Exército apreendeu, em abril de 1964, o livro de atas das reuniões do Partido, na casa do secretário geral Leonardo Leal, meu nome não figurava em nenhuma dessas atas.

Com relação ao jornalista João Manoel de Carvalho, seu nome aparece no mesmo documento já citado, referente a Jório Machado, de 19 de julho de 1965, remetido pelo IV Exército ao Secretário de Segurança Pública da Paraíba, com os dados[1149]:

> - Jornalista e funcionário do IAA-PB. Comunista confesso e ativista em João Pessoa.
> - Compareceu à Conferência do jornalista Rui Facó na Faculdade de Direito, onde o conferencista conclamou a Revolução Comunista pelas armas.
> - Reúne-se constantemente com os comunistas Antonio Aragão, José Robério Toscano, um dos irmãos de Assis Lemos e outros no Bar Luzeirinho, na Av. Vasco da Gama, em Jaguaribe, João Pessoa-PB, seguindo a altas horas da noite todos para a residência (sua) à Rua Luiz Ribeiro de Morais, nº 31.
> - Tem comparecido a reuniões na casa de Antonio Aragão Filho, à rua Caturité, nº 62, em João Pessoa-PB, sendo ambos fichados no 15º RI, como comunistas militantes
> - Mantém ligações com a Dra. Amélia de Araújo Silva (esta não conseguindo acolhida numa imprensa de João Pessoa, para matéria considerada subversiva, disse: "Está próximo o dia de muita gente pedir socorro a mim")

Em vista da nomeação do jornalista Hélio Nóbrega Zenaide, pelo governador Ernani Sátyro, para exercer o cargo de Chefe de Gabinete da Secretaria de Finanças, circulou, confidencialmente, o seguinte documento a seu respeito[1150]:

> Comunista: juntamente com Fernando Bartolomeu de Macêdo, Assis Lemos, Nizi Marinheiro, Luiz Gonzaga Rodrigues e outros, compareceu a conferência do jornalista Ruy Facó, da Faculdade de Direito da Paraíba, onde o conferencista conclamou a revolução comunista pelas armas (1962). [...]
> Economista, Diretor de Órgão Oficial da Paraíba. Exerce função bem remunerada na Secretaria de Finanças e continua gozando de plena liberdade em Palácio.
> -Antes da Revolução de 31 Mar 64 era ledor assíduo de artigos da imprensa e em geral, contra os militares.

Vale ressaltar que Hélio Zenaide exerceu o cargo de diretor do jornal "A União", no governo Pedro Gondim, mas foi exonerado antes do golpe, fruto de acordo entre Gondim e o Grupo da Várzea.

[1149] IV Exército. Informação nº 12 – E2. 19/7/1965. Arquivo DOPS-PB.
[1150] IV Exército. 1º GPT de Engenharia. Informação Nº 160 – E/2. 18 Mai 71. Arquivo DOPS-PB

O jornalista **Carlos** Antônio de **Aranha** Macedo, que participou da ocupação da Faculdade de Direito, em março de 1964, sendo proibido de matricular-se, à época naquela Faculdade, nas décadas de 1960 e 1970 participou da cena cultural paraibana no cine clubismo e na música. O SNI, pela sua Agência do Recife, realiza o seguinte registro sobre ele[1151]:

> 1. Em 19 SET 82, o Jornal CORREIO DA PARAÍBA, de JOÃO PESSOA/PB, publicou artigo de autoria do jornalista CARLOS ANTONIO DE ARANHA MACEDO ("CARLOS ARANHA"), sob o título "PORQUE MISTÉRIO SEMPRE HÁ DE PINTAR POR AÍ- SEIS OU SETE COISAS QUE SEI DO PT", no qual o nominado revela-se um defensor do Socialismo proposto pelo PARTIDO DOS TRABALHADORES (PT), ao afirmar: "Acredito no socialismo como a saída, nestes tempos apocalípticos, para a Latinamérica. Em 82, a forma mais viável de ampliar os caminhos desta luta é votar no PT;
> 2. A citada matéria foi publicada a propósito da criação, em 14 SET 82, de um núcleo paraibano de artistas que apoiam o PT, do qual o nominado é integrante.

Em informativo de 1986, sobre as atividades de militantes do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR) no Nordeste, o único paraibano que aparece na lista é Carlos Aranha[1152]:

> Os elementos abaixo relacionados encontram-se relacionados em nossos arquivos como militantes do ex-PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO REVOLUCIONÁRIO (PCBR) [...]
> CARLOS ANTONIO DE ARANHA MACEDO
> - Presidente da ASSOCIAÇÃO PARAIBANA DE IMPRENA (API) do Estado da PARAÍBA, cujo mandato iniciou em 09 JUN 84 com término previsto para JUN 86.
> [...] Outrossim, consideramos o PCBR um partido extinto em nossa área, completamente desativado. Prosseguimos, entretanto, no levantamento de elementos que, no passado, militaram naquela Organização Ideológica.

Em 1987, Carlos Aranha continua tendo leitores assíduos de suas colunas, entre os agentes dos órgãos de segurança e informação[1153]:

> 1 - No dia 28 JUN 87, o Jornal " O MOMENTO" de circulação nesta Capital, no caderno "B", página B-1, fez publicar na coluna "ESSAS COISAS", do redator CARLOS ARANHA, artigo intitulado ILEGÍTIMO, ILEGAL, AMORAL", no qual o autor não faz por onde poupar críticas ao plano "BRESSER", aos Partidos Políticos e aos políticos que ora dirigem o rumo da Nação, pondo em destaque, inclusive, a perspectiva de discussão sobre a "desobediência civil".

[1151] ARE_ACE_3596_82. INFORMAÇÃO nº 225/116. 27 SET 82. Arquivo Nacional. SNI. Cópia digitalizada. Arquivo da CEVPM-PB.
[1152] ARE_ACE_7255_86_09 MAI 86. Idem.
[1153] ARE_ACE_7793_87. INFORME nº 065/87-SI/SR/DPF/PB. 02 JUL 87. Idem.

Entre os jornais em circulação na Paraíba[1154], na época da ditadura militar, estavam "A União", jornal oficial do governo do estado; "O NORTE", em João Pessoa e "Diário da Borborema", em Campina Grande, ambos pertencentes aos Diários e Emissoras Associados, de propriedade do paraibano Assis Chateaubriand; "Jornal da Paraíba" de propriedade do industrial José Carlos da Silva Júnior, e "Gazeta do Sertão", de propriedade de Edvaldo Sousa do Ó, ambos com sede em Campina Grande; "O Correio da Paraíba", de propriedade dos empresários Roberto Cavalcanti Ribeiro e Paulo Brandão Cavalcanti Filho; "O Momento", de propriedade do jornalista Jório de Lira Machado; "Edição Extra", de propriedade dos jornalistas Ivan Machado e Heitor Falcão; e "A Imprensa", de propriedade da Arquidiocese da Paraíba[1155].

Embora fosse um dos políticos paraibanos mais afinados com o regime militar, o governador Ernani Sátyro[1156] não levou em conta as posições políticas dos jornalistas que escolhia para trabalharem nos meios de comunicação do estado. Quando tomou posse em 1971, para tirar o jornal "A União" da posição de desprestígio em que se encontrava, montou uma equipe liderada por Severino (Biu) Ramos (diretor), Martinho Moreira Franco (editor), Antônio Barreto Neto (secretário de redação) e Marcone Carneiro Cabral (chefe de reportagem). No seu corpo de repórteres e redatores tinha Carlos Aranha, Anco Márcio, Cátia de França, Diógenes Brayner, Expedito Pereira Gomes e o estudante Adroaldo Queiroz[1157]. Entre os colunistas, estavam Luiz Augusto Crispim, autor de obra sobre o filósofo húngaro György Lukács, e o cineasta Ipojuca Pontes, irmão do teatrólogo Paulo Pontes.

Mesmo com restrições no SNI, conforme documento de 3 de setembro de 1973, com o seguinte teor: "Existem nesta AC/SNI registros que desaconselham a indicação de Linduarte Noronha de Oliveira para o cargo de Diretor-Geral da Rádio Tabajara, da cidade de João Pessoa-PB", ele foi nomeado e deixou este cargo para ocupar a presidência do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba (IPHAEP), em 1974.[1158]

[1154] Parte das informações coletadas em: ARE_ACE_5137_83. INFORMAÇÃO nº 136/19/ARE/83. 21 JUL 83. Idem; e ARAÚJO, Maria de Fátima S. **História e ideologia da imprensa na Paraíba**. Dados históricos e técnicos. João Pessoa, A União, 1983.

[1155] Este jornal foi fundado em 1897, passando por vários períodos fora de circulação, por questões internas, entre eles de agosto de 1964 a julho de 1967. Em abril de 1968 deixou definitivamente de circular. MORAIS, Laudereida Eliana Marques. (Org.) **Catálogo do Jornal "A Imprensa"** (1897-1968). João Pessoa: AEPB, 1992.

[1156] Pertenceu aos quadros da UDN e da ARENA, exercendo 8 mandatos de deputado federal, foi prefeito da capital e governador do estado da Paraíba. Foi o autor do substitutivo do projeto de lei de anistia aprovado em 21/8/1979. Cf. FERNANDES, Flávio Sátiro (Organização, seleção e apresentação) **Ernani Sátyro**. Perfis Parlamentares. Brasília: Câmara dos Deputados, 2011.

[1157] Filho de Octacílio Queiroz que um ano depois, apesar de aprovado no vestibular da UFPB, seria proibido de matricular-se devido a seu envolvimento com o movimento estudantil.

[1158] AC_ACE_106688_75. Arquivo Nacional. SNI. Cópia digitalizada. Arquivo da CEVPM-PB.

Apesar de uma intensa rotatividade nos cargos de chefia de A União no seu governo, Ernani Sátyro tendia a preservar os profissionais que destituía, mantendo-os em cargos próximo de si, porém, sem visibilidade.

Um desses casos foi a destituição de Antônio Barreto Neto, que perdeu o cargo de diretor (que havia assumido em substituição a Severino Ramos) porque o jornal publicou uma entrevista com o poeta Sérgio de Castro Pinto criticando a proibição, pela censura, de um livro com gravuras eróticas de Pablo Picasso. Barreto foi afastado mas continuou ligado à Secretaria Extraordinária de Comunicação. Em 1982, o SNI solicitou uma atualização dos registros sobre Barreto Neto e a resposta por telex de 2 novembro de 1982 foi[1159]:

> possui os seguintes registros: em 67 como redator chefe do jornal "A União" foi responsável pela filmagem de curta metragem "Uma aventura capitalista", baseada no conto do comunista Adalberto Barreto. Em 77 foi contra-indicado para contatos com o então presidente da república [Ernesto Geisel], por ocasião da sua visita à Paraíba, no dia 21 Out 77.

Na época da sucessão a Médici, um dos temas recorrentes na lista da censura era "qualquer especulação sobre sucessão presidencial". A redação do jornal A União recebeu o documento com a lista de assuntos proibidos e, entre eles, figurava a interdição ao tema sucessão. O jornal mudara-se para a nova sede no Distrito Industrial, estava sem telefone e dispunha de apenas um veículo para transporte, basicamente, dos exemplares para as bancas. Na noite desse dia, a caminho da redação, dois redatores ouviram na Voz do Brasil que o nome do sucessor de Médici havia sido anunciado. Porém, como vinham conversando, só perceberam que a notícia estava sendo dada já no seu final e ficaram sem saber o nome do indicado. Chegando à redação, comunicaram ao editor o que ouviram e ficou-se na expectativa de uma confirmação. Pouco depois, chegou à redação o censor e o editor perguntou quem fora o escolhido, ao que ele respondeu: "O ministro Geisel". Ora, havia dois generais no governo com esse nome, irmãos. Um deles ocupava uma das pastas mais importantes e estava sempre em visibilidade na imprensa: o general Orlando Geisel, Ministro do Exército. O outro, Ernesto, ex-ministro do Tribunal Militar, se encontrava à frente da Petrobrás. Assim, a escolha por Orlando para a manchete como futuro presidente da república foi óbvia.

A troca dos nomes do presidente nomeado para suceder a Garrastazu Médici, ganhou notoriedade nacional como uma das maiores trapalhadas do jornalismo paraibano, resultando no afastamento não só do diretor Luiz Augusto Crispim, mas também do Secretário de Comunicação Noaldo Dantas e do editor do jornal, Marcone Carneiro Cabral. Crispim e

[1159] ARE_ACE_3831_82_MF_ALT_1. Arquivo Nacional. SNI. Cópia digitalizada. Arquivo da CEVPM-PB.

Marcone foram deslocados para cargos na secretaria e Noaldo mudou-se para Alagoas onde foi acolhido por órgãos de comunicação e do governo estadual. O episódio que resultou na troca do nome de Orlando Geisel pelo do seu irmão Ernesto Geisel na manchete do jornal A União merece registro neste relatório, pois mostra um pouco o quanto a censura era nefasta ao jornalismo.

Um dos recursos de censura à imprensa era a visita, duas vezes por dia, de um servidor da Polícia Federal à redação. Essas visitas ocorriam, geralmente, pela manhã e à noite. Ele chegava com um documento constando uma série de assuntos proibidos de ser abordados pela imprensa. O responsável pela redação no momento lia o documento e dava o ciente, rubricando-o. Não era deixada uma cópia na redação e isso, de certa forma, ampliava a autocensura, pois havia a insegurança de não haver memorizado todos os temas listados.

Uma das preocupações dos órgãos de segurança e informação estava na existência da chamada "imprensa alternativa". Para além da existência de meios de comunicação impressos, de curtíssima duração e tiragem artesanal, produzidos na Paraíba, circulavam no Estado jornais com alguma base local, identificada como sucursal[1160]:

> Jornal "TRIBUNA DA LUTA OPERÁRIA", órgão de divulgação do PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL (PC do B), sediado na rua D. Pedro I, nº 1.012 - João Pessoa/PB, tendo como representante nesta Capital AGAMENON TRAVASSOS SARINHO, [...]. O nominado é funcionário da UFPB conhecido como elemento envolvido em movimentos contestatórios, tendo, 1968, na qualidade de estudante, participado de movimento grevista do Colégio Estudantil do Roger, nesta Capital.
> Jornal "HORA DO POVO", órgão de divulgação do MR-8, Responsável: JOSÉ ADEILDO RAMOS; Editora e Distribuidora Quebra-Quebra-Quilos, localizado na rua Padre Meira nº 56, Sala 201 - Centro/João Pessoa/PB, veículo de divulgação do MOVIMENTO REVOLUCIONÁRIO 08 DE OUTUBRO - (MR-8), tendo o contrato de constituição do referido jornal sido registrado na Junta Comercial desta Capital, conforme documento em anexo.
> Com relação aos periódicos "VOZ DA UNIDADE", vinculado ao PARTIDO COMNISTA BRASILEIRO (PCB) e "CONVERGÊNCIA SOCIALISTA" (CS), de propriedade da CONVERGÊNCIA SOCIALISTA (CS), esclarecemos que o primeiro já circulou em João Pessoa/PB, no ano de 1980, por um período aproximado de dois meses, desaparecendo posteriormente, e quanto ao segundo, não se tem notícia de sua distribuição nesta área.

Os registros do SNI, demonstram investigações sobre a situação financeira dos jornais da imprensa alternativa. Com relação aos que tinham sucursais na Paraíba "Tribuna da Luta Operária" e "Hora do Povo", afirmam: [1161]

[1160] ARE_ACE_3695_82-MF_ALT_1. INFE 112 268/82/SI/SR/DPP/PB, DE 13 OUT 82. Arquivo Nacional. SNI. Cópia digitalizada. Arquivo da CEVPM-PB
[1161] ARE_ACE_3695_82-MF_ALT_1. INFORMAÇÃO Nº 262/16/ARE/82 – 22 out 1982. Idem.

> [...] 2. Nos Estados em questão (PE e PB), tem-se observado uma efetiva redução nas vendas dos citados periódicos, motivada, principalmente, pelo desinteresse do grande público, ora não mais movido pelo fator “curiosidade", conforme observado anteriormente.
> Em João Pessoa/PB, a grande maioria dos jornaleiros deixou de receber tais publicações, e aquelas que ainda se encontram nas bancas locais tratam-se de edições atrasadas, ora utilizadas pelos seus representantes para distribuição gratuita em "atos públicos" e eventos afins.
> 3. Apesar de não se ter obtido dados específicos acerca da situação financeira dos Jornais Alternativos, é de se prever que, à luz dos fatos já expostos, venha ocorrendo uma redução no fluxo de Caixa das respectivas editoras.

Com relação aos jornais em circulação em Campina Grande, a Agência Regional do SNI, registra os seguintes comentários[1162]:

> O jornal "GAZETA DO SERTÃO", editado em CAMPINA GRANDE, não apresenta linha ideológica definida, tendo seu proprietário sempre utilizado seu jornal para sua autopromoção**,** bem como do grupo que o cerca.
> O “JORNAL DA BORBOREMA”, órgão dos Diários Associados, possui linha ideológica neutra e adota linha de ação moderada no trato dos assuntos que são publicados.

Sobre a concessão do Canal de TV em João Pessoa no início da década de 1980, o SNI acompanhava de perto o processo, apresentando informações sobre os grupos e seus dirigentes[1163]: a Empresa de Televisão Correio Ltda, do grupo "Correio da Paraíba”, presidido Roberto Cavalcanti Ribeiro e coordenado pelo jornalista Adalberto de Araújo Barreto; e a Televisão João Pessoa, liderado por Marconi Góes de Albuquerque, Superintendente dos Diários Associados, na Paraíba. [1164]

> 1. O problema relacionado com a concessão do Canal 10, para transmissão de Televisão na cidade de João Pessoa/PB, não vem despertando maiores atenções no Estado da Paraíba, uma vez que o assunto há vários anos vem sendo explorado pelos meios jornalísticos e pela população local, sem que, contudo, tenha surgido qualquer fato positivo que concretizasse a implantação de uma estação de TV naquela cidade, caindo o assunto, portanto, no descrédito popular.
> 2. Os grupos concorrentes ao Edital divulgado em 1980, pelo Ministério das Comunicações, não desfrutam de bom conceito perante a opinião pública. [...]
> - grupo "Correio Ltda”, pela incapacidade gerencial e pelos desacertos evidenciados no bojo de suas atividades até o momento, não conseguiu sequer implantar uma estação de Rádio FM na cidade de Campina Grande, por absoluta falta de recursos financeiros.
> A Empresa de Televisão Correio Ltda, sem ajustar suas finanças e com uma linha de programação radiofônica e jornalística muito distante dos padrões

[1162] ARE_ACE_3566_82. INFORME Nº 03/ARE/82 - 09 Set. 82. Arquivo Nacional. SNI. Cópia digitalizada. Arquivo da CEVPM-PB
[1163] Apresenta informações sobre questões éticas do comportamento das pessoas envolvidas no processo, que não serão aqui tratadas.
[1164] ARE_ACE_3244_82. INFORMAÇÃO 046/119/ARE/82 - 16 MAR 82. Idem.

> mínimos exigidos pela população local, tem como seu principal coordenador o jornalista Adalberto de Araújo Barreto. [...]
> - grupo Televisão João Pessoa, liderado por Marconi Góes de Albuquerque, Superintendente dos Diários Associados, na Paraíba, pelo fracasso que o condomínio associado levou a Rede Tupi de Televisão, pouco se espera dessa nova corrente de dirigentes, egressa da extinta cadeia associado.
> Seus dirigentes paraibanos adotavam, comumente, posições contrárias à linha de ação política do Governo Federal, muito embora, no momento, prestem relevante cobertura aos atos governamentais. [...]
> Em face da atuação dos grupos em questão, esta Agência é de parecer que os mesmos não reúnem condições de comandar uma Estação de Televisão naquele Estado.

A concessão para a instalação da emissora de rádio FM na UFPB (Rádio Universitária), em 1983, embora associada à Rede de Rádios Educativas causou apreensão ao governador da Paraíba, Wilson Leite Braga, tendo em vista as seguintes questões[1165]:

> a. UFPB encontra-se influenciada fortemente por ideias esquerdistas, exploradas pela grande maioria dos integrantes dos corpos docente e discente;
> b. a Universidade abriga três entidades que seguem uma linha radical de ideias contestatórias, inspirando-se nas bases doutrinárias do Partido Comunista do Brasil (PC do B) e do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8). São elas: a Associação dos Docentes da UFPB. (ADUF/PB), a Associação dos Funcionários da UFPB) e o Diretório Central dos Estudantes (DCE/UFPB).
> 3. As mencionadas entidades são responsáveis por todas as agitações, bem como por todos os movimentos grevistas recentemente deflagrados na UFPB, inclusive pela paralisação que ocorre no momento, envolvendo funcionários e docentes da Universidade, a pretexto de reivindicação de melhorias salariais e trabalhistas. Convêm ressaltar que tais entidades já contam com a perspectiva de uma emissora de rádio capaz de ser utilizada na orientação e mobilização de futuros movimentos.
> 4. O Departamento de Comunicação da UFPB tenciona utilizar a referida emissora para formar profissionais capacitados na área de radiodifusão. Levando-se em conta, no entanto, a tendência dos segmentos classistas dentro da Universidade, é licito admitir-se que esses futuros profissionais venham a tornarem-se porta-vozes de ideologias de esquerda e que a rádio venha a ser empregada como um instrumento eficaz para uma difusão bem mais ampla de ideias esquerdistas.

Vale ressaltar que esta rádio, embora em funcionamento no Campus I, com sede no prédio da reitoria da UFPB, não ficou vinculada oficialmente a esta universidade. Era vinculada à Fundação Virgínius da Gama e Melo, criada especialmente para abrigar a emissora, em parceria com a UFPB, em 21 de setembro de 1982[1166]. A direção coube ao professor Arael Menezes da Costa, do Departamento de Comunicação e ex-interventor do CCHLA. A gerência

[1165] ARE_ACE_4830_83 SNI. APRECIAÇÃO Nº 4 /19/ARE 83. 21 Jun. 83. Arquivo Nacional. SNI. Cópia digitalizada. Arquivo da CEVPM-PB

[1166] A Rádio Universitária da UFPB estava integrada ao sistema de radiodifusão educativa liderado pela Fundação Roquete Pinto, vinculada ao MEC.

ficou com professor Carmélio Reynaldo Ferreira, do mesmo departamento e com experiência em rádio jornalismo.

Com relação à censura, merece registro a suspensão da edição de uma revista pelo governo estadual, bem como a incineração dos exemplares impressos do seu número comemorativo ao 4º Centenário da Paraíba, em 1985. Trata-se da "Presença Literária", mantida pela Coordenação de Cultura da Secretaria de Educação do estado, publicação que reunia a produção literária local, a cerca de dois anos. Esta ação de censura ocorreu a partir de um poema do professor da UFPB **Paulo** Roberto Vieira de Melo, intitulado "A Cidade Perdida (Antiode polibiana ou manifesto gagá)" inserido o número especial da referida revista. Com uma linguagem irreverente, abordando questões as mais diversas, em determinado momento faz referência ao golpe de 1964[1167]:

> quando 1964 explodira nas ruas
> eu acabara de bater minha primeira punheta.
> abril aconteceu e eu não estava nas ruas.
> não vi os soldados empunhando suas armas,
> ameaçando destruir o mundo com seu orgasmo de fogo.
> não vi o povo vomitando pedras e impropérios sobre a triste soldadesca.
>
> não vi o regozijo dos generais,
> a aflição das mães,
> os corpos dos massacrados,
> os camponeses sem terra,
> os comunistas sem pátria, nada.
>
> quando 1964 explodira eu me trancara no banheiro.
> quando a metralha dos soldados silenciava o povo nas ruas
> eu solitário gemia de orgasmo,
> e era o único na manhã de abril,
> e fui talvez o único a ejacular o sangue das vítimas.

A decisão do governo estadual de impedir a distribuição da revista foi motivada pelo questionamento e pressão feitos por participantes de um evento da Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra (ADSEG), que a receberam na pasta do evento. Esse acontecimento teve ampla repercussão na imprensa local e nacional. Apenas a título de exemplo[1168]:

> São Paulo, Folha de S. Paulo, 4 de agosto de 1985
> "Censura branca" (Ruy Castro)
> O Estado da Paraíba, que completa quatrocentos anos amanhã, não lerá a edição comemorativa do evento [...]

[1167] Arquivo do Professor Paulo Vieira.
[1168] Recortes de Jornais. Arquivo do Professor Paulo Vieira.

> Os estagiários da Escola Superior de Guerra, atualmente em gozo de férias na aprazível cidade, estranharam a franqueza do poeta e levaram o fato ao presidente da ESG, general Euclydes Figueiredo, o que motivou o recolhimento da edição. [...]
>
> João Pessoa, A União, 4 de agosto de 1985
> "É pra queimar"
> O governador Wilson Braga determinou aos seus assessores a queima de todos os exemplares do último número da revista Presença Literária [...] tendo em vista o incidente ocorrido por causa do poema "A Cidade Perdida".

Especialmente na imprensa local, a crítica ao poema foi predominante. Isso levou a elaboração e divulgação de um manifesto de solidariedade a Paulo Vieira e de repúdio à censura, assinado por artistas, intelectuais, professores, estudantes e jornalistas paraibanos[1169],

Quanto a vigilância em torno de revistas, tem se mais um exemplo a apresentar. Nesse caso, a preocupação dos serviços de segurança e informação com a possível influência da URSS foi constante, e mesmo após o período da ditadura militar. Em 1986, tem-se o seguinte registro sobre uma revista russa[1170]:

> Segue, em Z7, relação nominal de brasileiros que se correspondem com a revista "EM FOCO" (órgão de propaganda e informação da URSS), propaganda do curso "A Língua Russa ao Alcance de todos" e cópia de agradecimento da revista "EM FOCO".
> Relação nominal com os Estados de procedência de brasileiros que se correspondem com a revista "EM FOCO", órgão de propaganda e informação da URSS: (1983 a 1986) [...]
> - MARCOS C. CABRAL - JOÃO PESSOA/PB;
> - ELEUMAR MENEZES SARMENTO - CAMPINA GRANDE/PB (Reg nesta AI);
> - TOBIAS PAULO DE LIMA - JOÃO PESSOA/PB;
> - ROMUALDO DE SOUZA FILHO - CAMPINA GRANDE/PB.

Os meios de comunicação eram vigiados e os órgãos de segurança e informação mantinham "Fichas Cadastro de Veículos de Comunicação Social", com dados sobre a direção e corpo de jornalistas e técnicos. Essa prática ainda era mantida em 1987, conforme documentação identificada, com a listagem dos seguintes órgãos televisivos e radiofônicos[1171]:

> - TV BORBOREMA (CAMPINA GRANDE/PB)
> - TV PARAÍBA (CAMPINA GRANDE/PB)
> - TV CABO BRANCO (JOÃO PESSOA/PB)
> - TV O NORTE (JOÃO PESSOA/PB)
> - RÁDIO JORNAL FM (JOÃO PESSOA/PB)
> - RÁDIO UNIVERSITÁRIA DA PARAÍBA FM (JOÃO PESSOA/PB)
> - RÁDIO CAMPINA GRANDE FM (CAMPINA GRANDE/PB)

[1169] Jornal Correio da Paraíba, João Pessoa, 8 de agosto 1985. Arquivo do Professor Paulo Vieira
[1170] ARE_ACE_7574_86. Arquivo Nacional. SNI. Cópia digitalizada. Arquivo da CEVPM-PB
[1171] ARE_ACE_7739_87_01 JUN 87. Idem.

- RÁDIO ARAPUAN FM (JOÃO PESSOA/PB)
- RÁDIO CORREIO DA PARAÍBA FM (CAMPINA GRANDE/PB)
- RÁDIO CORREIO DA PARAÍBA FM (JOÃO PESSOA/PB)
- RÁDIO PATAMUTÉ FM (CAJAZEIRAS/PB)
- RÁDIO TABAJARA (JOÃO PESSOA/PB)
- RÁDIO ESPINHARAS DE PATOS (PATOS/PB)
- RÁDIO DIFUSORA DE CAJAZEIRAS (CAJAZEIRAS/PB)
- RÁDIO ALTO PIRANHAS (CAJAZEIRAS/PB)
- RÁDIO BORBOREMA (CAMPINA GRANDE/PB)
- RÁDIO ARAPUAN (JOÃO PESSOA/PB)
- RÁDIO CATURITÉ (CAMPINA GRANDE/PB)
- RÁDIO CORREIO DA PARAÍBA (JOÃO PESSOA/PB)
- RÁDIO CULTURA DE GUARABIRA (GUARABIRA/PB)

Em 1987, o SNI estava fazendo levantamento para identificar a "infiltração nos meios de comunicação social privados e estatais de jornalistas esquerdistas". A agência regional de Recife analisava a situação nos estados de Alagoas, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte, e apenas neste último "não foi detectado elemento esquerdista infiltrado em algum dos meios de comunicação existentes no Estado". Todavia, pela análise realizada, mesmo os "infiltrados", não atuavam efetivamente em prol da "sua ideologia":[1172]

> 1. Os órgãos de comunicação locais, na sua quase totalidade, adotam uma linha de ação moderada no trato dos assuntos por eles veiculados.
> A sobrevivência e a manutenção os levam a se posicionarem de forma neutra, atendendo as diversas tendências existentes sem, entretanto, assumirem postura contestatória de forma radical.
> 2. Dentro do período observado, não foram constatadas, em todos os meios de comunicação da área, sobretudo os mais influentes, interferências de organizações ideológicas ou mesmo interferências isoladas de elementos esquerdistas na tentativa de manipular esses mesmos meios, com vistas a subverter a ordem ou insuflar a população no afã de conquistar adeptos para a sua ideologia.
> 3. No regime de liberalidades, presentemente vivenciado, onde novos parâmetros foram traçados para que o trabalho desenvolvido pela censura tivesse um sentido de continuidade, adotando critérios flexíveis, é comum ver-se a imprensa ou emissoras de rádio divulgarem assuntos de caráter ideológico, antes vetados e que hoje pouco ou quase nada despertam na população ouvinte.
> 4. No Estado da PARAÍBA, duas emissoras de rádio, a RÁDIO CATURITÉ e a RÁDIO ESPINHARAS, respectivamente de CAMPINA GRANDE e de PATOS, ambas de propriedade da Diocese local, adotam uma linha mais liberal, sem excessos, fiel a linha progressista da Igreja, onde editoriais e noticiários giram em torno de cobranças ao governo pela solução dos problemas que atingem a população e pelo cumprimento dos compromissos por aquela autoridade maior.
> 5. Afora esse segmento, o quadro demonstrativo Z7 relaciona profissionais de comunicação que, apesar de serem possuidores de tendência ideológica esquerdista, não conseguiram, ainda marcar presença, efetivamente como marxista, nos seus locais de trabalho.

[1172] ARE_ACE_7644_87_26 FEV 87. Idem.

O quadro demonstrativo dos elementos infiltrados nos meios de comunicação apresenta tanto informações relevantes como, por vezes, incluem nomes de jornalistas com poucos dados[1173].

> CARLOS HENRIQUE SOUZA VASCONCELOS - "PENINHA",
> OI: PC do B – militante
> Local de Atuação: Jornal "CORREIO DA PARAÍBA"
> Cargo ou função: Repórter
> Outros dados: Membro do Conselho Fiscal do Sindicato dos Jornalistas Profissionais da Paraíba (1984/1987); Participou das comemorações de aniversário do PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL (PCdoB), em MAR 85, em João Pessoa/PB, tendo, inclusive, feito parte da mesa por ocasião do debate sobre "A CONSTITUINTE E A LEGALIZAÇÃO DO PCdoB"
>
> EDSON WEBER DA SILVA
> OI: PCdoB – simpatizante
> Local de Atuação: Jornal "CORREIO DA PARAÍBA"
> Cargo ou função: Repórter
> Outros dados: ---
>
> JOSÉ EUFLÁVIO HORÁCIO
> OI: PCdoB – militante
> Local de Atuação: Jornal "O MOMENTO"
> Cargo ou função: Repórter
> Outros dados: Coordenador do Departamento de Imprensa da Central Geral dos Trabalhadores da Paraíba (CGT/PB); Fez parte da mesa por ocasião debate "A CONSTITUINTE E A LEGALIZAÇÃO DO PC do B", ocorrido durante as comemorações de aniversário do Partido, em MAR85, em João Pessoa/PB; Participou em 1985, como orador nas comemorações do 1º de maio, em JOÃO PESSOA/PB, durante ato público promovido pela então Coordenação Nacional da Classe Trabalhadora (CONCLAT) e pela Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado da Paraíba (FETAG/PB); Em AGO 84, durante lançamento da UNIÃO DA JUVENTUDE SOCIALISTA NA PARAÍBA (UJS/PB) fez pronunciamento no qual defendeu o regime soviético.
>
> WELLINGTON SEIXAS DE CARVALHO
> OI: PCdoB – militante;
> Local de Atuação: Jornal "O NORTE"
> Cargo ou função: Repórter.
> Outros dados: --
>
> EMÍLIA CORREIA LIMA
> OI: PCB – militante;
> Local de Atuação: Jornal "O MOMENTO";
> Cargo ou função: Jornalista; Colaboradora.
> Outros dados: Em NOV 86, candidatou-se a deputada estadual, pelo PMDB/PB não tendo, contudo, sido eleita; Contratada recentemente pelo Jornal "O MOMENTO". A nominada abordará na sua coluna assuntos de natureza política, inclusive problemas sociais e a atualidade brasileira.

[1173] ARE_ACE_7644_87_26 FEV 87. Idem.

CARLOS ANTONIO ARANHA DE MACEDO
OI: Ativista de esquerda
Local de Atuação: Jornal "A UNIÃO" (Órgão oficial do Governo do Estado)
Cargo ou função: Redator.
Outros dados: Militante do PARTIDO DOS TRABALHADORES (PT).

FERNANDO MELO
OI: Ativista de esquerda
Local de Atuação: Jornal "A UNIÃO"
Cargo ou função: Editor.
Outros dados: Militante do PARTIDO DOS TRABALHADORES (PT); (SQD)

WALTER GALVÃO
OI: PCB - simpatizante
Local de Atuação: Jornal "A UNIÃO"
Cargo ou função: Redator.
Outros dados: (SQD)

ODUVALDO BATISTA
OI: PCB - simpatizante
Local de Atuação: Jornal "A UNIÃO"
Cargo ou função: Secretário.

No sentido de ampliar a compreensão da censura à imprensa, para além dos documentos dos órgãos de segurança e informação, a CEVPM-PB realizou uma audiência pública aliando essa temática censura à cultura. Para tanto, foram convidados os jornalistas Severino [Biu] Ramos, Gonzaga Rodrigues, Teócrito Leal, João Manuel de Carvalho e Carlos Aranha, sendo que estes dois últimos também com incursões na área cultural-musical. Infelizmente, João Manuel e Carlos Aranha não puderam comparecer.

No seu testemunho, Luiz Gonzaga Rodrigues relatou que no momento do golpe encontrava-se internado no Hospital Clementino Fraga tratando de uma doença infectocontagiosa e, portanto, não acompanhou diretamente os acontecimentos. À época era funcionário do Porto de Cabedelo à disposição da UFPB, mas com o golpe foi devolvido ao órgão de origem.

Atuou nos jornais “A União” e “O Norte” e dá seu testemunho da presença diária da censura na redação dos jornais, especialmente após o AI-5. Contudo, ressaltou que talvez a pior censura tenha sido a autocensura que muitos dos jornalistas se impuseram para continuarem empregados e sobrevivendo.

Severino [Biu] Ramos foi repórter e secretário do jornal “Correio da Paraíba” e, especialmente na primeira condição, realizou reportagens envolvendo acontecimentos marcantes no período pré e pós-golpe, indo aos locais e vendo a situação das vítimas. Entre as citadas estão o assassinato de João Pedro Teixeira, líder da Liga Camponesa de Sapé, em 2 de

abril de 1962; o enfrentamento entre camponeses e forças da Polícia Militar e milícias, com inúmeras mortes, em Mari, em 15 de janeiro de 1964; e a descoberta de dois corpos queimados em uma estrada em Alcantil, em 10 de setembro de 1964, sem identificação formal, mas de fato como sendo dos camponeses Pedro Inácio de Araújo (Pedro Fazendeiro) e João Alfredo Dias (Nego Fuba). Apesar do registro fotográfico no local, em seguida os corpos desapareceram.

Com relação às reportagens que realizou sobre a possível identificação dos corpos desaparecidos de Pedro Fazendeiro e Nego Fuba, foi aconselhado a não continuar nessa trilha investigativa e nem publicar novas reportagens sobre o assunto. Posteriormente, ele voltou a tratar deste tema no seu livro intitulado "Os crimes que abalaram a Paraíba".[1174]

O jornalista Téocrito Leal foi editor do jornal "O Norte" nas décadas de 1960, 1970 e 1980. Ele recorda que em 1964 fazia o curso superior de Jornalismo, que existia no Colégio N. S. de Lourdes, em João Pessoa, do qual era presidente do Diretório dos Estudantes. Mesmo sendo uma faculdade particular foi afastado, não podendo continuar seus estudos.

Quanto à censura ao jornal, ele afirma que havia duas maneiras: sendo uma por meio de bilhetes, tipo telegrama, com a proibição de se abordar determinados assuntos; a outra era por meio da presença de agentes que passavam na direção e na redação. A Censura não era voltada exclusivamente para questões políticas, mas para um amplo leque de possibilidades. Qualquer tema que pudesse comprometer a visão positiva do desenvolvimento em curso no País era interditado, a exemplo da proibição de veicular qualquer matéria sobre o surto de meningite que ocorreu no sudeste do País.

10.2 Censura à cultura

A cultura, por meio das manifestações artísticas, no seu imenso arco de possibilidades, foi olhada atentamente pelos agentes da ditadura militar, tanto no que tange ao seu uso na propaganda de reforço ao regime, especialmente com campanhas na década de 1970, como na repressão às expressões que contestavam direta ou indiretamente o *status quo.* O texto que ora se apresenta pode ser considerado um esforço inicial, na recuperação de registros na documentação oficial e na memória dos que atuaram no meio cultural naquele período. Portanto, espera-se que a sua incompletude sirva para instigar a continuidade de pesquisas nessa área.

[1174] Tratando desses assassinatos e de outros na história recente da Paraíba, publicou o livro **Os crimes que abalaram a Paraíba.** João Pessoa: Grafset, 1989.

As expressões artísticas por meio da Música, Teatro, Artes Plásticas, Cineclubismo e Cinema, mais do que formas de diversão para o público, assumiam também seu caráter político, que não passava desapercebido pelo sistema de censura. A liberdade de expressão e a criatividade, próprias da arte, eram consideradas meios de subversão e de propaganda comunista, independentemente de sê-las ou não.

10.2.1 Música

Logo após o golpe de 1964, foram sentidos os impactos na área musical. O primeiro exemplo ocorreu com o maestro e violinista Rino Visani, italiano, que trabalhava na Paraíba desde o início da década de 1950, um dos responsáveis pela estruturação da Orquestra Sinfônica do estado[1175]:

> Em outubro de 1964, Rino Visani voltou para a Itália, em função de uma atitude que tomara por ocasião do golpe de 31 de março. Naquela data, ele fazia parte da direção da seção Paraíba da "Ordem dos Músicos do Brasil" e, enviara, em nome da entidade, um telegrama de apoio ao presidente João Goulart. Quando tomaram conhecimento do fato, as autoridades o "aconselharam" a voltar para seu país de origem, prontamente acatada.

Anos depois, o envio do referido telegrama de apoio a João Goulart foi considerado motivo para o afastamento de outro músico da Paraíba. Desta vez a vítima foi o maestro Arlindo Teixeira, também da direção da Ordem dos Músicos. Ele era o regente do Coral Universitário da Universidade Federal da Paraíba e da Orquestra de Câmara do Estado da Paraíba. José Alberto Kaplan relata esse acontecimento[1176]:

> Em 73 – no auge do período de repressão implantado pelo governo Médici –, o Coral foi convidado, [...], a participar do Festival de Corais Universitários, em Portugal. As autoridades da UFPB tiveram que enviar a Brasília relação dos componentes que iriam. Era praxe dos serviços de segurança, no intuito de evitar que saíssem do país elementos que pudessem fazer propaganda negativa do sistema. Na última hora, chegou a permissão para todo mundo, menos a do Maestro. Ninguém sabia o motivo, mas como o Coral não podia ir sem seu regente, o Dr. Humberto Nóbrega [reitor da UFPB], que presidia a delegação, assumiu a responsabilidade, e Arlindo viajou. Só na volta, o reitor teve ciência dos fatos. Sabedor de que as acusações não tinham fundamento, fez, sem êxito, repetidas tentativas de "limpar" o nome de Arlindo.

[1175] KAPLAN, José Alberto. **Caso me esqueça(m)** – Memórias musicais. Vol. I (1935-1982). João Pessoa: Quebra-Quilo, 1999, p. 97.
[1176] Idem. Op. cit. p. 125.

Diante da impossibilidade de continuar trabalhando na Paraíba, o maestro Arlindo Teixeira aceitou os convites da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e da Orquestra Sinfônica de Porto Alegre.

Logo após o golpe de 1964, Pedro Gondim, governador da Paraíba, instituiu uma Comissão Estadual de Investigações, conforme Decreto nº 5340, de 18/4/64, especialmente para apurar denúncias sobre atuação de servidores estaduais e municipais que tivessem atentado contra a segurança do país e do regime democrático. Seis meses depois, o resultado foi a indicação de suspensão ou não renovação de contratos de várias pessoas. O professor e maestro Pedro Pereira dos Santos[1177] foi uma delas[1178]:

> Histórico: De acôrdo com of. nº 71-S/2 de 25/05/71, do Ten-Cel Cmt do I/15º RI, consta que Pedro Pereira dos Santos, foi enquadrado nos Art 7º e l0º do A.I-1, de 09/04/64, tendo sido cassado em decreto publicado a 07/10/64.
> Atos do Poder Executivo: Expediente do dia 05/10/64: O Governador do Estado da PB, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 52, inciso XIII, da Constituição do Estado, Resolve rescindir, com fundamento no Art. nº 7º § 10º do Ato Institucional , de 09/04/64, e em cumprimento a determinação digo decisão da Comissão Estadual de Investigações, constituída pelo Dec. nº 5340, de 18/04/64 (Proc CCG/1.469/64) e contrato de professor de Canto Orfeônico, com a prestação de serviços no Colégio Estadual de J. Pessoa.

Pedro Santos veio para a Paraíba em 1958 contratado pelo Governo do Estado para ensinar na Escola de Música Antenor Navarro. Em seguida foi ser regente da Orquestra Sinfônica da Paraíba e aproximou-se de pessoas que atuavam no teatro (Teatro de Estudantes e Movimento Popular de Arte) e no cinema. Passou o ano de 1959 no Rio de Janeiro e retornou à Paraíba em 1960. Ele relembra toda a movimentação cultural que havia em João Pessoa, com teatro, cinema e cineclube, música, literatura, programa de rádio, livraria.[1179] Em 1980 foi eleito vice-diretor do CCHLA-UFPB, mas não foi nomeado tendo em vista, entre outras informações, de que "participava de reuniões no escritório de serviços técnicos, na Praça 1817 nº 112, pertencente a Adalberto de Araújo Barreto, para tecer críticas ao Governo Federal e ao regime vigente"[1180]. Como Adalberto Barreto, Pedro Santos também integrava os quadros do Partido Comunista Brasileiro. Em depoimento em 1985, Pedro Santos analisa a produção artística da época[1181]:

[1177] Nasceu em Manaus-AM, em 28/l/1932 e faleceu em João Pessoa-PB em 29/8/1986.
[1178] Arquivo DOPS-PB.
[1179] GOMES, João de Lima (Org.) Pedro segundo Pedro. **Caderno de Textos**. Memórias. CCHLA, nº 01, João Pessoa,1995.
[1180] ASI/UFPB. INFO Nº 286 - 1981 - 22 Maio. Arquivo Nacional. ASI. Cópia digitalizada. Arquivo da CEVPM-PB.
[1181] GOMES, João de Lima (Org.) Op. cit., 1995, p. 26.

> Já na década de 70 é que começa realmente a vislumbrar novos caminhos, novas formas de expressão. Até é preciso uma análise muito particular sobre a produção artística de 64 para cá, que é um negócio muito complexo, através de censura, é um negócio muito forte. E as oportunidades de mercado é um problema muito sério que leva a uma autocensura, a deformar e a grilar a cabeça das pessoas.

Outro músico perseguido pela ditadura militar foi **José** de Lima **Siqueira**, que nasceu na cidade de Conceição-PB, em 1907; e faleceu no Rio de Janeiro-RJ, em 1985. Seu pai comandava a banda Cordão Encarnado, em sua cidade natal, e lhe iniciou na teoria e prática musical, em especial com o trompete. Aos 20 anos viajou para o Rio de Janeiro e estudou no antigo Instituto Nacional de Música, formando-se em Composição e Regência, em 1933. Foi idealizador e um dos fundadores da Ordem dos Músicos do Brasil. Desenvolveu a carreira de compositor e regente no Brasil e no exterior[1182]:

> O compositor paraibano possui um catálogo que vai desde a ópera, oratório e a sinfonia até a música de câmara, para instrumentos solos e para voz. Várias de suas obras são resultados de pesquisas de campo em torno da tradição oral brasileira, nomeando seu estilo como "nacionalista folclórico" e numa fase mais tardia, de "nacionalismo essencial". Além disso, a tradição negra também obteve atenção ao compor a Cantata "Xangô", em 1955 e, mais tarde, após meses em pesquisas nas casas de ritos africanos em Salvador, o "Oratório Candomblé" para grande orquestra, coro a oito vozes, coral infantil e seis solistas. Estreado no Rio de Janeiro em 1963, foi gravado pela Orquestra Sinfônica da Rádio da Televisão da URSS, Coro de Câmara de Moscou com sua regência em 1975.
>
> Figura incomparável do mundo cultural brasileiro, foi aposentado (1969) pela ditadura militar devido à sua pregação democrática. Proibido de lecionar, gravar e reger, encontrou abrigo na extinta União Soviética, onde regeu a Orquestra Filarmônica de Moscou e participou como jurado de grandes concursos de música internacionais. Também foi em Moscou que boa parte de sua obra foi editorada e preservada enquanto que no Brasil o estúpido governo militar cuidava de alijá-lo da história.

Por ocasião da 25ª Caravana da Anistia, realizada em João Pessoa, nos dias 9 e 10 de julho 2009, cujo presidente era o advogado e professor Paulo Abrão, o maestro José Siqueira foi homenageado com um concerto[1183], sob a coordenação da professora Josélia Ramalho, no auditório da Reitoria da UFPB.

[1182] Caravana da Anistia. **Homenagem à José Siqueira**. Programa do concerto. João Pessoa/UFPB, em 10 de julho 2009; Caderno de Cultura, 11/02/2007. Jornal **CORREIO DA PARAÍBA**. Disponível em: <http://www.dec.ufcg.edu.br/biografias/JoseLSiq.html>

[1183] Músicos: Kayami Satomi Farias, Josélia Ramalho, Fernando Farias, Sandoval Moreno, Mirna Hipólito, Lea, Egon Figueroa, Conceição Silva, Quinteto da Banda Sinfônica José Siqueira e Amarilis de Rebuá.

Na área da música, a Paraíba entra com destaque no mapa dos confrontos da cultura contra a censura através do compositor Geraldo Vandré (Geraldo Pedrosa de Araújo Dias), nascido em João Pessoa em 1935, que, ainda adolescente, mudou-se para o Rio de Janeiro. A sua composição "Pra Não Dizer que Não Falei das Flores", também conhecida como "Caminhando", ganhou o status de hino da resistência à ditadura militar, dentre outras também marcadas pelo compromisso com temas de denúncia dos problemas políticos e sociais da época, tais como: "Fica com Mal Deus" (1964); "Disparada" (1966); "Aroeira" (1967); "Pra Não Dizer que Não Falei das Flores" (1968); "Canto de América" e "Despedida" (1973). As letras dessas músicas eram analisadas pelo Serviço de Censura e Diversões Públicas, órgão da Polícia Federal, e os censores indicavam vetos parciais ou totais.

A sua produção enquadra-se na categoria de música de protesto, como afirma Amilton Justo de Souza: "enquanto a música engajada, que vigorou no pré-1964, estava mais voltada para a conscientização e o esclarecimento, a música de protesto, no pós-1964, estava mais preocupada com a denúncia e o convite à resistência"[1184]. Vale ressaltar que essas categorias conviveram durante todo o período da ditadura militar.

A censura política e a perseguição constantes fizeram com que Geraldo Vandré buscasse o exílio como alternativa de sobrevivência. Com seu retorno ao país causou polêmica pelas posições adotadas em confronto ao seu passado, chegando a compor uma canção em homenagem a Força Aérea Brasileira, intitulada "Fabiana". O que realmente aconteceu com Vandré ainda está na penumbra, pela falta de comprovação documental e testemunhal, pois ele é o primeiro a afirmar que não foi torturado e não querer mais falar sobre o assunto.

Já no Brasil, em 7 de outubro de 1976, Vandré encaminhou requerimento ao Chefe das Forças Armadas, ministro Moacyr Barcellos Potyguara, solicitando uma certidão de que a sua música "Caminhando – Prá não dizer que falei das flores" não se referia ou ofendia os militares do exército, marinha ou aeronáutica, tendo em vista que logo após as apresentações no III Festival Internacional da Canção em setembro de 1968, na PUC-São Paulo e no Maracanãnzinho, no Rio de Janeiro, surgiram comentários relacionando partes da obra com as forças armadas brasileiras[1185]:

> Quando das etapas finais do festival, surgiram notícias veiculadas na imprensa, segundo as quais estariam sendo exercidas pressões sobre a direção

[1184] SOUZA, Amilton Justo de. **"É o meu parecer"**: a censura política à música de protesto nos anos de chumbo do regime militar (1969-1974). 2010. Dissertação (Mestrado em História). CCHLA. Universidade Federal da Paraíba, p. 119.
[1185] Estado Maior das Forças Armadas. Processo s/n, 07.Out.1976. Geraldo Pedrosa de Araújo Dias [Geraldo Vandré]. Requer certidão. Cópia digitalizada. Arquivo da CEVPM-PB.

> do mesmo, por parte de "autoridades militares não discriminadas", insinuando-se ainda, no âmbito da festa, que tais "autoridades", consideravam a canção atentatória contra a dignidade das FORÇAS ARMADAS BRASILEIRAS. [...][Grifo do autor]
> Precisamente, a partir de tais insinuações [Há soldados armados, amados ou não/quase todos perdidos de armas na mão/nos quartéis lhes ensinam uma antiga lição/de morrer pela Pátria e viver sem razão], incluídas no processo publicitário da canção "Caminhando ou Prá Não Dizer Que Não Falei das Flores", ela passou a ser consumida pela opinião pública nacional e internacional, como objeto de DESACATO à imagem pública das instituições militares brasileiras. [...][Grifo do autor]
> No caso concreto da canção "Caminhando – Prá não dizer que falei das flores", ocorreu, em nosso modo de entender atual, uma confluência de processamentos compreendida nos termos das premissas retro, em cujo ponto de encontro reuniram-se contingentes reprimidos de inconsciente coletivo prejungliniano e interesses não declarados de empresas editoriais empenhadas no subfaturamento da produção por elas distribuída comercialmente. [...]
> Militou então, ele mesmo, num erro de convencimento que lhe custou entre muito, quatro anos, cinco meses e doze dias distante do seu país. [Grifo nosso]
> E, entre muito, diga-se, porque não se mede em tempo sentimentos dessa natureza. Não lhe restara, por força desse erro, outra alternativa que não fosse afastar-se. Reconhecê-lo, como tal e declara-lo, não é mais do que uma obrigação. No entanto, para bem da verdade, acrescente-se não conhecer o declarante em sua vida, maior gratificação do que a que decorre de poder cumprir esta obrigação. Como dizíamos, pois, não dispunha o requerente, no envolvimento próprio de quem tem por atividade quase exclusiva, a música e a poesia, as possibilidades de distanciamento mínimas necessárias para o estabelecimento de uma visão crítica significante, sobre o seu trabalho, em suas projeções peculiares dentro da chamada cultura de massas. [...]
> Nunca ouviu, o requerente, da viva voz de um militar brasileiro, a reclamação de um ofendido. Nunca sentiu nem recebeu de um oficial ou de um soldado do Exército, da Marinha e da Aeronáutica de seu país, uma atitude ou palavra que fossem de ressentimento. [Grifo nosso]
> [...] solicita o signatário, finalmente, pretendendo como não poderia deixar de ser, referenciar seus procedimentos, em termos do melhor DIREITO, seja-lhe dado por CERTIDÃO, sob a responsabilidade de autoridade competente, DECLARAÇÃO DE QUE NÃO INTERESSA ÀS FORÇAS ARMADAS BRASILEIRAS, MARINHA, EXÉRCITO E AERONÁUTICA, PORQUE A ELA NÃO SE REFEREM, NEM DIZ RESPEITO, NEM LHES ALCANÇAM EM SEUS REAIS VALORES, AS ILAÇÕES E PRESENÇÕES DE ANTAGONISMO, OU DE SIMPLES ALUSÕES A ELAS, ATRIBUÍDAS À CANÇÃO DENOMINADA CAMINHANDO ou PRÁ NÃO DIZER QUE FALEI DAS FLORES [...].[Grifo do autor]

Trata-se de um longo requerimento com sete páginas datilografadas, assinado por Geraldo Vandré, abordando diversas questões entre as quais destaca-se o papel que ele atribui às empresas editoriais e seus interesses comerciais. Ao tempo que valorizava a obra por ser proibida, ao autor não cabia direitos autorais com o subfaturamento e "isenção nas obrigações de prestação de contas".

O parecer dado ao requerimento não teceu comentários diante dos argumentos apresentados, dando "a seguinte solução: Indeferido. Arquive-se." O despacho do ministro foi

publicado no Boletim do Estado Maior das Forças Armadas (BEMFA nº 003), em 20 de janeiro de 1977.[1186]

Embora Geraldo Vandré tenha afirmado que não houve crítica ou contestação de membros das Forças Armadas, foram identificados pelo menos dois registros que contradizem essa firmação: uma carta publicada no jornal "Última Hora", do Rio de Janeiro, em 21/12/68, de autoria do general Aspirante Bastos, que atuava no Pantanal Mato-grossense, questionando o compositor[1187]:

> "O que entende você de pátria, para dizer que nos quartéis se vive sem razão? Que mais você fez nesta vida, sem ser em troca de lucro?", indagando ainda que "será uma vida sem razão a dos homens que neste momento, como eu, em terras longínquas ensinam a cor da bandeira brasileira?". Mais adiante ele aconselhava o artista: "Cante o que quiser, mas não coloque nada de pátria no meio. Você não sabe o que é isso. A sua pátria deve ser um copo de cerveja."

Outra carta em forma de poema, de autoria do capitão engenheiro João Batista da Silva Fagundes, de Itajubá-MG, de 10 de novembro de 1968, após apresentar a lida dos militares junto à população, destacando o militar engenheiro, afirma[1188]:

> E agora vem um VANDRÉ
> Dizendo que é tudo em vão!
> Por isso sem ter violão
> Também fabrico protesto
> Pois vejo nesse teu gesto
> Pobreza de coração...
> No meio do povo inculto
> Mas nada constrói de vulto
> Olhando a tua Nação
> Que te dá paz, luz e pão.

Esta carta/poema (Carta a Geraldo Vandré) encontra-se em anexo do documento identificado com cabeçalho do "Ministério do Exército – II Exército, Quartel General em Santos-SP", de 5 de março de 1969, que apresenta a intenção de popularizá-lo: "Solicita-se distribuir cópias entre o público externo (civis amigos) e solicitar-lhes a colaboração no sentido de divulgar o poema e daqueles que possam e o desejem, reprodução para distribuição"[1189].

Um episódio que merece ainda destacar relativo a Geraldo Vandré é que, no dia 8 de agosto de 1983 ele esteve em João Pessoa onde lançou um disco com apenas duas músicas

[1186] Idem.
[1187] ARAÚJO, Paulo Cesar de. **Eu não sou cachorro, não**. Música popular cafona e ditadura militar. Rio de Janeiro: Record, 2002, p. 107.
[1188] BR_SP_APESSP_DEOPS_SAN_P001062_01. Cópia digitalizada. Arquivo da CEVPM-PB.
[1189] Idem.

gravadas: “Desacordonar” e “Caminando”. Esse disco, que tem como título “Geraldo Vandré no Chile”, foi gravado em 1969, mas o lançamento só ocorreu em 83. “Caminando” é uma versão não literal de “Pra Não Dizer que Não Falei das Flores”. Já “Desacordonar” segue a linha das suas canções de protesto, conclamando “estudiantes, operarios, soldados” a tomarem as rédeas do próprio destino.

Neste mesmo ano ele esteve acompanhando o desfile de 7 de setembro na capital paraibana, conforme registro do Segundo Comando Aéreo Regional, com o seguinte teor: “seguem, em anexo, fotografias do cantor/compositor Geraldo Vandré, quando fazia cobertura, como repórter, das comemorações da Semana da Pátria/83, em João Pessoa/PB”[1190].

Fonte: BR_AN_BSB_VAZ_139_0151. 19 Mar 1984. Ministério da Aeronáutica. Segundo Comando Aéreo Regional. CISA. Arquivo Nacional. Cópia digitalizada. Arquivo da CEVPM-PB.

Outro episódio de dimensão histórica, considerado um marco da luta pela terra no Brasil, que também deve ser registrado no capítulo dos embates da música contra a censura, é a **Cantata pra Alagamar**[1191], obra rica em simbolismos, tanto pelas pessoas envolvidas quanto pelo episódio que a inspirou.

[1190] BR_AN_BSB_VAZ_139_0151. 19 Mar 1984. Ministério da Aeronáutica. Segundo Comando Aéreo Regional. CISA. Arquivo Nacional. Cópia digitalizada. Arquivo da CEVPM-PB.

[1191] Parte deste texto foi publicado originalmente por FERREIRA, Carmélio Reynaldo. A clave musical desafia a clava da censura. In: FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra; ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares; MELO, Vilma de Lurdes Barbosa e. **Direito à memória e à verdade**: Saberes e práticas docentes. João Pessoa: Editora do CCTA, 2016.

Situada nos municípios de Itabaiana e Salgado de São Félix, a fazenda chamada Grande Alagamar compreendia diversos estabelecimentos rurais onde centenas de famílias residiam e viviam do cultivo da terra há várias gerações, além dos foreiros, estabelecidos há menos tempo na propriedade. A relação de ambas categorias de moradores com o proprietário Arnaldo Araújo Maroja era verbal, sendo concedido o direito de explorar a terra em troca de cessão de parte da produção, da renda e de dias de trabalho em benefício do dono delas.

Porém, em 1975 ele faleceu e as terras foram vendidas. Os novos proprietários tentaram expulsar os agricultores, desencadeando um conflito que colocou, de um lado, os camponeses, a igreja católica, intelectuais e militantes identificados com as causas populares; do outro, os novos donos, a polícia, pistoleiros e jagunços contratados para intimidar a qualquer custo quem se dispusesse a desafiar as ordens de desocupação.

A atuação da igreja católica através do frei Hermano José, pároco de Alagamar, e do arcebispo da Paraíba, D. José Maria Pires, foi decisiva para que o conflito chegasse a um desfecho satisfatório para os camponeses. Porém, até que isso fosse conquistado, muitos confrontos aconteceram, inscrevendo Alagamar na história da luta pela terra no Brasil.

Um desses episódios foi a **Cantata pra Alagamar**. Decidido a dar maior visibilidade à luta dos agricultores pelo direito de permanecer na terra, D. José buscou a parceria com José Alberto Kaplan (um judeu argentino, compositor, maestro e professor da UFPB) e Waldemar José Solha (um paulista ateu, escritor, ator, artista plástico e bancário). Ambos residentes na Paraíba, já eram respeitados por suas obras premiadas em concursos nacionais e contribuições para a cultura local.

No texto de apresentação, comemorando a diversidade de crenças envolvida na construção da obra, D. José escreveu: "... apesar da existência de tantas ideologias e religiões que se opõem e combatem, há um denominador comum em torno do qual as pessoas poderiam somar. Esse denominador tem nome: chama-se Serviço do Povo."[1192]

Os autores optaram por buscar na música e na poesia populares a linguagem para narrar, de forma despojada, a epopeia dos agricultores. Kaplan e Solha criaram a **Cantata** inspirados no **Hino de Alagamar**, composto pelo camponês Severino Izidro, cujos versos têm estrutura de cordel, com métrica variada, recurso empregado para marcar mudanças narrativas, como o martelo agalopado, usado nos momentos dramáticos, e a gemedeira, nos de ironia e sarcasmo**.**

[1192] Programa da apresentação da "Cantata pra Alagamar". Arquivo do Departamento de Música da UFPB.

A partir dos timbres da viola nordestina e do pífano, o maestro Kaplan elaborou a partitura do acompanhamento musical para cravo e flauta, mas a percussão foi escrita para instrumentos tradicionais do Nordeste: pandeiro, triângulo e zabumba.

A apresentação da **Cantata pra Alagamar** constituía riscos reais para as pessoas envolvidas no espetáculo, pois desafiava não só as normas da censura – de que todo material destinado à exibição pública devia passar pelo crivo da Polícia Federal – como também o poder econômico, constituído pelos donos da terra e suas milícias armadas.

Para levar a público a **Cantata pra Alagamar** aqui na Paraíba, o maestro Kaplan reuniu os integrantes da Camerata Universitária, que ele dirigia, e comunicou que, devido ao caráter transgressor da obra, não envolveria o grupo da UFPB na montagem, preferindo formar um conjunto independente. Porém, de imediato recebeu a adesão da quase totalidade dos integrantes da Camerata.

As primeiras apresentações da **Cantata** ocorreram em junho de 1979, sob muita tensão, em igrejas de João Pessoa e de Itabaiana. Acredita-se que a repressão foi evitada devido à presença do arcebispo da Paraíba, D. José Maria Pires e, em algumas ocasiões, de outras autoridades da igreja católica, como o arcebispo de Olinda e Recife, D. Helder Câmara.

Prosseguindo a sua saga transgressora, a **Cantata pra Alagamar** foi gravada no estúdio do Conservatório Pernambucano de Música, no Recife, pelo mesmo elenco das apresentações ocorridas na Paraíba, e lançada em disco pela gravadora Marcus Pereira. Sem ter sido submetido previamente à censura, esse disco foi colocado à venda no mês de dezembro de 1979 em lojas de todo o país, com reportagens e críticas favoráveis publicadas em grandes jornais e revistas influentes de circulação nacional. Também nesse aspecto, a **Cantata** se inscreveu na história, pois, pela primeira vez, uma obra artística rica em elementos transgressores aos ditames dos governos militares chegava ao público sem se submeter à censura.

10.2.1.1 Os Festivais de Música Popular Brasileira na Paraíba: 1967 - 1970[1193]

1º FESTIVAL PARAIBANO DA MODERNA MÚSICA POPULAR BRASILEIRA - abril de 1967

Este Festival foi promovido pela Sociedade Cultural de João Pessoa, cujo presidente era Expedito Pedro Gomes. Foram idealizadores do certame, além de Expedito Gomes, Galileu de Oliveira Belli, crítico e comentarista de artes da Rádio Arapuan, e Alarico Correia Neto,

[1193] Esse texto foi baseado em pesquisa de Maria José Teixeira Lopes Gomes, no Arquivo da extinta Sociedade Cultural de João Pessoa, dirigida por Expedito Pedro Gomes.

secretário do Teatro Santa Roza. O evento realizou-se no referido teatro, tendo seu diretor Altimar de Alencar Pimentel exigido da Comissão Organizadora um Termo de Responsabilidade para que não houvesse nenhum dano àquele patrimônio histórico.

A Comissão Executiva ficou assim constituída: Expedito Pedro Gomes, Galileu de Oliveira Belli e Alarico Correia Neto. O evento foi realizado com 3 eliminatórias: 1, 8 e 15 de abril de 1967 e a finalíssima no dia 22 de abril de 1967. A imprensa deu total apoio ao certame. A plateia ficou lotada, ora vaiando, ora aplaudindo as músicas apresentadas. Vale ressaltar que os artistas levavam suas próprias torcidas. O prefeito de João Pessoa, Damásio Barbosa da Franca, também prestigiou o conclave.

Todas as músicas recebiam um parecer prévio do Serviço de Censura da Polícia Federal. A composição de Vital Farias "Inimigo do povo" teve problemas com a Censura e a Comissão Organizadora, para evitar algum transtorno, não autorizou sua inscrição. Contudo, o compositor Vital Farias apresentou sua música, que mesmo não sendo classificada, foi bastante aplaudida pela plateia.

A Comissão Julgadora foi composta pelos maestros Arlindo Teixeira, Augusto Simões, Mauricio Gurgel e pelos críticos Hildebrando de Assis, Galileu de Oliveira Belli e Altimar Pimentel.

As músicas vencedoras deste 1º Festival foram:

1º lugar: "O Repente" - Intérprete: Bráulio Bronzeado. Música José Pequeno e letra de Genival Veloso.

2º lugar: "Meação" - Intérpretes: Gilson e Geisa Reis. Música de Luiz Ramalho.

3º lugar: "Poeira" - Intérprete e música de Marcos Vinicius de Andrade e letra de Severino Marcos Tavares.

2º FESTIVAL PARAIBANO DA MÚSICA POPULAR BRASILEIRA – maio 1968

Neste Festival foi criado o símbolo dos Festivais: "Galo de Campina", de autoria do desenhista Antônio Cândido e confeccionado pelo artista plástico Raul Córdula Filho que emoldurou os cartazes de divulgação espalhados pela cidade e as flâmulas que eram comercializadas por ocasião das apresentações. Foi instituída outra medalha "Melhor Letra", oferta da Caixa Econômica Federal da Paraíba. O local escolhido foi o Teatro Santa Roza e os dias das eliminatórias: 6, 13, 20 e 27 de maio. Foram inscritas 36 músicas e todas passaram previamente pelo Serviço de Censura da Polícia Federal.

A Comissão Organizadora foi composta por Expedito Pedro Gomes, Elias Galiza, José Alves, Francisco Dantas e José Nilton da Silva; e a Comissão Julgadora pelo maestro Arlindo

Teixeira, Marcos Vinicius, Aldemir Sorrentino, Jairo Guedes, Augusto Simões, Francisco Ramalho e Arthur Cantalice. As músicas vencedoras foram gravadas pela Mocambo do Recife. As músicas vencedoras

1º lugar: "Tropeiro" - Música de Luiz Ramalho, intérprete Francisco Zacarias.

2º lugar: "Giramulher" - Música e intérprete Carlos Aranha. Letra de Fernando Aranha.

3º lugar: "Uma Rosa" - Música e intérprete Pepi Tony. Letra de Alessio Toni.

3º FESTIVAL PARAIBANO DA MÚSICA POPULAR BRASILEIRA – outubro 1969

Foi realizado no Clube Astreia. Ficou convencionado neste III Festival que seriam duas Eliminatórias, nos dias 8 e 15 de outubro e a Finalista para o dia 26 do mesmo mês. Os prêmios seriam em dinheiro, tendo os patrocinadores disponibilizados um automóvel para sorteio entre os espectadores do certame.

Foram 60 composições inscritas, sendo que apenas 36 foram escolhidas pela Comissão Julgadora. A música vencedora foi a de Glorinha Gadelha que teve sérios problemas com a Censura da Polícia Federal. Tanto que a coordenação do certame, antes do início da primeira Eliminatória, recebeu a intervenção de um agente encarregado daquele trabalho, alertando que a composição não poderia concorrer com aquele título "Dispositivo Intra Uterino (D.I.U)" e a autora para se apresentar e concorrer foi forçada a modificar o título ficando "Mundo da gente".

Músicas Vencedoras:

1º lugar – "Mundo da gente": de Glorinha Gadelha interpretada por ela

2º lugar – "Caminhando Caminhar": de Gilson Reis interpretada por Barreto Neto

3º lugar – "Espaço, Educação e Vida: de Nevinha", interpretada por G. Krupel e Ramalho

4º lugar – "Desencanto de Avenida de Menininha": interpretada por Alberto Arcela

5º lugar – "Visão de Nevinha": interpretada por G. Krupel e Ramalho

A Comissão Julgadora era composta por: Geraldo Parente, Marcos Vinicius de Andrade, Maria Julinda Ribeiro Coutinho, Jairo Guedes, Roberto Carlos de Oliveira, Olívio Guedes, Otinaldo Lourenço, Rosinete Ferrer e Martinho Moreira Franco.

4º FESTIVAL PARAIBANO DE MUSICA POPULAR BRASILEIRA - outubro de 1970

O Festival voltou a ser no Teatro Santa Roza e para esta edição antecederam eliminatórias nas cidades de Patos, Souza e Santa Rita, que teve destaque a composição do santaritense Adelino Peregrino "*Quero voltar ao meu país",* uma alusão aos expurgados do solo brasileiro.

Músicas Vencedoras:

1º lugar: “Mariana” – de Cátia de França e Diógenes Brayner, intérprete, Cátia.
2º Lugar: “Pouso Forçado” – de Cátia de França e Marcos Leite, tendo como intérprete José Rui.
3º Lugar: “Objeto de Utilidade Pública” – de Carlos Aranha e João Manoel de Carvalho, interpretada por Carlos Aranha.
4º lugar: “Explosão de Flash” - Cleodato Porto autor e intérpretes Cleodato Porto e Carlos Aranha.
Melhor Letra: Marcos Antônio Leite (Pouso Forçado)
Melhor Intérprete: José Rui (Pouso Forçado)

Nas apresentações das Eliminatórias dos festivais ao calor das vaias e dos aplausos, ficaram disfarçados na plateia agentes da Polícia Federal que se misturavam com os assistentes. Contudo, não inibiam as palavras de ordem dos jovens.

Era comum o Presidente da Sociedade Cultural de João Pessoa, Expedito Pedro Gomes, ser convocado ao Serviço de Censura da Polícia Federal. Os motivos eram os mais variados: denúncia dos insatisfeitos com os resultados do julgamento das composições, críticas às prestações de contas, aos pagamentos dos trabalhos executados, enfim, tudo girava em torno da Censura política e moral do governo militar que não só intervinha, como fiscalizava todos os atos envolvendo a realização dos festivais, época nitidamente definida de controle do estado de exceção.

10.2.2 Teatro

Com a implantação da ditadura militar, a censura teatral foi aperfeiçoada e centralizada, passando do âmbito das secretarias de segurança estaduais à competência da União, especificamente à Polícia Federal, conforme artigo 8º, inciso VIII, alínea “d”, da Constituição Federal de 24 de janeiro de 1967.

Em 1968, as proibições da Censura Federal por motivação política ou moral prejudicaram o movimento teatral em todo o Brasil, não só proibindo espetáculos, mas também com punições a artistas, impedindo-os de exercerem suas atividades profissionais. Em protesto, artistas do Rio de Janeiro e São Paulo suspenderam os espetáculos. Na Paraíba foi realizada uma manifestação, ao mesmo tempo de protesto e de solidariedade, conforme nota distribuída na ocasião, assinada pela Juventude Teatral de Cruz das Armas (JUTECA); Cine clubes em João Pessoa Linduarte de Noronha e Walter Lima Júnior, e em Campina Grande Glauber

Rocha; Grupos Sanhauá e Dimensão; Associações Paraibana de Cinema e dos Críticos Cinematográficos da Paraíba; e Sociedade Cultural de João Pessoa[1194]:

> Quando os teatros do Rio param, quando todos os artistas cariocas vêm às ruas em greve, em protesto contra as recentes medidas de violência praticadas pelo hitlerismo da Censura Federal, não é permitido aos artistas paraibanos, pelo menos os honestamente comprometidos com sua missão social, cruzarem os braços. [...] No momento em que, não só o teatro, mas toda a cultura, vê-se ameaçada, não é lícito deixar-se levar na onda dos desconhecedores das arbitrariedades e atos de completa ignorância de uma meia dúzia de "censores", em nome de uma falsa moral. Chegamos ao ponto de que ignorar tudo isso é crime e agora, mais do que nunca, é exigida uma definição dos artistas paraibanos.

Com relação ao teatro paraibano e seus artistas, constata-se, a partir dos documentos censórios existentes no Arquivo Nacional, que houve prejuízos à dramaturgia, expressos pela proibição e mutilação de textos escritos por autores da Paraíba. No que se refere à proibição total, restaram documentos referentes aos textos "Rogério" de Orris Soares, encaminhado pelo diretor do Grupo Bigorna, Fernando Teixeira, e interditado pela Portaria nº 70 do Serviço de Censura e Diversões Públicas, de 30 de dezembro de 1968. Também constam documentos referentes à censura total do texto "Creonte", de J. W. Solha, através de censura moral, política e religiosa.[1195]

O exame dos pareceres, existentes no Arquivo Nacional, no período de 1968 a 1988, demonstra que a dramaturgia paraibana foi censurada de acordo com as categorias censórias, com a seguinte prevalência:

Censura Moral – 17 textos

Censura Política – 13 textos

Censura Social – 07 textos

Censura Religiosa – 04 textos

Censura Criminal – 03 textos

Merece destaque a censura imposta aos textos do dramaturgo Altimar de Alencar Pimentel (1936-2008), pois as suas vinte obras preservadas no Arquivo Nacional são as

---

[1194] LEITÃO, Rui César. **1968**: O grito de uma geração. Campina Grande: EDUEPB, 2013, p. 43-44.

[1195] Neste texto são usadas quatro categorias censórias criadas por COSTA, M. C. **Censura em cena**: teatro e censura no Brasil. São Paulo: EdUSP/FAPESP/Annablume/Imprensa Oficial, 2006 (Censura moral, social, política e religiosa). Também é usada a categoria Criminal, criada por SILVA, Rosa Maria Carlos e. **A Arte Censurada**: teatro e ditadura no Estado da Paraíba de 1964 a 1988. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas). CCHLA. Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2014. Ver SILVA, Rosa Maria Carlos e. Op. cit., p. 177.

representantes mais significativas da censura imposta à dramaturgia paraibana, vez que foram enquadradas em todas as cinco categorias censórias citadas acima.

A prevalência da censura nos textos de Pimentel apresenta a seguinte percentagem por categoria censória: moral – 30%; política – 22%; social – 22%; religiosa – 13%; e criminal – 13%. Destaque-se o fato de que, dentre os textos de autores paraibanos, a categoria criminal só foi constatada nos de Pimentel. São eles: "A Erva", "A Última Lingada" e "Pedro Corredor".

No movimento teatral paraibano vale ressaltar a contribuição de Paulo Pontes[1196], inicialmente na condição de integrante da equipe da Campanha de Educação Popular (CEPLAR), com a elaboração de esquetes teatrais e em outras atividades de formação junto aos camponeses. Com o golpe civil-militar fixou residência no Rio de Janeiro e passou a integrar o grupo Opinião, ao lado de Oduvaldo Viana Filho (Vianinha), Armando Costa, Ferreira Gullar, Tereza Aragão, João das Neves, e outros. Com a cisão no grupo em 1967[1197],

> Paulo Pontes volta para a Paraíba. Três anos em contato íntimo com o grupo Opinião, cuja formação era essencialmente teatral, participando de todas as montagens, ou como co-autor dos textos, ou como produtor, divulgador ou qualquer coisa que fosse necessário fazer, lhe deu uma visão do palco e da possibilidade de trabalho nele, que o marcou para sempre. Ao sair do Opinião, em 1967, estava completa a sua formação profissional. Era, enfim, um homem de teatro.

Na capital paraibana, escreveu e montou o espetáculo "Paraí-bê-a-bá", pelo grupo Teatro de Arena da Paraíba, que estreou no Rio de Janeiro, no Teatro Nacional de Comédia, em janeiro de 1968, e em João Pessoa, no Teatro Santa Roza, em fevereiro. Esta peça [1198]

> é uma colagem de textos e músicas organizada por Paulo Pontes, Padre Francisco Pereira, Altimar Pimentel, Jomar Souto e João Manoel de Carvalho e coordenada pelo primeiro dramaturgo. Teve direção musical do maestro Pedro Santos e contou com a participação do Coral Universitário da UFPB. Trata da história dos paraibanos e da Paraíba, enfatizando suas potencialidades, seus valores, suas lutas e suas misérias.

Os documentos censórios também demonstram que eram impostos aos dramaturgos exigência formal de obediência, para ver suas obras encenadas, como o caso de Paulo Pontes, à época radicado no Rio de Janeiro. Em 1971, a sua peça "Um Edifício Chamado 200", era inicialmente intitulada "Barata Ribeiro 200", mas por causa da censura federal mudou o

[1196] Paulo Pontes (Vicente de Paula Holanda Pontes) nasceu em Campina Grande-PB, em 1940, e faleceu no Rio de Janeiro, em 1976.
[1197] VIEIRA, Paulo. **Paulo Pontes***:* a arte das coisas sabidas. Dissertação (Mestrado). Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1989, p. 36.
[1198] SILVA, Rosa Maria Carlos e. Op. cit., p. 120.

título[1199]. Em outra oportunidade, o autor foi obrigado a apor "ciência" em um telegrama do Departamento de Polícia Federal, de 26 de dezembro de 1975. O texto do documento recomenda "fiel observância cortes constantes" no certificado de censura emitido para a peça "Gota D´água", de autoria do paraibano e Chico Buarque. Essa exigência foi motivada pelo Parecer 8203/75, no qual o censor expressa que um dos autores do texto não costumava respeitar os cortes determinados pela Censura Federal.

A repressão advinda com a ditadura também acarretou um grande prejuízo ao desenvolvimento do teatro paraibano, pela saída do Estado do diretor mineiro Rubens Teixeira (1931-), que aqui chegara em 1961 e criara na UFPB o promissor Teatro Universitário da Paraíba, cujos objetivos eram montar espetáculos e formar atores. Teixeira era oriundo de dois grandes grupos de teatro de São Paulo, o Teatro Cacilda Becker e a Companhia Maria Della Costa. Tinha muito a contribuir com o teatro paraibano e com o desenvolvimento dos atores e atrizes. Chegou a montar ainda dois espetáculos, com textos de Martins Pena e Ariano Suassuna e um jogral com alunos da rede estadual. Mas sua atuação foi cortada pelo golpe de1964. Para preservar sua segurança, o diretor transferiu-se para a UFPE, ao saber que seu nome constava em lista, entre os nomes de "comunistas" que ainda estavam para ser interrogados, possivelmente por sua encenação de "Os fuzis da Senhora Carrar", de Bertolt Brecht, com alunos do Lyceu Paraibano.

Por sua vez, os documentos da Secretaria de Segurança Pública do Estado da Paraíba, mais precisamente as fichas individuais da Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS-PB) e, posteriormente, do Centro de Informações Policiais e de Segurança (CIPS-PB), demonstram que os artistas de teatro eram vigiados constantemente. A seguir, as fichas dos atores Mirócene Amorim Soares, com data de abertura em 23 de junho de 1971, e Ednaldo do Egypto, com data de 17 de julho de 1981, ambos do grupo Juventude Teatral de Cruz das Armas (JUTECA). Nos históricos constam os textos[1200]:

> MIRÓCENE AMORIM SOARES
> Conf. INFÃO Nº 205/E2 de 21-06-64 1º GPTE CNST, o nominado, por constar ter tendências esquerdistas, foi ouvido pela Comissão de Inquérito instituída pelo Ato Institucional, não sendo, entretanto, indiciado.
> Foi concedida o atestado de conduta, de acordo com a INFÃO Nº133/E2 de 01-03-74 do 1º GPT E CNST
> Conforme INFÃO Nº 031/819 de 16-07-81 deste O.I., o nominado, na década de 1960 fazia parte de grupo de elementos de tendência esquerdista, no bairro de Cruz das Armas (João Pessoa/PB) cujos integrantes ligados ou comprometidos com a ideologia marxista pertenciam a Sociedade Cultural

[1199] VIEIRA, Paulo. Op. cit.
[1200] Arquivo DOPS-PB. Cópia digitalizada. Arquivo da CEVPM-PB.

> "Augusto dos Anjos" e a "Juventude Teatral de Cruz das Armas" (JUTECA). (PROT. Nº 0656/81).
>
> EDNALDO DO EGYPTO
> Conf. INFÃO Nº 031/81 de 16-07-81 deste O.I., o nominado, na década de 1960, fazia parte de um grupo de elementos de tendência esquerdista, no bairro de Cruz das Armas (JOÃO PESSOA/PB), cujos integrantes, ligados ou comprometidos com a ideologia marxista, pertenciam a Sociedade Cultural "Augusto dos Anjos" e a "Juventude Teatral de Cruz das Armas" (JUTECA). Como ator teatral, era um dos responsáveis por encenações de peças subversivas. (PROT. Nº 0656/81).

Com relação a atriz Zezita Matos, também da JUTECA, tem-se a seguinte informação[1201]:

> Dentre os presos no 15 RI, estava a poeta e estudante de Filosofia da UFPB, Maria José Limeira, a quem os militares perguntavam por Zezita, aos gritos e com uso de palavras ofensivas ("Onde está Zezita, aquela rapariga?"). A atriz escapara da prisão por pura sorte. Os militares foram buscá-la no Lyceu e a procuraram pelo apelido, sem saber que seu verdadeiro nome era Severina de Souza Pontes. Como não existia ficha escolar com o nome de Zezita, foi salva da prisão. Mas, para escapar da perseguição do Exército, passou a viver escondida na casa de um tio, sem poder ir ao lar paterno, constantemente vigiado pelos militares, que estacionavam ostensivamente caminhão do Exército nas proximidades.

Na audiência da CEVPM-PB, com o tema "Censura à Imprensa e à Cultura", no seu testemunho Zezita Matos afirma que antes de participar da JUTECA, tinha atuado no grupo de "Teatro Popular de Arte", a partir de 1958, ao lado de Breno Matos e Vladimir Carvalho, ao tempo em que estavam também na Juventude Comunista. No início da década de 1960 passou a integrar a equipe da CEPLAR, levando esquetes teatrais tratando da luta dos camponeses e da opressão dos latifundiários, para os municípios de Sapé, Mari, Guarabira e Rio Tinto. Às vésperas do golpe de 1964, estava ensaiando no Lyceu Paraibano, sob a direção de Rubens Teixeira, a peça "Eles não usam Black-Tie", de Gianfrancesco Guarnieri. Não chegaram a concluir a montagem e realizaram apenas uma leitura pública naquele colégio.

Com a repressão instalada, o grupo de "Teatro Popular de Arte" se esfacelou e Zezita Matos destaca[1202]:

> A resistência e a persistência do teatro: - o que nós fizemos? Não mais com o nome "Teatro Popular de Arte", mas com algumas pessoas desse grupo, fomos para a JUTECA, em Cruz das Armas, fomos montar espetáculos de Ariano Suassuna, de Altimar Pimentel, de Luiz Mendonça - porque os jovens do

[1201] SILVA, Rosa Maria Carlos e. Op. cit., p. 116-117. Com base em informações do documentário **A arte de Zezita Matos**, dirigido pelo ator e cineasta Everaldo Vasconcelos. 2014.
[1202] Depoimento de Zezita Matos na Audiência da CEVPM-PB, "Censura à Imprensa e à Cultura", realizada em 22/4/2015. Arquivo da CEVPM-PB.

> partido tinham uma relação muito forte com Pernambuco e foi lá que conhecemos toda a obra de Luiz Mendonça. Com o golpe, mesmo montando esses espetáculos, nós tínhamos a presença dos censores que enviávamos os textos para eles e eles botavam o carimbo que podia continuar, mesmo assim vinham assistir aos ensaios. [...] Mesmo cortando os textos e eles cortavam palavras que não tinham nenhuma conotação política, mas eles cismavam e mandavam tirar e iam assistir a todas as estreias para ver se tínhamos seguido as orientações.

Vale ressaltar que mesmo sem questões políticas explícitas, várias peças de Altimar Pimentel[1203] foram censuradas, como já foi mencionado. Na JUTECA montaram até "A raposa e as uvas", de Guilherme de Figueiredo, irmão do general, ministro-chefe do SNI e, posteriormente, presidente da República João Baptista de Figueiredo, mas nem por isso a censura baixava a guarda.

10.2.2.1 Movimento de teatro amador e universitário

Mesmo com o golpe de 1964 e desmobilização de alguns grupos teatrais, Rômulo de Araújo Lima registrou que, quando aluno do Lyceu Paraibano, participou da montagem da peça *"*Município de São Silvestre", de autoria do pernambucano Aristóteles Soares da Silva, com a direção de Antônio Serafim Rêgo Filho, que era professor de português no referido colégio, ex-membro do PCB e do Grupo Sanhauá. No estilo comédia, o texto faz uma sátira política tratando[1204]

> do coronelismo e da alternância do poder entre coronéis. E eu fazia um político, jornalista, chamado Pedro Bezerra, que era candidato a prefeito, apoiado pelo coronel Chiquinho. E tinha um outro candidato apoiado por coronel Pantaleão. A peça começa e termina do mesmo jeito. Um discurso do candidato dizendo a mesma coisa. As promessas são as mesmas. Amor a bandeira, não sei o que e tal. [...] Era para participar da Sétima Semana de Teatro, que era um evento anual no mês junho, julho. Que tinha repercussão regional, e servia para gente discutir também.

Na década de 1970, vários grupos de teatro amador foram constituídos por estudantes secundaristas sem apoio de órgãos governamentais, como era o caso das montagens já citadas da JUTECA, do grupo oficial do Teatro Santa Rosa ou do Arena da Paraíba. Nesse período, foi criada a APTA – Associação Paraibana de Teatro Amador, depois transformada em Federação. Faziam parte desse movimento amador o GETEX – Grupo Estudantil de Teatro Experimental,

[1203] Apesar da censura nas suas obras, ocupou cargos públicos como diretor do Teatro Santa Roza e sempre contava com o apoio do poder público para a montagem das suas peças.
[1204] Depoimento de Rômulo de Araújo Lima em Oitiva da CEVPM-PB, realizada em 19/12/2013. Arquivo da CEVPM-PB.

com sua base entre os estudantes do Lyceu Paraibano; o MOCA, Movimento de Cultura Artística, tendo à frente Nautília Mendonça, que no início da década de 1970 montou a peça "O Aborto"[1205]; Aquarius Produções Artísticas, cujos componentes eram predominantemente dos bairros de Jaguaribe e Cruz das Armas, que depois adotou o nome Grupo Mambembe, com direção de Carmélio Reynaldo Ferreira; o Tenda, criado em 1972, coordenado por Geraldo Jorge e Leonardo Nóbrega.

O Lyceu Paraibano retomou o seu papel de agente de mobilização da juventude promovendo atividades que contavam com a participação de alunos de vários colégios além de artistas e profissionais da imprensa. Agamenon Sarinho, em entrevista,[1206] faz o seguinte comentário:

> Em 1970, ingressei no Lyceu e participei do grêmio estudantil. O grêmio [Daura] Santiago Rangel foi fechado quando a gente inscreveu uma chapa e eu tive que optar por outra forma de fazer atividade política que foi a criação, com outros colegas, do grupo de teatro, o GETEX – Grupo Estudantil de Teatro Experimental – que a gente teve uma certa participação inclusive com algum destaque na época, no movimento cultural da cidade, nesse período em torno de 1970 ao final de 1972.

No período de 15 de maio a 15 de junho de 1972, o GETEX promoveu o I Ciclo de Debates sobre Arte Cênica, no auditório do Lyceu Paraibano, tendo entre os palestrantes o maestro Pedro Santos. Este evento reuniu a juventude ligada aos movimentos culturais e políticos.

Carmélio Reynaldo Ferreira, que participou do GETEX[1207], com o fim deste grupo entrou para a Organização Aquarius, que congregava jovens envolvidos nas mais diversas expressões artísticas, entre elas o teatro. Em entrevista[1208], comenta a experiência no Aquarius Produções Artísticas e no Grupo Mamembe. No primeiro, ensaiou-se bastante, entre os anos de 1973-1974, mas não conseguiu a liberação da censura para as peças "Aquele que diz sim e Aquele que diz não", de Bertold Brecht, e "Computa, computador computa", de Millôr Fernandes. No Mamembe, em 1974, montou o espetáculo "Piquenique no Front"[1209], de Fernando Arrabal, sobre a Guerra Civil Espanhola. Em 1975, esse tema seria retomado na peça

[1205] Com Luiz Carlos Vasconcelos, Roberto Cartaxo e Buda Lira. Ver: MAGALHÃES, Augusto. **História do Teatro na Paraíba**. João Pessoa: Ideia, 2005, p. 35.
[1206] Entrevista concedida em 29 de abril de 2014. In: NASCIMENTO, Talita Hanna Cabral. **Do fragmento à reorganização***:* movimento estudantil da UFPB (1975-1979). 2015. Dissertação (Mestrado em História). CCHLA. Universidade Federal da Paraíba. p. 29
[1207] Integrantes desse grupo: Agamenon Sarinho, Carmélio Reynaldo Ferreira, Edward Antônio Pinto de Lemos (Sartre), Hilton Lima, Marcone Braz, Altemir Garcia, Damilton Viana,
[1208] Entrevista concedida em 5 de março de 2017, para a CEVPM-PB.
[1209] Direção: Carmélio Reynaldo Ferreira e elenco: Everaldo Pontes, Luciano Mariz Maia, Lúcia Guerra e Elimar Ribeiro.

"Guernica", também de Arrabal, mas o texto foi vetado pela censura. No segundo grupo, não conseguiu liberação da censura para a peça mas realizou a montagem do espetáculo "Massacre", de Emmanuel Robles, com a direção de Fernando Teixeira, em 1976.[1210]

O movimento de teatro amador contou com grupos em Campina Grande, com Bráulio Tavares e o da Fundação Artístico-Cultural Manuel Bandeira (FACMA), posteriormente incorporada à FURNE; Cajazeiras, com Ubiratan de Assis; Sousa e Catolé do Rocha, entre outros.

Segundo João Crisóstomo Moreira Dantas o movimento teatral em Campina Grande, não formou quadros de lutas contra a ditadura militar [1211]:

> Lá no Teatro Municipal de onde eu fui cria, que eu fui ator de teatro infantil, eu fiz teatro colegial, eu fiz teatro universitário, eu fiz teatro de amigos de bairros, enfim, participei de eventos, eu não recebi nenhuma orientação política. O que ocorreu comigo foram por vias oblíquas. [...]
> E aí o teatro, o movimento teatral de Campina Grande, para que os senhores tenham uma ideia, só veio receber um militante para que de certa forma pudesse orientar alguém do movimento em 1976, quando lá chegou João Fernandes que fazia parte do MR8 e se infiltrou em 1976. Porque até então nada me chegava de mais incisivo sobre o que estava acontecendo no país.

A sua primeira prisão ocorreu em 1971, quando estudava no Colégio Pio XI, em Campina Grande, onde também era diretor do grupo teatral do colégio, e gostava de colecionar cartazes de peças de teatro, de filmes, de lançamento de livros. João Dantas lembra[1212]:

> todo cartaz que eu encontrava com alguém ou que tirava de uma parede, ou do mural do teatro eu levava para dentro de casa e pregava no meu quarto. [...]
> [...] Eu ia muito ao Aeroporto João Suassuna porque lá tinha uma espécie de bar, boate, essas coisas e eu ia sempre por lá. E lá no Aeroporto João Suassuna tinham muitos cartazes de "procura-se" e assim involuntariamente eu vou lá perto de uma entrada de banheiro e arranco um cartaz, dobro o cartaz e coloco no bolso, – vou pregar em casa na parede. Fiz minha farrinha, [...], e quando a noite sou surpreendido, eu adolescente, foi aquele atropelo dentro de casa.
> Eu estava vivendo um momento muito difícil porque fazia em torno de um ano que eu tinha perdido o meu pai, minha mãe uma personalidade, uma autodidata que não teve acesso à escola, que aprendeu na carta de ABC, sabia lá o que era política, nem de exército, polícia federal nem coisa nenhuma, nem o que estava acontecendo no Brasil. Chega aquele atropelo lá e eu sou levado. Isso foi no ano de 1971, no período, vamos dizer assim, mais negro da ditadura. [...]
> A princípio eu fiquei encapuzado todo o tempo e os gritos, safanões e as agressões, alguns até em tons de imoralidade – todo cara que vive de teatro é veado, é maconheiro – ouvindo coisas, murros, chutes e pancadas.

[1210] Trata da Guerra de Independência da Venezuela, com Simon Bolívar. Fernando Teixeira realizou uma segunda montagem desse espetáculo com o Grupo Bigorna.
[1211] Depoimento de João Crisóstomo Moreira Dantas na Audiência da CEVPM-PB - As Granjas do Terror, em Campina Grande, 6/8/2013.
[1212] Idem.

> [...] E lá nesse dia eles me levaram tudo, o que eu tinha de livro, arrancaram todos os cartazes das paredes e levaram o que tinha de livros, de peças de teatro, de cordéis, que eu gostava muito naquela época.

Quanto à censura, João Dantas relata que "ia muito à Polícia Federal para pedir as liberações das peças, dos textos, porque naquela época nós ensaiávamos uma peça de teatro, a censura tinha que liberar, mandava um censor analfabeto para assistir e dizer: -corta tal frase. E aí nós recebíamos o certificado" [1213].

Em 1974, resolveu sair de Campina Grande e foi morar em Manaus. Conseguiu emprego na construção do Aeroporto Internacional de Manaus e para se aproximar de quem fazia teatro, foi ao Teatro Amazonas que estava em reforma, mas lá soube da existência de um grupo de teatro experimental no SESC, que era liderado pelo sociólogo **Márcio** Gonçalves Bentes de **Souza**.[1214]

> Eu começo a visitar, frequentar, participar de alguns ensaios, dar algumas opiniões, porque até então Márcio não tinha experiência nenhuma com o teatro, de tal forma que eu me envolvi, me entranhei lá no grupo. Aí vem as coincidências. Eu pego o jornal A Crítica, de Manaus, encontro lá uma notinha que só dá para ler com uma lupa: "Em Campina Grande, na Paraíba, será realizado o primeiro festival nacional de teatro". Eu recorto aquela materiazinha, vou para o Correio, passo um telegrama para o Teatro Municipal, me congratulando com os realizadores pela iniciativa. [...]
> Quando mando esse telegrama, quinze dias depois eu recebo das mãos de um coronel da aeronáutica, chamado Renato Ferreira Mendes, carioca, do Rio de Janeiro. Eu recebi um envelope de papel madeira escrito com pincel atômico. Olha só que entrega: Ao jovem artista João Dantas. Eu estou lá saindo do meu alojamento, chega um jipe sem capota e desce esse tal Renato Ferreira Mendes, magro, altão: "Quem é o artista João Dantas aqui?". Eu cabreiro... Desceram mais dois. Digo: "Sou eu". Ele jogou o envelope em mim já violado, aberto. "Você é artista? O que você está fazendo aqui?". "Não, eu fiz teatro". Ele disse: "Eu sou carioca, sou coronel. Você já ouviu falar em um veado chamado Pascoal Carlos Magno? Todo cabra que faz teatro é e você tem cara". Eram os cartazes do I FENAT[1215], os regulamentos e uma correspondência me pedindo que fizesse contato com o grupo de teatro para que ele viesse participar do FENAT em Campina Grande.

Nessa oportunidade João Dantas resolveu voltar para Campina Grande. Em seguida, o grupo do SESC de Manaus veio para o festival com a peça "A Paixão de Ajuricaba", tratando da história do massacre dos índios no Brasil, em especial do líder indígena Ajuricaba, que reagiu

---

[1213] Idem.

[1214] Posteriormente escreveu "Galvez, o Imperador Acre", publicado em 1976; "Mad Maria", em 1980, que foi adaptada por Benedito Ruy Barbosa para minissérie da Globo em 2004. Foi também presidente da Funarte (1995-2003).

[1215] O I FENAT - Festival Nacional de Teatro Amador foi idealizado por Eneida Agra Maracajá e realizado no Teatro Municipal Severino Cabral em Campina Grande em 1974. Dele originou-se o Festival de Inverno de Campina Grande, que teve sua primeira edição em 1975.

à ocupação dos portugueses, na região onde hoje é a cidade de Manaus. Com a distribuição do folder da peça, o Major Câmara que tudo acompanhava no festival: "mandou reunir o grupo e perguntou: – E esse folder aqui que fala de matança de índio – porra de índio, índio vale nada – isso aqui já dá para suspender a apresentação de vocês"[1216]. Todavia, a peça foi apresentada e grupo foi premiado:

> ... e na hora da entrega dos troféus um dos atores premiados foi chamado: "Convidamos o ator Edney Azancoth do grupo teatral do SESC do Amazonas para que venha receber o seu troféu". E cadê Edney? Márcio chegou para mim e disse: "João cadê Edney?" Eu disse: "Preso, se não está aqui!". Vamos atrás de Ademar Dantas. "Ademar cadê o ator do grupo que está sumido?". Conversa vai e conversa vem e está lá Edney no quartel sendo interrogado pelo próprio major, também por um tal de Marinho e passou por maus bocados. Inclusive ele escreveu uma peça, tenho cópia da peça, [...] Sessão de tortura para contar o que ele não sabia. Pelo menos se soubesse...[1217].

A temática da peça não foi vista com bons olhos, mas a motivação maior da prisão do ator foi uma da visita do grupo, levado por João Dantas, à casa de Teresa Braga para um "sarau de cultura, bate-papo, mas aí a política entrou também...". E no dia da apresentação o ator Edney Azancoth recebeu um pacote com lembranças da cultura regional de Teresa Braga. Pacote este que instigou a repressão a levá-lo preso ao quartel do Exército para prestar depoimento, tendo em vista que Teresa Braga e seu esposo Williams Capim de Miranda, eram considerados comunistas e estavam constantemente vigiados.[1218]

Na retomada do DCE na UFPB, em 1976, ocorreu a união de forças, com a eleição de Severino Dutra. Em 1977, disputam espaço os grupos vinculados às tendências nacionais do movimento estudantil, em especial as correntes Alternativa (muitos dos integrantes irão compor a Libelu), com as lideranças de Walter Aguiar, Carlos Alberto Dantas, Alberto Nunes, Francisco Araújo e João Bosco; e Refazendo (ligada aos remanescentes da AP e MR-8), com as lideranças de Walter Dantas e Sônia Germano. Nos anos de 1976 e 1977, o DCE abrigava um grupo que fazia esquetes para as calouradas e outros encontros estudantis. Esses trabalhos tinham um caráter bastante transgressor, pois, contrariando as normas da época, não se submetia à censura. Para conseguir isso, se apresentavam apenas no campus e evitavam divulgar previamente as apresentações. Uma dessas esquetes era adaptação de um texto criado por alunos da COPPE – Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia da UFRJ, obtido através do então professor Nabil Joseph Eid (hoje na UNB), recém contratado

[1216] Depoimento de João Crisóstomo Moreira Dantas na Audiência da CEVPM-PB - As Granjas do Terror, em Campina Grande, 6/8/2013.
[1217] Idem.
[1218] Idem.

para o Centro de Tecnologia, que se aproximou daquele grupo que ensaiava no DCE (DCE da Mata, próximo ao CT). O texto tratava dos problemas de um reino governado pelo Rei Heitor.

A partir de meados da década de 1970, com a criação do Departamento de Arte e Comunicação (DAC) com os cursos Jornalismo e Educação Artística na UFPB, aliando os professores de "notório saber" com os de formação acadêmica contratados na gestão Lynaldo Cavalcanti, a produção de vanguarda incomodou a censura, utilizando a sua "Sala Preta" para inúmeras experimentações artísticas[1219].

Em depoimento o ex-reitor da UFPB, Berilo Ramos Borba[1220], comenta um diálogo com o seu Assessor de Segurança e Informação (ASI), General Nogue Vilar de Aquino

> Mas quando foi um dia, eu estava lá no gabinete, chegou Nogue com um papel na mão: "Reitor, eu tenho um negócio aqui muito ruim. Peguei no Grupamento, pessoal lá tá muito bravo com esse negócio". Eu até brinquei com ele (risos): "Afrontaram a revolução?" (risos). Ele: "Não, veja aí". Aí eu li e era uma peça teatral feita pelos alunos do curso de comunicação daqui, cujo o título era o seguinte "Soy loco por ti, Latrina" e por aí eles faziam umas críticas na peça toda. Eu li assim, e entreguei de volta para ele. Ele: "Reitor, o que vamos fazer?" Eu: "Você chega no Grupamento e pergunta se eles já foram jovens. Isso é coisa de juventude. Isso não tem consequência nenhuma. Isso é expansão da juventude". Ele levou e não tive mais problema com isso.

A elaboração e apresentação da peça "Soy Loco por Ti Latrina" fazia parte de uma disciplina ministrada pelo professor Antônio Edson Cadengue[1221], no Curso de Educação Artística, no primeiro período de 1980. A peça é uma colagem de textos de autores como Affonso Romano de Sant'Anna, Carlos Drummond de Andrade, Glauco Mattoso, Jomard Muniz de Britto, Manuel Puig, Miguel Angel Asturias, Marquês de Sade, Oswald de Andrade, Paulo Vieira, Pedro o Podre, e autores anônimos dos banheiros da UFPB. "As poucas apresentações, realizadas no próprio campus, provocam veementes reações tanto de aprovação quanto de repúdio. O espetáculo foi taxado de "imoral" e "inconsequente", por navegar entre o erótico e o político".[1222] O professor do curso de Teatro da UFPB, Paulo Vieira, à época aluno e um dos autores e atores da peça, afirma que o espetáculo foi apresentado conforme a programação prevista nos três turnos, apesar da polêmica interna ao campus e a possível interferência do 1º Grupamento de Engenharia, o que causou muita apreensão a todos[1223].

[1219] MAGALHÃES, Augusto.Op. cit, 2005, p. 31-34.
[1220] Depoimento de Berilo Ramos Borba, professor e ex-reitor da UFPB (1980-1984) à Comissão da Verdade, da Memória e da Justiça das Entidades da UFCG, no dia 18/07/2015, em João Pessoa, em parceria com a CEVPM-PB.
[1221] Pernambucano, à época radicado no Rio de Janeiro, quando ingressou como professor na UFPB, em 1979.
[1222] Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa109112/antonio-cadengue>
[1223] Depoimento do Professor Paulo Roberto Vieira, em 28/3/2107, à CEVPM-PB.

Na década de 1980 o movimento cultural paraibano recebeu um impulso com a criação do Núcleo de Teatro Universitário (NTU),

> a partir da estrutura da Divisão de Teatro Universitário da Coordenação de Extensão Cultural da Pró-Reitoria para Assuntos Comunitários. Inicialmente, funcionou no antigo prédio da Reitoria no Parque Solon de Lucena. Depois, com a cessão daquele prédio para o INSS, o NTU mudou-se para as antigas instalações da Faculdade de Odontologia, na Rua João Machado, que havia se mudado para o Campus Universitário. Foi feita uma grande reforma patrocinada pelo então Reitor Lynaldo Cavalcanti, construindo-se o Teatro Lima Penante, e aproveitando-se a estrutura de duas salas de aula, da casa da administração e da sala de aula de anatomia, que se transformaram na atual Pousada Nautília Mendonça. [1224]

O Teatro Lima Penante foi inaugurado em fevereiro de 1980, com a peça "A Noite de Matias Flores", do dramaturgo paraibano Severino Marcos Tavares. A direção do espetáculo foi de Fernando Teixeira, o elenco formado por Carlos Lima, Clizenite Assis, Ednaldo do Egypto, Nautília Mendonça, Marcos Vinicius, Osvaldo Travassos e Ubiratan Assis, com a cenografia de Breno Mattos.

O NTU se constituiu em espaço de formação e de apresentação para os grupos amadores e da universidade. Além das atividades teatrais também deu apoio e recepcionou vários cineclubes.

Encerrando esse texto sobre o teatro na Paraíba e a ação da censura, apresenta-se mais dois exemplos da censura na Paraíba: um referente a Lucy Camelo e outro a Ruth Escobar.

Para comemorar os 25 anos de ofício teatral da atriz Lucy Camelo, Marcus Luiz escreveu o texto "Quem tem medo de Lucy Camelo?", que apresenta uma retrospectiva das peças que a atriz participou, com cenas de outras as peças relacionadas ao momento político nas décadas de 1960 e 1970, com referências ao "O Bem Amado", de Dias Gomes; "Modelação", de Virgínius da Gama e Melo; "Navalha na Carne", de Plínio Marcos; e "O mundo louco do Poeta Zé Limeira", de José Bezerra Filho. Contudo, de acordo com o Parecer 22122/74, do Censor Arésio Teixeira Peixoto, de 25 de novembro de 1974[1225],

> a peça não trata da retrospectiva da vida da atriz nos palcos, mas de um pretexto para denunciar as "restrições impostas ao teatro após 1965". [...] Dessa forma, a decisão do censor é pela NÃO LIBERAÇÃO, por considerar que a peça é capaz de: atentar contra o decoro público; induzir aos maus costumes; e incitar o regime vigente, as autoridades e seus agentes. Conclui-

[1224] LACERDA, Andréa. Um Conceito de Teatro Universitário. **Revista Eletrônica Extensão Cidadã**. Vol. 8 (2010). Disponível em: <http://periodicos.ufpb.br/index.php/extensaocidada/article/view/14078/8058>.
[1225] SILVA, Rosa Maria Carlos e. **Mulheres, Teatro e Ditadura no Estado da Paraíba**: Lucy Camelo, a atriz que apavorou a Censura. In: VIII Jornada de Pesquisa em Artes Cênicas da UFPB/Edição Internacional 2017. João Pessoa: UFPB.

> se que, além de integralmente proibida, a peça foi enquadrada nas categorias censórias moral e política. [...] O texto é uma pergunta:" Quem tem medo de Lucy Camelo? A resposta: a censura!

O outro exemplo trata da vigilância aos espetáculos que passavam em *tournée*. Foi o caso da Peça Teatral "Revista do Henfil", encenada por Ruth Escobar[1226].

> Nos dias 11 e 12 MAI a empresária e atriz RUTH ESCOBAR também se apresentou com a peça teatral "REVISTA DO HENFIL" em JOÃO PESSOA/PB, tendo introduzido modificações no texto original, apesar de o Sr. WALTER ROBERTO MALTA, responsável pelo espetáculo, ter sido previamente advertido pelo Órgão Regional da DCDP, naquela Capital, quanto à obediência nos cortes assinalados no texto liberado.
> Antes do início da encenação foi lido, pela nominada, um manifesto elaborado pelos estudantes da UFPB, em apoio (segundo ela, irrestrito) ao movimento grevista dos professores da rede oficial de ensino do Estado da Paraíba. Após a leitura, RUTH ESCOBAR anunciou que 50% (cinquenta por cento) da renda daquele espetáculo se destinava ao "fundo pecuniário da greve".

10.2.3 Artes Plásticas

Com relação aos artistas plásticos, apresenta-se alguns deles que de forma contínua ou pontual tiveram uma posição de enfrentamento à ditadura militar.

Breno Andrade de Mattos (Recife-PE, 1939; João Pessoa-PB, 2014, pernambucano radicado na Paraíba desde a adolescência, a partir de 1958 ingressou no grupo de "Teatro Popular de Arte", ao tempo em que também atuava na Juventude Comunista. No início dos anos 1960 colaborou com a CEPLAR – Campanha de Alfabetização Popular e com as lutas das Ligas Camponesas. Fazia parte dos quadros do Partido Comunista Brasileiro, em João Pessoa, conforme ficha na DOPS-PB, na qual[1227]

> seu nome consta de ordens de execução de tarefas para o Partido Comunista Brasileiro, tendo sido esta circunstância comprovada por depoimentos. Participou de uma manifestação subversiva na Faculdade de Direito, em 03-03-64. Frequentava a sede do Comitê do P. C. B. com assiduidade.

Foi iniciado no IPM sobre a ocupação da Faculdade de Direito, em março de 1964, quando era estudante secundarista. Nesse ano já trabalhava como professor nos cursos de

[1226] MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. DEPARTAMENTO DE POLICIA FEDERAL. CENTRO DE INFORMAÇÕES. INFORME N. 4811/05/79-CI/, 6 Jun 1979. AC_ACE_2030_79. Arquivo do SNI. Cópia digitalizada. Arquivo ad CEVPM-PB.
[1227] Arquivo DOPS-PB.

extensão de artes plásticas do Departamento Cultural da UFPB, e foi demitido em maio de 1964, por portaria do interventor na UFPB, Guilardo Martins Alves[1228].

Breno Mattos teve seu trabalho reconhecido em 1967, quando recebeu um Prêmio no Salão Nacional de Belas-Artes. Desenvolveu a sua arte, especialmente na área da escultura, e atuou na cenografia de vários espetáculos montados em João Pessoa.

Na sua adolescência, o artista plástico **Flávio** Roberto **Tavares** de Melo foi fichado pela DOPS-PB, em 29 de abril de 1966, tendo em vista que foi[1229]:

> Flagrado pixando muros e paredes de casas residenciais na praia de Tambaú com os dizeres: "CAS'I'ELO É BRANCO MAS A F'OME É PRETA". Tendo sido preso na ocasião pelo policiamento daquela praia, sendo instaurado inquérito e remetido ao Sr. Dr. Juiz de Menores desta Capital. Contava com a idade de 17 anos de idade, na época.

Flávio Tavares comentou esse episódio, nos seguintes termos[1230]:

> a gente pichou, eu e Eric Rosas, e de madrugada saia rastejando com lata de tinta, não tinha spray na época não. Aí bolamos uma frase: "Castelo é branco mas a fome é negra". Mas na saída fomos presos. Os soldados eram tão grandes, que eram os pés da gente arrastando assim, e ele levando para delegacia. No dia seguinte tinha um corredor polonês para ver os comunistas presos, e a gente de calção. [...] Quando nós estávamos falando com o coronel, papai chegou às 10:30 da manhã, feito uma fera e ele era muito irreverente. Ele pegou uma régua em cima de um birô, uma daquelas réguas de polícia e disse: coronel, que ele já tinha tratado de algumas doenças de pele do coronel, aí disse: coronel Henrique Primo, deixe esses dois presos, porque lá em casa até o papagaio é comunista. Em vez de melhorar a situação, piorou muito. O coronel disse: Dr. Arnaldo, você tem certeza que o papagaio de lá é comunista? Ele disse: Só não é vermelho.

Brincadeiras à parte, Flávio Tavares tinha dois irmãos mais velhos envolvidos na resistência que influenciaram a sua formação política: Antônio **Sérgio Tavares** de Melo, que foi impedido de se matricular na UFPB por um ano, em maio de 1964 em vista da sua participação na ocupação da Faculdade de Direito, e suspenso por um ano, na mesma UFPB em fevereiro de 1969, pós AI-5; e José Arnaldo Tavares Melo, à época aluno de Medicina na UFPB: "Zezinho, como era chamado meu irmão, era trotskista, era um radical quase próximo

[1228] Posteriormente, ingressou como professor no Departamento de Educação Artística/ Departamento de Artes Visuais da UFPB.
[1229] Ficha no Arquivo DOPS-PB.
[1230] Exposição no Ciclo de Debates "Compartilhando Memórias: As que não serão esquecidas", em 14/1/2010. In: FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra e FERREIRA, Carmélio Reynaldo (Orgs.) **Compartilhando Memórias**: Repressão e Resistência na Paraíba. Vol 1. Flávio Tavares e Fernando Moura. João Pessoa: Editora da UFPB, 2012. (DVD)

a uma loucura fanática. Foi preso na fábrica de cimento fazendo discurso e em casa ele fabricava bombas molotov, sem papai saber".[1231]

Na década de 1970, Flávio Tavares colaborou com a sua arte na criação de cartazes e cenários nas peças "A Resistência", de Maria Adelaide Amaral; e "Um grito parado no ar", de Gianfrancesco Guarnieri e dirigida por Fernando Peixoto.[1232]

O artista plástico Raul Córdula teve sua carreira marcada por uma interdição pela Polícia Federal de uma exposição, no dia 10 de junho de 1968, na Reitoria da UFPB, por ser considerada "ofensiva à moral e o pudor público". Segundo Rui César Leitão[1233]:

> o pintor Raul Córdula foi chamado ao Palácio da Redenção pelo governador João Agripino, onde em audiência relatou sua decepção com o ocorrido. Ato contínuo o governador determinou à Secretaria de Educação do Estado que permitisse a exposição dos quadros proibidos pela Censura Federal em qualquer dos prédios de caráter cultural pertencentes ao governo. A exposição censurada foi então transferida para a galeria de artes José Américo de Almeida, no Teatro Santa Rosa.

O escultor Fernando **Jackson Ribeiro** (Teixeira-PB, 1928; Curitiba-PR, 1977) passou o maior tempo da sua vida fora da Paraíba, mas esteve em João Pessoa durante o governo Pedro Gondim, por intermédio de Virgínius da Gama e Melo, e durante o primeiro Festival de Verão de Areia. A sua obra mais conhecida na Paraíba é "O Porteiro do Inferno". Segundo Elinaldo Rodrigues, o governo Pedro Gondim lhe concedeu um prêmio de uma viagem de estudo à Espanha[1234]:

> Quando retornou da Europa, Jackson Ribeiro tomou à frente, no Rio de Janeiro, de relevantes movimentos de protesto contra a ditadura militar, a exemplo do Arte no Aterro e do Festival de Bandeiras da Praça General Osório. Jackson também integrou os primeiros momentos do Tropicalismo, junto de pioneiros como os artistas plásticos Hélio Oiticica e Rogério Duarte.

Na final da década de 1970, mais precisamente em 1978, foi criado na UFPB o Núcleo de Arte Contemporânea (NAC), a partir de projeto proposto por artistas plásticos que integraram a comissão de implantação: Francisco Pereira da Silva Júnior, Paulo Sérgio Duarte, Antônio Dias, Raul Córdula e Silvino Espínola, com apoio da FUNARTE/MEC[1235]. A sua

---

[1231] Idem.
[1232] Idem.
[1233] LEITÃO, Rui César. **1968**: O grito de uma geração. Campina Grande: EDUEPB, 2013, p. 132.
[1234] RODRIGUES, Elinaldo. **A arte e os artistas da Paraíba**. Perfis jornalísticos. João Pessoa: Editora da UFPB, 2001, p. 60.
[1235] Ver GOMES, Dyógenes Chaves (Org.). **Núcleo de Arte Contemporânea da Paraíba** (NAC). Rio de Janeiro: FUNARTE, 2004.

inauguração ocorreu em fevereiro de 1979[1236], e suas primeiras exposições movimentaram a cidade de João Pessoa pelo vanguardismo, com a presença de artistas locais e de destaque nacional.

10.2.4 Cineclubismo e cinema

Na década de 1960 o cinema movimentava a cidade de João Pessoa, com várias casas de exibição. A Rádio Arapuan mantinha o programa diário "Encontro Com o Cinema", a cargo de Paulo de Albuquerque Mello, da Associação dos Críticos Cinematográficos da Paraíba (ACCP). Antônio Soares Lima Filho, conhecido como Toinho Help, ou simplesmente Help, relembra a sua participação em um dos concursos que eram realizados para os ouvintes do programa, em 1963. À época ele tinha 13 anos e recebeu o prêmio de dois livros: "O Cinema tem Alma?", de Henri Agel e "O Western ou o Cinema Americano por Excelência", de Jean-Louis Rieupeyrout. Segundo ele[1237]:

> O programa de rádio não mais foi veiculado e o Cineclube Charles Chaplin foi fechado após o Golpe de 1964. O programa de Paulo Mello, junto com os boletins do Cineclube Charles Chaplin do Lyceu Paraibano, eram trincheiras de resistência no âmbito cultural e artístico da capital.

Ele se refere ao movimento de cineclubes que movimentava a juventude paraibana como espaço de lazer e discussão política. Dentre estes, se destacava o Cineclube Charles Chaplin, criado pelos alunos do Lyceu Paraibano, fechado após o golpe de 1964, segundo Antonio Soares Lima Filho[1238]:

> Aí a gente participou do cineclube, a gente refundou o cineclube Charles Chaplin com outro nome, a gente refundou com o nome Cineclube Linduarte Noronha, uma homenagem a uma pessoa que estava viva, que era o Linduarte Noronha, recentemente falecido, junto com Manfredo Caldas, o Emilson, o Carlos Aranha de Macedo, Washington, era tanta gente que participou daquele cineclube. Aqui funcionou na Secretaria Estadual de Educação que era ali na Rua das Trincheiras. O João Córdula era o cara que cedia as salas e o projetor dele [...]. Eram sessões todo sábado.

Rômulo de Araújo Lima também participou do Cineclube Linduarte Noronha e foi vice-presidente da Federação Paraibana de Cineclubes. Nessa função, promoveu em 1968 o primeiro

[1236] A sua sede é um prédio histórico e tombado no bairro de Jaguaribe, funcionou de 1978 a 1984, quando foi fechado para reforma, e reaberto em 1986.
[1237] Depoimento de Antônio Soares de Lima Filho (Help) a CEVPM-PB, em 9/1/2017. Acervo da CEVPM-PB.
[1238] Idem.

Seminário Paraibano da Problemática da Arte Brasileira (SEMPAB), com a participação de Paulo Pontes. Tratando da importância dessa experiência, ele afirma[1239]:

> Na verdade, o cineclube era um ponto onde, nós nos reunimos para tentar suscitar algumas discussões em torno da ambiência cultural e política que nós estávamos vivendo então. Por exemplo, um filme como "Se todos homens do mundo" de Christian Jaque, onde a gente podia discutir humanismo, a gente colocava em discussão não somente a questão do humanismo mas, a questão política, porque é que as coisas estavam acontecendo no Brasil da forma que aconteceu? Então, o cineclube era um instrumento para a politização que nós usávamos.

Com o recrudescimento da repressão, o Cineclube Linduarte Noronha parou de funcionar. Só na segunda metade da década de 1970, o movimento cineclubista ressurgiu em João Pessoa com a retomada do DCE livre[1240]:

> O Cineclube da UFPB foi fundado em outubro de 1976 como resultado da realização do Ciclo de Debates promovido pelo Departamento Cultural do DCE entre julho e agosto de 1976. Seu funcionamento dependia do quadro de sócios. À época cada sócio deveria pagar uma importância mensal de CR$ 5,00 (cinco cruzeiros). [...]
> No DCE-UFPB os filmes exibidos seguiam a linha marginal, sendo priorizado também o viés político, como meio de articular arte aos problemas sociais e econômicos do país. Os filmes eram exibidos na própria sede do DCE-UFPB e aglutinava um público "surpreendentemente numeroso". Após a exibição semanal de cada filme havia um debate com a participação do público.

Em Campina Grande funcionou o Cineclube Glauber Rocha, na década de 1960[1241],

> Mas não eram apenas os estudantes universitários que tinham uma vida cultural, os estudantes secundaristas também organizavam suas atividades culturais a partir, por exemplo, do Centro Estudantal Campinense (CEC), onde era informado à sociedade um calendário das festividades que contava com Jogos entre as Escolas da época, organização de desfiles de estudantes que estavam participando desse momento cultural, exibição de filmes a partir do Cineclube Glauber Rocha, além de outras atividades culturais.

Na oitiva com Rômulo de Araújo Lima, o integrante da CEVPM-PB Fábio Freitas comentou a influência do depoente no movimento cineclubista, inclusive proferindo palestra sobre o cineasta Humberto Mauro, que passou a denominar um cineclube em Campina Grande, com sede no Colégio Pio XI (1975/1979). Este cineclube foi fundado por Rômulo Azevedo,

---

[1239] Depoimento de Rômulo de Araújo Lima em Oitiva da CEVPM-PB, realizada em 19/12/2013.
[1240] NASCIMENTO, Talita Hanna Cabral. Op. cit., p. 69.
[1241] SILVA, Rosicleide Henrique da. **O movimento estudantil em Campina Grande-PB**: entre sonhos, frustações e lutas (década de 60). 2014. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Campina Grande. Campina Grande. p. 72

então professor daquele colégio, contando com a participação de José Umbelino Brasil e Bráulio Tavares.

Outro cineclube que funcionou em Campina Grande foi o Ruy Guerra, fundado em 1976 por Ronaldo Dinoá, com a participação dos irmãos Rômulo e Romero Azevedo. Em 1982, foi coordenado pelo professor Josemir Camilo de Melo, do então Campus II da UFPB, atualmente UFCG. Este professor informou a CEVPM-PB que os filmes eram cuidadosamente escolhidos pelo valor cultural e político, e que o projetor utilizado pelo cineclube pertencia a Buega Gadelha, hoje presidente da FIEP.

Documento confidencial da Divisão de Segurança e Informação do Ministério da Educação e Cultura, que tratou de espionar a "Atuação de Cineclubes nas Universidades" brasileiras, datado de 11 de dezembro de 1980, informa que o Cineclube Ruy Guerra era coordenado pelo bacharel Ronaldo Dinoá e que mantinha ligação com o Teatro Lima Penante[1242]:

> Na cidade de JOÃO PESSOA, funciona o TEATRO LIMA PENANTE, ligado à Coordenação de Extensão Cultural da UFPB, subordinada à Pró-Reitoria para Assuntos Comunitários (PRAC). O TEATRO LIMA PENANTE tem convênio com o Cineclube "RUY GUERRA" de CAMPINA GRANDE. Esse convênio visa a divulgação da arte cinematográfica e suas obras mais, "polêmicas", de difícil aceitação comercial, a um restrito número de pessoas. As películas, antes de serem exibidas, são comunicadas ao Departamento de Censura da Polícia Federal.
> Foram exibidos no TEATRO LIMA PENANTE:
> - "O ENCOURAÇADO POTENKIN", russo;
> - "A GREVE", russo;
> - "UMBERTO D";
> - "A BALADA DO SOLDADO", russo;
> - "A RALE", japonês.
>
> A repercussão junto à comunidade universitária tem sido pouca.

Neste mesmo documento, outras referências à UFPB são feitas, destacando o cineclube que funcionava no campus de Areia e a intenção de fundar um no NAC[1243]:

> Na Universidade Federal da Paraíba existe, somente o Cineclube do Diretório Acadêmico do Campus de Areia. Os tipos de filmes lá exibidos são, em geral, contestatórios. O referido Cineclube passa por diversas dificuldades financeiras, por conta do reduzido número de assistentes. [...]
> Os professores Breno Andrade de Mattos e Francisco Pereira da Silva Junior, do Núcleo de Arte Contemporânea (NAC/UFPB), estão tentando fundar o Cineclube das Trincheiras, já tendo apresentado proposta.

[1242] AC_ACE_12801_81. Informe nº 233/80/20/DSI/MEC. Arquivo Nacional. SNI. Cópia digitalizada. Arquivo da CEVPM-PB.
[1243] Idem.

Embora sem vínculo a um cineclube, na documentação do SNI, encontrou-se um registro sobre a exibição de um filme em 1985[1244].

> APRESENTAÇÃO PÚBLICA NA PARAÍBA DO FILME - DOCUMENTÁRIO "PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO"
> 1. A Direção Estadual do PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO na PARAÍBA - PCB/PB promoveu, no dia 05 SET 85, na cidade de CAMPINA GRANDE/PB, uma apresentação pública do filme - documentário intitulado "PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO", através da Empresa VIDEO COMUNICAÇÕES DO NORDESTE LTDA - VCN, de propriedade de LUPÉRCIO ULISSES FARIAS DA LUZ, localizada na Rua Alexandrino Cavalcanti, nº 52.
> O filme é de LUIS FERNANDO TORANTO, com duração de 22 minutos, colorido e com cópia para vídeo-cassete.
> 2. Estão previstas para o período de 09 a 14 SET 85 novas apresentações públicas do referido filme nos bairros da mesma cidade. O proprietário da VCN utiliza nas projeções um veículo especial com equipamento sofisticado, portando vários aparelhos de televisão e de vídeo-cassete.
> 3. Há registros de LUPÉRCIO FARIAS [...], ultimamente, vem prestando apoio ao pessoal de esquerda.

Com relação à produção cinematográfica na Paraíba, merece destaque o filme documentário "Cabra Marcado para Morrer" que estava sendo filmado no Engenho Galileia, em Vitória de Santo Antão-PE, abordando a vida e morte do camponês João Pedro Teixeira, assassinado em 2 de abril de 1962, em Sapé-PB, quando o golpe de 1964 forçou a dispersão de toda a equipe de filmagem. Essa equipe era dirigida por Eduardo Coutinho, em um projeto do Centro Popular de Cultura da UNE, com a participação do paraibano Vladimir de Carvalho[1245]. Com o acirramento da perseguição D. Elizabeth, viúva de João Pedro Teixeira e figura central nas filmagens, entrou na clandestinidade desestruturando toda a família e só em 1981, o mesmo Eduardo Coutinho a reencontrou, retomou as filmagens e a ajudou a reagrupar os filhos dispersos. O filme foi concluído em 1984. Este documentário, cuja própria história se mistura com a dramática história a ser retratada – a realidade da vida no campo na mata pernambucana e paraibana, a luta e assassinato de João Pedro Teixeira e a saga de Elizabeth Teixeira com o reencontro da família dispersa –, fez com que ocupasse um lugar de destaque na filmografia nacional.

O filme "O país de São Saruê"[1246] baseado no cordel homônimo do paraibano Manoel Camilo dos Santos, trata da miséria em que vive o povo nordestino, em especial no sertão

[1244] ARE_ACE_6976_85_11 SET 85. Arquivo Nacional. SNI. Cópia digitalizada. Arquivo da CEVPM-PB.
[1245] Ver: DUARTE, Thamara. Vladimir de Carvalho: interrupção de filmagens e fuga pelo mato. Depoimento. In: GUEDES, Nonato et al. **O jogo da verdade**. Revolução de 64 30 anos depois. João pessoa: A União, 1994.
[1246] Ver: FEITOSA, André Fonseca. **Documentário e Cultura Histórica**: o sertão de trabalho e relações de classe em O País de São Saruê (1971). 2014. Dissertação (Mestrado em História). CCHLA. Universidade Federal da Paraíba.

paraibano, em vista da seca, do latifúndio e das relações entre os homens e destes com a natureza. Foi dirigido por Vladimir Carvalho, com narração de Paulo Pontes. Inscrito no Festival de Brasília, após passar pela Comissão de Seleção, foi suspenso pela direção da Fundação Cultural que promovia o festival, tendo em vista que embora apresente: "uma pesquisa sociológica válida, se trata de um filme ideologicamente negativo e contrário à ideia desenvolvimentista do governo federal"[1247] Os participantes do festival enviaram um documento à Divisão de Censura e Diversões Públicas, – que o interditou para exibição em todo território nacional por portaria de 19 de outubro de 1971 –, solicitando a sua liberação, o que só ocorreu em 1979.

Segundo Wills Leal, o filme de Vladimir Carvalho se assenta no contraponto entre a utopia e da realidade[1248]:

> Os versos-cordel de Manoel Camilo dos Santos para o qual "o povo de São Saruê / tudo tem felicidade / passa bem anda decente / não precisa trabalhar/e tem dinheiro à vontade.
> [...]
> O povo que Vladimir Carvalho coloca em ação em O país de São Saruê, vive de fato em cima do ouro, sentado em ouro. Mas, mesmo assim, jamais obteve a felicidade, pois trabalha dia e noite, não para ele, mas para o patrão, o patrão-ladrão.

A Universidade Federal da Paraíba teve um Serviço de Cinema criado no reitorado de Mário Moacyr Porto, em 1963, por Linduarte Noronha, mas com o golpe e a destituição do reitor, em 1964, este setor foi desativado. Inclusive um dos equipamentos adquiridos foi motivação para um IPM:

> Se tratava de uma câmara da marca "Kohbac" adquirida pela universidade em uma exposição russa, realizada no Rio de Janeiro. O IPM foi instituído para se saber, antes de tudo, se os fluidos comunistas, subversivos, possivelmente inerentes ao equipamento, não teriam sido impregnados nos espíritos dos que se dedicavam ao cinema, ou mesmo em alguns setores da vida universitária...[1249]

Linduarte Noronha, que teve seu contrato suspenso na UFPB após o golpe, também comenta sobre o equipamento russo:

> Foi comprado por tomada de preço numa feira em São Paulo, mas não tinha nada a ver com comunismo. [...] Foi uma palhaçada e tinha razão de ser, porque você não pode passar os limites do tempo. Isso já fazia parte de uma

[1247] LEAL, Wills. **O discurso cinematográfico dos paraibanos**. A história do cinema na/da Paraíba. João Pessoa: Edição do Autor, 1989, p. 144.
[1248] Idem. p. 151.
[1249] LEAL, Wills. Op. cit., p. 125.

> fobia, de um medo que existia na época em consequência da guerra fria, de macarthismo, essas coisas todas...[1250]

No reitorado de Humberto Nóbrega (1972-1976) foi criado o Museu da Imagem e do Som, tendo à frente Jurandy Moura, mas só no reitorado seguinte de Lynaldo Cavalcanti com a criação do Núcleo de Documentação Cinematográfica (NUDOC), tendo a participação de Pedro Santos, Jurandy Moura, Linduarte Noronha, Manfredo Caldas, José Umbelino, Manuel Clemente e outros, a universidade passou a ocupar um importante espaço na área de produção documentarista.

Jureni **Machado Bittencourt** Pereira (Piracuruca-PI, 1942; João Pessoa-PB, 1999) viveu a maior parte da sua vida em Campina Grande-PB, como cineasta e fotógrafo[1251]. Seu primeiro do documentário foi "A Feira", no ano de 1967[1252], em parceria com Luiz Barroso, sobre a feira de Campina Grande. À época era estudante do curso de Direito na URNE e participou do 30º Congresso da UNE, em Ibiúna-SP, em outubro de 1968, sendo preso e fichado no DOPS-SP, como os demais colegas congressistas. No ano seguinte, a universidade incluiu seu nome na lista dos punidos por subversão, com a proibição de realizar matrícula.[1253] Tempos depois retomou os estudos, formando-se em Jornalismo, no curso de Comunicação Social da URNE, onde posteriormente tornou-se professor. Em 1974 fundou um estúdio de cinema denominado "A Cinética Filmes", *em* Campina Grande. Produziu vários documentários e dois longas metragens de ficção, e um vasto acervo fotográfico a partir do seu trabalho de fotojornalismo.

Em 1966 foi criado o Instituto Nacional de Cinema (INC), que em 1969 passou a ter parceria com a recém-criada Empresa Brasileira de Filmes S/A (EMBRAFILMES), que estabeleceu um termo de cooperação com aquele Instituto. A intenção era apoiar a produção de filmes comerciais, na contramão do Cinema Novo e marginal.

10.2.5 Movimento Tropicalista

Em meio a uma produção artística engajada politicamente e à censura institucionalizada, surgiu um movimento com elementos da contracultura, misturando as mais diversas referências

---

[1250] RODRIGUES, Elinaldo. Op. cit., p. 98

[1251] É dele a foto dos dois cadáveres encontrados em Alcantil, atribuídos a Nego Fuba e Pedro Fazendeiro, publicada no Correio da Paraíba de 10 de setembro de 1964, com matéria do jornalista Biu Ramos.

[1252] Cinemateca Brasileira. <http://bases.cinemateca.gov.br>

[1253] Ata da reunião ordinária do Conselho Didático da URNE, realizada em 28 de fevereiro de 1969 apud PORFÍRIO, Waldir. **Anos de luta**: da intervenção do DCE da URNE à estadualização da universidade (1981 a 1987). Campina Grande: EdUEPB, 2008, p. 31.

estéticas, desde as que vinham da Semana de Arte Moderna, com elementos internacionais e nacionais. Assim, entre os anos de 1967 e 1968, surgiu o Movimento Tropicalista, e

> Em maio de 1968, aconteceu o lançamento do disco-manifesto intitulado TROPICÁLIA ou PANIS ET CIRCENSES, álbum coletivo com a participação de vários artistas, entre eles Tom Zé, Gal Costa, Rita Lee (que integrava Os Mutantes), Nara Leão, Capinam, além dos seus principais idealizadores: os baianos Caetano e Gil[1254].

Na Paraíba, esse movimento contou com a adesão de vários artistas que, naquele mesmo mês de maio, lançaram um manifesto assinado por **Carlos** Antônio **Aranha** de Macedo, Jomard Muniz de Brito, Marcus Vinicius de Andrade, Martinho Moreira Franco, Raul Córdula e Wills Leal, com o seguinte teor:

> Todos os tropicalistas são contra a miséria tecnicolor, contra o cartão postal e o lugar comum. Subdesenvolvimento não é curiosidade turística. Somos o contra o rótulo oficial de comprometimento, em favor de um novo comportamento crítico, verdadeiro compromisso. Somos favoráveis a qualquer atitude inovadora. Somos contra tudo o que seja bom comportamento. Se as tradições estão podres, o que vamos defender? O caos? Somos contra a cultura oficial, contra o passadismo. Tudo pela radicalidade de vanguarda, contra a passividade da retaguarda.
> Não há nenhuma proposição estética. O que existe é uma atitude ética. Uma política cultural.
> Somos conscientes de nossa transitoriedade. Pois o momento é o hoje, o agora é o amanhã bem cedo.[1255]

Rômulo de Araújo Lima comenta o embate ocorrido na época, especialmente durante a realização do SEMPAB, que foi promovido por Carlos Aranha, na API[1256]:

> se debateu naquele momento duas visões estéticas. Aquele foi o momento em que havia no campo das artes um verdadeiro racha. Os vanguardistas que queriam inserir a arte numa nova concepção de mundo e o pessoal da arte política que achava que a arte, arte participante, vou dar um exemplo: Ferreira Gullar, com "João Boa-Morte" e os irmãos Campos e Décio Pignatari com a poesia concreta. A música participante Caminhando, Sabiá, Memórias de Marta Saré, Disparada e, por outro lado, Geleia Geral, Gil com Avarandado, Mamãe Coragem, Caetano e Mutantes, Tom e Zé, Tropicalismo e Dailor Varela, Anchieta Fernandes, Valdemir Dias-Pino, Moacy Cirne; compõem o processo.
> E, naquele momento, Jomard Muniz, Caetano, Gil e Aranha lançaram um manifesto contra o feudalismo cultural[1257]. [...] E, Paulo Pontes era do Partidão, era da linha de Zé Ramos Tinhorão, que defendia a arte participante. E, achava que músicas como Geleia Geral era coisa de intelectual e de quem

[1254] RODRIGUES, Elinaldo. Op. cit., p. 105.
[1255] Citado por LEITÃO, Rui César. Op. cit., p. 106.
[1256] Depoimento de Rômulo de Araújo Lima em Oitiva da CEVPM-PB, realizada em 19/12/2013.
[1257] O documento era intitulado "Inventário do feudalismo cultural nordestino".

> não tinha o que fazer. Quando na verdade, isso que era revolucionário naquele momento.

Em inquérito que Jomard Muniz de Brito foi investigado, determinado pela Comissão de Investigação Sumária do MEC (CISMEC)[1258], cuja inquirição ocorreu em 1º de março de 1973, uma das questões foi a sua participação no Movimento Tropicalista, ao que ele confirmou, em sua defesa escrita em 15 de março de 1973[1259]:

> Para terminar as acusações tratam de minhas eventuais ligações com o movimento tropicalista. Acontece que, sendo professor, em estilo anti-acadêmico ou anti-formal por excelência, sou antes de tudo uma pessoa humana ou simplesmente GENTE. E, como pessoa ou gente, tenho minhas preferências afetivas, sensoriais, emocionais, estéticas. O tropicalismo, para mim, representou isto: uma opção estética, uma afinidade ao visualizar a cultura brasileira em toda sua complexidade de elementos, de bom e de mau gosto em seus aspectos eruditos e "kitschs", em suas dimensões tradicionais e renovadoras, em suas figurações de surpresa ou de impacto. Tropicalismo muito bem representado pela síntese – mutável e transitória – entre a racionalidade e o trans-racionalismo, entre o romantismo e o concretismo, entre a morbidez e a alegria. PODERIA HAVER ALGUM "PERIGO" EM SE TER OU MANTER PREFERÊNCIAS ESTÉTICAS?

10.2.6 Primeiros Festivais de Verão de Areia

Em 1972, o Setor de Artes, antigo Departamento Cultural da UFPB, sob a direção do professor José Alberto Kaplan e apoio do reitor Humberto Nóbrega, elaborou a proposta de realização do I Festival de Verão de Areia, nos moldes do já existente Festival de Inverno de Ouro Preto-MG e em outras cidades do sudeste e sul do Brasil. A sua programação contava com cursos, palestras, exibição de filmes e apresentações artísticas. Seria uma oportunidade de capacitação e interação das mais diversas manifestações artísticas: teatro, música, literatura, artes plásticas, cinema, com convidados de renome nacional. Apesar de alguma ponderação do que isso podia representar de choque nos costumes da cidade, a sua realização foi aceita por todos, com o apoio dos mais diversos segmentos e instituições da cidade de Areia – Prefeitura, Colégio Santa Rita (de Freiras), o vigário Padre Rui Vieira, o tabelião José Henrique, entre outros.

[1258] Portaria de 8 de dezembro de 1972, tendo como investigante o professor Odísio Borba Duarte.
[1259] ADUFPB-JP. Grupo de Trabalho em prol da Anistia. **O caso Jomard Muniz de Brito**. Um capítulo do livro negro da UFPB ou O Surrealismo da Repressão. João Pessoa, 1979, p. 25.

Previsto para se realizar entre os meses de janeiro e fevereiro de 1973, com programação pronta, divulgação nacional e inscrições já iniciadas, a sua realização foi suspensa em novembro de 1972[1260]:

> Quais as razões? Corria o ano de 72, época mais feroz da repressão. Quem comandava o País era o todo-poderoso SNI (Serviço Nacional de Informação). Em todas as Universidades, haviam sido criadas Assessorias Especiais de Segurança com influência decisiva no âmbito das instituições de ensino superior, praticamente, tudo devia passar pelo seu crivo – principalmente a contratação de docentes. Nossa Universidade também tinha a sua, chefiada pelo Professor Ediláudio Luna, que informara a seus superiores em Brasília sobre os preparativos para o Festival. Recebeu orientação de "aconselhar" as autoridades da UFPB a suspendê-lo *sine die*, alegando que a cidade escolhida não oferecia condições de segurança para acontecimento desse porte.

Em 1975, o projeto do Festival foi retomado pelo secretário estadual de Educação Tarcísio de Miranda Burity, no governo de Ivan Bichara, tendo a coordenação de Paulo de Albuquerque Melo, diretor do Departamento de Cultura da SEC-PB, e José Alberto Kaplan, diretor artístico, conforme Decreto Estadual nº 6.626, de 16/9/1975. De 1 a 15 de fevereiro de 1976, o I Festival de Verão de Areia foi realizado, contando com o apoio local, já estabelecido na tentativa anterior. Os convidados como professores e palestrantes[1261] foram do mais alto nível, levando a uma grande participação da cidade, do Estado e do Nordeste, além de "mais de uma centena de inscritos provenientes do Sul, especialmente do eixo Rio-São Paulo. O evento foi colocado, logo depois, no Calendário Cultural do MEC, tal a repercussão que teve em âmbito nacional"[1262]. Em 1977, foi realizada a sua segunda edição nos mesmos moldes e dimensão, e assim nos anos seguintes até 1982. A retomada só ocorreu em 1998, mas de forma intermitente.

A realização desses festivais em Areia-PB permitia uma interação e discussão sobre as mais diversas expressões artísticas, envolvendo a juventude e nomes destacados no cenário nacional da cultura e da contracultura, que contribuíram com as discussões como Jean Claude Bernardet, Ivan Cavalcanti Proença, Marlos Nobre, Fernando Peixoto, Henfil, Dias Gomes, Jorge Amado, João Ubaldo Ribeiro, Ferreira Gullar e Ziraldo, além da "prata da casa"[1263] como Vladimir Carvalho, Pedro Santos, Paulo Pontes e Linduarte Noronha.

[1260] KAPLAN, José Alberto. Op. cit., p. 139.
[1261] Na área de Cinema: Jean Claude Bernardet e Ronald Monteiro; Artes Plásticas: Lígia Pape, Jackson Ribeiro, Noêmia Varela e Tereza C. Diniz; Teatro: Roberto de Cleto e Paulo Pontes; Literatura: Ivan Cavalcanti Proença; Dança: Clyde Morgan e Flávia Barros; Música: Cecília Conde, Helder Parente, Hermano Soares de Sá, Marcus Vinícius de Andrade e Pedro Santos. In: KAPLAN, José Alberto. Idem., p. 141.
[1262] KAPLAN, José Alberto. Idem., p. 142.
[1263] Alguns desses nomes não eram paraibanos, mas atuavam no estado, e outros paraibanos estavam atuando fora do Estado.

10.3 Considerações finais

A liberdade de expressão, tanto jornalística como artística, se constitui em um dos direitos fundamentais do homem, conforme a Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, no seu artigo 19: "Todo o indivíduo tem direito à liberdade de opinião e de expressão, o que implica o direito de não ser inquietado pelas suas opiniões e o de procurar, receber e difundir, sem consideração de fronteiras, informações e ideias por qualquer meio de expressão" [1264].

No Brasil a utilização da censura à imprensa e à cultura pelas elites e órgãos governamentais remonta à colônia, passando pelo império e república. Todavia, nos períodos autoritários do Estado Novo e da Ditadura Militar os mecanismos censórios foram aperfeiçoados e aplicados com mais rigor. O aumento da malha burocrática e do funcionalismo com prerrogativas censórias ampliaram os limites dessa atividade, causando constrangimento e prejuízos morais e materiais aos que insistiram em manifestar livremente suas opiniões, análises críticas da realidade, ou mesmo expressões ficcionais. Como foi afirmado neste texto, a expressão maior da censura talvez seja a autocensura, inibindo e cerceando as formas e conteúdos tanto na área jornalística como na cultural, com o medo de retaliação ou punição.

O mandonismo e o autoritarismo estão tão presentes na formação da nação brasileira que a livre manifestação das opiniões e análises críticas da realidade têm incomodado a elite brasileira e os poderes constituídos do Estado que lhes representam, por não estarem preparados para o exercício da democracia e do contraditório.

Com a Constituição de 1988, se tem a garantia que: "é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença"[1265]. Se atualmente não tem mais os mesmos mecanismos legais e burocráticos que propiciavam o pleno exercício da censura no período da ditadura militar, outras formas e meios são utilizados.

[1264] ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Disponível em: http://www.onu.org.br/img/2014/09/DUDH.pdf. Acesso em:21 jan.2017.
[1265] BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1988, Art. 5º, Inciso IX.

11 Bomba no Cine-Teatro Apolo XI

11.1 Introdução

Um dos Grupos de Trabalho da Comissão Estadual da Verdade e da Preservação d Memória do Estado da Paraíba tratou de desvendar o mistério e apurar a autoria intelectual, através de pesquisa, da explosão da bomba no Cine Teatro Apolo XI, na cidade de Cajazeiras no Estado da Paraíba, em 2 de julho de 1975, matando duas pessoas durante o período mais duro da Ditadura militar.

Para iniciar a coleta de testemunhos sobre esse episódio a CEVPM-PB aprovou, em reunião ordinária de 13 de agosto de 2013, a participação da Comissão da Verdade na sessão especial aprovada pela Assembleia Legislativa da Paraíba para debater as causas do atentado a bomba no Cine Teatro Apollo XI. A ideia seria ouvir o depoimento da viúva do soldado Altino Soares, mais conhecido como "Didi", e outras pessoas que pesquisaram sobre o fato.

A iniciativa da sessão especial foi construída com o deputado estadual José Aldemir que estava interessado em ajudar nos trabalhos da CEVPM-PB sobre esse caso que aconteceu em Cajazeiras. Perto da data prevista, que seria em setembro de 2013, a sessão foi desmarcada com aquele parlamentar se comprometendo agendar para outra oportunidade, que nunca ocorreu.

O Grupo de Trabalho ainda buscou endereços e contados com familiares da vítimas, como Francisca Soares, viúva do soldado Altino Soares (Didi) e outras pessoas que estavam presentes no dia do atentado naquele cinema cajazeirenses, sem conseguir algum êxito, pois os números dos telefones fornecidos nunca eram atendidos.

Paralelo a essas tentativas, foram feitas pesquisas nos sites de notícias da internet sobre o caso do atentado e nos arquivos dos jornais impressos paraibanos e pernambucanos da época e matérias publicadas mais recentemente, conseguindo armazenar um bom material.

No ano que completaria 40 anos da explosão da bomba no Cine Apolo XI, a Comissão Estadual da Verdade da Paraíba conseguiu, finalmente, localizar nos arquivos do antigo Serviço Nacional de Informação (SNI) o inquérito instaurado pela Polícia Federal que investigou aquele atentado na cidade de Cajazeiras em 1975.

11.2 O fato como aconteceu e foi noticiado

No dia 2 de julho de 1975, após mais uma apresentação do filme "Sublime renúncia" no Cine-Apolo de Cajazeiras, que terminara 15 minutos antes do previsto, às 21h, quatro pessoas

restavam no ambiente quando um deles encontra uma mala preta (conhecida na época como 007) embaixo da poltrona onde costumeiramente o bispo Dom Zacarias Rolim de Moura sempre sentara para assistir as sessões cinematográficas.

> A cadeira cativa de dom Zacarias Rolim de Moura estava vazia, mas debaixo dela havia uma pasta modelo 007. Na varredura final do auditório, antes do fechamento do cinema, Geraldo Galvão encontra e entrega ao soldado Didi a pasta abandonada. A explosão que sacudiu a cidade e assustou a população foi uma questão de segundos. Na curiosidade, ao abrir para saber de quem era, Didi puxa de dentro algo que imagina ser um gravador. A poucos metros, Manuelzinho grita: não mexe, é uma bomba. No susto, Didi soltou a bolsa no chão[1266].

Acordada com o estrondo vindo do cinema, boa parte da população cajazeirense correu para o local para saber o acontecido e ajudar a socorrer as vítimas daquele atentado. A grande dúvida surgida na hora era se Dom Zacarias Rolim estava entre os destroços, já que não se encontrava na casa paroquial. Coincidentemente, o Bispo de Cajazeiras não fora a sessão do cinema naquele dia, porque havia viajado a Recife para tratar de assuntos da pastoral e contratar novos filmes para serem apresentados no Cine Apolo.

No local da explosão foram encontrados "pilhas de lanterna, duas molas de despertador e pedaços de lona, suspeitando-se que se tratava de uma bomba-relógio"[1267]. Os feridos do atendado foram o soldado Altino Soares (segurança do cinema), que ficou com as pernas amputadas; o ex-militar Manuel Conrado, conhecido como Manuelzinho (era o porteiro), com um pedaço de madeira na cabeça; o operador de projetor do cinema Geraldo Conrado, com uma perna direita partida e o corpo perfurados por fragmentos; e o adolescente Geraldo Galvão (fazia limpeza no cinema após as sessões), com o abdômen perfurado e as pernas queimadas[1268].

> As vítimas foram levadas de imediato ao Hospital Regional de Cajazeiras para o socorro de urgência. Dois dias depois, seguiram para João Pessoa, internando-se no Hospital Edson Ramalho. Com o cérebro perfurado por uma lasca de madeira de uma das cadeiras, Manuelzinho permaneceu todo o tempo inconsciente e foi o primeiro a morrer, dois dias depois do atentado. Nove dias após o episódio, morre o soldado Didi. A bomba tinha um alto poder de destruição, a ponto de ter arrancado a grade da entrada do Cine-Teatro.[1269]

No cenário nacional, o governo militar o general do exército Ernesto Geisel tinha assumido a presidência da República com a promessa de fazer a abertura política lenta e gradual para a democracia. Alguns setores da linha dura do regime não aceitavam aquele

[1266] Jornal do Comércio, de 11 de maio de 2011.
[1267] Diário de Pernambuco, de 4 de junho de 1975.
[1268] Os militares Manuel Conrado e Altino Soares vieram a falecer dias depois.
[1269] Jornal do Comércio, de 18 de abril de 2011

posicionamento e começaram a montar atentados para incriminar a esquerda e impedir o retorno da democracia. Com relação a bomba do Cine Apolo e a relação com outros atentados como o da OAB do Rio de Janeiro e o do Riocentro, o ex-vice-prefeito de Cajazeiras relata um encontro que teve com o general do exército Antônio Bandeira, sinaliza de onde partiu a autoria daquele episódio:

> Um encontro casual, na Prefeitura de João Pessoa, em 1986, onze anos depois do episódio, consolida os indícios de uma ação do braço armado clandestino da ditadura militar no atentado ao cine Apolo 11. O ex-vice-prefeito de Cajazeiras, Abidiel de Souza Rolim, 71, é apresentado por um amigo comum ao general Antônio Bandeira, um paraibano linha-dura e primeiro comandante das tropas do Exército que combateram a guerrilha do PCdoB no Araguaia, Sul do Pará, entre 1971 e 1974. Bandeira revela que havia conhecido Cajazeiras, ao que Abidiel responde com espanto: Um general na minha terra? Bandeira então diz que foi na época das investigações da bomba do cinema, sem dar maior detalhe.
> Movido pela curiosidade, o dentista Abidiel Rolim afirma que prolongou o diálogo com o general, para tanto indagou se a bomba em Cajazeiras tinha alguma relação com os episódios da OAB/RJ e Riocentro. A resposta foi surpreendente: São da mesma safra, sintetizou sem acrescentar mais nada, segundo Abidiel[1270].

O avião da Força Aérea Brasileira que se referiu o general Bandeira partiu de Recife com uma comissão de militares, fazendo escala em João Pessoa para apanhar o secretário de segurança do governo da Paraíba, coronel Audízio Siebra, e depois voou com destino a Cajazeiras para verificar o que ocorrera no cinema e apurar a responsabilidade.

A autoria do atentado disputou espaços em intrigas religiosas e políticas que dividiam opiniões naquela cidade do sertão paraibano. No campo político, os seguidores do então prefeito Antônio Quirino de Moura logo acusaram de ser autor o deputado estadual João Bosco Braga Barreto (MDB), conhecido pelas suas posições de esquerda e adversário ferrenho do prefeito, líder de várias manifestações populares contra o regime militar.

Na vertente religiosa, Dom Zacarias era tido como "bispo conservador, contraponto à Igreja progressista liderada pelo arcebispo Metropolitano, dom José Maria Pires (dom Pelé), e pelo bispo de Guarabira, dom Marcelo Carvalheira"[1271]. Na Arquidiocese de Cajazeiras houve desentendimentos entre o Bispo e padres italianos que vieram da Diocese de Verona para fazer um trabalho pastoral nas comunidades rurais da região, chegando ponto de contestarem a autoridade de Dom Zacarias e acusa-lo por meio de uma difusora local "de mau pastor"[1272].

[1270] Idem.
[1271] Idem.
[1272] Idem.

Como o local onde colocaram a bomba foi embaixo da cadeira cativa do Arcebispo, a questão religiosa pesou mais que a política. Em entrevista ao jornal O Norte, Dom Zacarias disse que não tinha "inimigos" ideológicos, apenas matinha "divergência com outras pessoas", não vendo "razão nenhuma para que isso justifique um atentado, pois sou apenas um discípulo de Deus"[1273].

Um atentado contra aquele religioso, da ala conservadora da igreja católica, indiscutivelmente colocaria todos seguidores católicos progressistas e os membros da esquerda que faziam oposição ao regime militar sob suspeição, abrindo espaço para ataque ideológico e político contra os mesmos. Além disso, para gerar dúvidas, os militares impuseram censura aos meios de comunicação: "Notícias na imprensa eram só as oficiais. O episódio da bomba ficou sob censura. Tudo corria sob sigilo. Ninguém se aventurou a comentar ou fazer juízo. Estabeleceu-se o silêncio. A imprensa não teve acesso ao inquérito"[1274], disse o historiador e professor da Universidade Federal de Campina Grande, Francisco Chagas Amaro, à época do atentado atuava como radialista em Cajazeiras.

Entretanto, coube aos órgãos de repressão da ditadura intitularem a bomba explodida no Cine Apolo XI de Cajazeiras como ato de "subversivos" e que teve "consequência de atentado terrorista", segundo informou o superintendente do Departamentos da Polícia Federal (DPF) de Pernambuco, Hélio Rodrigues Mazzeo, em entrevista coletiva à imprensa. Disse ainda que "As diligências indicam os subversivos têm ligações com o Ceará, daí haver o DPF daquele Estado sido acionados para apurar as denúncias"[1275].

Endossando esse raciocínio, o deputado pernambucano Wandenkolk Wanderley, da ARENA, confesso direitista e defensor da distensão lenta para a transição no País, acusou "os comunistas" que atuavam no MDB e "subversivos" como autores daquele "ato subversivo" no cinema cajazeirense.

> Não há dúvida que o atentado de Cajazeiras, ceifando vidas e deixando pessoas paralíticas para o resto de sua existência, é ato de subversivo que interessa ao partido ilegal – PCB – que ora revive nos bastidores de um partido legal, o MDB, pela ação deletéria, não desse partido, mas de elementos seus que, não tendo capacidade política para uma vitória eleitoral, se aliaram a comunistas criminosos, dele recebendo dinheiro e votos[1276].

A suspeita de que aquela bomba estourada era um "atentado terrorista", atribuída a autoria aos "subversivos" que lutavam contra o regime militar, fez com que o sargento do

[1273] Jornal O Norte, de 8 de julho de 1975.
[1274] Jornal do Comércio, de 18 de abril de 2011
[1275] Diário de Pernambuco, de 9 de julho de 1975.
[1276] Idem.

Exército da 5ª Companhia de Infantaria de Campina Grande, Francisco de Assis de Oliveira Marinho (Sargento Marinho), conhecido por várias vítimas que ele torturou na Granja do Terror em solo campinense, fosse até Cajazeiras:

> Também nós estivemos em Cajazeiras, eu acho que essa data aqui se refere a Cajazeiras, um atentado a bomba relógio num prédio lá que me parece de um cine. Eu viajei para lá no dia 26 de fevereiro de 1976, só que quando eu cheguei lá o pessoal do 4º Exército já estava lá, nós fomos de carro eles foram de helicóptero chegaram bem primeiro do que a gente. Também não consegui apurar nada só tive que passar os dois dias lá[1277].

A partir desse posicionamento, os Departamentos da Polícia Federal da Paraíba, Pernambuco e Ceará esqueceram as disputas internas da religião católica e da política paraibana para direcionar suas investigações no intuito de encontrar os "subversivos" e "comunistas" responsáveis por aquele "ato terrorista".

11.3 Inquérito da Polícia Federal

O Departamento da Polícia Federal da Paraíba abriu o inquérito policial nº 15/75-SR/DPF/PB para apurar o "atentado terrorista perpetrado na cidade de Cajazeiras-PB, quando explodiu, no interior de um cinema, um artefato de tipo 'bomba-relógio', ferindo gravemente diversa pessoas e causando consideráveis prejuízos materiais"[1278].

Descrevendo como se deu as investigações feitas em conjunto com diversos agentes do DPF, o relatório do inquérito policial, assinado pelo delegado Manoel F. de Souza Leão Neto, afirma ter se deslocado até aquela cidade e "promoveu rigorosa investigação, não logrando entretanto, levantar qualquer pista que pudesse levar ao autor (ou autores) do atentado".

Menciona as testemunhas ouvidas no inquérito: Edinice Casar Rolim; Epitácio Gadelha Rocha; José Alves Pereira; José Viana de Souza; Dom Zacarias Rolim de Moura; Maria Alves Cartaxo de Souza; e João Bosco Braga Barreto, afirmando que a maior parte não estava no local no momento que ocorreu a explosão.

Cita os nomes das pessoas que estavam no Cinema Apolo XI no memento da explosão, como Francisco de Assis Pereira dos Santos; Geraldo Galvão de Souza; Altino Saturnino da Silva; Geraldo Justino Contado; e Francisco Valdeberto de Lira, informando que foi realizado

[1277] Depoimento de Francisco de Assis de Oliveira Marinho (Sargento Marinho) em oitiva da CEVPM-PB, em 12/11/2015. Arquivo da CEVPM-PB.
[1278] ARE_ACE_2410_81. Arquivo Nacional. Fundo SNI. Arquivo da CEVPM-PB.

um exame de corpo delito nos três primeiros. Quanto ao exame do local da explosão, afirma que foi feito por peritos criminais do Departamento de Policia Federal em Pernambuco.

> Inexistindo pistas ou suspeições concretas, procurou-se explorar as mínimas possibilidades investigatórias, elaborando-se, através da utilização de "ident-kit" cedido pela Academia Nacional de Polícia deste Departamento, retratos falados das pessoas descritas pela testemunha EPITACIO GADELHA ROCHA[1279].

Coincidentemente, o padre Francis Xavier Boyes, conhecido na cidade como “Mister Boy”, de nacionalidade americana, esteve em Cajazeiras naquele dia e viajou na noite do atentado. Ele estava morando em Recife, trabalhando como professor da Universidade Católica de Pernambuco. Costumava voltar a Cajazeiras onde viveu nos anos de 1961-1962 e 1966-1967. Logo, alguns moradores da cidade começaram a espalhar “rumores” de ter sido ele o autor do atentado.

O delegado, “em que pese o pouco fundamento de que se revestiam aqueles rumores”, decidiu convocar o padre Mister Boy para prestar depoimento, fato que ocorreu na sede da DPF de João Pessoa, em dia 29 de outubro de 1975. Aquele religioso esclareceu que:

> no dia do evento verificado no cinema APOLO o depoente não mais residia em - Cajazeiras e sim em Recife mas que, naquele dia se encontrava em Cajazeiras em visita a Dom Zacarias e vários amigos - ali residentes; QUE, suas relações pessoais com Dom Zacarias são as melhores possíveis, mas que é possível que a maneira pela qual o depoente conduz sua vida clerical não seja a mesma levada a efeito por Dom Zacarias [...] QUE, o depoente encoretrava-se num Ônibus com destino à João ressoa, isto por volta das 21:30 hs, quando o veículo trafegava entre Cajazeiras a Souza, 'ouviu pelo rádio do mesmo a notícia de que explodira uma bomba no interior do Cinema Apolo; QUE no entanto, prosseguiu sua viagem para Recife, via João Pessoa; [...] QUE, o depoente não suspeita, ao menos em Cajazeiras, onde era radicado, de alguém que fosse capaz de tal atentado, isto em virtude de que, obviamente, deve-se ter conhecimentos técnicos para construção de um engenho explosivo; [...] QUE, soube em Cajazeiras, correr rumores ter sido o depoente o autor do atentado, e que, a pedido do Bispo Dom Zacarias, fez um desmentido pela 'Rádio Alto Piranhas, coisa aliás, que não teria feito de motuo próprio, eis que não costuma a dar ouvido a tais rumores[1280].

Diante de tudo o que foi apurado e do esforço efetuado pelos Departamentos da Polícia Federal da Paraíba, Pernambuco e do Ceará, o delegado Manoel F. de Souza Leão Neto encerrou seu trabalho a 11 de dezembro de 1975, afirmando que, apesar dos esforços, não teve como identificar a autoria do atentado, encaminhando os autos ao procurador militar para tomar as providências que lhe convier.

[1279] Idem.
[1280] Idem.

> Resultando totalmente infrutíferas as investigações para determinação da autoria do atentado, não cabe, sem dúvida, à autoridade policial, reter indefinidamente os autos de Inquérito Policial, mesmo no caso om questão, em que foram os mesmos baixados para complementação sem a determinação de prazo para sua restituição.
> Diante do exposto, sejam os presentes autos remetidos ao Exmo. Sr. Dr. Auditor da 7ª C.J.M., para que com audiência do DD Representante da Procuradoria Militar junto àquela Auditoria, decida como melhor convier aos elevados interesses da justiça[1281].

O procurador militar Newton Torres Ramos, não convencido com aquela conclusão e justificando a "gravidade dos fatos [...] quando duas pessoas perderam a vida e outras duas ficaram gravemente lesionadas", além do tempo insuficiente para que o delegado pudesse chegar ao "autor, ou autores de tão hediondo crime", determinou a devolução do inquérito policial, em 2 de fevereiro de 1976, "no sentido que efetue novas diligências que julgue necessárias para elucidação de tamanho ato de terrorismo"[1282].

A 7ª Circunscrição Judicial Militar, por meio do auditor Alzir Carvalhães Fraga, encaminhou o ofício nº 134, de 11 de fevereiro de 1976, ao superintendente do Departamento da Polícia Federal da Paraíba, devolvendo o Inquérito Policial nº 74/75, "a fim do que sejam efetuadas novas diligências para elucidação dos fatos constantes do referido inquérito"[1283].

Recebido o ofício da Auditoria Militar, o delegado Manoel F. de Souza Leão Neto assinou o seguinte despacho: "1) Determino [...] no sentido de destacar o APF Jaime Pereira para proceder investigações SIGILOSAS na cidade de Cajazeiras e arredores com vista a elucidação dos fatos. 2) Voltem, depois, os autos ao Presidente do Inquérito. Em 22/2/1976"[1284].

Este foi o último procedimento policial do documento encontrado pela Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba nos arquivos do Serviço Nacional de Informação.

11.4 Conclusão

Ao que tudo indica, o atentado à bomba no Cinema Apolo XI não passou de mais uma provocação de agentes da ditadura militar que estavam descontente com a abertura anunciada pelo presidente da República, general Ernesto Geisel. Foi feito todo um estardalhaço para imputar aos "subversivos" a culpa pelo "ato terrorista". Sem provas para acusarem os opositores

[1281] Idem.
[1282] Idem.
[1283] Idem.
[1284] Idem.

do regime, ou talvez por ter encontrado os verdadeiros autores nas hostes dos órgãos da repressão, a Polícia Federal decidiu não continuar as investigações ou omitir-se de apresentar a autoria, perdurando até a presente data a dúvida sobre quem havia cometido tamanho crime na cidade de Cajazeiras em 2 de julho de 1975.

PARTE IV

CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES DA CEVPM-PB

Capítulo 5 - Considerações finais

As atividades desenvolvidas pela CEVPM-PB, ao longo de quatro anos, expressam o cumprimento do mandato que lhe foi outorgado pelo decreto que a criou. As parcerias estabelecidas, os conjuntos documentais identificados e recebidos, os expressivos depoimentos registrados tornaram possível a elaboração deste relatório. Contudo, faz-se necessário assinalar que muito ainda poderá ser feito a partir do acervo constituído, dando margem a elaboração de novos estudos e abordagens diversas.

No desenvolvimento da pesquisa comprovou-se as graves violações de direitos humanos nos períodos do pré-golpe civil-militar e da ditadura militar, perpetradas no estado da Paraíba ou contra paraibanos em outras localidades, entre elas detenções ilegais e arbitrárias, torturas, execuções, desaparecimentos forçados e ocultação de cadáveres.

A ditadura militar brasileira serviu aos interesses latifundiários, financeiros e oligárquicos nacionais. A constituição federal de 1988, a "Constituição cidadã", restabeleceu a ordem do Estado Democrático de Direito, elencou direitos e garantias individuais e coletivos, fundamentou toda sua ordem política e jurídica na dignidade da pessoa humana, e tentou promover o resgate da cidadania que havia sido retirada pelo regime autoritário anterior. Contudo, as práticas elitizadas racistas, patriarcais e demofóbicas não encontraram entrave às suas manifestações na cidadania reavida pela nova Constituição. Isto porque os órgãos públicos de segurança mantiveram o *modus operandi* repressivo, base para a manutenção da contenção social pela violência. O inimigo não é mais o comunista, "subversivo", mas sim o preto, pobre e marginalizado.

A legalidade autoritária continua existindo de forma bastante expressiva na democracia brasileira. A vigência das leis de Anistia, de Segurança Nacional e do Estatuto do Estrangeiro, de 1979, 1983 e 1988, respectivamente, em total discordância com os princípios democráticos, são exemplos concretos do nosso não rompimento com o autoritarismo. Também o poder judiciário, atuante no aparelho repressor na ditadura brasileira, com amplo consenso e cooperação entre as forças armadas e as elites judiciárias, numa espécie de modelo híbrido de justiça militar[1285], não passou por reformas institucionais e, consequentemente, mantém práticas autoritárias.

A continuidade de tais práticas se fundamenta na lógica das políticas de esquecimento promovidas especialmente a partir de 1979, data de publicação da lei de Anistia, provocando

1285 PEREIRA, Anthony W. **Ditadura e repressão**: o autoritarismo e o estado de direito no Brasil, no Chile e na Argentina. Trad. Patrícia de Queiroz Carvalho Zimbres. São Paulo: Paz e Terra, 2010, p. 285/286.

uma "amnésia social"[1286]. Os tribunais judiciais implementaram uma cultura jurídica de esquecimento, ao recusaram-se a julgar os crimes cometidos pelos agentes de Estado no período autoritário, negando, consequentemente, o status de crimes contra a humanidade que lhes foi conferido pelos vários instrumentos internacionais de proteção aos direitos humanos.

O esquecimento proporcionado pela anistia se concretizou num projeto social amplo para não relembrar o passado. Perdoar crimes como a tortura, não processar e julgar seus perpetradores permitiu a continuidade da prática destes crimes em plena democracia a partir da lógica do "vale a pena". Ainda vivemos a ideia de que vale a pena torturar e cometer outros crimes graves porque ainda há formas para fugir da punição destes. O sentimento de impunidade causa uma profunda dor a quem passou pelo suplício e sua persistência estimula a prática da tortura, porque sinaliza que, embora seja crime, ninguém vai responder por ele.

As comissões da verdade representam um avanço significativo para o Estado brasileiro no âmbito da visibilidade necessária aos crimes cometidos na ditadura e aos seus perpetradores. Saber a verdade sobre os crimes, suas autorias e circunstâncias são essenciais para a efetivação de nossos direitos à memória e à verdade. Lembrar é não deixar morrer um passado de violações que não pode se repetir. Lembrar é prevenir um presente e um futuro de violências.

A invalidação da lei de anistia é o primeiro passo a ser dado pelo Estado brasileiro para o cumprimento desses direitos e das normas internacionais de proteção aos direitos humanos para a reconciliação nacional. Esta reconciliação parte do pressuposto de que o Estado almeja o perdão de suas vítimas de outrora e de que se compromete com a democracia e com os direitos humanos, de modo a evitar novos períodos de violações.

Outras medidas como garantir o amplo acesso aos arquivos da ditadura, mostrar os documentos do período e contrapô-los às verdades oficiais que nos foram contadas até hoje, dando visibilidade às vítimas e recontando a história do país em novos espaços de narrativas, utilizar os bens culturais para rememorar as vítimas da ditadura, construir museus, parques e outros espaços públicos à memória de mortos, torturados e desaparecidos, destinar recursos financeiros para localização de valas e cemitérios clandestinos, resgatar os restos mortais e identificá-los são essenciais ao processo de construção de identidade histórica nacional do povo brasileiro, à construção de um presente de ruptura com o legado autoritário e à construção de um futuro democrático e de respeito aos direitos humanos. A continuidade da prática da tortura pelas instituições públicas brasileiras é um legado vivo da ditadura no país, em razão de não

1286 BARAHONA DE BRITO, Alexandra; GONZÁLES-ENRÍQUEZ, Carmem; FERNÁNDEZ, Paloma Aguilar. **Política da Memória. Verdade e Justiça**: A transição para a democracia. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2004, p. 55.

termos rompido com a ordem autoritária de forma a efetivar direitos à justiça e à verdade. Todavia, não podemos conviver e ser coniventes com tão grave violação da dignidade humana.

Vale ainda ressaltar três aspectos fundamentais para fortalecer a democracia brasileira, a exemplo da democratização da mídia, da reforma política e do enfrentamento ao conservadorismo.

A ditadura contribuiu para a concentração dos meios de comunicação brasileiros nas mãos de poucas famílias, inclusive, famílias que apoiaram o golpe de 1964. A mídia deve ser plural como é a sociedade brasileira, e abarcar a diversidade de pensamentos e manifestações criativas de todo o povo. Democratizar os meios de comunicação é fundamental para aprofundar a democracia em nosso país.

Com relação à reforma política, registre-se que o atual sistema político é uma herança da ditadura. Hoje nossa democracia é submissa ao poder econômico e aos grandes meios de comunicação. Uma verdadeira democracia é quando o povo decide seus candidatos, num sistema que fortalece o debate político sobre os rumos do país, e não quando ganha quem tem mais dinheiro e apoio dos meios de comunicação. Acreditamos que só uma Constituinte Exclusiva e Soberana do Sistema Político, poderá consolidar e ampliar a democracia em nosso país.

Os altos índices de assassinatos LGBT's, assim como a deliberada violência que as mulheres sofrem cotidianamente no Brasil demonstram uma triste realidade a ser enfrentada, tendo em vista que o conservadorismo se disfarça de “moral e bons costumes”. A ditadura contribuiu para o fortalecimento desse conservadorismo ao transformar em lei o respeito à “moral e aos bons costumes”. Sabemos que por trás dessa pretensa moral e bons costumes se esconde uma concepção heteronormativa de família, com o homem provedor, a mulher submissa, sobrecarregada por ser a única cuidadora do desvalorizado trabalho doméstico, e uma série de outras subjetividades que contribuem para o fortalecimento do machismo e da homofobia em nosso país.

Um passado de violações traz consequências graves para Estados redemocratizados e demanda seu compromisso com um processo de conciliação que busque a formação de uma cultura jurídica, social e política de direitos humanos com o objetivo precípuo de não retornar a outros períodos de barbárie.

Enfim, o grande objetivo deste Relatório é contribuir para a “educação do nunca mais”, ou seja, para que os brasileiros ao tomarem conhecimento das arbitrariedades e violações dos direitos humanos impetradas pela ditadura militar nunca mais defendam ou apoiem regimes

ditatoriais ou rupturas institucionais que violem a ordem democrática, seja ela, de caráter militar ou legislativa-jurídica-midiática.

Capítulo 6 – Recomendações da CEVPM-PB

> Art. 3º São objetivos da Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba:
> […]
> VI – recomendar a adoção de medidas e políticas públicas para prevenir violação de direitos humanos, assegurar sua não repetição e promover a efetiva reconciliação estadual e nacional;
> […]
> Art. 9º A Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba terá prazo de 2 (dois) anos, podendo ser renovado uma única vez, por igual período, contados da data de sua instalação, para a conclusão dos trabalhos, devendo apresentar, ao final, relatório circunstanciado contendo as atividades realizadas, os fatos examinados, as conclusões e recomendações.

Em cumprimento aos dispositivos legais transcritos acima, retirados do Decreto Nº 33.426/2012, que criou a CEVPM-PB, e diante da exposição das considerações anteriores, esta Comissão apresenta um conjunto de recomendações institucionais e de iniciativas para reformulações normativas no âmbito do Estado da Paraíba, que objetivam contribuir no aprofundamento das relações sociais de um estado de direito democrático que assegure a não violação de direitos humanos.

Recomendações Gerais

1) Contribuir para o enfrentamento da impunidade com revisão da Lei de Anistia: uma parcela significativa da violência de hoje ocorre porque existe uma cultura de impunidade em nosso país. É necessário dar um basta nisso, e a revisão da Lei da Anistia é um passo importante para que a justiça possa ser feita e sejam julgados os torturadores e apoiadores da ditadura.

Justificativa

O regime militar impôs à sociedade a anistia que lhe convinha. A representação política do Congresso Nacional em agosto de 1979 era significativamente restrito. Nem todos os parlamentares foram efetivamente eleitos pelo voto direto e secreto. Mesmo assim, se verifica a apertada maioria que permitiu a aprovação do projeto de lei do governo (cinco votos apenas). Sem embargo, a Lei de Anistia no Brasil não pode ser interpretada, historicamente, como um *amplo e abrangente acordo social.*

2) Resgatar nossa história, fortalecer nossa memória: renomear todas as ruas, parques, praças, escolas, túneis, pontes, viadutos, cidades etc, que hoje se utilizam do nome de gente que esteve envolvido ou apoiou a ditadura (sejam militares ou civis). Nada melhor para fazer justiça à nossa história do que a renomeação de tudo isso, com os nomes daquelas e daqueles que morreram na luta por liberdade e democracia.

Justificativa

Essa mudança de nome é uma reivindicação de uma parcela significativa da sociedade civil brasileira que almeja o fim da herança da ditadura em nomes de espaços públicos espalhados pelo território brasileiro. É triste ver o nome dessa gente nas cidades, túneis, pontes, viadutos, bairros, ruas, parques, praças, escolas, teatros. Pessoas que direta ou indiretamente cometeram o crime de lesa humanidade (tortura física ou psicológica) incomoda lembrar.

3) Desmilitarizar a polícia: na periferia, atingindo a juventude, em especial, pobre e negra a polícia militar ainda mata e tortura. Sua estrutura, formação e funcionamento não se alteraram com o fim da ditadura. Não aceitamos o genocídio da juventude negra que é feito no nosso país. A desmilitarização e a construção de uma nova lógica de segurança pública em nosso país são urgentes.

Justificativa

A desmilitarização da polícia militar (PM) é tema de pauta no movimento estudantil (onde há mais aglomeração de jovens). Herança da ditadura militar, a PM tem cometido muitas atrocidades em sua atuação. São inúmeros os casos de violência policial contra a população, principalmente, contra a juventude negra da periferia de todo o Brasil.

4) Contribuir para a supressão da Lei de Segurança Nacional: o ordenamento jurídico brasileiro conta ainda com um entulho autoritário que deve ser revisto e descartado, a exemplo da LSN.

Justificativa

A Lei de Segurança Nacional é um instrumento conflitante, no Estado Democrático de Direito, com os direitos individuais e coletivos dos brasileiros. A liberdade de expressão e de reunião, previstos na Constituição de 1988, não pode ser ferido por interpretação como incitação à subversão da ordem política e social, como consta na LSN.

Recomendações Específicas

1) Estabelecer uma Política Pública de atendimento psicossocial aqueles que tiverem problemas psicológicos decorrentes dos traumas sofridos (pelos assassinatos, desaparecimentos forçados, torturas e vida na clandestinidade dos seus familiares) no período da ditadura-militar tenham assegurado o tratamento terapêutico – psicológico ou psiquiátrico – assumido pelo Estado brasileiro.

Justificativa

O estabelecimento de ações públicas ligadas a esse tema já está previsto na legislação federal, Lei N° 12.847/2013 que instituiu o Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura, bem como criou o Comitê e o Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura. Deste modo, a reparação psicológica às vítimas de violações de direitos humanos perpetradas por agentes do Estado deve se transformar em uma responsabilidade estadual, pois muitos dos perseguidos políticos e suas famílias até hoje guardam traumas de como se deram as referidas violações. Para tanto, o Estado deve capacitar profissionais de saúde visando a implementação dos serviços de atendimentos a todos os afetados do passado e do presente.

2) Que o Estado crie mecanismos para que aqueles que tiveram seus nomes alterados durante o período da ditadura-militar e os que nasceram na clandestinidade de seus pais, se quiserem, possam fazer as devidas retificações.

Justificativa

A filiação, liga-se intimamente o direito à identidade pessoal, que surge em atenção ao indivíduo e suas necessidades de identificação. A filiação está diretamente vinculada ao princípio da dignidade da pessoa humana, bem como o pleno exercício da cidadania. Os registros de nascimentos que não constam os verdadeiros nomes dos pais provocam um sentimento de inexistência de identidade, principalmente quando se é negado este direito.

3) Fundar Espaços de Memória e apoiar os que já existentes sobre a violência estatal durante a ditadura militar em municípios onde houve prisões e torturas de presos políticos no estado da Paraíba, em locais que ocorreram violações de direitos humanos e/ou resistência política. Além disso, garantir suporte técnico, administrativo e financeiro para implementação do “Memorial da Democracia da Paraíba” conforme previsto no Decreto de criação da CEVPM-PB.

Justificativa

Esses espaços memorialísticos são importantes para indicarmos socialmente as marcas traumáticas do período da ditadura militar. Os lugares de memória permitem a transmissão das experiências vividas, inscritas na memória individual e coletiva, e com seus acervos materiais e simbólicos se constituirão em possibilidades pedagógicas para que a população não se esqueça das atrocidades perpetradas pelo regime de exceção.

4) Criar uma Política Pública Estadual para implementar a alteração das denominações de logradouros públicos (ruas, avenidas, rodovias, pontes, praças), estabelecimentos de ensino, entre outros, que levam o nome de agentes da repressão, em especial de ditadores, para nomes de perseguidos pelo regime.

Justificativa

A existência de espaços públicos que homenageiam agentes da repressão e ditadores em diversas cidades paraibanas autores de graves violações de direitos humanos são incompatíveis com Estado Democrático de Direito. Essas denominações são também lugares de memória e, portanto, alterá-las são medidas de reparação pública. Para tanto já existe legislação estadual sobre essa questão: Lei N° 10.086, de 15 de agosto de 2013, que dispõe sobre a denominação de prédios, bens, rodovias e equipamentos públicos do Estado da Paraíba e dá outras providências de autoria do Deputado Estadual Anísio Maia.

5) Criar uma Política Estadual de Arquivos que fortaleça o acesso e localização dos acervos documentais que tratem do período militar, como por exemplo os acervos do Arquivo Público Estadual, da Polícia Militar da Paraíba, da DOPS-PB, da Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba, bem como articule acervos de outras esferas (judiciário, legislativo e municipais).

Justificativa

Assegurar o acesso a esses conjuntos documentais e promover a articulação entre eles e os cidadãos são importantes ações para o conhecimento sobre esse passado e subsidiar pesquisas históricas, bem como fornecer informações às vítimas, seus familiares e sociedade sobre as circunstâncias em que ocorreram violações aos direitos humanos.

6) Estabelecer o Dia Estadual para o Direito à Verdade, a ser comemorado no dia 9 de setembro de cada ano, seguindo o exemplo do Dia Internacional para o Direito à Verdade estabelecido pela ONU.

Justificativa

Datas comemorativas são instrumentos que auxiliam à preservação e difusão da memória social. O direito à verdade tem como núcleo o esclarecimento, a investigação, o julgamento e a punição de agentes públicos que praticou graves violações aos direitos humanos. Está intrinsecamente ligado aos casos dos mortos e desaparecidos políticos de regimes autoritários. Neste caso, como a data que foi publicada as fotos dos corpos carbonizados foi 9 de setembro de 1964, os quais familiares e companheiros afirmam serem de João Alfredo Dias (conhecido como Nego Fuba) e Pedro Inácio de Araújo (conhecido como Pedro Fazendeiro), é que se recomenda o Governo do Estado criar o Dia Estadual para o Direito à Verdade, a ser comemorado em 9 de setembro de cada ano.

7) Promover a inserção de conteúdos que promovam os valores democráticos e dos direitos humanos nos currículos dos estabelecimentos de Educação Básica no estado da Paraíba, incluindo a produção de materiais didáticos, capacitação de professores e outras ações pedagógicas para o "Educar Para Nunca Mais"

Justificativa

O tema da ditadura militar no Brasil está presente no ensino básico, contudo não é abordado do ponto de vista das graves violações de Direitos Humanos ocorridas naquele período. Tratar desse tema nas escolas é essencial para as novas gerações, no intuito de estabelecer uma cultura de respeito aos Direitos Humanos e de não repetição das Franviolações, conforme indicado no Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (2006), no Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH – 3 (2009) e nas Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos (2012).

8) Reformulação dos conteúdos curriculares da Academia de Polícia Militar da Paraíba, reestruturação dos concursos de ingresso e dos processos de avaliação contínua das forças policiais estaduais, de modo que passem a valorizar o conhecimento e os preceitos atinentes à democracia e aos direitos humanos

Justificativa

A defesa dos direitos humanos deve ser princípio fundamental na formação educacional promovida pelo Estado. Tais princípios devem enfatizar o respeito mútuo a todos os integrantes

das forças policiais civis e militares no Estado Paraíba, bem como o pleno exercício da democracia.

9) Encaminhar solicitação de revogação dos títulos "*Honoris causa*" concedidos pela Universidade Federal da Paraíba aos presidentes e ministros do período da ditadura militar: Marechal Humberto Alencar Castelo Branco (1966), General Emílio Garrastazu Médici (19710, Coronel Jarbas Gonçalves Passarinho (1970), João Paulo dos Reis Veloso (1971), Eliseu Resende (1973) e Coronel Cezar Cals de Oliveira Filho (1978).

Justificativa

A concessão desses títulos honoríficos ocorreu durante a ditadura militar, homenageando os ocupantes de altos cargos na administração, associados às graves violações direitos humanos perpetradas naquele período.

10) Encaminhar solicitação de revogação de títulos de Cidadão Paraibano concedido pela Assembleia Legislativa da Paraíba ao Coronel Ednardo D'Ávila Melo, por meio da lei n° 3.184, de 20 de julho de 1964, então comandante do 15° Regimento de Infantaria; ao ex-Reitor da UFPB, Guilardo Martins Alves, conferido pela Lei nº 3.360, de 6 de agosto de 1971.

Justificativa

Tendo seus nomes, reconhecidamente, vinculados às graves violações direitos humanos perpetradas no estado da Paraíba, manter o agraciamento com esse título se constitui em homenagem descabida.

11) Indicar ao Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba realizar uma sessão de retratação aos magistrados colocados em disponibilidade durante a ditadura militar.

Justificativa

Entre 1964 e 1969 foram colocados em disponibilidade ou aposentados compulsoriamente juízes e desembargadores paraibanos por diversos motivos, aproveitando-se do momento político do estado de exceção. Esta retratação será um pedido público de desculpas, para estes cidadãos – alguns deles já falecidos, seus familiares e a sociedade em geral.

12) O governo do Estado deve continuar as investigações para se chegar a autoria do atentado à bomba no Cine Apolo XI, ocorrido 2 de julho de 1975, em Cajazeiras,

Justificativa

Este atentado ocorreu ao tempo de outros atentados em vários locais do país, a exemplo de bancas de revista, espaços públicos (RioCentro) e privados (OAB), se constituindo em uma ação articulada da direita conservadora para incriminar os movimentos de esquerda, temendo o processo de abertura política em gestação. A investigação sobre atentado à bomba no Cine Apolo XI não foi conclusivo e, portanto, deve-se dar continuidade para que a motivação e os autores intelectuais sejam conhecidos.

13) Que o Governo do Estado da Paraíba realize convênio com a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos para coleta de amostras de DNA dos familiares que tiveram seus entes desaparecidos, e dê continuidade as investigações sobre as circunstâncias do desaparecimento, morte e localização dos corpos de João Alfredo Dias [Nego Fuba] e Pedro Inácio de Araújo [Pedro Fazendeiro].

Justificativa

O desaparecimento forçado é um crime continuado, que atormenta a vida dos familiares indefinidamente. Portanto, o Estado deve envidar esforços para a localização dos corpos e devido sepultamento dos restos mortais de seus entes queridos.

14) Garantir a implementação e manutenção do Memorial da Democracia da Paraíba conforme previsto no Art. 13 do Decreto 33.426/2012 que criou a CEVPM/PB.

Justificativa

A implementação deste Memorial será um marco para o estado da Paraíba, tendo em vista ser o primeiro espaço dedicado a esta temática. Já contará com o precioso acervo constituído por esta CEVPM-PB, poderá receber outras doações. O seu funcionamento e abertura ao público possibilitará o desenvolvimento de ações culturais e educativas que valorizem a democracia e o espírito republicano, como um importante instrumento pedagógico na educação para o nunca mais, voltado para as redes pública e privada de ensino e para a população em geral.

ANEXOS

1 Documentos relativos à criação da CEVPM-PB

Decreto nº 33.426, de 31 de outubro de 2012. Cria a CEVPM-PB.

Certifico, para os devidos fins, que este DECRETO foi publicado no D O E. Hoje Data: 01/11/12
Vera Lúcia Sá
Diretoria Executiva de Registro de Atos e Legislação da Casa Civil do Governador

ESTADO DA PARAÍBA

DECRETO Nº 33.426 , DE 31 DE OUTUBRO DE 2012

Cria a Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 86, inciso IV da Constituição do Estado da Paraíba,

D E C R E T A:

Art. 1º Fica criada a Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba, cuja finalidade será a de buscar, por todos os meios de provas, o esclarecimento às graves violações de direitos humanos praticadas por agentes públicos contra qualquer pessoa no território da Paraíba, ou aos paraibanos que se encontravam em outros Estados ou Países, durante o período fixado no art. 8º do Ato das Disposições Transitórias da Constituição Federal, a fim de efetivar o direito à memória e à verdade histórica na edificação do Estado Democrático de Direito.

Art. 2º A Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba, composta de forma pluralista, será integrada por 7 (sete) membros de livre escolha do Governador do Estado.

§ 1º Os membros escolhidos pelo Governador deverão ser cidadãos, preferencialmente paraibanos, de reconhecida

ESTADO DA PARAÍBA

idoneidade e conduta ética, identificados com a defesa da democracia e da institucionalidade constitucional, bem como com o respeito aos direitos humanos.

§ 2º Não poderão participar da Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba aqueles que:

I – exerçam cargos executivos em agremiação partidária;

II – não tenham condições de atuar com imparcialidade no exercício das competências da Comissão;

§ 3º Os membros serão designados para mandato de 2 (dois) anos, podendo ser reconduzidos uma única vez, por igual período, até o término dos trabalhos da Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba.

§ 4º A designação de servidor público estadual da administração direta ou indireta ou de militar implicará a dispensa das suas atribuições do cargo.

§ 5º A participação na Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba será considerada serviço público relevante.

Art. 3º São objetivos da Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba:

I – esclarecer os fatos e as circunstâncias dos casos de graves violações de direitos humanos mencionados no caput do art. 1º;

II – promover o esclarecimento circunstanciado dos casos de torturas, mortes, desaparecimentos forçados, ocultação de cadáveres e sua autoria, ocorridos no território do Estado da Paraíba, ou contra paraibanos, ainda que ocorridos fora do Estado;

III – identificar e tornar públicos as estruturas, os locais, as instituições e as circunstâncias relacionados à prática de

ESTADO DA PARAÍBA

violações de direitos humanos mencionadas no art. 1º, e suas eventuais ramificações nos diversos aparelhos estatais e na sociedade;

IV – encaminhar aos órgãos públicos competentes toda e qualquer informação obtida que possa auxiliar na localização e identificação de corpos e restos mortais de desaparecidos políticos, nos termos do art. 1º da Lei Federal nº 9.140, de 4 de dezembro de 1995;

V – colaborar com todas as instâncias do Poder Público para apuração de violação de direitos humanos, especialmente, com a Comissão Nacional da Verdade, instituída pela Lei Federal nº 12.528, de 18 de novembro de 2011;

VI – recomendar a adoção de medidas e políticas públicas para prevenir violação de direitos humanos, assegurar sua não repetição e promover a efetiva reconciliação estadual e nacional; e

VII – promover, com base nos informes obtidos, a reconstrução da história dos casos de graves violações de direitos humanos, bem como colaborar para que seja prestada assistência às vítimas e familiares, de tais violações.

Art. 4º Para execução dos objetivos previstos no artigo anterior, a Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba poderá:

I – receber testemunhos, informações, dados e documentos, assegurada a não identificação do detentor ou depoente, quando solicitada;

II – requisitar informações, dados e documentos de órgãos e entidades do Poder Público, ainda que classificados em qualquer grau de sigilo;

III – convocar, para entrevistas ou testemunho, pessoas que possam guardar qualquer relação com os fatos e circunstâncias examinados;

IV – determinar a realização de perícias e diligências para coleta ou recuperação de informações, documentos e dados;

V – promover audiências públicas;

VI – requisitar proteção aos órgãos públicos para qualquer pessoa que se encontre em situação de ameaça em razão de sua

ESTADO DA PARAÍBA

colaboração com a Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba;

VII – promover parcerias com órgãos e entidades, públicos ou privados, nacionais ou internacionais, para o intercâmbio de informações, dados e documentos;

VIII – requisitar o auxílio de entidades e órgãos públicos;

IX – realizar os devidos encaminhamentos do resultado obtido.

§ 1º As requisições previstas nos incisos II, VI e VIII serão realizadas diretamente aos órgãos e entidades do Poder Público.

§ 2º Os dados, documentos e informações sigilosos fornecidos à Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba não poderão ser divulgados ou disponibilizados a terceiros, cabendo a seus membros resguardar seu sigilo.

§ 3º É dever dos servidores públicos estaduais civis e militares colaborar com a Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba.

§ 4º As atividades da Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba não terão caráter jurisdicional ou persecutório.

§ 5º A Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba poderá requerer ao Poder Judiciário acesso a informações, dados e documentos públicos ou privados necessários para o desempenho de suas atividades.

Art. 5º Qualquer cidadão que demonstre interesse em esclarecer situação de fato revelada ou declarada pela Comissão terá a prerrogativa de solicitar ou prestar informações para fins de estabelecimento da verdade.

ESTADO DA PARAÍBA

Art. 6º As atividades desenvolvidas pela Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba serão públicas, exceto nos casos em que, a seu critério, a manutenção de sigilo seja relevante para o alcance de seus objetivos ou para resguardar a intimidade, a vida privada, a honra ou a imagem de pessoas.

Art. 7º A Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba atuará de forma articulada e integrada com os órgãos públicos e instituições e articulações sociais, especialmente com:

I – Ministério Público Federal e Estadual;

II – Comissão Nacional da Verdade, criada pela Lei Federal nº 12.528, de 2011;

III – Arquivo Público Estadual e Nacional;

IV – Comissão de Anistia, criada pela Lei Federal nº 10.559, 13 de novembro de 2002;

V – Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, criada pela Lei Federal nº 9.140, de 1995;

VI – Universidade Federal da Paraíba – UFPB;

VII – Universidade Federal de Campina Grande – UFCG;

VIII – Universidade Estadual da Paraíba – UEPB;

IX – Associação dos Anistiados Políticos da Paraíba;

X – Secretaria de Estado do Desenvolvimento Humano; e

XI – Secretaria de Estado de Segurança e Defesa Social.

Art. 8º A Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba poderá firmar parcerias com instituições de ensino superior ou organismos internacionais para o desenvolvimento de suas atividades.

Art. 9º A Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba terá prazo de 2 (dois) anos,

ESTADO DA PARAÍBA

podendo ser renovado uma única vez, por igual período, contados da data de sua instalação, para a conclusão dos trabalhos, devendo apresentar, ao final, relatório circunstanciado contendo as atividades realizadas, os fatos examinados, as conclusões e recomendações.

Art. 10. Qualquer pessoa que demonstre interesse em esclarecer situação de fato revelada ou declarada para Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba poderá solicitar ou prestar informações para fins de estabelecimento da verdade.

Art. 11. A Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba funcionará no âmbito da Secretaria de Estado do Governo e caberá à Secretaria Executiva da Casa Civil do Governador o suporte técnico, administrativo e financeiro necessário ao desenvolvimento das atividades da Comissão.

Art. 12. Os membros da Comissão receberão passagens e diárias para atender aos deslocamentos, em razão do serviço, que exijam viagem para fora do local de domicílio, nos moldes dos valores das diárias estabelecidos no Anexo Único da Lei nº 8.243, de 01 de junho de 2007.

§ 1º As diárias são concedidas por dia de afastamento, em forma de valor único, e serão pagas com redução de 50% (cinquenta por cento) do seu valor, quando o deslocamento não exigir pernoite na cidade para onde se viajou ou nas ocasiões em que for fornecida, gratuitamente, a alimentação ou hospedagem.

§ 2º A concessão de diárias e passagens deverá ser autorizada pela Secretaria Executiva da Casa Civil, mediante solicitação do presidente da Comissão, que deverá justificar e comprovar a expressa necessidade.

§ 3º O membro da Comissão deverá juntar aos autos do processo de concessão das diárias e passagens, em até 10 (dez) dias, a contar do término da viagem, o relatório das atividades desenvolvidas.

ESTADO DA PARAÍBA

Art. 13. O acervo documental e de multimídia resultante dos trabalhos da Comissão ora criada será denominado de Memorial da Democracia da Paraíba e ficará sob guarda e responsabilidade da Fundação Casa de José Américo.

Parágrafo único. Cópia do acervo de que trata o caput deste artigo será enviado ao Arquivo Nacional para integrar o Projeto Memórias Reveladas.

Art. 14. O Regimento Interno da Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba será elaborado por seus membros e aprovado por Decreto do Governador do Estado, no prazo de até 60 (sessenta) dias, a contar da sua instalação.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA, em João Pessoa, 31 de outubro de 2012; 124º da Proclamação da República.

RICARDO VIEIRA COUTINHO
Governador

Ato Governamental nº 6.018, de 11 de março de 2013. Nomeação dos membros da CEVPM-PB.

ESTADO DA PARAÍBA

Ato Governamental nº 6.018 João Pessoa, 11 de março de 2013

O GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 86, inciso VI, da Constituição do Estado, e tendo em vista o disposto no art. 2º do Decreto nº 33.426, de 31 de outubro de 2012,

R E S O L V E nomear os seguintes membros para compor a Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba:

1 - FÁBIO FERNANDO BARBOSA DE FREITAS;
2 - IRANICE GONÇALVES MUNIZ;
3 - IRENE MARINHEIRO JERÔNIMO DE OLIVEIRA;
4 - JOÃO MANOEL DE CARVALHO;
5 - LÚCIA DE FÁTIMA GUERRA FERREIRA;
6 - PAULO GIOVANI ANTONIO NUNES; e
7 - WALDIR PORFÍRIO DA SILVA.

A presidência dos trabalhos da Comissão ficará a cargo de PAULO GIOVANI ANTONIO NUNES.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA, em João Pessoa, 11 de março de 2013; 125º da Proclamação da República.

Certifico, para os devidos fins, que este ATO GOVERNAMENTAL foi publicado no D.O.E. Nesta Data 12/03/2013
Gerência Executiva de Registro de Atos e Legislação da Casa Civil do Governador

RICARDO VIEIRA COUTINHO
Governador

Decreto Nº 33.906, de 09 de maio de 2013. Aprova o Regimento Interno da Comissão da Verdade e Preservação da Memória do Estado da Paraíba

Certifico, para os devidos fins, que este DECRETO foi publicado no DOE Nesta Data 10/05/2013
Gerência Executiva de Registro de Atos e Legislação da Casa Civil do Governador

ESTADO DA PARAÍBA

DECRETO Nº 33.906 **, DE** 09 **DE** MAIO **DE 2013.**

Aprova o Regimento Interno da Comissão da Verdade e Preservação da Memória do Estado da Paraíba

O GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 86, inciso IV da Constituição do Estado da Paraíba,

D E C R E T A:

Art. 1º Fica aprovado, na forma do anexo único do presente Decreto, o Regimento Interno da Comissão da Verdade e Preservação da Memória do Estado da Paraíba.

Art. 2º O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA, em João Pessoa, 09 de maio de 2013; 125º da Proclamação da República.

RICARDO VIEIRA COUTINHO
Governador

REGIMENTO INTERNO DA COMISSÃO ESTADUAL DA VERDADE E DA PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA DO ESTADO DA PARAÍBA

CAPÍTULO I
DA CONSTITUIÇÃO E FINALIDADE

Art. 1º. A Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba é composta por 07 (sete) membros designados pelo Governador do Estado, com mandato de 02 (dois) anos, podendo ser reconduzidos uma única vez, por igual período.

§ 1º As vagas na Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba dar-se-ão em virtude de falecimento, interdição ou renúncia.

§ 2º Os membros da Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba perderão o mandato caso sejam condenados em processo judicial, em decisão definitiva, cuja natureza seja eticamente incompatível com o exercício da função.

Art. 2º. A Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba tem como finalidade examinar e esclarecer as graves violações de direitos humanos ocorridas contra qualquer pessoa, no território do Estado da Paraíba, ou contra paraibanos, ainda que fora do Estado, praticadas por agentes públicos estaduais, durante o período fixado no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, da Constituição da República Federativa do Brasil, a fim de efetivar o direito à memória e à verdade histórica e promover a consolidação do Estado Democrático de Direito.

Art. 3º. Para a consecução de suas finalidades, compete à Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba:

I - esclarecer os fatos e as circunstâncias dos casos de graves violações de direitos humanos mencionados no art. 2º;

II - esclarecer os fatos e as circunstâncias dos casos de graves violações de direitos humanos mencionados no caput do art. 1º;

III - promover o esclarecimento circunstanciado dos casos de torturas, mortes, desaparecimentos forçados, ocultação de cadáveres e sua autoria, ocorridos no território do Estado da Paraíba, ou contra paraibanos, ainda que ocorridos fora do Estado;

IV - identificar e tornar públicos as estruturas, os locais, as instituições e as circunstâncias relacionados à prática de violações de direitos humanos mencionadas no art. 1º, e suas eventuais ramificações nos diversos aparelhos estatais e na sociedade;

V - encaminhar aos órgãos públicos competentes toda e qualquer informação obtida que possa auxiliar na localização e identificação de corpos e restos mortais de desaparecidos políticos, nos termos do art. 1º da Lei Federal nº 9.140, de 4 de dezembro de 1995;

VI - colaborar com todas as instâncias do Poder Público para apuração de violação de direitos humanos, especialmente, com a Comissão Nacional da Verdade, instituída pela Lei Federal nº 12.528, de 18 de novembro de 2011;

VII - recomendar a adoção de medidas e políticas públicas para prevenir violação de direitos humanos, assegurar sua não repetição e promover a efetiva reconciliação estadual e nacional; e

VIII - promover, com base nos informes obtidos, a reconstrução da história dos casos de graves violações de direitos humanos, bem como colaborar para que seja prestada assistência às vítimas e familiares, de tais violações.

IX - elaborar Relatório Final com as deliberações e conclusões decorrentes dos trabalhos efetivados, encaminhando ao Governador do Estado e dando-lhe a mais ampla publicidade, sem prejuízo de Relatórios Parciais sobre fatos e temas específicos.

Art. 4º. A Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba para o exercício de sua competência, poderá:

I - receber testemunhos, informações, dados e documentos, assegurada a não identificação do detentor ou depoente, quando solicitada;

II - requisitar informações, dados e documentos de órgãos e entidades do Poder Público, ainda que classificados em qualquer grau de sigilo;

III - convocar, para entrevistas ou testemunho, pessoas que possam guardar qualquer relação com os fatos e circunstâncias examinados;

IV - determinar a realização de perícias e diligências para coleta ou recuperação de informações, documentos e dados;

V - promover audiências públicas;

VI - requisitar proteção aos órgãos públicos para qualquer pessoa que se encontre em situação de ameaça em razão de sua colaboração com a Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba;

VII - promover parcerias com órgãos e entidades, públicos ou privados, nacionais ou internacionais, para o intercâmbio de informações, dados e documentos;

VIII - requisitar o auxílio de entidades e órgãos públicos;

IX - realizar os devidos encaminhamentos do resultado obtido.

§ 1º As requisições previstas nos incisos II, VI e VIII serão realizadas diretamente aos órgãos e entidades do Poder Público.

§ 2º Os dados, documentos e informações sigilosos fornecidos à Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba não poderão ser divulgados ou disponibilizados a terceiros, cabendo a seus membros resguardar seu sigilo.

§ 3º A Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba para fins de estabelecimento da verdade poderá requerer ao Poder Judiciário acesso a informações, dados e documentos públicos ou privados necessários para o desempenho de suas atividades.

Art. 5º. Qualquer cidadão que demonstre interesse em esclarecer situação de fato terá a prerrogativa de solicitar ou prestar informações à Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba para fins de estabelecimento da verdade.

Art. 6º. As atividades desenvolvidas pela Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba serão públicas, exceto nos casos em que, a seu critério, a manutenção de sigilo seja relevante para o alcance de seus objetivos ou para resguardar a intimidade, a vida privada, a honra ou a imagem de pessoas.

CAPÍTULO II
DOS TRABALHOS DA COMISSÃO

Art. 7º. Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba possuirá uma Coordenação Geral, composta por um Presidente, designado pelo Governador do Estado, e por um (a) Secretário (a) Geral, que deverá ser um membro da Comissão escolhido pelos seus pares.

Art. 8º. Compete ao Presidente:

I - representar a Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba perante qualquer órgão ou entidade;

II - convocar e coordenar as reuniões da Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba, fixando a ordem do dia;

III - assinar os documentos pertinentes à Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba, especialmente os que tenham abrangência externa; e

IV - outras atribuições decorrentes do exercício da função.

Parágrafo único. A representação da Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba poderá ser delegada, mediante discussão e aprovação, prévia ou *ad referendum*, pelos integrantes da Comissão.

Art. 9º. Compete ao Secretário (a) Geral:

I - secretariar as reuniões da Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba;

II - assinar os documentos pertinentes à função;

III - coordenar a Secretaria Executiva e o Grupo Técnico de Assessoramento; e

IV - outras atribuições decorrentes do exercício da função.

Art. 10. Aos membros da Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba é assegurado:

I - tomar lugar nas reuniões ordinárias e extraordinárias, usando da palavra e proferindo voto nas deliberações;

II - ser previamente convocado para as reuniões extraordinárias, com a antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas;

III - registrar em ata o sentido de seus votos ou opiniões manifestados durante as reuniões;

IV - eleger e ser eleito como Secretário Geral da Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba;

V - elaborar projetos, propostas ou estudos relacionados ao objeto da Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba e apresentá-los à deliberação;

VI - requerer a inclusão na ordem de trabalhos das reuniões de assunto que entendam dever ser objeto de deliberação e a realização de reuniões extraordinárias;

VII - propor convite a especialistas, representantes de entidades ou autoridades para prestar os esclarecimentos que a Comissão entenda convenientes; e

VIII - obter informações sobre as atividades da Comissão, tendo acesso a atas e a documentos a elas referentes.

IX - O membro da Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba, responsável pelo Grupo de Trabalho será também responsável pela relatoria da temática abordada no referido GT.

Art. 11. A Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba reunir-se-á ordinariamente uma vez por semana e, extraordinariamente, sempre que convocada.

§ 1° As reuniões ordinárias realizar-se-ão em data, horário e local previamente definidos em calendário trimestral, considerando-se convocados os integrantes.

§ 2° As reuniões, ordinárias e extraordinárias, realizar-se-ão com a presença de, no mínimo, cinco de seus integrantes.

Art. 12. As deliberações da Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba dar-se-ão por maioria absoluta dos seus membros.

Art. 13. É dever de todo integrante da Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba participar ativamente de suas reuniões e demais atividades.

Art. 14. De cada reunião da Comissão será lavrada ata pelo Secretário ou por quem regularmente o substitua, contendo a data da reunião e o registro sucinto dos debates e das deliberações adotadas.

§ 1º As atas especificarão se as votações foram por maioria ou por unanimidade, devendo constar o número exato dos votos emitidos e o teor de cada um deles.

§ 2º A ata será submetida à aprovação na primeira reunião ordinária seguinte à de sua lavratura.

Art. 15. A Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba, para a realização de suas atividades, contará com a infraestrutura física e de pessoal do Poder Executivo.

Art. 16. O parecer de toda e qualquer Relatoria será submetido à aprovação dos demais membros da Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba, após o que será considerado Deliberação da Comissão.

§ 1° O membro da Comissão que discordar do Parecer do Relator deverá justificar, em Parecer em Separado, as razões da sua discordância.

§ 2° O Parecer em Separado integrará o conjunto da Deliberação da Comissão.

Art. 17. Qualquer pessoa que demonstre interesse em esclarecer situação de fato revelada ou declarada à Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba poderá solicitar ou prestar informações para fins de estabelecimento da verdade.

Art. 18. As Deliberações da Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba, bem como toda documentação referenciada, devem ser encaminhadas à Fundação Casa de José Américo e ao Arquivo Público Nacional.

CAPÍTULO III
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 19. A Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba poderá firmar parcerias com instituições de ensino superior ou organismos nacionais ou internacionais para desenvolvimento de suas atividades.

Art. 20. O Regimento Interno da Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba poderá ser modificado a qualquer tempo, por proposição aprovada pela maioria absoluta de seus membros, em reunião extraordinária com tal item de pauta previamente definido, observado o disposto no art. 20.

Art. 21. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba com observância Decreto nº 33.426, de 31 de outubro de 2012.

Ato Governamental nº 1.085, de 27 de fevereiro de 2015. Prorroga mandato da CEVPM-PB.

ESTADO DA PARAÍBA

Ato Governamental nº 1.085 **João Pessoa,** 27 **de** fevereiro **de 2015**

O GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 86, inciso VI, da Constituição do Estado, e tendo em vista o disposto no art. 2º do Decreto nº 33.426, de 31 de outubro de 2012,

R E S O L V E prorrogar os mandatos dos seguintes membros da Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba:

1 - FÁBIO FERNANDO BARBOSA DE FREITAS;
2 - IRANICE GONÇALVES MUNIZ;
3 - IRENE MARINHEIRO JERÔNIMO DE OLIVEIRA;
4 - JOÃO MANOEL DE CARVALHO;
5 - LÚCIA DE FÁTIMA GUERRA FERREIRA;
6 - PAULO GIOVANI ANTONIO NUNES; e
7 - WALDIR PORFÍRIO DA SILVA.

RICARDO VIEIRA COUTINHO
Governador

Certifico, para os devidos fins, que este ATO GOVERNAMENTAL foi publicado no DOE, Nesta Data 01 / 03 / 2015
Vera Lúcia Já
Gerência Executiva de Registro de Atos
Secretaria da Casa Civil do Governador

2 Homenagem a Fábio Fernando Barboza de Freitas

O tempo da memória: trajetória do professor Fábio Fernando Barboza de Freitas

> *"Sempre fui, ou creio ter sido, um homem do diálogo mais que da polêmica. A capacidade de dialogar e de trocar argumentos, em vez de acusações recíprocas acompanhadas de insultos, está na base de qualquer pacífica convivência democrática."*
> (Norberto Bobbio, em "O Tempo da Memória")
>
> *"Cada pessoa sempre é as marcas das lições diárias de outras pessoas."*
> (Luiz Gonzaga Junior)
>
> *"O meu coração não é maior do que o mundo, Nele não cabe nem o meu sofrimento."*
> (Carlos Drummond de Andrade, em "Mundo Grande".)

Nasceu em Campina Grande em 3 de setembro de 1960, aproximadamente às 22 horas com auxílio de uma parteira na casa de sua mãe, batizado com o nome de Fábio Fernando Barboza de Freitas, à rua Índio Piragibe – 289, onde viveu até os 24 anos de idade quando se casou com Cleideney Santos Barbosa, teve três filhos, Raoni, Tainá e Maíra (com 14 anos atualmente) e três netas, Isabela, Giovanna e Alícia. Filho de Olavo Albino de Freitas, funcionário de uma empresa comercial do setor de ferragens e de Teresinha Barbosa Pessoa, técnica de nível médio em contabilidade, tendo como irmã mais velha Jussara Barboza de Freitas (médica, residente em Fortaleza há mais de 30 anos) e como irmão mais novo Olavo Albino de Freitas Junior (analista de sistemas, residente em João Pessoa).

Sua infância foi marcada pelas inúmeras brincadeiras de ruas, tais como: soltar pipa (que era chamado de coruja), jogar bola de gude, brincadeiras que exigiam um certo esforço físico como a "toca", muito pouco de futebol no seu caso, brincadeiras como carrinhos de rolimã, e outras típicas da época.

Uma memória considerada relevante diz respeito ao seu convívio junto ao convento dos Franciscanos, localizado duas ruas atrás da rua onde mora sua mãe; a forma de participação era como sacristão, isto é, colaborava com os padres no momento da celebração das missas. Ao lado disto, criou-se uma verdadeira e pequena comunidade de sacristãos, o que implicava no convívio quase diário num salão de lazer com alguns jogos, onde eram realizadas reuniões para discutir alguns assuntos propostos pelos padres, celebrações quando de aniversário de algum colega, esse convívio durou anos. Do seu ponto de vista foi despertando muito cedo um certo

interesse em ir além da atividade de sacristã e começar a frequentar o seminário ainda que informalmente. Mais tarde viria a refletir sobre este pretenso interesse e descobrir, por fim, que o que o movia era muito mais um fascínio e, mais tarde, um interesse mais consciente pela reflexão filosófica dos Franciscanos; mas aí já era um pouco tarde porque ainda no colégio se encantou pela História, Sociologia e Filosofia Política.

Em relação a vida escolar, iniciou os estudos pelo chamado jardim de infância, hoje denominado de pré-escola, em seguida cursou o Primário; em seguida após realizar o "exame de admissão" ingressou no que então se chamava de Ginásio (hoje correspondente ao período que vai do quinto ao nono ano). Esta escola se chamava de Instituto Domingos Savio localizado no bairro da Conceição, muito próximo a sua residência. Algumas marcas desta etapa da sua vida, merecem destaque: primeiro a característica não laica da escola que era ligada à paróquia de São Francisco, tanto é assim que em certos momentos eram preparados para a primeira comunhão, para a crisma; a quase obrigatoriedade de frequentar a igreja regularmente e também eram estimulados a seguir carreira religiosa. Outra dimensão da sua vida escolar durante estas duas etapas (primário e ginásio) aconteceu a partir do período que vai do final da primeira metade dos anos 60 em diante, isto é, no período que se situava dentro do regime militar, e as escolas não ficaram imunes a todo o processo de doutrinação imposto pelo regime às escolas de todos os níveis, o que se traduzia num reforço exagerado daquilo que os militares chamavam de uma educação voltada para o amor à pátria. Seu cotidiano então era marcado por esse tripé: ensino regular, ensino religioso e doutrinação imposta pelo regime militar através de textos, músicas, e uma imposição à participação de todo corpo de alunos e de gestores nas chamadas datas cívicas nacionais como 7 de setembro, 15 de novembro, o dia da bandeira, etc.

O Ginásio e o Científico (atual Ensino Médio) foram cursados integralmente no colégio Pio XI, gerido por padres. Na primeira série do Científico, se localizaram os primeiros indícios de um certo processo de conscientização política através do aprofundamento dos seus estudos de História, para além da sala de aula, e de um diálogo com outras áreas de conhecimento no universo das Ciências Humanas e das Artes, como por exemplo a Literatura nacional e universal, Geografia e Filosofia. Foi nesta época que tomou contato com a leitura de autores que compunham o "índex" dos livros rigorosamente proibidos pelo regime militar. Por volta da segunda série já estava em contato com livros como "A Essência do Cristianismo" de Ludwig Feurbach que o marcou profundamente pela forte crítica a alienação imposta pela igreja aos fiéis, isto fez de certa maneira "ajustar as contas" em definitivo com a sua consciência religiosa anterior ligado ao convívio com os Franciscanos. Outras obras marcantes foram as de

Graciliano Ramos, Jorge Amado, Antônio Callado, Machado de Assis e também a poesia de Carlos Drummond de Andrade, Thiago de Melo, Castro Alves.

Foi dentro desta conjuntura de estudos e debates acerca das obras desses autores, consideradas obras "engajadas" que foi se fortalecendo entre os alunos e alguns professores, a necessidade de organizar, a partir do grêmio escolar, algum tipo de publicação que pudesse informar como também provocar reflexão sobre temas ligados ao universo da cultura e da política construídos já a partir da primeira série, por iniciativa sua e do saudoso poeta Álvaro Luís Guedes Pinheiro, um pequeno jornal ao qual chamaram de "ECO", e que foi publicado por um bom tempo com apoio de alguns comerciantes locais e também, de forma discreta, do próprio colégio Pio XI. Publicavam artigos escritos por colegas que faziam parte deste pequeno grupo, diríamos assim mais "intelectualizado", realizando entrevistas com personalidades do mundo da cultura e também do mundo da política. Foi neste jornal, por exemplo, que publicou seu primeiro artigo intitulado: "Neo Realismo Italiano e 'Ladrões de Bicicletas': notas sobre uma tendência e um filme".

Não é que o referido filme tenha sido o primeiro ao qual assistiu, na verdade desde criança, ia regularmente ao cinema com sua mãe, que era uma fã ardorosa do glamour dos filmes produzidos em Hollywood, isso o levou a assistir dezenas de comédias, protagonizadas por atores como Jerry Lewis, Jacques Tati e os primeiros filmes de Charles Chaplin. Deve a origem da sua paixão pelo cinema à sua mãe que frequentava assiduamente, pelo menos uma sessão semanal; deve-lhe também em boa parte, a paixão pela literatura, pois sempre encontrava sua mãe lendo um bom livro, tal hábito foi sem dúvida muito estimulante para que, desde cedo, tivesse contato com o universo das obras literárias.

Em meados dos anos 1970, teve os seus primeiros contatos com o movimento cineclubista, já que tal movimento à época era bem ativo e diversificado; existia o Cineclube Glauber Rocha, o Cineclube Campina Grande de onde viria a surgir, ainda no final dos anos 1960, uma geração de intelectuais e críticos, tais como: Bráulio Tavares, os irmãos Romulo e Romero Azevedo, Mario Araújo Filho e Felix Araújo Sobrinho, os irmãos Marcos e Jacson Agra, e tantos outros que foram decisivos para entender de forma mais plena o cinema, tanto na interpretação dos temas como na compreensão da linguagem cinematográfica. Com a criação do Cineclube Humberto Mauro, que funcionava no antigo Museu de Artes da Furne, localizado no Parque do Açude Novo, a sua aproximação com as obras cinematográficas aumentou de intensidade.

Este grau de importância atribuído ao cineclubismo se expressa pelo caráter catalisador das atividades que desenvolviam semanalmente com a exibição aos sábados e aos debates aos

domingos dos filmes que traziam até Campina Grande, tanto alugados da Embrafilme e principalmente de uma distribuidora alternativa que existia em São Paulo chamada Dina Filmes.

Era exatamente aí, fazendo uma ponte entre os filmes e a realidade nacional marcada pela ditadura militar, como também a realidade global ainda muito marcada "pela guerra fria", que reside a grande importância da militância no movimento já que tinham acesso com certo grau de dificuldade a obras decisivas para a arte cinematográfica do século XX. Um exemplo concreto disso foi o contato que tiveram com tudo de fundamental que foi produzido pelo movimento chamado de "Cinema Novo" e consequentemente a temas com potencial fortemente crítico em relação a situação de ditadura e miséria social que ora viviam; diretores como Glauber Rocha, Nelson Pereira dos Santos, Carlos Diegues, Paulo Thiago, documentaristas como Vladimir Carvalho, Paulo Gil Soares e Linduarte Noronha eram presença constante nas seções do cineclube.

Do ponto de vista de sua trajetória pessoal, poderia afirmar que a porta de entrada para o "mundo da política" teve origem a partir desse intenso contato com o mundo da cultura (cinema, literatura e música), daí que sua participação em grandes e decisivas manifestações, de contestação à ditadura, como por exemplo, os primeiros contatos com a imprensa alternativa, com a enorme importância que adquiriu o movimento sindical do ABC paulista, a luta pela Anistia para os presos e exilados políticos, a participação na Paraíba no processo de criação do PT, foi um passo. A militância partidária propriamente dita durou pouco tempo, como também a militância no Partido Comunista Brasileiro (PCB), foi no máximo até 1983, tendo como causa a crítica ao chamado "centralismo democrático" que, na sua visão, sufocava a autonomia de pensamento e prática dos militantes.

Ingressou na então UFPB, no curso de Bacharelado em Ciências Sociais (área de concentração em Ciência Política) através de vestibular, concluindo também mais tarde o curso de Licenciatura Plena em Ciências Sociais. Cursou também a Especialização em Ciência Política junto à UFPE, e uma Especialização em Direitos Humanos e Democracia na América Latina pelo Instituto Interamericano de Direitos Humanos com sede em Costa Rica.

Em 1985, através de concurso público de provas e títulos junto ao departamento de Sociologia e Antropologia (hoje unidade Acadêmica de Ciências Sociais) do Centro de Humanidades, ingressou como professor na UFCG (então UFPB) trabalhando nas áreas de Teoria Política, Filosofia Política, Prática de Ensino e como introdutor, de forma pioneira, no âmbito de toda a universidade, do componente curricular "Democracia e Direitos Humanos" no qual atuou como docente até o seu falecimento.

Fez o mestrado na área de concentração em Direitos Humanos do Programa de Pós-Graduação em Ciências Jurídicas do CCJ-UFPB e a sua dissertação "Dificuldades e Potencialidades de uma Educação para os Direitos Humanos e a Cidadania Democrática" foi aprovada em 2008, sendo a primeira com Louvor e Distinção.

A sua aproximação com a luta pela promoção, defesa e respeito aos Direitos Humanos iniciou-se com seu ingresso na Anistia Internacional, por meio do Grupo de Trabalho "Rede de Ação Urgente", cuja prática consistia em tornar públicos todos os atos de violação dos Direitos Humanos no mundo inteiro e no Brasil e lutar pela libertação dos chamados "prisioneiros de consciência", trabalhos que realizavam principalmente através da produção de cartas e documentos coletivos direcionados às autoridades dos governos onde essas violações eram praticadas. A sua primeira carta foi endereçada a diversas embaixadas e ao próprio governo da Turquia, a favor da libertação de um professor de matemática, preso e brutamente torturado sob a acusação de ser "inimigo do Estado". Continuou, por toda a vida, como membro desta prestigiosa ONG, agraciada com o prêmio Nobel da Paz de 1977, focando sua ação na questão desafiadora na permanência da tortura, em especial no Brasil. Outra frente ao qual se dedicou foi no Grupo de Trabalho "Educadores" da Anistia Internacional, em especial os Projetos Pedagógicos de Educação para a Paz e os Direitos Humanos.

Participou ativamente das grandes lutas da sociedade brasileira a partir da segunda metade dos anos 70, seguindo pela primeira metade dos anos 80 nas lutas pela Anistia e pelas Diretas Já.

No início dos anos 1990 participou do grupo que implementou a Comissão de Direitos Humanos, vinculada à reitoria da UFPB. Posteriormente, foi seu coordenador. A sua contribuição nesse convívio foi de altíssimo valor pedagógico e de grande enriquecimento pela sua compreensão e ação acerca da problemática dos Direitos Humanos. Esta relação persistiu através do Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos da UFPB, criado em 2006. Contribuiu na construção coletiva e execução de um dos projetos pioneiros no Brasil de curso de pós-graduação lato sensu – Especialização em Direitos Humanos, o que resultou na formação de quatro turmas, atuando regularmente como professor e orientador do componente curricular "Democracia e Direitos Humanos"; e que depois se converteu na criação de uma área de concentração em Direitos Humanos junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Jurídicas, do CCJ-UFPB, o que enriqueceu sobremaneira este programa introduzindo uma visão multi e interdisciplinar acerca dos Direitos Humanos. Posteriormente, em 2012, a pós-graduação *stricto sensu* ampliou-se com a criação Programas de Pós-Graduação em Direitos

Humanos, Cidadnia e Políticas Públicas, com de mestrado acadêmico, vinculado ao CCHLA-UFPB.

Contribuiu na instalação da criação da Comissão de Direitos Humanos da UFCG em 2003, da qual foi coordenador e vice-coordenador. Iniciou sua prática docente no antigo Colégio CPUC no ano de 1978, ainda como aluno da 3ª série do ensino médio, substituindo por algumas aulas a então professora de História do Brasil Léa Amorim.

Quando da elaboração do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH), participou ativamente do processo de discussão iniciado em 2003 e que teve sua versão final discutida e aprovada em 2006. Segue-se por volta do ano de 2008 um intenso trabalho de capacitação de educadores em quase todo País no sentido da discussão e compreensão teórica e prática deste plano; atuou neste processo nos estados da Paraíba, Alagoas, Sergipe e Acre, no projeto REDHBRASIL.

Sempre atuou como um parceiro em atividades de formatos diversos junto a inúmeros conselhos de políticas públicas, projetos de capacitação para alunos e professores dos níveis de ensino fundamental, médio e superior; desenvolveu atividades junto a movimentos de defesa dos direitos da população afro-brasileira, das mulheres, da comunidade LGBTT e tantos outros.

Como exemplos dessas ações, pode-se citar o Projeto de Capacitação das Equipes Multiprofissionais dos Oito Distritos de Saúde de Campina Grande, cujo objetivo foi capacitar tais equipes, na perspectiva da promoção dos Direitos Humanos para o acolhimento de mulheres vítimas de violência; coordenou e atuou como expositor no evento itinerante intitulado "Crianças no Campo: educação, direitos e trabalhos" constando de 120 fotografias, palestras e debates, voltadas para o público adolescente das escolas da rede pública e privada de Campina Grande.

Escreveu e publicou em jornais, portais, revistas científicas e livros versando sobre violência, cidadania democrática, educação, direitos humanos e temas correlatos.

Apesar das limitações impostas por uma tragédia pessoal ocorrida em outubro de 2011, resultando na perda de 99% da visão devido a uma hemorragia vítrea e também na perda da função renal em novembro de 2012 impondo a realização de três seções semanais com quatro horas de duração cada de hemodiálise, tomou a decisão, inspirada numa forte paixão pela atividade docente de voltar – com a ajuda inestimável do professor Maurino Medeiros de Santana – ao trabalho com o seminário curricular "Democracia e Direitos Humanos".

No início de 2013, após consulta feita pelo Governo do Estado da Paraíba a um conjunto de entidades da sociedade civil, teve o seu nome como um dos sete indicados para integrar a Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória (CEVPM-PB) instalada

oficialmente em março, na qual foi responsável pela apuração dos crimes de tortura cometidos no Estado e contra paraibanos no período do regime civil-militar. Em novembro do mesmo ano o governador Ricardo Coutinho fez uma homenagem ao professor Fábio Fernando Barboza de Freitas pelos seus 35 anos de dedicação ininterrupta à atividade docente e ao ativismo na promoção e defesa dos direitos humanos e da cidadania democrática, no Teatro Municipal Severino Cabral, em Campina Grande.

Dos quatro anos do mandato da comissão (2013-2017), contou-se com a sua efetiva participação até as vésperas do seu falecimento em 13 de março de 2016, no Hospital da FAP, em Campina Grande. A sua dedicação e contribuição foi inestimável, não poupando esforços para se deslocar de Campina Grande para João Pessoa para participar das audiências, oitivas e reuniões da CEVPM-PB. Como profundo estudioso e militante na área dos Direitos Humanos, contribuiu efetivamente nos debates e reflexões sobre os temas mais impactantes das torturas, física e psicológica, no período da ditadura militar no Brasil.

Nesta oportunidade, os seus colegas e amigos da CEVPM-PB prestam essa homenagem póstuma pela sua partida, aos 55 anos de idade, consciente de que as marcas deixadas pela sua capacidade intelectual e profissionalismo, bem como pela sensibilidade e amorosidade nas relações humanas, nunca serão esquecidas.

3 Indiciados no IPM da Subversão [1287]

Este IPM teve duas fases, sendo a primeira sob a responsabilidade do major Ney de Oliveira Aquino [major Aquino] e a segunda sob a responsabilidade do major José Benedito Montenegro dos Magalhães Cordeiro [Major Cordeiro], com 52 pessoas indiciadas, cuja listagem segue abaixo.[1288]
RELATÓRIO 2 do

a) Indiciados:

1) Adalberto de Araújo Barreto
2) Adalcino Quieróz de Oliveira
3) Aderbal Villar Sobrinho
4) Agassiz Amorim e Almeida
5) Alice Basílio dos Santos
6) Aloísio Cabral de Barros
7) Amaro Patrício da Silva
8) Antônio Aragão Filho
9) Antônio Augusto de Almeida
10) Antônio Augusto Arroxelas Macedo
11) Antônio Fernandes de Andrade
12) Antônio Figueiredo Agra
13) Antônio José Dantas
14) Antônio Terto do Nascimento
15) Aristide Lúcio Villar Rabelo
16) Bento da Gama Batista
17) Boanerges Temóteo de Souza
18) Breno Andrade de Mattos
19) Carlito Silveira
20) Carlos Alberto Farias
21) Carlos Augusto de Carvalho
22) Carlos Alberto da Silva Furtado
23) Elder Moreira de Oliveira
24) Elizabeth Altina Teixeira
25) Elias Quirino Pereira
26) Elóy Firmino de Melo
27) Emiliano Alves
28) Euclides Carolino
29) Evandro Ferreira dos Santos
30) Fernando Bartolomeu de Macedo
31) Francisco Almeida Batista
32) Francisco Asfora
33) Francisco de Assis Lemos de Souza
34) Francisco Lima
35) Francisco Souto

[1287] STM. IPM – PB. Relatório do Inquérito Policial Militar sobre a Subversão na Paraíba. 1964. Cópia digitalizada. Acervo da CEVPM-PB.
[1288] Cf: SCOCUGLIA, Afonso Celso. **As provas da ditadura na política e na educação**: o Inquérito Policial Militar (IPM) da Paraíba (1964-1969). Joaõ Pessoa: Editora da UFPB, 2015. SILVA, Waldir Porfírio da. **Um Sonho Afogado**: Ditadura Civil-Militar e Movimento Estudantil no Estado da Paraíba – O Caso de João Roberto Borges de Souza (1964-1969). Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas). UFPB. João Pessoa, 2017

36) Francisco Vasconcelos
37) Genaro Souto
38) Geraldo Medeiros
39) Geraldo Oliveira
40) Guilherme Campêlo Rabay
41) Heolisa Helena Cavalcanti de Albuquerque
42) Heloísio Jerônimo Leite
43) Henrique Miranda de Sá Neto
44) Inocêncio Nóbrega
45) Isa Quintães Guerra
46) Iveline Lucena da Costa
47) Jason Gonçalves
48) João Alfredo Dias
49) João Batista Barbosa
50) João Lucena Montenegro
51) João Manoel de Carvalho
52) João Ribeiro Filho
53) João Santa Cruz de Oliveira
54) João Torres de Oliveira
55) José Aires Leite
56) José Alves de Lira
57) José Anísio Correia Lima
58) José Costa
59) José Ferreira da Silva
60) José Francisco da Silva
61) José Gomes da Silva
62) José Humberto Espínola Pontes
63) José Iremar Alves Bronzeado
64) José Lacerda Neto
65) José Maranhão
66) José de Oliveira Ramos
67) José Pereira dos Santos (PEBA)
68) José Rodrigues Lopes (JOSÉ SABINO)
69) José dos Santos Barros
70) José Tarcízio Fernandes
71) Josué Rodrigues de Souza
72) Langstein de Amorim Almeida
73) Laurindo Marques de Albuquerque Mello
74) Leonardo Moreira Leal
75) Leopoldo Brasileiro de Lima Filho
76) Lígia das Mercês Macêdo
77) Luiz Bernardo da Silva
78) Luiz Gonzaga Barbosa
79) Luiz Hugo Guimarães
80) Manoel Monteiro da Silva
81) Manoel Porfírio da Fonsêca
82) Maria Amélia de Araújo Silva
83) Maria Auxiliadora Bezerra e Silva
84) Maria das Dores de Oliveira
85) Maria do Carmo Campos de Araújo

86) Maria Salete Agra Ramos
87) Natil de Castro
88) Newton Rique
89) Oliveiros Cavalcanti Oliveira
90) Ophelia Maria Amorim
91) Pedro Inácio de Araújo
92) Rivaldo Cipriano da Costa
93) Romeu Abrantes
94) Ronaldo Cunha Lima
95) Sebastião Borges Sobrinho
96) Sérgio Tavares de Melo
97) Severino Elias Sobrinho
98) Sósthenes Pedro
99) Usiel do Vale
100) Vanildo Coêlho de Oliveira
101) Walter Luiz do Rêgo Luna
102) Willes Leal
103) Zita Moreno Marinho

b) "Não foram apurados elementos de culpa" contra[1289]:
Agamenon Edmundo de Castilho
Alcindo Rufino de Araújo
Antônio Aurélio Teixeira de Carvalho
Antônio Marques da Silva Mariz
Carnot Cavalcanti Villar
Cícero Alves Lins
Cleide Galdino da Silva
Everaldo da Silva Mousinho
Francisco Derly Pereira
Francisco Durval de Assis
Francisco Elihimas Neto
Geraldo Luiz Espínola Guedes
Gilberto Nabor Vieira
Gutemberg Uchoa de Araújo
Hermilio de Carvalho Ximenes
Iolanda Alves de Souza
Isnaldo Vitor Soares
João Alfredo Guimarães Corrêa de Oliveira
João Almicar de Moura Alexandre
João Galdino da Silva
Joaquim da Rocha Lima
Jório de Lira Machado (**)
José Rodrigues Lustoza
Juarez de Paiva Macedo
Julio Andreza
Lenita Peixoto de Vasconcelos
Luiz Galdino da Silva
Luiza Alves da Silva

[1289] (RELATÓRIO, 1964, p. 1.646 a 1.647).

Malaquias Batista Filho (**)
Manoel de Deus (**)
Maria José Limeira Ferreira de Carvalho
Nizi Marinheiro
Odimar Agra
Otávio Leal de Brito
Otto Di Cavalcanti Villar
Paulo Maia de Vasconcelos
Severino José dos Santos I
Severino José dos Santos II
Zuila de Mello Villar
Wilson Bezerra Gomes

c) Indiciados "que não foram ouvidos pelo encarregado o IPM" da Subversão[1290]:

1) "Por não terem sido encontrados": foram considerados "revés, pois foi solicitada sua detenção às autoridades competentes ou feita a convocação por editais e não foram encontrados em sua residência habitual ou não atenderam à convocação":

Alice Basílio dos Santos (Campina Grande)
Amaro Patrício da Silva (Campina Grande)
Antônio Terto do Nascimento (Santa Rita)
Carlos Aberto da Silva Furtado (Campina Grande)
Eloy Firmino de Mello (João Pessoa)
Emiliano Alves (Campina Grande)
Euclides Carolino (Campina Grande)
Francisco Almeida Batista (Campina Grande)
Francisco Asfora (Campina Grande)
Francisco Lima (Campina Grande)
Francisco Vasconcelos (Campina Grande)
Genaro Souto (Campina Grande)
Isa Quintães Guerra (João Pessoa)
José Anisio Corrêia Maia (João Pessoa)
José Francisco da Silva (João Pessoa)
Leonardo Moreira Leal (João Pessoa)
Maria do Carmo Campos Araújo (João Pessoa)
Vanildo Coêlho de Oliveira (Campina Grande).

2) "Por conclusão do prazo do IPM", sugeriu-se que "sejam enquadrados em novo IPM complementar devendo ser extraídas dos autos deste inquérito as cópias dos documentos que fundamentaram a sua culpabilidade":

Aderbal Villar Sobrinho (João Pessoa)
Carlos Alberto Farias (João Pessoa)
Carlos Augusto de Carvalho (João Pessoa)
Evandro Ferreira dos Santos (João Pessoa)
Francisco Souto (João Pessoa)
Inocêncio Nóbrega (João Pessoa)

[1290] (RELATÓRIO, 1964, p. 1.647 e 1.648)

João Torres de Oliveira (João Pessoa)
José Alves de Lira (João Pessoa)
José Ferreira da Silva (João Pessoa)
José Humberto Espínola Pontes (João Pessoa)
José Lacerda Neto (João Pessoa)
José Maranhão (João Pessoa)
José de Oliveira Ramos (Mamanguape)
Luiz Gonzaga Barbosa (João Pessoa)
Newton Rique (Campina Grande)
Romeu Abrantes (João Pessoa)
Ronaldo Cunha Lima (João Pessoa)
Sérgio Tavares de Melo (João Pessoa)
Severino Elias Sobrinho (João Pessoa)
Sosthenes Pedro (João Pessoa)
Walter Luiz do Rego Luna (João Pessoa).

3) Julgou-se a necessidade de dar "prosseguimento das investigações", por considerar "insuficientes" as provas contra Jório de Lira Machado, Malaquias Batista Filho e Manoel de Deus (RELATÓRIO, 1964, p. 1.648).

4) Também foram relacionados nomes em que constam "informações e depoimentos que aconselham o procedimento de averiguações sobre as seguintes pessoas, não localizadas durante a realização deste IPM ou não interrogadas por conclusão de prazos":

Osmar de Aquino (Guarabira)
Maria do Carmo Aquino (Guarabira)
Ivan Figueiredo (Sapé)
Lenildo Correia da Silva (Itabaiana)
Francisco Almeida (Itabaiana)
Francisco Cordeiro dos Reis (Campina Grande)
Paulo Pontes (João Pessoa)
Martinho Leal Campos (João Pessoa).

5) Militar que recusou participar do golpe: Capitão do Exército Mário Túlio Caldas

4 Indiciados no IPM "Grupo dos Onze" [1291]

Foram indiciadas 83 pessoas na Paraíba no IPM do Grupo dos Onze, sob a responsabilidade do major José Benedito Montenegro de Magalhães Cordeiro [Major Cordeiro]. Dessas pessoas, 53 tinham alguma ligação com o movimento aparecendo seus nomes nas atas de fundação de algum G-11, ou por ouvirem os programas radiofônicos de Leonel de Moura Brizola e trocarem correspondências com ele[1292]:

João Pessoa:
Aderbal Villar (estudante de economia da UFPB)
Antonio Barbosa da Silva (militar da reserva da Marinha)
Antônio Flaviano da Rocha (metalúrgico)
Artur Antonio de Oliveira (comerciário)
Durval Domingos da Cruz (comerciante)
Elias Jerônimo dos Santos (taifeiro do Loyde Brasileiro)
Francisco Barbosa Diniz (comerciante)
Francisco de Assis Pereira de Melo Júnior (comerciante)
Geraldo Sampaio (missangueiro)
Janúncio da Silva Brandão (gráfico)
João Batista de Melo (comerciante)
José Batista Gondim (comerciante)
Luiz Barbosa da Silva (militar da reserva da Marinha)
Martinho José de Carvalho (comerciante)
Raimundo Bezerra de Farias (funcionário público municipal)
Raimundo de Carvalho Menezes (funcionário público municipal)
Mamanguape:
Adalberto Cavalcanti de Sousa (funcionário do Samdu)
Anselmo Pegado da Silva (operário)
Antonio Viana de Oliveira (comerciante)
João Mendes de Oliveira (comerciante)
Jonas do Nascimento (alfaiate)
José Alves Lins (estudante)
Manoel Barreto Diniz (aposentado)
Manoel Dias Sobrinho (comerciante)
Manoel Pereira Gomes (operário)
Miguel Penedo da Silva (feirante)
Moisés Lopes de Sousa (funcionário do DCT)
Orlando Eugênio de Freitas (Sapateiro)
Pedro Dantas das Chagas (funcionário do Samdu)
Pedro Oliveira Ramos (funcionário do Samdu e vereador cassado)
Sousa:
Agamenon Martins de Sousa (tipógrafo)
Francisco Lins Vieira (comerciante)
Francisco Lopes (comerciário)
Geraldo Roque (jornaleiro)
Gilberto Nabor Vieira (funcionário público)

[1291] STM. IPM – PB. Relatório do Inquérito Policial Militar do Grupo dos Onze, montado pelo Major José Benedito Montenegro de Magalhães Cordeiro na Paraíba. 1964. Cópia digitalizada. Acervo da CEVPM-PB.
[1292] Cf: SILVA, 2017.

Isaias Vieira Lins (comerciário)
José Crispim (comerciário)
José Santiago Filho (tipógrafo)
Mulungu:
Antonio José de Figueiredo (agricultor)
Francisco Chagas da Silva (agricultor)
João Batista da Fonseca (agricultor)
José Alves Cabral (agricultor)
José Januário Rodrigues (agricultor)
José Manoel Rodrigues (agricultor)
Manoel Severino Ricardo (agricultor, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Camarazal)
Otávio Fernandes Barbosa (agricultor, tesoureiro do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Camarazal)
Guarabira:
Adonias Marinho de Lima (agricultor)
Campina Grande:
Edmundo Cândido de Oliveira (funcionário do DCT)
Cruz do Espírito Santo:
Severino Batista do Nascimento (biscateiro)
Itabaiana:
José Hilário de Mendonça (estudante)
Cabedelo:
Firmino Neto da Silva (ferroviário)
Areia:
Cleanto Alves Pantaleão (estudante de Agronomia)
Cajazeiras:
Timóteo Gonçalves (operário)

Pessoas indiciadas no IPM do Grupo dos Onze, sem vínculo, mas por serem militantes em outros movimentos ou implicados em outros inquéritos policiais:

João Pessoa:
Antonio Aragão Filho (servidor demitido do Banco do Nordeste, foi indiciado no IPM da Subversão)
Antonio Augusto de Arroxelas Macedo (odontólogo e vereador cassado de João Pessoa, também respondeu pelos IPM´s da Subversão e Rural)
Francisco de Assis Lemos de Souza (professor universitário demitido e ex-deputado estadual cassado, indiciado nos IPM´s da Subversão e Rural)
Heloísio Gerônimo Leite (estudante do Colégio Estadual de João Pessoa, indiciado no IPM da Subversão)
João Manoel de Carvalho (jornalista e funcionário do Instituto do Álcool e Açúcar, preso com boletins “subversivos”)
João Santa Cruz (IPM´s da Subversão e Rural)
Laurindo Marques de Albuquerque Melo (professor da UFPB e ex-delegado do Tribunal de Contas da União, indiciado no IPM da Subversão)
Luiz Hugo Guimarães (funcionário demitido do Banco do Brasil, era presidente do Sindicato dos Bancários e presidente do CGT)
Maria Amélia de Araújo Silva (estudante de medicina da UFPB, indiciada no IPM da Subversão)

Sapé:
Alceu Colaço (médico do Samdu de Sapé, foi acusado por ter deixado que Nego Fuba ficasse escondido em sua propriedade)
Delosmar Domingos Mendonça (médico do Samdu de Sapé, foi acusado por ter ajudado na fuga de Nego Fuba)
João Alfredo Dias – "Nego Fuba" (funcionário do Samdu, vereador de Sapé cassado, foi indiciado nos IPM´s da Subversão e Rural)
Pedro Inácio de Araújo – "Pedro Fazendeiro" (agricultor, seu nome consta nos IPM´s da Subversão e Rural)
Vicente Edimundo Rocco (médico do Samdu de Sapé, foi acusado por ter jogado num poço as revistas e documentos pertencentes a Nego Fuba)
Campina Grande:
Agassiz de Amorim Almeida (professor universitário demitido e ex-deputado estadual cassado, indiciado nos IPM´s da Subversão e Rural)
Antonio Figueiredo Agra (ex-deputado estadual cassado, indiciado no IPM da Subversão)
Ophélia Maria Amorim (advogada, implicada no IPM da Subversão)
Mamanguape:
Manoel de Deus (agricultor e comerciante, ex-tesoureiro da Liga Camponesa de Mamanguape)
Santa Rita:
Antônio Aurélio Teixeira de Carvalho (vereador, indiciado no IPM da Subversão)

Produzido nas oficinas gráficas
A UNIÃO – Superintendência de Imprensa e Editora
Br 101 – Km 03 – Distrito Industrial – 58.082-010
João Pessoa – Paraíba – Brasil